

Anais da Mostra Científica

**26° CONGRESSO
NACIONAL DE
PÓS-GRADUANDOS**

Julho 2018



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PÓS-GRADUANDOS

**ANAIS DA MOSTRA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO 26º DO CONGRESSO
NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUANDOS**

**EM DEFESA DA CIÊNCIA, DA UNIVERSIDADE E DO BRASIL:
O QUE É PÚBLICO NÃO SE VENDE**

Universidade de Brasília
29 de junho a 01 de julho de 2018

Coordenadores

Pedro Luiz Teixeira de Camargo
Raphaella Karla Portes Beserra

ISBN: 9788561839161

PARECERISTAS

Ana Luíza Moreira Pauferro
Carlos Roberto Bernardes de Souza Júnior
Daniela Pena Moreira
Débora Moraes Coelho
Débora Nascimento Sousa
Érica Marinho Lima
Fernanda Esthefane Garrides Oliveira
Gabriela Maciel dos Reis
Jéssica Soares de Freitas
Jessyca Tomaz de Carvalho
José Celson Braga Fernandes
Julia Vieira Tocchetto Oliveira
Luis Antônio Batista Tonaco
Luiz Paulo de Melo Costa
Marcos Avelino
Mariana Araújo Pena Bastos
Pedro Luiz Teixeira de Camargo
Raphaella Karla Portes Beserra
Thaís dos Santos Gomes
Thales Prado Fontes

DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUANDOS
(GESTÃO 2016-2018)

Presidenta
Tamara Naiz

Vice-Presidente Regional Centro-Oeste
Raísa Romênia Silva Vieira

Vice-Presidente
Márcio Cristiano de Melo

Vice-Presidente Regional Nordeste
Lucivânia Nascimento

Tesouraria-Geral
Elisangela Volpe dos Santos

Vice-Presidente Regional Norte
Rai Campos Silva

Secretário-Geral
Rógean Vinicius Santos Soares

Diretor de Saúde
Giovanny Kley

Diretora de Comunicação
Karoline Rocha

Diretor de Cultura e Eventos Científicos
Ulisses Ferreira

Diretor de Ciência, Tecnologia e
Inovação
Pedro Henrique

Diretor de Políticas Educacionais
Marco Túlio Jorge Cortez

Diretoria de Políticas Institucionais
Manuelle Maria Marques Matias

Diretor de Pós-Graduação Lato Sensu
Phillipe Pessoa

1ª Diretora de Políticas Institucionais
Meirielle Tainara de Souza

Diretora de Mulheres
Luyanne Catarina Lourenço de Azevedo

2ª Diretora de Relações Institucionais
Aline Franco Diniz

Diretora de Políticas de Emprego
Érica Cordeiro Cruz Sousa

Diretor de Relações Internacionais
Flávio Franco Santana de Jesus

Diretora de Combate às Opressões
Isis Ferreira

Diretor de Instituições Privadas
José Martins

Diretora de Direitos de Pós-Graduandos
Stephanie Viena

Diretora de Instituições Públicas
Alice Matos de Pina

Diretor de Universidades Estaduais
Caiã Cremasco Recepti

Diretora de Movimentos Sociais
Clara Lima de Oliveira

Diretora de Ensino à Distância
Larissa Moraes

Vice-Presidente Regional Sul
Éverton Carlos Brezolin

Diretor Acadêmico e Científico
Gabriel Nascimento

Vice-Presidente Regional Sudeste
Laís Moreira Silva

Diretora de Juventude
Alecilda Aparecida Alves Oliveira

Vice-Presidente Regional São Paulo
Karen Regina Castelli

Diretor de Tecnologia da Comunicação e
Inovação
Isley Borges da Silva Júnior

SUMÁRIO

Ciências Biológicas e da Saúde – Resumos.....	7
Ciências Biológicas e da Saúde – Artigos Completos.....	22
Ciências Exatas, Tecnologias e Engenharias – Resumos.....	144
Ciências Exatas, Tecnologias e Engenharias – Artigos Completos.....	151
Ciências Humanas e Sociais Aplicadas – Resumos.....	191
Ciências Humanas e Sociais Aplicadas – Artigos Completos.....	235
Direito – Resumos.....	683
Direito – Artigos Completos.....	690
Educação – Resumos.....	765
Educação - Artigos Completos.....	799
Geociências Agrárias e Ambientais – Resumo.....	1118
Geociências Agrárias e Ambientais – Artigos Completos.....	1121

ISOLAMENTO DA BACARINA DA PRÓPOLIS VERDE POR HSCCC (HIGH SPEED COUNTER-CURRENT CHROMATOGRAPHY)

Adriany D. Fonseca;
Caroline Arruda;
Jairo K. Bastos;
Niege A. J. C. Furtado;

Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto - Universidade de São Paulo,
Avenida do Café, s/n - Ribeirão Preto-SP, Brasil. adrianyfonseca@usp.br

A própolis verde tem como principal fonte vegetal a *Baccharis dracunculifolia* e dentre seus constituintes majoritários encontra-se a bacarina, um composto fenólico derivado do ácido cumárico. Esta substância destaca-se por apresentar atividade antitumoral, antimicrobiana e antígenotóxica por ação quimioprotetora. Portanto, a obtenção de tal substância é relevante do ponto de vista farmacológico. O isolamento desta substância por HSCCC (high speed counter-current chromatography) ainda não foi relatado na literatura. A separação dos constituintes de um extrato por este método ocorre por meio de partição líquido-líquido entre duas fases imiscíveis com uma matriz livre de suporte, sem adsorção, com baixo risco de degradação, propiciando recuperação total da amostra e a separação ocorre com alto número de pratos teóricos. Inicialmente, realizou-se uma partição do extrato etanólico de própolis verde com diclorometano. As colunas do equipamento (coluna 3: 102 mL; coluna 4: 105mL) foram preenchidas pela fase estacionária etanol/água (7/3) optando-se por eluição por gradiente variando de uma proporção de 95-85% de n-hexano e 5-15% de acetato de etila. A eluição da bacarina ocorre nas frações 53-80 quando a fase móvel encontra-se na proporção de 9:1 n-hexano/acetato de etila. Análises destas frações realizadas por cromatografia em camada delgada comparativa evidenciaram que a bacarina é a substância majoritária nestas frações, por meio de comparação com o padrão autêntico da bacarina. Entretanto, observa-se ainda a presença de dois constituintes nestas frações. Com o objetivo de obter a bacarina com pureza adequada, as frações selecionadas estão sendo submetidas à processos de recristalização e a bacarina será em seguida submetida a diversas análises para verificação da pureza da substância.

Palavras-chaves: HSCCC; própolis verde; purificação.

COMPARAÇÃO DOS PERFIS SOCIODEMOGRÁFICOS, CLÍNICOS E DA QUALIDADE DE VIDA DE MULHERES COM CÂNCER DE MAMA E DE COLO DO ÚTERO INICIANDO TRATAMENTO QUIMIOTERÁPICO EM HOSPITAIS DE BELO HORIZONTE.

Daniela Pena Moreira¹,
Giovana Paula Rezende Simino²,
Mariângela Leal Cherchiglia¹.

¹Faculdade de Medicina.

²Escola de Enfermagem. Universidade Federal de Minas Gerais.

8

O câncer (CA) de mama é o mais incidente em mulheres e o de colo do útero ocupa a terceira posição. No Brasil, são esperados 59.700 e 16.370 novos casos, respectivamente, para o biênio 2018-2019. Objetivou-se comparar os perfis por meio de um estudo transversal, recorte de uma coorte prospectiva realizada em 3 hospitais de referência no tratamento de CA em Belo Horizonte (junho a novembro de 2015). O estudo teve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa. Foram incluídas 103 mulheres, 59 com CA de mama e 44 com CA de colo do útero, com 18 anos ou mais e que realizavam o tratamento quimioterápico pela primeira vez. A maioria das mulheres com ambas as neoplasias, respectivamente mama e colo do útero, era parda (57,6% e 59,1%), casada (54,2% e 40,9%) e com média de idade de 53,4 e 50,6 anos. Observa-se diferença significativa entre as neoplasias, respectivamente mama e colo do útero, em relação a média de anos de estudo (7,0 e 5,3 anos, $p=0,03$), em ausência de renda (11,9% e 31,8%, $p=0,04$), número de filhos, média de 3,1 e 4,8 ($p=0,006$) e no tempo entre o diagnóstico e o início do tratamento (64,4% e 43,2% em até 60 dias, $p=0,05$). Ao comparar a qualidade de vida (QV), observaram-se diferenças significativas nas escalas desempenho de papel ($p=0,05$), fadiga ($p=0,005$), perda de apetite ($p=0,002$), constipação ($p=0,005$), diarreia ($p=0,03$) e dificuldade financeira ($p=0,004$), sendo pior nas mulheres com CA cervical. Os resultados aferidos nessa pesquisa permitem uma análise das diferenças no perfil das mulheres, podendo assim contribuir com políticas públicas da saúde da mulher, bem como incentivar pesquisas para entender o porquê mais da metade das mulheres com CA de colo do útero não iniciam o tratamento em até 60 dias, como previsto por lei.

Palavras-chaves: Perfil de saúde, neoplasia, qualidade de vida.

SAÚDE DA INDÍGENA MULHER: Antropologia e Câncer do Colo de Útero nas etnias Xikrin do Cateté e Asurini do Trocará - Pará, Amazônia, Brasil.

Eliene Rodrigues Putira Sacuena
Universidade Federal do Pará

O quadro de saúde indígena está diretamente relacionado aos processos históricos de mudanças sociais, econômicas e ambientais e no estilo de vida, que resultaram em importantes transformações no padrão de morbimortalidade, com redução das doenças infecciosas e parasitárias e aumento crescente das doenças crônicas não transmissíveis, inclusive diversos tipos de câncer. Os maiores números de casos de Câncer de Colo de Útero são registrados nas regiões norte e nordeste, o que constitui um problema prioritário de saúde pública que é o caso das etnias localizadas no Estado do Pará. O estudo teve como objetivo avaliar a ocorrência de câncer de colo do útero em indígenas mulheres, visando programas de prevenção diferenciado. Os resultados ressaltam a necessidade de políticas públicas com prevenção, detecção e tratamento precoce do câncer nessas comunidades.

Palavra-chave: indígenas Mulheres, câncer de colo de útero, saúde indígena.

BASE GENÉTICA DA HEMIMEGALENCEFALIA E DA EPILEPSIA TRATADAS CIRURGICAMENTE.*

Camila Araújo Bernardino Garcia¹
Wilson Araújo da Silva Junior²
Joseph Gleeson³
Hélio Rubens Machado¹

1 - Departamento Clínica Cirúrgica da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto – USP

2 – Centro de Medicina Genômica do Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto – HC-RP

3 – Universidade da Califórnia de San Diego - UCSD

10

A hemimegalencefalia (HME) faz parte do grupo de malformação do desenvolvimento cortical, é caracterizada pelo crescimento distorcido e anormal de um hemisfério cerebral, sendo considerada a causa mais comum de epilepsia refratária em crianças. Estudos demonstraram que fatores genéticos estão envolvidos na HME. Ensaio sobre a patogênese molecular e celular da HME podem revelar informações sobre os mecanismos associados e contribuir para novas abordagens terapêuticas no tratamento dos sintomas. O objetivo deste estudo foi identificar o defeito genético específico da HME analisando os genes da via de sinalização mTOR, através do sequenciamento do exoma pela plataforma Illumina e validação dos resultados pelo ddPCR. Foram selecionados 10 pacientes diagnosticados com HME com faixa etária entre 0 a 18 anos de idade. Os pacientes submetidos ao procedimento cirúrgico foram designados para a coleta do material biológico (sangue e tecido encefálico). As análises dos resultados identificaram mutações somáticas no mesmo gene PIK3CA, em dois casos, sendo esse achado considerado uma das causas genéticas para os pacientes diagnosticados com HME. Para o caso 1, com taxa de 22%, c.1258T>C (p.C420R) e o caso 2, com taxa de 11%, c.1624G>A (p.E542K). Foi realizado também nesses pacientes a seleção de 50 genes mais expressos, com diversos tipos de mutações, e o impacto que elas têm em relação ao fenótipo. Conclui-se que essas mutações estão associadas com aumento da sinalização do mTOR em regiões cerebrais afetadas. Esses resultados podem contribuir para a identificação dos genes responsáveis pela HME e assim compreender os mecanismos associados à evolução da patologia.

* Esta pesquisa está sendo desenvolvida no Laboratório de Neuropatologia do Desenvolvimento e Neurocirurgia Pediátrica da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto sob a orientação do Prof. Dr. Hélio Rubens Machado com colaboração do Instituto Rady Children's na Universidade da Califórnia de San Diego. Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (6978/2015) e pela Plataforma Brasil (CAAE: 45039915.0.0000.5440^[1]_[SEPI]). Palavras-chaves: hemimegalencefalia; epilepsia; exoma.

ESTUDO DO CICLO INTRACELULAR DE TRYPANOSOMA CRUZI E A SUA RELAÇÃO COM A ATIVIDADE DE COMPOSTOS ANTICHAGÁSICOS

Luísa Santos Naves
Carolina Borsoi Moraes
Lucio Holanda Freitas-Junior

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

O protozoário *Trypanosoma cruzi* é o agente etiológico da doença de Chagas, infecção crônica que afeta mais de oito milhões de pessoas na América Latina. A evolução da doença de Chagas leva usualmente a uma fase aguda assintomática, podendo desenvolver complicações severas na fase crônica. Não há vacinas efetivas e há limitadas opções de quimioterapia para a doença de Chagas, que são o benznidazol e o nifurtimox. Ambos apresentam diversos efeitos colaterais graves nos pacientes, sendo urgente o desenvolvimento de novas terapias para a doença. As diferentes cepas de *T. cruzi* apresentam variados níveis de susceptibilidade ou resistência às drogas referências no tratamento da doença de Chagas. O presente trabalho teve como objetivo quantificar o ciclo intracelular de dois clones *in vitro* (Y-cH10 e Sylvio X10/1) e desenvolver um ensaio fenotípico para essa finalidade. O estudo foi avaliado por ensaio fenotípico de alto conteúdo (High Content Screening). A análise desenvolvida no software comercial Harmony (PerkinElmer) é mais sensível para a identificação das formas intracelulares do parasita *T. cruzi*. A quantificação do tempo de duplicação dos dois clones foi realizada e não houve diferenças significativas entre eles, entretanto, o ciclo intracelular do clone Sylvio X10/1 é mais longo comparado ao clone Y-cH10. A metodologia de análise também foi validada com sucesso na infecção em linhagem monocítica THP-1, com características fenotípicas bastante diferentes da linhagem U2OS. O tempo de duplicação do clone da cepa Y não apresentou diferenças significativas nas duas linhagens celulares diferentes, U2OS e THP-1, que estavam em condições de cultivo diferentes. Desenvolveu-se nesse estudo, um método de análise de imagens mais sensível para a identificação das formas intracelulares do parasita, que poderá ser usado em estudos da relação do tempo de duplicação de cada clone com a atividade de compostos antichagásicos.

Palavras-chave: *Trypanosoma cruzi*, ensaios de auto conteúdo, tempo de duplicação da população.

GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA: PERFIL DE PUÉRPERAS EM GOIÁS

Maressa Noemia Rodrigues Queiroz
Gabriela Ferreira Rodrigues de Almeida

Universidade Federal de Goiás

No contexto da saúde pública, evidencia-se uma crescente preocupação com a maternidade na faixa etária dos 10 aos 14 anos, são as meninas com as maiores vulnerabilidades e que enfrentam o maior risco de complicações e morte perinatal. Caracterizar a ocorrência da gravidez em adolescentes, no período de 2006 a 2016, usuárias do Sistema Único de Saúde no estado de Goiás. Estudo Transversal, com dados coletados nos registros do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos. No período de 2006 a 2016, 19,4% nascimentos foram de mães adolescentes, destes 5% compreendeu parturientes com idade de 10 a 14 anos. A realização de cesariana foi de 48% entre as puérperas. A proporção da frequência no pré-natal acima de seis consultas foi de 48% entre adolescentes de 10 a 14 anos e na faixa de 15 a 19 anos foi de 54%. Entre as adolescentes de 10 a 14 anos a ocorrência de prematuridade e baixo peso foi de 14% e na faixa de 15 a 19 anos representou 9%. Emerge e reverbera a relevância da atenção ao adolescente como questão de saúde pública. Vislumbra-se a mobilização que se faz necessária para remover os obstáculos ao gozo da educação e à saúde sexual e reprodutiva e proteger da violência e coerção sexual.

Palavras-chaves: Gravidez na Adolescência; Cuidado Pré-Natal; Idade Gestacional.

INVESTIGAÇÃO DO POTENCIAL DE FUNGOS FILAMENTOSOS PARA BIOTRANSFORMAR O DITERPENÓ ACÍDO *ent*-HARDWICKIICO OBTIDO DA OLEORRESINA DE *COPAIFERA PUBIFLORA* BENTH

Maria Valdeline S. Teixeira
Vinícius S. de Paula,
Lívia M. Fernandes,
Niego A. J. C. Furtado

Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo,
Av. do Café, Ribeirão Preto-SP, Brasil. valdeline@usp.br

13

A oleorresina extraída de plantas do gênero *Copaifera* é o produto natural mais consumido do Brasil e toneladas são exportadas todos os anos, principalmente para França, Estados Unidos, Alemanha e Inglaterra. A população utiliza esta matéria-prima vegetal por via oral para o tratamento de doenças como gonorreia, úlcera, inflamações em geral, além de outras doenças, e as propriedades terapêuticas são atribuídas principalmente aos sesquiterpenos e diterpenos. O diterpeno ácido *ent*-hardwickiico é o constituinte majoritário da espécie *Copaifera pubiflora* e destaca-se por suas propriedades biológicas sendo considerado por alguns autores como “lead compound” na busca de novos compostos bioativos. Reações catalisadas por enzimas têm sido muito utilizadas para a obtenção de novos derivados e são importantes devido a sua capacidade de gerar produtos regio- e enantiosseletivos e também promover reações em carbonos inacessíveis por via química. Dentro desse contexto, realizou-se uma investigação acerca do potencial de fungos filamentosos para serem utilizados em processos de biotransformação desta substância, bem como para avaliar a influência que o tempo de incubação exerce na obtenção de produtos de biotransformação. Foram selecionados cinco fungos filamentosos: *Aspergillus alliaceus*, *A. brasiliensis*, *Cunninghamella elegans*, *Mucor rouxii* e *Curvularia aeria*. Inicialmente, a oleorresina de *Copaifera pubiflora* foi submetida a sucessivos processos cromatográficos para o isolamento do diterpeno ácido *ent*-hardwickiico em pureza adequada para a realização dos estudos. O diterpeno foi incubado com os respectivos micro-organismos por diferentes períodos. Após o período de incubação foram obtidos dois tipos de extratos, um do caldo da cultura e outro oriundo dos micélios. Em seguida, analisou-se os extratos por cromatografia líquida de alta eficiência (CLAE) acoplada com detector Corona[®] de aerossol carregado (CAD) afim de selecionar o(s) processos mais promissores para os estudos de biotransformação deste diterpeno.

Palavras-chaves: *Copaifera pubiflora*, ácido *ent*-hardwickiico, fungos filamentosos.

A PSICANÁLISE NO NÚCLEO DE APOIO À SAÚDE DA FAMÍLIA: POSSIBILIDADES E DESAFIOS

Neiara Parente de Araújo

Universidade Estadual do Ceará

A produção científica expõe sobre a Psicanálise em um serviço público de saúde mental, o Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF). Práticas, ética da abordagem, sua relação com a Saúde Coletiva e as Reformas Sanitária e Psiquiátrica foram objetos de estudo, com o intuito de descrever o contexto de trabalho da perspectiva do inconsciente, que, até então, nem oficialmente existia antes de 2008. Trata-se de uma pesquisa descritiva de cunho teórico-prático. Parte de diversas referências para fundamentá-la. Para isso, foi feita uma revisão bibliográfica em bases de dados (Google Acadêmico, Scielo e Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), textos e livros diversos. Os resultados encontrados indicaram que existem ações da Psicanálise perante a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). A abordagem enfatiza a escuta como meio de desenvolver ressignificações, identificar conteúdos inconscientes e desejo do usuário, indivíduo ou coletivo. Pode ser associada à Saúde Coletiva, tendo em vista que representa a afirmação da singularidade diante da universalidade expressa em normas e outros saberes. Como se refere especificamente a sua atuação no NASF, as ações primordiais serão coletivas: em matriciamentos e na facilitação de grupos. Os exemplos da Psicanálise na RAPS, bem como no NASF são o Grupo Psicoanalítico de Discussão, os grupos psicoterapêuticos e as interconsultas. É algo diferente do seu espaço tradicional, a clínica individual; porém não a invalida, visto que o importante é manter seus princípios teóricos. Todavia, houve também desafios nessa atuação. Há uma dificuldade de inserção da profissional em grupos, tendo em vista que a crença dos usuários de que o atendimento psíquico só existe individualmente e a validade do tratamento está restrito a ele. Está ocorrendo mudanças na política do NASF no sentido de dar destaque ao atendimento meramente clínico. Por fim, o trabalho aponta dificuldades e possibilidades no exercício da investigadora enquanto psicóloga do NASF. Mudanças na política do NASF estão arriscando as reformas. A discriminação da atuação do NASF é outro desafio. As ações possíveis em grupos são viáveis contanto que sigam os princípios teóricos da Psicanálise. Em meio a isso, almeja-se que haja o desenvolvimento da abordagem no NASF, pois é um importante instrumento de afirmação da subjetividade.

Palavras-chave: Psicanálise; NASF; Saúde Coletiva; Saúde Mental.

ANÁLISE DO STATUS TAXONÔMICO DE *EUCHROMA GIGANTEA* (COLEOPTERA: BUPRESTIDAE) UTILIZANDO DNA BARCODE

Rógean Vinicius Santos Soares
Crislaine Xavier da Silva
Rita de Cassia de Moura

Laboratório de Biodiversidade e Genética de Insetos - Universidade de Pernambuco

O gênero *Euchroma* Solier, 1833 (Coleoptera: Buprestidae) é monotípico e tem como espécie *Euchroma gigantea*, a qual apresenta plasticidade fenotípica e um grande polimorfismo cariotípico intra e interpopulacional. Neste estudo, espécimes de *E. gigantea*, oriundos de quatro populações brasileiras (Belém-PA, Maceió-AL, Recife-PE, Ribeirão Preto-SP) de três regiões geográficas, foram analisados através de um fragmento da subunidade I do gene citocromo oxidase (COI). As sequências obtidas de 15 indivíduos da espécie foram alinhadas com sequências do gene COI de quatro membros da subordem Polyphaga, sendo duas espécies da família Buprestidae. A variação da distância intraespecífica para *E. gigantea* foi de 0 a 5,4% (média 2,3%), sendo a menor distância intraespecífica observadas entre indivíduos de AL e PE (0%) e a maior entre espécimes de AL e SP (5,4%). A distância interespecífica para as três espécies de Buprestidae variou de 18,69% a 33,9% (média 22,5%) que pode ser considerada alta comparando com os valores médios reportados para diversos grupos de animais. A árvore filogenética de *Neighbor-joining* e Inferência Bayesiana mostraram que *E. gigantea* se caracteriza como um grupo monofilético distante de outras espécies próximas, assim como a diversificação da espécie em duas principais linhagens (Nordeste e Norte + Sudeste). Sendo assim, apesar dos resultados serem poucos conclusivos quanto ao status taxonômico da espécie, é possível inferir que o DNA barcode pode ser usado como ferramenta molecular efetiva para distinguir geneticamente *E. gigantea* de outras espécies próximas e que a espécie encontra-se em processo de diversificação genética.

Palavras-chave: besouro, Chrysochroinae, diversidade genética, mtDNA.

**EVALUATION OF GENOTOXIC AND CYTOGENETIC EFFECTS OF
PAPILOMAVIRUS L1 PROTEIN ASSOCIATED WITH SAPONINS
OBTAINED FROM AGAVE SISALANA PERRINE (SISAL)**

Roberta Fiusa Magnelli^{1 4}
Ronaldo Zucatelli Mendonça^{1 2}
Pedro Ismael da Silva Junior^{1 3}
Juliana Cuoco Badari²
Diego Grando Módolo⁴
Rodrigo Franco Carvalho⁴
Rita de Cassia Stocco⁴

16

¹Programa de Pós-Graduação Interunidades em Biotecnologia, Universidade de São Paulo

²Laboratório de Parasitologia, Instituto Butantan

³Laboratório Especial de Toxinologia Aplicada CeTICS, Instituto Butantan

⁴Laboratório de Genética, Instituto Butantan

Bovine papillomavirus is the etiological agent of bovine papillomatosis, disease characterized by benign tumors that can progress to malignancy. Given the importance of L1, the most conserved among different viral serotypes, and the immunogenicity of saponins, these emerge as a promising candidate as adjuvant for a vaccine. This study aimed to evaluate the mutagenic and genotoxic potential of the isolated and purified protein as well its effects when associated with saponins and a comparison with the adjuvant widely used aluminum hydroxide. Genomic lesions, which after processed without repair can result in mutations, were detected by comet assay. Possible damages to genetic material caused by structural chromosomal changes were evaluated by the micronucleus test. Both tests were done on polychromatic erythrocytes and Vero cells. The evaluation of apoptosis and necrosis of treated cells was made by AnnexinV/PI staining and flow cytometry. The two vaccine products (L1+Saponin and L1+Aluminum Hydroxide) showed damages compatible with the positive control in the comet assay and both slightly elevated the micronucleus levels, in the Cell Viability Assay the results with Aluminum Hydroxide were satisfactory, characterizing this as a safer, better than the saponins.

Keywords: papilloma virus, vaccine, comet assay, sisal, adjuvant

CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE OS PROBLEMAS CAUSADOS PELO CONSUMO DE SÓDIO EM EXCESSO

Saulo Baêta Espíndola¹
Fábio Takahashi¹
Ênela Rabelo Silva¹
Márcio Cristiano de Melo²

¹Universidade Federal de Viçosa – Campus de Florestal

²Universidade Estadual de Campinas – Faculdade de Ciências Médicas – Departamento
de Saúde Coletiva

17

A quantidade de sódio ingerida pela população brasileira supera três vezes a ingestão máxima recomendada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) que seria de quatro gramas da substância por dia. Este estudo teve por objetivo avaliar o nível de conhecimento de adolescentes sobre o consumo de sódio pré e pós intervenção de uma estratégia educacional. A pesquisa foi realizada com os alunos do 6º, 7º, 8º e 9º ano em uma escola no município de Pará de Minas-MG, de junho a setembro de 2017. Foi utilizada a metodologia de associação de palavras, para averiguar o grau de conhecimento dos alunos em relação as palavras sal e sódio. Foi solicitado que cada aluno escrevesse as quatro primeiras palavras relacionadas as palavras sal e sódio. De acordo com a análise dos conhecimentos dos participantes foram realizadas palestras informativas para conscientizar os alunos sobre a importância da leitura da tabela nutricional e de uma alimentação saudável. Dinâmicas de quantidade de sal/sódio e exposições visuais foram elaboradas com a finalidade de apresentar opções de alimentos que apresentem menores concentrações de sódio. Aplicou-se uma avaliação do conhecimento adquirido pelos alunos durante as palestras com a seguinte pergunta: “O que aprendi sobre sal/sódio? Na primeira etapa apareceram respostas como: comida; tempero; hipertensão; sal; bicarbonato; mal à saúde, salgado, gordura, não sei. Após as intervenções aplicou-se a questão norteadora e obtivemos repostas, tais como: em excesso causa doenças; sódio é um componente do sal; podemos substituir; está presente nos alimentos; consumir menos; é um tempero; consultar a tabela nutricional. Foi perceptível o ganho de conhecimento dos participantes com relação ao tema sal e sódio, as doenças relacionadas ao seu consumo em excesso, as formas de prevenir esse consumo. Espera-se uma maior conscientização sobre a alimentação saudável com redução do consumo de alimentos muito industrializados ricos em sódio.

IMAGENS 3D NA SÍNDROME DO DESCONFORTO RESPIRATÓRIO AGUDO ASSOCIADA A MALÁRIA EM MODELO MURINO

Thatyane de Castro Quirino¹
Walter Miguel Turato¹
Luana dos Santos Ortolan²
Michelle Klein Sercundes¹
Sabrina Epiphanyo¹

¹ Departamento de Análises Clínicas e Toxicológicas. Faculdade de Ciências Farmacêuticas da Universidade de São Paulo, FCF-USP. São Paulo, Brasil.

² Departamento de Dermatologia, Carver College of Medicine, Universidade de Iowa, Iowa City, Iowa, Estados Unidos.

A malária é uma doença infecciosa parasitária causada por protozoários do gênero *Plasmodium*. Infecções por *Plasmodium* spp. podem levar a um quadro respiratório grave, com complicações pulmonares (1 a 40% dos casos), que podem resultar no desenvolvimento da síndrome do desconforto respiratório agudo (SDRA). Esta síndrome é caracterizada por inflamação aguda, lesão do endotélio alveolar e do parênquima pulmonar; disfunção e aumento da permeabilidade da barreira alvéolo-capilar e, conseqüente, formação de edema pulmonar e efusão pleural. Objetivo: avaliar pela tomografia computadorizada (CT) a SDRA associada à malária em modelo murino. Desenho do estudo e métodos: O estudo foi aprovado pelo CEUA do ICB/USP sobre protocolo 05/2017, os camundongos da linhagem DBA/2J foram infectados com eritrócitos parasitados com *Plasmodium berghei* ANKA e após 5º dias de infecção foi realizado imagens pulmonares por CT com 5º, 7º e 14º dias. Resultados: demonstramos que foi possível identificar a diminuição no volume pulmonar no ápice e base do pulmão no 7º dia após a infecção com *Plasmodium berghei* ANKA nos animais com SDRA (NI vs SDRA p<0,05) além da presença de atelectasia, foi possível diferenciar os animais que desenvolveriam SDRA daqueles que evoluiriam para hiperparasitemia (HP) pois observamos o aumento dos tecidos não aerados e probremente aerados nos animais com SDRA. Além disso, os animais com SDRA apresentaram aumento do peso pulmonar total em ml, o que demonstra o aumento da permeabilidade e edema pulmonar. Discussão e Conclusão: apesar da SDRA ter sido identificada há mais de 50 anos, ainda não se conhece formas de diagnóstico precoce que permitam um tratamento efetivo e que evite a morte de paciente com malária. Portanto, sugere-se que a técnica de CT seja uma importante ferramenta de diagnóstico para identificação precoce de SDRA associado a malária.

Palavras-Chave: Malária, Pulmão, Tomografia computadorizada.

AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DE INFORMAÇÕES SOBRE NUTRIÇÃO E ALIMENTAÇÃO RECUPERADAS EM SITES BRASILEIROS

Tulio Gonçalves Gomes
Adrielle de Cássia Mendes e Mendes
Victor Vieira de Oliveira
Nalu de Moraes Ribeiro
Iane Raquel Barata Guimarães

Programa de Pós-Graduação em Saúde, Ambiente e Sociedade na Amazônia-
Universidade Federal do Pará

19

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD-IBGE) no ano de 2014, aproximadamente 95,4 milhões de pessoas maiores de 10 anos, reportaram acesso à internet (BRASIL, 2015). Estudos comprovam que as pesquisas feitas na internet refletem a realidade das populações, como picos de gripe geram aumento pela procura por medicamentos e sintomas (ORELLANO et al., 2015). Este trabalho objetivou avaliar a qualidade das informações sobre nutrição e alimentação recuperadas em web pages da rede mundial de computadores, publicadas no Brasil no ano de 2016 de acordo com os padrões contidos no manual de princípios; identificar a média geral de adequação das páginas aos métodos aplicados; a média de adequação geral por termo. Foi realizado um estudo infodemiológico, retrospectivo transversal, executado em meio eletrônico, onde identificaram-se páginas na internet que continham informações sobre nutrição e alimentação, as quais foram analisadas de acordo com questionários de pontos e qualificadas conforme o percentual de adequação aos critérios identificados pelo Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (CREMESP, 2015). De acordo com a análise das páginas, foi possível concluir que a adequação aos imperativos nacionais e internacionais os quais foram comparadas é insatisfatória na maioria dos casos, evidenciando baixa qualidade das páginas analisadas. A adequação ao critério ficou em abaixo de 40% para o termo melhor avaliado, considerando 21 itens para 50 análises. Verifica-se semelhante problema, em outros estudos, demonstrando que a informação veiculada pode ser errônea e até perigosa, podendo gerar riscos à saúde, caso seja praticada.

Palavras-Chave: Nutrição, Segurança Alimentar, Internet.

DESENVOLVIMENTO DE MÉTODO HPLC/DAD VALIDADO E OTIMIZAÇÃO DA EXTRAÇÃO DE LIGNANAS DE *PIPER CUBEBA*

Victor Pena Ribeiro
Caroline Arruda
Jennyfer Andrea Aldana Mejía
Jairo Kenupp Bastos

Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto - Universidade de São Paulo,
Av. do Café, Ribeirão Preto- SP, Brasil. victorribeiro@usp.br

20

Os extratos de *Piper cubeba* L. f. apresentam vários efeitos biológicos, tais como citotóxicos, anti-inflamatórios, analgésicos, antimicrobianos e outros. Portanto, realizar o controle de qualidade deste material vegetal e aumentar a extração de compostos bioativos é importante. Assim, é relatado pela primeira vez o desenvolvimento e validação de um método em cromatografia líquida de alta eficiência (HPLC) para análise de cinco lignanas no extrato de *Piper cubeba* e a otimização do método de extração de lignanas. A partir do extrato etanólico de frutas *Piper cubeba* foi isolado (+)-Dihidroclusina, (-)-Clusina, (-)-Cubebina, (-)-Yateína e (-)-Haplomyrfolina, que foi descrita pela primeira vez em frutas de *P. cubeba*. Em seguida, foi desenvolvido e validado um método de HPLC para quantificar essas lignanas no extrato etanólico: o método possui linearidade, precisão, exatidão e robustez de acordo com as diretrizes da ANVISA e ICH. Para realizar a otimização do método de extração, avaliou-se a extração assistida por ultrassom em comparação ao método tradicional de maceração utilizando um delineamento composto central. Foram considerados o percentual de etanol, o tempo de extração e o número de extrações. Após análises pelo método, foi verificado que a extração assistida por ultra-som (EAUS) forneceu resultados semelhantes quando comparada à maceração. No entanto, o ultra-som é menos demorado e o número de tempos de extração pode ser reduzido. Utilizando a função de conveniência, considerando tanto o rendimento quanto a concentração de lignanas, o melhor método de extração é o uso de 84% de etanol, 38 minutos e uma única extração. Portanto, a EAUS pode ser considerada um método prático, economizador de tempo, útil e facilmente otimizado para a extração de importantes compostos de frutos de *P. cubeba*.

Palavras-chave: (-)-Cubebin, *Piper cubeba*, validação, lignanas, otimização.

A CONSERVAÇÃO DOS ALIMENTOS POR MEIO DA IRRADIAÇÃO: RISCOS OU BENEFÍCIOS

Walter Reis Calheiros
Leandro Xavier Cardoso

Universidade de Brasília, Gama DF, Brazil

A irradiação de alimentos é uma técnica utilizada na qual determinados alimentos são expostos à radiação ionizante de maneira controlada e por tempo adequado. Esse processo pode ser feito com o alimento já embalado ou não, tem como finalidade combater à ação maléfica de microrganismos, e retardar o amadurecimento de vegetais, especialmente frutas e legumes. Na irradiação de alimentos são aplicados, basicamente, cinco tipos diferentes de radiação, sendo eles: raios alfa, beta, gama, raios-X e nêutrons. A presente pesquisa teve como objetivo, verificar a aceitação do consumo de alimentos irradiados pela sociedade. A metodologia utilizada na pesquisa foi de ordem qualitativa, teve como método o investigativo e a técnica utilizada é a revisão de literaturas, teses, dissertações. Tem como estrutura três capítulos, no primeiro foi trabalhada a radiologia industrial, no segundo irradiação dos alimentos, por fim pesquisas feitas relacionadas ao tabu que a sociedade tem em relação a irradiação de alimentos. Irradiação serve para atrasar processo orgânico que leva ao apodrecimento. A fonte mais comum utilizada é o radioisótopo cobalto 60, na discussão dos resultados, verificamos que o interesse sobre a irradiação de alimentos se dá pela grande quantidade de perdas como consequência da infestação, contaminação e decomposição, há uma grande preocupação com as doenças transmitidas pelos alimentos e com aumento do comércio internacional de produtos alimentícios sujeitos as normas de exportação rígidas. Como conclusão, entendemos que a irradiação é um dos métodos de processamento de alimentos, no entanto, esta tecnologia oferece-nos uma forma segura e versátil para obter alimentos de boa qualidade, reduzindo as perdas pós-colheita. A rotulagem dos alimentos irradiados proporciona aos consumidores a oportunidade de decidir se querem ou não adquirir estes produtos. É necessário refutar os erros generalizados sobre a irradiação, especialmente a ideia de que os alimentos se tornam radioativos.

Palavras-chave: Irradiação de alimentos; Conservação de alimentos; Cobalto 60.

CARACTERÍSTICAS CEFALOMETRICAS DE PACIENTES CON LABIO Y PALADAR HENDIDO DE BOGOTÁ – COLOMBIA

Angela Maria Bautista Patiño

Estudiante Mestrado Em Odontología Universidade Federal De Uberlândia,
Od Especialista en Ortodoncia y Ortopedia Maxilar Universidad Nacional de Colombia.

Herney Alonso Rengifo Reina

Od, MSP, Mep, Od Especialista en Ortodoncia y Ortopedia Maxilar.
Docente hora Catedra Universidad Nacional de Colombia

Salomón Yezioro Rubinsky

Od Especialista en Ortodoncia y Ortopedia Maxilar
Profesor Asociado Tiempo Completo Universidad Nacional de Colombia

22

Resumen: El objetivo de este estudio fue describir las características craneofaciales de pacientes con labio y paladar hendido unilateral y bilateral no sindrómico que consultaron al servicio de ortodoncia del Hospital de la Misericordia en Bogotá-Colombia entre los años 2008-2015. 35 radiografía lateales de craneo fueron evaluadas (medidas cefalometricas laterales, verticales, dentales y de tejidos blandos) por medio del programa Dolphin Imaging. El estudio tuvo aval del comité de ética institucional. El 57% (20) de la muestra fueron hombres; con un promedio de edad de 9,8 años; el labio y paladar hendido unilateral represento el 65,7% (23) de la muestra y el bilateral el 22,8% (8). Se encontraron diferencias estadísticamente significativas en estas medidas evaluadas respecto a los valores normales. Los pacientes evaluados presentaron un diagnostico esquelético de clase II; patrón facial Hiperdivergente, retroinclinacion de incisivos superiores e inferiores; perfil cóncavo, ángulo nasolabial disminuido con retroquelia superior y proquelia inferior.

Palabras Claves: Cefalometría, ortodoncia, labio fisurado, paladar fisurado, estudio descriptivo.

Abstract: The objective of this study was to describe the craniofacial characteristics of patients with unilateral and bilateral non-syndromic cleft lip and palate who consulted the orthodontic service of the Hospital de la Misericordia in Bogotá-Colombia between 2008-2015. 35 Lateral skull radiographs were evaluated (lateral, vertical, dental and soft tissue cephalometric measurements) through the Dolphin Imaging program. The study was endorsed by the institutional ethics committee. 57% (20) of the sample were men; with an average age of 9.8 years; the unilateral cleft lip and palate represented 65.7% (23) of the sample and the bilateral one 22.8% (8). Statistically are significant differences were found in these measures evaluated with respect to normal values. The patients evaluated presented a skeletal diagnosis of class II; Hyperdivergent facial pattern, retroinclination of upper and lower incisors; concave profile, decreased nasolabial angle with superior retroquelia and inferior proquelia.

Key words: Cephalometry, orthodontics, cleft lip, cleft palate, descriptive study.

Introducción

Las hendiduras del labio y/o paladar constituyen deficiencias estructurales congénitas causadas por defectos primarios en la fusión de los procesos nasales mediales y laterales

del maxilar que forman el paladar primario y secundario, respectivamente, a partir de la sexta semana de vida embrionaria. Son las malformaciones más frecuentes en el complejo cráneo-facial y el segundo defecto de nacimiento más común después del Síndrome de Down. (1)

Las hendiduras del labio y/o paladar (LPH), afectan aproximadamente de 1 a 5 por 1000 nacidos vivos, con una variabilidad relacionada con el origen geográfico, étnico y el estrato socioeconómico(2); estas hendiduras tienen un origen multifactorial, algunas son causadas por un simple gen mutante, algunas por aberraciones cromosomales y otras por exposición a agentes medioambientales específicos(3). La gran mayoría son originadas por una interacción de factores medioambientales y genéticos. Sin embargo, la etiología definitiva del labio y/o paladar hendido aún continúa en estudio(4).

El desarrollo restringido de estructuras craneofaciales es una característica común en pacientes que presentan antecedentes de labio y paladar hendido. Las causas de esta limitación del crecimiento siguen siendo controvertidas; algunos autores como Marte y Houston, 1990; Mazaheri et al., 1967; Ross y Coupe, 1965 atribuyen estas limitaciones a bridas cicatrizales producto de reparaciones quirúrgicas a las que se someten los pacientes. Sin embargo, otros autores como (Bishara, 1973; Dahl, 1970; Smahel, 1984) mencionan otros factores como el patrón genético (rasgo heredado), y los cambios adaptativos en el sistema estomatognático producto de la falla mecánica en el cierre de las hendiduras (rasgos adquiridos)(5).

El objetivo de la presente estudio fue describir las características craneofaciales de pacientes con labio y paladar hendido unilateral o bilateral no sindrómico que consultaron al servicio de ortodoncia del hospital de la misericordia entre el año 2008 - 2015.

Materiales y Metodos:

Se realizó un estudio observacional descriptivo de corte transversal, de 35 radiografías laterales de cráneo estandarizadas de pacientes con labio y paladar hendido unilateral y bilateral No Sindrómico que consultaron por primera vez al servicio de ortodoncia del Hospital de la Misericordia Bogotá - Colombia entre los años 2008-2015. Los criterios de exclusión para este estudio fueron pacientes con labio y paladar hendido unilateral o bilateral asociados a síndromes craneofaciales. Este estudio contó con el aval del Comité de Ética de la Facultad de Odontología de la Universidad Nacional de Colombia, clasificado como un estudio con riesgo mínimo. Para la medición de las radiografías laterales, se utilizó el software Dolphin imaging versión 9.0, en donde se

realizó el trazo digital de medidas cefalometrias sagitales, verticales, dentales y de tejidos blandos.

Análisis Estadístico:

Se realiza calibración intra e interoperador, en T1-T2, donde se analizaron estos datos por medio de la prueba ICC (coeficiente de correlación intraclass) en donde para la calibración intraoperador fue del 85% e interoperador del 88%, una vez estandarizadas las medidas se realizo el procesamiento de la información por medio del programa EXCEL – STATA, donde se evaluó el tipo de distribución de la muestra (paramétrica o no paramétrica) por medio de Kolmogorov–Smirnov Test (SK Test) y la prueba Shapiro Wilk; donde el 93% de los valores presentación un comportamiento paramétrico.

Durante el análisis bivariado se evaluó la significancia estadística de cada variable a través del Test de Chi Cuadrado con sus respectivos intervalos de confianza del 95% y considerándolos estadísticamente significativos cuando $P \leq 0,05$. En los casos en donde el dato en una de las celdas de las tabulaciones cruzadas fue < 5 , se aplicó el Test de Fischer. También para variable numéricas se utilizó la prueba T Student a una o dos colas, para su distribución y relación con otras variables. se compararon las medias de las medidas de la población sujeta de estudio con los medias de los valores de población normal según cada tipo de radiografía (steiner, legn, etc) , calculando su p de significancia hasta 0,010. Para la comparación de variables no paramétricas y los grupos de labio y paladar hendido unilateral (LPHU) y labio y paladar hendido bilateral (LPHB) se utilizó la prueba no paramétrica Mann Whitney.

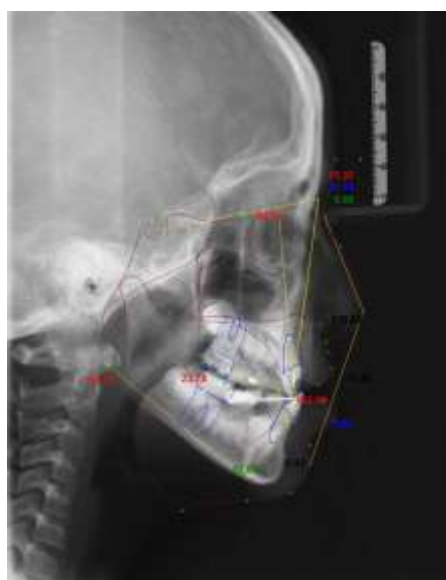


Figura 1: Puntos y medidas cefalometricas utilizadas en el estudio: Sagitales: SNA, SNB, ANB°, SN-Ar°,

Co-Gn, N-ANS, ANS-Gn, PNS-N, PNS-ANS, PNS-A. Verticales: SN -PM, Angulo Goniaco, N-ANS, ANS-Me, MP – SN, SN – PP, PP-MP. Dentales: IMPA (L1-MP), U1 – PP, U1 – SN. Tejidos Blandos: Angulo de convejidad, Angulo (G'-Sn-Po'), Angulo Nasolabial, Labio Superior a Linea E, Labio Inferior a Linea E, Protrusión Labial Superior, Protrusión Labial Inferior.

Resultados:

Del total de la población evaluada (n=35) el 57% (20) fueron hombres; y 43% (15), fueron mujeres; la edad promedio de la población en general fue de 9,78 años (+/- 2,8) en donde la edad mínima fue de 5,3 años y la máxima de 17, 6 años. La edad promedio para hombres fue de 9,65 (+/- 2.0) y para mujeres 9,96 (+/-3,7).

Los tipos de fisuras presentes en esta población se distribuyeron en 5 grupos (figura 2) siendo la fisura de labio y paladar hendido unilateral izquierdo (LPHUI) la más comun con un 48,57 % (n=17) de la población; seguido del labio y paladar hendido bilateral (LPHB) 22,86 %(n=11).

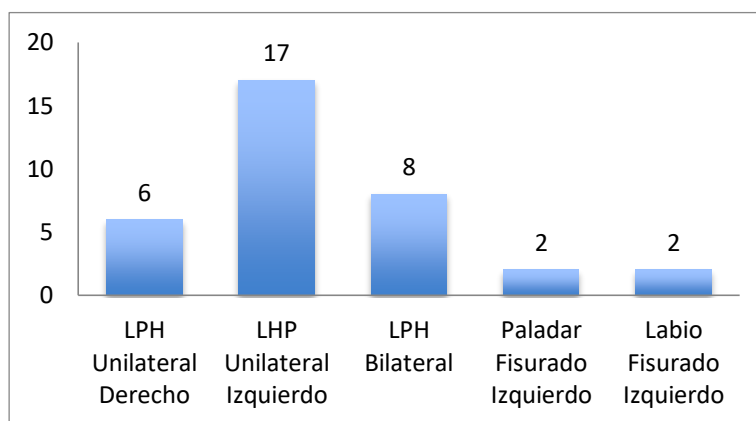


Figura 2: Tipos de fisuras de pacientes con lábio o paladar hendido. Hospital de la Misericordia Bogotá - Colombia, 2008-2015

Los resultados cefalometricos de las medidas sagitales son presentados en la figura 37. Se observa que el valor promedio del ángulo SNA fue de 80,04° con una desviación estándar de +/- 5,04°; el SNB de 75,84° con una desviación estándar de 3,88° y el ANB fue de 4,33 +/- 3,7; en cuanto a las medidas lineales; la posición del punto A y el punto B respecto N; fue de -0,82 mm +/- 3,36 y -10,35 +/- 6,23 respectivamente. El comportamiento esquelético sagital para esta población, evidencia un patrón esquelético con tendencia a clase II asociado a una posición retrusiva bimaxilar.

El resultado de las medidas verticales mostro que el comportamiento vertical de estos pacientes se correlaciona con un patrón facial Hiperdivergente con un altura facial anterior inferior aumentada.

El ángulo IMPA para esta población fue de 83,61 +/- 5,62, %; las medidas relacionadas con el punto A (U1-NA mm y U1 –Na°) presentaron un coeficiente de variación alto así como L1-NB mm. Estos resultados evidencian una retroinclinación de los incisivos tanto superiores como inferiores.

El comportamiento de los valores promedio de cada una de las medidas paramétricas y no paramétricas comparadas con su valor normal o gold estándar, mostro que el 90% de las medidas presentaron una diferencia estadísticamente significativa P menor a 0,05 respecto a su valor normal.

Se realizo una prueba no paramétrica de Wilcoxon, para realizar la comparación de las medianas entre un grupo de pacientes con LPH Unilateral (derecho o izquierdo) N=23 con pacientes de LPH Bilateral N=8. Para este análisis se encontró que 10 medias presentaron diferencias estadísticamente significativas P menor 0,05 las cuales fueron: SNA, U1-NA mm, U1-NA°, Longitud Mandibular Co-Gn, N-A (HP), G`-Sn – Sn-Me´, ángulo nasolabial y U1 – PP; los demás valores evaluados no presentaron diferencias estadísticamente significativas, teniendo un comportamiento similar tanto para pacientes con LPHU – LPHB.

MEDIDA	PROMEDIO	DE	NORMA	VALOR P
SAGITALES				
ANB°	4,3	3,7	2	0,00
SNA	80,0	5,0	82	0,02
SNB	75,8	3,9	80,9	0,00
Ángulo (SN-Ar)	129,2	6,9	52,8	0,00
Longitud Mandibular (Co-Gn)	101,2	6,8	117,4	0,00
N-ANS (mm)	44,7	3,7	54,7	0,00
ANS-Gn (mm)	52,6	4,4	68,6	0,00
PNS-N (mm)	40,6	3,7	53,9	0,00
PNS-ANS (mm)	45,5	5,7	57,7	0,00
PNS-A (mm)	41,0	5,2	57,7	0,00
VERTICALES				
Angulo SN -PM	39,4	8,3	33	0,00
Ángulo Goniaco	134,0	7,9	124,6	0,00
N-ANS (mm)	44,7	3,8	54,7	0,00
ANS-Me(mm)	52,7	4,3	58,7	0,00
Ángulo SN-PP	4,4	4,1	7	0,00
Ángulo PP-MP	29,9	5,0	23	0,00
DENTALES				
IMPA (L1-MP)	83,6	5,6	90°	0,00
U1 - PP	90,5	14,8	106-112	0,00

U1 - SN	77,0	15,7	80,62	0,00
TEJIDOS BLANDOS				
Angulo de convejjidad	137,4	5,3	134°	0,26
Labio Superior a Línea E	-2,7	1,8	-2	0,02
Labio Inferior a Línea E	2,9	2,4	-4,4	0,00
Angulo (G'-Sn-Po')	8,9	4,9	12	0,00
Angulo Nasolabial	104,9	15,9	102	0,14
Protrusión Labial Superior (mm)	3,6	1,6	3	0,01
Protrusión Labial Inferior (mm)	6,4	2,5	2,6	0,00

Figura 3: Resultados descriptivos (promedio, desviación estandar DS) de medidas cefalometricas utilizadas y correlación estadistica con las medidas normales reportadas en la literatura.

Discusion:

El comportamiento sagital de los pacientes en este estudio, mostro una correlación con una maloclusion esquelética clase II, como lo reportan algunos autores como Bongaarts(6) Dogan(7). Este tipo de hallazgos no se correlacionan con las características clinicas expresadas por estos pacientes, donde usualmente se observan mordidas cruzadas anterior, colapso transversal y sagital del maxilar superior, hallazgos clinicos caracteristicos de maloclusiones clase III. Esta diferencia entre el diagnostico radiografico y los hallazgos clinicos puede estar altamente relacionado con la utilización de puntos anatomicos altamente variables en pacientes con seculas de LPH como el PUNTO A; la localización de puntos relaciandos con el contorno anterior del maxilar superior representa una alta variabilidad y una alta probabilidad de error por la dificultad en encontrar una estructura anatomica definida (como lo es en pacientes sanos) y por la superposicion de varias estructuras relacionadas con estos defectos.

La ubicación de puntos más estables en el maxilar como ENP puede ser una alternativa para la ejecución de un adecuado diagnostico, el punto ENA puede considerarse menos variable que el punto A en pacientes con hendiduras unilaterales, pero en patologías bilaterales presenta gran variabilidad por la posición alterada de la premaxila.

Las medidas relacionadas con la posición de la mandibular como SNB, Gonion – Pogonion (mm)- B-Po, longitud mandibular, presentan un comportamiento estable y coeficientes de variación pequeños,.

El presente estudio encontró valores promedio del ángulo SNA cercanos a 80°, similares a lo reportado por Gnoinski(8), Bartazela(9), Bongaarts(6) en pacientes con edades cercanas a los 9 años; Ting-Ting Wu(10) y Moreira reportaron promedios menores cercanos a 77° y Da silva Filho (11) aumentado cercano a 89°, a pesar de esto la desviación estándar de esta estudio involucra dichos promedios.

Respecto a las medidas relacionadas con verticalidad se encontró que los pacientes con secuelas de LPH presentan un patrón facial Hiperdivergente y una altura facial anterior inferior aumentada con un ángulo goniaco de 134,03° +/- 7,87, maxilo mandibular de 29,9 +/- 5,4; Ar- Go-Me 128,41 +/- 6,07; estos valores son similares a lo reportado en la literatura por Gnoinski(8), Semb (12), Yudovich y Col(13). El ángulo SN-PP presento valores menores en comparación a los reportado en la literatura.

Los resultados obtenidos en la medidas dentales que se relacionan con el incisivo superior y el punto A presentan un alto grado de dispersión y variabilidad, como por ejemplo la medida U1 -NA ° cuyo promedio es 2,69 +/- 17,22, esto se correlaciona con lo encontrado en la literatura por Rivera-Magallanes(14), Yudovich y Col; la alta dispersión de estas medidas hace pensar que no son variables confiables para describir el comportamiento dental de pacientes con labio y paladar fisurado. La medida de IMPA presento un comportamiento estable y se correlaciona con lo reportado por Bongaarts y Da silva como lo muestra la tabla 18, algunos autores como Bartazela y Ting -Ting Wu encontraron un IMPA de 90° aproximadamente lo cual es cercano a la norma establecida.

Respecto a las características faciales de tejidos blandos se encontró que las medidas relacionadas con el labio superior e inferior, presentan un comportamiento disperso, con coeficientes de variación superiores al 30%, a pesar de ello se puede decir que para este estudio los pacientes con LPH presentaron una proquelia inferior que se relaciona con las características clínicas que se esperan encontrar en estos pacientes. El promedio del ángulo nasolabial fue de 104,8°; el cual se encuentra disminuido acorde a lo reportado por Bartazela, Bongaarts, Hasanzadeh y Da Silva quienes reportan promedios cercanos a 115°; esta diferencia se puede deber a que los tejidos blandos presentan una alta variación en su proyección teniendo en cuenta que esto depende de la intervención quirúrgica inicial que hayan recibido esos pacientes, y si utilizaron o no aparatología de ortopedia prequirúrgica como moldeadores nasoalveolares.

Conclusiones y Recomendaciones:

- El LPHUI fue la anomalía más frecuente en la muestra estudiada seguida por LPHB y LPHUD. El género masculino y el lado izquierdo fueron los más afectados.
- El comportamiento sagital de los pacientes en este estudio se relaciona con maloclusiones de clase II, lo cual representa una limitante en la aplicación de cefalometrias convencionales, puesto que no reflejan la condición clínica del paciente, y se fundamentan en la posición del punto A que es altamente variable y poco reproducible para esta patología.
- Los pacientes de LPH del hospital de la Misericordia presentaron una tendencia a tener un patrón facial hiperdivergente y una rotación horaria del plano mandibular con un ángulo goniaco aumentado.
- Con este estudio no es posible establecer de forma confiable la inclinación del incisivo superior en pacientes con LPH debido a la alta variabilidad y dispersión de los datos obtenidos para esta medida.
- Se requieren estudios longitudinales de crecimiento y desarrollo en población Colombiana que permitan la correlación de medidas cefalométricas de pacientes sanos con pacientes de LPH para el establecimiento de sus características craneofaciales. Se recomienda utilizar puntos alternos que no dependan del contorno anterior del maxilar superior.

Referencias Bibliográficas:

1. Murray J. Gene/environment causes of cleft lip and/or palate. *Clin Genet* 2002;61:248 – 56.
2. Charry IA, M. L, Castaño Castrillón JJ, Gómez BJ, Higuera, J, Mateus GL, Villegas O. Caracterización de los pacientes con labio y paladar hendido y de la atención brindada en el hospital infantil universitario de Manizales, 2010.pdf. Universidad de Manizales - Facultad de Medicina. 2013.
3. Vanderas A. Incidence of cleft lip, cleft palate and cleft lip and palate among races: a review. *Cleft Palate J.* 1987;24:216 - 25.
4. Pedersen TK, Thomsen SG. Spontaneous resolution of amniotic bands. *Ultrasound Obstet Gynecol.* 2001;18:673.4.
5. Harada K, Baba Y, Ohyama K, Omura K. Soft tissue profile changes of the midface in patients with cleft lip and palate following maxillary distraction osteogenesis: a preliminary study. *Oral Surg Oral Med Oral Pathol Oral Radiol Endod.* 2002;94(6):673-7.
6. Bongaarts CA, Prah-Andersen B, Bronkhorst EM, Prah C, Ongkosuwito EM, Borstlap WA, et al. Infant orthopedics and facial growth in complete unilateral cleft lip and palate until six years of age (Dutchcleft). *Cleft Palate Craniofac J.* 2009;46(6):654-63.
7. Dogan S, Oncag G, Akin Y. Craniofacial development in children with unilateral cleft lip and palate. *Br J Oral Maxillofac Surg.* 2006;44(1):28-33.

8. Gnoinski WM, Rutz G. A longitudinal cephalometric study from age 5 to 18 years on individuals with complete bilateral cleft lip and palate. *J Craniofac Surg.* 2009;20 Suppl 2:1672-82.
9. Bartzela TN, Katsaros C, Bronkhorst EM, Rizell S, Halazonetis D, Kuijpers-Jagtman AM. A two-centre study on facial morphology in patients with complete bilateral cleft lip and palate at nine years of age. *Int J Oral Maxillofac Surg.* 2011;40(8):782-9.
10. Wu TT, Ko EW, Chen PK, Huang CS. Craniofacial characteristics in unilateral complete cleft lip and palate patients with congenitally missing teeth. *Am J Orthod Dentofacial Orthop.* 2013;144(3):381-90.
11. Filho OdS, Lauris MC, Filho LC, Semb G. Craniofacial Morphology in Adult Patients with Unoperated Complete Bilateral Cleft Lip and Palate. *The Cleft Palate-Craniofacial Journal* 1998;35(2).
12. Semb G. A Study of Facial Growth in Patients with Unilateral Cleft Lip and Palate Treated by the Oslo CLP Team *The Cleft Palate-Craniofacial Journal.* 1991;28(1):1-21.
13. Burak MY, Ponglertnapakorn A, Calderón EGoGa. Análisis cefalométrico de las características esqueléticas y dentales que presentan pacientes adultos con fisuras labiopalatinas que recibieron tratamiento ortopédico, ortodóncico y/o quirúrgico durante su infancia y adolescencia. *Revista Mexicana de Ortodoncia.* 2015;3(1):22-32.
14. Rivera-Magallanes S, Gutiérrez-Castrellón P, Palacio-Zurita L. Evaluación del crecimiento craneofacial por medio de cefalometría con técnica de Steiner, aplicada a niños sometidos a procedimientos quirúrgicos rinoseptales. *Anales de Otorrinolaringología.* 2004;49(3).

A EXPRESSÃO DE EMOÇÕES NA VOZ E NA FALA: ANÁLISE DE CASO REAL

Carla Aparecida de Vasconcelos^{1,2}
Maurílio Nunes Vieira²
Hani Camille Yehia²

(1) Programa de Pós-Graduação em Neurociências da Universidade Federal de Minas Gerais. Avenida Antônio Carlos, 6627, Belo Horizonte - MG, Brasil.

(2) CEFALA - Centro de Estudos da Fala, Acústica, Linguagem e Música da Universidade Federal de Minas Gerais. Avenida Antônio Carlos, 6627, Belo Horizonte - MG, Brasil.

E-mails: carlavfono@yahoo.com.br - maurilionunesv@cpdee.ufmg.br - hani@cefala.org.

31

Resumo: Este estudo teve como objetivo analisar os efeitos da expressão de emoções sobre a voz, fala e fluência de um aviador em situação real de acidente aeronáutico. Para tanto, foram extraídos dados da comunicação entre o piloto e a torre de controle, armazenados no CVR (*Cockpit Voice Recorder*) da aeronave no dia do acidente, e comparados às suas amostras de fala em dias anteriores. Salienta-se que o aviador pilotava em dia de chuva intensa, tendo relatado dificuldade para pouso devido às más condições de visibilidade. Para as análises, seguiu-se o roteiro de avaliação dos parâmetros acústicos das emoções de Scherer. Tais análises se embasaram, ainda, na concepção de que o estado emocional influencia o falante, causando variações decorrentes de respostas fisiológicas eliciadas no indivíduo pelas emoções. Essas variações, por sua vez, ocasionam alterações na respiração, fonação e articulação, processos diretamente relacionados à voz, fala e fluência. Ressalta-se que as emoções são produzidas a partir de uma avaliação cognitiva automática do indivíduo sobre eventos externos e internos considerados relevantes para seus interesses e necessidades. Também são caracterizadas por um alto grau de sincronização de subsistemas do organismo (cognitivo, motivacional, fisiológico e motor). Por meio deste estudo, verificou-se que, na data do acidente, o piloto apresentou variações da voz, fala e fluência como aumento da taxa de articulação, *pitch* agudo em comparação aos dias anteriores ao acidente e ao padrão de normalidade para falantes brasileiros do sexo masculino, incoordenação pneumofonoarticulatória, qualidade vocal tensa, fala ofegante e voz trêmula. Considerando-se estudos sobre a metodologia dos parâmetros acústicos e clínicos para avaliação da expressão de emoções, é possível inferir que o piloto apresentava traços de apreensão/preocupação e ansiedade variando até o temor no áudio do dia do acidente, sobretudo, no instante imediatamente anterior ao impacto.

Palavras-chave: Acústica das emoções, Voz, Fala, Fluência.

Abstract: This study aimed to analyze the effects of the expression of emotions on voice, speech and fluency of an aviator in a real aeronautical accident case. For that, data from the communication between the pilot and the control tower stored in the CVR (*Cockpit Voice Recorder*) of the aircraft in the day of the accident were extracted and compared with their speech samples of the previous days. It should be noted that the aviator had been flying in a day of intense rain when he reported difficulty in landing due to poor visibility conditions. For the analysis, the script for evaluation of the acoustic parameters of the emotions of Scherer was followed. This analysis was also based on the conception that the emotional state influences the speaker, causing

variations resulting from the physiological responses elicited in the individual by the emotions. These variations cause changes in breathing, phonation and articulation. It is emphasized that emotions are produced from an automatic cognitive assessment of the individual on external and internal events considered relevant to their interests and needs. They are also characterized by a high degree of synchronization of the organism's subsystems. It was verified that, at the date of the accident, the pilot presented variations of voice, speech and fluency such as increased articulation rate, acute pitch compared to the prior days to the accident and to the normality pattern for Brazilian speakers of male gender, incoordination of breathing, tense vocal quality, breathless speech and tremulous voice. Considering studies on the methodology of acoustic and clinical parameters to evaluate the expression of emotions, it is possible to infer that the pilot presented traces of apprehension / anxiety and anxiety varying to the fear in audio of the day of the accident, especially in the instant immediately before the impact.

Keywords: Acoustics of emotions, Voice, Speech, Fluency.

Introdução

As emoções são estudadas em diversas áreas científicas como Psicologia, Neurociência, Psiquiatria e Antropologia. Pesquisas neurocientíficas mostraram não apenas que as emoções têm suas origens na atividade cerebral, mas que diferentes emoções exibem padrões diferentes de atividade neural [1].

Do ponto de vista aristotélico, as emoções são todos aqueles sentimentos que mudam os homens a ponto de afetar seus julgamentos e que são acompanhados de dor ou prazer. Tais são raiva, piedade, medo e afins, com seus opostos. A emoção é, de fato, uma categoria heterogênea que abrange uma ampla variedade de fenômenos psicológicos importantes. Algumas emoções são muito breves e quase inconscientes, como um súbito rubor de constrangimento ou uma explosão de raiva. Outras, como o amor ou o ressentimento podem ser duradouras. Uma emoção pode ser profunda, no sentido de que é essencial para a sobrevivência física ou para a saúde mental, ou pode ser trivial ou disfuncional. Uma emoção pode ser socialmente apropriada ou inapropriada. Pode até ser socialmente obrigatória - por exemplo, sentir remorso após cometer um crime ou sentir pesar em um funeral [1,2].

Como Aristóteles e os teólogos medievais entenderam muito bem, as emoções são essenciais para uma existência humana saudável. Enquanto algumas emoções podem sair do controle e prejudicar o bem-estar pessoal e as relações sociais, a maioria das emoções é funcional e adaptativa. As emoções motivam o comportamento moral (assim como o imoral) e desempenham um papel essencial na criatividade e na curiosidade científica. As emoções, assim como os sentidos físicos, moldam os

processos básicos de percepção e memória e influenciam as maneiras pelas quais as pessoas concebem e interpretam o mundo ao seu redor [1,2].

As emoções são estruturadas de várias maneiras: por sua neurologia subjacente, pelos julgamentos e avaliações que entram nelas, pelo comportamento que as expressa ou manifesta e pelos contextos sociais mais amplos em que ocorrem. Assim, pode-se dizer que uma emoção é um fenômeno neuro-fisiológico-comportamental-avaliativo-experiencial-social. Diferentes emoções irão manifestar tais estruturas em diferentes graus e de diferentes maneiras, dependendo do tipo e das circunstâncias [1].

Darwin [3] observou a notável semelhança entre as expressões emocionais de muitos mamíferos e humanos. Assim, ele postulou tanto uma explicação evolucionista da similaridade, quanto uma tese antropológica de que as expressões faciais da emoção, como as da raiva, surpresa e medo, são universais nos seres humanos. Na década de 1960, o psicólogo americano Paul Ekman tentou refutar a tese antropológica de Darwin, mas descobriu, para sua consternação inicial, que isso era confirmado pela crescente evidência intercultural [1,4].

Em 1986 Scherer [5] propôs um modelo conhecido como “modelo de processo componencial” por meio do qual tenta explicar o processo de avaliação cognitiva de um indivíduo. O viés do modelo é cognitivista somado a uma visão evolucionista das emoções, pois, para o pesquisador, as respostas emocionais têm também o papel de contribuir para a sobrevivência dos indivíduos. Nesse modelo, a emoção é vista como um processo e como resposta adaptativa de vários subsistemas (ou componentes).

Segundo o pesquisador, os diversos subsistemas de processamento de informação do indivíduo (cognitivo, motivacional, fisiológico e motor) realizam uma checagem contínua dos estímulos internos e externos por meio de critérios definidos [5].

As consequências dessas checagens sobre os parâmetros acústicos da voz e da fala são exemplificadas nas seguintes etapas: 1 – um indivíduo que avalia um estímulo como perigoso tem um impacto sobre a frequência fundamental da voz que se torna aumentada. Isso se dá por resposta do Sistema Nervoso Central (SNC) que aumentaria a tensão muscular e a taxa de vibração das pregas vocais. 2 – A salivação tende a diminuir também por reação do SNC impactando nas frequências de ressonância do trato vocal (formantes) fazendo com que o *pitch* (ligado à frequência fundamental f_0) soe mais agudo [5].

Para Chung [6] e Fónagy [7], as emoções pertencem a um nível mais elementar e instintivo da linguagem chegando mesmo a contrariar a arbitrariedade sendo, portanto,

menos convencionais. Fónagy [7] afirma, ainda, que as emoções são manifestações psíquicas do indivíduo e advém da pulsão.

De acordo com Martins [8], as emoções básicas ou primárias são universais e inatas sendo que alguns exemplos dessas seriam: a alegria, a tristeza, a raiva e o medo.

Ainda segundo Martins [8], as emoções se distinguiriam por seus graus de intensidade e combinações entre elas. Para os graus de intensidade exemplificamos as emoções primárias citadas anteriormente:

- (i) animosidade, exasperação, irritabilidade, **raiva**, ira, fúria e ódio;
- (ii) vivacidade, contentamento, empolgação, **alegria**, deleite, felicidade e êxtase;
- (iii) dissabor, desgosto, lamento, **tristeza**, amargura, melancolia e luto;
- (iv) apreensão, receio, temor, **medo**, horror, terror e pavor.

Para Viola [9], as emoções da categoria (iv) (medo) têm como correlatos fonético-acústicos: aumento de f_0 médio, da extensão de f_0 e do nível do *pitch* com redução dos intervalos melódicos; aumento da taxa de elocução; voz irregular por alteração respiratória; articulação melhor definida; e intensidade que tende a ser baixa com grande variabilidade (exceto no pânico, quando a intensidade fica elevada). Para as formas mais suaves dessa categoria de emoção, como preocupação ou ansiedade, há discordância na literatura científica com relação à energia de alta frequência, pois alguns autores observam extensão e outros não. Essas duas últimas categorias também apresentam característica de finalização do enunciado com inspiração ruidosa e constrição laríngea [9].

Desenvolvimento

Foi recebido, para a análise pericial, um DVD-R da marca PLASMON, durante reunião no CENIPA, cujo conteúdo refere-se a um arquivo de áudio contendo quatro canais distintos de gravação (quatro amostras distintas de áudio) e um arquivo de transcrição de conteúdo de áudio em MS-Word.

O número serial do DVD é “A13070529104243306” e as amostras de cada canal do arquivo de áudio são denominadas “22012017_1129_H1”; “22012017_1129_H2”; “22012017_1129_H3” e “22012017_1129_H4”, todas, evidentemente, contendo a mesma duração (1863,648 segundos ou, aproximadamente, 31’4”). O arquivo em MS-Word é denominado “TRANSCRIÇÃO PR”.

Considerando os cuidados necessários para a confidencialidade dos dados à época, utilizou-se, para a avaliação e análise pericial dos materiais, um notebook da marca HP, Core Duo sem placa de rede para impossibilitar a interceptação dos dados

via Internet. Foram utilizados, ainda, os seguintes recursos: sistema operacional *Windows XP*, *Office 2007* profissional, *Adobe Audition 3*, *PRAAT* versão 5.3.85, *Gram 5.7*, *Adobe Soundbooth* e fone de ouvido da *BEATS* modelo *PRO*.

Resultados e Discussões

A seguir serão apresentados achados acústicos e clínicos do canal de áudio que captava os diálogos do piloto com o controle de tráfego aéreo.

Salienta-se que não foram utilizados símbolos fonéticos nas transcrições dos trechos para facilitar a compreensão dos leitores não especialistas em Ciência da Fala sobre os enunciados proferidos. A divisão silábica utilizada foi fonética e as transcrições das sílabas também não seguiram fielmente a norma culta do Português, tendo em vista que o objetivo era o de aproximar a transcrição da produção oral realizada pelo piloto.

Ressalta-se também que o piloto era do gênero masculino, tinha 56 anos de idade, sem histórico de doenças, e que no exame toxicológico *post-mortem* não foram encontrados traços de substâncias entorpecentes do SNC.

Por meio da imagem espectrográfica a seguir (Figura 1), podemos verificar trechos em que o piloto apresenta taxa de elocução normal para levemente aumentada (6 a 6,8 síl/seg) e f_0 alto durante a fala encadeada. Além desses parâmetros acústicos citados, constata-se *pitch* agudo para o padrão masculino brasileiro e também em comparação ao seu próprio padrão (trechos da sua fala anteriores ao dia do acidente), incoordenação pneumofonoarticulatória (alteração na coordenação entre a respiração e articulação) e qualidade vocal tensa durante todo o percurso do voo no dia do acidente, acentuando-se no trecho demonstrado a seguir, sendo que, nesse trecho, a voz apresenta-se levemente trêmula. É importante ressaltar que o falante se apresenta ofegante durante todo o percurso da viagem, sendo que há um momento de acentuação também no trecho demonstrado a seguir.

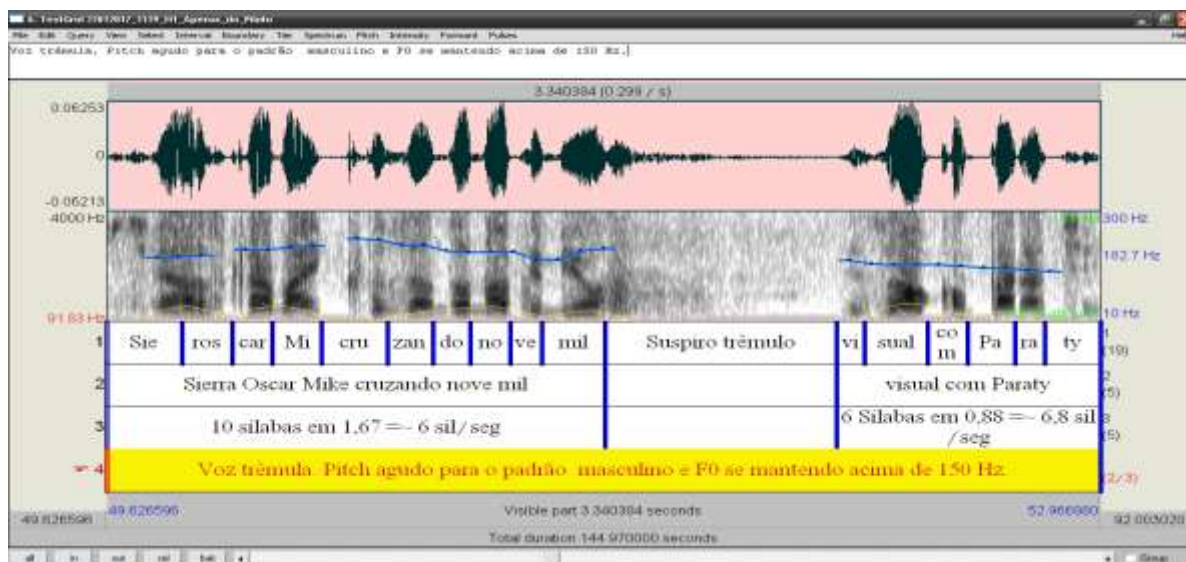


Figura 1: Trecho do diálogo do piloto com a torre de controle ocorrido no instante 1134,14 segundos (18'54") do canal de áudio denominado "22012017_1129_H3".

Os espectrogramas a seguir (figuras 2 e 3) referem-se ao penúltimo trecho de fala do piloto antes do impacto. Podemos observar que, semelhantemente ao primeiro trecho apresentado, o piloto apresenta taxa de elocução normal, taxa de articulação normal para levemente aumentada, f_0 alto, *pitch* agudo, incoordenação pneumofonoarticulatória, qualidade vocal tensa, fala ofegante e voz trêmula, sendo que nesse trecho essas características são mais acentuadas do que no anteriormente apresentado.

De acordo com a definição da Psicodinâmica Vocal, descrita por Behlau [10], a voz trêmula relaciona-se com a expressão de indecisão e medo, assim como a voz tensa transmite diversas emoções da família medo.

De acordo com Martins [8], as emoções podem ser organizadas em famílias (quando têm características semelhantes) e por grau de intensidade (o medo, por exemplo, pode ir da apreensão até o pânico).

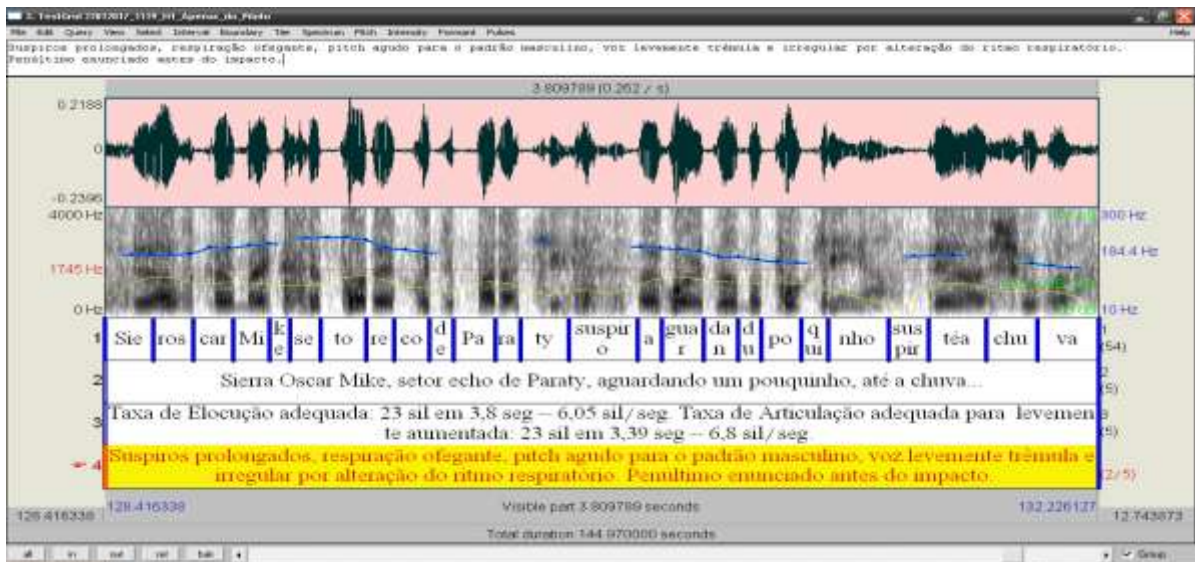
Considerando-se os estudos de Scherer [5] e Banse e Scherer [11] sobre metodologia dos parâmetros acústicos para avaliação da Expressão de Emoções, e também os citados anteriormente, podemos inferir que o piloto apresentava em suas emissões vocais, no dia do acidente, traços de apreensão ou preocupação e ansiedade variando até o temor, sobretudo no instante imediatamente anterior ao impacto.

De acordo com Scherer [5], o estado emocional do falante influencia sua produção vocal porque as emoções desencadeiam respostas fisiológicas no indivíduo, tais como alterações no SNC (somático e autônomo) que é responsável por controlar

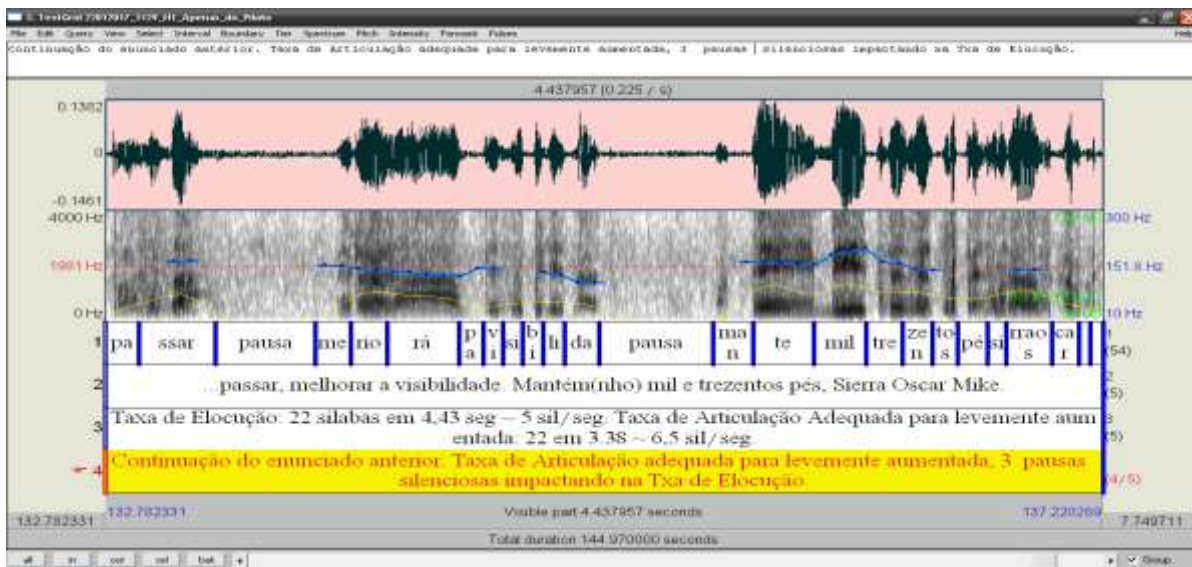
voluntariamente os músculos, a respiração e a circulação sanguínea. Essas alterações, por sua vez, acarretam variações na respiração, fonação e articulação, processos diretamente relacionados à fala.

Do mesmo modo, as emoções também podem afetar a atenção e a cognição do falante, o que acaba por dificultar o planejamento do discurso (fala e prosódia), como nas situações de medo ou ansiedade, ou facilitá-lo, como nas situações de alegria, Johnstone e Scherer [12].

Os pesquisadores adeptos da teoria evolucionista das emoções postulam a existência de um conjunto pequeno de emoções que são universais e muito diferentes entre si, apresentando expressões faciais e alterações fisiológicas específicas a cada uma delas, como alegria, tristeza, medo, nojo, entre outros, Ekman [4]. Nessa mesma linha de entendimento, os pesquisadores que estudam a expressão das emoções na fala assumem que essas também possuem padrões distintos nos parâmetros acústicos, Banse e Scherer [11].



Figuras 2: Trecho do diálogo do piloto com a torre de controle ocorrido no instante 1634,21 segundos (27’14”) do canal de áudio denominado “22012017_1129_H3”.



Figuras 3: Trecho do diálogo do piloto com a torre de controle ocorrido no instante 1634,21 segundos (27'14" minutos) do canal de áudio denominado "22012017_1129_H3".

O ruído de impacto inicia-se no instante 1862,52 segundos, ou seja, aos 31'2", sendo que ocorre, aproximadamente, 37 segundos após a última emissão do piloto (que foi uma pequena emissão sussurrada com identificação apenas parcial das sílabas produzidas).

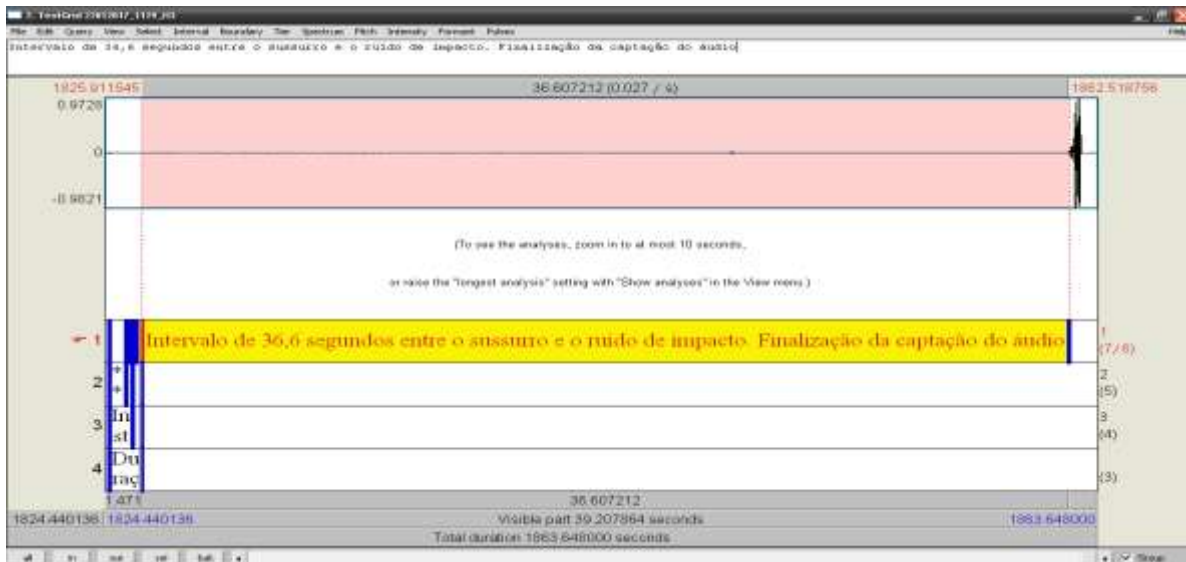


Figura 4: Intervalo entre a última emissão do piloto (em sussurro) e o ruído de impacto.

Conclusões

Considerando-se os estudos sobre metodologia dos parâmetros acústicos e clínicos para avaliação da Expressão de Emoções, podemos inferir que o piloto apresentava traços de apreensão ou preocupação e ansiedade variando até o temor no áudio em questão, sobretudo, no instante imediatamente anterior ao impacto.

É importante ressaltar que não foram encontrados indícios de fadiga nem sonolência por meio da análise de voz, fala e linguagem do piloto nos arquivos de áudio do dia do acidente nem alterações compatíveis com uso de substâncias entorpecentes do sistema nervoso central.

Salienta-se ainda que não foram constatados gritos ou quaisquer emissões indicativas de situação de pânico do piloto nem dos passageiros antes do impacto. Também não foram constatados questionamentos ou diálogos dos passageiros com o piloto ao final do áudio.

Referências

- [1] Solomon, R. C. Emotion. *Encyclopædia Britannica*, Inc. 2017. [Online]. Available: <https://www.britannica.com/science/emotion>.
- [2] Aristóteles. Retórica das Paixões. Trad. do grego por Isis Borges B. da Fonseca. São Paulo: Martins Fontes 2000.
- [3] Darwin, C. A expressão das emoções no homem e nos animais. Trad. por Leon de Souza Lobo Garcia. São Paulo: Companhia das Letras, 2009 [1872].
- [4] Ekman, P. An argument for basic emotions. In: *Cognition & Emotion*, v. 6, n. 3/4, p. 169 – 200, 1992.
- [5] Scherer, K. R. Vocal affect expression: a review and a model for future research. In: *Psychological Bulletin*, v. 99, n. 2, p. 143-165, 1986.
- [6] Chung, S. J. *L'expression et la perception de l'émotion extraite de la parole spontanée: évidences du coréen et de l'anglais*. Tese de Doutorado Université de la Sorbonne Nouvelle III - Paris, 2000.
- [7] Fónagy, I. As funções modais da entoação. *Cadernos de Estudos Linguísticos*. Campinas, v. 25, Jul./Dez., p. 25-65, 1993.
- [8] Martins, J. M. A lógica das emoções na ciência e na vida. Petrópolis: Ed. Vozes, 2004.
- [9] Viola, I. C. Expressividade, estilo e gesto vocal. Lorena: Instituto Santa Teresa, 2008.
- [10] Behlau, M. Voz: o livro do especialista. Rio de Janeiro: Revinter, 2001.
- [11] Banse, R.; Scherer, K. R. Acoustic profiles in vocal emotion expression. In: *Journal of Personality and Social Psychology*, v. 70, n. 3, p. 614 – 636, 1996.
- [12] Johnstone, T.; Scherer, K. R. Vocal communication of emotion. In: LEWIS, M.; HAVILAND, J. M. (orgs.) *Handbook of emotions*. 2. ed. Nova Iorque: Guilford, 2000.

GÊNERO E SEXUALIDADE NA GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA DO BRASIL

Jéssica Maiza Nogueira Silva
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
Gustavo Antonio Raimondi
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
Danilo Borges Paulino
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

40

Resumo: A formação em Saúde Coletiva tem como objetivo formar profissionais da saúde com conhecimentos voltados para a promoção, prevenção e gestão da saúde. Entretanto, no direcionamento para a abordagem das questões de gênero e sexualidade ainda se observa um aparente silenciamento desse debate nos cursos. O objetivo é compreender a presença ou não desta temática na formação, a partir dos Projetos Pedagógicos Curriculares dos cursos de graduação em Saúde Coletiva no Brasil. Foram analisados 16 projetos dos 21 cursos existentes, sendo constatado, que 12 cursos possuem disciplinas que discutem as questões de gênero e sexualidade. Conclui-se que o debate de gênero e sexualidade ocorre em grande parte das instituições que apresentam o curso de Saúde Coletiva, entretanto esse campo de discussões precisa ser aprimorado inclusive na Diretriz Curricular Nacional para os cursos, que deve explicitar esses temas, viabilizando uma formação que supere os preconceitos presentes em uma sociedade heteronormativa.

Palavras-chave: Gênero, Sexualidade, Saúde Coletiva, Projeto Pedagógico Curricular

Abstract: The Public Health degree course aims to train health professionals with knowledge focused on the promotion, prevention and management in the health. However, in the direction to approach the issues of gender and sexuality there is still an apparent silencing of this debate in the courses. The objective is to understand the presence or not of this subject in the training, from the Curricular Pedagogical Projects of the Public Health degree course in Brazil. Sixteen projects from the 21 existing courses were analyzed, and 12 courses have disciplines that discuss the issues of gender and sexuality. It is concluded that the debate about gender and sexuality occurs in a large part of the institutions that present the Public Health course, however this discussions needs to be improved, including in the National Curricular Guideline for the courses, which should make explicit these themes, enabling a formation that overcomes the prejudices present in a heteronormative society.

Keywords: Gender, Sexuality, Collective Health, Curricular Pedagogical Project.

INTRODUÇÃO

1.1 Saúde Coletiva: uma ciência em constante (re)construção

A Saúde Coletiva é definida como o campo do saber relacionado à saúde, doenças e agravos, mas, também, à amplitude dos aspectos sociais envolvidos no processo saúde-adoecimento-cuidado. Por isso, a Saúde Coletiva envolve ações práticas, técnicas, teóricas e políticas (SOUZA, 2014). Enquanto área de conhecimento acadêmico, surgiu na década de 50 por meio da crise na formação médica, qual era

caracterizada pela fragmentação e excessivo estímulo à especialização. Essa proposta, tinha a intenção de ampliar os conhecimentos sobre o processo saúde-adoecimento-cuidado e fornecer visão integral do indivíduo, com enfoque no currículo médico (NUNES, 1994; SOUZA, 2014).

Esse campo do saber se consolidou e se institucionalizou no Brasil na década de 70, através, principalmente, do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (CEBES), criado em 1976 com o intuito de lutar pela democratização da sociedade e a defesa dos direitos sociais, em particular o direito universal à saúde. O outro responsável é a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) que surgiu em 1979, a qual se chamava, inicialmente, Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, com objetivo de articular os centros de ensino, pesquisa e treinamento em Saúde Coletiva, para o fortalecimento do diálogo entre a comunidade técnico-científica, serviços de saúde, organizações governamentais e não governamentais e sociedade civil, como o que ocorre nas Conferências Nacionais de Saúde – CNS's (NUNES, 1994; RUELA, 2013; LIMA 2006).

Dessa maneira, a formação em Saúde Coletiva tem o objetivo de formar futuros profissionais da saúde com conhecimentos voltados para a análise crítica e reflexiva dos processos de saúde-adoecimento-cuidado no âmbito do sistema de saúde. Com compreensão das necessidades de saúde da população, das ações de promoção e prevenção, da vigilância em saúde, da participação no desenvolvimento e execução de políticas públicas e da gestão dos sistemas de saúde público e privado, principalmente o Sistema Único de Saúde (SUS), do planejamento de ações em saúde e da educação em saúde. Tendo o comprometimento, compromisso e respeito à população afim de melhorar a qualidade de vida da população (CNS, 2017).

O primeiro curso de bacharelado em Saúde Coletiva surge em 2002 chamado Administração de Sistemas e Serviços de Saúde da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) e em 2009 mais instituições dão início a novos cursos de saúde coletiva. Atualmente já são 21 cursos de bacharelado em Saúde Coletiva distribuídos em todas as regiões do país. Sendo importante ressaltar que, antes da criação desses cursos de bacharelado, já era conhecida a profissão de sanitarista, sendo conferido essa titulação a partir de cursos de especializações e pós-graduação em Saúde Coletiva ou Saúde Pública (CEZAR, 2015; LORENA, 2016).

1.2 A discussão de gênero e sexualidade na formação em Saúde Coletiva

O Curso de Graduação em Saúde Coletiva tem uma formação acadêmica direcionada para o aprimoramento da saúde pública, a partir da luta pela equidade em saúde e a redução do efeito negativo dos determinantes sociais de saúde. Com isso observa-se que as questões de gênero e sexualidade tem ganhado escopo nas discussões da Saúde Coletiva, uma vez que a partir da 12^o CNS, realizada em 2003, esses assuntos, assim como os direitos em saúde de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT), a inclusão do tema da orientação sexual e identidade de gênero nas políticas de saúde, pela não discriminação por identidade de gênero e orientação sexual no SUS e para a definição de estratégias para o enfrentamento dos problemas de saúde da população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) começam a ser debatidos à nível nacional (BRASIL CNS, 2004). Também em 2007, na 13^a CNS, a orientação sexual e a identidade de gênero foram incluídas na análise da determinação social da saúde, tendo sido feitas algumas recomendações nesta conferência como o desenvolvimento de ações intersetoriais de educação em direitos humanos e respeito à diversidade e a efetivação de campanhas e currículos escolares que abordem direitos humanos (BRASIL, 2008).

Paralelamente a esse direcionamento da inclusão na formação em saúde das questões de gênero e sexualidade, a Organização Mundial da Saúde (OMS) em 2006 adota uma política de gênero, a de afim enfrentar as desigualdades na saúde relacionadas às questões de gênero. A chave para alcançar esse objetivo é fazer com que as questões de gênero se tornem integrantes dos currículos dos profissionais da saúde. Sendo que as iniciativas sugeridas pelo documento para integrar as questões de gênero nos currículos dos profissionais de saúde são: capacitação de professores; e defesa para a mudança de políticas relativas ao currículo dos profissionais de saúde (WHO, 2006).

1.3 Os Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação

A Diretriz Curricular Nacional (DCN) para os Cursos de Graduação em Saúde Coletiva foi aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) no dia 7 de Abril de 2017, como é ainda muito recente os projetos pedagógicos curriculares (PPC) dos cursos se fundamentam majoritariamente nas DCN que regulamenta os cursos de graduação da área da Saúde e nas Diretrizes e Bases da Educação. A primeira proposta de DCN foi elaborada pela ABRASCO em 2015, e em cima desta mesma proposta o

Conselho Nacional de Saúde (CNS) propôs ainda algumas sugestões e sua posterior aprovação.

Essa DCN estabelece o perfil do bacharel em Saúde Coletiva e os componentes curriculares fundamentais para a formação. Ela traz orientações quando à elaboração, implementação e avaliação PPC das Graduações em Saúde Coletiva. O documento explicita que o projeto pedagógico do curso deverá ter como princípio norteador a compreensão das necessidades sociais em saúde. Sendo que, os conteúdos fundamentais para o curso são aqueles necessários para a compreensão do processo saúde-adoecimento-cuidado-qualidade-de-vida (CNS, 2017). Embora os cursos de graduação em Saúde Coletiva apresentem uma íntima relação com as instituições relacionadas a esse campo, citadas anteriormente, e aos movimentos sociais também relacionados com essa prática de saúde, evidencia-se um não pronunciamento dos determinantes sociais em saúde, bem como das questões de gênero e sexualidade na DCN.

Dessa forma, apesar desses direcionamentos para a abordagem das questões de gênero e sexualidade nos cursos de graduação das profissões de saúde, como apresentado, observa-se que ainda faltam ações pedagógicas/políticas sobre esse debate nos cursos de graduação em saúde. Assim, o presente artigo tem como objetivo problematizar a presença ou não de conteúdos que contemplem aspectos de gênero e sexualidade na formação dos(as) sanitaristas em nosso país.

2.– MÉTODO

O método adotado fundamenta-se nos pressupostos da pesquisa qualitativa, com a utilização da Pesquisa Documental, a partir do levantamento e análise de todos os PPC dos cursos de graduação em Saúde Coletiva no Brasil. Tendo a análise temática como suporte analítico uma vez que essa consiste na separação de núcleos ou categorias que se destacam nos elementos analisados (MINAYO, 2014).

Foram analisados os PPC's de cada curso de graduação em Saúde Coletiva a partir de 2008, quando surgiram os primeiros projetos, até os documentos de 2016, ano da coleta de dados. Ressalta-se que como esses documentos são de domínio público, não houve a necessidade de submissão dessa proposta de pesquisa ao Comitê de Ética em Pesquisa, de acordo com a Resolução nº 510, de 07 de Abril de 2016 do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2016).

A primeira forma de obtenção dos dados, ou seja, dos PPC's dos cursos, foi feita através de uma busca sistematizada nos sítios eletrônicos das 21 instituições que

oferecem o curso de graduação em saúde coletiva. Diante da não disponibilização pública de alguns PPC's, foi solicitado, via e-mail discriminado no site eletrônico da instituição, o envio do PPC. Destes 21 cursos, analisou-se o PPC de 16.

Realizou-se uma análise de conteúdo com categorização a fim de verificar se gênero e sexualidade eram contemplados nos currículos. E a partir disso, foram criadas as seguintes categorias “Contempla”, “Não Contempla” disciplinas de gênero e sexualidade e dentre as que contemplam assuntos com estas temáticas foi possível dividir em mais duas categorias “Disciplinas Obrigatórias” e “Disciplinas Optativas”.

Para apresentação e discussão dos resultados, optou-se por fazer uma apresentação inicial dos resultados, seguindo por uma apresentação dos PPC's em mais quatro categorias “Debates sobre gênero e sexualidade”, “Debates sobre gênero”, “Debates relacionados a sexualidade e outras particularidades” e “Gênero e sexualidade para além da disciplina”.

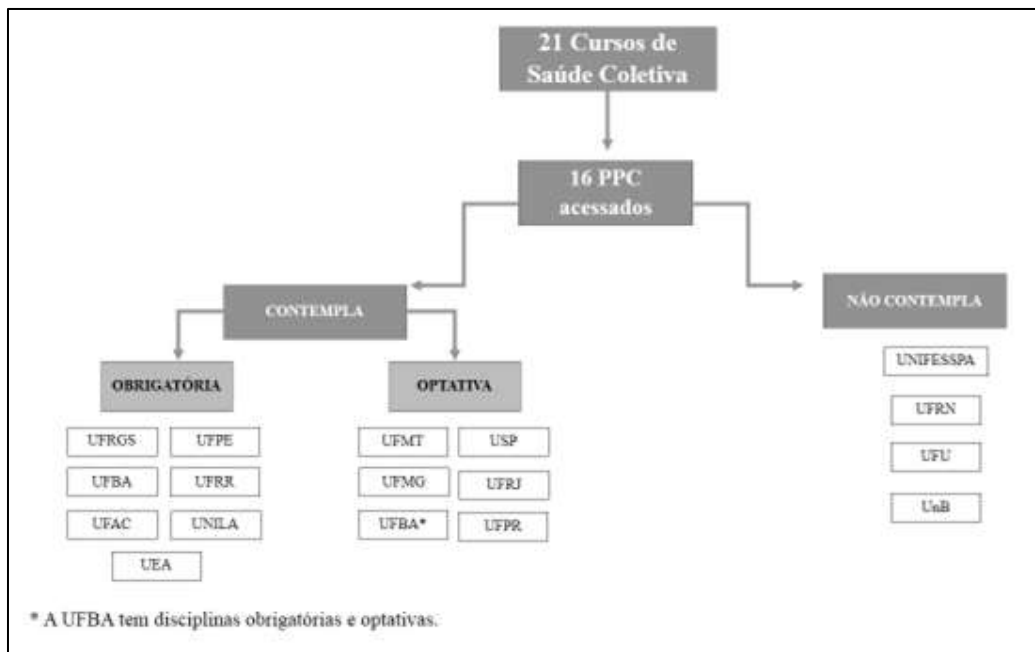
2.1 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram analisados os documentos dos cursos de graduação em Saúde Coletiva no Brasil das seguintes instituições: Universidade do Estado do Amazonas (UEA), Universidade Federal do Acre (UFAC), Universidade Federal de Roraima (UFRR), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade de Brasília (UnB) – Campus Ceilândia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA).

As demais instituições: Associação Caruaruense de Ensino Superior (ASCES), Universidade de Pernambuco (UPE), Faculdade de Medicina do ABC (FMABC), e Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSA), Universidade de Brasília (UnB) – Campus Darcy Ribeiro não foram possíveis analisar os PPC's devido à indisponibilidade dos documentos.

Para melhor visualização e clareza dos resultados obtidos foram criadas categorias referentes ao conteúdo dos documentos analisados, e posteriormente o que é contemplado e de que forma (QUADRO 1).

QUADRO 1- Distribuição esquemática dos cursos de saúde coletiva com relação as categorias analisadas na pesquisa.



Fonte: Elaborado pelos autores

Dentre os cursos de Saúde Coletiva que durante a graduação contemplam disciplinas que discutem as questões de gênero e sexualidade cada uma tem uma forma de abordagem diferente. Existem disciplinas que tratam das duas temáticas, outras discutem apenas gênero ou sexualidade. A discussão pode ser relacionada às Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), ou outras particularidades como raça e etnia. É possível notar que a forma de oferta também é diferente já que tem instituições que as disciplinas são optativas (UFMT, UFMG, UFBA, USP, UFRJ e UFPR) e outras obrigatórias (UFRGS, UFBA, UFAC, UEA, UFPE, UFRR e UNILA) (QUADRO 2). No caso das instituições em que as discussões de gênero e sexualidade são debatidas em disciplinas optativas identifica-se um avanço na formação acadêmica. Entretanto, não se consegue mensurar a abrangência de estudantes que optam por estas disciplinas através do PPC, assim alguns discentes se formam sem aprimorar suas competências relacionadas a temática de gênero e sexualidade já que ele/a pode ou não optar por fazer essas disciplinas. A oferta da disciplina ser de forma obrigatória proporciona a participação total dos/as estudantes do curso, garantindo que durante a graduação este conhecimento seja abordado. Destaca-se que um sanitarista como sendo um profissional

do setor saúde, com uma formação intrinsecamente relacionada com os princípios e diretrizes do SUS, tendo os determinantes sociais como um dos elementos constitutivos para a compreensão do processo saúde-adoecimento-cuidado e uma pessoa que irá se relacionar com outras pessoas, buscando promover o cuidado em saúde, precisa compreender estas diferenças, a fim de desenvolver competências (conhecimentos, habilidades e atitudes) que proporcionam um cuidado integral e equânime em saúde, como proposto pelo Lei 8.080 (BRASIL, Lei nº8.080 de 19 de Setembro de 1990).

QUADRO 2 – Discriminação dos nomes das Instituições de Ensino Superior do Brasil que abordam a temática de gênero e sexualidade e os nomes das disciplinas presentes nessas instituições.

Nomes das Instituições de Ensino Superior	Nomes das disciplinas	Tipo da oferta
UEA	Sociedade, Cultura e Saúde II	Obrigatória
UFAC	Sociedade, Cultura e Saúde II	Obrigatória
UFRR	Introdução à Saúde Indígena; Sociedade, Cultura e Saúde II	Obrigatória; Obrigatória
UFBA	Sociedade, Cultura e Saúde II; Raça, etnia e gênero em Saúde Coletiva; Gênero, raça, sexualidade e saúde; Aids, sexualidade e gênero	Obrigatória; Optativa; Optativa; Optativa
UFPE	Teoria de Gênero e Sexualidade	Obrigatória
UFMT	Povos Indígenas, Gênero e Saúde: Aspectos Antropológicos	Optativa
UFRJ	Gênero e Saúde	Optativa
USP	Gênero, Sexualidade, Raça/Etnia e Saúde Pública	Optativa
UFMG	Seminários de Saúde e Gênero	Optativa
UFPR	Gênero e Diversidade em Saúde	Optativa
UNILA	Gênero, Raça e Etnia na Saúde pública	Obrigatória
UFRGS	Saúde, Sociedade e Humanidades	Obrigatória

Fonte: Elaborado pelos autores

2.2 Debates sobre Gênero e Sexualidade

Como já mencionado existem instituições na qual a discussão é mais focada nas relações de gênero sem abordagem da sexualidade, outras trazem as duas temáticas. Instituições como UFBA, UFMT, UFRJ, USP e UFPE ofertam em suas disciplinas

discussões e aprendizados tanto de assuntos relacionados a gênero como sexualidade. Ofertam discussões sobre as questões gênero na saúde, noções sobre o corpo, sexualidade e reprodução, teorias de gênero no campo da saúde, relação sexualidade e desigualdade social. Vale ressaltar que dentre todas estas universidades citadas a maioria das disciplinas são ofertadas de forma optativa, somente a disciplina da UFPE que tem a oferta de forma obrigatória.

A UFBA é a universidade que mais oferta disciplinas com abordagem de gênero/sexualidade sendo quatro no total e dentre elas oferta, por exemplo, “Gênero, raça, sexualidade e saúde” onde o foco principal são as relações de gênero nos estudos em saúde examinando a construção cultural e histórica dos significados de gênero e sexo e as suas interfaces com raça, etnia e classe social. São explorados a geração dos significados e sua influência sobre a vivência do corpo e os processos de saúde e doença e focando nos processos sociais e históricos em que os significados sobre gênero, etnia, raça e classe são construídos, negociados, impostos, ou combatidos.

A UFMT oferta a disciplina “Povos indígenas, Gênero e Saúde: Aspectos antropológicos” onde é discutido a etnologia dos povos indígenas da América do Sul com enfoque nas relações gênero/saúde e sexualidade/saúde tratando de alguns temas como: noção da pessoa e do corpo; nutrição; sexualidade; reprodução; organização social e saúde; política e saúde; políticas da saúde indígena e outros. Esse debate voltado para os povos indígenas pode estar relacionado ao fato de que a região centro-oeste é a terceira com a maior concentração de indígenas do país de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), exemplificando a importância de cada faculdade ter suas especificações para atender da melhor forma a população da região, demonstrando o compromisso social da instituição com o entorno sócio-cultural dela.

A UFRJ na disciplina “Gênero e Saúde” traz uma discussão tratando dos aspectos históricos, conceituais, metodológicos, do gênero na assistência à saúde, dos modelos assistenciais, das práticas educativas, direitos reprodutivos, da questão da sexualidade no campo da saúde, da emergência do masculino nos estudos de gênero, além de importantes temas relacionados à saúde das mulheres como a violência de gênero, mortalidade materna, aborto. Por meio da ementa, nota-se que a disciplina traz discussão para as questões mais relevantes sobre o assunto, trazendo para o debate os estudos de gênero voltados para a masculinidade e que vem ganhando espaço com o

passar do tempo, uma vez que busca-se problematizar a figura fixa e imutável do “homem”, permitindo outras possibilidades existenciais.

A USP oferta a disciplina “Gênero, Sexualidade, Raça/Etnia e Saúde Pública” que objetiva compreender os conceitos de gênero, raça e etnia aplicado ao campo da saúde, os diferenciais de gênero, raça/etnia na assistência à saúde, a sexualidade enquanto dimensão da saúde; o campo da saúde reprodutiva em suas expressões epidemiológicas, assistenciais e educativas. São discutidos os fundamentos teórico-metodológicos da análise da diferenciação/ articulação das relações sociais de gênero, raça/etnia e classe social na sociedade brasileira, tanto através da história quanto na atualidade.

Os/as estudantes do curso de saúde coletiva da UFPE têm durante a graduação a disciplina “Teoria de Gênero e Sexualidade” que aborda muitas questões relevantes para o campo como questões teórico-metodológicas fundamentais para os estudos das relações de gênero e da sexualidade nas suas dimensões sociais, psicológicas e culturais. Trata também das diversas interpretações das noções de gênero, o feminismo no ocidente e suas transformações e as lutas políticas das mulheres. Traz a discussão sobre a importância e emergências de estudos das relações de gênero e da sexualidade, das identidades masculinas. A ementa aborda também a homoafetividade, movimento LGBT e o gênero e sexualidade no Nordeste, porém a ementa não traz mais informações de como é esta discussão e por que o enfoque no nordeste.

2.3 Debates sobre Gênero

As universidades UFMG, UFPR, UNILA, UFRGS, UFAC, UFBA e UEA trazem maior discussão de assuntos relacionados somente a gênero em suas disciplinas. As disciplinas que tem um enfoque maior em gênero são em sua maioria ofertadas na forma de disciplinas obrigatórias exceto a UFMG e a disciplina Raça, etnia e gênero em Saúde Coletiva ofertada pela UFBA.

A UFMG aborda na disciplina “Seminários de Saúde e Gênero” o histórico de formação de identidade de gênero na sociedade brasileira, as repercussões das questões de gênero no mundo do trabalho e a relação de saúde e gênero. Outra disciplina ofertada pela UFBA é a “Raça, etnia e gênero em Saúde Coletiva” onde são discutidos as principais abordagens teóricas no estudo de raça, racismo, e gênero, articulando ao campo da Saúde Coletiva objetivando delinear os conceitos antropológicos, sociológicos, epistemológicos e da filosofia política, aplicados à análise das relações de

gênero e ao entendimento das relações entre grupos sociais diferenciados por cor, raça/etnia, classe e outros marcadores de diferença, no estudo do campo de saúde.

As outras instituições UFPR, UNILA e UFRGS as discussões são mais ligadas as diversidades humanas e o respeito a elas na saúde, as relações de raça/etnia, classe e gênero e suas contribuições para o processo de adoecimento e cuidado. Nessas instituições a abordagem de gênero aparenta não ser tão aprofunda uma vez que há um enfoque maior na abordagem das diversidades como raça/etnia, classe, ocupação, características culturais e etc. Mesmo diante disso, entende-se que a problematização ampliada dos determinantes sociais em detrimento de alguns poucos permite uma compreensão mais ampliada, integral e equânime dos indivíduos e da comunidade em relação ao processo saúde-adoecimento-cuidado.

Três faculdades, UEA, UFBA, UFAC, ministram a disciplina “Sociedade, Cultura e Saúde II” onde ocorre a discussão das desigualdades na saúde por classe social, gênero e raça/etnia e as políticas sociais, e tem como pré-requisito a disciplina Sociedade, Cultura e Saúde I que estuda a relação Saúde, Sociedade e Cultura, os determinantes sociais e de saúde e a historicidade dos conceitos de saúde e doença. Dessa forma, pode-se inferir que a compreensão prévia dos modelos explicativos da relação sociedade, cultura e saúde é fundamental para se compreender as desigualdades na sociedade como um fenômeno com múltiplas dimensões.

A UFRR também oferta a disciplina Sociedade, Cultura e Saúde II mas sua ementa não é o mesmo, uma vez que são estudados os modelos teóricos e metodológicos aplicados ao estudo dos determinantes sociais do processo saúde-doença. Os estudos de gênero e sexualidade estão dentro dos determinantes sociais, sendo assim dá-se abertura para que sejam debatidos ao longo da disciplina também estes assuntos, entretanto a discussão dos determinantes sociais em saúde não garante a abordagem de gênero e sexualidade.

2.4 Debates relacionados a Sexualidade e outras particularidades

Interessante observar que todas as universidades abordam mais os aspectos relacionados às discussões de gênero do que de sexualidade e quando ocorre o debate deste ele entra como um complemento das discussões de gênero. Em todas estas instituições referidas nota-se um silenciamento quanto a sexualidade que não é mencionada no contexto da saúde e nem no social. Não existe em nenhum curso um componente curricular com enfoque na sexualidade, mostrando que os sanitaristas se

formam sem conhecimentos específicos quanto a estes assuntos havendo uma possível limitação para uma boa prática profissional que considere a diversidade e potencialidade humana.

A universidade UFRR ministra a disciplina “Introdução a saúde indígena”, sendo sua oferta de forma obrigatória, onde há a abordagem também de assuntos relacionados a noção do corpo, sexualidade e reprodução indígena. Todas as disciplinas deste curso em particular são voltadas para a população indígena que pelo nome do curso já se deduz este enfoque. Isto pode acontecer porque o estado de Roraima, onde fica a universidade, é um dos estados que possuem maior número de comunidades indígenas (IBGE, 2012).

A UFBA oferta também uma disciplina optativa intitulada “Aids, sexualidade e gênero” que analisa a relação entre AIDS e desigualdades sociais, sendo discutidos os principais conceitos teóricos para apreender a complexa relação entre sexualidade, gênero, poder e vulnerabilidade ao HIV/AIDS. A UFRJ também estuda na disciplina Gênero e Saúde, que é ofertada de forma optativa, a relação de gênero com a AIDS.

Nesse sentido, é importante considerar que a AIDS é uma epidemia que atinge um número considerável de indivíduos no Brasil, sendo inicialmente relacionada aos homens homossexuais, atualmente sua transmissão acontece em sua maioria por relações heterossexuais e as mulheres são a mais infectadas (COMUNICA REDE, 2003). Embora todas as campanhas que são feitas em todas as regiões do país e a distribuição gratuita de preservativos, a doença ainda avança. Porque isso acontece? O que pode ser feito para melhorar? Porque o número de mulheres heterossexuais infectadas cresce mais que os homens? Porque em relações estáveis as mulheres aceitam que os homens não usem preservativos? Todas essas são questões que deveriam ser pensadas e discutidas na formação dos sanitaristas. É um assunto importante de ser tratado, e como profissionais da saúde deve-se ter esse conhecimento para fornecer a população, pois, a falta de conhecimento, o preconceito e a discriminação aos portadores do vírus têm matado mais que o próprio vírus, além de afastarem os demais indivíduos da prevenção.

Gênero e Sexualidade para além da disciplina

Ressalta-se que em algumas universidades a discussão de gênero é mencionado não apenas na ementa ou matriz curricular mas em outros pontos do projeto: A UNILA, UFMG e UFPE não só ofertam disciplinas que debatem gênero e sexualidade mas

também é mencionado ao longo do PPC, situação que não acontece nas outras universidades.

A UNILA incentiva em suas diretrizes que em seus componentes curriculares seja destacado assuntos como gênero, raça, etnia na atuação profissional e também pessoal, apontando condutas e posturas que podem ajudar na melhoria dos serviços de saúde e daqueles que atuam no seu entorno, atingindo, por fim, o sujeito, seja ele outro profissional ou usuário/usuária. Com isso pode-se deduzir que gênero, raça, etnia são assuntos tratados, teoricamente, de uma forma transversal pela instituição.

A UFMG orienta que as bases legais e as relações étnico-sociais e de gênero devem ser abordadas em suas disciplinas, incentivando que os/as estudantes cursem estas disciplinas optativas. Além da oferta dos cursos, incentivar fazer estas disciplinas é importante pois é uma forma destes assuntos serem de maior alcance.

A UFPE mostra ao longo do PCC que a instituição desenvolve disciplinas para uma formação transversal não só ao curso de saúde coletiva, mas a todos os/as estudantes de graduação para se ter uma formação mais ampla, como por exemplo a disciplina Teorias de Gênero e Sexualidade, Libras e Educação Ambiental. Isto mostra que a preocupação destes cursos é de maneira ampla e não somente de forma pontual em apenas uma disciplina.

3. CONCLUSÃO

Nota-se que ainda existam cursos que demonstram um silenciamento no debate de gênero e sexualidade. Outros cursos fazem essa discussão, mas pelas ementas é possível observar que o debate pode ser aprimorado. Como a análise foi feita através do PPC, com análise do que está descrito no documento, é possível que estes assuntos sejam discutidos em algumas disciplinas. Sobre isso, a não documentação sobre a discussão, evidencia, inclusive, uma fragilidade da discussão pois essa estaria a cargo do interesse do docente responsável pela disciplina uma vez que não há a “obrigatoriedade” de lecionar esse conteúdo pois não está descrito no PPC.

Paulino (PAULINO, 2016) afirma que uma das dificuldades para o acesso da população LGBT, população diretamente relacionada às discussões de gênero e sexualidade, é a falta de abordagem nos cursos de graduação sobre essas questões. Essa situação alimenta um ciclo vicioso do “não querer” saber, atender e cuidar. Sendo assim, a sensibilização dos discentes, durante a graduação, por meio dessas discussões

permitirá uma maior compreensão sobre as demandas de saúde relacionadas à gênero e sexualidade, aprimorando o acesso e o cuidado em saúde.

O que se percebe é que a graduação em Saúde Coletiva é uma formação acadêmica muito recente em nosso país, e por isso, muitos cursos estão se estruturando. As matrizes curriculares estão sendo revistas e atualizadas, assim como os projetos pedagógicos. Em algumas universidades estas reformulações já foram feitas, outras ainda estão em votação das mudanças. No desenvolvimento da pesquisa já foi possível observar que outras demonstram ainda este interesse de reformulação do currículo. Sobre isso, observou-se que ao questionar a existência ou não desse debate em algumas instituições, elas demonstraram o interesse de incluir esse tema em seus cursos, evidenciando um desdobramento secundário que a presente pesquisa produziu.

Além do mais, reitera-se a importância da aprovação de uma DCN para os cursos de Graduação em Saúde Coletiva no país que considere essa temática uma vez que o silenciamento reiteraria os obstáculos que o debate enfrenta nos diferentes setores da formação acadêmica. Sendo que, a presença da temática poderia indicar um processo de valorização das lutas do movimento social e da academia que incluíram os termos “identidade de gênero” e “orientação sexual” nos relatórios das CNS.

O presente trabalho pode vir a contribuir para estas instituições que estão passando por mudanças, mostrando a importância dessas discussões durante a graduação especialmente para estes cursos que ainda não contemplam disciplinas com estas temáticas, ou também estimular o aprofundamento e/ou melhoramento destas discussões ao longo do curso.

4. REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde (CNS). **Recomendações do Conselho Nacional de Saúde à proposta de diretrizes nacionais do curso de graduação em saúde coletiva**. Nota técnica n° XXX/2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde (CNS). Resolução n° 510, de 07 de Abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana, na forma definida nesta Resolução. **Diário Oficial da União**, 2016.

BRASIL. Lei nº 8.080 de 19 de Setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 1990.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Relatório Final 12.ª Conferência Nacional de Saúde: Conferência Sergio Arouca**. Brasília: Conselho Nacional de Saúde, 2004.

Brasil. Ministério da Saúde. **Relatório Final da 13ª Conferência Nacional de Saúde: Saúde e Qualidade de vida: políticas de estado e desenvolvimento**. Brasília: Conselho Nacional de Saúde, 2008.

CEZAR D, M. et al. O bacharel em saúde coletiva e o mundo do trabalho: Uma análise sobre editais para concursos públicos no âmbito do sistema único de saúde. **Sared**. v.1, p. 65-73, **2015**.

COMUNICA REDE. Rede nacional feminista de saúde direitos sexuais e direitos reprodutivos. **Igualdade de Gênero e HIV/AIDS: Uma política por construir**, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Os indígenas no Censo Demográfico 2010: primeiras considerações com base no quesito cor ou raça**. Rio de Janeiro, 2012.

LIMA, N, T; SANTANA J, P de. **Saúde coletiva como compromisso: a trajetória da Abrasco**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

LORENA A, G de. et al. Graduação em saúde coletiva no Brasil: onde estão atuando os egressos dessa formação? **Saúde Sociedade**. v. 25, n. 2, p. 369-380, **2016**.

MINAYO M, C, S. **O desafio do conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. 14º ed. Hucitec Editora. São Paulo, 2014.

NUNES, E, D. Saúde coletiva: história de uma idéia e de um conceito. **Saúde e sociedade** v.3. n. 2, p. 5-21, 1994.

PAULINO D, B. **Discursos sobre o acesso e a qualidade da atenção integral à saúde da população LGBT entre médicos(as) da estratégia saúde da família** (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016.

RUELA, H, C, G. **A formação de sanitaristas e os cursos de graduação em saúde coletiva no Brasil**. 2013. (Mestrado) - Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Rio de Janeiro, 2013.

SOUZA, L. E. P. F. Saúde pública ou saúde coletiva? **Revista Espaço Para Saúde**, Londrina, v. 15, n. 4, p.07-21, out./dez. 2014.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Integrating gender into the curricula for health professionals. Departamento of Gender, **Women and Health (GWH)**, World Health, 2006.

BENEFÍCIOS DA REABILITAÇÃO VIRTUAL NA MARCHA E EQUILÍBRIO DE PACIENTES COM DOENÇA DE PARKINSON

BENEFITS OF VIRTUAL REHABILITATION ON THE MARCH AND BALANCE OF PATIENTS WITH PARKINSON'S DISEASE

Gustavo Ferreira Cláudio de Abreu¹
Joselice Gomides Ferreira Pereira¹
Mariane Santos Nogueira¹
Rafael Martins Custódio Mendonça¹

Faculdade Montes Belos¹

55

Resumo: A doença de Parkinson é uma desordem degenerativa do sistema nervoso central, crônica e progressiva, que implica em alterações no controle postural, marcha e equilíbrio, além de alterações cognitivas, com consequente desorganização do movimento e afetando a qualidade de vida. **Objetivos:** Verificar os efeitos terapêuticos do *Xbox Kinect* nos pacientes acometidos por Parkinson, no Centro especializado em Reabilitação José de Siqueira (CER II). o estudo foi desenvolvido com 5 pacientes com diagnóstico de Parkinson submetidos ao tratamento com reabilitação virtual para obtenção de uma melhora no equilíbrio e marcha. Como método de avaliação foi aplicado Questionário de Congelamento da marcha, a Escala de Equilíbrio Funcional de Berg e o teste de *Timed Up and Go Test*. os resultados foram significantes na diminuição dos sintomas motores e cognitivos do Parkinson. A reabilitação virtual melhora o equilíbrio e a marcha nos pacientes com Parkinson.

Palavras-chave: Doença de Parkinson, Terapia de exposição à Realidade Virtual, Aprendizagem, Fisioterapia, Reabilitação.

Abstract: Parkinson's disease is a degenerative disorder of the central nervous system, chronic and progressive, which implies alterations in postural control, gait and balance, as well as cognitive alterations, with consequent disorganization of the movement and affecting quality of life. To verify the therapeutic effects of Xbox Kinect in the patients affected by Parkinson's, in the Specialized Center for Rehabilitation José de Siqueira (CER II). The study was developed with 5 patients with Parkinson's disease who underwent treatment with virtual rehabilitation to obtain an improvement in balance and gait. As evaluation method, gait Freezing Questionnaire, the Berg Functional Balance Scale and the Timed Up and Go Test were applied. the results were significant in reducing the motor and cognitive symptoms of Parkinson's. Virtual rehabilitation improves balance and gait in patients with Parkinson's disease.

Keywords: Parkinson's Disease, Virtual Reality Exposure Therapy, Learning, Physiotherapy, Rehabilitation.

Introdução

A doença de Parkinson se afigura uma desordem degenerativa do sistema nervoso central, crônica e progressiva, atinge especialmente a substância negra e os gânglios da base devido a diminuição do neurotransmissor dopamina, tendo por consequência a desorganização dos movimentos. A deficiência desse neurotransmissor pode desencadear comprometimento motor, e apresenta como sintomas motores cardinais o tremor de repouso, rigidez muscular, bradicinesia e instabilidade postural (FREITAS et al., 2011).

A patologia é identificada pela presença de movimentos trêmulos involuntários, com redução da força muscular, tronco flexionado e alteração na marcha. Na evolução da doença há a presença de tremores de repouso que inicialmente atinge uma das mãos e os dedos, posteriormente ambas as mãos e piora com o estresse. A longo prazo os movimentos ficam mais difusos, progredindo para piora da marcha, dificuldade na deglutição, incontinência urinária e disartria (BALDIVIA et al., 2011).

A rigidez muscular é caracterizada pela cocontração da musculatura agonista e antagonista, acarretando uma contração do músculo principal que gera uma alteração do movimento dos membros passivos pela restrição da amplitude devido ao aumento do tônus, de forma contínua, sem intermitência (FREITAS et al., 2006).

A bradicinesia, presente na totalidade dos casos, caracteriza-se por lentidão de movimentos em concomitância à iniciação e perda do movimento automático, associada a complicações ao realizar a marcha. Além disso, os aspectos do movimento relativos à alteração de direção e a capacidade em parar e retomar o movimento são afetados. Apresenta também alterações na velocidade, amplitude e movimentos de rotação, equilíbrio, marcha e mímica facial (O'SULLIVAN e SHIMITZ, 2004).

A instabilidade postural ou perda de reflexos posturais é definida como a dificuldade em manter o equilíbrio durante as atividades motoras recorrentes do dia-a-dia, o que pode intensificar o risco de quedas (PRADO, 2012).

A pessoa tem dificuldade na iniciação da marcha e cessação locomotora durante a deambulação. A marcha é caracterizada pelo andar lento, passadas menores que evoluem para o arrastar dos pés até abolição da oscilação dos membros superiores. Estas limitações caracterizam o congelamento motor, que juntamente à perda dos reflexos posturais ocasiona quedas frequentes e incapacidade de ortostatismo, levando a uma maior incidência de fraturas (FREITAS et al., 2006).

Devido ao comprometimento motor são evidentes as alterações nas funções cognitivas, caracterizadas por sinais de incapacidade de tomar decisões, em focar atenção em algo, realizar duplas tarefas, além de alterações de ordem psicológica como desmotivação e depressão (FREITAS et al., 2011). O declínio cognitivo contribui para o agravamento do quadro clínico do paciente, implicando em uma série de alterações motoras que comprometem o controle voluntário (SILVA, FILHO e FAGANELLO, 2011).

Seu diagnóstico é realizado por um neurologista e às vezes leva tempo para que seja afirmado, sendo realizados acompanhamentos regulares ao especialista em distúrbios do movimento, se afigurando necessária para diagnose a investigação do histórico familiar

detalhado, além do exame físico e da identificação de dois dos quatro sinais motores: tremor, rigidez, bradicinesia e instabilidade. A tomografia computadorizada e a ressonância magnética têm-se mostrado eficazes para descartar possíveis hipóteses diagnósticas de outras doenças (FREITAS et al., 2006).

Com o aumento da população idosa, ocorre a formação de um novo perfil epidemiológico. Observa-se que o processo de envelhecimento está intimamente interligado a este comprometimento motor, devido a aceleração da perda de neurônios dopaminérgicos (GONÇALVES, LEITE e PEREIRA, 2011). Prevê-se que, por volta de 2020, mais de quarenta milhões de pessoas no mundo desenvolverão Parkinson, acometendo com maior frequência pessoas com mais de 55 anos de idade, com predominância maior entre homens do que mulheres (SOARES e PEYRÉ-TARTARUGA, 2010).

A doença de Parkinson apresenta uma etiologia idiopática, porém acredita-se que o seu surgimento esteja relacionado à morte dos neurônios dopaminérgicos da parte compacta da substância negra e seja influenciado por fatores genéticos, ambientes tóxicos, infecções, estresse oxidativo e anormalidades mitocondriais podendo interagir e contribuir para o agravamento neurodegenerativo da patologia (FREITAS et al., 2011).

Como forma de tratamento, o uso da levodopa associada à carbidopa ou benserazida pode produzir bons resultados em todos os sinais e sintomas motores (FERREIRA et al., 2010). A cirurgia talamotomia estereotáxica é uma importante arma no tratamento da doença de Parkinson e pode ser utilizada com a finalidade de melhorar ou abolir tremores e rigidez (RANG e DALE, 2011).

Além das intervenções cirúrgica e farmacológica, o tratamento fisioterapêutico através da cinesioterapia, hidroterapia e a inovadora reabilitação virtual mostram-se eficientes inibidores na progressão da patologia, promovendo o auto cuidado na funcionalidade da AVD'S e a preservação da mobilidade, com visto a manter os músculos ativos e fortalecidos (RODRIGUES et al., 2011).

Entende-se que o Parkinson é um distúrbio neurológico progressivo, gerando incapacidades cognitiva e motora. A fisioterapia tem por finalidade tentar minimizar e reverter o quadro clínico, através de medidas preventivas e reabilitação, proporcionando uma melhor qualidade de vida e independência para as AVD's, além do aumento da capacidade cinético-funcional (BRANDÃO et al., 2012).

Um dos tratamentos para a doença de Parkinson, portanto, consiste na reabilitação virtual. Aplicada como modalidade de tratamento complementar à cinesioterapia, essa técnica pode ser compreendida como uma tecnologia capaz de gerar interação simultânea entre o

paciente e o ambiente virtual, permitindo dessa forma que o paciente permaneça por um longo período de tempo em tratamento sem ser repetitivo devido a dinâmica e variedade de jogos, o que faz da terapia mais agradável (ALONSO et al., 2014).

A multiplicação do *feedback* obtido na execução das próprias tarefas pode facilitar o processo de aprendizado, resultando no melhor desempenho motor das habilidades comprometidas. A possibilidade de modificar os diversos cenários virtuais é um atrativo que serve como estímulo para execução das atividades no período do tratamento (TUROLLA et al., 2013).

As inovações tecnológicas como a gameterapia têm demonstrado ser uma ferramenta de grande valia no tratamento fisioterapêutico neurológico para melhor reabilitar as funções cognitivas. Nesse sentido, o videogame mostra-se bastante eficiente, por intermédio da utilização de um sensor *Kinect* e ampliando a realidade virtual, o que possibilita a coleta de dados do paciente anterior e posteriormente às sessões de fisioterapia, tendo por escopo a melhor análise e tratamento dos pacientes (FERNANDES et al., 2014).

O videogame *Xbox Kinect* é uma ferramenta revolucionária que oferece um grande repertório de jogos de forma lúdica que envolvem diversos segmentos e planos corporais em diversas atividades com diferentes níveis de dificuldade motora e cognitiva. Um fator primordial é que permite a interação do jogador de um ambiente realista para virtual, por intermédio de um sistema de reconhecimento de gestos por câmeras, em tempo real e em três dimensões, tendo um maior engajamento nas atividades realizadas pelos pacientes (CHANG, CHEN e HUANG, 2011).

Há que se ter em mente que o videogame constitui-se inovadora tecnologia aplicada à neuroreabilitação, cujos resultados, conforme estudos recentes, podem ser bastante proveitosos. Em um ambiente tridimensional de forma realista e natural, o *Kinect* proporciona uma resposta auditiva e visual objetiva à melhora das funções motoras e cognitivas (SUBRAHMANYAM, 2011).

A aplicação da técnica consiste em uma sequência de jogos pré-definidos em que o paciente imita os movimentos do comando virtual. Na realização do jogo, atribui-se uma pontuação comparada com os movimentos realizados pelo personagem virtual referente aos movimentos corretamente executados, sendo que quanto maior o score, menor é o comprometimento motor (MENDES et al., 2015; FERNANDES et al., 2014).

A reabilitação virtual tem por objetivo melhorar as limitações físicas, propiciar o desempenho e capacidade de exercer força, correções posturais, treino de equilíbrio, melhora na marcha e amplitude de movimento dos acometidos pela doença de Parkinson, ficando

evidente a proficuidade da relação virtual na prática real ao tratamento fisioterapêutico (CAIANA et al., 2015).

Devido ao aumento da população idosa acometida por doenças neurodegenerativas, a Reabilitação Virtual é uma ferramenta imprescindível ao tratamento fisioterapêutico que exija o trabalho de dupla tarefa, cognitivo e motor em pacientes acometidos pela doença de Parkinson com déficit de equilíbrio e marcha.

Nesse sentido, o objetivo do presente artigo é demonstrar por intermédio da utilização do *Xbox Kinect* como um utensílio no tratamento fisioterapêutico para minimizar a progressão e restabelecer as funções motora e cognitiva nos pacientes com Parkinson.

Materiais e Métodos

Trata-se de um estudo experimental de caráter descritivo e quantitativo, cuja amostra foi composta por cinco pacientes com diagnóstico clínico de Doença de Parkinson, de ambos os sexos. A pesquisa foi realizada no Centro Especializado em Reabilitação José de Siqueira (CERII), localizado em São Luís de Montes Belos – GO. Toda a coleta de dados foi feita no CER II em virtude de sua infraestrutura apropriada para execução do projeto.

Os pacientes foram previamente selecionados conforme os critérios de inclusão e exclusão. Como critérios de inclusão na pesquisa, indivíduos adultos residentes em São Luís de Montes Belos/GO ou proximidades com diagnóstico clínico de doença de Parkinson, que apresentassem acuidade visual e auditiva, de ambos os sexos, independentes para deambulação e com a cognição preservada, que aceitassem participar da pesquisa e assinassem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Como critérios de exclusão desse estudo, foram considerados pacientes dependentes de dispositivos de locomoção, com déficit auditivo e/ou visual, cognitivo afetado e que não obedecessem comandos, além dos que não aceitassem participar da pesquisa e não assinassem o TCLE.

A pesquisa foi realizada após autorização do Comitê de Ética e Pesquisa da Santa Casa de Misericórdia em Goiânia, sob o parecer consubstanciado nº 2.321.137, bem após os pesquisadores estarem em posse da carta de autorização para coleta de dados assinada pela coordenadora do CER II.

Para avaliação foram utilizados o Questionário de Congelamento da Marcha (*Freezing of Gait Questionnaire*), a Escala de Equilíbrio Funcional de Berg e o teste de *Timed Up and Go Test (TUG Test)*.

A segunda etapa de aplicação consistiu na técnica de Reabilitação Virtual, por meio de jogos do *Xbox Kinect*, explorando aspectos motores da marcha e equilíbrio. A aplicabilidade foi de sessões diárias com a utilização de seis jogos: *Space Pop*, *jogo Rapids*, *Reflex Ridge*, Chute a gol, Super Defesa e Raquete em pânico, cujas exigências motoras incluem ajustes posturais necessários para o alcance dos objetos, deslocamento de massa corporal em diferentes direções, alternância de passos, equilíbrio e mobilidade. Para compilação de pontuação dos jogos pelos participantes foi elaborada pelos pesquisadores uma tabela indicativa de desempenho.

A coleta inicial de dados foi realizada em avaliações individuais. O tratamento teve início através da Reabilitação Virtual em periodicidade de cinco sessões semanais, com cada paciente, durante um período de aproximadamente 10 sessões de 45 minutos cada, com estimativa de realização desta etapa em quatro semanas ao longo do mês de Outubro de 2017. A aplicabilidade do protocolo ocorreu em sala ampla, com televisão e adequada ventilação.

Os benefícios esperados com a realização da pesquisa consistiam na melhora do equilíbrio e marcha, como efeitos da Reabilitação Virtual, em pessoas acometidas pela doença de Parkinson, além disso, com a melhora de tais funções, melhorando a qualidade de vida e autonomia dos pacientes na execução de atividades de vida diária.

Os dados coletados e todas as informações obtidas na pesquisa foram armazenados e permanecerão por um período de cinco anos em local reservado, em armário trancado, tendo acesso à chave apenas a pesquisadora responsável. Após este período, todo o material será reciclado para garantir o sigilo dos resultados da pesquisa, conforme orientação da Resolução CNS N.510/2016.

A análise dos dados foi realizada através do programa estatístico Windows do software *GraphPad Prism 5,01*. E, para a análise estatística, utilizou-se a análise agrupada *two-way ANOVA* seguido de *Bonferroni* pós-testes, com valores de $P < 0,05$. E os resultados foram expressos como média \pm erro padrão da média em gráficos.

Resultados

O Questionário de Congelamento da Marcha (*Freezing of Gait Questionário*) possui seis itens e tem como objetivo avaliar os episódios de Congelamento de pacientes com Parkinson, apresentando uma variável entre 0 a 24, quanto maior esses valores maior será o risco de quedas.

Foi feito um estudo comparativo entre avaliação inicial e ao final do tratamento. O indivíduo 1 diminuiu a pontuação de 2 para 1 ponto, o indivíduo 2 diminuiu de 11 para 8

pontos, o indivíduo 3 diminuiu de 13 para 6. O indivíduo 4 diminuiu de 19 para 16. Apenas o paciente 5 demonstrou piora nos resultados aumentando os pontos de 12 para 17 pontos.

A Escala Funcional de equilíbrio de *Berg* é composta por 14 testes com pontuação de 0 a 56 e, quanto maior o escore, melhor o equilíbrio. Na primeira avaliação, a pontuação dos pacientes apresentou uma variação entre 31 e 50 pontos. Na segunda avaliação após o tratamento com a Reabilitação Virtual dos pacientes, demonstrou um aumento na pontuação, cujos valores foram entre 49 e 56 pontos, comprovando a melhora no equilíbrio em 10,71% no paciente 1, 24,48% no paciente 2, 13,20% no paciente 3, 27,27% no paciente 4, e 40,38% no paciente 5.

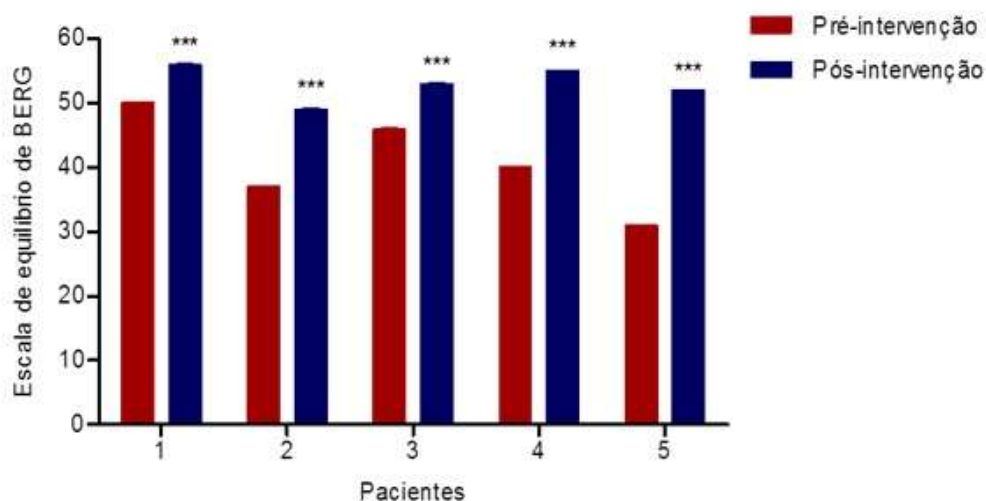


Figura 1. Valores da pontuação pré- e pós-intervenção baseado na escala de equilíbrio de BERG. Valores expressos como Média \pm Erro Padrão da Média. Análise agrupada *two-way* ANOVA seguido de Bonferroni pós-testes. *** $P < 0,001$.

O *TUG Test* é uma ferramenta importante para indentificar a possibilidade de risco de quedas. Foram avaliados cinco pacientes em três tentativas, e obteve uma média como demonstra o respectivo gráfico da figura 2.

Antes do tratamento apenas 1 paciente apresentou o tempo total de até 10 segundos, sem risco de quedas em um percentual de 20%. E os demais, todos apresentavam risco de queda baixo, e risco de queda médio, com uma variação entre 11 e 25 segundos na execução do teste entre os participantes.

Apesar de que na avaliação inicial antes do tratamento com Reabilitação Virtual alguns pacientes não estavam dentro da faixa de corte para risco de queda, os pacientes demonstraram uma melhora significativa na execução após a intervenção com a Realidade Virtual, fato comprovado conforme a verificação da amostra que apresentava risco e passou a não apresentar risco iminente de queda, com um percentual de 60%, representado pelos pacientes 1,3 e 4. O participante 2 gastou 12 segundos e o paciente 5 gastou 16 segundos se enquadrando em baixo risco de queda.

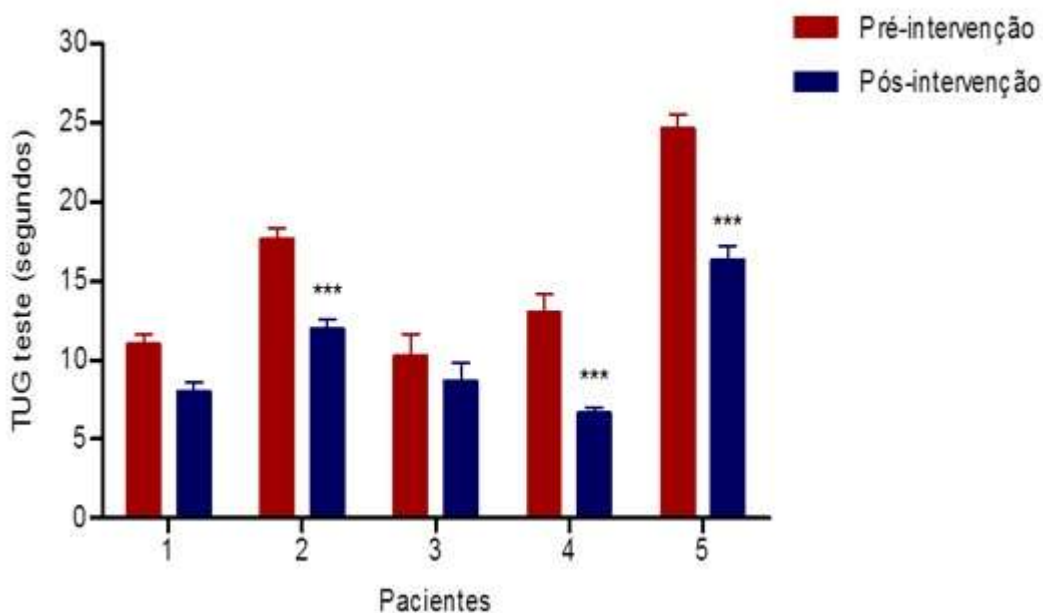


Figura 2. Valores da pontuação pré- e pós-intervenção baseado no *TUG test*. Valores expressos como Média ± Erro Padrão da Média. Análise agrupada *two-way* ANOVA seguido de Bonferroni pós-testes. *** $P < 0,001$.

A partir dos dados referentes ao desempenho dos pacientes durante as 10 sessões, pode-se perceber aumento relevante nas pontuações em todos os jogos, quando estes foram comparados às primeiras sessões de cada jogo.

Na média das pontuações dos participantes nos jogos *Space Pop*, *Rapids*, *Reflex Ridge*, *Chute a Gol*, *Super Defesa*, *Raquete em Pânico*, registradas diariamente, observou-se

uma melhora gradativa e considerável na execução de cada jogo proposto, evidenciando uma maior aptidão e facilidade na execução das atividades.

Discussão

O presente estudo avaliou a capacidade de cinco pacientes com Parkinson de melhorar o seu desempenho na marcha e o equilíbrio em seis jogos do *Xbox Kinect*, após 10 sessões individuais com aplicabilidade diária. Os resultados demonstram alto potencial de desenvolvimento, no qual houve melhora significativa no desempenho dos pacientes em todos os jogos aplicados, em diferentes períodos do tratamento.

Para Pomeu et al., (2014), a viabilidade e a segurança dos jogos *Kinect Adventures* do *Xbox Kinect* demonstram que as demandas cognitivas exigidas pelos jogos apresentam melhora na função motora. Em seu estudo a amostra foi composta por sete indivíduos com doença de Parkinson que tiveram 14 sessões de treinamento com *Xbox Kinect*, três vezes por semana. O estudo dos referidos autores evidenciou melhoras relevantes nas funções motoras, equilíbrio e marcha.

Os resultados obtidos no presente estudo ratificam os dados verificados pelo autor, porquanto foram observadas, após aplicação de 10 sessões diárias, melhoras significativas nas funções motoras, atividade de vida, equilíbrio e marcha devido a exigência dos jogos, em que se trabalhou agachamento, treino de marcha em direções alternadas, lateralização de tronco, saltos, movimentos de membro superior, abdução, adução, flexão e extensão.

Alguns estudos afirmam a capacidade de melhora no desempenho cognitivo-motor em indivíduos com Doença de Parkinson, em treino que ofereça estímulos e direcionem a movimentação. A realização dos movimentos deve ser executada através de motivação, estímulos visuais e auditivos, transferidos aos pacientes, resultando em indivíduos engajados à prática repetitiva que demandam os jogos (ALMEIDA e BHATT, 2012; ESPAY et al., 2010).

Em sentido convergente a esta assertiva, verificou-se neste estudo que os estímulos dados aos pacientes foram de suma importância para execução da dupla tarefa solicitada pelos jogos, propiciando ganho na coordenação motora, no equilíbrio e obtenção na agilidade de execução dos mesmos.

Para BUCCINO et al., (2011); PELOSIN et al., (2010), a observação do avatar pode aumentar o efeito do tratamento, ativando os neurônios espelhos, com aplicação de jogos que apresentam avatares que reproduzem os movimentos executados pelo jogador, o que certamente contribui para melhora do desempenho por meio da retroalimentação.

Em congruência à hipótese, observou-se no presente estudo que o reconhecimento do avatar pelo paciente ativou as áreas motoras, tendo a percepção do ambiente virtual e mudando o modo como o paciente se vê diante do Parkinson, esquecendo das limitações e com isso contribuiu para que os indivíduos apresentassem uma melhor performance diante dos obstáculos, demonstrando menor grau de dificuldade nos movimentos de saltar, lateralização de tronco e também ativando os reflexos nos movimento de membros superiores, reduzindo o tremor de repouso durante as sessões.

Esses domínios estão relacionados à atividades de origem motora, e os estudos sobre aprendizagem motora em ambiente virtual sugerem que os pacientes com Doença de Parkinson apresentam limitações na transferência de aprendizagem do ambiente virtual para o real, acarretando déficits na realização das atividades diárias (VIEIRA et al., 2014). Foi percebido no presente estudo que houve uma melhora significativa dos pacientes no equilíbrio e marcha através da reabilitação virtual devido a interação entre o ambiente real com o virtual, o que facilitou o processo de aprendizagem motora por aumentar a estabilidade postural.

Corroborando Wang et al., (2011) em seus estudos, que a reabilitação virtual é um meio de intervenção cujas exigências do ambiente virtual estão cada vez mais próximas do real, o que facilitaria o processo de aprendizagem.

No levantamento realizado por Mancini, et al., (2009), constatou que não foi possível verificar um bom desempenho quando se refere a movimentação exigida para tocar objetos móveis como no jogo *Reflex Ridge*, demonstrando uma melhora mais tardia devido a um maior nível de exigência ao controlar os movimentos antecipatórios. A princípio, alguns estudos têm demonstrado que os ajustes posturais antecipatórios da Doença de Parkinson são bradicinéticos e de pequena amplitude, impedindo a iniciação motora.

No presente estudo, em sentido contrário, os sintomas bradicinéticos não afetaram o desempenho dos pacientes no decorrer do jogo *Reflex Ridge*, comprovado através das pontuações obtidas nas sessões. É notório que o jogo supracitado exigiu ajustes posturais antecipatórios e multitarefas ao desviar dos obstáculos, abaixar, movimentos em diagonal e nas ações que exigiam tempo de reação, objetivos que foram satisfatoriamente alcançados.

Estudos que discutiram os efeitos das duplas ou multitarefas sobre o controle de equilíbrio na Doença de Parkinson mostraram que eles apresentaram dificuldades quando outras tarefas motoras ou cognitivas foram exigidas concomitantemente (DROMEY et al., 2010; HOLMES et al., 2010).

Contrariamente, no entanto, o presente estudo corrobora a tese de melhoria de combinação das demandas cognitivas, multitarefas e tempo de reação no jogo *Reflex Ridge*,

bem como das demandas motoras, ajustes posturais antecipatórios, explicando a exigência de um período de tempo para as ajustes posturais, não afetando obtenção de desempenho dos pacientes, melhorando o equilíbrio durante a execução dos jogos. A reabilitação virtual possibilita mudanças nos níveis de dificuldade na realização das etapas dos jogos e de interação dinâmica do paciente com a mesma. A funcionalidade da reabilitação virtual no tratamento de reabilitação de pacientes com Parkinson pode ser discutida a partir de três conceitos chaves que norteiam o aprendizado motor: a repetição, a retroalimentação e a motivação. Tais fatores interdependentes são fundamentais para o alcance dos resultados obtidos por meio da reabilitação virtual (HOLDEN e DYAR, 2002).

Em concordância, a reabilitação virtual trabalhou o aprendizado motor, pois cada indivíduo foi submetido a uma sessão de tentativa para familiarizar-se com os jogos e as demais sessões foram repetitivas. Os estímulos dados aos participantes fizeram com que a pontuação evoluísse a cada jogo devido ao aperfeiçoamento no decorrer das sessões, propiciando aumento de pontuação. Com isso obtivemos pacientes engajados e motivados por conseguir ultrapassar a meta a cada dia de tratamento e realizar suas atividades de vida diária com agilidade.

Conforme o estudo de Pimentel e Scheicher (2009) ao aplicar a Escala de Equilíbrio Funcional de Berg, em pontuações variáveis entre 54 e 46, o decréscimo de cada ponto representa um incremento de risco de queda de 6 a 8% de chances. Considerando os valores referentes às avaliações iniciais e finais dos indivíduos com doença de Parkinson, como acréscimo de quatro pontos, diminuíram-se as possibilidades de quedas em 24 a 32%.

No presente estudo, aplicada a Escala de Equilíbrio Funcional de Berg, como finalidade de avaliar o equilíbrio, em que foi comparado os valores iniciais e finais dos pacientes, pode-se constatar que os riscos de queda diminuíram é consequentemente aumentou o equilíbrio, relativamente aos valores das avaliações iniciais.

De acordo com o presente estudo, aplicando-se o teste *Timed Up and Go Test (TUG Test)*, observou-se que os pacientes tiveram uma melhora no tempo de execução após 10 sessões de tratamento com *Xbox Kinect*, comparado com os dados da primeira avaliação. Seguindo o mesmo pressuposto, Gonçalves, Ricci e Coimbra (2009), mostram em seu estudo pontos de corte entre 11-20 segundos na execução do teste para caracterização de pacientes que apresentam alguma limitação e com baixo risco de queda, e os que apresentam uma pontuação no tempo total abaixo de 10 são considerados sem risco de quedas. E depois das dez sessões com o *Xbox Kinect* reduziram o tempo gasto para percorrer o percurso, chegando próximo de indivíduos sem risco de quedas.

Os aspectos motores mais evidentes na fase de congelamento da marcha são os prejuízos na estabilidade postural e distúrbios na marcha, como modificação na coordenação dos movimentos (NUTT et al., 2011). O presente estudo demonstrou que a Escala de Congelamento da Marcha apresentou alta confiabilidade relativamente à comparação entre a avaliação inicial e ao final do tratamento de Reabilitação Virtual, apresentando bons resultados relacionados à marcha, melhorando a estabilidade postural.

Conclusão

Em suma, certifica que este estudo foi de grande valia na melhora dos sintomas da doença de Parkinson, por ter uma maior aceitação ao processo de neuroreabilitação devido o feedback visual e auditivo fornecido pela Reabilitação Virtual. Desse modo, foi possível refletir sobre a viabilidade da utilização do *Xbox Kinect* como um utensílio no tratamento fisioterapêutico a restabelecer as funções motora e cognitiva.

Verificou-se bons resultados na reavaliação do TUG Test, Questionário de Congelamento da Marcha e Escala de Equilíbrio Funcional de Berg em relação a marcha e equilíbrio. Sobre as pontuações obtidas, os desempenhos em todos os jogos foram satisfatórios, tendo os pacientes mostrado elevadas taxas de melhora na execução dos jogos selecionados.

Espera-se que esta pesquisa possa contribuir com a área de Neurologia, inibindo o estado evolutivo da doença de Parkinson, potencializando a aprendizagem e melhorando a capacidade motora, a marcha e o equilíbrio.

Referências

ALONSO, Thais Helena; POMEU, José Eduardo; MASSON, Igor Bordello; ANTI POMPEU, Sandra Maria Alvarenga; PASIN, Camila Torriani. Os efeitos da realidade virtual na reabilitação do acidente vascular encefálico: Uma revisão sistemática. **Revista Motricidade**, São Paulo, v.10, n° 4, p. 111-122, 2014.

ALMEIDA, Q. J.; BHATT, H. A Manipulation of Visual Feedback during Gait Training in Parkinson's Disease. **Parkinson's Disease**, 2012.

BALDIVIA, Beatriz; BRUCKI, Sonia Maria Dozzi; BATISTELA, Silmara; ESPER, Juliana Carvalho; AUGUSTO, Cristiano Duarte; ROCHA, Maria Sheila Guimarães. Dementia in Parkinson's disease: a Brazilian sample. **Arquivos de Neuro-Psiquiatria**, São Paulo, v.69, n°5, p. 733-738, 2011.

BRANDÃO, P. S.; POLLYEVERLIN, R.; ROCHA, Alex.; DEFAVARI, H. Estudo da viabilidade da utilização do Kinect como ferramenta no atendimento fisioterapêutico de

pacientes neurológicos. **Centro Universitário Luterano de Palmas, Laboratório de Apoio a Instrumentalização Científica Brasil**, Brasília-DF, 2012.

BUCCINO, G.;GATTI, R.;GIUSTI, M. C.;NEGROTTI, A.;ROSSI, A.;CALZETTI, S.; & CAPPA, S. F. Action observation treatment improves autonomy in daily activities in Parkinson's disease patients: results from a pilot study. **Movement Disorders: Official Journal of the Movement Disorder Society**, 2011.

CAIANA, Thiago Leoncio; SANTOS, Ewerton Graziane Gomes; PEREIRA, Natália Herculano; TOMAZ, Renata Ramos. Os benefícios da realidade virtual aplicada a reabilitação em fisioterapia: uma revisão. **Congresso brasileiro das ciências da saúde**, Rio Grande do Norte, 2015.

CHANG, Yao-Jen.;CHEN, Shu-Fang.; HUANG, Jun-Da. A Kinect-based system for physical rehabilitation: a pilot study for young adults with motor disabilities. **Research in Developmental Disabilities**, v.32,nº.6, p. 2566-2570, 2011.

DROMEY, C.; JARVIS, E.; SOUNDROP, S.; NISSEN, S.;FOREMAN, K. B.; & DIBBLE, L. E. Bidirectional interference between speech and postural stability in individuals with Parkinson's disease. **IntJ Speech Lang Pathol**, 2010.

ESPAY, A. J.; BARAM, Y.; DWIVEDI, A. K.;SHUKLA, R.; GARTNER, M.; GAINES.; L.; REVILLA, F. J. At-home training with closed-loop augmented-reality cueing device for improving gait in patients with Parkinson disease. **Journal of Rehabilitation Research and Development**, 2010.

FERNANDES, Flávia Gonçalves; SANTOS, Sara Cristina; OLIVEIRA, Mylene Lemos Rodrigues; VITA, Stéfno Schwenck Borges. Realidade Virtual e aumenta e aplicada em Reabilitação Fisioterapêutica utilizando o sensor Kinect e Dispositivos Móveis. **Conferência de estudos de engenharia elétrica**, Minas Gerais, 2014.

FERREIRA, Flávio Dias; FERREIRA, Francine Maery Dias; HELENO, Raquel Balestri; JÚNIOR, Sidiney Edson Mella. Doença de Parkinson; aspectos fisiopatológicos e terapêuticos. **Revista Saúde e Pesquisa**, Maringá, v. 3, nº. 2, p. 221-228, 2010.

FREITAS, Elizabete Viana; PY, Ligia; CANÇADO, Flávio Aluizio Xavier; DOLL, Johannes; GORZONI, Milton Luiz. **Tratado de Geriatria e Gerontologia**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: GuanabaraKoogan, 2006. p. 356-357.

FREITAS, Elizabete Viana; PY, Ligia; CANÇADO, Flávio Aluizio Xavier; DOLL, Johannes; GORZONI, Milton Luiz. **Tratado de Geriatria e Gerontologia**. 3ª.ed. Rio de Janeiro: GuanabaraKoogan, 2011. p. 285-291.

GILADI, N., TAL, J., AZULAY, T., RASCOL, O., BROOKS, D. J.,MELAMED, E., TOLOSA, E. Validation of the freezing of gait questionnaire in patients with Parkinson's disease. **Movement Disorders**, v. 24, nº 5, p. 655-661, 2009.

GONÇALVES, Giovana Barros; LEITE, Marcos Antônio Araujo; PEREIRA, João Santos. Influência das distintas modalidades de reabilitação sobre as disfunções motoras decorrentes

da Doença de Parkinson. **Revista Brasileira Neurologia**, Minas Gerais, v. 47, nº. 2, p. 22-30, 2011.

GONÇALVES, D. F. F.; RICCI, N. A.; COIMBRA, A. M. V. Equilíbrio funcional de idosos da comunidade: comparação em relação ao histórico de quedas. **Revista Brasileira de Fisioterapia**, São Paulo, v.13, nº4, p.316-23, 2009.

HOLDEN, M. K.; DYAR, T. Virtual environment training: a new tool for rehabilitation. **Neurology Report**, v.26, nº2, p. 62-67, 2002.

HOLMES, J. D.; JENKINS, M. E.; JOHNSON, A. M.; ADAMS, S. G.; & SPAULDING, S. J. Dual-task interference: the effects of verbal cognitive tasks on upright postural stability in Parkinson's disease. **Parkinsons Dis**, 2010.

MANCINI, M.; ZAMPIERI, C.; CARLSON-KUHTA, P.; CHIARI, L.; & HORAK, F. B. Anticipatory postural adjustments prior to step initiation are hypometric in untreated Parkinson's disease: an accelerometer-based approach. **European Journal of Neurology**, 2009.

MENDES, Felipe Augusto dos Santos; ARDUINI, Lilian; BOTELLHO, Aparecida; CRUZ, Mariana Busche; SANTOS-COUTO-PAZ, Clarissa Cardoso; POMPEU, Sandra Maria Alvarenga Anti; PIEMONTE, Maria Elisa Pimentel; POMPEU, José Eduardo. Pacientes com a Doença de Parkinson são capazes de melhorar seu desempenho em tarefas virtuais do Xbox Kinect®: “uma série de casos”. **Revista Motricidade**, Brasília-DF, v.11, nº 3, p. 68-80, 2015.

MIYAMOTO, S.T.; JUNIOR, I.Lombardi.; BERG, K.O.; RAMOS, L.R.; NATOUR, and J. Brazilian version of the Berg balance scale. **Braz J Med Biol Res**, São Paulo, v. 37, nº. 9, p.1411-1421, 2004.

NUTT, J.G.; BLOEM, B. R.; GILADI, N. Freezing of gait: moving forward on a mysterious clinical phenomenon. **Lancet Neurol**, v. 23, nº. 11, p.1639-40, 2011.

O'SULLIVAN, Susan. B.; SCHMITZ, Thomas.J. **Fisioterapia: avaliação e tratamento**. 4ª. ed. São Paulo: Manole, 2004.

PELOSIN, E.; AVANZINO, L.; BOVE, M.; STRAMESI, P.; NIEUWBOER, A.; & ABBRUZZESE, G. Action observation improves freezing of gait in patients with Parkinson's disease. **Neurorehabilitation and Neural Repair**, 2010.

PIMENTEL, Renata Martins; SCHEICHER, Marcos Eduardo. Comparação do risco de queda em idosos sedentários e ativos por meio da escala de equilíbrio de Berg. **Fisioterapia e Pesquisa**, São Paulo, vol.16, nº.1, p. 6-10, 2009.

POMPEU, J. E.; ARDUINI, L. A.; BOTELHO, A. R.; FONSECA, M. B. F.; POMPEU, S. M. A. A.; TORRIANI-PASIN, C.; & DEUTSCH, J. E. Feasibility, safety and outcomes of playing KinectAdventures!™ for people with Parkinson's disease: a pilot study. **Physiotherapy**, 2014.

PRADO, Letícia Borges. **Equilíbrio e Marcha na Doença de Parkinson**. Goiânia, 2012, 06 p. Especialização em Fisioterapia Neurológica do Centro de Estudos Avançados e Formação Integrada (CEAFI), chancelado pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

RANG, H. P.; DALE, M. M. **Farmacologia**. Tradução de Tatiana Ferreira Robiana. 7ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011, p. 423.

RODRIGUES, De Paula Fátima; LIMA, Lidiane Oliveira; TEIXEIRA-SALMELA, Luci Fuscaldi; CARDOSO, Francisco. Exercício aeróbio e fortalecimento muscular melhoram o desempenho funcional na doença de Parkinson. **Revista Fisiotererapia em movimento**, Curitiba, v.24, nº 3, p. 379-388, 2011.

SHUMWAY- COOK, Anne; WOOLLACOTT, Marjorie H. **Controle motor: teoria e aplicações práticas**. 3ª.ed. Manole, 2003.

SILVA, José Adolfo Menezes Garcia; FILHO, Almir Vieira Dibai; FAGANELLO, Flávia Roberta. Mensuração da qualidade de vida de indivíduos com a doença de Parkinson por meio do questionário PDQ-39. **Fisiotererapia Movimento Curitiba**, v.24, nº.1, p. 141-146, 2011.

SOARES, Gustavo da Silva; PEYRÉ-TARTARUGA, Leonardo Alexandre. Parkinson's disease and physical exercise: a literature view. **Ciência e Movimento – Biociência e Saúde ano XII**, Rio Grande do Sul, v.24, nº.12, p. 72, 2010.

SUBRAHMANYAM, M. **Brandon chew**. Tese (Doutorado) New York University, 2011.

TUROLLA, Andrea; DAM, Mauro; VENTURA, Laura; TONIN, Paolo; AGOSTINI, Michela; CARLA, Zucconi; KIPER, Pawel; CAGNIN, Annachiara; PIRON, Lamberto. Virtual reality for the rehabilitation of the upper limb motor function after stroke: a prospective controlled trial. **J Neuroeng Rehabil**, v.10, 2013.

VIEIRA, Gisele De Paula; ARAUJO, Daniela Freitas Guerra Henriques; LEITE, Marcos Antonio Araujo; ORSINI, Marco; CORREA, Clynton Lourenço. Realidade virtual na reabilitação física de pacientes com doença de Parkinson. **Revista brasileira crescimento desenvolvimento humano**, São Paulo, v.24, nº1, 2014.

WANG, C.Y.; HWANG, W. J.; FANG, J.J.; SHEU, C. F.; LEONG, I. F.; MA, H. I. Comparison of virtual reality versus Physicalreality on movement characteristics of persons withParkinson's disease: effects of moving targets. **Arch Phys Med Rehabil**, 2011.

ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO NEUROPSICOMOTOR EM CRIANÇAS DO BERÇÁRIO

ANALYSIS OF NEUROPSYCHOMOTIVE DEVELOPMENT IN CHILDREN OF THE NURSERY

Mariane Santos Nogueira¹
Ana Claudia Silva Miranda¹
Maria Francisca Lucia dos Santos¹
Renata Pereira da Cunha¹
Rafael Martins Custódio Mendonça¹
Faculdade Montes Belos¹

70

Resumo: O desenvolvimento neuropsicomotor compreende as habilidades que as crianças adquirem com a maturidade do sistema nervoso central (SNC). Habilidades estas que envolve a condição em que vive a família. Avaliar o desenvolvimento neuropsicomotor em crianças de zero a 18 meses dos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI's). Tratou-se de um estudo do tipo quantitativo, transversal de natureza aplicada. O estudo foi realizado nos nove CMEI's da cidade de São Luís de Montes Belos – GO, no qual participaram um total de 31 crianças. Foram utilizados a Escala de Alberta Modificada, composta por 58 itens; e o questionário Etapas do Desenvolvimento Neuropsicomotor constituído por sete. Constatou-se que as crianças mostraram-se desempenho motor normal, com exceção de uma que apresentou desempenho motor suspeito. A presente pesquisa mostra que o ambiente dos CMEI's é propício a um desenvolvimento motor favorável.

Palavras - chave: Desenvolvimento Neuropsicomotor. Prematuridade. Escala de Alberta Modificada

Abstract: Neuropsychomotor development comprises the abilities that children acquire with the maturity of the central nervous system (CNS). These skills involve the condition in which the family lives. **Objective:** To evaluate neuropsychomotor development in children from zero to 18 months of the Municipal Early Childhood Centers (CMEI's). **Materials and Methods:** This was a quantitative, cross-sectional study of an applied nature. The study was carried out in the nine CMEIs of the city of São Luís de Montes Belos - GO, in which a total of 31 children participated. The Modified Alberta Scale was used, composed of 58 items; and the Stages of Neuropsychomotor Development questionnaire constituted by seven. **Results:** It was verified that the children showed normal motor performance, except for one that presented suspicious motor performance. **Conclusion:** The present research shows that the CMEI environment is conducive to a favorable motor development.

Key words: Neuropsychomoto; development; Prematurity; Modified Alberta Scale.

Introdução

O desenvolvimento neuropsicomotor compreende as habilidades que as crianças adquirem com a maturidade do sistema nervoso central (SNC); habilidades estas que requerem estímulos para serem aperfeiçoadas, fornecendo capacidade na realização de tarefas mais refinadas (TECKLIN, 2002).

Nos dois primeiros anos de vida das crianças, ocorrem alterações significativas quanto ao crescimento e desenvolvimento motor. Durante essa fase, é necessário observação e acompanhamento das habilidades adquiridas, pois através de um olhar

minucioso pode se constatar um possível atraso no desenvolvimento neuropsicomotor (BRAGA, RODOVALHO e FORMIGA, 2011).

Compreender o desenvolvimento não é uma tarefa fácil, pois requer conhecimento sobre as etapas distintas da vida da criança. É muito comum confundir crescimento com desenvolvimento, o que pode gerar conclusões equivocadas frente à avaliação. O crescimento representa o ganho em massa corporal e estatura, enquanto o desenvolvimento envolve as capacidades funcionais (TECKLIN, 2002).

Tudo que o ser humano adquire é fruto da sua relação com o meio ambiente, desde seu modo de interagir até seus princípios morais. Conseqüentemente, a criança é o reflexo das pessoas que fazem parte do seu vínculo social, tornando-se dessa forma, fundamental a escolha de um ambiente que favoreça um melhor desempenho no desenvolvimento dessa criança (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2012).

O desenvolvimento da criança acontece em virtude ao meio em que está inserida, como ocorre de forma ativa, pode tanto influenciar de maneira positiva quanto negativa (Brito et al., 2011). Estudos descrevem que o ambiente interfere de modo significativo na aprendizagem motora de lactentes, levando a alterações relevantes (JUNQUEIRA et al., 2015).

Durante a infância, a criança necessita de um ambiente repleto de estímulos que influenciem diretamente na capacidade do cérebro de adequar-se aos fatores externos com o intuito de minimizar atrasos motores e estimular a aquisição de habilidades motoras dentro do padrão normal (FELÍCIO et al., 2012; VENTURELLA et al., 2013).

Nos primeiros anos escolares, a criança necessita dos aspectos intrínsecos que estão relacionados com a fisiologia corporal, e extrínsecos, que são os fatores externos como, por exemplo, o ambiente em que está inserido e renda familiar, para que seu desenvolvimento neuropsicomotor seja conquistado conforme as habilidades competentes à sua faixa etária (Ministério da saúde, 2012). Quando a família possui uma renda familiar desfavorável, o desempenho da criança é influenciado de forma negativa (VELEDA, SOARES e CÉZAR-VAZ, 2011).

Dentre os fatores extrínsecos, a família exerce papel primordial no desempenho motor da criança, uma vez que fornece afeto, confiança, princípios morais, requisitos materiais, entretenimento e suporte psicológico, permitindo desta forma um desenvolvimento favorável (Castilho-Weinert, Santos e Bueno, 2011). Com a convivência familiar é possível obter habilidades sensório-motoras equivalentes, como por exemplo, sentar, caminhar, comunicar e realizar atividades que exijam coordenação

motora (Torquato et al., 2011). Já os fatores intrínsecos advém com o nascimento da criança, ou seja, ela nascerá com um potencial genético determinado e seu desenvolvimento poderá ou não ocorrer, o que será diretamente influenciado pelas circunstâncias vividas (BRAGA, RODOVALHO e FORMIGA, 2011).

Além dos estímulos advindos da residência, se torna indispensável a avaliação dos demais ambientes em que a criança está inserida no seu dia a dia, como a casa de parentes, amigos e creches, direcionando-a assim para o bom desempenho motor (PADILHA, SEIDEL e COPETTI, 2014).

Vários fatores de risco colaboram para o atraso no desenvolvimento neuropsicomotor. Dentre eles podemos citar as patologias, classe social, falta de conhecimento e políticas de atenção básica à saúde ineficazes. Para que esses fatores sejam minimizados é necessário promoção, prevenção e intervenção precoce frente às situações encontradas (MESSER e GRAVE, 2012; SENA et al., 2015).

Nem sempre é possível readquirir o potencial motor prejudicado, porém através de medidas de atenção básica à saúde e educação pode-se diminuir o índice de crianças com atraso no desenvolvimento neuropsicomotor, principalmente aquelas que se encontram em ambientes que oferecem maior risco (SILVA, ENGSTRON e MIRANDA, 2015).

Quanto mais precoce for observado o atraso no desenvolvimento neuropsicomotor, menores serão as consequências na vida da criança e de sua família, e medidas satisfatórias poderão ser empregadas possibilitando a inserção da estimulação precoce com objetivo de potencializar o desenvolvimento motor (DORNELAS e MAGALHÃES, 2016). O reconhecimento a tempo de um possível atraso no desempenho motor permite que ações de conscientização, orientação e treinamento dos profissionais sejam realizados com precisão e êxito (FREITAS, COSTA e FORMIGA, 2011).

A criança com atraso no desenvolvimento, quando diagnosticado precocemente, conta com a plasticidade neural, capacidade que o cérebro tem de responder a estímulos oferecidos levando a um melhor aprendizado. A plasticidade neural tem seu maior desempenho até os dois anos de idade, nesta fase, a intervenção deve ser potencializada a fim de minimizar as alterações negativas advindas do atraso (MARCONDES et al., 2003).

É necessário que as crianças sejam acompanhadas por profissionais qualificados capazes de verificar possíveis modificações em suas aquisições motoras e possam

utilizar métodos que influenciem de forma positiva no desenvolvimento normal, uma vez que as alterações são significativas ao longo da vida da criança. Essa intervenção feita de maneira prévia, favorece um melhor desempenho das competências motoras (MARTINELLO et al., 2011; CHAVES et al., 2013).

O desenvolvimento infantil envolve a condição em que vive a família, bem como a relação da criança em seu ambiente educativo (SOUZA e MAGALHÃES, 2012). O atraso no desenvolvimento é um grande problema social que merece atenção, devido suas consequências que podem afetar de forma negativa na vida da criança e seus familiares levando a um desequilíbrio biopsicossocial (SILVA, ENGSTRON e MIRANDA, 2015).

Avaliar o desenvolvimento motor da criança e detectar as condições que estimulam ou retardam a aprendizagem motora, permite que as competências sejam potencializadas ao máximo, dessa maneira a criança se desenvolverá de forma global e prevenirá condições negativas ao seu desenvolvimento físico.

O objetivo da respectiva pesquisa foi avaliar o desenvolvimento neuropsicomotor em crianças de zero a 18 meses dos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI's).

Metodologia

Trata-se de um estudo do tipo quantitativo, transversal de natureza aplicada, embasado a partir de um referencial teórico, de pesquisas de artigos e literaturas da área para realização do trabalho. A coleta de dados foi realizada entre os meses de Outubro e Novembro de 2016, nos CMEI's da cidade de São Luís de Montes Belos – GO, totalizando 9 instituições. A amostra foi composta por crianças de 8 a 18 meses, de ambos os sexos totalizando 31 crianças. Os responsáveis pelas crianças receberam explicação detalhada sobre o projeto de pesquisa em questão, e após lerem, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

A coleta de dados foi realizada em uma avaliação única, com duração de 20 minutos para cada criança, e preenchimento do questionário pelos cuidadores, nos períodos matutino e vespertino durante o horário de funcionamento das instituições, das 7:30 hrs às 17:00 hrs. Os critérios de inclusão da presente pesquisa foram crianças com idade de zero a 18 meses de ambos os sexos, sem acompanhamento fisioterapêutico, com ausência de patologias associadas com diagnóstico clínico, que permanecem na unidade nos períodos matutino e vespertino e, cujos pais aceitaram a participação na

pesquisa e assinaram o TCLE. Foram excluídos da pesquisa crianças com idade superior ou dentro da faixa etária de zero a 18 meses de ambos os sexos, com faltas nos CMEI's sem justificativas plausíveis e os que os pais não aceitaram participar da pesquisa e não assinaram o TCLE. A Escala de Aberta Modificada foi o método utilizado para avaliar o desempenho motor grosso das crianças de zero a 18 meses de idade. Ela é composta por 58 itens agrupados em quatro sub-escalas: prono 21 itens, supino nove itens, sedestação 12 itens e ortostase 16 itens. Cada critério motor observado recebeu escore um, e não observado, zero. No final foi obtido um escore total com pontuação máxima de até 58 pontos que foi convertida em percentil para comparação com os valores estabelecidos pela escala: a) desempenho motor normal/esperado: acima de 25%; b) desempenho motor suspeito: entre 25% e 5%, c) desempenho motor anormal: abaixo de 5%.

Foi utilizado ainda o questionário etapas do desenvolvimento neuropsicomotor desenvolvido pelas pesquisadoras para analisar o conhecimento dos cuidadores, composto por sete perguntas objetivas relacionadas aos marcos motores.

O presente estudo teve início após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Santa Casa de Misericórdia de Goiânia – GO, onde a pesquisa seguiu todas as normas estabelecidas pela Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, e foi aprovada com o protocolo nº 58649816.3.0000.5081.

O respectivo estudo apresentou os seguintes riscos: desistência por parte da família em não autorizar a participação e divulgação das informações; e riscos físicos como a possibilidade de queda das crianças, pois as mesmas são inquietas. Foi orientado, que caso houvesse alguma intercorrência durante a avaliação, os mesmos poderiam ser encaminhados para o Hospital Municipal Dr Geraldo Landó, localizado na Rua 3, Vila Popular, em São Luís de Montes Belos – GO, telefone: (64) 3671-1644, conforme carta de autorização para encaminhamento.

Os dados coletados e todas as informações obtidas na pesquisa estão armazenados em local reservado, na residência da pesquisadora Maria Francisca Lucia dos Santos, em armário trancado, onde permanecerá por um período de cinco anos, tendo acesso à chave apenas a pesquisadora. Após este período, todo o material será reciclado para garantir o sigilo dos resultados da pesquisa.

Os dados coletados foram analisados por profissional estatístico, por meio do programa estatístico software IBM *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) Statistics Data Editor. Em todas as análises foi adotado o nível de significância estatística de 5% ($p \leq 0,05$). Os resultados foram expressos em forma de gráficos.

Resultados

Participaram deste estudo 31 crianças, destas 13 (41,9%) eram do sexo feminino e 18 (58,1%) do sexo masculino. A idade ficou entre 8 e 18 meses, sendo que 6,5% (menos de 10 meses), 32,3% (de 10 meses a 1 ano) e 61,3% (maior de um ano) como segue no gráfico 1.

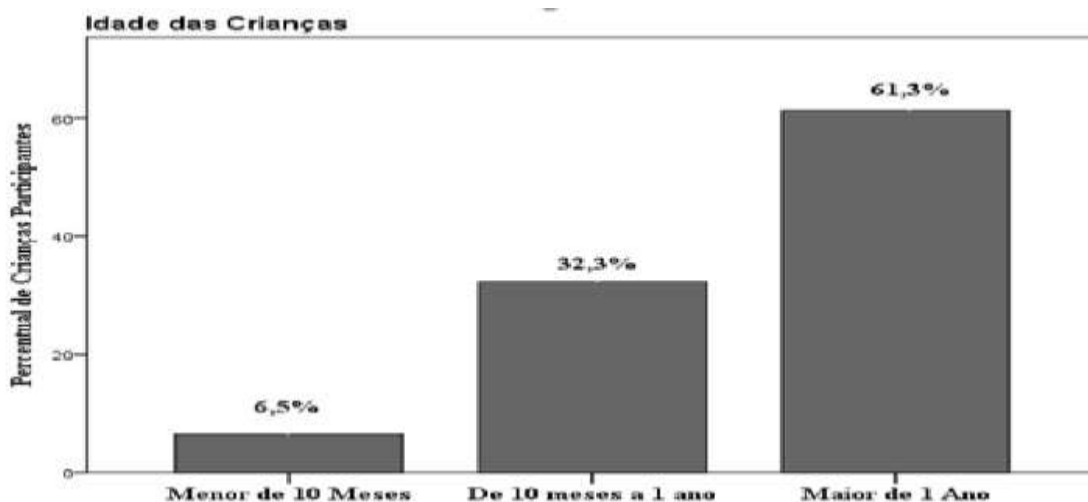


Gráfico 1 - Idade das Crianças

As crianças foram avaliadas em 4 posições conforme a Escala de Alberta Modificada como seguem os gráficos. O gráfico 2 mostra a posição prono, onde 3,2% (2 pontos), 3,2% (15 pontos), 93,5% (21 pontos), nesta posição foram avaliados os movimentos recíprocos de membros superiores (MMSS) e inferiores (MMII) com rotação de tronco; quadris alinhados abaixo da pelve e retificação da coluna lombar.

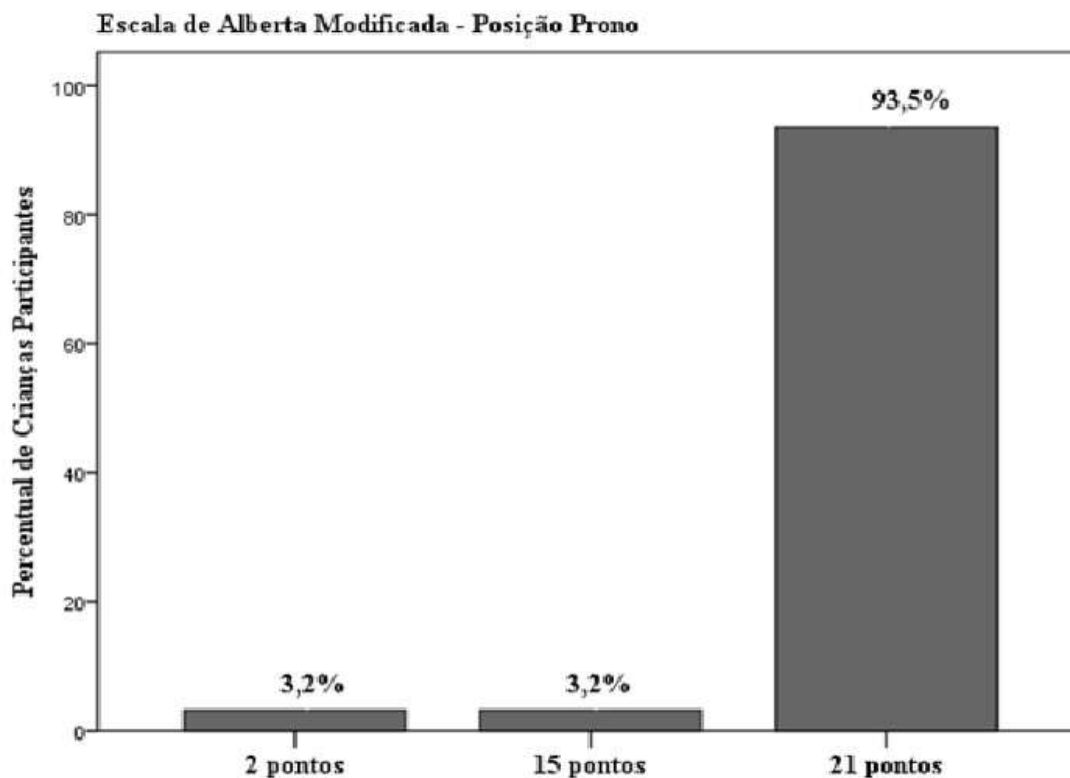


Gráfico 2 – Escala de Alberta Modificada – Posição Prono

O gráfico 3 mostra a posição supino, onde 29,0% (4 pontos), 22,6% (5 pontos), 12,9% (6 pontos), 29,0% (7 pontos), 3,2% (8 pontos), 3,2% (9 pontos). Nesta posição foram avaliados a flexão fisiológica, rotação de cabeça, mão na boca, movimentos “primários” de MMSS e MMII, endireitamento lateral da cabeça e tronco se move em bloco.

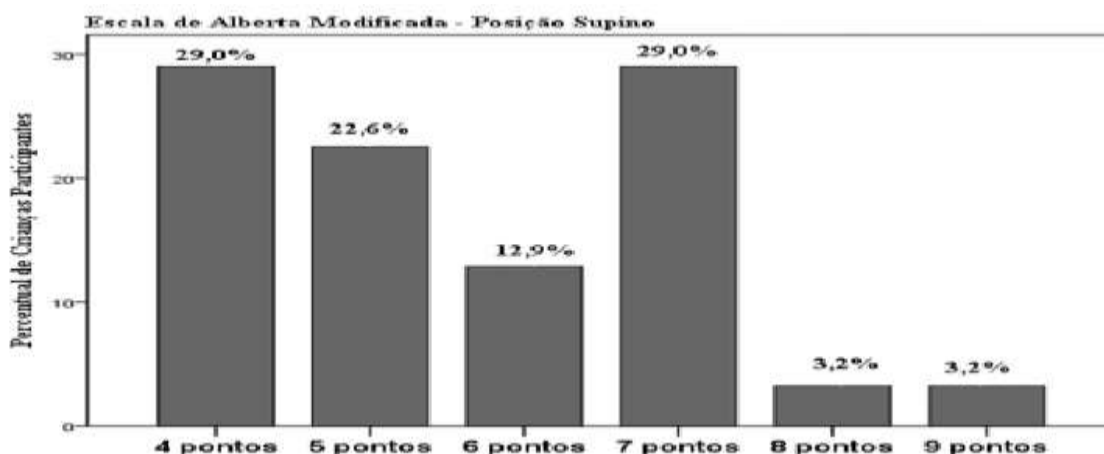


Gráfico 3 – Escala de Alberta Modificada – Posição Supino

O gráfico 4 mostra a posição sedestação, onde 3,2% (7 pontos), 6,5% (11 pontos), 90,3% (12 pontos), nesta posição foram avaliados eleva e mantém a cabeça brevemente na linha média e retração de queixo: cabeça alinhada ou em frente ao corpo.

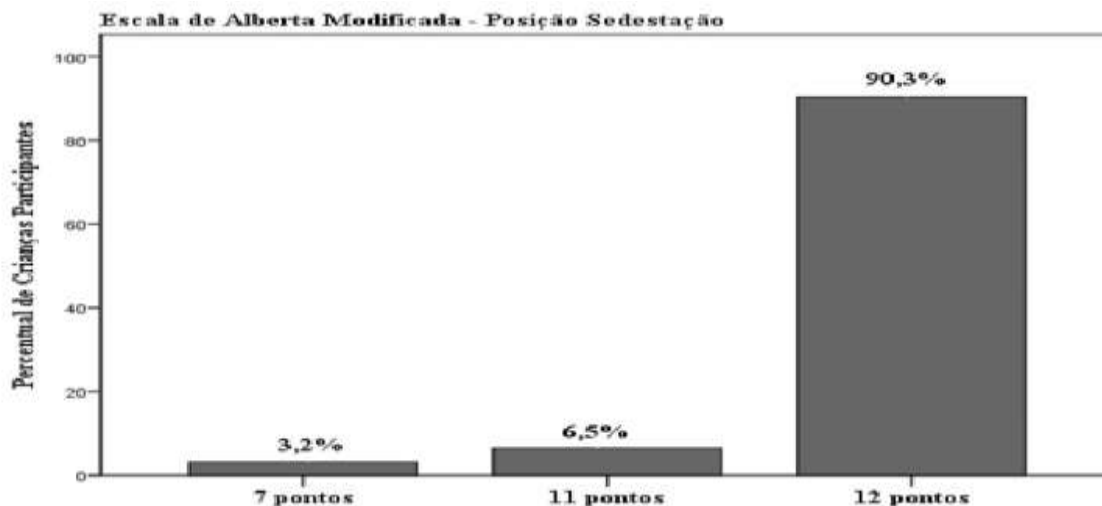


Gráfico 4 – Escala de Alberta Modificada – Posição Sedestação

O gráfico 5 mostra a posição ortostase, onde 6,5% (0 pontos), 6,5% (9 pontos), 16,1% (10 pontos), 3,2% (11 pontos), 3,2% (13 pontos), 6,5% (14 pontos), 45,2% (15 pontos), 3,2% (16 pontos), 9,7% (não aplicável devido à idade), nesta posição foram avaliados o fica em pé sozinho momentaneamente; reações de equilíbrio nos pés e empurra-se rapidamente com as mãos para assumir a posição de ortostase.

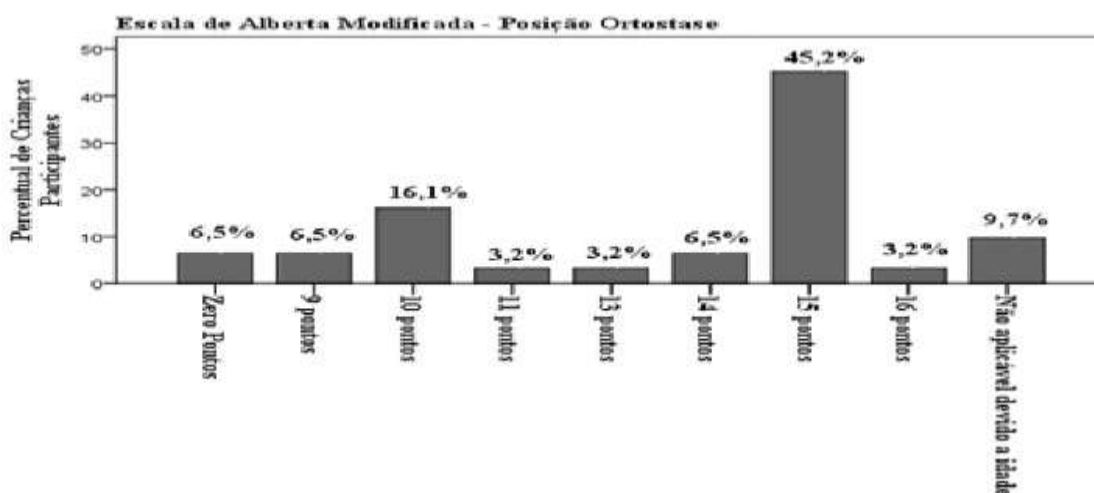


Gráfico 5 – Escala de Alberta Modificada – Posição Ortostase

Como mostra no gráfico 6, nenhuma criança obteve pontuação abaixo de 5% que corresponde ao desempenho motor anormal, 1 (3,2%) criança obteve pontuação entre 25% e 5% que corresponde ao desempenho motor suspeito e 30 (96,8%) crianças obtiveram pontuação acima de 25% que corresponde ao desempenho motor normal.

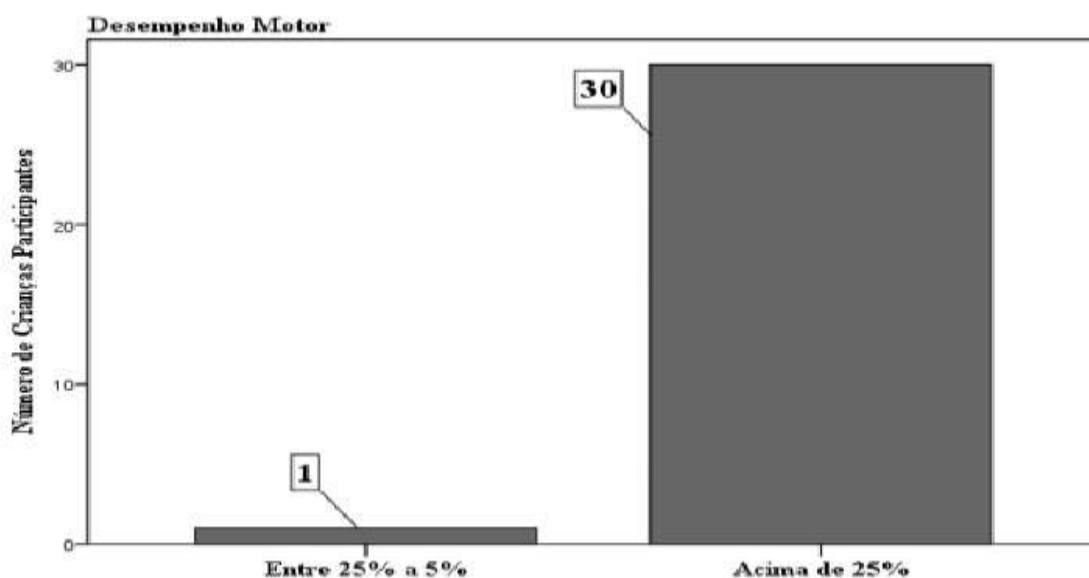


Gráfico 6 – Desempenho Motor

A análise dos questionários aplicados aos professores composto por 7 questões, onde participaram 11 professores tiveram como resultado as seguintes pontuações conforme o gráfico 7, sustenta a cabeça (7 acertos e 4 erros), senta-se com apoio (5 acertos e 6 erros), senta-se sem apoio (3 acertos e 8 erros), arrasta (4 acertos e 7 erros), engatinha (4 acertos e 7 erros), anda com apoio (8 acertos e 3 erros), anda sem apoio (1 acerto e 10 erros), mostrando um resultado regular.

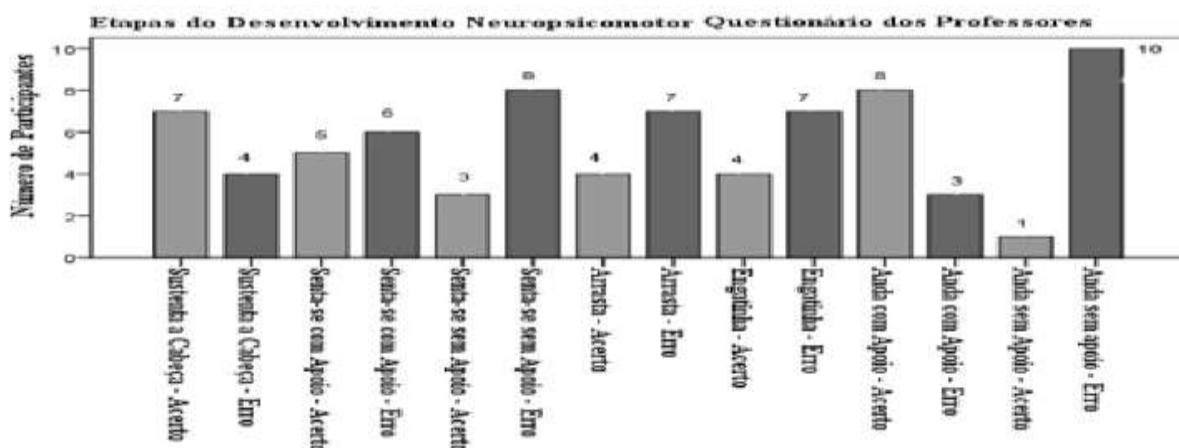


Gráfico 7 – Etapas do Desenvolvimento Neuropsicomotor Questionário dos Professores

Discussão

Estudos apontam que crianças de berçários possuem um atraso motor em relação as que estão em ambiente domiciliar, devido à ausência da família durante a permanência da criança na instituição. Os autores acreditam que ao lado da família, as crianças sentem-se seguras e com uma curiosidade maior em explorar o meio em que está inserida, pois não há tantas regras a serem cumpridas (MELO e LEITE, 2011; e WEBER et al., 2014).

Em contrapartida, Silva (2012), diz que os centros de educação infantil além de atenderem às necessidades dos pais, possibilitam um desenvolvimento favorável à criança, permitindo dessa forma que seja compatível com a sua idade. O benefício oferecido à criança estará relacionado com a capacidade, habilidade e interação dos cuidadores com a mesma. Como foi verificado no presente estudo, as crianças que frequentam os CMEI's não possuem atraso no desenvolvimento neuropsicomotor, pois os mesmos oferecem condições necessárias que proporcionam um bom desempenho motor; a maioria das crianças obtiveram pontuação próxima do escore esperado em todos os quesitos avaliados pela Escala de Alberta Modificada. Os ambientes educacionais têm como foco principal oferecer à criança uma infância ativa e qualificada. Para tal, proporcionam uma experiência de vivência coletiva, onde convivem com outras crianças; e nesse ambiente juntamente com seus colegas, sob a supervisão de educadores e auxiliares, têm a oportunidade de conhecer, descobrir e desenvolver habilidades motoras e emocionais. A proposta pedagógica educacional promove a aprendizagem através da ludicidade, recreação, criatividade e desafios, permitindo dessa forma a exploração do meio em que está, e a construção de valores morais (BARBOSA, 2010). Como foi averiguado no estudo, os ambientes nos CMEI's são acolhedores e possuem diversos estímulos que provocam a curiosidade nas crianças, levando-as a uma interação com meio e com outras crianças, o que possibilita a aquisição de habilidades motoras.

Para Moreira (2014), o bebê desafia a si mesmo e o ambiente escolar. É personagem principal de seu aprendizado, obtém o entendimento e procura conhecer o ambiente através de seus movimentos percepções, designando ligações com o universo físico e social. Dessa forma, necessita do educador um planejamento bem elaborado, que vincule as capacidades do cuidar e do educar para que favoreça o desenvolvimento e aprendizado individual e coletivo.

Pereira et al. (2016), Cruz (2012) e Barbosa (2010) relatam que os educadores devem ter uma boa relação com as crianças, uma vez que os mesmos são responsáveis pela educação dos bebês, é necessário que saibam observar e compreender as aquisições motoras para que possam adequar suas intervenções de acordo com as necessidades minimizando o impacto no

desenvolvimento motor caso esteja presente. Como muitos pensam, a função dos educadores e cuidadores das creches não se baseia em apenas continuar com os cuidados maternos, mas favorecer o desenvolvimento infantil. Foi notado no presente estudo, a preocupação das educadoras com os bebês dos berçários, as mesmas se mostraram dedicadas na arte de cuidar e educar, tanto que as crianças possuem uma rotina a ser seguida durante a permanência na instituição.

Segundo Lemes (2012), a instituição de educação infantil se configura como um ambiente de brincar na qual as crianças demonstram sentimentos, conhecimentos, vontades e dificuldades, explorando os diversos tipos de linguagem. Em virtude do que foi mencionado, a educação infantil é vista como um local de experiências, conhecimentos e êxito, onde a criança tem seu primeiro contato para a vida fora do ambiente familiar. Com as experiências pedagógicas observa-se que o bebê desenvolve por meio do contato natural e social, dessa maneira se torna necessário oferecer possibilidades de convívio com os mesmos. Fato também constatado na pesquisa, que o brincar faz parte da rotina das crianças, o que promove a interação coletiva e dinâmica por meio da musicalidade e ludicidade.

Para Saraiva e Liberato (2015), Moreira, Magalhães e Alves (2014) e Viera e Linhares (2011) a prematuridade está relacionada a um atraso no desenvolvimento cognitivo e motor, mesmo com a evolução da medicina pediátrica. Em alguns casos, há exposição dos bebês prematuros a inúmeros riscos, como a superproteção dos pais e falta de informações que pode levar a danos negativos em seu desenvolvimento. Isso explica o único caso de atraso motor encontrado neste estudo, cuja criança nasceu prematura de uma gestação gemelar, na qual houve o óbito do outro bebê. Com o intuito de minimizar tal atraso, os educadores, a direção da instituição e os pais foram orientados sobre a situação, e a criança foi encaminhada para o serviço de reabilitação do município.

Martini, Padovani e Perosa (2016), Coutinho, Lemos e Caldeira (2014) e Nascimento, Carvalho e Iwabe (2012), relatam que bebês prematuros podem evidenciar um declínio no desenvolvimento neuropsicomotor, devido à falta de maturação do sistema nervoso central. Crianças prematuras com atraso no desenvolvimento em idade escolar tem a qualidade de vida prejudicada, deste modo torna-se extremamente importante a elaboração de medidas para orientar, detectar e intervir quando necessário. As respostas dos professores ao questionário “Etapas do Desenvolvimento Neuropsicomotor” mostrou-se regular. Devido a convivência com muitas crianças, eles acabam comparando os marcos motores de uma criança com a outra o que induziu aos erros. Conforme citado por Rossi (2012), é imprescindível a participação dos educadores como pesquisadores à respeito de questões sobre a psicomotricidade, a

maioria dos centros de ensino infantil contam com a educação psicomotora que idealiza o movimento corporal como meio didático para contribuir para o desenvolvimento infantil. Dessa forma o educador necessita conhecer as fases do desenvolvimento neuropsicomotor para que possa adequar seu trabalho conforme as necessidades da criança. Em razão disso, as educadoras foram orientadas a respeito das fases do desenvolvimento motor infantil e receberam um panfleto explicativo mostrando os marcos adquiridos em cada idade, para que dessa forma se torne mais fácil detectar alguma anormalidade motora.

Conclusão

A presente pesquisa mostra que o ambiente dos CMEI's é propício a um desenvolvimento motor favorável, o que pode ser responsável pelos resultados obtidos. O espaço dos berçários são organizados, coloridos e com diversos desenhos, além de possuir variados brinquedos educativos. As educadoras e cuidadoras utilizam a musicalidade e ludicidade para que as crianças possam se desenvolver da melhor forma possível através das diferentes experiências.

Em vista dos argumentos apresentados, torna-se notável a importância de um ambiente seguro e ao mesmo tempo desafiador, e profissionais qualificados para assistir à criança, proporcionando o desenvolvimento infantil de acordo com as fases estabelecidas.

Referências

BARBOSA, Maria Carmem. Especificidades da ação pedagógica com os bebês. **Anais do I seminário nacional: currículo em movimento – Perspectivas Atuais**, Belo Horizonte, 2010.

BRAGA, Ana Karolina Paiva; RODOVALHO, Juliana Campos; FORMIGA, Cibelle Kayenne Martins Roberto. Evolução do crescimento e desenvolvimento neuropsicomotor de crianças pré-escolares de zero a dois anos do município de goiânia (go). **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**, São Paulo, v. 21, nº 2, p. 230-239, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde da criança: crescimento e desenvolvimento. **Cadernos de Atenção Básica**, Brasília – DF, nº 33, 272 p., 2012.

BRITO, Cileide Mascarenhas Lopes; VIERA, Graciete Oliveira; COSTA, Maria da Conceição Oliveira; OLIVEIRA, Nelson Fernandes de. Desenvolvimento neuropsicomotor: o teste de Denver na triagem dos atrasos cognitivos e neuromotores de pré-escolares. **Cadernos Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 27, nº 7, p. 1403-1414, 2011.

CASTILHO-WEINERT, Luciana Vieira; SANTOS, Elgison da Luz dos; BUENO, Marcelo Rodrigues. Intervenção fisioterapêutica psicomotora em crianças com atraso no

desenvolvimento. **Revista Brasileira de Terapias e Saúde**, Curitiba-Paraná, v. 1, nº 2, p. 75-81, 2011.

CHAVES, Caroline Magna Pessoa; LIMA, Francisca Elisângela Teixeira; MEDONÇA, Larissa Bento de Araújo; CUSTÓDIO, Ires Lopes; MATIAS, Érica Oliveira. Avaliação do crescimento e desenvolvimento de crianças institucionalizadas. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Fortaleza-CE, v. 66, nº 5, p. 668-74, 2013.

COUTINHO, Giselle Athayde Xavier; LEMOS, Daniela de Mattos; CALDEIRA, Antônio Prates. Impact of physiotherapy on neuromotor development of premature newborns. **Revista Fisioterapia em Movimento**, Curitiba, v. 27, nº 3, p. 413-420, 2014.

CRUZ, Denise da Silva Dias. **O berçário como espaço de desenvolvimento infantil**. 2012. 37 p. (Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Graduação em Pedagogia – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande).

DORNELAS, Lílian de Fátima; MAGALHÃES, Lívia de Castro. Desempenho funcional de escolares que receberam diagnóstico de atraso do desenvolvimento neuropsicomotor até os dois anos. **Revista Paulista de Pediatria**, São Paulo, v. 34, nº 1, p. 78-85, 2016.

FELÍCIO, Larissa Rosa; MORAIS, Rosane Luzia de Souza; TOLENTINO, Jacqueline Alves; AMARO, Lívia Lúcio de Mattos; PINTO, Sávila Alves. A qualidade de creches públicas e o desenvolvimento de crianças em desvantagem econômica em um município do vale do jequitinhonha: um estudo piloto. **Revista Pesquisa em Fisioterapia**, Salvador, v. 2, nº 2, p. 70-82, 2012.

FREITAS, Samuel de Castro; COSTA, Gisely de Andrade; FORMIGA, Cibelle Kayenne Martins Roberto. Perfil do crescimento e desenvolvimento neuropsicomotor de crianças que frequentam creches municipais de Goiânia. **Revista Movimenta**, Goiás, v. 4, nº 1, p. 4-18, 2011.

JUNQUEIRA, Dina Oliveira; MANZANO, Roberta Munhoz; MERIGHI, Maria de Lourdes; TABAQUIM; SOUZA, Carolina Tarcinalli. Avaliação do desempenho motor axial de lactentes frequentadores de uma creche do município de Ji-Paraná. **Saúde em Revista**, Piracicaba, v. 15, nº 39, p. 25-32, 2015.

LEMES, Solange Aparecida Lemes. **O berçário e as interações com elementos naturais**, 2012. 12 p. (Artigo submetido ao Curso de Especialização em Educação Infantil para a obtenção do Grau de Especialista em Educação Infantil - Universidade Federal de Santa Catarina Florianópolis).

MARCONDES, Eduardo; VAZ, Flávio Adolfo Costa; RAMOS, José Lauro Araujo; OKAY, Yassuhiko. *Pediatria básica: pediatria geral e neonatal*. 9. ed. São Paulo: Sarvier, 2003. 599 p.

MARTINELLO, Micheli; NAZARIO, Patrik Felipe; MARQUES, Lorena Zanelatto; RIES, Lílian Gerdi Kittel; LANDO, Carlin. Avaliação do desenvolvimento motor de crianças matriculadas em creches públicas. **HU Revista**, Juiz de Fora, v. 37, nº 2, p. 155-162, 2011.

MARTINI, Juliana Aparecida; PADOVANI, Flávia Helena Pereira; PEROSA, Gimol Benzaquen. Quality of Life of Preterm Children: Risk and Protective Factors. **Paidéia**, São Paulo, v. 26, n° 65, p.325-332, 2016.

MELO, Fláviane Rezende; LEITE, Jacqueline Maria Resende Silveira. Avaliação do desenvolvimento motor de crianças institucionalizadas na primeira infância. **Revista Neurociências**, São Paulo, v. 19, n° 4, p. 681-685, 2011.

MESSER, Vivian Marciane; GRAVE, Magali Teresinha Quevedo. Estudo do desenvolvimento motor de crianças de 4 a 12 meses atendidas em uma escola municipal de educação infantil (EMEI) x crianças atendidas pelo programa primeira infância melhor (PIM). **Caderno pedagógico**, Lajeado (RS), v. 9, n° 2, p. 73-91, 2012.

MOREIRA, Juliana Corrêa. Avaliação na educação infantil – a constituição da documentação pedagógica como prática avaliativa em turmas de Berçário. **XI Anped Sul**, Florianópolis, 2014.

MOREIRA, Rafaela S.; MAGALHÃES, Lívia C.; ALVES, Claudia R.L. Effect of preterm birth on motor development, behavior, and school performance of school-age children: a systematic review. **Jornal de Pediatria**, Rio de Janeiro, v. 90, n° 2, p. 119-134, 2014.

NASCIMENTO, Débora Zap do; CARVALHO, Kátia de PP; IWABE, Cristina. Perfil Cognitivo e Motor de Crianças Nascidas Prematuras em Idade Escolar: Revisão de Literatura. **Revista Neurociência**, São Paulo, v.20, n°4, p.618-624, 2012.

PADILHA, Juliana Falcão; SEIDEL, Enio Júnior; COPETTI, Fernando. Análise do desenvolvimento motor e qualidade do ambiente domiciliar de crianças pré-escolares. **Saúde (Santa Maria)**, Santa Maria, v. 40, n° 1, p. 99-108, 2014.

PEREIRA, Ana Paula Machado; PINHEIRO, Tamiris Furtado Drehmer; BALK, Rodrigo de Souza; SANTOS, Christian Caldeira. Eficácia da estimulação sensorio-motora em bebês de 4 a 12 meses de uma escola infantil. **Saúde (Santa Maria)**, v. 42, n° 1, p. 121-128, 2016.

ROSSI, Francieli Santos. Considerações sobre a Psicomotricidade na Educação Infantil. **Revista Vozes dos Vales da UFVJM**, Minas Gerais, 2012.

SACCANI, R. **Validação da alberta infant motor scale para aplicação no brasil: análise do desenvolvimento motor e fatores de risco para atraso em crianças de 0 a 18 meses**, 2009. 123 p. (Dissertação Mestrado em Ciências do Movimento Humano – Escola Superior de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre).

SARAIVA, Letícia Gomes; LIBERATO, Francisca Rocha Carneiro. Importância da fisioterapia no desenvolvimento motor de crianças prematuras: uma revisão integrativa. **Revista Digital**, EFDeportes.com, Buenos Aires, n° 201, 2015.

SENA, José Lucas Oliveira de; FARIAS, Wanglea Amorim; COSTA, Elson Ferreira; SILVA, Mariane Lopes da; LIMA, Samyra Said de. Instrumentos de avaliação do desenvolvimento neuropsicomotor infantil no brasil: revisão sistemática da literatura. **Anais do IV Congresso de Educação em Saúde da Amazônia (COESA)**, Universidade Federal do Pará - 30 de novembro a 04 de dezembro de 2015.

SILVA, Ângela Cristina Dornelas da; ENGSTRON, Elyne Montenegro; MIRANDA, Cláudio Torres de. Fatores associados ao desenvolvimento neuropsicomotor em crianças de 6-18 meses de vida inseridas em creches públicas do município de João Pessoa, Paraíba, Brasil. **Caderno Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 31 n° 9, p. 1881-1893, 2015.

SILVA, Deise Machado da. Os fazeres cotidianos no berçário: reflexões e práticas. **Secretaria Municipal de Educação de Araçatuba**, São Paulo, 2012.

SOUZA, Edifrance Sá de; MAGALHÃES, Livia de Castro. Desenvolvimento motor e funcional em crianças nascidas pré-termo e a termo: influência de fatores de risco biológico e ambiental. **Revista Paulista Pediatria**, São Paulo, v. 30, n° 4, p. 462-70, 2012.

TECKLIN, Jan Stephen. *Fisioterapia Pediátrica*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2002. 479 p.

TORQUATO, Jamili Anbar; PAES, Janine Batista; BENTO, Maria Cristiane C.; SAIKAI, Glaucy Mara P. N.; SOUTO, Juliana Novaes; LIMA, Elbimeire de Almeida M.; ABREU, Luiz Carlos de. Prevalência de atraso do desenvolvimento neuropsicomotor em pré-escolares. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**, São Paulo, v. 21, n° 2, p. 259-268, 2011.

VELEDA, Aline Alves; SOARES, Maria Cristina Flores; CÉZAR-VAZ, Marta Regina. Fatores associados ao atraso no desenvolvimento em crianças, Rio Grande, Rio Grande do Sul, Brasil. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre (RS), v. 32, n° 1, p. 79-85, 2011.

VENTURELLA, Cíntia Barreto; ZANANDREA, Gabriela; SACCANI, Raquel; VALENTINI, Nadia Cristina. Desenvolvimento motor de crianças entre 0 e 18 meses de idade: diferenças entre os sexos motor. **Motricidade**, Rio Grande do Sul, v. 9, n° 2, p. 3-12, 2013.

VIEIRA, Martina Estevam Brom; LINHARES, Maria Beatriz Martins. Developmental outcomes and quality of life in children born preterm at preschool- and school-age. **Jornal de Pediatria**, Rio de Janeiro, v. 87, n° 4, p. 281-291, 2011.

WEBER, Ane; KOETZ, Lydia Christman Espindola; ADAMI, Fernanda Scherer; BOSCO, Simone Morelo Dal; GRAVE, Magali Teresinha Quevedo. Avaliação do desenvolvimento motor em crianças frequentadoras de escolas municipais de educação infantil. **Revista Uningá**, Lajeado (RS), v. 42, p. 43-49, 2014.

SATISFAÇÃO SEXUAL EM MULTÍPARAS DE PARTO VAGINAL APÓS PROTOCOLO DE TRATAMENTO FISIOTERAPÊUTICO

SEXUAL SATISFACTION IN MULTIPAROUS OF VAGINAL BIRTH AFTER PROTOCOL OF PHYSIOTHERAPEUTIC TREATMENT

Jéssica Tamara Lopes Das Dores¹
Kelly Cristina Nascimento Pinheiro Cunha¹
Mariane Santos Nogueira¹
Rafael Martins Custódio Mendonça¹

Faculdade Montes Belos¹

85

Resumo: A resposta sexual feminina é composta por quatro fases ininterruptas que são o desejo, excitação, orgasmo e resolução. Pesquisas evidenciam que o parto vaginal pode reduzir a potência muscular do assoalho pélvico de mulheres primíparas e múltiparas, quando contrastada com mulheres expostas à cesárea e nulíparas. Averiguar na literatura existente a eficácia de protocolos de tratamento fisioterapêuticos em múltiparas de parto vaginal apontando a relevância do mesmo na satisfação sexual. Averiguou-se estudos que abordavam técnicas para reintegração da musculatura perineal, otimização da percepção corporal e restauração do trofismo, focalizados na satisfação sexual de múltiparas de parto vaginal, utilizando como base de dados: PubMed, Medline, SciELO e LILACS. Os estudos elegidos pertenciam ao período entre 2009 a 2017. Percebe-se o desprovimento de pesquisas que abordam protocolos de tratamento fisioterapêutico com destaque à satisfação sexual de múltiparas de parto vaginal.

Palavras-chave: Modalidades de Fisioterapia, Saúde da mulher, Sexualidade.

Abstract: The female sexual response is composed of four uninterrupted phases that are desire, excitement, orgasm and resolution. Research has shown that vaginal delivery can reduce the muscular power of the pelvic floor of primiparous and multiparous women, when contrasted with women exposed to cesarean section and nulliparous women. To investigate in the existing literature the effectiveness of physiotherapeutic treatment protocols in multiparas of vaginal delivery, pointing the relevance of the same in sexual satisfaction.: We investigated techniques for the reintegration of the perineal muscles, optimization of body perception and trophic restoration, focused on the sexual satisfaction of multiparas vaginal delivery, using as a database: PubMed, Medline, SciELO and LILACS. The selected studies belonged to the period between 2009 and 2017. We note the lack of research that addresses protocols of physiotherapeutic treatment with emphasis on the sexual satisfaction of multiparas of vaginal delivery.

Keywords: Modalities of Physical Therapy, Women's Health, Sexuality.

Introdução

Segundo Moore (2014), o assoalho pélvico é constituído pelo diafragma da pelve, que compreende os músculos levantador do ânus e isquiococcígeo, além da fásia que reveste as porções inferiores e superiores desses músculos. O diafragma da pelve localiza-se na pelve menor, dividindo a concavidade pélvica do períneo o qual desempenha a função de sustentação. A expressão períneo diz respeito a uma camada superficial entre o ânus e a vulva,

podendo se considerar também a região do tronco entre as coxas e nádegas, elevando-se do cóccix até o púbis.

O grupo de músculos nomeado levantador do ânus compõe a maior porção do diafragma da pelve, auxilia a suportar as vísceras e opõem-se a aumentos da pressão intra-abdominal. São nomeados de acordo com as fixações proximais e distais em puborretal, pubococcígeo e iliococcígeo. Compreendendo os músculos do períneo estão: bulboesponjoso, isquiocarvernososo, isquiocccígeo e o transverso superficial do períneo. No ato sexual feminino esses músculos tem como função a contração vaginal, ereção do clitóris, ejaculação e orgasmo (MOORE, 2014; PAULSEN e WASCHKE, 2012).

Conforme Gyton e Hall (2017), a execução exitosa do ato sexual feminino necessita tanto de excitação psíquico como de sexual local. Ter imaginações sexuais pode conduzir a voluptuosidade feminina, o que colabora muito na execução do ato sexual. A vontade também modifica-se no decorrer do ciclo sexual mensal, alcançando seu ápice aproximadamente no período da ovulação, presumivelmente em virtude dos altos níveis de estrogênio ao longo do estágio pré-ovulatório. O incitamento sexual local na mulher advém por meio de massagem e demais maneiras de excitação da vulva, da vagina e de outros pontos perineais podendo gerar sensações sexuais.

De acordo com Anderson et al. (2007), o sistema nervoso age na função sexual mediante a propagação de impulsos nervosos com destino a genitália, seja sensorio da medula espinhal ou regido pelo sistema parassimpático e simpático. O estímulo do sistema nervoso parassimpático promove o edema dos grandes e pequenos lábios e do clitóris, assim como a lubrificação vulvar. Já o simpático, gera consecutivas contrações do útero, tuba uterina, glândulas uretrais e da musculatura do assoalho pélvico.

A resposta sexual feminina é composta por quatro fases ininterruptas que são o desejo, excitação, orgasmo e resolução. No começo da excitação sexual, sinais parassimpáticos provocam a liberação de acetilcolina, peptídeos e vasodilatadores, por sua vez essas substancias irão ocasionar um aumento da retenção venosa, provocando a ereção do clitóris. As glândulas de Bartholin localizadas sob os grandes lábios, são incitadas e dilatadas ao longo do ato sexual, promovendo a lubrificação vaginal (BARROS et al., 2014; GAYTON e HALL, 2017).

Ao se encontrar com uma condição estimulante pode provocar o apetite sexual e excitação. A continuidade da excitação pode resultar em uma reação orgástica. O orgasmo é uma condição do ato sexual que sensibiliza inteiramente o corpo, provocando um absoluto bem-estar, determinado por contrações rítmicas dos músculos levantador do ânus, diafragma

pélvico, bulbocavernoso, vagina e útero, promovendo o relaxamento muscular. No término do orgasmo há um declínio progressivo da tensão muscular e redução do edema dos lábios, clitóris e vagina (ANTONIOLI e SIMÕES, 2016).

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), a sexualidade é instigada pela relação de aspectos biológicos, psicológicos, socioeconômicos, moral e crença. Estabelece uma particularidade do ser humano, compreendendo a identidade de gênero, sexo, opção sexual, sexualidade, gozo e concepção. A sexualidade é experimentada e manifestada em atração física, apetite sexual, fantasias, crença, comportamento, conduta, hábito e relacionamentos, conquanto nem todos eles sejam permanentemente vividos em sua plenitude (AUWAD e HAGI, 2012).

Pesquisas revelam que a maior prevalência das disfunções do assoalho pélvico está relacionado a pontos de desnervação da musculatura. Uma das razões para a desnervação é o parto vaginal porque, no decorrer da segunda fase do trabalho de parto, a cabeça fetal pode acarretar compressão e alongamento do nervo pudendo, provocando a distensão dos tecidos e ligamentos da pelve. Outras pesquisas evidenciam que o parto vaginal pode reduzir a potência muscular do assoalho pélvico de mulheres primíparas e múltíparas, quando contrastada com mulheres expostas à cesárea e nulíparas (ASSIS et al., 2013).

A disfunção sexual feminina é um transtorno de saúde habitual, que resulta em um abalo na qualidade de vida, e inclui uma vasta diversidade de situações clínicas, que compreende o desejo sexual hipotativo, transtorno de excitação sexual, transtorno de aversão sexual, transtorno do orgasmo, dispareunia e vaginismo. Sendo que qualquer variação no ciclo da resposta sexual, desejo, excitação, orgasmo e resolução podem provocar o princípio das disfunções sexuais (FAUBION e RULLO, 2015; AUWAD e HAGI, 2012; ANTONIOLI E SIMÕES, 2010).

Faubion e Rullo (2015), ressaltam que a psicoterapia e terapia sexual podem ser eficientes em mulheres que tenham a etiologia da disfunção ligada a aspectos relacionais, socioculturais ou estresse. Métodos de meditação têm revelado eficiência na terapêutica de diversas categorias de disfunção sexual feminina. O onanismo é o tratamento de escolha nos casos de anorgasmia primária. O tratamento tópico com estrogênio é indicado e mais adequado que a utilização de terapêutica estrogênica sistêmica para tratamento da síndrome geniturinária da menopausa, bem como na dispareunia relacionada a secura vaginal.

A incumbência da fisioterapia no tratamento da Disfunção Sexual Feminina (DSF) é destinada ao restabelecimento da motilidade da musculatura do assoalho pélvico e redução da algia pélvica e/ou abdominal. Para tal fim, variadas terapêuticas são empregues tais como,

exercícios para os músculos do assoalho pélvico, eletroterapia e terapia manual. Os exercícios para o assoalho pélvico, provocam notáveis benefícios assim como a melhoria do trofismo muscular, favorece a perfusão sanguínea pélvica, maior motilidade pélvica e percepção clitoriana, colaborando para a tesão, lubrificação e o orgasmo (MENDONÇA e AMARAL, 2011).

Na cinesioterapia para a reabilitação perineal, o método mais aplicado e renomado são os exercícios de Kegel, esses têm como intuito principal exercitar a musculatura perineal em prol da reabilitação da hipotonia da musculatura do assoalho pélvico. Kegel e Powel foram os estudiosos pioneiros nos Estados Unidos a prescrever exercícios referentes ao treinamento da musculatura do assoalho pélvico. O intuito principal desse método é o auxílio da resistência uretral, suporte a órgãos pélvicos e otimização na função da musculatura no ato sexual (KEGEL, 1951; KEGEL e POWELL, 1950; HALBE, 2000).

Outros métodos podem ser aplicados associados com a cinesioterapia, como os cones vaginais, que é um método intravaginal, composto por cinco cones com pesos diferentes e gradativos que variam de 20 a 70 gramas. Este método possibilita um aumento de força e resistência muscular mediante ao recrutamento da musculatura pubococcígea e auxiliar periférico, pois precisam segurar os cones do mais leve ao mais pesado progressivamente, favorecendo a conscientização perineal (DELGADO, FERREIRA, e SOUSA, 2015).

A execução da fisioterapia uroginecológica pode tornar a musculatura do assoalho pélvico mais vascularizada, innervada, intensamente sensível ao contato e propicia ao gozo e além disso, chegam a contrações mais exorbitantes ao longo da penetração concedendo a obtenção do orgasmo, podendo deste modo contemplar o êxito no ato sexual. Haja vista a importância do fortalecimento da musculatura do assoalho pélvico (MAP) na satisfação sexual de múltiparas de parto vaginal através da atuação da fisioterapia, julgou-se importante realizar o estudo sobre o tema.

Diante dos conhecimentos enunciados, o presente estudo tem como objetivo averiguar na literatura existente a eficácia de protocolos de tratamento fisioterapêuticos em múltiparas de parto vaginal apontando a relevância do mesmo na satisfação sexual, com intuito de colaborar no exercício dos profissionais que seletem atuar na reabilitação da musculatura do assoalho pélvico.

Metodologia

Averiguou-se estudos que abordavam técnicas para reintegração da musculatura perineal, otimização da percepção corporal e restauração do trofismo, focalizados na satisfação sexual de múltiparas de parto vaginal, no ano de 2017, utilizando como base de dados: PubMed, Medline, SciELO e LILACS.

Os estudos elegidos pertenciam ao período entre 2009 a 2017, requeridos em todo o estágio existente nas bases de dados até Junho de 2018. Os seguintes termos foram empregues durante a seleção: Modalidades de Fisioterapia, Saúde da mulher, Sexualidade, adotando os mesmos termos na língua inglesa.

Os critérios de admissão estabelecidos foram estudos referentes à reabilitação do assoalho pélvico com ênfase na satisfação sexual, que apresentassem protocolo de tratamento fisioterapêutico, com data de publicação entre 2009 a 2018 para estruturação da análise sobre os resultados da aplicação dos protocolos e construção da introdução, em português e inglês.

Eliminando estudos desprovidos de protocolos de tratamento fisioterapêutico ginecológico e distúrbios sexuais, não exibir com perspicuidade os métodos terapêuticos adotados, tal como contivessem data de publicação antecedente ao período referido acima, ou que não mencionassem a fisioterapia em sua pesquisa.

A busca executada apurou 50 publicações eventualmente pertinentes, sendo que permaneceram 28 por ostentarem todos os critérios de regimento científico especificados pelas autoras.

Resultados

Dos estudos nomeados, pensadamente sete artigos foram relevantes para composição dos resultados. A tabela 1 expõe de modo conjunto as peculiaridades dos estudos: ano de publicação, autores, objetivo e desenho do estudo, amostra, resultados, e considerações sobre o artigo.

Tabela 1- Sumário dos estudos e seus principais resultados.

Publicação	Objetivo do estudo	Amostra	Resultados	Conclusão
Costa, 2017.	Avaliar as resposta de força e função da MAP utilizando diferentes instrumentos de medida, antes e após um programa de exercício físicos, e a	31 adultas jovens sexualmente ativas.	Os resultados principais mostraram que a curva RCO para comparar os valores preditivos de um instrumento em relação ao outro um valor de Kappa quase perfeito (0.81-0.84),	O programa de exercício foi eficaz, pois aumentou significativamente a força e função da musculatura do assoalho pélvico, essenciais para a

	repercussão sobre a função sexual em mulheres adultas jovens, avaliadas por meio de três questionários válidos para aferir esta função.		mais a melhor concordância na predição da função sexual foi entre FSFI e QS-F, a melhor concordância para o diagnóstico de disfunção sexual foi entre QS-Fe GRISS.	manutenção de suas funções de apoio, esfinterianos e sexuais.
Batista et al. IJHE, 2017.	Analisar a influência da força e coordenação motora da musculatura do assoalho pélvico sobre a função sexual feminina.	26 mulheres Entre 18 a 35 sexualmente ativas.	Dentre as mulheres que apresentavam algum tipo de disfunção sexual, nenhuma possuía força da MAP igual ou superior ao grau 4 na escala de Oxford, sugerindo relação entre disfunção sexual e músculo fraco. Apesar de alguns dados tenderem à associação, não foi encontrada significância estatística	Os achados do presente estudo permitem concluir que parece haver correlação entre força muscular do assoalho pélvico e função sexual feminina na amostra estudada, sendo necessários estudos maiores.
Camargo et al. 2016.	Analisar o efeito do fortalecimento do assoalho pélvico na melhora da satisfação sexual da mulher.	3 mulheres submetidas ao parto normal. 1 mulher submetida ao parto cesárea.	Com o tratamento, as três voluntárias passaram a contrair a musculatura do assoalho pélvico com precisão, facilitando e melhorando a satisfação sexual. No presente estudo não foi observada relação entre o tipo de parto e a satisfação sexual. No entanto, as pacientes que foram submetidas ao parto normal, referiam perda de sensibilidade vaginal que retornou com o tratamento.	Pode-se considerar que a Fisioterapia Uroginecológica possa ser um recurso a ser utilizado para melhora na satisfação sexual.
Piassarolli et al. 2010.	Avaliar o efeito do treinamento dos músculos do assoalho pélvico (TMAP) sobre as disfunções sexuais	26 mulheres que Apresentavam diagnóstico de disfunção sexual (transtorno de desejo sexual, de	Foi observada melhora significativa ($p < 0,0001$) dos escores do FSFI ao final do tratamento quando comparado às	O TMAP (Treino da musculatura do assoalho pélvico) resultou na melhora da força muscular e

	femininas.	excitação, orgástico e/ou dispareunia).	avaliações inicial e intermediária. Em relação à EMG, as amplitudes das contrações fásicas e tônicas aumentaram significativamente (p<0,0001) ao longo do tratamento. Houve aumento na força do assoalho pélvico, com 69% das mulheres apresentando grau 4 ou 5 na avaliação final e melhora total das queixas sexuais.	amplitudes de contração pela EMG, com melhora na função sexual, o que indica que essa abordagem terapêutica pode ser utilizada com sucesso no tratamento das disfunções sexuais femininas.
Magno <i>et al.</i> 2011.	Verificar a possível relação entre a função sexual feminina e a força de contração da musculatura do assoalho pélvico em mulheres saudáveis.	Dez mulheres na faixa etária de 21 a 40 anos, sexualmente ativas, saudáveis e sem queixas de disfunções sexuais e/ou ginecológicas.	Houve uma correlação positiva entre o índice da função sexual feminina e o grau de força da musculatura do assoalho pélvico.	No presente estudo foi observada que, quanto maior a força de contração dos MAP, melhor o índice da função sexual mulheres saudáveis.
Lanza, 2011.	Avaliar o efeito de um programa supervisionado de cinesioterapia sobre a Contratilidade do assoalho pélvico, e sua eventual correlação com a função orgásmica feminina.	20 mulheres Dois grupos: G1 – 10 mulheres; avaliadas quanto à função orgásmica e quanto à contratilidade muscular do assoalho pélvico; realizaram um protocolo de exercícios cinesioterapêuticos. G2 – grupo controle 10 mulheres; avaliadas quanto à função orgásmica e quanto à contratilidade muscular do assoalho pélvico;	Em contraste com o grupo controle (G2- Controle), os grupos que realizaram o programa de exercícios cinesioterapêuticos proposto (G1 e G2- Tratado) apresentaram aumento significativo na contratilidade do assoalho pélvico, tanto a avaliada pela PD (p<0,001), quanto a mensurada pela EMGs (p<0,001), e este aumento de contratilidade se correlacionou de forma significativa com a melhora no	O programa de exercícios cinesioterapêuticos proposto promoveu aumento na contratilidade do assoalho pélvico, com concomitante melhora da função orgásmica, indicando que essa abordagem terapêutica possa ser adjuvante no tratamento da disfunção orgásmica feminina.

		não realizaram o protocolo de exercícios cinesioterapêuticos.	o escore do domínio de orgasmo do FSFI ($p < 0,001$), e no escore do Coeficiente de Capacidade Orgásmica ($p = 0,001$).	
Korelo <i>et al.</i> 2011	Verificar se o fortalecimento abdominal promove influência na musculatura do assoalho pélvico feminino.	21 nulíparas, com idade média de 21,7 anos. Dois grupos G1- (n = 10) – com orientação de contração perineal simultânea à contração abdominal. G2 - (n = 11) – sem orientação de contração perineal.	A comparação entre os valores iniciais e finais demonstrou diferenças significativas entre os dois grupos na avaliação do períneo, somente no teste com cones ($p = 0,00$) e na perineometria (resistência/pressão) ($p = 0,03$), indicando piora das variáveis no grupo B. Já na avaliação abdominal, o grupo A apresentou resultado significativo em três testes (Descida de membros inferiores: $p = 0,03$, <i>endurance</i> : $p = 0,03$ e <i>endurance</i> modificado: $p = 0,00$) comparando-se a somente um do grupo B (<i>endurance</i> : $p = 0,01$).	Sugere-se que a associação de exercícios de fortalecimento abdominal com o perineal pode potencializar o ganho de força e a função desses grupos musculares, e a falta dessa associação pode prejudicar a funcionalidade do assoalho pélvico.

Discussão

Entre as muitas atribuições do assoalho pélvico, está sua aplicabilidade na função e satisfação sexual. O ciclo sexual feminino compreende as fases de desejo, excitação, orgasmo e resolução. Caso ocorra alguma variação nesse ciclo, prejudicando a qualidade de vida da mulher, denomina-se uma disfunção sexual. A preservação da força e função muscular do assoalho pélvico é primordial para o desempenho de todas suas atribuições de suporte esfinteriano e sexual (COSTA, 2017).

Levando em consideração que para se atingir o ápice no ato sexual são necessárias contrações rítmicas da MAP, torna-se imprescindível a análise dos recursos para o

fortalecimento de tal musculatura. A fisioterapia uroginecológica visa à reabilitação das disfunções sexuais associadas ao assoalho pélvico, por meio de consideráveis técnicas, das quais, pode-se destacar: exercícios de Kegel, eletroestimulação perineal, cones vaginais e biofeedback-eletromiografia (CAMARGO et al., 2016; DELGADO et al., 2014). Corroborando com presente estudo Piassarolli et al., (2010) evidenciou que a cinesioterapia, isto é o TMAP ou exercício de Kegel, propicia o recrutamento muscular perineal resultando no aumento da conscientização, propriocepção e vascularização da MAP. Esse evento favorece o avanço da excitação clitoriana e lubrificação vaginal, contribuindo para melhora da satisfação e desempenho sexual.

Camargo et al., (2016) verificaram que entre as pacientes pesquisadas, o aumento da satisfação sexual adveio pela otimização da força da musculatura do assoalho pélvico conseguida por meio dos exercícios fisioterapêuticos propostos, sendo inexistente a correlação entre o tipo de parto e prazer sexual, concluindo que a fisioterapia uroginecológica seja um meio eficiente na melhora da satisfação sexual.

Lanza (2011) acrescenta que o treinamento cinesioterapêutico propicia a elevação da contração da musculatura do assoalho pélvico, com potencialização do orgasmo, apontando que os exercícios fisioterapêuticos possam auxiliar na obtenção do orgasmo. Esses dados foram comprovados em seu estudo que analisou os resultados da cinesioterapia sobre a contração da MAP e sua conexão com o orgasmo em 20 mulheres que não alcançavam o mesmo, sendo 10 no grupo controle e 10 no grupo de tratamento. A avaliação foi realizada através dos seguintes recursos: Questionário *Female Sexual Function Index* (FSFI) para avaliar a atividade sexual, Calculo de Coeficiente de Capacidade Orgásmica (CCO) e a contração da MAP se deu através da palpação bidigital e de eletromiografia de superfície.

Seguindo o mesmo pressuposto, Batista et al., (2016) e Magno et al., (2011) concordam que o fortalecimento da musculatura do assoalho pélvico contribui de forma significativa para se contemplar o ápice sexual. Em complemento, Korelo et al., (2011) reiteram que o treino da musculatura abdominal relacionada com o treino da musculatura do assoalho pélvico otimiza a funcionalidade e potência desses agrupamentos musculares e a ausência dessa relação afeta as funções da musculatura pélvica. Em contraparte, Batista et al., (2017) exibem como relutância em pesquisa a ausência de vinculação concreta entre força muscular do assoalho pélvico e dever sexual feminino na amostragem analisada, conquanto a propensão entre níveis superiores de força e maior função foi conferida.

Franceschet (2009), esclarece que o contentamento sexual decorre de músculos do assoalho pélvico (MAP) resistentes o bastante para conservar o seu ofício. No decurso da

gravidez, tal como a função voluptuosa como a potência muscular podem alterar, este constata em estudo que a função sexual minimiza consideravelmente do segundo para o terceiro trimestre, ao mesmo tempo que a resistência da MAP não denota dessemelhança entre os trimestres. Em complemento, Amorim et al., (2015) afirmam que livremente da forma do parto e gestação, ocorre alterações na MAP. Em decorrência do aumento gradual do peso embrionário, posto que, as pesquisas salientam que o parto normal acarretam mais prejuízos na MAP, contrastado ao cesáreo.

Algumas condições estão relacionadas com a redução da efetividade sexual após o parto tal como a lactação, episiotomia, lesão do períneo em decorrência do parto vaginal e a dilaceração vaginal. Essas alternâncias cooperam para atenuação do apetite sexual e redução da lubrificação vaginal (SILVA et al., 2017 e VETORAZZI et al., 2012). Em contrapartida, Camargo et al., (2016) demonstraram em seu estudo que não houve ligação entre a forma de parto e o contentamento sexual, todavia as pesquisadas que tiveram parto vaginal, relataram diminuição da percepção vaginal que regressou com o fortalecimento da musculatura do assoalho pélvico, denotam ainda que o conhecimento e capacitação das constrictões vaginais é essencial, visto que estimula o gozo, e a musculatura saudável e robusta viabiliza a mulher o máximo de satisfação sexual.

Conclusão

A fisioterapia vem gerando recentes alternativas voltadas à lascívia feminina, obtendo proveitos e repercussões valorosas, por meio de mecanismos fisioterapêuticos com a tonificação para os MAP, englobando a cinesioterapia, eletroterapia e demais técnicas, concedem à mulher um êxito na percepção corporal e reabilitação do assoalho pélvico, engrandecendo a figura corporal, pundonor e performance sexual.

A musculatura do períneo como qualquer outro músculo do corpo humano, possui a capacidade de elevar o tônus estático e a resistência rápida de contração. Assim sendo, pode-se deduzir a importância da força e contração dos MAP para se obter o ápice sexual e conseqüentemente melhora do bem estar físico e mental da mulher. Portanto, a fisioterapia gradativamente vai se tornando um recurso significativo no aperfeiçoamento e recuperação dessa musculatura.

Perante ao relatado nesta revisão bibliográfica, percebe-se o desprovimento de pesquisas que abordam protocolos de tratamento fisioterapêutico com destaque à satisfação sexual de multíparas de parto vaginal, por esta razão, recomenda-se a execução de mais estudos atuais utilizando o tema.

Referências

- ABDO, Carmita Helena Najjar. Quociente sexual feminino: um questionário brasileiro para avaliar a atividade sexual da mulher. **Revista Diagnostico Tratamento**, São Paulo, v.14, n°2, p. 89-1, 2009.
- ANDERSON, K. D; BORISOFT, JF; JOHNSON, RD; STIENS, SA; EILIOTT. Spinal cord injury influences psychogenic as well as physical components of female sexual ability. **Spinal Cord**. V.45, n°5, p. 349-59, 2007.
- ANTONIOLI, Reny de Souza; SIMÕES, Danyelle. Abordagem fisioterapêutica nas disfunções sexuais femininas. **Rev. Neurocienc.** v.18, n. 2, p.267-274, 2010.
- AMORIM, Hortênsia; BRASIL, Cristina; GOMES, Tâmara; CORREIA, Larissa; MARTINS, Patrícia; LORDELO, Patrícia. Relação do tipo e número de parto na função sexual e autoimagem genital feminina um estudo observacional. **Revista Pesquisa em Fisioterapia**, v. 5, n. 1, p. 49-56, 2015.
- ASSIS, Thais Rocha; SÀ, Ana Claudia Antônio Maranhão; AMARAL, Waldemar Naves; FORMIGA, Cibelle Kayenne Martins Roberto; CONDE, Delio Marques. Efeito de um programa de exercício para o fortalecimento dos músculos do assoalho pélvico de múltiparas. **Rev. Bras. Ginecol. Obstet.** Rio de Janeiro, v.35, n 1, p.10-5, 2012.
- AUWAD, W. A; HAGI S. K. Female sexual dysfunction: what Arab gynecologists think and know. **Int Urogynecol J**. v.23, n.7, p. 919-27, 2012.
- BARROS, Fortunato; FIGUEIREDO, Rute. **Manual de Medicina Sexual Visão Multidisciplinar**. 2014.
- BATISTA, Nina Morena Teixeira de Luccas; OLIVEIRA, Amanda Nascimento; NUNES, Erica Feio Caneiro; LATORRE, Gustavo Fernando Sutter. Força e coordenação motora da musculatura do assoalho pélvico e a função sexual feminina. **Interdisciplinary Journal of Health Rducation**, v. 2, n.1, p. 10-15, 2017.
- CAMARGO, Aline de Souza Santos; NUNES, Rosangela dos Reis; YAMADA, Angela Shiratsu; ADORNO, Marta Lucia Resente Guimarães. A influência da força muscular do assoalho pélvico no grau de satisfação sexual feminina. **Revista Amazônia Science e Health**, Palmas, v.4, n.2, p. 2-8, 2016.
- COSTA, Christiane Kelen Lucena. **Estudo de técnicas de quantificação e eficácia de um programa de exercícios na funcionalidade do assoalho pélvico e impacto sobre a função sexual feminina**. Natal, 2017, 106p. Tese (Doutorado em Ciências da Saúde – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal).
- DELGADO, Alexandre Magno; FERREIRA, Isaldes Stefano Vieira; SOUSA, Mabel Araújo. Recursos fisioterapêuticos utilizados no tratamento das disfunções sexuais femininas. **Revista Científica da Escola da Saúde**, n°4, p.47-56, 2015.
- FAUBION Stephanie S.; RULLO, Jordan E. Sexual dysfunction in women: a practical approach. **Am Fam Physician**. n.92, v.4, p. 281-8, 2015.

FORTUNATO Georgia Luchtenberg; ALIBERTE, Patrícia Iara; ANGELIN, Emanuela Caroline Nogueira; GRUBER, Cristiane Regina. Correlação entre força dos músculos do assoalho pélvico e a satisfação sexual de mulheres. **Revista Caderno Escola de Saúde**, Curitiba, v.2, n.6, p. 143-158, 2011.

FRANCESCHET, Joseli; SACOMORI, Cinara; CARDOSO, Fernando L. Força dos músculos do assoalho pélvico e função sexual em gestantes. **Revista Brasileira Fisioterapia**, São Carlos, v. 13, n.5, p.383-9, 2009.

GUYTON, Arthur C e HALL, John E. **Tratado de Fisiologia Medica**. 13° ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.

HALBE, H. W. **Tratado de ginecologia**. 3. ed. São Paulo: Roca, v. 1, 2000.

KEGEL, A. H. Physiologic therapy for urinary stress incontinence. **Jama**. n.163, v.10, p. 915-17, 1951.

KEGEL A.; POWELL T. O. The physiological treatment of urinary stress incontinence. **JUrolog**, n.63, v.5, p.808-13, 1950.

KORELO, Raciele Ivanora Guarda; KOSIBA, Célia Regina; GRECCO, Letícia; MATOS, Rafaela Abreu. Influência do fortalecimento abdominal na função perineal, associado ou não a orientação de contração do assoalho pélvico em múltiparas. **Revista Fisioterapia Movimento**, Curitiba, v. 24, n. 1, p.75-85, 2011.

LANZA, Ana Helena Barbosa. **Efeito de um programa de exercícios cinesioterapêuticos sobre a contratilidade do assoalho pélvico de mulheres com disfunção de orgasmo: avaliação eletromiografia**. Campinas, 2011, 98p. (Dissertação de mestrado apresentada a pós-graduação da Faculdade de Ciências medicas, UNICAMP- Universidade Estadual de Campinas, para obtenção do título de mestre em ciências).

MAGNO, LÍlian Danielle Paiva; FONTES-PEREIRA, Aldo Jose; NUNES, Erica Feio Carneiro. Avaliação quantitativa da função sexual feminina correlacionada com a contração do músculos do assoalho pélvico. **Revista Pan-Amazônia Saúde**, Belém, v. 2, n. 4, p. 39-46, 2011.

MENDONÇA, Caroline Rodrigues; AMARAL, Waldemar Naves. Tratamento fisioterapêutico das disfunções sexuais femininas - Revisão de Literatura. **Femina**. v. 39, n. 3, p. 139-142, 2011.

MORENO, A. L. **Fisioterapia em Uroginecologia**. 2 ed. Barueri: Manole, 2009.

MOORE, Keith L.; DALLEY, Arthur F.; Agur, Anne M. R. **Anatomia orientada para a clínica**. 7° ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.

PAULSEN, F. e WASCHKE, J. **Sobotta atlas de anatomia humana quadros de músculos, articulações e nervos**. 2° ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.

PIASSAROLLI, Virginia Pianessole; HARDY, Ellen; ANDRADE, Nilva Ferreira; Ferreira, Néville de Oliveira; OSIS, Maria José Duarte. Treinamento dos músculos do assoalho pélvico nas disfunções sexuais femininas. **Revista Bras Ginecol Obstet.** v.32, n°5, p. 234-40, 2010.

SILVA, Thamara Brito; BULHOES, Thaynan Rocha Brito; CIRQUEIRA, Rosana Porto; FERREIRA, Juliana Barros. Análise da função sexual e imagem genital em primíparas e multíparas pós- parto vaginal. **Revista Multidisciplinar e de Psicologia**, v. 11, n. 39, 2017.

VETTORAZZI, Janete; MARQUES, Florence; HENTSCHEL, Heitor; RAMOS, Jose Geraldo Lopes; MARTINS-COSTA, Sergio; BADALOTTI, Mariângela. Sexualidade e puerpério: uma revisão da literatura. **Revista HCPA**, v. 32, n. 4, p.473-479, 2012.

UMA ANÁLISE FREQUENCIAL DA RELIGIOSIDADE/ESPIRITUALIDADE EM RELATOS DE USUÁRIOS DE UM CAPS I

Vinicius Pinheiro de Magalhães

Universidade Federal de Sergipe

Resumo: Objetivo: O presente artigo tem o objetivo de verificar a relevância que usuários de um CAPS I dão as dimensões da Religiosidade/Espiritualidade (R/E) no contexto da Saúde Mental. Materiais e Métodos: Foram feitas entrevistas semi-estruturadas com seis usuários da instituição. As perguntas direcionaram-se para a compreensão do histórico do paciente na instituição bem como da história do sofrimento mental do usuário. Como recurso de interpretação de dados fez-se uma análise frequencial que levou em consideração a quantidade de vezes que as dimensões da Religiosidade/Espiritualidade apareciam nos relatos espontâneos no contexto da Saúde Mental. Resultados: Constatou-se que, em média, em torno de 6% das palavras utilizadas pelos entrevistados faziam referência a alguma dimensão da R/E. Isso representa que em cada 50 palavras ditas 3 têm sentido religioso; o que pode significar que as dimensões da R/E são relevantes para os usuários, na medida em que se mostram presentes em relatos espontâneos dos entrevistados no contexto da saúde mental. Conclusão: A principal conclusão que alcançamos com este estudo refere-se à necessidade de se levar em consideração, pelos profissionais da saúde, as dimensões da R/E no processo de atenção em Saúde Mental, tendo em vista sua relevância explícita para usuários da instituição pesquisada.

Palavras-chave: Saúde Mental; Espiritualidade; Integralidade em Saúde.

Abstract: Objective: This article aims to verify the relevance that Psychosocial Care Center (PsCC) I users give to Religiosity/Spirituality (R/S) in the context of Mental Health. Materials and Methods: This study has a quantitative and qualitative approach. Semi-structured interviews were conducted with six users of the institution. The questions focused on the understanding of the patient's history in the institution as well as the history of the patient's mental suffering. As a data interpretation resource, a frequency analysis was carried out which took into account the number of times the dimensions of Religiousness/Spirituality appeared in the spontaneous reports in the context of Mental Health. Results: It was found that, on average, around 6% of the words used by the interviewees referred to some dimension of R/S. This means that in every 50 words said 03 of them have religious meaning; which may mean that R/S dimensions are relevant to users, as they are present in spontaneous reports of respondents in the context of mental health. Conclusion: The main conclusion we reach with this study refers to the need to take into account, by health professionals, the R/S dimensions in the Mental Health care process, considering its explicit relevance for users of the institution researched.

Keywords: Mental Health; Spirituality; Integrality in Health.

Introdução

A literatura das últimas décadas – mais especificamente início dos anos 2000 – tem revelado uma relação peculiar entre a Religiosidade/Espiritualidade¹ e a saúde mental; evidenciando a relevância teórica dessa discussão temática. Trata-se de um rompimento com uma linha de pensamento que relacionava a religiosidade como um dos possíveis determinantes para o desencadeamento de transtornos mentais. O novo paradigma enxerga na R/E alguns elementos positivos que auxiliam o tratamento e o acompanhamento da pessoa com sofrimento mental. Entretanto, essa corrente de pensamento, como afirmam alguns pesquisadores, precisa de um maior quantitativo de pesquisas com rigor metodológico criterioso, a fim de legitimar a dimensão da R/E como uma realidade que não deve ser negligenciada pelos profissionais da saúde e da saúde mental (DALGALARRONDO, 2008; VASCONCELOS, 2006). Ademais, todas as pesquisas sobre a temática – pelo menos as que foram consultadas para o desenvolvimento deste trabalho – baseiam-se na perspectiva de profissionais e/ou familiares sobre a relevância da R/E no enfrentamento do sofrimento mental. O que se quer com o presente trabalho é resgatar a centralidade dos usuários dos serviços de saúde mental à luz das experiências da Reforma Psiquiátrica e também da luta Antimanicomial. É nesse sentido que se pretende ouvir as impressões dos usuários a respeito da relação entre R/E e atenção em saúde mental.

O desenvolvimento desta temática não possui apenas uma justificativa teórica, mas também uma relevância social. A construção de uma Política Nacional de Humanização – PNH do Sistema Único de Saúde – SUS caminhou no sentido de combater as inúmeras violências institucionais cometidas aos usuários dos serviços de saúde e de valorizar as realidades subjetivas dos mesmos. Os sentidos do princípio da integralidade em saúde, muito relacionados à proposta de humanização dos serviços do SUS, também sugerem uma atenção ampla, que não a exclusivamente biológica, direcionada aos usuários dos serviços de saúde. Tanto a PNH como a integralidade

¹ A noção de Religiosidade é apresentada por Dalgalarrodo (2008), referindo-se ao conceito de Larson, Swyers e McCullough como “[...] crenças pessoais, tais como crença em um Deus ou poder superior, assim como crenças e práticas institucionais, como a pertença a denominações religiosas, a frequência a cultos e o compromisso com um sistema doutrinário de uma igreja ou de uma religião organizada” (DALGALARRONDO, 2008, p.24). Já a espiritualidade para Eymard Vasconcelos (2006) e Boff (2001), trata-se de uma experiência que extrapola o espaço institucional religioso e está relacionada à transcendência, isto é, uma dimensão que está para além da cotidianidade física da existência. Portanto, nesse trabalho se aderirá a noção de Religiosidade como um sistema de crença pessoal em uma entidade superior e práticas que se relacionam a uma instituição religiosa, e Espiritualidade enquanto uma crença pessoal a partir de uma síntese subjetiva, sem necessariamente existir relação com alguma instituição religiosa.

propõem uma atenção ao contexto social, familiar, cultural e subjetivo ao qual o usuário está submetido, para que os serviços de saúde, adequados às condições supracitadas, sejam efetivamente humanos (BRASIL, 2004b; MATTOS, 2009). Nessa perspectiva é que a discussão da R/E neste trabalho, na sua relação com a saúde mental, está ancorada; na medida em que a proposta de estender a atenção médica às dimensões religiosas e espirituais de usuários dos serviços de saúde está profundamente relacionada ao fortalecimento da política de humanização bem como aos sentidos do princípio de integralidade do SUS.

A projeção que fazemos dos resultados que a pesquisa provocará está relacionada a uma possível atenção mais cuidadosa, por parte de profissionais da saúde mental, às realidades subjetivas e religiosas/espirituais que os usuários demandam. Contribuindo, em última instância, para uma efetiva humanização nos serviços de saúde e saúde mental.

Na perspectiva de dar centralidade aos relatos de usuários do Centro de Atenção Psicossocial I – CAPS I de Cruz das Almas – BA sobre a relevância que eles dão às dimensões da R/E na relação com a Saúde Mental faremos uma breve caracterização do perfil dos usuários da instituição pesquisada para em seguida descrevermos a metodologia utilizada para o desenvolvimento deste trabalho. Além de descrevermos também os cuidados éticos que observamos para minimizar os riscos da interação com os sujeitos de pesquisa. Em seguida faremos a discussão dos dados coletados sem perder de vista o objetivo geral deste trabalho: Compreender a relevância das dimensões da R/E na Saúde Mental na perspectiva de usuários do CAPS I de Cruz das Almas – BA.

Caracterização do perfil dos usuários do CAPS I de Cruz das Almas – BA

As informações coletadas para o desenvolvimento deste tópico surgem da minha experiência no campo de estágio curricular do curso de Serviço Social, que se materializou num relato de experiência publicado na Revista de Extensão da UFRB - 11ª edição, ano 2016. Portanto, os dados aqui expostos têm a limitação de serem dados coletados até o dia 05 de julho de 2016 (SANTOS; MAGALHÃES, 2016). A realidade do CAPS I de Cruz das Almas – BA, objeto do referido artigo, pode ter sofrido mudanças, mas não a ponto de não ser mais viável levar em consideração as informações que desenham um perfil dos usuários da instituição.

Em levantamento feito em 2016 o CAPS I de Cruz das Almas – BA contava com 842 usuários matriculados. Desses, 292 eram usuários ativos, isto é, que não haviam recebido liberação médica e ainda continuavam frequentando as atividades e serviços

oferecidos pela instituição. A sistematização de dados foi feita com o universo dos 292 usuários ativos, não sendo viável a análise de 842 prontuários no período de coleta de dados. Dos 292 usuários 48,63% são homens, enquanto que 51,36% são mulheres. Os dados evidenciam, ainda que com uma diferença pequena, a maior parte dos usuários ativos da instituição são mulheres. No que se refere a faixa etária dos usuários, a mais comum é a de 46-60 anos, com 37,32%. Em seguida vêm as faixas de 36-45 anos, com 23,63%; de 26-35 anos, com 18,83%; a de mais de 60 anos, com 11,98%; e a de 18-25 anos, com apenas 5,13%. A análise dessas faixas etárias mostra que a maior parte dos usuários da instituição tem idade ativa para o trabalho. Muitas outras questões podem ser inferidas com os dados de faixa etária. Uma delas é a difícil aceitação do tratamento por parte da juventude – o que precisa de uma comprovação empírica, obviamente – isso sem levar em consideração o período etário com maior incidência de sofrimento mental.

Além dessa composição de gênero e de faixa etária dos usuários ativos da instituição fez-se, também, um levantamento dos transtornos mentais (por categoria) mais recorrentes nos usuários e observou-se maior incidência de transtornos relacionados à categoria “Esquizofrenia, transtornos esquizotípicos e transtornos delirantes”, que compreende 72,61% dos usuários ativos da instituição. Não necessariamente trata-se de uma “epidemia” da esquizofrenia no município de Cruz das Almas – BA. Antes, está mais relacionado ao perfil de usuários acolhidos pelos CAPS, que são pessoas com sofrimento mental grave e persistente; o que também justifica o percentual de incidência das categorias “Transtornos do humor [afetivos]” e “Transtornos mentais e comportamentais devidos ao uso de substância psicoativa” (BRASIL, 2004a).

Esse é o pano de fundo que constitui o universo do perfil dos usuários do CAPS I de Cruz das Almas – BA. Baseando-se nessa realidade descreveremos a metodologia utilizada para a coleta de dados a partir da interação com os sujeitos da pesquisa.

Materiais e métodos

A pesquisa realizada junto aos usuários da instituição de saúde mental teve abordagem quantitativa e qualitativa, além de ter objetivo exploratório por se tratar de um estudo aproximativo, que não tem a pretensão de explicar os determinantes de um fenômeno, mas que pode contribuir para posteriores estudos mais aprofundados sobre a temática (GIL, 1999; LAVILLE; DIONNE, 1999).

Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com 6 usuários ativos do CAPS I de Cruz das Almas – BA. Justificamos a utilização desse instrumento de coleta de dados por se tratar de um recurso que possibilita a captação de realidades subjetivas e não quantificáveis que requerem um cuidado qualitativo (LAVILLE; DIONNE, 1999). Além deste tipo de instrumento permitir, também, maior liberdade no processo de conversação que a entrevista relacionada a esta temática requer (BONI; QUARESMA, 2005). O objetivo das perguntas² do roteiro de entrevista pretendeu levar o entrevistado a expor sua história em relação ao transtorno mental e ao CAPS, a fim de identificar relatos espontâneos que trazem elementos da R/E. As indagações construídas com este objetivo pretendem medir a relevância que os entrevistados dão a R/E no contexto da Saúde Mental.

Optou-se por entrevistar 6 usuários por uma questão de viabilidade, sendo inviável uma quantidade maior no tempo de pesquisa proposto pela instituição universitária à época do desenvolvimento deste trabalho. Os 6 usuários foram escolhidos por sorteio, sendo 2 do sexo masculino e 4 do sexo feminino; respeitando o dado de maior incidência de mulheres na referida instituição. O sorteio foi realizado após seleção, feita por algum profissional da instituição, de usuários mais ativos do CAPS I, isto é, os que mais participam das atividades e que mais frequentam as oficinas terapêuticas – esse critério é importante por conta da facilidade de encontro e disponibilidade dos pacientes.

Ainda como critério de escolha para os 6 entrevistados os usuários sorteados precisavam obedecer a quatro critérios de seleção: 1º Ser capaz de transferência verbal objetiva para realização das entrevistas (também foi avaliado por um profissional da equipe); 2º Morar próximo a instituição, caso fosse necessário entrevistas extra-institucionais – esse critério foi definido levando em consideração a viabilidade da pesquisa, não sendo possível para o pesquisador um deslocamento custoso; 3º Enquadrar-se na amostra dos dados de faixas etárias apresentados por Santos e Magalhães (2016), a saber: 3 usuários com faixa etária entre 46-60 anos, 2 usuários com faixa etária entre 36-45 anos, e 1 usuário com faixa etária de 26-35 anos; e 4º Se enquadrar na amostra dos dados de categorias de transtornos mentais mais recorrentes

² As indagações do roteiro de entrevista serão baseadas nas seguintes perguntas: Há quanto tempo que frequenta o CAPS I do Município? Fale um pouco sobre a história da sua vinda para cá; Como você explica sua situação de saúde quando chegou ao CAPS I? Por que você veio para cá? O que você tinha e sentia?; Por que você acha que ficou com sofrimento mental? Alguma coisa, alguém, ou algum acontecimento influenciou sua saúde mental?; O que é necessário, para você, uma pessoa com sofrimento mental viver bem?

no CAPS I de Cruz das Almas – BA, também apresentada por Santos e Magalhães (2016), sendo 3 usuários com transtornos relacionados à categoria “Esquizofrenia, transtornos esquizotípicos e transtornos delirantes”, 2 usuários com transtornos relacionados à categoria “Transtornos do humor [afetivos]”, e 1 usuário com transtorno relacionado à categoria “Transtornos mentais orgânicos, inclusive os sintomáticos” – Respeitando o dado dos transtornos de maior incidência entre os usuários da instituição. Aqui cabe uma informação referente a exclusão da categoria “Transtornos mentais e comportamentais devidos ao uso de substância psicoativa”. Apesar de esta categoria estar em terceiro lugar na incidência de transtornos entre usuários do CAPS I, optamos por não entrevistar os que foram diagnosticados com esse tipo de sofrimento mental. Tomamos essa decisão em virtude de uma posição ético-política contrária às comunidades terapêuticas contemporâneas que se utilizam de um discurso da dimensão positiva da R/E na Saúde Mental para legitimar uma série de violências aos direitos humanos da pessoa com sofrimento mental (PERRONE, 2014).

Pretendeu-se, ainda, fazer uma análise frequencial³ de conteúdo das entrevistas semi-estruturadas. O objetivo aqui é identificar a recorrência de palavras e trechos com conotação religiosa que aparecem nos relatos dos entrevistados, a fim de medir a relevância espontânea que os usuários dão a dimensão da R/E em falas relacionadas à Saúde Mental.

Aspectos éticos

Os aspectos éticos foram resguardados por meio da providência dos seguintes documentos: emissão de carta de autorização de pesquisa (Termo de Anuência), que foi assinado pelo gestor do setor de educação permanente em saúde do município de Cruz das Almas – BA; utilização de Termos de Consentimento Livre – TCL, devidamente assinado pelos responsáveis dos usuários entrevistados, além dos Termos de Assentimento, assinado pelos pacientes. O projeto passou pelo Comitê de Ética na Pesquisa da UFRB, que atestou, via relatório, consonância ética com a Resolução do Conselho Nacional de Saúde 510/16.

Os nomes dos entrevistados serão fictícios, a fim de não identificarmos os sujeitos que colaboraram com informações pessoais para o desenvolvimento desta

³ “[...] permitirá saber quantas vezes determinado tema ou palavra aparece no texto” (OLIVEIRA et al, 2013, p.12).

pesquisa. Utilizaremos os nomes de antigos internos⁴ do Hospital Psiquiátrico – Colônia – de Barbacena/MG, que tiveram suas histórias relatadas no livro investigativo de Daniela Arbex (2013) “Holocausto Brasileiro: Genocídio, 60 mil mortos no maior hospício do Brasil”, como forma de homenagear os loucos que resistiram ao manicômio e aos que morreram em seus porões.

Resultados e discussão

Antes de tratarmos especificamente da análise frequencial das entrevistas é necessário apresentar o perfil dos usuários consultados. A figura 1 apresenta o perfil destes seguindo uma lógica de amostra dos dados expostos por Santos e Magalhães (2016):

Figura 1 – Perfil de usuários entrevistados

Nome	Idade	CID	Religião
Antônio da Silva	32 anos	F20.6 – Esquizofrenia simples	Evangélico - Igreja Batista
Sueli Resende	50 anos	F32 – Episódios depressivos	Católica sincrética também pertencente à religião Afro
Conceição Machado	54 anos	F29 – Psicose não-orgânica não especificada	Evangélica - Igreja Universal do Reino de Deus
José Machado	36 anos	F07.8 - Outros transtornos orgânicos da personalidade e do comportamento devidos a doença cerebral, lesão e disfunção	Evangélico - Igreja Assembleia de Deus
Sônia Costa	47 anos	F31.7 - Transtorno afetivo bipolar, atualmente em remissão	Evangélica - Igreja Batista
Elza Maria do Carmo	44 anos	F20.3 – Esquizofrenia indiferenciada	Sem religião

Fonte: Dados obtidos por meio de entrevistas realizadas com usuários do CAPS I de Cruz das Almas – BA.

Como descrito na metodologia supracitada faremos neste tópico uma análise frequencial dos relatos dos usuários entrevistados. No roteiro de entrevista não foram estimuladas perguntas diretas sobre a relação dos usuários com as dimensões da R/E. As perguntas relacionavam-se ao histórico do usuário com a instituição e o transtorno mental, além de também referirem-se às principais necessidades para qualidade de vida

⁴ Serão utilizados os nomes a seguir para representar os entrevistados: Entrevistado 1 – Antônio da Silva: Interno considerado mudo, porque nunca lhe dirigiram a palavra; Entrevistada 2 – Sueli Resende: Teve a filha tirada de seus braços dentro do hospício; Entrevistada 3 – Conceição Machado: Interna do Colônia que se destacou por sua militância reivindicando tratamento humanizado no maior hospício do Brasil; Entrevistado 4 – José Machado: Condenado a pena de morte (internação no Colônia) ao ser acusado de colocar veneno na bebida de alguém; Entrevistada 5 – Sônia Costa: Interna do Colônia conhecida por sua agressividade em resposta aos maus tratos institucionais e por cobrir a barriga, num período gestacional, de fezes tentando evitar a retirada de seu filho; Entrevistada 6 – Elza Maria do Carmo: Uma das 33 crianças transferidas do Oliveira (Hospital de Neuropsiquiatria Infantil) para o Colônia, que tiveram a infância roubada pelo manicômio (ARBEX, 2013).

do entrevistado. O objetivo dessa abordagem foi identificar relatos espontâneos sobre a R/E, a fim de verificar a relevância que os usuários dão a essas dimensões.

A análise frequencial foi feita levando-se em conta o número total de palavras utilizadas pelo usuário, em relação a um número específico dessas que foram ditas em trechos nos quais se expressam elementos da R/E. A partir dessa contagem calculou-se o percentual dessas palavras referentes à R/E, o que supomos ser capaz de quantificar a relevância dada pelo usuário a essas dimensões no contexto da Saúde Mental. Esse tipo de abordagem relacionada a temática da Religiosidade/Espiritualidade é problemática, na medida em que existem expressões de linguagem associadas a essas dimensões que não estão diretamente relacionadas à R/E. Exemplo disso são os termos comumente usados, como: Meu Deus, Graças a Deus, Abaixo de Deus, etc. Essas expressões não podem ser utilizadas para medir a relevância que os usuários dão as dimensões da R/E – Quem duvidaria que esses termos também poderiam ser utilizados por ateus? Por esse motivo, após contagem de palavras associadas às dimensões da R/E, separamos os termos com expressões culturais das expressões com sentido religioso, a fim de termos uma visão mais rigorosa para medir a relevância desses elementos na perspectiva dos usuários entrevistados.

Ademais, separamos também os termos relacionados às dimensões da R/E que expressavam significado positivo e negativo, isto é, os trechos que associavam elementos da R/E como negativos de alguma forma para o usuário X os que associavam elementos da R/E como positivos para o entrevistado. A proposta aqui é identificar a recorrência do tipo de significado que o usuário dava a R/E. Por fim, verificamos os sentidos dos termos mais recorrentes nos relatos dos entrevistados. O que os usuários falam das dimensões da R/E para esse elemento ganhar espaço espontâneo em seus discursos?

A análise frequencial feita a partir do relato de Antônio da Silva mostrou dados impressionantes. Antônio falou apenas 387 palavras. Uma pessoa de fala objetiva, que precisava ser constantemente estimulado para obtermos respostas mais amplas. Cerca de 31% das palavras utilizadas por Antônio na entrevista foram utilizadas na construção de termos com sentidos relacionados a R/E. Isso representa, basicamente, que em cada 10 palavras ditas 3 são palavras relacionadas a R/E. A presença da R/E nesse usuário é muito significativa. Confirmamos isto quando não identificamos nenhum termo com expressões culturais em seu relato; o que evidencia que todos os termos relacionados à R/E expressavam sentido e significado para ele. A maior parte dos termos utilizados por

Antônio representavam sentidos positivos, a saber: “Depois que eu comecei ir à igreja fui me libertando mais”; “Viver bem é Jesus na vida da pessoa!”; “Buscando a Deus a gente tem segurança. Deus dá segurança a gente”; “Se a gente estiver triste Deus alegra”. Entretanto, Antônio foi o entrevistado que mais falou dos sentidos negativos da R/E, na medida em que relatava: “O inimigo querendo que eu usasse a droga para tentar ceifar minha vida”; “O inimigo mesmo... O diabo”; “Foi coisa de magia negra, de feitiçaria”; “fazer macumba pra mim”. Esses trechos mostram uma associação negativa que Antônio faz a determinados elementos religiosos e espirituais. No entanto, os significados positivos superabundaram no relato de Antônio, tendo mais recorrência o sentido de ir à igreja e buscar a Deus.

O caso de Sueli Resende foi muito diferente do de Antônio. A análise frequencial realizada nos relatos de Sueli constatou um total de 1074 palavras utilizadas na entrevista. Sueli falou muito mais do que Antônio. Entretanto, no que se refere às palavras relacionadas à R/E constatou-se apenas 5,4%. Não bastasse o percentual baixo em comparação a Antônio a maior parte dos trechos relacionados à R/E fazia referência a expressões culturais. Os termos culturais usados por Sueli foram: “Graças a Deus” e “Meu Deus”. Entretanto, também referiu-se à R/E de forma a expressar sentido religioso, utilizando os termos: “[...] só tenho que ter amor a mim e a Deus”; “[...] amor ao próximo e a Deus!”. Como se pode observar são termos com significados positivos para a usuária; justificando o sentido mais recorrente e seu relato associado à R/E na perspectiva de Sueli: Amor a Deus e ao próximo.

As análises realizadas a partir dos relatos de Conceição Machado e José Machado também mostram dados muito próximos aos de Sueli. No Caso de Conceição Machado, ela utilizou 2910 palavras para responder as questões da entrevista – foi a entrevistada que mais falou. Apenas 6,1% de sua fala, todavia, fazia referência às dimensões da R/E. Desse percentual foram identificados 8 trechos com expressões culturais. As expressões culturais mais utilizadas também foram “Meu Deus” e “Graças a Deus”. Entretanto, 13 outros trechos não tinham expressões culturais, mas um significado legítimo relacionado à R/E da usuária entrevistada. A seguir alguns exemplos dos trechos que expressam a R/E da entrevistada: “[...] ter a paz interior”; “[...] o importante [são] as forças que Deus tem pra te oferecer”; “Eu pedia proteção a Deus”; “[...] eu acho que a parte espiritual [...] Está me ajudando muito”. O sentido mais recorrente dos relatos de Conceição associados a R/E está relacionado a ir à igreja para ter bênçãos, forças e paz; o que justifica o fato de 11 trechos associarem os relatos da

entrevistada a uma dimensão positiva da R/E, sem nenhuma presença de relatos que apresentam alguma dimensão negativa. Já José Machado utilizou 340 palavras para responder as questões da entrevista – diferente de Conceição, José foi o que menos falou. Apenas 5% da fala de José fazia referência às dimensões da R/E. Desse percentual a maior parte dos trechos estavam relacionados a um termo com expressão cultural “Abaixo de Deus”. O usuário utiliza esse termo 3 vezes na primeira parte da entrevista. Entretanto, também expressa sua religiosidade, apesar de ser uma única vez, ao afirmar: “[...] eu peço a Deus para não ficar só”; o que evidencia o caráter positivo da R/E para o entrevistado, não fazendo nenhum tipo de associação negativa.

Na análise frequencial feita nos relatos de Sônia Costa identificou-se que a usuária utilizou 1476 palavras para responder as questões da entrevista. Com um percentual de 9,1% associadas à R/E. Desse percentual ela utilizou palavras que compunham dois termos culturais, a saber: “[...] até o dia em que Deus quiser” e “Meu Deus”. Entretanto, 14 outros trechos tinham significados religiosos e espirituais para a usuária. Desses, 3 trechos faziam associações negativas de elementos da R/E, a saber: “Uns falavam que era macumba”; “[...] Eu agora não acredito nessas macumbas”; “[...] fizeram uma obra de macumba com o meu nome numa cova de defunto”. Todavia, a maior parte dos trechos associados a elementos da R/E estão relacionados a uma dimensão positiva para a usuária; a seguir alguns exemplos: “[...] eu creio que o sangue do cordeiro já me curou e vai me curar mais ainda”; “Eu tenho fé em Deus que um dia Deus vai me dar minha aposentadoria”; “[...] fiquei esperando com paciência no Senhor”; “Deus abriu as portas”. Os sentidos mais recorrentes, nos relatos de Sônia, associados à R/E tratam Deus como protetor, curador e provedor.

O caso de Elza Maria do Carmo foi o que menos apareceu trechos relacionados à R/E; talvez pelo fato de ser a única a se declarar sem religião (Tabela 2). Do total de 1445 palavras apenas 0,6% faziam referência a elementos da R/E; o que representa um único trecho, a saber: “[...] era Deus que me dava forças para eu ir trabalhar”. Este trecho não tem termos culturais e representa um sentido positivo da R/E para a usuária, além de inferir uma espiritualidade que está para além de uma vinculação institucional-religiosa.

De uma forma geral podemos homogeneizar os resultados a partir da exposição da Figura 2:

Figura 2 – Resultado Geral: Análise frequencial de relatos de usuários do CAPS I de Cruz das Almas – BA

Todos os entrevistados	Total de Palavras	Nº e percentual de Palavras relacionadas à R/E		Quantidade de termos com expressões culturais (EC) e expressões com sentido religioso (ESR)		Quantidade de termos que expressam sentido positivo/negativo		Significado mais recorrente dos termos com sentido religioso
		Nº de palavras	%	EC	ESR	Positivo	Negativo	
	7632	517	6,7%	16	47	35	7	Ir a igreja; Deus que dá forças e Deus que é provedor

Fonte: Dados obtidos por meio de análise de entrevistas realizadas com usuários do CAPS I de Cruz Das Almas – BA.

Analisando os dados frequenciais de uma forma geral é possível chegar a alguns indícios importantes acerca da relevância da R/E para os usuários entrevistados. É necessário informar novamente que esta análise frequencial foi feita a partir dos relatos de usuários entrevistados em resposta a um roteiro de entrevista que tinha o objetivo de entender o histórico dos mesmos com relação à instituição e ao transtorno mental. Nesse sentido, todas as palavras e trechos relacionados à R/E são absolutamente espontâneos. Portanto, um percentual de 6,7% de palavras relacionadas à R/E em relatos espontâneos de usuários não pode ser subdimensionado. Isso significa que, basicamente, em cada 50 palavras ditas 3 são relacionadas às dimensões da R/E. Se levarmos em consideração que 50 palavras podem ser ditas em menos de 30 segundos, podemos inferir que em cada minuto uma frase com sentido religioso e espiritual é formada pela maioria dos entrevistados. Talvez olhando dessa forma consigamos interpretar da maneira correta o que esses dados querem mostrar.

Ademais, no que diz respeito aos termos relacionados às expressões culturais X expressões com sentido religioso é evidente a hegemonia dos termos que expressam sentido e significado. Para além das expressões culturais presentes nos relatos dos entrevistados os trechos que evidenciam uma explícita aproximação com algum elemento religioso/espiritual são frequentes. Fez-se essa separação de termos culturais e com sentido religioso apenas para obedecer a hipótese de que expressões culturais relacionadas à R/E são ditas sem ter nenhum significado religioso/espiritual para quem diz – O que não pôde ser verificado, mas aderimos a esta perspectiva para mantermos o rigor científico considerando a pior das hipóteses.

No que se refere aos trechos que expressam sentido negativo da R/E para os usuários entrevistados chegou-se a conclusão de que todos os que apresentam esses relatos querem dizer a mesma coisa. Dos 7 trechos que expressam sentidos negativos da R/E 4 foram ditos por Antônio e 3 por Sônia. Ambos entrevistados referem-se a “macumba”, elemento diretamente associado às religiões de matriz africana, como algo negativo.

Analisando o vínculo religioso dos dois entrevistados que trataram do sentido negativo da R/E verificou-se que ambos tinham uma religiosidade evangélica. Antônio da Silva passou pela Igreja Universal do Reino de Deus – IURD, mas hoje é Batista e Sônia Costa também é Batista. Será que a vinculação religiosa desses dois usuários influencia a relevância dada às dimensões negativas da R/E no contexto da Saúde Mental? Será que as citações às religiões de matriz africana são comuns em relatos de pessoas com sofrimento mental ou essa associação está relacionada a uma atitude comum na espiritualidade evangélica?

Silva (2015), Oro (2015) e Mariano (2015), autores que discutem a relação temática entre movimento evangélico e religiões de matriz africana, afirmam ser a espiritualidade evangélica neopentecostal⁵ um dos segmentos que mais patrocinam a violência contra as religiões afro-brasileiras. Silva (2015), além de afirmar a existência de uma “guerra” dos pentecostais contra as religiões africanas, também destaca os fatores que a determinam: “[...] disputa por adeptos de uma mesma origem socioeconômica, o tipo de cruzada proselitista adotada pelas igrejas neopentecostais [...] e [...] o papel que as entidades afro-brasileiras e suas práticas desempenham na estrutura ritual dessas igrejas como afirmação de uma cosmologia maniqueísta⁶” (2015, p. 10). Ari Oro (2015) afirma que o fato do neopentecostalismo ter uma característica “religiofágica”; isto é, uma característica de incorporar elementos da religiosidade afro-brasileira mudando sua essencialidade – um exemplo: A demonização dos Orixás nos

⁵ “[Os protestantes pentecostais caracterizam-se] pelo anticatolicismo, por radical sectarismo e ascetismo de rejeição do mundo. No plano teológico, enfatizaram o dom de línguas (glossolalia), seguindo a ênfase doutrinária primitiva dessa religião. [...] [além de] conferirem ênfase teológica à cura divina, seguindo o bem-sucedido movimento de cura propagado nos Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial. [Já os neopentecostais] caracterizam-se por enfatizar a guerra espiritual contra o Diabo e seus representantes na terra, por pregar a Teologia da Prosperidade, difusora da crença de que o cristão deve ser próspero, saudável, feliz e vitorioso em seus empreendimentos terrenos, e por rejeitar usos e costumes de santidade pentecostais, tradicionais símbolos de conversão e pertencimento ao pentecostalismo” (MARIANO, 2004, p. 123-124).

⁶ Silva (2015) quando utiliza o termo cosmologia maniqueísta está se referindo à dicotomização realizada pelo movimento neopentecostal quando este assume elementos da religiosidade afro-brasileira classificando-os como “maus”, não levando em consideração a dimensão dialética presente na religiosidade afro.

cultos neopentecostais (Exu, Pomba-Gira e Tranca-Rua), é um dos elementos que alimentam esta “guerra”. Mariano (2015), por sua vez, interpreta no movimento pentecostal que a “guerra” aos “demônios”, associados às religiões de matriz africana, é uma estratégia de evangelização. Silva (2015) e Oro (2015) concordam quando atribuem a origem dessa perspectiva de “guerra espiritual” à IURD; uma instituição religiosa precursora do movimento neopentecostal com grande poder midiático-televisivo.

Nesse sentido, é possível inferir que a religiosidade pentecostal e neopentecostal de Antônio e Sônia têm uma relação estreita com a associação negativa que eles fazem de elementos da espiritualidade de matriz africana; o que em última instância pode gerar sérios problemas de violência e racismo religioso protagonizados por usuários com as mesmas concepções.

O fato é que as dimensões negativas da R/E, que surgem de forma espontânea, fazem referência a um tipo específico de religiosidade. Todavia, essa não é a realidade hegemônica verificada nos relatos dos entrevistados. Cerca de 35 termos da R/E foram associados positivamente pelos entrevistados; contra apenas 7 termos com associação negativa. Já se pode inferir uma associação positiva existente na relação entre saúde mental e R/E na perspectiva dos usuários, pois se não fosse esse o caso esses elementos positivos da R/E relatados pelos entrevistados não apareceriam em perguntas direcionadas exclusivamente ao contexto da saúde mental.

Confirmando a inferência supracitada observaram-se nos relatos dos entrevistados trechos recorrentes que expressavam sentidos referentes à: Necessidade de ir à Igreja; Deus como doador de forças; e Deus como provedor. Claramente esses são sentidos positivos para os usuários entrevistados e talvez expliquem o fato das dimensões da R/E aparecerem espontaneamente em seus relatos.

Considerações finais

Nessas considerações finais pretendemos expor sinteticamente os resultados desta pesquisa, bem como seus impactos no contexto da Saúde Mental.

Pretendemos alcançar o objetivo de verificar a relevância que os usuários do CAPS I dão as dimensões da R/E fazendo uma análise frequencial dos relatos espontâneos dos entrevistados, isto é, relatos resultantes de perguntas que não faziam referência direta às dimensões da R/E, apenas ao contexto da Saúde Mental. A análise frequencial revelou que, em média, cerca de 6% das palavras ditas pelos usuários entrevistados eram utilizadas para compor termos religiosos. Ou seja, em cada 50

palavras ditas 3 eram referentes às dimensões da R/E. Supondo que 50 palavras podem ser ditas em menos de 30 segundos chegamos a conclusão de que a cada um minuto uma frase com sentido religioso era formada pela maioria dos entrevistados. Se de fato, “[...] a boca fala do que está cheio o coração” (BIBLIA NT., 1999, p. 55) os entrevistados mostraram que têm a religiosidade muito próxima de seus contextos de sofrimento mental.

A principal conclusão que podemos inferir a partir da apresentação dos resultados desta pesquisa refere-se à necessidade de se levar em consideração, pelos profissionais da saúde, as dimensões da R/E no processo de atenção em Saúde Mental. É verdade que este é assunto muito complicado para ser proposto, numa perspectiva de integralidade, na política de saúde. Mas também é verdade que a proposta de dar centralidade às demandas dos usuários dos serviços de saúde mental é de fundamental importância para a continuidade daquilo que se chamou de Reforma Psiquiátrica. Nesse sentido, não precisa ser religioso para atestar o fato de que levar em consideração as dimensões da R/E é relevante no contexto da saúde e da saúde mental.

Referências

- ARBEX, D. *Holocausto Brasileiro*. Genocídio: 60 mil mortos no maior hospício do Brasil. São Paulo: Geração editorial, 2013.
- BÍBLIA NT. Lucas, 6, 45. In BÍBLIA. Português. *Bíblia Sagrada*: Almeida Revista e Atualizada. 2. ed. Tradução de João Ferreira de Almeida. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1999. p. 55.
- BOFF, .L. *Espiritualidade: um caminho de transformação*. Rio de Janeiro: Sextante, 2001.
- BONI, V.; QUARESMA, S.J.. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *Revista Em Tese* [Internet]. 2005, Vol. 2 n° 1 (3), p. 68-80. Recuperado de: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027/16976>> Acesso em: 05 jul. 2017.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. *Saúde Mental no SUS: Os Centros de Atenção Psicossocial*. Brasília: Ministério da Saúde, 2004a.
- _____._____. Secretaria-Executiva. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. *HumanizaSUS: Política Nacional de Humanização: a humanização como eixo norteador das práticas de atenção e gestão em todas as instâncias do SUS*. Brasília: Ministério da Saúde [Internet], 2004b. Recuperado de: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/humanizasus_2004.pdf> Acesso em: 10 fev. 2017.
- DALGALARRONDO, P.. *Religião, Psicopatologia e Saúde Mental*. Porto Alegre: Artmed, 2008.

- GIL, A.C.. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- KOENIG, H.G. Religião, espiritualidade e transtornos psicóticos. *Revista de Psiquiatria Clínica [Internet]*. 2007, v.34, supl 1; p. 95-104. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-60832007000700013>
- LAVILLE, C.; DIONNE, J.. *A construção do saber. Manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- MARIANO, R. Expansão pentecostal no Brasil: o caso da Igreja Universal. *Revista Estudos Avançados [Internet]*, 2004, 18 (52). p. 121-138. Recuperado de: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v18n52/a10v1852.pdf>> Acesso em: 18 jul. 2017.
- _____. Pentecostais em ação: A demonização dos cultos afro-brasileiros. In: SILVA, Vagner Gonçalves da. *Intolerância religiosa: Impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro*. São Paulo: Edusp, 2015.
- MATTOS, R.A.. Os Sentidos da Integralidade: algumas reflexões acerca de valores que merecem ser defendidos. In: PINHEIRO, Roseni; MATTOS, Ruben Araújo de (org.). *Os sentidos da integralidade na atenção e no cuidado à saúde*. 8 ed. Rio de Janeiro: UERJ, IMS: ABRASCO, 2009. p. 43-68.
- OLIVEIRA, E.D. et al. Análise de conteúdo e pesquisa na área da educação. *Revista Diálogo Educacional [Internet]*. 2003;4(9):1-17. Recuperado de: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=189118067002>
- ORO, A.P.. Intolerância religiosa Iurdiana e reações afro no Rio Grande do Sul. In: SILVA, Vagner Gonçalves da (org). *Intolerância religiosa: Impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro*. São Paulo: Edusp, 2015.
- PERRONE, P.A.K.. A comunidade terapêutica para recuperação da dependência do álcool e outras drogas no Brasil: mão ou contramão da reforma psiquiátrica? *Ciência & Saúde Coletiva [Internet]*. São Paulo, 2014, 19(2):569-580. <https://doi.org/10.1590/1413-81232014192.00382013>
- SANTOS, T.G.; MAGALHÃES, V.P.. O Serviço Social no CAPSI de Cruz das Almas – BA: a necessária interdisciplinaridade para a promoção da cidadania dos usuários. *Revista Extensão [Internet]*, Vol. XI, n.1, Jan/2017; Cruz das Almas – BA: UFRB/PROEXT, 2016. p. 153-160. Recuperado de: <<https://www2.ufrb.edu.br/revistaextensao/index.php/component/content/article/27>> Acesso em: 20 mar. 2017.
- SILVA, V.G.. Prefácio ou notícias de uma guerra nada particular: Os ataques neopentecostais às religiões afro-brasileiras e aos símbolos da Herança Africana no Brasil. In: _____ (org). *Intolerância religiosa: Impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro*. São Paulo: Edusp, 2015.
- VASCONCELOS, E.M.. A espiritualidade no cuidado e na educação em saúde. In: _____(org.). *A espiritualidade no trabalho em saúde*. São Paulo: Hucitec, 2006. p. 13-153.

**A EFICÁCIA DE UM PROTOCOLO CINESIOTERAPÊUTICO NO
EQUILÍBRIO POSTURAL E SUA RELAÇÃO COM QUEDAS EM IDOSOS
INSTITUCIONALIZADOS**

**THE EFFICACY OF A KINESIOTHERAPEUTIC PROTOCOL IN POSTURAL
BALANCE AND ITS RELATION WITH FALLS IN INSTITUTIONALIZED
ELDERLY**

Thayza de Paula Araújo¹
Ana Cristina Moraes Siqueira¹
Dalila Côrtes Contijo¹
Rafael Martins Custódio Mendonça¹
Mariane Santos Nogueira¹

Resumo: O número de idosos vem crescendo significativamente, o que faz surgir um maior risco de abandono. A institucionalização tem sido uma escolha para as famílias de idosos. Verificar a eficácia do tratamento cinesioterapêutico no aperfeiçoamento do equilíbrio em idosos institucionalizados. Como critério de avaliação pré e pós-intervenção foram utilizados os testes de Alcance Funcional, *Timed Up and go* e a Escala de Equilíbrio de BERG. Foram avaliados cinco idosos, pôde-se notar que houve aumento no equilíbrio e redução do risco de quedas. A evolução do equilíbrio estático e dinâmico é importante porque demonstra a maior possibilidade de que um grupo de idosos possa corrigir o deslocamento ainda com o corpo em movimento, evitando quedas. A cinesioterapia melhora em um aspecto geral na vida dos idosos, contribuindo assim no ganho de equilíbrio, força, agilidade e coordenação motora.

Palavras-chave: Envelhecimento; Equilíbrio postural; Acidentes por quedas; Institucionalização; Terapia por exercício.

Abstract: The number of elderly people has been increasing significantly, which causes a higher risk of abandonment. Institutionalization has been a choice for the families of the elderly. To verify the efficacy of kinesiotherapeutic treatment in improving the balance in institutionalized elderly. The Functional Reach, Timed Up and go and BERG Equilibrium Scale tests were used as the pre and post-intervention evaluation criteria. Five elderly patients were evaluated. It was observed that there was an increase in balance and a reduction. The evolution of the static and dynamic balance is important because it demonstrates the greater possibility that a group of elderly people can correct the displacement with the body still in motion, avoiding falls. Kinesiotherapy improves in a general aspect in the life of the elderly, thus contributing to the balance gain, strength, agility and motor coordination.

Key words: Aging; postural balance; falls accidents; institutionalization; exercise therapy.

Introdução

O avanço do número de idosos e a nova disposição do meio familiar, na qual as famílias, a maioria das vezes não dispõe de tempo para zelar de seus idosos, traz á tona uma série de problemas do cuidado e a institucionalização do idoso e, conseqüentemente, a adaptação destas instituições para que recebam esses idosos de forma que proporcionem “vida” e dignidade (XIMENES e CÔRTE, 2010).

De acordo com a ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), Instituições de Longa Permanência para Idosos são governamentais ou não governamentais, de caráter residencial, designada a domicílio coletivo de indivíduos com idade igual ou superior a 60 anos, com ou sem suporte familiar, em estado de liberdade, dignidade e cidadania. Quanto maior o período de institucionalização, maior a fragilidade do idoso, uma vez que a institucionalização favorece o isolamento social e a inatividade física. Para que a integração do idoso seja concreta é essencial considerar

as relações pessoais internas. É igualmente importante, para a inclusão do idoso na instituição, facilitar as relações com o exterior, com a família e os amigos. É importante que o idoso saiba sua importância e exerça relações que impeçam o isolamento social e a solidão do idoso (CAMARANO e KANSO, 2010; LEMOS, 2005; BAUER et al., 2008; CARVALHO, 2014; REBELATTO, CASTRO e CHAN, 2007).

A internação em uma Instituição de Longa Permanência pode seguir as causas de ordem individual, social, econômica, de saúde ou uma associação das mesmas. Alguns dos fatores sociais são: solidão, abandono, carência e desagregação da família, faltam de uma rede social de suporte, impedindo que a família continue proporcionando cuidados. Entre as dificuldades de ordem econômica, as mais frequentes são: redução do poder aquisitivo, dificuldade de pagar por serviços, de manter a moradia ou de aceder uma alimentação minimamente correta (GAMBURGO e MONTEIRO, 2009).

O sistema músculo esquelético é a maior massa tecidual presente no corpo humano, e com o envelhecimento sofre alterações significativas, das quais se destacam a redução lenta e crescente da massa muscular e substituição gradativa do tecido nobre por colágeno e gordura. Tais alterações contribuem definitivamente para modificações no controle motor do idoso e sistema neuromuscular, como sarcopenia com tendência a atrofia muscular, redução de força máxima, potência, velocidade, flexibilidade e capacidade de correção dos movimentos (ROSSI, 2008; CORREIA et al., 2006).

O equilíbrio corporal é definido como a capacidade de alinhamento dos segmentos do corpo contra a gravidade para permanecer ou mover o centro de massa dentro da base de suporte disponível, sem levar uma queda, ou habilidade de mover o corpo em equilíbrio, sob a ação da gravidade, por meio da interação dos sistemas sensorial e motor. Com o processo de envelhecimento ocorrem inúmeras modificações fisiológicas, psicológicas e sociais, entre elas as alterações dos sistemas visuais, somato-sensorial e vestibular que afetam diretamente no equilíbrio corporal (KISNER e LYNN, 2005; ALFIERI e MORAES, 2007; COELHO et al., 2008).

As manifestações dos distúrbios do equilíbrio corporal têm um amplo impacto para os idosos, podendo levá-los à perda de sua autonomia social, redução na capacidade de execução de atividades diárias pela tendência a quedas e fraturas, contribuindo para imobilidade corporal, receio em recidivas de quedas e elevados custos com o tratamento de saúde (RUWER, ROSSI e SIMON, 2005).

Segundo dados do Ministério da Saúde, as quedas e seus resultados para as pessoas idosas no Brasil têm revelado dimensão de epidemia. Elas atingem toda a

família no momento em que a pessoa idosa que fratura um osso acaba hospitalizada e frequentemente é sujeita a tratamento cirúrgico (PORTAL DA SAÚDE, 2010).

O risco de quedas é grande em idosos com déficit cognitivo, pois, de modo geral, esse se encontra agregado à negligência, exclusão social e sintomas depressivos. Esses fatores, no que lhe diz respeito, contribuem para diminuir o desempenho em atividade física e aumentar a fraqueza muscular global (CARMELI et al., 2005).

Como causa das quedas, encontram-se os fatores extrínsecos e intrínsecos. Como fatores extrínsecos estão locais com pouca iluminação, pisos irregulares ou escorregadios, falta de dispositivos de suporte e apoio para idosos como corrimões e barras fixas, existência de escadas ou degraus e objetos espalhados pelo trajeto do idoso. Tais fatores estão relacionados às quedas no ambiente doméstico, onde escadarias, quartos, sala e banheiros representam os locais mais propensos. Os fatores intrínsecos estão ligados ao processo de envelhecimento (modificações no equilíbrio, redução de força, sutileza auditiva e visual e modificações posturais), presença de comorbidades e aos efeitos contrários de medicamentos (IKUTA, 2007; LOPES, 2007; MELLO, 2007; RIBEIRO et al., 2008).

A prática de exercícios físicos está diretamente ligada à qualidade de vida dos idosos. A regularidade pode trazer privilégios aos indivíduos com idade mais avançada, como, maior resistência e força muscular, melhor flexibilidade e capacidade aeróbia, maior coordenação motora e equilíbrio, perda de peso e auxílio no controle de doenças crônicas e deficiências motoras. Estes efeitos positivos podem resultar em uma melhora da capacidade funcional e contribuir para o declínio do risco de mortalidade por imobilidade (ROCHA et al., 2013; GOMES et al., 2015; FERREIRA e PIRES, 2015; ROCHA, 2009).

O tratamento fisioterapêutico tem como objetivo maior a promoção de independência funcional do idoso. Para tal fim são desenvolvidas técnicas com a finalidade de manter a força, a elasticidade e o tônus muscular, bem como a realização de exercícios que promovem maior destreza e agilidade no momento da marcha ou em execução de atividades de vida diária (PIERMARTIRI et al., 2009).

No que diz respeito à cooperação da nova realidade em que a saúde está apresentada, a fisioterapia tem uma missão primordial, atuando com efeitos significativos na prevenção, tratamento e reabilitação de pacientes, principalmente idosos. Utilizam meios terapêuticos físicos que podem prevenir eliminar ou retardar o surgimento de estados patológicos limitantes (MACIEL et al., 2005).

Uma vez institucionalizado, o idoso se depara com um ambiente peculiarmente diferente do seu domicílio, além da ausência dos familiares, da perda de autonomia e da inatividade física. Por consequência, há o declínio da capacidade funcional, predispondo o idoso à ocorrência de quedas e recidivas. O objetivo do presente estudo foi analisar a eficácia do tratamento cinesioterapêutico na evolução do equilíbrio em idosos institucionalizados.

Materiais e Métodos

Tratou-se de um estudo quantitativo e exploratório, realizado no município de São Luís de Montes Belos – GO, nas dependências da Casa do Idoso Geraldo Francisco Xavier localizada na Rua Zeca Neto, Setor Rodoviário - S/N.

O projeto de pesquisa seguiu todas as normas estabelecidas pela resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, foi submetido à Plataforma Brasil, direcionado ao Comitê de Ética em Pesquisa da Santa Casa de Misericórdia de Goiânia e aguardou submissão até a sua completa análise e aprovação sob parecer 2.202.269.

Foram incluídos indivíduos com idade superior a 60 anos, ambos os sexos, residentes na casa de repouso, com ausência de patologias cardiovasculares ou osteomioarticulares incapacitantes, com independência funcional e capacidade de execução de atividades de autocuidado, que aceitaram participar do estudo e assinaram o Termo de Consentimento Livre Esclarecido – TCLE fornecido pelas pesquisadoras.

Foram excluídos indivíduos com idade inferior a 60 anos, que não residiam na casa de repouso, praticantes de exercícios físicos ou grupos de atividades recreativas, com comprovação clínica de déficit cognitivo avançado ou alterações neuropsicomotoras, incapacidade de comunicarem-se verbalmente, gravemente enfermos, que deixaram de realizar as avaliações propostas durante o segmento do estudo, que faltaram 80% das sessões ou foram hospitalizados no período do estudo e que não assinaram o TCLE.

Diante dos critérios de seleção e aplicação do estudo, a amostra foi composta por cinco indivíduos idosos.

Após aprovação do CEP e autorização da coordenação da instituição, o projeto de pesquisa foi apresentado aos voluntários e todas as informações relativas ao estudo foram esclarecidas. Os procedimentos foram iniciados após a leitura, aceitação e assinatura do TCLE, incluindo duas vias, uma para o pesquisado e outra para as pesquisadoras.

Os idosos selecionados foram submetidos a uma avaliação inicial por meio de entrevista individual, a qual foi constituída pelo preenchimento de uma ficha de avaliação de criação própria, com a intenção de coletar dados sociodemográficos: data inicial, nome, sexo, idade, estado civil, escolaridade, ocupação anterior e tempo de institucionalização; e dados clínicos de interesse: sinais vitais (Pressão Arterial, Frequência Cardíaca, Frequência Respiratória), queixa principal, doenças, uso de medicamentos, histórico de quedas e fraturas. Todas as informações foram checadas e conferidas junto ao profissional responsável pela instituição.

Em seguida, os idosos foram submetidos aos instrumentos de avaliação selecionados: a Escala de Equilíbrio de BERG e o Teste *Timed Up and Go* com a finalidade de avaliar o equilíbrio dinâmico e o risco de quedas, e o Teste de Alcance Funcional para avaliar o equilíbrio estático.

Os testes foram aplicados na seguinte ordem: EEB, TUG-*test* e por último o TAF. A aplicação foi feita pelas próprias pesquisadoras e a coleta de dados foi realizada em duas avaliações, uma inicial e a outra após a intervenção cinesioterapêutica. A aplicação dos testes ocorreu no período matutino e individualmente. Estimou-se dois dias para realização completa da coleta de dados inicial.

Após as avaliações iniciais, os voluntários foram submetidos a um protocolo de exercícios físicos regulares, de criação própria, durante um mês e uma semana, com frequência de três vezes por semana, em dias alternados (segunda, quarta e sexta), totalizando 15 sessões de 45 minutos cada. Os idosos foram divididos entre as duas pesquisadoras e foram atendidos em grupos de dois e de três. As intervenções foram realizadas na própria instituição, em salas específicas selecionadas para essas atividades. As salas foram escolhidas pela boa iluminação, ventilação e piso adequado. Antes de cada sessão, foram avaliados os sinais vitais de cada idoso a fim de preservar a segurança e o conforto dos participantes. Qualquer alteração significativa foi suficiente para interrupção do atendimento. Os mesmos foram avaliados novamente ao fim de cada sessão.

O programa de exercícios físicos incluiu atividades mistas. Em cada sessão foram englobados: Aquecimento (10 minutos) com atividades como caminhadas e exercícios de agilidade e coordenação motora utilizando bolas suíças, bastão, cones e argolas; Treino principal (40 minutos) envolvendo alongamentos globais ativos e passivos, exercícios resistidos para força e resistência muscular, utilizando tornozeleira, halteres, bastão e faixa elástica, treino de equilíbrio estático e dinâmico com atividades

funcionais; Relaxamento (10 minutos) englobando exercícios respiratórios e alongamentos globais. O controle de frequência das sessões foi feito por um diário que foi preenchido pelas próprias pesquisadoras.

Ao final do mês todos os idosos foram reavaliados individualmente por meio da EEB, TUG-*test* e TAF. Os resultados obtidos foram analisados para elaboração dos resultados e orientação dos voluntários.

Todos os dados coletados foram de acesso exclusivo das pesquisadoras Ana Cristina Moraes Siqueira e Dalila Côrtes Contijo e ficarão arquivados por cinco anos e após esse período todo material será reciclado para garantir sigilo dos resultados da pesquisa, conforme orientação Resolução CNS N.466/12.

Os dados foram analisados por profissional estatístico, por meio de um programa estatístico. Em todas as análises foi adotado o nível de significância estatística de 5% ($p \leq 0,05$). Os resultados foram divulgados em forma de gráficos e tabelas.

Por se tratar de uma pesquisa exploratória que envolveu indivíduos idosos percebeu-se a existência de risco de desistência e surgimento ou aumento do quadro álgico, quedas, desconforto muscular e sobrecarga osteomioarticular. Em caso de desistência os participantes puderam se retirar do estudo a qualquer momento sem penalidades. Em caso de aumento ou surgimento de quadro álgico ou desconfortos, os participantes seriam encaminhados ao Hospital Municipal Dr. Geraldo Landó para consulta individual, porém não foram observadas intercorrências.

Resultados

Os resultados foram expressos como média \pm erro padrão da média. Para a realização dos testes estatísticos foi utilizado a versão Windows do software Graph Pad Prism 5.01. E, para a análise estatística, utilizou-se a análise agrupada two-way ANOVA seguido de Bonferroni pós-testes, com valores de $P < 0,05$.

Durante a coleta de dados foram considerados dados sociodemográficos dos indivíduos participantes da pesquisa. Dados estes expressos pela tabela 1.

IDADE	60 anos	2
	60 – 70 anos	2
	Acima de 70 anos	1
ESTADO CIVIL	Solteiro	4
	Casado	-
	União estável	-
	Divorciado	1
	Viúvo	-
ESCOLARIDADE	Analfabeto	-
	Ensino Fundamental Incompleto	3
	Ensino Fundamental Completo	1
	Ensino Médio Incompleto	1
	Ensino Médio Completo	-
	Ensino Superior Incompleto	-
	Ensino Superior Completo	-
SEXO	Masculino	4
	Feminino	1
TEMPO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO	Menos de um ano	2
	2 – 5 anos	2
	Mais de 5 anos	1
OCUPAÇÃO ANTERIOR A INSTITUCIONALIZAÇÃO	Atividades braçais	4
	Atividades administrativas	1

Tabela 1 – Dados Sociodemográficos

As características sociodemográficas dos participantes demonstraram que a idade média dos participantes foi de 69,2 anos. Houve predominância do sexo masculino, representando 80% (n=4) da amostra. Quando comparado o estado civil, 80% (n=4) da amostra são solteiros e 20% (n=1) são divorciados.

Em relação à escolaridade, prevaleceu o ensino fundamental, com 60% (n=3) ensino fundamental incompleto, 20% (n=1) ensino fundamental completo e 20% (n=1) ensino médio incompleto. Quanto à ocupação anterior a institucionalização apresentou predominância de atividades braçais, ou seja, atividades que exigiam esforço físico, com 80% (n=4) da amostra e 20% (n=1) em atividades administrativas. A mediana do tempo de institucionalização foi de 2,5 anos.

Quando questionados sobre a ocorrência de quedas, houve prevalência em 100% da amostra, dos quais 60% (n=3) caíram mais de três vezes e 40% (n=4) caíram duas vezes durante o tempo de institucionalização. Dados estes apresentados pela tabela 2.

PACIENTE 1	Quedas	Sim
	Número da Ocorrência	>3 vezes
PACIENTE 2	Quedas	Sim
	Número da Ocorrência	2 vezes
PACIENTE 3	Quedas	Sim
	Número da Ocorrência	>3 vezes
PACIENTE 4	Quedas	Sim
	Número da Ocorrência	>3 vezes
PACIENTE 5	Quedas	Sim
	Número da Ocorrência	2 vezes

Tabela 2 – Histórico de quedas

A avaliação do equilíbrio estático e dinâmico se deu pela Escala de Equilíbrio de Berg e os dados pré e pós intervenção estão expressos no gráfico 1.

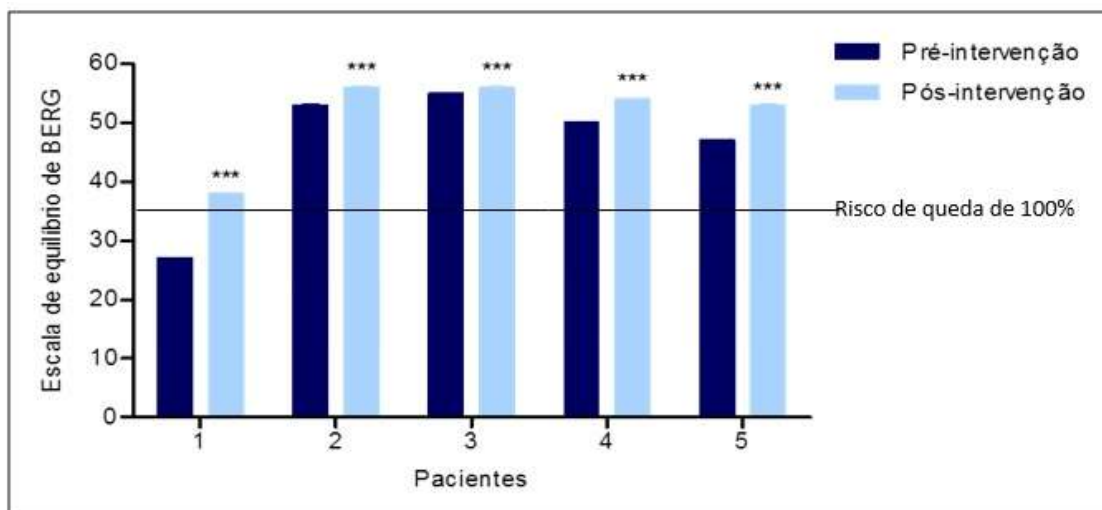


Gráfico1. Valores da pontuação pré e pós-intervenção baseado na escala de equilíbrio de BERG.

A amostra comparativa feita através de gráfico demonstra que 100% (n=5) dos idosos apresentaram melhora na pontuação da escala pós-intervenção fisioterapêutica. A correlação entre a pontuação pré e pós-intervenção revela uma redução estatisticamente significativa da chance de quedas. Desta forma, pode-se dizer que para essa população objeto de estudo o risco de queda foi sensivelmente minimizado desde a primeira intervenção, de modo que o caso mais evidente foi demonstrado pelo paciente 1, qual saiu de uma zona de risco de 100%, segundo a Escala de Equilíbrio BERG, para um percentual aproximado de 30% de risco de queda, enquanto todos os demais saem da zona de risco de queda.

A avaliação do equilíbrio estático e instabilidade postural se deu pelo Teste de Alcance Funcional e os dados pré e pós-intervenção estão expressos no gráfico 2.

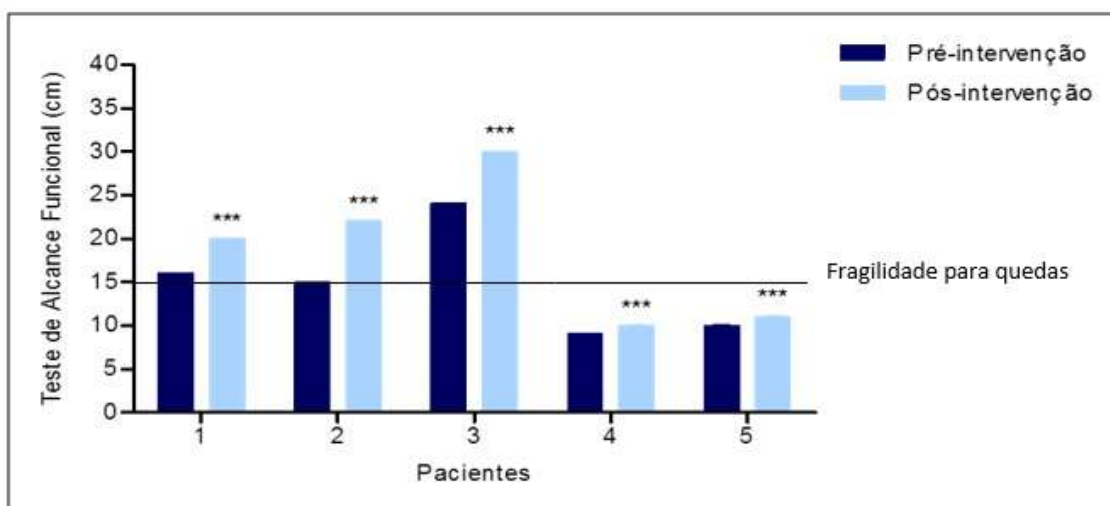


Gráfico 2. Pontuação pré e pós-intervenção baseado no Teste de Alcance Funcional.

O teste de Alcance Funcional revela de maneira comparativa que houve melhora na fragilidade para quedas em 100% (n=5) dos idosos pós-intervenção cinesioterapêutica.

Tais informações são comprovadas pela pontuação obtida no teste, na qual 60% (n=3) da amostra apresentaram deslocamento superior a 15 cm, em que a redução da fragilidade para quedas se faz presente e 40% (n=2) apresentou deslocamento inferior a 15 cm, o que não reduz a fragilidade estatisticamente, porém foi mais alto que na avaliação pré intervenção.

O equilíbrio dinâmico dos idosos também foi avaliado pelo TUG-test e as informações obtidas pré e pós intervenção estão apresentadas no gráfico 3.

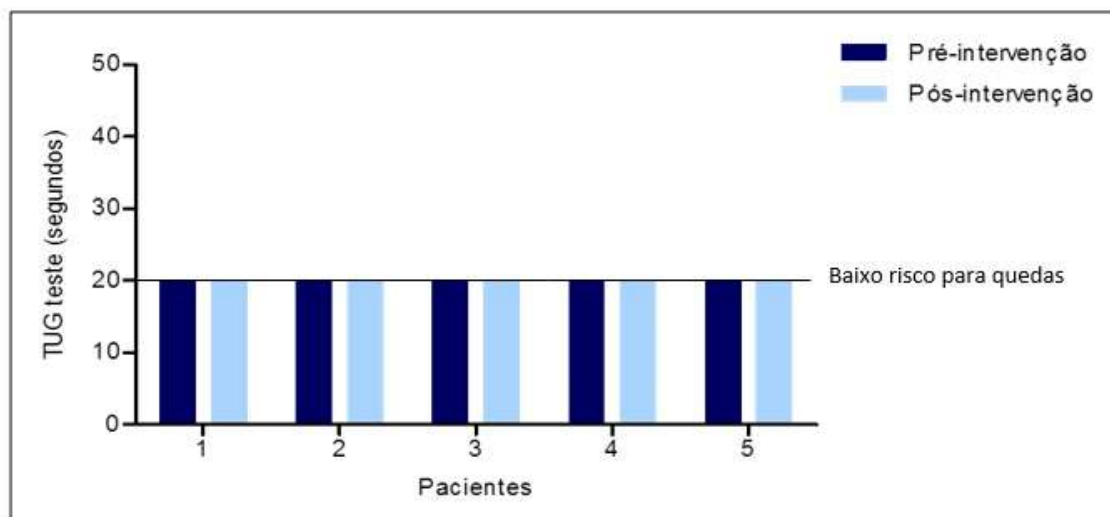


Gráfico 3. Valores da pontuação pré e pós-intervenção baseado no TUG teste.

O baixo risco de quedas baseado no equilíbrio dinâmico avaliado pela deslocação dos idosos se manteve em ambas as intervenções, 100% (n=5) da amostra não apresentou pontuação estatisticamente diferente após a intervenção.

Discussão

O processo de envelhecimento traz uma série de agravantes para a saúde populacional, especialmente no que diz respeito à mobilidade, sistema visual, auditivo, somato-sensorial, vestibular e osteoarticular. É nessa parcela da população que se identifica a maior probabilidade de risco de queda. A partir dessa percepção é que a comunidade científica tem buscado meios de minimizar os efeitos do envelhecimento através da atividade física, que vem mostrando, de forma geral, a promissora estatística entre os melhores níveis de redução de risco de queda comprovada pela evolução no equilíbrio, força e mobilidade dos idosos praticantes, (GOTTFRIDSSON, 2015; CUNHA et al, 2009; NASCIMENTO et al, 2012; PIMENTEL & SCHEICHER, 2009; RESENDE et al, 2008).

Para aqueles idosos institucionalizados, os riscos de que são ainda mais evidentes porque são associados ao sentimento de abandono, à depressão e outros fatores psicossomáticos; além da falta de infraestrutura e de atenção básica ao idoso, sendo que de 30 a 50% das pessoas com 65 anos ou mais e que vivem em instituições de longa permanência para idosos caem a cada ano (FALSARELLA et al, 2014). Aliás, não só o fato do idoso estar institucionalizado pesa como fator de risco associado à queda, como também o estado civil dos idosos, onde o risco de queda aumenta para aqueles solteiros e viúvos em vista de que nestes indivíduos também aumenta a sua sensação de abandono, como ressalta (XIMENES e CÔRTE, 2010). Alves & Scheicher (2011) apontam um envelhecimento mais rápido para idosos institucionalizados no que diz respeito à perda progressiva da funcionalidade o que foi constatado pelos exames pré-intervenção feitos neste trabalho, para o qual quatro entre cinco idosos estavam no nível, ou abaixo do nível, de risco de queda segundo o Teste de Alcance Funcional, resultado que pode ser ocasionado à institucionalização, porquanto os idosos

institucionalizados e sujeitos deste estudo não dispunham de atividades físicas regulares, e também ao estado civil, uma vez que quatro idosos são solteiros e um é viúvo.

Gottfridsson (2015) relacionou 23 idosos participantes de uma oficina de equilíbrio corporal, objetivando analisar a influência do exercício físico na prevenção do risco de quedas e teve como instrumentos de avaliação o método TUG, Unipod e o teste de Alcance Funcional, por serem de fácil aplicação. A intervenção feita por Gottfridsson (2015) privilegiou o equilíbrio corporal e teve duração de seis meses em duas aulas semanais, sendo que na intervenção foi trabalhado o equilíbrio estático, dinâmico e recuperado; ao final dos estudos alcançou uma melhora em seu grupo de 'caidores', onde, de quatro pacientes que apresentavam risco moderado pré-oficina, somente dois continuaram nessa zona, e quanto à estatística dos idosos 'não caidores', de dois que estavam em zona de maior risco, após a intervenção não havia nenhum nesta zona, enquanto dos dois que estavam em risco moderado, após a oficina só restou um, conforme medição pelo Teste de Alcance Funcional. Os resultados são semelhantes aos obtidos neste trabalho, até mesmo porque a intervenção é similar, uma vez que a feita neste trabalho também trabalhou com exercício de equilíbrio, coordenação e tempo de reação, aferindo o equilíbrio estático e dinâmico pelo teste de Alcance Funcional, TUG e a Escala de BERG, onde dos três pacientes com deslocamento inferior a 15,2cm, isto é, que estavam na zona de risco alto segundo o Teste de Alcance Funcional, somente dois continuaram nessa zona, apesar de que, mesmo esses dois que continuam na zona de alto risco terem apresentado melhorias consideráveis.

Na população objeto de estudo o risco de queda foi sensivelmente minimizado desde a primeira intervenção, de modo que ao final não havia nenhum idoso na zona de 100% de risco de queda segundo a Escala BERG. Essa evolução no equilíbrio é importante porque demonstra a maior possibilidade de que este grupo de idosos possa corrigir o deslocamento ainda com o corpo em movimento, evitando quedas. A mesma conclusão chegou Cunha (et al, 2009) e Nascimento (et al, 2012) dissertando sobre a importância da atividade física para o aumento do equilíbrio corporal e, conseqüente, diminuição do risco de queda, sendo que em seus estudos todos os idosos que participaram da intervenção no período de estudos obtiveram resultados melhores que o pré-intervenção em relação ao seu equilíbrio dinâmico e estático, assim como os resultados obtidos neste trabalho.

Os resultados obtidos no teste *Timed Up and Go* (TUG) mostrou que os pacientes estão em uma região próxima da região de dependência em transferências básicas que é calculado entre os 21 a 29 segundos, mas, que ainda guardam certa independência nos movimentos avaliados por este teste. Os resultados pré e pós-intervenção ficaram inalterados. Os resultados obtidos por Gottfridsson (2015) e por Cunha (et al, 2009) fazendo uso desse mesmo instrumento de avaliação também se mostraram basicamente inalteráveis, sendo que, sobre isso, ressalta Gottfridsson (2015), que a utilização do TUG *test* pode não apresentar variantes esperadas porque tem limitação no tempo, não possibilitando a comparação quando os idosos já têm um nível inicial com boa condição física, o que permitira avaliar a evolução o que pode justificar o nivelamento dos dados pré-intervenção e pós-intervenção.

Resende (et al, 2008) usou uma intervenção diferente a partir da hidroterapia, justificando que essa prática é mais indicada para idosos com medo de queda, aumentando a

confiança do indivíduo. Apesar disso, chegou a resultados tão satisfatórios e semelhantes quanto os obtidos por esse estudo com atividades em solo. A comparação entre os resultados de solo e de água já foi objeto de estudo para Tavares & Sacchelli (2009) em que as intervenções propostas não apresentaram uma diferença significativa nas melhoras obtidas por um ou por outro grupo. A cinesioterapia busca trabalhar a musculatura da pessoa através de um combinado de atividades físicas com o intuito de manter a funcionalidade que é necessária para a independência do indivíduo, é por isso que o grupo da cinesioterapia obtém melhor estatística para efeitos de alongamento e recuperação da amplitude de movimento e mobilidade, enquanto a hidrocinesioterapia melhora os aspectos emocionais, talvez ligados à satisfação com a melhor *performance* do idoso, uma vez que a água facilita o movimento (HECKER et al, 2011). Apesar disso, um dos pontos significantes para a melhora dos resultados está relacionado ao bem-estar geral, algo que ambas as modalidades de intervenção são capazes de proporcionar, e entre os fatores de facilitação entre uma ou outra atividade, o resultado final não chega a ser significativo.

O estudo foi levado com bastante cuidado para evitar que houvesse diferença na amostra, por isso os idosos participantes não apresentavam grandes variações de idade ou de realização de AVD's, sendo que também não tinha histórico de doenças que pudessem causar influência no equilíbrio, uma perspectiva levando em consideração por Pimentel & Scheicher (2009), porque a amostra homogênea evita fatores que possam causar grandes diferenciações nas amostras, pois, por exemplo, idosos com doenças de equilíbrio teriam reações diferentes ao tratamento.

Todas as atividades foram realizadas em grupo, assim como o faz diversos estudos (GOTTFRIDSSON, 2015; CUNHA et al, 2009; NASCIMENTO et al, 2012). Cunha (et al, 2009) sugere que as atividades isoladas não tem surtido efeito tão bom quanto a prática em grupo. No tratamento desenvolvido, em que pese não ter sido possível, por questão estrutural, atender todos os cinco idosos ao mesmo tempo, contudo, em nenhuma oportunidade se fez atividade individual, uma vez que o atendimento sempre contou com a participação de pelo menos uma dupla que se auxiliaram e se apoiaram no desenvolvimento das atividades, o que se mostrou favorável para os resultados positivos obtidos.

Conclusão

Nesse estudo analisamos a eficácia do tratamento cinesioterapêutico na prevenção de quedas dos idosos, buscando conceituar idoso e envelhecimento enfatizando suas características gerais e discutindo sobre o tratamento cinesioterapêutico em um contexto geral para apresentar a importância da fisioterapia para com a prevenção de queda dos idosos, realizando uma avaliação da frequência de queda nos idosos institucionalizados. Contudo, pôde-se concluir que o tratamento cinesioterapêutico proporcionou melhora em um aspecto geral na vida dos idosos, contribuindo assim no ganho de equilíbrio, força, agilidade e coordenação motora.

Referências

ALFIERI, F. M.; MORAES, MARIA, C. L. Envelhecimento e o controle postural. Saúde Coletiva, São Paulo, v. 4, nº. 19 p. 30-33, Brasil: Editorial Bolina, 2007.

ALVES. Equilíbrio postural e risco para queda em idosos da cidade de Garça. SP. Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia. Universidade do Estado do Rio Janeiro, v. 14, n. 4, p. 763-768, 2011.

BAUER, C. et al. Intrasession reliability of force platform parameters in community-dwelling older adults. 2008.

CAMARANO, A. A.; KANSO, S. As instituições de longa permanência para idosos no Brasil. Revista Brasileira de Estudos de População, São Paulo, v.27, nº 1, 2010.

CARMELI, E. et al. Can physical training have an effect on well-being in adults with mild intellectual disability? Mechanism of Ageing and Development, v. 126, nº 2, p. 299-304, 2005.

CARVALHO, V. L. Perfil das instituições de longa permanência para idosos situados em uma capital do Nordeste. Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, p. 184-91, 2014.

COELHO, C.M. S. et al. O envelhecimento do sistema musculoesquelético e abordagem fisioterapêutica. 2008.

CORREIA, P.P et al. Função neuromuscular no idoso: a importância do treino de força. **Atividade Física e Envelhecimento**. p.135-153 Lisboa: Faculdade Motricidade Humana, 2006.

CUNHA, M. F.; et al. A influência da fisioterapia na prevenção de quedas em idosos na comunidade: estudo comparativo. v. 15, n 3, p. 527- 536, 2009.

FALSARELLA, G.R.; GASPAROTTO, L.P.R.; COIMBRA, A.M.V. Quedas: conceitos, frequências e aplicações à assistência ao idoso. Revisão da literatura.

FERREIRA, T. K. A.; PIRES, V. A. T. N. Atividade física na velhice: Avaliação do grupo de idosos sobre seus benefícios. Revista Enfermagem Integrada, v. 8, nº 1, 2015.

FIGUEIREDO, K. M; LIMA, K.C.; GUERRA, R. O. Instrumento de avaliação do equilíbrio corporal em idosos. Revista Brasileira de Cineantropometria & Desempenho Humano, n. 4, p. 408-413, 2007.

GAMBURGO, L. J.L.; MONTEIRO, M.I.B. Singularidades do envelhecimento: Reflexões com base em conversas com um idoso institucionalizado. Interface - comunicação, saúde, educação, v.13, nº 28, p.31-41, 2009.

GOMES, D. B. C. et al. Avaliação da qualidade de vida em idosos hipertensos atendidos em clínica de fisioterapia. v.14, nº 01, p.33-37, 2015.

GOTTFRIDSSON, T.F.B. Equilíbrio corporal de idosos caidores e não caidores: influência de um programa físico para prevenção de quedas. Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2015.

HECKER, C. D. et al. Análise dos efeitos da cinesioterapia e da hidrocinesioterapia sobre a qualidade de vida de pacientes com fibromialgia – um ensaio clínico randomizado. Fisioter. Mov., Curitiba, v. 24, n. 1, p. 57-64, jan./mar. 2011.

IKUTA, Y. M. Caracterização de quedas em idosos residentes na comunidade na estratégia saúde da família. São Paulo, 2007.

KARUKA, A, H.; SILVA, J, A, M, G.; NAVEGA, M, T. Análise da concordância entre instrumentos de avaliação do equilíbrio corporal em idosos. **Revista Brasileira de Fisioterapia**, São Carlos, v.15, nº.6, p.480-8, 2011.

KISNER, C.; LYNN, A. Exercícios terapêuticos: fundamentos e técnicas. 4. Ed^a. São Paulo: Manole, 2005. P. 972.

LEMOS, M. As Misericórdias Portuguesas na Assistência aos Idosos. Observatório de Idosos e Grandes Dependentes, União das Misericórdias Portuguesas. Lisboa: Fundação Oriente, 2005.

LOPES, M. C. L. et al. Fatores desencadeantes de quedas no domicílio em uma comunidade de idosos. **Revista Cogitare**, v. 12, nº 4, 2007.

MACIEL, R. V. et al. Teoria prática e realidade social: uma perspectiva integrada para o ensino e fisioterapia. *Fisioterapia movimento*, v. 18, nº 1, 2005.

MELLO, M. A. F. Terapia Ocupacional Gerontológica. In: CAVALCANTI, A; GALVÃO, C. **Terapia Ocupacional: Fundamentação & Prática**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.

NASCIMENTO, L.C.G.; PATRIZZI, L.J.; OLIVEIRA, C.C.E.S. Efeito de quatro semanas de treinamento proprioceptivo no equilíbrio postural de idosos. *Fisioter. Mov.*, Curitiba, v. 25, n. 2, p. 325-331, abr./jun. 2012.

PAIXÃO, J.; HECKMAN, M.F. Tratado de Geriatria e Gerontologia. In: PAIXÃO, J.; HECKMAN, M. F. Distúrbios da postura, marcha e quedas. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, p. 1062-1072, 2006.

PANISSON, R, D, N.; DONADIO, M, V, F. Teste *Timed "Up&Go"* em crianças e adolescentes. **Revista Paulista de Pediatria**, São Paulo, v.31, nº3, 2013.

PIERMARTIRI, T. CB; BEZERRA, N.C.; HOELLER, A.A. Efeito preventivo da fisioterapia na redução da incidência de quedas em pacientes com doença de Alzheimer. *Revista neurociência*, p. 349-355, 2009.

PORTAL DA SAÚDE. Saúde do idoso, 2010.

REBELATTO, J. R.; CASTRO, A. P.; CHAN, A. Quedas em idosos institucionalizados: características gerais, fatores determinantes e relações com a força de preensão manual. *Acta Ortopédica Brasileira*, São Paulo, v. 15, nº 3, p. 151-154, 2007.

RESENDE, S.M., RASSI, C.M., VIANA, F.P., Efeitos da hidroterapia na recuperação do equilíbrio e prevenção de quedas em idosos. *Rev Bras Fisioter*, São Carlos, v. 12, n. 1, p. 57-63, jan./fev. 2008.

RIBEIRO, A. P. et al. A influência das quedas na qualidade de vida de idosos. *Ciência e saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v.13, nº 4, 2008.

ROCHA, E. C. A. Práticas de atividades físicas x saúde do idoso. 2009.

ROCHA, S. V. et al. Fatores associados à atividade física insuficiente no lazer entre idosos. *RevBrasMedEsporte*, 2013.

ROSSI, A. Envelhecimento do Sistema Osteoarticular. Einstein: 2008.

RUWER, S. L.; ROSSI, A. G.; SIMON, L. F. Equilíbrio no idoso. *Revista BrasOtorrinolaringol*, v. 71, nº 3, p. 298-303, 2005.

SOARES, M. A.; SACCHELLI, T. Efeitos da cinesioterapia no equilíbrio de idosos. *RevNeurocienc*, p. 97-100, 2008.

TAVARES, A. C.; SACCHELLI, T. Comparação de cinesioterapia em solo e em água em idosos.

PIMENTEL, R.M.; SCHEICHER, M.E. Comparação do risco de queda em idosos sedentários e ativos por meio da escala de equilíbrio de Berg. *Fisioterapia e Pesquisa*. Universidade de São Paulo, v. 16, n. 1, p. 6-10, 2009.

XIMENES, M. A.; CÔRTE, B. Idosos e seus fazeres na Instituição de Longa Permanência. *Caderno Temático Kairós Gerontologia 8: Moradia na Velhice*, São Paulo, p.29-34, 2010.

BENEFÍCIOS DOS MÉTODOS *KINESIO TAPING* E A CINESIOTERAPIA NA MARCHA EM PACIENTES COM SEQUELA DE ACIDENTE VASCULAR ENCEFÁLICO

BENEFITS OF KINESIO TAPING METHODS AND GAIT KINESIOTHERAPY IN PATIENTS WITH SEQUELAE OF STROKE

Juliana Antunes de Oliveira¹
Aleandro Geraldo Alves¹
Mariane Santos Nogueira¹
Rafael Martins Custódio Mendonça¹

Faculdade Montes Belos¹

129

Resumo: O Acidente Vascular Encefálico (AVE) constitui um conjunto de sinais e sintomas de déficit neurológico resultando em lesões cerebrais provocadas por alterações da irrigação sanguínea. Melhorar a marcha de pacientes com sequela de AVE, utilizando as técnicas de cinesioterapia e *kinesio taping*. Trata-se de um estudo experimental descritivo, cuja amostra foi composta por 4 pacientes com idade entre 41 a 66 anos. Foi utilizado o índice de *Tinetti* e a escala de *Berg*, bem como aplicação de protocolo de tratamento. O grupo submetido à cinesioterapia apresentou uma melhora significativa no equilíbrio. Já no grupo que foi aplicado o *Kinesio Taping* associado com a cinesioterapia apresentou uma considerável melhora no equilíbrio e marcha. O *Kinesio Taping* em conjunto com a cinesioterapia constituem formas de tratamento fisioterapêutico relevantes na disfunção do movimento de membro inferior em paciente com sequela de AVE.

Palavras-chave: Acidente vascular encefálico, *Kinesio taping*, Cinesioterapia.

Abstract: Stroke is a set of signs and symptoms of neurological deficit resulting in brain injuries caused by changes in blood supply. To improve the gait of patients with sequelae of stroke, using the techniques of kinesiotherapy and *kinesio taping*. This is a descriptive experimental study, whose sample consisted of 4 patients aged 41-66 years. *Tinetti* index and the *Berg* scale were used as well as treatment protocol application. The group submitted to kinesiotherapy showed a significant improvement in balance. In the group that was applied the *Kinesio Taping* associated with kinesiotherapy showed a considerable improvement in the balance and march. *Kinesio Taping* together with kinesiotherapy are important physiotherapeutic treatment modalities for dysfunction of lower limb movement in a patient with stroke sequelae.

Keywords: Brain vascular accident, *Kinesio taping*, Kinesiioterapia.

Introdução

O Acidente Vascular Encefálico (AVE) constitui-se em um conjunto de sinais e sintomas de déficit neurológico com duração de pelo menos 24 horas resultando em lesões cerebrais provocadas por alterações da irrigação sanguínea. É a causa mais comum de deficiência crônica entre adultos e uma das principais causas de morte. O grau da lesão dependerá do tamanho e da área lesionada. O AVE pode ser de dois tipos: hemorrágico e isquêmico (CANCELA, 2008; PEREIRA et al., 2017; ROLIM e MARTINS, 2011).

O hemorrágico está interligado principalmente com a hipertensão arterial. Com o aumento súbito da pressão das artérias ocorre uma fragilização das paredes arteriais, que poderá resultar em uma ruptura desse vaso. Quando o sangue extravasa para o interior do cérebro, causa uma hemorragia intracerebral, já o extravasamento entre o cérebro e a membrana aracnoide provoca uma hemorragia subaracnóidea (HABIB, 2000; CANCELA, 2008).

O isquêmico é induzido por interrupção de um vaso ou diminuição de perfusão cerebral, que reduz ou interrompe completamente a passagem de oxigênio e nutrientes indispensáveis ao metabolismo das células cerebrais. Se a isquemia permanecer por mais de 24 horas, resulta em lesões definitivas e irreversíveis no cérebro, caracterizado pela morte de um grupo de neurônios. Segundo a estatística americana, 80% dos casos são de AVE isquêmico constitui uma das principais causas de óbito e incapacidade funcional no país (CANCELA, 2008; LAVOR, AGRA e NEPOMUCENO, 2011).

Os principais fatores de risco podem ser divididos em não-modificáveis e modificáveis. O grupo de fatores não-modificáveis incluem a hereditariedade, idade, sexo e raça. E os modificáveis são as doenças vasculares, hipertensão arterial, níveis elevados de colesterol, diabetes, sedentarismo, tabagismo, obesidade, etilismo, arteriosclerose, arritmias cardíacas, dilatações do coração e uso de anticoncepcionais orais. As consequências envolvem sequelas de ordem física, funcional, emocional e de comunicação (O'SULLIVAN e SCHMITZ, 2010; CANCELA, 2008; BALDIN, 2017).

Um dos principais quadros clínicos do paciente com AVE é a hemiplegia e hemiparesia. Hemiplegia é a fraqueza muscular total do hemicorpo, trazendo várias consequências e comprometimentos de acordo com a área lesionada. A hemiparesia é a fraqueza muscular parcial do hemicorpo, ela atinge a área corticoespinal, a qual é responsável pelo movimento dos membros (O'SULLIVAN e SCHMITZ, 2010; GAMBÁ e CRUZ, 2011).

O cérebro é dividido em hemisfério esquerdo (HE) e hemisfério direito (HD), a lesão do AVE acontece de forma cruzada, o HE controla o hemicorpo direito e o HD controla o hemicorpo esquerdo. Quando a lesão é do lado esquerdo poderá causar déficit no movimento e diminuição da força no lado direito do corpo, além de prejuízos cognitivos e neuropsiquiátricos. Já a lesão no HD pode causar prejuízos na percepção, memória visual, em alguns componentes das funções executivas e no processamento emocional (CARDOSO, 2012).

Após o AVE, o quadro clínico se divide em fase flácida e posteriormente a hipertônica (espástica), com prejuízos à marcha que é do tipo ceifante ou hemiparética, caracterizada por um padrão extensor do membro inferior, apresentando pelve elevada, quadril em extensão, adução e rotação interna, joelho em extensão, pé em flexão plantar e inversão, condição que leva o indivíduo a balançar o membro inferior, circundando-o. Os indivíduos acometidos buscam a melhora na habilidade da marcha e a elencam como objetivo principal de sua reabilitação com o intuito de adquirir independência (BEINOTTI et al., 2007; DAVIES, 2008).

O tratamento do AVE inclui uma equipe multidisciplinar com médicos, psicólogos, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogo e fisioterapeutas. Uma das alternativas terapêuticas dentro da fisioterapia é a cinesioterapia que visa manter as articulações íntegras e fortes, proporcionando o fortalecimento, flexibilidade e equilíbrio das estruturas, outra alternativa terapêutica é o método *kinesio taping* que podem contribuir para o movimento fisiológico muscular e conseqüentemente melhorar a função motora (DAITX, 2015).

O método *kinesio taping* surgiu no ano de 1996 através do pesquisador japonês *Kenso Kase*. Trata-se de uma fita adesiva fina e elástica que é colocada no percurso do músculo, possui resistência à água, fornece estímulo tátil, e não apresenta danos à saúde ou contra-indicações. É considerada como um método de apoio à reabilitação e modulação de alguns processos fisiológicos. Seu efeito na musculatura consiste na correção da função motora, aumento da circulação sanguínea e linfática, bem como aumento da propriocepção através da estimulação dos mecanorreceptores cutâneos (RIBEIRO et al., 2009; PAULINO, 2010).

Para obter o resultado esperado do movimento, a fita adesiva é colocada no músculo responsável pelo movimento, a fim de corrigir a função muscular e o posicionamento muscular, aumentando os *inputs* sensoriais para facilitar um padrão de marcha, e quando associado à cinesioterapia, sua contribuição é potencializada (ZARACZEWSKA et al., 2006).

A cinesioterapia é realizada com movimentos e exercícios passivos, ativos ou ativo-assistidos. Para aplicação da técnica é necessário conhecimento de anatomia, biomecânica e fisiologia. O método é realizado para normalização da função corporal, e tem por finalidade manter, corrigir e/ou recuperar segmentos lesionados, manutenção ou desenvolvimento do movimento livre para a sua função, melhora da força, resistência à fadiga, melhor mobilidade, flexibilidade e relaxamento, bem como otimizar a coordenação motora (GUIMARÃES e CRUZ 2003).

A cinesioterapia deve ser aplicada com exercícios individualizados para atender melhor cada paciente com seu diagnóstico. Já as técnicas a serem escolhidas dependem da causa, deficiência, limitações ou restrições do paciente. Pode ser aplicada com a finalidade de trabalhar equilíbrio, preparo cardiopulmonar, coordenação, flexibilidade, mobilidade, desempenho muscular, controle neuromuscular e estabilidade (KISNER e COLBY, 2016; JUNIOR, BUTZKE e PERSUHN, 2016).

Haja vista tais particularidades que envolvem o quadro clínico do paciente após o AVE, percebeu-se a necessidade de um estudo experimental, para destacar a importância da fisioterapia utilizando as duas técnicas abordadas, o *kinesio taping* e a cinesioterapia na reabilitação da marcha destes pacientes.

O presente estudo teve por objetivo analisar a cinesioterapia associado com o *kinesio taping* ou somente a cinesioterapia para garantir uma possível melhora na deambulação e equilíbrio, bem como promover maior independência na marcha.

Materiais e Métodos

Foi realizado um estudo de abordagem experimental e descritivo, cuja coleta de dados deu-se na Conferência São Vicente de Paula (Lar Vicentino) sob posse da carta de autorização para coleta de dados assinada pela coordenadora da unidade. O presente estudo foi realizado com quatro pacientes de 41 a 66 anos de idade de ambos os sexos, com diagnóstico clínico de AVE que aceitaram participar da pesquisa e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Foram excluídos pacientes que não apresentavam qualquer tipo de marcha, sem acometimento no membro inferior, e os que não aceitaram participar da pesquisa e não assinaram o TCLE.

O projeto foi cadastrado na plataforma Brasil (PLATBR) e enviado ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Goiás (UFG), no qual foi analisado e aprovado sob o parecer nº 2.296.848 e seguiu todas as normas estabelecidas pela Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde.

Todas as informações referentes à pesquisa foram esclarecidas e os procedimentos foram iniciados após a leitura e assinatura do TCLE, contendo duas vias, uma para os participantes e outra para a pesquisadora.

Foram escolhidos como instrumentos de avaliação o Índice de *Tinetti* e a Escala de Equilíbrio Funcional de *Berg*. O índice de *Tinetti* foi aplicado para avaliar o equilíbrio e a

marcha de cada pesquisado e a habilidade de se locomover em um ambiente. Consiste em uma escala de 16 tarefas que são avaliadas por meio da observação do examinador. Já a Escala de Equilíbrio Funcional de *Berg* avalia o equilíbrio, e compreende em uma escala de 14 tarefas relacionadas ao dia-a-dia que envolvem equilíbrio estático e dinâmico sendo estes direcionados para a habilidade de cada indivíduo.

No presente estudo foi escolhido como tratamento as técnicas de *kinesio taping* e a cinesioterapia com prévia divisão de dois grupos: grupo A e B. Cada grupo obteve dois integrantes, totalizando em quatro participantes.

No grupo A foi aplicado a técnica cinesioterapia com foco nos exercícios de fortalecimento muscular, equilíbrio e marcha. No grupo B foi aplicada a cinesioterapia com protocolo idêntico ao primeiro grupo, porém, associado à *kinesio taping*. A técnica do *Kinesio Taping* foi aplicada na origem do tibial anterior e fibulares e inserção dos mesmos. Com efeito de estabilização articular, na posição neutra tanto na articulação talocrural quanto na subtalar. Foi reaplicada a *kinesio taping* no caso de remoção por atividades diárias ou a cada cinco sessões.

Este estudo foi realizado em dez sessões com duração de 40 minutos cada, no período matutino de Setembro e Outubro de 2017. Os participantes foram avaliados previamente à iniciação da conduta, bem como ao confecção dos resultados.

Os dados coletados e todas as informações obtidas na pesquisa foram armazenados e permanecerão arquivados por um período de cinco anos em local reservado. Após esse período, todo o material será reciclado para garantir o sigilo dos resultados da pesquisa.

Os dados coletados foram analisados por profissional estatístico, por meio do programa estatístico *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS). Em todas as análises foi adotado o nível de significância estatística de 5% ($p \leq 0,05$). Os resultados foram expressos em forma de gráficos.

Resultados

O estudo teve como objetivo avaliar as técnicas de somente a cinesioterapia e o *kinesio taping* associado a cinesioterapia. Foi feito um trabalho com dez sessões consecutivas, e também realizado uma avaliação inicial e final para ter em notas o que foi adquirido com o tratamento fornecido.

O projeto inicial sugeria uma amostra com 10 participantes, porém, ao selecionar os pacientes por meio dos critérios de inclusão e exclusão, apenas quatro se enquadraram no estudo proposto.

No presente estudo foi avaliado o equilíbrio e a marcha de cada paciente, essa avaliação foi feita através dos grupos de cinesioterapia associado a *kinesio taping* ou somente a cinesioterapia foi feita através da Escala de *Berg* e Índice de *Tinetti*. E os resultados foram descritos nos gráficos abaixo.

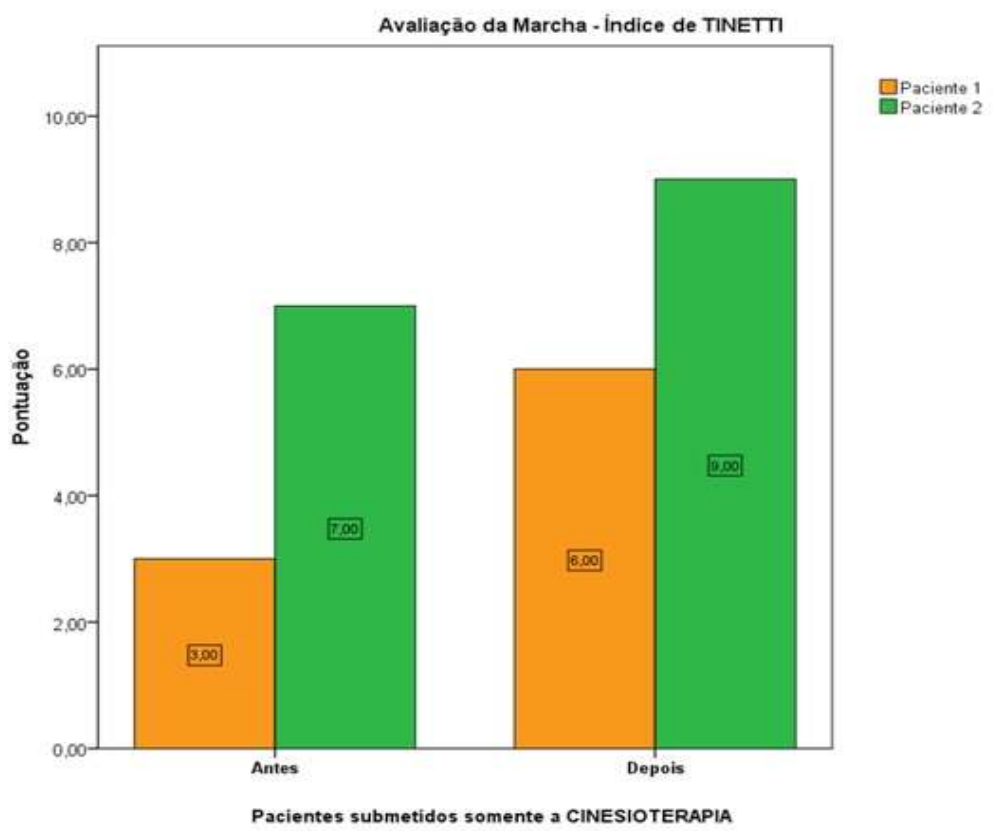


Gráfico 1. Avaliação da Marcha – Índice de *Tinetti*

O gráfico 1 demonstra a avaliação da marcha através do índice de *Tinetti*, com o protocolo da cinesioterapia. A avaliação inicial, bem como a final foram realizadas pela pesquisadora. De acordo com os dados obtidos pode se notar que teve um resultado positivo. O trabalho foi realizado com dois pacientes. O paciente 1 na avaliação inicial apresentava uma dificuldade maior em relação ao segundo paciente, no entanto, a pontuação inicial foi de 3 pontos e na avaliação final foi apresentado uma pontuação de 6, com a melhora de 100%. O segundo paciente, a avaliação inicial apresentou uma pontuação de 7 já na avaliação final foi apresentada uma pontuação de 9, com a melhora de 28,57%.

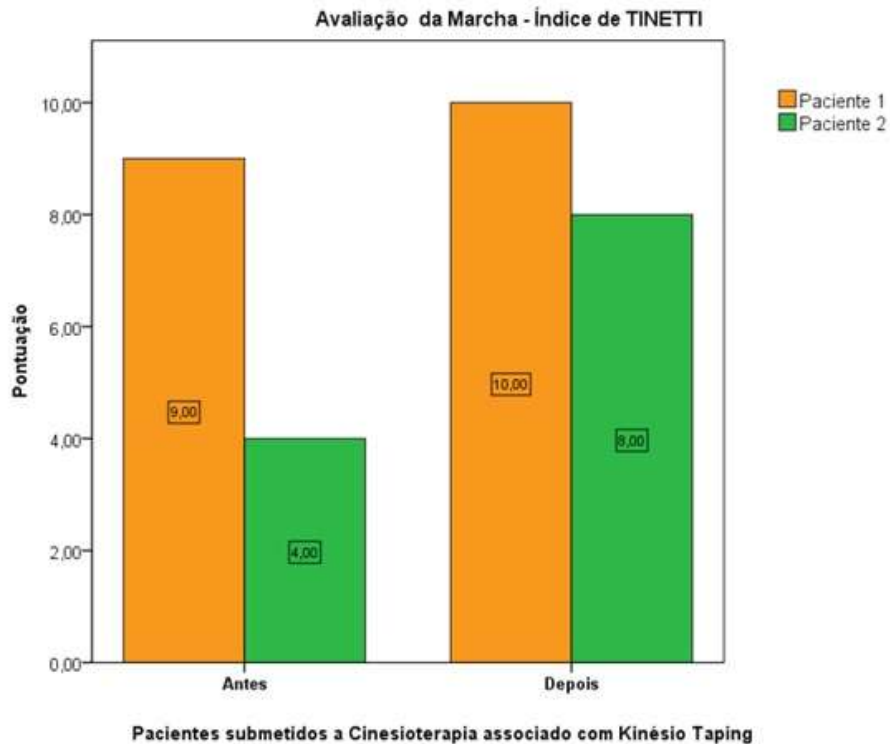


Gráfico 2. Avaliação da Marcha – Índice de Tinetti

O gráfico 2 representa a avaliação da marcha do índice de *Tinetti*, com a aplicação do protocolo da cinesioterapia associado com o *kinesio Taping*. Foi apresentado uma melhor pontuação como mostra o gráfico, teve um resultado satisfatório e de maior percentual se comparado ao de somente a cinesioterapia. O paciente 2 apresentou um maior grau de dificuldade em relação ao paciente 1. Na avaliação inicial do primeiro paciente foi 9 e a final 10, obteve 11,11%. Já o segundo participante a pontuação inicial foi 4 e a final foi 8, apresentando uma melhora de 100%. O segundo participante apresentava um maior grau de dificuldade motora, o que fez com que tivesse uma resposta significativa ao tratamento.

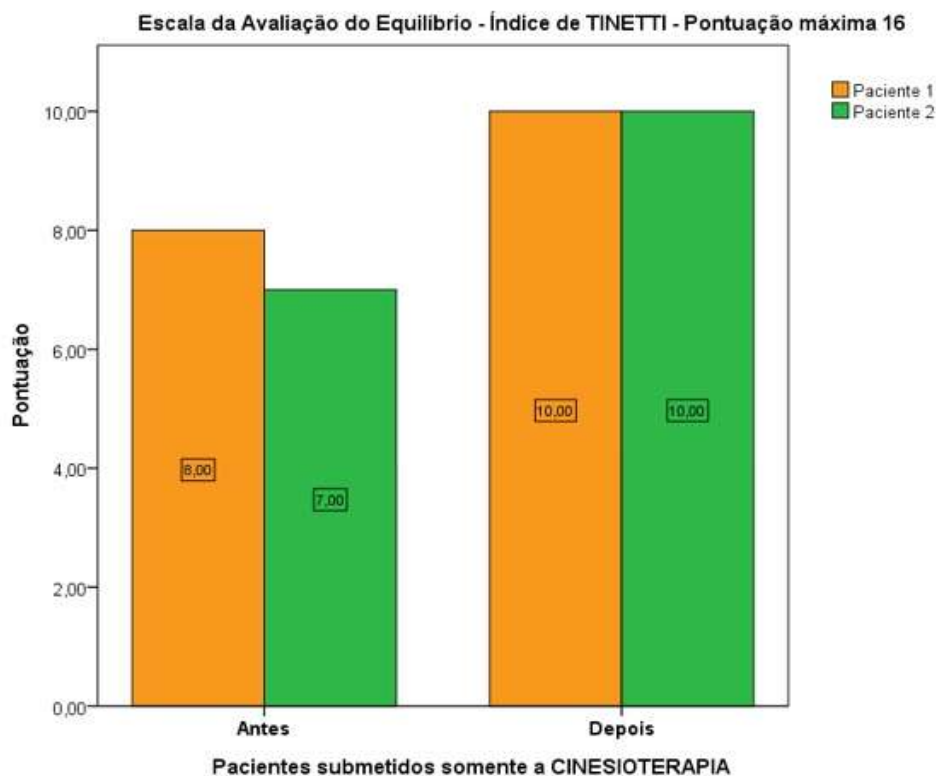


Gráfico 3. Avaliação do Equilíbrio – Índice de *Tinetti*

O gráfico 3 apresentado acima, evidencia a avaliação do equilíbrio por meio do índice de *Tinetti* de cada paciente, esses pacientes foram submetidos somente ao protocolo de cinesioterapia, de acordo com os dados, os resultados foram satisfatórios. Na avaliação inicial, o primeiro paciente apresentou uma pontuação de 8 e a avaliação final foi de 10 com a porcentagem de melhora de 25%. Já o segundo paciente, a avaliação inicial foi de 7 e no final foi de 10, demonstrando uma melhora de 42,86%.

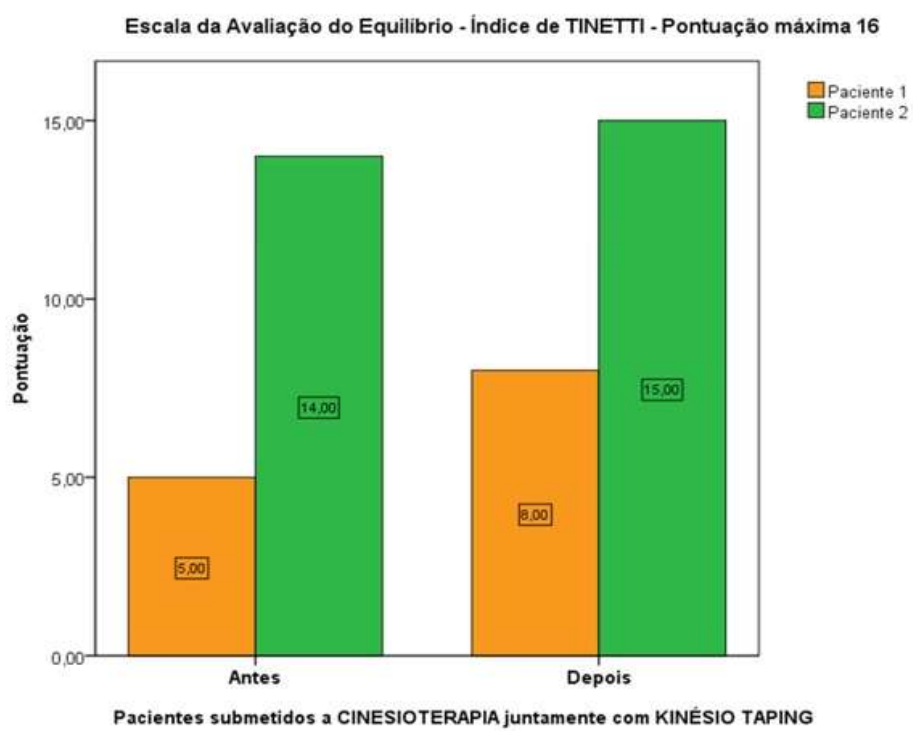


Gráfico 4. Avaliação do Equilíbrio – Índice de Tinetti

No gráfico 4, apresentado a cima, está demonstrada a avaliação do equilíbrio por meio do índice de *Tinetti*, com o protocolo de cinesioterapia associado ao *kinesio taping*. Como mostrado no gráfico obteve um resultado de suma importância. Na avaliação inicial do primeiro paciente foi de 5 já na final foi de 8 com a porcentagem de 60% de melhora do desempenho, no segundo paciente a avaliação inicial foi de 14 já na avaliação final foi 15 com o a porcentagem final de 7,14%.

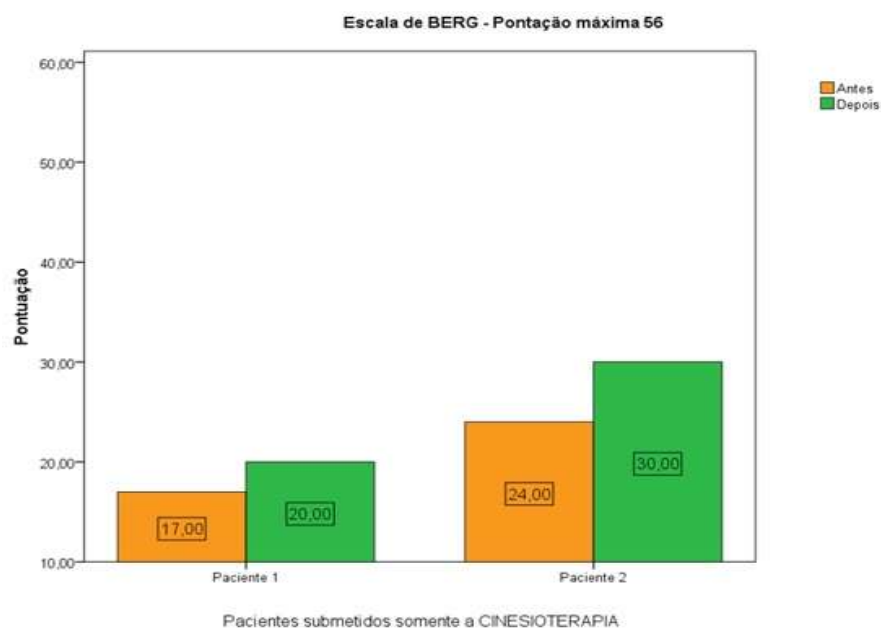


Gráfico 5. Avaliação do Equilíbrio – Escala de Berg

O gráfico 5 demonstra os resultados apresentados mediante aplicação da escala de equilíbrio de *Berg*, cuja pontuação máxima a ser alcançada é 56. A testagem demonstrada acima se refere aos pacientes que realizaram apenas o protocolo cinesioterapêutico. Na avaliação inicial do primeiro paciente apresentou 17 pontos na avaliação, já a final foi 20 com a porcentagem de 17,65% de melhora. Na avaliação do segundo paciente a inicial foi de 24 e a final foi de 30 correspondendo a 25%. Na escala de *Berg* foi observado uma melhor resposta ao equilíbrio que o índice de *Tinetti*, pois a avaliação foi diferente com conteúdo mais maleável a ser cumprido.

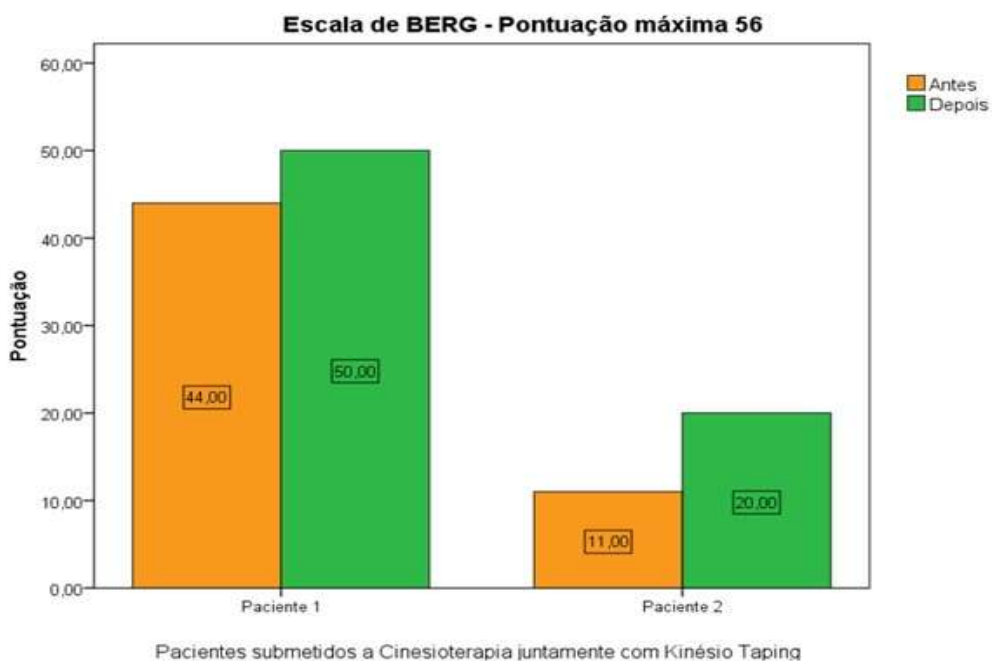


Gráfico 6. Avaliação do Equilíbrio – Escala de *Berg*

No gráfico 6, o estudo da escala de *Berg* foi realizado com o protocolo das técnicas de cinesioterapia associado ao *kinesio Taping*. O resultado foi satisfatório comparado com a aplicação da cinesioterapia. A avaliação inicial do primeiro paciente foi de 44 e a avaliação final foi 50 com a porcentagem de melhora de 13,64%. Já o segundo paciente, a avaliação inicial foi de 11 e a final foi de 20 com a porcentagem de 81,82%. O segundo paciente do *kinesio taping* associado com a cinesioterapia apresentava mais comprometimentos e um maior nível de dificuldade que o primeiro paciente. Foi notado que na escala de *Berg* os pacientes tiveram um maior percentual de pontuação que no índice de *Tinetti*, por conta do conteúdo ser mais maleável a ser cumprido.

Discussão

Com base nos resultados do presente estudo, foi possível observar que a técnica do *kinesio taping* associada à cinesioterapia apresentou maior eficácia, pois a fita fez o papel de estabilização da articulação do tornozelo facilitando a realização da técnica de cinesioterapia em pacientes com sequelas de AVE.

Das alterações funcionais consequentes de um AVE, a reabilitação do movimento de dorsiflexão do tornozelo impõe certa dificuldade. O déficit na amplitude de movimento do tornozelo do lado acometido faz com que o paciente apresente uma marcha insegura e ceifante (RODRIGUES et al., 2015).

Seguindo o mesmo pressuposto, Michaelsen et al., (2010) afirmam que a maioria dos pacientes acometidos por AVE apresenta problemas na deambulação, condicionamento aeróbico deficitário e comprometimentos musculares, que podem prejudicar o seu desempenho nas atividades funcionais.

Tais assertivas foram observadas no presente estudo mediante verificação de dificuldades na deambulação, pois os pacientes se mostravam inseguros por notar que o hemitórax afetado não apresentava estabilização. Com isso a marcha era comprometida, o mesmo se ausentava de algumas tarefas diárias, além de facilitar a instalação de incapacidades oriundas do déficit na amplitude de movimento e fraqueza muscular.

No presente estudo, os participantes foram divididos em dois grupos. O grupo A foi submetido à cinesioterapia, e foi observada uma melhora significativa no equilíbrio. Já no grupo B, foi aplicado o *Kinesio Taping* associado com a cinesioterapia, que apresentou uma considerável melhora no equilíbrio obtendo uma maior confiabilidade durante a marcha, pois os mesmos observaram que o membro afetado durante a marcha, não realizava o mesmo movimento exagerado de flexão plantar e eversão pois o *Kinesio Taping* realizava uma resistência contra o movimento, resultante em maior estabilização e capacidade de deambular com independência.

Segundo Zavarize e Martelli (2014), o *Kinesio Taping* é utilizado atualmente pelos fisioterapeutas como um auxílio ao programa de tratamento convencional. Um estímulo sensorial feito adequadamente poderá aumentar a força de contração muscular, além de outros benefícios. Entretanto, essa técnica não terá resultados satisfatórios se não for estimulada de acordo com os objetivos de tratamento.

Além dos estímulos corretos, é notória a necessidade de um amplo conhecimento de anatomia para proceder a aplicação do *kinesio Taping*, além de domínio da técnica para saber

a correta forma de aplicação, bem como quando aplicar, e não menos importante, obter uma fita de qualidade, que venha a suprir as necessidades do terapeuta.

Segundo Baraldi e Soriano (2010) a escala de *Berg* não é de caráter específico para a avaliação de hemiparesia, porém não obstante de ser um método de confiabilidade. Por falta de escalas específicas, é utilizada também para a avaliação do equilíbrio estático e antecipatório de pacientes com AVE.

A escala de *Berg* no presente estudo foi utilizada para analisar o equilíbrio de cada participante, por meio de uma avaliação inicial e outra final no tratamento, para verificar a presença de avanços no equilíbrio ou não. No estudo, a escala de *Berg* e o índice de *Tinetti* demonstram excelentes resultados, na melhoria do equilíbrio de cada participante.

Segundo Silvia et.al., (2014) o índice de *Tinetti* avalia os aspectos da marcha. É uma escala de fácil manuseio, não há requerimento de equipamentos aprimorados, fundamentado para identificar mudanças durante a marcha.

Batista et.al., (2014), em seu estudo com o uso do *kinesio taping*, não defendem a eficácia da técnica, uma vez que não obtiveram o sucesso esperado com o protocolo utilizado. Tal fato contradiz à pesquisa realizada, pois trata-se de uma metodologia divergente, haja vista que o estudo supracitado, apresentava o objetivo de controle algico somente, e não evidenciava a aquisição motora dos pacientes.

No presente estudo foi percebida melhor pontuação após os protocolos de tratamento, evidenciando os benefícios do uso da fita, desta forma, apesar de metodologias distintas em outros estudos levantados, percebesse que a literatura demonstra contradições, fato que desmerece a técnica e pode gerar negação à sua utilização.

Durante a pesquisa, foi observado uma escassez de artigos atualizados, fato que notoriamente, justifica a relevância do estudo realizado para elucidação completa sobre os benefícios do *Kinesio Taping*.

Conclusão

Com base nos achados da pesquisa, verifica-se melhores resultados da aplicação do *Kinesio Taping* associado à cinesioterapia, haja vista que a articulação foi imobilizada reduzindo os movimentos de flexão plantar e inversão, o que gera estabilização articular, resultando em maior segurança para a deambulação independente.

Conclui-se então que o *Kinesio Taping* em conjunto com a cinesioterapia constituem formas de tratamento fisioterapêutico relevantes na disfunção do movimento de membro inferior em paciente com sequela de AVE.

Referências

BALDIN, Alexandre Duarte. Atividade física e acidente vascular cerebral. **Com ciência**, São Paulo, 2017.

BATISTA, Cristiano Vargas; RUARO, João Afonso; RUARO, Marinêz Boeing; DUBIELA, Angela; KERPPERS, Ivo Iivan; SUCKOW, Patricia, Pacheco Tyski; KNAUT, Sibebe de Andrade Melo; FRÉZ, Andersom Ricardo. Uso da Kinesio taping na dor lombar: revisão sistemática. **Revista ConScientiae**, Paraná, p.147-162, 2014.

BEINOTTI, Fernanda; FONSECA, Carla Prazeres; SILVA, Maria Carmo; GASPAR, Maria Izabel Fernandes Arruda Serra; CACHO, Enio Walker Azevado; OBERG, Telma Dagmar. Treino de marcha com suporte parcial de peso em esteira ergométrica e estimulação elétrica funcional em hemiparéticos. **Acta fisiatra**, São Paulo, p.159-163, 2007.

CARDOSO, Caroline de Oliveira et al . Tomada de decisão no IGT: estudo de caso pós-AVC de hemisfério direito versus esquerdo. **Psico-USF**, Itatiba , v. 17, n. 1, p. 11-20, Apr. 2012.

CANCELA, Diana Manoela Gomes. Acidente vascular cerebral- Classificações, principais consequência e reabilitação. **O portal dos psicólogos**, PORTUGAL, 2008.

DAITX, Rodrigo Boff. kinesiotaping como terapia complementar no tratamento fisioterapêutico de pacientes com exacerbação de doença pulmonar obstrutiva crônica. **Revista ciência da saúde**, Tubarão, 2015.

DAVIES, P.M. Hemiplegia - Tratamento para pacientes após AVC e outras lesões cerebrais. 2ª ed. São Paulo: Manole 2008.

FREITAS, E.V. et al. **Livro tratado de geriatria e gerontologia**, RIO DE JANEIRO pg.615, 2002.

GAMBA, Roberta Trevizan; CRUZ Daniel Marinho Cezar. Efeitos da Terapia por Contensão Induzida em longo prazo em pacientes pós-AVC. **Revista Neurociências**, São Paulo, 2011.

GUIMARÃES, Layana Sousa; CRUZ, Monica Cardoso. Exercícios terapêuticos: a cinesioterapia como importante recurso da fisioterapia. **Lato & Sensu**, Belém, v. 4, n. 1, 2003.

HABIB. Michel. **Bases neurológica do comportamento**. vol 01. Lisboa: Climepsi. 2000.

JUNIOR, Altair Argentino Pereira; BUTZKE, Jaqueline; PERSUHN, Jéssica Janaína. Aplicação do kinesiotaping associado à cinesioterapia na correção da marcha pós acidente vascular encefálico. **Revista Pesquisa em Fisioterapia**. Blumenau, 2016.

KISNER, Carolyn; COLBY, Lynn Allen. **Exercícios terapêuticos fundamentos e técnicas**.6.ed.São Paulo: Manole, 2016, P.02-03.

LAVOR, Ícaro Guedes; AGRA, Glenda; NEPOMUCENO, Cléber Moreira. Perfil dos casos de acidente vascular cerebral registrados em uma instituição pública de saúde em campina grande – pb, **Revista Tema**, Campina Grande, v. 12, n17, 2011.

MICHAELSEN, Setella Maris; OVANDO, Angélica Cristiane; DIAS, Jonathan Ache; HEBER, Vanessa. Treinamento de marcha, cardiorrespiratório e muscular após acidente vascular encefálico: Estratégias, dosagens e desfechos. **Fisioter Mov.**, Curitiba, v.23, n°2, p.253-256, 2010.

O’SULLIVAN, S.B.; SCMHMITZ, T.J. **Fisioterapia: avaliação e tratamento**. 4a ed. São Paulo: Manole, 2010.

PAULINO, Giovana Leonardelli . **Efeito do kinesioteipagem no movimento de dorsiflexão do tornozelo em pacientes com acidente vascular encefálico da clínica de fisioterapia da unesc –análise eletromiográfica.Monografia(Trabalho de conclusão de curso em fisioterapia)**. Criciúma, 2010.

PEREIRA, Alianny Raphaely Rodrigues et al . Associação entre função sexual, independência funcional e qualidade de vida em pacientes após acidente vascular encefálico. **Fisioter. Pesqui.**, São Paulo, 2017.

RIBEIRO, Mariana Oliveira; RAHALR, Renata Oliveira; KOKANJ, Andréa Siqueira; BITTAR, Daniela Pimenta. O uso da bandagem elástica Kinesio no controle da sialorréia em crianças com paralisia cerebral. **Acta Fisiátrica**, v. 16, n. 4, p. 168-72, 2009.

RODRIGUES, Vitoria Regina de Moraes Cardoso; QUEMELO, Paulo Roberto Veiga; NASCIMENTO, Lilian Critina Gomes; PEREIRA, Mônica Cecília Santana; LOPES, Marina Candida; FERREIRA, Célio Marcos dos Reis. Reabilitação da funcionalidade e da marcha em hemiparéticos. **Revista Neurocienc**, Patos de Minas, p.227-232,2015.

ROLIM, Cristina Lúcia Rocha Cubas;MARTINSMonica.Qualidade do cuidado ao acidente vascular cerebral isquêmico no SUS. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 2011.

SILVA, Andressa et.al. Equilíbrio, Coordenação e Agilidade de Idosos Submetidos à Prática de Exercícios Físicos Resistidos. **Revista Brasileira Medicina do Esporte**, São Paulo. Vol. 14, 2008.

SILVIA, Juliana Rosini; CAMARGO, Regina Celi Trindade; NUNES, Maurillo Maroco; FARIA, Claudia Regina Sgobbi. Análise da Alteração do Equilíbrio, da Marcha e o Risco de Queda Em Idosos Participantes de um Programa de Fisioterapia. **Revista Colloq Vitae**. São Paulo, n°06,2014.

SORIANO, Felipe Ferreira S.;BARALDI, Karen.Escalas de Avaliação Funcional Aplicáveis a Pacientes pós Acidente Vascular Encéfálico. **Revista ComScientiae Saúde**, São Paulo,p.521-530,2010.

ZARACZEWSKA, E, Long C. Kinesio taping in stroke: improving functional use of the upper extremity in hemiplegia. São Paulo, 2006.

ZAVARIZE, Sergio Fernando; MARTELLI, Anderson. Mecanismos Neurofisiológicos da Aplicação de Bandagem Funcional no Estímulo Somatossensorial. **Saúde e Desenvolvimento Humano**, São Paulo, 2014.

**HIGH- SPEED COUNTER-CURRENT AND DRY COLUMN VACUUM
CHROMATOGRAPHY USED FOR THE SEPARATION OF ARTEPILLIN C AND
BACCHARIN FROM *Baccharis dracunculifolia***

Debora Munhoz Rodrigues¹
Caroline Arruda¹
Jennyfer Andrea Aldana Mejía¹
Jairo Kenupp Bastos¹

¹University of São Paulo, School of Pharmaceutical Sciences of Ribeirão Preto – São Paulo,
Brazil

144

Baccharis dracunculifolia, popularly known as “alecrim do campo”, is a Brazilian native plant which stands out as the main botanical source for the production of green propolis. This plant contains a complex chemical composition rich in prenylated *p*-coumaric acid derivatives, such as artemillin C and baccharin, which displays important biological activities, and has drawn international interest. Therefore, the aim of this study was to isolate these main compounds from *B. dracunculifolia* using two different methods of chromatography separation, the classic dry column vacuum chromatography (DCVC), and the high-speed counter-current chromatography (HSCCC). Powdered dried leaves samples of *B. dracunculifolia* were extracted using aqueous-ethanol 7:3 and lyophilized, furnishing the crude extract. The extract was submitted to two different chromatographic modalities, DCVC and HSCCC. Both compounds were analyzed and quantified by high performance liquid chromatography (HPLC-DAD). HSCCC and DCVC furnished 0.35% and 0.30% of artemillin C, and 0.21% and 0.11% of baccharin, respectively, by HPLC analyses. DCVC provided one fraction with 85% of artemillin C, and the HSCCC gave one fraction with all artemillin C of the extract, but with 21.4% of purity, and another fraction with 90% of all baccharin with 29% of purity. Analyzing the use of DCVC and HSCCC, it was observed a great similarity, being both chromatographic techniques efficient to separate artemillin C and baccharin, with both furnishing rich fractions of these compounds. However, there are significant differences between techniques regarding the amount of sample and solvent used, with the HSCCC needing less crude extract and solvent than DCVC. Although in HSCCC it can be loaded a lower sample amount, this techniques is less expense and very reproducible, allowing the recovery of the solvents and the obtainment of fractions with compounds in higher quantity in comparison to DCVC.

Keywords: *Baccharis dracunculifolia*, artemillin c and baccharin.

CONSTRUINDO SABERES E FORMANDO A CIDADANIA POR MEIO DA ROBÓTICA

Hutson Roger Silva

Pós-Graduando Ensino em Ciências e Matemática - Universidade Federal de Uberlândia (UFU) Av.
JoãoNaves, 1212, Santa Mônica – Minas Gerais – Brasil.
silva.hroger@gmail.com

O projeto relatado neste trabalho teve como ponto principal montar uma maquete que se assemelhasse a alguns pontos do bairro Morumbi em torna da escola Municipal Hilda Leão Carneiro, no município de Uberlândia – MG, para trabalhar robótica da linha LEGO EV3. O Objetivo deste projeto foi abordar assuntos interdisciplinares, além de verificar a eficácia da robótica educacional como uma ferramenta que auxilie no ensino e aprendizagem cooperando com a formação cidadã. O projeto contou com três momentos, sendo eles, montagem da maquete, montagem do robô e programação. Durante todo o percurso das oficinas era prezado o debate e diálogo dos alunos, auxiliando assim no pensamento autocrítico.

Palavras-chave: Robótica. Formação Cidadã. PIBID.

O ROBÔ QUE SOLUCIONA O CUBO MÁGICO

Hutson Roger Silva

Pós-Graduando Ensino em Ciências e Matemática - Universidade Federal de Uberlândia (UFU) Av.
João Naves, 1212, Santa Mônica – Minas Gerais – Brasil.

O ensino e aprendizagem da disciplina de álgebra tem sido visto com muita dificuldade por diversos alunos, pois muitos de seus conteúdos são de difícil compreensão. A maioria das vezes é por falta de exemplos concretos que mostrem suas aplicações. Um exemplo prático de um conteúdo algébrico, que pode ser mais bem entendido com uma ferramenta auxiliar, é a Teoria de grupos. Uma forma de enxergar uma das suas aplicações, é na resolução do cubo mágico. Sendo assim, buscando uma nova forma de resolução, o presente trabalho pretende elaborar a montagem de um protótipo com material da LEGO EV3 que nos auxilie na solução do cubo mágico. O objetivo desta montagem vai além de solucionar o cubo, pois se pretende analisar sua programação e associá-la a Teoria de Grupos. Esta pesquisa pode propiciar uma ferramenta que auxilie no ensino e aprendizagem de vários conceitos da Teoria de Grupos, tornando-os mais práticas e dinâmicas diante dos alunos.

Palavras-chave: Robótica; Educação; Álgebra.

ANÁLISE EDUCACIONAL DO USO DA INTERNET NAS SALAS DE AULA

Hutson Roger Silva
Pós-Graduando Ensino em Ciências e Matemática - Universidade Federal de Uberlândia (UFU) Av.
JoãoNaves, 1212, Santa Mônica – Minas Gerais – Brasil
silva.hroger@gmail.com

O presente artigo transcreve uma pesquisa realizada entre professores do ensino básico de escolas públicas e particulares, tendo o objetivo de analisar como utilizam os recursos da Internet na área educacional, além de propor seu uso em sala de aula como um mecanismo que auxilie no processo de ensino e aprendizagem e mediador de conteúdo. Além do mais, este estudo visa conhecer o os pontos desfavoráveis e as dificuldades relatadas por professores sobre o uso da Internet, e propor uma medida socioeducativa para sua utilização em sala de aula, de forma que coopere com a formação cidadã dos alunos.

Palavras-Chave: Internet; Sala de aula; formação cidadã.

GEOMETRÍA RETICULAR EN TESELACIONES TRIANGULAR Y HEXAGONAL

Nicolás Fitzgerald Muñoz Herrera
Universidad Federal de Uberlandia

La matemática elemental se refiere a aquellos temas que pueden ser estudiados por cualquier persona sin necesidad de prerrequisitos muy avanzados. En este artículo presentamos un clásico tema de matemática elemental llamado: "Geometría reticular". La geometría reticular en términos generales es el estudio del plano reticular, es decir, puntos del plano con coordenadas enteras. Inicialmente estudiamos el plano reticular, la distribución de los puntos reticulares y la forma de clasificarlos. Esto nos permite formular algunos ejemplos en la vida real y traer el estudio en abstracto a problemas en la cotidianidad. Posteriormente, se enuncian algunas propiedades importantes del plano reticular y se estudian polígonos reticulares, es decir, polígonos con vértices en puntos reticulares. Con estos objetos podemos desarrollar propiedades importantes del perímetro y el área, para concluir con el Teorema de Pick. Por otro lado, a partir del estudio de las teselaciones se introducen dos nuevas maneras de ubicar puntos en el plano, permitiéndonos definir la geometría reticular en las teselaciones triangular y hexagonal. Estas nuevas teselaciones nos permiten desarrollar el estudio de la geometría reticular en estructuras no usuales. Por último, extendemos resultados clásicos de la geometría reticular a estas nuevas teselaciones, modificando nociones usuales y conservando

propiedades importantes. Concluimos este artículo con sugerencias de temas de investigación similares y posibles trabajos a futuro.

Palabras-clave: Geometría reticular, Teorema de Pick, Teselación triangular, Teselación hexagonal.

AMINO E IMINO-ÁLCOOIS QUIRAIS BASEADOS NO (*R*)-LIMONENO

Rodrigo dos Santos Fuscaldo
Eduam de Oliveira Boeira
Rafael Stieler
Diogo Seibert Lüdtke
José Ribeiro Gregório

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Av. Bento Gonçalves 9500, 91501-970, Porto Alegre, Brazil.

No presente trabalho, objetivou-se sintetizar novas moléculas quirais baseadas no (*R*)-limoneno, uma molécula assimétrica natural abundante e barata, que é encontrada em diversos organismos, principalmente na laranja, cujo maior produtor é o Brasil. Através da epoxidação desse terpeno com metiltrioxorênio/H₂O₂, sintetizou-se uma mistura de epóxidos *cis* e *trans*. Essa mistura foi reagida com NaN₃, formando dois 1,2-azido-álcoois que puderam ser separados por cromatografia em coluna. Esses compostos foram reduzidos com LiAlH₄ para formação de 1,2-amino-álcoois, sem necessidade de purificação. Em seguida, os dois amino-álcoois foram reagidos com três diferentes aldeídos aromáticos OH-substituídos, formando seis novos imino-álcoois. Foi possível reduzir seletivamente quatro desses compostos com LiAlH₄, também sem necessidade de purificação, gerando quatro novos amino-álcoois. A alta seletividade e rendimento de todas as reações utilizadas gerou os compostos quirais com rendimentos globais muito bons (34-64%). Todos os compostos inéditos foram caracterizados por RMN de ¹H e ¹³C, ponto de fusão para as amostras sólidas, infravermelho e

espectrometria de massas de alta resolução. Foi possível gerar monocristais de dois dos compostos, sendo factível a análise de difração de raio-X, fornecendo comprovação estrutural adicional.

DESENVOLVIMENTOS NA RELATIVIDADE ESPECIAL SIMÉTRICA

Rodrigo Francisco dos Santos

O presente trabalho mostra as recentes descobertas na teoria de relatividade deformada, que é chamada de Relatividade Especial Simétrica. Os desenvolvimentos atuais desta teoria, a partir da violação da “Simetria de Lorentz” já permitiram tanto o cálculo do valor da constante cosmológica, quanto uma interpretação geométrica para o princípio da incerteza. Neste trabalho é feita a demonstração algébrica que o espaço-tempo gerado pela Relatividade Especial Simétrica tem curvatura negativa, solucionando a equação de Einstein com constante cosmológica positiva e sem fontes. As descobertas deste trabalho concluem que Relatividade Especial Simétrica possui uma métrica conforme e que o espaço por ela gerado é um espaço muito semelhante ao espaço de De-Sitter, sendo que a curvatura não é constante.

Palavras-chave: Constante Cosmológica; Relatividade Especial Simétrica; Energia Escura; Violação da Simetria de Lorentz.

LEVANTAMENTO TECNOLÓGICO DE PATENTES: UM ESTUDO DE CASO

TINOCO, D.¹; RODY, R.²; FONSECA, R.²; KÉSSIAS, R.¹; BOITEUX, S.²

¹Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

²Academia Propriedade Intelectual/ INPI

O levantamento tecnológico de patentes é uma metodologia que tem ganhado relevância no contexto científico, uma vez que se trata do monitoramento dos principais avanços observados em uma dada área do conhecimento e que são utilizados para se avaliar o nível de maturidade de uma determinada tecnologia. Além disso, a partir do levantamento de patentes é possível conhecer o quão inovadora é uma pesquisa científica. Diante disso, este trabalho teve como objetivo estudar a metodologia de monitoramento tecnológico, por meio de um estudo de caso, cuja temática era “defensivos agrícolas biológicos”. Foram utilizadas três bases de dados para a busca de patentes, todas de versão livre: Patentscope, Derwent Innovation Index e Espacenet. A estratégia de busca consistiu no uso de palavras-chaves e conectores booleanos, bem como na classificação internacional de patentes (CIP). No primeiro caso, foi utilizada a seguinte busca: “*microbial pesticide*” OR “*biological pesticide*”. No segundo caso, a classificação do tipo A01N 25/00 a 65/00 foi considerada. O uso de diferentes bases de dados foi realizado a fim de se comparar os resultados reportados por cada uma, de maneira a verificar o seu grau de abrangência e evidenciar a necessidade de se utilizar múltiplas bases para uma abordagem mais confiável e ampla do estudo tecnológico em questão. A quantidade de patentes encontradas foi: 781 – Patentscope; 950 – Darwent; e 925 – Espacenet. Uma análise quantitativa foi então realizada, a partir da qual foi possível conhecer a evolução temporal, os principais depositantes, as principais classificações e os países de depósitos dessas patentes, o que configurou o estudo de levantamento tecnológico. Portanto, este trabalho permitiu estudar a técnica de prospecção de patentes, evidenciando as principais estratégias de busca e análises de dados, usadas na construção de um estudo tecnológico, aplicável a diferentes áreas do conhecimento científico.

Palavras-Chave: Monitoramento tecnológico, Patentes, Inovação.

MATHEMATICAL MODEL AND CFD SIMULATION OF A DOUBLE TUBE HEAT EXCHANGER

Daniel Alberto Florez Morales

Uberlandia Federal University

RESUMEN

En este trabajo se desarrolló el modelo matemático y simulación CFD que representan el proceso de transferencia de calor de un intercambiador de calor de doble tubo en paralelo y contracorriente, flujo monofásico en régimen turbulento completamente desarrollado, número de Reynolds entre 4000 y 15000, con una temperatura de entrada variable, flujo másico variable y condición de temperatura superficial constante. El modelo acepta correlaciones empíricas propuestas para el cálculo de parámetros adimensionales. Se empleó el método ε -NTU, también se utilizó para el estudio el software de EES para la resolución del modelo. La simulación CFD fue llevada a cabo empleando el software comercialmente disponible de ANSYS FLUENT 17. Con el objetivo de validar los resultados obtenidos por el desarrollo del modelo y la simulación CFD, se realizaron pruebas experimentales. Se consiguió determinar el coeficiente de transferencia de calor, efectividad y caída de presión para cada condición establecida.

Palabras claves – EES, intercambiador de calor de doble tubo, transferencia de calor.

ABSTRACT

In this work we developed the mathematical model and CFD simulation that represent the heat transfer process of a double tube heat exchanger in parallel and countercurrent, single phase flow in fully developed turbulent regime, Reynolds number between 4000 and 15000, with a variable inlet temperature, variable mass flow and constant surface temperature condition. The model accepts proposed empirical correlations for the calculation of dimensionless parameters. The ε -NTU method was used, the EES software for model resolution was also used for the study. The CFD simulation was carried out using the commercially available software of ANSYS FLUENT 17.0. In order to validate the results obtained by the development of the model and the CFD simulation, experimental tests were carried out. It was possible to determine the coefficient of heat transfer, effectiveness and pressure drop for each established condition.

Keywords – EES, double tube heat exchanger, heat transfer.

INTRODUCTION

The double tube heat exchangers are mainly used in the industry, fulfilling the function of transferring energy to a fluid. In applications, the objective could be to recover or reject heat, pasteurize, distill or control a fluid in a process. The increase in the amount of heat generated by industrial processes requires more efficient energy systems, of reduced dimensions and with a lower operational cost. Establishing the mathematical model and the numerical simulation that can predict the thermal behavior helps to understand the functioning of these

devices getting to evaluate the heat transfer and pressure drops of the process and leading to future investigations in the improvement of the efficiency and the field of diagnosis and failure prevention of these devices.

1. MATHEMATICAL MODEL

In the mathematical model, the mathematical formulas involved in the double tube heat exchanger devices are described step by step, thus elaborating a mathematical model that allows analyzing and quantifying the energy interactions that occur inside it. For the resolution of it, it was subdivided into control volumes along the x direction and the output temperatures, heat transfer coefficient, effectiveness and pressure drops for the input data were calculated Input temperatures and mass flows.

1.1 Physical model

The concentric tubes have a length of 5.64 m, are made of copper with a thermal conductivity ($k = 200\text{W} / \text{m}\cdot\text{K}$). The inner tube has an outer and inner diameter of 0.0425m and 0.0373m respectively. The shell has an inside diameter of 0.073m. The outer side of the shell is isolated. The required properties of the working fluids are defined using functions obtained from the tables available in the literature (Cengel, 2011).

1.2 Considerations of the model

To raise the mathematical model, the following considerations were taken into account:

- The double tube heat exchanger operates in a stationary state.
- The outer surface of the exchanger is perfectly insulated.
- Temperatures and entry speeds are measurable.
- Changes in kinetic and potential energy are negligible.

1.3 Governing equations

The concentric tubes have a length of 5.64 m, are made of copper with a thermal conductivity ($k = 200\text{W} / \text{m}\cdot\text{K}$). The inner tube has an outer and inner diameter of 0.0425m and 0.0373m respectively. The shell has an inside diameter of 0.073m. The outer side of the

shell is isolated. The required properties of the working fluids are defined using functions obtained from the tables available in the literature (Cengel, 2011).

The conservation equations for permanent regime are applied. The subscripts "h" and "c" refer to the value of the hot fluid and cold fluid. The subscripts "in" and "out" refer to the value in the input and output respectively.

Mass conservation equation

The mass balance for each of the control volumes is expressed as:

$$\sum \dot{m}_{in} = \sum \dot{m}_{out} \quad (1)$$

Where \dot{m} is mass flow.

Energy conservation equation

The energy balance for a control volume in the form of heat flux in a permanent regime applying the first thermodynamic law is expressed as:

$$\sum \dot{E}_{in} = \sum \dot{E}_{out} \quad (2)$$

Thus,

$$Q = \dot{m}_h C_{p,h} (T_{h,inlet} - T_{h,outlet}) \quad (3)$$

$$Q = \dot{m}_c C_{p,c} (T_{c,outlet} - T_{c,inlet}) \quad (4)$$

Where C_p is the specific heat and T is the temperature.

Newton's Cooling Law

Heat transfer can also be expressed according to Newton's cooling law as:

$$Q = UA_S \Delta T_m \quad (5)$$

Where U is the global heat transfer coefficient, A_S is the heat transfer area and ΔT_m is the average temperature difference.

Effectiveness-NTU method

For this study the exit temperatures are unknown since our interest lies in the calculation of them for the validation of the mathematical model and the numerical simulation. Therefore, the NTU- ϵ method is used (Kays and London, 1955).

This method based on a dimensionless parameter called effectiveness of heat transfer ϵ defined as:

$$\varepsilon = \frac{\dot{Q}_{real}}{\dot{Q}_{max}} \quad (6)$$

Where” \dot{Q}_{real} ” is the current heat flow obtained by making the energy balance and \dot{Q}_{max} is the maximum possible heat flow. The effectiveness “ ε ” for a double concentric tube heat exchanger for each flow arrangement is expressed:

Parallel

$$\varepsilon = \frac{1 - \exp(-NTU(1+c))}{1+c} \quad (7)$$

Counterflow

$$\varepsilon = \frac{1 - \exp(-NTU(1-c))}{1 - c \exp(-NTU(1-c))} \quad (8)$$

Where NTU is the number of transfer units and "c" is the ratio of capacities and are expressed as:

$$NTU = \frac{UA_S}{C_{min}} \quad (9)$$

$$c = \frac{C_{min}}{C_{max}} \quad (10)$$

$$Q = \varepsilon \dot{Q}_{max} \quad (11)$$

In this way we can calculate the temperatures at the exit for each of the fluids such as

$$T_{h,out} = T_{h,in} + \left(\frac{\dot{Q}}{C_h}\right) \quad (12)$$

$$T_{c,out} = T_{c,in} + \left(\frac{\dot{Q}}{C_c}\right) \quad (13)$$

Where C_h y C_c is the heat capacity of each flow.

Calculation of pressure drop

For a fully developed flow the pressure drop in the inner and ring flow can be calculated as follows:

$$\Delta P_L = f \frac{L}{D} \frac{\rho V_{avg}^2}{2} \quad (14)$$

Where f is the friction factor of Darcy, L is the length of the tube, D is the hydraulic diameter, ρ is the density of the fluid at the inlet temperature and V_{avg} is the average velocity.

2. SIMULATION

To solve the governing equations continuity, momentum and energy in three dimensions, the ANSYS FLUENT 17 software was used, considering border conditions equivalent to

those generated in the mathematical model and in the experimental procedure. The following summarizes the assumptions, simplifications and boundary conditions used.

2.1 Assumptions for simulation

- Stable state: It is assumed that any point of the flow will not change its state over time.
- Incompressible flow: Because the fluid is a liquid at temperatures lower than the saturation, the change in its specific volume is not considered with the variation of the pressure.
- Single phase flow: Phase change is not considered and heat transfer is studied in the case of a pure substance.
- Turbulent flow: The standard model to be used corresponds to the classic model of two equations $k-\epsilon$
- Gravitational field: The effects of gravity on the flow patterns are considered.

2.2 Geometry

The geometry is the starting point of the process, in this step you define the spatial domain you want to study, in this case you take the dimensions of the heat exchanger at a scale of 1:1 and proceed to make the model in the Design module ANSYS Modeler as shown in the following figure.

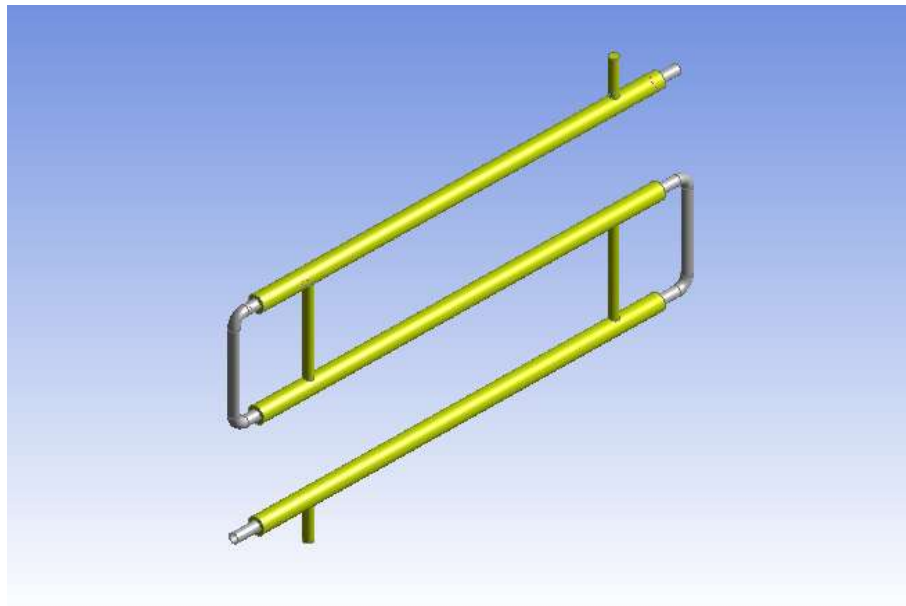


Figure 1. 3D model of the heat exchanger

2.3 Characteristics of the mesh used

The mesh process is fundamental to develop the simulation, in this part the domain was subdivided to be solved by the processor, tetrahedral elements were chosen for the discretization of the domain.

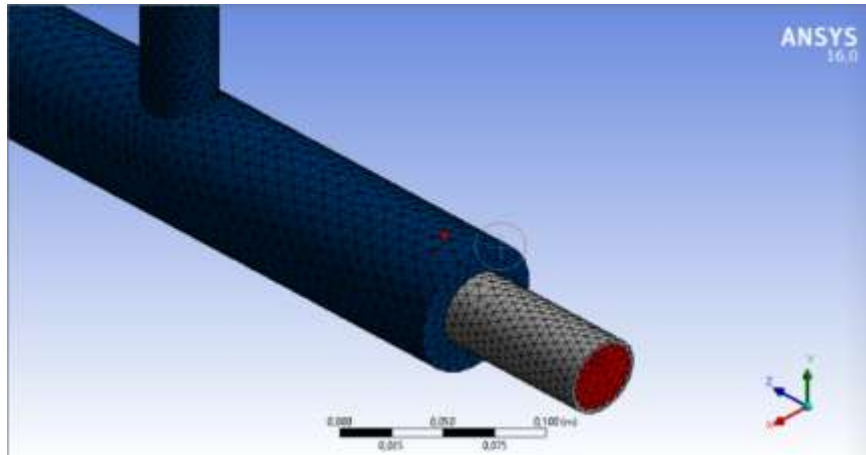
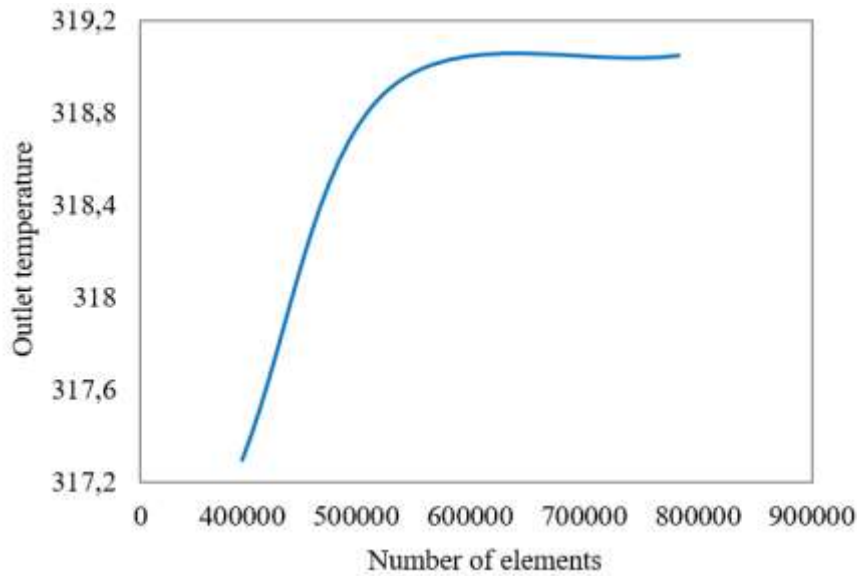


Figure 2. Tetrahedral mesh

Both the shape of the elements and the number of elements is of great importance for the solution, because the greater number of elements in theory would have better results, however, the computational cost rises, this is undesired by the resources with the what is counted This is why a mesh independence analysis is carried out in which different numbers of elements are available for the same boundary conditions. The results are shown in the following table and figure:

Table 1. Number of elements

Number of elements	T_cal (K)
400000	317,3
525697	318,89
783851	319,05



As it can be observed in the results for the hot water output, it shows variations between the meshes of 525697 and 783851 lower than 0.16°C , however, in calculation time it was 2 hours and 50 minutes, therefore, choose the mesh of 525697 elements to perform the simulations.

3. RESULTS

After having established the mathematical model and the numerical simulation in the present study, the detailed results are presented: temperature distribution, heat transfer coefficient, global performance and pressure drops for the double tube heat exchanger.

3.1 Temperature distribution

3.1.1 Temperature distribution in mathematical model of EES

The volume of control of each fluid was subdivided into 30 control volumes with a $\Delta x = 0.188\text{m}$, the temperatures in each of the points of interest were calculated by solving the equations previously presented along the x direction in the software of EES, achieving results that coincide with what is observed in the literature (Cengel, 2015).

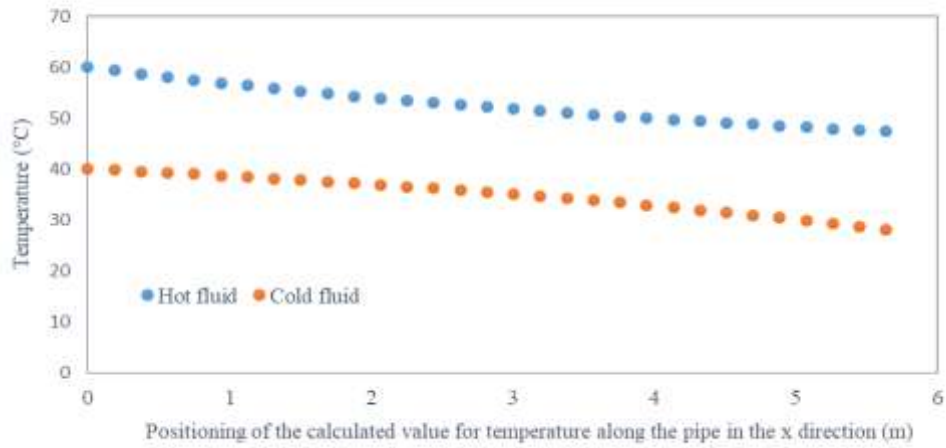


Figure 4. Counterflow temperature distribution

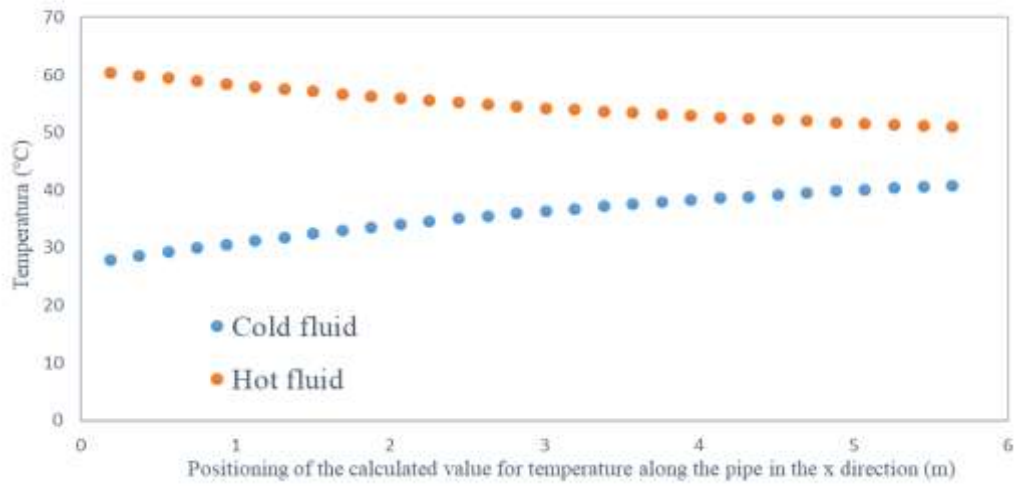


Figure 5. Parallel flow temperature distribution

3.1.2 Temperature distribution in the ANSYS FLUENT

The results in ANSYS FLUENT are presented for all the simulations as shown in Fig.6.

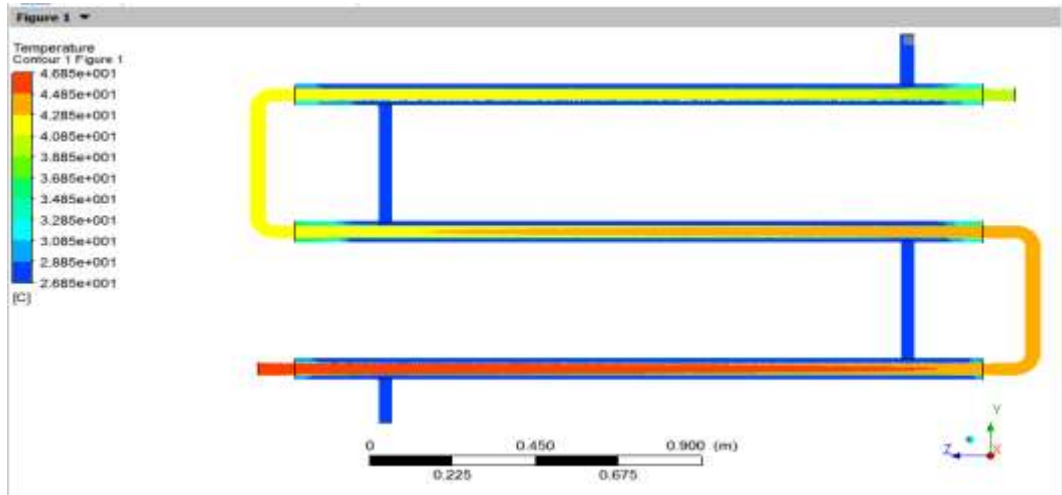


Figure 6. Temperature distribution in the ANSYS FLUENT

3.2 Coefficients of heat transfer by convection

The variation of the coefficient of heat transfer by convection of the tube inside is presented for different mass flows \dot{m}_h and temperatures of the hot fluid $T_{h,inlet}$. The input parameters for the cold fluid are set a $\dot{m}_c = 0,1065 \text{ kg/s}$, $T_{c,inlet} = 28 \text{ }^\circ\text{C}$

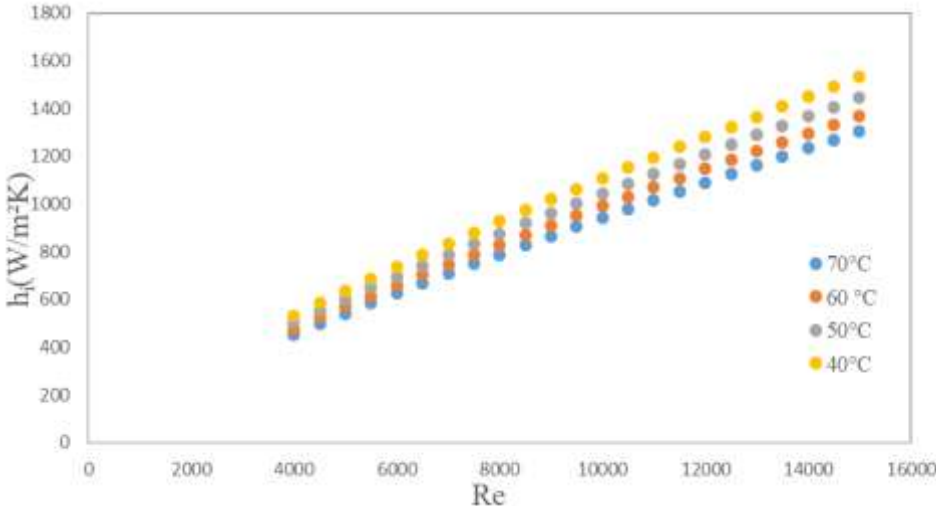


Figure 7. Variation of the heat transfer coefficient by internal convection for different mass flows and different hot fluid temperatures.

Where, Re is the Reynolds number.

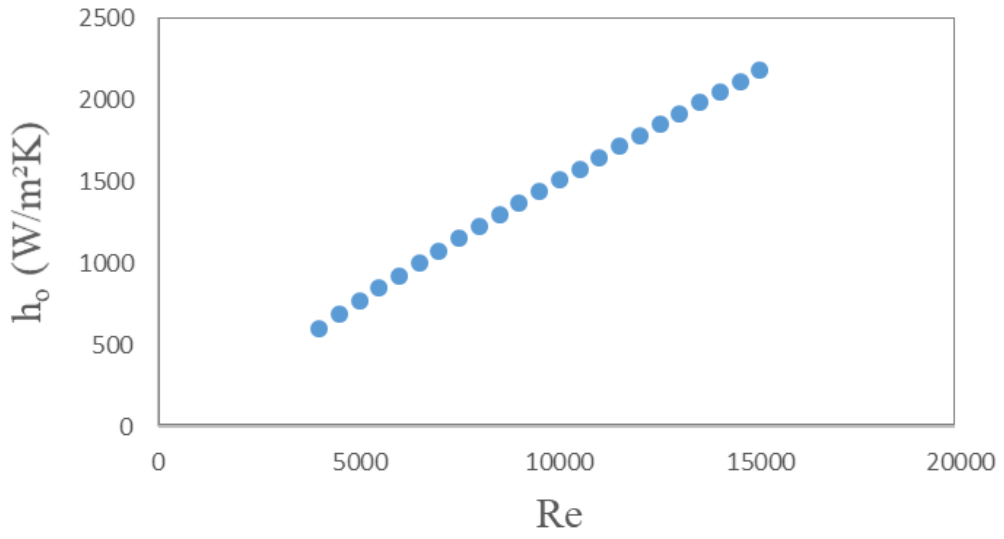


Figure 8. Variation of the heat transfer coefficient by annular convection for different mass flows at the feed temperature.

3.3 Pressure drops

The results of pressure drops for each of the flows of the double tube heat exchanger are presented:

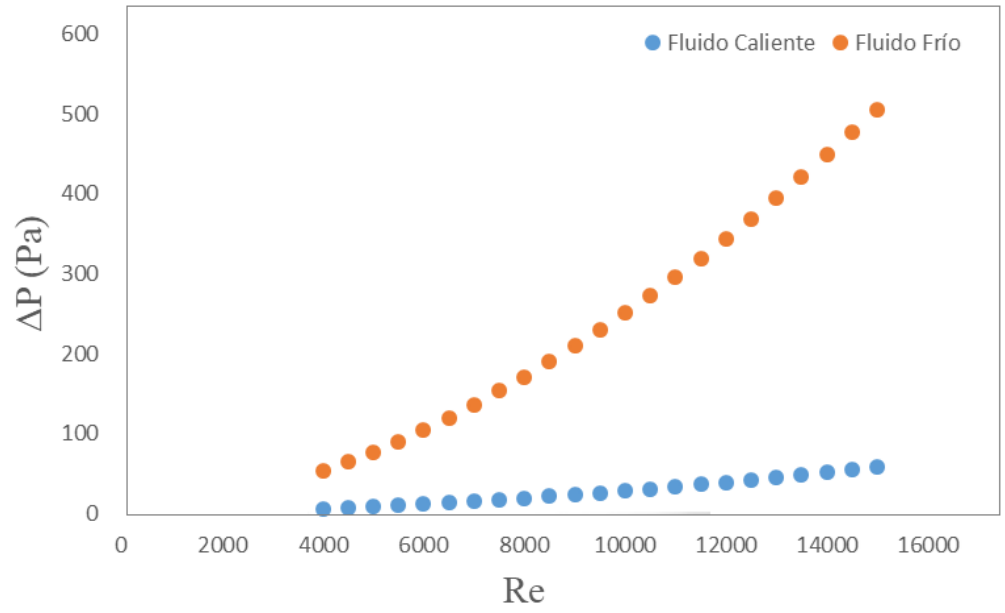


Figure 9. Pressure drops in the heat exchanger

4. COMPARISON RESULTS

Next, the results obtained by the mathematical model and the CFD simulation are presented, as well as the error percentage of them compared to the results of the experimental tests for each of the established parameters.

Table 2. Parallel results

PARALLEL RESULTS													
Inlet temperature		Flow		Mathematical model		ANSYS FLUENT		Experimental tests		%Error mathematical model		%Error ANSYS	
$T_{h, \text{inlet}}$ (°C)	$T_{c, \text{inlet}}$ (°C)	\dot{V}_h (m ³ /s)	\dot{V}_c (m ³ /s)	$T_{h, \text{outlet}}$ (°C)	$T_{c, \text{outlet}}$ (°C)	$T_{h, \text{outlet}}$ (°C)	$T_{c, \text{outlet}}$ (°C)	$T_{h, \text{outlet}}$ (°C)	$T_{c, \text{outlet}}$ (°C)	Hot	Cold	Hot	Cold
47	27	0,000 182	0,000 772	37,3	29,2	36,7	29,6	36	29	3,61	0,68	1,94	2,06
51	27	0,000 105	0,000 501	38,61	31,27	37,86	31	37	30	4,35	4,23	2,32	3,33
55	27	0,000 123	0,000 079	47,58	37,94	46,17	36,5	45	36	5,73	5,39	2,6	1,38
61	27	0,000 093	0,000 067	51	40,2	48,8	39	48	38	6,25	5,79	1,67	2,63
65	27	0,000 105	0,000 501	44,14	31,29	44,14	31,20	43	30	2,55	4,3	2,65	4

Table 3. Counterflow results

COUNTERFLOW RESULTS													
Inlet temperature		Flow		Mathematical model		ANSYS FLUENT		Experimental tests		%Error mathematical model		%Error ANSYS	
$T_{h, \text{inlet}}$ (°C)	$T_{c, \text{inlet}}$ (°C)	\dot{V}_h (m ³ /s)	\dot{V}_c (m ³ /s)	$T_{h, \text{outlet}}$ (°C)	$T_{c, \text{outlet}}$ (°C)	$T_{h, \text{outlet}}$ (°C)	$T_{c, \text{outlet}}$ (°C)	$T_{h, \text{outlet}}$ (°C)	$T_{c, \text{outlet}}$ (°C)	Hot	Cold	Hot	Cold

45,5	28	0,000 1905	0,000 1951	39,71	33,60	38,55	34,10	38	33	4,50	1,81	1,44	3,33
50	28	0,000 1947	0,000 18814	42,1	34,39	40,84	34,1	40	33	5,25	4,21	2,10	3,33
55	28	0,000 1243	0,000 12953	44,15	37,33	42,98	36,43	42	36	5,11	3,69	2,33	1,19
60	28	0,000 1031	0,000 10683	45,11	39,45	44,11	39,5	44	39	2,52	1,15	0,25	1,28
65	28	0,000 1040	0,000 13045	49,73	38,98	47,14	38,29	47	37	5,81	5,35	0,29	3,48

5. CONCLUSIONS

Based on the results obtained, it is possible to verify that the mathematical model proposed works properly, so it becomes a useful tool when evaluating and improving the design of the double tube heat exchanger.

Taking into account the assumptions that have been made in the mathematical model, such as the existence of fouling, the dependence of the value of the thermal properties of the temperature and the perfect isolation of the outer surface of the shell, there is a low margin of difference between the calculated values and the experimentally measured values.

The thermal resistance by conduction of the copper tube is very small in comparison with the resistances by convection, minimally affecting the effectiveness of the exchanger.

The results obtained showed an error lower than 6% for the mathematical model developed and 2% for the simulation in ANSYS with respect to the experimental results.

6. REFERENCES

Arroyo. (2014). *Diseño bajo norma TEMA de intercambiadores de tubo y carcasa* . Madrid.

Berrio, A. (2015). *Diseño de un sistema de monitoreo en labview aplicado a un banco de pruebas I.C de tubo* . Cúcuta .

Bird, R. (2006). *Fenomenos de transporte* . Ciudad de méxico : Limusa Wiley .

BOLES, Y. C. (2013). *Termodinámica* . New york : McGraw-Hill .

GHAJAR, C. &. (2011). *Heat transfer and mass*. McGraw Hill .

Gnielinski. (1976). *New Equations for heat and mass transfer in turbulent pipe and channel flow* .

Incropera, F. (2015). *Fundamentos de transferencia de calor* . Prentice Hall.

London, K. A. (3er Ed.). *Compact heat exchanger* . New York : McGraw Hill .

Petukhov. (1972). *Heat transfer and friction in turbulent pipe flow with variable physical properties* . New York .

7. RESPONSABILITY NOTICE

The authors are the only responsible for the printed material included in this paper.

NITRETAÇÃO DO DURALUMÍNIO AA 2011 POR ELETROEROSÃO

Freddy Alejandro Portillo Morales

Universidade Federal de Uberlândia

RESUMO

O trabalho a apresentar, serão os avanços na tarefa de nitretar o duralumínio através do processo de eletroerosão ou EDM (electrical discharge machining). Esta pesquisa é desenvolvida por o LEPU (laboratório de Ensino e Pesquisa em Usinagem). Desde o surgimento da indústria aeronáutica, o desenvolvimento na área de materiais tem avançado rapidamente, com o fim de encontrar materiais cada vez mais leves com durezas iguais ou superiores aos convencionais, tanto assim que atualmente tem aviões feitos com 30% de materiais plásticos e grande parte do resto de ligas de alumínio. Esta pesquisa pretende nitretar o duralumínio (liga Al-Cu), utilizada no projeto de fuselagens e partes mecânicas, a nitretação permite aumentar a dureza superficial do material, neste caso, com espessuras de camadas na ordem dos 200 μm . Os resultados obtidos mostram um ganho na dureza superficial de quase 10 vezes comparada com a dureza do substrato. Estes resultados poderiam influenciar na diminuição da taxa de desgaste do material.

Palavras-chave: EDM; Nitretação; Duralumínio.

ABSTRACT

The work to be presented will be the advances in the task of nitriding the duralumin through the process of EDM (electrical discharge machining). This research is developed by LEPU (Laboratory of Teaching and Research in Machining). Since the beginning of the aeronautics industry, development in the field of materials has advanced rapidly, in order to find increasingly lighter materials with equal or higher hardnesses than conventional ones, so much so that currently has planes made with 30% of plastic materials and large part of the rest of aluminum alloys. This research intends to nitride duralumin (Al-Cu alloy), used in the design of fuselages and mechanical parts, the nitriding allows to increase the surface hardness of the material, in this case, with layer thicknesses in the order of 200 μm . The obtained results show a gain in the superficial hardness of almost 10 times compared to the hardness of the substrate. These results could influence the reduction of the wear rate of the material.

Key words: EDM, Nitriding, Duralumin

INTRODUÇÃO

Conforme o avanço da engenharia, é evidente a importância da diminuição do peso de componentes nos projetos mecânicos. Isto cria a necessidade de produzir novos materiais compostos ou tratamentos para a melhoria da resistência superficial de algum material mantendo o peso e composição da sua matriz. Diversos tratamentos superficiais têm sido utilizados para melhorar o desempenho dos materiais para diferentes aplicações, o endurecimento superficial, por exemplo, diminui o desgaste superficial e aumenta a vida útil do material tratado. Outros fatores como a redução do coeficiente de atrito ou a resistência à

fadiga são influenciados pelos tratamentos superficiais. A Nitretação é um tratamento físico químico que promove a criação de nitretos, neste caso superficialmente em forma de camada, mantendo o substrato com as suas propriedades normais e a superfície endurecida. No processo de nitretação do alumínio, utiliza-se diversas técnicas como nitretação a plasma, nitretação gasosa, nitretação em banho de sais (ou nitretação líquida) e implantação iônica, resultando em camadas finas de até 20 µm, como é no caso da pesquisa de Okumiya et al. (2009).

O processo de eletroerosão ou EDM (Electrical Discharge Machining) utiliza descargas elétricas entre dois eletrodos (peça e ferramenta) submersos em um fluido dielétrico para a posterior remoção de material por sublimação. Foi demonstrado em diversos trabalhos que o canal de plasma gerado no processo promove o intercâmbio iônico tanto entre os eletrodos como das partículas suspensas no fluido dielétrico. O uso de fluidos dielétricos alternativos e de misturas com material em pó apresentam deposição iônica, neste caso, foi usada uma mistura de água deionizada com ureia.

Na atual dissertação foi feita a nitretação do alumínio AA 2011 (liga de alumínio-cobre) através do processo de eletroerosão por penetração (EDM). Esse processo foi desenvolvido por SANTOS, R (2013), dirigido pelos professores PhD. Alberto Raslan e PhD. Wisley Falco, ambos da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Este processo permite a implantação de íons de nitrogênio na superfície do material, promovendo uma camada protetora, contra a oxidação e melhoria nas propriedades mecânicas do material.

METODOLOGIA

O método consiste em implementar o enriquecimento superficial por nitretos no duralumínio através da usinagem por descargas elétricas (EDM). As amostras foram testadas em duas diferentes condições: envelhecida e encruada, com a finalidade de achar a melhor resposta à implantação iônica produzida pelo processo de EDM, para isto, foram feitas três réplicas para cada condição.

Neste processo, foi utilizado um fluido dielétrico não convencional, uma solução de água deionizada com ureia, sendo a ureia a fonte de nitrogênio. Na pesquisa realizada por Santos (2013) observou-se que a concentração de ureia na água deionizada não tem influência significativa na criação da camada de nitreto ou na espessura da mesma na nitretação de um aço carbono AISI 1040. Isto indica que a quantidade de nitrogênio absorvida pelo canal de

plasma é limitada. Segundo os resultados obtidos por Santos (2016), as amostras não apresentam mudanças físicas nem mecânicas com concentrações diferentes de ureia e os valores de microdureza Vickers obtidos são muito próximos entre si.

Os testes de nitretação foram executados em uma máquina de EDM por penetração ENGEMAC modelo 440NC, disponível no laboratório de tribologia e materiais (LTM-FEMEC) da Universidade Federal de Uberlândia, e mostrada esquematicamente na Fig.1. A máquina possui cabeçote porta eletrodo ferramenta, com movimento no eixo Z, através de guias lineares e fuso de esferas recirculantes, acionado por motor de passo e capacidade para eletrodos ferramenta de até 60 kg. A bandeja de trabalho, também denominada cuba principal, tem abertura lateral e frontal, com capacidade de 180 litros. A potência total descrita no manual da máquina é de 6,5 KVA.

Os parâmetros operacionais para o uso da máquina EDM são: polaridade do eletrodo ferramenta, tensão, corrente, tempo de pulso (ton), relação entre o tempo de pulso e o tempo total (Dt), fenda (gap), sensibilidade, tempo de erosão, afastamento periódico do eletrodo ferramenta, intervalo entre erosão e afastamento.

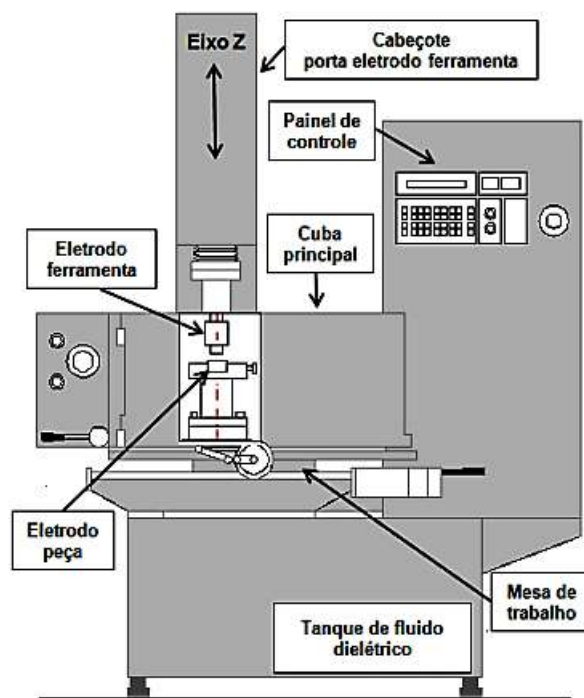


Figura 1. Esquema da máquina EDM por penetração ENGEMAC modelo 440NC (SANTOS, 2013)

Após nitretação do duralumínio, foram avaliadas a composição química da camada depositada, espessura da camada depositada e microdureza da camada de AlN e o substrato de Al-Cu.

Com a finalidade de elucidar a metodologia do processo desta pesquisa é apresentado um esquema com os parâmetros de entrada e saída na Fig.2.

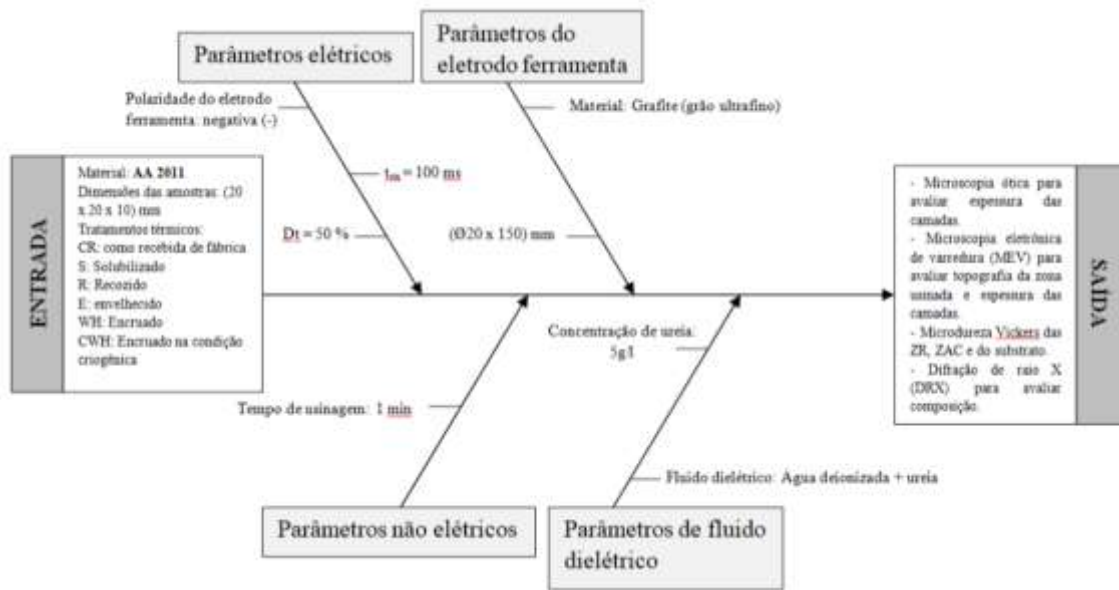


Figura 2. Esquema dos parâmetros de entrada e saída do processo de nitretação por EDM do duralumínio AA 2011

Procedimento experimental

Para a realização do processo de nitretação por eletroerosão foi necessário aprontar as amostras a serem submetidas ao processo, estas foram tiradas de uma barra de alumínio AA 2011 e cortadas com uma dimensão padrão de 10 mm x 10 mm x 20 mm e foram submetidas a diversos tratamentos térmicos antes da nitretação para comprovar a influência da geração de distorções na rede cristalina do material no processo. As condições avaliadas foram como envelhecido e encruado.

No processo de nitretação por eletroerosão não foi utilizada a cuba principal da máquina e sim um recipiente auxiliar de aço inoxidável de 150 ml de capacidade, o qual foi enchido com a solução de água deionizada com ureia (5 g/l).

Dos parâmetros com maior influência no processo encontram-se a corrente (i), tempo do pulso (ton), tempo de trabalho (Dt), material do eletrodo, fluido dielétrico, polaridade e tempo de erosão. Estes parâmetros foram selecionados a partir de várias fontes bibliográficas, por exemplo, nos trabalhos de Yan et al. (2005), Santos et al. (2016), Souza (2016) foram

utilizados tempos de pulso (t_{on}) de 100 μ s, também em todos os casos foi recomendado o uso da máquina com a polaridade invertida, ou seja, polaridade negativa para o eletrodo peça e positiva para o eletrodo ferramenta. Os outros parâmetros variam dependendo do desempenho no processo e da criação de um canal de plasma mais contínuo, variando corrente e materiais do eletrodo.

Os parâmetros usados no processo estão apresentados na Tabela 1.

Tabela 1. Parâmetros usados no processo de nitretação por eletroerosão

Parâmetro	Conceito
Corrente (i)	30 A
Tempo do pulso (t_{on})	100 μ s
Tempo de trabalho (Dt)	50 %
Fluido dielétrico	Água deionizada + ureia (5 g/L)
Tempo de erosão	60 s
Material do eletrodo ferramenta:	Cobre (Cu)

Todas as amostras foram submetidas à análise metalográfica da secção transversal após da nitretação por eletroerosão. A preparação metalográfica consistiu no corte transversal à área usinada, subsequentemente o lixamento manual com lixas de carbetto de silício com granulometria mesh na seguinte sequência: 320, 400, 600 1000 e 2000, seguido de polimento com óxido de alumina e por último ataque químico com reativo Keller para a revelação dos contornos de grão e as áreas de interesse.

Depois da preparação metalográfica as amostras foram levadas a microscopia óptica, microscopia eletrônica de varredura (MEV) e espectrometria de raio X por dispersão de energia (EDS). Na microscopia óptica avaliou-se as diferentes fases criadas no processo, por causa da fundição e resolidificação da superfície do material. Com o uso do MEV conectado ao sistema de EDS avaliou-se a composição química das zonas de interesse, avaliando se houve nitretação no processo.

Para a avaliação da dureza superficial foi utilizado um equipamento de microdureza Vickers (HV), com uma carga de 40 gf, fazendo a análise da zona refundida e da matriz para comparação. μ

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na Figura 1 se mostra as imagens adquiridas do microscópio óptico das amostras submetidas ao processo de nitretação por eletroerosão para cada condição. As amostras nas duas condições percebe-se a presença de diferentes fases com aparência cerâmica, é notório também que na amostra encruada obteve-se uma camada superficial relativamente contínua.

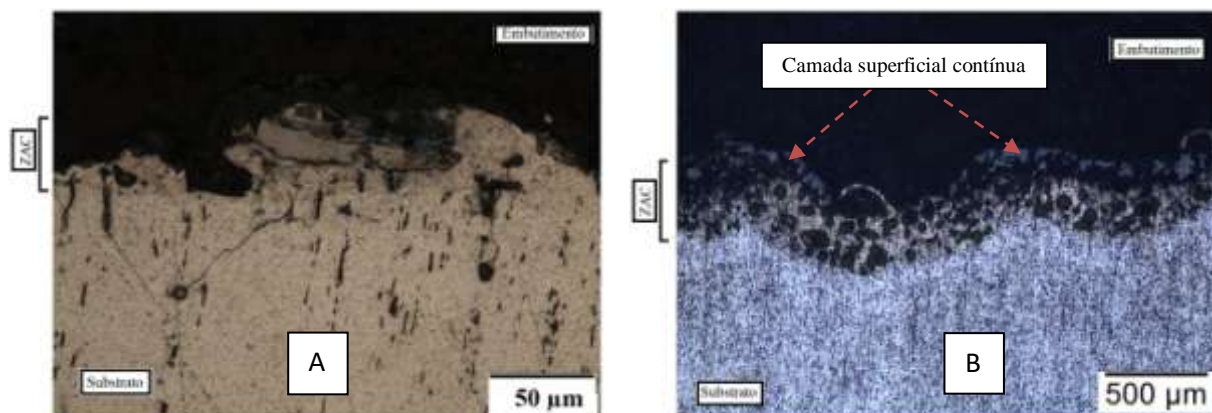


Figura 1. Imagens da secção transversal das amostras tratadas termicamente depois de serem submetidas ao processo de nitretação por eletroerosão A). Envelhecida (ampliação de 50 x) B). Encruada (ampliação de 5 x).

Através das imagens adquiridas com microscopia óptica mostradas na Fig. 1 podem se diferenciar as diferentes fases criadas no processo devido a fundição e resolidificação do material. A amostra envelhecida apresentou uma ZAC com espessura de $53 \pm 6 \mu\text{m}$ com algumas zonas de aparência cerâmica. A amostra encruada apresentou uma ZAC com espessura de $722 \pm 36 \mu\text{m}$ com uma camada superficial endurecida de $260 \pm 9 \mu\text{m}$ de aparência cerâmica. A espessura da ZAC nas amostras são consideravelmente diferentes, isto pode ser atribuído ao efeito de falha de empilhamento gerado no encruamento, gerando uma maior quantidade de distorções na rede cristalina do material e facilitando assim a troca iônica entre os eletrodos.

Após avaliação da espessura das ZAC das amostras, estas foram levadas à análise de composição química usando MEV conectado com o EDS. Na Figura 2 é apresentado o resultado da análise por EDS tanto da camada superficial como do substrato, onde evidenciou-se a presença de oxigênio nas zonas com aparência cerâmica enquanto no substrato não apresentou presença deste.

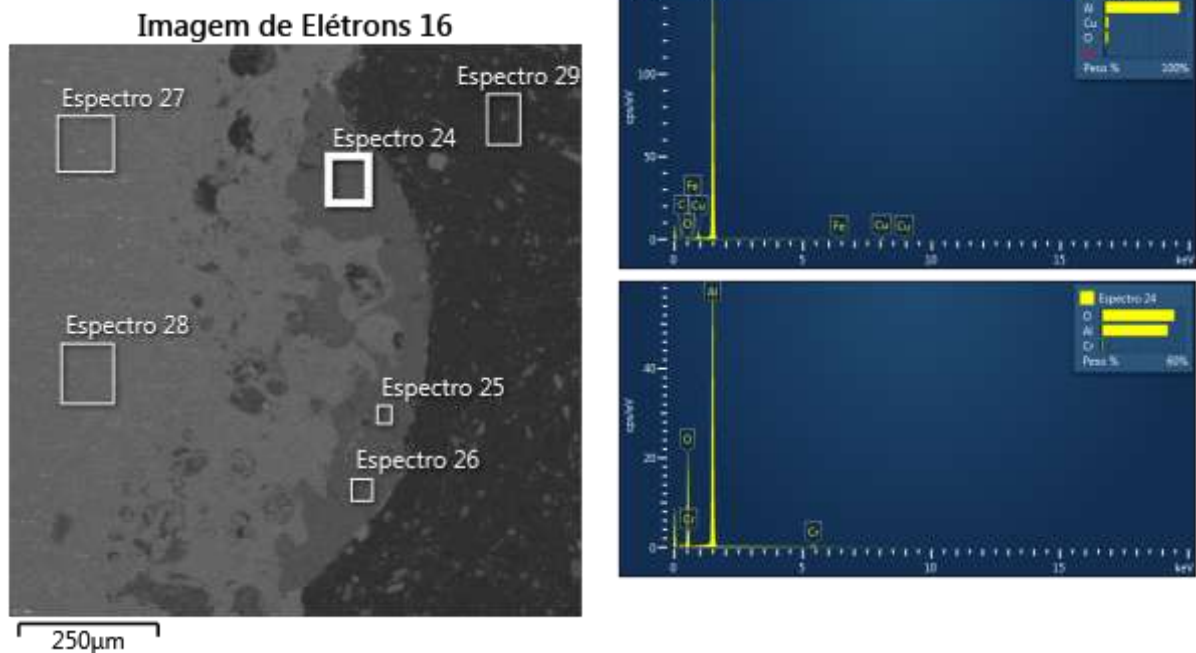


Figura 2. Análise de composição química do substrato e da ZAC da amostra na condição como encruada

A presença de oxigênio na camada superficial poderia indicar a incorporação deste através do canal de plasma, podendo se tratar de um tipo de óxido de alumínio Al_2O_3 , ou de um composto de AlON.

Após da avaliação da composição foi avaliada a microdureza Vickers com o propósito de saber se o tratamento superficial teve efeito algum nas propriedades mecânicas do material. Na Figura 3 apresenta-se o perfil de microdurezas Vickers feito na camada superficial, os testes foram feitos com uma carga de 40 gf.

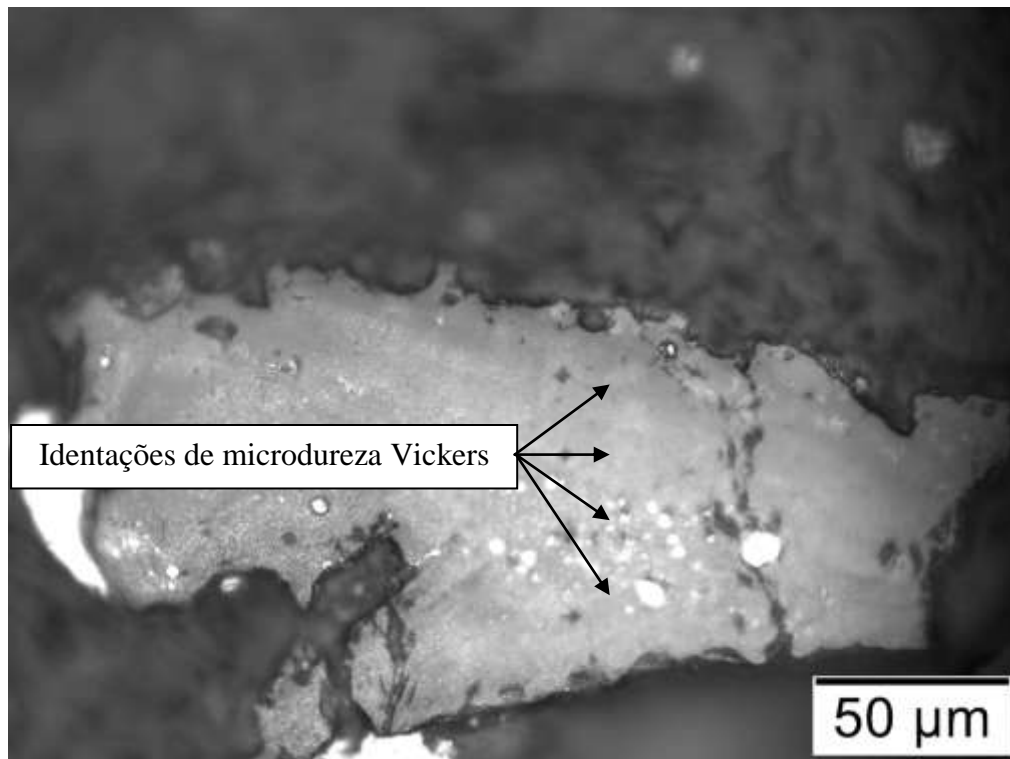


Figura 3. Perfil de microdurezas Vickers da camada superficial da amostra na condição como encruada. Carga: 40 gf

Os resultados de microdureza Vickers para a amostra encruada são apresentados na Fig. 4 com uma microdureza média de 2700 ± 700 HV, onde evidenciou-se um ganho 2200 % na dureza superficial em comparação à microdureza do substrato de $116,43 \pm 4$ HV. A grande variância apresentada nos resultados da microdureza da camada superficial pode ser atribuída à criação de um composto instável, mas no entanto bastante duro quando comparado com o substrato.

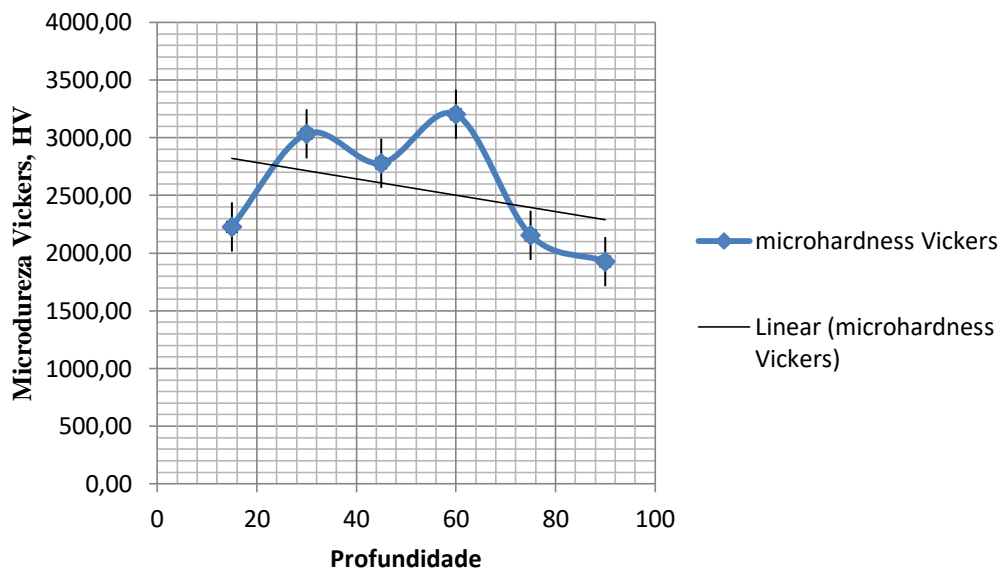


Figura 4. Valores do perfil de microdureza Vickers para a amostra na condição como encruada

CONCLUSÃO

Este estudo buscou demonstrar a viabilidade do processo de nitretação por eletroerosão, ainda que o processo continua em estudos, estes resultados aqui apresentados elucidam um caminho a seguir, que pretende levar o processo de nitretação do alumínio, que é geralmente realizado com a técnica de plasma gás, de algumas horas a alguns poucos minutos, além de que poderia aumentar a espessura da camada superficial endurecida.

Demonstrou-se que a geração de discordâncias e distorções na rede cristalina do material no processo, e a influência da falha de empilhamento produzida pelo encruamento na troca iônica entre os eletrodos e o fluido dielétrico.

O melhor desenvolvimento desta técnica poderia providenciar um material leve com baixo desgaste superficial, propriedades importantes no projeto de máquinas em diferentes áreas, entre elas a aeronáutica.

REFERÊNCIAS

- OKUMIYA, M.; TSUNEKAWA, Y.; SUGIYAMA, H.; TANAKA, Y.; TAKANO, N.; TOMIMOTO, M. **Surface modification of aluminum using ion nitriding and barrel nitriding.** *Surface and Coatings Technology*, 2005, 200, 35–39. <https://doi.org/10.1016/j.surfcoat.2005.02.110>

SANTOS, R. **Nitretação por EDM do Aço AISI 4140**. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Uberlândia, 2013.

SANTOS, R.; SILVA, E.; SALES, W.; RASLAN, A. **Influence of the Electrode Material on the Nitriding of Medium Carbon Steel Using Sink Electrical Discharge Machining**. The International Journal of Advanced Manufacturing Technology, 2016. p. 2–8.

SOUZA, D. M. **Nitretação De Alumínio 2011 Utilizando Usinagem Por Descargas Elétricas**. 2016. 62 f. Projeto de Conclusão de Curso, Graduação em Engenharia Aeronáutica, Universidade Federal de Uberlândia, Brasil.

YAN, B. H.; TSAI, H. C.; HUANG, F. Y. **The Effect in EDM of a Dielectric of a Urea Solution in Water on Modifying the Surface of Titanium**. International Journal of Machine Tools & Manufacture. N. 45, p. 194-200. 2005.

USO DE UN PROTOTIPO DE UN SISTEMA DE EVAPORACIÓN AL VACÍO CON BOMBA DE CALOR COMO SISTEMA DE SEPARACIÓN DE SUSTANCIAS PARA LA PRODUCCIÓN DE EXTRACTOS VEGETALES POR MEDIO DEL MÉTODO DE DISPERSIÓN DE LA MATRIZ EN FASE SÓLIDA-MSPD, Y SIMULACIÓN NUMÉRICA DEL MISMO MEDIANTE SIMULINK.

Milena A. Cabrera Cantillo

Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Abstract : The work to be presented will be about a vacuum evaporation system that is used in the separation processes of homogeneous liquid-liquid or solid-liquid mixtures, where the substances belonging to the mixture have different boiling points, but one of them presents a chemical degradation at the boiling temperature from the most volatile substance, to environmental conditions, it being necessary to carry out the boiling-condensation process in vacuum conditions, in order that the boiling temperature value is reduced to the point where there is no chemical degradation of the the products. In the present work, a study is made of the temporal behavior of a prototype of a vacuum evaporation system with a heat pump used for the separation of the solvent-extract mixture (the plant species used for the study is *Lippia Origanoides*, and the solvent used for the extraction is ethanol) obtained from the MSPD method, where the results obtained are compared with a numerical simulation performed in Simulink in which the behavior of the process carried out within the prototype of the vacuum evaporation system with pump is evaluated. heat, and compared with the experimental results obtained.

Key words: Vacuum evaporation; heat pump; Simulink; MSPD; separation of substances.

1. INTRODUCCIÓN

Los extractos vegetales procedentes del género *Lippia*, de la familia Verbenaceae de plantas aromáticas, son productos que tienen un alto valor económico debido a que cuentan con varias propiedades llamativas, como lo son: antimicrobiana, antibacterial, antifúngica, antioxidante, larvicida e insecticida, entre muchas otras¹. Debido a ello, son empleados en distintas industrias como materia prima para la producción de diferentes productos de consumo (fármacos, conservantes de alimentos, insecticidas, materiales cosméticos, fragancias y lociones, etc).

Existen diversos métodos de extracción con los que se producen extractos vegetales tanto nivel industrial como a escala de laboratorio, entre ellos se destacan: extracción asistida por ultrasonido (USAE), extracción en fase sólida (SPE), extracción con fluido supercrítico (SFE) y extracción por dispersión de la matriz en fase sólida (MSPD), entre otros. De los métodos de extracción mencionados anteriormente, el método MSPD es uno de los que aún no han sido industrializados y que ha tenido resultados interesantes a escala de laboratorio

tanto en el reconocimiento de los compuestos químicos reportados para las especies vegetales estudiadas² como en el rendimiento obtenido (número adimensional que relaciona la masa del extracto con la masa del material vegetal procesado) a partir de las mismas³.

A pesar de que el método MSPD no está industrializado, se han hecho estudios para corroborar su efectividad a escalas superiores a la empleada en laboratorios químicos^{4,5}; tanto así que, en Colombia, el Centro Nacional de Investigaciones para la Agroindustrialización de especies vegetales aromáticas y medicinales tropicales (CENIVAM) cuenta con el diseño de una planta de extracción con capacidad de procesamiento de 100 kg de material vegetal por lote, 4 lotes por día⁴.

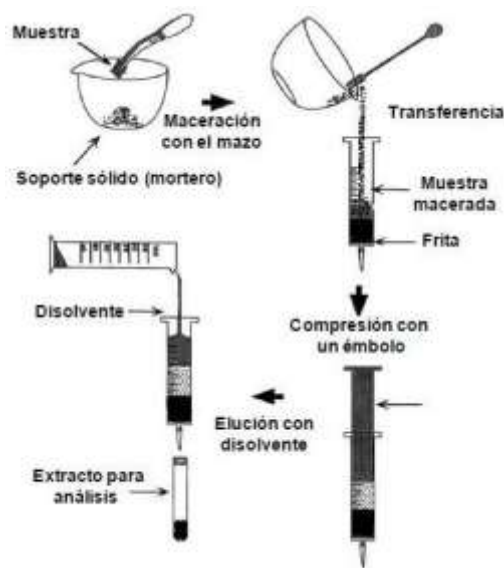


Figura 1: Método MSPD

Donde la viabilidad técnica del diseño fue evaluada por medio de los estudios realizados a un prototipo construido con capacidad de 1 [kg/lote]⁴. La planta en cuestión consta de un molino de bolas, adaptado al desarrollo del método MPSD, y de un sistema de evaporación al vacío que permite la recuperación del solvente empleado durante el proceso de extracción para su reutilización.

Como se puede observar en la Figura 1, al final del método MSPD, se obtiene una mezcla entre el solvente y el extracto. El producto final comercial es el extracto de la especie vegetal con un nivel mínimo de humedad, de modo que se necesita de un proceso de separación de sustancias y de un proceso de secado para obtener este producto. El presente trabajo se centra en el estudio temporal del proceso de separación a través de una simulación numérica, por medio de Simulink, en el que se evalúa el comportamiento del proceso

realizado dentro del prototipo del sistema de evaporación al vacío con bomba de calor⁶, y se compara con los resultados experimentales obtenidos. La especie vegetal empleada para el estudio es *Lippia Origanoides*, y el solvente utilizado para la extracción es etanol.

2. SISTEMA DE EVAPORACIÓN AL VACÍO

Descripción del proceso

Para el proceso de separación de la mezcla entre el solvente y el extracto, es necesario utilizar un sistema evaporador/condensador que funcione al vacío, debido a que el extracto de *Lippia Origanoides* (y el de la gran mayoría de los extractos de las distintas especies vegetales) se degradan a temperaturas superiores a los 40 [°C].

El proceso de separación, desarrollado a escala de laboratorio, se realiza en un rotavapor, el cual es un equipo que funciona en condiciones de vacío y que rota en un baño maría con el fin de mantener una temperatura de ebullición constante; donde el vapor producido llega a una unidad condensadora en la que se recupera el solvente, para ser reutilizado en procesos de extracción posteriores.

En el mercado es posible encontrar sistemas rotavapor con una capacidad entre 50 [mL] hasta 50 [L]. Si en el proceso de extracción se utilizan 20cm³ por cada gramo de material vegetal triturado, entonces la planta del CENIVAM requeriría de un rotavapor con una capacidad de procesamiento de 2000[L].

Existen en la industria los sistemas de evaporación al vacío con bomba de calor, los cuales son sistemas innovadores usados para la recuperación del agua proveniente de aguas residuales⁶ y para la producción de sal marina⁷, entre otras aplicaciones de interés. Este sistema funciona bajo el mismo principio que el sistema rotavapor, lo que lo convierte en una solución más llamativa para el proceso de separación de sustancias de la planta de extracción diseñada, debido a que es capaz de procesar una mayor cantidad de mezcla en un menor tiempo.

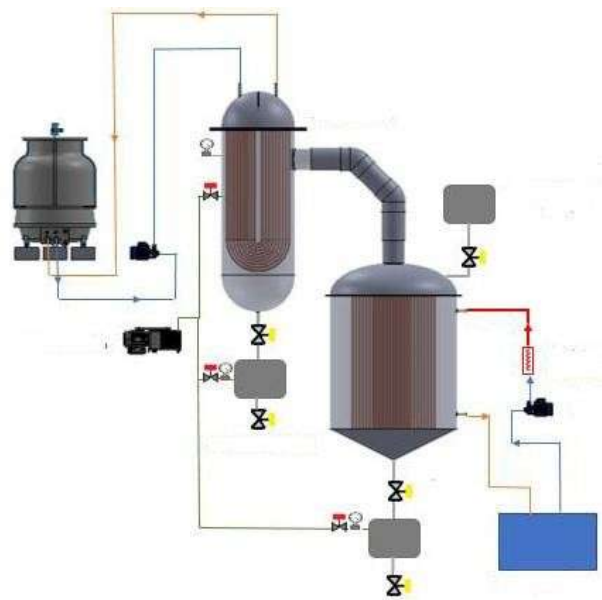


Figura 2: Sistema de la planta diseñada⁴
El sistema la Figura 2 consta

recuperación del solvente de diseñado y mostrado en de: un evaporador

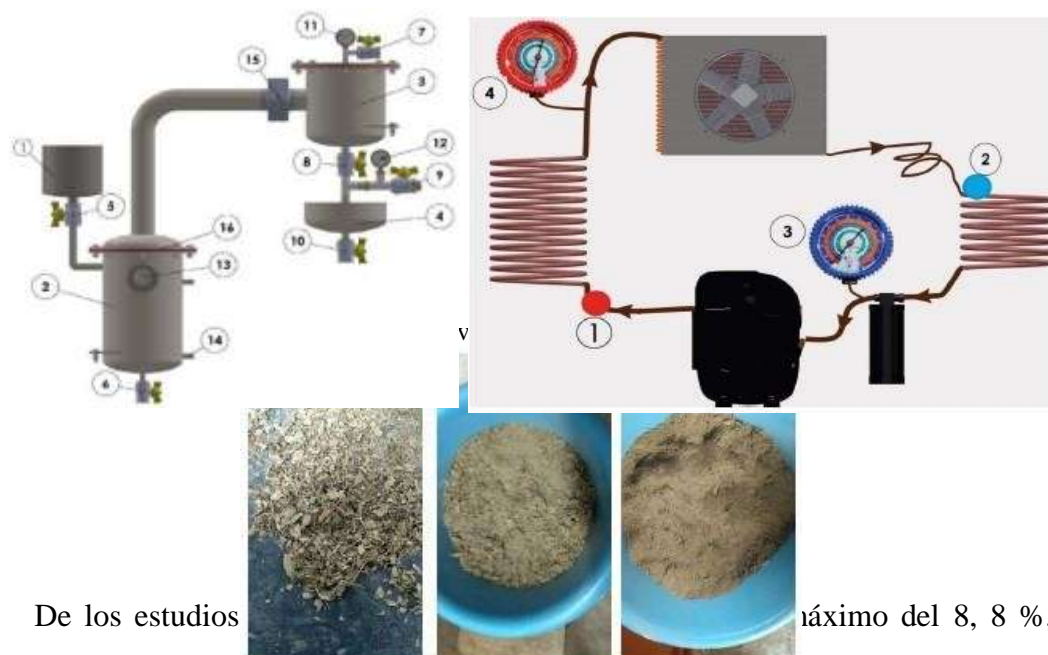
(intercambiador de calor de tipo calandria) en el que dentro de los tubos de cobre se encuentra el solvente con extracto y por la carcasa pasa el agua de calentamiento; sistema auxiliar del evaporador, el cual es un sistema de calentamiento de agua por medio de una resistencia eléctrica; un condensador (intercambiador de calor de carcasa y tubos) en el que dentro del casco fluye el vapor de solvente producido en el evaporador y por los tubos pasa el agua de enfriamiento; y, finalmente, el sistema auxiliar del condensador, el cual es una torre de enfriamiento que disminuye la temperatura del agua procedente del condensador.

El prototipo diseñado, con el cual se evaluó la viabilidad técnica de la planta diseñada⁴, cuenta con una capacidad de procesamiento de 1 kilogramo de material vegetal por lote, por lo que necesita procesar 20 [L] de solvente por lote proporción de 20 $\text{cm}^3_{\text{solv}}/\text{gr}_{\text{mv}}$. A pesar de que existe en el mercado un sistema rotavapor capaz de tratar ese volumen, se utilizó el prototipo de un sistema de evaporación al vacío con bomba de calor⁶ para corroborar la funcionalidad del sistema de recuperación⁴.

El prototipo del sistema de evaporación al vacío consta también de un evaporador y un condensador, como el del sistema mostrado en la Figura 2, pero con la diferencia de que los sistemas auxiliares son los de un sistema de refrigeración adaptado (el cual constituye la bomba de calor); dónde el evaporador del sistema de refrigeración recibe la energía térmica del vapor de solvente del condensador del evaporador al vacío y el condensador, del sistema de refrigeración, transfiere su energía al solvente con extracto dentro del evaporador del sistema de evaporación al vacío como se muestra en la Figura 3.

De la Figura 3, subfigura (a), los componentes 2 y 3 corresponden al evaporador y condensador del sistema de evaporación al vacío, mientras que los serpentines que se encuentran en los puntos 1-4 y 2-3, mostrados en la subfigura (b), corresponden al condensador y al evaporador del sistema de refrigeración, respectivamente. Los manómetros localizados en los puntos 3 y 4 (Figura 3, subfigura (b)) marcan la presión de baja y la presión de alta de la bomba de calor, respectivamente.

Para el estudio experimental, se desarrolló el método MSPD, con la ayuda del prototipo construido, procesando la especie de *Lippia Origanoides*, como se muestra en la Figura 4, y se empleó etanol para el proceso de extracción.



De los estudios realizados se obtuvo un rendimiento máximo del 8,8 %, lo que significa que se puede esperar obtener una cantidad de 88 [gr] de extracto vegetal por kilogramo de material vegetal procesado. Si se realiza el proceso de extracción con 20 [L] de solvente, la cantidad másica de etanol procesada es de 15,65 [kg]. Debido a la significativa diferencia másica entre las sustancias de la mezcla, se puede realizar la simulación, con un mínimo margen de error, utilizando las propiedades termodinámicas del etanol puro.

Desarrollo del modelo matemático

Para el desarrollo de la simulación, se deben plantear dos modelos matemáticos: uno para el sistema de evaporación al vacío y el otro para el sistema de refrigeración (bomba de calor), ver Figura 3, subfiguras (a) y (b), respectivamente. Para ello, se utilizaron los parámetros mostrados en el Cuadro 1.

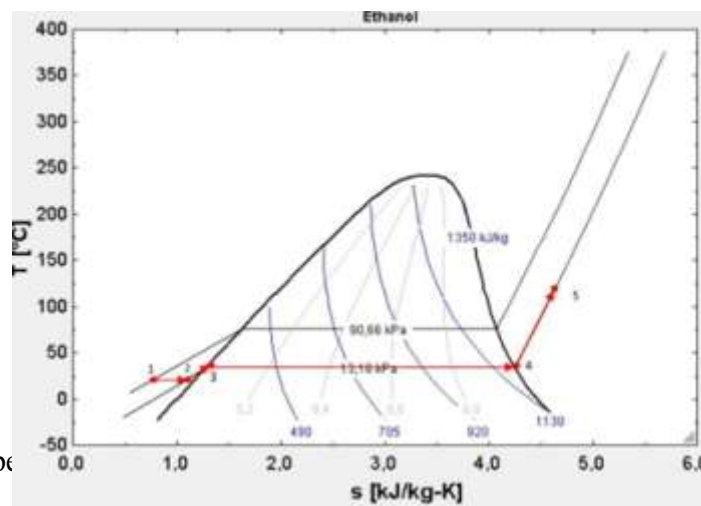
Evaporador al vacío El sistema de evaporación al vacío (ver Figura 3, subfigura (a)) consta de un evaporador (2), un condensador (3) y un sistema de almacenamiento (4) del solvente recuperado.

Como se mencionó anteriormente, se asumirá que las propiedades termodinámicas de la mezcla son las mismas que las del etanol puro, de modo que el proceso desarrollado dentro del sistema se muestra en la Figura 5.

Parámetro	Valor
Presión atmosférica [kPa]	90,66
Temperatura de bulbo seco [°C]	28
Humedad relativa %	60
Temperatura de ebullición [°C]	34
Presión de vacío [kPa]	13,18

Cuadro 1: Datos de entrada

Donde el punto 1 es la mezcla ambiente (ver Cuadro 1); el punto 2 es la mezcla sometida a la presión de vacío de 13, 18 [kPa], pero a la misma temperatura; el punto 3 se consigue cuando la mezcla alcanza la temperatura de ebullición de 34 [° C]; y finalmente, el punto 4 se consigue cuando se produce vapor saturado de solvente después de haber obtenido la energía térmica procedente del condensador del sistema de refrigeración.



Las temperaturas en el punto 3 será variable e igual a las temperaturas de los puntos 4 y 5 durante un tiempo corto y la temperatura 5 variará su valor de manera constante en el tiempo debido a que se utilizó un control *on-off*.

En el sistema de evaporación al vacío, el proceso 1,2,3, 4 y 5 ocurre dentro del evaporador, mientras que dentro del condensador ocurre un proceso similar al 5, 4,3,2 y 1.

El prototipo de evaporador al vacío tiene una capacidad de procesamiento de 5[L]. Al tratarse de un volumen fijo, el valor de calor cambia con respecto al tiempo debido a que hay un cambio de volumen de mezcla, y por ende un cambio en el contacto de la mezcla con el serpentín del condensador del sistema de refrigeración; es por ello que se implementó un sistema de ventilación externo en la bomba de calor (ver Figura 3, subfigura (b)), para que el ciclo de refrigeración (ver Figura) no sea afectado y mantenga la temperatura de ebullición constante dentro del sistema por medio de un control *on-off*. Para conocer el cambio de la transferencia de calor con respecto al tiempo en el interior del evaporador, es necesario plantear una relación que defina el cambio de masa con respecto al tiempo; tomando como volumen de control (de forma cilíndrica) la mezcla dentro del evaporador.

$$\dot{m}_{en} - \dot{m}_{sal} = \frac{\partial m_{vc}}{\partial t} \quad (1)$$

Donde \dot{m}_{en} es el flujo másico de entrada hacia el volumen de control, \dot{m}_{sal} es el flujo másico de salida desde el volumen de control y $\frac{\partial m_{vc}}{\partial t}$ es la variación de la masa dentro del volumen de control con respecto al tiempo. Al tratarse de un volumen fijo donde se produce la transferencia de masa por fuera del volumen de control debido al cambio de fase producido, la

Ecuación 1 queda de la siguiente manera:

$$\frac{\partial m_{vc}}{\partial t} = \dot{m}_{vc} = -\rho \pi r^2 \frac{\partial h}{\partial t} \quad (2)$$

Dónde ρ es el valor de la densidad del vapor de etanol, r es el radio interno del evaporador (168[mm]), dh/dt es la variación de la altura del volumen de control con respecto al tiempo y T_3 es el valor de la temperatura en el punto 3 (ver Figura 5).

La densidad ρ con respecto al valor de la temperatura T_5 (ver Figura 5), el cual depende de los límites de temperatura establecidos en el control *on-off* del sistema de ventilación para garantizar la ebullición del solvente. Los establecidos fueron de 36 [°C] a 38 [°C]. La función de la densidad con respecto a la temperatura T_5 se muestra en la Ecuación 3.

$$\rho(T_5) = \left\{ \begin{array}{ll} 0,2348 \text{ [kg/m}^3\text{]} & T_5 = 34 \text{ [}^\circ\text{C]} \\ \rho_1 & T_5 \in (34, 42] \text{ [}^\circ\text{C]} \end{array} \right\} \quad (3)$$

$$\rho_1 = 2,665 * 10^{-01} - 7,893 * 10^{-04} T_5 \text{ [kg/m}^3\text{]}$$

La tubería de cobre dentro del evaporador está enrollada en 9 líneas en forma de espiral de $r_{esp} = 114[\text{mm}]$ de diámetro, con un espaciamiento de $6[\text{mm}]$. La altura inicial del volumen de la mezcla es de $54[\text{mm}]$. De modo que al conocer la longitud de la tubería de cobre dentro del evaporador (ver Cuadro 4, Condensador) que está en contacto con la mezcla, se puede relacionar el cambio de la longitud de la misma con respecto a la variación de la altura del volumen de control con respecto al tiempo.

$$\frac{\partial h}{\partial t} = \frac{h_{TC}}{L_{TC}} \frac{\partial L_C}{\partial t} \quad (4)$$

De la Ecuación 4, dL_C / dt es la variación de la longitud de la tubería de cobre en contacto con la mezcla con respecto al tiempo, h_{TC} es la altura ocupada por la mezcla antes de iniciarse el proceso de separación y L_{TC} es la longitud total de la tubería de cobre dentro del evaporador ($9,05[\text{m}]$).

Relacionando las Ecuaciones 2 y 4, se obtiene la siguiente relación entre la variación de la masa dentro del volumen de control y la variación de la longitud de la tubería de cobre con respecto al tiempo.

$$\dot{m}_{VC} = \left\{ \begin{array}{ll} 0 & T_3 < 34 [^{\circ}\text{C}] \\ -\rho\pi r^2 \frac{h_c}{L_{TC}} \frac{\partial L_c}{\partial t} & T_3 \geq 34 [^{\circ}\text{C}] \end{array} \right\} \quad (5)$$

El área bajo la curva del diagrama T-s representa la cantidad de energía térmica recibida por un fluido durante un proceso. A partir de la Figura 5, se obtiene la siguiente relación matemática:

$$Q_{ev} = m_{VC} \left[\frac{T_3 + T_2}{2} (s_3 - s_2) + T_3 (s_4 - s_3) \right] + m_{VC} \left[\frac{T_5 + T_3}{2} (s_5 - s_4) \right] \text{ igerante (fluido caliente) y el solvente (fluido frío)[8]}$$

El valor del coeficiente global de transferencia de calor se calcula con la ayuda de la Figura 6.

$$UA = \frac{1}{R_i + R_{pared} + R_0} \quad (20)$$

Donde R_i corresponde a la resistencia térmica por convección entre el refrigerante y el tubo de cobre, R_{pared} es la resistencia térmica de conducción de la tubería de cobre y R_0 es la resistencia térmica entre la tubería y la mezcla de solvente con extracto.

R_{pared} se puede calcular mediante la siguiente relación matemática:

$$R_{pared} = \frac{\ln \left(\frac{D_{ext}}{D_{int}} \right)}{2\pi L_c K_{cu}} \quad (21)$$

Donde D_{ext} es el diámetro externo del serpentín, D_{int} es el diámetro interno, L_c longitud de la tubería de cobre del condensador en contacto con la mezcla y K_{cu} es la conductividad térmica del cobre.

Por otro lado, el R_0 se calcula como se muestra a continuación:

$$R_0 = \left\{ \begin{array}{l} \frac{1}{h_{01} A_0} \quad T_3 \in [28, 34] [^\circ C] \\ \frac{1}{h_{02} A_0} \quad T_3 = 34 [^\circ C] \\ \frac{1}{h_{03} A_0} \quad T_3 > 34 [^\circ C] \end{array} \right\} \quad (22)$$

Dónde: h_{01} es el coeficiente de transferencia de calor por convección natural, A_0 es el área de contacto entre la mezcla la tubería de cobre, h_{02} es el coeficiente de transferencia de calor por convección del proceso de ebullición por convección natural y h_{03} es el coeficiente de transferencia de calor por convección del proceso en ebullición nucleada.

EL coeficiente de transferencia de calor por convección natural se calcula mediante la

$$E \quad h_{01} = \frac{Num K_{et}}{hVC} \quad (23)$$

Dónde: Num es el valor del Nusselt y hVC es la altura del volumen de control ($hVC = 56,4[\text{mm}]$).

El valor del Nusselt se calcula como se muestra a continuación:

$$Num = C (Gr Pr)^m \quad (24)$$

De la Ecuación 24, Gr es el número adimensional de Grashof, Pr es el número de Prandtl y C y n son constantes que se determinan a partir del Cuadro 2.

El número de Prandtl se calcula a partir de la siguiente relación matemática:

$$Pr = \left\{ \begin{array}{ll} 19,64 - 1,81 * 10^{-01} T_{\infty} & T_{\infty} \in [28, 34] [^{\circ}C] \\ 13,5 & T_{\infty} = 34 [^{\circ}C] \end{array} \right\} \quad (25)$$

De la Ecuación 6, Q_{ev} es la cantidad de calor necesaria para ebullición todo el solvente de masa m_{VC} dentro del evaporador, T_2 , T_3 y T_5 son las temperaturas de los estados 2, 3 y 5; y s_2 , s_3 , s_4 y s_5 los valores de la entropía de los estados 2, 3, 4 y 5.

Todas las propiedades termodinámicas mostradas en la Ecuación 6 son constantes conocidas después de iniciado el proceso de ebullición, excepto el valor de la entropía en el punto 5, debido a que el valor de la temperatura varía entre 36 y 38 grados celsius. La relación matemática que permite calcular el valor de la entropía en los puntos 3, 4 y 5 se muestra a continuación.

$$s_3(T_3) = 1 + 8,163 * 10^{-03} T_3 [kJ/kg]; \quad T_3 \in [28, 34] [^{\circ}C] \quad (7)$$

$$s_5(T_5) = 4,079 + 4,775 * 10^{-03} T_5 [kJ/kg]; \quad T_5 \in [34, 42] [^{\circ}C] \quad (8)$$

Como se puede observar en la Ecuación 8, la temperatura es constante y lo que cambia es la relación entre líquido y vapor de solvente (x).

Para simplificar el modelo matemático se asume lo siguiente:

$$K_1 = -\pi r^2 \frac{h_a}{L T_c}$$

$$K_2 = \frac{T_3 + T_2}{2} (s_3 - s_2)$$

$$K_3 = K_2 + T_3 (s_4 - s_3)$$

Derivando la Ecuación 6 con respecto al tiempo, se obtiene que:

$$\dot{Q}_{ev} = \left\{ \begin{array}{l} \dot{Q}_1 \quad T_3 \in [28, 34] [^{\circ}C] \\ \dot{Q}_2 \quad T_3 = 34 [^{\circ}C] \\ \dot{Q}_3 \quad T_3 > 34 [^{\circ}C] \end{array} \right\} \quad (10)$$

$$\dot{Q}_1 = m_{VC} \left[\frac{1}{2} \frac{\partial T_3}{\partial t} (s_3 - s_2) + \frac{\partial s_3}{\partial t} \left(\frac{T_3 + T_2}{2} \right) \right] \quad (11)$$

$$\dot{Q}_2 = \rho K_1 \frac{\partial L_c}{\partial t} [K_2 + T_3 (s_4 - s_3)] + T_3 m_{VC} \frac{\partial s_4}{\partial t} \quad (12)$$

$$\begin{aligned} \dot{Q}_3 = \rho K_1 \frac{\partial L_c}{\partial t} \left[K_3 + \frac{T_5 + T_3}{2} (s_5 - s_4) \right] \\ + \frac{m_{VC}}{2} \left[\frac{\partial T_5}{\partial t} (s_5 - s_4) + (T_5 + T_3) \frac{\partial s_5}{\partial t} \right] \quad (13) \end{aligned}$$

Donde los valores de $\partial s_3/\partial t$, $\partial s_4/\partial t$ y $\partial s_5/\partial t$ se obtiene a partir de las Ecuaciones 7, 8 y 9.

$$\frac{\partial s_3}{\partial t} = 8,133 * 10^{-03} \frac{\partial T_3}{\partial t} [kW/kg] \quad (14)$$

$$\frac{\partial s_4}{\partial t} = 2,966 \frac{\partial T_3}{\partial t} [kW/kg] \quad (15)$$

$$\frac{\partial s_5}{\partial t} = 4,775 * 10^{-03} \frac{\partial T_5}{\partial t} [kW/kg] \quad (16)$$

Las relaciones matemáticas mostradas en las Ecuaciones 10, 11, 12 y 13 no son suficientes para el desarrollo de la simulación. Es necesario tener en consideración los efectos transitorios de transferencia de calor.

Para el análisis de transferencia de calor dentro del evaporador (ver Figura 3, subfigura (a), parte 2), se asume que antes de que la temperatura media de la mezcla entre el solvente y el extracto alcance los 34 [°C], la transferencia de calor es por convección natural, debido a que la línea de descarga del compresor va directo a la parte inferior del evaporador (parte 14), lo que significa que la parte baja del solvente tiene un cambio de temperatura más brusco que la parte superior, lo que provoca un gradiente de densidades y por ende un movimiento en el fluido. Cuando la mezcla alcanza los 34

[°C], la transferencia. El estudio de la transferencia de calor se desarrolla por medio del análisis de las resistencias térmicas como se muestra en la Figura 6.

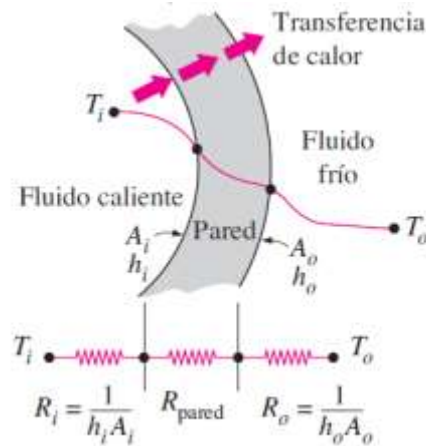


Figura 6: Diagrama de resistencias térmicas en el serpentín del evaporador [8]

De la Figura 6, el fluido caliente corresponden al refrigerante (R134a, ver Cuadro 4) que fluye dentro del serpentín del condensador del sistema de refrigeración y el fluido frío corresponde a la mezcla de solvente con extracto.

El valor de la transferencia de calor se calcula como se muestra a continuación.

$$\dot{Q}_{ev} = UA LMTD \quad (17)$$

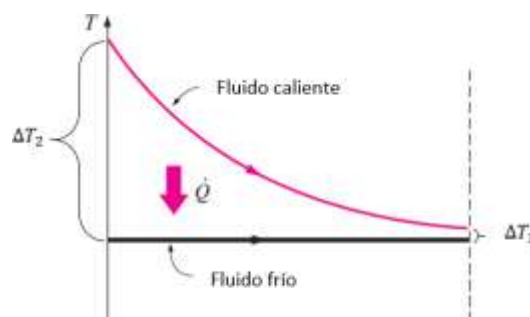
Donde U es el coeficiente global de transferencia de calor, A es el área de transferencia de calor y LMTD es la diferencia logarítmica media entre las temperaturas T_i y T_o , cuyo valor se determina mediante la Ecuación.

$$LMTD = \frac{\Delta T_2 - \Delta T_1}{\ln\left(\frac{\Delta T_2}{\Delta T_1}\right)} \quad (18)$$

Los valores de ΔT_1 y ΔT_2 , que se pueden apreciar en la Figura 7, se calculan mediante la siguiente relación matemática.

$$\Delta T_i = T_i - T_\infty; \text{ donde } i \text{ puede ser } 1 \text{ o } 2 \quad (19)$$

De la Ecuación 19, T_i se refiere a las temperaturas T_1 (temperatura del refrigerante a la salida del condensador de la bomba de calor) o T_2 (temperatura del refrigerante a la entrada del condensador) y T_∞ es la temperatura media de la mezcla entre el solvente con extracto.



Para conocer el valor de las constantes C y n , es necesario conocer el tipo de flujo que se define a partir del producto entre el número de Grashof y el Prandtl, como se muestra a continuación.

Tipo de flujo	Gr Pr	C	n
Laminar	$10^6 - 10^9$	0.59	1/4
Turbulento	$10^9 - 10^{13}$	0.10	1/3

Cuadro 2: Valor de las constantes C y n [8]

El número de Grashof se calcula mediante la Ecuación 26⁸.

$$Gr = \frac{g\beta(T_s - T_\infty)h_c^3}{\nu^2} \quad (26)$$

Dónde: Gr es el número de Grashof, β es el coeficiente de expansión volumétrica; T_∞ es la temperatura media de la mezcla, que para este caso tiene el mismo valor que la temperatura de la mezcla en el punto 3 ($T_\infty = T_3$), ver Figura 5; T_s es la temperatura media superficial de la tubería de cobre; g es la aceleración gravitacional; h_c es el valor de la altura del volumen de control (mezcla entre solvente y extracto); ν es el valor de la viscosidad cinemática del fluido.

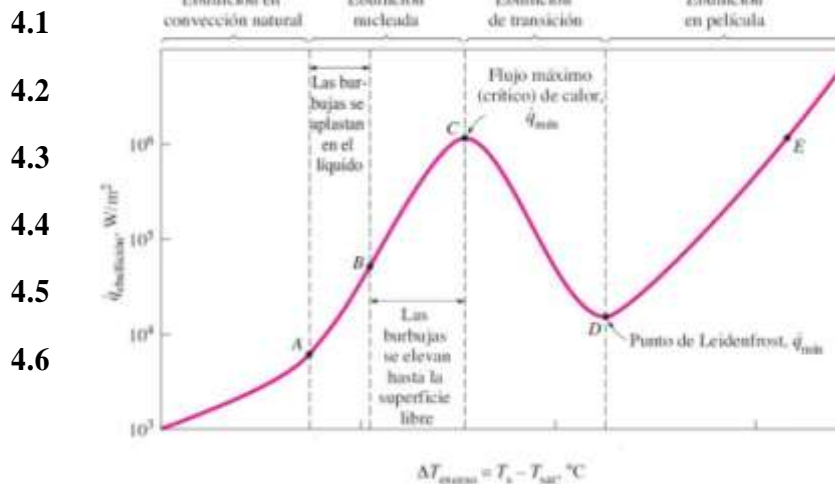


Figura 8: curva de ebullición

El coeficiente de expansión volumétrica y la viscosidad cinemática se obtiene mediante las siguientes relaciones matemáticas:

$$\beta = \left\{ \begin{array}{ll} A_1 + B_1 T_\infty [K^{-1}] & T_\infty \in [28, 34] [^\circ C] \\ 0,001121 [K^{-1}] & T_\infty = 34 [^\circ C] \end{array} \right\} \quad (27)$$

De la Ecuación 28: A_2 es $1,848 \cdot 10^{-06}$ y B_2 es $2,039 \cdot 10^{-08}$. En el momento en que la temperatura media de la mezcla alcanza la temperatura de $T_\infty = 34$ [°C], la transferencia de calor es por ebullición en convección natural. El modelo de transferencia usado en la simulación será ebullición en convección natural siempre y cuando este valor sea inferior al de la relación de transferencia de calor en ebullición nucleada; cuando sean iguales la transferencia de calor dejará de ser en ebullición en convección natural y será en ebullición nucleada, como se observa en la Figura 8 (punto A).

El coeficiente de transferencia de calor en ebullición en convección natural se calcula mediante las Ecuaciones 23, 24, 25, 26, 27 y 28.

La transferencia de calor por ebullición nucleada se calcula mediante las Ecuaciones 29 y 30⁸:

$$\dot{q}_{nucleada} = h_{03} (T_s - T_\infty) \quad (29)$$

De la Ecuación 29, $q_{nucleada}$ es el flujo de calor en ebullición nucleada, h_{03} es el coeficiente de transferencia de calor por ebullición nucleada, T_s es el valor de la temperatura superficial del serpentín y T_∞ el valor de la temperatura de la mezcla.

$$\dot{q}_{nucleada} = \mu_l h_{fg} \left[\frac{g(\rho_l - \rho_v)}{\sigma} \right]^{1/2} \left[\frac{C_p (T_s - T_\infty)}{C_{sf} h_{fg} Pr_l^n} \right]^3 \quad (30)$$

En donde las propiedades de la Ecuación 30 se pueden detallar en el Cuadro 3.

En el momento en que el valor de la transferencia de calor por ebullición nucleada tenga el mismo valor de la transferencia de calor máxima (Ecuación 31), entonces la transferencia de calor se dará por ebullición de transición.

$$\dot{q}_{max} = C_{cr} h_{fg} [\sigma g \rho_v^2 (\rho_l - \rho_v)]^{1/4} \quad (31)$$

Dónde C_{cr} una constante dependiente de la configuración geométrica del calentador.

Propiedad	Descripción	Unidades
μ_l	Viscosidad del líquido	$\frac{kg}{m \cdot s}$
h_{fg}	Entalpía de vaporización	J/kg
g	Gravedad	m/s^2
ρ_l	Densidad del líquido	kg/m^3
ρ_v	Densidad del vapor	kg/m^3
σ	tensión superficial	N/m
C_p	Calor específico	$\frac{J}{kg \cdot ^\circ C}$
T_s	Temp superficial	$[^\circ C]$
T_∞	Temp media	$[^\circ C]$
C_{sf}	Constante superficie - fluido	...
n	Constante fluido	...
Pr_l	Número de Prandtl	...

Con los par tubería de cobre y (Ecuación 22). La tubería (R_i, Ecuación 20) se define en el siguiente modelo matemático (ver sección 2.2.2).

Cuadro 3: Propiedades de la ebullición nucleada [8]

Con lo anterior, culminó el análisis temporal de la unidad evaporadora del sistema de evaporación al vacío, ahora es necesario analizar la unidad condensadora (Figura 3, subfigura (a), parte 3). La unidad condensadora se trata de un intercambiador de calor de tipo carcaza y tubos (dentro de la unidad se encuentra el serpentín del evaporador del sistema de refrigeración) que recibe el vapor de solvente de la unidad evaporadora para el desarrollo del proceso de condensación.

En un principio, en la unidad condensadora no se produce transferencia de calor debido a que no recibe el vapor del solvente hasta el momento en que la mezcla inicie el proceso de ebullición. Una vez empiece a recibir el vapor de solvente, se asume que todo el vapor que recibe lo condensa con base al hecho de que el sistema fue diseñado para condensar la cantidad máxima de vapor producido en el evaporador:

$(\dot{m} = \dot{m}_{VC} = \dot{m}_{ev} = \dot{m}_{cond})^*$, donde la máxima cantidad de vapor se produce al principio del proceso de ebullición y conforme avanza el tiempo disminuye su valor.

$$\dot{Q}_{cond} = \left\{ \begin{array}{ll} 0 & \dot{m} = 0 \\ \dot{Q}_{cond1} & \dot{m} \neq 0 \end{array} \right\} \quad (32)$$

De la ecuación 32, \dot{Q}_{cond1} se obtiene de la misma forma en como se calculó la transferencia de calor en el evaporador (Ecuaciones 17 y 18), con la diferencia de que

las diferencias de temperatura no son con respecto a la Figura 7, sino con respecto a la Figura 9.

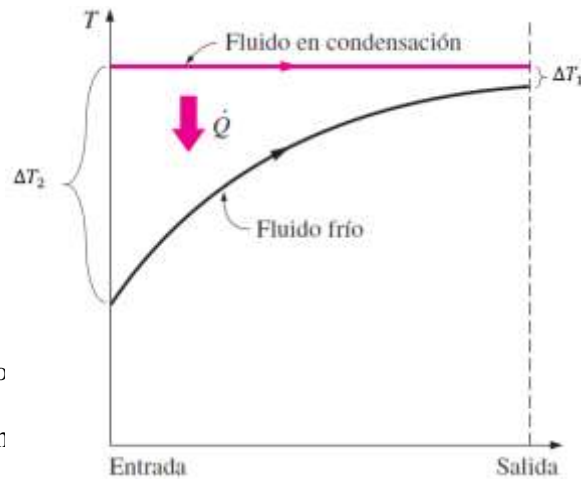


Figura 9: Co

La transferen
relación matemática:

o en condensación) y el
n base en la siguiente

$$\dot{Q}_{cond1} = \dot{m} h_{fg}^* \quad (33)$$

Dónde h_{fg}^* es el calor latente de vaporización modificado.

$$h_{fg}^* = h_{fg} + 0,68 C_p (T_{sat} - T_{sc}) \quad (34)$$

De la Ecuación 34, T_{sat} es la temperatura de saturación del vapor (34 [°C]) y T_{sc} es la temperatura superficial de la tubería de cobre.

Conociendo el valor de la transferencia de calor que se produce dentro de la unidad condensadora, y suponiendo que se produce condensación en película en un banco de $N = 30$ tubos horizontales, entonces el coeficiente de transferencia de calor por condensación se calcula mediante la Ecuación 35.

$$h_{cond} = 0,729 \left[\frac{g \rho_l (\rho_l - \rho_v) h_{fg}^* k_l^3}{\mu_l (T_{sat} - T_{sc}) N D} \right]^{1/4} \quad (35)$$

REFERENCIAS

- [1] M.E. Pascual, K. Slowing, D. Sa´nchez and A. Villar, *Lip- pia: traditional uses, chemistry and pharmacology: a re- view*. Journal of Ethnopharmacology, Volume 76, 2001. pp. 201-214.
- [2] E.E. Stashenko, J. Mart´nez, M. Cala, D. Dur´an and D. Ca- ballero, *Chromatography and mass spectrometric charac- terization of essential oils and extrcats from Lippia (Verbe- naceae) aromatic plants*. Journal of separation science, 2013. pp. 192-202. doi: 10.1002/jssc.201200877.
- [3] A.L. Capriotti, C. Cavaliere, P. Foglia, R. Sampieri,

S. Stampachiachiere, S. Ventura and A. Laganà, *Recentrough the Discrete Element Method (DEM) and the Finite Volume Method (FVM) of the crushing and filtering processes for the production of vegetable extracts by the Matrix Solid-Phase Dispersion (MSPD)*. XI Congreso Colombiano de Métodos Numéricos, 2017. pp. 1-8.

[6] A.F. Rojas, O. Rojas and O. Vega, *Diseño y construcción de un prototipo de evaporador al vacío por bomba de calor para depuración de aguas residuales industriales*. Bucaramanga, Colombia: Universidad Industrial de Santander, 2014.

[7] I.H. Yilmaz and M. Söylemez, *Design and computer simulation on multi-effect evaporation seawater desalination system using hybrid renewable energy sources in Turkey*. Desalination, Volume 291, 2012. pp. 23-40. doi:10.1016/j.desal.2012.01.022

[8] Y.A. Çengel and A. Ghajar, *Transferencia de calor y masa*. McGraw-Hill, Cuarta Edición. pp. 581-662.

[9] American Society of Heating, Refrigerating and Air conditioning, *Handbook Refrigeration*. ASHRAE, 2006.

RUAS, PEDRAS & BURACOS: TERESINA PELO DISCURSO DOS CRONISTAS D'O LIBERAL (1969-1973)

Alessandra Lima dos Santos¹

¹ Mestranda em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí – UFPI. E-mail: alessandra.lsanos@yahoo.com.br

Na década de 1970 Teresina (PI) passou por distintas e variadas intervenções espaciais e arquitetônicas, como inúmeras cidades brasileiras. Essas atividades levaram a modificações não só no âmbito estrutural, mas também no social de sua população. As interferências, ocorridas principalmente nos anos da administração dos engenheiros Alberto Silva e Joel Ribeiro, no Estado e no município de Teresina, respectivamente, foram temas de discursos em diversos meios da imprensa local. Nessa pesquisa, visa-se compreender como atuaram os cronistas do jornal O Liberal acerca do tema modernização pelo qual a cidade de Teresina passara durante a primeira metade daquela década, pois é justamente neste período que a historiografia das cidades começa a pensar e a escrever sobre ela, a partir do moderno, ou seja, das reformas com o intuito de deixá-las mais próximas do progresso proposto, adquirindo, assim, novas fisionomias, conforme as falas e escritos de seus habitantes permanentes e temporários. Despertando o interesse pelas suas faces históricas.

Palavras-chave: História. Teresina. Imprensa. Modernização.

ESTATUTO DA METRÓPOLE: AVANÇOS E DESAFIOS NA RMNATAL

Brunno Costa do Nascimento Silva
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
João Victor Moura Lima
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Beatriz Medeiros Fontenele
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Resumo: As Regiões Metropolitanas (RMs) são, por um lado, os espaços de maior desenvolvimento econômico e de concentração de riqueza do espaço nacional. Por outro, se caracterizam como ambientes detentores de uma alta vulnerabilidade e segregação socioespacial. As primeiras RMs brasileiras surgem em meados da década de 1970, e tiveram como plano de fundo o desenvolvimentismo, a centralização e o controle do território nacional por parte do governo militar. Desde a redemocratização, mediante a promulgação da Constituição Federal de 1988, são percebidas mudanças relevantes no que tange à gestão pública brasileira, dentre as quais destaca-se a descentralização, responsável por ampliar a autonomia dos demais entes federados (estados e municípios). Entre as atribuições acrescidas, ressalta-se a delegação aos entes estaduais a prerrogativa de constituir as RMs. É neste contexto que se intensificam os problemas metropolitanos, em virtude da visão municipalista, onde a questão local se destaca em detrimento da supra-local, gerando uma fragmentação e fragilização da gestão e da governança metropolitana com o processo de metropolização institucional. No ano de 2015 é promulgado o Estatuto da Metrópole (EM) enquanto marco regulatório capaz de orientar a discussão a respeito da questão metropolitana. Ciente da necessidade de fomento a referências teórico/empíricas para o debate, o presente estudo tem por objetivo promover reflexões acerca dos avanços e desafios da implementação do EM na Região Metropolitana de Natal (RMN). Para tanto, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com representantes de municípios e do ente estadual, analisadas através do QualiQuantiSoft. Ademais, foram observadas as diretrizes dos Marcos Legais do estado e dos municípios, em consonância com o Estatuto da Metrópole. Os resultados constatarem a ausência de ações efetivas oriundas do poder estadual, no sentido de coordenar a RMN, levando, portanto, os municípios a se articularem para discutir a metrópole e seu desenvolvimento.

Palavras-chave: Estatuto da Metrópole; Região Metropolitana de Natal; Gestão metropolitana; Planejamento Metropolitano.

IMAGENS DA ANTROPOFAGIA DOS RELATOS COLONIAIS A *COMO ERA GOSTOSO O MEU FRANCÊS*

Clarissa Damasceno Melo (UESC)

Paula Regina Siega (UESC)

À luz da Estética da Recepção de Hans Robert Jauss, este trabalho objetiva compreender como os textos quinhentistas *Viagem à Terra do Brasil*, de Jean de Léry e *Duas viagens ao Brasil*, de Hans Staden, foram recebidos por Nelson Pereira dos Santos no filme *Como era gostoso o meu francês* (1971). Considerando o cineasta um receptor criativo tanto da literatura quinhentista quanto da releitura modernista destes textos, visa-se indicar o processo de ressignificação operado pelo filme, que produz uma visão renovada dos colonizadores, do rito antropofágico e dos nativos desta terra. Para tal, far-se-á necessária a reflexão sobre o rito antropofágico à luz das considerações trazidas por Darcy Ribeiro em *O povo brasileiro: formação e sentido do Brasil*, e por Florestan Fernandes em *A função social da guerra na sociedade tupinambá*, objetivando não só a compreensão dos ritos antropofágicos e sua função nas várias sociedades indígenas, mas como foi a relação do colonizador europeu frente a um ritual por eles desconhecido. Doravante, é por partir de uma visão renovada do diretor cinemanovista que este trabalho se justifica enquanto produção teórica, pois fomenta a possibilidade de apresentar não apenas uma intersecção entre literatura e cinema, mas uma visão não estigmatizada dos povos originários que se materializa em uma linguagem fílmica irônica que inverte e potencializa a discussão de quem seria o herói desta terra.

Palavras-Chave: Antropofagia; Modernismo; Nelson pereira dos Santos.

MENTE ESTENDIDA E LINGUAGEM COMO PROCESSOS SEMIÓTICOS DE UM COLETIVO DE AGENTES

Santos F.E.G., Carvalho L.L.

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Este projeto de pesquisa objetiva fazer uma análise de modelos de linguagem emergente e mente estendida como processos semióticos de um coletivo de agentes; este posicionamento está sendo desenvolvido a partir da teoria sistemas complexos da linguagem de Luc Steels (2015) em aliança com o pensamento enativo de Maturana & Varela (1980). É apresentada uma primeira análise dos conceitos de mente e linguagem em ciência cognitiva, e como estes conceitos foram trabalhados pelas teorias cognitivista e connexionista; o pensamento enativista será introduzido em contraponto aos modelos clássicos apontando que a teoria enativa se desenvolveu a partir do connexionismo retomando ideias da cibernética; e os conceitos de mente estendida (Andy Clark, 2014) e linguagem como fenômeno social em ciência cognitiva enativa (Maturana & Varela,1980) são analisados através dos conceitos de autopoiese, deriva natural, acoplamento estrutural, cognição de primeira ordem, cognição de segunda ordem, cognição de terceira ordem, neurofenomenologia, isomorfismo, comunicação e domínio linguístico por meio da metodologia de pesquisa bibliográfica e da análise conceitual.

Palavras-chave: mente estendida, linguagem, enativismo, sistemas complexos.

POESIA COISA PÚBLICA? MERCADO EDITORIAL E PRODUÇÃO POÉTICA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Gabriel Guimarães Barbosa (PPGLEV-UFRJ)

Considerando a produção poética brasileira a partir dos anos 70, o presente trabalho busca entender o processo de absorção dos chamados “poetas marginais”, defensores do caráter antimercadológico da poesia, pela indústria cultural brasileira nas primeiras décadas de nosso século. Pretende-se entender, portanto, alguns aspectos fundamentais da poesia marginal apresentados por críticos como Frederico Coelho, Silviano Santiago, Heloisa Buarque de Hollanda e Antônio Carlos de Brito (Cacaso), na tentativa de se debruçar sobre algumas das estratégias usadas pela indústria cultural na transformação destas obras em produto, analisando aspectos como textos publicitários e projetos gráficos dos livros, por exemplo. Para fundamentar nossa leitura, pretendemos trazer as edições que reúnem as obras poéticas completas dos poetas Ana Cristina Cesar e Paulo Leminski, sempre em diálogo com as leituras críticas prévias e a proposta do trabalho. A escolha se justifica por se tratarem de exemplos de uma poesia marginal que foi assimilada pelo mercado editorial, conseguindo inserir a poesia pela primeira vez na lista de mais vendidos no Brasil.

Palavras-chave: Literatura Brasileira, Literatura Contemporânea, Mercado Editorial

MORADIA, FAVELA E EXCLUSÃO SOCIAL: REFLEXÕES DA SOCIEDADE MODERNA

Mestrando João Paulo
Mestrando Rudemson Costa
Centro Universitário dos Guararapes - UNIFG

Em função da ampla abordagem histórica sobre o conceito de habitação, à luz das políticas públicas, a discussão sobre moradia, favela e exclusão social se dá a partir de um contexto possivelmente preparado para tornar esses fatores intrínsecos à realidade da cidade. Argumenta-se que apenas uma construção sólida que proteja famílias de quaisquer condições climáticas extremas não pode ser chamada de moradia, sendo esta mais complexa, composta por alguns fatores como eletricidade, saneamento básico, vias públicas e transporte. A exclusão de tais fatores desencadeia o processo de desigualdades sociais e da marginalização que acontece nas áreas de habitações modestas popularmente chamadas de favelas (conjunto de habitações populares construídas de forma precárias, desprovidas de infraestrutura). Complementarmente, são provocados distanciamentos de pessoas e/ou grupos de todas as instâncias da vida social. Numa abordagem do caráter coletivo que surge da vida nas cidades, consequentes mecanismos de domínio dizem geri-las a partir das relações públicas, sendo estas, reforçadas pelos aparelhos ideológicos e repressivos do Estado. Diante da relevância deste tema, a intenção do presente estudo é provocar reflexões diversas sobre a questão habitacional brasileira, sendo necessário que os autores se utilizassem de um levantamento bibliográfico em publicações acadêmicas sobre os termos moradia, favela e exclusão social abrangendo um período de quatro décadas, com a finalidade inicial de aumentar o poder explicatório destes temas, além de apresentar as principais contribuições relacionadas. Em 1964 foi edificado, no Brasil, um imenso mecanismo institucional de governo para fomentar a construção de casas e gerar empregos temporários, promovendo, simultaneamente, a formação de um oligopólio no setor da construção. Conhecido como Banco Nacional de Habitação, tal mecanismo satisfaz aos objetivos do governo autoritário e chegou a acumular uma razoável experiência. No entanto, em 1986 o sistema foi demolido sem que se buscasse aproveitar o que de positivo havia sido feito, além da construção de um grande número de casas por todo o país. A experiência do BNH teria assegurado, hoje, que se pudessem avaliar as realizações de 30 anos, propiciando uma reformulação nas políticas oficiais no campo da habitação, de forma a corrigir e agregar os elementos que faltavam. Tal procedimento permitiria a eliminação dos aspectos negativos que tivessem sido identificados. Ademais, essas áreas de habitações construídas de forma irregular, sem arruamentos, sem um mínimo plano urbano, sem esgotos, sem água nem luz, ficaram registradas oficialmente como favelas. Dessa precariedade urbana, resultado da pobreza de seus habitantes e do descaso do poder público, surgiram os fatores que fizeram da favela o lugar da carência, da falta, do vazio a ser preenchido pelos sentimentos humanitários, do perigo a ser erradicado pelas estratégias políticas que fizeram recair sobre os favelados os problemas das cidades. Dessa forma, esse rápido e desordenado processo de urbanização, a inadaptação e uniformização dos sistemas, as desigualdades de rendas e de acesso aos serviços, alargam a reflexão em torno da exclusão, não mais como um fenômeno de ordem individual, mas social. É necessário dimensionar tais gargalos, cuja origem necessita ser buscada nos princípios do funcionamento das sociedades modernas.

Palavras-Chaves: Moradia, Favela, Exclusão Social, Habitação.

ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES COLETIVAS NAS OBRAS DE DURKHEIM.

Marcela Regina Oliveira de Miranda

Mestranda em sociologia pela Universidade Federal Fluminense no Programa de Pós-graduação em Sociologia - PPGS/UFF. E-mail: marcelarjmiranda@gmail.com
Universidade Federal Fluminense

O objetivo deste artigo é introduzir e investigar algumas obras de Durkheim que nos permita reconhecer a importância das representações coletivas e seus desdobramentos na vida social, bem como verificar o modo como essas representações permeiam e fundamentam a teoria sociológica durkheimiana, para tal me basearei nas percepções críticas de Heloisa Pontes e de Márcio Oliveira. As reflexões aqui depositadas são fruto da pesquisa e interpretação das obras produzidas pelo autor, além da leitura de comentadores e especialistas em Durkheim. Assim como se baseiam nas exposições e discussões experimentadas durante as aulas de Teoria Sociológica I, no Programa de Pós Graduação em Sociologia, da Universidade Federal Fluminense, orientadas pelos professores doutores Luiz Antônio Machado e Luis Carlos Fridman.

Palavras-chave: Durkheim, representações coletivas, vida social.

AS CARTAS DE GUSTAVE FLAUBERT A LOUISE COLET: DIRETRIZES ÉTICAS À ARTISTA

Michelle Alves

O presente trabalho pretende delinear os principais fundamentos de um programa de ascese de Louise Colet (1810 – 1876) esboçado por Gustave Flaubert (1821 – 1880). Com este intuito, debruça-se sobre a correspondência escrita por Flaubert a Louise, com quem o escritor manteve uma relação amorosa ao longo de oito anos. Assim, o exame das missivas traz à luz o programa de ascese que se estabelece através da intensa relação de intimidade entre os dois escritores. Sob este aspecto, examinam-se os aconselhamentos que se encontram nas cartas, através de um diálogo com o pensamento de Pierre Hadot e de Michel Foucault. Pela via da relação de amor erótico entre Gustave e Louise, a ascese que se apresenta à escritora, é, ao mesmo tempo, também exercícios espirituais para Flaubert, do mesmo modo que o são para a escritora. Deste movimento de busca por aprimoramento pessoal que se revela pela análise das correspondências, apreende-se a importância da relação amorosa para a afirmação e continuidade da ascese. Tal busca tem como finalidade principal possibilitar uma completa modificação da personalidade, conduzindo-a na direção de uma “vida vivida virtuosamente”, i.e., a vida que encontra na otimização da realização do ofício um “prazer”, segundo as conceituações de Aristóteles em *Ética a Nicômaco*. Para tanto, os estudos de Jacques Lacan sobre “estrutura e cadeia significante” proporcionam os instrumentos para a análise do texto das cartas.

A TEORIA MARXIANA E MARXISTA NA PÓS-GRADUAÇÃO NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

Emilene Oliveira de Bairro (PUCRS)

O presente artigo é parte integrante do projeto de tese, que já foi aprovado pelo Comitê responsável da Universidade. Trata sobre a apreensão e a apropriação da Teoria Marxiana e Marxista expressa na produção acadêmica dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil. Por tanto, pretende-se verificar se a mediação dessa matriz tem destaque na formação Pós-Graduada da área, por meio da leitura e análise de teses, de modo a atender as demandas da Graduação. Fortalecendo assim o Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social, que se solidifica e se materializa no movimento dialético da realidade e a pesquisa acadêmica. A Universidade tem na pesquisa uma das suas atividades essenciais, e essa é desenvolvida em sua plenitude na Pós-Graduação, sendo que a geração de novos conhecimentos auxilia em descobertas para a sociedade. Dessa forma, a Universidade tem sua função social materializada com a contribuição do ensino, da extensão e da pesquisa. A pesquisa hoje é o carro chefe da Pós-Graduação em nível de mestrado e doutorado. Por isso, as aproximações com os espaços de diálogo sobre Pós-Graduação são vitais para uma Universidade qualificada e ética. A pesquisa na Pós-Graduação é fundamental para aproximação de saberes e conhecimentos diversos que articulam teoria e prática, e fundamentam a ciência, não apenas no meio acadêmico, mas na sociedade como um todo.

REPENSANDO A LINGUÍSTICA APLICADA NO BRASIL POR MEIO DA DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA

Daniel dos Santos

Universidade Estadual de Campinas

A Linguística Aplicada, em sua natureza inter/transdisciplinar, se concentra em investigações acerca de práticas sociais e modos de constituição de sujeitos nos quais a linguagem ocupa um papel central e determinante. Para além disso, é reconhecidamente característico desta área o foco social(izante) das pesquisas empreendidas no campo aplicado. Por outro lado, também é visível a distância estabelecida entre academia e “pesquisados”, no que diz respeito à cultura logocêntrica do *homo academicus* (FERREIRA, 2012). Este paradoxo entre diferentes posicionamentos vigentes na produção de conhecimento pelas universidades é o que dá espaço para repensar práticas estabelecidas, a fim de resgatar a tradição da Linguística Aplicada no Brasil em quebrar paradigmas arborescentes e hierarquizantes (SIGNORINI, 2015). Através das características que a área evoca, portanto, acredito ser essencial discutir o compromisso ético do pesquisador ao engajar-se em estratégias de divulgação que possibilitem à área, aos programas de pós-graduação e ao devir da produção de conhecimento científico a responsabilidade de repensar a Linguística Aplicada. Desta maneira, apresento dados de um projeto de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada (Unicamp), no qual investigo um grupo aberto, em um site de rede social, de professores e profissionais da área de Português Língua Estrangeira. O objeto de análise da proposta aqui apresentada é um blog, nomeado “Entre redes e percursos”, no qual busco divulgar dados gerados durante a realização da pesquisa. Da mesma forma, pretendo, com tal instrumento, pautar discussões sobre considerar a educação com base na pluralidade, construindo novas educações (PRETTO, 2010), assim como espaços de (des)aprendizagens (FABRÍCIO, 2006). E, por fim, dado que minha pesquisa focaliza construções identitárias na formação de professores, ainda pretendo estimular ações de mobilização para a criação/desenvolvimento de zonas de contato entre professores que prefigurem discussões crítico-reflexivas, principalmente daquelas que iniciam e permanecem em repositórios acadêmicos.

Palavras-chave: Linguística Aplicada; divulgação científica; formação de professores.

A RESERVA EXTRATIVISTA DO ARRAIAL DO CABO, RJ: PROBLEMATIZANDO UM TERRITÓRIO E SEU ESPAÇO POLÍTICO

Daniela Lemos Viana

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

A formação de um território é a tentativa de estabelecer diferenças entre aqueles que integram ou não um determinado espaço, enquanto em um espaço político as divergências tornam necessária a gestão dos interesses de grupos e/ou indivíduos. Com isto em mente, tivemos a intenção de refletir sobre os conceitos de território e espaço político, utilizando como objeto empírico as relações estabelecidas na Reserva Extrativista Marinha do Arraial do Cabo. Apesar da institucionalização da RESEX-Mar como um território ser voltado a atender um grupo e as suas exigências sobre um ambiente físico, a reserva é atravessada pelas intencionalidades que emanam da dinâmica da cidade de Arraial do Cabo. Os interesses locais entre os representantes da pesca artesanal, das associações de turismo e escalas federativas auxiliam na discussão sobre o uso do território, desmascarando o olhar homogeneizador sobre o conceito. Assim, discutimos esta questão a partir dos dados qualitativos coletados em campo.

Palavras-chave: Unidades de conservação; Pescadores artesanais; Turismo.

A CIÊNCIA COMO MOTOR DO CONHECIMENTO PARA A TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE

Manuelle Maria Marques Matias
Ruben Araujo de Mattos

Uma certa visão de ciência que se coloca com frequência em nosso meio considera problemático admitir a implicação de pesquisadores e pesquisadoras com seus objetos de estudo. Este trabalho traz alguns elementos de reflexão sobre a prática científica bem como sobre a ideia de neutralidade, objetividade e implicação. Lourau (1993) afirmava que amamos nossa alienação e sentimos que é dolorosa a análise de nossas implicações ou dos lugares que ocupamos ativamente neste mundo. Para o autor as implicações sempre fazem parte do processo de pesquisa por mais difícil que seja analisá-las e ainda que há contradições entre este projeto científico/político de análise das implicações e o sentido “positivo” ou positivista” de ciência”. Na concepção positivista acredita-se que pode se chegar à neutralidade através da aplicação rigorosa de métodos pré-definidos de pesquisa. O pesquisador teria apenas o papel de testar hipóteses para chegar a alguma verdade. A ideia de ciência que desenvolvemos contrapõe-se a visão que desconsidera o pesquisador enquanto sujeito-protagonista e suas implicações nesse processo. A ciência é antes de tudo viva e sua força motriz é determinada pelo engajamento dos sujeitos que a produzem. Isto contudo tem consequências práticas para o estudo e apontam para a necessidade de reflexão constante em todo o processo de pesquisa. Consideramos ingênua a visão de ciência marcada por uma suposta neutralidade, imparcialidade e distância do seu objeto. Para Boaventura de Sousa Santos (2001) nem a neutralidade nem a objetividade são possíveis em termos absolutos, e assim não é possível negar ou omitir o caráter subjetivo dos valores que norteiam nossas escolhas de estudo. De forma que a boa prática científica deve ser antes de tudo fruto da maximização da objetividade e minimização da neutralidade. Para Mattos (2011) tratar-se-ia de fazer o exercício constante de “tornar estranho o que é familiar”. É preciso reconhecer a prática científica como atividade humana e como tal, implicada pelos valores de mundo de quem a produz e com a transformação social.

LINHAS MARGINAIS: UMA PLURALIDADE PARA ALÉM DO LITERÁRIO

Morgana Chagas Ferreira
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Ao traçarmos uma linha de significação para o termo marginal dentro da Literatura Brasileira dos últimos quarenta e cinco anos, observamos que a expressão transitou por diferentes extensões de sentido e, conseqüentemente, por diferentes espaços. Movida por essa curiosidade, apresento, neste trabalho, um estudo comparativo entre as particularidades dos ditos movimentos marginais que integraram a geração dos anos de 1970, como a Nuvem Cigana, e as características das manifestações dos autointitulados marginais periféricos do início dos anos 2000 através dos percursos de significado da palavra “marginal”. As produções literárias dos sujeitos participantes desses dois movimentos funcionam como fio condutor para a compreensão dessas manifestações, pois foram elas que receberam atenção da crítica e da imprensa em um primeiro momento. Contudo, veremos que, ainda assim, as noções de marginalidade extrapolarão os limites do texto escrito – muito pelo fato desses sujeitos circularem por diferentes áreas artísticas e/ou produzirem espaços em que a literatura não é a principal expressão – convertendo-se, então, numa experiência marcadamente subversiva e importante para o cenário cultural brasileiro.

Palavras-chave: Literatura Marginal; Cultura; Pesquisa

QUE GAY SOU EU? INTERSECÇÕES E TENSÕES EM PRAIAS GAYS DO RIO DE JANEIRO

Alexandre Gaspari

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

O trabalho apresenta um recorte da pesquisa realizada em dois trechos de praias da cidade do Rio de Janeiro considerados “amigáveis” a homossexuais: a Bolsa de Valores, em Copacabana, e a Farme, em Ipanema. A partir de observação direta e indireta em campo, seleção de informantes e referencial teórico, o estudo se propôs a analisar, com base nas relações estabelecidas nesses ambientes, a multiplicidade de “subgrupos” oculta sob a categoria “homossexual”, bem como as tensões a partir de aproximações e diferenciações entre gays do sexo masculino nestes espaços de interação. Se as identidades se formam a partir das diferenças, conforme Hall (2007), estas diferenças aproximam e repelem os atores de acordo com suas representações, no sentido estabelecido por Goffman (2011), na Bolsa e na Farme. Tais representações, contudo, são caracterizadas por interseccionalidades entre variados marcadores sociais da diferença. Se o corpo é o marcador mais óbvio em uma praia, há outros fatores que influenciam essas relações, como gênero, classe social, geração, raça, origem e mesmo local de moradia. Assim, os cruzamentos interseccionais criam espaços territorializados de conflitos e transições. O que parece estar em jogo é um capital simbólico que estabelece uma espécie de “hierarquia gay”, sobretudo em relação às masculinidades e à performatividade, citando Butler (2013). Tais diferenciações podem, inclusive, provocar o deslocamento espacial de determinados grupos para áreas onde consigam manter sua distinção. A tentativa de ocupar novos espaços no território “democrático” da praia carioca, entretanto, pode não se concretizar como planejado inicialmente, devido à heterossexualidade compulsória dominante. Afinal, embora as fronteiras entre praias “gays” e “heterossexuais” sejam fluidas, a “territorialização” desses espaços não se dá sem conflitos e reivindicações que muitas vezes se efetivam somente em processos políticos e históricos.

Palavras-chave: Homossexualidade, Corporeidade, Masculinidade

ENTRE O PARTICULAR E O UNIVERSAL: CULTURA, CIDADANIA E POLÍTICA, COMO CONSTRUIR UMA NAÇÃO INCLUSIVA?

Ana Luiza da Rocha Lima¹

¹Mestranda pelo programa de pós graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

O presente trabalho se propõe a discutir a disputa sobre o projeto de cidadania e seus significados, considerando sua inserção num contexto político que deve considerar a influência de instrumentos de tecnologia, a globalização, o multiculturalismo e novas formas de sociabilidade para se organizar em prol de uma cidadania plural, inclusiva, mas que ainda promova a integração do seu Estado-Nação. Justamente por causa da heterogeneidade cultural e da transnacionalidade das relações, muitas propostas giram em torno de teorias abstratas e universais que garantam uma racionalidade que promova a desejada integração social, por outro lado, há aqueles que defendam que essa neutralidade promoveria a exclusão e que a cultura deveria sim ser considerada em termos de constituição de um projeto de cidadania inclusiva, tendo em vista que a identificação clássica do sujeito com o Estado (identidade nacional) não é mais sua identidade primária, tendo em vista a multiplicidade de identidades surgidas num mundo pós-convencional, identidades essas apontadas desde os movimentos sociais da década de 60 por grupos marginalizados que reivindicavam por reconhecimento e pela superposição da identidade sobre a nacionalidade. Dessa forma, o trabalho pretende abordar essa disputa sobre a conceituação de cidadania e a discussão em torno da neutralidade ou ‘culturalização’ de sua acepção para entender como a cidadania pode funcionar enquanto elemento integrador, inclusivo e contingente, tendo como centro a questão da cidadania cultural como instrumento de enriquecimento e alargamento da democracia, uma vez que reconhece sua plasticidade, mas integra na medida que une distintos sujeitos em torno de um projeto político de significação da cidadania.

ESOTERISMO E CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

Augusto Waga

Mestrando do Programa de Sociologia do Instituto de Estudos Sociais e Políticos
(IESP/UERJ)

O presente trabalho integra as preocupações de pesquisa acerca da construção do *self* entre videntes e oraculistas que formam o repertório mais amplo da Nova Era no Brasil. Neste trabalho, procuraremos discutir em que dimensão esses atores se inserem e, ao mesmo tempo, produzem o espaço urbano. Primeiro, propomos uma discussão acerca das interfaces entre capitalismo, consumo e neorromantismo, a partir das divergentes leituras acerca do paradigma do consumo e, em última instância, da sociedade de consumo, contra as que enfatizam a produção capitalista do espaço, para mostrar que o momento da circulação e do consumo são fundamentais para entender a circularidade dos atores nesse mercado de bens e serviços materiais, imateriais e simbólicos. Pretendemos expandir a teoria do ator plural de Bernard Lahire para entender como tais atores, ao mesmo tempo em que compartilham posições e disposições de classe, circulam diferencialmente por entre campos, mas também pelo espaço urbano, engajam-se diferencialmente no repertório simbólico da Nova Era e consomem, igualmente, de forma diferenciada a partir das implicações de classe de forma *sui generis*. Em seguida, serão analisadas as entrevistas e algumas observações de campo de três feiras esotéricas, uma de âmbito local e duas de âmbito nacional para pensar a construção de um modelo de análise adequado para pensar a *mystica urbe*.

O CONFEDERALISMO LATINO AMERICANO: OS PRIMÓDIOS DA INTEGRAÇÃO REGIONAL

B, M, M.

Universidade de São Paulo

Nas últimas três décadas, os processos de integração latino-americanos invocaram em maior ou menor grau a figura de Simón Bolívar como símbolo unificador do subcontinente. O “integrador”, título outorgado à Bolívar pelo cientista político americano Ernst Bernard Haas, foi importante figura para política latino-americana no século XIX. Seus ideais foram apropriados, principalmente na primeira década do século XXI, na construção política de arranjos regionais. A Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América em 2004, a União de Nações Sul-Americanas em 2008 e a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos em 2010, foram algumas das organizações que invocaram os ideais bolivarianos em seus princípios constitutivos. Em 1815, Bolívar escreveu a “Carta da Jamaica” conjurando pela união das ex-colônias hispânicas contra a opressão da Espanha. Tal união se pautaria, outrossim, na identificação de aspectos subjetivos ligados à língua, à religião e à necessidade de uma compreensão coletiva de unidade para formar uma só nação americana. Este desejo integracionista tomou forma em 1824 quando Bolívar lançou a “Convocatória do Congresso do Panamá”. Nesta carta-convite às republicas latino-americanas o libertador propôs a criação de uma confederação de repúblicas, reinos e impérios latino-americanos que contribuísse para solução de conflitos comuns, poder de conciliação em litígios e interpretação de tratados públicos. Esta comunicação, portanto, pretende analisar a história do primeiro grande movimento confederalista latino-americano, suas influências, a arquitetura da confederação proposta por Bolívar, os resultados do Congresso do Panamá e o impacto da confederação para o campo das relações internacionais especialmente para a integração regional. Esta pesquisa é baseada na revisão de fontes históricas primárias como cartas e tratados bem como fontes bibliográficas secundárias especializadas no tema.

Palavras-Chaves: integração, regional, confederação, latino-americana.

AS REDES SOCIAIS E A PREDISPOSIÇÃO DAS ATITUDES DEMOCRÁTICAS: PROPOSTA METODOLÓGICA PARA PESQUISA COM JOVENS DE ENSINO MÉDIO NO BRASIL

Camila de Vasconcelos

Professora do Instituto Federal de Goiás (IFG). Doutoranda em Ciência Política pela UFRGS. E-mail: camila.vasconcelos@ifg.edu.br

Rodolfo Silva Marques

Doutor em Ciência Política pela UFRGS Mestre em Ciência Política pela UFPA. Docente da Universidade da Amazônia (UNAMA) e da Faculdade de Estudos Avançados do Pará (FEAPA). Graduado em Comunicação Social – Publicidade e Propaganda pela Universidade da Amazônia. E-mail: rodolfo.smarques@gmail.com.

208

O trabalho é uma proposta metodológica para avaliar a predisposição dos jovens estudantes brasileiros em relação à suas atitudes democráticas relacionadas à utilização das redes sociais da internet (Castells, 1996; Recuero, 2009). As atitudes políticas possibilitam o sentido de eficácia dos governos democráticos (Almond e Verba, 1963), manifestando-se no sentido de que a instabilidade política nos regimes democráticos pode ser agravada quando atitudes democráticas de desconfiança podem diminuir o apoio democrático das gerações mais jovens. Nesse sentido, Almond e Verba (1963) destacam que é através do processo de Socialização Política que ocorre a formação dos componentes que vão definir a cultura política das próximas gerações no Brasil, como as atitudes democráticas. A socialização política recebe influência muito grande da mídia (Castells, 1996; Recuero, 2009). Os dados ressaltam a relevância de se aplicar tal metodologia, sendo possível identificar a influência da socialização política através das redes sociais da internet no Brasil.

Palavras-chave: Redes; Internet; Atitudes; Socialização; Política.

PORQUE NÃO É UM DIREITO OU *PORQUE HÁ DIREITO AO GRITO*

Daniel Aparecido Veneri - PPGLEV (UFRJ)

Drisana de Moraes Oliveira Santos - PPGLEV (UFRJ)

O presente trabalho pretende discutir as relações entre poesia contemporânea, além de outras artes e atuações políticas, e apropriações dos corpos pela sociedade. Partindo, *a priori*, da leitura de poemas de Angélica Freitas e Adília Lopes, tal como a performance de Marina Abramovic, *Ritmo 0*, procuramos empreender e compreender as privações e ruínas sentidas e pressentidas, em primeira instância, no corpo feminino. Tendo em vista o não-direito da mulher sobre seu próprio corpo, sendo, portanto, um direito que não é público, pretendemos verificar as reações provocadas no e pelos corpos em questão. Para tal, será levantada a discussão sobre uma variedade de formas, a fim de corportar uma variedade de temas, que reverberam e assolam toda uma coletividade.

Palavras-chave: Poesia Contemporânea. Performance. Corpo Feminino

A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA POLÍTICA: UM PARALELO COM MICHELLE PERROT E A CONSTRUÇÃO DA MULHER ENQUANTO SUJEITO DA VIDA PÚBLICA

Priscila Moreira Borges¹

¹Graduada em Ciência Política na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; Mestranda em Política Social, na área de Sujeitos e Proteção Social na Universidade Federal Fluminense,, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Universidade Federal Fluminense

210

Este artigo buscará analisar, a partir do olhar de Michelle Perrot em seu texto “*Sair*”², a construção da mulher enquanto sujeito político. Observando os diversos caminhos percorridos pelas mulheres ao longo da história para ocupar a vida pública. Especialmente nas análises de Perrot (1999) sobre as mulheres operárias, traçaremos um paralelo com a realidade das mulheres trabalhadoras no Brasil e sua inserção nas direções sindicais. As trabalhadoras, engajadas nas lutas feministas e sindicais, têm travado árduas disputas no interior do movimento para inserir na pauta suas reivindicações específicas relativas à conciliação trabalho, família e a partilha dos postos de comando das direções dos sindicatos. Esta pesquisa pretende observar a participação das mulheres numa das principais organizações sindicais brasileiras: a Central Única dos Trabalhadores (CUT) nos anos de 2003 à 2014. O artigo deverá apresentar um sucinto diagnóstico do trabalho remunerado feminino no período, utilizando os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD); bem como buscará analisar o engajamento político dessas trabalhadoras no sindicalismo através da avaliação de atas, resoluções dos congressos e plenárias nacionais da CUT. A variável central da análise será a divisão dos postos de direção da entidade entre homens e mulheres.

Palavras-chave: Perrot; Divisão Sexual do Trabalho; Mulheres na política; CUT

² PERROT, Michelle. “Sair”, *História das Mulheres no Ocidente*, (org.: Michelle Perrot e Georges Duby), Porto: Ed. Afrontamento; São Paulo: Ebradil, 1999.

ESTUDO SOBRE AS AFRICANIDADES NA GEOGRAFIA E A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639 NA DISCIPLINA ESCOLAR

Natália Lidia Garcia de Carvalho
Universidade Federal da Bahia-UFBA
nlgc.2018@gmail.com

Essa pesquisa é fundamental na prática educativa; onde, saber relacionar o conhecimento científico, os problemas sociais e as experiências de vida estudantes é desafio no mundo da educação. Assim, este trabalho proveniente da experiência docente obtida na disciplina de Estágio Supervisionado em Geografia III, da Universidade Federal do Ceará-UFC, na qual foi elaborado e desenvolvido um projeto didático de intervenção em uma escola da cidade de Fortaleza, com três turmas de 6º ano do Ensino Fundamental II. Para tanto foi realizado um apanhado histórico sobre a discussão étnico-racial na Geografia, interpretando assim, a realidade atual do espaço escolar no contexto das relações étnico-raciais no Brasil. Ademais, abordamos a temática das Africanidades no ensino de geografia com base na Lei 10.639/2003, com adição dos relatos de experiência anotados, sobre a compreensão dos estudantes acerca da temática. Com a Lei de Africanidades, podemos perceber maiores possibilidades na abordagem do tema nas escolas e no ensino de geografia. Contudo, ainda permanecem os desafios sobre a questão étnico-racial que ultrapassam os limites do mundo escolar.

Palavras-chave: Africanidades; Escola; Geografia.

FRENTE PIONEIRA E FRENTE DE EXPANSÃO: UMA ANÁLISE SOBRE O PODER SIMBÓLICO NA FRONTEIRA

Ana Maria de Carvalho
Juliana Adono da Silva

Programa de Pós-graduação em Direito Agrário
Universidade Federal de Goiás

Será abordado os conceitos de Frente Pioneira e Frente de Expansão, entendendo como aquela exerce um poder simbólico na zona de fronteira. Nesse sentido, buscar-se-á analisar as relações existentes, a diversidade e a contemporaneidade dos processos históricos presentes no território de fronteira, bem como os conflitos gerados nos momentos em que não há uma alteridade possível entre povos diferentes. É na fronteira que ocorre o (des)encontro de indígenas, camponeses, empresários, pequenos agricultores modernos, enfim, há uma multiplicidade de concepções de mundo reunidas em um mesmo lugar. A fronteira é, essencialmente, um lugar de conflito e, ao mesmo tempo, local de lutas, esperanças e sonhos. Desse modo, ter-se-á como referencial teórico os sociólogos José de Souza Martins e Pierre Bourdieu. Além disso, utilizando o método dialético-argumentativo será possível identificar o poder simbólico nas ações da Frente Pioneira, predominantemente econômica, que mascara o arbítrio e promove relações de dominação, ocasionando reflexos no meio social. Na análise, será dado destaque ao fato de que se chama de Pioneira as formas sociais e econômicas essencialmente capitalistas e vinculadas às classes dominantes e, em alguns casos (como o da Amazônia), ao Estado, sendo essencialmente exploratória, uma vez que se organiza em relações de compra e venda de força de trabalho em locais em que, antes de tal expansão, havia uma vida com relações de subsistência ou economicamente simples que supriam as necessidades daqueles que ali viviam, as quais passam a ser inviabilizadas e, muitas vezes entram em colapso. Destaca-se, portanto, a necessidade de proteção e auxílio para que se busque uma alteridade possível e, além disso, que se promova a preservação da identidade e do modo de vida dos povos em sua pluralidade, estando eles na fronteira, além ou aquém dela.

AGRONEGÓCIO E DINÂMICA ECONÔMICA: Nem todos os Espaços são Luminosos

Ariel Costa dos Santos (PPG UFGD Doutorado em Geografia)
ariel.costa.geo@gmail.com

Vários fatores marcaram o século XX, entre eles, o advento do agronegócio. Com a inserção do meio técnico-científico-informacional, houve a modernização da agricultura, com isso, a produção passou a ser baseada em larga escala, pela qual se interligou diretamente com o processo de intensificação da atividade industrial que marcou o país no século passado, e teve seu crescimento orientado pela demanda do mercado internacional. Houve ainda uma gama de grandes inovações nessa área, que se tornou mais intensivo em capital financeiro, com o uso de máquinas e insumos agrícolas para produzir em maior quantidade. Entre as diversas mudanças ocorrida no território nacional a partir do advento do agronegócio, destaca-se a criação de diversas cidades a partir da década de 1970, mais precisamente na região centro-oeste. Entre essas cidades pode-se destacar Campo Verde-MT que até os dias atuais vem despontando no cenário nacional, contudo vem apresentando diversos problemas de origem social e ambiental nos últimos anos. No que tange ao espaço urbano, a cidade é completamente dividida, a má distribuição de renda ajuda a aumentar essa problemática existente. O objetivo do presente trabalho foi compreender como o agronegócio, fonte de crescimento econômico, não determina obrigatoriamente o desenvolvimento das cidades que continuam a apresentar desigualdade social. Na construção da presente pesquisa foi realizado pesquisas bibliográficas, trabalhos de campo, bem como, houve a aplicação dos conceito de “Espaços Opacos” e “Espaços Luminosos” do geógrafo Milton Santos para a melhor compreensão da segregação Socioespacial existente na cidade de Campo Verde-MT.

Palavras-Chaves: Agronegócio, Campo Verde-MT, Espaços Luminosos.

BRASIL E ESPANHA – UMA ANÁLISE DO PAPEL DOS MOVIMENTOS SOCIAIS CANNABICOS A LUZ DA CORRENTE ECOSOCIALISTA

Eline Matos Reis

Mestra em Economia pela Universidade Federal da Bahia – UFBA

Esse artigo se propõe, através da perspectiva ecossocialista, relacionar as políticas públicas sobre a Cannabis na Espanha e no Brasil, observando as conquistas dos movimentos cannabicos destes países. A partir de um estudo qualitativo documental e comparado sobre os avanços nas regulações cannabicas da Espanha e do Brasil, busca-se avaliar a importância dos movimentos cannabicos como agente de transformação e responder a indagação central da pesquisa: de que forma a experiência do movimento cannabico espanhol se assemelha ao atual avanço do movimento cannabico medicinal no Brasil? Para responder a este questionamento, identifica-se a necessidade de caracterizar historicamente a regulação da maconha nesses países e a atuação dos movimentos sociais antiproibicionistas locais. O movimento antiproibicionista espanhol, através dos clubes cannabicos, conquistou a tolerância da sociedade e das instituições públicas sobre o consumo individual e coletivo da maconha, sem a finalidade de lucro. No Brasil, os movimentos antiproibicionistas, principalmente formado por famílias de pacientes que necessitam das plantas para o tratamento, vem travando o debate na sociedade e avançando judicialmente. Desse modo, por hipótese básica tem-se a perspectiva de que tanto o movimento cannabico espanhol quanto o movimento cannabico medicinal brasileiro são os principais agentes de transformação do paradigma antiproibicionista, bem como na inovação da distribuição coletiva da Cannabis sem fins lucrativos, descaracterizando a ideia de mercadoria.

Palavras-chaves: Cannabis; Movimento antiproibicionista; *Clubes sociales de cannabis*; Ecossocialista.

MOBILIDADE URBANA NA CIDADE DO RECIFE: REVISÃO LITERÁRIA COM FOCO NOS BENEFÍCIOS DE TRANSPORTES SUSTENTÁVEIS E NECESSIDADES DA POPULAÇÃO

Elisangela Lima; Fabiana Rosa.

Faculdade dos Guararapes – Laureate International Universities

Pensar mobilidade urbana é um desafio enfrentado pelas grandes cidades no Brasil e que vai além do seu conceito, qual seja: condição criada para as pessoas poderem se locomover entre as diferentes zonas de uma cidade, sendo os veículos particulares e os meios de transportes públicos os mais utilizados. Pensar mobilidade urbana é buscar soluções ou alternativas que ofereçam diversas possibilidades de circulação assegurando a inclusão, a qualidade e segurança a todos de forma a proporcionar uma experiência rica de interação e integração social. Para isto, é preciso ampliar os debates, regulamentando ações públicas para o interesse da questão, tais como com a aplicação da Lei de mobilidade urbana nº 12.587/2012 que foi sancionada e tem como objetivos melhorar a acessibilidade e a mobilidade das pessoas e cargas nos municípios e integrar os diferentes modos de transporte. Esta lei deve ser integrada ao plano diretor, o qual prioriza o planejamento municipal com interesse no desenvolvimento urbano, diagnosticando a realidade local quanto às necessidades da população e da região. Pretende-se através deste estudo realizar revisão de literatura explorando o tema Mobilidade Urbana na cidade do Recife com ênfase na melhoria da qualidade e eficiência dos deslocamentos por parte da população, integrada aos benefícios de transportes sustentáveis otimizando o espaço urbano e atendendo as prioridades do cidadão.

Palavras-chaves: Locomoção, Lei; Plano Diretor.

FINANCIAMENTO DE CAMPANHAS NO BRASIL: ANÁLISE DA AUSÊNCIA DE DOAÇÕES EMPRESARIAIS NA CONFIGURAÇÃO DOS PREFEITOS ELEITOS EM 2016.

Karoline Reis Cavalcante

Mestranda- Programa de Pós Graduação em Ciência Política- PPGCP UFPA

O Financiamento eleitoral no Brasil tem sido um tema muito estudado pela ciência política. Os pesquisadores estudam a forma pela qual o dinheiro das empresas impacta a eleição dos Chefes de Executivo e dos membros do Legislativo. O ano de 2016 colocou em prática no Brasil a legislação que proíbe o financiamento empresarial das campanhas. Esta pesquisa pretende investigar de que forma o impacto da nova legislação eleitoral, que proibiu a doação de empresas a candidatos e partidos, alterou ou não a configuração do poder municipal eleito em 2016, comparado aos eleitos em 2012 ainda sob a influência das doações de grandes empresas. Os achados iniciais demonstram que houveram poucas e, em algumas variáveis de perfis, nenhuma modificação significativa com a nova regra da ausência de financiamento empresarial.

**“INFINITAS DESORDENS, ESCANDALOSO CONTRABANDO”: OS
CONTRABANDISTAS DE INDÍGENAS MEDIANTE A POLÍTICA
INDIGENISTA NO ESTADO DO MARANHÃO E GRÃO-PARÁ DO
SETECENTOS (1730-1759).**

Lívia Lariça Silva Forte Maia

Mestranda em História Social da Amazônia – PPHIST/UFPA

Email: larissaforte88@gmail.com

A presente pesquisa se propõe observar a participação de diversos indivíduos e a influência dos poderes locais na formação do contexto de criminalidade acerca da apreensão e obtenção de indígenas mediante a legislação em vigor na Amazônia colonial portuguesa durante o setecentos, contrariando, por vezes, os dispositivos outorgados por lei, e desta forma, ferindo a apreciação de liberdade desses indígenas. Para tanto, pretendo apresentar uma abordagem que busque complementar os estudos sobre a ilicitude do contrabando de indígenas, trazendo a problematização das múltiplas faces deste comércio ilegal e as práticas utilizadas para a execução de tal dolo, como por exemplo, as aleivosias cometidas contra os ameríndios, observando as negociações entre o poder central e o poder local sob a vigência da legislação instituída para esta capitania, buscando contribuir para uma melhor compreensão das práticas jurídicas e consuetudinárias da administração colonial e da política metropolitana na capitania do Maranhão e posteriormente Grão- Pará e Maranhão.

Palavras-chave: Contrabandistas; Indígenas; Grão-Pará; Século XVIII.

CEARENSES OU PIAUIENSES? REFLEXÕES SOBRE IDENTIDADE NA VILA DE AMARRAÇÃO NO LITORAL DO PIAUÍ NO FINAL DO SÉCULO XIX

Marcus Pierre de Carvalho Baptista

Mestrando em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí – UFPI. Graduado em História pela Universidade Estadual do Piauí – UESPI. marcus_pierre@hotmail.com

Nunca somos, sempre estamos. Pensar a questão da identidade no ser humano parte da compreensão fundamental de que não se trata de algo que sempre existiu, mas sim de algo que está se transformando constantemente. Discutir sobre identidade resvala na necessidade de percebê-la enquanto múltipla, fragmentada e, muitas vezes, contraditória. Tendo em vista essa perspectiva sobre identidade seria possível pensar essa questão no Piauí no final do século XIX? Considerando que no final do período oitocentista a província do Piauí vivencia uma situação de litígio com a província do Ceará, referente à posse da Vila de Amarração, esta ao ser retomada pelo Piauí gera uma circunstância singular no ano de 1883: um problema de identidade. Registrado no periódico “A Época” há o relato de uma situação de injustiça perpetrada contra os moradores de Amarração no qual se questiona se esta ocorria em função da anexação, ou seja, o fato dos habitantes da referida área terem sido cearenses até então. O objetivo deste artigo foi analisar como o litígio entre o Piauí e Ceará no que se refere a Vila de Amarração provocou um conflito identitário no momento suscitado. A metodologia constou de pesquisa bibliográfica, utilizando-se, para refletir sobre Identidade autores como Hall (2005), Bauman (2005) e Woodward (2014), e documental, tendo como principal fonte uma edição do jornal “A Época” de junho de 1883. Ao final do estudo percebeu-se que a identidade dos habitantes de Amarração não estava relacionada à província que estes haviam nascido, mas sim àquela que habitavam no momento. Portanto, na medida em que o Piauí retoma a posse de Amarração, a identidade de seus habitantes transforma-se, deixando de serem cearenses e tornando-se piauienses.

Palavras-chave: Identidade. Litoral do Piauí. Vila de Amarração.

O SUJEITO PÓS-MODERNO INSERIDO NA TEORIA DA ARQUITETURA PÓS-MODERNA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO ELABORADA POR KATE NESBITT NO LIVRO “UMA NOVA AGENDA PARA A ARQUITETURA”

Nathalia Larsen

A pós-modernidade tem sido um tema recorrente na arquitetura contemporânea, diversos arquitetos desenvolveram seus ensaios críticos entre os anos 60 e 90. A arquiteta Kate Nesbitt logrou em seu livro *Uma nova agenda para a Arquitetura*, uma verdadeira curadoria de ensaios críticos, relacionados, interpretados e comentados por ela a partir da introdução de 51 textos de 32 autores relevantes referente ao pós-modernismo na teoria da arquitetura. O conteúdo denso e crítico é organizado de forma que, embora tenha uma multiplicidade de termos e posicionamentos, seja possível correlacioná-los e identificá-los na condição pós-moderna da arquitetura. A pesquisa tem como objetivo geral inserir no discurso da autora, voltado para o ambiente construído, o sujeito pós-moderno. O exercício busca relacionar os paradigmas apresentados em seu livro com os atributos da condição do sujeito, quanto sua psique no mundo pós-tradicional. Mais que uma sobreposição de arquétipos a pesquisa busca correlacionar o ambiente construído e o sujeito, explorando as noções do eu na trajetória da modernidade e a trajetória do eu nas noções de modernidade, estabelecendo assim um processo reflexivo. Com ênfase na identidade cultural (sujeito e arquitetura) busca-se ampliar o diálogo no campo da teoria da arquitetura, trazendo reflexões de teóricos do campo da sociologia, história e psicologia social (HALL, HOCHBAWS E GIDDENS). A metodologia aplicada para conduzir o diálogo é a dialética, instrumento da Teoria Crítica. Com isso, busca-se contribuir para uma visão dialética entre sujeito e ambiente construído.

A PRIMEIRA PRESIDENTA: GOLPE DE 2016 E A NARRATIVA MISÓGINA DA MÍDIA HEGEMÔNICA BRASILEIRA

Raíssa Sales de Macêdo – UFRJ

Trabalhando a partir de imagens e narrativas propagadas por veículos midiáticos brasileiros a respeito da presidenta legítima, Dilma Rousseff, do período de 2014, quando foi reeleita, a 2016, quando sofreu o impeachment, o objetivo desse artigo é analisar o discurso misógino da mídia hegemônica brasileira acerca da figura de Dilma e do golpe de 2016, fenômeno que pode ser caracterizado pela inexistência de crime ou conduta dolosa da presidenta, pela interferência de órgãos do Estado e conspiração de setores da elite contra o governo. Para tanto, serão usadas obras do filósofo Giorgio Agamben (2002; 2004), pois os conceitos de biopolítica e estado de exceção sobre os quais reflete nos fornecem a base para compreender a relação da conjuntura atual com o período da ditadura militar, no qual Dilma Rousseff foi militante e presa política. Visando um maior aprofundamento na análise dos discursos políticos, a historiadora Celi Regina Jardim (2006, 2010, 2017, 2018) nos mune de artigos nos quais reflete sobre feminismo, representação e suas relações com os conceitos de história e poder; além de, recentemente, ter publicado estudos sobre as Jornadas de Junho de 2013 e a perspectiva de gênero contida no golpe, trazendo a ideia de que, durante esse período, a figura de Dilma funcionou como um "significante vazio", capaz de articular em cadeia todos os conteúdos que significavam os problemas brasileiros naquele momento. Constata-se, portanto, que os golpes no Brasil não são fenômenos aleatórios, mas orquestrados por atores sociais e ideologias dominantes que se repetem em nossa história, o que é facilitado pela ausência de pluralidade e pela produção de esquecimento a que a grande mídia, junto com nossa ambígua Lei de Anistia, conseguiu impor.

Palavras-chave: Biopolítica; Golpe; Misoginia; Mídia hegemônica.

O COTIDIANO E O SAGRADO: AS CASAS DAS REZADEIRAS DE OEIRAS, PIAUÍ

Raiza Mota

Mestranda em antropologia pela Universidade Federal do Piauí/Bolsista CNPq

Esse trabalho tem o objetivo de realizar um breve entendimento sobre os espaços destinados aos rituais das rezadeiras, na cidade de Oeiras, Piauí. Tendo em vista que esses espaços ora se comportam como lugares do cotidiano, do público, e ora como o sagrado, onde são realizadas suas rezas e rituais, de forma que o cotidiano e o público dialogam como opostos e, ao mesmo tempo, complementares. Assim, seu espaço se estrutura em um conjunto de propostas homólogas, natureza: cultura:: externo: interno:: público: sagrado:: doença: cura:: mal: bem:: noite: dia, entre várias outras oposições e complementariedades (BOURDIEU, 1970). O espaço é considerado como um meio, e como tal, não existe e não pode existir separado dos eventos e atividades dentro dos quais ele está implicado. A produção social do espaço combina o cognitivo, o físico e o emocional. Desta forma, são construídos em movimento, memória, e atuam como parte irredutível da experiência humana. Assim, ele é fundamental para o estabelecimento de identidade individual e de grupo. (TILLEY, 1994). As rezadeiras são identificadas pelos rituais que praticam em um espaço cultural próprio, suas próprias casas. A casa sempre foi o centro das atividades familiares: espaço de socialização e de sociabilidade, de religiosidade, cuidados com a saúde (WOORTMAN, 1992). Elas afirmam que seus ritos e suas curas são católicas. O ritual destas rezas, busca no plano simbólico garantir a cura do mal (SANTOS, 2010). Os ritos de cura são realizados em diversas doenças, dor de cabeça, quebrante, engasgo, espinhelo caído, entre várias outras. Em suas casas não ocorrem só o ritualístico, como também não ocorre só o cotidiano, um está dentro da outra, são complementares e opostos (BOURIEU, 1999). Essas conexões são as mais aparentes, mas embora seja possível pensar que há outras, com notoriedade menor (MAUSS, 1974).

Palavras-chave: Espaço, Casa, Cotidiano, Sagrado, Rezadeiras.

LIDERANÇA CRIATIVA, PLANO DIRETOR E MERCADO: NOVOS SENTIDOS À FUNÇÃO SOCIAL DA MORADIA

Saulo Novaes

Faculdade dos Guararapes – Laureate International Universities

Quando se fala em planejamento urbano, nenhum instrumento tem maior relevância do que o plano diretor, entendendo este como sendo o principal instrumento da política urbana brasileira, assentado que está sob a égide do Estatuto da Cidade (lei 10.257/2001). Este último, por seu turno, pode ser considerado o precípua marco legal para o desenvolvimento das cidades, junto à Constituição de 1988, de onde originam seus marcos e diretrizes fundamentais, os quais estabelecem as normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, assim como do equilíbrio ambiental. À parte disso, planos diretores no Brasil tendem a servir como uma representação tecnicista e burocrática para velar as práticas arcaicas de planejamento (ou falta deste) que servem exclusivamente aos interesses dos grupos dominantes, notadamente vinculados ao espectro mercadológico dos loteamentos dos espaços urbanos. Posto desta forma, este trabalho, ao analisar o documento que norteia o plano diretor da cidade do Recife, tem como prerrogativa investigar de que forma, à luz da lei, líderes criativos (gestores públicos), amparados por ideias e conceitos inovadores, podem dar mais sentido à prerrogativa de função social, que está na carta da lei, às moradias.

Palavras-chave: Liderança criativa; Plano diretor; Mercado; Moradia.

OS ANOS 60 E OS FRUTOS QUE AINDA COLHEMOS

Thaylla Regina Frazão de Assumpção

Mestranda em sociologia pela Universidade Federal Fluminense no Programa de Pós-graduação em Sociologia - PPGS/UFF. E-mail: thaylla.fraza@gmail.com

O presente artigo realiza uma trajetória sintética dos movimentos culturais dos anos de 1960: seus acontecimentos e implicações, relacionando o fenômeno da globalização às questões culturais, formação de novas identidades e à crescente expansão das sociedades contemporâneas. Apontando fatores históricos, políticos e culturais que acabaram por suscitar, no contexto da época, em uma recusa aos valores em voga, uma descrença nas instituições, ampla oposição à indústria cultural, favorecendo a perspectiva de uma revolução comportamental e a politização de outras esferas da existência humana; apresenta-se uma análise interpretativa das mudanças da década de 60 e suas consequências fundamentais para a concepção do conceito de cultura e suas práticas, com destaque no elemento cultural e no ator social, na politização do cotidiano e na ênfase no processo de formação de novas identidades coletivas, essenciais para a compreensão do mundo social contemporâneo.

Palavras-chave: movimentos culturais, identidade, cultura, globalização, anos 60.

O UTILITARISMO: MAXIMIZAÇÃO IMPARCIAL DA FELICIDADE FRENTE À MORALIDADE

Yago Abreu Barbosa dos Santos
Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes

Maria da Luz Alves Ferreira
Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes

Luciana Antunes Neves Maia
Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes

O presente estudo tem por objetivo analisar o utilitarismo centrado no princípio da utilidade, vertente que demonstra que a ação somente deve ser realizada se dela resultar a máxima felicidade possível para as pessoas ou partes que por ela são afetadas, ou seja, a ação humana só deve ser aprovada ou rejeitada em função da sua tendência de aumentar ou reduzir o bem-estar dos envolvidos pela ação. Estudo este que será feito a partir do método bibliográfico, partindo da análise das obras dos utilitaristas clássicos como John Stuart Mill e Jeremy Bentham. Além disso, há uma busca por entender a vertente deliberativa utilitarista, baseada na imparcialidade da felicidade, bem como na realização de determinadas ações, condutas, escolhas que são realizadas sob a análise dos fundamentos da conduta moral, porém, a moralidade elencada pelos utilitaristas não deve ser guiada pelas normas morais da sociedade, pois o objetivo principal é a busca da maximização da felicidade, em promover, de forma imparcial, os interesses de todas e cada uma das pessoas implicadas pela ação. O valor moral atribuído a ela não deve ser absoluto, deve ser relativizado de acordo com as consequências que pode gerar para todas as pessoas, independentemente de laços afetivos, consanguíneos. Conclui-se pelo reconhecimento de que o utilitarismo prega a maximização da felicidade, porém, a partir de uma análise imparcial dos seus resultados, de suas ações, de modo que o prazer de uma maioria deve ser mais vantajoso do que em uma menor quantidade de pessoas, e que a moralidade trata-se da promoção imparcial da felicidade e que pode variar de acordo com os costumes de cada um.

Palavras-chave: utilitarismo; felicidade; moralidade.

EFEITOS NA AGENDA DE SEGURANÇA REGIONAL DA ENTRADA DA COLÔMBIA NA OTAN

Alexandre de Oliveira Martins

A partir de uma perspectiva geopolítica e de segurança internacional, o trabalho busca analisar os efeitos para a América do Sul da entrada da Colômbia na Organização do Tratado do Atlântico Norte, a OTAN. Associada à entrada na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, a inclusão colombiana na aliança atlântica reforça as tentativas de esvaziamento dos arranjos de segurança locais, especificamente as tratativas realizadas no âmbito do Conselho de Defesa Sul-Americano - CDS - da União de Nações Sul-Americanas, a UNASUL. Um conjunto de ações, a exemplo: i) da Carta que Brasil, Argentina, Paraguai, Colômbia, Chile e Peru enviaram à Presidência Pró-Tempore da UNASUL informando sobre a decisão de suspender, por tempo indeterminado, a participação nas reuniões do bloco; ii) da Declaração de Brasília, que estabeleceu diretrizes para a segurança nas fronteiras dos países do Cone Sul; iii) da Declaração do Grupo de Lima (nota 159 do Itamaraty), que não reconhece a legitimidade do processo eleitoral que teve lugar na República Bolivariana da Venezuela; e iv) do pedido do vice-presidente dos Estados, Mike Pence, no Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos – OEA, para que os países da entidade suspendam a Venezuela da entidade; esse conjunto de ações sugere uma dinâmica geopolítica que busca isolar na região países não identificados com uma agenda liberal, especialmente a Venezuela, debilitando a integração regional e fomentando tensões locais. Assim, procurando correlacionar os eventos elencados, o trabalho visa a responder a basicamente duas questões: a) no plano geopolítico regional, quais os efeitos para a América do Sul da inserção da Colômbia na OTAN; e b) que relações são possíveis de estabelecer entre a OTAN, o arranjo BRICS e a América do Sul.

Palavras-chave: Colômbia; OTAN; UNASUL; EUA; BRICS.

PROCESSO DE PAZ NA COLÔMBIA: ARTICULAÇÕES POLÍTICAS E INFLUÊNCIA DOS ATORES SOCIAIS

Amanda Caroline Harumy Oliveira
Mestranda em Relações Internacionais – PROLAM USP

Este artigo tem como objetivo ilustrar as articulações políticas existentes no processo de negociação do conflito colombiano, realizado no governo de Juan Manoel Santos (2011-2018) com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC). A proposta de paz ao conflito armado, existente há mais de 50 anos na Colômbia é um tema de grande relevância na sociedade colombiana. O acordo de paz foi submetido a um plebiscito popular em outubro de 2016, porém após a derrota da proposta, foi realizada uma revisão dos termos e apenas em novembro de 2016 o Congresso Nacional aprovou o acordo de Paz. Nesse contexto, mostra-se essencial a análise das influências dos atores políticos na articulação do processo de paz. Para isso, nesse artigo será realizado uma investigação do contexto político do plebiscito e o acordo de paz em Havana, com o objetivo de identificar os atores de influência, seus interesses e resultados.

Palavras-chave: Colômbia, plebiscito, acorda de paz.

EDUCAR OU INSTRUIR: UM DIÁLOGO COM JOSÉ SARAMAGO SOBRE O PAPEL DA UNIVERSIDADE

Dandara Tamires Castro Rosa

Mestranda em História pela Universidade Estadual de Montes Claros-MG (UNIMONTES), Bolsista C.A.P.E.S., Pós Graduada em Direito Público pela Universidade Estácio de Sá, Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito Santo Agostinho de Montes Claros – MG. E-mail: dandaracastror@gmail.com

José Saramago sempre utilizou suas palavras como forma de ativismo para fazer o leitor questionar o mundo ao seu redor, fosse por meio dos romances, crônicas, peças teatrais, entrevistas ou palestras. Essa pesquisa utiliza como fonte a conferência proferida pelo escritor intitulada “Democracia y Universidad”, em 2005 na abertura do Fórum Complutense 2005-2006 na Universidade Complutense de Madri, com o objetivo de debater sobre a tensão contemporânea do papel das instituições de ensino superior, a Universidade. Na conferência escolhida Saramago pondera a respeito da historicidade da linguagem, analisando termos e palavras, que apesar do uso corrente, mudam de significação e de representação com o passar do tempo. Dentre os conceitos analisados o literato abordou sobre a universidade, a educação e a instrução, tecendo inúmeras considerações sobre a universidade contemporânea. Assim, o cenário da educação superior no Brasil no século XXI será problematizado frente ao imaginário social criado a respeito da universidade, buscando aproximações e distanciamentos do papel esperado e do que realmente cabe a Universidade, utilizando a relação dicotômica entre educação e instrução apresentada por Saramago, este influente escritor que nunca frequentou uma universidade como aluno, mas recebeu o título de *Doutor Honoris Causa* em inúmeras.

Palavras-Chave: Universidade, Imaginário social, José Saramago, Educação.

NOTAS ACERCA DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO NA REALIDADE BRASILEIRA

Juscislayne Bianca Tavares de Morais

Mestranda Políticas Públicas, Psicóloga
Universidade Federal do Piauí

O presente trabalho vinculado a pesquisa em andamento realizada pela pesquisadora junto ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Piauí, tem como objeto de pesquisa a análise da Política Nacional de Atendimento Socioeducativo na realidade brasileira, pensando-se na sua implementação no contexto das contra-reformas do Estado. Para tal, a pesquisadora realizará uma análise documental a partir das publicações voltadas ao cenário socioeducativo brasileiro, em uma perspectiva materialista histórica-dialética. A abordagem desse tema ainda carece de problematização, principalmente pensando na realidade no Brasil que é permeada pela histórica desigualdade social e pensando-se nas estratégias adotadas pelo Estado que acabam por intervir de forma reducionista, reforçando a criminalização da pobreza. Diante do exposto, essa pesquisa de natureza qualitativa e exploratória pretende abordar o tema a partir de dois eixos: “Proteção Social na realidade brasileira” e “Cenário Socioeducativo no contexto das contrarreformas do Estado”. Essa pesquisa é relevante na medida em que o tema em questão carece de discussões contextualizadas e de uma abordagem que considere criticamente os aspectos políticos e sociais na implementação dessa política voltada a adolescentes que cometeram atos infracionais.

Palavras-chave: Proteção Social; Política de Atendimento Socioeducativo; Violência.

POLÍTICAS PÚBLICAS RELACIONADAS À HABITAÇÃO POPULAR

Kleber de Andrade Nogueira¹

Mestrando do programa de mestrado em Inovação e Desenvolvimento-MPID UNIFG

Adriana Vania Borges Rodrigues da Silva²

Mestranda do programa de mestrado em Inovação e Desenvolvimento-MPID UNIFG

Thiago Modenesi³

Professor do programa de mestrado em Inovação e Desenvolvimento-MPID UNIFG

A questão habitacional urbana no Brasil remonta aos primórdios do processo de industrialização do país. Até 1930 a economia brasileira era visivelmente agrário-exportadora, entretanto, com o advento de um sustentado de industrialização, por meio de um mecanismo natural de substituição de importações, no último quartel do século XIX, especialmente em São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Salvador e Porto Alegre, ocorreu uma demanda das famílias por moradia nessas cidades. Apesar dessa necessidade latente, apenas no Governo Militar, em 1964, é implantada a primeira política nesse sentido: o Banco Nacional de Habitação (BNH). Na mesma década, em 1967, é criado o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Mesmo com esses esforços, dos anos 1980 até a primeira década do século XXI, há um acentuado déficit nos investimentos em habitações populares no Brasil. A retomada ocorre em 2009, durante o segundo mandato Lula e o fomento ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Este artigo, portanto, visa a compreender o percurso histórico dos Programas governamentais voltados à habitação popular, sendo um estudo relevante sob os prismas acadêmico e socioeconômico, pois direciona pistas relativas a vetores deficitários, além de superavitários em um segmento fundamental. Finalmente, por meio de uma pesquisa bibliográfica, qualitativa e exploratória, pretende-se ao término desta análise, cuja perspectiva é a construção de uma dissertação de mestrado, atingir-se uma madura compreensão do percurso histórico de tais políticas públicas.

Palavras-Chave: Moradia. Mercado. Habitação popular.

IRACEMA: SOCIABILIDADES E CONJUNTURAS TRANSNACIONAIS SOBRE A AMAZÔNIA

Leandro Caldas da Silva
Mestrando em História Social da Amazônia – PPHIST/UFPA
E-mail: leandro-23silvaleandro@outlook.com

Resumo:

Iracema – uma transa amazônica, um filme realizado no Brasil e produzido na Alemanha oriental, em 1974, foi censurado pela Embrafilme, em 1975, devido a sua temática que questionava os discursos, de cunho progressista, utilizados pelos militares para justificar a ocupação da Amazônia e integrá-la na lógica do capitalismo global. Referência cinematográfica para vários cineastas brasileiros, o presente filme é um drama-documentário que assumiu diversas interpretações ao longo dos anos, adquirindo outros status, e distintas recepções nos países em que o mesmo foi lançado, como no Brasil e na extinta República democrática alemã do bloco socialista. Dois países, de conjunturas distintas, que tiveram interpretações diferentes sobre a Amazônia, mas que foram ligados através do filme Iracema por redes de sociabilidades. O Brasil foi o local de filmagem, análise e problematização; e a Alemanha como o país que financiou a obra. Pensaremos uma história global, analisando os sujeitos que estiveram envolvidos com a produção do presente filme e que transitaram entre essas duas “realidades”, para obter que tipo de ideia sobre a Amazônia dos anos 1970 podemos extrair dessa investigação.

Palavras-chaves: Amazônia; Cinema; Ditadura; Sociabilidades; Transnacional; Arte; Censura.

FLORESTAN FERNANDES E OS ESTUDOS DECOLONIAIS: DIÁLOGOS POSSÍVEIS

Maria de Fátima Souza da Silveira

Doutoranda em Sociologia - Universidade de São Paulo
Mestra em Integração da América Latina – Universidade de São Paulo
Graduada em Humanidades – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia
Afro-brasileira
Email: fatimasilsv@gmail.com

Esta pesquisa propõe um estudo teórico da obra do sociólogo brasileiro Florestan Fernandes a partir de sua relação com o pensamento social latino-americano crítico, e tem como objetivo principal estabelecer diálogos entre a obra deste autor e os estudos decoloniais na América Latina. Nesse sentido, buscou-se destacar as principais contribuições deste autor para se pensar as sociedades latino-americanas hoje com ênfase em quatro problemáticas inter-relacionadas, a saber: 1) a incompletude da descolonização; 2) a persistência do colonialismo; 3) a questão racial; e 4) a caracterização do tipo específico de capitalismo existente na América Latina, o dependente ou selvagem. No que diz respeito às teorias decoloniais latino-americanas, elas reinserem no século XXI uma nova leitura dessas temáticas acima assinaladas, também enfatizando a centralidade da questão étnico-racial, destacando a incompletude da descolonização, e denunciando a continuidade de relações coloniais e racistas de dominação (colonialidade) no presente. Em nossa análise, entre as duas interpretações acerca dos dilemas históricos latino-americanos existem afinidades e aproximações, e inclusive a possibilidade de pensar Florestan Fernandes como um protagonista e precursor do atual movimento de descolonização das ciências sociais na região, assim como a atualidade de sua obra em um contexto de emergência e consolidação de perspectivas epistemológicas do Sul global.

AS FASES DA OPERAÇÃO LAVA JATO: ANÁLISE DAS ESCOLHAS LEXICAIS PELA ABORDAGEM DISCURSIVO-CRÍTICA

Marianna Ribeiro da Silva
UFV

Este trabalho pretende analisar os releases disponíveis no sítio da Polícia Federal que contêm a nomenclatura e a descrição de sete das 47 fases desdobramentos da Lava Jato, a maior operação já executada por aquele órgão até o momento. Iniciada em 2014, a operação tem por objetivo investigar crimes de superfaturamento de contratos de empreiteiras com a estatal petrolífera Petrobras. (PF/BRASIL, 2018). Os nomes das fases, em geral, tem relação com os objetivos determinados pela investigação. Para isso, foram escolhidas: Juízo Final, *Erga Omnes*, *Aletheia*, *Nessum Dorma*, Triplo X, Pixuleco I e Acarajé que serão analisadas sob a ótica da abordagem discursivo-crítica de Fairclough (2001). Por meio de uma Análise de Discurso Textualmente Orientada, deve-se reconhecer como a Intertextualidade, ou seja, com quais textos as escolhas dialogam, contribui para a construção do discurso como momento da prática social (Fairclough, 2003) e como os posicionamentos ideológicos podem ser identificados através da categoria *Dissimulação*, portanto, quando relações de dominação estão ocultas (Thompson, 1995). Parte-se do pressuposto de que a Polícia Federal é uma instituição isenta politicamente cuja função, dentre tantas, é a de “investigar infrações penais que prejudiquem o bom funcionamento das empresas públicas do Brasil” (BRASIL, 1988). Assim, a Polícia, enquanto instituição que executa um Poder Simbólico (Bourdieu, 1992), ao escolher léxicos peculiares para as fases da operação Lava Jato, demonstra seu poder implícito nas relações sociais e sua tendência político-ideológica.

Palavras-chave: Fases da Lava Jato; Discurso; Intertextualidade; Ideologia; Poder Simbólico.

A PRESENÇA DO ESTADO COMO AGENTE FUNDAMENTAL NA GARANTIA DE DIREITOS DOS TRABALHADORES

Lucas Manoel da Silva Cabral - CABRAL, L. M. S
Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro IMS/UERJ

Ronaldo Teodoro dos Santos - SANTOS, R.T
Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro IMS/UERJ

Não existe uma formulação clara sobre a importância do campo sindical para a construção da saúde pública no Brasil. Problematisa-se que o vínculo político precário entre sanitaristas e sindicalistas produz, por exemplo, a invisibilidade da magnitude da importância do sistema público na prevenção e na assistência dos agravos laborais. Este estudo propõe discutir a importância do SUS considerando a agenda sindical estruturada em torno das elevadas taxas de acidentes de trabalho e subnotificação. Atualmente, o Brasil é reconhecido por ser um dos países que apresenta forte subnotificação em acidentes e agravos laborais. Por não contar com uma plataforma nacional de mensuração dos acidentes, as poucas pesquisas que têm se ocupado do tema trabalham com estimativas, e dão conta de uma forte subnotificação presente nos registros considerados oficiais. No que diz respeito a realização desta pesquisa, utilizou-se como fonte as principais instituições, onde se define a atuação sindical: Previdência Social; Ministério do Trabalho e o Ministério da Saúde. Após a análise dos dados constatou-se a seguinte relação: quanto maior a presença dos CEREST's e dos Fiscais do Trabalho nos estados brasileiros, maior o índice de acidente de trabalho registrados nestas localidades, diminuindo assim, os índices de subnotificações. Tal constatação, torna-se uma importante contribuição para aumentar a formação sanitarista no meio do trabalho e ainda, contribuir para que o campo sindical reorienta a sua prática de lutas no SUS. A partir dos dados, é possível afirmar que a maior ou não presença do Estado importa na garantia dos direitos. Identificou-se como falha à ausência de um banco nacional no SUS que nos aponte os atendimentos de acidente de trabalho no sistema. Concluímos que a ausência de um vínculo político mais forte entre o sanitaríssimo e sindicalismo, limita uma maior integração no sistema capaz de produzir um banco de dados nacionalmente articulado.

Palavras-chaves: SUS; Acidentes de trabalho e Subnotificação.

MATERNIDADES LÉSBICAS UMA REVISÃO DE TESES E DISSERTAÇÕES DO CAMPO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS HUMANAS E DA SAÚDE NO BRASIL

Renata Azeredo

O presente trabalho aborda a atenção dedicada às *maternidades lésbicas* na produção acadêmica brasileira, a partir da análise de Teses e Dissertações em Psicologia, Ciências Sociais e áreas relacionadas à Saúde do Brasil que apresentem tal temática como objeto de estudo. A escolha de trabalhar com teses e dissertações se deu pelo entendimento de que tais estudos gozariam de certa representatividade e sensibilidade às tendências do campo abordado, dada a centralidade do âmbito acadêmico na produção científica brasileira. O universo de análise deste texto de revisão conta com 25 pesquisas, através das quais foi investigado o que tem sido observado, privilegiado e teorizado sobre *maternidades lésbicas*, contribuindo para a sistematização de um debate de ideias, destacando particularidades dos achados das pesquisas analisadas, relativas às dinâmicas sociais, de saúde e o estatuto da maternidade quando conjugadas com a sexualidade lésbica. Através da análise dos estudos foi possível encontrar os temas de maior ocorrência: as mudanças jurídicas e sociais nas concepções de família, parentalidade e laços de parentesco de casais LGBT, na busca por proteção legal; os desafios para mulheres lésbicas que desejam ter filhas via adoção ou Reprodução Assistida (RA) e suas formas de conceber, gerar, parir e criar filhas; a organização familiar, criação de filhas e as disputas políticas em torno do reconhecimento da maternidade compartilhada; as argumentações sobre o preconceito e despreparo dos profissionais para atender este público; os Direitos Sexuais e Reprodutivos das mulheres lésbicas e bissexuais e sua (in)visibilidade no SUS; a utilização de Novas Tecnologias Reprodutivas (NTR) e seus desdobramentos; e as regulamentações do Conselho Federal de Medicina e o mercado da RA. A sistematização e consolidação dos argumentos e achados desta revisão demonstra um processo de mudança social ilustrado por transformações das dinâmicas conjugais e familiares tanto no âmbito jurídico como no da vida cotidiana.

UMA ETNOGRAFIA DO EU: REFLEXÕES ACERCA DAS DEMANDAS E DA CONSTRUÇÃO SOCIAL DO ANTROPÓLOGO NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

¹Alexandre Gomes Teixeira Vieira, ²Emanuel da Silva Oliveira, ³Bruno Augusto Dornelas Câmara

¹Estudante do mestrado profissional em Culturas Africanas da Diáspora e dos Povos Indígenas da Universidade de Pernambuco – *Campus* Garanhuns. E-mail: teixeira_historia@live.com

²Graduado em História pela Universidade de Pernambuco – *Campus* Garanhuns. E-mail: emanueloliveira2012@hotmail.com

³Professor do curso de licenciatura em História e do mestrado profissional em Culturas Africanas da Diáspora e dos Povos Indígenas da Universidade de Pernambuco – *Campus* Garanhuns. –Email: bruno.camara@upe.br

235

Resumo - A construção social dos pesquisadores no mundo contemporâneo ocorre de forma complexa, tendo em vista que novas demandas surgem no âmbito da produção acadêmica. Novas barreiras metodológicas, que ao não dar conta dos novos pesquisadores que surgem de novos lugares sociais precisa ser repensada. Este trabalho tem como objetivo discutir o problema posto a princípio, tendo em vista as novas demandas das ciências humanas, sobretudo da antropologia. Tomando os processos de interiorização, que agora geram “nativos pesquisadores”, que surgem de seus lugares na sociedade como detentores do conhecimento acadêmico, que reivindicam seu lugar de fala como sujeito pesquisado e pesquisador, fonte e acadêmico dentro da memória coletiva. A discussão desta produção, parte de um caso específico, onde um pesquisador se depara com um problema metodológico, se enquadrando dentro de seu objeto de estudo ao mesmo tempo que é o produtor de conhecimento científico em questão.

Palavras-chave: Memória Coletiva; Demandas Contemporâneas; Produção Acadêmica.

Abstract - The social construction of researchers in the contemporary world occurs in a complex way, considering that new demands arise within the scope of academic production. New methodological barriers, which by not accounting for new researchers emerging from new social places need to be rethought. This paper aims to discuss the problem posed at the beginning, in view of the new demands of the human sciences, especially of anthropology. Taking the processes of interiorization, which now generate "native researchers", who emerge from their places in society as holders of academic knowledge, who claim their place of speech as research subject and researcher, source and academic within the collective memory. The discussion of this production, part of a specific case, where a researcher is faced with a methodological problem, falling within its object of study while being the producer of scientific knowledge in question.

Keywords: Collective Memory; Contemporary Demands; Academic Production.

Introdução

Este ensaio surge de um requisito da disciplina de “Prática antropológica e demandas contemporâneas” do mestrado profissional em Culturas Africanas da Diáspora e dos povos indígenas da Universidade de Pernambuco. Ao mesmo tempo, é

inspirado em uma situação ocorrida na banca de defesa de meu trabalho de conclusão de curso da graduação em História. Também, é um problema metodológico e epistemológico da contemporaneidade como um todo, em específico, de minha atual pesquisa de pós-graduação.

Para tanto, ainda é preciso pensar a chamada neutralidade científica, que apesar de amplamente discutida e em síntese: inexistente. Porém, ainda precisa ser encarada como uma meta, permitindo um mínimo de lisura no processo de produção acadêmica. É fato, que os novos lugares sociais de onde surgem os atuais pesquisadores, são lugares onde originalmente só “saíam” objetos, “pesquisados”, “entrevistados” e “nativos”. Mas que agora, criam uma nova “casta” de pesquisadores, que no contexto coletivo da memória, são objeto e sujeito de sua própria pesquisa.

Esse fenômeno em muito se deve aos processos de interiorização do ensino superior. Que redemocratizam o acesso ao ensino e ampliam seu alcance para diferentes segmentos sociais. Apesar de suas inúmeras falhas, uma delas inclusive discutida neste trabalho. Mas, apesar de possuir falhas, tem contribuído para a possibilidade de construção de novos lugares de fala, de novas experiências de pesquisa e escrita acadêmica, e novas possibilidades de acessão social.

Reivindicando aqui o pressuposto colocado por Tax (1966), do quão grande é o alcance da antropologia como ciência da humanidade, a qual não pode limitar-se nem negligenciar a dinamicidade de seu objeto de estudo no mundo atual. E ainda pensar que o cientista social deve projetar os rearranjos metodológicos necessários para atender as demandas existentes.

Para tanto este trabalho tem como objetivo: discutir o problema posto a princípio, tendo em vista as novas demandas da antropologia e das ciências humanas como um todo, na realidade contemporânea. Tomando assim, os processos de interiorização, que geram “nativos” detentores do conhecimento acadêmico, que reivindicam seu lugar de fala, de fonte e de pesquisador de sua própria realidade social.

Um etnógrafo posicionado

É preciso aqui quebrar alguns paradigmas da produção acadêmica, sobretudo no que diz respeito a posição do antropólogo no contexto posto *a priori* neste texto. Onde, o “eu” – acadêmico, objeto, sujeito e antropólogo – surge, em detrimento do “nós” – acadêmicos e instituições – onde, um estudo de caso, da margem, para perceber toda

uma conjuntura, pensado de forma crítica, coletiva e ao mesmo tempo pessoal os fenômenos do ponto de vista acadêmico.

A situação mencionada acima, foi produzida a partir da minha condição de pesquisador das ciências humanas, ao mesmo tempo que sou “nativo” da região onde desenvolvi e mantenho em andamento minhas pesquisas. Nesse contexto, me valia dos procedimentos próprios da arqueologia e da história oral, para conduzir os estudos. Tais métodos não pareciam dar conta das demandas da pesquisa. A principal razão disso, seria que esses métodos não respaldavam um nativo/pesquisador, que se colocava enquanto sujeito “pesquisador” e objeto “fonte” de seu próprio estudo. Vale mencionar que nem a própria etnografia parecia se adequar à essa situação.

Mas, foi nesse contexto, que a perspectiva antropológica surge como uma “fuga”, para todas as questões metodológicas, epistemológicas e institucionais postas pelo fazer acadêmico. Onde, foi possível vislumbrar a complexidade do fazer antropológico e os dilemas pessoais dos pesquisadores em contato com o “outro” no campo. Sendo assim, uma demanda pessoal, passa agora a ser uma inquietação acadêmica, ou o oposto, uma inquietação acadêmica é também um dilema particular, talvez de muitos.

O fazer antropológico permite uma flexibilização da condição nativa enquanto sujeito pesquisador, sem, no entanto, isentar o pesquisador de sua condição, onde suas pré-noções devem ser negligenciadas, sua proximidade com o objeto de estudo mais focada e a neutralidade ainda que inalcançável deva ser uma meta e não uma utopia dogmática e doutrinária. Tal condição deve proporcionar um conhecimento acadêmico, não necessariamente científico, mas cientificamente conduzido, mantendo sua “credibilidade” entre os demais campos do conhecimento acadêmico.

No entanto, um problema muito recorrente surgia, uma vez que me deparava com relatos de outros membros da comunidade, em que havia crescido e que estudava. Relatos esses, com os quais eu já era familiarizado. Conforme Halbwachs (1950), no âmbito da memória coletiva somos as próprias fontes de nossos estudos, por estar no mesmo campo de vivência e experiência que o nosso objeto. Logo, partilhar desse campo de vivência, experiências e produção cultural, abre possibilidades para o “eu” na posição acadêmica propor novas interpretações da realidade social pesquisada/vivida.

No que diz respeito a já mencionada convergência dos saberes nativos e dos saberes acadêmicos, uma barreira entre estes surge, muitas vezes produzindo variáveis inconscientes referentes ao campo da identidade ignorada pela formação não

contextualizada das comunidades. A submissão das comunidades chamadas de tradicionais, *sensu lato*, a uma educação do mundo “moderno”, que é (ou deveria ser) conduzida pela lógica acadêmica, não mensurou que entre as consequências de sua interiorização e redemocratização, levaria “nativos” – ribeirinhos, indígenas, quilombolas, sertanejos, pantaneiros, agricultores e tantos outros – para as salas de aula, para as universidades e conseqüentemente para o meio acadêmico.

Para citar Almeida (2018, *no prelo*), vale neste ponto, acrescentar a discussão tão recorrente hoje, acerca da educação dada às comunidades tradicionais, que parece não se adequar ao universo de produção cultural dessas comunidades. Da mesma forma, a educação dada sobre as comunidades tradicionais para os que estão fora de seu convívio social. Educação essa que na prática, em nada agrega valor, no que se refere a compreensão e respeito às identidades, suas construções históricas e sua conjuntura contemporânea.

Essa lógica vigente, na educação e na produção acadêmica negligencia a diversidade de pensamentos e de possibilidades de reformular as ferramentas e reflexões do campo científico, para melhor atender as necessidades de nosso tempo. Está em evidência aqui, o campo etnográfico. Onde, um nativo, agora também pesquisador, não é só um nativo olhando para seu grupo, não é o outro que se aproxima para observar, mas um indivíduo em auto-observação.

Para tanto, Poupart (2010, p. 217), aponta aquilo que mais parece um dilema acadêmico, ou dos acadêmicos, a dificuldade teórica e epistemológica em abdicar do estatuto de “verdade” construído pela ciência positivista. Isso acaba limitando o campo de investigação e produção acadêmica desse novo perfil emergente. Seguindo este pensamento, Thiollent (2011 p. 17), parece abrir apresentar uma possibilidade nas ciências, de que tantos novos métodos e artifícios metodológicos como epistemologias podem ser criados, para dar conta dos novos objetos e fenômenos que surjam, sobretudo no campo das ciências humanas e sociais.

Sendo assim, temos na contemporaneidade um processo oposto ao que ocorreu com Malinowski, Pritchard ou Conrad, como aponta Clifford (2014), sobre seus dilemas pessoais. Onde, não são mais os brancos, colonizadores e acadêmicos que levam sua conduta moral e a confrontam com os nativos, agora é o próprio nativo munido da carga moral de seu grupo, que precisa problematizá-la à luz do pensamento científico. Levando em consideração, também a moral e a ética acadêmica, seus princípios práticos e articulações teóricas, bem como seus questionáveis métodos de abordagem.

Pois bem, não são, no entanto, os dilemas morais “nativos”, a interferir na escrita etnográfica e acadêmica como um todo. Mas as negligências acadêmicas, epistemológicas e metodológicas que emergem como entrave, para a possibilidade de produzir um “novo” conhecimento, ou ao menos uma nova experiência de escrita acadêmica.

Claro, para que tais questões pudessem ser concebidas, o sair da comunidade para academia e retornar para se perceber nativo foi necessário. Inclusive na identificação/reelaboração identitária, sem claro cair nos discursos de autoafirmação ou militância, negligenciando assim o fazer científico. Outras variáveis são postas com tal afirmação, por exemplo, quais as questões que permitiram a saída e o retorno do nativo? O nativo só se afirmou a partir do contato com a lógica acadêmica? Ou a lógica identitária multifacetada que permitiu sua reafirmação?

O olhar para si nesse caso é fundamental, e precisa ser histórico antes de ser antropológico, antes de querer ser etnográfico. Precisa sobretudo, ser cientificamente conduzido, para não cair em contradições ou em fetiches. Sendo assim, a redemocratização dos sujeitos e objetos nas ciências humanas como um todo, deve ser levado em consideração. Bem como, a lógica de interiorização que as instituições contemporâneas propõem, mas que a teoria a todo custo parece negligenciar.

Os relatos condutores de uma pesquisa etnográfica, são os saberes nativos. Esses relatos eram histórias que meu avô contava, modos de fazer e plantar que minha avó havia ensinado para minha geração, causos e interpretações próprias do sistema simbólico local, dos quais eu já era próximo. Apesar de diferentes os relatos se complementam, afirmam informações coletadas previamente, com mais ou menos detalhes, com mais e menos comprometimento.

Com isso surgem uma série de questionamentos, quase sempre impulsionados pelo fato de ser um nativo, pesquisador e meu próprio objeto de estudo. “Eu próprio sou fonte dos meus estudos, sou munido dos mesmos conhecimentos que estou colhendo de pessoas de minha comunidade, e que em muitos momentos não acrescentavam, nem em detalhes, nem em informação aquilo que meu próprio ‘convívio nativo’ havia me proporcionado, isso somente para cumprir um princípio metodológico pautado na história oral, mas eu próprio posso ser fonte do meu estudo, não posso? ” Questionamento pessoal (oral) posto na defesa do TCC.

Com isso, é preciso pensar dois pontos importante que tendem a fundamentar essa discussão dos novos sujeitos e sujeitos/objetos de estudo. A primeira que diz

respeito a percepção dos objetos de estudo, de que novas abordagens, métodos e metodologias devem surgir dentro das ciências humanas, tendo em vista que a ciência deve dar conta dos novos objetos de estudo.

O segundo ponto diz respeito a esses novos objetos, micro e macro identitários como propõe White (1978) e corroborando com Hall (2006) acerca das novas identidades contemporâneas. Bem como, é preciso pensar o próprio conceito de cultura(s), como algo dinâmico, mutável e que interage com seu tempo, permitindo dizer que o pensar a cultura em tempos passados não serve em completude para pensar a(s) cultura(s) hoje.

A própria “ciência” – sentido lato – tende a corroborar com a lógica institucional e negligencia o fato de que as sociedades são dinâmicas e mudam o tempo todo. Sendo assim, necessário projetar novos meios para perceber a sociedade e sua complexa teia de representações significadas e interações.

Logo, diferente dos folcloristas brasileiros dos anos 1950, ou dos ingleses do século XIX, não se trata apenas de capturar narrativas e deixa-las falarem por si só. Mas de uma democratização do fazer acadêmico, e por que não da dinâmica social historicamente construída, pela qual passa o objeto pesquisado e o objeto pesquisador aqui problematizados, esse pensamento caminha ao lado do que propôs Hobsbawn (2013), sobre a reelaboração da História, com novos, espaços, saberes e agentes.

Chartier (2009), pontua que ao longo do tempo, as narrativas mudam e adquirem novos sentidos dentro do cotidiano fugindo de sua ordem original, agregando valores e recebendo significações que seus públicos e portadores lhes atribuem. Cascudo (2014), por outro lado, coloca que o conto popular é revelador de “informação histórica, etnográfica, sociológica, jurídica, social. É um documento vivo, denunciando costumes, ideias, mentalidades, decisões e julgamentos”. Aqui, não se trata mais e somente do conto popular de Cascudo, tão pouco das narrativas de Chartier, mas, da reivindicação de um lugar de fala que surge na reelaboração das identidades de nosso tempo.

Problematização/ Discussão

Uma vez de forma muito profunda Geertz, propôs que o pesquisador é também o objeto pesquisado. Com a apresentação e problematização posta anteriormente, agora falo não como nativo, mas como parte de uma comunidade acadêmica, onde o “eu” agora passa a ser “nós”. Sabendo também do problema proposto nesse texto, passemos a

pensar como lidar com a realidade contemporânea. Como lidar com as consequências da interiorização?

A pesquisa antropológica tem atingido ampla gama de espaços e problematizações nos últimos tempos. Apesar da grande área de influência da pesquisa antropológica, algumas dificuldades no que diz respeito aos problemas conceituais, metodológicos, dinâmica institucional, princípios éticos e burocráticos, que retardam e “castram” o trabalho do antropólogo e de outros cientistas, estão surgindo como consequência das demandas institucionais, para justificar certas questões quase sempre de origem moral. Esse fato, fomenta a negligência quanto a se atualizar do que é a sociedade contemporânea, que inclui seus pesquisadores.

Para tanto, Beillerot (2012), problematiza a posição das instituições universitárias acerca do termo “pesquisa”, uma vez que a lógica das universidades parece negligenciar o fato de que a pesquisa acadêmica é realizada por pessoas, e perpassa pela sensibilidade dessas pessoas que pesquisam. Durante muito tempo, no entanto, pensou-se muito acerca do quanto o pesquisador macula e contamina o objeto de estudo (POUPART, 2010 p.220), mas muito pouco se pensou a respeito do quanto a prática acadêmica também afeta o pesquisador.

Ao mesmo tempo o autor afirma que da pesquisa deve-se isentar as perspectivas “individuais, muito originais e aquelas consideradas não racionais” (BELLEROT, 2012. p.75). Pois bem, essas alegações parecem colocar o pesquisador como uma máquina e a imparcialidade pautada no positivismo não como uma meta, mas como uma verdade absoluta.

Outras perspectivas da pesquisa social, no entanto parecem atentar para questões dadas ao trabalho antropológico como a construção do objeto nas ciências humanas, e a posição humana do pesquisador nesse campo de atuação. Mas, no mundo contemporâneo, outras questões estão postas, por exemplo, até pouco tempo não existiam índios antropólogos, ou quilombolas graduados em ciências sócias, pensar em um agricultor nordestino com formação acadêmica em história então, era algo impossível.

Essas situações, no entanto, parecem possuir implícito em sua atual conjuntura um apelo pela militância e a necessidade de dar voz a sua classe, mas como problematiza Popart (2010, p.220), será mesmo que é essa a função das ciências humanas e sociais? Não seriam outras as preocupações do acadêmico ao falar de seu

povo, ao invés de somente pensar em denunciar as dificuldades sociais e econômicas, como um desabafo anarquista?

Com essas questões surge então um problema de ordem metodológico, epistemológico e ético, tendo em vista que esses novos atores sociais, “nativos” que agora são detentores do discurso acadêmico, próximos o suficiente de seu objeto de estudo e pautados no profissionalismo. Podem agora, falar sobre, e em nome de suas comunidades, inclusive como detentores de conhecimentos técnicos, acadêmicos e profissionais, sendo sobretudo porta-vozes dos conhecimentos que constroem seu próprio universo simbólico.

Douglas (2007), por outro lado, nos coloca diante do pensamento institucional e como esse pensamento direciona, deturpa e influencia as sensibilidades e os objetivos do fazer antropológico ou acadêmico para ser mais amplo. Ao mesmo tempo, que possibilita a percepção da negligência institucional para com o indivíduo pesquisador em detrimento de uma “neutralidade” inexistente na prática da pesquisa social.

Norbert Elias e Ranke por exemplo, presavam por essa imparcialidade do pesquisador, que atualmente é cada vez mais desmistificada, seja por Michel de Certeau (1982) ao pregar que todo recorte, seleção ou escolha é intencional e tem o dedo do personagem historiador que fala de um lugar específico e para uma demanda e público específico, sendo o produto historiográfico, uma prática social historicamente possibilitada e articulada (AGRA DO Ó, 2004).

Ou mesmo Poupart (2010), ao propor que as ciências humanas abram mão de seu estatuto de verdade e veja sua escrita como mais uma releitura sobre o real. Da mesma forma que outras perspectivas além da acadêmica também possuem relevância e são também leituras e proposições sobre o real.

Ou ainda como Hobsbawm (2013) chamará de “dualidade do profissional” responsável pelo estudo do passado, mas ao mesmo tempo é um cidadão de seu tempo. Ou mesmo como nos alerta Michel Foucault, o intelectual tem uma tripla especificidade: “Sua posição de classe (...) condições de vida e de trabalho, ligadas à sua condição de intelectual (...) e por fim a especificidade da política de verdade nas sociedades contemporâneas” (1998, p.13). Contudo, de forma mais radical seguindo o pensamento de Thompson (1981), ao descartar a História como ciência, pois se é necessário ser neutro nenhum cientista social assim o é, e aqueles que tentam ser, acabam enganando a si mesmos.

Com a discussão neste ponto, retomemos a fala de Tax (1966), ao mencionar que a antropologia é a ciência de maior abrangência no estudo das questões humanas, e ainda, que dá conta de suprir todas as problemáticas possíveis dentro da pesquisa social. Claro, que é preciso ter em mente que as grandes áreas do conhecimento acadêmico já consolidadas precisam passar por reformulações ao longo do tempo, isso inclui todas as ciências humanas, tendo em vista que a própria humanidade muda e produz novos significados cada vez mais rapidamente.

Outro marcador importante nessa reflexão é o fato de que mudanças na percepção do sujeito objeto ao olhar macro, institucional e moderno, revelam noções como a “lógica do fraco”, a “reelaboração cultural”, a “antropologia além do positivismo” de Almeida (2017), com sua antropologia para além das provas e do empirismo vulgar, que vai de encontro, quase sempre nada amigável com outras áreas do conhecimento. Onde, diferente do que pensara as correntes deterministas, existe uma brecha na estrutura dominante que condiz a não passividade do objeto pesquisado, em sua dinâmica social e produção de discurso, modificando assim a lógica dominante, tal afirmação dialoga tanto com Certeau (2008), quanto com Dolglas (2007).

Pensar novas falas, posições e possibilidades perante o pensamento institucional positivista, pré-estabelecido e ao posicionamento acadêmico saturado e inflexível para com as comunidades contemporâneas.

Considerações finais

Em breve consideração acerca da problematização proposta neste trabalho, vale salientar a importância das ciências humanas, sobretudo da antropologia, enquanto um fazer complexo, que deve ser flexível, repensando e reinventado. Tendo em vista, a construção de seus objetos e dos novos sujeitos pesquisadores perante as transformações sociais emergentes. Ao mesmo tempo, que não podemos abandonar a provocação de Tax (1966), ao propor que a antropologia é a ciência da humanidade no sentido de dar conta de suas dinâmicas e claro de suas reelaborações.

Logo, é preciso pensar que a antropologia e as ciências humanas como um todo, permitem uma fuga das metodologias muitas vezes mecânicas, engessadas e saturadas, que a todo custo dizem abandonar o positivismo, mas não descobriram como fazê-lo ainda. Isso claro, sem desligar-se do teor acadêmico e de manter uma estrutura cientificamente construída. Permitindo também ao pesquisador ousar, enquanto

produtor de conhecimento, seja enquanto nativo portador de um lugar de fala entre os acadêmicos ou em outra conjuntura complexa que ainda não foi abordada.

Referencias

AGRA DO Ó, Alarcon. Michel de Certeau e a “operação historiográfica” **VEREDAS FAVIP**, Caruaru, Vol. 1, n. 02, p. 48–56, jul./dez. 2004.

ALMEIDA, A. W. B. Peritos e pericias: Novo capítulo de (des)naturalização da Antropologia. A luta contra positivistas e contra o empirismo vulgar. In: Silva, G. **Antropologia extramuros: Novas responsabilidades sociais e políticas dos antropólogos**. Brasília: ABA/Paralelo 15, 2008, p 45-50.

ALMEIDA, T. L. Estudando as práticas e representações docentes sobre o ensino de história e cultura indígena dos professores do ensino fundamental nas escolas públicas. In: Anais da mostra científica do 26º congresso nacional de pós-graduação. Brasília, DF. 2018, *no prelo*.

BEILLEROT, J. A “pesquisa”: esboço de uma análise. In ANDRÉ, M. (org). **O papel da pesquisa na formação e na prática pedagógica**. 12ª edição. Campinas – SP: Papyrus, 2012, p 71-90.

CASCUDO, Luís da Câmara. **CONTOS TRADICIONAIS DO BRASIL**.1ª edição digital São Paulo: Global Editora, 2014.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história**. tradução de Maria de Lourdes Menezes *revisão técnica [de] Arno Vogel. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, R. **A história ou a leitura do tempo**. [tradução de Cristina Antunes].Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CLIFFORD, J. Sobre automodelagem etnográfica: Conrad e Malinowski. In: **A experiência etnográfica: Antropologia e literatura no século XX**, Rio de Janeiro: UERJ, 1998.

DOUGLAS, M. **Como as instituições pensam**. São Paulo: Edusp, 2007.

ELIAS. Norbert. **A sociedade de corte: Investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte**. Jorge Zahar Ed. Rio de janeiro. 2001.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Organização e tradução Roberto Machado. Rio de janeiro: Edição Graal, 1998.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro. DP&A Editora. 2006. 102 p.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro Editora, 2006.

HOBSBAWN, E. J. A história de baixo para cima. In: **Sobre a história**. São Paulo, Companhia das Letras, 2013. p.280-300.

POUPART, J. A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. *In: Poupart et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis, RJ. Vozes, 2010.

TAX, S. Os usos da Antropologia. *In TAX et al. Panorama da Antropologia*. Brasil/Portugal: Fundo de Cultura, 1966.

THIOLLENT, M. **Metodologia da Pesquisa ação**. São Paulo: Cortez, 2011.

THOMPSON, E. P. Intervalo: A Lógica Histórica. P.47-61 (IN) **Miséria da Teoria: Um Planetária de erros uma Crítica ao Pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

WHITE, L. A. 1978. **O conceito de sistemas culturais**. Rio de Janeiro: Zahar, 183p.

ESPECIFICIDADES DA GEOGRAFIA, UMA BREVE ANÁLISE DA CATEGORIA LUGAR

Clícia Lilian dos Santos Feitosa

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás Regional Catalão. Vinculada ao NEPSA/CNPq/UFG.

E-mail: turismotresranchos@gmail.com

Idelvone Mendes Ferreira

Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Goiás Regional Catalão. Coordenador do NEPSA/CNPq/UFG

E-mail: idelvoneufg@gmail.com

246

Resumo: O presente trabalho visa analisar o conceito de “lugar” e suas diferentes interpretações e definições. A partir das discussões foi possível compreender seus vários significados e percepções relacionando à Geografia. Nesta análise, a Geografia possui destaque na corrente humanística, chegando a considerar a categoria lugar, como um dos importantes estudos, junto à categoria de espaço. A pesquisa foi realizada por meio de uma investigação teórica. Considerando que neste estudo, buscou-se a compreensão do conceito de lugar levando em conta a relação do Turismo e Geografia e o quanto estas concepções ocupam significados específicos, desta forma, este vínculo propiciou um olhar voltado para os valores humanos, e neste, estão inseridos os aspectos culturais, na perspectiva das experiências vividas a partir do lugar Três Ranchos/GO. Tais compreensões nos levam a entender melhor as relações de vivência e articulações no mundo contemporâneo, assim, o conceito de lugar possibilitou a ampliação dos conhecimentos.

Palavras-chave: Lugar; Geografia; Turismo.

Abstract: The present work aims to analyze the concept of "place" and its different interpretations and definitions. From the discussions it was possible to understand its various meanings and perceptions relating to Geography. In this analysis, Geography has a prominent place in the humanistic current, coming to consider the place category, as one of the important studies, together with the category of space. The research was carried out by means of a theoretical investigation. Considering that in this study, we sought to understand the concept of place taking into account the relationship of Tourism and Geography and how these conceptions occupy specific meanings, in this way, this link provided a look at human values, and in this, are inserted the cultural aspects, in the perspective of the experiences lived from the place Três Ranchos / GO. Such understandings lead us to better understand the relations of living and articulations in the contemporary world, thus, the concept of place made possible the expansion of knowledge

Keywords: Place; Geography; Tourism.

Introdução

A Geografia, acerca dos conceitos fundamentais, é bastante antiga, se tomarmos sua origem a partir da antiguidade clássica surgida no início do século XIX, na Alemanha e França, tendo como pioneiros Alexandre Von Humboldt e Karl Ritter.

Humboldt compreendia a Geografia como uma síntese de todos os conhecimentos relativos à terra, para ele caberia ao estudo geográfico “reconhecer a unidade na imensa variedade dos fenômenos, descobrir pelo livre exercício do pensamento e combinado as observações, a constância dos fenômenos em meio a suas variações. Assim a Geografia seria sucinta, buscando conexões e causalidades na natureza.

Sua proposta era baseada no empirismo raciocinado, ou seja, a intuição a partir da observação. Neste sentido haveria a necessidade de o geógrafo contemplar a paisagem de forma estética, causando uma impressão, que combinada com a observação sistemática dos seus elementos e constatada através de um raciocínio lógico, a qual levaria a um resultado de que a causalidade introduz uma unidade entre a sensível e o intelecto.

Já a Geografia de Ritter é pautada através do estudo de “lugar”, uma busca na sua individualidade. O autor acreditava que a ciência era uma forma de relação entre o homem e o criador, e que a Geografia deveria explicar a individualidade de todo o sistema natural, assim expressaria o propósito da divindade na criação do lugar. As observações realizadas acerca destes dois autores compõem a base da Geografia Tradicional.

Em seguida, após ser institucionalizada, foi propiciada à Geografia, o surgimento das escolas nacionais e, com elas, as denominadas escolas do pensamento geográfico. As formas pensadas à disciplina geográfica em cada momento histórico foram estão denominadas como paradigmas geográficos, destacando-se o determinismo, o possibilismo, o método regional, a nova Geografia e a Geografia crítica mais recentemente.

Ainda no século XIX, surge um novo processo de sistematização da Geografia através da teoria de Friedrich Ratzel. Nesta corrente, Ratzel trabalha com o conceito de “espaço vital” onde o homem tira do espaço o suficiente para sua sobrevivência e o que este espaço tem para oferecer condiciona a vida do homem.

No final do século XIX, Paul Vidal de La Blache que foi um dos principais responsáveis pelo surgimento da Geografia moderna na França, lançou as bases do que seria mais tarde, o Possibilismo, como forma de abordagens da realidade e ressaltando a importância do método como fator definidor da Geografia.

As correntes deterministas e possibilistas, são bastante utilizadas desde a primeira grande guerra mundial até o fim da segunda guerra mundial. Com o fim da segunda guerra e com a bipolarização do mundo, em um bloco capitalista e outro socialista, sendo conhecido também como o período da Guerra fria que vai de 1945 a 1989 com a queda do Muro de Berlim, o contexto social remete novamente a novas mudanças na construção do saber geográfico. Este período é conhecido, também, pela intensa urbanização, industrialização e expansão do capital, o que gerou mudanças profundas na organização social tanto dos países diretamente ligados à Guerra Fria - EUA e União Soviética (URSS) - como do restante do globo.

Os geógrafos da “Nova Geografia” passaram a desenvolver técnicas quantitativas e trabalhos através da dedução lógico/matemática e da probabilidade, permitindo uma definição mais exata da realidade e abandonando dos métodos empírico/dedutivos do passado. Porém, esse método apresentou alguns problemas, pois os fenômenos geográficos são complexos em suas causas e a partir disto, os geógrafos passaram a entender a Geografia como sendo uma ciência social, buscando métodos mais adequados.

No entanto, em oposição ao pensamento estabelecido pela nova Geografia, surge na década de 1970 a Geografia Crítica, que foi uma corrente alicerçada no materialismo histórico e na dialética marxista. É importante ressaltar que sua origem remonta aos finais do século XIX, na época proposta pelo francês Elisée Reclus. A Geografia crítica rompe com a Geografia Tradicional e Pragmática se estabelecendo sob duas correntes: a Geografia crítica e a Geografia Fenomenológica.

A Geografia crítica busca explicar e compreender as causas do fenômeno e não somente descrever, pois por meio dos fenômenos é possível se chegar às transformações sociais ocorridas. Com isto, altera-se o método de abordagem para o dialético, retomando as ideias marxistas e utilizando o materialismo histórico dialético.

Como destaque desta corrente, está Yves Lacoste, o filósofo e sociólogo Henri Lefebvre e o geógrafo David Harvey. Já a Geografia Fenomenológica pauta-se nas relações do espaço vivido, relacionada com os aspectos culturais, sendo um de seus representantes Yi-Fu Tuan.

Na Geografia crítica, o espaço geográfico passa a ser concebido como fruto da ação humana, construído através do trabalho. Buscando através desta concepção, um rompimento com a compartimentação dos saberes geográficos, sendo então o espaço geográfico o resultado de uma interação entre aspectos físicos e humanos, levando em consideração as transformações causadas pelas ações antrópicas e pelas causas naturais.

O geógrafo Milton Santos é destaque na corrente crítica. O autor reitera em seus estudos, utiliza categorias de análise de como o espaço é um sistema de objetos e sistema de ações, e território, como posterior ao espaço, porém dando ênfase ao território utilizado. Quanto ao “lugar” ele assiná-la que compreender o local em se vive, permite o reconhecimento de sua história para se entender o que de fato ocorrem ali. Cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente (Santos, 1996, p.273).

Posto isto, afere-se que a construção do pensamento geográfico acompanhou as alterações e necessidades do mundo, seja no império, visando o conhecimento do espaço, com o expansionismo europeu, seja mais recentemente, com o processo de industrialização e globalização.

Método e Técnica

A presente pesquisa visou atender aos estudos realizados na disciplina Teoria e Método, realizada em 2017, a fim de estabelecer uma conexão com as abordagens geográficas realizadas em sala de aula, apresentadas através da visão e formação, por cada um dos professores doutores.

A metodologia aplicada foi a pesquisa teórica, realizada em artigos e livros, bem como a articulação junto da categoria lugar. Pode-se destacar os autores: Ferreira (2000), Tuan (1983), Oakes (1997), Santos (2006) dentre outros.

A realização desse trabalho tem como proposta abordar um conceito geográfico relacionado à pesquisa de dissertação em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Geografia do IGEO/RC/UFG.

Uma análise da categoria Lugar

A análise de lugar na Geografia possui destaque em diferentes correntes, porém, na humanística, tem se chegado a considerar esta categoria uma das mais importantes juntamente a categoria de espaço. Ela possui duas bases principais como a geografia

fenomenológica e humanística e a geografia crítica marxista (materialismo/histórico/dialético).

Para Ferreira (2000), a evolução de lugar vincula-se à trajetória da Geografia humana, porém em dois principais ramos, sendo estes a Geografia humanística e a Geografia crítica, ao enquadrar o lugar como um campo de articulação das questões cruciais para a compreensão da existência humana e sua relação com um ambiente cada vez mais fragmentado e globalizado.

Em uma perspectiva humanística pautada na relação homem/natureza/ ambiente, e sobre o prisma da subjetividade, há uma necessidade em definir o lugar como base fundamental da existência humana. No entanto, esta existência seria enquanto experiência pessoal, disseminada através de símbolos subjetivos.

Na concepção de Tuan (1983) espaço e lugar estão conectados, se complementam, por exemplo, o que começa como um indiferente espaço acaba por se apresentar como lugar, no tocante a sua apropriação e seu valor. Neste caso, lugar resulta do espaço, na medida em que agimos intencionalmente, quando associamos o espaço as experiências, sejam elas casuais ou não.

Ainda, para Tuan (1975) os lugares têm diferentes interpretações aos indivíduos e representam os espaços com os quais eles têm certo vínculo afetivo, como por exemplo: um ponto turístico visitado e freqüentado na infância, a rua onde se morava em certa época da vida. O lugar está ligado às referências pessoais e ao sistema de valores, que direcionam as diferentes formas de perceber e constituir a paisagem e o espaço geográfico. Trata-se, na realidade, de espacialidades carregadas de laços afetivos com os quais desenvolvemos ao longo de nossas vidas na convivência com o lugar e com os outros. O conceito de lugar assume um caráter subjetivo, uma vez que cada indivíduo já traz uma experiência direta com seu espaço, com o seu lugar, ou seja, houve um profundo envolvimento com o local para adquirir tal pertencimento.

Na visão marxista, este conceito, é uma abordagem na qual o lugar é considerado a partir de uma dinâmica que é única, resultando de características históricas e culturais pertinentes ao seu processo de formação, mas também pode estar relacionado como uma expressão de globalidade (LEITE, 1998).

[...] a origem desta percepção encontra-se intimamente relacionada a processo de expansão do modo capitalista de produção que através de uma ampla rede de fluxos (de transportes, de informação e de mercadorias), que conseguiu incorporar progressivamente todos os pontos da superfície do planeta, inclusive aqueles considerados como remotos. (LEITE, 1998, p.15).

Para Moreira (2007) somente a partir da Revolução Industrial, ocorreram inúmeras mudanças tecnológicas e ocorreram também mudanças nas sociedades, as cidades tornam-se mais complexas e os atributos clássicos da geografia ganham outro sentido. Nessa nova espacialidade conforme Moreira (2007) o lugar pode ser definido através de duas situações distintas, a primeira onde lugar pode ser entendido como ocupar um ponto na rede para estar inserido na geopolítica ou na segunda opção ser compreendido como pertencimento do espaço vivido.

Harvey (1996) citado por Ferreira (2000) escreve baseado nas obras de Marx, destacando que o lugar está relacionado aos processos de reprodução do capitalismo e sua interferência nas relações sociais, isto é, além da construção social compreendido como localização. No entanto para Moreira (2007, 61) é o “lugar que dá o tom da diferenciação do espaço do homem – não do capital – em nosso tempo”.

Para Relph (1979) citado por Leite (1998) destaca-se que o lugar “[...] significa muito mais que o sentido geográfico de localização. Não se refere a objetos e atributos das localizações, mas à tipos de experiências e envolvimento com o mundo, a necessidade de raízes, de segurança” (RELPH 1979 apud LEITE 1998, p.10). Desta forma, entende-se que o estudo do lugar deve levar em conta a possível abordagem do lugar enquanto o seu espaço físico, ressaltando a identidade do lugar, ou então as experiências dos indivíduos com o lugar, no qual as subjetividades humanas terão maior ênfase.

Embora os lugares tenham sua característica individualizada no espaço, não quer dizer que estejam isolados uns dos outros. Os lugares mantêm um sistema de redes entre si, mecanismos estes estabelecidos pela própria atuação das forças geradas pelo sistema de capital, afinal, cada lugar estabelece relações com os outros a partir da função determinada por este sistema econômico.

Para Ferreira (2000, p.78) ao mencionar Merrifield (1993) esclarece que “o lugar é a terreno onde são vividas as práticas sociais, é onde se situa o cotidiano, é o espaço praticado”. O lugar neste caso não é visto apenas como relacionado ao cotidiano, mas, também, relacionado as questões do capital em que ocorre operações em diferentes escalas. (FERREIRA, 2000).

Oakes (1997) citado por Ferreira (2000) entende o lugar como um reconhecimento do indivíduo bastante relevante e atividade imediata, dada a expressão

entre o progresso e a perda. Ainda para o autor o lugar é “um espaço criativo, embora ambivalente, cavado em algum local entre a opressão da nova ordem e aprisionamento da tradição” (OAKES 1997, p. 511 apud FERREIRA, 2000 p. 80).

Segundo Carlos (1996) diante de um mundo moderno tem-se inúmeros desafios face às transformações provocadas pelo fator globalização como produto de desenvolvimento do capitalismo impactando de forma destrutível para sua realização. Neste processo o espaço vem a ter papel fundamental dada a questão de troca, como uma mercadoria. E cada vez mais o espaço é produzido por setores da atividade econômica, como por exemplo, o “Turismo”. Deste modo para a autora o “Turismo” faz com que praias, montanhas e campos entrem em um circuito de troca, privativamente como áreas de lazer a quem quiser fazer uso delas.

A fenomenologia do lugar apresenta uma possibilidade de análise quanto ao espaço geográfico, e pensando o fenômeno como experiência humana o lugar manifesta-se e conserva a rotina, os conflitos e as dissonâncias, possibilitando uma leitura da vida cotidiana, com ritmos e contradições (Carlos, 2001).

A cidade de Três Ranchos/GO como lugar turístico

Considerando que a categoria lugar vai recebendo inúmeras conceituações acercadas mais diferentes reflexões, nesta pesquisa o lugar é compreendido como vínculo afetivo e de pertencimento, da experiência vivenciada no espaço e das relações sociais construídas.

A partir de Carlos (1996), Ferraz (2010), Callai (2000) e Tuan (1983) questiona-se: é necessário compreender em que momento é possível descrever a história de um lugar? Ou, em qual situação os fatos tomam a devida proporção ao ponto de tomarmos esta história passível de narração, a fim de defini-la como um “lugar” histórico? Assim, Nietzsche (2008) corrobora:

A história pertence àquele que conserva e venera, àquele que, com fidelidade e amor, volta os olhos para o local de onde vem, onde se formou. Por essa devoção, ele quita de algum modo uma dívida de reconhecimento que contraiu para com sua própria vida. Cultivando com mãos delicadas o que existiu desde sempre, quer conservar as condições nas quais nasceu para aqueles que virão depois dele e é assim que serve à vida. O patrimônio dos ancestrais, em semelhante alma, recebe nova interpretação da propriedade, pois, agora é ele o proprietário. A história de sua cidade se torna para ele a história dele próprio (NIETZSCHE, 2008, p. 41-2)."

A cidade de Três Ranchos, como ficou conhecida, originou-se a partir da chegada dos bandeirantes paulistanos Estado de Goiás, por volta dos séculos XVII e XVIII, que, à procura de metais e mão-de-obra indígena e escrava, cortaram os sertões do Brasil Central, onde se localizava a Capitania de Goiás, chegando a região de Catalão e, por conseguinte, chegando às terras que hoje formam o município Três Ranchos (SOUZA,2012,p.25).

Por volta do século XIX, foi constatado que os tropeiros que cruzavam o país tinham como rota a passagem pela região de Três Ranchos, onde existia um porto chamado Mão-de-Pau, que servia para a travessia junto ao Rio Paranaíba. Ainda, segundo a história oficial de Goiás, passara pelo município o bandeirante Bartolomeu Bueno, em 1722, em busca das minas outrora descobertas pelo pai Anhanguera (SOUZA, 2012, p.36).

Um fato histórico, que é interessante mencionar, diz respeito ao leito do Rio Paranaíba, rico em diamantes, e que, à época, era cobiçado pelos tropeiros da região. Foi, justamente, por conta deste fato que o porto Mão-de-Pau se tornou ponto de parada dos Bandeirantes e tropeiros. Nele, havia três casebres na forma de “ranchos”, que mais tarde vieram a dar origem ao nome do município.

Entretanto, a versão oficial sobre a origem de Três Ranchos é a de que os ranchos teriam sido construídos para servir de pouso aos tropeiros que traziam suas boiadas e que precisavam descansar antes de atravessarem o rio rumo a Minas Gerais e São Paulo. Sequer sabe-se do local exato desse pouso: segundo as narrativas dos antigos boiadeiros e moradores entrevistados por Melo (2008), a parada com o gado, tanto podia ser à beira do Rio Paranaíba como a uma distância de vários quilômetros desse ponto. (SOUZA, 2012, p. 45).

Outro marco na origem de Três Ranchos, dá-se a partir da construção da Igreja de Nossa Senhora Abadia, datada de 1822 (SOUZA, 2012, p.50).A igreja foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) como Ruínas de Nossa Senhora d’Abadia, pela Lei Estadual nº 12.926/1996.

Ainda nesse contexto histórico, em 1942 foi inaugurada a Linha Férrea que ligava Minas a Goiás, o que acabou proporcionando ao lugar um grande fator atrativo, somado ao aspecto econômico existente. A Estação Ferroviária de Três Ranchos, ainda hoje, provoca, nos moradores mais antigos, uma saudade memorável dos tempos do “trem de ferro”. É como se eles ainda acalentassem, silenciosamente, saudades dos abraços nas chegadas e partidas, de um tempo que não volta jamais.

Quanto à emancipação de Três Ranchos, deu-se mesmo, na condição de distrito de Catalão, em dezembro de 1948. Já criação de município independente ocorreu em 19 de outubro de 1953 com o nome de “Paranaíba de Goiás”. Porém, como havia uma cidade homônima com o mesmo nome, no estado do Mato Grosso, houve a necessidade de retornar ao antigo nome Três Ranchos (SOUZA,2012,p.50).

Outro fator importante é ressaltar é que a Represa de Emborcação foi construída no Rio Paranaíba, a 11,5km à montante da Ponte Estelita Campos, na divisa dos Estados de Goiás e Minas Gerais, mais precisamente entre os municípios de Araguari (MG) e Cumari (GO). Seu enchimento atingiu parte do território de Três Ranchos e foi concluído em 1982, quando se iniciou a operação da Usina Hidrelétrica (UHE) de Emborcação. Daí o surgimento do principal atrativo turístico da Cidade, que é o Lago Azul, um dos maiores em volume de água doce do País, com uma área de 440km² e até 180m de profundidade, criado a partir do represamento do Rio Paranaíba.

Segundo dados do Plano Diretor (2013) o município é constituído somente pelo Distrito Sede, configurando um território caracterizado por aproximadamente 90,5% de áreas rurais e 9,5% de áreas urbanas. No entanto, a grande maioria dos triranchenses, quase 90%, vive na área urbana do município (IBGE, Censo Demográfico 2010).

A comunidade é hoje estimada em 2.900 habitantes, segundo estimativa do IBGE (2017), sendo assim, umas das características que vem se mantendo no lugar, são das pessoas conversarem ao portão, se conhecerem umas as outras, neste sentido é possível entender que os sujeitos apresentam em sua vivência social, harmonia e solidariedade uns pelos outros, como também nas relações com o meio ambiente. Tudo isto associado às práticas que respeitam o meio natural, não somente como recurso, mas também como personagem envolvido nas culturas e tradições, como aquele que ajuda e orienta as práticas desenvolvida junto a comunidade, carregada de sentimentalismo.

O lugar é produto das relações humanas, entre o homem e a natureza, segundo Carlos (1996) no lugar se manifesta a vida, sendo que daí emerge a unidade de vida social. Cada sujeito se encontra entre um espaço real, no qual se reconhece e se perde, desfruta e altera, sendo que o lugar tem usos e sentidos em si. E em uma proporção de grandeza, revela-se o sujeito.

Para Tuan (1983) o sentimentalismo ligado a lugar resulta de experiências vividas, e o sentimento de pertencimento de um indivíduo por sua localidade, e isto não ocorre somente com aqueles que passam em um determinado lugar, mas sim está

relacionado ao cotidiano do espaço vivido. Com no caso da cidade de Três Ranchos, em que é perceptível o sentimento de pertença através dos nativos na cidade.

Como no campo fenomenológico, onde lugar é entendido como fenômeno da experiência humana. Os lugares conclamam nossas feições e obrigações, pois conhecemos o mundo através daquele nos quais vivemos.

Considerações finais

O que se verificou com os estudos, acerca das abordagens apresentadas é que, conceitos e categorias têm suas singularidades, não podendo ser apresentadas sem os devidos critérios na sua diferenciação ou sem uma base teórica.

Desta forma, compreendeu-se que alguns conceitos e ou categorias auxiliam e se sobressaem em relação aos outros. Evidentemente, isto vai depender, muito, do objeto de estudo da pesquisa, da contextualização determinada através da realidade sócio-espacial.

Alguns conceitos auxiliam nesta compreensão como, por exemplo, o de Lugar. Entretanto, não é possível analisar as questões do espaço a partir de um conceito precursor desvinculado dos demais. Várias são as abordagens em torno do conceito de lugar, enquanto espaço vivido, espaço singular e espaço carregado de significações, como reforçam alguns autores abordados neste estudo.

O lugar pode ser relacionado a diferentes abordagens e se apresenta como o conceito que norteia algumas pesquisas, como por exemplo, junto às pesquisas que serão realizadas no decorrer do Mestrado em Geografia 2017-2019, onde o lugar ocupa significados específicos. Tais compreensões nos levam a entender melhor as relações devivência e articulações no mundo contemporâneo. O lugar também possibilitou a ampliação dos conhecimentos em torno das diferentes conceituações realizadas.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). Informação e documentação - **citações em documentos** - apresentações: NBR 10520. Rio de Janeiro, ago. 2002. 7p.

_____. Informação e documentação – Informação e documentação - artigo de publicação periódica científica impressa – apresentação: **NBR 6022**. Rio de Janeiro, maio de 2003. 5 p.

_____. Informação e documentação – Informação e documentação - projeto de pesquisa – apresentação: **NBR 15287**, Rio de Janeiro, dez. 2011.08 p.

_____. Informação e documentação – Informação e documentação - referências – elaboração: **NBR 6023**, Rio de Janeiro, ago.2003.3 p.

_____. Informação e documentação – Informação e documentação - trabalhos acadêmicos - apresentação: **NBR 14724**, Rio de Janeiro, ago.2002. 24 p.

_____. Informação e documentação - **Referências** - Elaboração: NBR 6023. Rio de Janeiro: 2002. 24p.

_____. Informação e documentação - **Artigo em publicação periódica científica impressa** - Apresentação: NBR 6022. Rio de Janeiro, 2003. 5p.

BUTTNER, A 1985a. **Aprendendo o dinamismo do mundo vivido**. In: Perspectivas da geografia. Antônio Carlos Christofolletti (org.).São Paulo, Difel, p. 165-193.

BUTTNER, A. **Campo de Movimiento y sentido dellugar**.In: RAMÓN, M. D. G. (org.) Teoria y Método em la Geografía Anglosajona. Barcelona, Ariel, 1985.

CALLAI, H. C. **Estudar o lugar para compreender o mundo: o lugar na geografia**. In: CASTROGIOVANNI, A. (Org). Ensino de geografia: práticas e textualizações no cotidiano. 7ª edição. Porto Alegre: Editora Mediação, 2000. P.83 a 131.

CARLOS, A. F. A. **O Lugar no/do Mundo**. São Paulo. Hucitec, 1996.

FERREIRA. I. M. **O afogar das Veredas: uma análise comparativa espacial e temporal das Veredas do Chapadão de Catalão (GO)**. 2003. 242 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro. 2003.

LEITE, A. F. **O Lugar: Duas Acepções Geográficas**. Anuário do Instituto de Geociências – UFRJ, 21, p. 9-20,1998.

MOREIRA, E. V.; HESPANHOL, R. A. M.. **O lugar como uma construção social**. Revista Formação (Presidente Prudente), n. 14, v. 2, p. 48-60, 2008.

NIETZSCHE, F. W. (1844-1900). **Segunda consideração intempestiva – da utilidade e do inconveniente da história para a vida**. São Paulo: Escala, 2008. 125 p.

SANTOS, M. **Metamorfose do Espaço Habitado**. São Paulo, Hucitec, 1988.

_____. **Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial**. Território. Ano IV, n. 6, p. 5-20, Rio de Janeiro, 1999.

_____. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: Edusp, 2002.

_____. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção-** 4ª Ed. 2ª reimpressão. São Paulo. Editora Universidade de São Paulo, 2006.

SOUZA, J. L. V. Pobres garimpeiros de riqueza: a Geografia dos diamantes em Três Ranchos (GO). 2012. 166 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geografia, Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2012.

TUAN, Y. -F. Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983.

FERREIRA, L. F. Acepções recentes do conceito de lugar e sua importância para o mundo contemporâneo. Território, Rio de Janeiro, n. 9, p.65-83, jul./dez. 2000.

HOLZER, W. O lugar na geografia humanista. Território, Rio de Janeiro, n.7, p.7-78, jul./dez. 1999.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Goiás. Três Ranchos. Infográficos: dados gerais do município. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/tres-ranchos/panorama> > Acesso em 22 de junho de 2018._____. Cidades. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/> > Acesso em 22 de junho de 2018.

IMB – Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. Disponível em: < <http://www.imb.go.gov.br> > Acesso em 22 de junho de 2018.

REDES DE CENTRALIDADE: OS USOS DOS ESPAÇOS NA ÁREA CENTRAL DE UBERLÂNDIA/MG

Felipe Lehnenn Osorio
Universidade Federal de Uberlândia

Resumo: O processo de globalização, trouxe consigo, a aceleração do tempo e do espaço, de tal forma, que tudo aconteça de forma rápida e integrada nestes espaços. Soma-se a isso, a ligação em redes estabelecidas entre todas as cidades (regionais, nacionais e mundiais), de modo que elas interajam entre elas, trocando informações e mercadorias. Em se tratando de comércio, este tem uma grande influência no ordenamento territorial urbano, modelando as cidades conforme seus enfoques – tendo principalmente mais intensidade, nas áreas centrais. De toda forma, é na área central que se concentra os principais serviços e comércios, de onde se tem a maior dinâmica e vivacidade. Tendo isto em vista, vale uma análise sobre como as redes comerciais se estabelecem e dinamizam os fluxos e interações na região central do município de Uberlândia-MG, se atentando principalmente a sua localização neste setor.

Palavras-chave: Comércio; Espaço; Redes; Área Central

Abstract: The process of globalization, brought with it, the acceleration of time and space, in such a way, that everything happens quickly and integrated in these spaces. Added to this is the connection in established networks between all the cities (regional, national and world), so that they interact between them, exchanging information and goods. When it comes to trade, it has a great influence on urban spatial planning, shaping cities according to their approaches - mainly with greater intensity in the central areas. In any case, it is in the central area that the main services and shops are concentrated, from where one has the greatest dynamism and liveliness. With this in mind, it is worth analyzing how the commercial networks are established and dynamize the flows and interactions in the central region of the city of Uberlândia-MG, mainly considering its location in this sector.

Key Words: Commerce; Space; Networks; Central Area

Introdução

Pensar na cidade como espaço urbano único e isolado, já não é possível mais. As conexões e redes que compõem o mundo do século XXI, evidenciam que nenhum centro urbano pode mais se isolar do restante – não é possível se manter sozinho no espaço. A rede chegou, e ficou.

A tal globalização, muito abordada por Santos (2001), se enraizou e estabeleceu em tudo. Produtos e pessoas interagem no espaço, tecnologias são implementadas a todo

momento, informações são repassadas em milésimos de segundo – o tempo foi dilatado e as distâncias encurtadas.

Com isso, as cidades necessitam estar em contato direto com suas “cidades vizinhas” e com a cidade-polo. Esta troca entre as cidades, geram fluxos que dinamizam o território, e criam redes de trocas e informações. Esta dinamicidade que os centros urbanos ganharam nestes últimos anos, transforma e reordena os espaços de forma intensa, criando novas localidades, centralidades e descentralidades (CÔRREA, 1979).

A construção de cidades que polarizam uma dada região, se torna instrumento base na consolidação de mercados regionais, os quais estão inseridos dentro de um mercado maior – o nacional, e este por sua vez, relacionado o mercado mundial. Ou seja, o que se tem, é uma construção de redes mercados, conectadas através de redes de onde são deitas as trocas.

Tendo esta perspectiva, entende-se o quanto que o comércio é base essencial no desenvolvimento de qualquer centro urbano: é ele que faz a cidade ter vida, através da circulação de capitais, e a construção de espaços dedicados a esta atividade, os quais expandem e incham os centros urbanos.

Redes

Conceito-chave para a compreensão desta temática, as redes compõem o que pode ser chamado de “base do comércio”. Uma das exigências do mundo globalizado, é a necessidade em se estar conectado e participando de pelo uma rede (se possível, em mais de uma).

A competitividade que cerca o mercado capitalista, é um dos vetores que tornaram a redes intrínsecas ao desenvolvimento das relações comerciais modernas. Hoje, para poder oferecer toda a infinidade de produtos e variedades que o mundo moderno tem a oferecer aos indivíduos, é preciso estar inserido nesta lógica.

O conceito de redes e pontos conectados no espaço, advém de Castells (1999). As redes são ligações físicas ou virtuais existentes entre pessoas, empresas e cidades. São nelas que ocorrem as interações e as trocas entre as partes, conectando o mundo através delas, culminando no que hoje chamamos de globalização: onde tudo está conectado e interligado.

Uma vez a cidade inserida neste circuito, ela passa a comercializar os seus produtos locais e a fornecer sua mão-de-obra para as demais cidades, de modo que há

uma “colaboração” entre os municípios, promovendo um maior destaque destes no mercado regional/nacional.

Estas redes não devem ser vistas como únicas, ou seja, não é apenas uma rede que conecta a cidade ao seu exterior – mas sim, um amplo conjunto de redes que partem do município em direção as cidades de influências. Além das cidades, estas redes se destinam as especificidades: rede de trabalhadores, rede de fornecimento de matéria prima à indústrias, rede de fornecimento de alimentos, rede de serviços, rede de saúde, rede de ensino, e tantas outras que venham a compor esta complexa interação.

Tudo isso compõem então, a região de interações, onde as cidades se unem por interesses e necessidades comuns, de forma a garantirem a sua sustentabilidade e crescimento, bases para qualquer desenvolvimento urbano. As cidades estão conectadas o tempo todo a partir da globalização, de modo a criarem novos espaços e territorialidades que transformam a organização e dinâmicas locais e regionais.

Entende-se que ter conexão com o mundo hoje, é uma necessidade primordial: a competição e a necessidade por produtos e informações de forma rápida e confiável, são os pilares que sustentam hoje o mundo globalizado. O que até então se limitava ao local, hoje, passa a ter uma função regional, nacional ou até mesmo internacional. A questão é: como se manter nesse mundo de transformações rápidas e de modo fulgor.

Urbano

Ao se pensar em redes, é preciso compreender que em muitos casos, sempre há o espaço urbano envolvido no processo, sendo então importante adentrar nesta temática, de modo a compreender quais as transformações que as redes do mundo globalizado, podem exercer nos espaços, tendo destaque os espaços urbanos, de onde se insere de forma mais intensa os processos e formas do global.

Ao se referir ao urbano, muitas das vezes, se cai em um emaranhado de conceitos complexos de serem delimitados, tais como destacados por Steinberger (2006): questão urbana, região urbana, rede urbana e espaço urbano. Esta proximidade de conceitos e termos, acaba por acarretar em uma série de confusões dentro do meio acadêmico, sendo preciso ter cautela nas interpretações. O urbano é espacial, territorial, local e político.

Ainda segundo a autora, o espaço urbano deve ser visto nas mais variadas escalas, mas sempre obedecendo o foco, que é o limite da cidade. Para tanto, são definidos dois tipos de territórios: grandes e pequenos (STEINBERGER, 2006). O

primeiro tipo está relacionado a grandes extensões, tais como bacias hidrográficas, microrregiões, regiões metropolitanas ou o município em si. Enquanto o segundo, seriam os bairros, comunidades, assentamentos e tribos. Com isto, o espaço é composto por uma infinidade de fragmentos, que juntos compõem a unidade.

Além do desafio em utilizar estes conceitos, ainda se chega a outro detalhe de suma importância para as discussões. Onde começa e onde termina o urbano? E o rural? Ambos os meios se encontram praticamente homogêneos em meio a sociedade moderna, de tal modo que seja difícil se chegar a tal distinção. O campo se utiliza dos conhecimentos e técnicas do urbano, para desenvolver as suas atividades. Sendo assim, é preciso levar em consideração esta proximidade, que até alguns anos atrás, se dava de forma muito marcante pelo distanciamento.

Com isto, a Geografia Urbana assume o papel fundamental em se compreender as formas e organizações do espaço, analisando as relações estabelecidas dentro destes, e como se dão as interações dentro das redes. As análises espaciais que até então eram voltadas a morfologia urbana (e inclui-se a Geografia Urbana aqui), passam a adotar uma visão mais abrangente no momento em que há a aproximação dos espaços e das relações. Se inserem então, os estudos e análises quanto ao valor comercial que os espaços passam a desempenhar nos centros urbanos, e como isto se manifesta de forma concreta nas cidades, através de novas formas e usos.

Chegando a este momento então, se compreende que os espaços são produzidos conforme os interesses dos sujeitos locais, de modo a explorar esta localidade. Por produção do espaço, entende-se como as mais variadas dimensões que o espaço urbano pode assumir, já que é no urbano são consolidados modos de vida, ideias, valores, lutas sociais, idealizações e projetos ambiciosos (CARLOS, 1994). Esta mesma autora destaca o papel do urbano em promover o progresso e a modernidade, instigando a ambição humana em ter o controle sobre a natureza.

Mesmo com todo este dilema em se caracterizar o que é urbano, e como definir ele, Carlos (1994) afirma que é muito mais complexo, indo além do senso comum, não se limitando apenas a produção do capital, mas abrangendo todo o âmbito social, político, ideológico e jurídico. Os espaços não se limitam apenas a sua produção, mas também são consumidos, sentidos e pensados.

Entender o espaço urbano como parte integrante da dinâmica da cidade, é essencial na compreensão do mundo em que estamos falando. Aliás, vale um adendo: a cidade nunca deve ser vista como algo estático, mas sim, em uma dinâmica sem fim –

estando em processo constante de construção e transformação, assumindo novas formas e funções ao longo do período.

Visto isso, a cidade é vislumbrada como materialização dos processos produtivos que a compõem, refletindo a participação que sistema financeiro capitalista exerce sobre a configuração do urbano. O Homem produz e consome estes espaços, atribuindo formas, usos e valores.

Como pensar

Ao caminhar pelas ruas centrais da cidade, é perceptível as transformações que ocorreram nesta localidade. Esta é a visão do autor sobre a cidade. Em seus cinco anos na cidade, transformações significativas foram sentidas – novos empreendimentos inaugurados, prédios foram demolidos, outros levantados, enquanto outros ainda foram reformados.

Se atentar as formas das cidades, como elas se transformam no tempo e espaço, é uma tarefa de grande valor a geografia. É nesta ciência, que estão os conhecimentos que auxiliam no entendimento de como e porque os espaços urbanos estão sempre em constante transformação.

Dada esta inquietação do autor, e as transformações sentidas na região central da cidade de Uberlândia, sentiu-se então indagado a conhecer um pouco mais desta localidade, passando a observar estes fenômenos através de uma ótica científica, de tal modo a perceber as dinâmicas e fluxos envolvidos.

Tendo essa visão, se tem à vontade então, de observar quais as grandes redes de comércio estão presentes. Mesmo não sendo uma grande metrópole, o município de Uberlândia, município mineiro, conta em sua área central, com diversas redes nacionais de lojas. Esta constatação, reforça como a cidade está ativa nas redes de comércio, contanto com diversos nós em seu território.

O intuito aqui, será então de identificar estas redes comerciais que estão presentes na cidade, de forma a estabelecer e justificar o modo pelo qual a cidade assume a posição de polo regional do Triângulo Mineiro, e como a região central da cidade, possui influencia em atrair pessoas de toda a região, a se deslocarem para o município, com a finalidade de consumir produtos e serviços ofertados.

Uberlândia

O município mineiro localizado na mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, porção oeste de Minas Gerais, conta com uma extensão territorial de 4.115

km², ocupados por 604. 013 habitantes no último censo populacional (IBGE, 2010), resultando em uma densidade de aproximadamente 146 hab/km².

Sendo a segundo maior cidade do estado de Minas Gerais, ficando atrás apenas da capital – Belo Horizonte - se pode então compreender a importância que a mesma desempenha dentro da unidade federativa, tendo grande peso no desempenho econômico e político.

Com uma economia diversificada, Uberlândia apresenta bons atrativos para investimentos e instalação de empresas em seu território. Os processos histórico-sociais ajudam a elucidar a dimensão que o município alcançou em um espaço de tempo relativamente curto – questão de 70 anos. Sua ascensão se deu inicialmente pela modernização agropecuária, juntamente com a instalação de um complexo agroindustrial, colocando-a no mercado nacional.

Em questão de tempo, o município mineiro foi então diversificando a sua economia, tendo a chegada de empresas nacionais e multinacionais, além das locais que foram surgindo, atendendo o segmento de agronegócio, comércio atacadista, biotecnologia bioenergia, call center, moveleiro, Tecnologia da Informação, comunicação, imobiliário e varejista. Vale aqui destacar então algumas delas: Grupo Algar (Algar Telecom, Algar Tecnologia, Algar Agro, Algar Aviation, Algar Mídia e Algar Segurança), Brasil Foods (BRF), Callink, Uberlândia Refrescos (Coca-Cola), Ambev, Sistema Integrado Martins, Grupo B2W, Monsanto, Cargill, Petrobrás, Arcom, redes de supermercados (Extra, Bretas, Walmart) e atacados (Atacadão, Makro, Bahamas). A cidade também possui um amplo polo educacional, tanto de ensino médio (COC, Colégio Olimpo, Gabarito, Nacional) quanto de ensino superior (UFU, Uniube, Unitri, Faculdade Pitágoras).

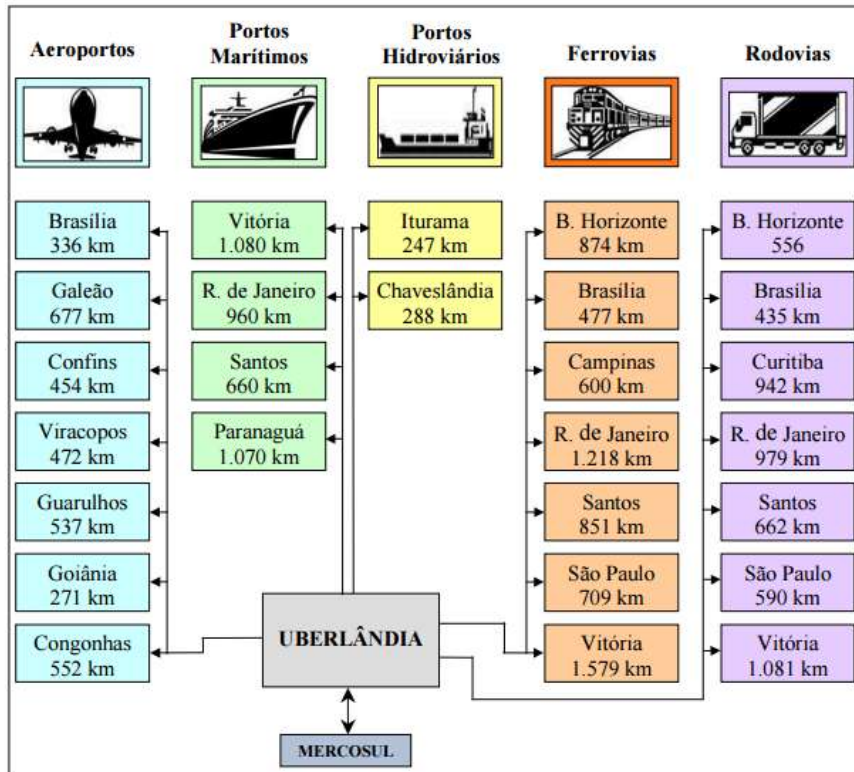
Mas o grande destaque mesmo desta cidade mineira, está em sua localização geográfica privilegiada e estratégica dentro do país. Localizada no “coração do Brasil”. Ligando a fronteira agrícola nacional (GO, MS, MT) aos principais mercados consumidores e portas de saída desses produtos ao exterior (Figura 1), Uberlândia conecta e gerencia o comércio nacional, sendo um importante polo nacional em distribuição de produtos e serviços.

Uma das grandes potências da “Capital do Triângulo Mineiro”, são os centros atacadistas e de distribuição. Em toda a sua extensão, a cidade é ocupada por grandes empresas transportadoras e galpões onde são armazenados os produtos e enviados aos seus destinos. Se utilizando de sua localização e mão-de-obra especializada, Uberlândia

construiu sua identidade neste ramo de serviços, tendo hoje uma grande importância no meio.

Figura 1 – Intermodais de Uberlândia

Infra-estrutura e Logística de Uberlândia em relação aos principais Portos e Sistema Intermodal de Transportes



Fonte: UBERLÂNDIA, 2011

Atividade comercial

O comércio, pode-se dizer, que é umas das estruturas mais essenciais para qualquer cidade: não se tem aglomeração urbana sem o comércio. Em toda a trajetória de sociedade, trocas sempre fizeram parte da atividade e contato entre os indivíduos. As cidades ganham vida com o comércio.

Andar em meio a qualquer cidade, seja onde estiver localizada no mundo, sempre haverá pelo menos um estabelecimento, nem que seja informal, comercializando alguns produtos. A atividade comercial está intrínseca nas relações sociais, de tal modo que faz parte do cotidiano do indivíduo

Com isto, se consolida toda uma estrutura comercial com estes estabelecimentos e serviços. Este último, advindo das necessidades destes estabelecimentos, que passam a necessitar de determinados auxílios para o seu prosseguimento e manutenção das suas

atividades. Ou seja, parte-se para a formação de toda uma rede de interações que sustentam a atividade comercial.

Evidentemente, que nas sociedades anteriores, da antiguidade, as relações se davam de forma muito mais simplificada quando comparadas ao que se tem no mundo moderno. No entanto, a estrutura em si, guarda e se utiliza dos princípios datados deste período.

As trocas de produtos e mercadorias que ocorriam na antiguidade, estão presentes até os dias de hoje, sendo da mesma forma ou tendo a adição da moeda para as transações. Com isto, entende-se que há toda uma ampla estrutura que sustente: um indivíduo que necessite do produto, e outro que deseje a mercadoria. E estas trocas acabaram por necessitar de espaços dedicados a este tipo de ação.

Seguindo na linha do tempo histórica, com o período das Grandes Navegações, estas relações passam a se acentuar, em vista de que se estabelecem relações com novas sociedades e territórios, constituindo assim o que viria a ser o mercado global de comércio.

Seguindo em frente, com a Revolução Industrial, os centros urbanos passam a assumir novas formas e funcionalidades, de modo a acomodar as novas tecnologias que surgiam neste período. Com esta mudança do perfil dos consumidores, a atividade comercial se adapta a essa nova realidade, se diferenciando com produtos e públicos distintos, como bem visto em Engels (1985) em seus relatos sobre as cidades inglesas, com estabelecimentos destinados a cada faixa de renda (trabalhadores, classe média e alta), bem como as mercadorias vendidas para cada um dos segmentos.

Soma-se a isso, o processo de globalização, que trouxe não só novos produtos aos mercados, mas também desenvolveu todo um sistema global de mercados, tendo cada país as suas ofertas e demandas colocadas no comércio exterior. Neste momento, é que se tem então a especialização de mercados, de forma a competir em um meio cada vez mais acirrado: não basta ter um produto – ele tem de ser bom e barato – caso contrário, não se mantém no mercado. O mesmo vale para os estabelecimentos que comercializam.

Como grande efeito desta globalização, há a migração das populações rurais em direção as cidades, efeito este sentido pelo mundo inteiro. Centros urbanos passam a assumir o centro das atenções, passando a conviver com o inchaço das cidades. Para isto, vale as leituras de Lefébvre (1999), autor este que aborda acerca das formas

urbanas. Estas formas são as materialidades que se fazem no espaço urbano, de tal forma que demonstram as especificidades de cada localidade.

Visando toda essa discussão, é que então podemos compreender pelo menos um pouco do que se trata o centro das cidades – localidade que concentra praticamente as principais atividades e serviços dos centros urbanos. É nele que se encontra boa parte da dinâmica das cidades, é nele que tudo acontece.

Área central Uberlândia

O estabelecimento da atual área central de Uberlândia, data de 1907 (SOARES, 1995), estando delineado no primeiro Plano Urbano da cidade. Neste momento, o município se limitava ao que hoje é o Bairro Fundinho. Neste período, já se pensava em construir um “novo centro”, tendo o intuito de promover o desenvolvimento da cidade, através de uma visão progressista. Este plano contemplava a construção de dois grandes eixos viários: Afonso Pena e Floriano Peixoto, de onde iriam se deslocar as principais atividades para estas vias largas e arborizadas – é dado o início ao que seria o centro comercial da cidade.

Na década de 1940, o cenário começava a mudar, tendo a abertura dos eixos viários, além do estabelecimento do Edifício Drogasil. No entanto, ainda haviam muitos lotes vazios ainda nesta localidade. Mais adiante, estava a Estrada de Ferro Mogiana, em que seu entorno, concentrava armazéns de “secos e molhados”, demonstrando a importância do entreposto comercial (SOARES, 1995).

Aos poucos o “novo centro” vai ganhando formas e contornos, com o estabelecimento de novas atividades e serviços, além de concentrar já boa parte dos serviços públicos – atraindo o consumo para ali. Estavam instaladas nestas vias, a Prefeitura Municipal, Uberlândia Clube, Fórum, Estação Ferroviária, Catedral Santa Terezinha e a Escola Bueno Brandão. Alguns destes equipamentos, até hoje se encontram localizados e operantes em seus respectivos prédios.

Com o boom de crescimento nas décadas de 1950 e 1960, esta região que até então estava baseada nas duas principais vias, passa a necessitar de novos limites, sendo abertas outras avenidas para atender as crescentes demandas da cidade. Segundo obra de Soares (1995), abrem-se então as Avenidas Rio de Janeiro (atual Getúlio Vargas), São Pedro e Buenos Aires (hoje Rondon Pacheco) e João Naves de Ávila (ocupando o leito dos trilhos da Ferrovia Mogiana). Tinha-se então a polarização de Uberlândia como Polo Regional do Triângulo Mineiro.

A atualidade do centro de Uberlândia é de ser um importante polo regional, atraindo pessoas de toda região a consumirem em suas lojas e serviços. Nele, é possível encontrar praticamente tudo que se precisa: desde necessidades mais básicas, como bancos, lojas de utensílios, mercado, etc,- até serviços de alta complexidade (ex: hospitais e laboratório médicos).

Tendo a sua área ampliada em todas as direções, abrangendo ruas do entorno, tais como João Pinheiro, Cipriano Del Fávero, e Cesário Alvim – destacando as que possuem grande peso para a cidade, uma vez que há mais atividades nas vias subsequentes. Mas a atividade principal está centrada nestas citadas.

No entanto, as ditas redes de lojas estão praticamente concentradas, nas duas vias pioneiras da região central: Afonso Pena e Floriano Peixoto. É nelas que estão localizadas as principais agências bancárias, além dos Correios, serviços diversos, órgãos fiscalizadores, mercados, restaurantes, hotel, lojas de departamento, farmácias, telefonia, terminal de transporte público, dentre tantas outras.

Em uma breve caminhada pelas duas principais avenidas do centro de Uberlândia: Afonso Pena e Floriano Peixoto (Mapa 1), as quais concentram boa parte da atividade comercial desta localidade, foram contabilizados quantos estabelecimentos de redes varejistas e de serviços, se encontram ali presentes.

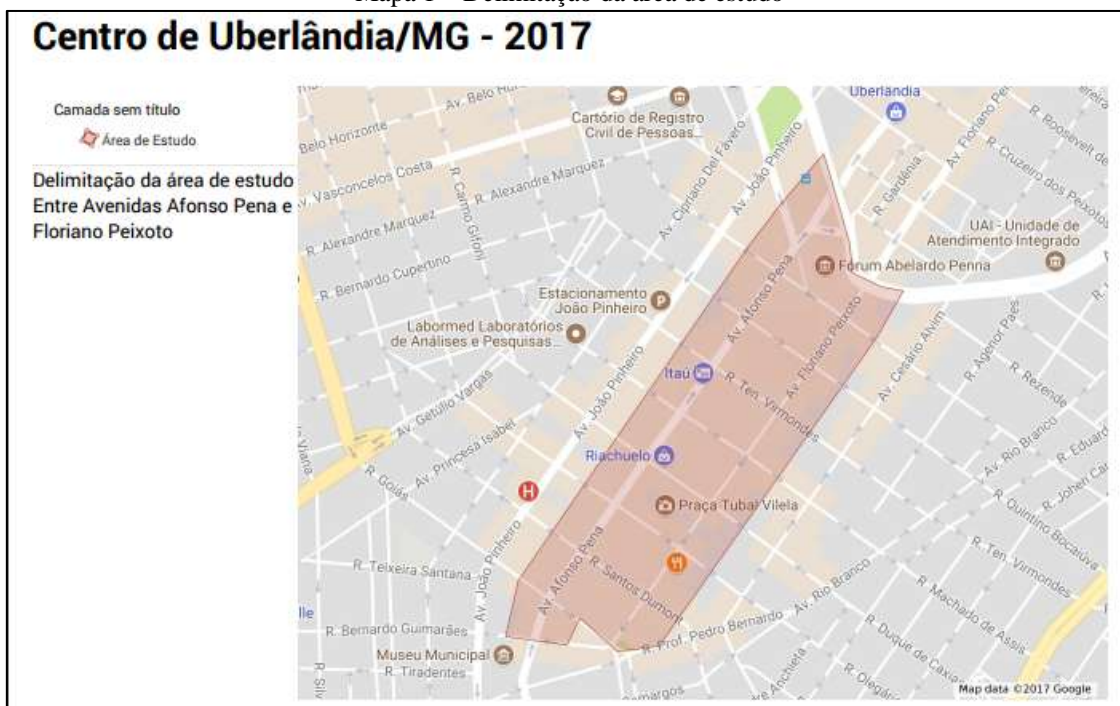
Na Av. Floriano Peixoto, estão presentes 15 estabelecimentos deste tipo ao longo da via. Enquanto na Av. Afonso Pena, há mais do que o dobro: 32 estabelecimentos. Esta concentração, nestes oito quarteirões observados, demonstra como estão localizados de forma próximas uns dos outros, salientando a força que a região central ainda exerce na cidade. Por fim, nas vias transversais a estas duas avenidas, outros 5 estabelecimentos se fazem presentes.

No entanto, vale ressaltar um ponto importante deste levantamento: foram contabilizados os estabelecimentos, e não a quantidade de redes comerciais ali presentes. Com isto, algumas redes foram contabilizadas duas vezes ou mais: como é o caso da rede de drogarias Drogasil, ou de agências bancárias como Itaú e Santander. Com isto, a quantidade e redes é inferior a contagem.

Dentre os ramos em que se pode destacar destes estabelecimentos, destacam-se as de eletrodomésticos (Ricardo Eletro, Casas Bahia, Magazine Luiza, Eletrosom etc.), Bancos (Banco do Brasil, Caixa, Santander, Bradesco, Mecantil, etc.), Alimentos (Cacau Show), Beleza (O Boticário), Loteria, Roupas (C&A e Riachuelo), Ótica (Óticas

Carol), Varejo (Lojas Americanas), entre outros. A concentração delas nesta região da cidade, reforçam o papel polarizador que estas vias exercem na cidade mineira.

Mapa 1 – Delimitação da área de estudo



Fonte: OSORIO, F.L. 2017

Considerações

Tendo em vista o tema discutido, os pontos abordados e as constatações feitas nas pesquisas, entende-se o porquê da cidade de Uberlândia ocupar a posição de polo regional, uma vez que conta com diversos estabelecimentos de comércio e serviços, que se concentram na região central da cidade, oferecendo diversidade e variedade de produtos e serviços – o de interesse aos consumidores. Sendo assim, Uberlândia consolida uma rede de consumo forte na região do Triângulo Mineiro, conectada as demais cidades.

A área central da cidade mineira, assim como tantas outras, possui um grande fluxo de veículos e pessoas circulando pela localidade. Esta dinâmica reforça o papel de centralidade que estes estabelecimentos desempenham no município, e na região. A cidade vive entorno das atividades ali desempenhadas.

Mesmo tendo alguns subcentros na cidade de Uberlândia, ainda há a necessidade de se “resolver” alguns afazeres nesta região. Ou seja, pode haver uma descentralização de alguns comércios e serviços, mas ainda há motivos para as pessoas irem vez ou outra no centro da cidade.

Pode-se pensar em uma crise dos centros das grandes cidades? Sim. As novas centralidades, e cidades poli nucleadas, são uma realidade. A busca em se diminuir a quantidade de viagens até o setor central, tendo a possibilidade em se fazer o que precisa no cotidiano e próximo de casa, é um grande atrativo para qualquer um. No entanto, o centro continuará tendo o seu papel estruturador na cidade – é nele que estão localizados os grandes estabelecimentos comerciais e de serviços. E no caso uberlandense, é nele que está concentrado o comércio popular – característico em grande parte dos centros urbanos brasileiros.

A grande quantidade de estabelecimentos constituídos de redes de varejo, e que estão instalados nos dois principais eixos viários centrais da cidade, reforçam a forma como a globalização se materializa no espaço urbano, estabelecendo estes empreendimentos que transformam a paisagem com suas imponentes e chamativas fachadas, e promovem o consumo de seus produtos e serviços.

Com isto, denota-se como que a sociedade está conectada nas mais diversas redes globais. O acesso a informação, produtos e serviços se torna essencial para o Homem moderno. As redes dominam e transformam os espaços conforme suas necessidades e interesses. O que temos hoje, é a complexificação e a ampliação destas redes, que no caso aqui retratado, nos referimos apenas as redes comerciais centrais de Uberlândia-MG.

REFERÊNCIAS

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003. 174 p.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Os caminhos da reflexão sobre cidade urbano**. São Paulo: Edusp, 1994.

CORRÊA, Roberto Lobato. Processos Espaciais e a Cidade. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, 41 (3). 1979

STEINBERGER, Marília (Org.). **Território, ambiente e políticas públicas espaciais**. Brasília: LGE, 2006.

ENGELS, Friedrich. As Grandes Cidades. (In) *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra.*; tradução de Rosa Camargo Artigas, Reginaldo Forti. São Paulo: Global, 1985

SALGUEIRO, T. Barata. Comércio e Cidade. (In) Do Comércio à Distribuição – roteiro de uma mudança. Oeiras-Portugal: Celta Editora, 1996.

LEFEBVRE, Henri. A forma urbana. (In) O Direito à Cidade. São Paulo: Centauro, 1999.

SOARES, B.R.. Uberlândia: da “Cidade Jardim” ao “Portal do Cerrado” - imagens e representações no Triângulo Mineiro. São Paulo: USP, 1995, 290p. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 1995.

LEI 10.639/03: A LITERATURA NEGRA COMO PROPOSTA PARA A SISTEMATIZAÇÃO DOS ESTUDOS SOBRE A CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE GEOGRAFIA

Hellen Cristine da Silva Costa

Aluna do curso de Mestrado do PPGEU/UFU. Orientanda do Prof. Dr. Tulio Barbosa
Universidade Federal de Uberlândia – UFU

Resumo

Este estudo é desenvolvido no curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Tem como objetivo investigar possibilidades de formação docente em Geografia, a partir da literatura negra, para a educação positiva das relações étnico-raciais com vistas ao cumprimento da Lei 10.639/03. Existe uma deficiência histórica na formação desses professores referente às questões étnico-raciais, identifica-se a falta de responsabilidade na constituição de uma educação comprometida com as problemáticas históricas oriundas do continente africano e das questões afro-brasileiras. Reconhece-se que o ensino de Geografia pela própria composição pedagógica, conceitual e categórica tem um importante papel na discussão desse assunto. Assim, a metodologia utilizada neste trabalho parte do ensino de Geografia por meio da utilização da linguagem literária como componente pedagógico. Deste modo, compreendemos que formar professores passa pela urgência em entender o mundo na sua totalidade, isso implica em superar a condição da Geografia eurocêntrica.

Palavras-chave: Lei 10.639; Geografia; Literatura; Etnia Racial; Eurocentrismo.

LEY 10.639 / 03: LA LITERATURA NEGRA COMO PROPUESTA PARA LA SISTEMATIZACIÓN DE LOS ESTUDIOS SOBRE LA CULTURA AFRICANA Y AFRO-BRASILEÑA EN LA FORMACIÓN DE PROFESORES DE GEOGRAFÍA

Resumo

Este estudio se desarrolla en el curso de Maestría del Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO) de la Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Tiene como objetivo investigar posibilidades de formación docente en Geografía, a partir de la literatura negra, para la educación positiva de las relaciones étnico-raciales con miras al cumplimiento de la Ley 10.639/03. Hay una deficiencia histórica en la formación de estos profesores referentes a las cuestiones étnico-raciales, se identifica la falta de responsabilidad en la constitución de una educación comprometida con las problemáticas históricas oriundas del continente africano y de las cuestiones afrobrasileñas. Se reconoce que la enseñanza de Geografía por la propia composición pedagógica, conceptual y categórica tiene un importante papel en la discusión de ese asunto. Así, la metodología utilizada en este trabajo parte de la enseñanza de Geografía por medio de la utilización del lenguaje literario como componente pedagógico. De este modo, comprendemos que formar profesores pasa por la urgencia en entender el mundo en su totalidad, eso implica superar la condición de la Geografía eurocéntrica.

Palabras clave: Ley 10.639; Geografía; Literatura; Etnia Racial; Eurocentrismo.

Introdução

O processo de colonização buscou subordinar as populações nativas da África, Ásia, Oceania e Américas, explorando ao extremo seus recursos humanos e naturais, controlado pelos interesses econômicos e políticos das elites metropolitanas europeias. Os europeus justificavam suas ações com a ideia de que esses povos eram inferiores porque possuíam características físicas e culturais diferentes (MUNANGA, 1999). A cor da pele, no século XVIII, foi indicada como o principal fundamento de classificação hierárquico racial estimulado pela Ciência Natural.

A ideia de superioridade entre os grupos étnicos, no final do século XIX e início do século XX, foi associada a traços intelectuais e morais. Essa forma de suposição deu suporte para a difusão de argumentos pretensamente científicos que justificaram ações políticas de controle social exercidas pelas elites dominantes sobre as populações dominadas, negras e indígenas. Para aqueles que pensavam assim naquela época, o negro e o mestiço representariam o atraso da sociedade brasileira rumo ao progresso e à modernidade, bem como um empecilho para a construção da identidade nacional (THEODORO, 2008).

A ideologia racial teve grande êxito no Brasil do século XIX. A ideia da superioridade dos brancos europeus foi incorporada por parte dos intelectuais da época, especialmente entre escritores, autoridades políticas, líderes religiosos, médicos e advogados, os quais desejavam construir um país à semelhança da matriz europeia. O movimento abolicionista e a própria abolição da escravidão em 1888 não foram capazes de alterar essa condição. Os negros e mestiços foram em sua maioria, relegados a posições subalternas na sociedade brasileira, e suas práticas culturais, em muitos casos, criminalizadas e marginalizadas (THEODORO, 2008).

A datar de décadas do século passado até o presente, diversos grupos, organizações e movimentos sociais reivindicam melhores condições econômicas e sociais. Grupos como os de mulheres negras, homens negros e os indígenas, lutam pelo reconhecimento, respeito e valorização de sua cultura e diferenças, buscam a reparação pelas injustiças causadas no passado pelos diversos meios de exploração, discriminação e racismo, fazendo emergir o que passou a ser denominado de ação afirmativa. As ações afirmativas começaram a ser adotadas nos EUA, nos anos 1930, trata-se de um conjunto de ações públicas ou privadas "[...] cujo objetivo principal é adotar medidas que reparem e compensem os grupos que sofreram no passado perdas em razão de abusos de

quaisquer tipos [...]” (Santos, 2003, p. 336). Tais perdas decorreriam de exploração, discriminação, violência, preterimento e outros tratamentos degradantes.

Considerada uma ação afirmativa no que se refere ao sistema legal, a aprovação da Lei 10.639/03 indica a abordagem do tema no país. Fruto de lutas históricas do Movimento Negro no Brasil, visando à educação positiva das relações étnico-raciais para a sociedade brasileira, com foco na superação das práticas escolares/sociais discriminatórias e excludentes contra os alunos negros/afrodescendentes no espaço escolar, a aprovação dessa lei, promulgada pelo Congresso Nacional em nove de janeiro de 2003, institui a obrigatoriedade do estudo da História e Cultura da África e Afro-Brasileira. A aprovação pelo Estado brasileiro visa reconhecer, valorizar e discutir devidamente a cultura e história da África, evidenciando suas múltiplas dimensões e contribuições dos povos africanos e afro-brasileiros na formação do território e da identidade nacional.

Neste contexto, identifica-se que o ensino de Geografia pela própria composição pedagógica, conceitual e categórica direcionada pelas publicações e exigências dos documentos institucionais federais e estaduais tem um importante papel na discussão desse assunto. Já existe a obrigatoriedade em se trabalhar com as configurações do continente africano, com a formação do território nacional pelos diferentes ciclos econômicos movidos pela economia escravista e principalmente com questões demográficas e populacionais nas quais se evidenciam a diversidade étnico-racial. Porém, como aponta Anjos (2017), existem aspectos que a própria Geografia na sua constituição como ciência falha ao longo das últimas décadas, dentre tais a homogeneização da cultura africana no próprio continente africano, a insensibilidade para as diferenças étnico-raciais nas diversas regiões brasileiras, a indiferença para discussões mais profundas e críticas em respeito à construção do ponto de vista da estrutura político-territorial, em função de resistências, conflitos e apropriações territoriais das matrizes africana e indígena.

Diante disso, entendendo a indispensabilidade do tema para a Geografia em apresentar o papel decisivo na execução da lei 10.639/03, o presente estudo objetiva-se em colaborar para uma educação das relações étnico-raciais, ampliando a reflexão dos professores de Geografia em formação, contribuindo para o rompimento dos paradigmas e concepções que sustentam práticas excludentes no cotidiano escolar, ou que as camuflam em visões parciais do problema. Para reeditorar os estudos das questões teóricas sobre a cultura de brasileiros afrodescendentes, sobretudo no momento

presente, que demanda a inclusão dos estudos afro-brasileiros nos currículos escolares de todo o país, escolhemos a linguagem literária para abordar na Geografia, em seus diversos matizes, a presença africana e afro-brasileira.

Assim, esta pesquisa justifica-se primeiramente numa relevância científica no qual apresenta um estudo que contribuirá para a temática numa totalidade ainda não apresentada anteriormente, sendo identificado o tema como inédito. A relação cultural, econômica, política e estética na abordagem do problema configura grande contribuição por trazer questões estruturadas no cotidiano de todos, porém ainda ausente de uma merecida reflexão, de fato, crítica e plural. Soma-se a relevância social do projeto, pois o estudo da temática implica em reconhecer, valorizar e promover a história e a cultura africana e afrodescendente como premissa de organização social e espacial que parte necessariamente do pluralismo brasileiro, e por constituir-se num elemento reflexivo na formação de cidadãos comprometidos com o entendimento mais amplo de sociedade e de suas relações espacializadas, na qual colabora para a promoção da igualdade étnico-racial, para as lutas antirracistas no ensino, e para a valorização da literatura negra como constituição histórica e cultural nacional.

Justifica-se também a relevância pontual e imprescindível para a Geografia, onde a proposta assiste e sana uma deficiência epistemológica na formação de professores de geografia, acrescentando-os a totalidade espacial ao focarem também os elementos étnico-raciais como componentes obrigatórios da formação da própria espacialidade nacional, e por quebrar padrões da formação docente, instigando uma educação além da visão eurocêntrica, mas baseada em estudos que contenham aspectos que promovam a importância da História sobre a Cultura da África e Afrodescendentes, sobretudo, a possibilidade de pensar e fazer outras Geografias brasileiras. As três justificativas apresentadas anteriormente terão como centralidade a obrigação legal e ética do imbricamento da lei 10.639/2003 que é a base de nossas questões epistemológicas e políticas. E por fim este trabalho justifica-se numa relevância pessoal, entendendo a responsabilidade em trabalhar tal temática que possibilita, sobretudo conduzir um olhar analítico para produções de posicionamentos que pretenderão promover não só mudanças sociais profundas, mas também revisões do modo de abordagem da questão racial nas escolas brasileiras.

A Lei 10.639/03 o Ensino De Geografia e a Formação de Professores

Na segunda metade do século XX, trabalhos produzidos a partir da década de 1960, foram publicados pretendendo demitologizar o fenômeno do racismo, tais como: Roger Bastide (1971), Hasenbalg (1979), Florestan Fernandes (1978), dentre outros. Esses estudos foram importantes na medida em que propiciaram a inserção no meio acadêmico e em outras conjunturas, o debate sobre a necessidade de se pensar a condição do negro e as consequências do racismo em nossa sociedade.

Os debates acerca das problemáticas que envolvem a população afro-brasileira são de longa data em nosso país, porém, a ação protagonista desses povos redesenha-se nas iniciativas recentes que buscam romper com o passado histórico que ainda os associa à imagem de ex-escravos e trabalhadores braçais. Com esse propósito, o centro de debate que se estabeleceu no final do século passado e no início deste novo milênio reside na implementação de políticas públicas e de ações reparatórias capazes de possibilitar a escrita de uma nova página na história dessa população, possibilitando a sua inserção social de forma autônoma no interior da sociedade brasileira, por meio da ação protagonizadora por esses sujeitos sociais (PAULA; PERON, 2008; PAULA, 2000; SANTOS, 1984).

A Lei Federal nº 10.639/03 é, em si, um instrumento legal que define a obrigatoriedade do cumprimento daquilo que há muito tempo vinha sendo solicitado por militantes do movimento negro, educadores e ativistas da luta antirracista no Brasil: determina a construção de uma educação antirracista, por meio do combate a práticas discriminatórias contra os negros e seus descendentes no meio escolar e, de forma mais ampla, no contexto educacional brasileiro. A referida lei que representa um marco na luta por uma educação antirracista no Brasil, acrescenta dois artigos ao texto da LDB: O artigo 26-A, e 79-B.

[...] Art. 1º - a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos. 26-A, 79-A e 79-B; “Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira [...] Parágrafo 1º - O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas sociais, econômica e política pertinentes à História do Brasil [...] Parágrafo 2º - Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira [...]; Art. 79-A. (VETADO) [...]; Artigo 79-B – O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como ‘Dia Nacional da Consciência Negra’ (BRASIL, 2003)

As resistências ao debate sobre a questão racial e, particularmente, à questão do negro no âmbito dos cursos de formação de professores e no conjunto de políticas educacionais em curso ainda é muito grande. Porém, por meio desse entendimento, acredita-se que o caminho não é somente o de convencimento das pessoas para que mudem de ideia, mas, sim, o convite ao debate, à reflexão e à ação.

A questão étnica racial é um tema importante no desígnio da ciência geográfica, contudo nem sempre em evidência, nem sempre tratado de maneira enfática e desmistificadora. Temos, no Brasil, o caso do geógrafo Milton Santos, que tratou dos temas da segregação urbana e dos lugares de negros na cidade e na sociedade. Suas reflexões, via de regra, foram resultantes de sua própria experiência enquanto homem negro, pois considerava que toda a relação se dava pela própria forma e aparência do indivíduo negro, que ele veio a designar de corporeidade (SANTOS, 1996/1997). Sem dúvidas, também escreveu/discursou sobre negritude, afirmando não ser sua especialidade, mas resultado de sua convivência enquanto sujeito. Admitindo, sobretudo, que sofreu humilhações e preconceitos pelo simples fato de possuir um corpo negro; e que, por isso mesmo possuía uma cidadania mutilada (SANTOS, 1996/1997), não era um cidadão integral pela simples razão de ser um homem negro; motivo pelo qual, num artigo publicado no Jornal Folha de São Paulo, desabafa:

ser negro no Brasil é frequentemente ser objeto de um olhar vesgo e ambíguo. Essa ambiguidade marca a convivência cotidiana, influi sobre o debate acadêmico e o discurso individualmente repetido é, também, utilizado por governos, partidos e instituições. (SANTOS, 2000)

Como se pode ver, o problema do negro na sociedade brasileira é uma questão aberta e justifica a eleição do tema etnia racial para propor iniciativas didáticas na educação com a finalidade de contribuir com a causa e poder desconstruir preconceitos e racismos.

De forma alguma as relações culturais e sociais entre negros e brancos em nosso país podem ser pensadas como harmoniosas, democráticas e diluídas nas questões socioeconômicas. Com um ensino reflexivo de Geografia podem-se criar subsídios para a desconstrução dos estereótipos negativos que são atribuídos aos negros e ao continente africano e com isso guiar os educandos a entender as complexidades das diversas visões de mundo (COSTA E DUTRA, 2009).

Neste sentido, o autor prossegue que:

A educação tem fundamental importância nesta luta, pois se acredita que o espaço escolar seja responsável por boa parte da formação pessoal dos indivíduos, sendo assim um ambiente fundamental para a superação das

desigualdades raciais e superação do racismo. No exercício da aprendizagem, desenvolvido na escola, o aluno recebe concepções de mundo que o orientam a como posicionar-se nele e para isto a Geografia está presente na forma de ferramenta fundamental deste processo. (COSTA e DUTRA, 2009. p.1)

É tarefa do professor e da professora entender o conjunto de representações sobre o negro existente na sociedade e na escola, e enfatizar as representações positivas construídas politicamente pelos movimentos negros e pela comunidade negra. Cabe ao professor e a professora compreender como os diferentes povos, ao longo da história, classificaram a si mesmos e aos outros, como certas classificações foram hierarquizadas no contexto do racismo e como este fenômeno interfere na construção da autoestima e impede a construção de uma escola democrática.

A Literatura Negra

A discussão sobre a cultura negra precisa ser polemizada e entendida principalmente no âmbito da formação docente. Mas isso requer um posicionamento. Implica a construção de práticas pedagógicas de combate à discriminação racial, um rompimento com a “naturalização” das diferenças étnico/raciais, pois esta sempre desliza para o racismo biológico e acaba por reforçar o mito da democracia racial. Dessa forma, a pesquisa educacional sempre será enriquecida pelo diálogo com outras áreas das ciências humanas (GOMES, 2003). No caso do estudo sobre a questão racial, é importante que esse diálogo se dê com as áreas do conhecimento que, pela sua história, possuem um acúmulo na discussão sobre a cultura e, no caso específico deste trabalho, a cultura negra.

Sobre esta questão, Moreira (2007, p. 143) considera que a relação entre geografia, história e letras, além de ser possível, de fato existe, sendo que “o que embasa essa relação é a categoria do espaço [...] Porque não existe tempo fora do espaço, e espaço fora do tempo, uma vez que o real é o espaço-temporal”. Assim entende-se que obras literárias trazem não só ficção, mas grande carga de informações possíveis de serem abordadas nas aulas de geografia. Os autores muitas vezes procuravam através dos romances retratarem épocas vividas pela sociedade, com isso eles apresentam em suas obras o contexto espaço temporal em que essa sociedade estava inserida.

A compreensão do texto literário torna-se possível não só pelo auxílio da teoria literária, a ser trabalhada com os alunos a fim de fornecer-lhes um instrumento, como também pela quantidade e pelo aprofundamento de informações sobre o contexto em que se dá a trama vivida pelas personagens. (PONTUSCHKA, 2009, p. 237)

Na literatura, o escritor tenta fazer com que a história se torne o mais verossímil possível. Com o objetivo de fazer com que o leitor se aproxime de uma realidade possível. Nesse sentido, a literatura ao apresentar descrições de paisagens, lugares e espaço possibilita uma leitura geográfica da obra, contribuindo de forma significativa para a aprendizagem crítica da geografia.

A ideia de se trabalhar com a Literatura Negra está em reconhecer a diferença de posicionamentos políticos e ideológicos, que trazem em sua gênese a marca de reinvenção da representação convencional construída ao longo dos séculos, quase sempre impregnadas de preconceitos e de estereótipos. É importante considerar a existência de uma literatura negra, que se diferencia daquela literatura que apenas tematiza o negro.

De acordo com Duarte (2008), as principais especificidades da literatura negra em contraposição ao conjunto da literatura brasileira funda-se sobre quatro aspectos: a temática, que compreenderia a incorporação da experiência do negro no texto literário; a autoria, o negro surge como sujeito de sua enunciação colocando sua maneira de ver, sentir e entender o mundo; o ponto de vista em que se percebe a adesão à história e tradição negra e; a linguagem que estaria baseada numa discursividade específica, atravessada por marcas que remetem a heranças linguístico-culturais africanas.

É oportuno salientar que a literatura negra brasileira não pode ser compreendida como um projeto que se constitua fora do contexto da literatura canônica nacional. O discurso da literatura negra seria o discurso da identidade, o discurso que almeja principalmente a desconstrução identitárias dentro de um sistema de significações, colocando como ponto crucial o equacionamento de identidade nacional homogênea e uniforme. É uma questão de mergulhar em determinados sentimentos e racionalidades diretivas para a nacionalidade, enraizados na própria história do africano no Brasil e sua descendência, trazendo um lado do Brasil que é camuflado. Nesse contexto,

A literatura negra é um imaginário que se forma, articula e transforma no curso do tempo. Não surge de um momento para outro, nem é autônoma desde o primeiro instante. Sua história está assinalada por autores, obras, temas, invenções literárias. É um imaginário que se articula aqui e ali, conforme o diálogo de autores, obras, temas, invenções literárias. É um movimento, um devir, no sentido de que se forma e transforma. Aos poucos, por dentro e por fora da literatura brasileira, surge a literatura negra, como um todo com perfil próprio, um sistema significativo (IANNI, 1988, p.91).

Márcio Barbosa (2002), na apresentação dos Cadernos Negros 25, diz que "a especificidade da literatura negra recai sobre o fato de ser elaborada a partir da perspectiva do dominado e do oprimido". É nessa perspectiva que pretende-se evocar na

formação docente de Geografia o compromisso ético que busca contribuir para novas subjetividades e identidades, o professor em formação poderá, desta forma interpretar o presente, evocando o passado. Por meio da comparação, efetivada de universos múltiplos e plurais, estão dadas condições para que se estabeleça assim um diálogo entre a memória e o tempo presente, possibilitando a construção de uma totalidade almejada.

A orientação desta pesquisa que propõe estratégias de ensinosa geográficas é a de cooperar com uma agenda afirmativa das questões dos afrodescendentes brasileiros no ensino superior. Um dos objetivos é descobrir os elementos convergentes nesses dois campos do saber – Literatura e Geografia – a fim de mostrar como as obras literárias na sua grande maioria retratam a realidade vivida por uma determinada sociedade em um tempo e espaço determinado, o seu cotidiano, bem como suas necessidades e anseios, o que possibilitará um melhor entendimento ao discente, tendo em vista que são narrativas com enredos diferentes. Para Pontuschka, (2009. p. 25), “a interdisciplinaridade, tendo muitas vezes a literatura como foco, cria oportunidades objetivas de trabalho que merecem ser mais bem exploradas na educação”.

Metodologia

Formar professores pela responsabilidade da lei 10.639/03 necessita de um caminho metodológico, assim, neste trabalho a prática para a formação dos futuros docentes parte do ensino de Geografia por meio da utilização da linguagem literária como componente pedagógico, em especial a Literatura Negra. Lembrando que esta pesquisa está em andamento, explanaremos os percursos que estão sendo trilhados.

Para que se alcancem os objetivos pretendidos está sendo perseguido o seguinte caminho: o primeiro passo pauta-se num resgate histórico do período “pós abolição” até a promulgação da Lei 10.639. Torna-se necessário reportarmos na história as trajetórias do indivíduo negro até o momento em que foi institucionalizada a referida lei, dessa forma entender e ao mesmo tempo justificar a relevância desse estudo num contexto concreto e fático.

O segundo passo será a análise sistemática dos documentos pedagógicos federais, estaduais e municipais a fim de verificar a tendência da temática e sua relevância na Geografia. Dentro desse estudo também caberá a especulação dos currículos de Licenciatura em Geografia das principais universidades do Brasil.

O último passo está na tentativa de aprofundar a análise das obras literárias dos seguintes autores negros brasileiros: Maria Carolina de Jesus (1914 - 1977) e Lima

Barreto (1881 -1922), considerando a Literatura produzida por ambos como fonte de investigação geográfica. Nesse procedimento, busca-se a proposta de sistematização da Literatura Negra como mediação na formação de professores de geografia.

Por meio de uma leitura sincrônica e de imersão, ou seja, uma leitura que permita os autores falar por meio de sua narrativa. Tal procedimento consiste em ler cuidadosamente as obras, tentando reconstruir esteticamente e linguisticamente as relações entre os demais documentos e autores trabalhados na geografia, a cronologia apropriada dos eventos referidos e a relação entre os conteúdos e a forma do texto, de maneira a vislumbrar modos de conceber, vivenciar, reproduzir e subverter categorias sociais, políticas, culturais, econômicas compartilhadas e apropriadas pelos sujeitos históricos.

Esse, portanto, é o fio condutor que permeará toda a pesquisa, fazendo com que as obras estejam sempre coerentes e fazendo com que elas adquiram a condição de sujeito relativo. Distante em um primeiro momento da realidade e da forma, será possível trabalhar com o dispositivo literário dos autores, que aparece embebido na conjuntura da sociedade brasileira por quase um século. Assim, o que se pretende é retirar das aberturas presentes das obras as realidades tanto de Maria Carolina de Jesus e Lima Barreto, quanto do Brasil, que se fundem, tornando-se muito próximas. Evidentemente, não se trata de esgotar todas as possibilidades de compreensão e de interpretação da realidade dos textos, mas apenas de criar, com isso, um instrumento teórico analítico.

Neste sentido, para empreender uma análise interna das obras, para compreendê-las, bem como sua estrutura, para depois emergi-las à ambiência do período, perseguindo uma caracterização do pensamento político e da profundidade da crítica social, é possível encontrar os marcadores do texto – tais como as noções de abolicionismo ou mesmo a proposição de uma identidade cultural nem branca e nem negra, mas afro-brasileira –, que, nessa proposição metodológica, permitem reforçar certas impressões dos escritores. Em seguida, a partir do que é “ficcional” e intrínseco, será preciso externalizar a discussão, vendo os rompimentos com o real e, aí sim, partir para a geografia própria do texto.

Desse modo, em suma, se utilizará dos seguintes procedimentos: separar trechos substanciais e analisar, em profundidade, a partir das obras e somente pelas obras, os fragmentos selecionados, para depois fazer emergir o conteúdo geográfico dos textos, sintetizando a discussão com a pesquisa bibliográfica durante todo o estudo (o conteúdo

produzido é que será o subsídio para a formação continuada em geografia). Com relação a este quesito, será necessário realizar uma revisão sobre os apontamentos, críticas e análises referentes à bibliografia que aborda a vida e obra dos autores, bem como a conjuntura social do Brasil. Assim, será indispensável visitar bibliotecas, os sítios eletrônicos que contenham pesquisas acadêmicas especializadas no assunto, além da busca por informações em arquivos públicos e o resgate de jornais e revistas dos anos de 1881 a 1977, entre outros, na tentativa de localizar novos materiais que ajudem a elucidar o objeto e o problema proposto para estudo.

Teixeira (2008) citando Mello evidencia que a literatura tem sido utilizada, embora timidamente, por geógrafos para empreenderem análises espaciais desde o início do século XX, por ser um meio eficaz de investigação, que relata em diferentes escalas os lugares, o cotidiano, a paisagem, o mundo vivido. Por isso a literatura é, nesse projeto, um meio eficaz de investigação para os geógrafos, pois os textos literários evocam a alma dos lugares, neles os escritores captam, interpretam e divulgam os sentimentos, o desempenho dos seres humanos, a fixação aos lugares, às viagens, o cotidiano, as relações lógico-espaciais.

Considerações

Existe uma deficiência histórica na formação dos professores de Geografia referente às questões étnico-raciais, com a lei 10.639 impulsionou questionamentos maiores quanto a própria responsabilidade do professor na constituição de uma educação comprometida com as problemáticas históricas oriundas do continente africano e das questões afro-brasileiras. Tais questionamentos necessitam da verificação de sua abrangência e qualidade para a formação do professor de Geografia, diante disso, a qualidade dessa formação quanto as temáticas e exigências legais são pontos centrais nesse processo. Deste modo, compreendemos que formar professores passa pela urgência em entender o mundo na sua totalidade, isso implica em superar a condição da Geografia eurocêntrica que assumiu uma postura de desqualificação dos países periféricos e, neste sentido, questionamos se a própria formação do professor de Geografia foi influenciada por esse problema.

Podemos encontrar abordagens acerca da questão étnico-racial e a formação do território brasileiro no discurso geográfico produzido durante o século XIX e XX (MORAES, 1991a,1991b). Contudo, ao tempo em que a Geografia se institucionaliza – com o surgimento das universidades brasileiras – notamos que o tema se torna rarefeito

como objeto de análise; debates em torno dessa temática presentes na Antropogeografia de Ratzel (1882) e nos escritos de Élisée Reclus sobre Escravidão nos Estados Unidos (1860) não são apropriados pela intelligentsia geográfica, a não ser em obras isoladas e sem expressão. Essas discussões são retomadas aproximadamente nos últimos anos, muito influenciadas pelos debates apresentados nos parágrafos anteriores. Ainda que timidamente, há nesse período a publicação de alguns livros e artigos que abordam a temática (SANTOS, 2007, 2010; RATTS, 2003, 2010; CAMPOS, 2005; ANJOS, 2001, 2005). No que tange a produção das pós-graduações em geografia, notamos, que a produção de teses e dissertações aumenta exponencialmente de 2000 a 2011 acompanhando a intensificação dos debates políticos sobre a questão étnico-racial. Mesmo assim, somos ainda carentes de uma real sistematização do que vem sendo produzido sobre esse assunto na Geografia brasileira.

Agradecimentos: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Referências

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. Geógrafo: "A geografia da escola não reflete a realidade". IN: **Jornal O Globo** – jul. 2017. São Paulo. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/conte-algo-que-nao-sei/rafael-sanzio-araujo-dos-anjos-geografo-geografia-da-escola-nao-reflete-realidade-21588609>> Acesso: 10 de junho de 2018.

BARBOSA, Wilson Nascimento. **Cultura negra e dominação**. Coleção Aldus, no. 9. São Leopoldo, RS, Brasil: Editora UNISINOS, 2002.

BASTIDE, R.; FLORESTAN, F. *Branços e negros em São Paulo*. 3. Ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1971.

BRASIL. **Lei 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm> Acesso em: 10 de junho de 2018.

CADERNOS NEGROS. São Paulo: Ed. dos autores/Quilombhoje. 1978-2008

COSTA, R.L. S da; DUTRA, D. F. **A lei 10639/2003 e o ensino de geografia: representação dos negros e África nos livros didáticos**. In: 10º Encontro nacional de Prática de Ensino em Geografia, 30 de agosto a 02 de setembro de 2009. Porto Alegre.

diferenciados. In: ALMEIDA, M. G.; RATTS, A (org.). *Geografia: leituras culturais*. DUARTE, E. A. "Literatura afro-brasileira: um conceito em construção". **Revista Grupos de estudos em literatura brasileira contemporânea UNB**. n.31, 2008.

FERNANDES, M. das D. (Org.) *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. 3. Ed. São Paulo: Ática, 1978. (2 volumes) Goiânia: Alternativa, 2003. p. 29-49.

GOMES, N.L. Cultura negra e educação. Belo Horizonte. **Revista Brasileira de Educação**, n. 23, maio/jun/jul/ago, 2003.

HASENBALG, C.; SILVA, N do V. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

IANNI, O. “Literatura e consciência” In: Revista do Instituto de Estudos Brasileiros. São Paulo: 1988. p. 91.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em geografia**. São Paulo, Contexto, 2007. p.143.

MUNANGA, Kabengele . *Negritude: Usos e Sentidos*, 2ª ed. São Paulo: Ática, 1988
_____. **Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: Identidade nacional Versus Identidade Negra**. Petrópolis: Ed.Vozes, 1999.

PONTUSCHKA, Nídia Naeib. **Para ensinar e aprender Geografia**. São Paulo: Cortez, 2009

SANTOS, M. Ser negro no Brasil hoje. IN: **Jornal Folha de São Paulo – Caderno Mais**, 07, mai. 2000. São Paulo. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs0705200007.htm>> Acesso: 20 de junho de 2018.

SANTOS, Milton. Cidadanias mutiladas. In: LERNER, Julio (Ed.). *O preconceito*. São Paulo: IMESP, 1996/1997, p. 133-144.

TEIXEIRA, Ana Lúcia. **O Cortiço e a Organização Espacial do Rio de Janeiro nas Últimas Décadas do Século XIX**. In Anais do Primeiro Congresso de História do Pensamento Geográfico. Universidade Federal de Uberlândia, 28 a 30 de Abril de 2008.

THEODORO, M. A formação do mercado de trabalho e a questão racial no Brasil. In: _____. (Org.). **As políticas públicas e as desigualdades raciais no Brasil 120 anos após a abolição**. Brasília: Ipea, 2008. p.19-47.

DUARTE, E. A. “Literatura afro-brasileira: um conceito em construção”. **Revista Grupos de estudos em literatura brasileira contemporânea UNB**. n.31, 2008.

“A BABEL AMAZÔNICA”: PADRE ANTÔNIO VIEIRA E O CONTATO LINGUÍSTICO ENTRE MISSIONÁRIOS E INDÍGENAS NA AMAZÔNIA SEISCENTISTA

Marcelo Barge Rodrigues

Universidade Federal do Pará

Resumo: Esta pesquisa é desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará (PPHIST/UFPA). A presente pesquisa se propõe analisar o sermão do Espírito Santo do padre jesuíta Antônio Vieira, e nele, encontrar, através da análise do discurso, as principais dificuldades relatadas pelo referido missionário quanto à conversão religiosa das populações indígenas na Amazônia colonial. O uso da Língua Geral enquanto língua de contato e de conversão, fora profundamente difundido pelos missionários jesuítas na região amazônica. A política linguística no início da colonização da América Portuguesa, mais especificamente na Amazônia, priorizou o uso de uma Língua Geral, utilizada como língua de contato entre missionários, indígenas e colonos.

Palavras-chave: Amazônia; Jesuítas; Língua Geral; Política Linguística.

Abstract: This research is developed in the *Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará* (PPHIST / UFPA). The present research proposes to analyze the sermon of the *Espírito Santo* of the Jesuit priest Antônio Vieira, and in it, to find, through the analysis of the discourse, the main difficulties reported by the said missionary about the religious conversion of the indigenous populations in the colonial Amazon. The use of the General Language as a language of contact and conversion had been deeply spread by the Jesuit missionaries in the Amazon region. The linguistic policy at the beginning of the colonization of Portuguese America, more specifically in the Amazon, prioritized the use of a General Language, used as a contact language between missionaries, natives and settlers.

Keywords: Amazônia; Jesuits; General Language; Linguistic Policy.

Introdução

Este artigo pretende analisar, através da análise do discurso, o sermão do Espírito Santo, proclamado pelo padre jesuíta Antônio Vieira enquanto o mesmo era chefe da missão no Estado do Maranhão e Grão-Pará. Neste sermão, Antônio Vieira versa sobre diversos assuntos, dentre eles, a dificuldade de conversão das populações indígenas em decorrência da pluralidade de línguas que estes grupos falavam.

Padre Antônio Vieira foi um importante e influente religioso de sua época, temos uma vasta bibliografia sobre sua vida e obra. Obra esta, que por sinal, é bastante extensa. Antônio Vieira deixou muitos de seus escritos, inclusive, os editou para publicação já em idade avançada. Escolhi para esta pesquisa o Sermão do Espírito Santo, pois ele em vários momentos acena para os problemas passados pelos religiosos

em decorrência da dificuldade no aprendizado das línguas indígenas. É também exemplar, pois este sermão foi pregado em terras amazônicas.

O artigo está dividido em duas partes. Uma primeira, onde abordamos as questões referentes a política linguística e a difusão da Língua Geral, neste sentido, demonstraremos quais foram as estratégias utilizadas pelos missionários, e pela Coroa Portuguesa, no aprendizado e disseminação da Língua Geral. Na segunda parte do texto, faremos a análise do sermão do Espírito Santo, onde buscamos encontrar quais são as principais dificuldades relatadas, por Antônio Vieira, quanto a conversão das populações indígenas e também no aprendizado e ensino da Língua Geral.

Política Linguística e Difusão da Língua Geral

Durante o século XVI, a colonização portuguesa em terras americanas ocorrera de forma gradual. Na Amazônia, apenas no século XVII, são estabelecidas as primeiras povoações de colonizadores portugueses. A construção de fortes, vilas e missões veio afirmar a presença portuguesa em solo amazônico. Só com a dominação inicial de pontos estratégicos do território é que os anseios de militares, funcionários, colonos e missionários puderam se concretizar (FREIRE, 1983, p. 6).

A Coroa Lusitana, nos primeiros séculos da colonização na América Portuguesa, tomou diversas decisões em prol da utilização de uma Língua Geral, língua esta que fora derivada do tronco linguístico Tupi. O próprio Estado estimulou o uso de uma língua indígena como idioma de contato entre as diversas etnias indígenas e os colonos, e também, entre os próprios grupos indígenas, ocasionando assim uma *tupinização*¹ linguística dos índios. Como podemos ver:

[...] instituíram-se vários instrumentos, a que se pode chamar genericamente de aparelhos do Estado colonial, formando uma população homogênea do ponto de vista supra-étnico, para que se tornasse apta a integrar-se ao sistema de produção/reprodução mercantil-evangelizadora. Com isso, estabeleciam-se meios para a efetiva consecução do processo de criação de uma unidade étnica e linguística condizente com as necessidades e interesses da administração colonial (BORGES, 2003, p. 121).

A política linguística portuguesa e espanhola se assemelharam nos territórios americanos, visto que as duas Coroas não se preocuparam em impor o uso de sua língua oficial, e sim, difundiram o uso de línguas indígenas nativas. Esta política continuou a

¹ Sobre a tupinização conferir: GRENAND, Françoise & FERREIRA, Epaminondas Henrique. *Pequeno dicionário da Língua Geral*. Manaus: Secretaria da Educação e Cultura (Coordenadoria de Assuntos Educacionais/Núcleo de Recursos Tecnológicos), 1989.

ser praticada quando as duas Coroas estavam unidas na União Ibérica². Sendo assim, se preferiu utilizar uma língua indígena que já era falada por diversos grupos com os quais os portugueses já haviam tido contato; no caso, os índios da costa, sobretudo falantes do Tupi (BORGES, 2003, 115).

Segundo Hélène Clastres, os povos Tupis viviam na parte média e inferior da bacia do rio Amazonas e detinham o domínio de grande parte do litoral atlântico estendendo-se até o Sudeste do Brasil atual. Estas populações que viviam na região costeira foram as primeiras a serem contactadas pelos europeus e também as primeiras a desaparecerem no decorrer dos séculos seguintes (1978, p. 8-9).

Houve uma diferença marcante quanto à política linguística propagada pela Coroa Espanhola em relação à Coroa Portuguesa. Pois, nas colônias espanholas na América, especialmente entre os povos andinos, havia uma língua que servia de base para os registros administrativos e econômicos do Império Inca – o quéchua. Logo, os colonizadores espanhóis utilizaram-se desta língua para estabelecer a comunicação com os diversos grupos que constituíam o Império Inca. Já nas colônias portuguesas, não fora encontrada nenhuma língua que possuísse as mesmas características do quéchua enquanto língua franca e administrativa. Então, foram os próprios portugueses, principalmente os missionários jesuítas, que promoveram a aproximação linguística com base na padronização do Tupi entre os diversos grupos indígenas, tanto entre si e os índios, quanto entre os próprios índios (LAGORIO, 2003, p. 46).

No tocante à pluralidade linguística das populações indígenas na Amazônia, os jesuítas logo perceberam que havia uma variedade linguística extrema entre os diferentes grupos indígenas. Em decorrência disto, decidiram estimular o uso de uma língua que fosse comum a uma maioria de povos. Sobre isso vemos a opinião de Cristina Altman:

Uma vez tomada a decisão de adotar uma língua autóctone como língua franca, supõe-se que uma das primeiras dificuldades das missões recairia sobre a escolha da(s) variedade(s) linguística(s) a ser(em) codificada(s), aquela, ou aquelas que iriam em consequência, assumir o status de língua representativa da ordem colonial (2003, p. 64).

² A União Ibérica compreende o período que vai de 1581 a 1640. Durante este período, a economia açucareira ganha força nas colônias portuguesas. A importância econômica das colônias na América Portuguesa também é destaque neste período. Houve ainda a extensão da burocracia, tanto civil quanto militar, pois a Coroa Portuguesa tinha o intento de aumentar sua autoridade sobre os territórios colonizados. É importante ressaltar que a união expressava especificamente na figura do rei, e não na junção territorial ou administrativa. Ou seja, Portugal e Espanha eram comandados pelo mesmo soberano, porém os dois países não se uniram politicamente Cf. MARQUES, Guida. O Estado do Brasil na União Ibérica: Dinâmicas políticas no Brasil no tempo de Filipe II de Portugal. *Penélope*, nº 27, 2002, Paris, p. 7.

É interessante ressaltar que havia uma separação entre os índios que eram considerados de “línguas boas” e de “línguas travadas”. Esta categorização das línguas indígenas provinha principalmente dos missionários, e através dela justificava-se a dominação dos grupos considerados de “língua travada” não-tupi. Como podemos ver:

Categorizar, as línguas nativas como “línguas de gente” em oposição à “língua ruim”, e estas genericamente como “línguas travadas”, assim como tupi versus tapuia, demonstram bem o jogo de manipulações de estigmas para criar novos efeitos de sentido, favoráveis à política de domesticação e controle da realidade local (BORGES, 2003, p. 118-119).

Os missionários possuem um papel marcante dentro do processo de constituição do projeto colonial, pois com o controle da terra, implicava também, o controle das almas. Dentro deste cenário, o papel do missionário se destaca, pois ele é o indivíduo que vem para a colônia no intuito de converter pagãos. Sendo assim, ao engajar-se em uma aldeia catequética, o religioso passa mais tempo nos territórios coloniais do que certos funcionários e colonos, criando vínculos intensos com as comunidades indígenas (MONTERO, 2006, p. 54-55).

A educação também ficava a cargo dos religiosos. Quanto a isso, vemos que o pouco acesso a livros e à educação escolar na colônia proporcionava a muitos indivíduos apenas o conhecimento da Língua Geral, sobretudo por ocasião do ensino catequético ou o ensino de contos e ladainhas. Este fato propiciava uma distinção entre os indivíduos da colônia e da metrópole, onde a metrópole era considerada “cultura”, pois usava exclusivamente a Língua Portuguesa. Já a colônia, era considerada “bárbara”, por causa do emprego corrente da Língua Geral, inclusive entre os brancos. Esta distinção entre “culto” e “bárbaro” marcava o vínculo da colônia com a metrópole (VILLALTA, 1997, p. 333).

Ainda sobre a relação entre “língua boa” e “língua ruim”, existem os termos em tupi para tal classificação. O termo *nheengatu* significa “fala boa” e está em oposição à “*nheengaíba*” que significa “fala ruim”. Os Tupis se diferenciavam dos índios *Tapuia*³ que falavam outras línguas através desta terminologia. Não que os Tupis se chamassem de “*nheengatu*”, mas usavam o termo *nheengaíba* para referir-se genericamente às nações inimigas (EDELWEISS, 1969, p. 197-198).

³ O termo *tapuia* é empregado no sentido do binômio Tupi/Tapuia que pode ser entendido também como manso/bravio, policiado/ bárbaro, civilizado/selvagem. Esta distinção servia para definir quais grupos indígenas eram aliados ou inimigos dos portugueses. Cf. em: MONTEIRO, John M. *Tupis, Tapuias e Historiadores: estudos de história Indígena e do Indigenismo*. Tese apresentada para o Concurso de Livre Docência, Área de Etnologia, Subárea História Indígena e do Indigenismo. Campinas: UNICAMP, 2001, p. 8.

As palavras de Antônio Vieira, em uma carta destinada ao Rei D. João IV, enviada do Maranhão a 20 de maio 1653, nos mostra a importância que os religiosos atribuíam ao conhecimento da língua dos indígenas, como podemos ver:

As causas tão grandes deste dano e perdição das almas são a mesma falta de curas e sacerdotes, e principalmente de religiosos que tenham por instituto estudar e saber a língua; porque sem ela aproveitam pouco os curas, e só os que a sabem lhes podem administrar os sacramentos como convém, principalmente o do batismo e da confissão, que são os mais necessários (TUPIASSÚ, 2008, p. 75).

Depois de analisarmos as dificuldades encontradas pelos religiosos, e as atitudes tomadas pela Coroa lusa para tentar solucionar a questão do contato linguístico, que impediam a efetivação da colonização. Compreendemos que a utilização da Língua Geral foi de crucial importância para a interação entre colonos, missionários e indígenas. Além disso, percebemos que, em meio às políticas utilizadas pelo Estado Português e pelos missionários jesuítas, houve um incentivo à utilização da Língua Geral pela grande maioria de indivíduos. Por isso, é importante analisarmos as formas de difusão da Língua Geral.

A elaboração de catecismos, gramáticas, vocabulários, entre outros escritos religiosos, tinha o fim de auxiliar os missionários no contato com os indígenas. Caso o missionário necessitasse comunicar-se com índios dos quais não dominava a língua, ele poderia se valer de algum desses escritos para tentar a comunicação. Convém apontar a questão da latinização das línguas indígenas, pois foi a partir do modelo de gramática latina que se produziram as gramáticas das línguas indígenas. Como nos mostra Paula Montero: “[...] a produção mesma desse tipo de documento exigiu a construção de um artefato cultural de enorme relevância: a gramatização da língua indígena, instrumento basilar do catecismo (e da evangelização)” (2006, p.14).

Segundo Paula Montero, o processo de expansão da catequese barroca pelo mundo, conforme o Concílio de Trento, presume a presença de religiosos nas missões de maneira continuada. Por isso, a antropóloga afirma: “Sabemos que a atividade missionária cristã é um empreendimento de longa duração e marcado por uma dimensão planetária (2006, p. 23)”. Sendo assim, os missionários possuíam interesses em permanecer nas regiões de missão para concretizar a realização da conversão das populações nativas dos mais variados lugares do planeta.

Quando os portugueses fizeram sua investida, oriunda de Pernambuco via São Luís, às terras amazônicas, já vieram com certo conhecimento da língua Tupi, visto que havia sido elaborada uma Língua Geral no Estado do Brasil que derivava de uma língua

de matriz Tupi. Portanto, a Língua Geral falada na região do Estado do Brasil serviu como primeira língua de contato entre os portugueses e os índios da Amazônia. Pois, os portugueses perceberam que os índios Tupinambás, que habitavam a região costeira da Amazônia entre Belém e São Luís, também falavam uma língua do tronco Tupi (FREIRE, 1983, p. 19-20).

A transmissão da Língua Geral ocorreu além da missionação, pela miscigenação entre homens brancos e mulheres indígenas, pois eram as mães que ensinavam seus filhos a falar; então, naturalmente as crianças passaram a falar em Língua Geral. Este processo caracteriza-se como um dos principais meios de disseminação da Língua Geral (FREIRE, 2003, p. 51).

A reprodução da Língua Geral aconteceu espontaneamente entre os diversos indivíduos da colônia, sobretudo a inserção de índios de etnias distintas em uma mesma aldeia proporcionava a necessidade de comunicação direta entre os indígenas. E, era na Língua Geral que eles se comunicavam. Como podemos ver:

A reprodução inicial dessa língua ocorreu de forma quase espontânea. No entanto, passou a ser feita de forma mais sistemática e – digamos assim planejada, com a catequese. A partir do momento em que nas aldeias de repartição começaram a ser estocados índios de outras famílias linguísticas diferenciadas do tupi, essas aldeias – onde os jesuítas catequizavam em tupinambá – começaram a ter papel importante na sua reprodução, similar ao que a escola desempenhou mais tarde para a expansão da língua portuguesa, criando gradualmente uma língua supra-étnica, válida para todas as etnias que eram, compulsoriamente, integradas ao sistema colonial (FREIRE, 2003, p. 52).

Entre os religiosos jesuítas existiam dois métodos específicos de aprendizado do Tupi durante o século XVI. O primeiro deles ocorria com o envio de missionários às aldeias indígenas no intuito de aprenderem *in loco* a língua indígena, principalmente por meio da oralidade, em um processo de imersão linguística do missionário na comunidade indígena. Ou então, aprendiam nos colégios a partir das gramáticas escritas por José de Anchieta⁴ e também a de Luís Figueira⁵, que foram constantemente reproduzidas de forma manuscrita (BARROS, 2007, p. 8).

Vê-se que o estudo das línguas indígenas, por parte dos missionários, era primeiro realizado através de exercícios orais e só posteriormente eram introduzidos no estudo das gramáticas escritas. Como as línguas indígenas eram predominantemente

⁴ Sobre a Arte Grammatica da Língua mais falada na costa do Brasil de José de Anchieta, ver: LEITE, Yonne. Arte da gramática da língua mais falada na costa do Brasil e as línguas indígenas In: FREIRE, José R.B. & ROSA, M. Carlota (orgs.). Línguas Gerais: Política Linguística e Catequese na América do Sul no Período Colonial. Rio de Janeiro: Eduerj, 2003.

⁵ Luís Figueira escreveu A arte de Grammatica da Língua Brasílica que foi publicada em 1621 e reeditada em 1687

orais, era importante para os missionários desenvolverem a habilidade de conseguir aprender as línguas apenas escutando-as. Caso entrassem em contato com algum povo que falasse uma língua desconhecida, seria esta experiência adquirida, de aprender pela oralidade, que o habilitaria a compreender a língua deste novo grupo. Sobre o estudo das línguas a partir das gramáticas, vemos que as gramáticas escritas por José de Anchieta e Luís Figueira⁶ foram os principais livros usados pelos missionários para o aprendizado da Língua Geral (BARROS & MARUYAMA, 2007, p.9).

Em suma, a propagação da Língua Geral entre os indivíduos da colônia ocorreu principalmente em decorrência da missionação e miscigenação entre europeus e índios, e, também, da interação entre índios de diferentes etnias. Estes processos podem ser encarados como os principais meios de difusão da Língua Geral.

Os missionários cumprem um papel importante neste processo de reprodução da Língua Geral, justamente pelo fato de serem eles os indivíduos que mais produziram materiais sobre as línguas indígenas – catecismos, gramáticas, vocabulários, entre outros. O método de aprendizado das línguas indígenas por meio da oralidade fora também um dos meios de difusão da Língua Geral, pois era deste modo que os missionários começavam a aprender as línguas indígenas.

Análise do Sermão

Para tratar da análise do sermão, convém fazer algumas considerações acerca da concepção da Análise do Discurso, de acordo com a teoria proposta por Eni Orlandi, visto que, se pretende examinar a fala de Antônio Vieira. A análise do discurso se propõe a compreender as condições de produção da linguagem, levando em conta os interlocutores e o contexto. É a partir deste trabalho que o sujeito se insere na reflexão sobre a linguagem (2008, p. 196). Neste sentido, o discurso está intimamente ligado ao sujeito, e o sujeito está ligado à ideologia; pois, o sujeito é socialmente constituído através de sua história e cultura (ORLANDI, 2008, p. 199).

O sermão do Espírito Santo de acordo com a datação inserida por Antônio Vieira, fora pregado em 1657 na cidade de São Luís do Maranhão, na igreja de Nossa Senhora da Luz da Companhia de Jesus, quando o padre partia em missão ao rio das Amazonas.

⁶ Sobre Luís Figueira, ver HOORNAERT, Eduardo. O breve período profético das missões na Amazônia brasileira (1607-1661) In: HOORNAERT, Eduardo (coord.) História da Igreja da Amazônia. Rio de Janeiro, Petrópolis: Editora Vozes, 1992.

Primeiro, pela qualidade das gentes, Antônio Vieira entende que a população do Maranhão seria a mais bruta, a mais rude, a mais ingrata e mais trabalhosa de ensinar das quais já se viu (1951, p. 404). Claramente, Antônio Vieira aponta que as populações indígenas que habitavam a região amazônica no século XVII são as mais difíceis de se catequizar, por serem povos considerados incultos.

No Sermão do Espírito Santo, o Padre Antônio Vieira versa sobre certas dificuldades encontradas na evangelização dos índios na província do Maranhão. A primeira dificuldade apontada é a suposta barbaridade e rudeza das gentes que habitam as terras do Maranhão; a segunda é a variedade de línguas que estas diversas populações falavam, como podemos ver:

Aplicando agora esta doutrina universal ao particular da terra em que vivemos, digo, que se em outras terras é necessário aos Apóstolos, ou aos sucessores do seu ministério, muito cabedal de amor de Deus, que em nenhuma outra. E por que? Por dous princípios: o primeiro, pela qualidade das gentes: o segundo pela dificuldade das línguas (1951, p. 404).

Padre Antônio Vieira demonstra neste sermão que, para ensinar o Evangelho as nações infiéis e bárbaras, seria necessário mais amor do que sabedoria, pois a sabedoria só seria útil quando o povo a ser evangelizado fosse fiel e político (organizado racionalmente). O amor seria mais importante no ensino aos infiéis, por causa da maior dificuldade de convencer estes à verdade do Evangelho (1951, p. 400).

Antônio Vieira afirma que no tempo de Cristo, os Apóstolos foram designados a cumprir a missão de propagar a fé por todo o mundo. Ao Apóstolo São Tomé coube a missão de vir pregar as gentes do Brasil, pois São Tomé fora o Apóstolo mais incrédulo⁷ dentre os Apóstolos. Por isso, a ele foi designada a missão de levar a fé para as terras do Brasil, terras estas, que possuiriam as nações também mais incrédulas (1951, p. 405).

Sobre esta suposta visita de São Tomé às terras americanas, Antônio Vieira afirma que não perdurara nenhuma lembrança da passagem do Apóstolo entre as populações existentes no Brasil, justamente pelo fato de que estas gentes não conseguiam conservar a fé. Sobre a fé e a inconstância dos índios, Antônio Vieira relata:

Tal é a fé dos Brasis: é fé que parece incredulidade; e é incredulidade que parece fé: é fé, porque creêm sem dúvida, e confessam sem repugnância tudo o que lhes ensinam; e parece incredulidade, porque com a mesma facilidade com que aprenderam, desaprendem; e com a mesma facilidade com que creram, descreêm (1951, p. 406-407).

⁷ São Tomé é acusado de ser o Apóstolo mais incrédulo, pois desconfiara da ressurreição de Cristo. Este episódio é narrado no Evangelho de João 20,19-31.

Quando Antônio Vieira discursa sobre a necessidade dos pregadores de ensinarem a todas as nações do mundo, relembra que os missionários deveriam pregar a todas as criaturas, e que troncos e pedras também são criaturas. Porém, a reflexão de Antônio Vieira realça as nações que vivem nas terras amazônicas, pois as mesmas se assemelhariam as pedras e aos troncos, por serem homens-pedra e homens-tronco (1951, p. 401).

Falando sobre as diferenças existentes entre a evangelização na Índia – que também fora visitada por São Tomé e a evangelização na Amazônia, Antônio Vieira afirma que na Índia a missão é menos dificultosa em decorrência de serem os povos da Índia capazes de conservar a fé quando lhes é revelada a verdade. Já no Brasil, os povos esqueceriam rapidamente o que os religiosos ensinavam, e existira sempre a necessidade de manutenção da obra catequética entre os índios do Brasil (1951, p. 407). Convém salientar, que este discurso sobre a necessidade de permanência dos missionários nas regiões de colonização, é utilizado, também, para legitimar a presença da Igreja Católica nos territórios coloniais.

Outra reflexão que Antônio Vieira aponta, quando avalia o trabalho de pregação na Amazônia e na Índia, é referente à imagem pela qual o padre compara os povos a estátuas de mármore (pedra) ou de murta (arbusto). Os indianos são considerados como se fossem estátuas de mármore, resistentes, após a aceitação da doutrina, revelada e aprendida, não mais é esquecida, conservando-se os povos do Oriente na fé. Já os brasis estão relacionados à murta, pois aceitam a fé com extrema facilidade e docilidade, mas com a mesma rapidez que a aceitam, a esquecem. Por isso, como a murta, também, os índios necessitariam de um trabalho contínuo para manter sua forma, Antônio Vieira escreve:

Há outras nações, pelo contrário (e estas são as do Brasil) que recebem tudo o que lhes ensinam, com grande docilidade e facilidade, sem argumentar, sem replicar, sem duvidar, sem resistir, mas são estátuas de murta que, em levantando a mão e a tesoura o jardineiro, logo perdem a nova figura, e tornam à bruteza antiga e natural, e a ser mato como dantes eram [...] (1951, p. 409).

Antônio Vieira refere-se no Sermão do Espírito Santo a Deus e a criação do mundo para justificar a permanência dos padres jesuítas no ensino catequético aos indígenas. Afirmando que Deus criou o mundo e nunca mais retirou sua mão sobre ele. Pois, caso o fizesse, o mundo acabaria. Portanto, é importante que os padres sempre continuem o trabalho junto aos indígenas, para não se perder o trabalho já conquistado (1951, p. 410).

O padre Antônio Vieira afirma que a dificuldade de aprendizado das línguas indígenas é tão grande, que algumas vezes os missionários não conseguiam captar as palavras, em decorrência de sua difícil pronúncia (1951, p. 414). O padre português comenta sobre sua experiência com o aprendizado dos idiomas indígenas deixando transparecer quais eram as dificuldades encontradas por ele, como vemos:

Por vezes me aconteceu estar com o ouvido aplicado á boca do bárbaro, e ainda do intérprete, sem poder distinguir as sílabas, nem perceber as vogais, ou consoantes, de que se formavam, equivocando-se a mesma letra com duas e três semelhantes, ou compondo-se (o que é mais certo) com mistura de todas elas: umas tão delgadas e subtis, outras tão duras e escabrosas, outras tão interiores e escuras, e mais afogadas na garganta, que pronunciadas na língua: outras tão curtas e subidas, outras tão estendidas e multiplicadas, que não percebem os ouvidos mais que a confusão, sendo certo em todo rigor, que as tais línguas não se ouvem, pois se não ouve delas mais que o sonido, e não palavras desarticuladas e humanas[...] (1951, p. 414-415).

Sobre os passos que devem ser seguidos no aprendizado das línguas indígenas, Antônio Vieira elenca cinco: o primeiro é ouvir a língua; o segundo percebê-la; o terceiro reduzir à gramática; o quarto estudá-la, e quinto, o mais trabalhoso, o pronunciar da língua dos índios (1951, p. 415).

Antônio Vieira se refere também a Santo Agostinho, pois o santo teve dificuldades em aprender a língua grega. O inaciano afirma que Santo Agostinho, sendo um dos homens mais inteligentes de seu tempo, não conseguiu aprender a língua grega que possuía muitos livros, mestres, vocabulários, artes gramáticas e também estava muito disseminada entre os latinos (1951, p. 415). Por conseguinte, a dificuldade de aprender a língua dos indígenas seria maior, como vemos:

Mas haver de arrostar com uma língua bruta, e de brutos, sem livro, sem mestre, sem guia, e no meio daquela escuridade e dissonância haver de cavar os primeiros alicerces, e descobrir os primeiros rudimentos dela; distinguir o nome, o verbo, o adverbio, a proposição, o numero, o caso, o tempo, o modo e modos nunca vistos nem imaginados, como de homens enfim tão diferentes dos outros nas línguas, como nos costumes; não há dúvida que é empresa muito árdua à vontade que não estiver muito sacrificada, e muito unida com Deus (1951, p. 416).

Sobre o desaparecimento do dom de línguas infundido pelo Espírito Santo, Antônio Vieira afirma que como Cristo quis converter muitas nações apenas com os doze Apóstolos, era necessário a providência divina, para poder os capacitar a falar com todas as nações. Já na época de Antônio Vieira, a fé havia se propagado bastante e com isto não seria mais necessário o dom das línguas, como no tempo dos Apóstolos, pois já havia pregadores suficientes para se empenhar em aprender as línguas dos gentios nos mais variados lugares do mundo (1951, p. 417).

Para Antônio Vieira, a missão de evangelização dos indígenas não cabia apenas aos missionários, seria função também de todos os moradores da colônia, homens e

mulheres, pois quando se prega por “debaixo de armas”, todos são apóstolos, os religiosos e os soldados (1951, p. 420-421). Este argumento de Antônio Vieira, é recorrente mesmo em outros escritos, já que para ele, outro grande empecilho para a conversão da população indígena, eram os colonos portugueses. Já que estes tomavam atitudes que não condiziam com a qual os padres ensinavam aos índios.

Antônio Vieira afirma que mesmo sendo dificultosíssima a conversão das gentes do Brasil, não devem os pregadores, e nem os moradores, se absterem de tão árdua empresa, pois a graça divina tudo transforma (1951, p. 423-424). Antônio Vieira compara o trabalho do artista ao do pregador, dizendo que como a arte é capaz de moldar uma pedra, assim a graça divina também é capaz de transformar “homens-pedra” em “homens-homens”, como vemos:

Concedo-vos que este índio seja uma pedra; vede o que faz em uma pedra a arte. Arranca o estatuário uma pedra dessas montanhas, tosca, bruta, dura, informe, e depois que desbastou o mais grosso, toma o maço e o cinzel na mão, e começa a formar um homem, primeiro membro a membro, e depois feição por feição, até a mais miúda: ondeia-lhe os cabelos, alisa-lhe a testa, rasga-lhe os olhos, afila-lhe o nariz, abre-lhe a boca, avulta-lhe as faces, torneia-lhe o pescoço, estende-lhe os braços, espalma-lhe as mãos, divide-lhe os dedos, lança-lhe os vestidos: aqui desprega, ali arruga, acolá recama: e fica um homem perfeito, e talvez um santo, que se pode pôr no altar? (1951, p. 424).

Antônio Vieira conclui sua argumentação afirmando novamente que se a natureza é capaz de transformar as feras em homens, então a graça divina também é capaz de transformar feras em homens, como podemos ver:

De maneira, que assim como a natureza faz de feras homens, matando e comendo, assim também a graça faz de feras homens, doutrinando e ensinando. Ensinastes o gentio bárbaro e rude: e que cuidais que faz aquela doutrina? Mata nele a fereza, e introduz a humanidade; mata a ignorância e introduz o conhecimento; mata a bruteza e introduz a razão; mata a infidelidade e introduz a fé: e deste modo por uma conversão admirável, o que era fera fica homem, o que era gentio fica cristão, o que era despojo do pecado fica membro de Cristo e de S. Pedro: Occide, et manduca (1951, p. 427).

Sobre o modo como os religiosos aprendiam as línguas dos índios, Antônio Vieira afirma que o esforço do aprendizado destas línguas era imenso, tendo o religioso-aluno que discernir quais eram os nomes, os verbos, as sílabas. Este trabalho seria tão árduo que o missionário precisa possuir muito amor à causa em que está envolvido (1951, p. 412).

Antônio Vieira afirma que há três níveis de dificuldade no ato de pregar no que concerne à língua. Primeiro, diz que a empresa mais fácil é pregar a gentes de sua própria língua; segundo, já seria um desafio maior pregar a uma gente de língua e nação

diferente; terceiro, a tarefa mais difícil, seria a missão de pregar aos povos do Brasil que são de nações e línguas variadas (1951, p. 413).

Esta terceira missão, considerada dificultosíssima, foi destinada aos pregadores de Portugal que, ao se engajarem em pregar às gentes do Brasil de tão variadas línguas, só tem como única certeza a inexistência do número exato delas (VIEIRA, 1951, p. 414). Diante disto, Antônio Vieira faz a comparação entre a pluralidade de línguas no evento bíblico da Torre de Babel⁸, e a variedade de línguas indígenas no Maranhão, como podemos ver:

Pela muita variedade das línguas, houve quem chamou ao rio das Almazonas rio Babel; mas vem-lhe tão curto o nome de Babel, como o de rio. Vem-lhe curto o nome de rio, porque verdadeiramente é um mar doce, maior que o Mar Mediterrâneo no comprimento e na boca. O Mar Mediterrâneo, do Estreito de Gibraltar até as praias da Síria, que é a maior longitude, tem mil léguas de comprido, e o Rio das Almazonas, da cidade de Belém para cima, já se lhe tem contado mais de três mil, e ainda se lhe não sabe princípio. Por isso os naturais lhe chamam Pará, e os portugueses Maranhão, que tudo quer dizer mar, e mar grande. E vem-lhe curto também o nome de Babel, porque na Torre de Babel, como diz S. Jerônimo, houve somente setenta e duas línguas, e as que se falam no Rio das Almazonas são tantas e tão diversas, que se lhes não sabe o nome nem o número (1951, p. 414).

Novamente se referindo à Torre de Babel, Antônio Vieira diz que Deus condenou os homens do tempo bíblico a falar diversas línguas, mas não a aprendê-las. Já no caso do Maranhão é necessário aprender a falar não uma só língua, e sim aprender as diversas, e que, por isso, esta missão necessitaria de muito amor de Deus (1951, p. 416). O padre Antônio Vieira rememora neste sermão o dia de Pentecostes⁹ que fora o dia no qual o Espírito Santo descera sobre os doze Apóstolos em forma de línguas de fogo, para conceder-lhe o dom das línguas, capacitando-os com este dom a evangelizar todas as nações do mundo (1951, p. 417).

A segunda dificuldade apontada por Antônio Vieira é referente à variedade de línguas das populações indígenas. Sendo que, caso houvesse novamente o milagre de Pentecostes, com a alusão do dom de línguas pelo Espírito Santo, seria fácil a conversão dos gentios. Porém, este dom cessou, e agora é necessário aprender estas línguas por meio do estudo e do trabalho (1951, p. 411).

Este sermão do Padre Antônio Vieira, destaca as diversas dificuldades encontradas no âmbito da variedade linguística das populações indígenas que viviam em

⁸ Conforme o relato bíblico, a Torre de Babel fora uma torre, construída no intuito de fazer com que os homens chegassem aos céus. Deus, para impedir tal atitude, confundiu as línguas dos homens para que não mais pudessem se entender, e com isso, parou a construção da torre. Este episódio é narrado no livro de Gênesis 11,1-9.

⁹ O evento da descida do Espírito Santo no dia de Pentecostes é descrito no livro bíblico dos Atos dos Apóstolos, 2, 1-12.

território amazônico. Destaca também, o modo como era aprendida a língua dos índios e o quão difícil era esta tarefa.

Antônio Vieira foi um importante religioso que teve a experiência de comandar as missões no Estado do Maranhão e Grão-Pará. Sua influência se dava tanto no meio religioso quanto político, Antônio Vieira era um fiel defensor da colonização portuguesa nas terras amazônicas. Vimos em seu sermão, que mesmo com todas as dificuldades relatadas por ele quanto a conversão dos indígenas na Amazônia, ele ainda possuía a esperança de sucesso no empreendimento de catequização das populações indígenas.

Cabe destacarmos que não podemos esquecer do caráter político que os escritos de Antônio Vieira possuem, a oposição de destaque a qual o padre ocupava, lhe conferia certos privilégios e também inimizades. Antônio Vieira foi um dos defensores da liberdade dos índios, quando os colonos tentavam escravizar as populações indígenas.

Por fim, é necessário dizer que muito ainda há o que ser pesquisado quanto ao contato linguístico e cultural entre os missionários jesuítas e as populações indígenas na Amazônia colonial. Este trabalho objetivou salientar, através da fala de um destes religiosos, os empecilhos que os mesmos enfrentavam em sua missão de conversão catequética das populações indígenas. Porém, o tema não se esgota aqui, necessitando ainda de maiores pesquisas, pesquisas estas que prioritariamente precisam ter um caráter multidisciplinar, justamente pelo teor de complexidade a qual o tema se enquadra.

Referências Bibliográficas

ALTMAN, Cristina. As línguas gerais sul-americanas e a empresa missionária: linguagem e representação nos séculos XVI-XVII. In: FREIRE, José R.B. & ROSA, M. Carlota (orgs.). *Línguas Gerais: Política Linguística e Catequese na América do Sul no Período Colonial*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2003.

BARROS, Maria C. & MARUYAMA, Toru. O perfil dos interpretes da Companhia de Jesus no Japão e no Brasil no século XVI. *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*, vol. 4, n° 4, out.-dez. 2007.

BORGES, Luiz C. A língua geral: revendo margens em sua deriva. In: FREIRE, José R.B. & ROSA, M. Carlota (orgs.). *Línguas Gerais: Política Linguística e Catequese na América do Sul no Período Colonial*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2003.

CLASTRES, Hélène. *Terra Sem Mal*. Tradução de Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Editora Brasiliense. 1978.

EDELWEISS, Frederico G. *Estudos Tupis e Tupis-Guaranis: confrontos e revisões*. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira Editora. 1969, p. 197-198.

FREIRE, José R.B. Da “fala boa” ao Português na Amazônia Brasileira. *Ameríndia*, n° 8, 1983 (Paris).

_____. Da Língua Geral ao português: para uma história dos usos sociais das línguas na Amazônia. Tese de Doutorado em Literatura Comparada apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras. Rio de Janeiro: UERJ, 2003.

LAGORIO, Consuelo Alfaro. Elementos de política linguística colonial hispânica: o Terceiro Concílio Limense. In: FREIRE, José R.B. & ROSA, M. Carlota (orgs.). *Línguas Gerais: Política Linguística e Catequese na América do Sul no Período Colonial*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2003.

MONTERO, Paula. Índios e missionários no Brasil: para uma teoria da mediação cultural. In: MONTERO, Paula (org.) *Deus na aldeia: missionários, índios e mediação cultural*. São Paulo: Globo, 2006.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Terra à vista – discurso do confronto: Velho e Novo Mundo. 2ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008, p. 184-185.

TUPIASSÚ, Amarílis. *A Palavra Divina na surdez do Rio Babel*. Belém: EDUFPA, 2008.

VIEIRA, Antônio. *Sermões*. Vol. II [Sermão do Espírito Santo]. Prefaciado e revisto por Gonçalo Alves. Porto/Lisboa: Lelo & Irmão/Aillaud & Lellos, 1951, p. 404.

VILLALTA, Luiz Carlos. O que se fala o que se lê: língua, instrução e leitura. In: SOUZA, Laura de Mello (org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. Coordenador geral da coleção Fernando A. Novais. São Paulo: Companhia das Letras. 1997, p. 333.

UMA APLICAÇÃO DE CATEGORIZAÇÃO E AGRUPAMENTO DE TEXTOS UTILIZANDO TMSK

Luiz Fernando Machado de Oliveira e Souza

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA
Universidade Federal do Pará - UFPA
Av. Perimetral, Numero 1 - Guamá
CEP 21945-970 – Caixa Postal: 68501
Belém - PA – Brasil

298

Resumo: O trabalho desenvolvido teve por idéia inicial a necessidade de classificar e agrupar textos da área cultural do conhecimento. A partir dessa precisão e do grande volume de documentos disponibilizados surgiram questionamentos que levaram a essa problematização. Nascendo assim, a essencialidade da utilização de técnicas de mineração de textos, então aplicou-se métodos de classificação e agrupamento sobre a documentação de interesse. O principal objetivo é classificar, utilizando a análise da base de dados, auxiliando na descoberta de categorias e o agrupamento dos textos pesquisados. Esta idéia motivou a elaboração de um trabalho que tenha por característica um detalhamento didático, resultando na apresentação de uma metodologia projetual aplicada.

Palavras-chave: Mineração de texto, classificação, agrupamento, bayesiano, linear, k-means

Abstract: The work developed initially had the need to classify and group texts from the cultural area of knowledge. Based on this need and the large volume of documents available, questions arose that led to this problematization. Thus, the essentiality of the use of text mining techniques was applied, and classification and grouping methods were applied to the documentation of interest. The main objective is to classify, using the analysis of the database, helping in the discovery of categories and the clusterization of the searched texts. This idea motivated the elaboration of a work that has as a characteristic didactic detail, resulting in the presentation of an applied design methodology.

Keywords: Text mining, classification, clustering, Bayesian, linear, k-means

Introdução

Data Mining tem sido reconhecida como uma nova área de pesquisa interdisciplinar, envolvendo aprendizado de máquina, estatística, banco de dados e outras áreas (Berson & Smith 97). Tal área pode ser definida como "descoberta eficiente de regras interessantes em grandes volumes de dados" (Srikant & Agrawal 95).

Esse trabalho aborda uma variante de *data mining* (mineração de dados), chamada *text mining* (mineração de textos). Essa é uma área de vital importância, tendo em vista o acúmulo rápido e contínuo da quantidade de texto criada e armazenada

eletronicamente.

Sendo assim, aplicamos implementações de métodos de dois classificadores e ao final realizamos uma análise comparativa dos resultados. Desta forma, aplicamos os métodos: baysiano e linear e, bem como o RIKTEXT (Role induction Kit – Kit de regra de indução) para classificação dos textos. Além disso, utilizamos k-means para *clusterização* dos documentos.

Como mostrado adiante, mesmo com uma base previamente selecionada, a mineração de textos possui um domínio muito amplo. Portanto, para fins do estudo de caso apresentado no artigo, nos concentramos apenas na ocorrência da base de textos selecionada.

Motivação

Todos os dias, surgem novas idéias, novos produtos são inventados e todo esse conhecimento produz uma infinita base de textos que são depositados (armazenados) eletronicamente.

Esses textos tratam de diversos assuntos e a classificação e agrupamento em um banco de textos possibilita uma melhor categorização e acesso aos mesmos, evitando um enorme desperdício de tempo e facilitando o acesso a toda documentação armazenada.

O objetivo principal desse trabalho é estudar a importância da utilização de técnicas computacionais de descoberta de conhecimento em documentos, buscando classificar e agrupar informações relevantes no que diz respeito a textos relativos a base em questão.

A mineração de textos faz parte do processo de descoberta de conhecimentos em textos, ou KDT (*Knowledge Discovery from Text*), que busca extrair padrões ou conhecimentos, interessantes e não triviais, a partir de documentos textuais (KOSTOFF, 2004).

Assim, foi aplicada ferramenta de mineração de texto em uma base com 112 documentos, para classificação e agrupamento. Os resultados desse estudo serão analisados e comparados para o melhor aproveitamento do conhecimento adquirido.

Trabalhos relacionados

Mineração de textos é um conjunto de técnicas e processos que descobrem conhecimento inovador nos textos. Ela está sendo empregada atualmente em projetos de diversas áreas, por exemplo, para descobrir fatos na genética e na pesquisa de proteínas (Rezende, 2005).

Na tabela 1 é apresentada uma comparação entre algumas ferramentas comerciais segundo suas características de implementação, baseadas nas fases do processo de tratamento de textos apresentadas nesse estudo.

Ferramenta	Empresa	Preparação dos Dados	Processamento Tarefas
dt-Search	DT-Serach	Stemming	Indexação
			Procura por Thesaurus
Iminer	IBM	Stemming	Categorização
			Clustering
			Sumarização
TextSmart	SPSS Corporation	Stopwords	Categorização
		Stemming	
		Thesaurus+Sinônimos	
TextAnalyst	Megaputer	Stopwords	
		Stemming	
WizDoc	WizSoft	Stopwords	Indexação
		Stemming	
		Thesaurus+Corretor	

Tabela 1: Ferramentas de Mineração de Textos (Rezende, 2005)

Organização do artigo

Este artigo encontra-se organizado da seguinte maneira:

- A sessão 2 apresenta a descrição de padrões das aplicações utilizadas;
- Na sessão 3 é descrita a classificação dos textos e os algoritmos trabalhados;
- A sessão 4 discorre sobre um estudo a cerca do agrupamento de documentos a partir de algoritmos implementados; e
- Finalmente, na sessão 5 são apresentadas as conclusões finais e trabalhos futuros, seguidos das referências bibliográficas e anexos.

Aplicação TMSK e RIKTEXT

O *Text-Miner Software Kit* (TMSK) é um pacote de software inclusivo para predição e mineração de texto. Inclui rotinas para pré-processamento de texto XML e provê implementações de todas as tarefas fundamentais descritas no texto do livro *Text Mining: Predictive Methods for Analyzing Unstructured Information*. Além disso, utilizamos o RIKTEXT para a classificação de documentos baseada em regras (ambos os softwares estão disponíveis em <http://www.data-miner.com>) (Indurkhya, 2004).

O TMSK dispõe de duas abordagens: o classificador binário bayesiano simples (naive bayes) e o classificador binário linear. Ambos os métodos, particionam os documentos correspondentes aos vetores em dois conjuntos: aqueles classificados como positivos – documentos pertencentes à classe alvo – e aqueles classificados como negativos – que de forma análoga, classificam todos aqueles documentos que não pertencem à classe alvo.

Uma terceira abordagem, baseada na indução de regras para categorização de documentos, é implementada pelo sistema RIKTEXT (*Rule Induction Kit for Text*).

Banco de Documentos

A base de textos trabalhada possui 112 arquivos, dispostos em seis classes: artes, física, geografia, música, religião e teatro. Os documentos foram distribuídos na proporção de 70% para atividades de treinamento e 30% para os testes durante a geração dos dicionários. Além disso, foram selecionados os maiores arquivos (em Kilobytes) para treinar e os menores para testar, possibilitando um melhor desempenho e resultado na classificação final.

Classificação

A classificação de dados é um processo composto de duas etapas. Na primeira um modelo é construído para descrever um conjunto pré-determinado de dados classificados. O modelo é construído pela análise das entradas de cada atributo considerado. Cada entrada é tratada como se pertencesse a apenas uma classe, determinada por um dos atributos denominado de classe do atributo. As amostras utilizadas para treinar o modelo são selecionadas aleatoriamente do conjunto de dados e são denominadas de conjunto de treinamento. Como a classe de cada instância de treinamento também é fornecida, esta etapa também é conhecida como aprendizagem supervisionada. A classificação supervisionada contrasta com a aprendizagem não supervisionada (cluster), na qual a classe de cada instância de treinamento não é conhecida, ou muitas vezes, nem mesmo o número de classes é conhecido a priori (Han & Kamber, 2001).

A seguir detalhamos os classificadores utilizados no trabalho: Bayesiano e Linear, além do RIKTEXT que se trata de um classificador por regra de indução.

Antes da execução, ressaltamos que os arquivos de treinamento e teste foram selecionados empiricamente. Em seguida, foi gerado um dicionário e um vetor para cada classe durante o treinamento. Entretanto, na fase de testes foram gerados novos vetores a partir dos dicionários de treinamento, para só então executarmos os *scripts* de

classificação. Essa metodologia mostrou melhores resultados (quanto a precisão e recall) em relação a geração de um dicionário único para todas as classes. Além disso, proporcionou um melhor desempenho computacional por tratar dicionários menores.

Análise do Classificador Bayesiano

Os algoritmos Bayesianos são classificadores estatísticos capazes de prever a probabilidade associada a uma determinada classe de interesse, de tal modo que, o que é fornecido é a probabilidade de uma amostra pertencer a uma determinada classe.

A tabela 2 demonstra a parametrização com melhor resultado para o classificador bayesiano na base de teste. Esse resultado foi obtido após exaustiva execução empírica do arquivo de lote bayes.bat (Anexo 1), seguida da análise de resultados através de comparações estatísticas em planilha eletrônica, no caso MSExcel.

Classe	Precisão	Recall	F-meas	Parâmetros
arte	precision: 100,0000	recall: 66,6667	f-measure: 80,0000	200 palavras
fisica	precision: 100,0000	recall: 50,0000	f-measure: 66,6667	probability-threshold=0.1
geografia	precision: 100,0000	recall: 42,8571	f-measure: 60,0000	reject-threshold=0.1
Musica	precision: 100,0000	recall: 100,0000	f-measure: 100,0000	minimum-frequency=7
Religião	precision: 100,0000	recall: 83,3333	f-measure: 90,9091	multi-word-length=3
teatro	precision: 100,0000	recall: 100,0000	f-measure: 100,0000	multi-word-span=3

Tabela 2: Parametrização com classificador bayesiano com stopword

A classificação que apresentou melhor resultado (maior precisão e recall) utilizou uma base “stemizada”, mas para efeito de análise comparativa de resultados, mantivemos a base apenas com stopword para posterior comparação com outros classificadores.

Classificador Linear

O arquivo de pesos de classificador linear é gerado linearmente e é exclusivamente usado através de *testline*. Contém os pesos basicamente para o classificador linear (um peso para cada característica e uma constante. O preconceito constante é armazenado ao final). A primeira linha do arquivo de pesos tem que ser um de *tf*, *tf*idf* ou binário e indica as transformações de característica feitas aos dados de treinamento. Isto ajuda a rotina de *testline* a determinar que transformações de

característica precisam ser feitas aos documentos novos antes de aplicar o classificador linear (Indurkhya, 2004).

A tabela 3, tal qual o classificador bayesiano, demonstra a parametrização com melhor resultado para o classificador, nesse caso o linear, executado na mesma base de teste. Esse resultado também foi obtido após exaustiva execução empírica do arquivo de lote linear.bat (Anexo 2), seguida da análise dos resultados através de comparações estatísticas em planilha eletrônica, no caso MSEXcel.

Classe	Precisão	Recall	F-meas	Parâmetros
arte	precision: 100,0000	recall: 83,3333	f-measure: 90,9091	200 palavras
fisica	precision: 100,0000	recall: 50,0000	f-measure: 66,6667	linear-iterations=220
geografia	precision: 100,0000	recall: 71,4286	f-measure: 83,3333	lambda=0.0001
Musica	precision: 100,0000	recall: 100,0000	f-measure: 100,0000	minimum-frequency=7
Religião	precision: 100,0000	recall: 100,0000	f-measure: 100,0000	decision-threshold=-0.30
teatro	precision: 87,5000	recall: 100,0000	f-measure: 93,3333	feature-type=binary

Tabela 3: Parametrização com classificador linear com stopword

A classificação que apresentou melhor resultado (maior precisão e recall) utilizou apenas *stoplist* para reduzir a stopword. Portanto, sem stemização.

RIKTEXT

O *Rule Induction Kit for Text* (RIKTEXT) é um pacote de software completo criado para indução de regras de decisão muito compactas para categorização de documentos. Ao contrário de modelos numéricos complexos, estas regras são simples, regras de lógica que são freqüentes e altamente preditivas. Por exemplo, um documento com a palavra dividendo sugere que o documento possa ser categorizado como um documento sobre salários de uma companhia. O objetivo é determinar o melhor conjunto de regras para predição e classificação, onde melhor são os números com menor quantidade de regras e com um erro próximo do mínimo (Indurkhya, 2004).

A tabela 4, demonstra a parametrização com melhor resultado na utilização do RIKTEXT. Esse resultado também foi obtido após exaustiva execução empírica do arquivo de lote riktext.bat (Anexo 3), seguido da análise dos resultados através de comparações estatísticas.

Classe	Precisão	Recall	F-meas	Parâmetros
arte	precision: 100,0000	recall: 83,3333	f-measure: 83,8710	200 palavras
física	precision: 100,0000	recall: 83,3333	f-measure: 87,5000	linear-iterations=220
geografia	precision: 100,0000	recall: 50,0000	f-measure: 66,6667	lambda=0.0001
Musica	precision: 100,0000	recall: 100,0000	f-measure: 100,0000	minimum-frequency=9
religião	precision: 75,0000	recall: 100,0000	f-measure: 85,7143	decision-threshold=-0.30
teatro	precision: 100,0000	recall: 83,3333	f-measure: 90,9091	feature-type=tf

Tabela 4: Parametrização com RIKTEXT

Conclusão

Dentre os classificadores analisados obtivemos o melhor resultado com o Linear utilizando uma base “stemizada”. Assim, foi analisado comparando a precisão e *recall* de todas as classes e verificando o percentual de textos classificados corretamente, além dos falsos positivos e falsos negativos classificados erroneamente. Dentro dessa perspectiva, o melhor classificador foi o Linear seguido do Bayesiano.

Entretanto, ao trabalharmos com bases não “stemizadas” o resultado sofre alteração e demonstra melhor desempenho para o Bayesiano ao invés do Linear.

Agrupamento

A tarefa de clusterização, também chamada de Agrupamento, é usada para particionar os registros de uma base de dados em subconjuntos ou clusters, de tal forma que elementos em um cluster compartilhem um conjunto de propriedades comuns que os distingam dos elementos de outros clusters. O objetivo dessa tarefa é maximizar similaridade intercluster. Diferente da classificação que tem rótulos predefinidos, a clusterização precisa automaticamente identificar os rótulos. Por esta razão, a clusterização é também denominada indução não supervisionada (Goldschmidt & Passos, 2005).

O algoritmo k-means toma um parâmetro de entrada, k, e divide um conjunto de n objetos em k clusters tal que a similaridade intracluster resultante seja alta, mas a similaridade intercluster seja baixa. A similaridade em um cluster é medida em respeito ao valor médio dos objetos neste cluster (centro de gravidade do *cluster*).

A execução do algoritmo k-means consiste em, primeiro, selecionar

aleatoriamente k objetos, que inicialmente representam cada um a média de cluster. Para cada um dos objetos remanescentes, é feita a atribuição ao *cluster* ao qual o objeto é mais similar, baseado na distância entre o objeto e a média do *cluster*. A partir de então, o algoritmo computa as novas médias para cada cluster. Este processo se repete até que uma condição de parada seja atingida (Goldschmidt & Passos, 2005).

Analisando o resultado do agrupamento a partir da execução do arquivo de lote *kmeans.bat* (Anexo 4), observamos que devido a semelhança dos textos e conteúdo dos dicionários gerados para os documentos das classes de arte, música e teatro, observa-se que os mesmos se aglutinam em um *cluster*. Desta forma, o número ideal de *clusters* são quatro ou seja de k igual a quatro.

Conclusões Finais

Apresentamos uma análise das ferramentas TMSK e RIKTEXT, além de utilizarmos Kmeans (agrupamento), para classificação e agrupamento de 112 textos de diversas áreas do conhecimento.

O estudo de caso confirmou a grande dificuldade de desenvolvimento de padrões, mesmo com a utilização de arquivos de lote, para minimizar o desgastante trabalho de execução de parâmetros, relativo mais a sua diversidade do que sua complexidade. Além disso, ficou claro durante o estudo a importância da mineração de textos devido a alta produtividade e de fácil aplicação, desde que observada a adequação de parâmetros em uma ferramenta ou aplicação.

Entre os trabalhos já em desenvolvimento estão as aplicações de “text mining” em documentos jurídicos, patentes, biologia, medicina, teoria do discurso, dentre outros. Além desses, a interdisciplinaridade e o grande volume de informações fomentam a utilização da descoberta do conhecimento com foco na mineração nas mais diversas áreas.

Para um futuro próximo planeja-se estender a aplicação com condições oriundas de análise de textos de legislação ambiental, EIA-RIMA e grandes projetos hidrelétricos analisando o bem viver e o impacto social nas comunidades atingidas por eles. Pesquisa-se também a mineração de textos e dados em cadeias de suprimentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERSON, A . & SMITH, S.J. Data Warehousing, Data Mining and OLAP. Nova Iorque, USA. McGraw-Hill, 1997.

CARVALHO, L. A. V. de; Datamining. A Mineração de Dados no Marketing, Medicina, Economia, Engenharia e Administração. Ciência Moderna LTDA, Rio de Janeiro, 2006.

HAN, J.; KAMBER, M. data Mining: Concepts and Techniques. Academic Press, USA, 2001.

INDURKHYA, N; WEISS, S.M.; ZHANG, T & DAMERAU, F. J. Text Mining – Predictive Methods for Analyzing Unstructured Information. Springer. USA, 2004.

KOSTOFF, R.N., 2004, “Text Mining for Global Technology Watch”, Office of Naval Research, August.

PASSOS, E.; GOLDSHMIDT, R. Data mining: um guia prático. Elsevier, Rio de Janeiro, 2005.

REZENDE, S. O. Sistemas inteligentes: fundamentos e aplicações. Manole, São Paulo, 2005.

SRIKANT, R. & AGRAWAL, R. Mining Generalized Association Rules. *Proc. of the 21st Very Large Databases Conference*. Zurique, Suíça. 1995.

GÊNERO E NEOPENTECOSTALISMO: UM OLHAR A PARTIR DO PROJETO GODLYWOOD

Alesca Prado de Oliveira

Universidade Federal de Uberlândia – Faculdade de Ciências Integradas do Pontal

Alessandro Gomes Enoque

Universidade Federal de Uberlândia – Faculdade de Ciências Integradas do Pontal

Resumo: É objeto do presente estudo desvelar a dinâmica das relações que são construídas a partir do sagrado para com o gênero, para tanto, adentraremos no universo da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), através de seu projeto para as mulheres fiéis, denominado de Godlywood. Através de pesquisa teórica sobre a produção científica que aborde a inter-relação gênero e religião e de pesquisa documental no canal virtual do projeto, coletamos informações sobre os desafios lançados pela líder iurdiana à suas leitoras. A dicotomia estabelecida entre o tradicionalismo evangélico e a aceitação dos novos valores da sociedade se exemplifica no projeto apresentado.

Palavras-chave: Gênero; Neopentecostalismo; IURD.

Abstract: This study is revealing the dynamics of the sacred to the genre, for this, we will enter into the universe of the Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), through its project for faithful women, called Goodlywood. Through theoretical research on scientific production that addresses the interrelation between gender and religion and documentary research in the virtual channel of the project we selected information on the challenges for leadership in its readers. The dichotomy between evangelical traditionalism and the acceptance of the new values of society exemplify the project presented.

Keywords: Gender; Neopentecostalism; IURD.

Introdução

Embora há décadas existam estudos sociológicos que tratem a temática religiosa em suas diversas perspectivas (DURKHEIM, 1996; WEBER, 2006), foi na busca de uma compreensão aprofundada sobre a sua dinâmica com as representações de gênero que encontramos um campo científico incipiente (BANDINI, 2005; GOUVÊA NETO, 2015; MACHADO, 1999; REIMER; SOUZA, 2012; ROESE, 2015). O ensejo em desvelar esta relação, apesar do aumento quantitativo de estudos nos últimos anos, ainda aumenta de maneira gradual, compreendendo as possibilidades de perspectivas que podem ser abordadas neste contexto (MARCOS, 2007; MUSSKOPF, 2013).

É objeto do presente ensaio, desvelar a dinâmica das relações que são construídas a partir do sagrado para com o gênero, e, compreender como em todas as ciências humanas e sociais, gênero como categoria analítica. Para tanto, adentraremos no universo da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), através de seu projeto para

as mulheres fiéis, denominado de Godlywood, que foi desenvolvido por Cristiane Macedo, filha do bispo e principal fundador da denominação, Edir Macedo. Como pode ser visualizado em seu site, o projeto objetiva aproximar as mulheres de Deus, forjando comportamentos que melhorem esta relação. No chamado "desafio Godllywood" as leitoras são incitadas a cumprirem desafios e executarem tarefas seguindo os "preceitos de Deus".

Este ensaio está dividido, além desta introdução, nas seguintes seções: Gênero e Religião: Percursos Teóricos; O Desafio Goodlywood; As Tarefas; Representações de Gênero a partir do Desafio Goodlywood e Considerações Finais.

Gênero e Religião: Percursos Teóricos

Etimologicamente, religião origina-se do latim *religio* que significa louvor aos deuses ou de *religari*, que quer dizer religação. Todavia, tais definições não conseguem acompanhar a complexidade das religiões contemporâneas, sendo necessário compreendê-las na atualidade, como indicam Pierucci (2006) e Prandi (2008).

A compreensão do universo religioso deve pautar as relações que o constitui, relações de poder, estruturas sociais, divisão de gênero e jogos de interesse. Analisar as representações de gênero nas organizações religiosas gera a necessidade de pensar sobre o papel da religião na estruturação social dos sexos (SOUZA, 2004). Neste sentido, para que se faça uma compreensão aprofundada sobre as relações de gênero é necessário, também, compreender as relações de poder, analisando estas em todas as suas vias. A análise do gênero nas diversas relações é essencial para uma visão ampla que desvincule a dicotomia estabelecida (COSTA; MADEIRA; SILVEIRA, 2012).

Para além da visão de produção do fenômeno religioso é importante pensar sobre como os fiéis se inserem nesse organismo, as representações para além do externo constroem-se com a ideia de pertencimento ou não àquela organização. Neste contexto, Souza (2006) aponta, em seu estudo, que a falta de participação de mulheres nos cargos de prestígio as fazem transitar mais pelo cenário religioso. Neste sentido, a ausência de um compromisso estabelecido com as instituições pode funcionar como força motivadora e viabilizadora para este fenômeno, uma vez que estas não se consideram representantes das denominações.

Compreender o fenômeno religioso buscando as particularidades que tocam a realidade das mulheres que nele estão inseridas nos colocam no caminho da construção

do gênero. A terminologia de gênero foi difundida amplamente nos estudos a partir de 1975, quando foi lançado o clássico "The traffic in women: notes on the political economy of sex", de Gayle Rubin, que abordou o sistema sexo/gênero, em sua discussão, apresentando aspectos que conceberam os efeitos que geravam as estruturas de gênero na construção de identidades e relações. Rubin (1975) buscou compreender como as relações se deram para que a mulher se tornasse um ser domesticado, tratando de um sistema social que as transforma em produto.

As pesquisas acerca da temática de gênero consideravam as culturas para se compreender as relações. Nesse sentido, Scott (1990) apresenta sua contribuição para o uso do gênero como uma categoria de análise a partir da concepção que se pode compreender as relações de gênero na construção da sociedade. Em sua análise, a autora insere a compreensão política e de poder na discussão sobre mulheres e gênero. É então apresentada uma definição de gênero dividida em duas partes, nas palavras da autora:

O gênero é então um meio de codificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana. Quando as(os) historiadoras(es) buscam encontrar as maneiras pelas quais o conceito de gênero legitima e constrói as relações sociais, elas (eles) começam a compreender a natureza recíproca do gênero e da sociedade e as maneiras particulares e situadas dentro de contextos específicos, pelas quais a política constrói o gênero e o gênero constrói a política (SCOTT, 1990, p. 17).

Dessa discussão surge a compreensão de que gênero seria um conceito relacional, que pertence às relações sociais e tem sua significação nas relações de poder (COSTA; MADEIRA; SILVEIRA, 2012). Possas (2004) corrobora com a ideia: "(...) Assim os papéis normativos, os comportamentos atribuídos a homens e mulheres e a relação entre os sexos não são discursos neutros, mas repletos de significados e de relações de poder" (p. 266).

Queiroz (2008) apontou que as pautas feministas acerca da subordinação feminina foram além do poder distribuído de forma desigual, trazendo a tona os comportamentos e ações que se dão nas relações sociais e afetivas. As relações de gênero devem ser entendidas como relações de poder, tendo que, o gênero na condição do ser não apresenta trajetórias iguais em todos os campos, divergem de acordo com a comunidade em que estão alocados (LIMA; MÉLLO, 2012).

Buscando o aprofundamento na relação entre o sagrado e o gênero, selecionamos o grupo neopentecostal, que apresentou o maior crescimento em número de fiéis dos últimos anos, de acordo com dados publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE) em 2010.

O neopentecostalismo, enfoque neste ensaio, caracteriza-se por diferenciar-se em diversos aspectos das demais ondas pentecostais. O pentecostalismo clássico, pioneiro na vertente pentecostal no Brasil, caracteriza-se por sua rejeição ao mundo exterior, seu caráter anticatolicismo e a crença em uma salvação paradisíaca. A onda seguinte, denominada por Mariano (1999) de deuterpentecostalismo caracterizou-se, por dar início a utilização do evangelismo de massa através do uso do rádio, além da crença na cura divina e a fragmentação das denominações, não rompeu teleologicamente com o pentecostalismo clássico. O neopentecostalismo por sua vez apresentou caráter inovador, rompe teleologicamente com as demais ondas e passa a afirmar o mundo externo, nas instituições neopentecostais são cada vez menos rigorosas as exigências estéticas, sendo a guerra contra o diabo e a teologia da prosperidade aspectos centrais.

Mariano (1999) apresenta as mudanças pelas quais a igreja passou no decorrer dos avanços sociais, mudanças essas que desencadearam-se de acordo com as novas dinâmicas da sociedade. As igrejas neopentecostais exerceram papel fundamental para a quebra de estereótipos dos evangélicos, abandonando marcos tradicionais e propondo um novo método de ritos, crenças e práticas. Suas pregações trazem as igrejas como referência na resolução de problemas espirituais, físicos e emocionais como libertação de demônios e problemas financeiros, tornando-se uma vertente distinta e apagando os padrões existentes.

As mudanças nos últimos quarenta anos possibilitaram, também, que as mulheres ocupassem os espaços de poder, que antes eram restritos aos homens. É importante dizer que essa representação feminina, também, fortaleceu-se em tal corrente. Birman (1996) apresenta sua analogia sobre o lugar que o crente passa a ter no surgimento do neopentecostalismo, das diferenças identitárias, tomando a análise como mutável e em transformação, visto que o avanço desse neopentecostalismo vem através da compatibilização de fieis e não fieis, seja em seus modos de vida, opções religiosas e a vida mundana. Vale aqui ressaltar que o neopentecostalismo é pioneiro na aceitação de mulheres na liderança de suas instituições e conta com as mulheres como as maiores propagadoras desse movimento.

Verificando que as representações de gênero nas organizações religiosas têm se dado de forma diferente para homens e mulheres, Aragão Filho (2011), apontou que, para as mulheres, a dominação masculina nos espaços, sejam eles religiosos ou não, tem sido pauta de discussão. Nas igrejas neopentecostais, as mulheres têm ocupado espaços

que antes pertenciam somente aos homens, o que traz consigo uma reinvenção da identidade feminina no espaço, recuando na sua ideia de submissão e promovendo a construção de igualdade. Entretanto, há divergência em um ponto central, pois as atuações femininas nos espaços ainda dependem das decisões masculinas. Outra provocativa trazida pelo autor consiste nas novas estratégias para conquistar novos fiéis. Neste sentido, as mulheres atuam como agregadoras de novos seguidores, além do fato de que igrejas que incluem as mulheres em seus processos ganhariam simpatia do público feminino.

Assim, reiterando o que foi colocado por Birman (1996) e Aragão Filho (2011), encontramos os estudos de Cordovil (2013) e Gonzáles Garcia (2014) que tem, em comum, a ideia dos novos espaços ocupados pelas mulheres nas diferentes vertentes religiosas, trazendo como problemática comum a submissão destes novos cargos a palavra final masculina. Machado (1999) já apontara em seu trabalho as divergências na tratativa de assuntos tidos como femininos e a representação das mulheres nos veículos de comunicação evangélicos. A autora constatou, em seu estudo, que a participação de mulheres, nesses canais de comunicação, eram resultado de um debate preestabelecido, de autoria masculina e que se fundamentava na manutenção da família e do lar. A figura feminina era utilizada como uma maneira de manter o diálogo entre os programas e as telespectadoras, enfatizando sempre o papel da mulher relacionado ao acolhimento e aconselhamento. Os temas tidos como femininos, que eram encabeçados por mulheres que faziam parte da redação e do planejamento desses programas, relacionavam-se a problemas domésticos e as relações religiosas, colocando de maneira superficial a possível inserção destas no mercado de trabalho.

A conversão ao pentecostalismo dá-se, em diferentes processos para homens e mulheres. As demandas levadas aos espaços religiosos pelos homens são comumente dificuldades financeiras, problemas de saúde e desemprego, enquanto que as motivações para as mulheres giram em torno de conflitos domésticos, problemas com filhos e maridos. Esse diferencial exemplifica que o papel da mulher ainda é o de guardiã e protetora da família, enquanto o homem reafirma sua identidade individual (MACHADO, 2005; SOUZA, 2006).

As mudanças no cenário pentecostal surgiram a fim de ressignificar o tradicionalismo evangélico, a politização dos fiéis, a inserção feminina nos espaços e a compatibilização com a cultura pontuam as principais mudanças que ocorreram (MACHADO; MARIZ, 1996).

Buscando aprofundar as mudanças que ocorreram no cenário neopentecostal quanto a participação das mulheres, e especificamente, as atividades que ocorrem e são lideradas por e para mulheres na IURD, trataremos na próxima seção do último desafio Godlywood lançado a essas fiéis, desafio que foi sendo moldado e aprimorado ao longo dos anos. Para fins deste ensaio, tomaremos, como base, as tarefas apresentadas no desafio no ano de 2018, publicadas pela autora nos meses de janeiro a março e coletados por nós no mês seguinte.

O Desafio Goodlywood

Compreender como Cristiane Cardoso exerce um cargo de liderança em um espaço onde mulheres não se tornam pastoras, é um dos pilares para se entender o papel das esposas de pastores na realidade da IURD. Seguido pela compreensão de como então é pautado para que as mulheres que seguem esta denominação venham a se inserir na divisão de tarefas. Cristiane Cardoso é uma das duas filhas de Edir Macedo com Esther Bezerra, casada com Renato Cardoso, que também é Bispo da Universal, propaga as fiéis o modelo de mulher ideal, adotado pela IURD, aceitando fortemente as tendências da moda e adaptando-as a sua crença. Fato é que, diferentemente das tradições evangélicas, na IURD o cuidado pessoal através do uso de cosméticos e maquiagens é incentivado; outras diferenças que colocam a denominação no foco deste trabalho é a relação da igreja com o planejamento familiar, estimulando o uso de métodos contraceptivos e colocando a dicotomia entre o tradicional e o moderno.

Teixeira (2014) ao descrever o desenvolvimento da IURD relaciona este processo a trajetória de Cristiane Cardoso, apontando a maneira como a líder passou todas as etapas de sua vida envolvida nas mudanças da instituição. Cristiane tomou protagonismo em sua história na Universal a partir de seu casamento. Antes dos anos 2000, Cristiane publicava pequenos textos no Jornal Folha Universal e suas aparições ocorriam em programas de veiculação internacional. A partir de 2004, a filha mais velha do bispo Edir Macedo passou a escrever semanalmente para o jornal e começou a assinar a coluna Mulher, que, em 2009, transformou-se no caderno Folha Mulher. Em 2007, criou um blog e tornou-se apresentadora do programa Coisas de Mulher, onde também era editora chefe. No ano de criação do projeto Godlywood, Cristiane já era referência para o público feminino da IURD nacional e internacionalmente.

É inegável a importância da IURD como grande fenômeno do neopentecostalismo. Seu crescimento diferenciado e sua grande inserção nas mídias e na

política agrega fiéis tanto nacional quanto internacionalmente sem paralelos na história das instituições. Ao se propor a mediar os problemas terrenos de seus fiéis com as suas soluções divinas, a instituição racionaliza e oferta seus serviços religiosos de maneira especializada, o que acaba por gerar grande demanda dos serviços de seus pastores e obreiros. Para que os fiéis encontrem respostas no atendimento da igreja é necessário que os mediadores estejam sempre de plantão (MARIANO, 1999).

A IURD possui regras específicas para o comportamento feminino, as mulheres devem portar-se de maneira discreta e submissa, no caso das esposas de pastores, além de cumprirem tais requisitos, ainda devem voluntariar-se aos serviços nos templos e estarem disponíveis para contribuir com as atividades de seus maridos. Nota-se a importância da família de pastores no complemento de sua imagem perante a comunidade, passando estas a exercer além do molde para as demais, certa liderança na instituição (CAMPOS, 2012).

O projeto Godlywood foi criado em 2010 com o propósito de resgatar valores femininos que foram "esquecidos na sociedade", aliando o cuidado pessoal, da família e da casa. Por meio dos mandamentos bíblicos, as mulheres que participam do projeto são estimuladas a se desenvolverem nos caminhos de Deus, e contam com a ajuda umas das outras para realizarem o que é proposto a cada novo desafio. Através da análise das mídias oficiais do projeto e de sua líder, onde são postadas as mensagens e os novos desafios, coletamos as informações para compreender o papel desempenhado por ele na construção do feminino na instituição.

Antes de implementar o projeto, Cristiane já se reunia com jovens mulheres na igreja que seu marido trabalhava, nos Estados Unidos. Na ocasião, as meninas que tinham entre 14 e 17 anos desenvolviam tarefas e publicavam seus resultados nas redes sociais. Em 2010, Cristiane e o marido retornaram ao Brasil de maneira a expandir o projeto e foi então que surgiu o nome Godlywood, que faz referência crítica ao modo de vida adotado por mulheres em Hollywood.

O projeto foi criado a partir de uma preocupação pessoal de Cristiane Cardoso, em conjunto com Evelyn Higginbotham, com os caminhos tomados pelas adolescentes nos EUA, onde a líder residia. Inicialmente, as adolescentes eram acompanhadas por uma big-sister, que na ocasião eram as fundadoras do projeto, e exerciam tarefas a fim de tornarem-se "mulheres de Deus".

O projeto tem grupos divididos por faixa etária e estado civil. Começando pelo *Godlywood Girls*, que subdivide-se em: lindas (meninas entre 6 e 10 anos) e queridas

(meninas entre 11 e 14 anos), o *Sisterhood* que subdivide-se em: dóceis (meninas entre 15 e 19 anos) e graciosas (mulheres entre 20 e 25 anos), o *Mulher V* para mulheres a partir de 26 anos se divide em quatro grupos, sendo Rutes as mulheres solteiras, Esters as mulheres casadas, Rebecas as noivas de pastores e Déboras as esposas de pastores. Os nomes utilizados no programa fazem referência a nomes bíblicos. Com o crescimento do projeto, foi criado recentemente o *Godlywood autoajuda*, onde mulheres que não tenham vínculo com a instituição também possam participar, através do canal virtual disponibilizado por Cristiane (CAMPOS E SOUZA, 2017).

Com o advento das redes sociais o projeto disseminou-se por 77 países e foi traduzido para sete línguas. Mesmo com os percalços das diferenças entre regiões e costumes, busca-se forjar o modelo performativo feminino geral. Cabe aqui fazer um paralelo entre o trabalho de Souza (2006) que ressalta a busca das mulheres nas instituições religiosas de afastar-se do universo doméstico e solitário que fora incumbido a elas e os comentários encontrados nas mídias do projeto, onde as mulheres agradecem a Cristiane e a Deus pelas mudanças ocorridas depois do projeto. O suporte que a denominação oferece também serve para suprir a carência que o lugar social estabelecido para as mulheres trouxe.

As práticas contemporâneas da IURD foram colocadas em pauta por Souza (2017), e entende-se que as ações direcionadas as mulheres não são diferentes. O caráter supra religioso resulta em técnicas semelhantes as de autoajuda, utilizando de diferentes veículos como TV e programas de rádio, o que também pode ser posto em paralelo com o caráter secular que as religiões tem apresentado. As andanças religiosas produzem uma noção diferenciada de um Deus que se redesenha e se molda pelas constantes experiências religiosas, e, compreendendo a multiplicidade das possibilidades de fé existentes, projetos como *Godlywood* se tornam diferenciais na permanência e na relação das mulheres para com a instituição.

As atividades do projeto são pensadas como recorte aos grupos existentes, enquanto as crianças precisam executar tarefas como preparar o café da manhã e melhorar seu relacionamento com os pais. As jovens tem tarefas relacionadas ao cuidado com a aparência. Existem os estágios dentro do grupo e ao final das tarefas as mulheres são certificadas em meio a festas, onde são presenteadas com itens que ilustram o universo feminino e, a partir daí, são apresentadas aos objetos que poderão receber caso continuem com aprovação no programa no ano seguinte (TEIXEIRA, 2014).

No início do ano de 2018, no blog oficial do projeto, Cristiane lançou o "Desafio Godlywood Autoajuda", onde se propôs a postar desafios ao longo de algumas semanas e reiterou que as mulheres que se dispusessem a realizá-los estariam cumprindo uma oferta para Deus, não para Cristiane ou para as outras mulheres do projeto. Diferentemente do mecanismo utilizado no início do projeto, usando as mídias sociais para apresentar os resultados (TEIXEIRA, 2014), o intuito agora é que as mulheres escolham uma "amiga-irmã" que também vá cumprir os desafios, que sirvam de incentivo e que possam assegurar que serão cumpridos.

O vocabulário e a forma de se comunicar de Cristiane se faz simples e popular, de modo a atingir todas as mulheres que queiram realizar os desafios. Faremos, agora, uma breve descrição dos desafios lançados pela líder neste novo projeto para as "mulheres de Deus".

No seu canal virtual Cristiane dá dicas para que as mulheres escolham suas amigas como irmãs, para desenvolver as tarefas em conjunto, ela pontua situações e instrui a maneira de como a relação entre essas mulheres deve ser estabelecida, na ocasião ainda indica que àquelas que sentirem dificuldade de encontrarem uma amiga como irmã, que procurem a esposa de um pastor da Universal para auxiliá-las.

As Tarefas

O primeiro desafio proposto por ela, em suas palavras: "Faça algo inesperado que você gostaria que fizessem por você, por alguém de sua família", ressaltando as instruções para que elas transcrevessem as atividades em um diário e que se certificassem de que sua "amiga-irmã" também as realizaria.

A segunda tarefa idealizada e proposta por Cristiane refere-se a oração, propõe que as mulheres orem por alguém que possam ter feito algum mal a elas.

Na próxima tarefa, as mulheres deveriam, pedir respostas à Deus e meditar com a bíblia de maneira a encontrar nela suas soluções, fora estimulado também para que estas se reunissem com suas escolhidas para fazerem a atividade em conjunto. As leitoras então passam a usar o espaço de comentários para dividir o resultado de seus desafios entre si e com a própria Cristiane.

No quarto desafio lançado, Cristiane desafiou as suas leitoras a renunciarem de algo, em suas palavras: "Se desfazer de algo que Deus tem lhe pedido há muito tempo".

Na "Tarefa Como Oferta" número 5, o desafio voltou-se para o comportamento das mulheres e mais especificamente suas roupas. A líder da IURD colocou que no dia

determinado, elas deveriam usar saias e vestidos para Deus, e aproveitou o desafio para passar a mensagem de que suas leitoras não precisam igualar-se aos homens para conseguirem ter valor, e nem direitos.

No sexto desafio, as mulheres são orientadas a serem sinceras com Deus e com elas mesmas. Através de orações, são aconselhadas a mostrarem-se da maneira como verdadeiramente são.

No sétimo desafio, Cristiane propôs para que as mulheres respondessem uma série de perguntas, que tocavam em diferentes dimensões cotidianas, como a reflexão das roupas, do tratamento dos maridos/familiares, a maneira de falar, a maquiagem/cabelos. Para além de tais reflexões, é proposto que as mulheres façam essas perguntas as suas escolhidas como "amiga-irmã".

Na próxima tarefa sugerida por Cristiane foi proposto que suas leitoras usassem do fim de semana para limpar e organizar suas casas e assim alcançarem mais uma mudança, a mudança do lar.

O nono desafio volta-se novamente para a reflexão sobre o *self* feminino, na tarefa proposta é sugerido para que as mulheres perguntem a três pessoas próximas se estas já presenciaram alguma situação em que as mulheres houvessem demonstrado orgulho.

A décima "Tarefa Como Oferta" foi posta em consonância com a anterior. Nesta, a líder da IURD coloca que as mulheres devem mudar as atitudes apontadas como orgulhosas, em suas palavras: "Seria pedir a opinião de quem sabe mais que você? Seria parar de ficar levantando bandeiras sobre o que você acha por aí?".

As tarefas continuam no sentido de corroborar para que a mulher se torne mais humilde, na próxima tarefa colocada por Cristiane, a partir da lista de "qualidades" colocada pela autora é proposto que as mulheres pratiquem ações e dentro dos itens está a ideia de falar menos, não ser "respon dona", usar roupas femininas e ser gentil.

Na "Tarefa Como Oferta" de número 12, Cristiane disponibiliza para suas leitoras um *podcast*, onde pôde transmitir informações por meio de um áudio. Após a reflexão trazida pelo áudio, a autora propõe que suas leitoras reflitam sobre como são, onde dão o seu melhor e se sabem lidar com o sucesso alheio.

Na tarefa seguinte, é sugerido que as mulheres, a partir de suas reflexões, percebam e comecem a dar o seu melhor, em todos os âmbitos de suas vidas. Seguindo o caminho das últimas tarefas propostas, Cristiane lista todas as áreas em que as mulheres precisam se doar mais e melhor e sugere que esta seja a 14ª tarefa.

Na reta final das tarefas, a autora começa o seu texto citando um versículo da bíblia, propõe como 15º tarefa que as mulheres então respondam alguns questionamentos sobre os seus medos, ansiedades e estresses, em seguida ela as orientam a fazerem tudo de maneira contrária ao que fariam por medo e ansiedade e por fim ressalta a importância para que estas orem e que isso lhes trará força e confiança.

Na tarefa seguinte, de número 16, Cristiane apresenta à suas leitoras a necessidade de controlarem o seu tempo, em suas palavras: "Tenha disciplina, e nunca mais deixe que algo atrase a sua vida — seja preguiça, lentidão ou distração".

A próxima tarefa é colocada pela líder como um contraponto a vida em Hollywood, onde pontua: "E essa é a Tarefa como Oferta 17: sejamos mais amigas e jamais inimigas!"

Na "Tarefa Como Oferta" de número 18, Cristiane propõe uma reflexão sobre um versículo bíblico, pontua que suas leitoras olhem mais para si e ressalta que apenas elas serão capazes de alcançar alguma mudança desta maneira.

A penúltima tarefa proposta por Cristiane é de teor prático, na oportunidade a autora do blog orienta que suas leitoras saiam da rotina e façam três atividades que sejam fora do comum.

A última tarefa do desafio é uma avaliação dos resultados obtidos, Cristiane orienta que suas leitoras analisem suas conquistas e encontrem com suas "amigas-como-irmãs" para avaliarem o que ainda falta ser alcançado e o que deve fazer parte de suas rotinas.

Representações de Gênero a partir do Desafio Goodlywood

Corroborando com o que fora proposto por Teixeira (2014), os desafios estão ligados ao sacrifício em busca de um benefício a ser alcançado. A mudança a ser conquistada por essas mulheres tem consigo uma carga de gratidão, que pôde ser visualizado no próprio blog, nos comentários de inúmeras mulheres compartilhando a realização dos desafios e reiterando a importância destes em suas vidas.

Considerando o caráter das tarefas, entendidos por Cristiane por autoajuda, compreende-se que a secularização faz parte das práticas utilizadas neste projeto. Os ensinamentos passados através do projeto se relacionam ao cotidiano, ao doméstico e ao *self* feminino e não estão restritos as práticas do interior das instituições (CAMPOS E SOUZA, 2017).

É sempre colocado nos textos o incentivo para que as mulheres compartilhem suas experiências, e dentre os relatos é possível verificar diversas causas que trouxeram estas mulheres, problemas conjugais e derivados destes são colocados com frequência, seguidos por problemas com familiares e questões de intolerância religiosa.

Nos relatos colocados pelas leitoras também é possível compreender o que Teixeira (2014) colocou quanto a conversão ao pentecostalismo, que em consonância à Campos e Souza (2017) apontam que a conversão das mulheres por vezes se dá primeiro aos demais membros da família, e estas então travam a batalha de levar consigo seus próximos.

A figura de Cristiane representa muito dentro da comunidade feminina da IURD, sua imagem passa os moldes corretos de comportamento de uma "mulher de Deus", e assim a segurança de que seu comportamento é exemplo tem poder de agregar às suas leitoras o que for proposto. A influência da líder pôde ser observada claramente no desafio de número quatro, onde, não diferente do que se poderia esperar, muitas mulheres seguiram seu exemplo e relataram o abandono das redes sociais. Souza (2017) apontou que a mensagem propagada por Cristiane e por outras líderes da IURD ecoa de maneira isenta de dúvidas sobre o papel feminino tanto no âmbito doméstico quanto no âmbito religioso.

Bandini (2015) exemplificou em seu estudo o caso da proibição, por parte de algumas instituições, do vínculo empregatício de mulheres de pastores, limitando a individualidade destas mulheres, no entanto, a IURD não pauta essa limitação e assim Cristiane se apoia na ideia de que a mulher pode e deve estar para todas as tarefas a ela estabelecidas, o que pode ser verificado nos desafios 8, 14, 16 e 16.

Entre os pontos colocados pela autora está a não submissão das leitoras, o gosto pela independência e o gosto de opinar. Neste ponto pode-se correlacionar o intuito do programa ao estabelecido pela IURD, com seu caráter conservador, onde utiliza das passagens bíblicas para manter sua estrutura de submissão das mulheres, esta estrutura enraizou modelos e comportamentos nas mulheres iurdianas, expressando o *habitus*, conceito estabelecido por Pierre Bourdieu (BANDINI, 2015).

Em uma pesquisa desenvolvida nas mídias evangélicas, Machado (1999) apontara certa autoridade entre as apresentadoras e as espectadoras dos programas voltados ao público feminino da IURD, a autora ressaltou que no âmbito dos cuidados com o corpo essa autoridade se fazia ainda mais incisiva. O que endossa o tratamento

das leitoras e do exercício de liderança que Cristiane cumpre e reproduz nos desafios 5 e 11.

É importante colocar que nas tarefas sugeridas o papel de referência da mulher para seus amigos, familiares e conhecidos é central. Machado (1999) trouxera que no que se trata da referência feita a as mulheres da IURD, bispos e pastores as tratam como enfermeiras de Deus, ressaltando seu papel de aconselhamento.

Roese (2015) evidencia o movimento de criação e recriação das mulheres sobre suas vidas espirituais, a autora introduz seu texto enfatizando que a pesquisa de como as mulheres se relacionam com a religião deve partir para além das estruturas postas e formais, sendo necessário que se investigue o cotidiano religioso destas mulheres. Neste sentido, o projeto Godlywood vai de encontro as novas práticas adotadas por estas mulheres para experienciar as perspectivas religiosas que são oferecidas a elas.

O projeto é em sua essência um meio encontrado pela líder, e consequentemente pela instituição, de criar e gerenciar uma rede social entre as mulheres que se propõe a realizar as tarefas. Compreendendo o lugar posto pela sociedade para a mulher, a interação entre si e a oportunidade de compartilhar as vivências e realizações dos desafios exerce função de amenizar a solidão que estas encontram por vezes isoladas no âmbito doméstico.

Podemos pontuar também a valorização do feminino que a líder ressalta em seus textos, onde pauta a beleza e as qualidades do ser mulher, relacionando sempre a importância destas mulheres no caminho de Deus para que sejam efetivamente mulheres virtuosas.

Embora diferencie as mulheres em suas atividades, onde inclusive aponta comportamentos que julga serem errados para estas, como pode se observar no desafio de número 11, a autora do blog é enfática ao buscar que estas se libertem de sentimentos ruins, umas com as outras, e no desafio número 17 traz a importância de que as mulheres se ajudem e se considerem, fazendo um paralelo ao feminismo.

Considerações Finais

Como já pudemos pontuar, em várias oportunidades, Cristiane busca que as mulheres, a partir de suas reflexões e meditações, se encontrem e estejam em equilíbrio com suas relações interpessoais e com Deus, decorrente desta dinâmica também fica claro a intenção de autoajuda do blog, que através destas orientações, faz com que estas

mulheres primeiramente busquem a aceitação de si e em decorrência disto a sua plenitude em relação à família, trabalho e sociedade.

Considerando o distanciamento do desafio com o caráter institucional da IURD, podemos fazer também um paralelo ao seu proselitismo que é por vezes colocado em xeque, entendendo que ao atingir mulheres que ainda não sejam fiéis da denominação, tem maior facilidade de trazê-las e agregar suas famílias para a instituição.

A dicotomia estabelecida entre o tradicionalismo evangélico e a aceitação dos novos valores da sociedade se exemplifica no projeto apresentado, entendendo que embora o caráter conservador que reitere que as mulheres são e continuarão sendo responsáveis pelo cuidado doméstico e de seus próximos, apresenta a ideia de que a mulher está inserida no mercado de trabalho e a partir disso a trata como multitarefas, assim como é reconhecida na sociedade atual.

Contrapondo o que é posto à estas mulheres nas tradições patriarcais que envolvem em seus meios apenas filhos, maridos e familiares próximos, é válido considerar a importância de realizações como tal projeto para que as mulheres estejam inseridas em redes e trilhem seus caminhos percebendo que podem não estar só. A função do projeto de evangelização traz consigo a valorização feminina e o apoio que podem ter em conjunto.

Embora ainda haja o teor de submissão das mulheres em relação aos homens, pode-se encontrar nos textos do projeto, maneiras colocadas por Cristiane para que estas mulheres se imponham, contudo seu papel será sempre atrás de uma figura masculina, o que é colocado pela autora com naturalidade, sendo parte do caminho de Deus.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO FILHO, I. L. **Religião e Gênero**: o imaginário sobre o lugar da mulher na igreja neopentecostal. 87 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) - Departamento de Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2011.

BANDINI, Claudirene. Corpos, Símbolos e Poder: marcadores de desigualdades sociais no espaço religioso. **REVER - Revista de Estudos da Religião**, São Paulo, n. 2, ano 5, p.71-86, abr/jun. 2005. Disponível em: <http://www.pucsp.br/rever/rv2_2005/p_bandini.pdf>. Acesso em: 4 out. 2017.

BANDINI, C. Gênero e poder na Igreja Universal do Reino De Deus. **Horizonte - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião da PUC Minas**, Belo Horizonte, v. 13, n. 39, p. 1410-1426, jul/set., 2015. Disponível em:

<<http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/P.2175-5841.2015v13n39p1410/8636>>. Acesso em: 30 out. 2017.

BIRMAN, P. Mediação feminina e identidades pentecostais. **Cadernos Pagu**, Campinas, p.221-226, 1996. Disponível em: <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1868/1989>>. Acesso em: 02 nov. 2016.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAMPOS, Roberta Bivar Carneiro. O profeta, a palavra e a circulação do carisma pentecostal. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 54, n. 2, aug. 2012. ISSN 1678-9857. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ra/article/view/39654>>. Acesso em: 09 apr. 2018. doi:<http://dx.doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2011.39654>.

CAMPOS, Roberta Bivar Carneiro; SOUZA, Alana. Godllywood de Cristiane Cardoso: uma etnografia do “transreligioso”. **Rev. Antropol.**, São Paulo, v. 60, n. 2, p.487-512, 2017. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ra/index>>. Acesso em: 05 abr. 2018.

CORDOVIL, Daniela. Sexualidade, gênero e poder: uma análise da participação feminina em políticas públicas para afroreligiosos em Belém, Pará. **PLURA - Revista de Estudos de Religião**, [s.l.], v. 4, n. 2, p.149-163, jul/dez. 2013. Disponível em: <<http://www.abhr.org.br/plura/ojs/index.php/plura/article/view/743>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

COSTA, R.; MADEIRA, M.; SILVEIRA, C.. RELAÇÕES DE GÊNERO E PODER: tecendo caminhos para a desconstrução da subordinação feminina. **17º Encontro Nacional da Rede Feminista e Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero**, Brasil, dez. 2012. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/17redor/17redor/paper/view/56>>. Data de acesso: 03 Abr. 2017.

DURKHEIM, E. As formas elementares da vida religiosa. São Paulo: Martins Fontes, 1996. 609 p.

GONZÁLEZ GARCIA, Martina M. E. Trajetórias e passagens na vida religiosa feminina. **REVER - Revista de Estudos da Religião**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 116-135, dez. 2014. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/rever/article/view/21746/16020>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

GOUVÊA NETO, Ana Luíza. Mulheres na Assembleia de Deus: para se pensar a categoria gênero além do estruturalismo. **Numen: Revista de estudos e pesquisa da religião**, Juiz de Fora, v. 18, n. 2, p.89-106, out. 2015. Disponível em: <<https://numen.ufjf.emnuvens.com.br/numen/article/view/2919/2210>>. Acesso em: 29 nov. 2017.

LIMA, M. L. C.; MÉLLO, R. P. As Vicissitudes da Noção de Gênero: por uma concepção estética e antiessencialista. **Gênero na Amazônia**, Belém, n. 1, jan./jun., 2012.

LIMA, R. L. Diversidade, identidade de gênero e religião: algumas reflexões. **Rev. em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 28, dez. 2011.

- MACHADO, M. D. C. Representações e relações de gênero nos grupos pentecostais. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 13, n. 2, ago. 2005.
- MACHADO, M. D. C.; MARIZ, C. Pentecostalismo e a redefinição do feminino. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, 1996.
- MACHADO, Maria das Dores Campos. SOS MULHER: A IDENTIDADE FEMININA NA MÍDIA PENTECOSTAL. **Ciências Sociais e Religião**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p.167-188, set. 1999. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/CienciasSociaiseReligiao/article/view/2157>>. Acesso em: 28 nov. 2017
- MARCOS, Sylvia. Religión y Genero: Contribuciones a Su Estudio en América Latina Introducción al Volumen Religión y Género. **Estudos de Religião**, [s.l.], v. 21, n. 32, p.34-59, jun. 2007. Instituto Metodista de Ensino Superior. <http://dx.doi.org/10.15603/2176-1078/er.v21n32p34-59>. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/ER/article/view/204/214>>. Acesso em: 01 nov. 2017.
- MARIANO, R. **Neopentecostais, sociologia do novo pentecostalismo no Brasil**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- MORAES, M. L. Q. Marxismo e feminismo: afinidades e diferenças. In: **Revista Crítica Marxista**. São Paulo: Boitempo, 2000.
- MUSSKOPF, André S. Haverá “gênero” e “religião”? ou Enquanto houver burguesia não vai haver poesia. **Revista Relegens Thréskeia**, [s.l.], v. 2, n. 2, p.10-25, 19 dez. 2013. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/relegens/article/view/35566>>. Acesso em: 25 out. 2017.
- PIERUCCI, A. F. Religião como solvente: uma aula. **Novos estudos – CEBRAP**, São Paulo, n.75, jul. 2006.
- POSSAS, L. M. V. Vozes femininas na correspondência de Plínio Salgado. In: GOMES, Ângela de Castro (Org). **Escrita de si e escrita da história**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- PRANDI, R. Converter indivíduos, mudar culturas. **Tempo Social: Rev. de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 20, n. 2, nov. 2008.
- QUEIROZ, F. M. **Não se rima amor e dor**: cenas cotidianas de violência contra a mulher. Mossoró, RN: UERN, 2008.
- REIMER, Ivoni Richter; SOUZA, Carolina Bezerra de. As mulheres: modelo de seguimento no movimento de Jesus e na Igreja. **Revista de Teologia e Ciências da Religião**, Recife, v. 2, n. 1, p.207-2016, dez. 2012. Disponível em: <<http://www.unicap.br/ojs/index.php/theo/article/view/175/172>>. Acesso em: 30 set. 2017.
- ROESE, Anete. Religião e feminismo descolonial: os protagonismos e os novos agenciamentos religiosos das mulheres no século XXI. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 13, n. 39, p.1534-1558, jul/set. 2015. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/P.2175-5841.2015v13n39p1534/9950>>. Acesso em: 23 nov. 2017.

RUBIN, Gayle. "The Traffic in Women: Notes on the 'political economy' of sex." In: **R. Reiter** (ed.), *Toward an Anthropology of Women*, New York: Monthly Review Press, 1975, pp.:157-210. [Traduzido para o português e publicado por SOS Corpo e Cidadania]

SANCHIS, P. Desencanto y formas contemporaneas de lo religioso. **Ciencias Sociales y Religión**, Porto Alegre, v. 3, n. 3, out. 2001.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. **Revista Educação e Realidade**, Recife, v. 20 n. 2, p. 71-99, 1995. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>>. Acesso em: 30 set. 2017.

SOUZA, Alana Sá Leitão. O Godllywood e a 'mulher virtuosa' na IURD. **Reia-Revista de Estudos e Investigações Antropológicas**, Pernambuco, v. 42, p.24-38, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/reia>>. Acesso em: 03 abr. 2018.

SOUZA, S. D. (org.) **Gênero e Religião no Brasil: Ensaio Feministas**. São Bernardo do Campo: Editora da Umesp. 167p. 2007.

SOUZA, S. D. Revista Mandrágora: Gênero e religião nos estudos feministas. **Rev. Estud. Fem**, Florianópolis, v. 12, dez. 2004.

SOUZA, Sandra Duarte de. Trânsito religioso e reinvenções femininas do sagrado na modernidade. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 5, n. 9, p.21-29, dez. 2006. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/476/494>>. Acesso em: 11 nov. 2017.

TEIXEIRA, Jacqueline Moraes. (2014), Mídia e performances de gênero na Igreja Universal: O desafio Godllywood. **Religião & Sociedade**, nº 2: 232-256.

WEBER, M. *Sociologia das religiões*. Lisboa: Antropos, 2006. 358 p.

O CAMPO CIENTÍFICO ATUAL: ONDE SE INSEREM GÊNERO E RELIGIÃO

Alesca Prado de Oliveira
Universidade Federal de Uberlândia

Resumo: O objetivo do presente trabalho é apresentar uma revisão de escopo da literatura disponível sobre a interseção dos estudos que abordam gênero e religião. A partir da técnica de revisão de escopo, foi realizada uma seleção da produção científica publicada em periódicos avaliados pelo sistema Qualis/CAPES. Foram levantados 32 artigos que abordavam a temática, os quais foram categorizados pelo seu periódico de origem, área temática pesquisada, metodologia e autoria. A partir da leitura pudemos verificar as diferentes abordagens e técnicas metodológicas em busca de compreender as diversas relações produzidas entre as concepções de gênero e religião. As multiplicidades de temáticas encontradas apresentam a possibilidade de crescimento e aprofundamento deste campo teórico. **Palavras-chave:** Gênero; Religião; Pesquisa.

Abstract: The aim of this review is to present the literature of scope available on the intersection of the studies that address gender and religion. Using the review scope, it was carried out the selection of scientific literature published in journals evaluated by Qualis / CAPES system. A total of 32 articles were analyzed, which were categorized by their journal, thematic area researched, methodology and authorship. Through the reading we could verify the different approaches and methodological techniques in search of understanding the several relations produced between the conceptions of gender and religion. The multiple themes found, present the possibility of growing and deepening this theoretical field.

Keywords: Gender; Religion; Research.

Aspectos Introdutórios

É claro o interesse em se desvelar e compreender a divisão dos papéis entre homens e mulheres nos estudos contemporâneos (BANDINI, 2015; FREIRE, 2015). É possível encontrar pesquisas que abordem todos os âmbitos da vida feminina, seja por suas atribuições ou seu protagonismo ou não na sociedade (MACHADO, 1999; ALGRANTI, 2007; VELOZO, 2010). O movimento feminista e as pesquisas advindas proporcionaram a criação de um campo científico que busque evidenciar as relações constituídas a partir do gênero e as suas especificidades.

Aprender as estruturas de gênero vai além do debate do seu conceito, as relações estabelecidas e naturalizadas, oriundas da carga imposta a ele, perpetuam-se nas significações e normas sociais, criando espaços e dinâmicas que corroboram com a manutenção de sua identidade fixa.

Diversos estudos foram elaborados para identificar o perfil do cenário religioso e sua relação com as questões de gênero. O que se constata é que o campo de estudo que inter-relaciona as questões do gênero e religião está avançando gradativamente.

Diante do exposto, questionaremos como estão configuradas as produções científicas que tratam da interseção entre religião e gênero. Para responder a tal questão, buscaremos, nesta revisão, apresentar uma revisão de escopo da literatura disponível. Esperamos que se abram novas direções para pesquisas sobre a temática, contribuindo para o avanço desse campo de estudos.

Percursos Metodológicos e Caracterização Quantitativa dos Dados

Para fins deste trabalho, realizamos uma seleção de periódicos que trabalhassem a temática abordada e apresentassem a palavra "religião" em seu título, buscando-os através de seus conceitos chave na Plataforma Sucupira, que é o sistema que classifica produções científicas dos programas de pós-graduação por meio da avaliação Qualis-Periódicos. Foram selecionados os periódicos que atendiam os quesitos de seleção e apresentavam a avaliação qualis A1, B1 e B2, que são os primeiros níveis de avaliação da plataforma.

Em um segundo momento, a partir do levantamento realizado, efetuamos a busca de artigos publicados que expusessem a temática de gênero e mulheres, correlacionando com perspectivas de religião, percebidas em suas palavras-chave, resumo, títulos e em seu conteúdo como um todo. Foram então selecionados 11 periódicos e neste ensejo 32 artigos, na perspectiva de identificar as principais temáticas abordadas, as opções metodológicas e desvelar as tendências, carências e sentidos futuros das pesquisas.

Cabe aqui ressaltar que a estruturação da busca foi feita a partir de um recorte temporal, compreendendo a primeira edição online de cada periódico até a última publicação, no mês de outubro do ano de 2017. O quadro a seguir apresenta de maneira discriminada os títulos dos periódicos selecionados e suas respectivas instituições.

Quadro 1 - Periódicos Selecionados

PERIÓDICOS	INSTITUIÇÃO	ANO DA PRIMEIRA EDIÇÃO ONLINE
Ciências da Religião	Universidade Presbiteriana Mackenzie	2003
Ciencias Sociales y Religión - Ciências Sociais e Religião	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	1999
Estudos de Religião	Universidade Metodista de São Paulo	2007
Horizonte - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	1997
Numen - Revista de Estudos e Pesquisa da Religião	Universidade Federal de Juiz de Fora	1998
Paralellus - Revista de Estudos de Religião	Universidade Católica de Pernambuco	2010
Plura - Revista de Estudos de Religião	Associação Brasileira de História das Religiões	2010
Relegens Thréskeia	Universidade Federal do Paraná	2012
Religião & Sociedade	Instituto de Estudos da Religião	2007
Rever - Revista de Estudos da Religião	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	2001
Revista de Teologia e Ciências da Religião	Universidade Católica de Pernambuco	2011

Fonte: Okuneira, A. P. (2018)

Tabela 1 - Distribuição das Publicações Sobre Gênero e Religião

PERIÓDICOS	TOTAL DE ARTIGOS	%
Ciências da Religião	1	3.1
Ciencias Sociales y Religión - Ciências Sociais e Religião	5	15.6
Estudos de Religião	4	12.5
Horizonte - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião	4	12.5
Numen - Revista de Estudos e Pesquisa da Religião	1	3.1
Paralellus - Revista de Estudos de Religião	4	12.5
Plura - Revista de Estudos de Religião	2	6.2
Relegens Thréskeia	3	9.3
Religião & Sociedade	3	9.3
Rever - Revista de Estudos da Religião	4	12.5
Revista de Teologia e Ciências da Religião	1	3.1
TOTAL	32	100

Fonte: Oliveira, A. P. (2018)

A tabela 1 explicita que o periódico Ciências Sociais e Religião, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul foi ponderadamente o periódico que mais publicou artigos envolvendo a relação entre gênero e religião. No que se refere a publicação por ano destes artigos, como ilustra a tabela 2, o ano de 2015 teve o maior número de publicações de artigos com a temática.

Tabela 2 - Distribuição das Publicações Por Ano

ANO	TOTAL DE ARTIGOS	%
1999	1	3.1
2002	1	3.1
2003	1	3.1
2005	1	3.1
2006	1	3.1
2007	2	6.2
2008	1	3.1
2010	3	9.3
2011	2	6.2
2012	2	6.2
2013	4	12.5
2014	4	12.5
2015	6	18.7
2016	2	6.2
2017	2	6.2
TOTAL	32	100

Fonte: Oliveira, A. P. (2018)

Tabela 3 - Distribuição das Publicações Por Autoria Por Sexo

AUTORIA	TOTAL DE ARTIGOS	%
MASCULINA	5	15.6
FEMININA	27	84.3
TOTAL	32	100

Fonte: Oliveira, A. P. (2018)

Fato que cabe destaque por nós é a autoria dos artigos que buscassem evidenciar as perspectivas de gênero e religião, pudemos perceber que a grande maioria das publicações foram escritas por mulheres, o que foi também apresentado na tabela 3, o que pode ser compreendido pelo avanço das pesquisas fomentadas pelo feminismo e pela preocupação destas mulheres em descobrir as dinâmicas que se passam no seio da religião e a construção do gênero a partir dessa relação.

A tabela 4 apresenta o interesse maior dos pesquisadores voltado as dinâmicas das instituições pentecostais. A abordagem quanto as religiões de matriz africanas e outras religiões alheias as tradicionais ocidentais apresentou número ínfimo. A grande maioria dos artigos publicados trata as religiões de maneira abstrata e traz perspectivas como a teologia e as interpretações como pautas centrais.

Tabela 4 - Distribuição dos Artigos de Acordo com a Religião Pesquisada

RELIGIÃO	TOTAL DE ARTIGOS
Evangélica Pentecostal	11
Católica	6
Outras	1
Religiões/Teologia	13
TOTAL	31

Fonte: Oliveira, A. P. (2018)

De acordo com o exposto, observa-se que a produção científica no campo de estudos sobre religião e gênero se detém a abordagem qualitativa, tendo a pesquisa bibliográfica como método mais utilizado entre os pesquisadores, que utilizaram, além disso, a pesquisa documental, entrevistas, etnografia e observação para a construção dos textos.

Dimensão Qualitativa dos Dados

O desenvolvimento do campo de estudo acerca da relação gênero e religião tem resultado em diferentes pesquisas que trabalham metodologias específicas e alternativas no tratamento dos interesses das investigações. A revisão bibliográfica, neste sentido, por permitir a inserção do pesquisador no que já fora desenvolvido sobre o assunto, é amplamente utilizada por diversos autores (ALENCAR; FAJARDO, 2016; BANDINI, 2005; BUTTELLI, 2008; CANDIOTTO, 2010; GONZÁLEZ GARCIA, 2014; GOUVÊA NETO, 2016; MARCOS, 2007; MUSSKOPF, 2013; NATIVIDADE, 2017; REIMER; SOUZA, 2012; ROESE, 2015; SOUZA, 2007; SOUZA, 2015; VELOZO, 2010), fornecendo subsídio para que muitos outros possam dimensionar o estado atual das pesquisas científicas com este tema.

Através de uma leitura cronológica pudemos apreender as trilhas seguidas pelos autores e pelos periódicos no cerne das pesquisas, as quais sistematizaremos brevemente a seguir.

Machado (1999) e Machado e Figueiredo (2002) aparecem nos primeiros artigos publicados sobre a temática de gênero e identidade feminina em relação a religião, nos periódicos selecionados. As autoras, usaram do pioneirismo nas pesquisas com essa temática para percorrer os caminhos das instituições pentecostais, de maneira a esclarecerem a imagem feminina nas mídias pentecostais e em segunda obra, a inserção das mulheres religiosas no campo político do Rio de Janeiro.

Foi ressaltado, ainda, por Machado (1999) que a participação de mulheres nas mídias pentecostais, eram resultado de um debate preestabelecido, de autoria masculina e que se fundamentava na manutenção da família e do lar. A figura feminina era utilizada como uma maneira de manter o diálogo entre os programas e as telespectadoras, enfatizando sempre o papel da mulher relacionado ao acolhimento e aconselhamento. Os temas tidos como femininos, que eram encabeçados por mulheres que faziam parte da redação e do planejamento desses programas, relacionavam-se a problemas domésticos e as relações religiosas, colocando de maneira superficial a possível inserção destas no mercado de trabalho.

Na pesquisa, denominada: "As Evangélicas nas Disputas Eleitorais da Cidade do Rio de Janeiro, Machado e Figueiredo apresentam a disputa das mulheres evangélicas nas eleições da cidade. As autoras descrevem a maneira ambígua de como se desenrolam as relações de gênero, compreendendo que ora afastam as mulheres de cargos de liderança nas instituições religiosas e ora as estimulam a reforçarem sua individuação.

Ribeiro (2003) trabalhou as questões de gênero nas comunidades eclesiais de base (CEBs), que são comunidades cristãs onde grupos de pessoas, ligadas a igreja católica, reúnem-se a partir de suas localidades, para desenvolver atividades como leitura bíblica e caridade aos pobres. Ribeiro (2003) já destacara em seu estudo que a forma como a igreja alocou as mulheres nas suas atividades reafirma seu papel doméstico, entretanto, segundo a autora abriu caminhos para a articulação de movimentos que pautem o cotidiano destas mulheres, permitindo que nessa condição, elas passem a questionar suas posições. Seguindo a cronologia dos estudos com esta abordagem, encontramos o texto de Bandini (2005), que no artigo em questão, analisou o espaço religioso como formador social que molda os cotidianos de seus fiéis inclusive

pela regulação das necessidades dos corpos. Em sua pesquisa, apontou a violência masculina estabelecida desde o Brasil colônia, onde a Igreja, o Estado e o patriarcado estabeleciam padrões de virtuosidade a serem seguidos. A Igreja e o Estado utilizavam-se de mecanismos legais de coação e sanção para que seus princípios fossem estabelecidos de forma eficaz, nesta dinâmica a sociedade produzia os estigmas.

Ao abordar o trânsito religioso, Souza (2007), traz, em seu artigo que através da secularização a religião perdeu seu lugar de matriz e passou a dividir sua significação com outras instâncias, como a mídia e a ciência. Ponto de destaque colocado pela autora é que, embora a base religiosa seja, em sua maioria, compreendida por mulheres, a falta de participação destas nos cargos de prestígio as façam transitar mais pelo cenário religioso, por não terem um "compromisso" com as instituições, tal fato pode não ser a força motivadora, entretanto, pode funcionar como viabilizador, uma vez que estas não se consideram representantes das denominações. As mulheres, de acordo com a pesquisa realizada por Souza (2007), buscam na religião a solução para problemas domésticos, filhos e maridos são majoritariamente as justificativas apresentadas por elas; outra justificativa destaque é a da solidão, entendendo que pelo contexto patriarcal o espaço feminino ainda é o privado.

No contexto dos estudos que abordaram gênero e religião, encontramos o artigo de Marcos (2007), a autora mexicana traz o primeiro texto em língua estrangeira que aborda a temática dentre os periódicos selecionados. Marcos (2007), neste sentido, apontou caminhos para os estudos que façam uma interseção entre religião e gênero, através da hermenêutica a autora elenca as possibilidades de compreensão das religiões através dos gêneros e o entendimento dos gêneros pelas religiões.

Neste sentido, encontramos datado do mesmo ano de publicação, outro artigo de autoria internacional. Algranti (2007), em seu estudo abordou as posições das mulheres na narrativa pentecostal, ressaltando o crescimento vertiginoso deste ramo em todo o mundo elencou a adaptabilidade do discurso às necessidades dos sujeitos. O artigo foi publicado pelo periódico Ciências Sociais e Religião e dentre as pesquisas selecionadas foi o primeiro de autoria masculina a tratar a temática de gênero.

Do ano seguinte o artigo "Ritos e igualdade de gênero: uma análise da potencialidade de construção de (des)igualdade de gênero nos ritos", também de autoria masculina, pontua sobre a sociedade patriarcal e as formas de violência as quais as mulheres estão submetidas. Buttelli (2008) discorre, neste sentido, sobre a violência simbólica no espaço dos ritos. A violência decorreria da posição destes elementos e

deriva da estrutura de superioridade masculina. O autor ressaltou aqui que os ritos são instrumentos que contribuem na perpetuação de uma ordem simbólica que se configura acima deles, um posicionamento androcêntrico que apresente caráter negativo tanto para as mulheres quanto para os homens que não correspondem ao padrão estabelecido pela cultura patriarcal.

Candiotto (2010) buscou tratar da teologia da criação a partir das relações de gênero. No artigo, a autora aborda as teologias feministas e sua contribuição nos discursos que abordam as relações de gênero, ressaltando que nestas teorias se desconstrói a naturalidade feminina ou masculina, entendendo que são construções sociais resultantes de processos históricos.

No bojo das igrejas pentecostais surgem as igrejas inclusivas, Weiss de Jesus (2010) trata deste fenômeno que são igrejas que compatibilizam sexualidades não heterossexuais. Em sua discussão, a autora destaca a ausência da reflexão sobre a participação de lésbicas nestas igrejas, embora a presença de *drag queen* e travestis seja constante. O que pode ser analisado como uma postura de invisibilização para com as mulheres, prática já naturalizada pela estrutura patriarcal e encontrada em outros cenários religiosos (CANDIOTTO, 2010).

A pesquisa de Velozo (2010) denominada por: "A mulher fazendo teologia" trata sobre a necessidade de libertarem-se, homem e mulher, dos quadros propostos pela sociedade, para que sejam refeitas as bases teológicas. Em consonância com outros estudos (CANDIOTTO, 2010), o texto resalta a importância de uma reconstrução interpretativa e a partir daí o campo teológico e religioso se abrirá para a igualdade de gênero de fato.

O mesmo periódico, no ano seguinte, traz a pesquisa de Fonseca (2013), que discute sobre a constituição do pecado sobre o sexo feminino, através das instituições do Estado, Igreja, Família e Medicina e seus discursos que moldavam o assunto de acordo com seus interesses. A discussão que segue no mesmo sentido de Bandini (2005), resalta ainda a aliança entre a igreja e as demais instituições que tinha como produto o maior domínio do papel social da mulher.

No que tange ao catolicismo, Busin (2011) trata a religiosidade como uma característica da população, religiosidade entendida dentro do trânsito religioso existente, que é marcado pelo aumento dos evangélicos e adeptos de outras religiões. A autora abordou a visão católica especificamente relacionada ao gênero pela primeira vez no periódico e tratou sobre a sexualidade, a posição de que o sexo deve apenas ser

tolerado para fins de procriação. Aliado a isso, a autora traz a significação dada ao casamento e as instruções fornecidas pela igreja para o sexo mesmo após a instituição.

Busin (2011), embora trate do catolicismo historicamente como religião majoritária no Brasil, salienta o trânsito religioso, onde os indivíduos buscam as religiões que abranjam os seus próprios valores, tendo a ver com o *ethos* privado, ressaltando ainda que por mais que a escolha seja individual, é inegável que a família e as localidades não sejam também determinantes.

Ao finalizar o artigo, Busin (2011) apresenta o trânsito religioso de homossexuais, seja por não se encaixarem nas igrejas hegemônicas e seus dogmas, ou pelas opções dadas a população de novos cultos e igrejas. Cabe aqui ressaltar que a autora também reafirma os modelos cristãos como perpetuadores das desigualdades de gênero.

A ascensão do pentecostalismo, foi tratada por Mafra (2012) que apontou a inversão no crescimento das religiões e a maior aceitação do pentecostalismo pelas populações. Mesmo com todas as possibilidades do cristianismo, a autora ressalta a batalha espiritual como quesito central para a explicação deste fato. Mafra (2012), endossa sobre gênero e reitera que toda identidade é envolvida por oscilação e movimento, entretanto, pontua que nas diversas versões de gênero o que se trabalha são as formas de controle, o que dita e distingue o processo na construção destes gêneros.

Em se tratando das narrativas bíblicas e o movimento de Jesus, considerado de maneira mais ampla, Reimer e Souza (2012) fazem uma retrospectiva dos primeiros séculos de civilização, seus sistemas patriarcais e androcêntricos e as formas de resistência encontradas neste contexto. Dissociando-se da discussão arraigada nas religiões, o artigo trata do movimento de Jesus de uma maneira itinerante, onde muitas mulheres com suas famílias ou não, o seguiam, pontuando que nas interpretações que trazem a história de mulheres independentes de homens, as colocam nos serviços domésticos e subordinados.

Inserindo-se na lista de autorias internacionais que abordaram gênero e religião em seus textos, encontramos López (2013), a autora colombiana teve seu artigo publicado pelo periódico Estudos de Religião e fez uma análise sobre a parcialidade da teologia e a abordagem do gênero. Neste sentido, explicita os desafios contemporâneos e do ecofeminismo. Ressaltando os perigos do fanatismo religioso, a autora destaca que a nova consciência ecológica traz a necessidade de se superar a lógica cristã antropocêntrica da modernidade.

Em uma abordagem de gênero mais aberta e correlacionada com outros aspectos sociais, encontramos o texto de Musskopf (2013). Ao abordar a tratativa das questões que precisam ser repensadas na sociedade, o autor pondera o gênero e ressalta que a religião também deve estar inserida. Alertara que a religião existe e é influência nas relações humanas, incluindo as de gênero, e se apoia em Gebara (2008) para embasar que as religiões gerenciam as atividades humanas e dessa maneira, passam a controlá-las.

Ponto comum entre os textos que tratam das maneiras de dominação para com as mulheres é a violência, tratada por outros autores aqui selecionados (BANDINI, 2005; BUTTELLI, 2008) volta a ser discutida por Lopes (2013) que traz a luz a questão de gênero nos modos de vida de homens e mulheres de acordo com os modelos de Deus e as ideologias de dominação. Para tanto, a autora pontua os casos de violência para com a parcela da população que não se encontra nos padrões tradicionais.

Lopes (2013) destaca que a estruturação da dominação está intimamente ligada com o discurso de um Deus imaginado que foge das experiências cotidianas e que exclui os leigos e principalmente as mulheres de suas estruturas, por não se assemelharem, as colocando no lugar mais baixo da pirâmide de dominação.

Publicado também no ano de 2013, agora com abordagem voltada para as religiões afro-brasileiras, Cordovil (2013) aborda pesquisas realizadas em terreiros de religiões africanas e pontua os papéis desempenhados por homens e mulheres nestes. A importância dos papéis femininos e as representações que se tem nestas religiões é trazida pela autora, além de citar o papel dos homens homossexuais nos cultos. Através de trabalho de campo, Cordovil (2013) encontrou no campo afrorreligioso do Pará, a atuação subordinada das lideranças femininas em relação as lideranças masculinas. Onde muitas vezes as mulheres assumem postos de comando, estas seguem diretrizes impostas por sacerdotes homens. De modo a confirmar sua pesquisa, a autora constata que mesmo com a atuação de lideranças femininas nos terreiros estudados, estes se representam por falas públicas masculina. Muito embora as mulheres e mães de santo dos terreiros pesquisados tenham noção da importância feminina nos cultos, a falta do debate acerca do gênero e uma leitura crítica feminista, faz com que estas não percebam as assimetrias vividas.

Inserido no grupo dos textos que abordaram religiões pentecostais e gênero, temos publicado, no ano de 2014, o artigo de Teixeira (2014) que trata das influências da mídia nos comportamentos e na composição dos gêneros. Buscando relacionar os

padrões que forjam os gêneros, Teixeira (2014) apresenta o projeto Godlywood, desenvolvido por Cristiane Cardoso, filha do fundador da IURD, o objetivo do projeto é de "resgatar a essência feminina colocada por Deus em casa mulher" (TEIXEIRA, 2014, p. 237). No caso do desafio Godlywood as mulheres são incitadas a cumprirem desafios semanais na execução de tarefas domésticas e nas relações familiares, esse desafio finda com a semana e a execução é publicada através das redes sociais.

Também publicado no ano de 2014, pelo periódico *Relegens Thréskeia*, encontramos o texto de Costa (2014), onde a autora discorre sobre o programa Show de Fé, que é considerado o carro chefe das mídias da igreja, o programa conta com pregações, testemunhos e uma parte é destinada a leitura de cartas com pedidos de bênçãos e aconselhamentos. A autora neste sentido ressalta que quase 95% das cartas recebidas são enviadas por mulheres, seus pedidos giram em torno dos filhos, família, saúde, casamento e vida financeira, é notável uma disparidade quanto ao número de cartas enviadas por homens, o que nitidamente é trabalhado pelo programa para passar de maneira despercebida.

A autora traz a premissa de que seguindo as estruturas bíblicas, onde o homem não tem o poder se desfazer a união feita por Deus, a igreja funciona para essas mulheres como um calmante, negligenciando situações de violência, abandono e adultério. Casos outros foram discutidos em seu texto, nos quais mulheres que buscaram por sua independência passam por problemas conjugais e familiares e são sempre instruídas a priorizarem suas famílias e se responsabilizarem por estas e por seus casamentos.

Incluído nos estudos que abordam o catolicismo temos o texto de González Garcia (2014) que tratou da maneira de como se desenvolveu a vida religiosa das mulheres católicas. Percorrendo os principais eventos e mudanças ocorridas no seio católico a autora pôde destacar as mudanças nas funções exercidas pelas mulheres, como quando houve a paroquização das igrejas e mulheres que desenvolviam funções voltadas a caridade e movimentos sociais, nas comunidades de base, começaram a perder espaço.

Com essa exclusão, surge nessas mulheres a consciência de gênero e a influência do pensamento feminista faz com que começassem a refletir sua posição de subordinação, embora tenham lutado na construção de uma nova maneira de ser Igreja. Teixeira (2014) explica essa situação colocando as estruturas milenares que fazem a igreja e colocam mulheres sempre abaixo na estrutura hierárquica.

Ainda no que se refere as estruturas católicas, também publicado pela Revista de Estudos da Religião no ano de 2014, selecionamos o texto de Fernandes (2014) que trata das novas estruturas de comunidades religiosas e a relação com o gênero e as representações femininas. A autora cita o caso da Fraternidade da Toca de Assis, uma comunidade católica iniciada em meados de 1990 e que tem sua fundação no cuidado com os pobres e na adoração eucarística. Contrapondo a tendência nacional de sacerdócio, a Toca de Assis apresenta hoje um maior número de mulheres atraídas pela denominação que homens.

No que tange a vida na Toca de Assis e seus institutos não existem empregados, homens e mulheres desenvolvem as tarefas domésticas e de cuidado de maneira igualitária, as mulheres desenvolvem atividades sem a reflexão pautada na questão do gênero, como retratado pela autora, desenvolvem uma complementaridade de funções, não compreendendo restrições.

No bojo das diversas perspectivas de abordagem feministas nos textos que relacionam gênero e religião temos o artigo de Roese (2015) que introduz seu texto enfatizando que a pesquisa de como as mulheres se relacionam com a religião deve partir para além das estruturas postas e formais, sendo necessário que se investigue o cotidiano religioso destas mulheres. Levantando a suspeita de que as novas formas alternativas de cura e meditação que estejam intimamente relacionadas com as mulheres a autora apresenta o contraponto de domínio das tradições religiosas e medicinais do ocidente, que estão sob o "domínio branco e masculino" (ROESE, 2015, p. 1542).

O que foi notado por Roese (2015) e caracterizado pela autora como infidelidade religiosa, se trata das rupturas e seus processos que são encontradas no seio do campo religioso brasileiro. A autora traz o exemplo das mulheres que negadas de seguir no sacerdócio, criam suas próprias igrejas, exemplificando o caráter dinâmico destas igrejas, onde nem todas as mulheres abandonam total ou parcialmente suas igrejas de origem, compreendendo o sincretismo e a criatividade, utilizados por estas mulheres. Além das novas formas de organização religiosa destas mulheres, tem-se também a discordância dos dogmas estabelecidos, a adesão da ideologia patriarcal e capitalista, e o sincretismo adotado nas novas perspectivas religiosas.

Salientando a necessidade de uma revisão das questões epistemológicas para o desenvolvimento das investigações sobre gênero e religião, Bandini (2015) tem seu segundo artigo selecionado para o presente estudo. A autora demonstra a necessidade de superação das investigações que se baseiam na dicotomia das relações entre gênero e

religião que ressaltem a vitimização feminina ou busquem através da perpetuação de estereótipos a "heroicização das mulheres". A Igreja Universal do Reino de Deus, pesquisada pela autora, com seu caráter conservador, utiliza das passagens bíblicas para manter sua estrutura de submissão das mulheres aos seus maridos.

Ainda no ano de 2015, Souza trata a participação das mulheres e sua relação com a religião e atuação política no período da ditadura militar no Brasil, a autora reitera a proximidade do movimento feminista, os movimentos de esquerda e a igreja na luta contra o regime autoritário instalado no Brasil, justificando os debates sem expressão sobre temas inseridos nos direitos sexuais, como o aborto, uma vez que a igreja possuía normas e orientações rígidas a esse respeito.

Além de adentrar o cenário católico no período do regime militar, Souza (2015) finaliza seu texto sinalizando que as experiências vividas por mulheres foram ofuscadas na história, o que nada mais é que uma tática de manutenção do patriarcado por meio da invisibilização da representação dessas mulheres.

Claudirene de Paula Bandini, dentre os autores dos artigos selecionados, possui maior quantidade de publicações, em seu artigo "Relações de gênero na assembleia de Deus: Uma análise de trajetória feminina" a autora perpassa pela história da missionária assembleiana Frida Gunar, que desenvolvia diversas atividades pela instituição em seus primeiros anos no norte brasileiro, a missionária precisou enfrentar o incômodo da comunidade para desenvolver o que lhe era designado, porém, no decorrer do tempo sua participação foi silenciada pela cultura patriarcalista, ficando sua história de edificação da AD ofuscada e por vezes esquecida.

A autora conclui que para se compreender a participação feminina nos espaços religiosos é necessário um olhar atento aos espaços disponibilizados para elas, é a diferenciação dos espaços que constroem a participação dessas mulheres na religião e na sociedade.

Freire (2015), enfatiza em seu estudo a importância da epistemologia feminista, entendendo que mulheres, feministas ou não, na construção científica, buscam respostas para novas perguntas, perguntas essas que incidem em seus cotidianos e histórias, e que não eram contempladas pelo recortes propostos. Adentrando no estudo do fenômeno religioso aponta as marcas patriarcais deixadas pelo conhecimento científico vigente, o conceituando como androcêntrico.

Souza (2015), relata em seu artigo o expressivo número de mulheres que buscam as respostas para seus problemas nas igrejas de denominação pentecostal. Por meio de

um relato de vida de uma mulher pentecostal a autora desvela o caráter da procura na igreja, como numa tendência buscava sobre casamento, nas demandas apresentadas pela protagonista do estudo, esta também busca por solução de problemas que envolvem seus filhos, característica comum das mulheres que se convertem ao pentecostalismo, que é a busca da cura espiritual nas igrejas.

No ano seguinte, Alencar e Fajardo (2016), através de seu texto, buscaram questionar a igualdade ideal do pentecostalismo, sendo esta por raça, classe e gênero, entretanto, desde a análise do mito fundador e através de passagens bíblicas, os autores obtiveram diversos exemplos onde as mulheres eram invisibilizadas e retiradas da história.

A busca pelo entendimento de como são representadas as mulheres contou com o texto de Gouvêa Neto (2016) que tratou a partir das análises de revistas amplamente difundidas no meio da igreja Assembleia de Deus uma perspectiva de abordagem de representação das mulheres assembleianas, ressaltando que no ideal assembleiano, a mulher ocupa uma posição de adjutora.

A autora enfatiza o esforço das revistas em transformar as identidades das diversas mulheres em uma identidade fixa, forjada, relacionando as características femininas ao cuidado doméstico, estético e a maternidade, muito embora tenha encontrado algumas partes onde estas revistas tratam da mulher contemporânea que esta vinculada a vida pública, ao trabalho, ao lar e a igreja, neste sentido mostra a maneira a qual as revistas começam a se adequar as transformações sociais do gênero feminino, sendo inserido agora nos espaços considerados masculinos.

O texto mais recente encontrado na busca foi o de Natividade (2017) foi o único artigo que correlacionou os temas em 2017 até a data final de coleta dos artigos, que ocorreu no final do mês de setembro de 2017. O autor traça em seu artigo a construção e desconstrução das visões dicotômicas de gênero que são materializadas nas igrejas inclusivas, aborda as diferenças nos modelos culturais das igrejas inclusivas, as linguagens, códigos e práticas nesse campo em ascensão. Nestas denominações, como procurou explicar o autor, a concepção de gênero é mais flexível, a despeito do que é posto nas convenções doutrinárias.

No decorrer de seu texto Natividade (2017) aponta que a maior parte dos membros dessa denominação inclusiva eram homens. É citado ainda pelo autor que nestas instituições é encontrado menor assimetria entre os gêneros, visto que os atores se encontram livres e reinventam suas identidades de acordo com suas práticas.

Considerações finais

O presente trabalho buscou, através de revisão bibliométrica, elucidar o esforço de diversos autores na tratativa da relação entre gênero e religião. Os textos aqui analisados buscam, de diferentes maneiras, contribuir para uma melhor compreensão desta relação, gerando fundamentos para apreender o estado atual da discussão no campo científico e fornecer precedentes para futuras investigações.

Quanto a multiplicidade de temas levantados nas pesquisas, muitos dos temas não foram amplamente explorados, seja por volume dos textos ou a profundidade da abordagem. As investigações têm ocorrido de maneira incipiente e partidas de iniciativas isoladas, neste sentido esperamos que o presente estudo possa fomentar a realização de mais pesquisas que envolvam gênero e religião e que forneçam meios de compreensão sobre sua atual e multifacetada relação.

Não tivemos aqui a intenção de esgotar a literatura existente que aborde gênero e religião. Concluímos então que a aplicação dos pesquisadores na área que põe em foco não só aspectos gerais relacionados a religião, mas dialoga com a temática de gênero, possibilita a formação e o crescimento de um campo teórico que propicia a compreensão dos aspectos particulares e gerais existentes nessa relação.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, G. F.; FAJARDO, M. P. Pentecostalismos: uma superação da discriminação racial, de classe e de gênero? **Estudos de Religião**, [S.l.], v. 30, n. 2, p. 95-112, ago., 2016. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/ER/article/view/6847>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

ALGRANTI, Joaquín M. Tres posiciones de la mujer cristiana: estudio sobre las relaciones de género en la narrativa maestra del pentecostalismo. **Ciências Sociais e Religião**, Porto Alegre, v. 9, n. 9, p. 165-193, set., 2007. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/CienciasSociaiseReligiao/article/view/2516/1159>>. Acesso em: 01 out. 2017.

BANDINI, C. Corpos, símbolos e poder: marcadores de desigualdades sociais no espaço religioso. **REVER - Revista de Estudos da Religião**, São Paulo, ano 5, n. 2, p.71-86, abr/jun., 2005. Disponível em: <http://www.pucsp.br/rever/rv2_2005/p_bandini.pdf>. Acesso em: 4 out. 2017.

BANDINI, C. Gênero e poder na Igreja Universal do Reino De Deus. **Horizonte - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião da PUC Minas**, Belo Horizonte, v. 13, n. 39, p. 1410-1426, jul/set., 2015. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/P.2175-5841.2015v13n39p1410/8636>>. Acesso em: 30 out. 2017.

BANDINI, C. Relações de gênero na Assembleia de Deus: uma análise de trajetória feminina. **Ciências da Religião - História e Sociedade**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 109-133, jul/dez., 2015. Disponível em: <<http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cr/article/view/6982/6118>>. Acesso em: 15 set. 2017.

BUSIN, V. M. Religião, sexualidades e gênero. **REVER - Revista de Estudos da Religião**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 105-124, jun., 2011. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/rever/article/view/6032/4378>>. Acesso em: 29 set. 2017.

BUTTELLI, F. G. K. Ritos e igualdade de gênero: uma análise da potencialidade de construção de (des)igualdade de gênero nos ritos. **Horizonte - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião da PUC Minas**, Belo Horizonte, v. 6, n. 12, p.127-143, jun., 2008. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/443/440>>. Acesso em: 03 nov. 2017.

CANDIOTTO, J.F. S. A teologia da criação na perspectiva das relações de gênero. **Estudos de Religião**, São Paulo, v. 24, n. 39, p. 214-234, dez., 2010. <http://dx.doi.org/10.15603/2176-1078/er.v24n39p214-234>. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/ER/article/view/2246>>. Acesso em: 30 out. 2017.

CORDOVIL, D. Sexualidade, gênero e poder: uma análise da participação feminina em políticas públicas para afroreligiosos em Belém, Pará. **PLURA - Revista de Estudos de Religião**, [S.l.], v. 4, n. 2, p. 149-163, jul/dez., 2013. Disponível em: <<http://www.abhr.org.br/plura/ojs/index.php/plura/article/view/743>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

COSTA, P. G. A representação do feminino na mídia pentecostal: uma análise de discurso do quadro abrindo o coração. **Revista Relegens Thréskeia**, [S.l.], v. 3, n. 1, p.55-79, set., 2014. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/relegens/article/view/37697/23084>>. Acesso em: 05 nov. 2017.

FERNANDES, S. R. A. Novas comunidades religiosas e o feminino: mudanças em curso e retraditionalização. **REVER - Revista de Estudos da Religião**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 136-161, dez., 2014. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/rever/article/view/21747>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

FONSECA, M. E. M. Religião, mulher, sexo e sexualidade: que discurso é esse? **Paralellus**, Recife, v. 2, n. 4, p. 213-226, jan., 2013. Disponível em: <<http://www.unicap.br/ojs/index.php/paralellus/article/view/199/193>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

FREIRE, Ana Ester Pádua. Epistemologia feminista: contribuições para o estudo do fenômeno religioso. **Paralellus**, Recife, v. 6, n. 13, p. 377-390, fev., 2016. Disponível em: <<http://www.unicap.br/ojs/index.php/paralellus/article/view/647>>. Acesso em: 20 set. 2017.

GONZÁLEZ GARCIA, M. M. E. Trajetórias e passagens na vida religiosa feminina. **REVER - Revista de Estudos da Religião**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 116-135, dez., 2014. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/rever/article/view/21746/16020>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

GOUVÊA NETO, Ana Luíza. Mulheres na Assembleia de Deus: para se pensar a categoria gênero além do estruturalismo. **Numen: Revista de estudos e pesquisa da religião**, Juiz de Fora, v. 18, n. 2, p. 89-106, out., 2015. Disponível em: <<https://numen.ufjf.emnuvens.com.br/numen/article/view/2919/2210>>. Acesso em: 29 nov. 2017.

JESUS, F. W. A cruz e o arco-Íris: refletindo sobre gênero e sexualidade a partir de uma Igreja Inclusiva no Brasil. **Ciências Sociais e Religião**, Porto Alegre, v. 12, n. 12, p. 131-146, out., 2010. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/CienciasSociaiseReligiao/article/view/12731/9921>>. Acesso em: 05 out. 2017.

LOPES, M. Gênero e discurso religioso. **Revista Relegens Thréskeia**, [S.l.], v. 2, n. 2, p. 60-70, dez., 2013. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/relegens/article/view/35569>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

LÓPEZ, M. M. Teología, espiritualidad y reivindicaciones de género: hacia la recuperación de la dimensión antropológica de la espiritualidad. **Estudos de Religião**, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 68-86, 30 jun., 2013. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/ER/article/view/3966>>. Acesso em: 01 out. 2017.

MACHADO, M. D. C. SOS mulher: a identidade feminina na mídia pentecostal. **Ciências Sociais y Religión**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 167-188, 1999. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/CienciasSociaiseReligiao/article/view/2157/846>>. Acesso em: 02 nov. 2016.

MACHADO, M. D. C; FIGUEIREDO, F. M. Gênero, religião e política: as evangélicas nas disputas eleitorais da cidade do Rio de Janeiro. **Ciências Sociais e Religião**, Porto Alegre, v. 4, n. 4, p. 125-148, out. 2002. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/CienciasSociaiseReligiao/article/view/2249/954>>. Acesso em: 26 nov. 2017.

MAFRA, C. O percurso de vida que faz o gênero: reflexões antropológicas a partir de etnografias desenvolvidas com pentecostais no Brasil e em Moçambique. **Religião & Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 2, p.124-148, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rs/v32n2/07.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2017.

MARCOS, S. Religión y Genero: contribuciones a su estudio en América Latina introducción al volumen religión y género. **Estudos de Religião**, [S.l.], v. 21, n. 32, p. 34-59, jun. 2007. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/ER/article/view/204/214>>. Acesso em: 01 nov. 2017.

MUSSKOPF, A. S. Haverá gênero e religião? ou Enquanto houver burguesia não vai haver poesia. **Revista Relegens Thréskeia**, [S.l.], v. 2, n. 2, p.10-25, 19 dez., 2013.

Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/relegens/article/view/35566>>. Acesso em: 25 out. 2017.

NATIVIDADE, M. T. Cantar e dançar para Jesus: sexualidade, gênero e religião nas igrejas inclusivas pentecostais. **Religião & Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 1, p. 15-33, jan., 2017. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-85872017000100015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 nov. 2017.

REIMER, I. R.; SOUZA, C. B. As mulheres: modelo de seguimento no movimento de Jesus e na Igreja. **Revista de Teologia e Ciências da Religião**, Recife, v. 2, n. 1, p. 207-216, dez., 2012. Disponível em:

<<http://www.unicap.br/ojs/index.php/theo/article/view/175/172>>. Acesso em: 30 set. 2017.

RIBEIRO, L. Nos meandros da caminhada: a questão de gênero nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). **Ciências Sociais e Religião**, Porto Alegre, v. 5, n. 5, p. 225-242, out. 2003. Disponível em:

<<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/CienciasSociaisReligiao/article/view/2261/966>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

ROESE, A. Religião e feminismo descolonial: os protagonismos e os novos agenciamentos religiosos das mulheres no século XXI. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 13, n. 39, p.1534-1558, jul/set., 2015. Disponível em:

<<http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/P.2175-5841.2015v13n39p1534/9950>>. Acesso em: 23 nov. 2017.

SOUZA, C. B. Mulheres, religião e mudança social: uma aproximação ao tema no ambiente da ditadura militar no Brasil. **PLURA - Revista de Estudos de Religião**, [S.l.], p. 22-40, jan/jun., 2015. Disponível em:

<http://www.abhr.org.br/plura/ojs/index.php/plura/article/viewFile/1035/pdf_124>. Acesso em: 30 set. 2017.

SOUZA, S. D. (Org.) **Gênero e religião no Brasil**: ensaios feministas. São Bernardo do Campo: Ed. da Umesp, 2007.

SOUZA, S. R. M. Experiências de mulher: técnicas de si no Pentecostalismo.

Paralellus, Recife, v. 6, n. 12, p. 159-174, ago., 2015. Disponível em:

<<http://www.unicap.br/ojs/index.php/paralellus/article/view/570>>. Acesso em: 5 nov. 2017.

TEIXEIRA, J. M. Mídia e performances de gênero na Igreja Universal: o desafio Godllywood. **Religião & Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 2, p. 232-256, dez., 2014.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rs/v34n2/0100-8587-rs-34-02-0232.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2017.

VELOZO, M. F. S. A mulher fazendo teologia. **Paralellus**, Recife, v. 1, n. 1, p.115-132, jun. 2010. Disponível em:

<<http://www.unicap.br/ojs/index.php/paralellus/article/view/123/91>>. Acesso em: 15 out. 2017.

SEGREGAÇÃO RELIGIOSA: HERANÇA DA PRODUÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO URBANO

Alesca Prado de Oliveira

Universidade Federal de Uberlândia – Faculdade de Ciências Integradas do Pontal

Arnaldo Ferreira Araújo Filho

Universidade Federal de Uberlândia – Faculdade de Ciências Integradas do Pontal

341

Resumo: O presente artigo traz uma discussão acerca da dinâmica urbana que tem se disseminado de maneira ampla nos grandes centros urbanos e chegado as médias e pequenas cidades. Utilizando das perspectivas de surgimento das cidades, buscamos incorporar a discussão de segregação socioespacial a inferência que fazem as religiões, analisando em conjunto com a produção capitalista do espaço urbano. Utilizando como objetivo análise da religião através do viés da segregação socioespacial, pensando na produção capitalista do espaço urbano. Por meio de revisão bibliográfica adentramos no ensejo do que é posto no âmbito da gênese do urbano e dos processos de segregação existentes e pudemos concluir que embora a segregação ocorra por diversos aspectos, tendo os fatores econômicos como protagonistas, a pluralidade de costumes e culturas também pode influenciar na dinâmica vivida na *urbe*.

Palavras-chave: Espaço urbano; Segregação; Cidades.

Abstract: This paper a discussion about the urban dynamics that has spread widely in large urban centers and arrived as medium and small cities. Using the perspectives of city growth, we seek to incorporate a discussion of socio-spatial segregation as inferences that make as religions, analyzing together with a capitalist of urban space. Using as objective to analyze the religion through the bias of the socio-spatial segregation, doing a capitalist research of the urban space. By means of the bibliographical revision we enter into the opportunity of segregation of the genesis of urban and the processes of segregation existences and we could and the segregation happens by courate, having the factors like protagonists, a plurality of customs and also can influence in the speed lived in the city. **Keywords:** Urban Space; Segregation; Towns.

Introdução

Analisando a historicidade no processo de desenvolvimento das cidades, tendo em vista que os eventos passados (re)constroem o presente e por consequência afetam a produção do urbano, entende-se que a história é constantemente reescrita. Não temos pretensão aqui de encontrar a via legítima de se pensar a cidade, entendemos a partir disso que é percorrendo as possíveis vertentes de compreensão da produção do urbano que as pesquisas conseguirão suprir a necessidade constante de conhecimento.

Partindo do pressuposto contrário do que se é explicado para o surgimento das cidades, compreende-se que estas têm seu surgimento explicado essencialmente pelos

aspectos políticos e sociais, econômicos e culturais, contrapondo a ideia que têm sua emergência apenas como lócus de produção e por força do mercado.

Partindo então da ideia de cidade como construção social, produto histórico, resultante do acúmulo de uma série de gerações, a partir da relação da sociedade com a natureza, a cidade se revela em constante movimento cumulativo, integrando em si resultados de ações passadas e possibilidades futuras aderidas a vida cotidiana, entendendo a vida cotidiana como as atividades que são realizadas no dia-a-dia que dão suporte à vida. As sociedades ao se produzirem produzem também os espaços.

Compreendemos que ao analisarmos a produção do espaço, essa dinâmica tem acoplada em si a sociedade, que desenvolve suas relações neste território, é na produção de seu cotidiano que as sociedades produzem o espaço, é a materialização dos processos e relações que possibilitam que a produção do espaço seja vista, analisada e percebida (CARLOS, 2004).

O objetivo do presente estudo é analisar a religião através do viés da segregação socioespacial, pensando na produção do espaço urbano. Contando com a metodologia básica de pesquisa bibliográfica em autores que tratam do assunto, segregação socioespacial e religião, esta pesquisa segundo Boccato (2006) diz que esta busca a resolução de um problema, onde é utilizado como embasamento os referenciais teóricos publicados, como artigos, monografias, dissertações e teses, contribuindo assim para análise do empírico.

Portanto, construiremos neste estudo, através de uma abordagem histórica da produção do espaço urbano, caminhos que contribuam para a reflexão sobre a segregação espacial das religiões, tratando dos fatores que levam o estabelecimento destas em suas localidades, o desenvolvimento do campo religioso e a dinâmica das forças propulsoras do desenvolvimento do espaço urbano.

Desenvolvimento

A análise da organização espacial urbana traz consigo as reflexões do que a constitui, os problemas sociais, econômicos, políticos e ambientais são expostas e colocadas como fortes influências. As investigações que levam os autores a complexidade das formas urbanas revelam as forças intrínsecas que corroboraram para o surgimento das cidades atuais. A produção espacial pode ser entendida como construção histórica, entendendo a cidade hodierna como resultado de processos e relações que produziram suas transformações (SPOSITO, 2000).

A geografia permite que compreendamos a cidade em sua dimensão espacial, materialmente real, e é nesta dimensão que se revelam os conteúdos e as relações que lhe dão forma. A multiplicidade de possibilidades de se compreender a cidade aponta diversos caminhos para as investigações acerca do que é o urbano (CARLOS, 2004).

A cidade é a materialidade que corresponde as funções administrativas, de comando, do consumo, do comércio, das atividades industriais, visto que essa separação pode e deve ser superada em função do crescimento das forças produtivas e as novas relação de produção (SOBARZO, 2006).

Neste sentido, Sobarzo (2006) diz que o urbano aparece e se manifesta no curso da dispersão da cidade, permitindo reconsiderar e compreender determinados aspectos dela, aspectos que por muito tempo passaram despercebidos.

A sociedade urbana é concebida como produto da explosão das suas formas, que herdaram transformações. O desafio encontrado é sobre conseguir planificar essas descontinuidades e continuidades dessa relação. A sociedade já percorreu por várias denominações, passando por industrial, técnica, de consumo, de lazeres e etc. Para Lefebvre (2008) o termo urbano sintetiza todos os processos. Tendo em vista que o urbano segundo Bagli (2006) é o tempo em constante e intenso movimento, a concretude em plena transformação, a expressão aparente do multifacetado modo de produção capitalista.

No contexto da produção, as relações, padrões de comportamento e valores fixados na sociedade, são características práticas do espaço produzido. Nesta direção, Carlos (2004) reitera que a cidade pode ser compreendida tanto como produto social, quanto meio condicionante das relações que produzem a vida humana. De acordo com sua teoria, a autora ainda se apoia em Lefebvre, é através dos cotidianos que os conjuntos de relações se fazem e moldam os indivíduos.

Bagli (2006) ressalta a importância de se pensar também nas pessoas, tanto as que são atraídas pelo urbano, quanto as que são subjugadas à sua lógica. O urbano, embora tenha seu poder de concentração de pessoas, não oferece oportunidades a todos. Destarte, múltiplas são as formas de luta pela sobrevivência e (re)inserção social construídas, por meio de atividades marginais, camelos, catadores, flanelinhas, são exemplos dessa marginalização. Marginalidade que instiga ao retorno de origem, via luta pela terra. Luta que se espacializa e se concretiza como forma de reinserção social daqueles que se encontram alheios ao processo produtivo.

O urbano aparece e se manifesta no curso da dispersão da cidade, permitindo reconsiderar e compreender determinados aspectos dela, aspectos que por muito tempo passaram por despercebidos (centralidade, o espaço como ponto de reunião, a monumentalidade) (SOBARZO, 2006).

O espaço, nesta concepção, adere a si novos sentidos, advindos das apropriações dos seres humanos na sua produção de vida. Cabe ressaltar aqui o apontamento de Soja (2008) que traz que o desenvolvimento das sociedades humanas só foi possível através do desenvolvimento das cidades, como condição e meio do desenvolvimento dessas.

Que o sagrado é fator de interferência das paisagens é fato, entretanto pode ser força eminente na produção do espaço, neste sentido, Rosendahl (1996) reitera que as construções são moldadas desde o ideológico social, suas formas de organização, princípios, valores e crenças prevalecem em todos os períodos de tempo.

A evolução da sociedade está intrinsecamente relacionada com a ideia religiosa. Mumford (1991) já apontara que os santuários ocupavam o lugar central desde as aldeias da Mesopotâmia. Podemos ainda citar Rosendahl (2008, p.69) que neste sentido afirma “no curso natural da gênese e evolução das cidades, o papel da religião foi essencial”.

Embora as culturas fossem politeístas, foi o surgimento das cidades que possibilitou que as tribos vivessem com respeito às crenças divergentes. Essa união trouxe também a concepção de uma divindade superior, que então protegia a todos do grupo, neste sentido religião e sociedade continuaram associadamente se desenvolvendo. Para tanto Coulanges (1996, p. 23) pontua que a “família, pátria, tribo, cidade são instituições perfeitamente análogas e nascidas umas das outras”.

Retomando a discussão acerca do surgimento do que é denominado urbano, Paul Singer (2002) aponta que na divisão entre o campo e a cidade, ficam as divisões interurbanas como características do que é o urbano, principalmente a divisão do trabalho, estabelecendo-se a cargo das cidades os serviços materiais e imateriais, estando a religião contida neste bojo e os grupos religiosos nas divisões tímidas das classes sociais.

A divisão do trabalho entre campo e cidade não deve ser associada a visão do desaparecimento do campo e das atividades agrícolas e da urbanização. A superação está diretamente ligada as relações de produção, neste sentido, percebe-se que o campo não se perde na cidade, nem a cidade absorve o campo. Então, o urbano e o rural

permanecem como conteúdos sociais diferenciados, como a urbanidade e ruralidade (SOBARZO, 2006).

As origens e o desenvolvimento dos modos de produção derivam e incidem sobre as cidades e sobre o urbano, tido que as relações de produção, divisão de classes, patriarcado e dominação só foram expressas nas regiões urbanas (SOJA, 2008). No contexto dos pontos marcantes da organização social e da urbanização, a escrita foi importante ferramenta de controle da vida humana, uma vez que permitia o registro dos avanços tecnológicos, dos fatos históricos e assegurava a manutenção do poder vigente, que se configurava pela elite, além de ser utilizada para o registro das leis e dos dogmas religiosos, que exercem desde então forte dominação social no âmago das cidades (SPOSITO, 2000).

Desde o regime feudal a igreja garante a sustentação dos interesses das classes dominantes, o modo de produção imposto serve de exemplo claro, uma vez que a igreja fundamenta sua imposição e se embasa pelos mandamentos de Deus, o que se faz de acordo com o que é feito em contrapartida para a instituição.

Ao passo que as mudanças sociais ocorrem, concomitantemente, o ideológico vai sendo imposto apoiando o que se tem interesse, assim foi para a transição para o capitalismo. Um bom exemplo da mudança na posição da igreja em relação aos ideais dominantes é a condenação da usura, que afirmada fortemente como pecado no feudalismo, passa a ocorrer no capitalismo, com a existência dos banqueiros, embora ainda considerada pecado, realiza-se dissolvendo a ideia imposta pela igreja de que as terras seriam dádiva de Deus. Singer (2002) ainda pontua que a cidade é via de regra a sede do poder da classe dominante.

Quando se trata da origem das cidades, têm-se duas vertentes de explicação, uma delas valoriza a religião com o seu papel ativo no desenvolvimento urbano, enquanto a outra atribui aos fatores, econômicos e técnicos como suporte desta evolução. Ambas as vertentes que pensam sobre a gênese e o desenvolvimento das cidades reconhecem que os santuários ocuparam o lugar central nos núcleos de povoamento.

As duas vertentes teóricas sabem que o religioso esteve presente, com efeito de que nas primeiras civilizações as cidades eram governadas por reis e sacerdotes. A consolidação do poder sacerdotal apresenta consigo a sua centralização nas atividades econômicas, o monopólio espiritual passa a se tornar econômico quando o clero passa a coordenar e distribuir os excedentes (ROSENDAHL, 1999).

Rosendahl (1996) aponta que na análise das formas espaciais é possível reconhecer as centralidades e segregações que são produzidas através da valorização imposta pelo sagrado. No que tange ao espaço sagrado é possível então perceber um ponto fixo e seu entorno. Sobre a influência das religiões sobre os espaços, Portuguez (2015) salienta ainda que quando são religiões majoritárias estas criam estratégias de apropriação que são realizadas pelas suas imposições ideológicas e políticas ou pelo seu poder econômico. Já no caso das religiões minoritárias, a opressão vem por parte dos setores dominantes da sociedade, perdendo seus espaços e sofrendo perseguições.

O processo de urbanização capitalista é de certa forma, agressiva, até mesmo violenta, como dito por Sampaio (2015). Isso pode ser percebido através das segregações existentes nos espaços urbanos atuais, quando pensada a questão religiosa temos a concepção de que, as religiões que não são elitistas podem estar concentradas em localidades opostas ao centro, local este que majoritariamente se constrói por pessoas de classe média/alta.

As religiões como fenômenos espaciais passam a refletir as relações humanas, em meio aos seus ritos, práticas e conflitos. Tudo se projeta no espaço. Ainda neste sentido Portuguez (2015) pontua que o sagrado nesta dinâmica passa a atribuir sacralidade aos setores da cidade, assim como atribui o sentido profano a outros, sendo assim um fato da contemporaneidade.

A modernidade traz consigo o ritmo acelerado das mudanças e o abandono das tradicionais ordens sociais (GIDDENS, 1991). A sociedade hodierna surge em constante constituição, significando que as realidades concretas podem vir a ser tendências de realização.

Cada vez mais a cidade é lugar de atuação dos agentes de produção do espaço. Uma vez humanizados, esses espaços refletirão na sua arquitetura e na sua organização o padrão de desenvolvimento da complexidade das relações sociais. Este padrão ocorre por meio da segregação socioespacial, também denominada de segregação residencial da sociedade, principalmente por meio da diferenciação econômica.

O conceito de segregação inicialmente foi cunhado pela Escola de Chicago, onde era definido como um procedimento ecológico sendo resultado da disputa impessoal que criariam espaços de poder dos diferentes grupos sociais, equivalente ao fato ocorrendo no mundo vegetal (CORRÊA, 1995).

A segregação socioespacial diz respeito à separação espacial em diferentes áreas do território urbano, estando diretamente ligada aos aspectos econômicos, sociais,

culturais, dentre outros que motivam a intensificação do processo segregativo. A segregação não é simplesmente e somente um fator de divisão de classes no espaço urbano, mas também um instrumento de controle desse espaço.

De acordo com Flávio Villaça (1998, p. 142), a segregação é definida como "um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões ou conjuntos de bairros da metrópole".

Morar num bairro periférico de baixa renda, hoje, significa muito mais do que apenas estar segregado, significa ter oportunidades desiguais em nível social, econômico, educacional e cultural. Infere-se, portanto, que residir nessas localidades alimenta o ciclo vicioso da pobreza, da miséria, da violência, aliada à falta de um Estado capaz de suprir todas as necessidades dessa população.

Manuel Castells (1983) analisa o processo de segregação socioespacial como reflexo da distribuição espacial das diversas classes sociais, de acordo com o nível social dos indivíduos, sendo que esta tem determinações políticas, econômicas e ideológicas.

É a camada de mais alta renda que, ao consumir e valorizar de forma diferenciada o espaço urbano, produz a segregação socioespacial. É preciso ressaltar que é a existência da segregação socioespacial que permite à classe dominante continuar a dominar o espaço produzido, segundo seus interesses. Somente a separação das classes sociais no espaço pode agir como um instrumento de poder para a classe alta.

Segundo Marcuse (2004), ao longo da história constitui-se um padrão de segregação das classes sociais, dividindo-as de três maneiras: 1. Divisão Cultural – seria a divisão pela linguagem, por religiões, etnicidades, características de arquitetura, por país ou por nação; 2. Divisão Funcional – resultado fundante da economia, produto que se dá na divisão de bairros setorializados, como comerciais e industriais; e ainda a divisão por função, que seria a 3. Divisão por Diferença no Status Hierárquico – que se liga fundamentalmente as relações de poder estabelecidas na cidade. reflete e reproduz as relações de poder na cidade. O autor ainda exemplifica, considerando os enclaves e a distribuição de serviços públicos.

A complexidade da divisão do trabalho no mundo moderno, dividiu as cidades, hierarquizando-as, haviam as cidades centrais, cidades portuárias, industriais, industriais, religiosas, entre outras.

Embora a laicização do estado brasileiro tenha ocorrido por meio de decreto, em 1890, as igrejas majoritárias nesta data já se apresentavam desenvolvidas e estabelecidas

em suas localidades, o que explica o desenvolvimento das cidades nas imediações das matrizes e catedrais católicas. Em consonância com Almeida (2011) os equipamentos católicos acompanharam a expansão da mancha urbana. Nas palavras do autor:

"Vemos que os equipamentos católicos e os sacerdotes – a instituição estrito senso – estão pouco presentes na periferia. Nessa localidade, o trabalho religioso é realizado, sobretudo, em torno das comunidades ligadas às paróquias. Mas, mesmo assim, a Igreja Católica chega com dificuldade à periferia"

Em se tratando da dinâmica de segregação socioespacial religiosa, de acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE) do ano de 2000, os adeptos do Espiritismo Kardecista apresentavam melhor condição econômica e se distanciavam das periferias das cidades, habitando principalmente as partes centrais dos centros urbanos, sua presença nas áreas periféricas muitas vezes representavam suas ações de caridade. O autor reitera:

"Eles possuem alta renda, alta escolaridade, práticas culturais intensas (como consumir cinema, literatura, música, entre outras práticas culturais) e estão longe da periferia. Se olharmos a partir do domicílio, veremos que são os religiosos que mais habitam as partes centrais do espaço metropolitano".

A população declaradamente católica neste sentido apresentava uma dinâmica semelhante à dos Kardecistas, situando-se no centro e nas partes mais ricas das cidades restando quantidade de fiéis pequena nas periferias, relacionada ao percentual total.

Ainda sobre a pouca presença católica na periferia, Almeida (2011) aponta que essas localidades têm aderido de maneira progressiva aos modelos de associação pentecostal e seu fluxo de fiéis. Em uma comunicação realizada pelo autor ele ressalta o modelo radial concêntrico da distribuição socioeconômica dos pentecostais, que apresentavam pequena quantidade no centro e maior quantidade na periferia.

Movimentação religiosa que foi bastante debatida entre autores da sociologia e da religião (PIERUCCI, 1996; MARIANO, 1999) foi exatamente essa concentração de pentecostais nas periferias, o que pôde ser explicado por diversos motivos, como o incentivo pentecostal aos laços religiosos entre os irmãos de fé, tornando seus espaços como sociais para que a população siga em ajuda mútua.

As relações criadas a partir do vínculo religioso já foram conceituadas por Castel (1995) onde o autor reafirma maneiras de se pensar a pobreza a partir da integração social, inserindo aqui a dinâmica adotada pela denominação pentecostal para agregar o maior número de fiéis, encontrando terreno fértil nas periferias, onde mesmo com os processos de globalização os vínculos e relações humanas se dão de maneira mais forte.

Ressalto aqui que os vínculos criados entre fiéis pentecostais são mais intensos e estimulados na última onda do movimento, denominada de neopentecostalismo (MARIANO, 1999), que através de suas diversas instituições pregam, baseado na informalidade, um vínculo comunitário, diferentemente das congregações pentecostais clássicas como a Assembleia de Deus, que segue os modelos tradicionais e não estimula tal aproximação entre seus adeptos.

Entendemos que a religião e a cidade possuem e compõem relações ambíguas. Visto ainda que de certo modo as dinâmicas religiosas atuam no sentido de ligar determinados grupos a periferia da cidade, em outras, estas são forças motoras para a particularização de grupos, sendo estes religiosos e não religiosos, refletindo aqui as formas de intolerância, preconceito e incentivando os processos de fragmentação e segregação.

Conclusão

A partir do exposto, pudemos compreender que embora as relações atuais se deem muito mais por fatores econômicos que culturais, sendo o capital a força de distribuição dessas relações, a segregação não se finaliza simplesmente como um fator na divisão de classes, mas também como um instrumento que permite o controle desses espaços, e que mediante aspectos étnicos, raciais e culturais fomentam o processo de fragmentação do tecido urbano e segregação.

Apreendendo a força do capital no estabelecimento das relações é compreensível também que as classes divididas a partir do aspecto econômico agreguem em si a carga cultural das localidades, o que toca diretamente o aspecto religioso, o que pode ser visualizado na influência das igrejas majoritárias nos centros históricos das grandes e pequenas cidades.

Embora as religiões funcionem como meios de ligação entre as pessoas, o que ocorre por vezes é o fechamento destas em relação a outras, onde a partir de territórios criados determinam as maneiras de como estabelecer ou não diálogos e fomentar a intolerância. Exemplo das formas de segregação religiosa, criada pelas instituições, são os crescentes casos de intolerância noticiados pela grande mídia. No que se refere aos casos das denominações pentecostais esses casos são cada vez mais expostos, visto que estas igrejas têm em seu cerne a pregação da guerra contra o diabo (MARIANO, 1999). Neste cenário podemos destacar os casos de terreiros que são invadidos e as religiões e religiosidades que são desrespeitadas.

A intolerância religiosa é resultado do desenvolvimento da sociedade brasileira. Em meio a crise habitacional e as diversas formas de segregação, cabe ao Estado realizar medidas que promovam a interação e o respeito mútuo entre religiosidades, além de fornecer meios para que a população segregada não esteja a mercê do que lhes é estabelecido historicamente.

No que se confere a dinâmica apresentada, aliado aos processos de globalização, segregação e fragmentação, o espaço urbano serve de meio para que todas as relações se deem, além de funcionar como força motora e produto, se desenvolvendo por e para as relações e se moldando de acordo com os anseios e especificidades das populações.

REFERENCIAS

ALMEIDA, R. **Religião e desigualdade urbana**. Rio de Janeiro: Interseções, 2011.

BAGLI, Priscila. Rural e Urbano: harmonia e conflito na cadência da contradição. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (Org.). **Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. Cap. 5. p. 81-109.

BAGLI, Priscila. Rural e Urbano: harmonia e conflito na cadência da contradição. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (Org.). **Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. Cap. 5. p. 81-109.

BOCCATO, V. R. C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.

CARLOS, A. F. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2004.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1995.

CASTELLS, M. **A Questão Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CEOULANGES, F. **A Cidade Antiga. Estudo sobre o culto, o direito e as instituições da Grécia e de Roma**. Lisboa: Clássica Editora, ed. 11a, 1988. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/cidadeantiga.pdf>> Acessado em 18 nov. 2017.

CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. 3 Ed. São Paulo: Ática, 1995. Disponível em:<<http://reverbe.net/cidades/wp-content/uploads/2011/08/Oespaco-urbano.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

DRUCKER, P.F. **Post-Capitalist society**. New York: Harper Business, 1993

- GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.
- GUILLAUME, P. **Géographies de l'exclusion**. Johannesburg: IFAS; Paris: Karthala, 2001.
- LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.
- MARCUSE, P. **Enclaves, sim; guetos, não: a segregação e o estado**. In: Espaço e Debates. São Paulo: NERU. v. 24, n. 45, jan./jul. 2004, pp. 24-33.
- MARIANO, R. **Neopentecostais, sociologia do novo pentecostalismo no Brasil**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- MUMFORD, Lewis. **A cidade na história - suas origens, transformações e perspectivas**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- PIERUCCI, A. F.; PRANDI, J. R. **A realidade social das religiões no Brasil: Religião, sociedade e política**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- PORTUGUEZ, A. P. **Espaço e cultura na religiosidade afro-brasileira**. Ituiutaba: Bravalento, 2015.
- ROSENDAHL, Z. **Espaço e religião: uma abordagem geográfica**. Rio de Janeiro: UERJ, NEPEC, 1996.
- ROSENDAHL, Z. **Hierópolis: o sagrado e o urbano**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.
- ROSENDAHL, Z. O sagrado e o urbano: Gênese e função das cidades. **Espaço e Cultura**, UERJ, RJ, Edição Comemorativa, p67-79, 1993-2008. Disponível em:<www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/viewFile/6135/4419> Acessado em: 21 nov. 2017.
- SINGER, P. À Guisa de introdução: urbanização e classes sociais. In: SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2002. Cap. 1. p. 7-27.
- SOBARZO, Oscar. O urbano e o rural em Henri Lefebvre. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (Org.). **Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. Cap. 3. p. 53-64.
- SOJA, E. **Postmetrópolis: estudios críticos sobre las ciudades y las regiones**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2008.
- SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e Urbanização**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2000.
- VILLAÇA, F. **Espaço Intra-Urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

O ESTADO DA ARTE SOBRE A FESTA DA *VIRGEN DEL CARMEN* DE PAUCARTAMBO (PERU) - MAPEANDO TEMAS, OBJETOS E CAMPOS CIENTÍFICOS

Danilo de Santana Cardoso
Universidade Federal da Bahia

Resumo: Integra uma pesquisa de mestrado em estágio inicial com objetivo geral de conhecer mais a fundo uma das mais expressivas realizações festivas-culturais da América Latina a Festa da *Virgen del Carmen* de Paucartambo (Peru). O desafio de se mapear e discutir uma temática pressupõe a busca de um compilado de produções acadêmicas e científicas em diferentes campos de conhecimento, esse tipo de pesquisa que ficou conhecida no meio acadêmico como “estado da arte” ou “mapeamento do campo científico” integra a primeira etapa deste estudo. Através do mapeamento bibliográfico busca-se identificar os temas, aspectos e dimensões já pesquisadas e/ou privilegiadas no interior da literatura sobre o assunto, assim como, seus locais de produção e sua distribuição temporal. Essa reflexão acaba corroborando com a (re)elaboração dos objetivos, adoção de uma perspectiva teórica, estratégia metodológico contribuindo, por consequência, com o desenvolvimento científico e a inovação no interior desse campo. **Palavras-chave:** Estado da Arte; Mapeamento; Festa da *Virgen del Carmen*; Desenvolvimento Científico.

Resumen: Integra una investigación de maestría en etapa inicial con objetivo general de conocer más a fondo una de las más expresivas realizaciones festivas-culturales de América Latina la Fiesta de la *Virgen del Carmen* de Paucartambo (Perú). El desafío de mapear y discutir una temática presupone la búsqueda de un compilado de producciones académicas y científicas en diferentes campos de conocimiento, ese tipo de investigación que se conoció en el medio académico como "estado del arte" o "mapeo del campo científico" integra la primera etapa de este estudio. A través del mapeamiento bibliográfico se busca identificar los temas, aspectos y dimensiones ya investigadas y / o privilegiadas en el interior de la literatura sobre el tema, así como, sus locales de producción y su distribución temporal. Esta reflexión termina corroborando con la (re) elaboración de los objetivos, adopción de una perspectiva teórica, estrategia metodológica contribuyendo, por consiguiente, con el desarrollo científico y la innovación en el interior de ese campo. **Palabras-clave:** Estado del Arte; Mapeo; Fiesta de la *Virgen del Carmen*; Desarrollo Científico.

Introdução

Mapear e discutir uma determinada temática pressupõe a busca de um conjunto de produções acadêmicas e científicas em diferentes campos, e esse foi um dos meus primeiros desafios: identificar os temas, os aspectos e as dimensões já privilegiadas, assim como seus locais de produção e sua distribuição temporal. Esse tipo de pesquisa, que passou a ser conhecida no meio acadêmico como “mapeamento do campo científico” ou “o estado da arte sobre o assunto” foi a forma que encontrei para (re)elaborar os objetivos do meu projeto de pesquisa, adotar uma perspectiva teórica querente, seguir uma estratégia metodológica que contribua de forma inovadora com o desenvolvimento científico no interior deste campo.

Definido o tema, que versa sobre a Festa da *Virgen del Carmen* de Paucartambo (Peru), busquei repositórios de universidades, institutos, bibliotecas, associações nacionais\internacionais e outros órgãos para ter um maior contato com outras produções relacionadas. Percebi a existência de dois momentos distintos. O primeiro causado pela maior interação com a produção por meio da quantificação e identificação de dados bibliográficos, que suprimem os objetivos específicos de mapear as produções pelas suas áreas de origens, locais, instituições, ano publicação e seus tipos. O segundo gerado pelo desenvolvimento natural da pesquisa, no qual ela acaba ganhando outros contornos.

Alguns aspectos passaram a ser mais considerados que outros, é hora de delimitar o *corpus* para escrever a história de determinada produção. Mas é preciso deixar logo claro, que os resultados encontrados e suas formas de apresentação são apenas uma das possibilidades de leitura dessas produções; e esse é o grande triunfo que a ciência nos permitir a criação de outras histórias. Assim, esse trabalho assume o caráter independente, como um produto de uma tensão entre a forma original dos trabalhos e as minhas análises.

As Categorias De Análises

Para conhecer e mensurar as perspectivas e enfoques sob os quais se vem erguendo, no Brasil e para além dele, o conhecimento em volta da Festa da *Virgen del Carmen* de Paucartambo (Peru), esse estudo seguiu as seguintes etapas:

- a) Identificação de apostilas, artigos, dissertações, livros sobre a festa da *virgen del carmen* produzidos por diversas causalidades e por diferentes programas de pós-graduação das áreas supramencionadas;
- b) Obtenção das apostilas, artigos, dissertações, livros;
- c) Resumo de cada apostilas, artigos, dissertações, livros;
- d) Categorização a partir das seguintes categorias: área, país, instituição, ano, forma;
- e) Inclusão dos dados obtidos em um banco de dados;
- f) Cruzamento dos dados, criação de gráficos e tabelas;
- g) Análise quantitativa e qualitativa dos dados obtidos, em uma perspectiva sincrônica e diacrônica;

Cada texto obtido foi resumido e passou a ser caracterizado segundo as categorias supramencionadas. Essas categorias foram constituídas a partir da análise e

convergências desses textos; a classificação, em cada categoria, embora pareça ser exaustiva, busca detalhar a predominância ora de uma perspectiva, ora sob outro tipo de abordagem, referencial teórico e área de produção. Ademais, busca-se criar relações entre as distintas categorias, fazendo cruzamentos que permitem a formação de um panorama quantitativo e qualitativo. O Google *Sheets* foi o programa utilizado para realização dos cruzamentos, permitindo o registro dos dados, análises quantitativas e a geração de gráficos e tabelas.

Os Textos Analisados

Foram analisadas apostilas, artigos, dissertações, teses e livros por se compreender que constituem um misto entre produções científicas e acadêmicas já estáveis e em processo de construção. A partir disso, excluímos outras formas de comunicações, como alguns relatórios de instituições que apenas citam a festa. Embora se queira dar a festa um sentido que vá além da definição comum, a pesquisa ateu-se a posicionar a festa em um contexto mais ambiente, como um fenômeno sociocultural produzido pela população paucartambina.

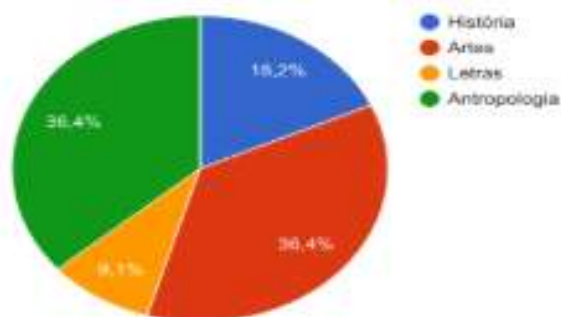
Definiu-se a Antropologia e a História como áreas primazes dos trabalhos sobre a festa da *Mamacha del Carmen*¹. Por meio da análise das referências bibliográficas identifiquei outras produções relacionada, sobretudo, em revistas científicas das áreas de Artes e Letras. Para chegar até estas, utilizei a ferramenta Google Acadêmico que acabou me auxiliando a localizar uma variedade de produções em outros repositórios como o da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Centro Regional para la Salvaguardia del Patrimonio Cultural Inmaterial de América Latina (CRESPICAL), Instituto Iberoamericano del Patrimonio Natural y Cultural (IPANC), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade de Jaén (UJA), Universidade de Brasília (UNB), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Université Rennes II, Universidade de São Paulo (USP) e alguns bancos de memória de algumas pós-graduações.

Quanto à periodização a pesquisa se ateu ao período dos anos 2000 a 2016. Em termos quantitativos, foram localizados 7 artigos, 2 livros, 1 apostila e 1 dissertação que

¹ Forma pela qual a Festa da Virgen del Carmen também é chamada pelos habitantes de Paucartambo.

apresentam a festa da *Virgen del Carmen* ou como temática central ou transversal, e tendo a seguinte distribuição por áreas do conhecimento:

Figura 1 - Gráfico 1 : Áreas de origens de trabalhos acadêmicos e científicos sobre a festa da *Virgen del Carmen* - 2000 - 2016



Fonte: Elaborada pelo autor.

O Gráfico 1 evidencia que a produção sobre a festa da *Virgen del Carmen* de Paucartambo (Peru) está restrita a quatro áreas do conhecimento: Antropologia, Artes, História, Letras. Antropologia e Artes apresentam o mesmo quantitativo de produções (36,4%), foram localizados na área antropológica três artigos das instituições UNICAMP, USP e Université Rennes 2 e uma apostila produzida pela UNB; na área das Artes identifiquei três artigos das instituições UFBA, UFMG, UNICAMP e uma dissertação da UFF; na área de História foram arrolados dois artigos sendo um do IPANC e outro USP (18,2%); já na área de Letras foi encontrado apenas um artigo na UJA (9,1%). Se analisadas as produções por instituição\entidade e por país, verifica-se uma alta produção relacionada a festa em nosso país e em instituições do sudeste brasileiro.

Figura 2 - Tabela 1 : Trabalhos acadêmicos sobre a festa da *Virgen del Carmen* por País e Repositórios

PAÍS	INSTITUIÇÃO	ANO	TOTAL
Brasil	Universidade de São Paulo – USP	2001 \ 2016	2
Brasil	Universidade Federal da Bahia – UFBA	2016	1
Brasil	Universidade Federal Fluminense – UFF	2014	1
Brasil	Universidade de Brasília – UNB	2016	1
Brasil	Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP	2016	2
Brasil	Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG	2011	1
Equador	Instituto Iberoamericano del Patrimonio Natural y Cultural – IPANC	2006	1
Espanha	Universidade de Jaén – UJA	2015	1
França	Université Rennes II	2015	1
TOTAL			11

Fonte: Elaborada pelo autor.

A Tabela 1 evidencia que a concentração da produção ocorre no período de 2009-2016 (80,0%) em relação ao período 2000-2008 (20,0%). Dos 15 repositórios visitados apenas os 10 citados apresentaram resultados relacionados.

Perspectiva Diacrônica

Ao analisarmos a produção sobre a festa da *Virgen del Carmen* de Paucartambo (Peru) em uma perspectiva diacrônica, podemos comprovar a crescente produção de literatura sobre o assunto. Em decorrência da criação de programas de pós-graduação², que alinham novos interesses de pesquisas e áreas pouco exploradas.

Analisando os dados do Gráfico 1, confirma-se que a produção acadêmica sobre a festa está predominantemente sendo feita por áreas das humanidades. Com um olhar mais apurado podemos fazer uma comparação do Gráfico 1, referente às áreas produtoras, com os dados da Tabela 2, referente às áreas de maiores concentrações de produções e as formas dos trabalhos. Observa-se que as áreas de Antropologia e Artes acumulam uma multiplicidade de trabalhos e formas de apresentações, isso se deve por serem campos com intensa produção acadêmica que pautam as festas populares para além do sentido comum, como um fenômeno sociocultural com múltiplos aspectos a serem estudados.

Figura 3 - Tabela 2 : Trabalhos de Antropologia e Artes que versam sobre a temática da festa da *Virgen del Carmen*, por formas, em instituições\entidades brasileiras e estrangeiras.

Formas	Antropologia	Artes
Apostilas	1	-
Artigos	3	3
Dissertações	-	1
Total	4	4

Fonte: Elaborada pelo autor.

Abordagens e Discussões

A obra *História do novo Mundo*, de Bernand (2001), tenta desvelar a história do ambiente hostil da colonização espanhola. A descoberta desse novo mundo demarca a difusão da ocidentalização. Por meio de relatos dos espanhóis e da literatura histórica temos a chance de nos defrontar com as primeiras percepções dessa terra desconhecida

² Pesquisa sobre evolução do ensino da pós-graduação senso estrito no Brasil, ela pode ser acessada em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v20n1/1414-4077-aval-20-01-00163.pdf>>.

a ser desbravada. A localidade de Paucartambo aparece na história *Perene, a Montanha de Sal*, onde destaca-se o seu papel, desde os primórdios, de convergência de tribos que “tinham vindo de longe, pelos rios e pelos riachos, a essa terra dos *amueshas* para buscar pedras de sal” (BERNAND; GRUZINSKI, 2001, p. 33), e acabam criando um centro de trocas que favorece os primeiros contatos interétnicos. Esses contatos são marcas históricas presentes no imaginário social e em sua principal festa cívica.

Construindo uma cartografia da memória peruana Miranda e Aragón (2006), em *Fiestas populares tradicionales del Perú*, fazem um registro do patrimônio cultural intangível desse país. Com suas descrições que nos transportam para um espaço sociocultural distinto somos convidados a (re)construção de uma memória coletiva. Esse movimento destaca os laços interculturais, que se solidificaram com o passar dos anos. Assim, as festas e celebrações aparecem enquanto cenários favorecedores deste movimento, que para as autoras:

No sólo sea un hermoso momento que interrumpe el tiempo productivo, sino que se la valore como una puesta en escena de lo social, una realidad viva cargada de híbridos y transculturalidad, capaz inclusive de transformar o renovar la cohesión social y apoyar los deseos y desafíos colectivos por un mejor futuro. (MIRANDA; ARAGÓN, 2006, p. 9)

As festas e celebrações assumem, neste caso, uma significação para além do caráter lúdico, pois são a forma criada por dada população para expor o seu sistema simbólico-ritual. A partir disso nos é apresentado alguns produtos resultantes dos contatos interétnicos, que produziram “*sustituciones, adopciones, recreaciones y representaciones*” (MIRANDA; ARAGÓN, 2006, p. 16). Assim, a cidade de Paucartambo e sua festa da *Virgen del Carmen* aparecem enquanto exemplo de materialização destes processos.

O Centro Regional para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da América Latina (CRESPICAL) em sua publicação *Experiencia e Políticas de Salvaguarda do Patrimônio cultural na América Latina* (2010), busca compartilhar as principais estratégias e projetos para proteção dos seus patrimônios culturais em alguns países latinos, que acabaram atraindo atenção da comunidade internacional influenciando na criação de um protocolo internacional para esse tipo de patrimônio.

Pensando também nisso, Taylor (2011) em seu artigo *Patrimônio Cultural Intangível*, vai se questionar sobre a possibilidade da performance pensada como algo intangível e efêmero poder ser protegida e resguardada enquanto patrimônio. Na busca por essa resposta, a autora reconhece que essa discussão é ainda recente e complexa e, talvez, não encontraremos uma real solução, mas é preciso proteger essas tradições

performativas que estão desaparecendo ou mudando drasticamente. Ela em conjunto com outros colegas tentam pensar na melhor forma de proteção da performatividade, como um patrimônio cultural imaterial. Nesse processo destaca-se o papel da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que há muito tempo vem criando iniciativas para sua proteção, como *Convención para Salvaguardia del Patrimonio Cultural Imaterial (2003)*³, que definiu enquanto patrimônio cultural imaterial:

Los usos, representaciones, expresiones, conocimientos y técnicas -junto con los instrumentos, objetos, artefactos y espacios culturales que les son inherentes- que las comunidades, los grupos y en algunos casos los individuos reconozcan como parte integrante de su patrimonio cultural. Este patrimonio cultural inmaterial, que se transmite de generación en generación, es recreado constantemente por las comunidades y grupos en función de su entorno, su interacción con la naturaleza y su historia, infundiéndoles un sentimiento de identidad y continuidad y contribuyendo así a promover el respeto de la diversidad cultural y la creatividad humana. A los efectos de la presente Convención, se tendrá en cuenta únicamente el patrimonio cultural inmaterial que sea compatible con los instrumentos internacionales de derechos humanos existentes y con los imperativos de respeto mutuo entre comunidades, grupos e individuos y de desarrollo sostenible. (Convención para Salvaguardia del Patrimonio Cultural Imaterial. Paris, 17 de outubro de 2013, p. 5-6)

A adoção dessa convenção foi um passo importante, mesmo ela buscando garantir um maior amparo aos processos e não as ações dos sujeitos que são os verdadeiros transmissores das práticas performativas.

A partir da necessidade de construção de parâmetros para preservação de práticas culturais por Estados de maneira autônoma, Taylor apresenta exemplos pertinentes de práticas e lugares nos quais a troca cultural, a transmissão de conhecimento e valores se expressam como performances e necessitam ser protegidas. A festa da *Virgen del Carmen* aparece como um dos exemplos, para ela essa festa ilustrar como uma sociedade representa a sua própria história através de uma performance coletiva:

Cinco mil dançarinos mascarados gastam quatro dias por ano dançando a história de sua área - o tempo em que os Nativos lutaram com os mestiços pela proteção da Virgem do Carmo, o tempo em que os Negros chegaram, a emergência dos fazendeiros, a chegada do cólera, quando pessoas infetadas da bacia da selva Amazônica se refugiaram nas terras mais altas. (TAYLOR, 2011, p. 98-99)

Esta performance manifesta um sentido de si da comunidade. No seu exercício é deixado claro quem pode dançar, quem é quem na hierarquia social. Assim, observa-se que a convenção em sua definição de patrimônio cultural imaterial é paradoxal, pois de

³ A *Convención para Salvaguardia del Patrimonio Cultural Imaterial* pode ser acessada em: <http://www.crespial.org/public_files/files/Convencion-AcuerdoReglamentosCRESPIAL.pdf>.

um lado legitima as práticas culturais que precisam ser respeitadas e cuidadas, e do outro, não destaca a ação dos atores sociais envolvidos na performance.

Com objetivo de contribuir com os estudos de gênero, a tese *O fotógrafo, a atriz: marcas de gênero presentes nos manuais de fotografia cinematográfica e os encaixes e desencaixes na prática do cinema mexicano clássico industrial*, publicada em 2013, constrói uma reflexão sobre a cinematografia clássica destacando as formas as quais as mulheres foram representadas no cinema clássico, em seguindo parte para um estudo interseccionando gênero e fotografia para concluir que as mulheres seguem sendo representadas dentro de ambiente melodramático seguindo inspiração mítica de um tipo ideal que pode ser relacionado a imagem da Virgem Maria. Ao se apropriar dessa representação, o cinema busca nas diversas representações da virgem elementos para construção de suas personagens.

Em *Corporificar ausências: mortes e violência em Adiós Ayacucho*, Resende (2015) busca analisar a obra *Adios Ayacucho*, produzida por Julio Ortega e roteirizada pelo grupo Yayachkani, que fornece representações da violência e da morte na cultura peruana. Partindo da ideia que tais representações relacionam-se com história da conquista da América Espanhola e a subjugação dos povos indígenas. O autor acredita que essa obra traz elementos que demarcam a identidade peruana, pois seus personagens são construídos através de elementos que permeiam o pensamento andino. A exemplo a personagem *Qapac Qolla*, que na cidade de Paucartambo, é uma das figuras protagonistas da festa da *Virgen del Carmen*, que faz a representação dos comerciantes que vão saudar a virgem do altiplano, mas nesta narrativa assume a função de *Alma Qateq* (guia de almas). Assim, acredita-se que essa obra foi a maneira encontrada pelos autores para simbolizar a resistência e o desejo de reconstrução de uma sociedade já superada.

Em *El Debate sobre la autenticidade en Antropología del Turismo*, de Fuller (2015), ocorre a discussão sobre as consequências sentidas por populações receptoras turísticas e o fato de suas expressões culturais poderem serem consideradas artigos de consumo - mercadorias culturais. Teóricos como Boorstin (1992) e Greenwood (1989), acreditam que “*la demanda turística genera transformaciones en las culturas locales de modo tal que las fiestas tradicionales se convierten en espectáculos y las artes en producciones en masa adaptadas a los gustos de los turistas*” (apud FULLER, 2015, p. 102). De outro Fuller defende que “*las formas de expresión cultural están en continua transformación, precisamente porque son parte de la vida de los pueblos y [...] se*

adaptan a los cambios en curso, a los estilos cambiantes, y dialogan con los influencias de en mundo crecientemente globalizado” (FULLER, 2015, p. 103). Nessas argumentações ficam implícitos um debate importante sobre a autenticidade, as invenções das tradições e a reinvenção étnica. Alguns defendem que o turismo gera transformação das culturas locais resultando em uma experiência artificial e homogênea, já outros acreditam que a experiência turística com o passar dos anos se adaptou as novas demandas globais e a autenticidade é algo requerido.

Ao analisar as disputas pela autenticidade, ela cita a ocorrida na cidade peruana de Paucartambo devido a festa da *Virgen del Carmen*, ilustrando-se, dessa maneira, como são complexas as relações que envolvem o turismo e o patrimônio cultural. A festa é usada para expor questões políticas que envolvem as disputas pela autenticidade e como isso acaba mobilizando recursos turísticos, mas é na arena social que foram definidas as estruturas e as cotas de poder de cada grupo étnico participe da festa.

Partindo de um depoimento pessoal o texto Aristóteles Barcelos Neto, *O antropólogo colecionador*, publicado em 2016, retrata diferentes experiência do etnógrafo por países latinos. Ao chegar no Peru, ele se defronta com a festa da *Virgen del Carmen* e observa detalhadamente um ritual prestes a ser legitimado enquanto patrimônio da humanidade. Ao destacar os personagens, elementos o entrevistado defende que aquela comunidade está em processo de transformação e é um campo fértil para novas pesquisas.

Avançando para *Áreas Etnográficas da América Indígena*, Melatti (2016), encontramos uma narrativa sobre os rios que cortam as montanhas do Peru e como os seus afluentes acabaram por constituir uma importante via de contato entre os grupos étnicos distintos favorecendo, sobretudo, as trocas materiais e simbólicas. Apesar da colonização espanhola mantiveram-se os encontros entre os habitantes das terras baixas longínquas e os andinos, que desciam pelo Urubamba, principalmente no que viria a se chamar de "Feria del Carmen", que se realizava no mês de julho.

O processo de produção artesanal entre esses povos vai sendo compartilhado entre outros povos e gerações, criando algumas produções singulares, a exemplo as máscaras folclóricas usadas em rituais como da festa da *Mamacha Carmen*. Sob esse aspecto, a pesquisadora Vilma Leite (2016), em *A aprendizagem com as máscaras a partir dos brincantes*, buscou compreender, além do sentido histórico dessas máscaras, o seu processo de construção e seu uso que acaba influenciando na própria formação do ator. Para Leite, os paucartambinos criam essas máscaras simbolizando um passado próximo

ou pré-histórico, assim elas são usadas na festa para criar uma conexão entre o personagem e o ator, ocasionando em maior refinamento na atuação devido seu peso histórico.

Desenlaces

O levantamento teve como via de entrada a expressão “Festa da *Virgen del Carmen*”, buscando selecionar trabalhos que traziam o interesse na festa em seu título e/ou palavras-chave. Tal prospecção preliminar gerou a identificação não apenas das publicações vinculados à festa, mas também a de novas palavras-chave.

A partir dos resultados encontrados gastei as primeiras possibilidades de identificação das publicações por áreas de maior incidência, instituição, ano, país e forma. O quantitativo encontrado me pareceu pequeno, principalmente no período de 2000 a 2008, mas notei que entre 2009 a 2016 houve um crescimento considerável e, hipoteticamente, passei a creditá-lo ao aparecimento de novos programas de pós-graduação nas áreas das Artes, Antropologia.

Analisando os dados de forma bruta, percebemos que o interesse no estudo desta festa é ainda reduzido, e isso poderia ser taxado como um primeiro empecilho para o prosseguimento da pesquisa, mas foi com a leitura dos referenciais teóricos destas publicações que notei que isso não seria uma dificuldade real, pois lá encontrei um rico material a ser investigado.

Assim, essa investigação foi fundamental para notar que estudo da festa partindo da análise de seus elementos, como pretendo realizar, nunca foi realizada. No entanto, mesmo sabendo dos riscos de se fazer uma pesquisa inovadora, não renunciei sua continuidade, pois o repertório adquirido, principalmente, sobre localidade, trocas culturais e alguns ingredientes serão subsídios para a continuidade do meu estudo.

Referências

BERNAND, C; GRUSINSKI, S. História do Novo Mundo: Da Descoberta à Conquista, uma experiência européia. Tradução de Cristina Murachco. 2ª edição. São Paulo: Editora USP, 2000, p.1 -172

FULLER, N. El Debate sobre la autenticidad en la antropología del turismo. Revista de Antropología Experimental nº.5, p. 101 - 108, 2015.

LEITE, Vilma C. dos S. A aprendizagem com as máscaras a partir dos brincantes In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL REFLEXÕES CÊNICAS CONTEMPORÂNEAS, 1, 2016. Anais... Campinas, 2016.

MIRANDA, J; ARAGÓN, K. Fiestas Populares Tradicionales de Perú. Quito: IPANC. 2006.

MELATTI, J. G. Áreas Etnográficas da América Indígena. Brasília, DF, 2016.

NETO, Marcelo. O antropólogo colecionador. Entrevista PROA: Revista de Antropologia e Arte, Campinas, n.6, p. 175-194, 2006.

RESENDE, F. A. V. Corporificar ausências: morte e violência em Adiós Ayacucha, de Julio Ortega e Yuyachkani. Amerika [online], n.12, 2015.

TAYLOR, Diana. Patrimônio Cultural Intangível. Pós: Revista do Programa de pósgraduação em Artes da EBA\UFMG. v.1, n.1, pp.91 - 103, mai.2011.

TEDESCO, Maria Cavalcante. O fotógrafo, a atriz: marcas de gênero presentes nos manuais de fotografia cinematográfica e os encaixes e desencaixes do cinema mexicano clássico industrial. Tese de doutorado. Universidade Fluminense – Instituto de Arte e Comunicação. 2013.

TEVES, R. P (Coordinador). Experiências e Políticas de Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial na América Latina. Cusco: CRESPIAL, 2010.

A DESPATOLOGIZAÇÃO DAS IDENTIDADES TRANS E TRAVESTIS: UMA ANÁLISE DO DISCURSO DO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA

Laryssa Virgínia Carvalho Oliveira

Universidade de Pernambuco

Resumo

O presente artigo apresenta uma discussão sobre as questões de gênero na Psicologia, mais especificamente, ao que concerne às identidades transgêneras e travestis. O objetivo deste estudo foi compreender quais os argumentos adotados pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) em favor da despatologização das identidades trans e travestis, bem como as controvérsias apresentadas. O debate sobre a população LGBT+ está em vigor nos dias atuais, sobretudo os debates sobre gênero, contudo há poucos estudos da Psicologia voltados a essas questões com uma perspectiva crítica e empoderadora, em especial no que tange a despatologização das identidades trans e travestis. A fundamentação teórica adotada neste trabalho é a abordagem do Construcionismo Social, na perspectiva das Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano e a metodologia compreende a análise da série de vídeos no canal do YouTube do CFP a respeito dessas questões.

Palavras-chaves: Psicologia. Práticas discursivas. Despatologização.

Abstract

The present article presents a discussion about gender issues in Psychology, more specifically, for what concerns the identities transgendered and transvestites. The aim of this study was to understand what the arguments adopted by the Federal Council of Psychology (CFP) in favor of the depathologization of trans identities and transvestites, as well as the controversies presented. The debate about the LGBT population+ is in effect in the present day, particularly the debates about gender, however, there are few studies of Psychology have targeted these issues with a critical perspective, and empowering, in particular in respect of the depathologization of trans identities and transvestites. The theoretical basis adopted in this work is the approach of Constructionism Social, in the perspective of the Practices, both Discursive and the Production of Meanings in Daily life.

Key words: Psychology. Practical discourse. Depathologization.

Introdução

A partir de uma formação em Psicologia com viés crítico é tida a compreensão da importância de se refletir acerca desse tema, tendo em vista que a Psicologia adentrou nesse campo por meio da Medicina, notadamente da Psicopatologia, a qual ditou como psicólogas e psicólogos deveriam atender as pessoas que apresentassem esse “transtorno”, é necessário um fazer psicológico que atenda as pessoas fugindo de um tratamento onde se busca uma cura, que subverta a ordem estabelecida, um posicionamento próprio da classe que seguindo o Código Profissional de Ética (2005, p. 7) promova: “ [...] a saúde e qualidade de vida das pessoas e das coletividades e

contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.

Em nota técnica emitida em setembro de 2013, sobre o processo transexualizador e demais formas de assistência às pessoas transgêneras, o Conselho Federal de Psicologia (2013, p.2) aponta que: “a transexualidade e a travestilidade não constituem condição Psicopatológica, ainda que não reproduzam a concepção normativa de que deve haver uma coerência entre sexo biológico/gênero/desejo sexual”; em novembro do ano seguinte, 2014, o CFP inicia a campanha em apoio a despatologização das identidades trans e travestis, promovendo debates com profissionais, pesquisadoras(es), ativistas e pessoas transgêneras e travestis sobre processo transexualizador, Direitos Humanos e os posicionamentos políticos acerca dessa luta no Brasil e no mundo. Como parte dessa campanha, em 22 de maio de 2015, o CFP lançou o site “despatologizacao.cfp.org.br” o qual possui vídeos, links para legislações relacionadas, indicações de blogs e sites de pessoas transgêneras e travestis, assim como contato de entidades, associações, empresas, fundações que abraçam as questões das transgeneridades e travestilidades, o site também apresenta discussões sobre as possibilidades de atuação de psicólogas e psicólogos nos ambulatórios e equipes do SUS.

Consonante com o site, o CFP elaborou uma série de vídeos em seu canal do YouTube a respeito dessas questões, a série chama-se “Despatologização das Identidades Trans e Travestis” e possui seis vídeos, o primeiro sendo disponibilizado em junho de 2015 e o último em fevereiro de 2017¹. Considerando o grande alcance das visualizações e sendo um documento oficial do Conselho Federal de Psicologia, este trabalho tem como material de análise os referidos vídeos, em específico o último vídeo publicado da série por somente neste vídeo ser encontrados posicionamentos da Psicologia ao mesmo tempo que existem pessoas trans e travestis se colocando a respeito da temática. Buscando responder a problemática de quais argumentos estão sendo utilizados pela Psicologia no Brasil para a defesa da despatologização das identidades trans e travestis, e quais as controvérsias apresentadas. Com o objetivo de compreender como a Psicologia brasileira vem fundamentando os argumentos para a defesa da despatologização das identidades trans e travestis foi utilizado como metodologia a análise do discurso do vídeo específico sobre o tema do Conselho Federal de Psicologia adotando como abordagem teórico-metodológica o Construcionismo Social na perspectiva das Práticas Discursivas e Produção de Sentidos por acreditar que está é capaz de atender as demandas desta pesquisa.

Acredita-se na relevância deste trabalho enquanto documento histórico para a compreensão do processo de despatologização das identidades transgêneras e travestis no Brasil e o posicionamento da Psicologia nesse movimento.

Trans: o gênero à margem social

É observado através dos estudos de Laquer (2001) que da Antiguidade até o final do século XVII era considerada a existência de um único sexo, o masculino. Nessa época, considerava-se que homens e mulheres possuíam o mesmo órgão sexual. Contudo, ainda na idade antiga, Galeno, segundo Laquer (2001), afirmava que os órgãos sexuais ditos femininos eram defeituosos, invertidos, enquanto que o masculino

¹ Esse artigo, assim como a monografia feita previamente a ele, foram escritos em 2017, em 29 de Janeiro de 2018 o CFP acrescentou mais um vídeo a essa série no YouTube. Este último vídeo não foi analisado para a construção do presente trabalho.

era perfeito, podendo a mulher desenvolver o falo de maneira natural através do calor ou esforço físico, assim a ela recai a fragilidade rotulada pelo pensamento machista e disseminada não só no senso comum, como também no meio acadêmico, até os dias atuais.

Laquer (2001, p. 8) afirma que: “Ter ou não ter um pênis diz tudo em quase todas as circunstâncias”. É notório que o falocentrismo permanece tanto no modelo de sexo único, quanto no molde binário, é importante assinalar que neste momento a ciência, até então, só era feita por homens e para homens, com o intuito de manter a ordem social heteronormativa² estabelecida. Essas diferenças socioculturais entre homens e mulheres eram justificadas por meio da Biologia e outras ciências como algo natural e o útero passou a ser o órgão que representava a essência feminina por conta da reprodução, sendo negado à mulher o direito ao prazer sexual.

Contrário a essa naturalização dos diferentes papéis sexuais, Foucault (1988) afirma que o sexo não é um fenômeno natural, mas sim, produto histórico, produzido pelo discurso, para definir as identidades sexuais. Observa-se, deste modo, que o binarismo de gênero foi uma construção político cultural, como forma de poder e controle sob os corpos, em especial, os corpos ditos femininos.

Assim, é percebido que ao se falar de sexo concomitantemente já está se falando sobre gênero, como afirma Laquer (2001, p. 23):

[...]. Quase tudo que se queira dizer sobre sexo - de qualquer forma que o sexo seja compreendido - já contém em si uma reivindicação sobre o gênero. O sexo, tanto no mundo de sexo único como no de dois sexos, é situacional; é explicável apenas no contexto da luta sobre gênero e poder.

Diante disso, é possível a compreensão do motivo de sexo, em consequência gênero também, serem relacionados às relações de poder. Ainda conforme Foucault (1988), as instituições de poder como, Estado, Igreja e Medicina, a partir da necessidade de resolverem problemas econômicos e políticos, como por exemplo a taxa de natalidade, utilizam-se do discurso sobre a sexualidade para obterem controle sobre grupos e indivíduos. Desse modo, o discurso sobre sexualidade é usado como um dispositivo disciplinador, de controle das populações.

Pode-se compreender, desse modo, que as categorias sexo e gênero estão longe de ter um caráter puramente biológico, e sim o oposto; a biologia é utilizada de maneira

² Termo utilizado para se referir a norma social que marginaliza sexualidades diferentes da heterossexual, reafirmando desse modo a categorização binária de macho/fêmea, masculino/feminino, homem/mulher.

discursiva para atender as demandas socioculturais que surgem com o início da burguesia. Assim, com o surgimento da concepção de população, e não mais de povo, é necessário o controle destas, para a manutenção da burguesia, do sistema capitalista e daqueles poucos que estão em lugares de poder.

Quem dita o que é normal e patológico? O discurso positivista aponta que patológico é aquilo que destoa do quantitativo considerado normal. Canguilhem (2000) discorda desse pensamento positivista e indica que a patologia só pode existir em relação, uma vez que a/o paciente é quem busca o auxílio do saber médico relatando alguma anormalidade biológica, e a norma, por sua vez, é também um discurso estabelecido pela ciência. Em suas palavras (CANGUILHEM, 2000, p. 95): “A norma é aquilo que fixa norma a partir de uma decisão normativa”.

Na Psiquiatria do século XIX é instituída uma psicopatologia que concebe “identidade de gênero” enquanto uma identidade sexual coesa entre sexo biológico, gênero e comportamento sexual. A partir dessa normatização sexual foi estabelecido o que seria normal e patológico, passa a caber então a Medicina diagnosticar qual o “verdadeiro sexo” das pessoas, principalmente quando fugia aos estereótipos esperados para determinado sexo. Deste modo, quem não correspondesse ao padrão estabelecido, incluindo não somente características físicas, como no caso de pessoas intersexuais³, mas também ao desejo sexual, como no caso de pessoas homossexuais (ainda não se falava em outras diversidades sexuais), aquela pessoa que fugisse a normativa heterossexual e de reprodução era considerada perversa, em termos psicanalíticos, ou patológica por meio da Psiquiatria.

O “discurso do sofrimento” é recorrente para a conquista de direitos nesses casos, como por exemplo, os dois anos de acompanhamento psicológico que são obrigatórios para a realização da cirurgia de redesignação sexual, fazendo com que diversas vezes o tratamento não seja eficiente e, ao contrário, gere mais sofrimento fazendo com que esse discurso da Medicina seja responsável para que algumas pessoas transgêneras acreditem, mesmo sem ter abjeção real ao próprio corpo, que precisem da cirurgia para afirmar sua identidade. De acordo com Dias e Zenenich (2004), em países onde crianças transgêneras podem tomar hormônios o número de cirurgias é menor, assim como transgêneras e travestis que tem a aceitação da família.

³ Na época chamada de hermafroditas.

Na década de 1960 algumas pessoas transgêneras e travestis desafiaram a Medicina que as tratavam como doentes, e assim nasce uma nova categoria minoritária unindo-se aos movimentos de diversidade sexual e de gênero (na época, GLS)⁴ e feminista, ampliando essas reivindicações. Dias e Zenevich (2004) apontam que nos dias atuais a transgeneridade tem a possibilidade de seguir dois caminhos: modificar o diagnóstico ou aceitar a diferença; o primeiro, alterando o diagnóstico, a transgeneridade continuaria sendo posta enquanto patologia, contudo dever-se-ia incluir as diversas formas de expressão transgênera; no segundo caso, aceitando a diferença, a transgeneridade tornar-se-ia mais uma identidade, uma ressalva nesse ponto é que há o receio de que não sendo mais considerada uma patologia haja a perda do tratamento hormonal e cirúrgico através do sistema público de saúde (SUS).

Assim, deve-se lembrar que nem todo mundo que busca atendimento médico está necessariamente doente, por exemplo, as grávidas. Haveria assim de haver mudanças na saúde pública para que esse direito, entre tantos outros, sejam assegurados. Pode-se depreender que a transgeneridade adentra na Psicologia por meio da Psiquiatria que, por sua vez, direciona como deve ser o tratamento a essas pessoas.

Percurso teórico e metodológico

Gênero é um termo linguístico utilizado para diferenciar masculino e feminino, contudo as feministas norte-americanas se apropriam do termo para a utilização enquanto conceito político para denunciar as diferenças socioculturais entre homens e mulheres, diferenças essas baseadas no sexo, entendido neste momento enquanto determinação biológica a partir da genitália (SCOTT, 1995). Essa distinção de sexo enquanto definido pela biologia e gênero como construção social foi amplamente reproduzida, contudo a partir da década de 80, passou a ser rebatida por outras teóricas feministas que criticavam o modelo binário, questionando porque essa dicotomia não é, por exemplo, entre gênero e desejo, uma vez que essa relação se apresenta de maneira mais natural.

⁴ O termo LGBT só passa a ser utilizado partir de 1988 nos Estados Unidos e posteriormente se estendendo por todo o mundo, contudo muitas são as variantes atuais, não havendo conformidade sobre qual a sigla correta para se referir a comunidade de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneras/os, Travestis e outras infinidades de diversidades sexuais e de gênero. (Research, policy and practice: Annual meeting, American Educational Research Association Verlag AERA, 1988.)

Compreender o que é gênero, enquanto categoria de análise, nada mais é que compreender as relações sociais e culturais entre os sexos. Levando à compreensão dessa dualidade e partindo para um breve contexto histórico para melhor observância do tema exposto, se faz necessário entender que o gênero tornou-se o fator fundacional, ou seja, de base original e de extrema importância para o fundamento maior do próprio surgimento do feminismo, tornando assim fundamental a sua existência discutida, pois seu significado ocupou maior espaço no seio social, o que através dele surgiu não apenas a efetiva e explícita distinção, mas também a análise das diferenças entre homens e mulheres (machos X fêmeas; masculino X feminino e etc.) e a luta por equidade.

Isto posto, podemos encontrar, diante dos posicionamentos de Scott, o surgimento não apenas de um conceito formal mas, principalmente, de uma teoria que à sustentará para determinar sua eficácia. Essa teoria foi chamada de pós-estruturalismo, na medida em que permite questionar as categorias unitárias e universais e torna históricos conceitos que são normalmente tratados como naturais, como, por exemplo, ‘homem’ e ‘mulher’ (SCOTT, 1994 e 1999). Com o pós-estruturalismo, e em especial, com suas contribuições ao feminismo, como instrumento de melhor compreensão sobre gênero e seu método desconstrução, traz consigo à compreensão seguida e defendida por Butler, logo mais apresentada, onde através desse pós estruturalismo, obtém como função a busca por desmontar a lógica interna das categorias, com o objetivo de externar as limitações encontradas, (SCOTT, 1999; PISCITELLI, 2002). Com esse método torna-se possível compreender o que leva à desconstrução além de que, antes à ela, faz-se possível questionar os esquemas dicotômicos encontrados. Pontos significativos como estes são bases para os apontamentos de Butler, filósofa pós-estruturalista, sobre sua teoria.

Com base nessa reflexão, é que a autora levanta tal problemática contrária ao que lança o próprio feminismo, em suma, Butler (2005, p.26) acrescenta sua afirmação sobre tal disposição, contrariando-o, ao dizer que: “nesse caso, não a biologia, mas a cultura se torna o destino”. Dessa forma que Butler desmonta a dualidade sexo/gênero realizando uma crítica ao feminismo como sendo está a categoria que só poderia funcionar dentro do humanismo (BUTLER, 2003). Com a crítica feita por Butler a respeito dos princípios que norteavam algumas vertentes do feminismo, que por sua vez, consistia na essência de sua própria identidade, remetendo ao entendimento correspondente à não necessidade da construção da “identidade da mulher”, contudo, a

filósofa entendia sim, existir apenas a compreensão da construção específica de “identidades” sem a caracterização aplicada, apenas o sujeito.

Dessa forma, para que houvesse o alcance dos objetivos almejados pelo movimento feminista é que se deveriam questionar ao ponto de “modificar” a identidade do feminismo, pois só assim os resultados seriam alcançados, sendo eles a liberdade e igualdade da mulher em relação ao sujeito e ao meio. Dentro dessa perspectiva, para Butler, surge a concepção de que o sujeito do feminismo, o sujeito oprimido, é o feminino, não necessariamente a mulher, e para entender essa análise cabe à compreensão sobre a Performatividade.

É nesse momento que a teoria chamada “Teoria das Performances de Gênero” surge, e é justamente com essa análise em que de Judith Butler, bem como outras/outros teóricas/os do chamado campo Queer, permitem ampliar e qualificar analiticamente as reflexões sobre gênero e subjetividade. Com a performatividade, é possível compreender melhor do que trata Butler em sua teoria, segundo a premissa fundamental de Butler, o discurso habita o corpo, de certo modo o que ela chama de performatividade do gênero mediante o aspecto da teoria da linguagem. Em suma, a performatividade nada mais é que: “A performatividade deve ser entendida não como um ato singular e deliberado, senão antes como a prática reiterativa e referencial mediante a qual o discurso produz os efeitos que nomeia.” (BUTLER, 2002, p.18).

Ao estabelecer o entendimento que “talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero se revela absolutamente nenhuma” (BUTLER, 2005, p. 25), a autora evidencia que o sexo não sendo natural torna-se discursivo e também cultural, como o próprio gênero. Isto posto, o que a própria autora quis destacar é que o gênero seria um fenômeno inconstante e contextual, como já apontado no capítulo anterior deste trabalho, que não denotaria um ser substantivo, “mas um ponto relativo de convergência entre conjuntos específicos de relações, cultural e historicamente convergentes” (BUTLER, 2005, p. 29).

Por fim, de acordo com Judith Butler, tida como uma das mais envolvidas precursoras da teoria Queer, e que inclusive associa o feminismo à essa teoria, quando trabalhada em seu livro “Problemas de Gênero”, a autora aponta para as limitações do emprego, ela afirma que “Queer adquire todo o seu poder precisamente através da invocação reiterada que o relaciona com acusações, patologias e insultos” (Butler, 2002, p. 58). É dessa forma que busca-se levar à compreensão de um novo significado ao termo

“Queer”. Para Butler, bem como, para os demais teóricos dessa mesma linha de raciocínio sobre a “Teoria Queer”, uma das maiores dificuldades no momento consiste na luta, inclusive do movimento feminista, para conquistar e tentar mostrar que os sujeitos que não se adequam a “relação determinista” sexo/gênero/sexualidade é tão “normal” quanto os que assim se identificam.

Ao compreender a respeito dos estudos do Construcionismo Social e seguir a linha que retrata sua existência, cabe entender sobre o seu surgimento dentro do aspecto da Psicologia, uma vez que, segundo Ibañes (1994), defende que é justamente na psicologia que o construcionismo social mais se adequa ao pensamento pósmoderno. Isto posto, mediante a linha defendida por alguns autores que acreditavam veementemente na existência desse construcionismo social, assim como Burr (1995) e Gergen (1973), em especial esse último, que por sua vez publicou um artigo chamado “Social psychology as history” para defender suas análises.

Depreender a respeito dessas considerações e de como sintetiza o discurso do construcionismo social, torna-se o foco para obtenção da compreensão do tema exposto, uma vez que o objetivo a ser alcançado é de esclarecer sua atuação. Pois bem, ao tratarmos sobre a teoria construcionista social obtendo por base o questionamento do pressuposto atribuídos ao essencialismo e o humanismo, essa teoria consegue mover o centro da atenção que era voltado para a pessoa e direcioná-lo para o domínio social, em outras palavras e pela análise na perspectiva da atuação da Psicologia, com base no discurso do ser socialmente construído, o que reflete é que através dessa análise, que é fomentada pela não permissibilidade da atuação de maneira individual e/ou independente, mas sim, pela qual poderá ser estudada de acordo com o meio em que está sendo inserida (sistema histórico, político e social), em outras palavras, o individual não é vislumbrado, mas sim, o social/coletivo.

A metodologia utilizada nesse estudo será de caráter qualitativo, visto que desse modo é possível obter de maneira mais ampla as particularidades do objeto de pesquisa, pois não é possível mensurar somente em números ou indicadores quantitativos a subjetividade da temática abordada. González Rey (2005) aponta que a pesquisa qualitativa não é determinada pelos dados colhidos, mas sim, pelo modo como é feita a análise desses dados obtidos a respeito do objeto em pesquisa. A pesquisa de natureza qualitativa deve observar todo o contexto do objeto estudado, inclusive as (os) pesquisadoras (es) são implicadas (os) nesse processo. Para tanto, buscando estabelecer

coerência com a perspectiva analítica a qual se pretende empregar, será adotado como percurso teórico metodológico a abordagem Construcionista.

A perspectiva Construcionista, de acordo com Mary Jane Spink (2004), assume a linguagem como centro nos processos de objetivação da humanidade, ressalta porém que não é um “reducionismo linguístico”, explica que essa centralidade advém por a linguagem, de maneira dialógica, expressar e formar o desenvolvimento cognitivo individual e social, a linguagem é, deste modo, uma prática crítica, reflexiva e social. Não há nesta perspectiva a busca de uma verdade cristalizada e única, mas sim, investigação das diversas formas de dar sentido ao mundo.

Ressaltando que cada tipo de mídia atinge uma quantidade e características de público específico, observa-se que o YouTube, possibilita imenso número de público e visualizações tornando mais facilitado o acesso a conteúdo polêmicos, como os de análise nesse trabalho. A mídia torna-se desse modo, capaz de influenciar não só provocando reflexões críticas, mas também posicionamentos que podem, por via desses discursos, modificar ou perpetuar questões sociais.

A análise de discurso (AD) fundamenta a metodologia pelo qual os objetivos do estudo foram atingidos. Ribeiro (2011, p. 558) ressalta que: “A preocupação crescente com o estudo dos discursos ou textos é parte do desenvolvimento de uma vertente da Psicologia Social crítica que, além de focar a natureza simbólica da realidade social, destaca a natureza construtiva da linguagem na interpretação e recriação da ação social.” Ou seja, a linguagem é construto social, forjando através do discurso práticas que podem gerar modificação ou reprodução de pensamentos e ações nessa mesma sociedade. Esse foco na linguagem através da Análise do Discurso surge como expressão do “giro linguístico”, fazendo crítica as ciências sociais tradicionais.

Análise dos discursos

O vídeo “A despatologização das transexualidades e travestilidades pelo olhar da Psicologia - Parte III” foi publicado em 27 de janeiro de 2017 e com duração de 24min:43seg, esse vídeo foi o último publicado da série no canal do YouTube do CFP e através de depoimentos de pessoas trans, uma travesti, psicólogas(os) e pesquisadoras(es) sobre o tema, o vídeo evidencia a luta dos movimentos sociais para que as identidades trans não sejam mais postas enquanto patologias, esse vídeo foi o escolhido para fazer a análise por unir a voz da classe da Psicologia com a das pessoas transgêneras e travestis.

Tabela 1- Repertórios encontrados no vídeo

Gênero discursivo (Qual o uso, descrever o contexto)	Vozes (Argumentos de Autoridade)	Posicionamentos
Despatologização	Acadêmica	Diagnóstico não ser feito a partir do binário; Modelo de pensar gênero através do transexual verdadeiro como algo ineficiente; Pensar na saúde de modo integral; Modelo de tratamento atual inadequado gerando mais sofrimento; Necessidade de pensar criticamente o papel da Psicologia.
Despatologização	Movimentos Sociais	Necessidade da quebra do binarismo de gênero; Modelo atual gera impacto negativo para com as famílias; Normativa heterossexual ainda presente dificultando a compreensão da diferença entre gênero e desejo afetivo sexual;
		O serviço de atendimento atual provoca ainda mais sofrimento; Não há necessidade de adequar as genitálias ao gênero; As questões políticas influenciando nesse processo.

Fonte: A autora

Feito o enquadramento dos repertórios analisados é observado que através das vozes da academia, ativistas, Medicina, e pesquisadoras(es) na área, os argumentos utilizados pelo Conselho Federal de Psicologia a favor da despatologização, são de modo geral, a necessidade de sexo, sexualidade e identidade de gênero não serem determinantes uma da outra, não generalizar as identidades transgêneras e travestis, assim como ouvir elas/eles que são protagonistas desse processo; entender o atendimento para além de procedimentos cirúrgicos ou hormonais, mas sim, integralidade à saúde como previsto no Sistema Único de Saúde garantindo o acesso ao serviço sem a necessidade de patologização.

Atualmente ainda é seguido o modelo de identificação transgênero baseado na busca do “transexual verdadeiro” acentuado por Harry Benjamin (1966), com esse modelo a legitimidade da identidade de gênero trans é colocada em questionamento pela ciência e instituições, e nessa busca por legitimidade são extintas as possibilidades de conhecimento do seu corpo e sua sexualidade.

Foi observado que não houveram confrontos de ideias neste vídeo, sendo colocadas diferentes vozes para discursar sobre o mesmo assunto (a despatologização das identidades trans e travestis), assim não sendo possível observar a partir deste material quais os argumentos contrários a despatologização.

O Conselho Federal de Psicologia se coloca a favor da despatologização, contudo senti a falta de colocação mais explícita do CFP, pois por mais que existam profissionais da Psicologia discursando sobre, não se compreende enquanto posicionamento do Conselho, e nos momentos de narrativa do vídeo, estes entendidos como voz implícita do CFP, a maioria dos repertórios analisados segue mantendo uma lógica binária. Os posicionamentos de romper com a heterocisnormatividade aparecem nas falas de ativistas dos movimentos sociais, não em representações do CFP, estes apresentam a carência da discussão nas formações em Psicologia, da classe decidir por si como abordar a questão e se mantém em demasia enquanto mediador dos “debates” entre a Medicina e ativistas.

Considerações finais

Compreender os posicionamentos do CFP referente a despatologização das identidades trans e travestis, possibilita compreender também quais são as práticas que estão sendo utilizadas atualmente e quais as necessidades de rupturas ou manutenção dos trabalhos feitos por psicólogas e psicólogos no que tange a população transgênera e travesti.

Ao serem analisados os repertórios identificados nos documentos sobre a despatologização das identidades transgêneras e travestis, tornou-se possível entender como os mesmos são significados e como as relações decorrem a partir disso. É percebido, a partir da análise dos referidos documentos, que a concepção patologizante das identidades trans e travestis, é oposta as necessidades apresentadas pelas pessoas que vivenciam e pesquisam sobre a temática. Outro aspecto citado foi o estereótipo preocupante de que toda pessoa trans necessita de “adequação” entre seu corpo e genital,

assim como sexualidade, sendo um desrespeito a individualidade de cada pessoa não considerando sua integralidade como propõe o Sistema Único de Saúde.

É preciso assim, romper com lógica binária e heterocisnormativa, compreender que não somente o gênero, como também o sexo é uma construção social, não há naturalidade, biologia ou cultura determinante, o que existem são pessoas que não se encaixam no padrão social construído em uma cultura que as discrimina, e por isso sofrem e creem serem inadequadas. Não nega-se aqui que a disforia de gênero exista, mas questiona-se até onde ela biológica e até onde é também, existente a partir de concepções sociais.

Compreendemos que a Psicologia vem tomando para si a responsabilidade no que concerne a seu fazer ético e político no debate sobre as populações trans e travestis. Entender os sentidos produzidos sobre essa questão nos ajuda a conhecer as práticas atuais e quais as que necessitam modificações e o porquê. Os discursos são perpassados por relações de poder, e quando feita uma análise datada e contextualizada, é possível a percepção dos sentidos dos mesmos. Portanto, analisar criticamente e problematizar esses discursos permite modificação na atuação profissional, distanciando a Psicologia de uma prática diagnóstica e curativa somente, e aproximando-a do empoderamento de cada pessoa que confia a ela suas vivências.

Referências

BENJAMIN, H. **The transsexual phenomenon**. New York: Julian Press, 1966. Disponível em: < <http://www.symposion.com/ijt/benjamin/index.htm> >. Acesso em: 20 jan. 2017.

BURR, V. **An introduction to social constructionism**. Londres: Routledge. 1995.

_____. **Gender and social psychology**. Londres: Routledge. 1998.

_____. Overview: Realism, relativism, social constructionism and discourse.

In: _____. **Social constructionism, discourse and realism**. Londres: Sage Publications, 1998. p. 13-27.

BUTLER, Judith. **Cuerpos que importan**. Sobre los límites materiales y discursivos del sexo. Buenos Aires: Paidós, 1993.

_____. **Dar cuenta de sí mismo: violencia ética y responsabilidad**. Buenos Aires: Amorrortu, 2005.

_____. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000 (Campo Teórico).

CASTEL, Pierre-Henri. Algumas reflexões para estabelecer a cronologia de “fenômeno transexual” (1910 – 1995). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.21, n 41, p.77 – 111, 2001.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional do Psicólogo**: Plenário do Conselho Federal de Psicologia. Brasília, 2005.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **Resolução no. 1955 de setembro de 2010**. Dispõe sobre a cirurgia de transgenitalização e revoga a Resolução CFM 1652/02. Diário Oficial da União 2010, 3 set. Disponível em: <http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/cfm/2002/1652_2002.htm > Acesso em: 30 mar. 2017.

DIAS, Maria Berenice; ZENEVICH, Leticia. Um histórico da patologização da transexualidade e uma conclusão evidente: a diversidade é saudável. **Gênero e Direito**, Paraíba, n. 02, p.11-23, 2004.

FOUCAULT, Michel. O verdadeiro sexo. In: _____. **Ética, sexualidade e política**. 2 Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

_____. A “Governamentalidade”. In: _____. **Estratégia, poder-saber**: ditos e escritos. Vol.

IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p. 281-305.

_____. **História da Sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. **A ordem do discurso**: Aula inaugural no College de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 15. ed. São Paulo: Loyola, 2007. 79 p.

GERGEN, K. Social Psychology as history. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 26, p. 309-330, 1973.

GERGEN, K. The social constructionist movement in modern psychology. **American Psychologist**, v. 40, p. 266-275, 1985.

GERGEN, M.; DAVIS, S. **Toward a new Psychology of gender**. New York: Routledge, 1997.

GONZÁLES REY, Fernando. **Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação**. São Paulo: Thomson, 2005.

IBANEZ, T. Constructing a representation or representing a construction? **Theory and Psychology**. v. 4, p. 363-381, 1994.

_____. Construcionismo social. In: _____. **Psicologia, discursos e poder**. Barcelona: Paidós, 1994.

LAQUEUR, T. **Inventando sexo**. Rio de Janeiro. Relume Dumará, 2001.

RIBEIRO, Flávia Regina Guedes. Controvérsias como práticas discursivas: uma abordagem retórica. **Fractal: Revista de Psicologia**, Niterói, v. 23, n. 3, p.557-578, dez. 2011.

SCOTT, Joan W. Preface a gender and politics of history. Cadernos Pagu, n°. 3, Campinas/SP 1994. In:_____. “**Gênero: Uma Categoria Útil para a Análise Histórica**”. Refice: Corpo e Cidadania, 1990.

_____. El problema de la invisibilidad. In. ESCANDÓN, C.R. (Org.) **Gênero e História**. México: Instituto Mora/UAM, 1989.

SPINK, P. K. Análise de Documentos de Domínio Público. In:_____. **Práticas Discursivas e produções de sentidos no cotidiano aproximações teóricas e metodológicas**. Rio de Janeiro: Cortez, 2004.

_____. **Linguagem e Produção de Sentidos no Cotidiano**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2004.

SPINK, M. J.; MEDRADO, Benedito. Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análises das práticas discursivas. In: SPINK, M.J (org.). **Práticas Discursivas e produções de sentidos no cotidiano aproximações teóricas e metodológicas**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

NESTA CIDADE TODO MUNDO É D'OXUM? DIREITO À CIDADE EM UMA PERSPECTIVA FEMINISTA E ANTIRRACISTA

Luyanne Azevedo
(FFP/UERJ)
Wescrey Portes Pereira
(IESP/UERJ)

Resumo: O presente trabalho busca trazer uma discussão teórica, a partir do gênero e da raça, acerca do debate sobre direito à cidade. O espaço é o produto de inter-relações, sendo constituído por interações que possibilitam a existência de multiplicidades. É plural, aberto, relacional e está num constante processo de devir, permitindo que diversas pessoas, com diversas trajetórias coexistam. Desta forma, o espaço é também o lócus da reprodução das desigualdades, como as de classe, gênero e raça. Desigualdades estas, que estruturam a formação socioespacial brasileira e até hoje estão expressadas no racismo e no sexismo. Neste aspecto, o espaço é vivenciado de diferentes formas pelos indivíduos. O conceito, postulado por Henri Lefebvre, é amplamente discutido por diversos autores e movimentos sociais nos dias de hoje. A segregação socioespacial é uma realidade de diversas cidades brasileiras, de modo que o racismo e o sexismo se expressam cotidianamente nas desigualdades espaciais e sociais. Trazer o conceito de direito à cidade para a discussão, é pensar num modelo de cidade que possa ser vivida e experimentada coletivamente, onde a cidade não seja projetada e pensada em função dos interesses do capital, e sim das pessoas que circulam por estes espaços. O artigo não tem a pretensão de construir certeza, mas tentar apontar um caminho de associação entre a dinâmica de produção e reprodução dessas desigualdades raciais e de gênero e a dinâmica de se fazer e se refazer da cidade do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Direito à cidade; Espaço; Gênero; Raça.

Abstract: The article brings a theoretical discussion of the debate about the right to the city from a gender and race perspective. Space is the product of interrelationships, constituted by interactions that allow the existence of multiplicities. It is plural, open, relational and is in a constant process of becoming, allowing the coexistence of diverse people, experiences and trajectories. It is also the locus for the reproduction of inequalities, such as those of class, gender and race - that structure the Brazilian socio-spatial formation and to this day are expressed in racism and sexism and spatial segregation - reality of several Brazilian cities. In this way, bringing the concept of the Right to the City to this debate is to think of a model of a city that can be lived and experienced collectively, where the city is not projected and designed according to the interests of the capital, but of the people that circulate through them urban spaces.

Keywords: Right to the city; Space; Gender; Race.

Introdução

O espaço é o produto de inter-relações, sendo constituído por interações que possibilitam a existência de multiplicidades, onde diversas trajetórias coexistem. É plural, aberto, relacional e está num constante processo de devir, não se encontra fechado em si mesmo (MASSEY, 2008).

Sua produção não é espontânea, é um processo contínuo e dinâmico. Na lógica capitalista, o espaço, é um meio de produção materialista, controle e potência, lócus das relações sociais e de produção do trabalho. (LEFEBVRE, 2013). Mas para que(m) serve o espaço?

El espacio (social) es un produto (social). [...] Mucha gente no aprobará que el espacio haya adquirido em el modo de producción actual y em la sociedad tal cual es una espécie de realidade propia, de similar alcance y em el mismo processo global que la mercancía, el dinero y el capital, aunque sea una realidade claramente distintiva. Otros, ane esta paradoja, exigirán pruebas. De que el espacio así producido sirve tanto de intromento del pensamiento como de la acción; al mismo tempo, que constituye um médio de producción, um médio de control y, em consecuencia, de dominación y de poder, pero que escapa parcialmente, en tanto que tal, a los que sirven de él. Las fuerzas sociales y políticas (estatales) engendraron este espacio al intentar adueñarse de él completamente, sin llegar no obstante a conseguirlo; las mismas fuerzas que impulsan la realidade espacial hacia una espécie de autonomía imposible de dominar pugnan por agotarla, firjala com el propósito de sojugarla. ¿Sería éste um espacio abstracto? Sí, pero también um espacio <<real>>, como la mercancía y el dinero, abstracciones concretas. ¿Sería um espacio concreto? Sí, sin duda, pero no del mismo modo que un objeto, que un produto cualquiera. (LEFEBVRE, 2013, p. 86)

A partir desta lógica, pode-se pensar no espaço urbano enquanto mercadoria, que no caso deste artigo, a cidade estudada é o Rio de Janeiro. De acordo com Ferreira (2011), ao analisar a cidade do Rio de Janeiro, e como seus agentes e atores sociais produzem o espaço urbano, temos de ter em mente que esta é uma grande cidade capitalista. Para o autor, o capitalismo vem se apropriando da espacialidade não apenas por meio da produção da cidade enquanto mercadoria, mas também na produção da cultura, ideologia e do próprio espaço, por meio da mídia e da imprensa. Um desses exemplos se deu no processo de remodelação da cidade para receber os Megaeventos (Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016). A mídia possuiu um papel central, desde seu início, na escolha do país e da cidade sede, apoio às remoções para que as obras pudessem ocorrer...

Segundo Lefebvre (2001, 2013) é impossível pensar a cidade moderna sem concebê-la como produto. A cidade e seu núcleo urbano tornam-se produto de consumo para estrangeiros, turistas, pessoas oriundas da periferia, suburbanos¹ e sobrevive graças ao duplo papel de lugar de consumo e consumo do lugar. Para o autor, a cidade depende o seu valor de uso, pois o valor de troca e a generalização da mercadoria pela

¹ É importante salientar que Henri Lefebvre escreve sua teoria tomando Paris como exemplo. Lá, os subúrbios são o local que a classe média escolhe para morar. Um outro exemplo são os subúrbios que aparecem nos filmes e seriados norte-americanos. Para compreender a realidade carioca, recomenda-se a leitura do livro “O rapto ideológico da categoria subúrbio: Rio de Janeiro 1858-1945, de Nelson da Nóbrega Fernandes.

industrialização possuem a tendência de destruir a cidade e a realidade urbana. É nesta linha que Henri Lefebvre cria o conceito de Direito à Cidade, no livro homônimo, conceito que vem sendo desenvolvido em livros anteriores. Ao transformar a cidade no centro de consumo, a lógica da cidade voltada para os encontros, a cultura, a vida social se perde, para dar lugar à uma cidade-mercadoria, voltada para a produção capitalista. Toda a lógica da cidade, deixa de ser pensada e voltada para as pessoas (desde o transporte até a cultura, por exemplo) e dão lugar ao mercado.

A qualidade de vida urbana tornou-se uma mercadoria para aqueles com dinheiro, assim como a própria cidade, num mundo onde o turismo, o consumismo, o marketing de nicho, as indústrias culturais e de conhecimento, e também a perpetua dependência em relação a economia do espetáculo, tornaram-se os principais aspectos da economia política do desenvolvimento urbano. Com uma economia que agora depende mais e mais do consumismo e do sentimento do consumidor como força motriz (e responsável por 70% da economia dos EUA contemporâneos, em comparação com 20% no século XIX), a organização do consumo pela urbanização tornou-se absolutamente central a dinâmica do capitalismo. (HARVEY, 2011, p. 143)

O espaço passa, desta forma, a ser voltado para a dinâmica do capital financeiro, do city-marketing, da especulação imobiliária. Nessa perspectiva, devemos lembrar que o espaço, enquanto produtor das relações sociais, produz também as relações de gênero e de raça, e dentro dessa lógica de produção materialista, produz-se também as desigualdades e socioespaciais. Para compreender a cidade do Rio de Janeiro, é necessário refletir acerca de questões estruturantes da sociedade brasileira como as diferenças de classe, o sexismo, e principalmente a escravidão e suas algumas de suas consequências, como o racismo, discriminação e a segregação espacial.

Gênero e direito à cidade

O gênero é utilizado para designar, por meio das relações sociais, papéis e padrões de comportamento pré-determinados de acordo com o sexo biológico, dos conceitos de homem e mulher. Estas construções sociais, permeadas pela dominação masculina, se organiza nas relações sociais de gênero que reproduzem estereótipos, além da idealização do que é considerado feminino e masculino - padrões de comportamento e traços de personalidade que são atrelados a mulheres e homens. Justifica-se que estas diferenças entre ambos sejam percebidas como fatos da natureza (BAIRROS, 1995; SCOTT 1989). E isto se dá em diversas esferas, cultural, social e espacial. De acordo com Silva (2014) o uso de conceito de gênero nessa perspectiva traz

o espaço como categoria fundamental de análise, pois o papel de um homem ou uma mulher é construído de forma relacional, dependendo de cada contexto.

Desta forma, as relações de gênero estão presentes na sociedade e nos diferentes espaços, seja na esfera pública ou privada e tendo de acordo com Sorj (2004) e Souza (2007) um de seus muitos resultados a divisão social e sexual do trabalho. Ao longo da história ocidental, o espaço da esfera pública é considerado como dos homens, do trabalho produtivo, dos direitos, da igualdade. Já a esfera privada, a casa, é considerada como o lugar da domesticidade, do afeto, da intimidade, do trabalho reprodutivo: Existem lugares considerados “do homem” e “da mulher” dentro dessas duas esferas – assim como papéis de gênero a serem exercidos, assim como atribuições voltadas também ao mercado de trabalho.

No século XX, a partir dos anos 1970, o feminismo contemporâneo revelou, analisou e teorizou sobre essa divisão [sexual do trabalho], produzindo avanços na teoria crítica e colocando em questão o conceito de trabalho que ao longo do tempo foi referido apenas ao trabalho produtivo e assim foi tratado pelas ciências sociais, pela economia, nos planos de desenvolvimento das políticas nacionais e dos organismos internacionais. O trabalho reprodutivo ou trabalho doméstico, assim definido no contexto da sociedade capitalista, esteve fora do conteúdo que dava significado ao conceito de trabalho até muito recentemente. (ÁVILA e FERREIRA, 2014, p. 15)

Santos (1977) afirma que a casa, o lugar de trabalho, os pontos de encontro, os caminhos que unem esses pontos, são igualmente elementos passivos que condicionam a atividade dos homens e comandam a prática social. Neste aspecto, conclui-se que a cidade é vivenciada de diferentes formas para os indivíduos em seu cotidiano e, desta forma, pode-se concluir que o espaço, enquanto produtor das relações sociais, produz também as relações de gênero e de raça. Além da materialidade, o espaço pode ser compreendido por meio de relações de diversas naturezas, como por exemplo a de grupos de que, em relação a um grupo dominante, possuem menor poder econômico, político e cultural. Porém, estes últimos, vivenciam o espaço sem conseguir construir marcas tão expressivas - o que não quer dizer que estes não vivam espacialmente. (MASSEY, 2008).

Como salienta Davis (2016) embora a “dona de casa” tenha suas raízes nas condições sociais da burguesia e das classes médias, a ideologia do século XIX estabeleceu a dona de casa e a mãe como modelos universais de feminilidade. É importante frisar, como aponta Carneiro (2003), há um contingente significativo de mulheres negras inseridas no mercado de trabalho como empregadas domésticas ou

ocupando postos de trabalhos de baixa remuneração. As mulheres negras encontram-se na base da pirâmide social.

A preocupação feminista pela cidade surge do questionamento da distribuição desigual destes espaços, tanto na esfera doméstica quanto na pública, desenvolvendo processos sociais e atividades culturalmente chamadas de femininas e influenciadas por uma perspectiva de planejamentos masculina, branca e dominante. Existem espaços onde certos grupos sociais ou indivíduos sentem-se habituados, e ao mesmo tempo, espaços que são estranhos para estas pessoas (RATTS, 2003; VILLÁGRAN, 2007).

Pensar o espaço é pensar no direito à cidade, fundamental na perspectiva feminista. Os espaços, públicos e privados, são vividos de formas diferentes para mulheres e homens, negros e brancos (RATTS, 2003). Desta forma, o lar e a rua são os espaços da diferença. Às mulheres, cabe o espaço privado, enquanto o espaço público e da política é o espaço dos homens (brancos). O espaço é construído para e por estes homens.

As desigualdades socioespaciais são nítidas no espaço urbano no que tangem o acesso de direitos, principalmente da plena circulação. É importante salientar que a periferia é o local onde os serviços e direitos (como transporte, saneamento, médico, moradia, iluminação pública) chegam de forma mais escassa. A vivência no espaço público diferencia-se para mulheres brancas e negras, visto que encontramos mais mulheres negras na periferia.

Há um mito voltado para a universalidade das mulheres, como se todas sofressem as mesmas opressões. Há uma noção monolítica, singular, homogênea e reducionista das diferenças entre mulheres, uma espécie de universalização da mulher. Como se “mulheres” fosse um grupo com interesses idênticos, independente da classe social, localização ou contradições raciais. (MOHANTY, 2008; PIEDADE, 2007; RIBEIRO, 2017). Mulheres negras não sofrem apenas com o machismo, e sim com o racismo e o machismo, intercruzados, interseccionados (CREENSHAW, 1991; DAVIS, 2016). A interseccionalidade denomina como as opressões de classe, raça e gênero, interagem em conjunto na vida de mulheres negras e em suas experiências de trabalho, na formação de seus caminhos e de suas vidas, criando desigualdades estruturantes. Gênero, raça e classe não devem ser observados como experiências separadas na análise de vida destas mulheres, pois para a autora não há limite entre onde começa ou termina o racismo e o sexismo, pois ambos agem de forma inseparáveis em suas trajetórias.

O corpo feminino encontra-se vulnerável em seus deslocamentos diários - seja na rua ou no transporte público - devido à uma cultura que massivamente sexualiza o corpo das mulheres – principalmente as mulheres negras, que tem sus corpos hiperssexualizados pela cultura patriarcal, basta pensar na figura da Globeleza. O medo do estupro e a convivência com o assédio, infelizmente, são diários para uma mulher e fazem lembrar que o espaço não pertence a este grupo – seu lugar é na cozinha, locais onde ocorrem também os casos de violência doméstica e de feminicídio, que de acordo com Piedade (2017), 65,3% das mulheres assassinadas no Brasil em 2015 eram mulheres negras. A violência se mantém na falsa dicotomia do espaço público e do privado.

Raça e direito à cidade

Em uma rápida pesquisa em site de buscas na internet, encontramos diversas reportagens sobre casos de depredações e destruição de terreiros umbanda e candomblé na cidade do Rio de Janeiro. Não é nosso interesse durante esse trabalho abordar a tema do racismo religioso, todavia, essas ações ilustram um pouco das tensões que envolvem a formação e a sociabilidade da cidade. Uma metrópole com mais de 450 anos de existências e que passou por inúmeras transformações para acompanhar o curso da história e se manter como uma das cidades mais importantes do mundo. Caminhar pela cidade, é deparar-se constantemente com uma coexistência entre o velho e o novo, os sobrados, as ruas estreitas, mas também as ruas largas e os edifícios modernos. As Igrejas, como a da Candelária, resistem em meio ao processo de fazer e refazer da cidade. Porém é necessário indagar, porque as Igrejas seguem “intocadas” e vemos um constante ataque aos Terreiros de religiões de Matrizes africana? Para nós, isto é reflexo de uma dimensão racial da formação urbanística da cidade voltada para a exclusão de grupos racializados.

Numa simples caminhada pelo centro do Rio de Janeiro é possível ver as transformações que cidade passou ao longo de mais de 450 anos de existência. Os sobrados nas ruas estreitas resistem em meio aos edifícios modernos e ruas mais largas, o que demonstra as transformações urbanísticas de umas das cidades brasileiras mais importantes economicamente e culturalmente. Com mais de quatro séculos de existência, o Rio de Janeiro passou por transformações radicais na direção para ao brilhantismo nacional e internacional.

Em meados do século XIX, o Rio de Janeiro ainda era uma cidade pequena e limitada perto dos morros, com uma pequena classe dirigente, uma população majoritariamente de escravos e pouco trabalhadores livres convivendo próximos uns aos outros, e sem transportes coletivos. A cidade começa a aumentar sua importância após os impactos oriundos dos conflitos na Europa decorrente da política de expansão de Napoleão Bonaparte, que resultou na vinda da Família Real portuguesa para o Brasil, tendo garantido independência política à cidade, e somado o reinado do café, tendo papel fundamental para expansão econômica da cidade. (GARCIA apud ABREU, 2006)

Portanto, a dinâmica urbana carioca no início do século XIX é caracterizada pela proximidade espacial entre as classes sociais, uma cidade de maioria da população escrava e poucos trabalhadores livres, elite política e econômica muito diminuta, a partir da chegada da família real portuguesa, acontecem importantes modificações na cidade e a formação de novas classes sociais. Somada a vinda da família real, a “cultura do ouro”, primeiro, e a “cultura do café”, depois, contribuíram para o desenvolvimento dos transportes, da indústria e o crescimento dos subúrbios (GARCIA, 2006)

A cidade passa por um processo de transformação que modificará as suas estruturas, a introdução do bonde de burro e do trem a vapor reorganiza o uso do espaço pelas classes sociais. As classes nobres rumam para ocupar os espaços na Zona Sul nos bairros servidos pelo bonde e as classes mais populares, os subalternizados, passam ocupar os caminhos abertos pelo trem e seguem em direção ao subúrbio (GARCIA apud ABREU, 2006). Somados a esses elementos, a escravidão teve um papel determinante na formação urbana e na distribuição das classes pela cidade. Os escravos que conseguiam fugir ou adquirir a carta de alforria, passaram a ocupar áreas pela cidade, entre as quais destaca-se os quilombos que ocupam a Tijuca, Santa Teresa e Corcovado, assim como o subúrbio da cidade (GARCIA, 2006). O Rio de Janeiro na metade do século XIX concentrou a maior população escrava urbana das Américas (GARCIA apud KARASCH, 2000)

Para Garcia (2006), a transição da cidade escravista para a cidade republicana conheceu um forte crescimento urbano que entre suas consequências trouxe a crise de moradias, através da expansão das relações capitalistas na produção da habitação e da exclusão da grande massa urbana dos meios de aceder à casa ou de pagar aluguel.

Já no final do século XX começam as primeiras tentativas de remoções com o objetivo bastante nítido de erradicar os cortiços e refazer a cidade. As remoções seguiam as tendências políticas da época, que buscava uma identidade nacional para

República em formação e tinha como característica populacional um contingente enorme de negros ex-escravos e mestiços, e para diversos intelectuais esse era o grande entrave para desenvolvimento nacional. Os negros, mulatos e mestiços eram constantemente estigmatizados e responsabilizados pelos surtos de doenças endêmicas.

Nesta dinâmica do fazer e refazer da cidade, as distribuições das classes pela cidade acontecem mediante a uma divisão social onde os mais pobres e a maioria negra passam a ocupar os espaços com as piores condições, falta de equipamentos públicos nas áreas de educação, saúde, saneamento (água, esgoto e energia elétrica) e transporte, além de áreas de convivência coletiva como parques e praças. Para Batista (2003), nas sociedades contemporâneas as classes dominantes selecionam um grupo reduzido de pessoas, de acordo com vulnerabilidade, e submetem à sua coação, estabelecendo um controle social. O controle social, organizado pelas classes dominantes através das instituições estatais, visa manter a “ordem” e reforçar os papéis sociais que cada indivíduo deve seguir.

Na cidade a divisão social entre bairros ricos, pobres, favela e asfalto, vai determinando o lugar de cada cidadão pela sua classe. Ainda segundo Batista (2003), seletividade produz uma dinâmica de distribuição seletiva que irá atingir somente aqueles que têm baixa defesa perante o poder punitivo.

Deste modo, a Reforma Pereira Passos, no início do século XX, promove a remoção dos cortiços, onde moravam pobres majoritariamente negros, sob o argumento da preocupação com a higiene e a saúde da população. No entanto, se deu também mediante a necessidade de expansão do mercado imobiliário num momento de crescimento econômico do país, de avanços das formas de relações capitalistas, que exigia mudanças estruturais na cidade condizentes com as pretensões das elites que objetivam figurar entre as nações civilizadas e modernas. (GARCIA, 2006)

Garcia (2006), afirma o bairro como lugar de reprodução social, expressa bem a diferenciação entre os grupos sociais e a segregação residencial. Se de um lado, o fenômeno das favelas tem sido elemento fundamental na história das cidades, em particular da parte dos mais subalternos que têm este como único meio de conquistar um lugar na cidade, do outro, as classes dominantes e o Estado trabalharam em conjunto ou separadamente para removê-las ou erradicá-las, sem oferecer soluções dignas que representem a real integração à cidade, como foi demonstrado com as políticas de remoção.

Para Oliveira (2014), o Rio de Janeiro vem passando nas últimas décadas por um outro processo que a transformou no principal laboratório das políticas de *City-marketing*, que através de ações governamentais reinscrever o projeto de dominação ao articular a dominação de classe e a questão racial mobilizando o discurso da harmonia e democracia racial, afim de vender a cidade a megainvestidores nacionais e internacionais.

Segundo Oliveira (2014), no contexto dos megaeventos, a cidade do Rio de Janeiro vive uma catarse coletiva elitista e racista que culmina em processos extremamente violentos e autoritários, como as remoções e realocações de habitantes de áreas altamente disputadas pelo mercado imobiliário - o caso da Vila Autódromo. A ação da polícia racista escolhe a cor como padrão de criminoso, sequestra, tortura e mata os cidadãos e moradores de favelas sob a proteção das UPP's. (OLIVEIRA, 2014)

Muros são criados nas vias de circulação (Linha Amarela e Vermelha) e em favelas, tudo isso para esconder do turismo internacional as favelas e o fato da segregação carioca ter uma cor. Em outras palavras, é um princípio social higienizador de embelezamento estratégico da paisagem, que visa disciplinar as apropriações e os usos do espaço da cidade (LEITE, 2002). Ao mesmo tempo, cresce o número de jovens de classe média-alta que acorrentam, espancam, humilham e matam pessoas em situação de rua, suspeitas de assalto e/ou viciadas em crack, sob aplausos de inúmeros transeuntes e setores da mídia racista que os chamam de “anjos linchadores”. Estes saem com suas motos pelos espaços privilegiados economicamente, com porretes e correntes, para restabelecer o “clima de paz e tranquilidade”, isto é, a cidadania pau-brasil e a higienização social das suas localidades. (OLIVEIRA, 2014, p. 94)

Neste contexto, Oliveira (2014) afirma, que na dinâmica atual da cidade do Rio de Janeiro, os interesses dos capitalistas do meio urbano, expressa-se em uma divisão racial da cidade, gerindo-a a partir de uma perspectiva realizada da cidade, promovendo a mercantilização dos espaços por meio da especulação imobiliária e das obras de renovação e revitalização de pontos estratégicos da cidade como objetivo de atrair fomentar o turismo internacional.

Para Oliveira (2014), um dos principais elementos que vende a cidade para o turismo internacional é da ideia de democracia racial, através da valorização de três paisagens marcantes da cidade do Rio de Janeiro: as praias, o carnaval (tanto na rua quanto no sambódromo) e o futebol (marcadamente, Maracanã). Essas passagens são utilizadas de forma político/ideológica das áreas moles¹ como uma marca da identidade carioca e brasileira ligada a democracia racial.

Na cidade, os negros e pobres, são bem-vindos apenas em momentos que se permite. Neste cenário, a identidade social virtual dos pretos, pobres e favelados envolve um conjunto de categorização e atributo que determina o lugar onde podem estar presentes de acordo com os interesses da cidade negócio.

A mídia tem papel fundamental na difusão dos estigmas do Preto, Pobre e Favelado. É recorrente ao olharmos as matérias sobre apreensões de drogas e vermos a distinção feita entre aqueles que moram em favelas e bairros pobres - majoritariamente negros - e aqueles oriundos das regiões mais ricas da cidade, os brancos. Os primeiros são imediatamente denominados traficantes, mesmo aqueles com quantidade irrisória de drogas, já as manchetes dos brancos de classe média em geral são: “Jovens de classe média é apreendido com drogas”.

Conclusão

O espaço urbano é um dos lócus da reprodução das desigualdades de gênero, raça e classe. No Rio de Janeiro, de acordo com Campos (2007), a senzala, o quilombo, cortiços e favelas refletem a necessidade de manutenção de hierarquias por parte dos senhores de escravos, que se estabelecem historicamente e se mantêm até hoje por meio do racismo, da divisão racial e sexual do trabalho e da segregação espacial. Os grupos dominantes produziram a “estigmatização do espaço” que é apropriado pelas classes trabalhadoras: Do quilombo à favela. Para Souza (2007), além da segregação espacial a que negros e negras estão submetidos mediante uma herança colonial e cultural, há que se ater à discriminação vivida pela mulher negra em destaque, a quem a sociedade racista e sexista destinou lugares já demarcados.

Pensar no Direito à cidade para a população negra, jovem, mulheres e LGBTs, é pensar numa cidade que hoje nos parece, infelizmente, utópica. Uma cidade produzidas para as pessoas requer uma mudança desde a estrutura econômica, no sentido da produção do espaço, perpassando pela cultura e as relações sociais, visto que o racismo e o sexismo são produções culturais que se reproduzem na sociedade. Não adianta criar “Vagão rosa” no metrô e no trem do Rio de Janeiro – que inclusive, homens ocupam sem nenhuma cerimônia – enquanto homens continuarem a ejacular em mulheres nos demais vagões e nos ônibus. Não adianta criar campanhas de conscientização sobre a violência sobre a mulher, se outros tipos de campanha hiperssexualizam o corpo da mulher negra e possuem teor racista, como a Supervia fez em 2015. Não adianta apenas criar uma lei onde, depois de meia-noite as linhas de ônibus devem parar no local que a

mulher indicar – independente se for o ponto de ônibus, se na porta de casa esta mulher pode correr o risco de ser estuprada. Estas ações sozinhas, não garantem a mudança real e efetiva da estrutura social. Esta perpassa também pela educação, pela mídia e numa profunda mudança cultural e social.

Construir esse novo modelo de sociedade e cidade é pensar no fim da segregação socioespacial, da cultura do estupro, da estigmatização dos jovens negros e periféricos, das mulheres negras.

Referências bibliográficas:

ÁVILA, Maria Bethânia; FERREIRA, Verônica. **Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres**. Recife: SOS Corpo, 2014.

BAIROS, Luiza. Nossos Feminismos Revisitados. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, nº 2, p. 458-463, 1995.

CAMPOS, Andreilino. **Do quilombo a favela: A produção do espaço criminalizado**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2005.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos avançados**, São Paulo, USP, v. 17, n. 49, 2003.

CREENSHAW, Kimberlé. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color. **Stanford Law Review**, Vol. 43, No. 6. Jul. 1991.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FERREIRA, Álvaro. **A cidade no século XXI: Segregação e banalização do espaço**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2011.

GARCIA, Antonia dos Santos. **Desigualdades raciais e segregação urbana em antigas capitais: Salvador, cidade d'Oxum e Rio de Janeiro, cidade de Ogum**, 2006. 403 f. Tese de Doutorado, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

HARVEY, David. **O Enigma do Capital: E as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

LEFEBVRE, Henri. **La Produccion del Espacio**. Madrid: Capitán Swing, 2013.

_____. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

MASSEY, Doreen. **Pelo Espaço: Uma Nova Política de Espacialidade**. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MOHANTY, Chandra. Bajo los ojos de occidente: Academia Feminista y discurso colonial. In: NAZAZ, L. (org). **Descolonizando el Feminismo: Teorías y Prácticas desde los Márgenes**. Madrid: Ed. Cáteatra, 2008.

PIEIDADE, Vilma. **Dororidade**. São Paulo: Editora Nós, 2017.

OLIVEIRA, Denílson Araújo. O marketing urbano e a questão racial na era dos megaempreendimentos e eventos no Rio de Janeiro. **R. B. Estudos Urbanos e Regionais** V.16, N.1, p.85-106, /maio 2014

RATTS, Alecsandro José Prudêncio. Gênero, raça e espaço: trajetórias de mulheres negras. Comunicação apresentada no XX **Encontro Nacional da ANPOCS**, Caxambu-MG, out. 2003.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, n. 54, pp. 81-97, jun/1977.

SCOTT, Joan. Gender: a useful category of historical analyses. **Gender and the politics of history**. New York, Columbia University Press. 1989.

SILVA, Joseli Maria. Gênero e espaço: Esse é um tema de geografia? In: AZEVEDO, D. A (Org.). **Ensino de Geografia: Novos temas para geografia escolar**. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2014. p. 97-125.

SORJ, Bila. Trabalho remunerado e trabalho não-remunerado. In: VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely de (Org.). **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. 1ª edição. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004.

SOUZA, Lorena Francisco. **Corpos negros femininos em movimento: trajetórias socioespaciais de professoras negras em escolas públicas**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de estudos sócio-ambientais, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2007.

VILLÁGRAN, Paula Soto. Ciudad, ciudadanía y género. Problemas y paradojas. **Territorios 16-17** / Bogotá, p. 29-46, 2007.

A ORIGEM DO MUNDO E O NU FEMININO: UMA DISCUSSÃO PARA ALÉM DAS MOLDURAS

Mariana de Mendonça Braga
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Resumo: *A origem do mundo* foi pintada por Gustave Courbet em 1866 e esteve por mais de um século destinada ao lugar da obscenidade – daquilo que está literalmente fora de cena. Apenas em 1995, o quadro passou a integrar o acervo do Museu d’Orsay, estando, a partir de então, disponível para a apreciação dos visitantes. No entanto, ainda hoje, o potencial controverso da obra fomenta discussões que se estendem das diretrizes das redes sociais acerca da nudez até os limites entre erotismo e pornografia de maneira geral, principalmente no que se refere ao nu feminino.

Palavras-chave: *A origem do mundo*; nu feminino; redes sociais; censura.

Resumem: *El origen del mundo* fue realizada por Gustave Courbet en 1866 y estuvo por más de un siglo destinada al lugar de la obscenidad – de lo que está literalmente fuera de escena. Sólo en 1995, el cuadro pasó a integrar el acervo del Museo d’Orsay, estando, a partir de entonces, disponible para la apreciación de los visitantes. Sin embargo, aún hoy, el potencial controvertido de la obra fomenta discusiones que se extienden de las directrices de las redes sociales acerca de la desnudez hasta los límites entre erotismo y pornografía de manera general, principalmente en lo que se refiere al desnudo femenino.

Palabras clave: *El origen del mundo*; desnudo femenino; redes sociales; censura.

Entre lençóis quase brancos, emaranhados, repousa despido um corpo feminino. Desponta por debaixo de uma das dobras do tecido o bico róseo do peito cuja forma arredondada terá continuidade por todo o contorno da figura alva: dorso, ventre, coxas, nádegas. Ao centro, tão escuros quanto o fundo da imagem, encrespam-se pêlos fartos que se vão tornando escassos para deixarem escapar a púbis. A vulva à mostra, de lábios entreabertos, incita o nosso olhar.



Figura 1: COURBET, Gustave. *A origem do mundo*. 1866.
Óleo sobre tela, 46 x 55 cm. Paris, Museu d'Orsay.

Conta-nos a história da arte que *A origem do mundo*, datada de 1866, foi pintada por Gustave Courbet sob encomenda do diplomata turco Khalil Bey, um milionário colecionador de obras eróticas. A tela, que se pretendia um retrato o mais realista possível da anatomia feminina, não fora portanto confeccionada para exibição pública nos salões parisienses, a cujas noções de decoro certamente não se adequaria, visto que em sua composição não existe qualquer artifício que atenua a crueza do órgão sexual. Diferentemente de outros nus femininos pintados por Courbet, nela não há qualquer pano de fundo histórico ou literário que a legitime perante a moral vigente na Europa do século XIX.

Mesmo no âmbito privado, em posse de Khalil Bey, *A origem do mundo* esteve encoberta na sala de banhos do colecionador até o momento em que, tendo contraído dívidas de jogo, ele se viu obrigado a leiloá-la, juntamente com outras obras. Pouco se sabe da trajetória percorrida pelo quadro de Courbet até que este fosse adquirido pelo psicanalista Jacques Lacan em meados do século XX. De acordo com Jorge Coli, no artigo “Exposição, ocultação, contemplação: o olhar e o sexo feminino”, Lacan também mantinha a tela sob disfarce na edícula da sua casa de campo, escondida por detrás de uma outra tela, pintada por André Masson, que fazia uma alusão surrealista à primeira. Apenas aos amigos mais íntimos, concedia o privilégio de apreciar *A origem do mundo*, promovendo de tempos em tempos excursões que, segundo Coli, assemelhavam-se a rituais. Com a morte do psicanalista, a família de Lacan cedeu a obra ao Estado francês em razão de negociações acerca do pagamento de impostos referentes ao recebimento da herança.

Após mais de um século de sua criação, a tela pintada por Courbet foi finalmente mostrada a público pela primeira vez, em 1988, no Museu do Brooklyn em Nova York, por ocasião da exposição Courbet Reconsidered, e em outras mostras esporádicas nos anos seguintes. Somente em 1995, porém, quando ficaram resolvidos os trâmites burocráticos dos impostos de sucessão, ela passou a integrar o acervo do Museu d'Orsay em Paris, estando a partir de então permanentemente disponível para a apreciação dos visitantes. Assim é que *A origem do mundo*, até então destinada ao lugar da obscenidade – daquilo que está literalmente fora de cena – teve a sua transição para o lugar do cênico. Em outras palavras, a obra passou da esfera privada à pública.

Os disfarces que por tanto tempo encobriram o quadro ajudaram a criar em seu entorno uma “aura de mistério mítico” (COLI, 2011, p. 132), descrita por Coli nas cerimônias guiadas por Lacan. Originou-se, assim, aquilo que pode ser definido como “o paradoxo de

uma pintura famosa que raras vezes foi realmente vista”¹. Por um lado, isto repercutiu na “euforia no mundo da cultura, quando a obra passou do ‘obsceno’ para o ‘cênico’, do oculto para o exposto, do velado para o revelado” (COLI, 2011, p. 132). Em contrapartida, não foram poucas as reações e críticas negativas, e até hoje são recorrentes as tentativas de tornar a retirar do espaço proscênico a vulva pintada por Courbet, seja simbolicamente, seja de maneira mais concreta.

No ano de 2013, o perito em pintura Jean-Jacques Fernier alegou ter finalmente encontrado o rosto que completaria a genitália exposta em *A origem do mundo*. Na imagem descoberta por um colecionador de arte em um antiquário parisiense, a modelo identificada como Joanna Hiffernan apresenta um semblante comum a muitos retratos femininos do século XIX, no qual há uma indefinição ambígua entre as expressões de um corpo sem vida ou em êxtase erótico. Seria um alibi eficaz para amenizar o caráter explícito da tela, porém representantes do Museu d’Orsay logo descartaram a hipótese de que o quadro de 1866 fosse apenas um fragmento incompleto de uma obra maior.



Figura 2: PETIT, Matthias. Ilustração publicada na revista *Paris-Match* em 07 fev. 2013. Tradução livre: “A RECONSTITUIÇÃO: Eis o estudo a lápis tal como retraçamos de acordo com a pesquisa feita pelo homem na origem da descoberta. Seu quadro, comprado por 1.400 euros em um antiquário, vale hoje 40 milhões”.

¹Tradução livre de trecho do texto de apresentação da obra no site oficial do Museu d’Orsay: “*L’Origine du monde* [...] représente le paradoxe d’une oeuvre célèbre, mais peu vue”. Disponível em: <https://goo.gl/jKJTKs>.

Em 2012, o próprio Jorge Coli, professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), sofreu censura durante uma palestra ministrada na Academia Brasileira de Letras (ABL) para o ciclo “Mutações: o futuro não é mais o que era”, organizado por Adauto Novaes. A conferência “O sexo não é mais como era” – acerca das noções de erotismo e pornografia na história da arte – estava sendo transmitida em tempo real pelo *site* da instituição quando, referindo-se ao quadro *A origem do mundo*, Coli utilizou a palavra “boceta”. A transmissão foi imediatamente cortada, sob posteriores alegações de que o conteúdo virtual veiculado pela ABL destinava-se a um público-alvo de variadas faixas etárias, incluindo menores de idade. Em entrevista ao portal *O Globo*², o professor explicou que o termo referente ao órgão sexual feminino fora retirado da crítica à tela de Courbet publicada por Philippe Murray na revista *Art Press* em 1991, ano em que a obra havia sido exibida para o público de Ornans, na França. Observou ainda que sua fala discutia justamente o conservadorismo e puritanismo que, segundo Coli, oprimem o imaginário na atualidade, no que consiste a ironia do caso narrado.

É curioso constatar que, logo no princípio, Jorge Coli alerta o público de que a palestra tratará de sexo e pornografia de maneira “*hard*” [pesada], nas palavras do professor (COLI, 2012). Além disso, ele mesmo hesita longamente ao se apropriar do termo utilizado por Murray no trecho citado. Nesse momento, o constrangimento torna-se nítido e chega a ser verbalizado – “tem palavras [...] que eu não digo nem para mim na frente do espelho do banheiro, quanto mais em público [...]” (COLI, 2012) –, ainda que ao longo da apresentação tenham sido mostradas imagens cujo teor sexual era explícito, contendo “cenas dignas de qualquer manifestação pornográfica dentro da *internet*” (COLI, 2012), como a série de fotografias da prostituta Cicciolina com seu marido, Jeff Koons.

Um ano antes, em 2011, tinha início a disputa jurídica entre o professor francês Frédéric Durand-Baïssas e os representantes do Facebook. O usuário da rede social alega ter tido sua conta desativada minutos após publicar em seu perfil a imagem da tela *A origem do mundo*, por desrespeitar os padrões de uso da comunidade. Sentindo-se lesado em seu direito à liberdade de expressão, Durand-Baïssas resolveu prestar queixa à justiça francesa, porém a acusada esquivou-se do processo por um tempo, argumentando que só poderia ser julgada na Califórnia (EUA), onde se localiza a sede da empresa de Mark Zuckerberg. O impasse se estendeu até 2016, quando o Tribunal de Recurso de Paris determinou que os tribunais franceses eram competentes para dar continuidade ao julgamento.

²Matéria publicada pelo portal *O Globo* em 14 set. 2012. Disponível em: <https://glo.bo/2MrkG1o>.

Opuseram-se então acusador e acusada perante a corte: de um lado, o professor pedia o restabelecimento de seu antigo perfil e uma indenização de 20 mil euros por todos os textos de sua autoria que ele havia publicado na página e perdera; do outro, os representantes da rede social passaram a afirmar que o cancelamento da conta teria acontecido pelo fato de Durand-Baïssas usar um pseudônimo no referido perfil, o que desrespeitava as normas da comunidade. Além disso, o Facebook exigia o pagamento do valor simbólico de um euro pelos danos causados à sua imagem. Finalmente, em março de 2018, a ação teve um desfecho. Foi deliberado que, embora a empresa americana tenha cometido um erro de análise acerca da pintura do século XIX, este erro não acarretou nenhum prejuízo ao professor francês, que pôde criar um novo perfil sem impedimentos. Desse modo, ambas as partes foram isentas do pagamento de indenizações e a conta fechada em 2011 não foi reativada.

Insatisfeita tanto com a decisão judicial quanto com o desenrolar da ação, Marion Cottineau-Jousse, uma das advogadas de Durand-Baïssas, declarou seu pesar ao *Le Monde*³ pela corte não ter se debruçado sobre aquilo que para ela deveria ter sido o foco principal: a censura ao quadro de Courbet. A advogada de acusação lamentou ainda que, durante o pronunciamento do veredito, sequer tenham sido mencionados os termos “arte” e “nudez”, e que não foi levantada a questão subjacente a todo o processo: por que são, em geral, as representações do corpo feminino que sofrem censura? Frédéric Durand-Baïssas sublinhou a nebulosidade das políticas de moderação do Facebook, as quais dificultam aos amantes de arte, e aos usuário em geral, entender os limites entre o que pode ou não ser publicado. Ao tomar conhecimento da decisão, os representantes da rede social notificaram, por sua vez, ao jornal francês que *A origem do mundo* é um conteúdo perfeitamente adequado à plataforma.

Ainda que nos tribunais o debate sobre as normas e padrões da comunidade referentes à nudez possa ter sido insatisfatório, as reflexões acerca do polêmico episódio e seus desdobramentos não se encerraram com a decisão judicial. A notícia teve bastante repercussão entre o público das mídias virtuais e surgiu na *internet* uma imagem manipulada da tela *A origem do mundo*, na qual a vulva pintada por Courbet veste uma calcinha com a logomarca do Facebook, da qual alguns pelos pubianos conseguem se desvencilhar. A figura de autoria desconhecida faz uma referência de caráter bastante irônico ao caso de censura.

³Matéria publicada pelo jornal *Le Monde* em 15 mar. 2018. Disponível em: <https://lemde.fr/2LORu39>.



Figura 3

Em 2015, quando ainda estava em curso o processo iniciado por Frédéric Durand-Baïssas, o Facebook reformulou seus Padrões da Comunidade, redigindo de maneira mais detalhada as regras concernentes à nudez. O “Fundamento da política” encontra-se disponível a qualquer internauta no *site* oficial da empresa, localizado na seção intitulada “Conteúdo questionável”, dentro do tópico “Nudez adulta e atividades sexuais”:

Restringimos a exibição de imagens com nudez ou atividade sexual porque algumas pessoas podem ser especialmente sensíveis a esse tipo de conteúdo. Além disso, removemos por padrão imagens sexuais para impedir o compartilhamento de conteúdo de menores ou não consentido. As restrições relativas à exibição de atividade sexual também se estendem ao conteúdo digital, salvo quando publicado por motivos educativos, humorísticos ou satíricos.

Nossas políticas a respeito de nudez ficaram mais flexíveis com o passar do tempo. Entendemos que a nudez pode ser compartilhada por variadas razões, inclusive como forma de protesto, para conscientização sobre uma causa ou por motivos médicos e educacionais. Quando tal intenção fica clara, abrimos exceções para o conteúdo. Por exemplo, embora restrinjamos algumas imagens dos seios femininos que incluam o mamilo, permitimos outras imagens, incluindo as que mostram atos de protesto, mulheres engajadas ativamente na causa da amamentação e fotos de cicatrizes pós-mastectomia. Também permitimos fotos de pinturas, esculturas e outras obras de arte que retratem figuras nuas. (Facebook, 2015)

Note-se que nas novas normas flexibilizadas pela rede social há permissão explícita para a veiculação de imagens que contenham nudez desde que, entre outras exceções, elas pertençam à categoria “obras de arte”. Apesar disso, o caso da tela *A origem do mundo* não teria sido o primeiro nem o último em que uma obra de arte foi alvo de algum tipo de restrição. Recentemente, por exemplo, já em 2018, o Facebook censurou a publicação de uma fotografia da *Vênus de Willendorf*, uma escultura paleolítica datada de cerca de 30 mil anos atrás e descoberta em 1908. Entre “fotos de pinturas, esculturas e outras obras de arte que retratem figuras nuas”, é extensa a lista daquelas que já foram julgadas inapropriadas pela moderação da rede social, ainda que estivessem de acordo com os critérios divulgados no *site*.

O problema se agrava quando se trata de uma imagem ou peça contemporânea, pois nesse caso a obra não dispõe do aval da tradição, o que dificulta a avaliação dos moderadores.

Sergio Amadeu da Silveira, professor da Universidade Federal do ABC, discute o controle exercido pelas redes sociais sobre o conteúdo nelas publicado por seus usuários no artigo "Interações públicas, censura privada: o caso do Facebook". Segundo o autor, a enorme adesão da população de diversos países à plataforma criada por Mark Zuckerberg gerou desdobramentos no debate de questões cruciais à democracia, tais como a liberdade de expressão e a privacidade (SILVEIRA, 2015). O principal problema advém da “indistinção entre o que é estritamente privado e o que é claramente público” (SILVEIRA, 2015).

O Facebook é uma rede transnacional de relacionamento social que funciona como lugar de interação entre pessoas de variados perfis que compartilham discursos, gostos, opiniões, causas, visões de mundo, etc. Portanto, pode ser considerado, a par de outras redes sociais *on-line*, um espaço público interconectado. Por outro lado, essas plataformas se articulam como organizações privadas, dispondo de documentos definidos pelos seus gestores que ditam normas de funcionamento e termos de uso com os quais os usuários precisam estar de acordo para nelas se cadastrarem e permanecerem, sob pena de terem suas contas desabilitadas ou suspensas, ou de remoção das publicações que infrinjam essas regras. Silveira explica que, embora estejam submetidas a legislações nacionais, as redes sociais não seguem preceitos de uma Constituição nem abrem suas normas à votação. Desse modo, não se veem obrigadas a respeitar as “liberdades fundamentais que constituíram as democracias liberais” (SILVEIRA, 2015), bem como reservam-se o direito de mudar sem qualquer aviso ou justificativa os documentos que as regulam, de acordo com o interesse dos administradores ou investidores. Trata-se, afinal, de um negócio.

O artigo elenca dez episódios de punição ou exclusão de usuários ocorridos durante os anos de 2012 e 2013 entre os quais sete parecem ter sido motivados pela norma de proibição a imagens de nudez, o que aponta uma contradição interessante:

A liberdade de criação artística integra a liberdade de expressão. Trata-se de um dos direitos fundamentais que compõe as liberdades básicas, tão caras às doutrinas que vão do liberalismo até as democracias radicais. A pesquisa aqui realizada aponta que a maioria dos dez casos de censura praticada pelos administradores do Facebook tratava de bloquear imagens de nudez. Tal procedimento parece originar-se em uma estética com a finalidade de condução ou de modulação dos indivíduos conectados conforme uma perspectiva de vida conservadora. Simultaneamente, a plataforma de relacionamento se esforça para ser identificada com as mais radicais inovações tecnológicas, expressões de um progresso advindo da crença de uma neutralidade totalizante e positiva inerente ao mundo da técnica. (SILVEIRA, 2015)

Desse modo, as redes sociais existem e são cada vez mais aprimoradas graças a inovações associadas a um intenso progresso tecnológico que possibilita a criação de um espaço virtual de interação pública no qual milhões de indivíduos se envolvem em debates de cunho político e social. Em contrapartida, esse espaço é controlado pela esfera do privado, estando subordinado à vontade de gestores, proprietários, acionistas e investidores. Uma administração que com frequência se mostra de um conservadorismo inverso à proposta de inovação científica, dotada de um viés moralista que não tolera manifestações que remetam à sexualidade e que, portanto, são censuradas. Nas palavras de Sergio Amadeu da Silveira em paródia a Nelson Rodrigues: “Toda nudez será castigada nas páginas do Facebook” (SILVEIRA, 2015).

Entretanto, se toda nudez será castigada, as punições destinadas à nudez feminina parecerem ser aplicadas com maior frequência nas redes sociais, mesmo porque a exibição do corpo feminino sofre maiores interdições, social e culturalmente, se comparada à do corpo masculino, o que se reflete nas restrições do meio virtual. Além disso, as normas e padrões relativos à publicação de imagens de corpos de mulheres contam com especificidades que variam dependendo do contexto. Convém verificar alguns tópicos da lista disponibilizada pelo Facebook de itens que, segundo os Padrões da Comunidade, não podem ser publicados pelos usuários:

Imagens de:

Adultos despidos, sendo a nudez definida como:

- Genitália visível
- Ânus visível e/ou imagem aproximada das nádegas completamente despidas, salvo se a imagem tiver sido manipulada [*photoshopped*] em uma figura pública
- Mamilos femininos descobertos, salvo no contexto de amamentação, parto e momentos pós-parto, saúde (por exemplo, mastectomia, conscientização sobre o câncer de mama ou cirurgia de confirmação de gênero) ou um ato de protesto

(Facebook, 2015)

O que primeiro se observa no trecho é a imprecisão contrastante com a tentativa de detalhar aquilo que se entende como nudez. O segundo tópico, por exemplo, parece apontar para uma diferença de tratamento entre usuários comuns e figuras públicas, cuja exposição das nádegas é tolerada caso estas tenham sido alteradas em programas de edição. Entendida desse modo, esta regra já causa estranhamento, porém o texto é redigido de forma ambígua,

deixando brecha para a interpretação de que é permitido inserir imagens de nádegas despidas em montagens envolvendo pessoas públicas.

Já no terceiro tópico, a ressalva a respeito da publicação de “mamilos femininos descobertos” em contexto de “cirurgia de confirmação de gênero” é passível de duas diferentes análises partindo de uma lógica binária de definição de gêneros: caso faça referência a homens transexuais que removam seus seios para confirmação do gênero masculino, não haveria sequer necessidade da ressalva, posto que, nesta circunstância, os mamilos pertencem a um corpo masculino, e não feminino. A segunda hipótese é de que a cirurgia em questão destina-se ao implante de seios, e neste caso fica a dúvida: então mulheres transexuais podem publicar fotos com os mamilos à mostra? Além disso, o que categoriza um “ato de protesto”? Em um cenário no qual mulheres estão culturalmente subjugadas a um cerceamento mais rigoroso do próprio corpo, não seria quase qualquer publicação de seios femininos inteiramente nus um ato de protesto?

Independentemente das possíveis interpretações, o que mais interessa aqui é pontuar a divisão de gêneros estabelecida pelos Padrões da Comunidade do Facebook quanto à determinação do que é ou não nudez. Ao corpo masculino, fica vetada a exibição da genitália e do ânus; ao corpo feminino, acrescentam-se os mamilos. É evidente que essa restrição não caracteriza qualquer novidade ou particularidade do Facebook. Os gestores da plataforma apenas seguem o padrão de uma sociedade onde o corpo da mulher é hipersexualizado a tal ponto que mostrar determinadas partes em público só é aceitável caso haja um contexto estritamente compreendido como não sexual que legitime seu desvelamento, a despeito de essas mesmas partes serem invariavelmente consideradas inofensivas no corpo do homem.

Ao longo dos anos, algumas manifestações *on-line* surgiram em resposta à censura praticada pelas redes sociais. Em 2015, difundiu-se na *internet* a campanha *Acceptable Male Nipple* [Mamilo Masculino Aceitável], criada um ano antes pelo artista plástico americano Micol Hebron em apoio à luta das mulheres pela igualdade de gênero e pelo direito de exhibir livremente seus seios nas mídias virtuais. Hebron publicou em seu perfil do Facebook uma foto recortada de seu mamilo acompanhada da sugestão de que ele fosse usado como adesivo sobre bicos de seios femininos à mostra, de maneira a torná-los aceitáveis segundo os Padrões da Comunidade. A crítica revestida de um profundo sarcasmo originou a seguinte imagem, de autoria desconhecida, que se tornou viral:

THIS IS A MALE NIPPLE:



If you are going to post pictures of topless women, please use this acceptable male nipple template to cover over the unacceptable female nipples.

(Simply Cut, Resize and Paste)

**THANK YOU FOR HELPING TO MAKE
THE WORLD A SAFER PLACE.**

Figura 4: Autoria desconhecida. Tradução livre: ISTO É UM MAMILO MASCULINO: Se você for publicar fotos de mulheres com os seios descobertos, por favor, use este adesivo de mamilo aceitável para cobrir os inaceitáveis mamilos femininos. (Apenas corte, ajuste o tamanho e cole.) OBRIGADO POR AJUDAR A FAZER DO MUNDO UM LUGAR MAIS SEGURO.

Comprado pela empresa de Mark Zuckerberg em 2012, o Instagram também possui regras específicas que proíbem a publicação de imagens de seios completamente desnudos. A justificativa se baseia no fato de a plataforma de compartilhamento de fotos e vídeos ser uma comunidade composta por pessoas de variadas culturas, idades e crenças. Vejamos um trecho das Diretrizes da Comunidade:

Publique fotos e vídeos apropriados para um público variado.

Sabemos que há momentos em que as pessoas podem desejar publicar imagens de nudez de natureza artística ou criativa, mas por vários motivos, não permitimos nudez no Instagram. Isso inclui fotos, vídeos e alguns conteúdos criados digitalmente que mostram relações sexuais, genitais e *close-ups* de nádegas totalmente expostas. Isso também inclui algumas fotos de mamilos femininos, mas as fotos de cicatrizes causados por mastectomia e mulheres amamentando são permitidas. Nudez em imagens de pinturas e esculturas também é permitida. (Instagram, sem data)

Em contraposição à política de “dois pesos e duas medidas” das redes sociais, três estudantes de Design de Mídia Social resolveram desafiar as diretrizes do Instagram relativas à nudez. Evelyne Wyss, Marco Russo e Morgan-Lee Wagner criaram a conta Genderless Nipples [Mamilos sem gênero], dedicada exclusivamente à publicação de fotos em *close* de mamilos diversos enviadas sob anonimato pelos seguidores, de maneira que se torna quase impossível distinguir entre masculinos ou femininos. E é precisamente este o ponto levantado pelo projeto: se a própria plataforma é incapaz de notar a diferença, qual seria o sentido de permitir a exibição de mamilos pertencentes a corpos de homens e considerá-los obscenos em corpos de mulheres?

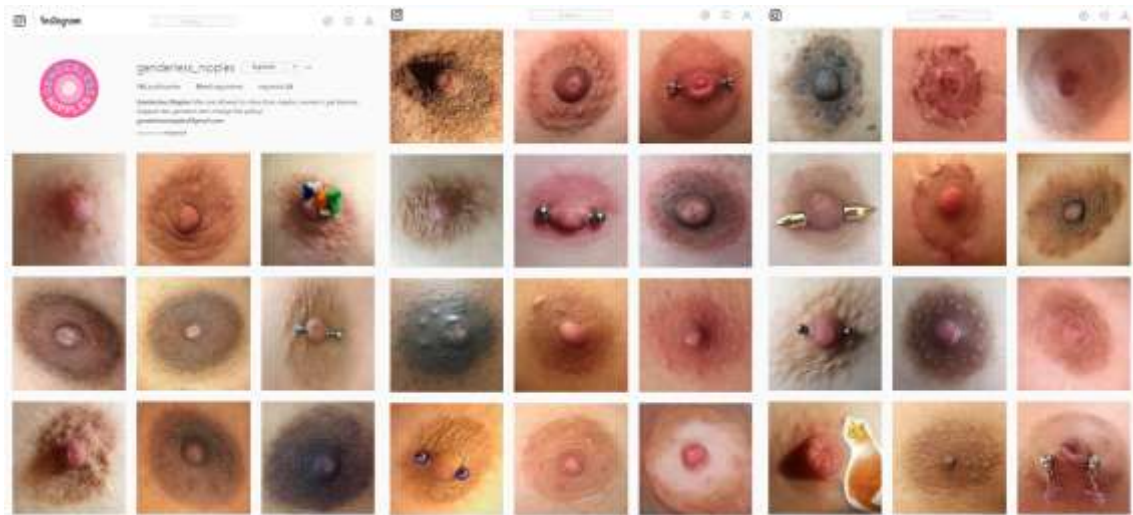


Figura 5: Capturas de tela da conta de Instagram @genderless_nipples. Texto de descrição: “Men are allowed to show their nipples, women's get banned. Support ALL genders! Let's change this policy!” Tradução livre: “Homens têm permissão para mostrar seus mamilos, mulheres são banidas. Apoie TODOS os gêneros! Vamos mudar essa política!”

Ocorre que a origem do debate sobre o que deve ou não ter espaço nas mídias virtuais advém de reflexões que antecedem em séculos o advento da *internet*. O cerne da questão parece estar na antítese entre termos que há muito perturbam a história da arte ocidental: erotismo e pornografia, cênico e obsceno, aquilo que pode vir a público e aquilo que deve estar reservado ao âmbito privado.

No estudo *O nu feminino: arte, obscenidade e sexualidade*⁴ (1992), Lynda Nead discorre sobre o papel das representações pictóricas do nu feminino no Ocidente, e principalmente na Europa. Fazendo um panorama que vai desde a Antiguidade Clássica ao século XX, a autora explica que enquanto o homem sempre esteve associado à racionalidade e à cultura, a mulher foi vinculada ao domínio da fisicalidade e natureza. O corpo feminino era visto como matéria sem limites, um corpo de contornos expansivos e insidiosos, em oposição à estética geométrica do corpo masculino. Seria, portanto, um corpo carente de contenção, que desafiava as formas clássicas da arte e por elas precisaria ser disciplinado, com o emprego de convenções e perspectivas. Como resultado, o nu feminino tornou-se o grande tema da pintura ocidental, constituindo-se como um símbolo de transmutação de pura natureza em pura cultura (NEAD, 1997, p.18).

Desse modo, contribuiu-se para que, no campo das artes visuais, corpo e sexualidade feminina fossem regulamentados pelo estilo masculino. Essa relação de poder era encenada

⁴Tradução livre do título original: *The Female Nude: Art, Obscenity and Sexuality*.

por pintor e modelo nos ateliês, e pode ser ilustrada até mesmo pela recorrente aproximação metafórica entre os pares pincel-falo e tela-corpo. Houve, portanto, uma espécie de domesticação do corpo feminino, subordinado a parâmetros de representação estabelecidos por homens e para a apreciação de homens.

A definição de nu artístico elaborada em 1985 pelo historiador e crítico de arte T. J. Clark é sintomática: “é uma imagem para ser contemplada pelo homem, na qual a mulher é construída como objeto de desejo do outro” (CLARK, 1985, p. 131). Para o historiador e crítico de arte, o limite entre representação erótica do corpo feminino e pornografia é tênue, sendo que o risco de ultrapassá-lo está diretamente relacionado à possibilidade de despertar instintos universais do corpo humano. Claro está que o universo a que o autor se refere é um tanto estreito, parecendo ser habitado somente por espécimes do “*connoisseur* heterossexual masculino”⁵, conforme assinala Lynda Nead (1997, p. 13-14). Além disso, as categorias de arte e não arte mostram-se bastante subjetivas, a depender da percepção desse espectador homogêneo.

Nesse contexto, tudo o que fugisse às convenções pré-estabelecidas era julgado como não apresentável, como algo que não deveria estar no espaço cênico ou sequer ser produzido. Não é preciso se afastar muito da atualidade para se deparar com exemplos dessa perspectiva de criação artística. Nead faz um resgate dos manuais técnicos de pintura popularizados na década de 1970, nos quais podem ser encontradas advertências tais como a de Jan de Ruth em uma seção do livreto *Pintar um nu* (1976) intitulada “Pintando mamilos”: “Não os pinte em rosa claro e evite detalhes. Isto atrairia a atenção, sugerindo o tipo de qualidade erótica barata menos desejável” (RUTH, 1976, p.122). O que talvez demonstre que não é de hoje que mamilos são polêmicos.

De acordo com Lynda Nead, “O nu feminino marca tanto o limite interno da arte como o limite externo da obscenidade. É essa a importância simbólica do nu feminino”⁶ (NEAD, 1997, p. 25). Assim é que o nu feminino foi construído culturalmente como um lugar de fronteira, motivo pelo qual se torna complexo para a sociedade determinar sob quais aspectos e em quais ocasiões sua exibição em público é aceitável. Exemplo disso são as normas e diretrizes das redes sociais, repletas de nuances e adendos acerca do compartilhamento de imagens contendo nudez feminina. As margens que separam o inofensivo, o publicável, do

⁵Tradução livre do original: “[...] male, heterosexual *connoisseur*”.

⁶Tradução livre do original: “The female nude marks both the internal limit of art and the external limit of obscenity. This is the symbolic importance of the female nude”.

que deve ser censurado se revelam tão instáveis quanto as que separam erotismo e pornografia.

Compreendendo os deslimites do corpo feminino como possível causa de desconforto, Nead retoma as palavras de Julia Kristeva: “Não é a falta de limpeza ou saúde que causa a abjeção, mas sim o que perturba a identidade, o sistema, a ordem. O que não respeita as bordas, as posições, as regras. O que está no meio, o ambíguo, o mesclado” (KRISTEVA, 1982, p. 4). E acrescenta ainda que, para Kristeva, “a borda mais significativa é aquela que há entre o sujeito e o objeto”⁷ (NEAD, 1997, p. 32). Nesse sentido, é chegado o momento de redirecionarmos nosso olhar à obra que provocou as elucubrações aqui desenvolvidas.

A origem do mundo transgrediu de maneira sensível a regulamentação que metaforicamente circundava e continha a representação do nu feminino à época de sua confecção, podendo ser interpretada como um quadro “pornográfico, dirigido a um mundo de negócios exclusivamente masculino” (FRANSCINA et alii, 1998, p. 277). Todavia, embora o corpo ali representado esteja em posição de relaxamento, entregue à contemplação do *voyeur*, a vulva pintada por Courbet também fita o espectador, o interpela, instiga seu olhar. Assim é que a crítica margem entre sujeito e objeto é estremecida. Há uma tensão entre as posições de atividade e passividade que desestabiliza e constrange o tradicional “*connoisseur* heterossexual masculino” (NEAD, 1997, p. 13-14). Sob este ponto de vista, a moldura física da tela adquire novas dimensões significativas, constituindo-se como limiar materializado tanto entre sujeito observador e objeto observado, quanto entre matéria emoldurada e matéria obscena, portanto entre arte e não arte. É como se na moldura estivesse afixado o pequeno lembrete do qual sempre corremos o risco de nos esquecer: “*Ceci n’est pas une pipe*” [Isto não é um cachimbo].

Felizmente, à revelia de possíveis desagradados, *A origem do mundo* conquistou seu espaço proscênico na sociedade ocidental, ganhando inclusive reencenações críticas em variadas linguagens, seja na forma de um *meme* de caráter irônico viralizado na *internet*, seja por meio de uma *performance* apresentada no Museu d’Orsay. Em 2014, ao som da interpretação de Maria Callas da *Ave Maria* de Schubert, a artista plástica Deborah de Robertis posicionou-se sentada em frente à obra de Courbet, suspendeu o vestido dourado que trajava e deixou sua genitália à mostra, separando os lábios com as mãos. Durante a exibição, que contou com a participação da equipe de segurança tentando retirá-la do local, ouvia-se ainda uma gravação com a voz da artista declamando as seguintes palavras: “Eu sou a origem

⁷Tradução livre do original: “[...] the most significant border is that between the subject and the object [...]”.

/ Sou todas as mulheres / Tu não me viste / Quero que me reconheças / Virgem como a água criadora do esperma”⁸ (ROBERTIS, 2014).

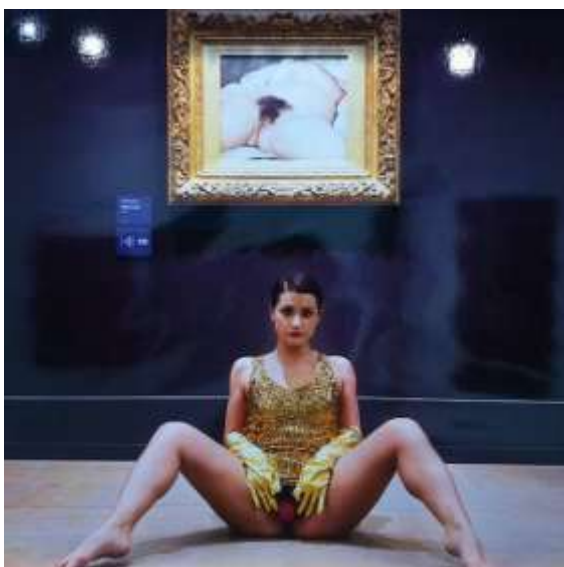


Figura 6: Captura de tela do Instagram da artista.



Figura 7: Captura de tela do Instagram da artista.

Em entrevista concedida ao jornal *Le Monde*, Robertis declarou que pretendia assumir a posição de objeto observado para então inverter os papéis, passando a ser ela o sujeito que observa. Por meio da *performance* intitulada *Espelho da origem*, a artista sugere que no quadro de Courbet há uma espécie de olho entreaberto, que no entanto não pode ser visto com clareza: “Minha obra [...] não reflete o sexo, mas o olho do sexo, o buraco negro. É para tornar visível esse olho que eu mantive meu sexo aberto com minhas duas mãos, para revelar aquilo que não é visível no quadro original”⁹ (ROBERTIS, 2014). Assim, incorporar a modelo de *A origem do mundo* e dar-lhe voz é um modo possível de oferecer a ela e, por extensão, a todas as mulheres cujos corpos nus fizeram-se tinta o direito à autorrepresentação. É ir na contramão da tradição de criadores e espectadores masculinos, revelando aquilo que talvez não passasse de uma intuição desconcertante: por entre os lábios em fenda, espreita a lente da vulva fotográfica.

Referências bibliográficas

CLARK, T. J. **The Painting of Modern Life: Paris in the Art of Manet and his Followers**. London: Thames & Hudson, 1985.

⁸Tradução livre: “Je suis l'origine / Je suis toutes les femmes / Tu ne m'as pas vue / Je veux que tu me reconnaises / Vierge comme l'eau créatrice du sperme”.

⁹ Matéria publicada pelo jornal *Le Monde* em 05 jun. 2014. Disponível em: <https://lemde.fr/2JzBi9b>. Tradução livre: “Mon œuvre – baptisée *Miroir de l'origine* – ne reflète pas le sexe, mais l'œil du sexe, le trou noir. C'est pour rendre visible cet œil que j'ai tenu mon sexe ouvert avec mes deux mains, pour révéler ce qui n'est pas visible sur le tableau d'origine”.

COLI, Jorge. Exposição, ocultação, contemplação: o olhar e o sexo feminino. In: **Revista de História da Arte e Arqueologia**. Campinas: Unicamp, n. 16, p.131-146, jul./dez. 2011.

_____. “O sexo não é mais o que era”. Palestra ministrada na Associação Brasileira de Letras em 2012. Disponível em: <https://bit.ly/2lcjqmx>. Acesso em: 14. jun. 2018.

COURBET, Gustave. **A origem do mundo**. 1866. Óleo sobre tela, 46 x 55 cm. Paris, Museu d’Orsay.

FACEBOOK. Padrões da Comunidade do Facebook. Disponível em: <https://bit.ly/1aiNCn3>. Acesso em: 14 jun. 2018.

FRANSCINA, Francis et alii. **Modernidade e Modernismo: A pintura francesa no século XIX**. São Paulo: Cosac & Naify Edições, 1998.

INSTAGRAM. Diretrizes da Comunidade do Instagram. Disponível em: <https://bit.ly/2bv8UPW>. Acesso em: 14 jun. 2018.

KRISTEVA, Julia. **Powers of Horror: An Essay on Abjection**. Nova York e Londres: Columbia University Press, 1982.

NEAD, Lynda. **The Female Nude: Art, Obscenity and Sexuality**. Nova York: Routledge, 1997.

PETIT, Matthias. In: **Paris-Match**. Ilustração publicada em 07 fev. 2013. Disponível em: <https://bit.ly/2MqPeAr>. Acesso em: 13 mai. 2017.

ROBERTIS, Deborah de. **Espelho da origem**. 2014. Disponível em: <https://bit.ly/219Qag8>. Acesso em: 14 jun. 2018.

RUTH, Jan de. **Painting the Nude**. Watson Guptill/Pitman, Nova York/Londres, 1976.

SILVEIRA, Sergio Amadeu da. Interações públicas, censura privada: o caso do Facebook. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**. Rio de Janeiro, v. 22, supl. p. 1637-1651, dec. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/216RQH5>. Acesso em: 14 jun. 2018.

A INSTRUMENTALIDADE DO PODER: UMA ANÁLISE DAS FORÇAS COERCITIVAS NO ESTADO CAPITALISTA

Annaterra Meira Oliveira de Jesus¹

Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Resumo: Esta produção insere-se no resultado monográfico sobre Divisão Sexual do Trabalho, Gênero e Serviço Social. Apresenta uma análise sobre os territórios de poder demarcados pelo sistema capitalista, ao passo que as instâncias sociais, tornam-se instrumentos de manutenção e ordem do capital. A discussão perpassa o conflito entre Capital X Trabalho e os mecanismos de controle e coerção social, uma vez que, as estratégias de sobrevivência do aparelho estatal são corroboradas por grupos hegemônicos. Sob essa correlação de forças, apreende-se a estrutura ideológica como conjunto dos meios de difusão e universalização da ideologia dominante, o material ideológico como o que é produzido e vinculado pela estrutura ideológica, que esta reafirma a direção de um projeto societário burguês sob a ótica de alienação, exploração e punição. A hegemonia, como direção intelectual e moral exerce poder sob uma classe social, utiliza-se de forças coercitivas de dominação, já que é caracterizada pelo antagonismo de classes;

Palavras-chave: Poder; Estado; Ideologia; Ordem; Instâncias Sociais;

Abstract: This production is included in the monographic result on the Sexual Division of Labor, Gender and Social Work. It presents an analysis of the territories of power demarcated by the capitalist system, while the social instances, become instruments of maintenance and order of capital. The discussion pervades the conflict between Capital X Work and the mechanisms of social control and coercion, since the strategies of survival of the state apparatus are corroborated by hegemonic groups. Given this correlation of forces, one apprehends the ideological structure as a set of means of diffusion and universalization of the dominant ideology, ideological material as that which is produced and bound by the ideological structure, which reaffirms the direction of a bourgeois societal project from the perspective of alienation, exploitation and punishment. The hegemony, as intellectual and moral direction exerts power under a social class, is used coercive forces of domination, since it is characterized by the antagonism of classes;

Keywords: Power; State; Ideology; Order; Social Instances;

Introdução

Disposto de contradições e antagonismos, o capitalismo faz ascender um padrão de sociedade, ou melhor, a venda de força de trabalho neste sentido, é a responsável pela alienação e exploração de quem só a tem para garantir a subsistência e por meio de uma construção de sociabilidade com caráter burguês de fetichismos sociais, que segundo Alves (2013), instituem caminhos morais feitos por homens e mulheres no dia-a-dia. Salienta também que a preeminência do capital não apenas eclode na fábrica, mas também se esparrama pelas instâncias sociais até sua totalidade.

¹ Assistente Social, mestranda do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Mestrado em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa de Goiás. Bacharel em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

Essa construção é sinônimo de poder, o que faz-se necessário retomar à interpretação de Hobbes, quando entende o Estado como produto da renúncia que os homens, no estado de natureza – “guerra de todos contra todos” – estabelecem à partir de um pacto social, buscando a garantia da autopreservação individual e da paz social. O contrato se apresenta como a única saída possível, monopolizar o poder na mão do soberano, e este por sua vez domina o medo de uns diante dos outros e pacifica suas relações. Conforme Weber, o Estado não se deixa de utilizar a força, assim como todo agrupamento político, pois a violência física é tida como um instrumento normal do poder. Já para Bourdieu (2004) a base do conceito de poder é a construção de espaços e ideias que constituem-se em uma estrutura social com esquemas de percepção, pensamento e ação, isto é, o poder opera no campo por meio da violência simbólica, culminando num processo de reprodução social entre dominantes e dominados.

Gramsci (1978) conceitua de maneira sucinta as interfaces do poder, ao introduzir na análise histórico materialista da sociedade o conceito de bloco histórico¹ com o qual se define uma situação social concreta, formada de uma estrutura econômica, vinculada dialética e organicamente às superestruturas: jurídico-político e ideológica. Posta como orgânica, este vínculo realiza-se pelos intelectuais, sendo-os parte integrante dos grupos dominantes para gerir organização da esfera superestrutural.

Entendidos dialeticamente, trava-se a luta pelo controle hegemônico das superestruturas ocasionando assim, o conflito de controle a estrutura econômica. Ainda de acordo com Gramsci, na superestrutura encontram-se duas esferas essenciais, sociedade civil e sociedade política que é identificada pelo autor como o Estado. A sociedade civil é entendida por ele como realidade complexa, tentacular e polimorfa, significa dizer que tamanha é sua complexidade e esta desenvolve-se em várias formas por direcionar a existência de suas ações, ocasionando conflitos pelo controle dos órgãos que os grupos dominantes usam para dirigir intelectual e moralmente a sociedade, integrado a isso, destacam-se três elementos complementares, sendo: ideologia, estrutura ideológica e material ideológico.

A ideologia é a concepção de mundo elaborada por um grupo social fundamental e espalha-se por toda a sociedade, a estrutura ideológica é o conjunto dos meios de difusão e universalização da ideologia mediante as Igrejas, Escolas e Meios de Comunicação. Já o material ideológico é o produzido e vinculado pela estrutura ideológica que por sua vez é fruto da ideologia dominante. Estes órgãos deveriam ser instrumentos onde trabalhadores e seus intelectuais orgânicos teriam para ampliar as concepções de mundo, criando uma nova direção, de preferência revolucionária e participativa.

Intrínseco a todo esse mecanismo de erudição, ao falar tanto de hegemonia é preciso assimilar a tamanha articulação implicada de seus elementos, a direção intelectual e moral e a dominação que uma classe social desempenha sobre a outra utilizando de todos os veículos de intervenção tanto da sociedade civil, como sociedade política. É neste sentido que absorve-se a ideia de que a construção do que é trabalho, passa pelo acúmulo, onde a ideia de liderança do grupo é por quem tem mais propriedades e atende a um determinado padrão estipulado, retratando atualmente no homem cis2, branco, europeu, heterossexual, cristão e latifundiário. Significa dizer que a venda da força de trabalho é o vapor extraído da economia local, regional e mundial é a materialização da classe hegemônica detentora de poder. Diante disso, é inadmissível não posicionar-se de maneira contrária ao que o projeto societário neoliberal propõe, é preciso dar materialidade ao Projeto Ético Político do Serviço Social alicerçado no princípio VIII do Código de Ética Profissional que estabelece uma “Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero”, além de fortalecer a luta pela resistência e sobrevivência das mulheres, onde a violência institucional invade de maneira cruel a construção de corporalidade social.

A ideologia como instrumento de controle social.

A correlação de forças entre Estado – Sociedade – Capitalismo manipula as concepções de cidadania a partir do trabalho, onde o Estado é o regulador da economia e apodera-se da educação, cultura e meios de comunicação em massa, tornando-os intrínsecos ao neoliberalismo, respaldando assim o discurso à sua maneira, (FERREIRA, 2009). A autora certifica que há um pensamento ilusório e alienante em que este fomenta a individualidade baseada no esforço e gera uma valorização de profissões acadêmicas, desconsiderando a realidade sócio histórica do sujeito.

Os meios de comunicação e cultura são instrumentos habilitados para o fortalecimento da alienação do neoliberalismo, suscitando incansavelmente relações mercadológicas escravas do consumo exagerado do capital. Ferreira (2009) sobreleva que a intervenção estatal influi nas relações sociais e que a dicotomia entre autoridade política de representatividade, alia-se ao capital de maneira que preserve seus interesses e exerça sobre a sociedade manutenção de ordem a favor da burguesia.

A sociedade é formada pela estrutura e pela superestrutura. Na estrutura encontramos as forças produtivas materiais relacionados às relações sociais de produção. A superestrutura é formada pelas instituições jurídicas, políticas (as leis, o Estado) e ideológicas (as artes, a

religião, a moral) de uma determinada época. O comportamento da estrutura irá, por consequência, influenciar a superestrutura, mas não se nega que possam ocorrer mudanças vindas da superestrutura em direção à estrutura.

Desta forma, uma grande mudança na estrutura irá acarretar grandes mudanças na superestrutura, o que explica quando Marx (1985), afirma que o modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual, em geral. Uma sociedade entra em crise quando suas relações sociais de produção (que no caso do feudalismo são servis, e no caso do capitalismo, são assalariadas) começam a impedir o desenvolvimento das forças produtivas materiais. Entretanto, nenhuma formação social desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela contém, e jamais aparecem relações de produção novas e mais altas antes de amadurecerem no seio da própria sociedade antiga as condições materiais para a sua existência (MARX. 1985).

Neste trabalho a compreensão é que a estrutura e superestrutura são mecanismos de controle e coerção social, uma vez que, a população é mantida por estratégia de sobrevivência do aparelho estatal, à mercê, isto é, negligencia-se e ausenta-se da garantia dos mínimos sociais aos moradores das regiões periféricas, pois quando não se sabe, não se cobra. Yamamoto (1983) apresenta a ideia de que o controle social não se reduz ao controle governamental e institucional; é exercido, também, por meio de relações diretas, expressando o poder de influência de determinados agentes sociais sobre o cotidiano de vida dos indivíduos, reforçando a internalização de normas e comportamentos legitimados socialmente. Importante ressaltar que a ideologia dominante é um meio de obtenção do consentimento dos dominados e oprimidos socialmente, adaptando-os à ordem vigente. Em outros termos: a difusão e reprodução da ideologia dominante é uma das formas de exercício do controle social.

Por sua vez, Gramsci (1978) conceitua de maneira sucinta as interfaces do poder, ao introduzir na análise histórico materialista da sociedade o conceito de bloco histórico com o qual se define uma situação social concreta, formada de uma estrutura econômica, vinculada dialética e organicamente às superestruturas: jurídico-político e ideológica. Posta como orgânica, este vínculo realiza-se pelos intelectuais, sendo-os parte integrante dos grupos dominantes para gerir organização da esfera superestrutural. Entendidos dialeticamente trava-se a luta pelo controle hegemônico das superestruturas ocasionando assim, o conflito de controle da estrutura econômica. Para o autor, na superestrutura encontram-se duas esferas essenciais: sociedade civil e sociedade política que é identificada como o Estado.

A sociedade civil é entendida por ele como realidade complexa, tentacular e

polimorfa. Significa dizer que tamanha é sua complexidade e esta desenvolve-se, direcionando assim a existência de ações das mais variadas formas e ocasiona conflitos pelo controle dos órgãos que os grupos dominantes usam para dirigir intelectual e moralmente a sociedade. A sociedade civil possui três elementos que influem sob a opinião pública, por assim dizer é materialização do controle da classe hegemônica detentora dos meios de produção sob os grupos subalternos por meio da ideologia, estrutura ideológica e material ideológico. A ideologia é a concepção de mundo elaborada por um grupo social fundamental e espalha-se por toda a sociedade.

A estrutura ideológica é o conjunto dos meios de difusão e universalização da ideologia mediante Igrejas, Escolas e Meios de Comunicação. Já o material ideológico é o que é produzido e vinculado pela estrutura ideológica, que por sua vez é fruto da ideologia dominante. E é importante a apreensão de quando refere-se a estrutura ideológica, entende-se como ferramenta com um poder incalculável, isto é, a igreja é uma entidade corporativa e poderosa que tem força e representatividade em várias, senão todas as ramificações da sociedade, corroborado à isso, serve-nos de exemplo o Artigo 5º- inciso VI - da Constituição Federal Brasileira, já citado na introdução deste capítulo que concebe apenas as matrizes cristãs ignorando a subjetividade e coletividade das crenças e não crenças.

A hegemonia, como direção intelectual e moral exerce poder sob uma classe social sob forças coercitivas de dominação, já que é caracterizada pelo antagonismo de classes. À sombra deste conceito, ratifica o estado da classe mediante a homogeneidade social (cooptação de consentimento dos grupos subservientes a favor do grupo dominante). A ideologia para Gramsci (1978), divide-se em orgânica e arbitrária que são respectivamente, concepção hegemônica de mundo gerida pela racionalidade e lógica e os nacionalistas, fruto de elucubrações de indivíduos e grupos opositores a coerção do estado. Essa compreensão perpassa pela filosofia, religião, senso comum e folclore, isto é, estes campos proporcionam ideias que movimentam-se e condicionam valores e princípios, ou popularmente, conceitos de certo ou errado.

Gramsci (1978), apresenta uma noção de hegemonia elaborada e adequada para pensar as relações sociais. Propõe uma nova relação entre estrutura e superestrutura e tenta se distanciar da determinação da primeira sobre a segunda, mostrando a centralidade das superestruturas na análise das sociedades avançadas. Nesse contexto, a sociedade civil adquire um papel central, bem como a ideologia, que aparece como constitutiva das relações sociais.

Os espaços da estrutura: dominação e controle

Deste modo, uma possível tomada do poder e construção de um novo bloco histórico passa pela consideração da centralidade dessas categorias que, até então, eram ignoradas. Ainda na concepção gramsciana, a sociedade civil são as escolas, igrejas, mídia, associações, movimentos sociais, bibliotecas, sindicatos e até mesmo a burguesia e o proletariado, responsáveis pela estatização ideológica como manutenção do sistema.

O sujeito nasce imerso em um mundo em que os sistemas de relações foram constituídos ao longo de um processo histórico. Nem por isso se é capaz de anular as características referentes à identidade do ser humano quanto ao seu sexo e seu gênero. No entanto, faz-se necessário compreender as implicações que certas delimitações acarretam até mesmo no que diz respeito aos papéis sociais em que o feminino e o masculino se realizam em assumir. A igreja ocupa aqui um espaço sagrado, intocável, pois a fé traz consigo uma concepção de mundo que implica veementemente na conduta.

As igrejas/religiões são responsáveis também pela formação de pensamento, principalmente por serem espaços de assiduidade familiar, capaz de direcionar um projeto de vida e são consideradas por Gramsci como filosofia da infância, ensinado desde o nascimento no seu seio e inserido numa determinada doutrina. Isto se dá como processo de dominação do capital sobre a classe trabalhadora, (Cisne, 2014).

Saffioti (2013), interpreta a igreja como instituição social, já que esta encontra-se estruturalmente na sociedade de classes e utiliza de sua doutrina cristã para cobrar comportamentos sociais, uma que ela nega ressignificar sua hierarquia, interferindo na laicidade do estado na efetividade de afirmações de identidade. Um dos versículos bíblicos que veiculam a relação de dominação e subserviência, ditos por lideranças religiosas, corroborando o comportamento feminino servil, diz que “Da mesma maneira, esposas, cada uma de vós, seja submissa a vosso próprio marido, com o propósito de que, se alguns deles ainda são contra a Palavra, sejam convertidos sem admoestações, mas pelo procedimento de sua esposa [...]”. 1 Pedro 3:1. Ratificando que a esposa deve a todo custo zelar de seu esposo e casa, mesmo que este não a retribuía, afinal o comportamento dele depende única e exclusivamente de como ela comporta-se.

A Igreja Católica tradicional Romana contribuiu historicamente para a produção e reprodução da ideologia patriarcal de dominação e controle sobre o gênero feminino ao configurar o modelo de uma boa mulher, que deveria ser educada como ‘boazinhas, caridosas e assistencialistas, assim como “Maria, Mãe de Jesus”, instituindo um referencial de fidelidade cristã de uma mulher santa, assexuada, um protótipo de mãe com o espírito de sacrifício e pureza, assegura Cisne (2015).

Bakunin (1910) afirma sem pestanejar, que a liberdade não será restituída à humanidade, pois os interesses da classe trabalhadora não estão presentes nos grupos, organizações sociais ou indivíduos que a compõem, e para que um dia possa estar, é preciso a derrocada do Estado, pois é hoje o principal agente de exploração e máquina da burguesia, esse processo ele conceitua por abstração política. Com uma sociedade organizada à contramão do que está posto, a fim de que a torne livre, sugere a separação /abolição entre Igreja e Estado, e de maneira singular, impreterivelmente o estado precisa ser laico! Entende política e religião como máquinas nas mãos dos proprietários dos meios de produção, assegurando que ‘os líderes’ de ambos os espaços ludibriam os fiéis que enclausurados aos dogmas preservam a santidade e integridade, e mais, “se a igreja é a salvação da alma, [...], o Estado é, por sua vez, necessário para a conservação da paz, ordem e justiça”. (BAKUNIN, 1910, P. 04).

Agora faz-se necessário balancear a paz, justiça e ordem, ao passo que a classe dominante se utiliza da realidade social para consolidar seus interesses, isto é, esses fatores somados são artifícios de opressão e repressão social, uma vez que eles estarão isentos do caos social, instaurado pela negligência e omissão estatal.

A família legitimada pelo Estado cristão e burguês é a nuclear, caracterizada por pai, mãe e filhos, com diferenciações entre seus membros. A publicidade ilustra esse conceito com a família de comerciais nos veículos de comunicação. Para esse sistema funcionar a mulher tem de ser dócil, submissa ao marido, só se realizar na maternidade e nos cuidados com a família. E, o mais importante: ela precisa gastar. A função da mulher em uma sociedade capitalista é gastar dinheiro, fazer compras, de modo a manter a estrutura econômica funcionando. Se ela não mais produz o que a família precisa, deve compensar isso de alguma outra maneira. Ao sentir-se infeliz, a mídia propõe caminhos que aliviem suas frustrações.

As escolas, universidades, faculdades, centros de pesquisa, núcleos de estudo, as áreas do conhecimento, são a mola mestra da sociedade, encarregadas da formação política, cidadã e teórico para todas as faixas etárias da população, espaços onde opiniões tornam identidade e muitas vezes, os primeiros ambientes que proporcionam diversidades e é preciso retomar os espaços sócio educacionais para a resistência à onda fascista que erradica o povo pobre do acesso à produção científica, ao passo que o conhecimento está para além das barreiras geográficas distante das periferias, afinal uma massa alienada manter-se-á assim, Freire (2000) reflete:

[...] a ação educativa de um educador desesperançado e outra é a prática educativa

de um educador que se funda na interdisciplinaridade. O primeiro nega a essência de sua própria prática enquanto o segundo, explícita uma certa opção metodológica e epistemológica. Em outras palavras, aquele contradiz o caráter natural da educação, o último a experimenta de um certo ponto de vista. A natureza esperada da educação, por outro lado, se funda em determinadas qualidades que, constituídas no processo da formação da existência humana, algo maior do que a experiência vital, a conotam. (P. 51)

O patriarcado é mola propulsora do capital: da escola à presidência

Eclodiu recentemente, contudo já alguns anos na ativa, no estado de São Paulo, a ‘Escola de Princesas’, que entende que para se tornar uma princesa não basta usar um vestido extravagante e uma tiara brilhante, em seu site eles afirmam que características como ter a confiança em si mesma e tratar a todos com bondade e generosidade, ter valores e princípios imutáveis independentes de modismos, assim como acreditar apaixonadamente em si mesma e em seus sonhos, faz de qualquer mulher uma princesa. Segundo o web site, a escola de princesas é um projeto criado para levar ao coração de meninas, valores e princípios morais e sociais que as ajudarão a conduzir sua vida com sabedoria e discernimento e declaram que não é somente um curso de etiqueta ou uma escola de comportamento, pois acreditam na construção de um caráter sólido e incorruptível, resgatando os valores éticos e morais, na civilidade básica e incorporam este pensamento nas atividades desenvolvidas.

A cada lição, as meninas são encorajadas a aproveitar as qualidades positivas do caráter e do comportamento de Princesas – tanto reais quanto fictícias, bem como históricas ou modernas – e aplica-lá em sua vida. A Missão da Escola é oferecer serviços de excelência que propiciem experiências de natureza intelectual, comportamental e vivencial do dia a dia da realeza, para meninas com idade entre 4 e 15 anos que sonham em se tornar princesas e fazê-las resgatar a essência feminina que existe em seus corações.

Existe notoriamente uma metodologia patriarcal adotada pela escola de princesas, interpreta-se aqui, o ambiente escolar como instrumento de reprodução e produção de conhecimento, como mecanismo de manutenção de ordem, baseada em princípios cristãos, desconsiderando outras formas de fé, inclusive quem não há tem, a escola de princesas, mantém-se discrepante dos princípios indicados pelo MEC, que referem-se à três dimensões estruturantes, 1) éticas que dizem respeito à autonomia, responsabilidade, solidariedade e respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades, 2) políticas que explana aos direitos de cidadania, exercício da criticidade e respeito à ordem democrática, 3) estéticas que alude à sensibilidade, criatividade, ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais. Estabelecendo por educação infantil e criança, pelos respectivos conceitos,

Primeira etapa da educação básica, oferecida em creches e pré-escolas, às quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social. É dever do Estado garantir a oferta de Educação Infantil pública, gratuita e de qualidade, sem requisito de seleção. Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. (DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL, 2010, P. 12)

Atualmente estão em tramitação alguns projetos que simbolizam assassinato à sociedade alternativa, como por exemplo, a reforma do ensino médio que consiste em alterações na estrutura do ensino médio à mudança para tempo integral, tendo disciplinas como educação artística, educação física, sociologia, filosofia dentre outras como optativas e somado à isso encontra-se o projeto de lei 9.394 e a PEC 241/55, que representa 20 anos de congelamento de investimentos na previdência, saúde, educação, assistência e programas sociais, vale ressaltar, que estas são as maiores áreas de empregabilidade feminina, retomando aqui, o processo de divisão sócio técnica e sexual do trabalho, isto é, esse golpe midiático parlamentar aconteceu, por que a classe média não está satisfeita com as políticas afirmativas implantadas no governo Lula/Dilma, que minimamente trouxeram voz à grupos de pessoas historicamente postas à margem social.

É inevitável não mencionar neste trabalho, os marcos que solidificam essa análise. O ano de 2016 propiciou uma série de retrocessos ao que se refere aos direitos sociais, afetando principalmente a articulação dos movimentos sociais, criminalizando-os. Instaura-se no corrente ano a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre o Impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, sobre relatoria de Jovair Arantes que elaborou um parecer favorável ao processo, sobre a justificativa de crime de responsabilidade, baseando-se nas pedaladas fiscais² e decretos de suplementação orçamentária³. Há uma outra configuração paralela, a

²Pagamento ao Banco do Brasil sobre o Plano Safra, oferece empréstimos a agricultores com juros subsidiados. Por isso o governo precisa pagar para o Banco do Brasil a diferença entre a remuneração conseguida pelo banco com a taxa de juros dos empréstimos concedidos pelo plano e a remuneração que seria obtida se fosse utilizada a taxa de juros praticada pelo mercado. A análise técnica do banco sobre as pedaladas cita parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para reforçar que o atraso nos repasses não podem ser considerados como uma operação financeira semelhante a um empréstimo. O documento também afirma que as regras do Plano Safra não preveem prazo para o pagamento dos repasses do governo ao banco e, por isso, seria incorreto afirmar que houve atraso na quitação dos débitos. O Banco do Brasil informa que não há atos praticados diretamente por, Dilma Rousseff, nas liberações de pagamentos para o Plano Safra. Segundo o banco, os pagamentos do plano são liberados por meio de portarias assinadas pelo ministro da Fazenda. A informação fortalece argumento de defesa alegado pela presidente, segundo o qual ela não poderia ser condenada pelas chamadas pedaladas fiscais do Plano Safra por não ser responsável direta pela gestão do plano. Já os autores da denúncia e senadores que defendem o impeachment sustentam que, como chefe do Poder Executivo, Dilma seria a responsável pelas contas do governo e, como tal, também pelas pedaladas. Relatório do Banco Central aponta que o uso da manobra cresceu a partir do governo do ex-

investigação, a operação lava-jato⁴ que é o maior escândalo de corrupção já divulgado, e com ele inúmeros políticos foram mencionados como envolvidos, gerando uma pressão ao governo Dilma para que as investigações fossem barradas, não cedendo ou não compactuando com os acordos propostos, articulam-se grupos de civis contra a corrupção, liderados pelo MBL (Movimento Brasil Livre), que consiste em um aglomerado de reacionários aliados à partidos neoliberais e de extrema direita que vão às ruas caracterizados de civismo, patriotismo.

A ideia aqui é entender todos esses espaços construídos como mecanismos de manutenção e ordem. Instrumentos do sistema capitalista por coerção e controle social, adotando esses meios para a manipulação, alienação e exploração, uma vez que o acesso é limitado, o estado se coloca como laico, contudo não é laico e a mídia não é democratizada, a sociedade encontra dificuldades de emancipação do sujeito e luta pelos direitos. Portanto, todos esses espaços contribuem na construção da identidade individual refletida no coletivo. À medida que se difundem em espaços de produção de conhecimento o fortalecimento do patriarcado e do capital, os corpos passam a ser modelados e suas identidades suprimidas, sem espaço para outros projetos societários.

CONSIDERAÇÕES

A discussão que aqui se encerra é intrínseca às pautas feministas materialistas, uma que o movimento do real incide veementemente na concepção sócio-histórica-política do ser mulher. Onde os organismos e instâncias sociais ratificam a violência do Estado sob corpos que contrariam sua lógica. Existências que são resistências frente os processos de militarização e masculinização eurocêntrica dos espaços. Condena-se aqui portanto, à ótica mercadológica das coisas e corpos em que as sociedades ocidentais estão inseridas.

Nesse contexto, ressalta-se os ambientes universitários, religiosos, órgãos públicos como territórios de poder altamente nocivos a sociabilidade dos grupos LGBTT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais), mulheres, negras/negros, onde a violação e/ou

presidente Luiz Inácio Lula da Silva e disparou no governo de Dilma Rousseff. No final do ano passado, o saldo acumulado com diferentes bancos federais era de cerca de R\$ 60 bilhões. Acessado em: 06/12/16 <<http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/06/17/banco-do-brasil-diz-ao-senado-quepedaladas-do-plano-safra-nao-tem-ato-de-dilma.htm>>

³ São três decretos de abertura de créditos suplementares, R\$ 1,7 bilhões de reais para educação, previdência, trabalho e cultura; R\$ 29 milhões de reais para órgão do executivo e R\$ 600 milhões de reais para o judiciário, segundo a acusação isso ampliaria as despesas e causaria impacto na meta fiscal (valor em caixa que o governo pretende ter no final do ano) e isso contraria o a lei orçamentária, justamente por não haver autorização do congresso.

⁴ O uso do nome decorre de uma rede de postos de combustíveis e lava a jato de automóveis para movimentar recursos ilícitos pertencentes a uma das organizações criminosas inicialmente investigadas. A operação Lava Jato é a maior investigação de corrupção e lavagem de dinheiro que o Brasil já teve. Estima-se que o volume de recursos desviados dos cofres da Petrobras, maior estatal do país, esteja na casa de bilhões de reais. Soma-se a isso a expressão econômica e política dos suspeitos de participar do esquema de corrupção que envolve a companhia. Envolvendo empreiteiras, funcionários da Petrobrás, agentes políticos e operadores financeiros.

hostilidade é dada, certa e alvo de grupos corporativos que representam a força de coerção e manutenção do capital. A apreensão do corpo e de sua historicidade como mecanismo de controle articulado entre principalmente, família, estado e religião que articulam manobras para estruturar a dominação. É imprescindível discutir que, as relações de gênero, classe, sexualidade, étnico-raciais estão conectadas com a impetuosidade da polícia e de pessoas que afirmam defender os valores centrais de uma família, sob a ótica de um conservadorismo meritocrático.

O fascismo é hoje visto à olhos nus. É o retrato de torturadores que tornaram-se homenageados nas ruas, instituições, lugares deste país. É de extrema importância que num processo de institucionalização das violências e criminalização dos corpos, as pessoas que fazem parte de espaços do grande capital, devem articular-se e enfrentar/afrontar a hegemonia arbitrária que se consolida com altas taxas de feminicídio, genocídio, desemprego e insegurança. A estratégia é pensada desde nossa ingresso nos espaços públicos (casa/família) e privados. A ideologia burguesa e sua coisificação alienada é engrenagem para a estratificação social.

Diante disso, a discussão que procede estará amparada na construção do ser mulher, de corporalidades pré-determinadas e caso fuja-se desse padrão, as punições pelas forças coercitivas da sociedade, que além do exposto, manifestam-se por meio de uma polícia que assedia e violenta mulheres e desacredita quando esta dispõe fatos de assédio, atentado ao pudor, agressões, violência verbal e psicológica. As raízes disso estão presentes nas leis, nas escolas, universidades, igrejas, e culturalmente normatiza-se, naturaliza-se essas concepções, portanto, para além do entendimento dos marcadores sociais, faz-se urgente ampliar o conceito de cidadania, respeito, dignidade e dentre esses o mais importante: liberdade.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. Fetichismo e Subjetividade Burguesa – Trabalho, Valores – Fetiche e Estranhamento Social. In: *Sociabilidade Burguesa e Serviço Social*. Editora Lúmen Juris, Rio de Janeiro, 2013.

BAKUNIN, Mikhail. *A Igreja e o Estado*. / Oureves. Vol. IV, 1910.

BOUDIEU, Pierre. / *O Poder Simbólico*; Tradução de Fernando Tomaz; Ed. Bertrand Brasil S.A, 2004.

BRASIL. *Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil* / Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010.

_____. *Código de ética do assistente social*. Lei no 8.662/1993 de regulamentação da profissão – 10ª. Ed. rev. e atual. – [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

_____. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado, 2016.

CISNE, Mirla. *Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social*. / --2ª.ed. – São Paulo: Outras Expressões, 2015.

_____. Mirla. *Feminismo e Consciência de Classe no Brasil* / Mirla Cisne. – São Paulo: Cortez, 2014.

FERREIRA, Livia Andrade. *O estado como ferramenta do capitalismo e da alienação*. Pesquisa – Pedagogia – Universidade Federal de Uberlândia, 2009.

FREIRE, Paulo. / *Pedagogia do Oprimido*; _17ª.Ed._Rio de Janeiro: Ed. Paz e terra, 2000.

GRAMSCI, Antonio. *Cartas do Cárcere (Antologia)*. Estaleiro Editora, 2011. PDF. 26 de setembro de 2016.

GRAMSCI, Antônio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

GRAMSCI, Antonio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1982. PDF. 25 de novembro de 2016.

IAMAMOTO, Marilda Vilela e CARVALHO, Raul de. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 2a. Ed. São Paulo: Cortez, 1983.

MARX, Karl. / *O Capital I*; Tradução de Rubens Enderle; Ed_ Boitempo, 1985.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich; *Manifesto do Partido Comunista*. Tradução de Marcos Aurélio Nogueira e Leandro Konder – Petrópolis, RJ. Vozes, 2011.

-----, Karl. / *O Capital II*; Tradução de Regls Barbosa e Flávio R. Kothe; Ed_ Nova Cultural Ltda., 1996

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *Gênero Patriarcado e Violência*. / --2ª.ed. - São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

_____. Heleieth Iara Bongiovani. *A mulher na sociedade de classes*. / --3ª.d. – São Paulo: Expressão Popular, 2013.

AS RELAÇÕES DE TRABALHO SOB A PERSPECTIVA DE CLASSE E GÊNERO NO SERVIÇO SOCIAL.

Annaterra Meira Oliveira de Jesus¹

Sarah Medeiros Avelar²

Pontifícia Universidade Católica de Goiás

417

Resumo: Este artigo fundamenta-se na concepção dialética, onde trabalho institui as relações sociais, onde o conflito entre Capital X Trabalho determina o direcionamento sócio-histórico, político e cultural da sociedade. Pode-se definir uma relação coadjuvante em que um depende totalmente do outro, não existe trabalho sem capital e nem capital sem trabalho, um diálogo de séculos e que ainda se torna necessário a discussão no mundo contemporâneo. Ao que se refere ao capitalismo, existem duas classes antagônicas: quem detém os meios de produção e quem vende sua força de trabalho, distinta entre os trabalhos masculinos e femininos, onde os espaços públicos são dos homens (executores) e as atividades privadas das mulheres (reprodutoras), denomina-se por divisão sócio-técnica e sexual do trabalho. Sendo o Serviço Social uma profissão majoritariamente feminina e que lida com as expressões da questão social, entende-se a importância desta discussão.

Palavras-chaves: Trabalho, Capital, Classe, Gênero e Serviço Social;

Abstract: This article is based on the dialectical conception, where work establishes social relations, where the conflict between Capital and Labor determines the socio-historical, political and cultural orientation of society. It is possible to define a supporting relationship in which one depends totally on the other, there is no work without capital and no capital without work, a dialogue of centuries and still it becomes necessary the discussion in the contemporary world. As far as capitalism is concerned, there are two antagonistic classes: who owns the means of production and who sells their labor power, distinct from masculine and feminine, where the public spaces are of the men (executors) and the private activities of women (reproductive), is called by socio-technical and sexual division of labor. Since Social Work is a profession that is mostly female and deals with the expressions of the social question, it is understood the importance of this discussion.

Keywords: Work, Capital, Class, Gender and Social Work;

Introdução

¹ Assistente Social, mestranda do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Mestrado em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Bolsista da Fundação de Amparo a Pesquisa de Goiás. Bacharel em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

² Assistente Social, mestranda do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Mestrado em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Bolsista da Fundação de Amparo a Pesquisa de Goiás. Bacharel em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

O presente trabalho é resultado da discussão teórica de subtópicos de dois trabalhos monográficos onde a fundamentação consiste na concepção dialética, no qual o trabalho instituiu as relações sociais e o conflito entre Capital x Trabalho determina o direcionamento sócio-histórico, político e cultural da sociedade.

O sistema capitalista é um mecanismo de controle social, disposto nas entranhas sociais e caracterizando valores morais, sociais e políticos sobre a sociedade. O processo chamado de sociabilidade burguesa, abarrotada de “fetichismos sociais” que são responsáveis por organizar as escolhas morais feitas pelos indivíduos dentro do modo de produção e reprodução capitalista, exerce força de manipulação sobre o trabalhador, colonizando o mundo social por meio da mercadoria, dinheiro e estado, ocasionando nas hegemonias do capital. Esses valores produtivos e de desempenho permeiam as relações sociais e afetivo-sexuais, criando um ciclo de individualidades pessoais de classe.

Sob a lógica mecanicista deste sistema, é que nascem as classes sociais demarcadas por lados antagônicos, os proprietários dos meios de produção e aqueles que vendem à força de trabalho, nessa perspectiva a definição do corpo feminino como preservação da propriedade privada e garantia da paternidade, estabelece uma relação desigual de poder.

Da primazia do trabalho no mundo capitalista à “A-classe-que-vive-do-trabalho”³.

As transformações a partir do advento da reestruturação produtiva vêm ocorrendo nas sociedades capitalistas há décadas. A partir dos anos 1970, repercutindo ativamente no mundo do trabalho, alguns pontos que evidenciam a crise na acumulação do capital, ou seja: a redução de níveis de produtividade, o fracasso do padrão de produção taylorista/fordista, uma maior concentração do capital, crise de Welfare State ou o Estado de Bem-Estar Social, privatização e flexibilização do processo produtivo.

A partir da divisão social do trabalho ao capital destaca-se o termo de metabolismo social, que segundo Mézáros apud Antunes (2009, p. 21), é “o resultado de um processo historicamente constituído, em que prevalece a divisão social hierárquica que subsumi o trabalho ao capital, o que desencadeou logicamente em seguida um sistema de mediações”.

O sentido que destacava a instabilidade criada a partir do fordismo e do taylorismo era de um quadro crítico e profundo de uma crise estrutural do capital e o que mais se sobressaía é a taxa de lucro decrescente. Seguindo-se em um processo de reorganização do capital, o sistema ideológico e político. Resultando ainda mais à frente no advento do neoliberalismo, com as privatizações do Estado e a desregulamentação dos direitos do trabalho e do trabalhador.

É um período importante na história da reestruturação produtiva do capital, onde que surgiu uma reorganização ofensiva maior dos Estados junto à classe trabalhadora. Países que não fossem considerados do centro dessa economia capitalista ficariam de fora e sofreriam com a crise, principalmente países que fossem classificados em industrialização intermediária como o Terceiro Mundo (ANTUNES, 2009).

Esse padrão de acumulação na produção se tornou conhecido e adotado por indústrias, ainda, intitulado como o padrão de parcelar e fragmentar, onde a ação operária se tornasse

³ “A-classe-que-vive-do-trabalho” referente ao Capítulo VI do livro Os Sentidos do Trabalho de Ricardo Antunes (2009, pg. 101-117).

repetitiva cujo resultado é um trabalho coletivo produtivo para o capitalista e não para o trabalhador. Ocasionalmente em longas jornadas de trabalho, a mais-valia extraída de forma nociva, e o trabalho precarizado. Antunes (2009, p. 39) relata muito bem sobre a força de trabalho extraída pela mais-valia:

a mais valia extraída extensivamente, pelo prolongamento da jornada de trabalho e do acréscimo da sua dimensão absoluta, intensificava-se de modo prevalecente a sua extração intensiva, dada pela dimensão relativa da mais-valia. A subsunção real do trabalho ao capital, própria da face da maquinaria, estava consolidada.

A partir da década de 60 e 70 foi destacado o período do apogeu do operário-massa, subordinado ao fordismo/taylorismo, Antunes (2009, p. 43) relata:

um novo proletariado cuja forma de sociabilidade industrial, marcada pela massificação, ofereceu as bases para a construção de uma nova identidade e de uma nova forma de consciência de classe. Se o operário-massa foi a base social para a expansão do “compromisso” social-democrático anterior, ele foi também seu principal elemento de transbordamento, ruptura e confrontação, da qual foram forte expressão os movimentos pelo controle social da produção ocorridos no final dos anos 60”.

A classe-que-vive-do-trabalho⁴ é uma referência marxiana de classe trabalhadora, pretendendo afirmar e enfatizar o sentido de ser dessa classe, onde inclui todos os trabalhadores que vendem sua força de trabalho, e tem como núcleo central os trabalhadores produtivos e engloba também os trabalhadores improdutivos. Ricardo Antunes (2009, p. 103), no que se refere a-classe-que-vive-do-trabalho “denomina “proletariado industrial”, aqueles que criam diretamente a mais-valia e participam diretamente do processo de valorização do capital”.

Antunes (2009, p. 103):

Uma noção ampliada de classe trabalhadora inclui, então, todos aqueles e aquelas que vendem sua força de trabalho em troca de salário, incorporando, além do proletário industrial, dos assalariados do setor de serviços, também o assalariado rural, que vende sua força de trabalho para o capital.

Essa nova noção de proletariado precarizado, os subproletariados modernos, citado neste como *part time*⁵, um emprego com horas reduzidas, sem benefícios com maior eficácia e maior salário, ao contrário dos empregos *full time*⁶, cujo trabalho com carteira assinada e benefícios aos trabalhadores e carga horária normal. Esse emprego vem crescendo no capitalismo, por sua maior facilidade, a carga horária é menor e se paga mais, mas não se tem os benefícios necessários para o trabalhador. Esse emprego *part time* foi inicialmente preenchidos pelos imigrantes. “Compreender contemporaneamente a classe que vive do trabalho desse modo ampliado, como sinônimo da classe trabalhadora, permite reconhecer que o mundo do trabalho vem sofrendo mutações importantes”. Antunes (2009, p. 104).

⁴ Antunes (2009, p. 101) “Ao contrário dos autores que defendem o fim das classes sociais, o fim da classe de trabalhadora, ou até mesmo o fim do trabalho, a expressão classe-que-vive-do-trabalho pretende dar contemporaneidade e amplitude ao ser social que trabalha à classe trabalhadora hoje, apreender sua efetividade sua processualidade e concretude”.

⁵ Part Time, termo em inglês cujo significado em português é: tempo parcial; advérbio: meio período.

⁶ Full Time, termo em inglês cujo significado em português é: tempo inteiro; advérbio: período integral

É muito nítido a distinção entre os trabalhos masculinos e femininos, o trabalho da mulher é restrito às áreas mais otimizadas, onde é maior a necessidade de trabalho intensivo, já o do homem as áreas mais privilegiadas e valorizadas. E esse caráter é bem mais acentuado em países como o nosso. Como consequência dessa divisão de sexos, os sindicatos excluem do seu espaço, as mulheres trabalhadoras e os trabalhadores terceirizados e precarizados. Como afirma Antunes (2011, p.51):

a presença feminina no mundo do trabalho nos permite acrescentar que, se a consciência de classe é uma articulação complexa, comportamento e identidades e heterogeneidades, entre singularidades que vivem uma situação particular no processo produtivo e na vida social, na esfera da materialidade e da subjetividade, tanto a contradição entre o indivíduo e sua classe, quanto aquela que advém da relação entre classe e gênero, tornaram-se ainda mais agudas na era contemporânea.

As relações entre gênero e classe nos permitem constatar que, no universo do mundo produtivo e reprodutivo, vivenciamos também a efetivação de uma construção social sexuada, onde os homens e as mulheres que trabalham são, desde a família e a escola, diferentemente qualificados e capacitados para o ingresso no mercado de trabalho. E o capitalismo é mestre em apropriar-se desigualmente dessa divisão sexual do trabalho.

A luta das mulheres por sua emancipação é também uma ação contra as formas histórico-sociais da opressão masculina. A emancipação das mulheres em relação a opressão masculina é decisiva e prioritariamente uma conquista feminina para a real e omnilateral emancipação do gênero humano. Desse modo Antunes (2011, p. 51) relata sobre a questão de gênero, principalmente sobre a mulher:

desse modo, uma crítica do capital, enquanto relação social, deve necessariamente apreender a dimensão de exploração presente nas relações capital/ trabalho e também aquelas opressivas presentes nas relações homem/mulher, de modo que a luta pela constituição do gênero-para-si-mesmo possibilite também a emancipação da mulher.

Outro ponto interessante em relação à divisão sexual do trabalho, diz respeito à exclusão da mulher trabalhadora nos organismos como os sindicatos, partidos políticos, não tão somente elas, mas também os trabalhadores terceirizados e precarizados. Esses trabalhadores são parte constitutiva central do mundo do trabalho. Antunes (2009, p. 107) sobre essa relação afirma:

Se os organismos sindicais não forem capazes de permitir a (auto) organização das mulheres e/ou dos/as trabalhadores/as *part time* no espaço sindical, não é difícil imaginar um aprofundamento ainda maior da crise dos organismos de representação sindical brasileiro.

A discussão neste trabalho perpassa a exploração e alienação, a partir da lógica mecanicista do capital, e como esta influí nas relações sociais. Antunes (2009), diz que a luta das mulheres por emancipação social, econômica e política é uma ação histórica em contraponto a hegemonia e dominação masculina. E afirma que o fim da sociedade de classes não significa/significará o fim das opressões de gênero.

Produção e reprodução: relações sociais de sexo e trabalho.

É preciso fazer a diferenciação inicial entre gênero e relações sociais de sexo, uma vez que são distintos apesar de os conceitos entrelaçarem no movimento histórico da sociedade.

Na língua original, francês, é chamado *rappports sociaux de sexe*, que significa *Rapport* relações mais amplas, estruturais, diferentemente de *relations* diz respeito às relações mais pessoais, individuais, cotidianas. Esse conceito é fundamentado no conceito de relações sociais de classe. Uma relação social está vinculada aos conflitos e tensões entre os grupos sociais com interesses antagônicos (CISNE 2014).

A relação social se consolida à medida em que homens e mulheres se relacionam, uma vez que esta se dá por que é uma oposição estrutural de duas classes com interesses antagônicos, constrói Devreux (2005), entendendo desse modo o processo como relação social de sexo, concomitante a outra construção. Segundo a autora a referência ao sexo biológico, parece essencial pois a classificação social dos indivíduos, desde o nascimento, é operada sob esse critério ou, mais precisamente, sob a representação social segundo a qual esse critério é de uma importância primordial para classificar os indivíduos. E afirma, “a relação social de sexo nomeia explicitamente a confrontação entre duas classes de sexo. Não pode haver relação social com uma categoria única. Não pode haver relação social sem confrontação”. (P. 564).

Dessa forma resguardam todos os fenômenos de opressão, exploração e subordinação dos homens sobre as mulheres. Devreux (2005) conceitua ainda como relação social de sexo, uma representação científica que traduz a singularidade da organização social, em que esta é um mecanismo de dominação masculina refletida em todas as instâncias sociais. Essa divisão sexual do trabalho perpassa pelos campos do trabalho produtivo e reprodutivo. Lê-se por trabalho produtivo o labor ou trabalho resultando em serviços e bens que têm valor monetário dentro do sistema econômico capitalista, visto que como resultado, os produtores desses bens e serviços ganham dinheiro pelo seu trabalho. Por trabalho reprodutivo (ocasionalmente referido como trabalho como improdutivo) refere-se a funções socialmente femininas, que incidem na vida de terceiros isto é, fazem mais pelo outro que por si, é de caráter não remunerado e não reconhecido por trabalho, que consiste no trabalho doméstico propriamente dito, bem como o trabalho parental, como tarefas de cuidados e de assumir responsabilidades pelas pessoas, salienta Durvreux (2005), enfatiza ainda que a divisão sexual do poder é transversal e integra a relação social de sexo.

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão social decorrente das relações sociais de sexo, que para Kergoat (2006), define características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva, a partir do que a autora denomina de valor social agregado, estabelecendo ao gênero masculino ‘funções fortes’ e ocupando espaços, políticos, religiosos e militares. A autora demarca dois eixos organizadores para a divisão sexual do trabalho, 1) princípio de separação, que consiste em trabalhos de homens e trabalhos de mulheres e 2) princípio da hierarquização, o trabalho de homem ‘vale’ mais que trabalho de mulher, estes legitimam-se por meio da ideologia naturalista que empurra o gênero para o sexo biológico e limita as práticas sociais à “papéis sociais sexuais”.

Em 1970 o movimento feminista retoma as bases teóricas destes conceitos e questiona-o uma vez que torna evidente uma opressão específica. Uma enorme massa de trabalho era realizada gratuitamente por mulheres, cheio de invisibilidade e carregado de natureza, amor e dever maternal, pois entra aqui a construção social e cultural do ser mulher, levantando o corpo feminino como território de poder e controle social. Analisar a categoria

trabalho com recorte em âmbito doméstico com o mesmo peso que o ‘trabalho profissional’, amplia o horizonte desta discussão, em que a divisão sócio técnica do trabalho precariza as condições da classe trabalhadora e exerce sobre a mulher um nível de exploração e alienação muito maior, hierarquizando e diferenciando atividades. Aliada a globalização, a desigualdade social e de trabalho associam-se a interdependência de mercado ao passo que em seu caráter microeconômico de acumulação capitalista emerge a necessidade de organização de trabalho com flexibilidade.

A feminização e masculinização de acordo com Stancki (2000) são tarefas construídas e associadas às representações sociais, que depõe em atividades masculinas atributos de força física, raciocínio lógico, comando, e em femininas depositam traços como paciência, atenção, destreza e minúcia. Essa idealização minimamente dita é naturalizada tornando uma assimetria das relações entre os gêneros, causando estranhamento quando mulheres começam a ocupar espaços predominantemente masculinos.

Quando o assunto é escolaridade e rendimento do trabalho, as diferenças entre homens e mulheres são expressivas. Mesmo que ambos tenham a mesma média de anos de estudo, os homens ganham mais que as mulheres. Essa desigualdade de rendimentos se mantém em todos os estados e regiões, e em todas as classes de anos de estudo: tanto as mulheres com grau de escolarização igual ou inferior a três anos de estudo ganham menos (61,5%) que os homens com o mesmo grau de escolaridade; quanto às mulheres com maior grau de escolarização (11 anos ou mais de estudo) ganham menos (57,1% do que ganham os homens desta faixa). Em relação às pessoas ocupadas por grupos de idade, observa-se que nas faixas de 30 a 39 anos e 40 a 49 anos, a distribuição de mulheres trabalhando é maior do que a de homens na mesma faixa etária (26,5% e 20,8% contra 24,5% e 19,1%, respectivamente).

A mulher trabalhadora só triplica sua exploração, como afirma Guedes (2010), as responsabilidades familiares não constituem um empecilho para a participação das mulheres no mercado de trabalho, uma vez que segundo a autora, há uma grande inserção de mulheres casadas e com filhos no mercado de trabalho, contrariando a pesquisa feita pelo IBGE, que constatou em 2001 que 82,8% das mulheres de 25 a 49 anos que são mães, têm a responsabilidade de cuidar dos filhos e sentem mais dificuldade de ingressar e permanecer no mercado de trabalho e/ou dar continuidade aos estudos. Bruschini e Lombardi (2001) ressaltam que uma vez no mercado de trabalho, arcando com as despesas da casa e de forma compartilhada, as mulheres continuam sendo as principais responsáveis pelo cuidado com crianças pequenas.

A verdade é que a desnaturalização do papel tradicional feminino de cuidadora, é extremamente lento, e Guedes (2010) afirma que é muito mais aceitável para o homem a mulher trabalhar fora que dividir as atividades do espaço doméstico. E ainda sob a leitura de Moema Guedes (2010), constata-se que há uma bipolarização da mulher brasileira, partindo do pressuposto que a inserção laboral se dá por qualificação, à mulher vítima da questão social encontra-se numa vulnerabilidade empregatícia e social muito maior, isto é, a divisão sexual do trabalho para além da opressão de gênero, é peculiar na perspectiva de classe.

Diante disso, observa-se o ingresso no mercado extra doméstico (Leal, 2011), e a desigual distribuição das tarefas do lar associadas à falta de aparato social público, isto é, a falta de creches, escolas em tempo integral, reprime uma parcela significativa de mulheres trabalhadoras e com baixo nível de escolaridade a optar pelo sustento ou pela função privada

dada à mulher, uma vez que este trabalho feminino não remunerado é imprescindível à manutenção familiar.

Uma leitura do serviço social sobre as relações sociais de sexo

Na conjuntura presente da mundialização neoliberal, a luta pela ampliação de direitos, equidade de gênero, raça/etnia e de classe tornam-se cada vez mais espaços fragmentados e mercantilizados, isto é, articulado com a ideologia dominante, o sistema patriarcal-racista-capitalista criminaliza a pobreza, por meio do genocídio da juventude negra, estereotipando e sexualizando seus corpos e assassinando representações sociais.

Os direitos sociais são construídos a partir da emergência em se responder às mazelas sociais produzidas pela sociedade de classes. Isso é inerente à correlação de forças e projetos societários que direcionam os interesses em questão. Para Saffioti (2015), são inegáveis as conquistas no mercado de trabalho para as mulheres. Todavia, o patriarcado ainda persiste em subsidiar controle nos espaços de vida social de maneira precária, e subordinada aos homens, uma vez que as atividades exercidas pelas mulheres são vistas como complementares.

O capitalismo apropria-se da subordinação feminina a fim de obter mais lucro, visto que estão sujeitas a receber baixos salários, aceitar trabalhos precarizados, sem garantias trabalhistas, além da desvalorização e invisibilidade do trabalho doméstico, ressaltam Queiroz e Diniz (2014). Camurça (2007) direciona alguns caminhos para o debate que estão na raiz estruturante do sistema patriarcal. Entende-os como mecanismos urgentes de manutenção de ordem,

1. A prática da violência contra as mulheres para subjugar-las.
2. O controle sobre o corpo, a sexualidade e a vida reprodutiva das mulheres.
3. A manutenção das mulheres em situação de dependência econômica.
4. A manutenção, no âmbito do sistema político e práticas sociais, de interdições à participação política das mulheres. (P. 20)

A dominação patriarcal expressa sua força nos espaços públicos e privados, quando utiliza de repressão sexual para delimitar como procriação, criminalizam o aborto, expropriam e mercantilizam corpos, além de explorar a imagem feminina, trancafiando mulheres em ambientes que não possibilitem independência econômica, ou mesmo que a tenha, que está seja inteiramente administrada pelo cônjuge, retratam Queiroz e Diniz (2014) atribuindo atividades domésticas e negando espaços de poder. As autoras corroboram que, esses quatro mecanismos elencados por Camurça (2007), são estruturantes da dominação patriarcal, que suscita a reinvenção do patriarcado como base fundante da dominação e exploração acentuando as desigualdades de gênero, classe, raça/etnia.

O sistema capitalista torna urgente a construção de políticas públicas, uma vez que nesta conjuntura assinalada pela exploração do trabalho sobre o ser humano, acirra a pobreza e condições indignas de sobrevivência de grande parte da população, provoca ou na melhor das hipóteses incomoda o Estado. O serviço social ao longo desse processo estabelece um projeto societário que reconhece a liberdade como valor étnico-central, a defesa intransigente dos direitos humanos, cidadania, democracia, justiça social e equidade, onde os princípios prescritos pelo Código de Ética Profissional da/o Assistente Social sejam efetuados e contribuam para a intervenção da realidade. Como aliado às conquistas feministas, o Serviço Social, fomenta a formulação e implementação de políticas públicas para mulheres, uma vez

que esta profissão trabalha na perspectiva de ampliação e garantia de direitos.

Segundo Netto (1999), os projetos societários apresentam uma imagem de sociedade a ser construída, que reclamam determinados valores para justificá-la e que privilegiam certos meios, materiais e culturais, para concretizá-la. Constituem-se em projetos macroscópicos, para o conjunto da sociedade. São, portanto, projetos de classe, baseados no coletivo; apresentam a autoimagem de uma profissão; elegem os valores que a legitimam; delimitam e priorizam seus objetivos e funções; formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício; prescrevem normas para o comportamento dos profissionais; estabelecem as balizas da sua relação com os usuários dos serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas; construídos por um sujeito coletivo – a categoria profissional; e através da sua organização (que envolve os profissionais em atividades, as instituições formadoras, os pesquisadores, os docentes e estudantes da área, seus organismos corporativos e sindicais) a categoria elabora o seu projeto profissional (NETTO, 1999).

O projeto ético-político do Serviço Social constituiu-se na transição dos anos 1970 para os anos 1980, num processo de redemocratização da sociedade brasileira, recusando o conservadorismo profissional presente no Serviço Social brasileiro. Constata-se o seu amadurecimento na década de 1990, período de profundas transformações societárias que afetam a produção, a economia, a política, o Estado, a cultura, o trabalho, marcada pelo modelo de acumulação flexível e pelo neoliberalismo. Netto (1999) ressalta,

A teoria social crítica (e, com esta designação, referimo-nos à tradição marxista) já demonstrou que a sociedade não é uma entidade de natureza intencional ou teleológica – isto é: a sociedade não tem objetivos nem finalidades; ela apenas dispõe de existência em si, factual. No entanto, a mesma teoria sublinha que os membros da sociedade, homens e mulheres, sempre atuam teleologicamente – isto é: as ações humanas sempre são orientadas para objetivos, metas e fins. A ação humana, seja individual, seja coletiva, tendo em sua base necessidades e interesses, implica sempre um projeto que, em poucas palavras, é uma antecipação ideal da finalidade que se pretende alcançar, com a invocação dos valores que a legitimam e a escolha dos meios para lográ-la. (P. 02)

Percebeu-se então a necessidade de observar a realidade de uma maneira diferenciada, a partir da precarização do mundo trabalho, e em sua divisão sócio técnica. Aliado a isso, eclode a urgência da correlação da dimensão das relações de gênero como parte integrante do processo de trabalho da/o Assistente Social. A partir das dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas, como aponta Iamamoto (2014), o serviço social tem elementos de estudo suficientes que possibilita trabalhar de forma transversal, isto é, por meio da perspectiva de classe, gênero e raça/etnia, posto que isso abarca a complexidade das relações sociais.

Aponta-se aqui a análise do processo de construção histórico-social em torno da feminização de determinados papéis, atividades e profissões, como mecanismos constituintes da produção e reprodução do capital e patriarcado, que ocasionam diretamente desqualificação da força de trabalho, e sob o corpo feminino um nível de exploração ainda maior, afirma Tiburtino (2015). A autora entende que a marca histórica de gênero enquanto categoria profissional compõe uma dimensão fundamental e indispensável para a intervenção da/o assistente social nas relações sociais, onde as análises dos produtos de uma práxis social sejam feitos por sua totalidade. Tiburtino (2015) reflete,

que [...] ao discorrer sobre o processo de feminização da profissão, afirmam que esta se constituiu historicamente como uma profissão de mulheres para mulheres. [...] cabe evidenciarmos que essa realidade é composta e fortemente marcada por relações e contradições de gênero, pois sabemos que homens e mulheres não ocupam posições igualitárias na sociedade, tanto no campo privado, quanto no público, mesmo que estas mulheres venham a ter a mesma formação profissional e/ou qualificação técnica que os homens, e com isso, ocupem os mesmos espaços, as discriminações de gênero, se apresentam de forma concreta no cotidiano profissional, [...]. (P.251)

Para Cisne (2015), a divisão sexual do trabalho é instigada, reproduzida e apropriada pela classe dominante, utilizando-a para atender a seus interesses, uma vez que é por meio dela que alcança o necessário para a ‘preservação da ordem moral e social’ junto às famílias, de forma cruel sobre as mulheres. A autora interpreta a contradição capital x trabalho, onde o Serviço Social é chamado a intervir tendo como maior empregador o Estado com o intuito de controlar e manipular a classe trabalhadora de acordo os moldes do capital, camuflando o acirramento da questão social.

O Serviço Social emerge para que o Estado responda às demandas das classes exploradas (CISNE, 2015), implementando políticas sociais que controlem a pauperização da força de trabalho e afirmando sua coerção e reprodução. As políticas sociais criam num espaço de contradição, uma resposta às necessidades mínimas da população usuária, vindo com imediaticidade desconsiderando a realidade sócio histórica construída, por exemplo.

O modo de produção capitalista, além de produzir desigualdades, apropria-se das anteriormente existentes ao seu sistema, como as decorrentes do patriarcado e do racismo. Com isso, ‘refuncionaliza’, por exemplo, as subordinações e desvalorizações das mulheres e da população negra para atingir maiores lucros com a superexploração das suas forças de trabalho, geralmente, precarizadas e mal remuneradas. (CISNE, 2015, P. 124)

Pode-se então afirmar que para além da feminização do trabalho, há feminização da pobreza. O Serviço Social encontra-se incluso social e sexualmente num espaço identitário, ao ser institucionalizado enquanto profissão no campo da reprodução das relações sociais. É considerado uma profissão feminina, afirma Souza (2014), que se institui um status de subalternidade em relação à outras profissões, corroborando mais uma vez a existência de uma divisão sócio técnica social e sexual do trabalho.

Considerações

A divisão sexual do trabalho é uma questão de gênero, raça/etnia e classe! É a materialização de muitas das expressões da questão social, em que o Serviço Social não pode omitir-se. Faz-se urgente a necessidade de articulação dos grupos de mulheres para que a discussão de feminismo e classe seja feita de maneira acessível sem ignorar realidades e nem impor mais uma a elas. À medida que se questiona a divisão sexual do trabalho e a naturalização da formação social e histórica da sociedade, caracterizada pela posição de subalternidade em que se encontra as mulheres na sociabilidade burguesa, entende-se a emergência em ocupar os espaços de controle social, a fim de que despertem o pensamento crítico reflexivo. Talvez o grande questionamento seja como garantir a eficácia dessa proposta, uma vez que a categoria trabalho é marcada por exploração e alienação. Esse

processo permitiu a constatação das desigualdades na construção histórica de gênero e divisão sexual do trabalho, articulando assim, de como se produz e reproduz a normatização da designação dos papéis sociais. E aqui lê-se mulheres, como sujeitos sociais, repensadas na categoria de análise trabalho, visto que é um campo de análise onde os princípios elencados pelas autoras trabalhadas, são a separação e hierarquização de cargos e funções referem-se apenas ao determinismo biológico, justificando assim a parte produtiva ao masculino e a reprodutiva ao feminino.

Constata-se então que essa compreensão infere diretamente no local que o Serviço Social ocupa na divisão sócio técnica do trabalho, presente a precarização da profissão. O capital utiliza arbitrariamente a hierarquização do papéis em prol de seus interesses econômicos, sociais, culturais a partir de três dimensões contraditórias, confirmadas na análise desta pesquisa, trabalho feminino, precarização e vulnerabilidade, uma vez que segundo a autora, esse cenário contemporâneo de ‘feminização’ profissional é de produção e reprodução da burguesia.

Considerando a categoria gênero com caráter transversal, a partir da apreensão da realidade social que configura por sua vez expressões da questão social correlacionando poder e desigualdades, por meio da análise de exploração do capital sobre a força de trabalho da mulher inerente ao antagonismo de classe.

A feminização do trabalho explica dialeticamente a divisão sexual do trabalho, gerando uma superexploração sobre o trabalho e as atividades desenvolvidas por mulheres nos âmbitos privados e públicos. No sistema capitalista, as mulheres são responsáveis pelo trabalho extra doméstico como fator determinante de sua felicidade, limitando-a ao casamento, maternidade e zelo à prole. Faz-se necessário ampliar esse debate e em como essa construção infere nas demandas sociais, aprofundando essa discussão dentro do Serviço Social, para que quando profissionais, os discentes tenham subsídios para esmiuçar a conjuntura, apoderando-se principalmente dos conceitos determinantes de poder, desigualdade, opressão, dominação e que seja possível identificar possibilidades que atuem e enfrentem problemáticas provenientes de contextos de vulnerabilidade social.

Diante da conjuntura supracitada constata-se a funcionalidade da feminização de determinadas profissões para o capital, o privilégio de um gênero sobre o outro e a hierarquia profissional. Apontando ao Serviço Social o questionamento de construção desses papéis e o conservadorismo pôr sob eles, reproduzindo a desigualdade entre homens e mulheres desvalorizando a emancipação feminina como símbolo de resistência. Enfatizando o fator de classe como imprescindível para essa opressão. E com o antagonismo da relação Capital X Trabalho o Serviço Social é instrumento de intervenção e denuncia.

Diante disso, pode-se entender a emergência de organização e articulação de classe e seus recortes, isto é, a divisão sexual do trabalho tem gênero, raça/etnia e classe e o Serviço Social não pode se ausentar dessa discussão, partindo do pressuposto que o direcionamento político da/o profissional caminha paralelo ao projeto ético político da profissão que se materializa nas instâncias de representação, o conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS, ENESSO (vale ressaltar aqui, a ENESSO FEMINISTA), os Centros Acadêmicos e toda a articulação que resulta na formação da/o assistente social. Que a militância da/o Assistente Social seja por meio de ativismo político e reflexivo para além dos muros acadêmicos, quebrar esse discurso hierárquico e é preciso elencar como dever político um (re) encontro do Serviço Social e os

movimentos de mulheres, como estratégia de derrocada do capital, utilizando a articulação de consciência de classe, pela resistência e existência das mulheres.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e negação do trabalho. 2º ed. São Paulo, SP: Boitempo, 2009.

_____. **Adeus ao trabalho?** Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. 15 ed. São Paulo: Corte, 2011.

BRASIL. Estatuto da Cidade: **Lei 10.257**. 1ª Edição. Brasília, DF: Camara dos Deputados, 2001.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística** – IBGE. Disponível em: Acesso em 30/11/2016.

BRUSCHINI, Cristina e LOMBARDI, Maria Rosa. “**A Bipolaridade do Trabalho Feminino no Brasil Contemporâneo**”. In Cadernos de Pesquisa, nº 110. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2000. p. 67-104.

CAMURÇA, Sílvia. ‘**Nós Mulheres**’ e **nossa experiência comum**. Cadernos de Crítica Feminista, Número 0, Ano I, Recife: SOS CORPO, 2007.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. / --2ª.ed. – São Paulo: Outras Expressões, 2015.

_____. Mirla. **Feminismo e Consciência de Classe no Brasil** / Mirla Cisne. – São Paulo: Cortez, 2014.

DEVREUX, Anne-Marie. **A teoria das relações sociais de sexo: Um quadro de análise sobre a dominação masculina**. Sociedade e Estado, Brasília, v. 20, n. 3, p. 561-584, set./dez. 2005.

GUEDES, Moema de Castro. **Trabalho produtivo e reprodutivo no segmento de mulheres de nível universitário**. Fazendo gênero - Diásporas, diversidades, deslocamentos - 23 a 26 de agosto de 2010.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. / **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. / 25ª edição. São Paulo: Cortez, 2014

KERGOAT, Danièle. Dynamique ET consubstantialité des rapports sociaux. In: DORLIN, Elsa (Org.). **Sexe, classe, race: pour une épistémologie de la domination**. Paris: Editora da PUF, 2006. p. 111-125.

LEAL, Caroline. **Divisão sexual do trabalho: reprodução das desigualdades de gênero?**
Disponível em:
<www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/QUESTOES_DE_GENERO_ETNIA_E_GERACAO/DIVISAO_SEXUAL_E_SOCIAL_DO_TRABALHO_REPRODUCAO_DAS_DESIGUALDADES_DE_GENERO.pdf> Acesso em 20 de novembro de 2016

MOREIRA, Maria Regina de Avila Moreira; LUZ, Lila Cristina Xavier; SILVA, Marlise; MIRALES, Rosana; LISBOA, Teresa Kleba; **O lugar de gênero na formação do assistente social.** X Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social – Recife, 2006.

NETTO, José Paulo. **A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social.** Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional, 1999.

QUEIROZ, Fernanda Marques; DINIZ, Maria Ilidiana; **Serviço Social, lutas feministas e violência contra a mulher.** Temporalis. Brasília (DF), ano 14, n. 28, p. 94 95-112, jul. /dez, 2014

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero Patriarcado e Violência.** / --2ª.ed. - São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SOUZA, Vanessa Bezerra de. / **Gênero, marxismo e serviço social.** / Temporalis. Brasília (DF), ano 14, n. 27, p.13-31, jan. /jun. 2014.

STANCKI, Nanci. **DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO: a sua constante reprodução.** Pesquisa Realizada com alunos do curso Técnico em Desenho Industrial e Técnico em Mecânica, 2000

TIBURTINO, Lidiane Cavalcante. / **Relações de Gênero e processos de trabalho no serviço social.** / Temporalis. Brasília (DF), ano 15, n. 29, jan. / jun. 2015.

TRABALHADORES EM FESTA: VIVA O 1º DE MAIO NO CÍRCULO OPERÁRIO DE MONTES CLAROS

Elisdael Oliveira Santos

Mestranda em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Montes Claros - PPGH - UNIMONTES. Esta pesquisa conta com o apoio financeiro da FAPEMIG.

Resumo: Fundado em Montes Claros na década de 1950, o Círculo de Trabalhadores Cristãos de Montes Claros (CTC/MOC) mantém a tradição de celebrar o 1º de Maio com os trabalhadores. Levando em consideração a importância dos vetores para a socialização da Cultura Política e a simbologia daquela data, esta comunicação visa discutir acerca da manutenção de elementos do Trabalhismo na programação da solenidade e a adesão dos sujeitos à festa. Desse modo, ressaltamos que o elemento adesão tem como pressuposto a escolha, constituindo uma maneira de se expressar, sentir e viver a política.

Palavras-chave: Trabalhadores; Cultura Política; Círculo Operário; 1º de Maio.

Summary: Founded in Montes Claros in the 1950s, the Montes Claros Christian Workers' Circle (CTC/MOC) maintains the tradition of celebrating the 1 st of May with the workers. Taking into account the importance of the vectors for the socialization of Political Culture and the symbology of that date, this communication aims to discuss about the maintenance of elements of Labor in the programming of the solemnity and the adherence of the subjects to the party. In this way, we emphasize that the adherence elements has as a presupposition the choice, constituting a way of expressing, feeling and living politics.

Keywords: Workers; Political Culture; Working Circle; May 1 st.

Durante a I República (1889-1930), a importância dada ao trabalho assalariado e a maneira como as questões relacionadas ao movimento operário eram tratadas, são distintas em relação ao significado e dimensão dada ao trabalhador e às demandas trabalhistas a partir da ascensão de Vargas ao poder (1930 -1945/1951-1954). Apesar das conquistas como uma lei de acidentes de trabalho (1919), a formação de Caixas de Aposentadoria e Pensões (CAPs), em 1923, a criação de um Conselho Nacional do Trabalho, a Lei de férias de 1925, o Código de Menores de 1926 e o fato do movimento operário ter sido efetivo durante a I República, devido ao histórico de escravidão e as experiências socioculturais o processo identificação, respeito e reconhecimento do trabalhador ocorreu gradualmente.

Ângela de Castro Gomes (2002) destaca que tornou-se necessário buscar

construir propostas de identidade que produzissem o reconhecimento dos trabalhadores por eles mesmos e, ao mesmo tempo, por outros atores, como os patrões e o governo. Foi preciso descobrir valores, inventar palavras, símbolos e formas de organização capazes de criar, no país, uma nova

tradição de respeito ao trabalhador, agora um cidadão e não mais um escravo (GOMES, 2002, P. 16).

A partir de 1937, com a implantação do Estado Novo e a nova constituição, as diretrizes da política social e trabalhista foram fixadas e os direitos trabalhistas assegurados na Constituição de 1934 como: salário mínimo, férias anuais, descanso semanal remunerados e a manutenção da Justiça do Trabalho para dirimir conflitos entre empregadores e empregados foram consolidados.¹ Também a proposta de unidade sindical, que desde a “lei de sindicalização de 1931 vinha transformar e ao mesmo tempo concorrer com o padrão de associações até então existentes” (GOMES, 2005, p. 163) de maneira que o sindicato tornara órgão consultivo e colaborador do poder público, e para ter acesso aos benefícios da legislação social era necessário ser sindicalizado e possuir a carteira de trabalho.

Neste período, houve intensificação da propaganda por meio da imprensa escrita e do uso de programas radiofônicos, como a “Hora do Brasil” com o objetivo de “apresentar” ao trabalhador os direitos a eles concedidos pelo Estado. Nas palavras de Alexandre Marcondes Filho, na época (1942-1945) Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio “o programa semanal constituía uma experiência destinada a divulgar pelo processo mais rápido e amplo as medidas governamentais em matéria de legislação social,” sendo que “o conteúdo das palestras abarcaria o novo direito social, diagnosticado como uma matéria ainda desconhecida pelo trabalhador, seu beneficiário” (GOMES, 2005, p. 212).

Assim, o acesso dos trabalhadores à cidadania no Brasil fora definida pelo Estado a partir da inserção no mundo produtivo, consistindo no gozo de direitos sociais sancionados por lei, de maneira que “o processo pelo qual a classe trabalhadora se configurou como ator político foi fruto de um projeto articulado e implementado pelo Estado” (GOMES, 2005, p. 23), este projeto é chamado por Ângela de Castro Gomes de “trabalhismo brasileiro.” Para a autora, é inegável o sucesso da “ideologia trabalhista”: um conjunto de ideias que dá forma a determinados projetos políticos (2002, p. 41); e o mito construído em torno do seu criador, Getúlio Vargas. Explica que o sucesso do projeto político estatal, “a invenção do trabalhismo,”

(...) obteve êxito pelo fato de ter tomado do discurso articulado pelas lideranças da classe trabalhadora, durante a Primeira República, elementos-chave de sua auto-imagem e de os ter investido de novo significado em outro contexto discursivo. (...) O projeto estatal que constitui a identidade coletiva

¹ <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/DireitosSociaisTrabalhistas>

da classe trabalhadora articulou uma lógica material, fundada nos benefícios da legislação social, com uma lógica simbólica, que representava estes benefícios como doações e beneficiava-se da experiência de luta dos próprios trabalhadores. (...) É um fenômeno político-cultural capaz de articular valores, ideias, tradições e modelos de organização através de um discurso em que o trabalhador é ao mesmo tempo sujeito e objeto. (GOMES, 2005, p. 24)

Destacamos que o pacto estabelecido entre Estado e trabalhadores ocorrera por meio de escolhas efetuadas dentro de um campo de possibilidades e reciprocidade entre os mesmos, suas vivências políticas, culturais, valores e demandas explicam a dinâmica das relações. Após 1930 alguns elementos-chave considerados fundamentais do discurso trabalhista foram rearticulados, a saber: uma ética do trabalho, a figura do trabalhador como homem honesto e sofredor, a centralidade de seu papel econômico na criação das riquezas do país, sua importância na sociedade em geral, e, por fim, a naturalidade de sua cidadania (GOMES, 2005, p. 25).

Conforme assegura Ângela de Castro Gomes (2002, p. 07), em 1º de Maio de 1941 era inaugurada a Justiça do Trabalho no Brasil, propagada como uma justiça de tipo especial que atuaria em todo o território nacional e conhecida como uma das maiores realizações de Getúlio Vargas. Na cidade de Montes Claros, entre os anos 1945 a 1964, não existia a Justiça do Trabalho como um departamento específico, mas sim a Justiça Comum, local onde causas de natureza diversas, assim como as trabalhistas eram reclamadas.

No que se refere ao Ministério do Trabalho Indústria e Comércio, o Jornal Gazeta do Norte², uma das fontes utilizadas em nossa pesquisa informa a respeito da vinda de profissionais do Ministério do Trabalho para a emissão de carteiras profissionais:

De ordem do senhor Prefeito Municipal, aviso aos trabalhadores do comércio, indústria e lavoura que se acha nesta cidade, por alguns dias, uma Turma Volante de Identificação Profissional do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, afim de expedir carteiras profissionais aos trabalhadores que as quiserem obter. O trabalho em referência será feito nesta Prefeitura, pela referida Turma, em todos os dias úteis, das 8 às 10 horas e das 12 às 17 horas. (*Prefeitura de Montes Claros. Aviso. GAZETA DO NORTE, Ano XXVIII, Nº 1616, Montes Claros/MG, Domingo, 05 de Agosto de 1945. P. 04*)

Já no ano de 1948 fora noticiado a respeito da Criação de um Posto de Fiscalização na cidade:

² Ressaltamos que entendemos o jornal como um vetor para a socialização da Cultura Política, conforme enfatiza Serge Berstein (1998). Para o trabalho com a imprensa adotamos a metodologia de repertório de procedimentos sugerida por Heloisa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto (2007).

por meio da “portaria nº 22 de 1º de Outubro último, aprovado pela Portaria nº 47 de 17 de Novembro 1946, o Sr. Dr. Manoel Gomes Pereira, Delegado Regional neste Estado, criou um Posto de Fiscalização na cidade de Montes Claros a fim de atender aos numerosos núcleos de trabalhadores aqui sediados, prestando-lhes a necessária assistência. (*Posto de Fiscalização do Ministério de Trabalho em Montes Claros*. GAZETA DO NORTE, Ano XXXI, Nº 1127, Montes Claros/MG, Domingo, 07 de Novembro de 1948. P. 01)

É importante salientar que embora no referido período predominasse em Montes Claros profissões ligadas à agropecuária e comércio, e a industrialização fosse diminuta, a esfera pública e os cidadãos não estavam alheios à importância do acesso aos benefícios da legislação trabalhista, sindicalização e necessidade de possuir a carteira de trabalho. Logo, a partir de 1949 o Posto de Fiscalização do Trabalho na cidade se tornara fixo, funcionando no interior da própria prefeitura, conforme a reportagem abaixo:

O Sr. Oficial Administrativo Américo Novaes, encarregado do Posto de Fiscalização do Trabalho nesta Cidade, comunica aos interessados, indistintamente, que a Repartição que dirige se encontra instalada na Secretaria da Câmara Municipal de Montes Claros, no edifício sede da Prefeitura Municipal e que seu expediente, nos dias úteis, começará das doze (12) às dezessete (17) horas e aos Sábados das nove (9) às doze (12) horas. Comunica, outrossim, que o serviço de fornecimento de carteira profissional, a cargo da Identificadora Deoclecia Rodrigues de Moraes, terá lugar na repartição recém criada. (*Delegacia Regional do Trabalho. Posto de Fiscalização do Trabalho em Montes Claros*. GAZETA DO NORTE, Ano XXXI, Nº 1179, Montes Claros/MG, Quinta-feira, 16 de Junho de 1949. P. 03)

Na mesma publicação é enfatizado que,

(...) Para o exercício de qualquer emprego ou prestação de serviços remunerados é obrigatória a posse da Carteira Profissional de Trabalho, para as pessoas maiores de dezoito (18 anos), bem como os menores de dezoito (18) anos só poderão ser admitidos como empregados, quando possuidores da respectiva carteira. (*Delegacia Regional do Trabalho. Posto de Fiscalização do Trabalho em Montes Claros*. GAZETA DO NORTE, Ano XXXI, Nº 1179, Montes Claros/MG, Quinta-feira, 16 de Junho de 1949. P. 03)

No percurso da pesquisa, procuramos o Ministério do Trabalho da cidade com o fito de acessar informações concernentes à quantidade de carteiras emitidas no período democrático (1945-1964), e também o número de trabalhadores registrados nos diversos segmentos naquele contexto. Contudo, o acesso a estes arquivos para consulta ainda não foi deferido.

É importante salientar que entre os anos 1942 a 1945 a “palavra” estava com o Estado, o qual mobilizava diversos recursos, instituições, meios de comunicação e estratégias visando difundir uma proposta de identidade nitidamente articulada a um

projeto político para assim “bloquear a emissão de qualquer outro discurso concorrente e implementar políticas públicas que o reforçassem e legitimassem” (GOMES, 2005). Aqui cabem as ponderações de Serge Berstein acerca da cultura política quando afirma que o pressuposto da mesma é ainda mais decisivo já que constitui a base do pertencimento político (2009, P. 44), o que possibilita-nos afirmar que o projeto estatal obteve êxito por fazer sentido para os trabalhadores.

Dessa maneira, o uso do rádio e da imprensa escrita foram imprescindíveis como meio de “apagar a memória dos trabalhadores” e emitir “a nova palavra” construída a partir dos elementos básicos presentes no discurso dos operários desde o século XIX, “sem ao menos mencioná-lo estruturando-se a partir de uma ética do trabalho e valorização do trabalhador nacional” relidos e integrados em outro contexto (GOMES, 2005, p. 233). Também, a busca por realçar a contribuição do trabalhador e o trabalho como elemento responsável pela mobilidade e ascensão social.

Berstein (1998) enfatiza embora os vetores como a mídia, a família, a escola, o exército e o partido não procedam necessariamente por doutrinação e não exerçam influência exclusiva, os temas, modelos, normas e modos de raciocínio por eles propagados repetidamente acabam sendo interiorizados, tornando o sujeito sensível à recepção de ideias ou à adoção de comportamentos entendidos como convenientes.

Desta maneira, para que a “nova palavra” rearticulada pelo estado e os benefícios da legislação social obtivessem a adesão e reconhecimento dos cidadãos, estes foram integrados a uma dimensão festiva, a qual Gomes (2005, p. 216) denomina “calendário festivo,” referindo-se ao Dia do Trabalho, o aniversário de Vargas e o aniversário do Estado Novo, ocasiões em que o presidente se comunicava com a nação, sendo o trabalhador a figura destaque, especialmente na festa de 1º de Maio. Para a autora, estas datas se “integraram e estruturaram uma aproximação significativa e personalizada entre autoridades e o público trabalhador” (GOMES, 2005, p. 217).

A primeira concentração para celebrar o 1º de Maio ocorreu em 1938, no Palácio da Guanabara, com a presença de autoridades ligadas ao governo, com destaque para Getúlio Vargas, então presidente do país. Gomes (2005) afirma que naquela data o presidente discursou e caracterizou o teor da festividade, se comprometendo a partir de então “a presentear” os trabalhadores com benefícios na área da política social.

Naquele contexto, esta data festiva simbolizava a concessão de benefícios em formas de leis aos “trabalhadores do Brasil³”: o salário mínimo, a Justiça do Trabalho e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)⁴ são exemplos das iniciativas ritualmente comunicadas ao público na oportunidade do “Dia do Trabalho”.⁵ É importante salientar que neste cenário a CLT significava um ganho concreto, material ao ser associada à condição de cidadania, e ao mesmo tempo tornara um símbolo do trabalhismo varguista que se somava às festividades cívicas: Nos anos posteriores, as comemorações passaram a ser realizadas em estádios de futebol como o de São Januário (Rio de Janeiro), campo do Vasco da Gama, no ano de 1939. Em 1944, a solenidade passara a ser celebrada no estádio do Pacaembu, no Estado de São Paulo.

De acordo com Christine de Alencar Chaves, a festa é um “acontecimento social com conotações políticas, porquanto ato político, a festa é eficaz na medida em que veicula mensagens dotadas de sentido. Acontecimento, ela dá lugar à conjunção de representações e práticas” (2003, p. 66). Nesse sentido, a autora reforça que a mesma é também uma “imagem concreta do todo social e nela presentifica-se a pessoa política, cuja ambiguidade significativa a festa reduplica” uma vez que

(...) na festa encontra-se, de fato, a conjugação da política nas suas mais variadas acepções. A política como totalidade inclusiva e afetiva, na reunião indiferenciada de homens e mulheres concretos, em sua expressividade tangível, corpórea, e não a abstração suposta na ideia contratualista; a política como relação moral que vincula *peçoas*, com a contradição fundamental dada por um igualdade de substância, em termos morais, uma diferença substantiva inscrita e sensível na singularidade individual, e uma hierarquia implícita na relação social (CHAVES, 2003, p. 65 - 66).

É a dimensão festiva e simbólica associada aos ganhos de natureza material que dava sentido ao pacto entre Estado e trabalhadores, já que ambos se beneficiavam. Para desenvolver este raciocínio enquanto troca de benefícios, no sentido da ideologia da outorga, Gomes (2005) se apoia em pressupostos antropológicos, enfatizando que a mesma pressupõe o “dar e o receber, sendo o retribuir, uma relação contratual, compromisso, adesão, o termo que dava sentido ao círculo.”

Em sua análise, a legislação social brasileira representaria um instrumento mediador das relações governante e governados, outorgada pela personalidade

³ Este vocativo foi utilizado por Vargas e se transformou em seu bordão ao encarnar o papel de liderança dos trabalhadores, inspirando também o título do programa radiofônico do Ministério do Trabalho (GOMES, 2005, p. 216).

⁴ A Constituição de 1934 esboçara alguns dos direitos trabalhistas, sendo a consolidação das leis trabalhistas (CLT) datada de 1º de maio de 1943, por meio do Decreto-Lei nº 5.452, dois anos após a instalação da Justiça do Trabalho.

⁵ <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/PrimeiroMaio>

“clarividente” do chefe do Estado a seu povo. Ao mesmo tempo, a relação fundadora do Estado era uma relação de doação, uma relação de dar e receber dádivas/presentes/benefícios. A dádiva/reciprocidade se assemelha a uma relação entre parentes que presume uma dupla de dimensão: “um ato voluntário, livre, gratuito e generoso [face desinteressada]”, no entanto, “quem doa o faz porque entende que precisa fazê-lo [feição obrigatória]” (GOMES, 2005, p. 227). Dessa forma, ao atender as demandas históricas dos trabalhadores por meio de concessões, Vargas antecipava-se a possíveis agitações, pois a outorga impede o uso da força e pressupõe a conquista, adesão, retribuição.

Nesse sentido, durante a Era Vargas (1930-1945) Estado e Igreja atuaram como canais para a socialização de discursos e ideias, buscando na experiência social elementos concretos e articulando mediações culturais de modo a estabelecer uma relação de conhecimento e reconhecimento entre os partícipes. Para o enfrentamento e resolução dos problemas sociais, Vargas contara com a cooperação da Igreja Católica que atuou, sobretudo, na fundação e atuação de associações católicas de operários, a exemplo dos Círculos Operários.

O Movimento Circulista Nacional⁶ surgiu no início dos anos 1930, e aos poucos se difundiu pelo país. Em Montes Claros, o Círculo de Trabalhadores Cristãos de Montes Claros (CTC-MOC) - Círculo Operário - fora fundado em 15 de Maio de 1950. De acordo com o estatuto, trata-se de uma sociedade civil, benemerente, de caráter sócio-assistencial, educacional, cultural e outros, sem fins lucrativos, com número ilimitado de sócios e de tempo de duração indeterminada.⁷

Desde os anos 1950, esta instituição celebra o 1º de Maio com os circulistas, sendo que naquele contexto, os churrascos, cafés⁸ e demais atividades desenvolvidas no Dia do Trabalhador eram realizadas em parceria com os Ferroviários da Central do Brasil e a União Operária e Patriótica de Montes Claros⁹. É possível salientar que a festa e o sentido que a mesma mobiliza está relacionada à identificação e a elementos da cultura política dos sujeitos, o que René Rémond denomina como “*ethos*”¹⁰ de uma nação; gênio de um povo” (2003, p. 450). O autor supradito considera que

⁶ Este tivera início com a fundação do Círculo Operário Pelotense (COP), em 15 de março de 1932 pelo Padre Jesuíta Leopoldo Brentano na cidade de Pelotas no Rio Grande do Sul. Projeto Memória Circulista - 50 anos de falecimento do Padre ... - fcors www.fcors.com.br/.../235-projeto-memoria-circulista-50-anos-de-falecimento-do-pad

⁷ As afirmações aqui apresentadas estão descritas no atual estatuto do CTC-MOC.

⁸ CTC-MOC, Ata do dia 31 de Março de 1957.

⁹ Fundada em 20 de Janeiro de 1894 por Eusébio Alves Sarmento, pode ser considerada a mais antiga associação da cidade, sendo que até os anos 1980 estava em funcionamento.

¹⁰ Costumes, hábitos, cultura.

(...) um povo se exprime tanto pela sua maneira de conceber, de praticar, de viver a política tanto quanto por sua literatura, seu cinema e sua cozinha. Sua relação com a política revela-o, da mesma forma que seus outros comportamentos coletivos” (RÉMOND, 2003, p. 449-450).

De tal modo, “(...) na festa, através da relação que a constitui, enuncia-se a política como *adesão*, comunhão afetiva, que suprime na identificação a equanimidade” (CHAVES, 2003, p. 67). Daí o valor simbólico, a identificação do trabalhador com o 1º Maio desde o Estado Novo (1937-1945), período democrático (1945-1964) e o sentido de adesão que o mesmo mantém até os dias atuais.

Ao debruçarmos sobre os fatos do passado, o fazemos porque situações do presente nos inquietam ou despertam algum interesse, pois a “(...) a história não é somente a história do passado, ela também pode ser, com um menor recuo e métodos particulares, o estudo do presente (CHAUVEAU; TÉTART. 1999, p. 15).” Agnès Chauveau e Philippe Tétart (1999), ao tratar sobre a história do presente chama a atenção para o fato de que “vista como objeto, a história do imediato é testemunho. Este é seu valor intrínseco (1999, p. 24).” Partindo desse pressuposto, apresentamos a seguir os diversos momentos da comemoração do dia do trabalho/do trabalhador em 1º de Maio de 2018 no Círculo de Trabalhadores Cristãos de Montes Claros.

Desde a fundação do Círculo Operário e as primeiras comemorações pelo Dia do Trabalhador, a celebração da missa nesta ocasião é presidida por bispo ou arcebispo, sendo neste ano celebrada pelo Arcebispo Coadjutor Dom João Justino de Medeiros Silva com a participação do Padre George Gomes Amarante, administrador da paróquia Santa Rita de Cássia e um dos atuais assistentes religiosos¹¹ do Círculo Operário. As leituras bíblicas foram relativas ao tema trabalho/trabalhador, e durante a homilia o Arcebispo destacara a importância do trabalho para a subsistência do homem, as mudanças pelas quais a legislação trabalhista vem passando e a necessidade da busca por melhores condições de vida e trabalho como sinônimo de dignidade.

Durante a celebração os trabalhadores participaram fazendo leituras, entraram durante o ofertório com alimentos representando os frutos do trabalho e entregaram ao final da missa, a todos os participantes, um recipiente com água benta personalizado com o logotipo¹² do CTC/MOC e imagem de São José Operário enfeitado com micro

¹¹ O outro assistente religioso do CTC/MOC é o Padre Pedro Henrique da Cruz, vigário paroquial da Paróquia Santa Rita de Cássia. <http://arquimoc.com/paroquia-santa-rita-tem-novo-padre/>

¹² Esfera preta, [representando uma engrenagem] com uma cruz vermelha no interior e o Cruzeiro do Sul.

tule e laço em cetim.¹³ Como a instituição oferece cursos¹⁴ de artesanato para a comunidade, foram as artesãs/cursistas do “Projeto Mães que Aprendem, Mães que Ensinam” que confeccionaram as lembrancinhas.

Na sequência ocorreu o Hasteamento da Bandeira Nacional, da Bandeira do Estado de Minas Gerais e da Bandeira do Círculo Operário, culminando o momento cívico com a audição do Hino Nacional e Hino Circulista¹⁵. Aqui, identificamos o nacionalismo, um dos elementos da cultura política. Conforme ressalta Serge Berstein “as culturas políticas, longe de constituírem conjuntos fixos e imutáveis, conhecem evoluções ligadas às constantes modificações da conjuntura histórica e às mutações da sociedade” (2009, p. 35). Do mesmo modo,

uma vez feitas as escolhas iniciais, o indivíduo se vale de suas experiências anteriores para julgar os fatos novos, sem precisar refazer as etapas de sua trajetória, analisando pela ótica adquirida as situações novas. Nesse estágio, a cultura política se acha interiorizada, passa a fazer parte do ser, advém de uma profunda adesão e reage a um acontecimento de maneira quase automática. (BERSTEIN, 2009, p. 42)

A adesão à festa, o nacionalismo e sentimento de pertencimento podem ser vistos como uma das maneiras de sentir, viver, praticar a política sem que seja necessário fazer avaliações, pois é algo interiorizado pelo sujeito.

Após a execução dos hinos, tivera início a palavra franca e Ezequiel Felipe Pereira (vice-presidente/secretário) falou aos participantes sobre o papel desempenhado pelo Círculo Operário, os cursos disponibilizados e propósitos da entidade com a promoção da justiça social. Nesta oportunidade, por estar pesquisando acerca da cultura e experiência dos trabalhadores locais que viveram entre os anos 1945 a 1964 e utilizar documentos da instituição como fontes, fui convidada a falar aos presentes.

Assim, enfatizei o que foi a Consolidação das Leis Trabalhistas em 1941, o perfil do trabalhador existente naquele contexto no discurso do Estado, e a realidade daqueles que viveram e trabalharam no comércio, indústria e agropecuária local no referido período a partir das informações contidas nas fontes que utilizamos na pesquisa

¹³ No frasco está escrito: “Lembrança do 1º de Maio /2018 - Círculo de Trabalhadores Cristãos (Círculo Operário) - 68 anos formando verdadeiros cidadãos. São José Operário, Rogai por nós que recorremos a vós! 15/05/1950 - 15/05/2018.”

¹⁴ Atualmente são oferecidas as seguintes atividades: futsal, karatê, informática para a 3ª idade (Projeto Sempre é Tempo de Aprender); Projeto Mães que Aprendem, Mães que Ensinam (Artesanato), Corte e Costura, Maquiagem, Design de Sobrancelhas; Atendimento na Escola Infantil Circulista para aproximadamente 80 crianças; Atendimento Psicológico e Jurídico (CTC-MOC. 2º Encontro de Formação Circulista. Assembleia Geral Ordinária. Fevereiro de 2018. Slides.).

¹⁵ Hino Circulista. Projeto Memória Circulista - 50 anos de falecimento do Padre ... - fcors www.fcors.com.br/.../235-projeto-memoria-circulista-50-anos-de-falecimento-do-pad

(jornais, revistas, atas, correspondências). Tratei acerca da simbologia que o 1º de Maio adquirira no decorrer da História Brasil, sendo que na Era Vargas, especialmente no percurso do Estado Novo (1937-1945) a mesma assumira caráter festivo, compondo um calendário que se somava ao aniversário do Estado Novo e natalício do presidente.

Logo, abordei sobre o CTC/MOC e seu papel desde que fora fundado em Montes Claros, uma vez que adotara métodos de trabalho voltados à promoção de assistência social, instrução e incentivo aos trabalhadores da necessidade de se organizar em sindicatos e associações tendo em vista a garantia de seus direitos. Conforme assegura Jessie Jane Vieira de Sousa as medidas adotadas pelos Círculos Operários compunham parte das táticas adotadas pela Igreja Católica no “processo de construção da chamada cultura trabalhista, tendo como perspectiva estratégica a promoção da paz social, baseada na aliança com o Estado, contribuindo para a viabilização do pacto social com os trabalhadores.” (1998, p. 151)

Nos anos 1940 existiam poucas associações/sindicatos na cidade, como a Associação de Empregados em Estabelecimentos Bancários,¹⁶ a Associação dos Empregados no Comércio e Indústria,¹⁷ e A União Operária e Patriótica de Montes Claros,¹⁸ panorama que fora se alterando nos anos 1950, o que possibilita inferir que as visitas dos circulistas e gestores às fábricas e o incentivo aos trabalhadores a participar de associações tivera êxito. Atualmente a instituição possui 50 assessores cadastrados¹⁹ que contribuem para o desenvolvimento dos projetos.

Findando as atividades, foi realizada uma homenagem a Padre Henrique Munáiz Puig pela Fanfarra da Juventude São Luiz Gonzaga, fundada por ele, e exposto um painel com fotografias do sacerdote com os circulistas em diversas ocasiões e festividades na instituição. Nascido na Espanha, padre Henrique dedicou quase toda a sua vida de sacerdote a arquidiocese de Montes Claros, onde chegou no ano de 1965, aos 35 anos de idade.

Incorporou-se de tal forma na vida da cidade e desenvolvimento de trabalhos sociais que em pouco tempo passou a ser respeitado como unanimidade local. Em 2012,

¹⁶ A. de *Empregados em Estabelecimentos Bancários* (Convite para reunião). GAZETA DO NORTE, Ano XXVIII, Nº 1618. Montes Claros/MG, Quinta-feira, 26 de Agosto de 1945, p. 01.

¹⁷ Fundada em 06 de Maio de 1945, tivera inicialmente a adesão de 200 sócios. A diretoria eleita por aclamação era composta por: Coriolano Gonzaga (presidente), Antônio Maurício Rocha (vice-presidente), Joviniano Ramos (1º secretário), Paulino Cardoso (2º secretário), Luiz Rodrigues Maciel (tesoureiro), Vicente Gonzaga (diretor esportivo), Alípio Leal Vieira (bibliotecário), Benjamin A. Sousa (almoxarife) e Robson Crusóé (diretor de propaganda). GAZETA DO NORTE, Ano XXVII, Nº 1597, Montes Claros/MG. Quinta-feira, 24 de Maio de 1945, p. 04.

¹⁸ Fundada em 20 de Janeiro de 1894 por Eusébio Alves Sarmiento, tinha como lema “Deus, União e Trabalho,” desenvolvia atividades semelhantes ao do Círculo Operário, sendo que em alguns anos do período democrático a comemoração do 1º de Maio fora promovida em parceria entre as duas instituições.

¹⁹ Fichas e registros cadastrais CTC/MOC 2018, Material Digitado.

completou 50 anos de sua ordenação sacerdotal, na Companhia de Jesus, onde ingressou aos 16 anos, em 1948.²⁰ Durante quase 50 anos fora Capelão do Círculo Operário, e este foi o primeiro Dia do Trabalho celebrado sem a sua presença, desde que se tornara o assistente religioso do CTC/MOC.²¹ Esses fatores explicam as sucessivas homenagens, o carinho e respeito que os membros da instituição demonstram ter por ele.

A solenidade teve a participação de aproximadamente 80 pessoas, entre elas assessores/colaboradores cadastrados, celebrantes, visitantes e culminou com um momento de convívio com os trabalhadores quando foi servido café, chás, sucos, biscoitos e bolos preparados pelos sócios do Círculo.

Para Chauveau e Tétart, “certamente, aquele que escreve história do imediato é testemunha e historiador (enquanto (d)escreve a história), ele nunca ignora o rigor científico. Mas ele é igualmente ator, está em relação direta com seu tema” (1999, p. 25). Participar de uma cerimônia que possui tamanho significado e adesão dos trabalhadores possibilitou observar a dimensão afetiva que o momento possui para seus partícipes, ampliando os horizontes acerca da experiência, do vivido e o cuidado que o pesquisador deve ter ao analisar as ações e escolhas dos sujeitos.

Considerações Finais

Embora soubéssemos das peculiaridades da história imediata enquanto testemunho, consideramos pertinente discutir sobre a solenidade do Dia do Trabalho no dia 1º de Maio de 2018 no Círculo Operário de Montes Claros, dado o fato desta instituição existir na cidade há mais de 60 anos, estar em funcionamento e desenvolver trabalhos voltados à promoção da justiça social para um público diversificado de adultos, crianças e adolescentes. Também por manter em funcionamento a Escola Infantil Circulista, fundada no final dos anos 1950, e que atende aproximadamente 80 crianças entre três e cinco anos e oito meses de idade.

Observamos no decorrer da cerimônia dia 1º de Maio, a manutenção de elementos do trabalhismo mobilizados desde os anos 1930 e que compõem a cultura política nacional. Destacamos que a cultura política evolui ao longo do tempo, fator que não exclui a permanência determinadas características, como as que identificamos, a

²⁰<http://www.portalamirt.com.br/radio-montes-claro/morreu-ainda-h-pouco-padre-henrique-um-dos-sacerdotes-mais-admirados-da-historia-de-montes-claros-de-todos-os-tempos/>

²¹ Padre Henrique Munáiz Puig faleceu no dia 19 de Outubro de 2017. <https://g1.globo.com/.../morre-o-padre-henrique-munaiz-paroco-arquidiocesano-de-mon...>

saber: a simbologia da festa, o civismo, o nacionalismo e a dimensão religiosa. Interessa-nos pontuar que para os participantes, a missa, a festa e a adesão ocorrem de maneira espontânea e afetiva, já que faz parte da cultura, valores e experiências por eles compartilhados.

Referências

BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In.: RIOUX, Jean Pierre. SIRINELLI, Jean François. *Por uma história cultural*. Estampa: Lisboa, 1998.

_____. Culturas Políticas e Historiografia. In.: *Cultura Política, Memória e Historiografia*. Orgs. Cecília Azevedo [et. al], Rio de Janeiro: FGV, 2009.

CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe. *Questões para a História do Presente*. Tradução: Ilka Stern Cohen. Bauru, São Paulo: EDUSC, 1999.

CHAVES, Christine de Alencar. *Festas da Política: uma etnografia da modernidade no sertão (Buritis/MG)*. Rio de Janeiro: Relume Dumará - Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2003.

CRUZ, Heloisa de Faria. PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. In: *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*. Projeto História, São Paulo, nº 35, pp. 253-270. 2007. (Revista eletrônica).

GOMES, Ângela Maria de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: FGV, 3ª edição, 2005.

_____. *História, Historiografia e Cultura Política no Brasil: Algumas Reflexões*. In: Rachel Soihet, Maria Fernanda B. Bicalho e Maria de Fátima S. Gouvêa. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

_____. *Cidadania e Direitos do Trabalho*. Rio Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

RÉMOND, René. *Por uma História Política*. RJ: FVG, 2003.

SOUZA, Jessie Jane Vieira de. *Os Círculos Operários e a Intervenção da Igreja Católica no Mundo do Trabalho*. In.: *Dimensões - Revista de História da UFES*. Nº 07, 1998.

Fontes

CÍRCULO DE TRABALHADORES CRISTÃOS DE MONTES CLAROS (CTC-MOC), Ata do dia 31 de Março de 1957.

ESTATUTO DO CÍRCULO DE TRABALHADORES CRISTÃOS DE MONTES CLAROS. Montes Claros, 27 de Abril de 2012.

CTC-MOC. *2º Encontro de Formação Circulista*. Assembleia Geral Ordinária. Fevereiro de 2018. Slides.

GAZETA DO NORTE, Ano XXVII, Nº 1597, Montes Claros/MG. Quinta-feira, 24 de Maio de 1945, p. 04.

Prefeitura de Montes Claros. Aviso. GAZETA DO NORTE, Ano XXVIII, Nº 1616, Montes Claros/MG, Domingo, 05 de Agosto de 1945. P. 04

A. de Empregados em Estabelecimentos Bancários (Convite para reunião). GAZETA DO NORTE, Ano XXVIII, Nº 1618. Montes Claros/MG, Quinta-feira, 26 de Agosto de 1945, p. 01.

Posto de Fiscalização do Ministério de Trabalho em Montes Claros. GAZETA DO NORTE, Ano XXXI, Nº 1127, Montes Claros/MG, Domingo, 07 de Novembro de 1948. P. 01

Delegacia Regional do Trabalho. Posto de Fiscalização do Trabalho em Montes Claros. GAZETA DO NORTE, Ano XXXI, Nº 1179, Montes Claros/MG, Quinta-feira, 16 de Junho de 1949. P. 03

Sites:

Hino Circulista. Projeto Memória Circulista - 50 anos de falecimento do Padre ... - fcors www.fcors.com.br/.../235-projeto-memoria-circulista-50-anos-de-falecimento-do-pad Acesso dia 05/05/2018 às 09:00 horas.

Projeto Memória Circulista - 50 anos de falecimento do Padre ... - fcors www.fcors.com.br/.../235-projeto-memoria-circulista-50-anos-de-falecimento-do-pad Acesso dia 12/05/2018 às 15:30 horas.

<http://www.portalamirt.com.br/radio-montes-claro/morreu-ainda-h-pouco-padre-um-henrique-dos-sacerdotes-mais-admirados-da-histria-de-montes-claros-de-todos-os-tempos/> Acesso dia 15/05/2018 às 22:00 horas.

<http://arquimoc.com/paroquia-santa-rita-tem-novo-padre/> Acesso dia 13/06/2018 às 11:30 horas.

<https://g1.globo.com/.../morre-o-padre-henrique-munaiz-paroco-arquidiocese-de-mon...> Acesso dia 22/06/2018 às 13:35 horas.

<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos3745/DireitosSociaisTrabalhista> s Acesso dia 22/05/2018 às 18:40 horas.

<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/PrimeiroMaio> Acesso dia 22/06/2018 às 17:20 horas.

DADOS ABERTOS NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS: ENVOLVIMENTO INTERNO E DIVULGAÇÃO PARA A SOCIEDADE

Karoline Marques Pires

Universidade de Brasília

Resumo: O presente artigo discute a implementação e gerenciamento, nas universidades federais brasileiras, da política de dados abertos, publicada por meio do decreto nº 8.777/2016, que obriga a administração pública a disponibilizar dados em formato aberto. Para que o propósito do estudo fosse alcançado, deu-se prosseguimento a análise, em doze universidades, do envolvimento da comunidade acadêmica na construção do Plano de Dados Abertos, do cumprimento do plano e da divulgação da política de abertura de dados para a sociedade. Utilizaram-se as técnicas de análise documental dos planos e de entrevista estruturada com setores responsáveis pelo gerenciamento desses dados. De acordo com os resultados, foi possível constatar que há dificuldades por parte das instituições em cumprir com a política, como colocar em prática o cronograma de abertura dos dados e disponibilizar dados efetivamente em formato aberto. Sugere-se um estudo aprofundado sobre a situação dos dados abertos em todas as universidades federais brasileiras.

Palavras-chave: dados abertos; transparência; universidades.

Abstract: The present article discusses the implementation and management of the Open Data Policy – published through decree nº 8.777/2016 – and points how it has been developed within Brazilian federal universities. A study was conducted in twelve universities to analyze the engagement of the academic community in the construction of the Open Data Plan, moreover to monitor the compliance of the project and the disclosure of the Open Data Policy to society. In this research, techniques of document analysis of plans and structured interviews within the sectors responsible for the management of these data were used in the investigation. According to the results, it was possible to verify that these institutions have difficulty fulfilling the policy, such as putting into practice the data opening schedule and making data available in an open format. This paper highlights the importance of further studies on mapping the data policy situation in all Brazilian federal universities.

Keywords: open data; universities; transparency.

Introdução

A exigência pela sociedade de maior transparência do Estado vem ganhando novos contornos nos últimos anos no Brasil. Com a promulgação da Lei de Acesso à Informação - LAI (nº 12.527/2011) e, conseqüentemente, com as obrigações que ela traz, os diversos órgãos do setor público têm se organizado no sentido de atender ao novo normativo. Isso significa superar grandes barreiras internas, sejam elas estruturais, humanas, tecnológicas, que até pouco tempo atrás impediam que diversas informações viessem a público.

Desde a discussão em torno do projeto de lei, diversas pesquisas se debruçaram sobre os efeitos que tal norma alcançaria no país. Passados alguns anos, ainda é difícil detalhar de maneira clara os limites e possibilidades do acesso à informação no Brasil,

especialmente levando em consideração a grande variedade de órgãos e suas dinâmicas específicas, mas os desdobramentos da lei, como a Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal (decreto nº 8.777/2016) já demonstra avanços consideráveis.

Por meio de tal decreto, fica a administração pública obrigada a disponibilizar dados em formato aberto, de forma a aprimorar a cultura de transparência. Essa abertura de dados vem acompanhada por um Plano de Dados Abertos - PDA, que objetiva organizar a disponibilização de dados de acordo com as características de cada organização, detalhando responsáveis e prazos para divulgação.

As universidades federais, como parte importante do Poder Executivo, também devem se adequar à nova realidade. Além de deterem informações sobre seu próprio funcionamento, dados sobre seus funcionários e sobre seu público, também possuem informações essenciais sobre pesquisas científicas, ensino, extensão, que, se disponibilizadas, podem contribuir com outras pesquisas e com iniciativas em prol da sociedade. Além disso, por atenderem uma grande parte da comunidade onde se encontram, essas instituições revelam amplas informações sobre as diversas regiões do país. São 63 universidades públicas federais¹, ou seja, há um imenso arcabouço de conhecimento disponível em cada uma delas.

Levando em consideração o exposto, objetiva-se neste artigo, verificar a participação das universidades federais brasileiras na Política de Dados Abertos. Para que o objetivo seja alcançado, pretende-se analisar o envolvimento da comunidade interna da universidade na construção do Plano de Dados Abertos, se este está sendo cumprido e também como está sendo a divulgação dos dados para a sociedade, de modo a verificar se as comunidades interna e externa à instituição estão sendo informadas sobre a existência dos dados abertos.

O artigo está dividido nas seguintes seções: primeiramente, será realizada uma breve revisão de literatura sobre temas atinentes à pesquisa, como democracia digital, direito à informação e dados abertos. Em um segundo momento, será detalhada a metodologia utilizada para a coleta de dados. Na terceira parte do artigo, serão analisadas as informações coletadas e, em seguida, estarão dispostas as considerações finais da pesquisa. Espera-se que o presente trabalho possa contribuir para o estudo do direito à informação em universidades, as quais, por suas peculiaridades, que serão explicitadas posteriormente, merecem especial atenção.

¹ De acordo com a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES).

Internet, democracia e abertura de dados

O ambiente digital trouxe grandes contribuições para a participação do cidadão na vida democrática. Atualmente, é possível interagir com a administração pública por meio de diversos canais e plataformas. Muitos serviços públicos também são oferecidos na *internet*, eliminando tempo em filas e gastos desnecessários. Além disso, o controle social do Estado tornou-se mais acessível, estando à distância de um clique, o que pode provocar maior exigência por parte da sociedade em saber sobre o que está acontecendo na administração pública, quais são suas despesas e receitas, o que está sendo cumprido e o que não está. Como ressalta Bobbio (1997, p. 10) “pode-se definir a democracia das maneiras as mais diversas, mas não existe definição que possa deixar de incluir em seus conotativos a visibilidade ou transparência do poder”.

Essa nova realidade, acompanhada de políticas públicas que proporcionem a participação de todos, permite maior conexão entre o Estado e o cidadão comum. Estamos diante da democracia digital:

O que podemos chamar de “democracia digital” lida com a complexa relação entre tecnologias digitais de comunicação e as práticas democráticas. Também serve para definir um emergente campo de estudo que se consolidou nessas primeiras décadas do século XXI (também sob a denominação de “e-democracia”, “democracia eletrônica” ou “ciberdemocracia”) (SILVA; BRAGATTO, SAMPAIO, 2016, p. 17).

A democracia digital é vista por alguns autores como uma forma de intensificar a participação do cidadão na vida pública, já que as condições para tal, por meio das tecnologias, são muito mais exequíveis do que solicitar ao indivíduo que exerça sua cidadania presencialmente. Apesar de seus claros aspectos positivos, esse tipo de democracia ainda possui grandes dificuldades para funcionar de maneira produtiva, de forma a alcançar os resultados esperados:

(...) embora as iniciativas de democracia digital estejam largamente difundidas em diversos países e em diversos níveis da administração pública (local, regional ou nacional), também permeando os três Poderes (Executivo, Legislativo e também, em menor grau, o Judiciário), ainda não estão amplamente institucionalizadas na mesma proporção. Na maioria dos casos, são projetos que existem menos como uma política de Estado e mais como políticas de governo, ocorrendo assim avanços ou retrocessos a depender do tipo de governo e sua perspectiva ideológica. (SILVA; BRAGATTO; SAMPAIO, 2016, p. 27).

Dessa forma, mudanças de governo tendem a interromper projetos de grande relevância para a democracia digital. Como exemplo, temos o Gabinete Digital, iniciativa lançada em 2011 no Rio Grande do Sul e que funcionava como um canal de participação entre sociedade e Estado. Em 2015, com a troca de governador, o projeto

foi descontinuado. Outra dificuldade, ressaltada por Marques (2016), se refere ao fato de que nem sempre as iniciativas de democracia digital se integram às decisões políticas. Existe o canal de participação do cidadão, o cidadão participa, mas não vê sua opinião levada em conta pelo Estado ao estabelecer uma política pública, por exemplo.

Além das dificuldades por parte do Estado em manter iniciativas de democracia digital, tem-se também as dificuldades por parte do público. Nem todos os cidadãos possuem acesso à rede ou sabem como usá-la de maneira efetiva para participarem ativamente da democracia. Marques (2016, p. 10) salienta que “compreendeu-se que ‘a internet’ não traz modificações automáticas; nós, usuários, é quem configuramos e utilizamos as ferramentas de maneiras diversas, com objetivos pontuais, influenciados por inúmeros fatores, a exemplo das condições de acesso”.

A ausência de informações relevantes sobre o setor público também prejudica a participação dos cidadãos. A transparência do Estado é condição fundamental para que a sociedade possa exercer o controle social, dar sua opinião e propor alternativas para a solução de problemas sociais, econômicos e políticos:

Tão valioso quanto aproximar os cidadãos de processos de tomada de decisão é muni-los de informações relevantes, qualificadas e compreensíveis, de modo a promover o maior nível possível de transparência do Estado a fim de tornar a participação civil esclarecida, qualificada e, conseqüentemente, eficiente. (AGGIO; SAMPAIO, 2013, p. 23).

Portanto, o direito à informação é fundamental para o desenvolvimento da democracia. A Lei de Acesso à Informação foi criada dentro dessa perspectiva e traz, para a realidade brasileira, o acesso como regra e o sigilo como exceção. Em suas duas vertentes de funcionamento, transparência ativa e transparência passiva, a norma obriga o Estado a atender as necessidades de informação que o cidadão possui.

Como complemento à Lei de Acesso à Informação e também, de forma geral, como reforço considerável às iniciativas de transparência no Brasil, tem-se a Política de Dados Abertos, promulgada em 2016 por meio do decreto nº 8.777. A iniciativa de abertura de dados na administração pública brasileira compreende a participação do país em parceria internacional lançada em 2011:

Em reconhecimento aos esforços na área de transparência pública, o Brasil foi convidado pelos Estados Unidos para copresidir a OGP (Open Government Partnership). Em seu 1º Plano de Ação Nacional, o Brasil assumiu 32 compromissos, dentre os quais destacam-se os de publicação de dados abertos por parte da controladoria-Geral da União (CGU), do Ministério do Planejamento (MP) e do Ministério da ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). O MP comprometia-se, ainda, com o desenvolvimento de um ambiente virtual para simplificar a pesquisa e o acesso aos dados (um portal), bem como de um arranjo institucional a sustentar a política de

abertura (a Infraestrutura Nacional de Dados Abertos) (POSSAMAI, 2016, p. 376).

Segundo definição presente no Portal Brasileiro de Dados Abertos, que reúne os diversos conjuntos de dados do setor público, “dados abertos são dados que são livremente disponíveis para todos utilizarem e redistribuírem como desejarem, sem restrição de licenças, patentes ou mecanismos de controle”. Eles são baseados em oito princípios, instituídos por um grupo de especialistas denominados OpenGovData. Também disponíveis no Portal Brasileiro de Dados Abertos, estes princípios ditam que, para um dado se configurar como aberto, ele deve ser completo, primário, atual, acessível, processável por máquina, seu acesso deve ser não discriminatório, seu formato não proprietário e livre de licenças.

A Política de Dados Abertos tem a finalidade de organizar a distribuição e divulgação de dados abertos no âmbito do poder executivo federal. Para fazer a gestão da política, o decreto nº 8.777 menciona a Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA), conjunto de padrões e procedimentos para a correta disseminação desses dados. Uma de suas principais ferramentas é o Portal Brasileiro de Dados Abertos, que cataloga os diversos conjuntos de dados disponíveis no portal específico de cada órgão. A publicação de dados abertos proporciona benefícios tanto para o setor público como para a sociedade:

No back-office, a publicação de dados governamentais em formato aberto facilita a própria comunicação intragovernamental, ao passo que reduz os pedidos de acesso à informação encaminhados via mecanismos de transparência passiva. Isso porque, ao serem publicados pró-ativamente e em formato interoperável, prescinde-se da celebração de convênios ou da instauração de processos administrativos junto às fontes para acessá-los e integrá-los (POSSAMAI, 2016, p. 372).

Além disso, a oferta de dados abertos permite que o cidadão crie novas maneiras de utilizá-los, como, por exemplo, estruturando aplicativos e ações que proporcionem melhorias na cidade, na própria administração pública, entre outros. Adentrando o âmbito das universidades públicas, a disseminação de dados abertos também alcança grandes contribuições, como veremos a seguir.

Universidades públicas e dados abertos

As universidades federais brasileiras são responsáveis pela formação de grande quantidade de pessoas, tanto na graduação, como na pós-graduação. Além disso, desenvolvem pesquisas científicas que impactam diretamente em diversas áreas. Como parte do poder executivo, as universidades também participam da Política de Dados Abertos. Estudar sua dinâmica em relação à divulgação de informações é compreender

uma peça importante do setor público, que possui sua própria forma de funcionamento e grandes especificidades.

Uma estrutura institucional como a universitária, compreende uma coletividade – na qual se inserem docentes-cientistas, discentes e técnico-administrativos – com uma fronteira relativamente identificável, uma ordem normativa, escalas de autoridade e sistemas de comunicações, e se engaja em atividades que estão relacionadas com um conjunto de objetivos bem definidos. Como organização multifinalista, a universidade realiza, principalmente, o ensino, a pesquisa e a extensão, em suas mais diferentes formas e especificidades, como a pesquisa básica, a tecnológica, a aplicada, o ensino à distância e o presencial, cursos de extensão, consultorias em projetos e parcerias com outras organizações (TRIGUEIRO, 1999, p. 31).

O Brasil possui 63 universidades públicas. A Política de Dados Abertos permite que o cidadão tenha acesso, com mais facilidade, a diversas informações dessas instituições, que, mesmo com a Lei de Acesso à Informação - LAI, seriam repassadas a ele com certo vagar, tendo em conta que o prazo máximo da LAI para responder solicitações de acesso é de vinte dias, prorrogáveis por mais dez.

Para potencializar a abertura de dados, as universidades, e todos os outros órgãos do poder executivo, devem construir um Plano de Dados Abertos (PDA), documento que orienta a divulgação dos dados, setores responsáveis por cada conjunto, formas de comunicação com a sociedade, entre outras questões. Além disso,

Conforme orientação, os PDAs também devem estar alinhados ao planejamento estratégico da instituição, para fins de priorização na agenda do órgão, bem como para a sua adequação às previsões orçamentárias. Também devem levar em consideração os planos diretores de tecnologia da informação (PDTI), tendo em vista que se precisam prever os insumos tecnológicos e humanos necessários para a abertura de dados (POSSAMAI, 2016, p. 384).

Dessa forma, os PDAs são instrumentos norteadores para a política de abertura de dados em cada órgão e as características de sua construção são elementos importantes para verificar como cada instituição está se adequando à disponibilização dos dados.

Em se tratando de instituições relacionadas com a educação, como as universidades, pensando-se em avanços futuros, podemos falar também em dados abertos de pesquisa:

A ideia de ciência aberta tem muitas faces e muitos significados, porém, o mais eloquente deles é o que reconhece, primordialmente, que o conhecimento científico é um patrimônio da humanidade e, que, portanto, deve estar disponível livremente para que as pessoas – cientistas ou não – possam usá-lo, reusá-lo e distribuí-lo sem constrangimentos tecnológicos, econômicos, sociais ou legais (SAYÃO; SALES, 2014, p. 77)

A abertura de dados de pesquisa vem acompanhada de muitos benefícios, como novas descobertas a partir do cruzamento de dados científicos, ausência de retrabalho, pois um pesquisador pode ter acesso ao que outro pesquisador está fazendo e assim

aproveitar os avanços já realizados. Além disso, essa abertura também permite o controle social do cidadão. Diversas iniciativas científicas são custeadas pelo poder público, sendo, portanto, justo que a sociedade possa fiscalizá-las.

A abertura de dados pode gerar múltiplas consequências positivas, como elencado neste tópico. Por mais que as universidades estejam próximas da sociedade, a disponibilização de dados pode tornar esse relacionamento mais frutífero. Ainda mais, pode melhorar a imagem dessas instituições, que, por diversos problemas estruturais, ainda sofrem com a visibilidade negativa proporcionada pela mídia, por exemplo. Os dados abertos também podem auxiliar no próprio entendimento da comunidade acadêmica acerca do que se passa na universidade. Dessa forma, é relevante estudar como a Política de Dados Abertos vem sendo estruturada nesse tipo de instituição. A seguir, será detalhada a metodologia utilizada na pesquisa.

Metodologia

Com o objetivo de verificar a participação das universidades federais brasileiras na Política de Dados Abertos, será dado prosseguimento ao método de pesquisa comparativo, que permite ressaltar diferenças e similaridades entre as instituições pesquisadas, conforme aponta Gil:

O método comparativo procede pela investigação de indivíduos, classes, fenômenos ou fatos, com vistas a ressaltar as diferenças e similaridades entre eles. Sua ampla utilização nas ciências sociais deve-se ao fato de possibilitar o estudo comparativo de grandes grupamentos sociais, separados pelo espaço e pelo tempo. Assim é que podem ser realizados estudos comparando diferentes culturas ou sistemas políticos (GIL, 2007, p. 35).

As universidades federais estudadas neste artigo são as seguintes:

- a) Universidade Federal de São João Del-Rei;
- b) Universidade Federal do Amazonas;
- c) Universidade Federal Rural do Semi-Árido;
- d) Universidade Federal do Espírito Santo;
- e) Universidade Federal de Goiás;
- f) Universidade Federal de Mato Grosso do Sul;
- g) Universidade Federal de Ouro Preto;
- h) Universidade Federal do Rio de Janeiro;
- i) Universidade Federal do Rio Grande do Norte;
- j) Universidade Federal de Roraima;
- k) Universidade Federal de Alfenas;

l) Universidade Federal do Pampa.

Essas 12 instituições foram escolhidas para participar da pesquisa porque seu Plano de Dados Abertos constava no Portal Brasileiro de Dados Abertos à época da coleta de dados, realizada no mês de fevereiro de 2018. O fato de apenas essas universidades constarem no portal não quer dizer que são as únicas que possuem PDA. Outras instituições podem já ter publicado o documento, mas não terem enviado para lançamento no referido portal. Entretanto, como modo de trazer uma pequena amostra do universo das universidades públicas federais e para os limites deste artigo, optou-se pelo recorte citado. Ressalta-se que as instituições não serão identificadas na análise dos dados, como forma de preservar sua identidade.

As técnicas utilizadas para a coleta de dados foram: a) entrevista estruturada composta de onze questões sobre a política de dados abertos enviada por e-mail aos setores responsáveis pelo gerenciamento dos dados abertos nas universidades estudadas; e b) análise documental do Plano de Dados Abertos e dos portais de dados abertos de cada universidade. As categorias de análise serão descritas a seguir.

Dados abertos nas universidades federais

Para que o objetivo da pesquisa seja alcançado, pretende-se analisar os dados abertos nas universidades de acordo com as seguintes categorias:

a) **Envolvimento da comunidade interna da universidade na construção do Plano de Dados Abertos:** neste tópico será discutido quais foram os públicos envolvidos na construção do PDA, como a comunidade acadêmica pôde participar do projeto e qual foi o período de construção. Objetiva-se entender se o Plano de Dados abertos trata-se de uma construção coletiva da instituição, de modo que a comunidade saiba sobre sua importância. A técnica de pesquisa utilizada nesta categoria foi a entrevista estruturada.

b) **Cumprimento do Plano de Dados Abertos:** será analisado se o PDA se encontra atualizado e se as instituições estão cumprindo com seu plano de ação, no sentido de disponibilizar os conjuntos de dados no período acordado. Além disso, será verificado se existe portal específico para abertura dos dados e, por último, se os dados divulgados estão realmente disponíveis em formato aberto e atualizados, duas condições imprescindíveis para sua reutilização. Para verificar tais informações, utilizou-se tanto a entrevista estruturada, como a análise documental, referidas na metodologia.

c) **Divulgação dos dados abertos para a sociedade:** além da disponibilização efetiva dos dados abertos, é necessário que a sociedade saiba que eles

existem e que estão disponíveis para uso. Desse modo, o objetivo deste tópico é analisar se as universidades estão promovendo sua Política de Dados Abertos em seus canais de divulgação, de forma que a sociedade tenha conhecimento sobre ela. A entrevista estruturada com o setor responsável pelos dados abertos foi utilizada para verificar estas informações. Levando em consideração as categorias elencadas acima, têm-se os resultados a seguir:

Envolvimento da comunidade interna da universidade na construção do Plano de Dados Abertos

A fase de desenvolvimento do Plano de Dados abertos permite que os diversos públicos da comunidade acadêmica debatam sobre as melhores alternativas para disponibilização de dados abertos. É o momento de propor sugestões, planejar e verificar melhores formas de execução da política.

Os públicos participantes da construção do PDA em sete universidades foram os técnicos administrativos e docentes. Em quatro, apenas técnicos administrativos. Em nenhuma instituição houve participação de estudantes e uma delas não soube responder esta pergunta. Cada universidade possui suas próprias nomenclaturas para os setores, mas, de forma geral, estes foram os departamentos que mais estiveram presentes no grupo de trabalho para a construção do plano: ouvidoria (em cinco universidades), setor de planejamento (em seis universidades), setor de tecnologia (em onze universidades) e setor de administração (em quatro universidades). Uma instituição respondeu essa pergunta de forma genérica, de modo que não possível identificar os setores.

O período de construção do PDA foi relativamente rápido na maioria das universidades, levando em consideração que são instituições complexas, nas quais as decisões geralmente perpassam diversas instâncias antes de serem aprovadas. O processo de construção do PDA em dez universidades durou seis meses. Em uma, três meses e em outra, mais de um ano. Tendo em conta que se trata de um assunto novo para as universidades, sobre o qual não há discussões anteriores, entende-se que o período de seis meses é admissível para debates desse porte.

Questionou-se também se a comunidade acadêmica foi ouvida pelo grupo de trabalho no período de construção do plano. Uma das universidades afirmou que seus setores internos foram ouvidos, no sentido de fornecer ao grupo a lista de dados relevantes para abertura. Apesar de ser importante a opinião dos setores sobre quais dados são mais relevantes para abertura, a ampla participação da comunidade acadêmica e externa a respeito deste assunto também é de suma importância, visto que os

departamentos internos podem omitir dados relevantes por acreditarem que podem comprometer de alguma forma a instituição.

A participação da comunidade acadêmica na construção do plano, de forma, geral, foi escassa. Em oito universidades, ela não foi ouvida. Em três instituições isso aconteceu, por meio de representações colegiadas, evento para discussão do tema ou formulário de opinião. Além disso, tem-se o caso específico de uma universidade relatado no parágrafo anterior.

Cumprimento do Plano de Dados Abertos

Deu-se prosseguimento à investigação sobre a execução correta do Plano de Dados Abertos em cada universidade pesquisada. Primeiramente, analisou-se se os planos catalogados no Portal Brasileiro de Dados Abertos estavam atualizados, de modo que realmente se referissem ao período atual. Todos eles encontram-se em vigor, com pequenas diferenças em relação ao período de validade, conforme demonstrado na figura 1:

Figura 1 - Vigência do Plano de Dados Abertos das Universidades Pesquisadas

Período de validade do PDA	2016-2018	2017-2018	2018-2019	2017-2021	2018-2020
Quantidade de universidades	2	6	2	1	1

Fonte: Dados da pesquisa.

A maioria dos planos perderá o prazo de validade no final de 2018, de modo que estes terão de ser revisados. Ressalta-se que planos bianuais são mais comuns entre as instituições pesquisadas, o que, de certa forma, pode se relacionar ao processo de revisão de documentos internos da instituição, como o planejamento institucional.

Foi verificada a existência de portal específico em cada universidade para disponibilização dos dados abertos, bem como de documentos atinentes à temática. De acordo com a análise, nove instituições possuem *website* destinado à Política de Dados Abertos. Em uma universidade, os dados são dispostos na página do Serviço de Informação ao Cidadão e, em duas, não há qualquer registro de onde os dados são disponibilizados. Faz-se interessante notar que os planos de dados abertos das instituições que não possuem o referido portal trazem, em suas disposições, a necessidade de criação de tal endereço na internet para publicação dos dados. Entretanto, isso ainda não foi realizado.

Apesar de a maioria das instituições pesquisadas possuírem endereço para publicação dos conjuntos de dados abertos, é necessário verificar se os dados estão sendo realmente disponibilizados e, ainda mais, se cumprem com os requisitos para se configurarem como abertos. Para empreender a análise, foram analisados os cronogramas de abertura de dados dispostos no PDA de cada universidade, comparando-os com as informações presentes nos referidos portais. Os cronogramas trazem previsões para abertura dos dados. Verificou-se se estas previsões foram respeitadas.

Na figura a seguir tem-se o quantitativo de: conjuntos de dados citados no PDA para abertura; conjuntos de dados disponibilizados no portal de acordo com a data prevista no PDA; conjuntos de dados disponibilizados com atraso em relação à data prevista no PDA; conjuntos de dados constantes no PDA e não disponibilizados; e o total de conjuntos de dados disponíveis atualmente em cada portal. As universidades foram nomeadas de A a L, de modo que sejam preservadas suas identidades. Células ocupadas por um tracejado significam que não foi possível realizar a contagem por ausência de informações no PDA ou no portal da universidade.

Figura 2 - Cumprimento do cronograma do PDA quanto à abertura de dados

Universidade	Conj. de dados citados no PDA	Conj. de dados disponibilizados na data prevista	Conj. de dados disponibilizados com atraso	Conj. de dados não disponibilizados	Conj. de dados disponíveis no portal
A	11	11	0	0	11
B	7	-	-	0	7
C	9	7	1	1	9
D	4	4	0	0	5
E	8	0	0	8	0
F	11	7	4	0	14
G	-	-	-	-	42
H	6	0	0	6	0
I	-	-	-	-	58
J	32	0	0	32	0
K	12	-	-	7	12
L	-	-	-	-	10

Fonte: Dados da pesquisa.

De acordo com a figura 2, poucas universidades disponibilizaram dados abertos na data prevista no cronograma do PDA. Apenas as instituições A, C, D e F disponibilizaram a maioria dos conjuntos de dados citados no Plano de Dados Abertos,

ou seja, menos de 50% das instituições pesquisadas. Ressalta-se que em alguns casos, foram encontrados dados no portal que não constavam no PDA. Por isso, o portal de algumas universidades apresenta quantitativo de dados divergente em relação ao quantitativo citado no PDA.

O Plano de Dados Abertos das universidades G, I e L não possuem discriminados os dados candidatos à abertura, de modo que não foi possível realizar a análise. No caso das instituições B e K, não há informações disponíveis em seus portais acerca da data de criação dos conjuntos de dados, de forma que não foi possível verificar se foram disponibilizados com atraso ou não. Faz-se interessante ressaltar que as instituições H e J, que não possuem nenhum dado aberto, também são aquelas que não possuem portal específico para disponibilização dos dados.

Mesmo que haja dados disponíveis em alguns portais de universidades, ainda é necessário verificar se estes estão em formato reutilizável. Na figura 3 estão dispostas as universidades na mesma ordem da figura 2. É possível visualizar a quantidade de conjuntos disponíveis no portal, quantitativo de dados em formato aberto e quantitativo de dados atualizados.

Consideram-se atualizados aqueles conjuntos de dados que foram criados e/ou atualizados a partir de agosto de 2017, ou seja, há, no máximo, um semestre atrás. Dados mais antigos não são considerados atualizados, pois o segundo semestre do ano passado já poderia prover novas informações às bases de dados das universidades.

Figura 3 - Características dos conjuntos de dados abertos

Universidade	Quantidade de conjuntos de dados disponíveis no portal	Conjuntos de dados disponíveis em formato aberto	Conjuntos de dados atualizados
A	11	11	11
B	7	0	7
C	9	9	0
D	5	5	5
E	0	0	0
F	14	14	14
G	42	42	42
H	0	0	0
I	58	58	58
J	0	0	0
K	12	0	-
L	10	10	10

Fonte: Dados da pesquisa.

É possível inferir da figura 3 que seis universidades possuem dados em formato aberto (no caso, .CSV) e atualizados. As universidades B e K não possuem dados em formato aberto, portanto, estes não podem ser reaproveitados, o que invalida a Política de Dados Abertos nessas instituições. A instituição C, apesar de possuir dados em formato aberto, não os tem atualizados, o que também prejudica sua reutilização. Percebe-se que há certa dificuldade por parte das universidades em seguir corretamente a Política de Dados Abertos. De um universo de 12 instituições, apenas metade cumpre adequadamente as diretrizes sobre dados abertos.

Divulgação dos dados abertos para a sociedade

Além de analisar os processos de construção da Política de Dados Abertos, bem como as características dos conjuntos de dados, é relevante verificar se a sociedade está sendo comunicada sobre a existência de tais informações. Dessa forma, tem-se abaixo a figura 4, que traz os canais de divulgação do PDA de cada universidade à época em que tal documento foi finalizado e também informações sobre se, atualmente, ocorre divulgação dos dados abertos nos canais de comunicação das universidades.

Figura 4 - Canais de divulgação da Política de Dados Abertos em cada universidade

Universidade	Divulgação do PDA quando finalizado	Divulgação da Política de Dados Abertos atualmente
A	Aba de acesso à informação do portal da universidade	Não
B	Portal de notícias	Não
C	Portal de notícias, mídias sociais e e-mail	Portal de notícias e mídias sociais
D	Portal de notícias e jornal impresso	Portal de notícias
E	Portal de notícias	Portal de notícias
F	Portal de notícias	Não
G	Portal de notícias e mídias sociais	Portal de notícias e mídias sociais
H	Portal de notícias, mídias sociais e newsletter	Portal de notícias, mídias sociais e newsletter
I	Portal de notícias e TV universitária	Portal de notícias e TV universitária
J	Não	Não
K	Portal de notícias e mídias sociais	Portal de notícias
L	Portal de notícias	Porta de notícias

Fonte: Dados da pesquisa.

Verifica-se que em quatro universidades a divulgação da Política de Dados Abertos não ocorre atualmente. A principal forma de veiculação dos dados abertos é por meio do portal de notícias, o que corrobora com o exposto na seção de comunicação dos PDAs, que traz como principal canal de divulgação os portais das universidades. Também foi questionado se as instituições têm conhecimento de alguma iniciativa por parte da sociedade advinda da disponibilização dos dados abertos, mas o retorno foi negativo.

Considerações finais

A instituição da Política de Dados Abertos constitui um grande salto em termos de transparência e de participação social no Brasil. A partir dela, algumas iniciativas para melhorar processos no setor público já foram criadas e há infinitas possibilidades pela frente, visto que a tendência é que cada vez mais órgãos publiquem dados abertos.

Cada órgão possui sua própria rotina de funcionamento, seus processos internos, de modo que é necessário adaptar a execução da política levando essas especificidades em consideração. As universidades, como parte deste universo, também possuem suas características próprias e, levando em consideração sua grande estrutura, também encontram dificuldades na mesma medida. Nesta pesquisa, foram investigadas doze universidades federais que possuem Plano de Dados Abertos publicado no Portal Brasileiro de Dados Abertos.

Foi possível verificar que os públicos diretamente envolvidos na construção da Política de Dados Abertos nestas instituições foram os técnicos administrativos e docentes. Não houve participação direta de estudantes ou de público externo às instituições, que possivelmente trariam contribuições interessantes para a política. Além disso, o fato de a ouvidoria ou de o setor de comunicação não estarem presentes no grupo de trabalho da maioria das universidades pesquisadas ressalta o caráter estritamente interno da política. O período de construção do PDA foi relativamente curto, em torno de seis meses. A participação da comunidade acadêmica no processo foi escassa, de forma geral, restringiu-se ao próprio grupo de trabalho responsável pela implementação das medidas.

Apesar de nove instituições possuírem portais específicos para disponibilização de dados abertos, menos da metade das instituições cumpre efetivamente com a política. Apenas quatro universidades disponibilizaram dados de acordo com as datas previstas no PDA. Além disso, apenas seis instituições possuem dados realmente em formato

aberto e atualizados. Em quatro universidades, a divulgação da Política de Dados Abertos não é realizada atualmente. E, no caso daquelas em que é realizada, utilizam-se poucos canais para tal.

Como afirma Trigueiro (1999), a universidade é provocada a mudar processos, a ajustar-se a novas demandas e a vencer as pressões que sofre. É necessário que ela saiba se posicionar, esclarecer sua atuação e melhorar sua imagem. Essas ações perpassam a resolução de problemas internos e, mais ainda, necessitam de planejamento e de transparência. A participação das universidades na Política de Dados Abertos é fundamental nesse processo.

De forma geral, o caminho ainda é longo para que as universidades se adaptem à Política de Dados Abertos. A investigação foi realizada em 12 de 63 universidades e o cumprimento efetivo das diretrizes sobre dados abertos não é satisfatório nessa pequena amostra. Faz-se necessário uma investigação com todas as universidades federais, de modo que se possa pensar em melhorias futuras para a Política de Dados Abertos nessas instituições.

Referências

AGGIO, Camilo; SAMPAIO, Rafael Cardoso. Democracia Digital e Participação: Os modelos de consulta e os desafios do Gabinete Digital. In: COCCO, Giuseppe (org.). **Gabinete digital: análise de uma experiência**. Porto Alegre: Companhia Riograndense de Artes Gráficas (CORAG), 2013, p. 19-36.

BOBBIO, Norberto. **O Futuro da Democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2007.

GOMES, Wilson. 20 anos de política, Estado e democracia digitais: uma “cartografia” do campo. In: SILVA, Sivaldo Pereira da; BRAGATTO, Rachel Callai; SAMPAIO, Rafael Cardoso. **Democracia digital, comunicação política e redes: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2016, p. 39-76.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil. **Ciberpolítica**. Salvador: EDUFBA, 2016.

POSSAMAI, Ana Júlia. Portal Brasileiro de Dados Abertos: novas práticas para o fortalecimento da democracia e da gestão pública na Era Digital. In: SILVA, Sivaldo Pereira da; BRAGATTO, Rachel Callai; SAMPAIO, Rafael Cardoso. **Democracia digital, comunicação política e redes: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2016, p. 365-392.

SAYÃO, Luís Fernando; SALES, Luana Farias. Dados abertos de pesquisa: ampliando o conceito de acesso livre. RECIIS – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, jun. 2014, p.76-92.

SILVA, Sivaldo Pereira da; BRAGATTO, Rachel Callai; SAMPAIO, Rafael Cardoso. Concepções, debates e desafios da democracia digital. In: SILVA, Sivaldo Pereira da; BRAGATTO, Rachel Callai; SAMPAIO, Rafael Cardoso. **Democracia digital, comunicação política e redes: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2016, p. 17-38.

TRIGUEIRO, Michelangelo Giotto Santoro. **Universidades públicas: desafios e possibilidades no Brasil contemporâneo**. Brasília: Editora UnB, 1999.

CRÍTICA AO PENSAMENTO CRÍTICO DA ESCOLA DE CAMPINAS

Alexandre Juliani
UNESP – Universidade Estadual Paulista (Campus de Marília)

Resumo: O objetivo do presente artigo consiste em realizar uma revisão crítica do pensamento econômico da Escola de Campinas desenvolvido durante a década de 1970, cuja produção teórica foi caracterizada como oriunda de uma escola crítica e heterodoxa. Os estudos inaugurais dessa escola, representados principalmente nas teses de Maria da Conceição Tavares e João Manuel Cardoso de Mello, objetivaram compreender a dinâmica do capitalismo nas economias periféricas durante o processo de industrialização dando enfoque ao modelo endógeno de acumulação. Desse modo, teceram críticas a teoria dos choques externos da CEPAL. O escopo deste trabalho objetiva demonstrar que o papel do imperialismo e da divisão internacional do trabalho foi minimizado durante o processo em questão.

Palavras-chave: Escola de Campinas; Capital Endógeno; Pensamento Econômico.

CRITICAL TO THE CRITICAL THOUGHT OF SCHOOL OF CAMPINAS

The objective of the present work is to carry out a critical review of the economic thought of the School of Campinas developed during the 1970s, whose theoretical production was characterized as coming from a critical and heterodox school. The inaugural studies of this school, represented principally in the theses of Maria da Conceição Tavares and João Mauela Cardoso de Mello, aimed to understand the dynamics of capitalism in the peripheral hiding place during the industrialization process, giving a focus to the endogenous model of accumulation. In this way, the external shock CEPAL's theory was criticized. The scope of this paper aims to demonstrate that the role of imperialism and the international division of work was minimized during the process in question.

Keywords: School of Capinas. Endogenous Capital. Economic Thought.

Introdução

É consenso entre os estudiosos do assunto, sejam eles economistas, historiadores ou sociólogos, que a história do pensamento econômico brasileiro e, de modo geral, da América Latina, está estruturada sobre a questão do desenvolvimento. Nesse sentido, o arcabouço teórico elaborado ao longo do tempo por diversos autores de distintas correntes de pensamento procurou compreender o estágio de desenvolvimento das forças produtivas nacionais e sua relação com as economias centrais para estabelecer um “diagnóstico” estrutural de nossa conjuntura econômica e política. Nesse sentido, tendo como elemento central o tema do desenvolvimento, durante a década de 1980 surgiram dois trabalhos importantes que objetivaram sistematizar as principais correntes econômicas ao longo de nossa história, suscitando assim, a hipótese de uma História de nosso pensamento econômico. Tal história foi consubstanciada pelos estudos de Guido Mantega, cujo trabalho foi publicado em 1984 sob o título de *A economia política brasileira*, e Ricardo Bielschowsky, responsável

pela composição da obra intitulada *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento* de 1988. Ambos os livros são oriundos das teses de doutoramento de seus autores e, portanto, configuram o resultado do interesse acadêmico sobre o assunto¹.

Nestas obras, o projeto de sistematização de uma HPEB² aparece pela primeira vez como um objeto tratado com profundidade, usando cortes analíticos teoricamente fundamentados. Diferentemente do que fazem os trabalhos temáticos, os autores referidos preparam sua pesquisa para desvendar a estrutura da HPEB e encontram em seu cerne a questão do desenvolvimento. Embora partam de matrizes teóricas diferentes, Bielschowsky e Mantega constroem suas histórias do pensamento econômico brasileiro convergindo em um ponto principal: identificar o desenvolvimento e o subdesenvolvimento como organizadores do pensamento e do debate econômico no país. (MALTA et all, 2011, p. 26)

De acordo com Malta et all. (2011), Mantega utiliza aportes da tradição marxista para composição de modelos teórico-políticos estruturados em torno de projetos de desenvolvimento para a nação. Dessa forma, organiza os capítulos de seu livro caracterizando-os de acordo com surgimento e cristalização desses projetos: nacional-desenvolvimentismo, modelo de substituição das importações, modelo democrático-burguês e modelo de subdesenvolvimento capitalista. Por sua vez, influenciado pelo estruturalismo, Bielschowsky amparou-se em um arcabouço teórico de base shumpeteriana e desenvolveu seu trabalho de acordo com a noção de ciclos ideológicos. Portanto, norteados pela concepção de história dos sistemas de economia política definida pelo economista austríaco, Bielschowsky atribuiu ao período de 1930-1964 um princípio normativo unificador que o classificou como desenvolvimentista. A partir dessa classificação, o respectivo autor identificou cinco correntes do ciclo desenvolvimentista: neoliberalismo, desenvolvimentismo via setor privado, desenvolvimentismo via setor público nacionalista, desenvolvimentismo via setor público não-nacionalista e socialismo³. Destarte, antes de tratarmos propriamente do objeto de central de investigação deste trabalho, a título de contextualização, será apresentado um sucinto esboço dos autores mais relevantes para a história do pensamento econômico nacional, cujas

¹ Fora das hostes acadêmicas, não podemos deixar de referenciar o trabalho pioneiro de Heitor Ferreira Lima, *História do pensamento econômico no Brasil*, de 1976. Em 1965, Lima também participou da composição da obra *25 anos de economia brasileira*, cuja iniciativa foi patrocinada pelo extinto Banco Moreira Salles S.A..

² História do Pensamento Econômico Brasileiro.

³ Posteriormente também surgiram obras que buscaram tratar do desenvolvimento do Pensamento Econômico Nacional. Em 1997, organizado pela professora Maria Rita Loureiro, veio a lume *50 anos de ciência econômica no Brasil (1946 -1996)*: pensamento, instituições, depoimentos. Na década seguinte, no ano de 2007, Tamás Szmercsányi e Francisco de Oliveira Coelho organizaram o respectivo trabalho *Ensaio de história do pensamento econômico no Brasil Contemporâneo*. Recentemente, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), sob a coordenação de Maria Mello de Malta, publicou o livro *Ecossistema do desenvolvimento: uma história do pensamento econômico brasileiro*.

ideias influenciaram a constituição das principais correntes econômicas e, conseqüentemente, do pensamento da Escola de Campinas.

Precursores

No início do século XX, influenciados pelas diretrizes da III Internacional Comunista, os comunistas brasileiros buscaram empreender uma análise do estágio em que se encontrava o desenvolvimento das forças produtivas nacionais. O livro escrito por Octávio Brandão representou a primeira tentativa sistemática de análise marxista da formação econômica nacional. Escrito em 1924 e publicado clandestinamente em 1926 sob o pseudônimo de Fritz Mayer, *Agrarismo e industrialismo* serviu de principal subsídio teórico para a formulação das teses apresentadas no II Congresso do Partido Comunista do Brasil (PCB) em 1925. O livro continha o subtítulo “ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil”, segundo Moraes (2014), Brandão foi o pioneiro ao utilizar a expressão “marxista-leninista”, pois “antecipou-se a uma inovação ideológica que refletia o imenso impacto da revolução socialista russa e o reconhecimento de Lenin” (MORAES, 2014, p. 18).

A tese principal do livro afirmava que o estágio de desenvolvimento social e econômico no Brasil encontrava-se ainda em uma configuração semicolonial e semifeudal devido à predominância do latifúndio e de suas relações com o imperialismo. Entretanto havia um ponto de tensão consubstanciado pela contradição entre os interesses agrários (conservadores e semifeudais) apoiados pelo imperialismo inglês e os interesses industriais (modernos e revolucionários) apoiados pelo imperialismo americano. De acordo com Brandão, as duas revoltas militares de 1922 e 1924 faziam parte das etapas de uma revolução democrático-pequeno-burguesa, a expectativa da eclosão de uma “terceira revolta” se confirmava com o desdobramento da Coluna Prestes. Nesse contexto, o proletariado e o PCB deveriam estabelecer uma aliança com os militares revoltosos, com a pequena e grande burguesia industrial preconizando “a terceira revolta e a frente única do proletariado, da pequena burguesia urbana e da grande burguesia industrial, contra o imperialismo e o governo dos grandes proprietários rurais feudais” (BRANDÃO, 1978, p. 297-8). Destarte, é de fundamental importância ressaltar que dentro da perspectiva revolucionária assumida pelo PCB estava implícito o avanço das forças produtivas modernas, ou seja, o desenvolvimento da industrialização como uma etapa do processo revolucionário. Em suma, apoiados nas diretrizes da III Internacional e na análise de Brandão, os comunistas brasileiros aderiram a tese etapista (feudalismo-capitalismo-socialismo) objetivando a transição para o socialismo por meio da via clássica de desenvolvimento.

De acordo com Del Roio (2004), toda reflexão posterior dos comunistas brasileiros ficou marcada pela luta em favor da mudança nas relações de propriedade no campo e a luta contra o imperialismo. Da mesma forma, toda “estratégia de frente única posta em prática pelo PCB, durante vários momentos de sua existência, assim como a teoria da revolução nacional e democrática, que lhe deu suporte, teve em Octávio Brandão um notável precursor” (DEL ROIO, 2004, p. 132).

[...] a compreensão que o PCB tinha anteriormente da revolução burguesa e do desenvolvimento do capitalismo no país não foi alterada em sua essência, ou seja, manteve-se a compreensão de que o Brasil continuava a ser um país com um capitalismo atrasado e subdesenvolvido, sendo necessário orientar seu desenvolvimento num sentido nacional e progressista [...] (SEGATTO, 1989, p. 130)

Além disso, podemos dizer que a fundamentação teórica que norteou toda a análise do PCB sobre a realidade brasileira até meados da década de 1970 não alterou em sua essência a interpretação realizada por Brandão. De modo geral, as mudanças que ocorreram ao longo dos anos restringiram-se a alterações na política de alianças e a possibilidade de transição ao socialismo pela via pacífica (democrática) ou revolucionária.

Mantega (1984) caracterizou a respectiva análise defendida pelos comunistas como Modelo Democrático-Burguês, cuja forma teórica mais articulada atingiu-se nos estudos de Nelson Werneck Sodré durante suas atividades no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Em *Formação histórica do Brasil* (1962) e *História da burguesia brasileira* (1964) Sodré reafirmou a tese de que a existência e o predomínio das relações feudais produtivas no campo obstruíam de modo efetivo o avanço da produtividade e, conseqüentemente, das condições de vida da população. Tal contexto, oriundo de nossa colonização, sempre se renova na preservação do latifúndio.

Ainda dentro da corrente marxista do pensamento econômico brasileiro, não podemos negligenciar a importância de Caio Prado Jr.. *Evolução política do Brasil* (1933), seu primeiro livro, recebeu o subtítulo “ensaio de interpretação materialista da história do Brasil”, considerado por Sodré (1976) o primeiro ensaio a utilizar o materialismo histórico para analisar a realidade brasileira. Outro aspecto pioneiro do livro foi trazer a discussão do latifúndio colocando a importância da “questão agrária” como elemento de estudo e luta política. “Com ele, Caio Prado produzirá um marco nos estudos marxistas brasileiros, dando centralidade às massas populares e a importância de sua integração à realidade do país” (PERICÁS; WIDER, 2014, p.195). Em 1942, surgiu *Formação do Brasil contemporâneo*, nesse livro Prado Jr. trouxe uma série estudos abordando elementos históricos, econômicos,

políticos e geográficos do Brasil sobre o período colonial. Desse modo, demonstrou o sentido de nossa colonização, historicamente estruturada para atender os interesses da metrópole. Em *História econômica do Brasil* (1945) Caio Prado retomou a análise feita em seu trabalho anterior, porém trouxe sua abordagem para a contemporaneidade. De acordo com o autor, nossa herança colonial ainda determinava a conjuntura econômica e política, isto é, a estrutura agrária e o imperialismo continuavam bloqueando o desenvolvimento e a autonomia nacional.

Além disso, Caio Prado Jr. rompeu com o pretense etapismo e a possibilidade da via clássica de desenvolvimento ao incluir na estrutura de sua análise a tese do capitalismo colonial. Nesse sentido, Caio Prado Jr. distinguiu-se do materialismo vulgar e mecânico empregado pelo PCB, uma vez que admitia a existência de relações capitalistas durante a colônia. Segundo Caio Prado, no que concerne ao desenvolvimento das forças produtivas, “não se trata exatamente da transição de um modo de produção para o outro, mas sim da evolução de uma fase mais primitiva do capitalismo para uma mais avançada” (MANTEGA, 2014, p. 109-10).

Outra corrente que se destacou no pensamento econômico brasileiro foi a nacional-desenvolvimentista. Podemos dizer que seu principal precursor foi o líder da burguesia industrial paulista Roberto Cochrane (1889-1948). Considerado o patrono da indústria moderna no Brasil⁴, Simonsen exerceu importante papel como intelectual orgânico da burguesia paulista e foi um dedicado estudioso da economia brasileira em tempos que esta disciplina não era praticada por especialistas (CORRÊA, 2011). Nesse sentido, a publicação de seu livro *História econômica do Brasil (1500/1820)* em 1936 representa o marco fundador da História Econômica no Brasil (SAES, 2009). Nesse trabalho, Simonsen entende que as relações econômicas, tanto em Portugal, como o Brasil colonial são de natureza capitalista. Dois problemas centrais, norteadores da historiografia econômica brasileira, foram colocados por Simonsen: o da industrialização como bases para o desenvolvimento e o da constituição do capitalismo no Brasil.

Adepto das ideias do economista romeno Manoilescu, Simonsen defende a tese do esgotamento da economia primária. Ao longo do livro, por meio da reconstituição dos ciclos econômicos de nossa história colonial (pau-brasil, açúcar, ouro, pecuária) procurou corroborar

⁴ Simonsen estudou engenharia e foi responsável pela introdução dos tayloristas de racionalização do trabalho no Brasil durante a década de 1910. Em 1928, foi um dos fundadores do Centro Das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP). Conduziu o processo de adaptação do parque industrial paulista à economia de guerra durante a Revolução de 1932. No ano seguinte, foi um dos principais idealizadores e fundadores do Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT) e da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (ELSP). Eleito Deputado Classista na Assembleia Constituinte em 1933 e reeleito em 1934. Foi presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI) em 1935 e presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) em 1937. Eleito Senador em 1947 pelo Partido Social Democrático (PSD).

tal tese. “Em suma, ao final do ciclo nada restava da riqueza gerada por décadas (ou séculos) de trabalho. Obviamente, somente outro tipo de atividade poderia reter a riqueza por ela gerada e esta atividade seria a indústria” (SAES, 2009, p. 185). Nesse sentido, podemos dizer que Simonsen antecipa pontos axiais sobre a questão do desenvolvimento posteriormente consolidados no pensamento estruturalista da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL).

Após a Segunda Guerra Mundial, emergem discussões sobre o planejamento econômico, obrigando as classes dominantes a se posicionarem sobre os rumos da economia (MAZA, 2004). No Brasil, Simonsen também exerceu importância crucial sobre o papel do planejamento econômico. Segundo sua análise, o setor privado não estava preparado para fazer face às novas exigências do capital, conseqüentemente “as novas perspectivas de desenvolvimento econômico e, em especial, industrial, exigiam a formulação de novos instrumentos de ação, incluindo-se o planejamento e o pensamento técnico-científico” (IANNI, 1977, p. 55). Em 1943, durante o I Congresso Brasileiro de Economia, Simonsen já apresentava suas ideias sobre o planejamento, cujos objetivos eram “estabelecer uma política financeira estável; elevar o poder aquisitivo da população por meio do aumento da produtividade; racionalizar a produção agrária; unir o desenvolvimento da lavoura ao da indústria e, por fim, estabelecer uma política comercial externa” (JULIANI, 2016, p. 192).

Em tal contexto, surgiu o famoso debate sobre a questão do planejamento protagonizado pelas figuras de Roberto Simonsen e Eugênio Gudin⁵. O debate teve início a partir de um projeto apresentado por Simonsen ao Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial em 1944. Essencialmente, a questão central do debate referia-se à antiga dicotomia do pensamento econômico nacional: de um lado, os gudinianos, corrente liberal que preservava em suas concepções um conteúdo fisiocrático e dependente do Brasil e, de outro, uma burguesia emergente carregando a bandeira do planejamento econômico e do nacional-desenvolvimentismo como formas de elevar a renda nacional e atingir a independência econômica (desenvolvimentistas), este último representado principalmente pelo pensamento de Simonsen.

⁵ Eugênio Gudin (1896-1986), engenheiro, trabalhou em diversas empresas estrangeiras, em particular a Great Western of Brazil Railway Co.. A partir dos anos de 1920, se interessa por economia e, nas décadas seguintes, integra o quadro de importantes órgãos técnicos do governo federal. Autodidata, neoliberal, influenciado por Viner e Haberler, autores livre-cambistas, era contrário ao planejamento e ao protecionismo. Foi considerado o patrono dos economistas brasileiros. Em 1938, participou da fundação da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, atualmente UFRJ, onde lecionou até 1957. Atuou como delegado brasileiro em *Bretton Woods*, entre os anos 1951-1956 representou o Brasil junto ao FMI e foi ministro da fazenda durante o governo de Café Filho.

Foi nesse ambiente controverso sobre o desenvolvimento econômico nacional que as teses da CEPAL vieram dar subsídios teóricos para a corrente desenvolvimentista e intervencionista. Empresários e intelectuais estavam entre os principais entusiastas das ideias de Raul Prebisch e Celso Furtado⁶.

A preocupação básica da CEPAL era a de explicar o atraso da América Latina em relação aos chamados centros desenvolvidos e encontrar as formas de superá-lo. Nesse sentido, a análise enfocava, de um lado, as peculiaridades da estrutura sócio-econômica dos países da “periferia”, ressaltando os entraves ao “desenvolvimento econômico”, em contraste com o dinamismo das estruturas dos centros avançados; e, de outro lado, centrava-se nas transações comerciais entre os países ricos e pobres do sistema capitalista mundial que, ao invés, de auxiliarem o desenvolvimento da periferia, agiam no sentido de acentuar as disparidades. Com isso, A CEPAL questionava não apenas a divisão internacional do trabalho vigente no mundo capitalista, como também criticava o destino atribuído aos países subdesenvolvidos pela Teoria Clássica ou Neoclássica do Comércio Internacional que sustentava essa divisão. (MANTEGA, 1984, p. 34)

Dessa forma, as análises da CEPAL rompem com a concepção “etapista” e linear de que classificava o contexto dos países pobres como sendo proveniente de um capitalismo atrasado. Nesse contexto de interpretação surge o conceito de subdesenvolvimento como uma forma de organização própria dos países pobres, isto é, a forma que o capitalismo assume nas nações periféricas dentro do sistema mundial. Ao estudar os efeitos da crise de 1929 na Argentina, Prebisch observou que os preços dos produtos primários exportados declinavam em relação às importações dos produtos industrializados, tal mecanismo recebeu o nome de “deterioração dos termos de intercâmbio”. Dessa maneira, parte do excedente econômico dos países periféricos é absorvida pelos países centrais via mecanismos de preços. Tal mecanismo de deterioração colocou em cheque um dos pilares da Teoria Clássica, contestando o princípio ricardiano da lei das vantagens comparativas⁷. Os estudos de Prebisch sobre a economia argentina são ampliados pela CEPAL para explicar o subdesenvolvimento da América Latina. Desse modo, o pensamento cepalino procurou demonstrar como a divisão internacional do

⁶ Celso Furtado (1920-2004), autor de dezenas de obras, foi o primeiro pensador brasileiro a utilizar um modelo de análise fundamentado na heterodoxia estruturalista. Formado em direito, realizou estudos de economia em Paris (Sorbone), onde obteve o título de doutor. Participou da Força Expedicionária Brasileira durante a Segunda Guerra Mundial, foi diretor da divisão de desenvolvimento da CEPAL (1948-1957), diretor do BNDE (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico) em 1958 e responsável pela SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) durante cinco anos (1950-64). Em 1962, exerceu o mandato de primeiro ministro do planejamento do governo Goulart.

⁷ Segundo a lei das vantagens comparativas de David Ricardo (1772-1823), com o aumento da produtividade proporcionada pelo progresso técnico os preços dos produtos manufaturados caíam em relação aos produtos primários. Desse modo, o distinto desenvolvimento tecnológico entre as nações seria compensado por meio da transferência dos ganhos de produtividade via mecanismos de mercado. Assim, as nações exportadoras de produtos agrícolas se beneficiariam dos avanços tecnológicos das nações industrializadas, tornando-se insignificante onde ocorre o progresso técnico, uma vez que os bens produzidos com as novas técnicas poderiam ser adquiridos no mercado internacional em decorrência das vantagens introduzidas pelo aumento da produtividade.

trabalho cria uma relação de dependência e de transferências dos excedentes das regiões periféricas para as áreas centrais do sistema capitalista.

A caracterização do subdesenvolvimento como uma condição peculiar da periferia do sistema capitalista “é o conceito fundamental na teoria da Cepal. É empregado para descrever o processo de difusão do progresso técnico na economia mundial e para explicar a distribuição de seus ganhos.” (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 16). As propostas decorrentes dos estudos cepalinos para corrigir as distorções do mercado nas relações entre centro e periferia convergem para uma proposta reformista. Não obstante a originalidade da crítica à teoria neoclássica realizada pela CEPAL, as soluções apontadas para resolver o problema do subdesenvolvimento da América Latina se limitam a apontar os caminhos para o desenvolvimento do próprio capitalismo latino-americano. O progresso técnico é apontado como fator principal do desenvolvimento e de melhoria do padrão de vida das populações da periferia.

A industrialização incentivada pelo intervencionismo estatal deveria reverter o eixo básico das economias periféricas, historicamente determinado pelo passado colonial. Até então, havia se processado uma forma de desenvolvimento voltado “para fora” de acordo com os interesses das economias centrais, tratava-se de inverter a lógica desenvolvendo o mercado interno por meio da substituição de importações. “Nesses termos, a industrialização é vista como o meio mais eficiente para se conseguir o aumento da renda nacional e da produtividade, para se evitar a deterioração dos termos de intercâmbio e, assim, reter os frutos do progresso técnico.” (MANTEGA, 1984, p. 39).

O Estado deveria planejar e intervir até mesmo como agente econômico direto, proporcionando a infraestrutura necessária ao desenvolvimento industrial, priorizando a alocação e centralização dos recursos necessários ao desenvolvimento nacional. O caráter nacionalista do intervencionismo defendido pelo projeto cepalino levaria ao fortalecimento das economias periféricas em detrimento do liberalismo econômico do comércio internacional tão favorável aos países centrais. Porém, a crítica ao imperialismo comercial e financeiro, consubstanciada na formulação da tese da deterioração dos termos de intercâmbio, não hostilizava a participação do capital estrangeiro no processo de industrialização das economias agroexportadoras. Ao contrário, recomendava aos governos a efetivação de empréstimos, entre outras formas de investimentos.

Antecedentes do modelo endógeno

No Brasil, Furtado foi o responsável por disseminar o pensamento crítico da CEPAL à teoria neoclássica, principalmente em relação à lei das vantagens comparativas, em sua abordagem histórica do desenvolvimento econômico nacional. Desse modo, propõe como superação para o modelo primário-exportador o planejamento econômico (intervenção estatal) e a industrialização via substituição de importações.

Em 1959, vem a lume a obra considerada por grande parte da comunidade de estudiosos como um marco inaugural da economia política nacional. De acordo com Bielschowsky (1989), em *Formação econômica do Brasil* Furtado utilizou de modo pioneiro a metodologia estruturalista de análise da história do desenvolvimento de países periféricos, em especial o Brasil. Em seu texto, mesmo não sendo adepto de Marx, Furtado absorveu as ideias marxistas numa perspectiva keynesiana (MANTEGA, 2014), daí a utilização do método histórico estrutural (contrapondo-se à visão estática neoclássica) para compreender o subdesenvolvimento brasileiro em uma dinâmica capitalista distinta dos países pioneiros. Furtado também inova no aparato conceitual, termos como “economia colonial” foram substituídos por “economias subdesenvolvidas” ou “exportadoras” no sentido de justificar o desenvolvimento, ou melhor, o subdesenvolvimento do capitalismo na América Latina como um produto histórico do capitalismo contemporâneo. De acordo com Gaem (2011), foi em torno da conceituação do desenvolvimento/subdesenvolvimento criado por Furtado que surgiu a HPEB, uma vez que “o conteúdo de sua obra serviu de paradigma ou de contraponto para praticamente todos os pensadores brasileiros dessa área do conhecimento” (MANTEGA, 1989, p. 30).

De acordo com Goldenstein (1994), no início da década de 1970 surgiu uma nova corrente de pensamento que representou um avanço em relação ao pensamento cepalino. Tal concepção é oriunda do livro *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, cuja vertente ficou conhecida como “dependentistas”. Nesse trabalho, os autores propuseram uma nova metodologia analítica para analisar a dependência e o subdesenvolvimento da América Latina. Primeiro, recusaram-se a considerar de modo homogêneo o desenvolvimento de toda América Latina, pois “a relação interna entre as classes é que torna possível e dá fisionomia própria à dependência” (CARDOSO; FALETTTO, 1970, p.37). Nesse sentido, os autores negaram que a situação de subdesenvolvimento ou dependência partiria da determinação econômica dos países centrais, ou seja, a interpretação cepalina entre centro e periferia (países industrializados e países primário-exportadores) foi substituída por uma análise que considera os graus diferentes de industrialização (subdesenvolvimento/dependência) de cada nação consequência da

configuração do sistema de relações internas (políticas e econômicas), isto é, proveniente das variáveis internas (endógenas).

Outro aspecto do pensamento cepalino refutado pelos autores refere-se à concepção que associava o subdesenvolvimento a determinada configuração do sistema econômico (predomínio do setor primário, predomínio do mercado externo sobre o interno, baixo nível de industrialização e forte concentração de renda). Nesse sentido, Cardoso e Faletto identificaram outra situação de desenvolvimento a partir do processo de substituição de importações, isto é,

[...] consideraram que passa a existir uma dependência de outra índole, que não implica empecilhos ao desenvolvimento, mas, ao contrário, possibilidade de desenvolvimento, ainda que parcial – daí qualificarem de “países periféricos, industrializados, dependentes” aqueles que passaram por esse processo. Os vínculos com o mercado internacional deixam de ser diretamente políticos e apenas reflexo interno das decisões tomadas no mercado mundial [...] (GOLDENSTEIN, 1994, p. 41).

A Escola de Campinas

A corrente econômica investigada neste artigo emergiu na esteira das perspectivas temáticas que a CEPAL e os dependentistas possibilitaram. A “Escola de Campinas”, termo pelo qual ficou conhecido o pensamento e, evidentemente, o grupo de representantes do Instituto de Economia (IE) da Unicamp, teve como fundadores os integrantes de um curso de planejamento e desenvolvimento econômico realizado em São Paulo pela CEPAL⁸. Destarte, “a fundação do que se chama hoje o ‘pensamento econômico da UNICAMP’ tem sua origem, precisamente, no ‘pensamento econômico da CEPAL’” (FIGUEIREDO, 1990, p. 148).

Em plena vigência do AI-5, no ano de 1968, foi criado o Departamento de Economia e Planejamento Econômico (Depe) que futuramente seria o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) e, posteriormente, já na década de 1980 o IE. Não obstante o contexto político, já “naquela época a preocupação inicial era construir uma política econômica alternativa ao padrão de crescimento que vinha sendo implementado pelo regime militar” (LEVY, 2006, p.3).

Desde os seus albores, as principais características que nortearam a composição do pensamento da Escola de Campinas foram: a tradição crítica em contraposição as ideias de que nem sempre as políticas adotadas pelas economias centrais são adequadas aos países periféricos e a heterodoxia teórica, cuja diversidade de correntes perpassa o arcabouço

⁸ Entre os fundadores do Depe estavam os professores do curso da CEPAL Wilson Cano, Ferdinando Figueiredo e Lucas Gamboa, e os alunos João Manuel Cardoso de Mello, Luiz Gonzaga Belluzzo, Carlos Eduardo do Nascimento e Osmar Marchese.

conceitual de autores como Marx, Schumpeter, Keynes e Kalecki. Os primeiros trabalhos que surgiram buscavam a compreensão da especificidade do capitalismo brasileiro, reduto do último país independente a abolir a escravidão. Posteriormente, durante a década de 1980, quando a economia se desmembrou do IFCH, houve uma diversificação de temas de pesquisa protagonizados pelo Núcleo de Economia Agrícola e Ambiental (Nea), pelo Centro De Estudos Sociais e Economia do Trabalho (Cesit) e pelo Núcleo de Economia Industrial e da Tecnologia (Neit).

Em meados da década de 1970, foi implantado o mestrado e o doutorado na Escola de Campinas. Nesse momento, vieram para Unicamp diversos economistas que, devido ao golpe militar, se encontravam na CEPAL, entre eles, Maria da Conceição Tavares e Carlos Lessa. Os trabalhos que surgem a partir da criação do doutorado vêm com o objetivo de consolidar a hipótese de inexistência de um feudalismo colonial e ausência de interesses antagônicos entre a burguesia industrial e o imperialismo durante o processo de consolidação do capitalismo no Brasil. De acordo com Oliveira Filho (2008), os autores do primeiro núcleo da Escola de Campinas procuraram compreender a dinâmica interna dos países periféricos, em especial o Brasil, repensando a teoria dos choques externos da CEPAL. O resultado de tais esforços foi à emergência de uma nova forma de interpretar a economia brasileira fundamentada na existência de um modelo endógeno de acumulação. “Com esses elementos em vista, a chamada escola de Economia da Unicamp preferiu observar a força da burguesia brasileira, ainda que não tivesse como se emancipar do imperialismo e menos ainda vir a participar de um processo revolucionário” (DEL ROIO, 2016, p. 99).

De acordo com Draibe (2004), a crítica à economia política da CEPAL realizada por autores como Maria da Conceição Tavares e João Manuel Cardoso de Mello “abriram um novo espaço teórico em que podem ser recolocadas algumas questões pertinentes à relação entre capital e industrialização” (DRAIBE, 2004, p. 9). Entretanto, a historicidade particular criada pelos autores da Escola de Campinas para apreender a dinâmica do capitalismo no Brasil corroborou para camuflar questões essenciais da dependência e do subdesenvolvimento. Nesse sentido, Tavares e Serra⁹ ao comentarem o retorno de elevadas taxas de crescimento no período conhecido como “milagre brasileiro” utilizaram expressões como “solidariedade orgânica entre Estado e capitalismo internacional” e “núcleo integrado” para caracterizar um novo modelo de dependência, cujos protagonistas principais nos setores

⁹ “Além da estagnação” in: TAVARES, M. C. *Da substituição das importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre a economia brasileira*. 11 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

dinâmicos da economia eram o Estado e o capital estrangeiro. Por sua vez, João Manuel Cardoso de Mello propôs uma nova periodização do processo de desenvolvimento econômico brasileiro para pensar sua especificidade: “um capitalismo que nasceu tardiamente”.

A nova periodização estabelecida por Mello é composta por três fases: economia colonial, economia mercantil-escravista nacional economia exportadora retardatária (esta última dividida em três etapas – nascimento e consolidação da grande indústria, industrialização restringida e industrialização pesada). Tal periodização buscou superar o critério cepalino de periodização histórica, pois inverte a determinação da dinâmica de acumulação, isto é, aponta que “a direção do movimento da economia está [...] determinada em primeira instância por ‘fatores’ internos e, em última instância, por ‘fatores’ externos” (MELLO, 1995, p.176). Ao observar o predomínio da dinâmica interna explicou-se o desenvolvimento do capitalismo por meio de um modelo endógeno de acumulação, cujos desdobramentos implicavam na ilusão de autonomia de decisões internas. Além disso, tal modelo contribuiu para ocultação de fatos como a deterioração nos termos de intercâmbio e a teoria dos choques externos.

Nesse sentido, podemos afirmar que a análise dos respectivos autores desta corrente, ao tentar compreender a dinâmica do capitalismo nas economias periféricas utilizando um novo paradigma (modelo endógeno de acumulação), reforçou a concepção do papel preponderante do Estado (principal representante da burguesia industrial e do capital estrangeiro) como força motriz no processo de industrialização. Para tanto, o predomínio do imperialismo e da divisão internacional do trabalho foi minimizado nas economias periféricas durante a fase de industrialização, sobretudo a atuação do proletariado no processo em questão ficou deterministicamente limitada pela abordagem de caráter preponderantemente economicista e não marxista. A ausência de uma perspectiva emancipatória no pensamento dessa vertente e a valorização demasiada do capital interno (centralizado na ação do Estado) no processo de industrialização corroboram a predominância da autonomia do Estado em relação às classes sociais, sobretudo as classes subalternas que não aparecem como sujeito da história.

Considerações finais

Segundo Ganem (2011), a produção do pensamento econômico nacional sofre um influxo teórico a partir do golpe de 1964, uma vez que os desdobramentos políticos e ideológicos da ditadura para o campo da ciência econômica provocaram uma mudança no foco dos estudos voltados para a economia do desenvolvimento. Nesse sentido, ressaltamos a

relevância das teses produzidas pela Escola de Campinas, cuja produção de pensamento era caracterizada como oriunda de uma “escola crítica” e heterodoxa. Além disso, outro importante aspecto que justifica a importância do pensamento econômico da UNICAMP é a participação do seu quadro de professores em postos do governo nas esferas municipal, estadual e federal. No âmbito federal, desde o Plano Cruzado (1986) até o último governo representado pelo Partido dos Trabalhadores (PT) pode-se observar a participação de economistas oriundos da Escola de Campinas. Entretanto, apesar dessa vertente criticar a implantação dos modelos econômicos adotados pelas economias centrais nos países de economia periférica, ao propor o modelo endógeno de acumulação para compreender a dinâmica do desenvolvimento do capitalismo nos países periféricos, os autores do primeiro núcleo dessa corrente heterodoxa acabaram desconsiderando o real papel do imperialismo na determinação das relações de dependência inerentes à divisão internacional do trabalho. Nesse sentido, tergiversaram sobre a causa predominante do subdesenvolvimento das economias periféricas e, desse modo, consubstanciaram uma ideologia econômica menos crítica aos antagonismos estruturais do sistema capitalista.

Referências bibliográficas

BIELSCHOWSKY, R. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 4 ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. 480 p.

BRANDÃO, O. *Combates e batalhas: memórias*. São Paulo: Alfa-Omega, 1978, v. 1, 406 p.

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

CORRÊA, M. L. *Um estudo sobre o debate desenvolvimentista nas páginas de O Observador Econômico e Financeiro (1936 – 1954)*. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA USP, 26, 2011, São Paulo. *Anais eletrônicos...* São Paulo: USP, 2011. Disponível em: <<http://www.snh2011anpuh.org/site/anaiscomplementres>>. Acesso em: 22 mai. 2011.

DEL ROIO, M. Octávio Brandão nas origens do marxismo no Brasil. *Crítica Marxista*, São Paulo, Ed. Revan, v.1, n.18, p.115-132, 2004.

_____. Sodré e a dialética da formação social brasileira. *Crítica Marxista*, São Paulo, Ed. Revan, v.1, n.42, p.85-102, 2016.

DRAIBE, S. M. *Rumos e metamorfoses: Estado e industrialização no Brasil 1930-1960*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

FIGUEIREDO, F. Pensamento Econômico da CEPAL, *Revista de Economia Política*, v.10, n.4, out/dez. p. 138-40, 1990.

FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. 27 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional: Publifolha, 2000.

GANEM, A. Reflexões sobre a história do pensamento econômico brasileiro. *Análise Econômica*, Porto Alegre, ano 29, n.56, p. 131-152, 2011.

GOLDENSTEIN, L. *Repensando a dependência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. 173 p.

IANNI, O. *Estado e planejamento econômico no Brasil 1930-1970*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

JULIANI, A. Heitor Ferreira Lima e o nacional-desenvolvimentismo. *Idéias*, CAMPINAS: UNICAMP, v.7, n.1, p. 181-202, jan/jul. 2016.

LEVY, C. A escola que pensa a economia como uma ciência humana. *Jornal da Unicamp*. Campinas, Sp, 22-28 mai. 2006, p. 3.

LIMA, H. F. *História do pensamento econômico no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1978. 198 p.

LOUREIRO, M. R. (Org.). *50 anos de ciência econômica no Brasil (1946 – 1996): pensamento, instituições, depoimentos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MAGALHÃES, J. P. A. (Org.). *25 anos de economia brasileira*. Rio de Janeiro: Record, 1965.

MALTA, M. M. (Org.). *Ecossistemas do desenvolvimento: uma história do pensamento econômico brasileiro*. Rio de Janeiro: IPEA: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2011. 368 p.

MANTEGA, G. *A economia política brasileira*. 2.ed. São Paulo-Petropolis: Polis/Vozes, 1984.

_____. Celso Furtado e o pensamento econômico brasileiro. *Revista de Economia Política*. São Paulo: FGV, v. 9, n.4, p. 29-37, out/dez. 1989.

_____. Marxismo na economia brasileira. In: MORAES, J. Q. (Org.). *História do marxismo no Brasil: os influxos teóricos*. Campinas, Sp: Editora da Unicamp, 2014. 2 v. cap. 3, p. 103 – 125.

MAZA, F. *O idealismo prático de Roberto Simonsen: ciência, tecnologia e indústria na construção da nação*. São Paulo: Instituto Roberto Simonsen, 2004.

MELLO, J. M. C., *O capitalismo tardio*. 9 ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

MORAES, J. Q., Octávio Brandão. In: PERICÁS, L. B., SECCO, L. F., (org). *Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados*. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 13-25.

OLIVEIRA FILHO, V. R. As revisões críticas da Escola de Campinas á economia política cepalina. *Ciências Humanas e Sociais em Revista*. Rio de Janeiro, v.30, n.1, jan./jun., p. 52-66, 2008.

PERICÁS, L. B., WIDER, M. C., *Caio Prado Júnior*. In: PERICÁS, L. B., SECCO, L. F., (org). *Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados*. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 193-214.

PRADO JÚNIOR, C. *Formação do Brasil contemporâneo: Colônia*. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.

_____. *História econômica do Brasil*. 43 ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

SAES, F. A. M. A historiografia econômica brasileira: dos pioneiros às tendências recentes em história econômica no Brasil. *Revista Territórios e Fronteiras*, ICHS/UFMT, v.2, n.1, p. 182-203, Jan/Jun. 2009.

SEGATTO, J. A. *Breve história do PCB*. 2.ed. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.

SIMONSEN, R. C. *Evolução industrial do Brasil e outros estudos*. 7 ed. São Paulo: Editora Nacional; Editora da USP, 1973, 479 p.

SODRÉ, N. W. *Formação Histórica do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1962.

_____. *História da burguesia brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964. 418 p.

_____. *O que se deve ler para conhecer o Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976. 418 p.

_____. *História econômica do Brasil (1500/1820)*. 7 ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1977, 475 p.

SZMRECSÁNYI, T.; COELHO, F. S. (ORG.). *Ensaio de história do pensamento econômico no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Atlas, 2007.

TAVARES, M. C. *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*. Campinas: Unicamp, 1988.

_____. *Da substituição das importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre a economia brasileira*. 11 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

CULTURA, PONTOS DE CULTURA E A DEFESA DA DEMOCRACIA NO BRASIL PÓS-GOLPE DE 2016.

José Maria Reis e Souza Junior. PPGDSTU/NAEA/UFPA¹

Resumo: A complexidade dos movimentos e mobilizações coletivas da atualidade tem demandado das ciências sociais novas formas de análise e compreensão dessas realidades, e a concepção de Epistemologia de Fronteira, têm se apresentado como uma alternativa viável de análise sociológica, recomposição e organização da vida social na contemporaneidade. Os Pontos de Cultura e a Rede Cultura Viva são um desses movimentos socioculturais da contemporaneidade que demandam uma abordagem capaz de apreender a complexidade de suas relações sociais e trocas simbólicas. bem como discutir o caráter e as praticas internacionalistas dos Pontos de Cultura do Brasil, caracterizando-os na perspectiva do “Border Thinking” (epistemologia ou pensamento de fronteira).

Palavras-chaves: Pontos de Cultura, Rede Cultura Viva, Epistemologia de Fronteira, Relações Sociais, complexidade.

Abstract: The complexity of today's collective movements and mobilizations has demanded from the social sciences new forms of analysis and understanding of these realities, and the concept of Frontier Epistemology, have been presented as a viable alternative of sociological analysis, recomposition and organization of social life in the contemporary world . The Culture Points and the Cultura Viva Network are one of those contemporary sociocultural movements that demand an approach capable of understanding the complexity of their social relations and symbolic exchanges. as well as to discuss the character and the international practices of the Culture Points of Brazil, characterizing them in the perspective of "Border Thinking" (epistemology or border thinking).

Keywords: Points of Culture, Live Culture Network, Frontier Epistemology, Social Relations, complexity.

Introdução

Em 2 de janeiro de 2003 tomava posse como Ministro da Cultura, em Brasília – DF, o administrador e artista Gilberto Gil, com uma missão árdua e complexa: instaurar no país uma visão nova de cultura e de política cultural, diferente da que vinha sendo construída até então. Um conceito novo, que de novo, na verdade tem muito pouco, se consideramos que desde o final do século XIX e início do XX, Edward Tylor, Fraz Boas e Malinowski, por exemplo, já tratavam cultura dessa forma; como tudo aquilo que passa pelas mãos e pela mente do ser humano, tudo que é feito ou pensado pelas pessoas.

Tal afirmação torna-se óbvia ao obsevarmos este trecho de seu discurso de posse:

E o que entendo por cultura vai muito além do âmbito restrito e restritivo das concepções acadêmicas, ou dos ritos e da liturgia de uma suposta "classe artística e intelectual". Cultura, como alguém já disse, não é apenas "uma espécie de ignorância que distingue os estudiosos". Nem somente o que se produz no âmbito das formas canonizadas pelos códigos ocidentais, com as suas hierarquias suspeitas. Do mesmo modo, ninguém aqui vai me ouvir pronunciar a palavra "folclore". Os vínculos entre o conceito erudito de "folclore" e a discriminação cultural são mais do que estreitos. São íntimos. "Folclore" é tudo aquilo que não se enquadrando, por sua

1 Bacharel em Turismo (UFPA), Mestre em Geografia (PPGEO/UFPA) e Doutorando em Desenvolvimento Socioambiental (PPGDSTU/NAEA/UFPA). Professor colaborador do FIPAM/NAEA/UFPA, tendo realizado doutorado sanduiche na Universidade de Santiago de Chile – USACH (PDSE/CAPES). É bolsista CNPq. zehma@hotmail.com

antigüidade, no panorama da cultura de massa é produzido por gente inculta, por "primitivos contemporâneos", como uma espécie de enclave simbólico, historicamente atrasado, no mundo atual. Os ensinamentos de Lina Bo Bardi me preveniram definitivamente contra essa armadilha. Não existe "folclore" o que existe é cultura. (GIL, 2003).

Assim o governo que assumia se propunha a ministrar uma política cultural (friso, uma política cultural, pois ao Estado não compete ministrar sobre cultura, mas sim sobre política cultural) baseada em um conceito antropológico de cultura, de "antropologia aplicada", nas palavras do próprio Ministro.

Então, se é de antropologia aplicada (neste caso), é de antropologia social, social e cidadã. Pensemos assim, em uma política cultural participativa e representativa, pensemos assim em um conceito antropológico, simbólico e econômico de cultura.

Mas isso, que é quase um consenso na academia atualmente, tal como falamos no início, era novo no âmbito das políticas públicas setoriais de cultura. No período anterior, o que imperava era uma visão liberal de política cultural, onde a principal ferramenta dessa política é uma lei de incentivo à produção cultural baseada em incentivos fiscais (a lei Rouanet); a cultura e as artes como moedas de troca em uma relação comercial.

Contudo, o que queremos frisar agora no início deste debate que aborda um assunto muito particular de minha pesquisa de doutorado, é que em se tratando de uma política cultural alicerçada em preceitos antropológicos, simbólicos, econômicos e participativos, então estamos falando de uma política cultural democrática, que só se torna possível e exequível em um ambiente social e político democrático.

Assim, é nesse contexto de ataque à democracia brasileira, de um impeachment fraudulento da Presidenta Dilma Rousseff que vivemos hoje, que desejamos dialogar sobre a natureza da política institucional brasileira, sobre os Pontos de Cultura e o ideário de Cultura Viva e Comunitária, e sobre como estes serão focos, literalmente pontos de resistência diante desse golpe político-parlamentar, midiático e institucional em curso no país.

O programa Cultura Viva e os Pontos de Cultura foram criados no primeiro governo Lula, no Ministério da Cultura de Gilberto Gil. Sua efetiva criação é quase uma saga quixotiana, ou para ser mais justo (pois tem muito mais a ver), uma saga de Macunaíma frente ao sistema econômico, burocrático, cultural e opressor vigente.

Vista desde de sempre, como demasiadamente revolucionária, uma vez que inverte uma lógica quase *hors concours* em políticas culturais, onde o que se apoiava em projetos culturais eram eventos e estruturas, ou seja, momentos e equipamentos culturais; agora com os pontos de cultura o que são fomentado são processos e ações, ou seja, projetos que já existem e que se encontram em curso, e suas ações que serão apoiadas (impulsionadas, nas definições do programa); nada mais de financiar obras, cal e pedra (somente), e por isso sempre sofreu resistências até mesmo dentro do sistema burocrático e institucional do governo.

Essa saga o criador dos Pontos de Cultura, o amigo intelectual e gestor público Célio Turino conta em sua obra *Ponto de Cultura: o Brasil de baixo para cima*.

Surgiram dessa inquietação, dessa vontade de realizar uma ação de política pública cultural que desse condições materiais e imateriais para a produção e fluência cultural de grupos e pessoas com expressões e práticas da cultura popular e comunitária, que privilegiasse a realização de ações ao invés da construção de estruturas, e que promovessem práticas e filosofias libertadoras, igualitárias e emancipatórias, como por exemplo a cultura de paz e a cultura digital.

Surgiram no âmbito de uma política democrática para a cultura, de processos democráticos de concepção, argumentação e desenvolvimento de políticas públicas culturais, que tem como espinha dorsal o Sistema Nacional de Cultura – SNC. É sob essa égide (em um ambiente político-social de democracia e cidadania cultural) que surge o Programa Cultura Viva e os Pontos de Cultura, sua principal ação.

Dessa forma, Pontos de Cultura são um projeto, mas também uma filosofia. É um projeto que uma instituição cultural submete à um edital de seleção pública que o Ministério da Cultura (e posteriormente com a descentralização do programa, também por outros entes federados como estados e municípios) abrem para apoiar financeiramente a realização daquelas ações, daqueles projetos selecionados, a partir dos preceitos do programa.

Desta feita, são projetos, mas também são uma filosofia, um conjunto de conceitos, definições e princípios que balizam o Programa Cultura Viva são considerados e admitidos pelas instituições proponentes, quando da concepção das ações.

Essas instituições culturais têm em comum a realização de práticas socioculturais em busca do desenvolvimento local de suas comunidades, com uma militância ativista muito forte pela cidadania e direitos culturais, pela defesa da diversidade cultural, mas tendo sempre como “pano de fundo” a transformação da realidade local em que estão inseridas, que quase sempre são realidades de exclusão territorial e social.

São assim, quase que inevitavelmente, organizações da sociedade civil organizada, quase sempre organizações não-governamentais, das mais variadas naturezas jurídicas (associações culturais, sociais e ambientais, associações comunitárias, cooperativas, institutos, fundações, e etc). Pode-se dizer que a promoção do desenvolvimento local e comunitário é uma característica dessas instituições.

Dessa forma, Pontos de Cultura são “uma potência de transformação social promovida por instituições e pessoas, que colocam a cultura no centro de suas atenções, é uma ação cultural para mudar a realidade de suas localidades, que já existiam, quando o governo federal criou em 2004 o Programa Cultura Viva e os Pontos de Cultura”. (SOUZA JUNIOR, 2016).

Estado, Política e Políticas Culturais

O conceito e o entendimento que temos atualmente de Estado, com certeza tem suas origens na sociologia da Dominação Weberiana. As características que definem o Estado são abordados

inicialmente em um capítulo importante de sua conhecida obra *Wirtschaft und Gesellschaft* (Economia e Sociedade), e depois desenvolvido em mais 4 (quatro) capítulos que foram denominados *soziologische Kategorienlehr*; e posteriormente, de uma forma didaticamente melhor organizada em temas em *From Max Weber: Essays in Sociology* por H.H. Gerth e C. Wright Mills em 1947. (BIANCHI, 2014).

A obra se destacou por conter, além dos textos originais reorganizados tematicamente, outros ensaios e conferências de Weber, dentre essas a celebrada “A política como vocação”, feita na Universidade de Munique em 1918. (WEBER, 1919).

O conceito de Estado cunhado por Weber passa pela definição de outros 2 (dois) principais conceitos, poder e dominação.

Poder, em Weber, tem comumente sido reduzido a coeção física legítima do Estado sobre as pessoas, isso muito em função de uma interpretação literal de sua obra, o que para os leitores apresados tem sido definido como simples violência legítima e coercitiva. Contudo a própria definição de poder para Weber não é muito elucidadora; para este, poder “significa toda probabilidade de impor a própria vontade numa relação social, mesmo contra resistências”. (WEBER, 1999 *apud* BIANCHI, 2014. p. 87). Talvez por esse caráter amorfo e demasiadamente amplo desse conceito, que o próprio preferiu ter como conceito central de sua sociologia, a dominação.

A sociologia política de Max Weber diz, sucintamente, que a dominação nada mais é, do que um caso especial de poder; assim dominação significa “a propabilidade de encontrar obediência a uma ordem de determinado conteúdo, entre determinadas pessoas indicáveis” (WEBER, 1999 *apud* BIANCHI, 2014. p. 88). Deste conceito é possível inferir que a dominação, um tipo especial de poder, não necessariamente é força física coercitiva, na “probabilidade de encontrar obediência”, está a possibilidade da presença do líder, e do convencimento.

Outro aspecto definidor do conceito de Estado em Weber, é a aproximação ao conceito de associação política. Uma associação de dominação (leia-se, o Estado) denomina-se por associação política “quando e na medida em que sua subsistência e a vigência de suas ordens, dentro de determinado território geográfico, estejam garantidas de modo contínuo mediante a ameaça e a aplicação de coação física por parte do quadro administrativo” (WEBER, 1999 *apud* BIANCHI, 2014. p. 89)

Desta feita, Max Weber compreendendo o Estado como um forma muito especial de associação política, apresentou seu conceito de forma mais precisa, da seguinte forma: “Uma empresa com caráter de instituição política denominamos Estado quando e na medida em que seu quadro administrativo reivindica com êxito o monopólio legítimo da coação física para realizar as ordens vigentes.”. (WEBER, 1999 *apud* BIANCHI, 2014. p. 91).

Assim, destes 2 (dois) conceitos podemos perceber como características do Estado moderno: a existência de um território (que não pressupõe, necessariamente a existência de limites definidos) ordenado e regulado, onde todas as atividades humanas são reguladas por normas e estatutos

explícitos (não somente as praticas econômicas, inclusive as de caracteres imateriais e privados), a capacidade e a disponibilidade de uso da força, o papel do líder político, e a presença de um quadro administrativo e burocrático.

Todavia, para nossos interesses de pesquisa acerca do Estado na contemporaneidade, e suas implicações sobre a política cultural brasileira, 1 (um) conceito weberiano, em especial, é importante: política. Em “Política por vocação”, Weber a define nos seguintes termos: “por política entendemos, consequentemente, o conjunto dos esforços feitos com vistas a participar do poder ou influenciar a divisão do poder, seja entre Estados, seja no interior do próprio Estado” (WEBER, 1967. p. 56).

O conceito de política de Weber ainda hoje é elucidativo e definidor da natureza política das relações sociais, em suas diversas dimensões possíveis, que busca a compreensão explicativa e uma sociologia compreensiva das ações sociais.

Contudo, muito tempo se passou desde os estudos de Weber. A industrialização no chamado primeiro mundo se consolidou e desenvolveu; na América latina, em países como Argentina, México e Brasil se efetivou a partir da segunda metade do Século XX, e a revolução técnico-científico e informacional acelerou as mudanças em uma velocidade nunca antes experimentada pela humanidade (SANTOS, 1996).

O mundo hoje é regido por Estados capitalistas, múltiplos de sentidos, funções, características e instiucionalidades, que manifestam-se por meio de políticas públicas e sociais (FLEURY, 1994), onde a política não mais se limita (somente) as relações de poder entre Estados-nações, tal como enfatizado no conceito weberiano da sociologia clássica; política atualmente toma contornos de prática social dotada de múltiplos sentidos, naturezas e significados, que são implementadas por meio de ações políticas em todas as dimensões possíveis (macro, meso, micro, e etc.) por indivíduos e grupos sociais, associados politicamente em organizações e/ou instituições.

Dessa forma, os processos de desterritorialização e multiterritorialização (HAESBAERT, 2005) das sociedades complexas contemporâneas nos colocam novos paradigmas , novos atores, conflitos e mediações que ultrapassam as esferas sociais, políticas, econômicas e institucionais, e cada vez mais tornando evidente a relevância das dimensões simbólicas e culturais, integradas as estas.

Assim a política de hoje, quanto a implementação, é a política pública, e quanto a sua natureza, é neoinstitucionalista. Afirmções veementes que ainda povoam nosso imaginário intelectual, e quem tem tomado nossa prática e pesquisa acadêmica em curso, ou seja, ainda são preliminares, todavia, bem fundamentadas.

Sobre a natureza e a essência da política das práticas sociais contemporâneas, amparamo-nos no diálogo entre os postulados por Marcun Olson sobre a lógica da ação coletiva, e Robert H. Salisbury sobre a representação dos grupos de interesses e o domínio das instituições; como faremos a seguir.

Interesses referem-se a atitudes. Envolve valores e preferências. São os efeitos percebidos da ação política ou da inação, incluindo todas as suas formas simbólicas, bem como os empregos mais tangíveis sobre valores, que criam interesses politicamente relevantes.

Da mesma forma, os comportamentos de interesse expressam uma finalidade relacionada com a política, por vezes muito amplamente definida e, por vezes, altamente específica e detalhada. (SALISBURY, 1984).

Até à publicação de “A lógica da Ação Coletiva” de Olson, relativamente pouca atenção realmente séria tinha sido dada a questão de como e se os interesses se organizariam em associações capazes de, politicamente, promover ações de interesse comum. [...]

Nessa tradição, a principal tarefa intelectual era a de mapear, localizar os atores envolvidos na situação política e especificar a direção política que eles tomaram. (SALISBURY, 1984.p. 65. Tradução nossa)

Assim, o diálogo com a obra de Olson sobre a lógica da ação coletiva torna-se nítido, e muito necessário que revisitemos seus postulados.

Salisbury (1999) explica que é comum se pensar que grupos de indivíduos, onde os objetivos sejam sobretudo econômicos, onde hajam interesses comuns, que estes grupos ajam em prol desses interesses comuns, na mesma medida em que estes agiriam individual e pessoalmente para consecução de seus objetivos.

Pensar que os grupos de indivíduos com interesses comuns agiriam em conjunto para atingir seus objetivos, como uma sequência lógica da premissa do comportamento racional e centrado nos próprios interesses é um equívoco.

Assim, não é porque todos os indivíduos de um determinado grupo ganhariam se atingissem seu objetivo grupal, que eles agiriam para atingir tal objetivo, mesmo que todos eles sejam pessoas racionais e centradas em seus próprios objetivos.

Olson desafiou a suposição de que os indivíduos se juntariam a uma organização para pressionar por políticas públicas, cujos benefícios desfrutariam se tivessem se unido ou não. [...]

Era o ponto de vista central de Olson de que grupos de interesse, pelo menos aqueles que se preocupam com interesses econômicos, não são, em primeira instância, organizados por razões de ordem pública. (SALISBURY, 1984. p. 66. Tradução nossa).

Pois, segundo Olson, isso só acontecerá se: 1) o grupo for realmente pequeno, 2) se houverem formas coercitivas, ou/e 3) se houverem alguma forma de benefício especial pessoal para alguns indivíduos. (OLSON, 1999.p. 14).

Dessa forma, em revisões subsequentes da tese original de Olson, Salisbury e outros afirmam que, embora Olson os excluísse, seus argumentos se aplicavam plenamente também a todos os muitos grupos (de diferentes tamanhos, das grandes corporações aos pequenos grupos) que estavam organizados em torno de objetivos de políticas públicas.

Assim, é neste tipo de ambiente que as políticas públicas, que no caso desta comunicação, as políticas culturais brasileiras se desenvolveram. Um ambiente onde a natureza da política institucionalizada é baseada em preferências seletivas e selecionadas, não necessariamente, se pensando em ganhos comuns, mesmo que racionalmente, essa fosse a melhor escolha; baseada-se em benefícios pessoais, barganhas e/ou imposições.

Entretanto, e em contraponto a esta realidade, existe uma outra realidade viva e verdadeira, real e concreta, que são os movimentos sociais, em especial, os movimentos socioculturais, ou como preferimos chamar: os movimentos sociais das culturas e as mobilizações coletivas contemporâneas (dos quais, o movimento nacional e internacional de Pontos de Cultura fazem parte), que são dotadas de grande complexidade e fluidez, e que tem usado com muita eficiência as redes sociais e políticas como ambiente e arena política, pautando-se por outras matrizes e conceitos, por outras práticas e conhecimentos; pertencimento, afeto, potência, compartilhamento, solidariedade, confiança e gratidão fazem partes dessa realidade (SOUZA JUNIOR, 2016).

Mas as implicações entre estas 2 (duas) realidades sociais e políticas, abordaremos na seção conclusiva, por entendê-las como umas das principais questões abordadas neste trabalho. O que importa nas conclusivas desta, agora, é abordar sucintamente a política cultural brasileira.

O período de 2003 a 2010 foi marcado pela construção e estruturação do Sistema Nacional de Cultura – SNC. Era o início do governo Lula que trazia uma abertura de diálogo com sociedade e a admissão de um conceito antropológico, econômico e simbólico de cultura. O programa Cultura Viva foi criado nesse período. Marcos são as gestões dos Ministros Gilberto Gil (2003 – 2008) e Juca Ferreira (2008-2010) à frente do MinC.

A história da política cultural brasileira dar-se a partir de 2011, com a eleição da Presidente Dilma Rousseff, que é tido como um período de continuidade, avanços e contradições (BARBALHO, 2014).

É um período estratégico e relevante por ser o momento de efetivação do Sistema Nacional de Cultura – SNC por meio da aprovação no Congresso Nacional da Emenda Constitucional nº 71/2012².

A constituição Federal passa a vigorar acrescida do artigo 216 – A, que define

O Sistema Nacional de Cultura, organizado em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, institui um processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da Federação e a sociedade, tendo por objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais. (Brasil, 1998. E.C. nº 71/2012).

O SNC é o formato sistêmico de gestão e promoção da política cultural brasileira. Por meio de sua estruturação e implementação busca-se institucionalizar as políticas públicas de cultura no país.

Institucionalizar significa criar os marcos políticos e legais necessários, federalizar a adesão ao sistema por meio da assinatura do Acordo de Cooperação Federativa por parte de estados e municípios

2 Originaária do PEC n. 416/2005 de autoria do Deputado Federal Paulo Pimenta (RS-PT). No Senado passou a ser o PEC n. 34/2012.

que se comprometem a criarem seus sistemas por meio de leis próprias, prever orçamentos e recursos para as políticas culturais, e por fim, este que talvez seja o seu maior legado, que é garantir a continuidade das políticas públicas de cultura no Brasil, que desde a sua gênese estiveram ao gosto dos governantes de “plantão”; marcadas por ausências, autoritarismos e instabilidades (RUBIM, 2013.).

Assim, o Programa Cultura Viva e os Pontos de Cultura surgem em 2004³ nesse contexto de expansão e usufruto dos direitos culturais assegurados pela “Constituição Cultural” (FILHO, 2011), e implementados por este MinC, por meio de uma Política Nacional de Cultura, que tem como missão garantir a todos os cidadãos brasileiros o pleno exercício dos direitos culturais.

Golpe, Pontos de Cultura e Cidadania Cultural como focos de resistência política

O golpe político no Brasil, que ocasionou o impeachment da Presidenta Dilma Roussef, criou um ambiente de instabilidade política, social, econômica e institucional, que obviamente trará consequências gravíssimas sobre nossas vidas e sobre a política cultural brasileira.

Um ambiente de instabilidade sem precedentes na história social do país, já comentam em eventos científicos e socioculturais alguns historiadores, sociólogos, cientistas políticos e pesquisadores sociais. Esse impeachment é o maior atentado já cometido a democracia brasileira e aos direitos civis, uma vez que um verdadeiro conluio político agiu para tirar do governo uma Presidenta eleita pelas vias democráticas e legais; e que com a perda rápida e gradual de direitos plenos e adquiridos, tais como direitos a saúde, educação, saneamento, segurança pública, e segurança alimentar, por exemplos, ocasionando fome, miséria, desemprego, desnutrição, mortes, também se tornará um atentado aos direitos humanos.

De tal forma que, poucos fatos históricos da contemporaneidade demonstrariam tão bem o quanto a natureza da política brasileira é neoinstitucionalista, ratificando assim, nossos argumentos a apresentados neste audacioso *paper*.

Tal como Salisbury (1999) analisou o congresso norte-americano em Washington, a maioria dos políticos parlamentares brasileiros também agiram politicamente em função de representar seus grupos de interesses, agiram em busca de benefícios próprios e particulares, por meio de barganhas e negociações, onde o fim foi quase sempre, objetivamente, o ganho financeiro e monetário.

Como em Washington, em Brasília, os parlamentares do Congresso Nacional agiram na votação do impeachment, não em base dos documento formais, relatórios e acusações judiciais, pois estes foram contextados e recontextados em todas as instâncias formais do Congresso, provando-se que não há causa para o impedimento (usou-se o apelo e manipulação da mídia privada para “tornar verdade” essas acusações, ao nível da opinião pública e do senso comum); mas agiram sim em função de *lobbys* e acordos com grupos políticos hegemônicos e corporações econômicas, instituições e

3 O Programa Cultura Viva foi criado pela Portaria 156, de 6 julho de 2004, publicado no Diário Oficial da União – DOU de 7 de julho de 2004.

organizações que representam interesses e motivações muito particulares, que passam ao largo dos interesses públicos e coletivos da população brasileira.

Entretanto, convivendo com essa realidade existem outras formas de pensar e de agir, outras cosmovisões e concepções políticas que questionam paradgmas balisares da ordem capitalista ocidental e eurocêntrica, tais como o liberalismo, o racionalismo e o utilitarismo.

São movimentos socioculturais e mobilizações coletivas que fogem as formas formais e convencionais de organização e compreensão da vida social e política, são grupos e indivíduos que agem em função de objetivos pacutados coletivamente, e que adotam meios inovadores de comunicação e organização, tais como as redes sociais e políticas (MARTINS, 2010). A esses, podemos incluir o movimento nacional de Pontos de Cultura.

A pretensa extinção do Ministério da Cultura, e/ou seu enfraquecimento institucional, busca na verdade desmobilizar o setor cultural e descontinuar suas políticas. O MinC foi criado pelo Presidente Sarney em 1985, extinto por Collor em 1990, e recriado pelo Itamar Franco em 1993. De 1985 a 1994, ou seja em 9 anos, houveram 10 dirigentes a frente deste órgão, o que demonstra uma incrível instabilidade política e institucional deste setor.

As relações associativas e cooperativas dos Pontos de Cultura (entre si, com o Estado e mercado) promovem novas formas de pensamento, organização, participação e ação civil pública (por isso estão sendo tão visados nesse processo de desmantelamento político).

A Rede Cultura Viva configura-se plenamente em possibilidades reais de emancipação política e social (instituindo uma cultura cívica) dos Pontos e Pontões de Cultura; e por parte do Estado pode constituir-se numa ferramenta eficaz de planejamento e gestão territorial e temática da Política Nacional de Cultura Viva - PNCV

O ataque as políticas e ao setor cultural é político e simbólico, buscam atacar a identidade de resistência que o setor adquiriu ao longo desses anos de instabilidade e descontinuidade política e institucional.

Resistência em rede. os Pontos de Cultura são uma rede de cidadania e diversidade cultural brasileira, deverão estar no *front* de combate ao desgoverno golpista. Um bom exemplo dessa resistência são as muitas e diversas redes de Pontos de Cultura que existem hoje, tal como a REDE AJURICABA – Rede Paraense de Pontos de Cultura. (ver mais sobre em <http://iberkulturaviva.org/portfolio/zehma-e-a-rede-ajuricaba-a-rede-de-resistencia-dos-pontos-de-cultura-do-para/>)

A Política Nacional Cultura Viva é uma conquista social (lei 13.018/2014). A Cultura Viva é uma lei, uma política de Estado (e não de governo), por isso os movimentos sociais das culturas e a sociedade brasileira precisam apropriar-se dela e cobrar sua implementação.

Esses são os desafios e a realidade brasileira no contexto de um golpe político, que tal como já dito e ratificado, não há precedência histórica.

REFERÊNCIAS

- BARBALHO, A. O Sistema Nacional de Cultura no governo Dilma: avanços e continuidades. *Revista Lusófona de Estudos Culturais/ Lusophone Journal of Cultural Studies*. Vol. 2, n.2, p. 188-207, 2014.
- BIACHI, A. *O conceito de Estado em Max Weber*. Lua Nova, São Paulo, n. 92. p. 79-104, ago. 2014.
- BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand, 1989. p. 3 – 58.
- BRASIL. Constituição (1998). *Emenda Constitucional. nº 71, de 29 de novembro de 2012*. On line. Disponível: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/2012/emendaconstitucional-71-29-novembro-2012-774688-publicacaooriginal-138236-pl.html>
- CONDURÚ, M. T. *Elaboração de trabalhos científicos – normas, critérios e procedimentos*. Belém: NUMA.UFPA, EDUFPA, 2006.
- FERREIRA JUNIOR, A; FIGUEIREDO, S. L. Notas Introdutórias para o estudo da vida associativa dos artesãos de Miriti: relatório de campo. *Papers do NAEA* n. 334. Belém: NAEA/UFPA, 2014.
- FILHO, E.T. A Constituição Cultural. In: SILVA, F.A.B. da; ABREU, L.E. (Orgs.). *As Políticas Públicas e suas narrativas: o estranho caso entre o Mais Cultura e o Sistema Nacional de Cultura*. Brasília: Ipea, 2011.
- FLEURY, S. *Estado sem cidadãos: seguridade social na América Latina* [on line]. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 1994.
- GIL, G. *Discurso do ministro Gilberto Gil na solenidade de transmissão do cargo*. Brasília – DF. On line. Disponível: http://www.cultura.gov.br/discursos/-/asset_publisher/DmSRak0YtQfY/content/discurso-do-ministro-gilberto-gil-na-solenidade-de-transmissao-do-cargo-35324/10883?redirect=http%3A%2F%2Fwww.cultura.gov.br%2Fdiscursos%3Fp_p_id%3D101_INSTANCE_DmSRak0YtQfY%26p_p_lifecycle%3D0%26p_p_state%3Dnormal%26p_p_mode%3Dview%26p_p_col_id%3Dcolumn-1%26p_p_col_count%3D1%26_101_INSTANCE_DmSRak0YtQfY_advancedSearch%3Dfalse%26_101_INSTANCE_DmSRak0YtQfY_keywords%3D%26_101_INSTANCE_DmSRak0YtQfY_delta%3D20%26p_r_p_564233524_resetCur%3Dfalse%26_101_INSTANCE_DmSRak0YtQfY_cur%3D22%26_101_INSTANCE_DmSRak0YtQfY_andOperator%3Dtrue
- GOLDENBERG, M. *A Arte de Pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Record, 2011.
- HAESBAERT, R. Da Desterritorialização, à Multiterritorialidade. *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina*. São Paulo. p.6774 – 6792. Março. 2005.
- LARAIA, R. B. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2009.
- LOUREIRO, V. R. *Elementos de uma Epistemologia para as Ciências Humanas e Sociais* (Texto Didático para o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – PPGCS). Belém: UFPA, 2011.
- MALINOWSKI, B. K. *Argonautas do Pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da Aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia*. São Paulo: Abril Cultural, 1984. p. 01 – 38.
- MARTINS, P.H. A Sociologia de Marcel Mauss: Dádiva, simbolismo e associação. *Revista Crítica de Ciências Sociais* [online], 73/ 2005. Acessado em 3/03/2015: <https://rccs.revues.org/954> .
- MARTINS, P.H. Redes Sociais como novo marco interpretativo das mobilizações coletivas contemporâneas. *CADERNO CRH*, Salvador, v. 23, n. 59, p. 401-418, Maio/Ago. 2010. Acessado em 6/04/2015: <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v23n59/13.pdf>

MARX, K; ENGELS, F. *A Ideologia Alemã* (Vol. 2). Tradução: Conceição Jardim/ Eduardo Lucio Nogueira. 2ª Ed. Lisboa: Presença/ Martins Fontes, 1978.

MIRANDA, E. A; ROCHA, E.S; EGLER, T.T.C. A Trajetória das Políticas Públicas de Cultura no Brasil. *Novos Cadernos do NAEA*. v. 17 n. 1. p. 25-46. jun. 2014. Belém: NAEA/UFPA, 2014.

OLSON, M. (1999). *A Lógica da ação coletiva*. São Paulo: Edusp, 1999.
BRASIL/MinC. *Relatório de Redesenho do Programa Cultura Viva*. Brasília: Ipea, 2012

RUBIM, A. A. C. (Orgs.). *Políticas culturais no governo Lula*. Coleção CULT. Salvador: EDUFBA, 2010.

SALISBURY, R. H. Interest Representation: The Dominance of Institutions. *The American Political Science Review*, Vol. 78, n. 3, p. 417-457.

SANTINI, A. *Cultura Viva e a construção de um repertório comum para as políticas culturais na América Latina*. [on line], 2015. Acessado em 9/10/2015: <http://culturaviva.gov.br/2015/10/02/cultura-viva-e-a-construcao-de-um-repertorio-comum-para-as-politicas-culturais-na-america-latina/>

SANTOS, M. *A natureza do espaço. Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1996.

SELL, C. E. *Sociologia Clássica: Marx, Durkheim e Weber*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

SILVA, F.A.B. da; ABREU, L.E. (Orgs.). *As Políticas Públicas e suas narrativas: o estranho caso entre o Mais Cultura e o Sistema Nacional de Cultura*. Brasília: Ipea, 2011.

SILVA, F. A. B. da; LABREA, V.V. (Orgs.). *Linhas Gerais de um Planejamento Participativo para o Programa Cultura Viva*. Brasília: Ipea, 2104.

SOUZA JUNIOR, J.M.R. *Quando a poesia virou política: o percurso dos Pontos de Cultura no Brasil, de programa governamental a Rede Cultura Viva*. VII Seminário Internacional de Políticas Culturais. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2016. Acessado em 8/12/2016: <http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2016/06/Anais-do-VII-Semin%C3%A1rio-Int-Pol-Cult.pdf>

TURINO, C. *Ponto de Cultura: o Brasil de baixo para cima*. 2.ed. - São Paulo: Anita Garibaldi, 2010.

WEBER, M. (1919). *A Política como vocação*. In: GERTH, H.H; WRIGHT MILLS, C. (Orgs). Max Weber: Ensaio de Sociologia, Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1967.

WEBER, M. *Ciência e Política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 1967.

WEBER, M. *A Ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Centauro, 2001.p. 1 – 69.

WEBER, M. *Ciência e Política: duas vocações*. São Paulo: Martin Claret, 2008.

O VERSO AVESSO VERSUS O AVESSO DO VERSO: UM ENSAIO ARTÍSTICO EM DESACATO À TECNOBUROCRACIA

Rogério Rauber
GIIP e L.O.T.E. – Instituto de Artes da UNESP

RESUMO

Quando a narrativa hegemônica construída pelos meios de comunicação de massa aponta que a “solução” para os problemas do mundo contemporâneo é abandonar critérios humanistas e adotar critérios exclusivamente técnicos, um sistema político e ideológico se evidencia aos olhares atentos: a tecnoburocracia. Em oposição a este sistema e em resistência aos ataques empreendidos por ele à justiça e à democracia, a arte contribui com os demais campos de conhecimento construindo redes poéticas e desarticulando distopias. Este artigo comentará as características da tecnoburocracia e descreverá um experimento artístico elaborado em desacato à opressão que ela representa.

PALAVRAS-CHAVE: Arte; política; tecnoburocracia.

RESUMEN

Cuando la narrativa hegemónica construída por los medios de comunicación de masa apunta que la "solución" a los problemas del mundo contemporáneo es abandonar criterios humanistas y adoptar criterios exclusivamente técnicos, un sistema político e ideológico se evidencia a miradas atentas: la tecnoburocracia. En oposición a este sistema y en resistencia a los ataques emprendidos por él a la justicia y a la democracia, el arte contribuye con los demás campos de conocimiento construyendo redes poéticas y desarticulando distopías. Este artículo comentará las características de la tecnoburocracia y describirá un experimento artístico elaborado en desacato a la opresión que ella representa.

PALAVRAS- CLAVE : Arte; política; tecnoburocracia.

Este artigo se desenvolveu percorrendo uma vertente aberta nas reflexões de minha dissertação de mestrado (RAUBER, 2015) sobre a chamada *morte da arte*, que foi enunciada por Hegel¹, mas cujas origens remontam a Platão². Após a enunciação hegeliana, este tema foi abordado por vários outros filósofos³. Uma morte anunciada, mas nunca efetivada, como

¹ Nos seus Cursos de Estética, há o famoso enunciado de Hegel: “O caráter peculiar da produção artística e de suas obras já não satisfaz nossa mais alta necessidade. (...) O pensamento e a reflexão sobrepujam a bela arte.” (HEGEL, 2002, p. 34)

² A arte tem sua desqualificação inaugurada em Platão. No Livro Décimo da República (PLATÃO, 2012, p. 402), ele desmerece os pintores por fazerem uma “cópia da cópia”, ou seja, uma dupla distorção da verdade. E no Livro Terceiro (PLATÃO, 2012, p. 119), ele atribui à poesia a possibilidade de tornar os homens “moles e maleáveis” e, portanto, despreparados para guerrear. Esta exclusão à arte é inquietante vindo de um grande poeta como Platão.

³ No artigo “O tema do fim da arte na estética contemporânea”, Rodrigo Duarte (DUARTE, 2006), afirma que depois de Hegel esta anúncio de morte da arte também é feita, explícita ou implicitamente, por vários filósofos e historiadores da arte. Aqui, a lista destes autores como citada pelo Professor Rodrigo: Marx, Nietzsche, Benjamin, Heidegger, Lukács, Adorno & Horkheimer, Adorno, Danto e Belting. Em minha dissertação de mestrado (RAUBER, 2015, p. 110) acrescentei: Marcuse, Argan, Eco e Vattimo.

demonstro em minha dissertação. Ora, um dos promotores desta suposta *morte da arte*, segundo minhas pesquisas, é o produtivismo pragmatista, materialista, desumanizador, alienado, sobre o qual falarei neste artigo. Em minha atual pesquisa de doutoramento, onde investigo a escrita reflexiva no processo poético do artista visual, o inimigo da arte e de todas as demais atividades humanistas se evidenciou com mais contundência. Após nomeá-lo, denunciar suas características antidemocráticas e problematizar as condições para o seu enfrentamento, farei um relato sobre um ensaio artístico que elaborei em franco desabafo. Um desacato.

O inimigo tem nome: tecnoburocracia

Praticamente ausente nos debates brasileiros, o termo *tecnoburocracia* entrou para o vocabulário corrente na Europa a partir da polêmica sobre a crise econômica de 2007. Foi verbalizado nos argumentos de contestação às medidas de “austeridade”. Austeridade entre aspas, pois empurra os custos da farra financeira para serem assumidos, não pelos seus criminosos autores, mas pelas suas vítimas. Na imprensa europeia, que opera sob uma regulamentação atualizada e, por conta disto, veicula debates mais diversificados e qualificados ideologicamente do que os do Brasil, foi impossível não nomear os responsáveis pela crise: os tecnoburocratas.

Tecnocracia, tecnoestrutura, tecnoburocracia: nomes similares para designar um sistema político. Jürgen Habermas (1987) prefere o termo *tecnocracia*. John Kenneth Galbraith (1983), *tecnoestrutura*. Bresser Pereira (1972) denomina *tecnoburocracia* ao governo dos técnicos, no qual especialistas das mais variadas formações, cargos, ocupações e posições hierárquicas dão as cartas, em oposição (não declarada) à democracia:

O técnico assume o poder não em função da vontade do povo, expressa através do voto, mas em nome de sua competência técnica e organizacional. Suas decisões, uma vez no governo, não são tomadas em função da consulta ao povo, mas em função de sua pretendida racionalidade. Os critérios de racionalidade são, naturalmente, definidos pela própria tecnoburocracia, na medida em que apenas os técnicos se consideram com capacidade para isso. A população em geral é considerada, por definição, incapaz de tomar decisões de natureza técnica. Ora, em um mundo em que tudo foi reduzido à técnica, o governo dos povos é também um problema técnico, é um problema a ser decidido por economistas, administradores profissionais e militares tecnicamente capazes. (PEREIRA, 1972, p. 102)

No presente artigo também adoto o termo *tecnoburocracia* ao invés daquele mais comum na literatura, que é *tecnocracia*. Penso que *tecnoburocracia*, ao incluir *buro*, enfatiza o caráter kafkiano daquilo que é assim nomeado.

Preunciando o que foi descrito acima por Bresser Pereira, o primeiro tecnoburocrata foi um socialista utópico, o filósofo e economista francês Conde de Saint-Simon (1760-1825). Teórico da divisão social entre “produtores” e “ociosos”, proponente de uma sociedade onde a maioria dos integrantes fossem efetivos geradores de bens materiais e serviços, Saint-Simon vislumbrava um socialismo tecnoburocrático, com dirigentes industriais a administrar a sociedade e cientistas assumindo a posição de líderes espirituais⁴, substituindo os religiosos. Ao contrário do que ocorre no socialismo tradicional, a questão trabalho versus capital não foi abordada por este autor, que considerava o controle da produção e a administração da sociedade como tarefas interdependentes.

Contemporaneamente, o conceito de tecnoburocracia está ligado à atuação das megacorporações transnacionais, sempre operando sob a ideologia neoliberal. Na transição entre o socialismo utópico de Saint-Simon e o neoliberalismo, a tecnoburocracia também atuou sob a bandeira do nazismo, do fascismo, do stalinismo e da socialdemocracia.

No Brasil, o debate político ainda não introduziu suficientemente, isto é, em correspondência à gravidade daquilo que representa, este conceito no vocabulário popular. Entre nós, as questões que afetam os destinos da nação ainda seguem polarizadas como sendo apenas propostas ou de direita ou de esquerda. Subreptícia, porém, a tecnoburocracia aprofunda suas conexões na maioria dos partidos, atuando com permissividade e perspicácia. Foi assim que, mesmo durante os governos Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016), inúmeras decisões foram tomadas à revelia do debate com a sociedade. Por exemplo, as megaobras de infraestrutura, sobretudo no setor energético, causadoras de enorme impacto ecológico (social⁵ e ambiental). Idem para as cartas brancas concedidas ao agronegócio e à indústria agrocida (pesticidas, transgênicos e outras práticas não sustentáveis). Idem para a inépcia em encaminhar o projeto de democratização da mídia, uma falha fatal, pois permitiu prosperarem as articulações que culminaram no golpe midiático-empresarial-jurídico-religioso-parlamentar

⁴ Por “espirituais” entendo aqui o conjunto de aspirações, sentimentos, racionalidades e afetos em entrelaçamento contínuo e interdependente. Diferencio, portanto, de uma abordagem exclusivamente mística, bem como daquela do senso comum, onde se separa razão e emoção, ou intelectualidade e espiritualidade.

⁵ Como enfatizava o ecologista, agrônomo e escritor brasileiro José Lutzenberger (1926-2002), a luta ecológica é, intrinsecamente, luta por justiça social. Tanto pela própria definição de ecologia, que é o ramo da ciência que estuda as interações vitais, como pelo fato de que os mais pobres são os que mais sofrem com o desequilíbrio ecológico. Segundo a professora Elenita Malta Pereira, em sua tese abordando a biografia deste personagem que foi referência para a luta ecológica brasileira e mundial, “Para Lutzenberger, o problema maior, no fundo, era a distribuição do poder: quanto mais concentrado, pior, pois poucas pessoas tomavam decisões – muitas vezes, prejudiciais à natureza e à sociedade – de acordo com seus interesses. Sobre a tecnologia, esclareceu que ‘a atual forma de sociedade industrial destrói o ambiente com suas tecnologias ‘duras’ porque essas tecnologias, que pretendem ‘conquistar a natureza’, na realidade querem é dominar o homem’. Ao contrário, ‘as tecnologias de justiça social, as tecnologias ‘brandas’ são também tecnologias de respeito ambiental.’” (PEREIRA, 2016, p. 387).

de 2016. Mas é preciso reconhecer: naqueles governos golpistas-ditatoriais ou neoliberais que antecederam Lula e Dilma e que, após o golpe de 2016, lhes sucederam, a situação foi e é ainda mais nefasta.

Neste sentido, o sociólogo brasileiro e deputado federal constituinte Florestan Fernandes (1920-1995) afirmou que a associação de tecnoburocratas com políticos “impulsiona ambições pessoais de carreira e projetos particularistas, divorciados das necessidades prioritárias da coletividade. Fortalece, pois, o conformismo, o fascismo potencial e a plutocracia.” (FERNANDES, 1994) Segundo Florestan, em nosso país a tecnoburocracia se infiltrou em todos os setores, sobretudo nos governos e nas megacorporações, sendo que os maiores riscos incidiriam sobre os partidos, ao favorecer o obscurantismo ideológico, sob a conhecida falácia da neutralidade, onde um dos clichês mais surrados é o “nem esquerda, nem direita”.

O economista, filósofo e escritor estadunidense John Kenneth Galbraith (1908-2006) evidenciou a natureza opressiva da tecnoburocracia na obra *O novo Estado industrial* (1983), onde afirmou que o progressivo aumento de complexidade das tecnologias durante o século XX foi a senha para que grupos de especialistas assumissem as decisões nas sociedades anônimas, sobrepondo-se aos acionistas, proprietários ou administradores corporativos. O poder das empresas concentrou-se na mão de técnicos. A partir daí, ocorreu o mesmo fenômeno no sistema político. Porém, Galbraith não considerava a tecnoburocracia como sendo ideologia ou metodologia política. Para ele, foi uma configuração adotada pragmática e oportunistamente.

Diferente é o posicionamento de Jürgen Habermas (1929-), filósofo e sociólogo alemão. No texto que dedicou ao seu professor Herbert Marcuse (1898-1979), com o título *Técnica e Ciência como “Ideologia”*, Habermas atentou para algo mais além da “neutralidade ideológica”, ingenuamente atribuída aos tecnoburocratas:

Marcuse está convencido de que, naquilo que Max Weber chamou “racionalização”, não se implanta a “racionalidade” como tal, mas, em nome da racionalidade, uma forma determinada de dominação política oculta. Porque a racionalidade deste tipo só se refere à correcta eleição entre estratégias, à adequada utilização de tecnologias e à pertinente instauração de sistemas (em situações *dadas* para fins *estabelecidos*), ela subtrai o entrelaçamento social global de interesses em que se elegem estratégias, se utilizam tecnologias e se instauram sistemas, a uma reflexão e reconstrução racionais. Essa racionalidade estende-se, além disso, apenas às situações de emprego possível da técnica e exige, por isso, um tipo de acção que implica dominação quer sobre a natureza ou sobre a sociedade. A acção racional dirigida a fins é, segundo a sua própria estrutura, exercício de controlos. (HABERMAS, 1987, p. 46, itálicos no original)

Neste sentido, Habermas aprofundou o alerta de Martin Heidegger (1889-1976) no seminal artigo *A questão da técnica* (2002), onde o filósofo alemão demonstrou que, diferente da técnica antiga e tradicional, a técnica moderna não é neutra. Suas características complexas subjagam e desequilibram o ecossistema. Ao mesmo tempo e em igual medida, demandam e induzem à concentração de poder.

Impren\$a: máquina de comunicação massiva tecnoburocrática

No vocabulário dos comentaristas e editores da imprensa oligopolizada brasileira, que, dependendo do partido que ocupa a presidência, ora apoiam políticas recessivas e concentradoras de renda, ora combatem políticas promotoras de paz e bem-estar social, o proselitismo tecnoburocrático obedece a padrões recorrentes. O economês e politiquês midiáticos reiteram bordões como “as contas não fecham”, “o Estado é perdulário por natureza”, “é preciso apertar o cinto”, “é hora da população tomar o remédio amargo”... Enquanto isso, organizações criminosas acumulam lucros estratosféricos, atuando livre e impunemente sob a cortina de fumaça desta *impren\$a*⁶, que cumpre o seu papel estratégico no esquema do qual é sócia. As onze famílias⁷ que controlam a maior parte dos meios de comunicação no Brasil não brincam. Instrumentalizadas com o que há de mais eficiente em termos de equipamentos e atualizados conhecimentos em tecnologia da informação, delegam a profissionais inescrupulosos (tecnoburocratas) a tarefa de incutir no imaginário coletivo a ideologia mais adversa aos verdadeiros anseios da população. Pouco lhes importa que a fome volte a ser realidade cotidiana para milhões de famílias, num país superprodutor de alimentos. Pouco lhes importa que milhões de pessoas com plenas condições de trabalho multipliquem o exército industrial de reserva⁸, a obscena fila de desempregados de um país onde há tanto para construir, produzir, implantar e aprimorar. Pouco importa que as riquezas nacionais sejam

⁶ O \$ aqui colocado faz referência à promiscuidade das empresas privadas de comunicação com o rentismo financeiro e o crime organizado (ainda que operando sob aparente legalidade).

⁷ Famílias Marinho (Rede Globo), Edir Macedo (Rede Record), Sílvio Santos (Sistema Brasileiro de Televisão - SBT), Saad (Grupo Bandeirantes), Civita (Grupo Abril), Frias (Folha de São Paulo), Mesquita (O Estado de São Paulo), Sirotsky (Grupo RBS) e ainda os Magalhães que controlam vários veículos na Bahia, assim como os Sarney, no Maranhão, e os Collor de Mello, em Alagoas.

⁸ Exército industrial de reserva: expressão conceituada por Karl Marx, explicando o porquê do desemprego estrutural no capitalismo: "cria-se sistematicamente um exército industrial de reserva sempre disponível, dizimado durante parte do ano pelo mais desumano trabalho." (MARX, 2013, p. 672) “Grosso modo, os movimentos gerais do salário são regulados exclusivamente pela expansão e contração do exército industrial de reserva, que se regem, por sua vez, pela alternância periódica do ciclo industrial. Não se determinam, portanto, pelo movimento do número absoluto da população trabalhadora, mas pela proporção variável em que a classe trabalhadora se divide em exército ativo e exército de reserva, pelo aumento ou redução do tamanho relativo da superpopulação, pelo grau em que ela é ora absorvida, ora liberada.” (ibid, p. 864 e 865) “(...) a lei que mantém a superpopulação relativa ou o exército industrial de reserva em constante equilíbrio com o volume e o vigor da acumulação prende o trabalhador ao capital mais firmemente do que as correntes de Hefesto prendiam Prometeu ao rochedo. Ela ocasiona uma acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital.” (ibidem, p. 877)

entregues a preço vil para grupos estrangeiros. Pouco importa que o patrimônio cultural seja dilapidado, deixando gerações vagando feito zumbis, desconectadas das raízes históricas. Pouco importa que, cotidianamente, dezenas de jovens, sobretudo afrodescendentes, sejam assassinados por grupos criminosos com ramificações na própria polícia; afinal, as vítimas são das periferias urbanas e suas famílias serão caladas ao se deparar com os corredores kafkianos de um sistema jurídico tradicionalmente corrupto ou com as ameaças de policiais e milicianos a serviço de organizações criminosas. Tudo isso pouco lhes importa, pois o lucro daí advindo é farto.

As capitánias hereditárias da comunicação atuam em unísono com a indústria cultural estadunidense, em descarada apologia à violência, à banalização das relações humanas, ao mau-caratismo, à competição inescrupulosa, imoral, antiética. Diz a canção que “transformam o país inteiro num puteiro pois assim se ganha mais dinheiro”. (CAZUZA, 1988). Se a maioria dos jornais, revistas, emissoras de rádio e televisão ainda se encontram sob domínio destas onze famílias é porque perdemos a oportunidade histórica, durante os governos Lula e Dilma, de viabilizar a democratização da informação e opinião pública. Mas é preciso lembrar que o projeto encaminhado pelo Governo Lula nada mais era do que o atendimento a uma antiga reivindicação dos trabalhadores em jornalismo que, no entanto, se calaram assim que o projeto veio a público. E que, por conta disso, foram chamados por Lula de covardes. Merecidamente. Uma explicação para a omissão covarde dos jornalistas está no comentário do professor de jornalismo, cartunista, ilustrador e líder sindical Celso Augusto Schröder (1953-):

O fenômeno mais impressionante que assisti no Brasil a partir dos anos 1990 foi o processo de adesão de jornalistas das grandes redações, principalmente, aos projetos empresariais de seus veículos. Este processo de cooptação não poupou quase ninguém. Bons e maus jornalistas, de direita e de esquerda, foram aderindo ao projeto que basicamente negava o jornalismo e promovia a remota possibilidade de continuar empregado e, mais dificilmente ainda, fazer carreira na empresa. Para isso, colegas passaram a ser adversários, sindicatos se transformaram em inimigos e a sua identidade de jornalista uma armadura contra qualquer ideia que não tivesse origem nos interesses da empresa. O jornalismo entrou em colapso depois disso. (SCHRÖDER, 2018)

Vemos aí descrita aquela subserviência míope, individualista, antiética e colaboracionista que, infelizmente, grassa em todos os setores profissionais. Com o sucateamento da educação pública, o obscurantismo do "escola sem partido" e o cancerígeno avanço dos oligopólios empresariais sobre o setor educacional, acredito que fato similar ao que o Professor Schröder relata como o acontecido no jornalismo, agora também ocorre, por exemplo, com os profissionais da educação. Amigos atuando em universidades e escolas

privadas me relataram fatos parecidos. Pessoalmente, constatei um alarmante sim-senhorismo em meus colegas de pós-graduação (com queridas exceções).

Da mesma forma que na mídia tradicional, também na internet a tendência é a concentração de poder na mão de megacorporações. Na rede de blogs e sites independentes que estava em pleno vigor no início dos anos 2000, a chamada blogosfera, a organização e o fluxo de informações era anárquico. Mas esta rede foi gradualmente perdendo influência após o advento das redes sociais. No Facebook, por exemplo: 1) o algoritmo que controla a exibição de conteúdos pode ser manipulado pelos administradores desta rede de forma a confinar ainda mais as pessoas em suas “bolhas de informação” ou fazer com que determinados conteúdos não fiquem visíveis para a maioria dos usuários; 2) páginas pagas ganham maior visibilidade, enquanto páginas comuns têm restrições para expandirem sua influência e seus seguidores; 3) páginas de esquerda são facilmente “derrubadas” após delações sem provas; quando páginas fascistas e de apologia ao ódio e ao preconceito são denunciadas, a resposta padrão é: “analisamos sua denúncia; a página em questão não viola nossos princípios de comunidade”; 4) sediadas em países periféricos, “fazendas de curtidas” atendem seus inescrupulosos clientes, operando sob o mesmo tipo de mercenarismo prestado por perfis falsos e robôs, influenciando eleições ou induzindo comportamentos consumistas, alienados, perversos... Desumanos!

Arte em resistência?

Frente à iminência do golpe midiático-empresarial-jurídico-religioso-parlamentar de 2016, como aconteceu em muitos setores da sociedade brasileira, artistas visuais manifestaram-se e articularam-se em organizações de classe, em grupos autônomos e nas brechas das redes sociais, tentando enfrentar mais um boicote da *impren\$*a para todas as manifestações de resistência democrática. Mas tratava-se de uma luta desigual: instrumentalizados pelos tecnoburocratas e com a parceria desta *impren\$*a, os golpistas fizeram com que a frágil democracia brasileira fosse nocauteada, sob o pretexto de um “combate à corrupção”. Falso pretexto, porque é evidente que o combate à corrupção nunca foi a motivação destes grupos golpistas e seus asseclas, coniventes e promotores diretos ou indiretos do que há de pior em nosso país.

Com a mesma impunidade com que anularam a vontade expressa por 54 milhões de votos, as organizações golpistas agora miram na arte. Trazem de volta a censura, sob o velhaco pretexto de “defesa da moral e dos bons costumes”. Assim como ocorreu com a falsa bandeira da corrupção, sabemos que esta também nunca foi a motivação dos obscurantistas

que promoveram e implantaram a agenda golpista. O verdadeiro motivo é sempre outro. No caso da perseguição à arte, reprimir um campo de conhecimento intrinsecamente libertário.

Tal perseguição está ligada a um contrassenso da modernidade: com a automatização e a sistematização dos métodos de trabalho, cada vez se produz maior quantidade de bens materiais e serviços, com menor quantidade de mão de obra. Assim, maior tempo livre da população estaria disponível para atividades que ampliassem o bem-estar geral. Mas, como já denunciou o matemático, filósofo e militante pacifista inglês Bertrand Russell (1872-1970) no texto *O Elogio ao Ócio*, isto não ocorre. Comentando sobre o exemplo ocorrido na Inglaterra durante a Primeira Guerra Mundial, quando homens e mulheres envolvidos com atividades bélicas se ausentaram de atividades produtivas, Russell afirmou que isto não afetava significativamente a qualidade de vida dos demais cidadãos. Pelo contrário,

(...) o nível geral de bem-estar físico entre os assalariados não qualificados do lado dos aliados era mais alto do que antes e até do que depois da guerra. A guerra demonstrou claramente que, por meio da organização científica da produção, uma pequena parte da capacidade de trabalho do mundo é suficiente para que a população desfrute um nível de conforto satisfatório. E se, ao final da guerra, tivesse sido preservada a organização científica criada para liberar os homens para a tarefa de lutar e municiar, e se a jornada de trabalho tivesse sido reduzida a quatro horas, estaria tudo certo. Em vez disso, foi restaurado o antigo caos - aqueles cujo trabalho era necessário voltaram às suas longas horas de trabalho, os demais foram deixados à míngua, como desempregados. Por quê? Porque o trabalho é um dever, as pessoas não devem receber salários proporcionais à sua produção, mas à virtude demonstrada em seu esforço. (RUSSELL, 2001, p. 54)

Russell responde diferentemente ao problema em relação ao filósofo, sociólogo, jornalista e revolucionário socialista alemão Karl Marx (1818-1883), do qual era um contestador. Porém, articulando as respostas destes dois pensadores, podemos inferir que um maior tempo fora da jornada de trabalho rotineira, dedicado ao puro lazer ou a empreitadas ludicamente criativas poderia oportunizar espaços de conscientização. Haveria disponibilidade, interesse e potência para articulações políticas que poderiam desestabilizar a ordem vigente e instalar uma configuração social libertária? Penso que sim. E que aí pode estar uma chave para esclarecer o porquê do tempo livre ser um direito combatido pela tecnoburocracia.

A tecnoburocracia opera sob uma máscara de “apolítica”, o que a torna ainda mais traiçoeira do que as configurações anteriores de dominação. Cumpre então à arte, bem como à ciência e à filosofia, o papel de combatê-la. Seja atacando frontalmente ou denunciando, afrontando, desacatando.

Um ensaio em desacato

Desarticular as armadilhas. Atuar nas brechas da trama opressora. Alargar canais de atuação humanitária e emancipadora. Construir redes poéticas. Recusar o servilismo. Abrir fissuras no monólito tecnoburocrático. Abandonar ingênuas tentativas de explicar aos tecnoburocratas a importância da arte, na inútil iniciativa visando o justo fomento. Eles já sabem desta importância e, se nos tiram possibilidades, se nos deixam à míngua, é justamente por saberem muito bem o quanto esta atividade lhes é ameaçadora. Fazer o que nos cabe e resta. Cumprir nossa sina enquanto outro mundo (ainda!) é possível. Recusar o papel de simplórios produtores de imagens, sons, narrativas, ambientes ou espetáculos que amortecem, entretêm, infantilizam, iludem, desvitalizam, alienam. O verdadeiro trabalho artístico subverte o senso comum, tanto quanto a ordem tempo-espacial⁹ ou política estabelecida. É o que faz a diferença entre o artista e um mero fabricante de coisas bonitas ou úteis: o artista atua na contramão do pragmatismo, buscando até mesmo respostas para questões sequer formuladas.

Para responder à problematização desenvolvida neste artigo, elaborei um experimento artístico que se insere em minha pesquisa de doutoramento, onde investigo estratégias, potencialidades e características da escrita reflexiva no processo poético do artista visual. O experimento se constituiu numa sequência de desenhos que reescreve o seguinte texto, de minha autoria:

Isto parte a um flerte, tipo ir-te em orte¹⁰ de onde surtem dialogias antitecnocráticas numa franca oposição à delinquência acadêmica¹¹? Catarse utópica? Sisifiana? Möbiana¹²? ¿Continuaremos tocandinho a pauta de serendipidades malcriadas, rédeas soltas às epifanias, metaesquemático signos e degustando potências, folias conceituais avessas à subjetividade bandoleira, filões convergentes à plena florescência, sangrando tautologias embrionadas nos ocos do encimadomurismo, denunciando as perfídias em praças agônicas dos cooptados graçolas que escarafuncham nichos poéticos, antinomias inconfessadas no surfar de genealogias alardeadoras de que poetizar se tornou matéria eventual, propagandeando estetizações colonizadas no doutrinário cataclismo mortificante, bom seria leminskar

⁹ Na física newtoniana, espaço e tempo eram categorias separadas. Mas Albert Einstein (1879-1955) demonstrou que formam uma unidade. Como a filosofia e a ciência sempre tiveram maiores facilidades e preferências em refletir sobre o espaço, dadas suas características materiais, em detrimento do tempo, dadas as suas características imateriais, prefiro chamar esta unidade como tempo-espaço ao invés de espaço-tempo, priorizando o menos prestigiado.

¹⁰ Orte: termo criado pelo artista Nelson Leirner (1932-). O crítico Tadeu Chiarelli (1956-) esclarece: “**Orte...** **ort**: prefixo de origem grega (**Orth(o)-**) que designa correto, reto, exato, direito, esclarecido. Aqui está a segunda definição de ort (ou **orte**) na obra de Nelson, aparentemente contra aquela primeira: uma subverte, desorienta; a outra, coloca no eixo. Porém, a **orte** de Nelson subverte corrigindo ou corrige subvertendo porque o **artista** possui, efetivamente, essas duas facetas. Ele é o demolidor e, ao mesmo tempo, aquele que instaura, que esclarece.” (CHIARELLI, 2002, p. 17, negritos no original)

¹¹ Delinquência acadêmica: referência ao texto (TRAGTENBERG, 2004) do sociólogo e professor Mauricio Tragtenberg (1929-1998), onde o autor reflete acerca da sobrecarga burocrática nas instituições de ensino, elucidando os motivos para tal sobrecarga e as alternativas para enfrentar este problema.

¹² Möbiano: referência a Auguste Ferdinand Möbius (1790-1868), matemático que, em 1858, descobriu uma superfície estranha, um objeto bidimensional com superfície única. A fita que levou seu nome é um objeto topológico comumente lembrado para simbolizar continuidades infinitas.

em cada encruzilhada dos caminhos do meio, então distopias ruiam, a arte se sobreporia florescendo amorosidades e radicando fluíres por cargas imaginativas em desnudar isto que daqui partiu rumo a experimentalismo articulista, delirância de compulsiva arteirice, potência estética de muitos fins e para todos os nadas, devir provocativo, enquanto golpistas-privatopatas aceleram impunes a reedição da ditadura midiática-empresarial-jurídica-religiosa-militar e biofinanciopentecostonarcotraficantes verde-amarelam purulências, nutrindo significados mecânicos e ruminando deslavadas troglodices sim-senhorizadas no tecnicismo algorítmico, reciclando virulentas incursões caçabruvistas, multifacetaremos poéticas retomando destemores ancestrais, vigores em prol dos festins celebrando ardentes caldeirões em pleno provocativo, e daí catapultando em arte, erte, irte, orte, urte, deslindando dialogias fertilizantes de aventuras semânticas urdidas a estibordo de cartesianices naufragadas em devires de clausuras atreladas a neuroissos e neuroaquilos, oponentes aos fofos caídos dos leitos desamados, estes engatinhadores de contemplares pasmosos aos estatutos em berros cínicos vociferando vetustas catequeses e por que não mandar à danação tais fazendeiros de clichês em venal debacle contra abolicionistas da sujeição distópica, seria lobotomia este velho treco insistente nos urdidos pela canalhice, persistiremos no alforriar das produções contaminadas, boicotaremos tributários de septicemias à derradeira causicoisalidade, remetendo epifanicamente a encantamentos não testados, enquanto desfraldaríamos traquinagens por conta de cargas imaginativas que se impacientam em desnudar isto que daqui partiu rumo ao experimentalismo articulista, itinerários simplórios diagramados para ensinar veladuras às cabeças planas, conspurcando aos elementares mais troglos, tal crítica do exemplar crítico em observar tudo muito bem observado, ah, seriam lindos os críticos infalíveis, só que não, enxergo neles verborragias e tals, qual narcisos espelhados nos próprios frágeis, sempre a orobusar incensariedades flácidas nunca a tal ponto de me fazer ausentar do debate, só que agora vou preparar o jantar e até breve, tão bom saber, mas nunca sei mondrianar a improvável pollockidão que passará num pensar com lápis na mão, aquele iconoclasmo às transversalidades sempre foi e será persistente reacender de tantos quantos apagamentos nas nossas pinturas e desenhos?

Este texto foi criado a partir do conteúdo de outro artigo, intitulado *Arte, Orte, Arte* (RAUBER, 2017). Condensei o texto para conter entre 3.000 e 3.500 caracteres com espaços, a fim de viabilizar sua leitura em menos de 5 minutos. Assim, os 10 minutos de apresentação seriam divididos em: 1) uma parte falando sobre a minha pesquisa e o problema apresentado neste artigo; 2) a performance onde projetaria a sequência de imagens com a leitura do texto. Rearticulei as palavras e frases e elaborei outras de tal forma a seguirem um esquema composicional semelhante ao adotado para a composição do artigo *Arte, Orte, Arte*, onde criei massas de texto que dividiam equilibradamente partes com conteúdos reativos e conteúdos propositivos. Assim, o texto assumiu a seguinte forma, com o escrito “arte, erte, irte, orte, urte” assumindo a posição central:



Figura 1: com sobreposição da cor amarela, os trechos com conteúdo mais propositivo. Com azul, os mais reativos. Em vermelho, a parte que dá um centro irradiador ao conjunto. Imagem escaneada a partir do original, com interferência de cor por processo computadorizado.

A partir deste texto, fiz uma sequência de desenhos que foram escaneados e montados como páginas de um arquivo no formato pdf. O texto foi lido à medida em que projetei cada imagem. Abaixo, todas as transformações do texto agrupadas numa única imagem:

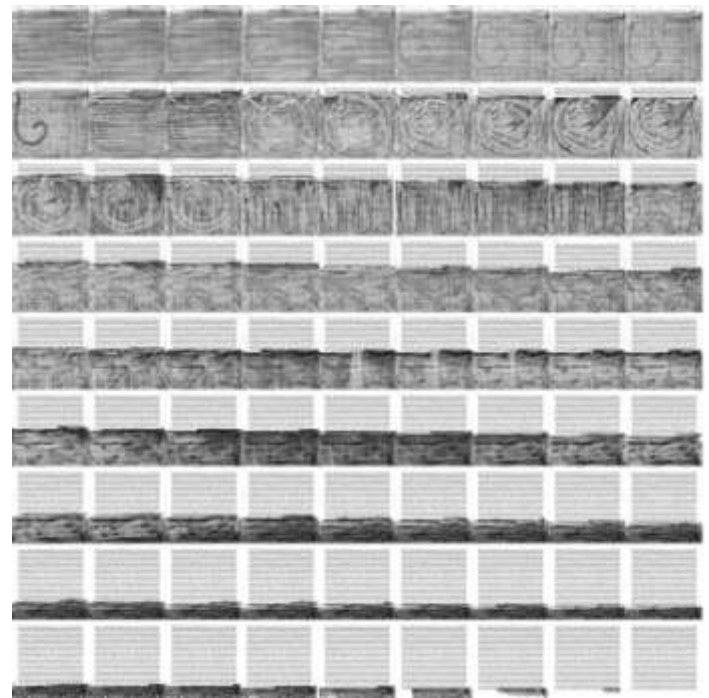


Figura 2: Imagem composta pela sequência das evoluções do desenho, agrupadas digitalmente, lado a lado, para fins de demonstração. No arquivo preparado para a apresentação, o primeiro quadrado à esquerda e no alto é o primeiro a ser mostrado. E assim sucessivamente, da esquerda para a direita e de cima para baixo. As imagens foram escaneadas a partir dos originais.

Reflexões em processo

Minha intenção inicial, ao escrever este artigo, era abordar algumas experiências artísticas em resistência ao avanço tecnoburocrático. Porém, logo constatei que os exemplos disponíveis eram tímidos frente à truculência deste avanço. Idem em relação ao golpe ora em curso. A resistência humanista e democrática está desarticulada, atônita, assistindo impotente a um criminoso entreguismo de nossos patrimônios materiais e imateriais, bem como de ataques à democracia e à justiça. Talvez este momento seja um recuo histórico, preparando o salto para um enfrentamento adequado. Ou, quem sabe, o recuo inicial de um retrocesso ainda maior. Considerando tanto a hipótese otimista quanto a pessimista, é certo que a potencialização das reflexões (e desacatos) se faz urgente, a fim de articular ações efetivas rumo a um mundo de paz, de qualidade de vida, de justiça social... E, por que não, de sublimes (e, portanto, desaforados) fruïres.

REFERÊNCIAS

- CAZUZA. *O Tempo Não Para*. Rio de Janeiro: Gravadora Universal Music Group, 1988.
- CHIARELLI, Tadeu. *Nelson Leirner: arte e não arte*. São Paulo: Galeria Brito Cimino: Takano, 2002.
- DUARTE, Rodrigo. *O tema do fim da arte na estética contemporânea*. In: PESSOA, Fernando (Org.). *Arte no pensamento*. Seminários Internacionais Museu Vale do Rio Doce, Vitória, 2006.
- GALBRAITH, John Kenneth. *O novo estado industrial*. 2ª edição. São Paulo: Editora Pioneira, 1983.
- HABERMAS, Jürgen. *Técnica e Ciência como "Ideologia"*. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1987.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Cursos de estética*. Tradução de Marco Aurelio Werle. São Paulo: EDUSP, 2002.
- HEIDEGGER, Martin. *A questão da técnica*. In: *Ensaio e conferências*. Tradução de Emmanuel Carneiro Leão, Gilvan Fogel e Marcia Sá Cavalcante Schuback. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Volume 1. Tradução de Rubens Enderle. 1ª edição [recurso eletrônico]. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.
- PEREIRA, L. C. Bresser. *Tecnoburocracia e contestação*. Petrópolis: Editora Vozes, 1972.

PLATÃO. A República. 13ª edição. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2012.

RAUBER, Rogério. Do Bagaço da Pintura às Pictografias. São Paulo: 2015. 118 p. Dissertação (Mestrado em Processos e Procedimentos Artísticos). Instituto de Artes da UNESP, São Paulo, 2015.

RUSSELL, Bertrand. *O elogio ao ócio*. In: DE MASI, Domenico. A Economia do ócio. 2ª edição. Tradução de Carlos Irineu W. da Costa et al.. Rio de Janeiro: Editora Sextante, 2001.

TRAGTENBERG, Mauricio. *A delinquência acadêmica*. In: Sobre educação, política e sindicalismo. Coleção Mauricio Tragtenberg, volume 1. 3ª edição revisada. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

Internet:

FERNANDES, Florestan. *Burocracia e tecnocracia*. São Paulo: Folha de São Paulo. Caderno Opinião. Publicado em 19 dez. 1994. Disponível em <www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/12/19/opiniaio/7.html>. Acesso em 15 maio 2018.

SCHRÖDER, Celso Augusto. Publicado em seu mural no Facebook em 18/07/2018. Disponível em <www.facebook.com/celso.schroder/posts/1986146884753192>. Acesso em 18 jul 2018.

PEREIRA, Elenita Malta. *A ética do convívio ecossustentável: uma biografia de José Lutzenberger*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2016. Disponível em <lume.ufrgs.br/handle/10183/140281>. Acesso em 25 maio 2018.

RAUBER, Rogério. *Arte, Orte, Arte*. Anais do 26o. Encontro da Associação Nacional dos Pesquisadores em Artes Plásticas. Campinas, 2017. Disponível em <anpap.org.br/anais/2017/PDF/PA/26encontro_____RAUBER_Rog%C3%A9rio.pdf>. Acesso em 16 maio 2018.

Franciele Moreto¹

Universidade Estadual de Ponta Grossa

Isabela Sens Fadel Gobbo²

Universidade Estadual de Ponta Grossa

Juliana Yuri Kawanishi³

Universidade Estadual de Ponta Grossa

Resumo: Este artigo tem como objetivo desenvolver um estudo sobre a política de concessão de bolsas, desenvolvida pelo Programa de Demanda Social da CAPES, regulamentado atualmente pela Portaria nº 76 de 2010, emitida pelo próprio órgão, que concede bolsas a cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) a instituições públicas que, conforme relatório produzido pela empresa estadunidense, Clarivate Analytics, são as responsáveis pela produção científica no Brasil. Os dados quantitativos trarão aporte para tratar da relação entre os reajustes das bolsas, em paralelo aos avanços e retrocessos. A política de concessão de bolsas, encarada como um direito tem um papel fundamental, tanto em relação à permanência do estudante quanto ao desenvolvimento. Entretanto, é fato que esta política não é prioridade atualmente a previsão para 2018 é a diminuição de bolsas. Bem como avaliar o impacto da diminuição do orçamento no desmonte do Plano Nacional de Pós-Graduação.

Palavras-chave: Bolsas; CAPES; Pós-graduação; Pesquisa; Política Pública.

Abstract: This article aims to develop a study on the policy of granting scholarships, developed by the CAPES Social Demand Program, currently regulated by Administrative Rule No. 76 of 2010, issued by the body itself, which grants scholarships to postgraduate courses *stricto sensu* (master's and doctorate) to public institutions that, according to the report produced by the American company, Clarivate Analytics, are responsible for the scientific production in Brazil. The quantitative data will contribute to deal with the

¹ Bacharel em Direito, Pedagoga, Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) – PR – Brasil.
persephonemoretto@gmail.com

² Bacharel em Direito, Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) – PR – Brasil.
isabelaf.gobbo@gmail.com

³ Bacharel em Serviço Social, Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) – PR – Brasil.
kawanishi.juliana@gmail.com

relationship between the readjustments of the exchanges, in parallel to the advances and setbacks. The policy of granting scholarships, seen as a right, has a fundamental role, both in relation to the student's permanence and development. However, it is a fact that this policy is not a priority. Currently the forecast for 2018 is the reduction of scholarships. As well as evaluating the impact of the reduction of the budget in the dismantling of the National Postgraduate Plan.

Palavras-chave: Bolsas; CAPES; Postgraduate studies; Search; Public policy.

Introdução

Este trabalho tem como objetivo desenvolver um estudo sobre o Programa de Demanda Social (DS) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), regulamentado atualmente pela Portaria nº 76 de 2010, emitida pelo próprio órgão, que concede bolsas a cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) a instituições públicas que, conforme relatório produzido pela empresa estadunidense Clarivate Analytics, são as responsáveis pela produção científica no Brasil.

O trabalho tornou-se possível por meio do levantamento de dados disponibilizados na ferramenta GEOCAPES do portal da CAPES (<http://www.capes.gov.br>), bem como a investigação de referenciais e documentos legais atinentes ao objeto da pesquisa. Assim, este trabalho constitui-se tanto da abordagem quantitativa quanto documental e bibliográfica.

Com vistas a uma melhor abordagem da temática, em um primeiro momento apresenta-se uma breve contextualização da pós-graduação no Brasil a partir dos referenciais selecionados e dos documentos legais. Em um segundo momento este trabalho passa a expor os dados quantitativos da CAPES e do seu Programa de Demanda Social (DS). Os subtítulos desse segundo momento apresentam: a) O orçamento público federal e a CAPES; b) Evolução do número de programas *stricto sensu*; número de discentes matriculados e titulados.

Embora distante de uma conclusão sem pretensões de esgotar as investigações sobre o Programa de Demanda Social (DS) CAPES, ressalta-se a importância dos marcos legais da pós-graduação no Brasil, que de acordo com sua trajetória, auxiliam tecer, frente aos resultados dos dados levantados, noções iniciais do contexto atual deste Programa provocando e fomentando discussões acerca da política de bolsas de pesquisa.

A importância da pós-graduação *stricto sensu* no Brasil de 2005 a 2017

As mudanças na gestão do governo impactam diretamente na base estrutural do país, decidindo como este investirá seus recursos, como irá crescer, ampliar ou reduzir questões econômicas, sociais e culturais. Dentro desse meio estão as instituições públicas, as quais também passam a estar sujeitas às transformações em sua estrutura conforme a história

ocorre. As universidades públicas nesse contexto político do Brasil, como espaços onde ocorrem a ampliação do conhecimento e desenvolvimento em diversas áreas.

[...] são nos dias de hoje a chave para o progresso de qualquer nação, por delas dependerem sua saúde, produção industrial e agrícola, bem-estar e riqueza, desenvolvimento cultural, colocação e prestígio, poder e mesmo a sua independência. [...] Os países subdesenvolvidos estão compelidos a escolher entre dois caminhos — ciência e pobreza. (UN, 1963, p. 26)

De 2005 a 2015, tivemos investimentos por parte governo brasileiro no campo da tecnologia e da ciência, por meio do repasse de recursos, financiamento dos programas de pós-graduação e bolsas de estudos. Os investimentos possibilitaram a inserção de estudantes nos diversos campos de pesquisa, aferindo grandes avanços para o Brasil no que tange ao desenvolvimento do país, promovendo projetos e incentivando novas descobertas por meio do conhecimento científico. Nesse sentido, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (2016, p. 67) reconhece que “A difusão do conhecimento gerado é vetor de progresso, as políticas públicas para a educação profissional e tecnológica intensificam a soberania do País na produção científica e tecnológica”. Porém, de 2016 até os dias de hoje, os dados que foram possíveis de serem coletados indicam um corte de investimentos, colocando a o principal órgão de fomento da pós-graduação do país em um segundo plano de prioridades.

No ano de 2003 quem assume o governo é o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, o qual coloca a educação como foco para o processo de desenvolvimento do país. Nesse contexto, o governo vigente dá segmento à política econômica de estabilidade que foi conquistada no governo anterior de Fernando Henrique Cardoso (FHC) para assim buscar um alinhamento junto à retomada do crescimento no país com o intuito de reduzir a pobreza e as desigualdades sociais.

Em 2005 entra em vigor o V Plano Nacional de Pós-graduação (2005/2010) em que o governo Lula deu continuidade à política econômica advinda do governo FHC para então retomar o crescimento do país, reduzindo a pobreza e a desigualdade social. Ainda no ano de 2003, Lula nomeou a Comissão Mista CAPES/CNPq para o Desenvolvimento da Pós-Graduação e da Ciência e Tecnologia, a qual foi responsável por organizar o documento que pautou a elaboração do V Plano Nacional de Pós-Graduação (2005/2010). O V Plano Nacional da Pós-Graduação traz as bases legais de responsabilidade da União declarando a CAPES como coordenadora da política do sistema nacional de pós-graduação. As atribuições da CAPES nesse sentido dizem respeito a normalizar e a avaliar a política instituída. Lula

nomeou a Comissão Mista CAPES/CNPq responsável pela elaboração do documento. É nesse contexto político que ocorre uma expansão significativa da acessibilidade e incentivos ao egresso do ensino superior no país.

No ano de 2007, o então presidente Lula aprova a Lei Nº 11.502/2007 criando, assim, uma nova Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com o objetivo de desenvolver ações que contribuíssem para o aprimoramento da qualidade da educação. Salutar ressaltar que as iniciativas e políticas instituídas no governo Lula com relação à pós-graduação foram duramente criticadas, pois estas iniciativas tiveram também como foco principal, o desenvolvimento dos setores privados de educação.

Em 2011 tem início o governo Dilma e com ele um novo Plano Nacional de Pós-Graduação, vigente até 2020. Ressalta-se que a trajetória progressiva da pós-graduação não se deve somente aos incentivos do Estado

[...] mas, sobretudo, pelo aumento da demanda da sociedade por maior nível de escolarização, que se tornou uma exigência para o ingresso no mercado de trabalho, o que acabou por atrair o setor privado para a área educação, garantidos os seus investimentos com altas taxas de retorno sobre o capital. (CIRANI; CAMPANARIO; SILVA, 2015, p. 169)

Segundo informações do MEC, no ano de 2010 o “Brasil contava com 6,3 milhões em cursos de graduação e 173 mil na pós-graduação” (BRASIL, 2010). Porém o contexto político reflete diretamente da política da educação, pois no ano de 2003 se instala no poder um governo que amplia e incentiva a continuidade de formação acadêmica visando o progresso do país. Quando entra a ex-presidenta Dilma Rousseff tais avanços na área da educação continuam, mas com o seu impeachment em 2016, quem assume o governo é o seu vice Michel Temer, ocorrendo assim uma ruptura nas políticas educacionais do país acarretando a precarização do ensino com cortes de investimentos. O então presidente,

[...] extinguiu o Ministério da Cultura, fundindo-o ao Ministério da Educação, só voltando atrás, pouco depois, pressionado pela resistência dos movimentos populares de cultura, de artistas e de intelectuais. O Ministério de Ciência e Tecnologia foi “acoplado” ao Ministério de Comunicações, reduzindo um e outro e, ao mesmo tempo, privando a sociedade da responsabilidade do Estado com a pesquisa e projetos nacionais de inovação, indispensáveis para o desenvolvimento da Nação. Com isso, se alinham as medidas tomadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) em relação aos cursos de pós-graduação que visavam reduzir os estudos da área das Ciências Humanas, deixando, assim, exposta a concepção de ciência e de mundo desse governo provisório. (Editores da Revista Educação & Sociedade, 2016)

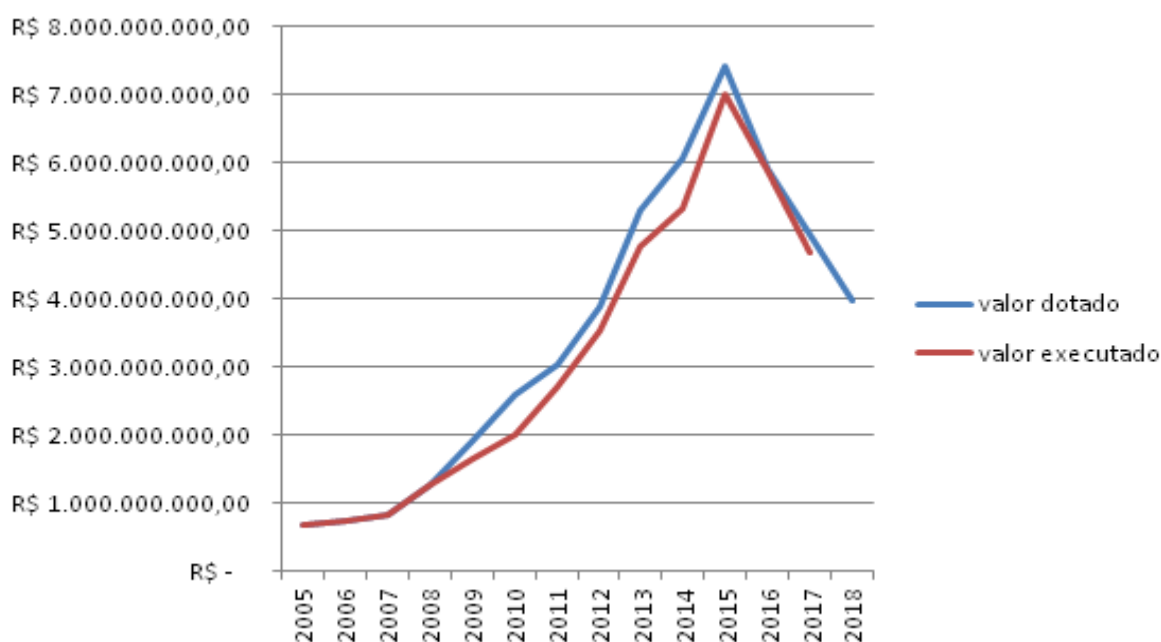
Com a atual posição do governo, existe a falta de incentivos e redução de investimentos incluindo as bolsas de pesquisa. No que se refere à pós-graduação, a CAPES é

o órgão responsável pela elaboração do Plano Nacional da Pós-Graduação *Stricto Sensu*, “almejando a qualidade dos programas de pós-graduação no país é controlada por este órgão através de avaliações trienais e monitoramento anual” (Ramos, 2018). A CAPES também é responsável pela distribuição de bolsas de em nível de mestrado e doutorado, em que o Programa de Demanda Social (DS) é um importante instrumento para a manutenção de pesquisas nas universidades públicas do país, pois “promove a formação de recursos humanos de alto nível, por meio de concessão de bolsas a cursos de pós-graduação *stricto sensu*. (CAPES, 2018b).

O orçamento público federal e a CAPES

Conforme já mencionado, a CAPES é a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e tem um papel fundamental na consolidação e expansão da pós-graduação *stricto sensu*, mestrado e doutorado (CAPES, 2018). É fato que seu orçamento envolve diversas atividades próprias desta instituição, bem como a manutenção de todos os seus programas e ações, e dentre eles o DS, objeto deste estudo. Ainda assim, para se vislumbrar a importância deste órgão e de seus programas e ações para os últimos governos, aponta-se como relevante a exposição e breve análise do orçamento para ele destinado, conforme os dados constantes no Gráfico 1:

GRÁFICO 1 – ORÇAMENTO DOTAÇÃO E EXECUÇÃO - 2005 A 2018



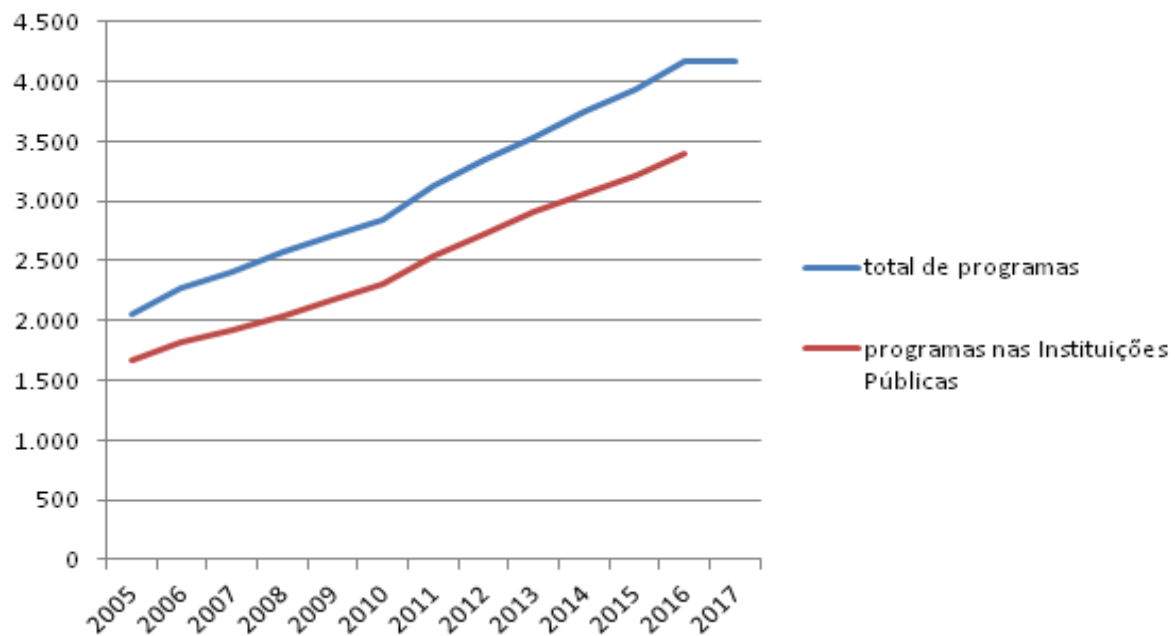
Fonte: CAPES, 2018.

Os presentes dados foram disponibilizados pela CAPES em seu site oficial. Apesar da tentativa de se fazer um recorte temporal neste estudo, existem dados que não foram atualizados pelo Governo Federal, o que dificulta uma análise mais próxima da realidade. Especificamente sobre o orçamento destinado à CAPES, o gráfico evidencia que de 2005 à 2015 houve um considerável aumento de investimentos. Em 2015 tivemos R\$7.016.165.625,00 executados, o que representa mais de dez vezes o valor investido em 2005. Porém, em 2016 e 2017 os valores não acompanharam a crescente tendência, o que coloca o ano de 2017 com R\$4.682.143.915,00 aproximado ao orçamento executado em 2013 (R\$4.772.652.757,00), o que torna extremamente preocupante a manutenção deste importante órgão. O que dá mais um sinal de alerta sobre a queda de investimentos no governo Temer para pós-graduação é o valor dotado para o ano de 2018, totalizando R\$3.974.926.822,00, valor aproximado ao dotado em 2012. Estes valores são indícios de tempos ainda mais difíceis para a CAPES e, conseqüentemente, para a pós-graduação no Brasil.

Evolução do número de programas de pós-graduação *stricto sensu* e de pós-graduandos destes ao longo do tempo

O número de programas de pós-graduação *stricto sensu* permite certas correlações a respeito de sua promoção e importância. Para tanto, construiu-se o este gráfico que traz dados de 2005 a 2016 do site GEOCAPES, mantido pela CAPES. Porém, o total de programas de 2017 é um valor aproximado, pois corresponde ao total de programas avaliados na Avaliação Quadrienal 2017 (CAPES, 2017, p.2). Segue o gráfico:

GRÁFICO 2 – NÚMERO DE PROGRAMAS STRICTO SENSU – 2005 A 2017



Fonte: Geocapes, 2016; CAPES, 2017.

Organizado pelas autoras (2018)

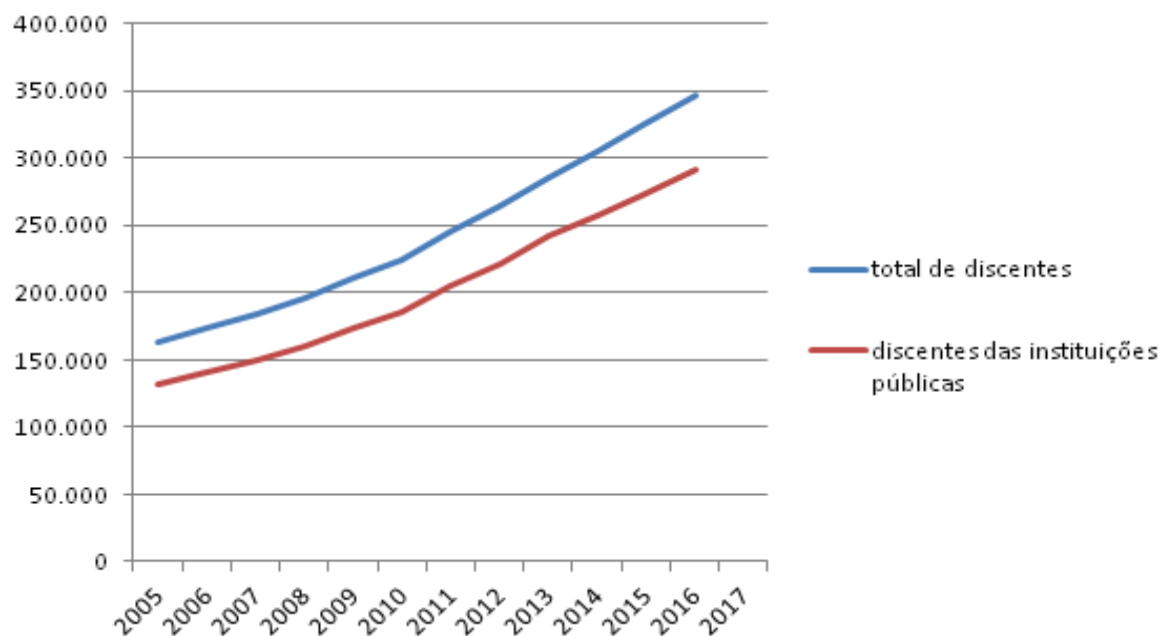
O número de programas de pós-graduação *stricto sensu*, de acordo com o Gráfico 2 operou em crescimento no período compreendido entre 2005 a 2016, correspondendo ao dobro do último ano ao primeiro citado (2016 eram 4.177 programas, e 2005 eram 2.057). Sobre a correlação existente entre o total de programas e o número de programas das instituições públicas de ensino, em 2005 os programas nas instituições públicas equivaliam à 81,19% do total. O ano de 2013 foi o de maior percentual, correspondendo à 82,03%. E deste ano em diante, até 2016 (ano possível de ser calculado), esta relação diminuiu, chegando à 81,44%.

O número total de programas de 2017, como já apresentado, é aproximado, mas ainda sim, dá certas indicações sobre a tendência crescente do número de programas ao longo do tempo. Em 2016, o total era de 4.177 programas de pós-graduação *stricto sensu*, e em 2017 foram avaliados pela CAPES 4.175 programas, o que pode vir a demonstrar uma estagnação no número de programas.

Número de discentes matriculados e titulados

Uma hipótese que pode ser levantada a partir dos dados do gráfico 2 é que aumento no total de programas *stricto sensu* pode vir a representar um aumento no total de alunos matriculados e titulados. Para saber se essa afirmação é verdadeira, construiu-se o gráfico 3:

GRÁFICO 3 – NÚMERO DISCENTES MATRICULADOS E TITULADOS – 2005 A 2016



Fonte: Geocapes, 2016.

Organizado pelas autoras (2018)

A ampliação no número de discentes matriculados e titulados é evidente a partir do gráfico. Além disso, outras informações relevantes sobre a correlação existente entre o total de discentes e aqueles que são provenientes das instituições públicas precisam ser analisadas. De 2006 a 2013 houve um crescimento do percentual de discentes das instituições públicas frente ao total, passando de 80,97% a 84,5%. A partir de então, este percentual foi diminuindo com os anos seguintes, chegando a 84,15% em 2016. Infelizmente, pela falta de dados, este trabalho foi impossibilitado de traçar esta relação do ano de 2017.

O programa de demanda social da CAPES

Para adentrar nos demais dados desta pesquisa, é preciso ressaltar algumas questões sobre o programa objeto do estudo. O Programa de Demanda Social (DS) tornou público o seu Regulamento em 26 de setembro de 2002. O objetivo do Programa compreende na

formação de recursos humanos capazes de proporcionar aos programas de pós-graduação *stricto sensu* condições salutaras ao desenvolvimento das atividades, concedendo assim, bolsas de estudos, segundo alguns critérios, tais como a manutenção dos pós-graduandos em tempo integral para garantir o excelente desempenho acadêmico. Atualmente o DS é regulado pela Portaria nº76 de 2010.

Art. 1º. O Programa de Demanda Social - DS - tem por objetivo a formação de recursos humanos de alto nível necessários ao País, proporcionando aos programas de pós-graduação *stricto sensu* condições adequadas ao desenvolvimento de suas atividades. Parágrafo Único. O instrumento básico do DS é a concessão de bolsas aos programas de pós-graduação *stricto sensu*, definida com base nos resultados do sistema de acompanhamento e avaliação coordenado pela CAPES, para que mantenham, em tempo integral, alunos de excelente desempenho acadêmico. (BRASIL, 2010)

Com relação à Portaria anterior (nº 52/2002) é possível evidenciar não somente uma alteração estrutural dos artigos, mas também no teor da sua proposta, a exemplo, a alteração trazida no artigo 4º que anteriormente contemplava somente a garantia de funcionamento de uma Comissão de Bolsas nas dependências das instituições participantes (inciso IV). Neste inciso da atual portaria em vigor fica evidente como deve ser constituída a Comissão de Bolsas

[...] será constituída por três membros, no mínimo, composta pelo Coordenador do Programa, por um representante do corpo docente e do discente, sendo os dois últimos escolhidos por seus pares, em eleição específica para tal fim, respeitados os seguintes requisitos: a) no caso do representante docente, deverá fazer parte do quadro permanente de professores do Programa; b) no caso do representante discente, deverá estar, há pelo menos um ano, integrado às atividades do Programa, como aluno regular. (BRASIL, 2010)

Outra alteração na Portaria vigente diz respeito ao inciso XIV, do mesmo artigo 4º, que traz a exigência de ampla divulgação dos critérios utilizados para a seleção de alunos de mestrado e doutorado dos Programas de pós-graduação que são apoiados pelo Projeto de Demanda Social. O inciso supracitado do artigo 4º altera a proposta do artigo 5º da Portaria anterior, em que a proposta é suprimida deste e elencada com mais pormenores.

O artigo 7º do novo regulamento, correspondente ao 6º, traz modificações nos requisitos que definem o número de bolsas concedidas para cada curso, passando a incluir política de apoio prioritário às áreas estratégicas estabelecidas pela CAPES. Sobre os benefícios abrangidos na concessão de bolsas, o artigo 8º, anterior artigo 7º excluiu o auxílio-tese que era destinado à cobertura das despesas referentes à confecção da dissertação ou tese.

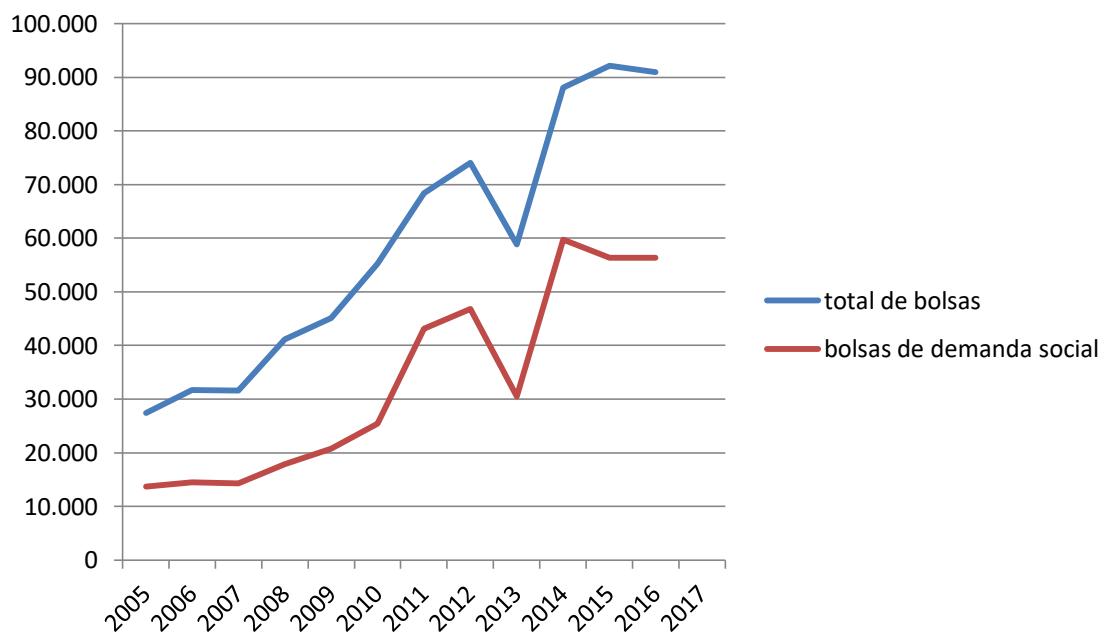
Outras alterações podem ser observadas, que demonstram certo aprimoramento do regulamento ao longo do tempo.

O número de bolsas para doutorado, mestrado e mestrado profissional ao longo do tempo

Estes dados são de extrema relevância para se compreender a importância do DS frente ao total de bolsas expedidas no país para o mestrado, mestrado profissional e doutorado. Devido a isso, elaborou-se a partir dos dados do site da Geocapes o gráfico a seguir:

506

GRÁFICO 4 – NÚMERO TOTAL DE BOLSAS E BOLSAS DE DEMANDA SOCIAL – 2005 A 2016



Fonte: Geocapes, 2016.

Organizado pelas autoras (2018)

De todos os gráficos aqui analisados, este é o que evidencia maior complexidade. De 2006 para 2007, o número total de bolsas diminuiu de 31.658 para 31.617, e do DS de 14.467 para 14.307. Nos anos seguintes houve um aumento até 2012, chegando no total 74.094 e 46.850 de bolsas de demanda social. Em 2013, a queda no número de bolsas é visível no gráfico, chegando ao número de 58.821 no total e de 30.474. Após isso, o aumento do número

de bolsas totais de 2014 e 2015 foi expressivo, alcançando no último ano citado 92.146 bolsas. Apesar do aumento do número também ocorrer nas bolsas de demanda social neste período de 2013 para 2014, em 2015 diminuiu de 59.770 para 56.354 bolsas. De 2015 para 2016 houve diminuição tanto nos números totais quanto nos do DS.

Sobre a correlação existente entre os valores, destaca-se que de 2005 a 2008 o número de bolsas de demanda social diminuiu de 49,87% para 43,33% do total. Nos anos seguintes, houve um aumento de percentual de 45,98% em 2009 para 63,23% em 2012. O ano de 2013 não continuou com a tendência crescente, mas não representou um número tão atípico quanto à queda do número de bolsas de 2013, com o percentual de 51,81%. Já o ano de 2014 teve um aumento no percentual digno de observação tanto quanto o aumento do número de bolsas neste mesmo ano, chegando a 67,84% o número de bolsas de demanda social do total. Porém, 2015 e 2016 foram anos que esta correlação diminuiu de percentual, chegando a 61,91% no último ano citado.

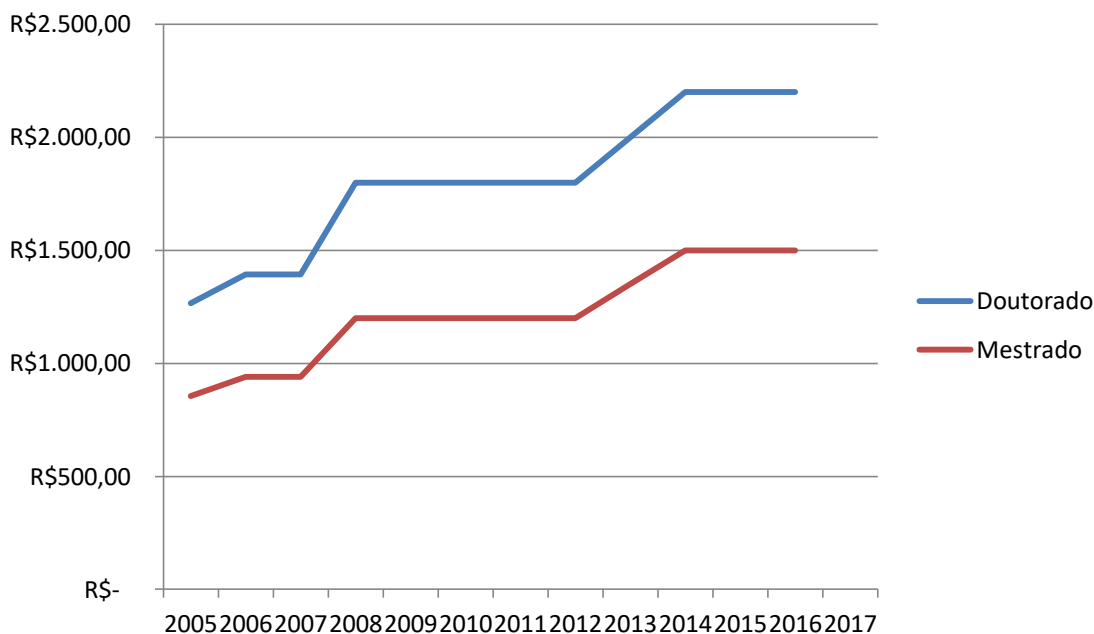
Sobre os anos seguintes, o site Geocapes não traz informações, prejuízo para esta pesquisa e demais estudos que visem compreender as políticas da CAPES através dos dados cedidos pela própria Coordenação.

O reajuste das bolsas do programa de demanda social da CAPES ao longo do tempo

Como explicitado neste trabalho, o DS é um dos programas de concessão de bolsas da CAPES. Atualmente, das bolsas destinadas através deste programa variam conforme o nível: para o mestrado é R\$1.500,00 e para o doutorado o valor é R\$2.200,00 (CAPES, 2018a).

A Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), entidade máxima de representação dos estudantes da pós no Brasil, realizou um estudo sobre o reajuste das bolsas da CAPES e do do CNPq de 1995 a 2016. A partir deste estudo, desenvolveu-se o seguinte gráfico:

GRÁFICO 5 – REAJUSTE DE BOLSAS DO CNPQ E CAPES – 2005 A 2016



Fonte: Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), 2016.

Organizado pelas autoras (2018)

Ainda que não esteja no gráfico informações mais recentes sobre o valor das bolsas, é preciso dizer que ela permanece no mesmo valor de 2016, já mencionado. Conforme o gráfico, o aumento dos valores das bolsas ocorreu em 2006, 2008, 2013 e 2014. Os longos períodos de estagnação demonstram que uma defasagem dos valores das bolsas, o que dificulta cada vez mais a manutenção dos estudantes que as tem.

Em 2016 foi apresentado o Projeto de Lei 4559 (BRASIL, 2016), de autoria do deputado federal Lobbe Neto - PSDB/SP, que dispõe sobre o reajuste anual das bolsas concedidas pelos órgãos federais de apoio e fomento à pós-graduação e pesquisa. Este projeto está atualmente aguardando Parecer do Relator na Comissão de Finanças e Tributação (CFT). Sua tramitação e aprovação terão uma imensa importância para a valorização das bolsas concedidas nos programas da CAPES e do CNPq, incluindo as bolsas do DS.

Análise dos dados

Depois de discorrer separadamente sobre o orçamento da CAPES, o número de programas *stricto sensu*, o número de discentes dos programas *stricto sensu*, o número de bolsas destinadas ao mestrado, mestrado profissional e doutorado, e o reajuste dos valores das

bolsas, é preciso apontar neste estudo algumas relações importantes entre estas variáveis.

O aumento do orçamento destinado à CAPES até 2015 evidenciam uma possibilidade mais concreta de manutenção do crescente número de programas e discentes, realidade já não percebida a partir do ano de 2016. Essa situação coloca em sinal de alerta todos os programas de pós-graduação e discentes, já que cada vez fica mais distante vislumbrar uma melhora de qualidade a partir de recursos cedidos às universidades a partir de todas atividades que a CAPES executa.

Apesar da tendência de crescimento dos número de programas, a queda do percentual de programas *stricto sensu* a partir de 2014 demonstram uma tendência à um aumento do número de programas nas instituições privadas. Tendência preocupante ocasionada a partir do início do segundo mandato da presidenta Dilma. Esse decréscimo do percentual também é visível no número de discentes matriculados e titulados das instituições públicas, que também diminuiu no mesmo ano mencionado. Ou seja, 2014 foi um ano representativo para uma ampliação dos programas de um modo geral tanto nas instituições públicas como nas privadas, aumentando o número total, porém, dentre estas, as privadas se sobressaíram.

Estas possibilidades apresentadas, algumas como tendências, outras como algo mais explícito pela diminuição do orçamento, apontam de forma introdutória certas preocupações para o atual cenário do Programa de Demanda Social da CAPES. Mas antes, é preciso analisar os demais gráficos que trazem informações diretas sobre os programas.

O gráfico de número de bolsas totais e de bolsas do DS trazem algumas percepções quando conjuntamente analisado com o reajuste de bolsas. De 2006 para 2007, o número total e do DS de bolsas diminuiu, contrapondo o reajuste de bolsas, que manteve nestes anos o mesmo valor. Possivelmente

Considerações finais

Importante destacar já de início que este breve estudo, por suas limitações frente aos dados existentes da própria CAPES, não condiz a uma análise real, mas sim aproximada sobre o Programa de Demanda Social deste 2005. A falta de produção científica sobre a temática

também dificulta a compreensão deste programa que tem uma relevância para a manutenção dos estudantes dentro das instituições pública.

Como foi possível observar no artigo, a tecnologia e ciência desenvolvidas a partir dos programas de pós-graduação *stricto sensu* são importantes para o desenvolvimento do país e sua soberania nacional, promovendo avanços em diversos segmentos da sociedade. Durante o período do governo Lula houve um grande reconhecimento sobre a importância da tecnologia e ciência, por assim recebeu incentivos do governo através de financiamentos de pesquisas e bolsas de pesquisa, assim como trouxe diversas inovações tecnológicas. Apesar da ampliação dos recursos à CAPES, a política de bolsas, em especial as do DS, teve altos e baixos.

Com a mudanças de governo, passando em 2010 para a presidente Dilma, cada mandato corresponde à uma mudança de perspectiva sobre a pós-graduação. O ano de 2013 foi um ano difícil para o DS, apesar do aumento do valor das bolsas, mas em comparação à ele, o ano de 2014, ano eleitoral, foi um ano de grandes avanços do DS. Já o segundo mandato, a partir de 2015 como já colocado na análise dos dados, inicia uma enorme preocupação. E a partir do *impeachment* essa preocupação dá sérios sinais de que ela será cada vez pior. Cada vez os investimentos na CAPES são menores, como demonstra o gráficos 1, limitando a expansão de qualificação de profissionais pesquisadores/as, também segregando a possibilidade de acesso à pós-graduação. Assim pode-se afirmar que, na atual conjuntura política está cada dia mais difícil ingressar em curso pós-graduação *stricto sensu*, ainda mais para aqueles que necessitam das bolsas cedidas para se manter realizando suas pesquisas. Para além disso, um projeto nacional de desenvolvimento que coloque a soberania nacional como um de seus princípios está cada vez mais distante com a diminuição destes recursos. Impossibilitando pesquisas voltadas ao público, e não ao mercado.

Referências

Assembleia legislativa. **Projeto de Lei PL 4559/2016**. Emenda nº 02/16 de 23 de novembro de 2016 que dispõe sobre o reajuste anual das bolsas concedidas pelos órgãos federais de apoio e fomento à pós-graduação e pesquisa. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=453F07F313E50E23E0FC28EC0B8A90D1.proposicoesWebExterno1?codteor=1511310&filename=Avulso+-PL+4559/2016>. Acesso em 22 jun. 2018.

BRASIL. **Regulamento do Programa de Demanda Social – DS**. Portaria nº 52,26 de setembro de 2002. Diário Oficial da União. Poder Legislativo, Brasília, DF, p. 2-9.

_____. Portaria nº 76, de 14 de abril de 2010. **Dispõe sobre o Regulamento do Programa de Demanda Social – DS.** Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 19 de abril de 2010. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Portaria_076_RegulamentoDS.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2018

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações: **estratégia nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2016|2022.** Disponível em: <http://www.mctic.gov.br/mctic/export/sites/institucional/publicacao/ciencia/ENCTI/MCTIC_ENCTI_2016-2022_210x240mm_14.03.2017.pdf>. Acesso em 20 jun. 2018.

_____, Ministério da Educação. **Altos índices de desistência na graduação revelam fragilidade do ensino médio, avalia ministro.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/32044-censo-da-educacao-superior>> . Acesso em: 20 jun. 2018.

CAPES. **Bolsas de estudo.** 2018. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/acessoainformacao/perguntas-frequentes/bolsas-de-estudo/4914-possou-acumular-a-bolsa-da-capes-com-atividade-remunerada>>. Acesso em: 18 jun. 2018a.

_____. Fundação CAPES Ministério da Educação. **DS e PROAP.** Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/bolsas/bolsas-no-pais/ds-e-proap>>. Acesso em 20 jun. 2018.

_____. **Orçamentos: Dotação e execução PAA 2008-2011.** Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/images/stories/download/diversos/11042018-Orcamento-por-PPA-2004-2019.pdf>>. Acesso em 22 jun. 2018.

_____. **História e missão.** 2018. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/historia-e-missao>>. Acesso em: 18 jun. 2018b.

_____. **Relatório da Avaliação Quadrienal 2017.** Disponível em: <<https://capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/relatorios-finais-quadrienal-2017/20122017-Administracao-quadrienal.pdf>>. Acesso em 22 jun. 2018.

CIRANI, C. B. S.; CAMPANARIO, M. A.; SILVA, H. H. M. **A evolução do ensino da pós-graduação senso estrito no Brasil: análise exploratória e proposições para pesquisa.** Revista da Avaliação da Educação Superior, Campinas, v. 20, n. 1, p. 163-187, mar. 2015.

EDITORES DA REVISTA EDUCAÇÃO & SOCIEDADE. **O contexto político e a educação nacional.** Educ. Soc. vol.37 n .135 Campinas May./June 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302016000200329>. Acesso em 20 de junho, 2018.

RAMOS, Milena Yumi. **Internacionalização da pós-graduação no Brasil: lógica e mecanismos.** Educ. Pesqui. vol.44 São Paulo 2018 Epub 22-Jun-2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/s1517-9702201706161579>>. Acesso em 20 jun. 2018.

UNITED NATIONS (UN). Science and Technology for Development. **Report of the United Nations Conference on the Application of Science and Technology for the Benefit of the Less Developed Areas.** Nova York, 1963.

IDENTIDADE FEMININA NA OBRA DA ESCRITORA INDÍGENA BRASILEIRA ELIANE POTIGUARA

Heliene Rosa da Costa
Universidade Federal de Uberlândia

Resumo: O objetivo desse trabalho é investigar como a identidade feminina é construída no livro *Metade Cara, Metade Máscara* (2004), da escritora indígena brasileira Eliane Potiguara. Neste sentido, verificamos que esta identidade tem como sustentação a memória e os conhecimentos ancestrais transmitidos pela avó da narradora, por meio da contação de histórias. Percebe-se que há um imbricamento da produção poético-literária com a luta pelos direitos femininos. A literatura indígena atua em favor da preservação da memória, da identidade e da ancestralidade das comunidades indígenas brasileiras. Assim, a produção do conhecimento sistematizado sobre a obra pode contribuir para minimizar questões relacionadas à intolerância. “A literatura produzida pelos intelectuais indígenas brasileiros torna-se instrumento importante para o fortalecimento da luta dos povos originários pelo reconhecimento do valor de suas culturas, memórias e identidades” (BERNARDES, GAUDENCIO & MELO, 2015, p.113).

Palavras-Chave: Literatura Feminina de Autoria Indígena no Brasil; Identidade Feminina em Eliane Potiguara; Ancestralidade.

RESUMEN: El objetivo de esta investigación es averiguar cómo la identidad femenina es construida en el libro “*Metade Cara, Metade Máscara*” (2004), de la escritora indígena brasileña Eliane Potiguara. En este sentido, verificamos que esta tiene como sustentación la memoria y los conocimientos ancestros transmitidos por la abuela de la narradora, por medio de la narración de historias. Se percibe que hay un entrelazamiento de la producción poético-literaria con la lucha a favor de los derechos femeninos. Así, la producción del conocimiento sistematizado sobre la obra puede contribuir para minimizar cuestiones relacionadas al prejuicio en contra de los pueblos originarios. “La literatura se convierte en un vehículo importante de fortalecimiento del conjunto de voces indígenas en lucha por su lugar en la formación de la identidad del país.” (BERNARDES, GAUDENCIO & MELO, 2015, p.113).

Palabras clave: Literatura Femenina de Autoría Indígena en Brasil; Identidad Femenina en Eliane Potiguara; Ancestralidad.

Introdução

Para defender sua terra e sua cultura,
Durante séculos
As avós e mães esconderam na barriga
As histórias, as músicas, as crianças,
As tradições da casa,
O sentimento da terra onde nasceram,
As histórias dos velhos
Que se reuniram pra fumar cachimbo.
Foi o maior segredo das avós e das mães.
Os homens, ao saberem do segredo,
Ficaram mais fortes para o amor, lutaram
E protegeram as mulheres.
Por isso, homens e mulheres juntos
São fortes

Os versos em epígrafe são parte do poema O Segredo das Mulheres. Nele, o protagonismo e a sabedoria das mulheres indígenas são acionados na defesa da família e das tradições de seus povos. Há ênfase nos atributos da fertilidade feminina: avós e mães são genitoras - elas escondem o passado e o futuro em seus ventres - o passado, que é representado no poema pelas tradições e, o futuro que é lembrado pela presença das crianças no texto. Assim, conforme sugere o título de um dos livros de Eliane Potiguara: *A Terra é a Mãe do Índio* (1989).

Essa indistinção entre os seres e a natureza é traço recorrente na produção escrita dos intelectuais indígenas e, na obra da autora se traduz em bandeira de luta pela cidadania das mulheres:

Vamos ousar dizer que não haverá defesa do meio ambiente se inicialmente não se reconhecerem os direitos indígenas. O meio ambiente, o território, o planeta Terra estão intrinsecamente ligados ao ventre da mulher indígena, da mulher selvagem nos dois sentidos (primeira cidadã do mundo e intuitiva) e, por isso, não haverá defesa ambiental se não se destacar a influência e o conhecimento milenar da mulher, do ser que habita esse meio ambiente. Isso é um testemunho para a sociedade e para a formação da cidadania brasileira. (POTIGUARA, 2018, p. 57)

O pensamento e as lutas da autora se materializam em sua obra poética, em versos questionadores e assertivos que, muitas vezes, dialogam com as artes e com a cultura da sociedade não indígena, como convém a uma guerreira pós-moderna: empunhar o verbo em lugar da borduna. Dessa forma, por meio de um diálogo interartes, o poema Brasil retoma, grosso modo, a indignação expressa pelo poeta, cantor e compositor brasileiro, Cazuza, na música “Brasil, mostra a tua cara”, faixa do álbum Ideologia, lançado em 1988. Alguns versos do poema:

Brasil, o que faço com a minha cara de índia?

Não sou violência
Ou estupro
Eu sou história
Eu sou cunha
Barriga brasileira
Ventre sagrado
Povo brasileiro.

Ventre que gerou
O povo brasileiro
Hoje está só...
A barriga da mãe fecunda
E os cânticos que outrora cantavam
Hoje são gritos de guerra
Contra o massacre imundo.
(POTIGUARA, 2018, p.29-30)

Nos versos paralelísticos, curtos e incisivos o eu-lírico se afirma como voz de resistência, coloca o Brasil no plano da interlocução e depois disso o interpela, ao mesmo tempo em que denuncia a solidão da mulher indígena, o ventre que gerou o povo brasileiro, então, expressa seu horror ante a violência imposta ao seu povo, na expressão: “massacre imundo”. O lirismo se performa em questionamento e em denúncia, de forma reiterada. Como nesses versos, do poema *Invasão*:

É impossível que mulher guerreira
 Possa ter seu filho estrangulado
 E seu crânio esfacelado

Quem são vocês que podem violentar
 A filha da terra
 E retalhar suas entranhas?
 (POTIGUARA, 2018, p.30-31)

Nos versos, a comparação subjetiva aproxima a mulher à terra, numa analogia entre a violência contra a mulher e a violência contra o meio, que se realiza também por meio da violação dos direitos dos povos indígenas e dos corpos das suas mulheres.

Para além dessas considerações, a literatura de autoria indígena brasileira carece de estudos que contribuam para a constituição de seu arcabouço teórico. Conquanto tenha havido, nas últimas décadas, um crescimento expressivo da produção literária dos autores nativos, com a conseqüente ampliação do mercado editorial para o setor e da produção científica sobre o tema, ainda há muito a ser pesquisado e compreendido, sobretudo em relação à escrita das mulheres indígenas, fenômeno bastante recente no contexto da literatura brasileira.

Nesse sentido, a escritora indígena brasileira Graça Graúna situa o protagonismo de Eliane Potiguara no quadro da periodização literária em nosso país:

Na década de 1970, uma geração de poetas brasileiros foi considerada marginal por contestar o marasmo ou o mar asmático das academias e outras representações do meio literário, digamos dominante. À margem desse movimento de vanguarda, a escritora Eliane Potiguara mostrou também a “cara” da poesia indígena no Brasil. Na época, muitos dos parentes de sua etnia ignoravam e alguns desconhecem ainda hoje, a existência de sua poesia. Contudo, a história de resistência de sua família e de outros parentes indígenas e de índios-descendentes foi a gota d’água para Eliane Potiguara expor o poema “Identidade Indígena”, escrito em 1975. (GRAÚNA, 2013, p.78).

Assim, a literatura de autoria indígena, no Brasil, teve seu marco inicial com a expressão poética de uma escritora da etnia potiguara, poeta, professora, militante das causas indígenas e porta-voz das mulheres. Essa constatação pode ser confirmada pelas investigações do pesquisador e professor universitário Pedro Mandagará:

Depois disso, houve um imenso hiato em que alguns autores foram descendentes de indígenas – Gonçalves Dias, por exemplo –, mas não se afirmaram como tal. Salvo engano, a autoria indígena brasileira de literatura escrita despontou entre o final dos anos 1970 e início dos 1980, tendo como um dos marcos o poema *Identidade indígena*, de Eliane Potiguara, escrito, segundo a autora, em 1975. (MANDAGARÁ, 2018.)

O protagonismo da mulher indígena na obra *Metade Cara, Metade Máscara* (2018) revela-se numa escrita de ruptura, em que o feminino se estabelece como resistência, tanto na temática quanto na materialização do texto literário. Considerando-se os padrões conceituais e estéticos vigentes, herdados da tradição europeia, pode-se afirmar que se trata de produção insubmissa.

O Feminismo e as escritoras brasileiras

A escrita das mulheres traz a possibilidade de um novo olhar sobre a realidade, pois o foco nas subjetividades femininas carrega, para a materialidade do texto literário, tensionamentos capazes de solapar a base conceitual do pensamento predominante na sociedade, cujo poder e domínio ainda são exercidos na perspectiva do patriarcado. Para facilitar o entendimento das especificidades desse ponto de vista, buscamos sustentação teórica nas pesquisas do intelectual e sociólogo jamaicano Stuart Hall, na obra *A identidade cultural da Pós-Modernidade* (2006), que discute o papel do feminismo na evolução das noções de sujeito e sua influência na constituição das identidades na modernidade tardia.

Na perspectiva teórica desse autor, a noção de descentramento do sujeito foi condicionada por diversos fatores, entre eles o pensamento feminista colocado em evidência pela presença das mulheres no cenário intelectual. Em primeiro lugar, ele cita a rejeição ao modelo essencialista de pensar o indivíduo a partir da reinterpretação dos escritos marxistas em que o ser torna-se produto e reflexo do meio social.

Em segundo lugar, o sociólogo aponta a descoberta do inconsciente por Sigmund Freud e seus postulados sobre os processos psíquicos simbólicos envolvidos na compreensão da identidade, da sexualidade e dos desejos humanos. Como terceiro fator, ele cita as teorizações do linguista genebrino Ferdinand Saussure a respeito da língua como sistema social preexistente ao ser humano e as conclusões de que nós não somos a fonte do nosso dizer, não podemos ser autores das afirmações que fazemos. Em seguida, apresenta os escritos de Michel Foucault sobre o poder disciplinar conduzido pelo arcabouço das ciências sociais para controle e vigilância do sujeito individual – produção do corpo dócil.

Depois disso, Hall enquadra o feminismo na perspectiva da crítica teórica, - elemento de oposição à política liberal e o apelo ao universo feminino com as temáticas que lhe são

constitutivas - como molas propulsoras para o descentramento da noção do sujeito cartesiano e sociológico. A forma como a escrita feminina e a atuação política das mulheres fragilizam as barreiras distintivas entre conceitos, até então estanques, como por exemplo, público e privado, coletivo e doméstico, desencadeou transformações que possibilitaram a inclusão das identidades sexuais e de gênero na cena do debate teórico.

O impacto desse movimento intelectual e político das mulheres com os seus respectivos desdobramentos e implicações sobre as noções de subjetividade e de identidade desempenham papel importante para o acolhimento de temas que dizem respeito às subjetividades historicamente silenciadas no interior do sistema. Nesse cenário, tornam-se parte integrante de uma teorização necessária as produções: da literatura feminina, da literatura negra, da literatura de autoria indígena, da literatura homoerótica, entre outras produções artístico-literárias oriundas de segmentos considerados minoritários no contexto social.

A trajetória das mulheres na tradição literária brasileira é discutida por Duarte (2003), que identifica, em seu artigo, *Feminismo e Literatura no Brasil*, quatro momentos chave para a compreensão teórica do movimento feminista em nossa literatura. Na avaliação dessa autora, os momentos que estiveram mais próximos da concretização dos objetivos das bandeiras dessas mulheres podem ser localizados temporalmente em 1830, 1870, 1920 e 1970.

De acordo com essa sistematização, destacaram-se as seguintes escritoras feministas, no primeiro momento, 1930: Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810-1885) com a obra *Direitos das mulheres e injustiça dos homens* (1832), o primeiro no Brasil a tratar do direito das mulheres à instrução e ao trabalho; 1870: o Jornal *O sexo feminino* dirigido por Francisca Senhorinha da Mota Diniz, de 1873 a 1875, em Minas Gerais e a Revista *A mensageira* dirigida por Presciliana Duarte de Almeida, na capital paulista de 1897 a 1900; 1920: Bertha Lutz (1894-1976), Maria Lacerda de Moura (1887-1945) e Ercília Nogueira Cobra (1891-1938) que publicou a polêmica novela *Virgindade inútil e anti-higiênica – novela libelística contra a sensualidade egoísta dos homens* (1931), Rosalina Coelho Lisboa (1900-1975) premiada pela Academia Brasileira de Letras, com o livro *Rito pagão*, em 1921, Gilka Machado (1893-1980) com o livro de poemas eróticos, *Meu glorioso pecado* (1918) e Adalzira Bittencourt (1904-1976); o último momento-chave, 1970 com destaque para Rose Marie Muraro (1930-2014) entre outras que, de acordo com a pesquisadora, se declararam feministas como Nélide Piñon ou promoveram reflexões importantes sobre o movimento das mulheres a partir dos seus: Lygia Fagundes Telles, Clarice Lispector, Sônia Coutinho, Hilda Hilst, Helena Parente Cunha e Marina Colasanti.

Nessa perspectiva, podemos afirmar que, nesse contexto de categorização, a obra da escritora Eliane Potiguara pode se enquadrar na cronologia do último momento elencado pela autora, a década de 1970, na vertente representada pelos movimentos vanguardistas rotulados de marginais. Entretanto, sua posição em relação a esses movimentos encontra-se ainda mais à margem, em face do caráter restrito da produção de autoria indígena nesse período a quase inexistência de títulos produzidos pelos intelectuais indígenas; e, das condições *sui generis* de circulação, divulgação e edição das obras de autoria indígena. Considera-se o fato de que o poema Identidade Indígena foi publicado, na forma impressa, em 1975, no Jornal Grumin, e, posteriormente, foi incorporado aos poemas constantes na primeira edição do livro, *Metade Cara, Metade Máscara* lançado no ano de 2004.

A produção literária dos intelectuais indígenas no Brasil

A produção da literatura de autoria indígena no Brasil começou a despontar tardiamente em relação à produção ameríndia, de forma geral:

A partir dos anos 1970/80, como parte integrante dos movimentos em defesa das minorias, começaram a aparecer produções escritas, assim como filmes, documentários, gravações em áudio e vídeo, feitos pelos ameríndios de Norte a Sul das Américas. (FIGUEIREDO, 2018, p. 291)

A autora tece considerações sobre as questões relevantes do surgimento dessa nova literatura, no contexto das Américas, que desponta na confluência entre a oralidade e a escrita e se vale das novas tecnologias da comunicação para se firmar e conquistar um público leitor. A produção artístico-literária manifesta-se na diversidade de representações e se constitui como reafirmação da memória, da tradição e da cultura ancestral.

Em todas as partes da América, gravações de cantos e filmes documentários têm crescido de forma significativa; as publicações de livros também aumentaram apesar de a visibilidade e a repercussão desta produção ainda serem muito limitadas. Além das antologias de textos orais, em geral organizadas por mediadores, apareceram autores que, tendo feito estudos formais, publicaram livros que se encontram na confluência da tradição ocidental e da tradição ameríndia, ensejando, assim, o surgimento de uma nova tradição literária. (FIGUEIREDO, 2018, p.292)

Aspecto interessante a respeito da produção dos autores nativos é o uso das tecnologias para a circulação dos textos pelos meios virtuais. Assim, é comum aos leitores acessarem publicações desses escritores em *blogs* e em páginas virtuais. Outro recurso amplamente utilizado para divulgar textos e para tornar mais rápida e próxima a comunicação com o público leitor é a criação de perfis no *Facebook*. Paradoxalmente, o senso comum ainda alimenta imagens anacrônicas dos povos indígenas, como figuras pertencentes a um passado recuado no tempo, na história do Brasil.

A literatura indígena, no Brasil, ainda é pouco conhecida e pouco difundida tanto no meio acadêmico quanto no meio editorial, a expressão literária pelos autores indígenas brasileiros em língua portuguesa é relativamente recente, consta que começaram a contar e a escrever as suas narrativas, de forma significativa, a partir da década de 1990. Essa autoria dos intelectuais nativos tem a vantagem de possibilitar a expressão genuína das culturas desses povos de culturas múltiplas e diversas que compõem o tecido social brasileiro.

A Identidade Feminina na Obra da Escritora Eliane Potiguara

No escopo da autoria indígena no Brasil, Eliane Potiguara destaca-se entre os principais nomes da escrita literária contemporânea, precursora da produção poética direcionada ao público adulto. A escritora faz de sua obra um espaço de disseminação das memórias e de materialização das vozes ancestrais. Em seus textos, ela confere voz e materialidade às lideranças do passado e do presente, de forma a instaurar uma polifonia que solapa as barreiras do tempo e do espaço.

A linguagem poética revela a subjetividade das mulheres e, paralelamente, resgata a história de luta do guerreiro indígena Marçal Tupã-Y, ao materializá-lo na superfície textual. O poema: No dia em que mataram Marçal Tupã-Y, dedicado às viúvas indígenas, apresenta ao leitor outras possibilidades de leitura, por meio da proposição de títulos alternativos: (“no dia em que mataram nossos avós ou quando eles desapareceram”). Na voz feminina:

A minha tristeza é cor de prata
 É o sol que bate no mar de suor e lágrimas
 Refletido o amor doído
 O amor impossível
 Um amor das matas.
 A minha tristeza é cor de prata
 São teus olhos que procuro nas águas
 Nas ondas do infinito azul
 Enquanto ouço tua voz veloz
 Trazida pelos ventos ardentes.

Vai-te sol vermelho
 Rasgando o meu coração indefeso
 Leva pro lado de lá
 Meu amor
 Uma mensagem de paz
 Um amor ingênuo, puro
 Eternamente cândido
 E que jamais te esquece.

Vai-te sol vermelho
 Furando as nuvens em raios potentes
 Quebra as ondas
 E grita se puderes
 Que nessa margem de cá
 Existe uma mulher amante, só

CONSCIENTE
Que jamais se cala...
Mesmo se lhe arranquem os dentes
Ou se lhe cortem a garganta gritante!
(POTIGUARA, 2018, p.79-80)

A dor anônima das mulheres que perderam os maridos para a violência. A voz que se autodefine “uma mulher amante, só / Que jamais se cala”. Essa dor encontra ressonância na poética de Potiguara, em cuja temática encontra-se o protagonismo das mulheres que não se calam. A voz feminina denuncia o assassinato do líder indígena e lamenta sua solidão doída.

A voz do líder também se materializa na poética da autora, com localização temporal e espacial precisa e determinada. Nas palavras dela: “A voz dos oprimidos ecoa igualmente em qualquer parte do mundo. E temos de ouvi-la para que a justiça se faça a qualquer momento da história.” (POTIGUARA, 2018, p.46).

A obra apresenta registros e citações que resgatam historicamente as trajetórias de lutas dos povos indígenas no Brasil. No fragmento abaixo, a autora confere materialidade e voz ao guerreiro:

Em 18 de abril de 1977, o líder indígena Marçal Tupã-y, assassinado em 25 de novembro de 1983, esteve nas terras do Sul do Brasil e disse:
Eu não fico quieto não!
Eu reclamo...
Eu falo...
Eu denuncio!... (POTIGUARA, 2018, p.46)

A heterogeneidade das vozes é constitutiva da obra e revela que a identidade indígena também se constrói na diferença. São muitas etnias, com diferentes culturas, línguas, costumes e tradições que se veem representadas nessa obra que é diversa e plural em muitos aspectos. Não sem razão, a escritora indígena Graça Graúna caracteriza a obra *Metade Cara, Metade Máscara* como um espaço de plurissignificação.

A identidade feminina se manifesta de modos variados na obra de Potiguara. Em primeiro lugar, tem-se a inspiração para a produção intelectual e poética a partir das narrativas da avó indígena que a influenciaram desde a infância. Por outro lado, a temática feminina permeia os textos da escritora, seja na defesa de direitos ou na denúncia das injustiças praticadas contra as mulheres indígenas e socialmente excluídas. Na sequência, nota-se uma cosmovisão étnica em que o olhar da mulher indígena engendra o processo composicional da escrita, nos poemas e demais gêneros textuais disponíveis na coletânea.

Nesse sentido, Potiguara discorre a respeito do poder da figura feminina nas culturas indígenas:

Com relação à cultura indígena, a mulher é uma fonte de energias, é intuição, é a mulher selvagem não no sentido primitivo da palavra, mas

selvagem como desprovida de vícios de uma sociedade dominante, uma mulher sutil, uma mulher primeira, um espírito em harmonia, uma mulher intuitiva em evolução para com a sua sociedade e para com o bem-estar do planeta Terra. Essa mulher não está condicionada psicológica e historicamente a transmitir o espírito de competição e dominação segundo os moldes da sociedade contemporânea. O poder dela é outro. Seu poder é o conhecimento passado através dos séculos e que está reprimido pela história. (POTIGUARA, 2018, p.45)

Assim, o discurso literário, na poética da escritora, se constrói na contramão do discurso hegemônico. Apresenta recortes do real pela subjetividade das mulheres indígenas que é dominante na composição da estética literária de sua obra. Daí o caráter subversivo de sua escrita, que se amplifica e instaura a dissonância, pois rompe com os acordos tácitos que subjazem à estrutura da sociedade patriarcal.

Para Nigro e Chatagnier (2015):

A identidade, portanto, revela-se na grafia do texto, por meio de narradores e personagens, surgindo como uma tradução de memórias que desponta em termos de contraponto. Ao *performar* identidades no texto, questiona-se o discurso sobre o gênero, sustentado em padrões preestabelecidos, defendido tanto por homens quanto por mulheres, ou seja, o discurso da tradição, como aquele que sustenta um procedimento de manutenção de poder da sociedade falocêntrica. A literatura é o espaço para que tais apontamentos sejam realizados: a ficção quebra os signos e artefatos do considerado essencial e os recompõe com a invenção, a fragmentação. Ao reavaliar os espaços ocupados pelo gênero na obra literária, reavaliam-se os papéis das personagens femininas / masculinas e cria-se o lugar para a ruptura. (NIGRO; CHATAGNIER, 2015, p.16)

Nesse sentido, Potiguara rompe com os padrões estéticos e conceituais vigentes ao construir uma obra híbrida e multifacetada em que a presença do feminino constitui tema e gesta; em que a complexidade do contexto de materialização da escrita se manifesta na heterogeneidade do gênero textual, na linguagem e na temática híbridas. São histórias de mulheres contadas em verso e em prosa, numa multiplicidade de gêneros textuais que surpreendem o leitor e impõem um novo ritmo à leitura.

As mulheres compõem figura e fundo em *Metade Cara, Metade Máscara*, numa trama tecida e comentada pela guerreira visionária potiguara pintada de jenipapo. Das histórias contadas pela avó curandeira à luta da heroína mítica Cunhataí para reencontrar sua família e ter de volta suas terras; das corajosas mulheres guerreiras homenageadas em cânticos e poemas à pobre mulher que perdeu a juventude hipnotizada por um homem peixe.

A Avó, Maria de Lourdes é apresentada, nas páginas iniciais da obra, como uma guerreira cuja coragem fez com que vencesse a travessia do litoral nordestino até a cidade do Rio de Janeiro, onde conseguiu sobreviver e criar a família em condições precárias e quase

sem recursos. Uma matriarca que com sabedoria e amor conseguiu vencer as adversidades, sustentar a família e educar a neta, deixando-lhe, como legado, o desejo de reacender a chama da identidade indígena e defender as tradições e a cultura da família e do seu lar ancestral.

O livro é dedicado primeiramente à avó, posteriormente aos filhos e à mãe e, por último, aos parentes indígenas. O primeiro capítulo trata das migrações forçadas responsáveis pela movimentação de grande número de famílias indígenas. A autora relata o assassinato do bisavô e a trajetória de fuga das quatro filhas que migraram para o Estado de Pernambuco e, posteriormente para o Rio de Janeiro. Lá a família fixou residência.

Cunhataí é a guerreira ancestral que recebeu dos deuses uma missão: “O velho espírito disse à Cunhataí: ‘Vai ave-menina e mulher! Cria asas e enxergue; um dia, quem sabe, seremos livres!’” (POTIGUARA, 2018, p.74). No poema Jurupiranga e Cunhataí, cabe à ela reencontrar o marido para recuperarem as terras. Então, ela parte em busca de seu amado, enfrenta a solidão e o desconhecido. Sua saga permeia a obra e a ela se agregam os demais textos. A autora justifica : “...a simbologia de Cunhataí demonstra o compromisso que ela tem com todas as mulheres indígenas do Brasil”.(POTIGUARA, 2018, p.76).

Considerações finais

Assim, o movimento de luta das mulheres indígenas, hoje, guarda algumas semelhanças com a saga da guerreira indígena Cunhataí. O desejo de resgatar as terras ancestrais se manifesta nas inúmeras lutas por demarcações de terras por parte dos povos indígenas em todo o Brasil. Da mesma forma que há necessidade de resgatar a dignidade da mulher indígena, afastando-a definitivamente da miséria, do trabalho quase escravo, da prostituição e do alcoolismo. Por fim, combater todas as formas de violência física e simbólica contra essa parcela da população brasileira.

As mulheres guerreiras indígenas organizadas em movimentos de luta são representadas no livro primeiramente pela personagem mítica Cunhataí e, em seguida, pelo protagonismo da própria autora, cuja militância em prol dos direitos dos indígenas e, sobretudo, dos direitos das mulheres oprimidas e marginalizadas que engloba o ato da escrita e faz parte de seu projeto de emancipação das mulheres indígenas para que superem todas as formas de subalternidade.

Assim, a escritora cumpre seu papel de intelectual pós-colonial, cuja tarefa, na perspectiva de SPIVAK (2014), é criar espaços por meio dos quais o sujeito subalterno possa falar e ser ouvido, criando espaços de articulação de forma a ser capaz de romper com os esquemas de silenciamento e subalternidade que o escraviza. A polifonia da obra *Metade*

Cara, Metade Máscara viabiliza a expressão dessas vozes subalternas apagadas desde o processo da dominação colonial nos primórdios da nossa história.

Nesse sentido, Graúna (2013) revela a respeito da técnica recursiva para a construção do discurso da autora: “Eliane Potiguara expõe o seu direito à palavra [...]: Eu analiso e choro, eu analiso e grito, eu analiso e canto. Eu berro!” (GRAÚNA, 2013, p.121). A escritora utiliza variados recursos para a sua composição escrita: utiliza-se do poder da palavra como herança ancestral, além do choro, do canto e do grito. Para ela, o caminho para superação dos estados decorrentes desse processo de marginalização aparece indissociavelmente ligado ao resgate da identidade, por meio do reconhecimento do valor da ancestralidade, capaz de fortalecer espíritos e mentes.

Referências Bibliográficas

BERNARDES, Andrea L.; GAUDÊNCIO, Wanda P. De S.; MELO, Carlos Augusto de. *A Literatura Indígena no Contexto Escolar: algumas considerações*. In: MELO, Carlos Augusto de; SANTOS, Luciana Salves (orgs.). *Letramento literário e formação do leitor: desafios e perspectivas do PROFLETRAS*. João Pessoa-PB: Editora da UFPB, 2015.

DUARTE, Constância Lima. *Feminismo e Literatura no Brasil*. Revista Estudos Avançados, vol. 17, n. 49, São Paulo, setembro/Dezembro, 2003. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142003000300010> Acesso em 18/02/2018, às 19h50min.

FIGUEIREDO, Eunice. Eliane Potiguara e Daniel Munduruku: por uma cosmovisão ameríndia. Revista Estudos de literatura brasileira contemporânea, n. 53, p.291-304, janeiro/abril. 2018. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6234206>. Acesso em 11/01/2018, às 0h15min.

GRAÚNA, Graça, *Contrapontos da Literatura Indígena Contemporânea no Brasil*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2013.

HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: DP&M, 2006.

MANDAGARÁ, Pedro. *Uma forma de ver as literaturas das mulheres indígenas*. Suplemento Cultural do Diário Oficial do Estado de Pernambuco. Publicado em 06 de junho de 2018. Disponível em: <http://www.suplementopernambuco.com.br/artigos/2100-uma-forma-de-ver-as-literaturas-das-mulheres-> (Acesso em 08 de junho, às 21h45min.)

POTIGUARA, Eliane. *Metade Cara, Metade Máscara*. 2 ed. Lorena: DM Projetos Especiais, 2018.

NIGRO, Cláudia Maria Ceneviva; CHATAGNIER, Juliane (orgs.). *Literatura e Gênero*. 1 ed. São Paulo: Cultura Acadêmica. 2015.

EMPODERAMENTO NO CONTEXTO DOS REASSENTAMENTOS: UMA ANÁLISE DE GÊNERO NA CONSTRUÇÃO DE HIDRELÉTRICA.

Samara Letycia Moura Borges
Universidade de Brasília, *Campus Darcy Ribeiro*, Brasília (DF).

Resumo:

Este artigo teve como objetivo entender o processo de empoderamento das mulheres dos reassentamentos rurais criados com a construção da Usina Hidrelétrica de Estreito, situada no estado do Maranhão. Esta pesquisa buscou analisar também os principais impactos provocados com a construção da usina para as mulheres que antes viviam às margens do rio Tocantins e que passaram a viver nos reassentamentos. A metodologia utilizada neste trabalho foi a história oral. As entrevistas foram realizadas com uma mulher de cada reassentamento pesquisado. Infere-se que a mudança para os reassentamentos fez com que homens e mulheres alterassem seu modo de vida, especialmente as mulheres que, nesse caso, tornaram-se desempoderadas pelas condições que a elas foram oferecidas. Foram encontrados mais fatores inibidores do que impulsionadores de empoderamento, caracterizando-as como desempoderadas.

Palavras-chave: Mulheres; Desempoderamento; Usina Hidrelétrica.

Abstract:

This article aims to understand the women empowerment process of rural resettlement created with the construction of the Hydroelectric Power Plant of Estreito, located in the state of Maranhão. This research also sought to analysis the main impacts caused by the construction of the plant for women who once lived on the banks of the Tocantins River and began to live in resettlement. The methodology used in this work was the oral history. Interviews were conducted with a woman in each resettlement searched. It is inferred that to move to the resettlement caused men and women to change their way of life, especially women in this case have become disempowered by the conditions that they were given. We found more inhibiting factors than drives of empowerment, characterizing them as disempowered.

Keywords: Women; Disempowerment; Hydroelectric Plant.

O surgimento dos reassentamentos pesquisados

O presente trabalho teve como objetivo entender o processo de empoderamento das mulheres dos reassentamentos Mirindiba, Santo Estevão e Bela Vista, criados após a construção da Usina Hidrelétrica de Estreito, situada no estado do Maranhão. Este trabalho foi feito com algumas mulheres reassentadas que moravam nos antigos povoados às margens do rio Tocantins e que foram impactados com a construção da usina, esses reassentamentos estão próximos, respectivamente, dos municípios de Araguaína, Babaçulândia e Darcinópolis, no Tocantins. O interesse em trabalhar com essas mulheres pode ser compreendido pela necessidade de trabalhar com as mulheres que foram impactadas pelos grandes empreendimentos, pois, por meio de suas histórias de vida, elas podem contribuir para estudos que venham a inserir as perspectivas de gênero em projetos de grandes desenvolvimentos.

Segundo análises da Comissão Mundial de Barragens, na maioria das vezes, os projetos de barragem ampliam as disparidades de gênero, seja pela imposição desproporcional

dos cursos sociais sobre as mulheres, seja pela alocação desigual dos benefícios por eles gerados. Embora não se possa atribuir a esses projetos a responsabilidade pela desigualdade nas relações de gênero, “projetos nos quais essa questão não é levada em consideração podem, na melhor das hipóteses, não alterar as condições preexistentes e, na pior, agravá-las ainda mais” (VIANA, 2003 *apud* PARENTE; GUERRERO, 2012).

As usinas hidrelétricas têm sido uma das principais fontes de geração de energia no Brasil desde a década de sessenta do século passado, quando foi criada a Eletrobrás, possibilitando a intensificação do aproveitamento da hidroeletricidade e a construção de grandes usinas hidrelétricas nas diversas regiões do país (HELM, 2003 *apud* ALMEIDA, 2007, p. 01). A Usina Hidrelétrica de Estreito começou a ser construída em 2007, foi inaugurada em 2012, abrangendo o sul do Maranhão e o norte do Tocantins, é um empreendimento do Consórcio Estreito Energia (CESTE) que logrou concessão para a construção e a exploração da Usina Hidrelétrica pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). As principais cidades impactadas com as obras de implantação da Usina Hidrelétrica foram Arguanópolis (TO) e Estreito (MA), mas outras também foram impactadas, sendo elas Carolina (MA), Babaçulândia (MA), Barra do Ouro (TO), Darcinópolis (TO), Filadélfia (TO), Goiatins (TO), Itapiratins (TO), Palmeirante (TO) e Palmeiras (TO).

História oral e gênero

Nesta pesquisa a metodologia utilizada foi a história oral. Para Lang (2001), a História Oral constitui uma metodologia de pesquisa voltada para o tempo presente, pois permite conhecer a realidade presente e o passado ainda próximo pela experiência e pela voz daqueles que os viveram. Já para Alberti (2005), a história oral pode ser definida como método de investigação científica, como fonte de pesquisa, ou ainda como técnica de produção e tratamento de depoimentos gravados. A utilização da história oral pressupõe pesquisa, método, análise crítica e reflexão sobre o material obtido através das entrevistas (FERREIRA, 2006, p. 10 *apud* CARNEIRO, 2012).

As entrevistas eram iniciadas com as mulheres narrando sobre suas infâncias, já que a preocupação durante as entrevistas era em deixá-las à vontade e não interrompê-las, pois, segundo Carneiro (2012), o caminho mais propício e interessante nas entrevistas é deixar que a entrevistada fale sem interrupções, porque ela possui fatos e experiências que às vezes precisam ser falados e discutidos com outras pessoas.

Além da utilização da história oral, é preciso trazer as discussões de gênero. É necessário justificar que neste artigo o uso da palavra “mulher” pode surgir como proposta de reflexão e contextualização específica, considerando que a categoria mulher é indispensável para entendermos como se constituem essas relações nos reassentamentos. Muito se tem falado sobre a importância de especificar o uso da categoria mulher, visto que tal categoria deve ser pensada no plural. Neste sentido, Joan Scott (1998) afirma que há muito tempo a missão dos historiadores tem sido a de documentar as vidas das pessoas omitidas e negligenciadas em relatos do passado. Dessa forma, torna-se pertinente observar que, embora tenha aproximação das discussões de gênero neste artigo, as relações nos reassentamentos pesquisados podem ser estabelecidas dentro da categoria mulher, sendo que a categoria mulher no singular indicaria a individualidade dessas relações e do próprio objeto de pesquisa. Diante das importantes reivindicações acerca da contextualização, é necessário contextualizar sobre qual gênero e mulher estamos falando, isto é, a história que e de quem está sendo representada.

No artigo intitulado “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, de Joan Scott (1990), ela afirma que gênero seria um primeiro modo de dar significado às relações de poder (SCOTT, 1990, p. 14). Sobre História e Gênero, Scott (1990) elucida que a disciplina História não era apenas uma forma de registro, já que esses registros exprimiam como os sexos se organizavam, dividiam tarefas e funções através do tempo. Nesse sentido, a historiografia reproduziria a diferença sexual. Sendo assim, a narrativa histórica nunca seria neutra, pois escolheria os fatos em que os homens eram apresentados como os principais envolvidos. Joan Scott (1990) pretendia propor uma análise sobre como as hierarquias de gênero são construídas, legitimadas, contestadas e mantidas. Os trabalhos de Joan Scott (1990) tiveram grande influência acadêmica. Parte dos trabalhos que discutem gênero tem seu nome citado. Identificar as relações de gênero no cotidiano das mulheres pesquisadas nesse trabalho é importante para entendermos como essas relações implicarão em seus papéis enquanto mulheres nos reassentamentos, observando também a atuação dessas mulheres dentro dos movimentos sociais, para que possamos compreender o seu processo de empoderamento.

Sobre a participação das mulheres em movimentos, o trabalho de Joana Pedro (2005) objetiva narrar como através de um diálogo com movimentos sociais de mulheres, feministas, gays e lésbicas foram se constituindo algumas categorias de análise que hoje estão presentes em vários campos de conhecimento, ela escreve “Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica”. O uso da palavra gênero tem uma história tributária de movimentos sociais de mulheres, feministas, gays e lésbicas, tendo uma trajetória que

acompanha a luta por direitos civis, direitos humanos, igualdade e respeito (PEDRO, 2005, p. 78).

Segundo Joana Pedro (2005) a palavra “gênero” passou a ser usada no interior dos debates que se travaram dentro do movimento, em que se buscava uma explicação para a subordinação das mulheres. A autora diz que o feminismo, como movimento social visível, tem vivido algumas “ondas”. O feminismo de primeira onda centrava suas reivindicações nos direitos políticos, econômicos e sociais. Já na segunda onda, as lutas eram pelo direito ao corpo, ao prazer e contra o patriarcado. Ainda, segundo Joana Pedro (2005), foi na chamada “segunda onda” que a categoria “gênero” foi criada como tributária das lutas feministas e do movimento das mulheres.

Todavia, no início do movimento feminista de “segunda onda”, a palavra gênero não estava presente. A categoria usada era “mulher”, esta pensada em contraposição à palavra “homem”, considerada universal (PEDRO, 2005, p. 80). Contudo, o que os movimentos feministas estavam questionando era justamente que o universal, em nossa sociedade, é masculino e que elas não se sentiam incluídas quando eram nomeadas pelo masculino. Dessa forma, o movimento mostrava que o homem universal não incluía as questões específicas das mulheres. A ausência sobre as necessidades das mulheres, uma vez observadas pelo movimento faz parte também da vivência das mulheres trabalhadas nesta pesquisa, já que nos grandes empreendimentos como de usinas hidrelétricas não se considera as especificidades da mulher e essa ausência é uma das barreiras que impede o empoderamento das mulheres reassentadas.

Discussões sobre empoderamento e desempoderamento: as entrevistas.

Tratando sobre o empoderamento da mulher, é preciso encontrar estratégias e identificar quais são as dificuldades durante o processo de empoderamento. Nessa perspectiva, Tereza Lisboa (2008) assinala no trabalho “O empoderamento como estratégia de inclusão das mulheres nas políticas sociais” que, nas últimas décadas, constatou-se que a exclusão social e a pobreza absoluta têm aumentado no Brasil e na América Latina e o predomínio de mulheres entre os pobres é consequência do desigual acesso feminino às oportunidades econômicas e sociais.

Na tentativa de melhoria das condições de mundo, o Fórum Econômico Mundial definiu cinco dimensões importantes para o empoderamento e oportunidade das mulheres: participação econômica, oportunidade econômica, empoderamento político, conquistas educacionais, saúde e bem-estar (LISBOA, 2008, p. 01).

Para Tereza Lisboa (2008), o empoderamento implica a alteração radical dos processos e das estruturas que reproduzem a posição da mulher como submissa. Segundo Lisboa (2008), o movimento de mulheres tem situado o empoderamento no campo das relações de gênero e na luta contra a posição socialmente subordinada das mulheres em contextos específicos. Dessa forma, o termo empoderamento chama a atenção para a palavra “poder” e o conceito de poder enquanto relação social.

Empoderamento, na perspectiva feminista, é um poder que afirma, reconhece e valoriza as mulheres, é pré-condição para obter a igualdade entre homens e mulheres, representa um desafio às relações patriarcais, ao poder dominante do homem e a manutenção dos seus privilégios de gênero (LISBOA, 2008, p. 08). Para a autora, o primeiro passo para o empoderamento seria o despertar da consciência das mulheres em relação à discriminação de gênero, reconhecendo que existe desigualdade entre homens e mulheres, indignar-se com esta situação e querer transformá-la. Assim segundo a autora, para se empoderarem, as mulheres deveriam melhorar a autopercepção que tem sobre si mesmas, acreditar que são capazes de mudar suas crenças em relação à submissão e despertar para os seus direitos.

Além de compreender empoderamento e as dificuldades que existem durante o processo, precisamos compreender também de que forma ocorre o desempoderamento da mulher, especialmente das mulheres reassentadas, que são as colaboradoras da pesquisa. Discutindo sobre o desempoderamento da mulher reassentada, Temis Parente e Olaya Guerrero (2012) escrevem o artigo intitulado “O desempoderamento das mulheres dos reassentamentos rurais em Porto Nacional (TO)”. Nesse artigo, as autoras têm como objetivo analisar o cotidiano das mulheres dos reassentamentos rurais criados com a construção da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães. Pretende-se, com essa análise, conhecer como é a vivência das pessoas dez anos após a mudança para os reassentamentos e, a partir daí, entender o processo de desempoderamento das líderes de movimentos sociais que representam os reassentamentos.

Através das falas de mulheres dos reassentamentos Córrego Prata e Pinherópolis, as autoras buscavam encontrar os fatores inibidores, pois era a partir das narrativas que elas pretendiam entender mais de perto a vida das mulheres e os lugares de gênero que elas ocupavam. Quando falamos de lugares de gênero, estamos falando de poder, na medida em que as relações existentes entre o masculino e o feminino são relações desiguais, assimétricas e que mantêm a mulher subjugada ao homem (PARENTE; GUERRERO, 2012, p. 77).

As autoras constataram que os impactos causados pelas construções em grande escala, como as hidrelétricas foram e ainda são largamente estudados por várias áreas de

conhecimento, pois afetam diretamente o ambiente em que moram os ribeirinhos. Elas chegaram à conclusão de que a mudança para os reassentamentos resulta em mais fatores inibidores do que impulsionadores de empoderamento. Dentro desses fatores, ressalta-se a dependência econômica, já que depois que mudaram para os reassentamentos elas não conseguiram produzir o suficiente para sua autonomia. A participação econômica das mulheres nos reassentamentos é mínima, quase todas lidam diretamente com a pequena produção de subsistência (PARENTE; GUERRERO, 2012, p. 188).

Outro fator inibidor de empoderamento identificado no trabalho dessas autoras é a responsabilidade doméstica, já que segundo elas um dos problemas que afetam as mulheres rurais está relacionado com as construções ideológicas e as consequências práticas da divisão sexual do trabalho (PARENTE; GUERRERO, 2012, p. 189). Nessa divisão, as mulheres são as responsáveis pelas tarefas domésticas e pelo cuidado das crianças, enquanto os homens são os responsáveis pela delegação de todas as atividades relacionadas à vida pública e à tomada de decisões.

Entender que a mobilização das pessoas para os reassentamentos provoca impactos ambientais, econômicos e sociais, sobretudo, impacto de empoderamento às mulheres é indispensável para nossa análise. Algumas pesquisadoras e pesquisadores vêm trabalhando com os impactos para os povos ribeirinhos. Dentre o vasto campo bibliográfico há o de Eunice Menestrino (2010). Este trabalho discute sobre a expressão “povos tradicionais”, tendo como objetivo estudar as populações locais atingidas pelas hidrelétricas Luís Eduardo Magalhães, Peixe-Angical e Estreito. Eunice Menestrino (2010) defende que os lugares ganham significados importantes para o sujeito, pois acredita que as questões vinculadas ao modo de perceber o mundo e viver, além da reprodução sociocultural, estão ligados ao espaço que o sujeito pertence, enfatizando que esta população apresenta saberes e fazeres próprios que identificam com seus territórios.

Segundo Menestrino (2010), os lugares para determinados grupos humanos constituem-se em territorialidades por meio das distintas relações estabelecidas entre os indivíduos e os elementos espaciais decorrentes de sua ocupação. As relações estabelecidas neste espaço vão se definir a partir de uma afetividade, onde o reconhecimento desse lugar, tão singular, gera uma identidade que está presente nas especificidades dos diferentes grupos. Menestrino (2010), citando Augé (1994 *apud* MENESTRINO, 2010), diz que o não lugar é sem identidade, sem relação, sem história e as pessoas que vão para ele apresentam uma perda do vínculo social, podendo afirmar a perda da identidade territorial, mesmo que com o tempo

os moradores dos não lugares, como forma de sobrevivência, assumam uma identidade com o não lugar.

Assim, esse não lugar enfatizado por Eunice Menestrino (2010) também pode ser observado na fala das mulheres reassentadas entrevistadas durante a pesquisa. Embora, o objetivo inicial fosse compreender o processo de empoderamento das mulheres, identificou-se mais fatores inibidores que impulsionadores de empoderamento.

Neste trabalho adotamos os fatores inibidores propostos por Zapata (*apud* PARENTE; GUERRERO, 2012), tendo em vista que para ele os fatores inibidores de empoderamento são as responsabilidades domésticas, a opressão, a dependência econômica, a falta de apoio, a falta de capacitação e de maior participação. Já os fatores impulsionadores são renda e rendimentos suficientes, participação em redes, acesso ao conhecimento, informações, autoestima, desenvolvimento de habilidades e de lideranças.

Empoderamento neste trabalho é entendido como o “desenvolvimento da confiança de uma pessoa ou grupo nas próprias capacidades, com o aumento da força espiritual, política, social ou econômica dos indivíduos e das comunidades” (DEERE; LEÓN, 2002 *apud* PARENTE; GUERRERO, 2012, p. 176). O processo de desterritorialização é visto como ruptura das estruturas que há muito tempo foram estabelecidas e que assusta principalmente por mudar o cotidiano, percebido e valorizado. A certeza da mudança do cotidiano pode gerar angústia e insegurança aos atingidos (PARENTE, 2007, p. 103). A mudança imposta pela construção da usina alterou principalmente o cotidiano da mulher, pois são elas que controlam o uso da água, tendo aos seus cuidados os filhos e os trabalhos domésticos.

Angústia e insegurança, sentimentos percebidos por Parente (2007), constituem importantes elementos para compreender a dificuldade de adaptação nos novos lugares e, sobretudo, a resistência de participar de assuntos pertinentes aos reassentamentos. A dificuldade de pertencer ao lugar, para nós, talvez seja uma das barreiras que impede as mulheres de participarem de movimentos e das associações de moradores.

A angústia frente aos problemas encontrados nos reassentamentos são inibidores no processo de empoderamento da mulher, consequência da mudança para os reassentamentos. O primeiro fator inibidor é a opressão vivida pelos moradores. Eles sentem-se oprimidos porque não conseguem se identificar nos novos lugares, além da maneira que foram tirados os seus “pedaços de chão”, os atingidos e as atingidas têm dificuldade de pertencer ao novo lugar, conforme aponta a entrevistada:

Então a água, nós ‘tinha’ o Tocantins que a gente não pagava água, você não pagava energia, claro que nós não ‘tinha’ luz e energia, mas a gente vivia em uma situação de usar lamparina, pra nós energia não quis dizer nada. Pra nós aqui energia foi

prejuízo, né?! Tem uma qualidade, mas se tornou um prejuízo porque você teria que pagar energia, você teria que pagar água né?! Lá a gente não tinha essa necessidade (M. N., reassentamento Mirindiba entrevista realizada no dia 27 de janeiro de 2013).

Frequentemente, a entrevistada compara a vida que eles tinham quando moravam às margens do rio com a vida que eles têm agora nos reassentamentos. Na entrevista, ela conta-nos que a utilização da energia elétrica foi imposta aos moradores, já que antes não a utilizava, sendo essa imposição vista pela entrevistada como um tipo de prejuízo, pois agora eles terão um gasto a mais. O que se pode perceber é que a opressão, juntamente com a dificuldade de pertencimento dos moradores, em especial das mulheres, talvez sejam barreiras de participação das mulheres reassentadas.

É exatamente, lavava roupa na fonte. É, mas assim, nós mesmo com toda dificuldade e com toda bondade nós ‘preferia’ a ilha, aquela vida. Porque nós ‘compara’ nós aqui igual aquele povo que tirou lá da dificuldade e botaram pra cá. Mas toda coisa que acontecia: “Ah, lá que era bom!” Então isso hoje ainda ‘tá’ na nossa cabeça, se a barragem secasse hoje todo mundo ‘tava’ com a bagagem voltando (M. C., reassentamento Bela Vista, entrevista realizada no dia 27 de janeiro de 2013).

Podemos destacar nessa fala aspectos que nos ajudariam a entender a barreira de empoderamento das mulheres reassentadas: a mudança no cotidiano e a angústia vivida pelos moradores. Primeiro, a mudança no cotidiano, já que antes se “lavava roupa na fonte”, nos reassentamentos as mulheres já não podem fazer isso. A mudança para os reassentamentos afeta a identidade dessas mulheres, dificultando a percepção das suas capacidades e reconhecimento das desigualdades de gênero. A angústia frente aos problemas encontrados nos reassentamentos como o controle e a falta de água também torna-se um fator inibidor. Na entrevista seguinte, podemos identificar mais um fator inibidor de empoderamento:

Aqui a gente tem que esperar eles (marido) ‘trabalhar’, chegar com o dinheiro para comprar um sabão pra fazer isso, né?! E lá não. A gente produzia o sabão, nós ‘quebrava’ o babaçu tirava o óleo fazia sabão pra vender. Você tirava o óleo pra comer, aqui se eu não tiver tem que ir à Araguaína comprar um litro de óleo pra comer e lá não, na mesma da hora você quebrava o coco, tirava o leite e já botava no peixe (M. N., reassentamento Mirindiba, entrevista realizada no dia 27 de janeiro de 2013).

Nessa fala podemos observar que, com a mudança para os reassentamentos, as mulheres ficaram mais dependentes de seus maridos e a dependência econômica é um dos fatores inibidores, já que dificulta o poder de escolha e controle da mulher acerca de seus próprios assuntos, o que consolida a soberania masculina e o sistema patriarcal. É importante ressaltar que quando elas viviam às margens do rio Tocantins, elas tinham como extrair o babaçu, essa fruta era muito importante para produção de outros alimentos, como elucida a

entrevistada acima. Além disso, com a extração dessa fruta as mulheres tinham outras possibilidades, pois elas poderiam produzir sabão e vendê-lo. Infere-se, dessa forma, que com a mudança para os reassentamentos as mulheres tornaram-se mais dependentes dos homens, como sintetiza a fala abaixo:

Lá na ilha eu não dependia de ninguém. Eu não dependia de assistência técnica, eu não dependia de nada, todo mundo sobrevivia sem precisar “perrengar” e aqui não. Aqui nós já tivemos uma diferença muito grande. Lá na ilha a gente tinha um transporte, uma canoa com um raio e motor, você ia pra Babaçulândia, você ia para Estreito, você viajava a hora que você ‘quer’ (M. C., reassentamento Bela Vista, entrevista realizada no dia 27 de janeiro de 2013).

Importante se faz ressaltar que as mulheres desde suas infâncias assumiram a responsabilidade de cuidar da casa e de seus irmãos menores.

Eu nasci na roça. Eu me casei na roça e hoje eu ‘tô’ convivendo é na roça. Você ‘tá’ vendo né?! Lá eu trabalhava de roça. Eu falei pra você que eu não sou muito, mas meu esposo é da roça. Eu não tenho emprego, meu salário mesmo é o de casa (B. P., reassentamento Santo Estevão, entrevista realizada no dia 24 de janeiro de 2013).

Na entrevista acima é possível perceber que a entrevistada é a responsável pelo trabalho doméstico. A responsabilidade doméstica é também um dos fatores inibidores de empoderamento, pois as mulheres raramente estão disponíveis para discutir sobre assuntos comunitários e a participarem das reuniões das associações, afinal, são poucas as vezes em que elas têm tempo para si, sendo assim, as atividades de lazer são reduzidas quando pensadas as responsabilidades do lar e o cuidado dos filhos. Além da perda de meios de conseguir dinheiro, ocorre também o fortalecimento do papel doméstico das mulheres reassentadas, já que se antes enquanto viviam às margens do rio elas plantavam, com a mudança para os reassentamentos elas vão realizar apenas as atividades domésticas.

Nesses parágrafos conclusivos, observaremos a dificuldade na realização de cursos profissionais e acesso às informações pelas mulheres reassentadas. Quando perguntamos à entrevistada se o conhecimento é importante para a não submissão da mulher, ela responde:

Exatamente. O conhecimento, tanto assim na leitura, na leitura que às vezes a pessoa por falta de você não ter uma leitura pra você pegar e ler aquilo que tem na ordem jurídica sei lá o que é em um ofício e que você tem direito. Você tem o direito e direitos iguais. Então você precisa ter um conhecimento em leituras e informação pra depois você começar ter o direito de formação de libertação. Se você tiver um curso de formação, logo vem o da libertação, você começa a se libertar. Eu comecei a me libertar assim. Passei a ser agente de saúde e aí meu marido tinha que olhar os meninos, tinha que fazer isso. Tinha que quebrar coco. Tinha que fazer isso. O meu marido não podia porque eu tinha que fazer isso. Então comecei a trabalhar de agente de saúde, levando a mensagem, levando isso e então eu comecei a me libertar. Eu não vou fazer isso porque eu tenho que ir pra meu serviço. Eu não vou quebrar coco hoje (M. N., reassentamento Mirindiba, entrevista realizada no dia 27 de janeiro de 2013).

As informações, importantes no processo de empoderamento das mulheres, são poucas às mulheres reassentadas. Para uma das entrevistadas, há uma falta de conhecimento: “olha o que mais falta em mim é o conhecimento mesmo”. Os fatores já enfatizados anteriormente neste trabalho, tais como as responsabilidades domésticas e a dependência econômica dificultam o acesso à educação das mulheres, sendo prejudicial a elas, uma vez que a mulher, quando melhor capacitada, tem melhores oportunidades no mercado de trabalho, impulsionando seu processo de empoderamento. A entrevistada ver o acesso ao conhecimento como um passo para o que ela chama de “formação da libertação” é nesse momento, segundo ela, que a mulher passa a ter mais poder de decisão. É perceptível que as mulheres que antes viviam às margens do rio se tornaram mais desempoderadas com a mudança para os reassentamentos, além disso as discussões de gênero nessa conjuntura é importante porque chama atenção para outros impactos poucos discutidos e considerados.

Considerações finais

O empoderamento das mulheres representa um desafio às relações patriarcais, ao poder dominante do homem e à manutenção dos seus privilégios de gênero. Significa uma mudança na dominação tradicional dos homens sobre as mulheres, garantindo-lhes a autonomia no que se refere ao controle dos seus corpos, da sua sexualidade, do seu direito de ir e vir, bem como uma rejeição ao abuso físico (COSTA, 2004).

Neste trabalho inferiu-se que as mulheres não são empoderadas porque não há a participação em nenhum movimento social, elas ainda são muito dependentes e faltam-lhes capacitações. Observamos na pesquisa que as relações de gênero estão muito presentes nos papéis de homens e mulheres reassentados, além disso, a identidade dos moradores também é impactada quando eles passam a morar nos reassentamentos e a maioria das mulheres não participa das associações de moradores, com exceção de uma das entrevistadas, que participa do Movimento Atingido por Barragens (MAB).

Para Osmani, “empoderamento não é processo sem obstáculos e pontos críticos. A barreira mais evidente é a insegurança econômica que impõe aos indivíduos a luta pela sobrevivência diária em padrões mínimos e a incerteza constante, sobrando pouca energia para ações de outro tipo” (OSMANI *apud* HOROCHOVSKI; MEIRELLES, 2007). Na pesquisa com as mulheres reassentadas pôde-se observar em relação ao processo de empoderamento que, com a mudança para os reassentamentos, elas se tornaram mais desempoderadas, pois nesses reassentamentos elas têm papéis voltados apenas para os trabalhos domésticos e, quando viviam às margens do rio Tocantins, elas tinham gerações de

renda, já que podiam colher frutas, produzir produtos para serem vendidos; nessas condições, elas eram mais independentes.

A atenção para a pluralidade das questões reflete também a pluralidade dos conceitos de gênero, assim como as questões que estão sendo reivindicadas por cada reassentamento. Por isso a utilização da história oral, nesse caso, auxilia-nos a entender as particularidades e as discussões que envolvem os sujeitos. Segundo Fischer “a mulher, historicamente, sempre teve como referência a casa e a família, contudo essa realidade se apresenta mais ainda na zona rural, embora as mulheres do campo já lutem por mudanças” (FISCHER, 2006, p. 13). Logo, ao levar a discussão de gênero e empoderamento para empreendimentos hidrelétricos, amplia-se os debates e os agentes.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Graziela. Terras indígenas e o licenciamento ambiental da Usina Hidrelétrica de Estreito: análise etnográfica de um conflito socioambiental. Universidade de Brasília. *Dissertação de Mestrado em Antropologia Social*, 2007.

ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2005.

CARNEIRO, José. A História Oral como instrumento no desenvolvimento e elaboração da pesquisa. *Bol. Geogr.*, Maringá, v. 30, n. 02, p. 121-131, 2012.

COSTA, Ana. Gênero, poder e empoderamento das mulheres. *A química das mulheres*, 2004.

FICHER, Izaura. *O protagonismo da mulher rural no contexto da dominação*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2006.

HOROCHOVSKI, Rodrigo; MEIRELLES, Giselle. Problematizando o conceito de empoderamento. *Anais do II Seminário Nacional Movimentos Social, Participação e Democracia*. Florianópolis, 2007.

LANG, Alice. História Oral: Procedimentos e possibilidades. *Desafios da Pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: CERU, 2001.

LISBOA, Tereza. O empoderamento como estratégia de inclusão das mulheres nas políticas sociais. *Fazendo Gênero – Corpo, Violência e Poder*. Florianópolis, p. 01-06, 2008.

MENESTRINO, Eunice. Povos tradicionais: do lugar ao não lugar. Universidade Federal do Tocantins. *Dissertação de Mestrado em Ciências do Ambiente*, 2010.

PARENTE, Temis; GUERRERO, Olaya. O desempoderamento das mulheres rurais em Porto Nacional. *Dossiê: História, Natureza, Cultura e Oralidade*, v. 14, n° 02, p. 177-201, 2012.

PARENTE, Temis. Gênero e memória de mulheres desterritorializadas. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 09, n° 14, p. 99-111, 2007.

PEDRO, Joana. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *Revista de História*, v. 24, n° 01, p. 77-98, 2005.

SCOTT, Joan. A invisibilidade da experiência. *Projeto História*, São Paulo (16), fev., 1998.

_____. Gênero: uma categoria de análise histórica. *Educação e Realidade*, v. 24, n° 01, p. 77-98, 1990.

OS MILENARES ÍNDIOS TARUMÃS: PORÇÃO DA CULTURA DE MANAUS (1542-1691)

Railson da Cruz Almeida¹
Universidade Federal do Amazonas

Resumo: Este artigo é parte da minha pesquisa de mestrado em História Social na qual busca evidenciar a importante contribuição histórica dos índios tarumãs na formação cultural de Manaus. A pesquisa se concentra no povoado de Agrovila no igarapé Tarumã Mirim, afluente do Rio Negro, antigo habitat desta etnia. A complexa forma técnica e a velhice dos artefatos deduzem pertencer a uma cultura milenar bem estruturada. Os documentos históricos dos primeiros viajantes à Amazônia confirmam uma grande diversidade cultural em seus registros etnográficos que nos direcionam a este povoado. Fatos como a grande indústria lítica do Rio Negro e a fundação de Manaus podem estarem relacionados a estes artefatos. Toda esta relíquia está sobre a guarda do Memorial Paulo Freire e pretende nos trazer importantes informações sobre a formação histórico-cultural de Manaus.

Palavras-chaves: sitio arqueológico; cultura tarumã; historiografia.

Resumen: Este artículo es parte de mi investigación de maestría en Historia Social en la cual busca poner de relieve la importante contribución histórica de los indios tarumãs en la formación cultural de la ciudad de Manaus. La investigación se centra en el poblado de Agrovila en el igarapé Taruma Mirim, afluente del Río Negro, antiguo hábitat de esta etnia. La compleja forma técnica y la vejez de los artefactos deducen pertenecer a una cultura milenaria bien estructurada. Los documentos históricos de los primeros viajeros de la Amazonía confirman una gran diversidad cultural en sus registros etnográficos que nos dirigen a este poblado. Hechos como la gran industria lítica del Río Negro y la fundación de la ciudad de Manaus pueden estar relacionados a estos artefactos. Toda esta reliquia está sobre la custodia del Memorial de Paulo Freire y la intención de traernos información importante acerca de la formación histórico-cultural de la ciudad de Manaus.

Palabras claves: sitio arqueológico; cultura taruma; historiografía.

INTRODUÇÃO

Nem sempre as margens de um importante rio – se qualificado pela grandeza em volume d'água e extensão – foram importantes para o estabelecimento de algumas sociedades indígenas mais complexas. Houve sim, pequenas aldeias estabelecidas às margens de grandes rios enquanto o centro dessas populações indígenas era mantido longe das vias saturadas por forasteiros e aventureiros. Da mesma forma, para os habitantes do encontro das águas, local da atual Manaus, as ponderações quanto às ostentações às margens do rio Negro não foram diferentes. Conforme a localização de artefatos arqueológicos aglomerados em tributários do

¹ Mestrando em História Social pela Universidade Federal do Amazonas (2018-2020). Graduado em História pelo Centro Universitário do Norte (2016). Bolsista CAPES (2018-2020).

rio Negro é possível salientamos que as principais populações indígenas dessa importante região viveram às espreitas do corredor das grandes caravanas de comerciantes, migrantes e aventureiros que desciam os rios Negro e Solimões, assim como aos que subiam o Amazonas.

O igarapé Tarumã Mirim, escondido nas florestas do Rio Negro, foi o refúgio durante milhares de anos de uma das etnias mais importantes da região da atual Manaus, os índios tarumãs². Hoje, inúmeros fragmentos cerâmicos aflorados no povoado de Agrovila³ confundem com cacos de tijolos e telhas das construções civis atuais. Urnas inteiras são inadvertidamente reduzidas a dezenas de pedaços por pedestres quando expostas por erosões, limpezas de quintais e construções de vicinais.

Nos trabalhos de adequação do povoado foram necessárias escavações de cisternas, fossas, aplainamentos de terrenos, construção de campos de futebol e até mesmo a construção da escola pública, artefatos arqueológicos de grande valor histórico continuavam aflorando, tais como: machado polido, petróglifos, arenitos polidores, pilões em rocha, fusos para confecção de roupas, utensílios de cerâmicas, balas de canhões e arcabuzes, além de objetos deixados pelos viajantes estrangeiros.

Os vários questionamentos dos comunitários acerca dos povos que viveram nas margens do Tarumã Mirim – de onde vieram, como chegaram, por quanto tempo estiveram aqui e como desapareceram deixando tanta coisa para trás – são um convite a sérias investigações sobre os antepassados dessa região.

Com base em documentos históricos verificamos que o rio Negro e seus igarapés, dentre estes o Tarumã Mirim foram visitados por Francisco de Orellana, um dos primeiros exploradores europeus a passar por essa região⁴ e que possivelmente a grande indústria lítica do Rio Negro ficava neste igarapé⁵, um século depois também recebeu o primeiro povoado, a Vila Tarumã⁶, por volta de 1657. Na documentação sobre a colonização de Manaus, importantes relatos destacam também a presença de holandeses como sendo uma das razões

² Segundo Küger “o uso de nomes de populações indígenas exclusivamente no singular e com a inicial maiúscula está de acordo com as normas estabelecidas na 1ª Reunião Brasileira de Antropologia em 1954. Para o autor “tal prática deve se restringir apenas aos antropólogos”. Portanto, seguimos a mesma postura do autor, ou seja, grafando os nomes populações indígenas de acordo com as normas gramaticais da língua portuguesa no Brasil. KRÜGER, Marcos Federico. *Amazônia Mito e Literatura*. Manaus: Editora Valer, 2005, p.13.

³ Comunidade ribeirinha à margem direita do igarapé Tarumã Mirim, pertencente a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé em Manaus.

⁴ CARVAJAL, Gaspar de In MEDINA, José Toríbio. *Descubrimiento del Rio de las Amazonas*. Imprenta de E. Rasco, Servilha. 1894. Exemplar de fac-símile nº 194 de 200 – Reimpressão por Estudios Ediciones y Medio, EDYM, Valência – Espanha, 1992.

⁵ FRITZ, Samuel. *Diário do Padre Samuel Fritz* In: MARONI, Pablo. *Notícias Autenticas del Famoso Rio Marañon*. Quito – Peru, 1738. Reimpressão pela La Real Academia de la História, Madrid, 1889, p.447.

⁶ MARONI, Pablo. *Notícias Autenticas del Famoso Rio Marañon*. Quito – Peru, 1738. Reimpressão pela La Real Academia de la História, Madrid, 1889, p.76.

da construção do Forte de São José da Barra do Rio Negro⁷. Tudo isso faz com que o Tarumã Mirim precise ser visto pelo importante passado indígena e também pela presença dos conquistadores, religiosos e viajantes.

GASPAR DE CARVAJAL E O RIO NEGRO

Nos relatos do Frei Gaspar de Carvajal não encontramos informações étnicas que evidencie que o povo descrito são os tarumãs. Porém, todas as deduções aqui apresentadas são resultados de pesquisas de fôlego que analisam geograficamente as regiões que o relato descreve, assim como as características culturais dos povos visitados em consonância com os artefatos arqueológicos do Tarumã Mirim.

Os artefatos do acervo arqueológico dos tarumãs são importantes documentos para comparação com o que foi relatado a partir dos cronistas e mais tarde pelos padres catequizadores nas expedições à Amazônia. Os relatos dos viajantes quinhentistas nos permitiram coletar as primeiras informações atribuídas às sociedades indígenas do Rio Negro. Segundo informações do historiador chileno Toríbio Medina⁸, Francisco de Orellana na expedição idealizada por Gonzalo Pizarro chegou ao Rio Negro num sábado, 3 de junho de 1542⁹. Neste dia o Rio Negro¹⁰ surpreendeu o navegador e sua comitiva com suas águas rebeldes e escuras e ao explorar a área de sua desembocadura foram recebidos pelos nativos, conforme relatos do padre e cronista da expedição, frei Gaspar de Carvajal:

Sábado véspera de la Santísima Trindade el Capitán mandó tomar puerto em un pueblo donde los indios se pusieron en defensa [...]. Este mismo día, saliendo de allí, prosiguiendo nuestro viaje vimos una boca de otro río grande [...] el agua del cual era negra como tinta, y por esto le pusimos nombre del Río Negro [...]¹¹

Carvajal relata que quando Francisco de Orellana separou de Gonzalo Pizarro no início da expedição, ao navegar rio abaixo, durante a noite alguns companheiros passaram a ouvir som de tambores “El día de año nuevo de cuarenta y dos pareció á ciertos compañeros

⁷ FILHO, Pontes. Estudos de História do Amazonas. Manaus: Editora Valer, 2000.

⁸ MEDINA, José Toríbio. Descubrimiento del Rio de las Amazonas. Imprenta de E. Rasco, Servilha. 1894. Exemplar de fac-símile nº 194 de 200 – Reimpressão por Estudios Ediciones y Medio, EDYM, Valência – Espanha, 1992, p.47.

⁹ MEDINA, José Toríbio. Descubrimiento del Rio de las Amazonas. Imprenta de E. Rasco, Servilha. 1894. Exemplar de fac-símile nº 194 de 200 – Reimpressão por Estudios Ediciones y Medio, EDYM, Valência – Espanha, 1992, p.CXLVIII.

¹⁰ Vale salientar que a íntegra do fragmento de Carvajal elucida questões ligadas à nomenclatura “*Rio Negro*”. Segundo o documento é a comitiva de Orellana quem nomeia o rio de “negro” devido suas águas escuras e Carvajal registra o episódio em seu relatório.

¹¹ CARVAJAL, Gaspar de In MEDINA, José Toríbio. Descubrimiento del Rio de las Amazonas. Imprenta de E. Rasco, Servilha. 1894. Exemplar de fac-símile nº 198 – Reimpressão por Estudios Ediciones y Medio, EDYM, Valência – Espanha, 1992, p.47.

de los nuestros que habíano ído atambores de índios”¹², porém não avistaram nenhum indício da presença humana na área. As incertezas fizeram Orellana ficar atento durante oito dias de observação até que numa noite confirmou que realmente se tratava de sons de tambores de índios:

[...] estando lunes en la noche, que se contaron ocho del mes de Enero, comiendo ciertas raíces montesinas, oyeron muy claramente atambores, de muy lejos de donde nosotros estábamos, y el Capitán fué el que los oyó primero y lo dijo á los compañeros, y todos escucharon, y, certificados, fué tanta el alegría que todos sintieron, que todo el trabajo pasado echaron en olvido porque ya estábamos en tierra poblada [...]¹³

O pesquisador alemão Theodor Koch-Grunberg em sua viagem pelo Rio Negro grafou um desses tambores entre os aruaques¹⁴, grupo linguístico das sociedades indígenas que habitavam principalmente a região do encontro dos rios Negro e Solimões, dentre as quais, se destacava os tarumãs do Rio Negro. Recorrendo às informações do pesquisador e aos achados arqueológicos na região do encontro das águas e do igarapé Tarumã Mirim é possível deduzir que os tarumãs utilizavam esse tipo de comunicação, visto que era um dos grupos entre os aruaques que dominavam uma extensa região do Baixo Rio Negro.

A comunicação entre os aruaques por meio de tambores fazia com que os centros dos aldeamentos situados em tributários já soubessem com antecedência a presença de estrangeiros, tanto é que assim que expedição de Orellana chegou ao Rio Negro todas as aldeias situadas nos igarapés já sabiam que os visitantes se aproximavam da área, pois, segundo relato de Carvajal ao chegar a uma dessas aldeias distantes da via principal os índios já os aguardavam¹⁵.

Igarapé Tarumã Mirim: centro administrativo dos tarumãs

Às margens do igarapé Tarumã Mirim inúmeros artefatos afloram periodicamente e revelam, aos poucos, porções da cultura tarumã. Na ocasião do encontro da expedição de Orellana com os nativos em um povoado que estava em um afluente do Rio Negro, Carvajal relata o que viu:

Este día tomamos puerto en un pueblo mediano, donde la gente nos esperó. En este pueblo estaba una plaza muy grande, y en médio de la plaza estaba un tablón grande

¹² CARVAJAL, Gaspar de In MEDINA, José Toríbio. Descubrimiento del Rio de las Amazonas. Imprenta de E. Rasco, Servilha. 1894. Exemplar de fac-símile nº 198 – Reimpressão por Estudos Ediciones y Medio, EDYM, Valência – Espanha, 1992, p.9.

¹³ Ibidem, p.10.

¹⁴ KOCK-GRUNBERG, Theodor. Dois anos entre os Indígenas. Manaus: Editora Edua, 2005, pag.293.

¹⁵ CARVAJAL, Gaspar de In MEDINA, José Toríbio. Descubrimiento del Rio de las Amazonas. Imprenta de E. Rasco, Servilha. 1894. Exemplar de fac-símile nº 198 – Reimpressão por Estudos Ediciones y Medio, EDYM, Valência – Espanha, 1992, p.48.

de diez pies em cuadro, figurada y labrada de relieve uma ciudad murada con su cerca y con una puerta. En esta puerta estaban dos torres muy altas de cabo con sus ventanas, y cada torre tenía una puerta frontera la uma de la otra, y en cada puerta estaban dos columnas, y toda esta obra ya dicha estaba cargada sobre dos leones muy feroces que miraban hacia atrás, como recatados el uno del otro, los cuales tenían en los brazos y uñas toda la obra, en medio de la cual había una plaza redonda: en medio desta plaza estaba un agujero por donde ofrecían y echaban chicha para el sol, que es el vino que ellos beben, y el sol es en quien ellos adoran y tienen por su Dios¹⁶

Os detalhes deste texto, assim como o restante do relatado dessa chegada ao Rio Negro estão perfeitamente de acordo com o ambiente e as várias peças do acervo arqueológico da região do igarapé Tarumã Mirim. Carvajal relatou as grandes construções de madeira - há inúmeros machados de pedras e dezenas de polidores de arenito para afiação desses machados que eram usados nestas construções -; a adoração ao sol e a oferenda de bebida fermentada em atos cerimoniais - vários fragmentos cerâmicos com raios do sol, compõem o acervo além de fragmentos de fermentadores de bebidas.

OS TARUMÃS NO DIÁRIO DE SAMUEL FRITZ

Após 1542, seguiu-se um período de mais de um século com poucas informações acerca da sociedade indígena visitada por Carvajal no Rio Negro. Em 1657 os aruaques são visitados por uma tropa de resgate liderada pelos padres Francisco Veloso e Manoel Pires¹⁷. Atualmente tal missão é muito criticada por alguns historiadores que afirmam ter contribuído com o sistema escravista. Anos depois, por volta de 1691, o padre catequizador Samuel Fritz chega ao Rio Negro. Neste episódio registrou em seu *diário* uma série de dados que nos colocam em condições confiáveis em assegurar que as populações indígenas da região do Encontro das Águas e seus tributários - dentre eles o Tarumã Mirim - foram os anfitriões dos primeiros conquistadores a passar pelo local em que hoje se encontra o município de Manaus, como coloca a escritora Etelvina Garcia:

Aldeia-porto, mameluca, a Manaus seiscentista viu chegar os índios descidos – escravos consentidos ou não. Os Baré, do Japurá. Os Passé, do Japurá e do Negro. (Os Manau, sentinelas aguerridos das cachoeiras do Rio Negro, vieram depois). Os Tarumã que estavam aqui havia alguns mil anos ou muito mais, contavam histórias da tropa bem sortidas que veio caçar índios no Rio Negro em 1657 – em nome da coroa e em nome da cruz¹⁸

¹⁶ Gaspar de In MEDINA, José Toríbio. Descubrimiento del Rio de las Amazonas. Imprenta de E. Rasco, Servilha. 1894. Exemplar de fac-símile nº 198 – Reimpressão por Estudos Ediciones y Medio, EDYM, Valência – Espanha, 1992, p.47.

¹⁷ HEMMING, John. Ouro Vermelho: A conquista dos índios brasileiros / John Hemming; Tradução de Eugênio Marcondes de Moura. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007, p.473.

¹⁸ GARCIA, Etelvina. Manaus: Referências da História. Manaus: Editora Norma, 2014, p.21.

Samuel Fritz ficou pouco tempo entre os tarumãs. Nesse período de sua passagem de volta em direção aos omáguas, os tarumãs o solicitaram a permanecer entre eles como líder religioso, no entanto, Fritz ficou apenas de sete a nove de setembro de 1691:

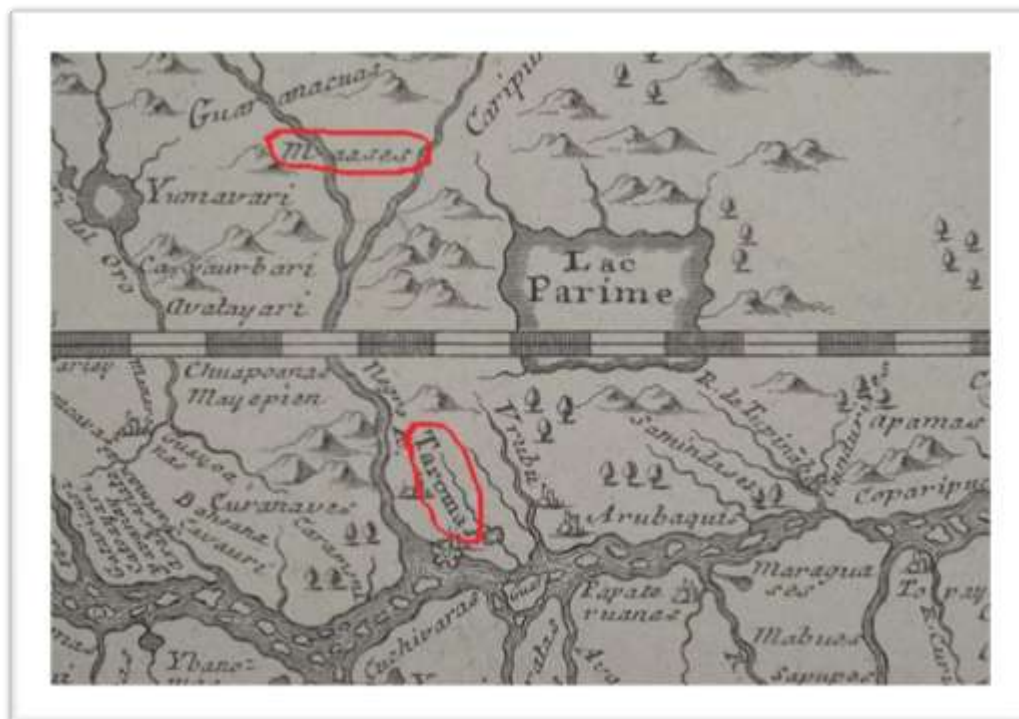
Á 7 de setiembre pasamos una corriente grande. Las canoas no las pudieron vencer. De noche llegamos à la boca de Rio Negro [...] Este dia vinieron más de ochenta indios Taromases gentiles á verme con su principal cacique, llamado Carabiana, trayendo muchos presentes de comidas [...] despues que me vieron y oyeron, me pidió el cacique Carabiana (sic) que volviese á ellos y fuese su Padre [...] Á 9 del mismo mes partimos del Rio Negro acompañados de doce Taromases¹⁹

A acolhida dos tarumãs a Fritz nesses poucos dias foi o bastante para relatar em seu diário muito do que temos dessa cultura. É certo que a maior parte do que Fritz conseguiu dessa etnia foi adquirida durante sua convivência com a escolta dos doze tarumãs na longa viagem pelo rio Solimões onde catequizava os omáguas, yurimáguas, cuchivaras, ibanomas e muitos outros.

A antiga Vila Tarumã

Na documentação histórica seiscentista verificamos que Samuel Fritz é um dos primeiros cronistas do século XVII a grafar as sociedades indígenas dos rios por onde passava em seu *diário*, dentre as quais, encontramos grafados as etnias *manases* (manãos) e os

Figura 1- Fragmento do mapa de Samuel Fritz.



taromases (tarumãs). A localização dos tarumãs no mapa de Fritz é hoje a atual cidade de

¹⁹ FRITZ, Samuel. Diário do Padre Samuel Fritz In: MARONI, Pablo. Notícias Autenticas del Famoso Rio Maraion. Quito – Peru, 1738. Reimpressão pela La Real Academia de la História, Madrid, 1889, p.446 e 447.

Manaus e pelo exposto no mapa esta etnia é a única encontrada pelo padre na região supracitada. Note que os manáos foram encontrados por Fritz habitando o Alto Rio Negro. Desta forma suponhamos que os achados arqueológicos com datação inferior a chegada do padre ao Rio Negro, ou seja, antes da colonização portuguesa, forçosamente nos leva a acreditar que não são vestígios dos índios manáos, que a mídia cristalizou como sendo os anfitriões desta região, deixando os tarumãs marginalizados. Vejamos abaixo trecho de um famoso jornal de Manaus na comemoração do aniversário da cidade em 2016:

Há 347 anos, Manaus era apenas um forte feito de pedra e de barro, que os portugueses usavam para proteger o norte do Brasil das invasões espanholas. Em volta, moravam várias tribos de índios: os barés, os baniwas, os passés. Também havia uma tribo chamada “manaós”, que acabou dando nome à cidade. Os manaós que primitivamente dominavam o vale do Rio Negro foram extintos com o passar do tempo [...] ²⁰

Os tarumãs não existiam? Ou a marginalização foi intencional? Com base em documentos provinciais verificamos que a mudança do nome da cidade para “manaós” não foi, ao certo, uma homenagem, e sim, um ato político originado na Lei nº 68 de 4 de setembro de 1856 de autoria do deputado provincial João Ignácio Rodrigues do Carmo. Talvez pela emergência econômica da cidade não soaria bem chama-la de “Tarumã”, “Barra” ou mesmo “Ajuricaba”. Ato político ou homenagem, não convém tratar tal assunto nesse artigo. Nesta sessão iremos apresentar a “Vila Tarumã”, o primeiro povoado que deu origem, mais tarde, a cidade de Manaus. O *diário* do padre Samuel Fritz nos traz referência a esta vila fundada pelos portugueses, assim como seus primeiros habitantes que segundo ele já viviam na região. Samuel Fritz registra em seu *diário* que:

Tienen al presente dichos portugueses em la boca deste *Rio Negro* una fortaleza bastante que acabaron de fabricar el año de 1690 y llaman vulgarmente *Taromás*, por unos índios deste nombre que viven allí cerca, y son los que tinian sus guerras com los *Cuchivaraes*²¹.

Segundo relato, foi no ano de 1690 que os portugueses fundaram uma fortaleza (também chamada de vila) e lhe puseram o nome de Taromás (Tarumã) em decorrência da etnia que vivia ali. Não se sabe ao certo onde começou o núcleo desta vila, entretanto, as informações trazidas por Fritz sucinta a ideia de que os tarumãs foram os anfitriões dos europeus, já que os manáos, segundo Fritz, “vivia veinte dias de navegacion rio arriba”²² da desembocadura do Rio Negro.

²⁰ Disponível em <https://www.acritica.com/channels/manaus/news/manaus-347-anos-dos-manaos-aos-manauenses>. Acesso em 20/12/2017.

²¹ FRITZ, Samuel. *Diário do Padre Samuel Fritz In: MARONI, Pablo. Notícias Autenticas del Famoso Rio Marañon. Quito – Peru, 1738. Reimpressão pela La Real Academia de la Historia, Madrid, 1889, p.76.*

²² *Ibidem*, p.76.

ASPECTOS DA CULTURA TARUMÃ

Figura 2- Artefatos líticos



Fonte: Memorial Paulo Freire, 2017.

Segundo informações de Samuel Fritz, diferentes culturas realizavam encontros comerciais na confluência dos rios Negro e Solimões. Do Baixo rio Negro, destacavam-se os tarumãs com a indústria de material lítico²³, que abastecia quase todas os povos que vinham ao encontro das águas. Este fato é justificado pela quantidade de material lítico mantido sob guarda do Memorial Paulo Freire²⁴. Conforme catalogação do Levantamento Arqueológico do Município de Manaus – LAMA, verificamos certa desproporcionalidade na quantidade de líticos em relação a outros acervos.

Relatos de moradores sobre a existência de uma cachoeira no igarapé das Acácias, distante cerca de 7 km do povoado de Agrovila, composta por arenitos com sulcos (cavidade na rocha) e machados espalhados pelos arredores, suscitou uma empreitada investigativa. Cachoeira dos Machados, assim batizada pelos moradores por concentrar inúmeros instrumentos líticos, tais como, machados de pedra, arenitos polidores e pontas de lança. A grande quantidade de artefatos reforça a ideia de um grande centro de fabricação de instrumentos líticos no Baixo Rio Negro, cujo área de concentração pode ter sido na região do Tarumã Mirim, no entanto, ainda é cedo para afirmamos uma possível ligação da Cachoeira dos Machados e os líticos do Memorial Paulo Freire, pois a descoberta ainda está em fase de exploração e catalogação dos achados.

²³ Instrumentos elaborados de rochas e outros minerais.

²⁴ Memorial Paulo Freire é o nome atribuído ao conjunto de atividades relacionadas à guarda do acervo arqueológico, assim como a documentação e sala de exposição, também conhecido por “Museu da Comunidade Agrovila”.

A cerâmica tarumã é umas das mais complexas da Amazônia. Grafismos, ídolos, urnas funerárias, vasos, fermentadores, cachimbos, que as vezes confundem com os confeccionados na cultura asteca, (talvez por pertencerem ao mesmo tronco linguístico) isso explica os olhares atentos dos visitantes ao Memorial.

Figura 3- Cerâmica Tarumã



Fonte: Memorial Paulo Freire, 2017.

Assim como a indústria lítica, a cerâmica tarumã era referência, tanto no comércio entre populações indígenas, realizado na região do Encontro das Águas, quanto nas relações de trocas com os europeus. No perímetro urbano de Manaus artefatos cerâmicos afloram todas as vezes em que há trabalhos de adequação do solo ou escavações direcionadas. Há notável semelhança com a cerâmica encontrada no sítio arqueológico dos tarumãs o que deduz pertencer a mesma cultura. Outro aspecto identificado é a velhice do material que sugere ter sido confeccionado a milhares de ano. O viajante francês Paul Marcoy, passando pelas ruínas do Forte, avistou um cemitério indígena e afirmou pertencer aos manáos:

Pode-se, porém, reconhecer o sítio que a cidade ocupou por certos orifícios circulares espalhados pelo chão até os muros da fortaleza. Essas cavidades são sepulcros. Em alguns deles ainda se vêem os vasos de barro, inteiros ou quebrados, em que os Manáos colocavam seus mortos²⁵.

²⁵ MARCOY, Paul. Viagem pelo Rio Amazonas. Manaus: EDUA – Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2001, p.166.

Figura 4 - Gravura de Paul Marcoy



Fonte: Paul Marcoy - Viagem pelo Rio Amazonas, 2001.

Se levarmos em consideração os espaços geográficos descritos por Fritz, chegamos a conclusão que os manáos não eram os nativos na ocasião da chegada dos europeus colonizadores. O fato é que esta etnia habitava o Alto Rio Negro (ver FRITZ p.76) e não há possibilidades de tais urnas funerárias avistadas por Marcoy pertencerem a ela, pois segundo o pesquisador alemão Theodor Koch-Grunberg “a quantidade de tais achados em Manáos e nos seus arredores pressupõe uma numerosa população pré-histórica ou um povoamento de uma prolongada duração”²⁶. Os tarumãs estavam na região há muito tempo e possuem as características descritas por Theodor Koch-Grunberg. Supomos que Marcoy atribuiu as ruínas do cemitério indígena aos manáos, de forma equivocada, talvez pelo fato de que trazia consigo certa carga de informações referentes a este povo, cristalizadas por viajantes anteriores a ele. Portanto, forçosamente somos levados a questionar a colocação do viajante e deduzir que as urnas vistas por Marcoy e tantas outras encontradas na região de Manaus pertencem a mesma cultura do Tarumã Mirim.

Presença holandesa no Tarumã Mirim

A presença holandesa no Baixo Rio Negro ainda é pouco estudada pela historiografia. Há indícios desta presença em meios aos artefatos cerâmicos e líticos dos tarumãs. Há duas

²⁶ KOCK-GRUNBERG, Theodor. Dois anos entre os Indígenas. Manaus: Editora Edua, 2005. Pag. 30

razões para justificar o presente fato. Primeiro, teremos que recorrer a história do personagem Ajuricaba. Líder dos manáos possuía destaque por seus atributos éticos e por falar diversas línguas dentre elas o português, temia o fim trágico de seu povo pela prática escravagista. Possuidor de uma índole diferente até mesmo de seu povo, pois valorizava o próximo e não concordava com a escravidão e os descimentos realizados pelos portugueses. Logo cedo, os portugueses perceberam o posicionamento contrário de Ajuricaba. A solução foi desarticular as pretensões indesejadas do grande líder dos manáos que impediam o processo da colonização. Neste contexto, os portugueses viam nos descimentos uma oportunidade de continuar escravizando os indígenas. Alguns capturados, próximos ao padrão de Ajuricaba, eram treinados para serem grandes líderes ao comando dos portugueses na empreitada escravagista.

Ajuricaba não escondia sua repugnância pelos atos portugueses ao seu povo e este sentimento estendia-se por todos os povos indígenas. Foi neste contexto que ele então se rebelou contra os poderosos invasores. Segundo relatos de Fritz, Ajuricaba foi tão audacioso que chegou a circular por algumas regiões do Rio Negro com uma bandeira dos holandeses hasteada em sua embarcação²⁷. Para alguns historiadores este foi o estopim do conflito, pois os holandeses eram inimigos dos portugueses nas disputas por territórios. Eles eram muito amigos dos índios e mantinha uma relação de troca de seus produtos europeus pelos indígenas. Ainda segundo informações de Fritz foram os holandeses que abasteceram Ajuricaba e seus guerreiros com armas de fogo²⁸, agindo como a “mão invisível” na luta contra os portugueses. Ajuricaba resistiu até o último momento quando foi capturado e na viagem para Belém, atirou-se nas águas do Rio Negro, preferindo a morte do que a escravidão.

Os artefatos holandeses encontrados no sítio arqueológico dos tarumãs denota que eles tiveram contato com esta população, sendo nas relações de troca ou em busca de alianças. Os holandeses eram inimigos dos portugueses e aliados dos manáos, isso significa que forçosamente os tarumãs, também se aliaram aos manáos e holandeses no conflito contra os portugueses, pois havia interesses em comum. Outro fator que pode justificar a ligação dos tarumãs com os holandeses é que depois da perseguição portuguesa aos indígenas, os tarumãs embrenham-se na mata e posteriormente desapareceram do Lugar da Barra (atual Manaus) e segundo informações de José Ribamar Bessa Freire:

²⁷ FRITZ, Samuel. Diário do Padre Samuel Fritz In: MARONI, Pablo. Notícias Autenticas del Famoso Rio Marañon. Quito – Peru, 1738. Reimpressão pela La Real Academia de la História, Madrid, 1889, p.76.

²⁸ Ibidem, p.76.

Por volta de 1837, o alemão Robert Schomburgk a serviço dos ingleses, encontra ao longo dos rios Essequibo e Cuyuwini cerca de 150 índios Tarumã que haviam chegado à Guiana Inglesa, depois de haverem percorrido mais de 2.000 km pelo rio e pela floresta²⁹

A antiga Guiana Inglesa era ocupada pelos holandeses. Se os tarumãs sabiam da ocupação holandesa nesta região ou não, ainda necessitamos de pesquisa que evidencie esta suposição, entretanto, na documentação histórica não há registros de conflitos entres estas duas culturas.

Figura 5 – Objetos holandeses



Fonte: Memorial Paulo Freire, 2017.

Considerações Finais

As pretensões desse artigo é despertar o interesse de historiadores da Amazônia, por temas da Amazônia. Precisamos de um olhar de dentro para nossos objetos de pesquisa. A cultura tarumã é um dentre muitos objetos de pesquisa que ficam à margem da historiografia regional. A proposta deste artigo foi construir uma abordagem do tema por um viés histórico sob a égide dos conceitos e métodos da História, no qual de certa forma, lançará luzes aos trabalhos já existentes na historiografia nacional sobre a questão indígena do período colonial de Manaus. Esperamos ter conseguido demonstrar uma porção da cultura de Manaus, oriunda de uma população indígena pouco conhecida – a não ser pelos nomes de ruas e bairros - que

²⁹ FREIRE, José Ribamar Bessa Freire. Artigo disponível em <http://www.taquiprati.com.br/cronica/919-os-taruma-estao-voltando>. Acesso em 23/11/2017.

foram possivelmente os nativos da região da atual Manaus e que assim como os manáos, participaram do processo de formação cultural da cidade. Nós pesquisadores não devemos permitir que os artefatos do sítio arqueológico dos tarumãs se transformem em objetos de colecionadores particulares - como já vem acontecendo -, pois os relatos dos cronistas nos dão notícias que provavelmente os primeiros registros históricos referentes ao surgimento de Manaus estão intrinsecamente ligados a esta cultura, que atrevo a dizer, ser milenar.

Referências

CARVAJAL, Gaspar de In MEDINA, José Toríbio. Descubrimiento del Rio de las Amazonas. Imprenta de E. Rasco, Servilha. 1894. Exemplar de fac-símile nº 194 de 200 – Reimpressão por Estudios Ediciones y Medio, EDYM, Valência – Espanha.

FILHO, Pontes. Estudos de História do Amazonas. Manaus: Editora Valer, 2000.

FREIRE, José Ribamar Bessa Freire. Artigo disponível em <http://www.taquiprati.com.br/cronica/919-os-taruma-estao-voltando>.

FRITZ, Samuel. Diário do Padre Samuel Fritz In: MARONI, Pablo. Notícias Autenticas del Famoso Rio Marañon. Quito – Peru, 1738. Reimpressão pela La Real Academia de la História, Madrid, 1889.

GARCIA, Etelvina. Manaus: Referências da História. Manaus: Editora Norma.

HEMMING, John. Ouro Vermelho: A conquista dos índios brasileiros / John Hemming; Tradução de Eugênio Marcondes de Moura. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

KOCK-GRUNBERG, Theodor. Dois anos entre os Indígenas. Manaus: Editora Edua, 2005.

KRÜGER, Marcos Federico. Amazônia Mito e Literatura. Manaus: Editora Valer, 2005.

MARCOY, Paul. Viagem pelo Rio Amazonas. Manaus: EDUA – Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2001.

MARONI, Pablo. Notícias Autenticas del Famoso Rio Marañon. Quito – Peru, 1738. Reimpressão pela La Real Academia de la História, Madrid, 1889.

MEDINA, José Toríbio. Descubrimiento del Rio de las Amazonas. Imprenta de E. Rasco, Servilha. 1894. Exemplar de fac-símile nº 194 de 200 – Reimpressão por Estudios Ediciones y Medio, EDYM, Valência – Espanha, 1992.

CLASSIFICAÇÕES DO CLIENTELISMO E SUAS TRANSFORMAÇÕES

Astrid Sarmiento Cosac
Universidade Federal de Juiz de Fora

Andrez Wesceley Machado
Instituto Vianna Junior

RESUMO: No presente artigo pretende-se apresentar os diferentes conceitos de clientelismo que foram percorridos durante este estudo, conceitos esses que vêm sendo utilizados na tentativa de mensurar, qualificar e entender os tipos de relações envolvidas neste amplo conceito, visto por alguns autores como um sistema complexo de troca de favores entre patrão e cliente. A literatura estudada percorre várias formas de conceituar, de identificar seus limites e relações entre as sociedades tradicionais e as sociedades politicamente desenvolvidas. Na tentativa também de trazer uma discussão um tanto quanto valorativa classificando o clientelismo como uma prática positiva, negativa ou muitas vezes, até necessária. Para se pensar devidamente sobre esta e outras discussões acerca do clientelismo, serão apresentados os diferentes conceitos dentro de cada visão em tópicos explicativos, dando um panorama pelo tempo e pela literatura clássica e contemporânea sobre clientelismo na Ciência Política. Conceito que vem desde o clássico texto de Vitor Nunes Leal “*Coronelismo, enxada e voto*” e é usado por muitos estudos estrangeiros que analisam a América Latina. Devemos nos ater a preocupação de apresentar os diferentes conceitos e pontos de possível reflexão sobre o clientelismo, prática importante para o entendimento de qualquer relação política, seja ela sistêmica ou simples relações de troca de favores. Com a ampliação de estudos dessa temática, acredita-se na importância de se delimitar e conceituar qualquer fenômeno para melhor compreendê-lo e desta forma obter diferentes posicionamentos teóricos para encorpar a discussão que poderia ajudar a responder outras questões que envolvem uma prática tão difundida e arraigada dentro das relações. Sejam elas políticas, antropológicas ou pessoais. No caso específico do clientelismo, conceituá-lo ajudaria a situá-lo no tempo, no espaço, além de orientar o pesquisador nos trabalhos empíricos.

Palavras-chave: Clientelismo; Democracia; Política; Instituições.

ABSTRACT: This article intends to present the different concepts of clientelism that were followed during this study, concepts that have been used in the attempt to measure, qualify and understand the types of relationships involved in this broad concept, seen by some authors as a complex system of exchange of favors between boss and client. In order to think properly about this and other discussions about clientelism, the different concepts will be presented within each vision in explanatory topics, giving an overview of time and classic and contemporary literature on clientelism in Political Science. We must take care to present the different concepts and points of possible reflection on clientelism, important for the understanding of any political relationship, be it systemic or simple exchange relations of favors. In the specific case of clientelism, conceptualizing it would help situate it in time, in space, and guide the researcher in empirical work.

Keywords: Clientelism; Democracy; Policy; Institutions

Introdução

No presente artigo pretende-se apresentar os diferentes conceitos de clientelismo que foram percorridos durante este estudo, conceitos esses que vêm sendo utilizados na tentativa de mensurar, qualificar e entender os tipos de relações envolvidas neste amplo conceito, visto por alguns autores como um sistema complexo de troca de favores entre patrão e cliente. A

literatura estudada percorre várias formas de conceituar, de identificar seus limites e relações entre as sociedades tradicionais e as sociedades politicamente desenvolvidas. Na tentativa também de trazer uma discussão um tanto quanto valorativa classificando o clientelismo como uma prática positiva, negativa ou muitas vezes, até necessária.

Para se pensar devidamente sobre esta e outras discussões a cerca do clientelismo, serão apresentados os diferentes conceitos dentro de cada visão em tópicos explicativos, dando um panorama pelo tempo e pela literatura clássica e contemporânea sobre clientelismo na Ciência Política. Conceito que vem desde o clássico texto de Vitor Nunes Leal “*Coronelismo, enxada e voto*” e é usado por muitos estudos estrangeiros que analisam a América Latina. Devemos nos ater a preocupação de apresentar os diferentes conceitos e pontos de possível reflexão sobre o clientelismo, prática importante para o entendimento de qualquer relação política, seja ela sistêmica ou simples relações de troca de favores.

As pesquisas contemporâneas sobre o clientelismo têm suas raízes em 1960 e 1970 dentro do campo das Ciências Sociais (HILLGERS, 2011). Desde então a Antropologia tem explorado o tema, principalmente, para compreender as relações de poder em sociedades tradicionais. Esses trabalhos muitas vezes se tratam de estudos de caso que privilegiavam os componentes subjetivos em questão e procuram focar aspectos como a reciprocidade da relação, seu caráter afetivo e o poder pessoal do patrono. (BEZERRA, 1999). Na Ciência Política são poucos os estudos que trazem o clientelismo como principal objeto de estudo, na maioria das vezes ele aparece em segundo plano. Recentemente, que o interesse pelo tema vem ganhando espaço.

Com a ampliação de estudos dessa temática, acredita-se na importância de se delimitar e conceituar qualquer fenômeno para melhor compreendê-lo e desta forma obter diferentes posicionamentos teóricos para encorpar a discussão que poderia ajudar a responder outras questões que envolvem uma prática tão difundida e arraigada dentro das relações. Sejam elas políticas, antropológicas ou pessoais. No caso específico do clientelismo, conceituá-lo ajudaria a situá-lo no tempo, no espaço, além de orientar o pesquisador nos trabalhos empíricos. Agregando conceitos de diferentes autores e fornecendo arcabouço sobre um sistema de relações fulcral na ciência política e ainda, contribuir com a discussão do julgamento dessa prática como positiva para a democracia, negativa ou, às vezes, necessária para cumprir as possíveis falhas das instituições. Preocupando-se em não criar critérios valorativos sobre as diferentes visões, que serão apresentadas adiante. Mas sim com o objetivo central de capacitar o leitor sobre pontos como, os diferentes conceitos “vizinhos” do

clientelismo, seu poder de transformação durante o tempo, e também de fomentar debates possíveis sobre os autores citados.

Abordagem antropológica do clientelismo

No Brasil desenvolveu-se, na década de 90, uma série de trabalhos denominados de antropologia política. A política é vista, aqui principalmente, tanto a nível nacional como a nível municipal, pelas relações de troca de benefícios, utilizando recursos públicos ou privados, por trocas de votos e apoio político. Relações que estão ligadas a práticas como o clientelismo, o patriarcalismo e o patrimonialismo. Essas trocas são relacionadas ao que Marcel Mauss chamou de “lógica das dádivas” (dar, receber e retribuir), e “cujo princípio fundamental está no comprometimento social daqueles que trocam para além das coisas trocadas” (KURCHNIR, 2007). Assim as relações verticais já são tradicionalmente vistas a partir do sistema da dádiva.

Segundo Karina Kuschnir (2007), o clientelismo é a expressão de “valores culturais que privilegiam as relações sociais ente as pessoas. (...) Isto é, trata-se de trocas e relações sociais que envolvem noções como honra, gratidão e dívida moral” (p. 165). Nesse sentido, afirma que as relações de troca vistas de perto não estão fora da esfera política e nem são o meio mais importante pelo qual a população tem acesso a recursos, pois muitos dos itens concedidos pelos patronos são aparentemente supérfluos, como brinquedos, matérias de construção, camisas de futebol etc. A autora acredita que a compreensão das relações sociais que envolvem o fenômeno é fundamental para perceber que a política opera associando com “valores da sociedade mais abrangentes, tradicionalmente associados a outras esferas da vida social”, mas que são desconsiderados quando se leva em conta o sistema político.

A antropologia busca investigar o clientelismo dentro de seu contexto, por meio de etnografias. Essas pesquisas são as pioneiras em trazer o estudo do clientelismo para o centro da pesquisa e a considerar uma perspectiva sem julgamentos, tentando compreendê-la em seu contexto. Dando voz aos atores, Kuschnir, observa que os envolvidos nessas relações nunca concordariam em definir suas ações como apenas clientelistas. No ponto de vistas deles, “os políticos estão dando acesso a bens e serviços públicos a pessoas que não os teriam de outra forma”.

Constatação parecida pode-se observar na obra “Em nome das ‘bases’: política, favor e dependência pessoal” de Marcos Otávio Bezerra (1999), o qual visou analisar as concepções, práticas e relações sociais estabelecidas por parlamentares e suas bases eleitorais. Para isso realizou um trabalho de observação no Congresso Nacional e entrevistas com

deputados, senadores, assessores e lobistas. Este esforço permitiu ao autor descrever e analisar as concepções, práticas e relações sociais produzidas em torno da atuação dos parlamentares orientada para a liberação de recursos federais para suas "bases eleitorais". A partir das evidências produzidas constata que para os políticos, dar recursos para a sua base eleitoral faz parte de seu papel como representante. E ainda que as relações entre políticos e seus eleitores é um sistema complexo de relações de dependências mútuas.

Dentro da visão antropológica podemos perceber a importância das trocas embasadas na ideia de dádiva. No tópico seguinte as relações clientelistas serão abordadas a partir da escolha racional, seguida por muitos cientistas políticos. Nessa perspectiva as trocas e ações dos atores no jogo político seguem as escolhas movidas pela racionalidade dos acordos de benefícios.

Relações clientelistas na lógica da escolha racional

Outros autores acreditam que para a melhor compreensão do clientelismo deve-se observá-lo como uma forma de barganha, que em geral, provoca uma “quebra” de regras em uma instituição dita formal. Sendo ele um fenômeno dinâmico que pode ser afetado por mudanças nos lados da oferta e da demanda.

Nessa perspectiva, que busca compreender o clientelismo como trocas para a maximização de lucros, pode-se recorrer a “Teoria dos Jogos” de Anthony Downs, uma interpretação particularmente materialista da teoria da escolha racional, onde os agentes sociais estariam interessados na maximização da riqueza, de votos, ou de outras dimensões mais ou menos mensuráveis em termos de quantidades, e sujeitas a constrangimentos de recursos materiais. Todas as teorias resultantes se estruturam da mesma forma: as escolhas feitas pelos agentes devem ser explicadas em termos da variabilidade dos constrangimentos materiais enfrentados por eles. Pensando nos agentes que são incapazes de contratar porque cada qual tem medo que o outro não seja capaz de se controlar e quebre as regras (DOWNS, 1999). Se for conhecido de todos que os agentes vão quebrar as regras, quando isso for do seu interesse, o próprio acordo não tem força agregadora. O que seria justificável para a utilização de práticas clientelistas. A política não é feita somente nos espaços formais, como visto no texto “*Informal institutions and comparative politics: A research agenda*” de Helmke e Levitsky. Se o clientelismo fosse dotado apenas de uma lógica desagregadora e particularista, e essa lógica fosse levada até o fim, ele deixaria de existir. Pois, não há como ordenar apenas interesses específicos e urgentes, indivíduos cínicos e egoístas. A confiança e a cooperação seriam impossíveis e o mundo, incerto e hobbesiano (AVELINO FILHO, 1994: 228), quando pensamos nestas relações como regidas por “contratos” acordados entre as partes.

Entende-se por escolha racional conceitos arraigados na teoria da ação e do *Racional Choice*, como citado. Agora o mais eficaz para se trabalhar o conceito de clientelismo é compreendendo suas diferenças e distanciamentos dos demais conceitos geralmente confundidos com as práticas clientelistas. Esta tentativa será apresentada no próximo tópico, onde se discute os chamados conceitos “vizinhos”.

Diferenciando o Clientelismo e seus conceitos “vizinhos”

Pode-se ver que não existe um consenso a cerca da definição de clientelismo. Alguns pesquisadores utilizam o termo para indicar interações dispersas, de longo prazo envolvendo interesses pessoais e proximidade entre as partes envolvidas, outros o rotulam como forma de maximizar a troca de bens e serviços. Além disso, vários outros termos são associados e confundidos com o clientelismo, são o que podemos chamar de conceitos “vizinhos” como, por exemplo, particularismo, mandonismo, coronelismo, compra de votos, *Pork Barrel* entre outros. Isso acontece de maneira bem colocada por Piattoni (2001) quando ela diz que o clientelismo é uma forma mais abrangente que permeia os diferentes conceitos envolvidos no sistema clientelista, como os citados. Para melhor entender, alguns destes conceitos “vizinhos” serão apresentados com o objetivo de diferenciá-los. Na Patronagem, por exemplo, que pode ser considerada como um tipo de clientelismo envolvendo a distribuição e o uso de cargos e empregos públicos em troca de apoio e favores. Esta também esta relacionada com a Compra de Votos, que pode fazer parte de uma prática clientelista, mas não se resume somente a simples compra de votos.

Para um melhor entendimento, faz-se necessário diferenciar o que seria considerado como política particularista, em contraposição, com política universalista, as quais pode-se ou não apresentar uma prática clientelista. Para explicar melhor o cenário político atual um exemplo a ser citado é o “Bolsa Família”, projeto que atende somente o segmento dos indivíduos que estão posicionados economicamente abaixo da linha de pobreza e não a todos os segmentos, deixando de ser uma política universalista para ser particularista, porém não clientelista, isso porque não há uma reciprocidade na troca, somente quem recebe a ajuda financeira esta sendo beneficiado.

Também, com o objetivo de diferenciar conceitos, José Murilo de Carvalho (1997) discutiu a noção de coronelismo e distinguiu tal conceito de outros como clientelismo e mandonismo. O autor afirma que eles estão relacionados, mas não são sinônimos. Para ele, o clientelismo e o mandonismo seriam características da política brasileira e o coronelismo um

contexto histórico datado. Nesse sentido, define coronelismo como uma rede complexa de relações que vai desde o coronel até o Presidente da República, envolvendo compromissos recíprocos. Surge na confluência de um fato político com uma conjuntura econômica. Essa é uma prática característica da organização política federalista e no caso do Brasil teria ocorrido na decadência Econômica dos Fazendeiros, mais especificamente na época Primeira República (1889 - 1930).

O conceito Mandonismo, é o mais geral dos três, refere-se à existência local de estruturas oligárquicas e personalizadas de poder. Dessa maneira, ele não é um sistema, não forma um complexo político como o coronelismo. Mas, antes, designa uma característica da política brasileira, que existe desde tempos remotos do Brasil Colônia, sobrevivendo ainda nos dias de hoje em certas regiões mais isoladas do país, este tende a desaparecer na medida em que os direitos civis e políticos expandam a todos os cidadãos. Desta forma, o *Coronelismo* seria um momento particular do Mandonismo. Segundo Carvalho (1997):

“O mandão, o potentado, o chefe, ou mesmo o coronel como indivíduo, é aquele quem em função do controle de algum recurso estratégico, em geral a posse de terra, exerce sobre a população um domínio pessoal e arbitrário que a impede de ter livre acesso ao mercado e à sociedade política.” (CARVALHO, 2001:p. 09)

Enquanto, o Clientelismo, para esse autor, seria uma espécie de relação entre atores políticos, na forma de troca de empregos, benefícios fiscais, isenções por apoio político, sobretudo na forma de voto. Essas relações ocorrem entre políticos e setores pobres da população e perpassa toda a história política brasileira, ampliando-se com o fim do coronelismo e decréscimo do mandonismo.

Outro importante conceito que deve ser devidamente conceituado é o *Pork Barrel*, para Mourão (2012) ele funciona como uma política particularista que visa benefícios concentrados geograficamente para a obtenção de votos, porém com custos dispersos. O termo significa recursos, obras ou empregos públicos utilizados pelos políticos como instrumentos clientelísticos, voltados mais para as vantagens políticas do que para o interesse público. A origem desse termo é dos Estados Unidos, onde um barril de *"salt pork"* era dado aos escravos, fazendo com que estes competissem entre si por um pedaço desta carne salgada de porco. Isto é, custos dispersos e benefícios concentrados.

Foi no século XX que a expressão *Pork Barrel* começou a fazer parte do léxico político no seu país de origem como forma de indicar os recursos financeiros do país que depois seriam distribuídos pelos diferentes Estados. Atualmente esta expressão ganhou uma conotação mais negativa, passando a ser utilizado em relações de manipulação política dos

impostos, por motivos eleitoreiros. Para que políticos possam se reeleger ou manter-se no cargo, através de obras e gastos pela região pelo qual foi eleito, tornando-se uma estratégia eleitoreira para beneficiar, no ponto de vista económico, uma determinada área ou espaço geográfico sendo que, os custos destas medidas são imputados a todos os contribuintes do país. Gerando desperdício de recursos financeiros, na execução das medidas políticas oportunistas de *Pork Barrel*. Com tantos conceitos, vê-se a importância em diferenciá-los uma vez que estes se encontram imbricados dentro da ciência política.

Características do clientelismo

Levando em consideração as características do clientelismo, alguns autores falam que para entender este conceito é preciso delimitar suas diferentes facetas. Para isso pode-se citar Wolfgang Muno (2010) e Allen Hicken (2011), os quais levantam cinco especificidades que ajudariam a identificar e conceituar o clientelismo.

A primeira propriedade é a que Muno denomina de diática, ela diz respeito ao clientelismo ser uma relação entre duas pessoas, o patrão e o cliente. O patrão seria aquele que possui os recursos e acesso político e o cliente é quem tem que retribuir o favor com seus recursos, como apoio político e voto. Muitas vezes essa relação pode ocorrer por meio de um mediador, o *broker*, porém, mesmo assim não perde seu caráter dual, pois o *broker* é o cliente do patrono e ao mesmo tempo possui a função de patrono para os clientes. Vale ressaltar que a distinção entre o patrão e o moderador é que o segundo não possui recursos, cabe a ele, apenas, a distribuição dos bens aos clientes. Essa relação entre patrão e cliente será sempre desigual. A segunda característica do clientelismo, é que irá haver uma hierarquia entre esses dois atores. Isso se dá, pois, além, do patrão ser aquele que controla os recursos, vem da explicação do por que isso é possível. Ele se encontra em um posto superior que lhe dá autoridade e posição de poder.

A terceira peculiaridade apontada está vinculada com o fato dessas alianças não serem esporádicas ou mera relação comercial. Elas não são meros acordos momentâneos, muitas vezes perduram por longo tempo, como em certos casos, onde essas relações podem ser passadas por gerações. Isso ocorre, pois tem relação com a confiança, é ela que torna esses acordos possíveis. Somente com parceiros confiantes pode se ter a certeza da reciprocidade. Essa seria a quarta característica e a essencial para sua existência, porque sem a certeza de que as duas partes irão cumprir o trato, não haverá acordo. Como na teoria dos jogos e nos acordos contratuais citados anteriormente.

Por fim, se tem a última característica, a qual diz respeito ao caráter obrigatório do clientelismo. Essas relações são mantidas pela força e necessidades envolvidas. Isto é, os atores envolvidos não podem sair sem grandes custos. Com a saída ou quebra das promessas o patrão pode perder credibilidade e legitimidade, assim, com medo dessas sanções, ele se mantém na relação e cumpre seus acordos. Essa propriedade mostra como essa prática acaba se mantendo e sempre se renovando. Muno, ressalta que não há ameaça ou violência física para impor tal relacionamento, pois se houvesse não seria clientelismo, mas sim escravidão ou servidão.

Deve-se identificar os atributos essenciais do clientelismo e a análise no nível em que opera. Além de ser uma troca em que os indivíduos maximizam seus interesses, o clientelismo envolve longevidade (tempo), dispersão, interações face-a-face, e desigualdade na relação cliente-patrão (PIATTONI, 2001). Ou seja, é um relacionamento pessoal duradouro entre indivíduos de desigual situação sócio-política. Não é uma transação, fixada no tempo, mas uma série de interações que desempenham ao longo de tempo e envolvem uma gama de bens e serviços negociados entre duas partes que desenvolver a confiança no compromisso de cada um. Não é uma pechincha igualitária, mas sim depende da energia gasta e/ou a falta dela, como duas pessoas de status desigual negociar as regras de engajamento.

Diferença do Clientelismo tradicional e moderno

Conforme visto no percurso de diferentes autores pelo tempo, estudos vêm sendo realizados sobre clientelismo e uma das discussões fica a carga da herança desde o coronelismo nas relações clientelísticas até as mais modernas práticas dos *brokers* e das redes horizontalizadas de relações movidas por interesses e benefícios mútuos.

O clientelismo sempre foi visto como uma prática atrasada, predominante em contextos marcados pela desigualdade social, presentes principalmente em sociedades tradicionais. Nesse contexto, predominaria as trocas hierárquicas, pessoais e de caráter afetivo, em que os patrões e clientes estavam vinculados a relações duradouras por um poderoso sentimento de obrigação e dever (HOPKIN, 2006). Assim, acredita-se que por meio da modernização e democratização essas relações tenderiam a desaparecer.

Mas até hoje, países como o Brasil, são taxados como clientelistas, e sempre surgem outras questões permeando essa prática. Nesses casos, essas relações se manifestariam como uma herança que sobreviveu dentro das sociedades modernas. Levando a ideia de que as sociedades as quais apresentarem esses resíduos na verdade não teriam atingido

completamente a modernização. Assim, levaria a suposição que o clientelismo é uma prática que tende a acabar com o desenvolvimento das instituições.

Filho (1994) fala da existência de três etapas das sociedades, a primeira são as mais tradicionais caracterizadas por clientes dependentes dos recursos do patrão, o qual possui um poder quase doméstico e pela afetividade da relação. O segundo seria um estágio de transição, em que as instituições são mais organizadas e há uma maior disputa para manipular os recursos públicos e as relações ganham uma perspectiva mais mercadológica. E no último, é o de maior desenvolvimento das sociedades. Essas são marcadas pela presença de partidos ideológicos e de massa, predominância de valores universais e execução de políticas de longo prazo.

Aparecendo, então a hipótese de que o clientelismo não desaparece completamente nesse meio de etapa transitória, ele apenas se modifica. Segundo Filho (1994), essa nova versão seria responsável pelo “desajuste entre a estrutura social e o sistema político”. A maioria das sociedades em transição possuem instituições frágeis e não conseguem representar os interesses de identidades coletivas. Assim, essas relações de dependência aparecem como substituição das instituições que são incapazes de atender as diversas demandas sociais.

O clientelismo “moderno” é mais competitivo e suas relações tenderiam a ser mais frágeis e menos pessoais, tendo um caráter mais instrumental. Sobrevive por sua capacidade de substituição dos antigos laços pessoais pelos benefícios de ofertas materiais. O patrono moderno passa a não atuar sozinho, tem ajuda do *broker*, cuja capacidade de operar entre clientes e recursos públicos, ajuda a ampliar a influência dos patronos, criando verdadeiras redes clientelistas.

A tese que indica a capacidade do desenvolvimento da democracia acaba com as práticas clientelistas é questionada pelos autores Paulo M. D’avila Filho, Vladimyr L. Jorge e Ana F. Coelho (2004). Afirmam que o aumento da competição política tende a diminuir a desigualdade entre patrão e clientela possibilitando novos formatos e maior espaço de negociação entre as partes com incidência direta sobre as possibilidades da troca. Porém, os autores ainda indicam que a ampliação de espaços deliberativos e participativos não eliminam os recursos de autoridade pela identificação entre sociedade civil e Estado. Acreditam que “os dispositivos ou mecanismos de participação dependem em alguma medida dos recursos de autoridade para sua efetivação, mesmo que estejam previstos em lei”. Dessa maneira, o que se troca são mecanismos de autoridade, e seriam:

“(…) de natureza assimétrica entre os detentores legítimos da autoridade sobre os benefícios patrimoniais e cartoriais do Estado (os patronus) e os demandantes, beneficiários potenciais destes recursos (os clientes). A participação se insere, assim, em um constructo de trocas assimétrico-clientelistas. Esse constructo só é possível, entretanto, em um contexto no qual os benefícios de participação são considerados um valor pelos atores envolvidos na troca. Isso significa dizer que só pode se realizar em contextos democráticos nos quais as noções de *accountability*, governança, empoderamento e controles democráticos, além do sistema representativo partidário, vão ganhando relevo. Podemos considerar, portanto, um cenário moderno, com o qual a assimetria endógena ao ordenamento político e as trocas clientelistas coexistem”. (Paulo M. D’ávila Filho, Vladimyr L. Jorge e Ana F. Coelho, 2004 p.231).

Em resumo, o clientelismo se mantém pela sua capacidade de mutação. Podendo assumir características mais individuais, competitivos e com a capacidade de ser operado em redes, se confundindo dentro dos espaços democráticos. Porém, os benefícios concedidos aos clientes ainda são em grande parte privado e excludente.

Uma visão positiva do Clientelismo

Piattoni consegue resgatar o conceito de clientelismo e transformá-lo em uma prática aceitável para o discurso na ciência política. Quando trata o clientelismo como outra forma de representação de interesses. Rompendo com explicações estruturais do clientelismo com base em explicações culturais ou desenvolvimentistas, apresentando uma visão aberta de clientelismo como estratégia, e rejeitando a sua peculiar natureza patológica.

Muitos estudiosos que consideram o clientelismo em função da fragmentação social, do atraso cultural, e do resultado de deficiências organizacionais e culturais da administração da máquina estatal. Já Putnam (1999) apresenta que a distribuição particularista de benefícios materiais, para os eleitores, não é exclusivo de contextos menos avançados e que mesmo assim chamados “cívico-político” promovem interesses particularistas em detrimento do interesse universalista. Esta abordagem ajuda a explicar a adaptação do clientelismo para diferentes países e sistemas políticos, independentemente da cultura e do nível de desenvolvimento político.

Ao mesmo tempo, Putnam e Piattoni desafiam a natureza puramente patológica do clientelismo que resulta do avanço dos interesses particulares e o acesso particularista aos bens públicos. Reconhecendo a face devastadora da sede de poder em acumular ao longo do tempo criando efeitos degenerativos, se transformando em corrupção, como no caso da Itália. Mas também trabalham em ambas as obras, os possíveis benefícios desse sistema, podendo ser útil como estratégia na construção partidária, inclusive para partidos novos, além de ajudar a interesses agregados em diferentes níveis. O clientelismo como ferramenta de contrapeso

para canais institucionais inflexíveis, bloqueados e de difícil acesso, constituindo uma valiosa fonte de integração social. Refletindo sobre a base da “teoria dos jogos” (OLSON, 1971) pode-se pensar no clientelismo como um sistema racional de representação de interesses.

Considerações finais

Esse trabalho tentou explorar algumas das perspectivas que permeiam o as relações clientelistas, as quais, em geral, são vistas como uma prática negativa e que contrapõe o ideal de universalismo. Contudo, mostrou-se com os autores e suas diferentes visões, que o clientelismo é um sistema mais complexo e de difícil consenso conceitual.

Pode-se dizer que quando se pensa as práticas clientelistas nos estudos sobre o Poder Legislativo e Executivo, os favores e serviços prestados aos eleitores, os vínculos de lealdade, os esforços efetuados para a liberação de recursos para os municípios, as trocas de favores entre os parlamentares, e as negociações envolvendo o apoio destes últimos ao governo, geralmente rotulados de "clientelismo", ou "corrupção", tendo forma valorativa de julgamento. “Estas práticas e relações não são pensadas, portanto, como detendo um estatuto sociológico próprio, o que é compreensível, em certa medida, devido à influência das teorias modernizantes, e das tipologias por elas elaboradas” (BEZERRA, 1999). Ao contrário dessa perspectiva, conforme trabalhado nos tópicos anteriores pode-se considerar essas práticas em sua positividade, isto é, aprendê-las dentro de sua racionalidade e no contexto da dinâmica, principalmente, do universo político.

Referências Bibliográficas

BEZERRA, Marcos Otávio. (1999) *Em nome das "bases": política, favor e dependência pessoal*. Not Avail.

CALVO, Ernesto; MURILLO, Maria Victoria.(2007)“How Many Clients does it take to win and election? Estimating the Size and Structure of Political Networks in Argentina and Chile”.

CARVALHO, José M. (1997) “Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual” *Dados*. vol. 40 n° 2. Rio de Janeiro.

DOWNS, Anthony. *Uma teoria econômica da democracia*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

FILHO,Paulo M. d’Avila; JORGE ,Vladimir Lombardo; COELHO,Ana Fernanda (2004).”Acesso ao poder. Clientelismo e democracia participativa desconstruindo uma dicotomia”. *Civitas – Revista de Ciências Sociais*. Rio Grande do Sul. pp. 211-233.

HALL, Peter A.; TAYLOR, Rosemary C. R. (2003) “As três versões do neo-institucionalismo”. *Lua Nova* nº 58. P. 193-224.

HELMKE, Gretchen; LEVITSKY, Steven. (2004) “Informal institutions and comparative politics: A research agenda”. *Perspectives on politics*, v. 2, n. 04, p. 725-740.

HILGERS, Tina. (2011) “Clientelism and conceptual stretching: differentiating among concepts and among analytical levels” *Theor Soc.* p. 567–588.

Hopkin, Jonathan. (2006) "Conceptualizing political clientelism: Political exchange and democratic theory." *APSA annual meeting*, Philadelphia. Vol. 31.

FILHO, George A. (1994) “Clientelismo e política no Brasil, revisitando velhos problemas”. *NOVOS ESTUDOS* N.º 38 pp.225-240.

FILHO, Paulo M. d’Avila; JORGE, Vladimyr Lombardo; COELHO, Ana Fernanda (2004).”Acesso ao poder. Clientelismo e democracia participativa desconstruindo uma dicotomia”. *Civitas – Revista de Ciências Sociais*. Rio Grande do Sul. pp. 211-233.

LIMONGI, Fernando. "O novo institucionalismo e os estudos legislativos: a literatura norte-americana recente." *BIB-Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais* 37 (1994): 3-38.

KUSCHNIR, Karina.” (2007) Antropologia e política”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 22, n. 64, p. 163-167, 2007.

MUNO, Wolfgang.(2010) “Conceptualizing and Measuring Clientelism”. Paper to be presented at the workshop ‘Neopatrimonialism in Various World Regions’, GIGA German Institute of Global and Area Studies, Hamburg.

MOURÃO, Paulo Reis; CUNHA, Eurico José A. “Políticas Pork Barrel: Um estudo sobre o caso português do PIDDAC”. *Revista Econômica*, v. 13, n. 1, 2012.

PIATTONI, Simona, ed. *Clientelism, interests, and democratic representation: the European experience in historical and comparative perspective*. Cambridge University Press, 2001.

PUTMAN, Robert D. (1999), “Comunidade e Democracia - A experiência da Itália moderna”. FGV. São Paulo

RECONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA PRESENÇA DE MINERAÇÕES NO MUNICÍPIO DE FAINA-GO: UMA ANALOGIA SOCIOAMBIENTAL - (1987-2015)

Jaqueline Pereira de Moraes¹

Universidade Federal de Goiás

RESUMO: Atravessando um caminho de transformações globais; nas últimas décadas inseriu-se uma nova perspectiva no campo historiográfico; a chamada História Ambiental. Desta feita, insere-se uma gama de histórias possíveis a partir de uma perspectiva ambiental, que vem ocupando de interpretações e pesquisas entre “interações de sistemas sociais e sistemas naturais”. Atingindo investigações tanto em realidades rurais, quanto urbanas, industriais; respondendo a questões econômicas, sociais, políticas e culturais. Deste modo, este trabalho propõe investigar os processos de minerações no município de Faina, este protagonista de vários processos mineratórios, desde os primórdios do ouro em Goiás. Para tanto, o objetivo desta pesquisa foi é investigar como se dá essa interação, de modo a entender como uma população interpreta e reage as ações das mineradoras em seu município, em seus vários ciclos. Como mencionado, refere-se ao município de Faina-Go.

Palavras-Chave: História Ambiental. Mineração Aurífera. População

ABSTRACT: Crossing a path of global transformations; in the last decades a new perspective in the historiographic field has been inserted; the so-called Environmental History. This time, a range of possible stories from an environmental perspective, which has been occupying interpretations and research between "interactions of social systems and natural systems". Reaching research in both rural and urban realities; answering economic questions, social, political and cultural. That way, this work proposes to investigate the mining processes in the municipality of Faina, this protagonist of several mining processes, since the beginning of gold in Goiás. Therefore, the objective of this research was to investigate how this interaction occurs, in order to understand how a population interprets and reacts the actions of the miners in its municipality, in its various cycles. As mentioned, it refers to the municipality of Faina-Go.

Keywords: Environmental History. Gold Mining. Population.

Introdução

Num rápido retrospecto, não é preciso ir muito distante para saber que a maior parte de nossa história, em específico os capítulos que compõem as Américas, Áfricas e Ásia; é pautada e “narrada²” pela presença da colonização e, sobretudo, a partir do olhar do colonizador. E que com ela, também teve início a atividade de exploração minerária. É inevitável que tal fato, influenciou densamente nos modos do homem lidar com a natureza, para dela viver e gerar tais riquezas. Assim, como tal acontecimento evidenciou um marco no curso da história, deflagrado como modernidade.

¹Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História, pela Universidade Federal de Goiás (UFG-PPGH). Bolsista da CAPES.

² Aqui quero me referir a insurgência dos povos que foram subalternizados.

Contudo, é importante salientar que, a interação entre homem e natureza e os usos desta a seu bel-prazer, data de muitos anos da existência humana na terra. De acordo com a autora Regina Duarte (2005), é possível perceber uma temporalidade do envolvimento humano com o meio ambiente.

Segundo esta autora, as práticas realizadas no Coliseu, sob a política do pão e circo na Roma antiga, assinala indícios de violência a natureza. As conhecidas venationes, incluíam combates entre homens e animais, ou até mesmo feras por elas mesmas. Durante muito tempo, o que era motivo de prazer e diversão para o povo romano, foi também um extermínio à fauna romana, pois “o sacrifício de tantos animais para o prazer do povo e para a glória dos imperadores significou uma verdadeira hecatombe e certamente teve repercussões nos ecossistemas de onde tantos animais foram retirados” (DUARTE, 2005, p.37).

Mas o que toda essa discussão, tem a ver com a história? Como os/as historiadores (as) veem a relação do homem com a natureza? Bem, ao considerarmos que enquanto historiador, seu trabalho analisa o homem e mais precisamente, as ações do homem no tempo; leva a concluir que as formas de dominação da natureza e suas particularidades de exploração deste meio, fazem parte de um “espaço de experiência”³ indubitavelmente histórico.

Partindo desta percepção, não seria incorreto afirmar que, acontecimentos como as mudanças climáticas, extinções de espécies animais e vegetais dentre outras alterações ambientais, sejam caracterizados como processos históricos e que não possam ser estudados pelo historiador. Portanto, ao crerem nisto,

Apresentam-se como homens em diálogo com seu tempo e, principalmente, como pesquisadores de um saber não apenas válido, mas essencial para compreendermos nosso presente e atuarmos na construção de nosso futuro. Compreender a historicidade das relações entre a sociedade e a natureza pode, certamente, dar-nos instrumentos para assumir uma postura mais crítica frente aos debates sobre o ambiente (DUARTE, 2005, p.32).

Essa discussão centra-se no espaço em que, durante anos pesquisadores que ousavam a desenvolver estudos fora das questões centrais do que se pensavam ser do historiador, sofriam com certos apontamentos a respeito do critério de cientificidade histórica da pesquisa. Por muito tempo, o que se via do ofício de um historiador, era que suas investigações estivessem no domínio das tramitações de leis, negociações dos governantes, dos estados; em suma, entendiam que as repostas às suas indagações, estivessem apenas ligadas aos registros oficiais do estado.

Entretanto, a partir do surgimento dos *Annales* inaugura-se uma nova indagação sobre o trabalho do historiador e como operar sobre a história. E assim, as questões voltadas

³ Para utilizarmos o conceito do historiador Koselleck (2006).

para memorização de datas, fatos, grandes nomes oficiais e etc., passam a ser tomados por assuntos que entrelaçam presente e futuro. Deixando de estudar o passado somente por ele mesmo, como bem era visto pela história *magistra vitae*. Destarte, vários temas tornam possíveis, cedendo espaço para assuntos como a mulher, a criança, a vida privada entre outras; e deste modo, a emergência de questões, como o ambiente na pauta histórica. Mas, qual era a bandeira levantada pelos simpatizantes, cuja defesa era o ambiente como um campo de estudo? O que de fato estudam os pensadores da História ambiental?

O ambiente na práxis historiográfica: A história Ambiental como uma virada epistemológica

A história ambiental começa estruturar – se como campo historiográfico na década de 1970. Em razão do crescente interesse pelo tema, destacou-se os Estados Unidos, como cenário formidável desta manifesta mudança na história; criando em 1977, a *American Society for environmental History*⁴ (Sociedade Americana de História Ambiental). Um dos pioneiros, na tentativa de validar o campo da história ambiental, pode ser identificado no trabalho do historiador Roderick Nash que, em 1972 lecionara o primeiro curso de História ambiental, na Universidade da Califórnia (PÁDUA, 2010).

Entretanto, segundo o autor Dornald Worster (1991), o contexto qual denominou o nascimento da história ambiental, foi resultado da intensificação dos movimentos ambientalistas e das conferências em torno da crise global, época que foi vista pelo autor, no qual o mundo direcionava para uma “reavaliação e reforma cultural”, demandando inquietações públicas. Pensar essa corrente de transformações no ambiente histórico, político, social e cultural que acarretou no nascimento da História ambiental, teve por trás ações políticas, que, à medida que crescia, tornou-se também numa iniciativa acadêmica.

As agitações causadas pelos movimentos, desafiou a disciplinas sociais a questionarem o paradigma vigente e assim integrar as pautas naturais como ambiente de pesquisa. Segundo o autor José de Pádua (2010), foram as “voz das ruas”⁵, como o próprio autor define tal movimento, que levaram a real efetivação da história ambiental. O que resultou muito mais que uma simples transformação no setor acadêmico, pois, de acordo com o autor;

[...] representou um dos fenômenos sociológicos mais significativos da história contemporânea. Ele pode ser considerado como um movimento histórico, mais que um movimento social, que repercutiu nos diferentes campos do saber. A ideia de “ecologia” rompeu os muros da academia para inspirar o estabelecimento de comportamentos sociais, ações coletivas e políticas públicas em diferentes níveis de articulação, do local ao global. [...] O avanço da chamada globalização, com o

⁴ Grifo meu.

⁵ Grifo do autor.

crescimento qualitativo e quantitativo da produção científico-tecnológica e da velocidade dos meios de comunicação, catalisou uma explosão de temas da vida e do ambiente na agenda política. A discussão ambiental tornou-se ao mesmo tempo criadora e criatura do processo de globalização (PÁDUA, 2010, p. 18).

Ou seja, essas transformações motivadas pelo discurso da questão ambiental veio à tona como um pedido de socorro e crítica a chamada globalização. Pois os movimentos ambientalistas, nada mais eram aqueles que se opunham ao que a autora Regina Duarte (2005) chamou de *Otimismo desenvolvimentista*⁶. Este que caracterizou o cenário em que a Europa saía devastada da segunda guerra mundial, e os Estados Unidos se consolidava como uma potência hegemônica, tanto econômica quanto política, configurando-se símbolo do capitalismo mundial. Esse episódio marcará profundamente o panorama mundial, que irá se subdividir em países desenvolvidos e subdesenvolvidos, onde os países industrializados e capitalistas detém o poder, sendo vistos como o único modelo apropriado de organização de sociedade. O que os levam a ditar padrões de vida e subsistência. Conforme a autora:

O mundo industrializado e capitalista era apresentado como uma finalidade não apenas desejada mas, principalmente, era único modelo realmente válido de organização da sociedade. Aquele seria o único mundo possível e cabia as nações subdesenvolvidas esforçarem-se para sair de sua pobreza e afirmar-se numa nova ordem apresentada como único mundo possível (DUARTE, 2005, p.16).

Partindo dessa afirmação, imaginemos quem são os países subdesenvolvidos e por qual razão foram colocados a esse tipo de classificação; ora, como sabemos, os chamados países que compõe o bloco de terceiro mundo, são em sua maior parte, os que sofreram com os processos impulsionados pelo colonialismo e imperialismo. Deste modo,

A globalização em curso, é em primeiro lugar, a culminação de um processo que começou com a constituição da América e do capitalismo colonial/moderno e eurocentrado como um novo padrão de poder mundial. Um dos eixos fundamentais desse padrão de poder é a classificação social da população mundial de acordo com a idéia de *raça*, uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial, incluindo sua racionalidade específica, o eurocentrismo. Esse eixo, tem portanto, origem e caráter colonial, mas provou ser mais duradouro e estável que o colonialismo em cuja matriz foi estabelecido. Implica, conseqüentemente, num elemento de colonialidade no padrão de poder hoje hegemônico (QUIJANO, 2005, p.107).

Como se vê, essas classificações se materializam pelo que se denominou como colonialidade do poder, termo cunhado pelo autor Anibal Quijano, este denuncia que essas formas de divisão social são um reflexo da colonização, onde as nações “subdesenvolvidas”, saqueadas se veem subordinadas a adequarem-se a uma organização determinada pelo sistema-mundo moderno/colonial.

⁶ Grifo meu.

Conforme tal pensamento, é por esse caminho que se pode apresentar aqui, como se constitui a história ambiental, que emerge da construção social do conceito de ambiente. Pois, como aponta o autor Henrique Leff (2003), é no curso existente da complexidade ambiental que se dá a construção social do conceito de ambiente. Este, por conseguinte, se estrutura a partir de uma compreensão para além do mundo de fora, da natureza em si. Assim, caracteriza-se pelos processos de rompimentos com a universalidade imposta pelo pensamento moderno; de uma única racionalidade específica. Se configura na externalização das ciências, na objetividade e na subjetividade, nas várias cosmovisões, culturas e racionalidades, que se recriam e se afirmam no tempo. Desta forma, afirma o autor que a história ambiental é o exercício de percorrer por tais caminhos que se conformam a partir desta construção.

Para tanto, ao entendermos tal afirmação, dá luz para que se entenda a História Ambiental para além da relação Homem-natureza, a visão constituída do homem como o causador de destruições a natureza; superando os determinismos difundidos pela biologia, geografia nos finais do século XIX e ao longo do século XX. Nesta perspectiva também aponta o autor Pádua (2012), é preciso compreender a relação sociedade-natureza numa dimensão de interdependência e as consequências de tais ações para ambas as partes. Romper com tais determinismos, dá lugar aos sentidos que se constroem pela cultura; pois, cada sociedade configura suas formas de ver o mundo, e “o mundo coletivo se constrói por meio de uma trama complexa de interações e interdependências” (PÁDUA, 2012, p.32).

Obter tal compreensão neste sentido, implica em não somente projetar e identificar as discussões ambientais em realidades passadas, mas; conhecer e problematizar tais experiências e, a partir delas posicionar em relação ao futuro; atividade que, segundo o autor Leff(2003) consiste em apoiar –se sob as formas ecológicas de subsistência dos povos rurais e indígenas, que dialogam com as pautas dos movimentos sociais ambientalistas, onde esse “futuro” se constituiu num modo de vida sustentável. Portanto,

A história Ambiental se faz possível a partir da construção de um conceito e de uma teoria que abre a via para revisar percepções anteriores. Isso permite desenterrar histórias esquecidas, resgatando-as da memória popular; ou agregar valor as lembranças nas quais os instrumentos teóricos e o discurso corrente não permitem observar a dívida ecológica oculta atrás das histórias das conquistas e nas análises de intercâmbio desigual (LEFF, 2003, p.18).

Ademais, o autor Worster(1991) ao escrever também sobre a história ambiental, desenvolveu três níveis, que segundo ele, são importantes perguntas que os pesquisadores de tal assunto, precisam –se atentar em acordo com suas pesquisas, sobretudo a partir de

contribuições interdisciplinares. Deste modo, definiu da seguinte maneira: O primeiro nível, conforme o autor refere-se a “natureza propriamente dita, tal como se organizou e funcionou no passado, incluindo aspectos orgânicos e inorgânicos”. Para esse, trata-se interpretar as alterações que sofre o mundo biofísico no curso do tempo, em acordo como se deu as interações do organismo humano. O segundo, aponta para a análise dos aspectos “socioeconômico na medida em que interage com o ambiente”. Neste, o autor traz luz para as relações sociais que se forjam desse trabalho, com os distintos costumes de produzir benefícios dos recursos naturais. E por último apresenta-se o tipo de interação encontrada no campo do “intelectual ou mental”, diretamente ligada ao ser humano, “no qual percepções, valores éticos, leis, mitos, e outras estruturas de significação se tornam parte do diálogo de um indivíduo ou de um grupo com a natureza” (WORSTER, 1991, p.202).

Desta feita, o esforço em apresentar tais níveis em que se estruturam o estudos para os pesquisadores da história ambiental, foi em levantar estratégias para que possa se compreender as indagações que se abrem no caminho de tais trabalhos. Com efeito, ressalta o autor que cada pesquisa atende a sua necessidade de tais distinções, embora tais abordagens deveriam aparecer juntas, ainda que o desafio seja esse.

A partir das ideias apresentadas acima, tem-se em linhas gerais que a história ambiental busca interpretar o homem em diálogo com o seu habitat natural, cultural, social e econômico; posto que ao interagir com a natureza o indivíduo constrói estruturas significativas, que podem entrelaçar historicamente e assim, terá ela alcançado o sua principal finalidade; não esquecendo que cada sociedade constroem suas formas de perceber a natureza, o mundo em si numa relação interdependente e, desta forma implicando nos meios, qual o ambiente é também uma construção social.

Mineração Aurífera no Brasil: um rápido retrospecto

Em pouco mais de quinhentos anos, da então falácia do “descobrimento” de um novo mundo, ou como ousaram dizer durante anos, o “descobrimento do Brasil”, não há como negar que a atividade mineraria compõe um dos capítulos da história deste país; atividade, que ainda encontra-se presente; embora com recursos diferentes. Para tanto, se consultarmos a historiografia brasileira, não será difícil encontrar nos trabalhos dos historiadores, tópicos reservados aos feitos da história da mineração. Assim, como é possível notar a semelhança em seus trabalhos em reconhecer a relevância que a atividade minerária exerceu no período colonial, bem como sua contribuição no desenvolvimento na economia do país. Entretanto, entre seu apogeu e sua decadência, afirma o autor Caio Prado Júnior (1945) que a mineração

constituiu durante três quartos de séculos, o centro das atenções na corte portuguesa e em maior parte o cenário da colônia.

É certo que, a atividade mineraria não foi a primeira forma de exploração pelos europeus em terras brasileiras. O ataque à natureza iniciara antes mesmo do Brasil se tornar um produtor dos metais preciosos. Suas atividades iniciais se deram por meio dos animais e da madeira, onde deu origem ao que hoje, conhece como Brasil. Como afirma o autor Boris Fausto (1996),

O Brasil aparece como uma terra cujas possibilidades de exploração e contorno geográficos eram desconhecidos. Por vários anos, pensou-se que não passava de uma grande ilha. As atrações exóticas- índios, papagaios, araras- prevaleceram, a ponto de alguns informantes, particularmente italianos, darem- lhe o nome de terra dos papagaios. O rei dom Manuel preferiu chama-la de Vera Cruz e logo de Santa Cruz. O nome “Brasil” começou a aparecer em 1503. Ele tem sido associado à principal riqueza da terra em seus primeiros tempos, o pau-brasil (FAUSTO, 1996, p. 23).

Ou como também afirma Caio Prado Junior (1945);

Na maior extensão da América ficou-se, a princípio, exclusivamente nas madeiras, nas peles, na pesca; e a ocupação de territórios, seus progressos e flutuações subordinam-se por muito tempo ao maior e menor sucesso daquelas atividades. Viria depois, em substituição uma base econômica mais estável, mais ampla: seria a agricultura (PRADO JR., 1945, n.p.).

Conforme os autores citados acima, os colonizadores sempre encontraram uma forma de explorar a natureza e por meio dela, alavancar os cofres da corte portuguesa. Até mesmo, quando tenha que atingir medidas mais assoladoras, por exemplo, o subjugo a vida humana.

Embora os metais preciosos não se apresentassem desde o início da colonização aos europeus, eles eram desde o princípio suas reais preocupações. Eufóricos, a saberem do “grande achado” dos espanhóis nos países do México e Peru, vários homens partiam da metrópole em busca dos metais preciosos. Mesmo ao risco de não chegarem ao destino tencionado (PRADO JR, 1945). Conforme o autor, os primeiros indícios de achado aurífero deu-se por meios de bandeiras paulistas que organizavam-se e percorriam o interior da colônia à procura de indígenas com intenção de torna-los escravizados. Assim,

Lá por 1666 fazem-se as primeiras descobertas positivas de ouro no centro do que constitui o Estado de Minas Gerais (onde atualmente se acha a cidade de Ouro Preto). Os achados depois se multiplicaram sem interrupção até meados dos séc. XVIII, quando a mineração do ouro atinge no Brasil sua maior área de expansão geográfica, e alcança o mais alto nível de produtividade (PRADO JR, 1945, n.p.).

A então descoberta das minas levaram o tráfego de pessoas para o interior da colônias, que culminará posteriormente no povoamento da população branca no interior, que, como apontado acima, mesmo antes da existência do ouro, percorria o território em busca de indígenas que já habitavam os respectivos lugares. Assim, as bandeiras tomaram direções à Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso (Fausto, 1996).

Sob essa prescrição, pode-se dizer é neste contexto que inicia-se o processo de povoamento branco⁷ no território, hoje conhecido como goiano. Estiveram presentes, bandeiras, entradas e descidas; todas estas passavam por esta região com alguma intenção, seja por buscas à prosperidades minerais, ou para a procura e aprisionamento de índios. No entanto, esse bandeirismo de aprisionamento, não provocou de início a fixação de moradias no território goiano, o que em certa medida, contribuía para o despovoamento. De acordo com Luís Palacín e Maria Augusta de Sant’Anna Moraes (1994):

Outro tipo de expedição eram as “descidas” dos jesuítas do Pará. Os jesuítas tinham criado na Amazônia um sistema bem estruturado de “aldeias” de aculturação indígena. Buscando índios para estas aldeias, os jesuítas organizaram diversas expedições fluviais que, subindo o Tocantins, chegaram a Goiás. Mas nem bandeirantes nem jesuítas vinham para fixar-se em Goiás. Levavam índios goianos para o sul e para o norte, mas não vinham a Goiás para criar povoações (PALACÍN, SANT’ANNA MORAES, 1994, p. 8).

Entretanto, o que despertou o interesse em vir pra Goiás e se instaurarem, na decorrente descoberta das jazidas auríferas em grande escala no Brasil, por volta do século XVIII, quando é que se descobrem também minas em Mato Grosso. O interesse em explorar, levaram-nos a cogitar possibilidades de existências dos metais preciosos pelo no território goiano, pois Goiás se localizava entre Mato Grosso e Minas Gerais, ambos tinham muito ouro, então Goiás também podia existir boas minas. E então, já nos fins do século XVII e início do XVIII o território goiano era conhecido o bastante tanto em São Paulo como em Belém; e os “[...] caminhos de penetração se achavam descritos nos roteiros que corriam de mão em mão, e os rumores sobre suas riquezas auríferas não faziam senão avolumar-se, apesar do limitado êxito das bandeiras neste aspecto” (PALACÍN, 1994, p. 19)

Dado então a descoberta do ouro, sobretudo nesses territórios de Minas Gerais, Mato Grosso e agora, Goiás; pode-se afirmar que efetivou a segunda fase da ocupação lusitana pelas terras brasileiras; e a formação do planalto central que transformava de acordo com o compasso das atividades de exploração do ouro (FRANÇA, 1975).

Assim, a intensificação da exploração nas jazidas auríferas, erigiu-se o primeiro arraial de Sant’Anna, qual posteriormente recebeu o nome de Goiás, ou como bem a conhecemos Cidade de Goiás. Uma das formas de garimpagem, dava-se pelas margens dos córregos que extraíam o ouro de aluvião; o que irá ceder espaço para a existência de outros arraiais tais

⁷Em todos os documentos, ou textos, o termo encontrado é somente a palavra “povoamento”. A opção em utilizar “povoamento branco” é provocar justamente uma “inflexão historiográfica.” Pois, como afirmado pelas próprias historiografias vigentes, havia a presença de indígenas no interior, inclusive, uma das razões dos povos luso chegarem até esses territórios.

como; Barra, Ferreiro, Anta, Ouro Fino e Santa Rita, localizados aos arredores do Arraial de Sant'Anna (PALACÍN, 1994).

Outros arraiais também foram surgindo, a medida em que se descobriam novas minas de exploração. No entanto não se fará aqui alusão dos demais arraiais, pois é sobre essa consideração que se intenciona aqui a falar do atual território de Faina⁸, cujos dados assinalam para sua ocupação a partir da exploração aurífera. Conforme Silva e Rocha (2008):

O atual município de Faina, no Estado de Goiás, insere-se no processo de ocupação do território goiano, por meio da busca pelo ouro, visto que Santa Rita (Jeroaquara), seu distrito constitui-se em dos primeiros arraiais desse Estado, fundado exclusivamente para abrigar os bandeirantes (SILVA, ROCHA, 2008, p. 381).

Conforme os autores acima, Santa Rita consistiu no primeiro arraial com um contingente populacional a frequentar o que hoje denomina-se município de Faina. No entanto, dados informados pelo autor Palacin (1994), afirmam-se a existência de dois arraiais; nesse caso seria Anta e Santa Rita, ambos surgidos no mesmo ano.

De acordo com dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1755 elevou-se a distrito de Goiás pelo código 12 de 01 de Agosto de 1842; passando a chamar-se Santa Rita da Anta. Permanecerá assim, até meados de 1963, quando em uma divisão territorial de Goiás, este é denominado o nome de Jeroaquara e ainda continua sendo a única região habitacional.

Entretanto, em 1966⁹ funda-se aos arredores, o povoado de Faina, também agregado ao município de Goiás. Contudo, o crescimento habitacional e desenvolvimento do povoado, desmembrou-se de Goiás e, designou em 1988, sob lei estadual nº 10434, ao título de município de Faina, constituída de dois distritos; Jeroaquara (Santa Rita) e Caiçara.

Processos da mineração em Faina: Estratégias de minerar

Dado a existência dos fatos, compreende-se que a atividade minerária em Faina, só pode ser entendida considerando a primeira atividade de exploração aurífera nos Arraiais de Santa Rita e Anta. Pois, como afirma Duarte(2005), conhecer a historicidade da ação do homem perante a natureza, nos permite instituir uma postura crítica frente aos debates sobre meio ambiente.

⁸ Apesar das informações apresentadas serem de suma importância, esclarece-se que a pesquisa ainda em fase inicial, se dispõe de poucos dados a respeito do histórico do município e das fases de mineração no território de Faina.

⁹ A história da cidade de Faina é conhecida por ser fundada por dois “desbravadores”, Lino Nascimento de Souza e Evaristo Seabra Guimarães, cujo interesse em novas terras chegou até a cidade de Faina em 1954, onde havia na localidade a família de Maria Celestina Ferreira de Brito. Interessados na região, trouxeram consigo suas famílias e constituíram o povoamento da cidade (IBGE, acesso em 12 de Julho de 2017).

Conforme Palacin (1994), Cunha Matos em suas viagens pelo interior, não deixou em notar nas transformações, provocadas pela mineração, as quais podiam ser percebidas em razão dos vestígios deixados pela mesma; desvio de curso dos rios, desaterros, marcas, quais eram perceptível um grande desastre. Isso, posterior a um século da vigência da mesma. De acordo com o autor, as atividades nas minas correspondiam as mesmas das minas de Sant'Anna. O que certamente emitiu variações ambientais na região de Santa Rita; Assinala Silva (2008):

Os impactos ambientais da mineração escrava em Faina, ainda hoje são visíveis e configuram em catas e áreas de lavrados existentes nas margens do Córrego Vermelho e outros cursos d'água minerados. Isso presume que os mananciais tiveram seus leitos assoreados, suas matas ciliares destruídas e seus solos removidos e alterados (SILVA, 2008, p. 70).

A mineração com trabalhadores escravizados, consistiu na primeira atividade aurífera no município de Faina, que apesar da pouca tecnologia utilizada, conseguiu deixar marcas significantes. O segundo estágio da mineração em Faina, deu-se no século XX, mais precisamente na década de 1987. Assim, como o processo minério anterior, a mineração de dragagem também se concentrou em Santa Rita, as margens do rio vermelho. Após pouco mais de um século, da atividade anterior, esta apresentou-se com procedimentos mais avançados e diversificados. Eram utilizados tratores que promovia o desmatamento e abria o solo até o encontro com o cascalho e máquinas cuja funcionalidade permitia o retiro do ouro direto das catas (Silva, 2008).

Este segundo ciclo de mineração, trouxe alterações graves ao meio ambiente, ao passo que pelo uso de tecnologias mais robustas e formas mais radicais elevam a grande transformação do espaço. No entanto, evidencia-se que esta trouxe uma degradação com uma localidade específica, ao contrário da mineração que ocorreu no século XVIII; que além das modificações geográficas, ela promoveu uma catástrofe na condição humana, posto que as primeiras lavras eram extraídas com o trabalho escravo, e como afirmado por Palacin (1994), constituído de forma subumana, consolidando um naco na história da colonização europeia; a qual esta foi “la más ambiciosa en la historia de la humanidad, que el capitalismo, una relación económica y social ya existente, se conjugó con formas de dominación y subordinación, que fueron centrales para mantener y justificar el control sobre sujetos colonizados en las Américas”(MALDONADO-TORRES, p.131).

Já no início deste século, Faina recebe um novo ciclo de mineração. Desta vez caracterizando a mineração industrial. Em datas precisas, esta se instaura no ano de 2004, com previsão de extração até 2007. Desde então o município de Faina, que outrora enfrentara os

processos de devastação de seu habitat natural pela compressão do solo e das coberturas vegetais; novamente vivenciava-se os efeitos do capitalismo. Como afirma Silva (2008): “A Sertão Mineração, beneficiando-se da Lei nº 7.805, apresentou o projeto à comunidade local em audiência pública, mediante a garantia de gerar empregos diretos e indiretos e ainda de minimizar os eventuais impactos ambientais.” Essa é a garantia que a empresa mineradora oferece a uma cidade, no entanto os verdadeiros efeitos desta ação, somente a natureza pode explicar.

Diante dos aspectos apresentados, tem-se que a história da mineração perpassa por longas datas e tem suas raízes firmada no processo de colonização, cuja atividade tem participação na história da economia desse país, é preciso refletir sobre o preço em que pagamos por lutar por tanto ouro.

Transcorridos oito anos da presença da última mineradora, em 2015 Faina sofre novas retomadas no do garimpo, que desde o ano de 2012 passava por uma série de estudos do novo espaço minerário, que em nota ao jornal Diário da Manhã anunciava o retorno da mineradora. De acordo com o jornal, intitulada Orinoco Gold, a empresa australiana investiu R\$ 30 milhões de reais; prevendo uma produção de 20 onças (640 quilos) de ouro anual. Esta que investiu cerca de 20 R\$ milhões durante as pesquisas que precediam a instauração da indústria. Em reunião no dia 25 de Abril de 2015, o atual governador Marconi Perillo oficializou o acordo. Onde também, apresentou algumas considerações, das quais diz assim:

Com certeza este será um projeto sustentável e duradouro. O mais importante é que além da possibilidade de termos uma mina com boa prospecção, também existem outros projetos a serem examinados. Isso me deixou animado. Como o minério é finito, se temos outras alternativas e outros exames sendo feitos, significa que temos algumas décadas de minérios para serem produzidos e empregos para serem gerados”, afirmou” (PERILLO, 2015).

A afirmação do governador, remete para o que Duarte (2005), apontou como um “rearranjo nas práticas da sociedade industrial, apenas para garantir sua maior eficácia e continuidade”. Razões pelas quais levaram os pesquisadores criticarem ao ideal de desenvolvimento sustentável, pois que na prática somente contribui para preservar para garantir ao futuro e, não para questionarem ao padrão de sociedade capitalista. E ainda para dar contribuições a essa crítica, o governador ainda afirmou:

Marconi ainda frisou a importância da empresa investir no desenvolvimento social, para amenizar os impactos urbanos do início do processamento do minério. “Um investimento como este atrairá muita gente para a cidade de Faina. As prefeituras estão cada vez mais pobres e os Estados, com menos recursos. Faço esse apelo, aqui, que a empresa desenvolva projetos na área social, para colaborar com a prefeitura. Temos problemas na área de saúde, habitação, infraestrutura, na área urbana”, pontuou (DIÁRIO DA MANHÃ, 2015, on-line).

As instituições privadas, em conjunto com as públicas (prefeitura), transmite aos moradores de suas regiões o discurso do desenvolvimento, do progresso, do aumento de emprego, das melhoras no município como um todo; e junto com esse discurso enfatizam que ficará em responsabilidade da própria indústria mineradora em reparar os danos causados no meio ambiente. No entanto, as modificações geradas pelo processo de exploração, passam despercebidos pela própria característica de melhoria criada por essas instituições. Sendo assim, nota-se um reflexo da própria colonialidade do poder e do ser, historicamente materializada por esse processo e que ainda vigora, embora não esteja sob um domínio colonial.

Considerações Parciais

Diante das informações apresentadas, ressalta-se aqui que a produção em andamento, apresentou-se ainda com reflexões no campo teórico, com um rápido esboço a respeito do objeto de pesquisa, a mineração aurífera na cidade Faina-Go. Porém, não hesitou em despertar indagações acerca da temática proposta.

Assim ao deparar-se com tais questionamentos, como estaria o ambiente da cidade de Faina, após todas essas formas de exploração? Como a sociedade, embebecidas do discurso social das grandes empresas mineradoras e do poder público, lida com a questão ambiental vigente? Qual será realmente as intenções por trás dos discursos do desenvolvimento sustentável, qual o poder público levanta e toma para si o meio ambiente? Todas essas, são questões que não deixam de complementar a pesquisa e levantar uma reflexão crítica da temática, acerca do que se procura investigar.

Assim, caminhando para os momentos finais deste trabalho, ressaltando que apenas para a confecção deste texto e não da pesquisa; tentou-se transparecer que é possível perceber uma historicidade nos quadros da atividade mineradora no município de Faina, esta que se encontra vigente; e que localiza suas raízes nos capítulos da colonização. No entanto, o fito não é simplesmente destacar e entender esse período como propulsor dos impactos ao habitat natural do município mencionado; mas compreender como a partir do sério trabalho da História ambiental é possível compreender como se dá tais processos no presente, mas desta vez pelo olhar da comunidade fainense, como eles percebem no transcurso do tempo essas interações.

REFERÊNCIAS

DUARTE, Regina Horta. **História e Natureza**. Ed. Autêntica, Belo Horizonte:2005.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. Edusp, 1996. [S. L].

JUNIOR, Caio Prado. **História Econômica do Brasil**. [S. L.], [S.D].

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: Contribuição a semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC-Rio, 2006.

LEFF, Henrique. **Construindo a história Ambiental da América Latina**. In: Conferência proferida no 51º Congresso Internacional de Americanistas, Simpósio de História Ambiental Americana, (Santiago, Chile, 14 de Julho de 2003).

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: Contribuciones al desarrollo de un concepto. In: **El giro decolonial: Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. (Org.): CASTRO-GÓMEZ, Santiago, GROSGOUEL, Ramón. Bogotá: 2007.

OLIVEIRA, Carol. Empresa australiana investirá R\$ 30 milhões na produção de ouro em Goiás. **Diário da Manhã**. [S.L.], 25 de Abril de 2015. Disponível em: >><https://www.dm.com.br/geral/2015/04/empresa-australiana-vestira-r-30-milhoes-na-producao-de-ouro-em-goias.html> >> Acesso em 10/07/2017.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. In: **História Ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza**. (Orgs.) FRANCO, José Luiz de Andrade, et.al. Garamond, Rio de Janeiro: 2012.

PALACÍM, Luís. **O século do ouro em Goiás: 1722-1822**. 4 ed. UCG, Goiânia: 1976.

PALACÍM, Luís, MORAES, Maria Augusta Sant'Anna. **História de Goiás: 1722-1972**. 6 ed. UCG, Goiânia: 1976

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais Perspectivas latino-Américanas**. (Org.): LANDER, Edgar. Argentina: 2005.

SILVA, Marcos Pedro da, ROCHA, Cleonice. Caracterização da Mineração Aurífera em Faina, Goiás, em um contexto ambiental histórico e atual. In: **Ambiente e Sociedade**. Campinas, v. XI, n2 p.373-388 jul. -dez. 2008.

SILVA, Marcos Pedro da. **Sustentabilidade da Agricultura Familiar e das Ações Mineratórias Auríferas No Município de Faina -Go**. In: Goiânia, 2008. Dissertação.

WORSTER, Donald. Para fazer história Ambiental. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 4, n.8. 1991. P. 198-215.

A LUTA DO SINDIFLORA E A PRIMEIRIZAÇÃO NO CULTIVO DE EUCALIPTO NO LITORAL NORTE E AGRESTE DA BAHIA

Josias de Oliveira Porto Neto¹
Universidade Federal da Bahia

Resumo: O trabalho pretende apresentar reflexões iniciais sobre a pesquisa em andamento, em nível de mestrado, acerca da reversão de parte das terceirizações no cultivo de eucalipto no litoral norte e agreste da Bahia, entre 2010 e 2013, na empresa Copener. Objetiva-se analisar a relação deste processo com a atuação do SINDIFLORA, sindicato que organiza e representa os trabalhadores de cultivo de eucalipto na região. Alguns eventos importantes já se apresentam com especial relevância para a compreensão da questão: (i) uma greve no setor que se iniciou em uma terceirizada e depois comprometeu a Copener como também responsável pelas condições de trabalho nas prestadoras de serviço; (ii) atuações de auditores fiscais do trabalho nas empresas que cultivam eucalipto na região. A pesquisa remete a toda uma temática sobre terceirização, sindicalismo e precarização social do trabalho, que se busca fundamentar principalmente com autores do campo da sociologia do trabalho.

Palavras-chaves: terceirizações; primeirizações; sindicalismo.

Abstract: This work intends to present initial reflections about the ongoing research, at Masters level, about the reverse of part of outsourcing in eucalyptus cultivation on the north and south coast of Bahia, between 2010 and 2013, at Copener. The objective is to analyze the relationship of this process with the work of SINDIFLORA, to union that organizes and represents the workers of eucalyptus cultivation in the region. Some important events are already of particular relevance to the understanding of the issue: (i) strike in the sector that began in a subcontractor; (ii) assessments of labor tax auditors in companies that grow eucalyptus in the region. The research refers to a whole thematic about outsourcing, syndicalism and social precarization of work, which seeks to be based mainly on authors in the field of sociology of work.

Keywords: outsourcing; first-order; syndicalism.

INTRODUÇÃO

Quando vimos que a gente parou quatro dias [o viveiro], e a empresa continuou sem prejuízo nenhum (porque as mudas estavam prontas, lá elas poderiam aguentar!), tomamos a iniciativa de parar o carregamento [...]. A fábrica vai precisar de madeira. E cadê a madeira? Então a COPENER se sentiu apertada. Foi quando a COPENER sentou com a terceirizada e com o sindicato. (Maria²)

O ano foi 2010. Local: litoral norte e agreste da Bahia, mais precisamente no município de Entre Rios e Alagoinhas, onde se localizam o viveiro de produção de

¹ Bacharel em Serviço Social (UFBA, 2016), mestrando no Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais (UFBA).

² Sindicalista entrevistada, liberada sindical na época da entrevista, mas que trabalhou no viveiro na época da greve de 2010, destacando-se como liderança nessa época, quando ainda não era sindicalista.

mudas e a sede da empresa produtora de madeira, respectivamente. Explode uma radicalizada greve que iniciou uma mudança substancial nas condições de trabalho, no acesso a direitos e nas condições de vida dos trabalhadores do cultivo de eucalipto. Mudou-se, especialmente, uma dada correlação de forças entre a empresa produtora e o sindicato dos trabalhadores do setor. Mais do que isso, essa greve, ao que tudo indica, abriu caminho para um processo importante de recuo local num dos principais mecanismos de precarização social do trabalho do contexto da reestruturação produtiva no Brasil: a terceirização³.

Esse artigo apresenta alguns resultados iniciais de uma pesquisa em andamento, a nível de mestrado, sobre a reversão das terceirizações na Copener Florestal e a luta do SINDIFLORA, sindicato dos trabalhadores de cultivo de eucalipto na região. Muitos dos dados aqui abordados foram obtidos numa pesquisa inicial, tomada agora como exploratória, para o trabalho de conclusão de curso do mesmo autor. A referida pesquisa inicial adotou como técnica de pesquisa central a realização de entrevistas semi-estruturadas com seis dirigentes sindicais. Alguns trechos dos relatos obtidos nessa pesquisa serão aqui citados; sendo os nomes apresentados, fictícios; contado, contudo, com uma breve caracterização de cada dirigente ao qual se dará voz, em nota de rodapé.

Essa pesquisa de campo combinou-se com uma pesquisa documental, à qual está em curso a sua continuidade, abarcando matérias de jornais, relatórios de auditorias para certificação florestal da empresa, outros documentos e outras pesquisas que abordam direta ou indiretamente o objeto de estudo. A continuidade da pesquisa em curso também prevê a realização de uma nova pesquisa de campo.

O presente artigo inicia-se com um breve resgate histórico, combinando: (i) uma abordagem do processo de constituição da empresa, com as transações e redirecionamentos a partir dos movimentos do capital na silvicultura; (ii) uma reconstituição de aspectos das resistências sociais à implementação da monocultura do eucalipto na região; (iii) e o apontamento de alguns dados a respeito das condições de trabalho nos primeiros anos do empreendimento. Avança para uma reflexão sobre as expressões do processo reestruturação produtiva e o correspondente processo de precarização social do trabalho, na realidade e no conflito investigado. Aborda-se, nessa parte, aspectos dos debates do referencial teórico que norteia a presente investigação.

³ Afirmação da centralidade da terceirização na precarização social do trabalho, em especial no Brasil, é defendida por vários autores que refletem sobre o tema, como Druck (1992); Marcelino (2008); Pochman (2007); Alves (2000) dentre outros.

Por fim, elenca algumas inferências que já se pode fazer sobre o processo de primeirização, levantando os aspectos desse processo que ainda precisam ser melhor investigados e algumas reflexões iniciais sobre os dados abordados.

BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA E DAS RESISTÊNCIAS

O Projeto Copene Energética (que deu origem à Copener) teve início em 1981 no contexto da alta nos preços do petróleo, quando almejava-se abastecer as caldeiras termelétricas da Copene Petroquímica S.A. (Companhia Petroquímica do Nordeste) com carvão vegetal. Tal processo articula-se com e se beneficia da oficialização do chamado Distrito Florestal Norte. (GODOY, 2014)

A constituição dos Distritos Florestais está inserida no processo de expansão do cultivo de eucalipto no Brasil, que se inicia entre o final da década de 1960 e início da década de 1970 e que encontrou no Estado um grande “estimulador”, fornecendo financiamento e garantindo legislações favoráveis. É quando são criados os Distritos Florestais. (OLIVEIRA e ANDRADE, 2016)

Instituídos pelo Decreto-Lei nº 76.046 de 1976, esses Distritos constituem-se numa política de zoneamento pelo Estado, de regiões no país, para atividades de “reflorestamento⁴”, “concedendo incentivos fiscais às empresas na área, com o duplo objetivo de possibilitar a produção de carvão vegetal e de celulose” (SAMPAIO, 1999, p.06). Tendo como justificativa ser “parte do esforço de reverter a situação deficitária da balança comercial brasileira” do momento (GONÇALVES e MACHADO, 1996, p. 28).

A expansão da eucaliptocultura, bem como todo o processo de ampliação das diversas monoculturas especialmente no contexto de fortalecimento do agronegócio, se desenvolveu no país se inserindo na lógica de uma estrutura fundiária extremamente desigual. Aprofundando a já gritante concentração de terras e combinando-se com os resquícios da nossa herança colonial. Uma lógica de uso do solo visando apenas os interesses da obtenção de lucro, opondo-se a qualquer função social e ambiental que a utilização da terra deveria ter. Tais monoculturas, à medida que promovem o cultivo homogêneo de uma mesma espécie em grandes extensões de terra, associando-o à

⁴ OLIVEIRA e ANDRADE (2016, p. 295) questionam a utilização do termo Reflorestamento, que serviria apenas para “amenizar os custos ambiental e social que esta atividade proporciona.” Os autores se referenciam no WRM (Word Reflorest Moviment), defendendo que tal vocabulário foi impulsionado pelos produtores de madeira, num contexto de valorização dos processos de reconstituição das florestas. O que não é o caso para as plantações sob a lógica da monocultura de árvores. A utilização do termo para esses casos centra nos aspectos quantitativos de árvores e não consideram toda a diversidade de fauna e flora que abrange uma concepção coerente do que seria uma floresta.

utilização de fertilizantes, agrotóxicos, adubos químicos, modificações genéticas, visando o aumento da produtividade, acarretam impactos incalculáveis ao meio ambiente e à saúde das populações envolvidas. Além disso, o modelo de priorização de *commodities* à de alimentos e outros produtos necessários à população, também se opõem decisivamente a tal função social e ambiental.

Não foi diferente com a implementação da eucaliptocultura no litoral norte e agreste da Bahia. Até então a região tinha como centro econômico e fundiário o cultivo de culturas de subsistência (cocoicultura, citricultura e pecuária). O início das plantações de eucalipto trouxe impactos socioeconômicos e ambientais profundos às comunidades da região “afetando não só as condições de provimento e reprodução social de uma parcela da população local, mas as próprias bases de estruturação das atividades produtivas tradicionais constitutivas da formação da identidade regional” (SAMPAIO, 1990, p.19)

A efetivação desse empreendimento seguiu, mesmo tendo se frustrado suas pretensões iniciais. Com o fim da crise do petróleo por volta de 1984, o projeto energético ao qual se objetivou a constituição da Copener tornou-se inviável. Mas já havia, nesse período, cerca de 65 mil hectares de eucaliptos plantados. (GODOY, 2014). Assim, a empresa inicia então uma mudança da destinação da madeira e passa articular com um grupo gaúcho do ramo de celulose, a Norcell, a construção de uma fábrica de celulose em Entre Rios, no ano de 1988.⁵ (GONÇALVES e MACEDO, 1996)

A essa altura, frente a todos esses movimentos do capital que incidem profundamente na reestruturação econômica, ambiental e social da região, as resistências já se organizam e se enfrentam com os impactos dessa expansão da eucaliptocultura. Organiza-se na região o movimento chamado “Basta de Reflorestamento”, impulsionada por uma série de agentes: sindicatos, especialmente rurais, partidos políticos, associações de moradores e produtores rurais, igreja, etc. O movimento se opunha, denunciava e contestava a expansão da monocultura, mas também se articulou com o objetivo de impedir a construção da fábrica de celulose. (SAMPAIO, 1999; GONVALVES e MACHADO, 1996).

⁵ A Copener nesse período já era controlado não só pela Copene Petroquímica do Nordeste S.A. mas também pela Riocell S.A. (essa por sua vez tinha como principal acionista a Klabin). A Copene é vendida em 2002 para o grupo Odebrecht, passando a se chamar Braskem e a Copener, por sua vez é vendida pelas empresas Riocell e Braskem para uma subsidiária do grupo RGE, como se abordará mais à frente. (GODOY, 2014)

Também esse projeto, a construção da fábrica de celulose, não se efetivou. Não é possível medir até que ponto o movimento de resistência incidiu no cancelamento dessa empreitada. O que se sabe é que a dificuldade em encontrar outras parcerias para se somarem ao projeto entre a Copener e a Norcell, e a queda dos preços da celulose inviabilizaram a continuidade desses planos. (GONÇALVES e MACHADO, 1996)

Mas o movimento “basta de reflorestamento” deixou semente e foi importante para a continuidade das resistências.

Diante da incerteza com relação à futura utilização das florestas COPENE/NORCELL e da existência de condições de trabalho precárias nas empresas consumidoras de carvão vegetal, um nova questão passou a se apresentar como um canal importante para a redefinição da luta: a criação de um sindicato de trabalhadores assalariados rurais. (GONÇALVES E MACHADO, 1996, p. 32)

Ao que tudo indica, esse sindicato dos trabalhadores assalariados rurais veio a se constituir, em 1993, no SINDIFLORA (Sindicato Intermunicipal de Trabalhadores nas Atividades de Reflorestamento, Carvoejamento e Beneficiamento de Madeira)⁶.

TERCEIRIZAÇÕES E PRECARIZAÇÃO NA HISTÓRIA DA COENER

O conjunto das empresas que exploram o Distrito Florestal Norte com a silvicultura, sendo a Copener a principal, tem na terceirização uma marca histórica. Combinou-se, no campo, com as práticas mais degradantes, com trabalho análogo à escravidão, como aponta esse quadro das dramáticas condições de trabalho dos primeiros anos da empresa:

No caso do setor florestal, e especificamente no Litoral Norte da Bahia, o processo de terceirização está ainda mais distante do “discurso moderno da eficiência empresarial.” Ali, as empreiteiras contratadas pela Copener, ou pelas siderúrgicas, muitas vezes contratam sub-empreiteiras que não são sequer formas constituídas legalmente (os ‘gatos’), e que vão buscar os trabalhadores em regiões distantes, submetendo-os a condições de trabalho sub-humanas. Os salários, já bastante baixos, via de regra são suficientes apenas para pagamento da alimentação e do alojamento que o ‘gato’ coloca à disposição dos trabalhadores. [...] Esta estrutura de organização do trabalho cria formas de controle e exploração do trabalhador com a própria empresa. É comum na região a existência de ‘mercearias’, chamados ‘cai-duros’ pelos trabalhadores, nas quais são vendidos produtos por preços nunca conhecidos e muitas vezes superiores aos praticados em qualquer outro lugar dentro da cidade. (GONÇALVES e MACHADO, 1996, p. 33)

Os autores ainda expoem, citando uma matéria do “Jornal à Tarde”, de 25 de maio de 1993, a existência de trabalho infantil em empresas como a Ferbasa e a Sólum, que na época operava nas fazendas da Copener. (GONÇALVES e MACHADO, 1996)

⁶ Informações ainda parciais, obtidas nas entrevistas com os sindicalistas.

Outros aspectos degradantes de condições de trabalho também foram abordados pelo dirigente sindical mais antigo entrevistado. Ele relata um acidente fatal de um dos seus colegas, nesses primeiros anos:

Ele [o acidentado], cortando com motosserra, deixou fazer seis árvores que pra quando caíssem cair de uma vez. Se tivesse mais encarregado pra fiscalizar não faria isso, diriam assim: ‘derrube dois, três, não derrube mais que isso’. Mais, aí, ele colocou seis de vez. *Pra dar produção*. Quando caiu, foi pro lado errado e caiu em cima dele. Morreu na hora. (grifo nosso) (Antônio⁷)

Essa forma de colheita mais antiga, praticamente braçal, se manteve durante muito tempo ainda na Copener. Mesmo depois da compra em 2003, pelo grupo *Real Golden Eagle* (RGE), que atualmente controla a empresa. O processo de mecanização só se efetivou após 2006, como se verá mais à frente.

A CELULOSE SOLÚVEL E O REDIRECIONAMENTO DOS EUCALÍPTOS

Retornando à breve reconstituição histórica da empresa, é importante compreender em que marcos se dá a compra da Copener pela multinacional asiática *Real Golden Eagle* (RGE)⁸ e o redirecionamento de seus plantios para a “celulose solúvel”.

A “celulose solúvel” é um tipo especial de celulose, mais pura, utilizada não para a produção de papel, mas para a indústria química e têxtil, especialmente para esta última. Essa *commoditie*, vinha em declínio desde a década de 1970, e passa a se valorizar gradativamente a partir dos anos 2000. Correspondendo a uma valorização no setor têxtil da fibra artificial, especialmente a viscose. É nesse contexto que alguns produtores de eucalipto em todo o mundo começam transitar para a produção da celulose solúvel. Algumas adotaram a estratégia de produzir para os dois ramos, para ser mais flexível às possíveis mudanças no mercado. Outras apostam completamente na celulose solúvel. (VIDAL, 2012)

⁷ Sindicalista aposentado que trabalha a mais tempo na empresa, praticamente desde a constituição da Copener. No momento da entrevista ele fazia parte do Conselho Fiscal do Sindicato. Veio a falecer no início deste ano.

⁸ O grupo controla, além da BSC/Copener (que é gerida pela subsidiária brasileira da RGE chamada: *Bracell*), mais cinco marcas na Ásia de ramos diferentes: *Sateri*, produtor de viscose na China; *AsianAgri*, produtor de óleo de palma na Indonésia; *Apical Group*, exportador de óleo de palma na Indonésia; *April*, produção de papel e celulose com sede na Indonésia, *Ásia Symbol*, produtora de papel e celulose com sede na China. Tendo como principal acionista e presidente o magnata tailandês Sukanto Tanoto. Dados da *Home Page* oficial da RGE. Disponível em: <http://www.rgei.com/>; acessado em: 10/06/2018.

Esse parece ter sido também a principal motivador da aquisição da Copener pelo grupo asiático RGE. O grupo compra a Copener e uma fábrica de celulose⁹ em Camaçari em 2003. Entre 2008 e 2010 opera-se uma mudança da fábrica para a celulose solúvel, sendo ela a pioneira nesse movimento no Brasil. Passa-se, então, a articular, sob o controle do mesmo grupo, a produção da madeira da Copener com a celulose solúvel em Camaçari e ainda a produção da viscose, que o grupo RGE já fazia nas plantas Chinesas de sua subsidiária *Sateri Holding Limited*.

Os números positivos apresentados pela produtividade da celulose solúvel na BSC¹⁰ são apontados por Vidal (2012) como indicadores de potencial brasileiro na produção da celulose solúvel. Ao que parece, há uma qualidade especial na produção do eucalipto em nossas terras para esse tipo de celulose, o que explicaria essa articulação transnacional em cadeia. O autor não infere os motivos da compra da Copener e BSC pela RGE, mas é possível levantar essa hipótese (alta da demanda mundial por celulose solúvel e qualidade do eucalipto produzido aqui¹¹) a partir dos dados que ele apresenta e que aqui abordamos.

Esse fato, a compra da Copener pelo grupo RGE e sua associação à BSC, criando o complexo também chamado de BSC/Copener, significou o início de um conjunto de transformações na empresa que a pesquisa em curso realizada por esse autor se debruça. Aqui abordaremos apenas alguns aspectos, a seguir.

Ao final de 2013 a Copener Florestal cultivava eucalipto em aproximadamente 159 mil hectares num território que abrange 31 municípios no estado. (GODOY, 2014)

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E PRECARIZAÇÃO SOCIAL

A mecanização do cultivo de eucalipto, especialmente da colheita, só avançou a partir do final de 2006. Ainda vigorava, até então, o corte por motosserra, modo de colheita extremamente perigoso. Estava atrasada mesmo em comparação a outras

⁹ Fundada em 1970 como Companhia de Celulose da Bahia (CCB), privatizada em 1989, sendo comprada pelo grupo Klabin é adquirida pelo grupo RGE chamando-se primeiro *Bahia Pulp* (2003) e depois *Bahia Specialty Cellulose* (2010). O grupo, associado, é comumente chamado de BSC/Copener. (GODOY, 2014)

¹⁰ A *Sateri Holding Limited* subsidiária da RGE, era, no momento do artigo de Vidal (2012) o quarto maior produtor de celulose solúvel no mundo e sua planta em Camaçari, a BSC, é a segunda maior do mundo, segundo dados apresentados por ele.

¹¹ Esse tema da qualidade da madeira é também sinalizado por um dos entrevistados, que chega a afirmar que há um *know How* próprio na produção de mudas dos viveiros da Copener, que justificaria a utilização dos eucaliptos daqui ao invés de a RGE investir em plantios na Ásia. Tal hipótese ainda precisa ser melhor investigada.

empresas produtoras de eucalipto no estado. Como nos relata essa matéria de 21/08/2006, do Jornal Gazeta Mercantil¹²:

Das três grandes indústrias baianas de celulose, a Bahia Pulp¹³, resultado da união da fábrica de celulose Bacell com a empresa florestal Copener, é a única que ainda não mecanizou completamente sua colheita de madeira. [...] a companhia mantém 85% dos serviços de colheita semi-mecanizado e 15% mecanizado. De acordo com o gerente de suprimento, madeira e patrimônio, Sérgio dos Santos, na colheita semi-mecanizada, o corte das árvores é realizado com motosserra, o descascamento das toras é feito com um conjunto descascador composto por descascadores de anel acoplados a tratores agrícolas com carregadores florestais e a extração de madeira com forwarders. Já a colheita mecanizada é realizada com harvesters e forwarder. Mas, com a expansão da fábrica, cujos investimentos são da ordem de US\$ 400 milhões, a situação vai se inverter. Segundo Santos, 20% da colheita será semi-mecanizada e 80% mecanizada. Diferentemente da Veracel e da Suzano, na Bahia Pulp a operação da colheita é 100% terceirizada pelas empresas ABC Florestal, Bahia Norte Florestal e Sulforest. A atividade gera 350 empregos.

Esta transição significou uma enorme transformação no processo de trabalho, mas também, por outro lado, resultou numa enorme diminuição de mão de obra.

[...] ficou muito tempo com motosserra e machado. E descascava a madeira de facão. Mudou só depois que o asiático comprou. Primeiro veio umas máquinas testar. Foram embora. Depois veio de novo. Chegaram duas, que cortava rápido, e aí pronto. Hoje em dia tá esse maquinário que acaba com um talhão em dois dias, ou um e meio. Era cento e tantos operadores de motosserra e ajudantes pra fazer o que hoje em dia duas máquinas fazem. (Antônio)

Evidente que no que diz respeito às condições de trabalho na colheita, a mecanização representa uma significativa melhoria. O risco de acidentes e a dureza do trabalho, como eram as condições nos primeiros anos da empresa são reduzidos. Contudo, aqui se pode refletir sobre uma categoria que Antunes (2002) chama de “multiprocessualidade contraditória” na complexa reconfiguração do mundo do trabalho em tempos de reestruturação produtiva. A mecanização é uma das bases para a constituição de uma das características mais cruéis do capitalismo flexível: a constituição do que o autor (ANTUNES, 2002) chama de “desemprego estrutural”. Os avanços tecnológicos desqualificam e até extinguem funções e muitas vezes ramos inteiros. Empurra assim parcelas imensas de trabalhadores para aceitarem relações mais precárias, mais frágeis, impondo-lhes paralelamente, uma intensa desqualificação. Assim, ao mesmo tempo em que tal mecanização e informatização da produção exige de

¹² Disponível em: <http://www.sinap.org.br/template_S.php?id=2525>. Acessado em: 21 de nov. de 2016.

¹³ Até então o grupo era muitas vezes identificado como *Bahia Pulp*, nome na verdade da fábrica entre 2003 a 2008, antes de se chamar BSC e o complexo: BSC/Copener.

um setor uma altíssima qualificação, reduz esses trabalhadores melhor preparados a uma proporção cada vez menor. Cada vez mais a execução das principais tarefas, as funções dos principais operários, se tornam mais "complexas", mais "informatizadas". A isso soma o caráter "polivalente" que se exige desse trabalhador do modelo toyotista. Por outro lado, amplia a massa de desempregados ou subempregados à espera de qualquer emprego. (ANTUNES, 2002).

Na Copener, mesmo com a primeirização, a condição do trabalhador nuclear, contratado diretamente pela empresa central e por isso gozando de mais direitos e qualidade nas condições de trabalho, se resume exatamente aos setores mais qualificados: a produção de mudas, num setor de tecnologia de ponta, que envolve clonagens extremamente avançados¹⁴ e a colheita. As demais atividades, muito mais arriscadas e difíceis, são as que ficam sob responsabilidade das empresas terceiras. Pra cita um exemplo: (i) Fernando¹⁵ fala da limpeza do terreno: “ficam aqueles galhos e se você for transitar por aquele meio, você corre o risco de torcer seu pé, de insetos, aranhas, cobras, onças. Todo tipo de bicho que tem na floresta pode atacar”.

A mecanização em si não é uma característica específica da reestruturação produtiva. O taylorismo e o fordismo, por exemplo, tem como componente importantes saltos imensos na racionalização dos processos de trabalho, da administração e organização do trabalho e de inúmeros avanços tecnológicos. Contudo, nesse novo momento do capitalismo, os avanços da automação e também da informática, dão base para saltos ainda maiores e se combinam com essa nova forma de produzir e de acumular, em que a qualidade e a diversidade do que se produz, mas também a descartabilidade e plasticidade, são características centrais. (HARVEY, 1992; DRUCK, 1992)

Outra característica visível na história de todo esse processo pelo qual passou a Copener nas transações e redirecionamentos e que correspondem ao debate que os autores supracitados e outros fazem sobre esse momento do capitalismo que estamos vivendo, é o da flexibilidade. Segundo o Harvey (1992, p. 140), o capitalismo flexível caracteriza-se pelo confronto com a rigidez do fordismo, embora com manutenções e combinações de características do fordismo. “Ela se apoia na flexibilidade dos

¹⁴ “(...) uma rede com 45 testes clonais (1418 clones) instalada em diferentes condições edafoclimáticas, para obtenção de madeira destinada à fabricação de celulose de alta qualidade (...)” (GODOY, 2014, p. 9)

¹⁵ Dirigente sindical entrevistado que trabalha a menos tempo na empresa, não chegou a participar da greve de 2010, mas atuava na colheita operando um trator de colheita. No momento da entrevista estava como diretor liberado para atividades sindicais.

processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo.” Além disso, “envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas”.

É possível identificar tais características no redirecionamento dos capitais na silvicultura da celulose normal para a celulose solúvel, às vezes mantendo as duas atividades. É evidente tal flexibilidade na migração de capital de uma transnacional asiática para produzir eucalipto no Brasil a serviço de uma produção de viscose na China, certamente por vantagens que compensem esse encadeamento produtivo a longuíssimas distâncias, mas que também deixam interrogações quanto ao futuro da Copener, e conseqüentemente, dos trabalhadores que hoje “dependem” de suas atividades. Tudo isso se relaciona ao que Druck chama de “descartabilidade” desse padrão produtivo. Nas palavras dela:

Trata-se de uma rapidez inédita do tempo social, sustentado na volatilidade, efemeridade e descartabilidade sem limites de tudo o que se produz e, principalmente, dos que produzem - os homens e mulheres que vivem do trabalho. É isso que dá novo conteúdo à flexibilização e à precarização do trabalho, que se metamorfoseiam, assumindo novas dimensões e configurações. O curto prazo - como elemento central dos investimentos financeiros - impõe processos ágeis de produção e de trabalho, e, para tal, é indispensável contar com trabalhadores que se submetam a quaisquer condições para atender ao novo ritmo e às rápidas mudanças. (grifo nosso).

Mas a característica central da reestruturação produtiva que se quer nessa pesquisa em curso abordar, e que se relaciona com a questão central investigada, é a terceirização. Druck (1995) analisa as incidências do chamado “modelo japonês” ou “toyotismo” em nosso país, especialmente no pólo petroquímico de Camaçari. Modelo esse que tem influência central para o chamado “padrão de acumulação flexível” e para o seu correspondente processo de “reestruturação produtiva”. No Brasil, afirma ela, foram dois os elementos centrais desse modelo importados de lá, em especial na década de 1990: os programas de “qualidade total” e as terceirizações.

No Japão, as terceirizações foram fundamentais para se alcançar altos níveis de produtividade. Isso porque, à medida que se “externaliza” diversas atividades, elas passam a ser realizadas pelas terceiras em regimes de contratação e condições extremamente mais precários, impondo também ritmos e horas extras mais intensas do que no interior da fábrica ou empresa nuclear, e descumprindo mais facilmente legislação e direitos trabalhistas. Isso é apontado pelos sindicalistas.

[...] com os tercerizados os problemas são muito maiores. Muito maiores mesmo. Por isso que eu acho que hoje no Brasil, pelo menos na nossa região, você terceirizar, você está condenando alguns trabalhadores a nunca ter acesso a alguns direitos. O tratamento é muito diferenciado. Você consegue

perceber isso com esse alto índice de conflitos. Nos primeirizados os conflitos são mínimos: em geral tem a ver com a negociação coletiva. [Com os] terceirizados a todo o momento é uma coisa. É transporte irregular! É falta de EPI [Equipamentos de Proteção Individual]! Carteira [de trabalho] sem assinar! Não recolheu FGTS! Não recolheu INSS! Sempre tem algum problema. Dificilmente você vê uma empresa [terceirizada] que esteja 100% de acordo com a legislação. Sem contar que a empresa fica meio que refém da ‘tomadora’ [do serviço]. No contrato tem o valor do serviço que tem que cobrir tudo. Então, se eu tiver garantir qualquer direito tenho que negociar com a ‘tomadora’ e com o trabalhador. A ‘tomadora’ por sua vez diz que a relação com a terceira é comercial, que não tem como discutir relação. E chega um momento que isso resulta em falências. De 2012 pra cá nós tivemos umas 7 ou 8 empresas que abriram falência sem pagar rescisão. Tudo isso demonstrando o insucesso da terceirização. [Marcos¹⁶]

Há uma vasta produção empírica sobre as terceirizações no Brasil, e uma vasta teorização sobre tal debate. Aqui, para essa pesquisa, parece bastante útil uma sintética conceituação de Marcelino (2008, p. 41): terceirização: “[...] é todo processo de contratação de trabalhadores por empresa interposta, cujo objetivo último é a redução de custos com a força de trabalho.”

A PRIMEIRIZAÇÃO

Como se pode verificar na matéria do Gazeta Mercantil citado à cima, em 2006 a totalidade das atividades da colheita era terceirizada. Mas não apenas a Colheita. Segundo relato de Marcos, um dos entrevistados, na época da greve, em 2010, a Copener contava com um quadro de apenas 80 trabalhadores diretos, aproximadamente. Pelos dados de Godoy (2014) em 2013 a Copener empregava cerca de 600 trabalhadores diretos. Ainda assim a terceirização segue grande no processo produtivo. Em 2013 as terceirizadas pela BSC/Copener juntas empregavam aproximadamente 2000 (GODOY, 2014). Esses números, como sempre quando se procura dados sobre terceirizadas, são imprecisos. No caso da silvicultura ainda mais, já que ela conta com atividades sazonais e muitas contratações temporárias.

Contudo, há algo importante para refletir sobre a força do sindicato e a possível e provável incidência de suas lutas no processo de primeirização: o conjunto dos trabalhadores dessas empresas terceirizadas estão incorporadas como base do mesmo sindicato. De acordo com vários autores (DRUCK, 1992; MARCELINO, 2008; dentre outros), um dos aspectos mais danosos impostos pela terceirização à organização e luta dos trabalhadores é a sua fragmentação. Isso se dá em diversas dimensões. Destaca-se

¹⁶ Dirigente sindical entrevistado, uma das principais lideranças à frente das lutas e negociações coletivas entre SINDIFLORA e Copener desde 2008.

aqui: (i) a inferiorização dos terceirizados, muitas vezes no mesmo local de trabalho, o que dificulta a identidade coletiva dos trabalhadores e inclusive a solidariedade entre eles; (ii) a separação em categorias diferentes, por isso sendo representados e organizados por sindicatos diferentes.

No caso da Copener, e também das outras empresas produtoras de eucalipto no litoral norte, como suas terceirizadas são em geral empresas que tem como serviço central a mesma atividade de cultivo florestal, o sindicato consegue ter legitimidade para representar e organizá-los na mesma base sindical. Esse é um aspecto muito significativo para o debate sobre a organização sindical e terceirização que também merece ser melhor aprofundado na continuidade da pesquisa.

Mas o elemento central, que sinaliza essa inferência inicial de ter sido a atuação sindical fundamental para o processo de primeirização, foi a força da greve de 2010. Ao que parece, a greve colocou em questão a responsabilidade da empresa tomadora do serviço pelas precárias condições por parte das terceiras.

O estopim dessa luta foi uma insatisfação dos empregados da Enflors, empresa terceirizada que geria o viveiro de produção de mudas, com a imposição do trabalho aos sábados. O Sindicato entrou para negociar. A Enflors repassava para a Copener a responsabilidade e esta, por sua vez, diz que a questão tinha que ser resolvida com a terceira. Os trabalhadores então pararam o viveiro. Contudo, como aborda a epígrafe desse artigo, a paralisação do viveiro parecia não ser suficiente para exercer a pressão necessária.

A essa altura, trabalhadores de outras terceirizadas, motivados pela iniciativa no viveiro, começavam a colocar suas diversas outras questões. “Pararam também, porque eles também tinham reclamações nos seus setores de trabalho”, explica Marcos. O Sindicato resolve travar o carregamento de madeira. A adesão foi grande. Muitos trabalhadores se envolveram e eles contaram com o apoio também de outras entidades sindicais da região. Marcos relata que depois a empresa reclamou que a greve resultou num prejuízo de 30 milhões de reais. Se esse valor corresponde ou não ao real impacto não foi possível ainda confirmar, o fato é que a greve impactou. E deu resultado.

O momento era também de campanha salarial. O sindicato então incorporou na mobilização o conjunto de pautas que formularam para essa negociação. Explica João¹⁷: “[...] a gente estava brigando pelo dia de sábado, mas já foi uma época de “acordo

¹⁷ Dirigente sindical que também esteve na liderança da greve de 2010, como um dos principais negociadores pelo sindicato.

coletivo”. [...] Como não tinha negociado, as empresas estavam amarrando, aí unificamos as lutas”. Segundo os sindicalistas, conseguiram um acordo com muitos avanços. Segue João: “[...] na época me parece que eles só estavam dando 5% [de aumento salarial], nós reivindicamos 10% e conseguimos 9%.”. Além disso, se conseguiu auxílio escolar; redução da jornada para todas as empresas, de 44 para 40 horas semanais, e aumento na cesta básica.

O Sindicato passou, então, a ter mais força para enfrentar outras questões. Entrou na Justiça do Trabalho para denunciar o caráter dessas terceirizações. A partir de 2010 a Justiça do Trabalho intervém e não só a Copener, mas também a Ferbasa, outra empresa da região, começou a passar pelo processo de primeirização de parte destes serviços.

CONCLUSÕES INICIAIS E CONTINUIDADE DA PESQUISA

Essa reconstituição mais detalhada, de como se processaram as primeirizações, é o aspecto central da pesquisa de mestrado em curso que ainda pretende-se aprofundar. É preciso considerar a possibilidade da primeirização ter sido resultado apenas de iniciativas da própria empresa. Há pesquisas que descrevem processos de primeirizações que resultam de prejuízos de uma terceirização mal planejado ou realizado com problemas diversos para os negócios em questão (CASTRO; BIM, 2007; LIMA NETO, 2008).

Contudo, já foram encontrados dados iniciais que corroboram as afirmações apresentadas pelos sindicalistas. Uma pesquisa sobre autuações de auditores fiscais do trabalho relata ações da Justiça do Trabalho sobre as empresas de produção de eucalipto na região (PIRES, 2009, p.746). Em que medida essas ações impuseram à empresa as primeirizações? Em que medida a “campanha” do sindicato, como relatam os sindicalistas, incidiram na Justiça do Trabalho? Em que medida a própria empresa “optou” por primeirizar? Tudo isso será necessário precisar melhor na continuidade dessa pesquisa. Além disso, objetiva-se na continuação desse estudo, aprofundar as reflexões dos caminhos possíveis de resistência à terceirização e à precarização social do trabalho, a partir das experiências do SINDIFLORA.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, G. *O Novo (e Precário) Mundo do Trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo, 2000. 365 p.

CASTRO, Á. S.; BIM, E. A. *A Viabilidade da “desterceirização” (outsourcing reverse): um estudo de caso sobre reciclagem de componentes poluentes (baterias automotivas)*. Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC. **Anais...** João Pessoa: 2007

COPAS, J.B. *Relatório de Auditoria para Certificação da BSC - Bahia SpecialCellulose S.A.* Rio de Janeiro: Bureau VeritasCertification, 2014.

DRUCK, G. *Terceirização: (Des)Fordizando a Fábrica: um estudo do complexo petroquímico da Bahia*, SP, Salvador, Boitempo/Edufba, 1995, cap I - A Crise do fordismo e o Modelo Japonês - pp 68-99.

GODOY, M. A. *Relatório de Auditoria para Certificação da Copener Florestal Ltda and Bahia SpecialCellulose S.A. e áreas de arrendamento*. Rio de Janeiro: Bureau VeritasCertification, 2014.

GONÇALVES, M. T.; MACHADO, C. W. da C. *Reflorestamento e mudanças nas condições de vida no Litoral Norte da Bahia*. IN: Caderno do CEAS, n.161, jan./fev. 1996, p. 23-34.

HARVEY, D. *Condição Pós-Moderna*, SP, Ed. Loyola, 1992. Caps. 10 e 11.

LIMA NETO, W. M. R. *Quando a Terceirização Não Funciona : a "Primeirização " das atividades de manutenção industrial na Caraíba Metais*. [s.l.] UFBA, 2008.

OLIVEIRA, G.G. , ANDRADE, M.L. *A monocultura do eucalipto na Bahia: um retrato da apropriação privada*. Cadernos do CEAS, Salvador, n. 237, p. 294-326, 2016.

POCHMANN, M. (2007). *Sindeepres 15 anos – a superterceirização dos contratos de trabalho*. Disponível em: <http://www.sindeepres.org.br/v01/index/Pesquisa%20Marcio%20Pochman.pdf>. 31p. Acesso em 15 de jun. de 2018.

PIRES, R. R. C. *Estilos de implementação e resultados de políticas públicas: fiscais do trabalho e o cumprimento da lei trabalhista no Brasil*. Dados - Revista de Ciências Sociais, v. 52, n. 3, p. 734–769, 2009.

QUAGLIA, L.J.C. *Relatório de Auditoria para Copener Florestal*. Rio de Janeiro: Bureau VeritasCertification, 2015.

SAMPAIO, Marieze Rosa Torres. *Formação de Atores e Reestruturação do Espaço: O caso COPENER celulose no Litoral Norte da Bahia*. Dissertação de Mestrado, PPGCS - FFCH, UFBA, 1990.

VIDAL, A.C. F. *O renascimento de um mercado: o setor de celulose solúvel*. BNDS Setorial, Rio de Janeiro, n. 38, p.79-130, set., 2013.

RESPOSTAS DO MERCADO FINANCEIRO PARA O FUNCIONAMENTO DO MERCADO: SUAS PERSPECTIVAS E INSUFICIÊNCIAS NA DETERMINAÇÃO DAS CRISES

Mauricio Leite Nascimento
Universidade Federal da Bahia

Resumo: Esse trabalho se objetiva a criticar a teoria dos mercados racionais através dos seus próprios pressupostos. A premissa mais criticada será a da racionalidade dos indivíduos, cuja teoria dos mercados eficientes veio se sustentando ao longo do século XX. Método: discutir as teorias que predominaram em Wall Street no século XX e a evolução dessas teorias conforme o surgimento de novos questionamentos, especialmente com crise do capitalismo nesse início de século XXI. Serão descritos e analisados os modelos e suas falhas na tentativa de solucionar problemas do mercado, a utilização dessas ideias na determinação do comportamento dos investidores, ou pelo menos a tentativa de descrevê-la, e a fundamentação do argumento da não intervenção estatal nos mercados, já que estes, supõe-se, são eficientes. Resultados: com a chegada da crise financeira mundial em 2008, inúmeras empresas quebraram em Wall Street e muitos investidores viram o valor de suas aplicações despencar com tamanha rapidez, sendo comparável apenas com a crise de 1929. Conclusão: Diante desse cenário, constatou-se que os mercados não foram capazes de prever e solucionar os problemas econômicos provenientes da crise, sendo que os indivíduos não são racionais, sendo estes, fortemente influenciado por suas emoções e pelo comportamento coletivo.

Palavras-chave: Crise do capitalismo; Mercado financeiro; Mercados eficientes

Abstract: This paper aims to criticize the theory of rational markets through its own assumptions. The most criticized premise will be that of rationality of individuals, whose theory of efficient markets came to be sustained throughout the twentieth century. Method: discuss the theories that dominated Wall Street in the twentieth century and the evolution of these theories as new questions arise, especially with the crisis of capitalism in the early 21st century. The models and their failures will be described and analyzed in the attempt to solve market problems, the use of these ideas in the determination of investors' behavior, or at least the attempt to describe them, and the rationale of the argument of state intervention in the markets, since they are supposed to be efficient. Results: With the advent of the global financial crisis in 2008, countless companies broke down on Wall Street, and many investors saw the value of their applications plummet so fast that it was comparable only with the crisis of 1929. Conclusion: that markets were not able to predict and solve the economic problems arising from the crisis, and that individuals are not rational and strongly influenced by their emotions and collective behavior.

Keywords: Crisis of capitalism; Financial market; efficient markets

1 – INTRODUÇÃO

O ano de 2008 ficou marcado pelo início da atual crise financeira mundial, quando o mercado de ações de vários países sofreram uma grande queda que repercutiu no cenário econômico de todo o globo. O preço das ações das empresas despencaram, as empresas começaram a promover a redução da jornada de trabalho acompanhada de demissões em massa, e o enxugamento do mercado de crédito. Diante desse cenário de instabilidade, as empresas foram obrigadas a adiar seus investimentos e a restrição ao crédito para o público aumentou, mesmo em transações de baixo risco e não especulativas, o que inviabilizou a continuidade de funcionamento de muitas companhias: estavam privadas de seus investimentos e queda da demanda por seus produtos. Os Estados Unidos e a União Europeia, jogadores mais influentes do quadro financeiro mundial e principais responsáveis pela

quebra tiveram suas economias bastante prejudicadas com a crise. A globalização tratou de espalhá-la pelo mundo.

Nenhum evento é comparável a crise atual desde a crise de 1929. O envolvimento com investimentos de alto risco se fez elevar a parcela de empréstimos concedidos a parcela subprime, clientes com pouca capacidade de pagamento. As hipotecas foram as primeiras a despencar. A teoria neoclássica, que havia sido o pensamento dominante até a crise de 1929, perdendo espaço para a teoria de Keynes, voltou ao seu antigo posto de pensamento hegemônico a partir da década de 1970. Isso desencadeou uma série de desregulamentações no sistema financeiro promovido por uma teoria contra quaisquer intervenções estatais. Porém, com a chegada da crise de 2008, a única solução possível para salvar os mercados foi o financiamento estatal, ação de grande divergência da teoria dominante. Agora, tornou-se evidente a necessidade de regulação por parte do Estado e a ineficiência dos mercados em deter as crises. (BRESSER-PEREIRA, 2009)

Justin Fox (2011) apresenta em *The Myth of the Rational Market* as teorias que predominaram em Wall Street no século XX e a evolução destas teorias conforme o surgimento de novos questionamentos no mercado financeiro. O autor apresenta o pensamento de cada período apontando a fundamentação teórica e as falhas nos modelos propostos na solução dos problemas existentes, assim como a ascensão e queda da influência dessas teorias, especialmente diante das crises.

A corrente do mainstream é bastante criticada pelo autor, que descreve no decorrer do livro a utilização dessas ideias na determinação do comportamento dos investidores, ou pelo menos a tentativa de descrevê-la, e a fundamentação do argumento da não intervenção estatal nos mercados, já que estes são eficientes. No entanto, com a chegada da crise financeira mundial em 2008, inúmeras empresas quebraram em Wall Street e muitos investidores viram o valor de suas aplicações despencar com tamanha rapidez, sendo comparável apenas com a crise de 1929. Diante do cenário da crise, a qual os mercados não foram capazes de evitá-la, Justin Fox faz uma provocação quanto a capacidade da teoria vigente em superar a atual crise, levando em consideração as chances de perda da hegemonia no pensamento econômico.

Alan Greenspan, ex-presidente do Banco Central dos Estados Unidos, o Federal Reserve (FED), mostrou-se decepcionado e surpreso ao mesmo tempo ao perceber que, a teoria que vinha sendo defendida há mais de quarenta anos, sendo largamente utilizada por governos, empresas e investidores, não estava mais sendo suficiente para explicar as mudanças que estavam acontecendo na economia.

A criação de instrumentos e mecanismos no setor financeiro, atrelados a desregulamentação, resultaram na expansão do crédito, aumento da alavancagem financeira e o crescimento do mercado de ações. Conseqüentemente, a expansão dessas atividades trouxe consigo o aumento do risco nessas transações, normalmente associado a remuneração do ativo. Segundo Greenspan, as ferramentas de controle e as informações disponíveis fizeram do mercado de ações um lugar perfeito na alocação de investimentos, especialmente no que se refere no trade-off entre risco e retorno financeiro.

2 - A IDEIA DA RACIONALIDADE DOS MERCADOS

Na teoria dos mercados eficientes, que carrega consigo o fenômeno random walk, o mercado possui todas as informações sobre os títulos. De acordo com essa hipótese, a variação do preço das ações acontece de forma estocástica, estando livre da influência de variações passadas. Além disso, o preço do ativo reflete totalmente as informações disponíveis no mercado em decorrência de informação simétrica, não deixando margem para a formação de bolhas. No entanto, essa desregulamentação do mercado financeiro não foi o suficiente para deter a chegada da crise financeira de 2008, já que a eficiência dos mercados era responsável por se ajustar a quaisquer assimetrias.

Gibson (1989) argumenta que a especulação não é algo inerente ao mercado, sendo necessário analisar as suas reais implicações. O autor levanta a evidência de que o preço dos ativos se ajusta conforme as informações disponíveis e que essas variações possuem comportamento estável. Gibson argumenta que risco e incerteza são os dois fatores capazes de proporcionar movimentos especulativos no mercado de ações, o que implica que a velocidade com que se eliminam esses dois fatores estará relacionada com o resultado com que se eliminam as chances de especulação.

Justin Fox aponta que os modelos são simplificações da realidade, indicando que nem tudo deve ser seguido a risca. Segundo Fox, o campo das finanças não era um centro de movimentação política, sendo lugar de apelo científico, racionalidade e matematização.

Most of the scholars who backed this hypothesis early on didn't mean for it to be taken as a literal description of reality. It was a scientific construct, a model for understanding, for testing and engineering new tools. All scientific models are oversimplifications. The important test is whether they're useful. (FOX, 2011, p. X)

A teoria dos mercados eficientes assume o perfeito funcionamento do sistema econômico, associando desvios e não conformidades a atitudes irracionais e a atuação do governo. A teoria é fundamentada dessa forma vide a necessidade de uma trajetória convergente para o equilíbrio, o que pressupõe estabilidade estrutural. Instabilidades são

setoriais ou passageiras. Segundo Bueno (1997), a presença de instabilidade estrutural faz com que o equilíbrio seja alcançado somente em condições especiais. O mercado perde a sua eficiência nessas condições já que as expectativas tornam-se insustentáveis frente a um cenário de alta instabilidade.

O arcabouço teórico referente aos mercados eficientes é fundamental para a construção da teoria econômica no que tange a tomada de decisões. O fato da complexidade do sistema econômico resultar em previsões imprecisas, autores como John Maynard Keynes e Robert Lucas foram responsáveis por contribuir com a teoria econômica na formulação de teorias sobre expectativas e incertezas. Sob a ótica do mainstream, a tomada de decisão é tomada fundamentada em base matemática. Já o pensamento keynesiano e o pós-keynesiano, fundamentados também no historicismo, apontam as instituições como forma de moldar o comportamento do público, reduzindo as incertezas. Risco se diferencia de incerteza pois esta não é mensurável, o que impede o cálculo racional por parte dos agentes.

Apesar da hipótese dos mercados racionais advir da ideia de livre mercado, esta não compreende fatores políticos em sua análise. Essa teoria preza pela cientificidade, o que corresponde a matematização das suas questões. Em 1906 o economista Irving Fisher publicou o livro *The Nature of Capital and Income*, que repercutiu positivamente na teoria econômica e influenciou os investidores de Wall Street. A obra traz a discussão de inúmeros conceitos como renda, riqueza, risco e propriedade. Para Fisher (1906), as leis naturais são fundamentais na determinação do comportamento dos agentes e da atuação eficiente do mercado. Fisher ainda descreve a noção de utilidade como parte de qualquer fenômeno econômico, além de determinar graus de intensidade de risco de cada operação, assim como a propensão de cada agente em assumir riscos.

Além das significativas contribuições para a teoria Neoclássica, Irving Fisher também era um bom investidor. Ao mesmo tempo em que se preocupava na validação e aceitação da sua teoria, conseguiu enriquecer na bolsa de valores, se tornando bastante conhecido entre os investidores. O seu desempenho como investidor e sua capacidade intelectual renderam-lhe muitas consultorias, o que de fato fez a sua influência presente nos mercados além da sua própria atuação. No entanto, Fisher tornou-se mais conhecido ao prever que a crise que estava por vir na década de 30 seria brevemente passageira. Viu as suas ações despencarem, perdendo toda a sua fortuna. Muitos investidores auferiram grandes prejuízos devido aos seus conselhos, o que lhe gerou um descrédito como investidor.

Irving Fisher had succumbed to the myth of the rational market. It is a myth of great power—one that, much of the time, explains reality pretty well. But it is nonetheless a myth, an oversimplification that, when taken too literally, can lead to all sorts of

trouble. Fisher was just the first in a line of distinguished scholars who saw reason and scientific order in the market and made fools of themselves on the basis of this conviction. (FOX, 2011, p. 5-6)

Apesar do seu fracasso como investidor, Fox (2011) considera que Irving Fisher estava à frente do seu tempo no estudo das finanças, apontando para o matemático francês Louis Bachelier como outro estudioso com o mesmo “espírito”. Orientado por Henri Poincaré, Bachelier tratou de descrever o comportamento dos preços das ações, chegando a conclusão que o comportamento desses preços poderia ser descrito por meio de uma curva em forma de sino. Nesse estudo, Bachelier chamou a atenção ao afirmar que a expectativa de especulação era zero. Dessa forma, o montante de ganhos é igual ao montante de perdas. Fox aponta que isso não é estritamente verdadeiro, pois as ações apresentam retornos positivos ao longo do tempo, porém, é um bom argumento para o entendimento dos ganhos no mercado financeiro. Fox argumenta que o investidor médio não pode ganhar do mercado pois o investidor médio é o próprio mercado.

Existem inúmeros fatores que exercem influência nas flutuações no mercado de ações, sendo a variável tempo um fator importante nessa análise. Essas flutuações são influenciadas tanto pelo resultado de investimentos realizados, quanto por aqueles investimentos que estão por vir. Outro fator a ser levado em consideração é a intensidade com que essas flutuações acontecem. Determinados comportamentos podem exercer maiores ou menores influências na variação do preço das ações. A tendência seguida por esses movimentos também é um fator importante nessa análise. No entanto, o movimento dos preços na bolsa não são determinados apenas pelos investimentos e atitudes das empresas, o que impede a exatidão dos modelos matemáticos. O cálculo probabilístico não possibilita determinar o movimento da bolsa de valores como um todo, apenas em situações estáticas. Nessas condições, é possível analisar matematicamente o mercado de ações em determinado período, baseado na posição atual do mercado. (BACHELIER, 1900)

São essas previsões estáticas, as quais o resultado do cálculo é mais assertivo, o fator que mais exerce influência na atividade do especulador, lembra Fox ao citar Bachelier.

It is precisely this probability, he acknowledged, that most interests the speculator. “He analyzes causes which could influence a rise or a fall of market values or the amplitude of market fluctuations. His inductions are absolutely personal, since his counterpart in a transaction necessarily has the opposite opinion.” (FOX, 2011, p. 8)

Fox (2011) lembra que as ações coletivas também é um fator determinante no mercado de ações, apontando para o comportamento de manada como um bom exemplo de influência emocional coletiva. Ele compartilha com o mesmo pensamento de Poincaré, que observou

que quando indivíduos estão em grupos, os seus comportamentos não são decididos individualmente, mas influenciado também pelo ambiente.

O fato da principal obra de Fischer possuir uma leitura acessível, *The Nature of the Capital and Income* está sob forte influência do método dedutivo, cuja análise está fundamentada na matemática e na lógica. A variação dos preços no mercado de ações foi descrita por Bachelier como similar ao movimento browniano, referindo-se à aleatoriedade dos movimentos. Já Fischer considerou essas variações como chances de êxito ou perda. Apesar do determinismo, Fox aponta que Fischer havia acumulado experiência suficiente para concluir que a variação dos preços das ações não é determinada de forma totalmente aleatória. A decisão individual de cada investidor na alocação de recursos resultará em ganhos e perdas diferentes. No entanto, as falhas cometidas pelos investidores costumam apontar para as mesmas direções, o que fortalece o argumento do comportamento de manada.

Outra importante contribuição de Fisher foi a adaptação da equação de presente valor utilizadas para calcular o preço dos títulos públicos. Títulos públicos são garantidos pelo governo, sendo uma fonte segura para os investidores na alocação de capital. A impossibilidade de se calcular com exatidão o valor presente das ações das empresas, já que estas poderiam quebrar mais fácil do que um governo, fez com que Fischer inserisse o fator risco no cálculo do retorno do ativo. Essa ferramenta é a medida de aversão ao risco.

In the appendix to the chapter he suggests the standard deviation as a measure of risk. He perceives that willingness to assume risks will differ among individuals, and that these differences will affect markets' allocations of risk among them. (TOBIN, 2005, p. 210)

Através da teoria de Fischer podemos entender o como as medidas de risco influenciam a alocação de recursos financeiros por parte dos investidores. É possível observar a relação positiva entre risco e retorno dos ativos. Fischer sugere o desvio padrão para medir esses riscos.

3 - CRÍTICAS E ADAPTAÇÕES NA TEORIA

A crítica de Frederick Macaulay sobre as determinantes no comportamento dos mercados foi além do argumento da aleatoriedade os eventos. Ele admitiu que os movimentos aleatórios no mercado de ações não se davam necessariamente por meio de uma curva em forma de sino. Caso os eventos fossem mesmo aleatórios, não se comportariam dessa forma, fazendo uma analogia aos resultados ao se jogar uma moeda. Ao mesmo tempo, ele concluiu através dessa mesma analogia que a sequência resultante desse jogo de cara ou coroa poderia ocasionar em resultados negativos, o que impossibilitaria a análise já que as ações não

assumem valores negativos. Outro ponto importante no estudo de Macaulay é que as variações no mercado de ações não ocorrem de forma proporcional ao longo do tempo. A amplitude dessas variações não acontecem de forma igual de um período para o outro.

O conhecimento tácito adquirido em uma firma de investimento, além do contato com familiares que atuavam no segmento, contribuíram significativamente para o pensamento de Macaulay. Isso o diferenciou de outros pensadores já que nem todos os acadêmicos tinham a mesma prática, tampouco um pai e um avô como referência. Esses fatores fizeram Macaulay perceber a influência do comportamento humano no desempenho do mercado de ações, concordando com Fisher ao perceber que o comportamento humano não era aleatório, remetendo-se à ideia de comportamento de manada. Macaulay argumentava que se o comportamento humano fosse normalmente distribuído, o esforço das ciências exatas para determinar o comportamento de variáveis econômicas reduzir-se-ia a lógica.

Like physicists ignoring friction in building their models of the world, economists became more and more comfortable with ignoring widely recognized realities of human behavior in order to build better models of it. (FOX, 2011, p.28)

No entanto, os erros cometidos pelos investidores em fazer previsões não foram aleatórios, como aponta Fox para duas características descritas por Macaulay, foram sistemáticos e constantes. Segundo Macaulay, esses erros estavam fortemente relacionados a fatores inerentes aos seres humanos como as emoções. Somada a assimetria de informação e a diferentes propensões ao risco, todas as decisões humanas acerca do futuro serão imprecisas. Para atenuar esse problema, Macaulay sugere mais intervenção estatal no que se refere ao aumento da estabilidade nos mercados, tornando as previsões mais precisas. Apesar das críticas feitas a consistência dos modelos matemáticos para uma melhor alocação de recursos, Macaulay é bastante conhecido pelo seu modelo fundamentado em ideias racionais, cuja utilização destina-se a investidores, mais conhecido como duração de Macaulay.

Além de Macaulay, Fox aponta Holbrook Working, cuja contribuição na teoria econômica também se deu no campo dos preços futuros no mercado de ações. Analisando os dados da agricultura, Working identificou alguns comportamentos que se repetiam ao longo da série. No entanto, foram as aleatoriedades que pareciam se destacar em meio a série. Na teoria dos mercados eficientes, o preço dos ativos reflete toda a informação disponível, não deixando espaço para ganhos por meio de assimetria de informação. Por outro lado, Working percebeu também que existiam fatores aleatórios influenciando os preços. A crítica de Working a teoria dos mercados eficientes foi contundente ao afirmar que se o preço dos ativos refletissem todas as informações disponíveis, logo não haveria ganhos com especulação.

A existência de incerteza é um problema na escolha de um portfólio ótimo de ações no mercado financeiro. Para viabilizar o cálculo, admite-se que não há assimetria de informação, o que Fox considera como logicamente impossível. A explicação de Oskar Morgenstern foi bastante convincente para os investidores. Economista da escola austríaca, Morgenstern argumentava que não existia certeza nas relações humanas, tendo o trabalho de incorporar as incertezas no cálculo. Dessa forma, relacionou risco ao retorno financeiro de forma positiva, associando a combinação dessas variáveis a níveis de utilidade.

Morgenstern sought an economics that incorporated limits to the ability to see into the future. He saw no hint of it in the work of his fellow economists, of whom he grew increasingly disdainful. The developments of the late 1930s, in which young Keynesians grafted a few kludgy imperfect-foresight formulas onto the body of perfect-foresight mathematical economics, aggravated him. (FOX, 2011, p. 49)

Já nos Estados Unidos, em 1938, Morgenstern junto com o matemático John von Neumann começaram a construir o livro *Theory of Games and Economic Behavior*, que foi lançado em 1944. Reconhecendo a impossibilidade de prever o futuro, os autores elaboraram uma forma de cálculo capaz de apontar diferentes níveis de utilidade para a alocação de recursos conforme o risco do investimento. Relacionando os retornos financeiros ao nível de utilidade, multiplica-se esta pela probabilidade de ocorrência do evento, no caso, ganhos ou perdas. Fazendo o cálculo para diferentes possíveis alocações de recursos, comparam-se os resultados e a melhor alocação será aquela com a maior utilidade para o investidor. Fox destaca que a maior contribuição dos autores no campo econômico possui a seguinte essência:

When outcomes are uncertain, think probabilistically. Assign a numerical value, a.k.a. utility, to each potential outcome, then decide how probable each is. Multiply probability by utility, and one gets what came to be called “von Neumann-Morgenstern expected utility.” (FOX, 2011, p. 51)

Harry Markowitz, outro pensador da escola de Chicago, concluiu que os investidores diversificavam seus investimentos visando reduzir o risco, análogo ao pensamento de não colocar todos os ovos na mesma cesta. Com base na teoria da utilidade esperada de von Neumann-Morgenstern, Markowitz foi o primeiro a apontar a mensuração do risco através da variância do comportamento do preço dos ativos. Ele propôs a medição dessa variância para cada ativo individualmente, apontando para o risco inerente ao ativo e a observação da covariância entre os diversos ativos, apontando para o risco do mercado em geral. Analogamente, se a maré sobe, todos os barcos sobem juntos. Markowitz percebeu que diferentes investidores maximizam diferentes coisas, como é o caso dos indivíduos avessos ou propensos ao risco.

4 - ASCENÇÃO E QUEDA DA TEORIA

A noção de equilíbrio difundida pelos pensadores da escola de Chicago defendia o mercado como um mecanismo perfeito. No entanto, face aos problemas enfrentados pelos economistas, matemáticos e estatísticos na determinação do comportamento do mercado, a escola de Chicago associou essas falhas às intervenções estatais. Qualquer ação intervencionista do governo irá provocar distorções no mercado, defendia a escola de Chicago, alegando a perfeição dos mercados. Em divergência, muitos pensadores viam o governo como o principal jogador na resolução de problemas e na redução da instabilidade.

Bueno (1997) afirma que caso a instabilidade esteja presente na estrutura, o equilíbrio é apenas alcançado em condições bastante especiais. Dessa forma, na existência de instabilidade estrutural, as expectativas racionais tornam-se insustentáveis, não conseguindo convergir para o ponto de equilíbrio. Segundo o autor, os modelos da corrente Novo Clássico, pela sua própria definição, não podem agregar processos de mudanças estruturais. Isso acontece porque as mudanças estruturais implicam em um cenário de instabilidade muito alto.

Dessa forma, perturbações no funcionamento do sistema econômico são meramente exógenos, como afirma Vercelli (1991). Isso nos remete ao questionamento da ineficiência das políticas econômicas promovidas pelo governo e o mercado auto regulador o qual converge ao equilíbrio. Observamos que Lucas desenvolve sua teoria de uma forma divergente da teoria keynesiana, estabelecendo os pressupostos da teoria clássica, porém, com uma nova roupagem sofisticada. Vercelli (1991) ainda aponta para a crítica de Lucas quanto a impossibilidade no estabelecimento de critérios confiáveis referentes às políticas econômicas fundamentadas em fatos concretos, sendo possível apenas por meio da utilização do ferramental matemático.

Milton Friedman foi um dos economistas mais destacados do século final do século XX, cujo período entre 1975 e 2005 é apontado como a era Friedman. O período anterior desde 1945 havia sido bastante influenciado pelo pensamento de Keynes, até quando o pensamento de Friedman emergiu. Com a chegada da crise financeira de 2008 o pensamento de Friedman não foi suficiente para tratá-la, tampouco para conter seus efeitos. O fato de ser o pensamento dominante afasta a possibilidade de influência de outras escolas de pensamento na formulação de políticas econômicas, especialmente aquelas relacionadas à saída da crise. Esse distanciamento se dá especialmente àquelas escolas de pensamento ligadas a Keynes, o que resulta em duras consequências econômicas. (PALLEY, 2014)

A desregulamentação do mercado financeiro, ideia bastante difundida entre os monetaristas, se justifica pelo argumento da auto regulação do mercado. No entanto, a hipótese dos mercados eficientes não se sustentou frente à crise financeira mundial de 2008.

Um mercado para ser eficiente precisa apontar informações necessárias como risco e retorno para uma alocação eficiente dos recursos. Além disso, os preços dos ativos refletem totalmente as informações disponíveis, já que não existe assimetria. Essa foi a descrição feita por Fama (1970) sobre os mercados eficientes. Em um mercado eficiente, onde o preço das ações refletem totalmente as informações disponíveis, os preços variam constantemente de forma independente. A probabilidade de variação é igual para todos os ativos, sendo que essas oscilações são derivadas de processos estocásticos.

Harry Roberts, apontado por Fox (2001) como um dos principais precursores na teoria do random walk, decidiu separar os níveis de eficiência de mercado conforme a sua força. Uma eficiência “weak” era aquela antiga versão que propunha que não se poderia ganhar do mercado através da análise de dados passados. O que Roberts chamou de eficiência “semi-strong” foi da impossibilidade de se ganhar do mercado através de informações publicamente disponíveis. Já o que ele chamou de eficiência “strong” estava relacionado ao conhecimento da perfeição do mercado apenas pelas informações privadas, o que caracteriza claramente assimetria de informação.

Decisões individuais não devem interferir nas decisões coletivas no mercado financeiro, como é apontado pela hipótese dos mercados eficientes. No entanto, não foi o que aconteceu em 1987. Quando os modelos matemáticos apontaram para a venda das ações presentes no portfólio de grandes competidores no mercado de ações, a queda no índice Dow Jones chegou a 23% em um único dia. Esse acontecimento nos leva a questionar a possibilidade de concentração de poder no mercado financeiro, e como esses participantes se aproveitam disso.

A queda em 1987 levou a uma crítica mais dura sobre a hipótese dos mercados eficientes, quando questionou-se a definição de risco adotada no âmbito acadêmico e nos mercados financeiros, que segundo Fox, estava inadequada.

Dessa forma, como Fox aponta, a utilização dos modelos matemáticos na determinação do comportamento dos preços no mercado financeiro e conseqüentemente dos acionistas, eram usados por conveniência, como é caso das variações dos preços de forma aleatória, cujas variações obedecem a uma ordem resultante em uma curva de sino. Esses mecanismos foram bastante utilizados nas teorias de composição de portfólios, análise de risco e retorno financeiro. Fox ressalta que seria difícil um sistema capitalista sem a quantificação dos riscos e dos retornos, porém, faz uma ressalva da dificuldade em fazê-lo em um mercado financeiro. O problema está em atribuir leis naturais para uma ferramenta que não é natural, como é o caso do mercado financeiro.

A suposição de que aqueles investidores que não seguissem o modelo dos mercados eficientes estariam fora do mercado se enfraquece quando Andrei Shleifer e Lawrence Summers apontam para os investidores que tomam decisões com base no próprio conhecimento ao invés da utilização de dados para balizar essas decisões. Após a queda em 1987, o investidor George Soros utilizou a palavra reflexividade ao tratar sobre o comportamento dos mercados. Segundo Soros, a insuficiência da teoria econômica na explicação desse comportamento é que o mercado financeiro se comporta conforme o comportamento dos agentes, sendo passível de especulação.

Justin Fox não propõe uma nova teoria econômica, tampouco uma solução para os problemas tratados no decorrer de sua obra. Ele faz uma crítica a teoria dos mercados racionais através dos seus próprios pressupostos. A premissa mais criticada pelo autor é da racionalidade dos indivíduos, cuja teoria dos mercados eficientes veio se sustentando ao longo do século XX. Fox trata de mostrar que os indivíduos não são racionais, sendo estes, fortemente influenciado por suas emoções e pelo comportamento coletivo. O livro *The Myth of the Rational Market* não encerra a discussão sobre o tema, permitindo que a atual teoria dominante adapte-se diante a crise financeira atual, propondo soluções alternativas ao mito dos mercados racionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACHELIER, Louis. *Theory of Speculation* (translation of 1900 French edition). In P. Cootner, editor, *The Random Character of Stock Prices*. MIT Press, 1964. Reprint.

BUENO, N. P. Um critério de demarcação para a abordagem da economia política. In *Pesquisa & Debate*. São Paulo, PUC-SP, volume 8, número 1 (10), 1997.

FAMA, E. *Efficient Capital Markets: a review of theory and empirical work*, *Journal of Finance* 25, p. 383-417, 1969. Publicado em maio de 1970.

FISHER, Irving, 1867-1947: *The nature of capital and income*, (New York, The Macmillan Company; London, Macmillan & Co., ltd., 1906

GIBSON, George Rutledge. *The Stock Exchanges of London, Paris, and New York: A Comparison* (New York: G. P. Putnam's Sons, 1889), 6-7 (manias and panics), 121 (bucket shops)

PALLEY, Thomas. 2014. *Economía y economía política de Friedman: una crítica desde el viejo keynesianismo*. *Investigación Económica*, LXXIII.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. *Crise e Recuperação da Confiança*. *Revista de Economia Política*. São Paulo, vol. 29, nº 1, p. 133-149, jan.-mar. 2009.

TOBIN, James. Fisher's Nature of Capital and Income. *American Journal of Economics and Sociology*. Volume 64, Issue 1, pages 207-214, January 2005.

VERCELLI, A. *Methodological foundations of macroeconomics: Keynes and Lucas*. Cambridge, Mass.: Cambridge Univ. Press, 1991.

CONTROLE SOCIAL NO ÂMBITO DO SUAS: UMA ANÁLISE A PARTIR DA REPRESENTAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS) DE MURITIBA/BA

SOCIAL CONTROL IN THE SCOPE OF SUAS: AN ANALYSIS FROM THE REPRESENTATION OF MUNICIPAL COUNCIL OF SOCIAL ASSISTANCE (CMAS) IN MURITIBA-BA

Queila Patricia Pereira de Jesus

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe (UFS)

599

RESUMO

O artigo é resultado de parte de um Trabalho de Conclusão do Curso de graduação em Serviço Social da UFRB/CAHL e tem o objetivo de identificar a efetividade do controle social no CMAS de Muritiba/BA, a partir da representação exercida pelos conselheiros (representantes da sociedade civil e do governo). Foram feitas entrevistas semi-estruturadas com sete conselheiros: três representantes da sociedade civil (um representante de entidade dos trabalhadores do setor; um representante de organização de usuários; e, um representante de usuários) e quatro representantes do governo. Para interpretação dos dados utilizou-se a técnica de análise de conteúdo, na modalidade de análise temática. A natureza do objeto de pesquisa demandou uma abordagem prioritariamente qualitativa, porém os aspectos quantitativos não foram desconsiderados. Os resultados apontam que os desafios para materializar o controle social no referido Conselho são múltiplos, tendo em vista a cultura fortemente antidemocrática que caracteriza a sociedade brasileira. Trata-se de uma representação fragilizada, portanto, há necessidade de capacitação contínua dos conselheiros, tanto técnica quanto política. Além desse aspecto, aponta-se a necessidade da construção de um modelo educativo voltado para o exercício da cidadania ativa.

Palavras-chave: Assistência Social. Controle Social. Conselhos. Democracia. Cidadania.

ABSTRACT

The article is the result from part of an Undergraduate Thesis of the Social Service Course from UFRB/CAHL and aims to identify the effectiveness of social control on the CMAS of Muritiba/BA, based on the representation exercised by the counselors (civil society and government representatives). Semi-structured interviews were conducted with seven councilors: three civil society representatives (one representative from the sector of workers' organization, one representative from user's organization, one user's representative), and four government representatives. For the interpretation of the data, the technique of content analysis was used in the thematic analysis modality. The character of the object of this research primarily demanded a qualitative approach; however, the quantitative aspects were not disregarded. The results indicate that the challenges to materialize social control in this Council are multiple, given the strongly undemocratic culture that characterizes Brazilian society. It is a fragile representation, therefore, there is a need for continuous training of

counselors, technicians and politicians. In addition to this aspect, it is necessary to construct an educational model focused on the exercise of active citizenship.

Key words: Social Assistance. Social control. Councils. Citizenship. Democracy.

1 Introdução

A partir da Constituição Federal (CF) de 1988, na qual estão incorporados elementos da social-democracia, é atribuído à assistência social, que até então se resumia em atos de “ajuda ao próximo” pelos “homens bons”, o caráter de política pública no Brasil (BEHRING; BOSCHETTI, 2011). Após cinco anos e longas tentativas governamentais de despolitizar a assistência social, foi aprovada a Lei 8.742 de 07 de dezembro de 1993, denominada de Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). A partir desta lei, entre outros aspectos, criam-se os Conselhos de assistência social (em âmbito nacional, estadual, do distrito e municipal), caracterizados como instâncias deliberativas, de composição paritária entre governo e sociedade civil, responsáveis, em conjunto com outros mecanismos, pelo controle social da política de assistência.

É papel dos Conselhos, dentre outras atribuições, aprovar propostas orçamentárias, acompanhar e avaliar o desempenho dos programas e projetos desenvolvidos pelo Sistema Único de Assistência Social – SUAS (BRASIL, 2012). Nessa perspectiva, podem contribuir para a efetivação dos direitos assegurados por lei, ou até mesmo para a construção de novos (a partir da demanda dos usuários dos serviços), isto é, no fortalecimento da cidadania ativa da população.

Cabe salientar que o termo “controle social” é dual, pois indica o controle do Estado sobre a sociedade ou a dominação de uma classe sobre outra, bem como o controle das ações do Estado pela sociedade (RICCI, 2007; SIRAQUE, 2005). Destarte, o sentido do termo no presente trabalho equivale à desprivatização do Estado, através da participação da sociedade nos assuntos considerados como públicos (inovação estabelecida pelo texto da CF/1988).

A democracia participativa, presente na configuração dos Conselhos de políticas públicas, é uma mescla de “representação” com “participação” (democracia direta). Pois, quando se trata dos representantes da sociedade civil, por exemplo, a escolha deve ser realizada pela comunidade em fórum próprio, por meio de um debate público. Ou seja, os representados devem dialogar face a face com os seus possíveis representantes.

Conforme a resolução nº 237 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), artigo 11º, a escolha dos representantes da sociedade civil deve ocorrer em foro próprio, sob coordenação da sociedade civil e supervisão do ministério público, e envolve três segmentos:

representantes de usuários ou de organização de usuários da assistência social, entidades e organizações da assistência social, entidades de trabalhadores do setor. A escolha dos representantes do governo, por sua vez, fica a cargo do chefe do poder executivo (artigo 12º).

Todavia, há uma enorme distância entre a regulamentação do Conselho e o exercício de sua função enquanto mecanismo de controle social. Muitos não deliberam e são raros os que possuem representação governamental e da sociedade civil dotadas de representatividade¹.

Desse modo, a materialização do controle social efetivo nos Conselhos de políticas públicas é um desafio. Campos (2007) sinaliza duas pré-condições para o exercício de um controle social efetivo, a saber: 1º. A existência de governos democráticos; 2º. A presença de uma sociedade civil organizada e motivada para o interesse público; e afirma que isso é um processo complexo.

Infelizmente, como destacam Behring e Boschetti (2011, p.182), e é reiterado por Campos (2007) no decorrer da sua explanação, vivemos em um país onde há uma “[...] cultura política fortemente antidemocrática [...]”. Em algumas localidades, na ausência de uma sociedade civil organizada e consciente, os representantes não possuem um contato direto com os seus representados e exercem a sua representação por uma questão meramente normativa (o repasse de verbas requer a formação dos Conselhos), comprometendo a representatividade. Nas palavras de Campos (2007, p.102), “[...] falam e votam pelos usuários, porém, não os representam efetivamente”.

Apesar dos desafios apontados, a proposta conselhistas é embebida de potencial democrático. Dessa maneira, na construção da pesquisa partiu-se da seguinte premissa: a efetividade do controle social no Conselho está diretamente vinculada à qualidade da representação exercida pelos conselheiros. Destarte, a *priori* realizou-se uma breve caracterização do perfil dos conselheiros que participaram da entrevista semi-estruturada. Em seguida, foi feita uma descrição acerca da metodologia utilizada para o desenvolvimento do trabalho, bem como os aspectos éticos que foram respeitados para realização da pesquisa. Por fim, realizou-se a discussão dos dados coletados, por meio das entrevistas, com o propósito de

¹ De acordo com Paz (2009, p.26), “[...] a representação supõe a escolha de organizações e de pessoas para exercerem um papel nos espaços públicos, dentro de determinados limites, com compromissos éticos e com uma determinada pauta e prática política”. Portanto, os representantes, ao ocuparem o espaço deliberativo dos Conselhos, não devem expor os seus anseios individuais, mas apresentar e defender as propostas dos segmentos que os elegeram. Mas, para isso é necessário uma sociedade organizada, que discute as demandas e propõe alternativas de mudanças. O nível de compromisso que o representante possui com o posicionamento ideológico e político do coletivo dos seus representados caracterizará sua representatividade, ou seja, a legitimidade da sua representação.

contemplar o objetivo geral deste trabalho: identificar a efetividade do controle social no CMAS de Muritiba/BA, a partir da representação exercida pelos conselheiros.

2 Perfil dos Conselheiros (entrevistados) do CMAS de Muritiba/BA

Em conformidade com a LOAS/1993, os Conselhos gestores da política de assistência social, seja em âmbito nacional, do distrito federal, estadual ou municipal, devem ser de composição paritária entre o governo e a sociedade civil (BRASIL, 2012). Portanto, delimitamos como sujeitos da pesquisa os representantes do governo e da sociedade civil, suplentes e titulares, que compõem o CMAS de Muritiba/BA.

No total, o CMAS do município em questão é composto por vinte e quatro conselheiros, doze titulares e doze suplentes. As áreas que compõe a representação governamental são: assistência social, saúde, educação, planejamento, administração e obras. A representação da sociedade civil, por sua vez, compreende: Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), Maçonaria, Centro Espírita, Associação das Bordadeiras e Associação do Menor Atleta. Mas, dez conselheiros não foram encontrados, seis mostraram indisponibilidade para realização da pesquisa, um é falecido e sete aceitaram ser entrevistados (quatro titulares e três suplentes) ².

Dentre os sete entrevistados, cinco são homens e duas são mulheres; três são representantes da sociedade civil, divididos entre: representantes das entidades dos trabalhadores do setor³ (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), representante de organização de usuários (CDL) e representante de usuários (Maçonaria) ⁴; e, quatro são representantes do

² Em função das demandas impostas pela ocupação profissional dos conselheiros, não foi possível realizar a entrevista com todos. Em alguns casos as entrevistas eram remarcadas por causa de eventualidades (que envolve, principalmente, as tarefas do local de trabalho). Outros optaram por não serem entrevistados, justificando que havia tempos que não participavam de reuniões, portanto não tinham muitas contribuições para oferecer à pesquisa. Contudo, havia certa insistência por parte da pesquisadora, tendo em vista que a não participação dos conselheiros influencia no objeto de pesquisa. No entanto, eles (re)afirmaram estar assoboados de tarefas no trabalho, fato que, inclusive, compromete a participação nas reuniões.

³ A Resolução CNAS nº 06/2015 determina como legítima todas as formas de organização de trabalhadores do setor, como associações de trabalhadores, sindicatos, federações, confederações, centrais sindicais, conselhos federais de profissões regulamentadas, fórum nacional, fóruns regionais, estaduais e municipais de trabalhadores que defendem e representam os interesses dos trabalhadores que atuam institucionalmente na Política de Assistência Social.

⁴ O entendimento acerca dos representantes de usuários e das organizações de usuários da assistência social encontra-se na Resolução nº 11 do CNAS, de 23 de setembro de 2015, que caracteriza os usuários, seus direitos e sua participação na Política Pública de Assistência Social e no SUAS. Conforme indica o artigo 2º da Resolução, os usuários são cidadãos, sujeitos de direitos e coletivos que se encontram em situações de vulnerabilidade e risco social ou pessoal, que acessam o SUAS. O artigo 3º da Resolução, por sua vez, indica que as organizações de usuários são sujeitos coletivos, que expressam diversas formas de organização e de participação, caracterizadas pelo protagonismo do usuário.

governo. Cabe salientar que a nossa pretensão era agrupar, pelo menos, um representante de cada segmento (representante do governo, das entidades de assistência social, dos trabalhadores do setor, e de usuários ou de organização de usuários). Todavia, infelizmente não foi possível entrevistar um representante das entidades de assistência social⁵.

Três dos entrevistados possuem entre 18 a 28 anos; um entre 29 a 39 anos; e, três têm uma idade maior que 51 anos. Quanto ao quesito cor/raça, quatro pessoas se consideram pardas e três se consideram negras. No que diz respeito à naturalidade, três conselheiros são naturais de Muritiba/BA, dois de São Félix/BA, um de Salvador/BA e um do Ceará. Quanto ao grau de escolaridade, um dentre os sete entrevistados estudou do 1º ao 4º ano do ensino fundamental, um possui ensino médio (2º grau) completo, dois possuem ensino superior incompleto, um possui ensino superior completo e dois possuem pós-graduação.

Os aspectos elencados acima são essenciais para compreendermos “quem são esses representantes e quem/ o quê eles representam”. A seguir, há uma descrição sobre a metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa.

3. Metodologia e Aspectos Éticos

Para realização da pesquisa junto aos conselheiros do CMAS de Muritiba/BA utilizou-se uma abordagem, prioritariamente, qualitativa (em função da natureza do objeto de pesquisa). Houve a necessidade de captar alguns elementos que não podem ser apenas quantificados, como o universo das emoções, pretensões, valores e subjetividades dos sujeitos que participaram da pesquisa (MINAYO, 2009). Contudo, os aspectos quantitativos não foram desconsiderados na pesquisa, pois esses dois tipos de abordagens se complementam (RICHARDSON, 1999; MINAYO, 2009; FLICK, 2009).

Fez-se uso do tipo de pesquisa exploratória para elaboração do estudo, tendo em vista que “[...] pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. [...]” (GIL, 2008, p.27). Optou-se pelo materialismo histórico-dialético (método para analisar o real) por acreditar que o mesmo aponta os caminhos necessários para uma maior compreensão acerca da temática discutida.

A entrevista semi-estruturada fora utilizada como técnica de coleta de dados. Por não seguir à risca o roteiro formulado, esse tipo de entrevista permite que no momento do diálogo

⁵ A LOAS, em seu artigo 3º, se encarrega de definir o que se denomina por “entidades de assistência social”, e especifica três tipos: de atendimento, de assessoramento, e de defesa e garantia de direitos.

o pesquisador realize novos questionamentos que enriquecerão ainda mais o seu trabalho, ao passo em que oferece ao informante a liberdade necessária para respondê-los. Tudo isso, é claro, sem perder o foco principal de cada questão (TRIVIÑOS, 2008).

Para analisar os resultados obtidos por meio das entrevistas, fez-se uso da técnica de análise de conteúdo, na modalidade de análise temática. Segundo Minayo (2009, p.84), “[...] através da análise de conteúdo, podemos caminhar na descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos, indo além das aparências do que está sendo comunicado”. Desse modo, busca-se uma interpretação mais aprofundada sobre a fala do entrevistado, indo além da mera descrição.

O critério de escolha dos entrevistados foi baseado na disponibilidade dos conselheiros, de forma que abrangesse representantes do governo e representantes da sociedade civil (de diferentes segmentos, suplentes ou titulares). Destarte, sete conselheiros participaram da entrevista, como apontado no item anterior.

No momento da entrevista, foi entregue ao entrevistado duas vias do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (uma ficou sob posse do conselheiro e outra sob posse do pesquisador), a serem assinadas por ele e contendo a assinatura do entrevistador/ pesquisador. Dessa maneira, todos foram esclarecidos acerca da preservação da identidade, do livre arbítrio para responder ou não às questões, e a possibilidade de desistência em qualquer momento da pesquisa. Em suma, as entrevistas foram efetuadas nos locais de trabalho dos entrevistados, exceto a dos conselheiros já aposentados (uma foi realizada na residência do conselheiro e outra no local de reuniões do Conselho Municipal de Saúde).

Com o objetivo de preservar a identidade dos entrevistados, seus nomes verdadeiros foram substituídos por pseudônimos, escolhidos de forma aleatória, a saber: Antônio (representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais), Carlos (representante da CDL), Conceição (representante do governo), Ester (representante do governo), João (representante do governo), Lucas (representante do governo), e Miguel (representante de usuário/ Maçonaria). Ainda que nem todos conselheiros tenham participado da pesquisa, a preocupação central era não atribuir nomes iguais ou parecidos aos dos vinte e quatro. No item a seguir, há exposição dos resultados da pesquisa.

4. Resultados e Discussão

Esse item é destinado à apresentação da análise de conteúdo das entrevistas realizadas com os conselheiros, a partir da modalidade de análise temática. Destarte, identificamos categorias temáticas e seus respectivos núcleos de sentido (em algumas categorias). A primeira categoria temática analisada é *a apreensão dos conselheiros sobre o termo controle social*. Em suma, o conteúdo da fala dos entrevistados revela que o significado do termo em questão encontra-se, para eles, associado ao papel do governo em dar respostas às necessidades da população:

Carlos: É as ações que o governo faz aos mais carentes. O político querendo resolver os problemas da sociedade.

Conceição: Surge a parte social, da assistência dada à população, né? Um exemplo: chega um paciente que não tem família e fica aqui internado, a gente procura o controle... A ação social pra dá uma providência da família.

Nota-se que os conselheiros possuem certa dificuldade em explicar o que compreendem acerca da expressão “controle social”, tendo em vista que dos sete apenas dois responderam ao questionamento. Isto significa que tal expressão é algo estranho para eles. Além disso, o conceito fornecido pelos dois entrevistados está distante do que a Constituição Federal de 1988 caracteriza como controle social, na perspectiva de controle das ações do Estado pela sociedade, isto é, de fiscalização e acompanhamento do cumprimento (e qualidade) das ações previstas.

O Conselho é um mecanismo de controle social, mas se os representantes que ocupam este espaço de deliberação não possuem uma clara ideia do significado real desse mesmo espaço e, portanto, do que seja o controle social das políticas públicas é gerada uma série de complicações para efetivá-lo.

A segunda categoria identificada é *a periodicidade das reuniões*; e, os núcleos de sentido são: a falta de periodicidade associada à solicitação do governo; incerteza da periodicidade em função das demandas do cotidiano; a falta de periodicidade associada à falta de pauta para convocar as reuniões. Os entrevistados apontaram os seguintes aspectos em seus relatos:

Antônio: Ah, ali... Não tem assim um período... Porque, poderia ser mensal. Mas, eu não posso nem lhe dizer o que acontece. Eu só posso lhe dizer que só acontecem reuniões ali quando é pedido pelo governo, ou de interesse da secretária. Esse ano ainda não teve reunião. Eles dizem que controlam de acordo com a necessidade... Quando tem que prestar conta ao governo. Do contrário, não tem! Quer dizer, não é um conselho que atua regularmente.

Conceição: Eu não lembro não, viu? É que é tanta agonia na minha vida! Eu sempre recebo um ofício.

Ester: Geralmente ela teria que acontecer uma vez no mês, mas às vezes a gente fica sem pauta pra poder reunir... Entendeu? Porque se não a gente estaria reunindo sempre pra tá falando das mesmas ações. Aí quando acontece algum evento, ou quando monta uma nova secretaria dentro do conselho ou das atividades sociais – como Creas, Cras –, quando abre um novo programa. Aí a gente reúne. E, pra prestação de contas.

Entre outras atribuições, o Conselho é responsável pela avaliação dos programas, projetos e serviços ofertados pela rede socioassistencial. Desse modo, o artigo 13 da Resolução CNAS nº 237/2006 estabelece que é preciso ter reunião do Plenário do Conselho, obrigatoriamente, uma vez ao mês e, extraordinariamente, sempre que necessário. Portanto, as reuniões não são apenas algo que deve ocorrer esporadicamente em função de demandas pontuais, quando surge uma necessidade ou quando “é pedido pelo governo”.

Raichelis (2008, p.204), ao abordar a representação do governo no CNAS, indica que “[...] em alguns casos, essa representação é tida como mais uma tarefa, nem sempre prioritária, a ser cumprida dentro da rotina de trabalho”. O fato de Conceição, representante do governo, não lembrar qual é a periodicidade das reuniões, tendo em vista a “agonia em sua vida”, revela que as demandas do cotidiano interferem na possibilidade de manter uma representação atuante e ativa. Pois, em outro momento da entrevista ela declara que em dois anos, quantidade de tempo que é integrante do conselho, participou apenas de uma reunião. Contudo, a representante do governo reconhece a importância do Conselho, e diz: “[...] É interessante. Que pena que eu não posso estar participando ativamente”.

A terceira categoria é a *percepção dos conselheiros sobre a forma utilizada para compor o Conselho (representantes)*. Os relatos expressam que o critério utilizado para a escolha das representações da sociedade civil e do governo é a indicação. Alguns conselheiros apontam esse critério como negativo, outros como positivo (mas, fazem algumas ressalvas):

Carlos: Concordo, acho interessante. Eles escolhem pessoas com idade mais avançada. Deve ser por representar sabedoria. Só que não gera conflito, a maioria é a favor da administração, de quem está no poder. Deveriam indicar pessoas que não estivessem envolvidas com a política.

João: Teria que ter critérios. Que às vezes a pessoa fala assim “você vai participar disso daqui”, aí às vezes a pessoa participa, coloca o nome, mas não tem aquela disponibilidade de está sempre indo, sempre participando, contribuindo. Como é o meu caso, às vezes não tem como eu ir, então não tem como contribuir naquela pauta. Então, fica meio complicado. Deveria ter alguns critérios, ou então a pessoa que goste realmente daquilo ali, pra poder tá indo.

Lucas: Não, não concordo. Eu acho que o conselho, não só de assistência social, tem que ser carta convite. O que é carta convite? É você abrir em uma

emissora de rádio, abrir num programa de televisão, se tiver no município, e fazer convite às entidades que tenham possibilidades de participar e ter uma pessoa representando aquela entidade. Eu acho que essa é a coisa mais certa. Quando você é indicado... Ah, a presidente indicou alguém que ela tem confiança. A carta convite não, você vai se você quiser, você vai participar por uma vontade sua, não por obrigação. Meu interesse era representar a comunidade, mas represento a secretaria de educação. Como comunidade você pode... As vezes, eu posso chegar como comunidade e dizer: “veio um milhão de reais e eu quero saber como ele foi gasto”. Você como comunidade tem essa autonomia. A gente como entidade não, tem um certo moderamento.

Conceição: Eu acho justa. Porque assim, o conselho disponibiliza duas pessoas pra ficar, duas pessoas de cada órgão. Eu acho interessante. Quando falta um, tem outro. Quem escolhe são os secretariados, pelo menos no meu caso e da minha suplente... Escolheu e perguntou se a gente queria. Eles procuraram as pessoas que estavam mais de frente com a população. Como eu tô no hospital, conheço as necessidades. [...] Se não quiser, tem o direito de sair. Pra não ficar acontecendo o que acabou ficando acontecendo com a gente, né? A gente não tem tempo de ir pras reuniões.

Conforme Moroni e Pinheiro (2009), os representantes da sociedade civil devem ser escolhidos em fórum próprio, livre da interferência do poder governamental (no processo de escolha). No entanto, pelo observado, esse pressuposto não foi considerado no momento da composição atual do CMAS de Muritiba (referente ao ano de 2015). Ou seja, o próprio usuário não vota na sua representação.

Em outro momento da entrevista, perguntamos ao Representante de Organização de Usuários (ROU) e integrante da CDL do município, instituição pela qual ele foi indicado para o Conselho, porque ele representa uma organização de usuários. Obteve-se como resposta: “O CDL é usuário. Entendeu? O CDL representa o comércio, ou seja, o poder econômico”. Portanto, fica claro que há uma distorção do que a Resolução CNAS nº 11/2015 define por organização de usuários.

Há outra problemática, o Representante de Usuários (RU) entrevistado não conhece as demandas do público-alvo da assistência social, não possui contato direto com eles, e afirma: “Nunca utilizei nenhum benefício ou serviço dessa política, apenas solicitei a Carteira do Idoso!”. Ou seja, a sua representação não está sendo dotada de representatividade.

O artigo 4º parágrafo único da Lei nº 560/96⁶, que cria o CMAS de Muritiba e dá outras providências, diz o seguinte: *Os representantes do Governo Municipal serão de livre escolha do prefeito*. Mas, Conceição afirma que “[...] quem escolhe são os secretariados [...]”.

⁶ Até o ano de 2015, período em qual foi realizada a pesquisa, não tinha ocorrido nenhum tipo de alteração nesta lei.

Sendo um ou outro, a verdade é que não há critérios pré-estabelecidos para compor a representação governamental no CMAS, como afirma Raichelis (2008).

A questão do “[...] certo moderamento [...]” apontada por um dos representantes do governo (Lucas) reforça a lógica apresentada por Raichelis (2008) de que o Conselho é um espaço onde apenas a sociedade civil possui autonomia para expressar suas opiniões e questionamentos. Em alguns relatos, percebe-se que o papel de conselheiro não era algo de interesse da pessoa, mas aceitou exercer uma representação, pois alguém (certamente o secretário/a) lhe deu essa ordem.

Siraque (2005, p.173) destaca que “[...] A maioria da sociedade acredita que para os cidadãos fiscalizarem os atos da Administração Pública é necessário *serem do contra*, isto é, a fiscalização é vista mais como espírito de vingança que como direito de cidadania [...]”. Essa análise se confirma na fala de Carlos, o qual aponta que a existência de conflito aparece apenas quando há pessoas de oposição ao atual governante.

A quarta e última categoria necessária para contemplar o objetivo da pesquisa é *o comprimento das deliberações*. Trata-se de uma categoria temática fundamental, pois a partir da maioria dos relatos podemos concluir que não há o controle das ações que são aprovadas:

Antônio: O que nós deliberamos não tem nada de novidade, porque o que é sempre falado lá é que não tem recurso, não tem dinheiro, o dinheiro é pouco. Nunca aprovou nada, nunca tem nada. Se o dono da casa chega e diz “olha, eu só tenho isso para lhe dá”, e você concordar, tudo bem... Mas, se você diz “não, eu tenho direitos!”, a coisa muda.

Carlos: Às vezes nem sabemos qual é a finalidade, mas estamos assinando. Enfim, acredito que o que se assina, se cumpre.

João: Não, afirmar eu não sei. Porque como eu falei a presidente é a que mais participa. Então, não sei informar assim. A única coisa que eu ainda posso falar é sobre... Por exemplo, quando eu participei tinha uma pauta lá, alguns projetos de atividades físicas, saúde, essas coisas. Então, sempre acontece. Isso aí eu sei que realmente acontece. .

Conceição: Não sei.

Ester: Estão. Até porque a gente só decide qualquer coisa a partir das reuniões, tudo registrado em ata. Então, tem que ser, tem que acontecer. A gente trabalha com o possível, né? Trabalha com o que dá. Então, pelo menos minimamente o que tem que acontecer tá acontecendo.

Miguel: Leva tanto tempo pra gente votar que eu nem sei se é aprovado.

O ato de deliberar atribui aos Conselhos um grande poder de influência no desenvolvimento das políticas públicas. Mas, os discursos acima nos revelam que os

conselheiros que não participam das reuniões, ainda que não haja periodicidade, não possuem conhecimento acerca das decisões que são tomadas. A partir da fala dos conselheiros mais “atuantes”, pode-se afirmar que o ato de deliberar não faz parte da “cultura” do Conselho ou, como afirma Ester, as decisões são tomadas na perspectiva neoliberal⁷ de “mínimo”. Portanto, não há um embate político na busca de conquistar o que é dos cidadãos por direito, mas uma aceitação passiva dentro do que é possível, do que cabe no orçamento da prefeitura. Behring e Boschetti (2011, p.183) destacam aspectos importantes sobre o ato de deliberar:

[...] Há conselhos que não deliberam ou nos quais os conselheiros da sociedade civil são indicados pelo poder governamental, a partir de critérios discutíveis e particularistas, num controle inadmissível sobre a sociedade civil, que deve ser autônoma para escolher os seus representantes. Na verdade, os governos, reproduzindo a arraigada cultura política brasileira, querem uma sociedade civil bem-comportada, cordata, sob controle, que, ao invés de apresentar demandas sociais legítimas, contribua para a governabilidade – essa terminologia desmobilizadora e conservadora; que hoje é uma armadilha para própria esquerda. E fazem tudo para isso: desde a cooptação por métodos clientelistas com maior ou menor sutileza, até regulamentações que não respeitam a legislação [...].

Desse modo, é perceptível a falta de autonomia e representatividade dos conselheiros, a ponto de não saber do que se trata e mesmo assim está assinando, como dito por Carlos. Essa problemática envolve, *a priori* e principalmente, a forma de indicação (representação governamental e da sociedade civil) utilizada no município para compor o Conselho. Os usuários dos serviços socioassistenciais, a quem verdadeiramente interessa o desenvolvimento da política de assistência social no município, infelizmente estão sendo sub-representados e não possuem voz dentro do Conselho.

Contudo, para não cairmos no erro de “buscar o culpado por tal situação”, é necessário sinalizar que a falta de envolvimento político dos cidadãos na esfera pública é resultado do modo de produção vigente, ou seja, se manifesta como uma expressão da questão social⁸. Como aponta Felipe (2008, p.80),

⁷ Nos termos de Almeida e Alencar (2011, p.130), este é caracterizado pela: “[...] restrição dos direitos sociais e precarização das condições de trabalho, ampliação do trabalho desprotegido, a redução da ação pública no campo da proteção social, o fenômeno de refilantropização das ações institucionais de enfrentamento das desigualdades sociais e a subordinação da prestação dos serviços sociais à lógica mercantil”.

⁸ Conforme Iamamoto (1999), os elementos necessários para apreender a categoria “questão social” são: a contradição capital x trabalho e o protagonismo da classe operária (com o processo de industrialização). Ou seja, o termo “questão social” é utilizado para designar “o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação de seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade” (IMAMAMOTO, 1999, p. 27). Porém, o referido termo só alcança notoriedade política a partir da ultrapassagem, pelo proletariado, de “classe em si” a “classe para si”, momento que Gramsci denominou de catarse (SIMIONATTO, 2011).

[...] Os escravos assalariados de hoje, em consequência da exploração capitalista, vivem de tal forma acabrunhados pelas necessidades e pela miséria, que nem tempo têm para se ocupar de “democracia” ou de “política”; no curso normal e pacífico das coisas, a maioria da população se encontra afastada da vida política e social.

Portanto, inserido no processo de contradição entre o capital e o trabalho, o “escravo assalariado” não possui condições objetivas de exercer o seu papel de cidadão ativo. Pois, se submete a horas exaustivas de trabalho, com o objetivo de obter minimamente ao final do mês a garantia das necessidades básicas sua e da família que, por sinal, deveria ser asseguradas pelo Estado.

Os demais relatos dos entrevistados expressam que, no município, nunca foram realizadas capacitações com o objetivo de aproximar os conselheiros da política de assistência social, em termos de legislações. Todos afirmaram não conhecer a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), as ações do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), ou a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.

5. Considerações Finais

A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), ao regulamentar os Conselhos de assistência social, complementa a perspectiva democrática de controle das ações do Estado pela sociedade presente no artigo 204 da CF/1988. Portanto, essa “inovação” permite o compartilhamento de poder entre o Estado e a sociedade civil, tendo em vista que os Conselhos se caracterizam como órgãos deliberativos, de caráter permanente e de composição paritária entre governo e sociedade, ou seja, 50% dos representantes devem ser governamentais e 50% devem ser da sociedade civil (SOUZA, 2010; COUTO, et. al.; 2012).

A partir da análise sobre a representação do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Muritiba/BA, conclui-se que não se trata de um espaço no qual o controle social é efetivo. Pelo contrário, tem-se uma representação fragilizada. Embora reconheçam a importância do Conselho, os representantes não possuem uma clara compreensão acerca do que significa o controle social e, por conseguinte, não percebem o princípio chave que deu origem ao Conselho, nem o “por que” e o “para quê” foram indicados para ocuparem tal espaço. Portanto, há em caráter de urgência a necessidade de capacitações (técnica e política)

que visem aproximar os representantes dos objetivos do Conselho. Além disso, aponta-se a importância da construção de um modelo educativo voltado para o exercício da cidadania ativa da população.

Os usuários dos serviços, programas, projetos e benefícios da política de assistência social são representados por pessoas “notáveis” na sociedade, que pouco conhece suas realidades, dilemas do cotidiano e demandas. O próprio usuário não vota na sua representação, portanto o princípio democrático não se faz presente no Conselho. A representação dos trabalhadores do setor é quase inexistente. A maioria dos representantes do governo, por sua vez, não enxerga a participação no Conselho como prioridade em sua rotina, e foram escolhidos por meio de critérios que alguns nem concordam.

Por fim, cabe salientar que o presente trabalho nos permite refletir sobre o desenvolvimento da democracia participativa em âmbito municipal no Brasil, ainda que a partir de uma única realidade. A luta pela instalação do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), em meio a uma conjuntura totalmente adversa, contou com a participação de vários profissionais, dentre eles os assistentes sociais. Destarte, é sempre válido analisar e avaliar o desenvolvimento dos Conselhos, objetivando criar estratégias para fortalecer o controle social na política de assistência, ainda que os Conselhos sejam apenas um dos mecanismos para efetivar o controle social (há outros mecanismos/ instâncias, como por exemplo, as Conferências e os Orçamentos Participativos).

Referências

ALMEIDA, Ney Luís Teixeira; ALENCAR, Mônica Maria Torres. *Serviço Social e políticas públicas* – São Paulo: Saraiva, 2011.

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. *Política Social: fundamentos e história*. – 9 ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. Senado Federal; Secretaria Especial de Informação. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Texto consolidado até a Emenda Constitucional nº 64 de 04 de fevereiro de 2010. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_04.02.2010/CON1988.pdf>. Acesso em: 16 de fevereiro de 2015.

_____. Ministério do desenvolvimento Social e Combate à Fome. *LOAS ANOTADA: Lei Orgânica da Assistência Social*. Reimpressão de 2012.

_____. Conselho Nacional de Assistência Social. *Resolução nº 237, de 14 de dezembro de 2006*. Diretrizes para a estruturação, reformulação e funcionamento dos Conselhos de Assistência Social. Brasília, 2006. Disponível em: <<https://www.google.com.br/webhp?sourceid=chromeinstant&ion=1&espv=2&ie=UTF8#q=r>>

esolu%c3%a7%c3%a3o%20237%2f%202006%20cnas>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2015.

_____. _____. _____. *Resolução nº 06, de 21 de maio de 2015*. Regulamenta entendimento acerca dos trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Disponível em: <Resolu%C3%A7%C3%A3o%20CNAS%206.2015.pdf>. Acesso em: 03 de abr. 2018.

_____. _____. _____. *Resolução CNAS nº 11, de 23 de setembro de 2015*. Caracteriza os usuários, seus direitos e sua participação na Política Pública de Assistência Social e no Sistema Único de Assistência Social, e revoga a Resolução nº 24, de 16 de fevereiro de 2006. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/cnas/legislacao/resolucoes/arquivos-2015/resolucoes-cnas-2015/>>. Acesso em: 03 de abr. 2018.

CAMPOS, Edvaldo Bernardino. O Controle Social da Assistência Social: limites e possibilidades. In *Cadernos de Textos: VI Conferência Nacional de Assistência Social*. – Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Conselho Nacional de Assistência Social, 2007.

COUTO, Berenice Rojas (org.). *O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento*. – 3. ed rev. e atual. – São Paulo: Cortez, 2012.

FELIPPE, William (org.). *O Estado burguês e a revolução socialista*. 2. ed. São Paulo: Editora Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2008.

FLICK, Uwe. Pesquisa qualitativa: por que e como fazê-la. In: *Introdução à Pesquisa Qualitativa*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. - 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008.

IAMAMOTO, Marilda V. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*, 2 ed., São Paulo: Cortex, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (organizadora). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 28. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009

MORONI, José Antônio; PINHEIRO, Márcia Maria Biondi. Formatos e processos de escolha dos representantes da sociedade civil nos conselhos de assistência social. In *Caderno de textos: subsídios para debates: participação e controle social do SUAS*. – Brasília, DF: CNAS, MDS, 2009.

PAZ, Rosângela Dias Oliveira. Representação e representatividade: dilemas para os conselhos de assistência social. In *Caderno de textos: subsídios para debates: participação e controle social do SUAS*. – Brasília, DF: CNAS, MDS, 2009.

RAICHELIS, Raquel. *Esfera Pública e Conselhos de Assistência Social: caminhos da construção democrática* – 5. ed. – São Paulo, Cortez, 2008.

RICCI, Rudá. Controle Social. In *Dicionário de gestão democrática: conceitos para a ação política de cidadãos, militantes sociais e gestores participativos/ Instituto Cultiva, Escola de Governo de São Paulo*, - Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

RICHARDSON, Roberto Jarry. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. – São Paulo: Atlas, 1999.

SIMIONATTO, Ivete. *GRAMSCI: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social*. – 4. Ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

SIRAQUE, Vanderlei. *Controle Social da função administrativa do Estado: possibilidades e limites na Constituição de 1988* – São Paulo: Saraiva, 2005.

SOUZA, Rodriane de Oliveira. Participação e Controle Social. In *Política Social, Família e Juventude: Uma questão de direitos*. SALLES, Mione Apolinario; MATOS, Maurílio Castro; LEAL, Maria Cristina (organizadores). – 6. ed. – São Paulo: Cortez, 2010.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. – 1. ed. – 17. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2008.

A EDUCAÇÃO NA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO NO CIAGO-DF

Roseli Maria Moraes Pachelli

Resumo: O presente artigo versa sobre a questão do adolescente infrator e as medidas socioeducativas aplicadas a ele, em especial, a medida de internação. Uma breve análise dos acontecimentos mais antigos de envolvimento de adolescente com um bando e com os atos infracionais, descortinando a história de crianças e adolescentes envolvidos com ações delituosas. Serão abordados também os parâmetros, jurídicos, fundamentados ao longo do tempo, princípios e garantias fundamentais relacionados às crianças e aos adolescentes, tópicos acerca da responsabilização ao menor infrator por seus atos. Integra também um estudo das medidas socioeducativas constantes no Estatuto da Criança e do Adolescente, a obrigação de reparar o dano, a inserção deste em atividades esportivas, culturais, escolares e profissionalizantes. Abordando a Unidade de Internação CIAGO/DF, a ação social, sua estrutura e capacidade para os atendimentos e suas atuações socioeducativas e preparações de equipes e demais recursos disponíveis para ressocialização.

614

Palavras-chave: Adolescente; Internação; social; Educação.

Abstract: This article deals with the issue of the adolescent offender and the socio-educational measures applied to him, especially the hospitalization measure. A brief analysis of older events involving teenage involvement with a gang and with offending acts, revealing the history of children and adolescents involved in wrongdoing. It will also address the parameters, legal, grounded over time, principles and fundamental guarantees related to children and adolescents, topics about accountability to the juvenile offender for their actions. It also includes a study of the socio-educational measures contained in the Statute of the Child and Adolescent, the obligation to repair the damage, and the insertion of this in sports, cultural, school and professional activities. Approaching the CIAGO / DF Internation Unit, the social action, its structure and capacity for attendance and its socio-educational activities and preparations of teams and other resources available for resocialization.

Key words: Adolescent; Internation; social; Education.

Depois da morte de Lampião e Maria Bonita na gruta do Angico (SE) e do fim da resistência de Corisco e Dadá, vencidos na Bahia. O cangaço morreria nos anos 40. Alguns homens, poucos sobreviveram para contar a história. Dentre eles, a figura frágil e perplexa de Volta Seca, “cabra” de confiança de Virgulino Ferreira da Silva, o rei do Cangaço. Antônio dos Santos, considerado o lugar de tenente mais importante de Lampião – Recrutado ainda criança por Corisco, o cangaceiro foi testemunha ocular do primeiro encontro de Virgulino e Maria Bonita. Personalidade rica e desconcertante, Volta Seca foi também um grande compositor popular, autor de clássicos do Cancioneiro, como Mulher Rendeira e Acorda Maria Bonita.

Dois encontros, duas encruzilhadas, marcaram a vida do personagem e pontuam o alistamento com Lampião aos 11 anos e a visão, já rapaz no presídio da Coreia em Salvador, e de uma jovem freira que como ele, amava a música: Irmã Dulce. Com o Rei do Cangaço, pegou em armas, com a mãe dos pobres jurou que nunca mais as empunharia. O Volta Seca, é uma das personalidades mais ricas do ciclo do cangaço, considerado o de mais destacada fama de Lampião, mais importante ainda do que o Corisco. Matou pela primeira vez aos 10 anos, entrou para o cangaço aos 11 anos, preso aos 14 anos, relativamente pouco conhecido, o cangaceiro-menino nasceu em 13 de março de 1918 na localidade de Saco Torto atual município de Malhador (SE), destacou-se pela coragem, valentia e implacável postura de sentinela, Volta Seca, foi o único “cabra” a desafiar o próprio chefe para uma briga. Após estudos, não uma disposição intrínseca, mas o ambiente em que vivia, foi o diagnóstico do seu perfil de criminalidade.

Ao longo dos tempos foram sendo reconhecidas a vulnerabilidade e hipossuficiência biopsicossocial das crianças e dos adolescentes e, assim, foram sendo adotadas medidas de proteção e se passou a enquadrá-los como sujeitos de direitos e garantias, com uma maior prioridade devido a sua situação de peculiar estágio de desenvolvimento. O histórico dos Direitos da Criança e do Adolescente no Brasil, através das datas, irão trazer maiores esclarecimentos sobre a trajetória dos acontecimentos sociais, as necessidades humanas e o repertório de Leis que fundamentavam esses aspectos sociais, jurídicos, políticos, educacionais. Segundo Gisella Lorenzi, uma das coordenadoras do Portal Pró-Menino, não se tem registro, até o início do século XX, do desenvolvimento de políticas sociais desenhadas pelo Estado brasileiro. As populações economicamente carentes eram entregues aos cuidados da Igreja Católica através de algumas instituições, entre elas as Santas Casas de Misericórdia. Estas instituições atuavam tanto com os doentes quanto com os órfãos, desprovidos e marginalizados.

Em 1923, foi criado o Juizado de Menores, tendo Mello Mattos como o primeiro Juiz de Menores da América Latina. No ano de 1927, foi promulgado o primeiro documento legal para a população menor de 18 anos: o Código de Menores, que ficou popularmente conhecido como Código Mello Mattos. Esse código era endereçado não a todas as crianças, mas apenas àquelas tidas como estando em situação irregular. Visava estabelecer diretrizes claras para o trato da infância e juventude excluídas, regulamentando questões como trabalho infantil, tutela e pátrio poder, delinquência e liberdade vigiada. Sendo que o destino de muitas crianças e adolescentes ficava a mercê do julgamento e da ética do juiz, figura de grande poder.

O Código Penal de 1940, vigente no atual ordenamento jurídico brasileiro, trouxe um critério para distinguir o imputável do inimputável, qual seja o etário. Sendo a imputabilidade penal tratada no artigo 27 do Código Penal que dispõe os menores de 18 (dezoito) anos são penalmente inimputáveis. A Constituição Federal de 1988, no artigo 228, assim também afirma. Esse dispositivo é uma cláusula pétrea, sendo assim, não pode ser alterado, ao menos que se faça uma nova Constituição.

A Convenção Americana sobre Direitos Humanos também denominada de Pacto de San José da Costa Rica, foi adotada e aberta à assinatura na Confederação Especializada Interamericana sobre Direitos Humanos, em 22/11/1969. Pelo Brasil foi aprovada por Decretos Legislativos em 25/09/1992. É um pacto que adota a posição de que devem ser reconhecidos todos os direitos essenciais da pessoa humana, posto que estes não derivam de o fato do ser humano pertencer a uma determinada nacionalidade de determinado Estado, mas pelo motivo da necessidade de todos serem tratados com dignidade, levando-se em conta que são pessoas humanas, sujeitos de direito.

As regras de Beijing são nada mais que o texto das Regras Mínimas para a Administração da Justiça de Menores, adotado pela Resolução nº 40/33 da Assembleia Geral das Nações Unidas em 1985. As questões que envolvem as crianças e adolescentes são de interesse mundial e, por essa razão, a Organização das Nações Unidas (ONU) tem se preocupado muito com esse assunto. E, recomendou a sua aplicação a todo o mundo pelo XII Congresso da Associação Internacional de Magistrados de Menores e de Família, que aconteceu no Rio de Janeiro no ano de 1986

A preocupação maior das Regras Mínimas era a proteção dos jovens, pelo fato de estarem, ainda no estado inicial do desenvolvimento de sua personalidade e necessitarem de assistência particular, para desenvolver-se física e intelectualmente e para integrar-se, de maneira satisfatória, na sociedade. Necessitam, de execuções das leis, dentro de condições que garantam a paz, sua liberdade, sua dignidade e sua segurança. O Brasil incorporou tais regras ao ordenamento jurídico interno, porém, há uma impropriedade na aplicação de certos dispositivos desse texto internacional, principalmente o que diz respeito à responsabilidade penal dos menores. É o que ocorre, por exemplo, no caso da aplicação dos princípios do contraditório e da ampla defesa, enquanto que no direito menorista pátrio não se encontra a possibilidade de eficácia desses princípios. Isso porque o Estatuto Processual Penal adota o princípio da bilateralidade da ação, que gera a bilateralidade do processo, formando-se, assim, a triangularização da relação processual: autor, réu e juiz, não sendo admitido no ECA tal concepção. Por esta razão o menor não é parte, mas um fim; o juiz não é imparcial, mas

protetor; o Ministério Público não é órgão de acusação, mas Curador; o menor não é apenado, mas passível de medida reeducativa; o menor não é recolhido a estabelecimentos prisionais, mas a instituições educacionais; o menor deve receber escolarização, profissionalização, atendimento psicológico e social. Vê-se, assim, que não se visa colocar o menor no pólo passivo da ação penal, admitindo-o como réu, mas reeducá-lo, dando toda a sociedade e o Estado o amparo que eles necessitam. Há também recomendações aplicáveis no direito brasileiro, como a questão da execução de medidas que privem o menor de sua liberdade. É o caráter excepcional da institucionalização. A internação de um jovem em uma instituição de estabelecimento Educacional, será sempre uma medida de último recurso e pelo mais breve período possível, por decisão do juiz, durante os 45 dias da Medida Provisória. Objetivando sempre priorizar as providências mais brandas, dando privilégio àquelas de meio aberto, Prestação de Serviços à Comunidade Inserção em Regime de Semiliberdade e Liberdade Assistida, com fins educativos e de reintegração à sociedade.

Baseado nessa orientação e em outras constantes nas Regras de Beijing, esses preceitos contribuíram para a feitura do atual diploma legal de proteção do menor, que representa um grande marco para o Direito Menorista Brasileiro, qual seja, o ECA. Embora não traduza força normativa no Brasil, as Regras de Beijing foram a base de orientação na constituição do ECA, em matéria de política criminal juvenil, oferecendo princípios modernos, que privilegiam o respeito aos direitos fundamentais e à proteção social de uma parcela da população que está em um momento peculiar de desenvolvimento de sua existência.

A condição universal do indivíduo como sujeito de direitos não passa unicamente por uma eficácia jurídica. Dentro desse campo de conflitualidades, outras racionalidades ou *habitus* emergem no cerne da questão. Trata-se da lógica da menoridade, que vincula discursos e práticas institucionais de compaixão e repressão, judicializando, criminalizando e individualizando as condições de exclusão social e pobreza estrutural desses adolescentes. Com essa lógica, a categoria menor permanece no substrato das classificações da infância e adolescência pobre e marginalizada. Enquanto perdurar a lógica da menoridade nos discursos e práticas de atendimento para adolescentes e jovens em conflito com a lei, nenhuma forma de institucionalização respeitará o que está previsto no ECA, menos ainda tornará pensável uma utopia de desinstitucionalização. Portanto, a reintegração social do menor é uma questão que continuará apenas no papel, nos Códigos, nas Leis e na Constituição Federal, porque a criança e o adolescente, apesar de serem sujeitos de direitos, continuam não sendo levados a sério, têm sido tão somente objetos de desprezo social, impossibilitando, por conseguinte, uma eventual reintegração social. (MARÍA DEL CARMEN CASTRILLÓN VALDERRUTÉN – 2006)

Devemos destacar também a Convenção sobre os Direitos da Criança promulgada pelo Brasil em 21 de novembro de 1990. Essa Convenção tinha a intenção de reconhecer a criança

como um sujeito de direitos, respeitando-lhe dignamente, através da justiça, liberdade e paz do mundo, sendo assim disposto no seu preâmbulo.

Reconhecendo que a criança, a qual se engloba aquele que tem até 12 anos de idade incompletos, está sujeita às medidas de proteção. Para o desenvolvimento pleno e harmonioso de sua personalidade, deve crescer em um ambiente familiar, em clima de felicidade, amor e compreensão. Proclamados na Carta das Nações Unidas, cabe preparar plenamente a criança para viver uma vida individual na sociedade e ser educada no espírito dos ideais e, em particular, em um espírito de paz, dignidade, tolerância, liberdade, igualdade e solidariedade. Incorporar a educação, dando-lhes a devida assistência para que pudesse estar plenamente preparada para ter uma vida independente e livre da delinquência.

Antes mesmo de se abordar a questão da responsabilidade penal do menor infrator, é de extrema importância definir a expressão menor infrator. É a criança ou o adolescente que comete qualquer conduta descrita como crime ou contravenção penal, estando sujeitos à legislação especial às medidas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente. O Art. 103 do ECA, Lei estatutária, considera ato infracional, a conduta descrita como crime ou contravenção penal. E em seu Art.2º sujeitos ativos, ou autores do ato infracional, crianças e aos adolescentes, com até 18 anos de idade.

No que se refere a responsabilidade penal, mister se faz também, defini-la. Responsabilidade penal é o dever jurídico de responder pela ação delituosa que recai sobre o agente imputável. Com a definição acima exposta, não há dúvida de que o menor não pode ser responsabilizado, posto que tanto a Constituição Federal, no seu artigo 228, quanto o Código Penal de 1940, no artigo 27, e o disposto no ECA, proíbem terminantemente a inclusão do menor no rol dos imputáveis, uma vez que o critério adotado é o etário.

Atualmente, o adolescente que comete um ato infracional, está confiado ao representante do Ministério Público que irá aplicar a Medida socioeducativa ou de proteção decorrente da prática do ato infracional. O Juiz da Vara da Infância e da Juventude irá considerar em cada caso concreto, subsidiado ao estabelecimento da Lei, garantindo os direitos, inclusive poderá a ação socioeducativa através da remissão, que do ponto de vista semântico, o substantivo remissão tem duplo sentido de clemência, perdão, indulgência, mas também de falta, de diminuição de rigor e intensidade e, da mesma maneira instituto jurídico da remissão ora tem o significado de perdão puro e simples, ora de atenuação da severidade.

O cumprimento rigoroso das leis e das normas é condição imprescindível, mas não suficiente para atuação com educandos em situação de risco pessoal e social, principalmente observados seus históricos de vida. Dentro da Instituição CIAGO, bem como no que estabelece a normas, abertura, a aceitação, a compreensão e a disposição de compartilhar conhecimentos, sentimentos e vivências são fundamentais para o êxito do trabalho socioeducativo. As Medidas socioeducativas possuem para a sociedade uma visão de obrigação de reparar o dano causado.

A Internação é aplicada quando pressupõem a existência de provas suficientes da autoria e da materialidade da infração. Não comporta prazo determinado, com observância de sua duração máxima de

03(três) anos e o limite de 21(vinte e um) anos de idade do jovem, quando a desinternação será compulsória. Os adolescentes que cumprem a Medida Socioeducativa de Internação, segundo a característica fundamental, é a privação da liberdade, sujeita, no entanto, aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar da pessoa em desenvolvimento. Tais pressupostos encontram a sua origem em três documentos internacionais, convenção Internacional, as Regras de Beijing, e as Regras Mínimas das Nações Unidas. No que se refere explicitamente à privação de liberdade de jovens, estes deverão ser respeitados em suas condições, bem como o caráter educativo da Medida, levando-se em conta a capacidade do adolescente de cumprir, de estudar, de se profissionalizar, aspectos que serão observados em razão das circunstâncias e da gravidade da infração, bem como, há de ressaltar que os menores são tratados conforme uma separação rigorosa de idade, compleição física, conforme disposto no artigo 123 do ECA. A ação socioeducativa na Unidade de Internação deve estar estruturada em três dimensões convergentes e complementares: Respeito aos direitos fundamentais do adolescente, garantindo sua integridade física, psicológica e moral; Ação Socioeducativa, educação para o convívio social e para o desenvolvimento pessoal e social do adolescente; Segurança-cidadã, medidas de contenção e segurança. No CIAGO – Centro de Internação Amigoniano Granja das Oliveiras localizado na cidade satélite do Recanto das Emas Distrito Federal, hoje UNIRE – Unidade de Internação do Recanto das Emas, não muito distante, o mesmo já foi tratado por CAJE II, organiza a internação dos adolescentes, que inclui os que têm 12 anos de idade completos até os 18 anos incompletos, em Medida Socioeducativa de Internação divididos em blocos que preferem divulgar como casas, essas casas por cores e modalidades de níveis I,II,III condicionam os jovens de acordo com a faixa etária, dispondo também a separação por incompatibilidades de agregação, guerras e/ou rixas entre os mesmos, na casa conhecida por Seguro. Dessa forma, o ECA foi criado para assistir e garantir direitos para que o menor possa ter a proteção que necessita e, ainda, estando em condição irregular, ou seja, envolvido no mundo infracional, possa ter a chance de se consertar e, tornar-se um adulto consciente do seu papel na sociedade.

Os programas de Medidas Socioeducativas são desenvolvidos por entidades governamentais, no caso do CIAGO por parcerias; e não governamentais, que obrigatoriamente são inscritos juntos ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Tendo a obrigação de comunicar seus atos à autoridade judiciária. Assim receberão a fiscalização do Judiciário e do Ministério Público, e qualquer descumprimento das obrigações sujeitam-se a penalidades previstas: advertências, cassação de registro, interdição do programa e fechamento. Essas instituições devem contemplar os princípios inerentes à internação compreendidos em: princípio da brevidade impõe que se deve aplicar a medida de internação por um prazo breve, o suficiente para que o menor seja reincorporado à sociedade. O princípio da excepcionalidade trata da questão de se aplicar a medida de internação tão somente para os casos em que se torne necessária à sua aplicação, ou seja, para os casos excepcionais. A medida de internação só comporta os casos em que as outras medidas socioeducativas são consideradas ineficazes em virtude do grau de periculosidade do menor infrator, da natureza do ato infracional, da personalidade do menor, da reincidência, da prática do ato mediante grave ameaça ou violência ou do reiterado descumprimento injustificável da medida anteriormente imposta. Já o princípio do respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento diz respeito à preservação da integridade física e mental do menor interno.

O sistema educacional, o ensino obrigatório foi regulamentado em 1854, no entanto, a lei não se aplicava universalmente. O acesso era negado aos escravos e também àqueles que

padecessem de moléstias contagiosas e aos que não tivessem sido vacinados. Estas restrições atingiam as crianças vindas de famílias que não tinham pleno acesso ao sistema de saúde, o que faz pensar sobre a influência da acessibilidade e qualidade de uma política social sobre a outra ou como vemos aqui, de como a não cobertura da saúde restringiu o acesso das crianças à escola, propiciando uma dupla exclusão aos direitos sociais, sugerindo as consequências persecutórias até hoje, conferindo as atribuições a violação e a negação de direitos.

O Estado Novo, teve dois marcos: Na educação, com a instituição da LDB, e no campo social, pela instalação do aparato executor das políticas sociais no país, dentre elas destaca-se a legislação trabalhista, a obrigatoriedade do ensino e a cobertura previdenciária associada à inserção profissional, alvo de críticas por seu caráter não universal. Em 1942, período considerado especialmente autoritário do Estado Novo, foi criado o Serviço de Assistência ao Menor – SAM posteriormente chamado de FEBEM. SAM era um órgão do Ministério da Justiça e que funcionava como um equivalente do sistema penitenciário para a população menor de idade. Sua orientação era correccional-repressiva, passou a ser considerado, perante a opinião pública, repressivo, desumanizante e conhecido como universidade do crime.

Em 1950, foi instalado o primeiro escritório do UNICEF no Brasil, em João Pessoa. O primeiro projeto realizado no Brasil destinou-se às iniciativas de proteção à saúde da criança e da gestante em alguns estados do nordeste do país. O aprofundamento das conquistas sociais em relação à população de baixa renda e o controle da mobilização e organização, que começa a surgir paulatinamente nas comunidades.

Em 05/10/1988, foi então promulgada a Constituição Brasileira que, marcada por avanços na área social, introduz um novo modelo de gestão das políticas sociais, conta com a participação ativa das comunidades através dos conselhos deliberativos e consultivos. Na Assembleia Constituinte organizou-se um grupo de trabalho comprometido com o tema da criança e do adolescente, cujo resultado concretizou-se no artigo 227, que introduz conteúdo e enfoque próprios da Doutrina de Proteção Integral da Organização das Nações Unidas, trazendo os avanços da normativa internacional para a população infanto-juvenil brasileira. Este artigo garantia às crianças e adolescentes os direitos fundamentais de sobrevivência, desenvolvimento pessoal, social, integridade física, psicológica e moral, além de protegê-los de forma especial, ou seja, através de dispositivos legais diferenciados, contra negligência, maus tratos, violência, exploração, crueldade e opressão. Podemos considerar que vêm acontecendo avanços importantes, se contextualizado a partir da própria história brasileira, atravessada mais pelo autoritarismo que pelo fortalecimento de instituições democráticas.

Wallon enfatizou a importância de satisfazer as necessidades de segurança e de afeto da criança, afim de que ela possa formular sua meta de vida numa perspectiva altruísta. Em suas palavras diz que se as condições do meio não forem favoráveis, caso as pressões negativas forem mais fortes do que o impulso de expansão e capacidade de luta, rompe-se o equilíbrio mental e dá-se o afastamento entre realidade e o nível de aspiração. (WALLON)

Muitos adolescentes em seus relatos, afirmam a insatisfação com a sociedade e a ausência das respostas para suas dúvidas, a falta de orientação, acompanhamento que os enveredam em caminhos tortuosos das drogas e da marginalidade. O abandono da escola, a vivência das ruas, o pertencimento e o empoderamento dos grupos. A ausência de alternativas concretas, que lhe permitam viabilizar-se como pessoa, trabalhador e cidadão, acaba levando o adolescente a murar-se no imediatismo, esse insaciável devorador de horizontes, e na inconsequência. O desenvolvimento da consciência é o desenvolvimento de um conjunto de determinadas capacidades independentes ou de um conjunto de hábitos específicos, por isso no CIAGO, os adolescentes realizam atividades ligadas a aprendizagem escolar, profissional, de cultura, lazer, esporte. São planejados projetos, feiras, campeonatos que elevam a autoestima dos participantes, que encontram uma oportunidade de demonstrar seu lado responsável e comprometido, respeitando as regras, normas e autoridades estabelecidas.

Uma nova maneira de ser e de se comportar que remodelarão o planeta, e desta sobremaneira algumas características, inclusive o desejo de autenticidade, de intimidade, de objetivos comuns, de novas formas de convivências, de explorar o espaço interior, de equilíbrio com a natureza, assumindo a consequência dos atos com autoridade interna. (CARL ROGER).

Alguns estudiosos vislumbraram algumas possibilidades para o surgimento de uma nova pessoa, e preocupados com o desenvolvimento do ser humano referem analogias, destaque para a trilogia de John Bowlby: apego, separação e perda, que centra seu discurso nas condições para alcançar a estatura de homem, ser responsável, fraterno, sem medo da vida, confiante e feliz. Já René Spitz, fala sobre a importância da gestação na questão da infelicidade do homem ainda no útero materno. No CIAGO ocorreu no ano 2010 uma dinâmica grupal, dirigida por Psicólogos e Assistentes Sociais em que as mães foram convidadas a vivenciar juntamente com seu filho adolescente, um retorno a vida gestacional progredindo, e consertando erros. O que se acredita realmente é que o homem aprende desde o momento da concepção e adquire sua superação com a vivência no decurso da sua história de vida. Jean Piaget, enfatizou, advertindo que a evolução interna do indivíduo apenas fornece um número mais ou menos considerável, segundo as aptidões de cada um, de seus esboços suscetíveis de serem desenvolvidos, anulados ou deixados em estado inacabado. (JEAN PIAGET) trata-se apenas de esboços e unicamente as interações sociais educativas haverão de transformá-los em adultos eficazes ou destruí-los para sempre.

Corroborando com a reação social ao delito, reações humanas as quais as sociedades, ao longo dos tempos, têm atribuído um sentido determinado divididos em duas concepções: As ontológicas, que entendem o delito como parte construtiva da natureza humana; as socioconstrutivistas, que entendem o delito como um processo socialmente construído. A

criminologia positivista defende, com base num conjunto diversificado de teorias, a ideia básica de que o delito é alguma coisa inerente ao ser do delincente. Por outro lado, a teoria socioconstrutivista defende que os delitos surgem e desaparecem no curso da evolução histórica dos povos. Este último confirma a história de Volta Seca, com sua maioridade foi a julgamento passou vinte anos na cadeia. Em 1952 recebeu indulto do presidente Getúlio Vargas. Constituiu numerosa família. Faleceu em Leopoldina em 02/02/1997.

O Sistema de Administração da Justiça é constituído por um conjunto de instituições que, agindo com base na lei, respondem pela função de controle social do delito. Toda a sociedade, mesmo as mais primitivas, conta com esses mecanismos de controle social. O enfoque repressivo clássico que tem por base a teoria da incapacitação, ou seja, é necessário tirar o maior número de delinquentes das ruas, pelo maior tempo possível, sem preocupações com temas secundários como garantias de direitos, condições de atendimentos ou impacto dessas ações sobre o jovem. O que importa é que ele, estando afastado do convívio social, não está cometendo delitos que ponham em jogo a segurança dos cidadãos. A reação da sociedade pode ser formal ou informal. A formal se dá com base na lei, por meio do Sistema de Administração da Justiça. A informal se processa por outras vias, como a opinião pública, a imprensa, as instituições e os movimentos sociais. Em análise, o que a sociedade não admite são ações agressivas, mortes por diversos motivos em grande maioria no caso dos adolescentes, ocorrem por acerto de contas, rivalidades, que destroem famílias inteiras, com a prática de chacinas, em que todas essas consequências são efeitos das causas.

É interessante observar que, em ambos os casos das concepções descritas acima, o adolescente aparece não como sujeito de direitos, não como fonte de iniciativa, liberdade, compromisso, mas como objeto passivo de intervenção, seja do aparato judicial, seja das políticas sociais. Mas para negar essas duas posturas, antagônicas e igualmente equivocadas a Doutrina da Proteção Integral assegura ao adolescente a condição de sujeito, frente ao aparato judicial, por meio das garantias processuais; Frente à instituição de atendimento, no caso em questão o CIAGO, pela sua consideração como sujeito de direitos e pessoa em condição peculiar de desenvolvimento. Estudando cada caso, atendendo integralmente a demanda, oferecendo: Psicólogos, Psiquiatras, Assistentes Sociais, Agentes de segurança, Agentes Socioeducadores, ou ATRS, Administrativos. Todos esses profissionais se integram em equipes para buscar a evolução do adolescente e sua família, subsidiando a VIJ, inclusive denunciando por repúdio, ações contraditórias ao ECA. E contemplando a formação de redes externas, para sustentação e apoio.

A adolescência é um período da vida humana marcado por um status ambíguo entre a infância e a idade adulta. O adolescente vive o não mais, em relação à criança que foi, e o ainda-não, em relação ao adulto que será. Esse é, pois, um período crucial do desenvolvimento humano. É na adolescência que a pessoa é levada a defrontar-se com questões fundamentais como: plasmar sua identidade pessoal e social e forjar seu projeto de vida. É um processo em que esse jovem experimenta, procura, confunde, e, algumas vezes, se perde. Acredita-se que é um momento difícil, onde ocorre a necessidade da ajuda da família, da escola e de outros tipos de suportes disponíveis na comunidade, na sociedade, onde os adolescentes possam ser orientados, a superarem a fase com menor ou maior dificuldade, obtendo sucesso em seu repertório de vida. O enfoque cúmplice da marginalidade, pretensamente libertário, promove a absolvição técnica do adolescente infrator, com base na psicologia, na pedagogia e na sociologia, relativizando ou mesmo negando o delito como tal, passando a considerar o jovem apenas uma vítima a mais das engrenagens impessoais da justiça, posta a serviço do sistema de dominação e subjugação social dos oprimidos.

O compromisso desses adolescentes deveria ser com a escola, entretanto vamos encontrá-la como centro da sua vida nessa fase, abandonada, rejeitada. A Educação escolar também se faz presente, com mais quatro requisitos básicos: Se associada à educação pelo trabalho como exercício de atividade produtiva, deve ser organizada como trabalho educativo (**Art. 68 ECA**); Vínculo com a educação formal básica; Foco no mercado; Desenvolvimento da trabalhabilidade. Assim a resposta pedagógica só poderá ser considerada séria se ocorrer num contexto solidamente garantidos seus princípios de ideais e solidariedade humana e seus pilares aprender a: conhecer, ser, conviver e fazer. Os programas sociais que atuam em face dessa questão frequentemente trabalham de costas para a escola, olhando a família pelo espelho retrovisor. A escola é considerada desfocada da realidade pessoal e social do educando. A fragilidade dessas etapas da vida é de outra natureza, fora do enfoque real e da metacognição.

As atividades profissionalizantes são focadas em um preparo para a mão-de-obra e a condução da aprendizagem de técnicas em oficinas de marcenaria, panificação, artes manuais e serigrafia, para experimentação e reconhecimento de afinidades. O PNUD mostra-nos o papel central da educação para a viabilização da pessoa, onde a educação é, na verdade, o único processo capaz de transformar o potencial das pessoas em competências, capacidades e habilidades que irão gerar eficiências, afim de aproximar esses jovens a uma profissão. Outros mais: saúde, alimentação, dignidade, respeito, integridade física, psicológica e moral são bases para a efetivação da ação educativa. É claro que, frente a muitas condições, e escolhas, o mais comum, após a liberação judicial para esses adolescentes, é que o trabalho encontrado seja bastante precário, e de restrito acesso, ou informal, sub-remunerado, abusivo e explorador. A educação e a capacitação para o trabalho são os pilares básicos de qualquer

iniciativa, tanto no sentido de evitar que os adolescentes cometam reincidências, como para evitar um patamar de degradação.

A educação é dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana. A consideração da realidade socioeconômica, a compreensão dos mecanismos, o entendimento dos dinamismos interiores, que levam muitos jovens ao confronto aberto com a legalidade e a moralidade vigentes em nossa sociedade, não podem, de maneira alguma, obscurecer o fato de que o adolescente autor de ato infracional não é uma categoria sociológica. Ser sujeito em termos pedagógicos é pensar nas duas grandes maneiras de encarar o educando e de nos relacionarmos com ele, entendimentos que vigoraram entre os educadores ao longo do Século XX, ou seja, os dois grandes paradigmas que presidiram a estruturação da relação educador-educando. O primeiro é uma concepção do educando como um receptáculo, no qual o educador deve introduzir conhecimentos, habilidades, hábitos, valores e atitudes.

Uma relação em que, ocorre de fora para dentro, o educador introduzindo, interiorizando, inculcando, introjetando, internalizando, injetando e ministrando conteúdos, que vão sendo incorporados, educação bancária (JEAN PIAGET).

O segundo é uma concepção do educando como sujeito do processo educativo, ou seja, fonte de iniciativa, no sentido de ele ser o protagonista de ações, gestos e atitudes no contexto da vida familiar, escolar e comunitária. Fonte de compromisso, em decorrência de ele já ser responsável pelas consequências de seus atos. Fonte de liberdade, desde o momento em que seus atos vão sendo, em medida cada vez maior, consequência de suas próprias escolhas.

O trabalho desenvolvido com o adolescente autor de ato infracional deve ser parte de uma pedagogia voltada para a formação da pessoa e do cidadão e, portanto, para a formação e desenvolvimento do sentido de responsabilidade do educando para consigo mesmo, com os outros e com o meio. O caminho mais correto consiste em criar condições, por intermédio da presença de educadores em seu entorno, dispostos a manter com ele uma relação de empatia e reciprocidade. O adolescente que cumpre medida socioeducativa de internação, que tem um conteúdo predominantemente pedagógico, mas sua natureza é sancionatória, é, pois, uma medida imposta, uma medida coercitiva quanto ao delito praticado.

A única maneira para se educar é ensinar o que se é. O exemplo é a única maneira de um ser humano exercer uma influência construtiva e duradoura sobre outro. (MAKARENKO). O educador, com sua conduta, com seus exemplos, deve ser uma referência segura para o adolescente. Os educadores devem incentivar e valorizar o protagonismo individual e coletivo dos educandos, que no caso do CIAGO, o protagonismo

adotado é pedagogia da Presença. Segundo Paulo Freire, Pedagogia é a teoria que implica os fins e os meios da ação educativa. A pedagogia da presença, passa pela conceptualização da prática. A prática gera insumos para a produção de novos conhecimentos e otimiza as ações educativas. O trabalho educativo é executado para a formação do jovem autônomo, solidário e competente, capaz de apoiarem-se em seus próprios valores, crenças e princípios para resolver problemas, avaliar, tomar decisões, ser solidário, capaz de atuar em favor de causas, com uma postura desinteressada, favorável ao bem comum, viver e conviver em sociedade, ingressando, permanecendo e ascendendo no mundo do trabalho. Trata-se do jovem competente em seus aspectos: pessoal, relacional, produtivo e cognitivo. Esta é a base para a melhoria da qualidade da reintegração e da relação do educando e educador, tendo a influência proativa, construtiva, criativa, e solidária favorável ao desenvolvimento pessoal e social dos jovens.

O cumprimento rigoroso das leis e dos regulamentos é imprescindível para todos os socioeducadores que trabalham na unidade de privação de liberdade. No entanto, é preciso compromisso, abertura, aceitação, compreensão e a disposição para compartilhar conhecimentos, sentimentos e vivências e para fazer-se presente na vida do educando, é o caminho para mover o adolescente da indiferença e envolve-lo com o processo educativo. Ser exigente com o adolescente é sinal de respeito, é reconhecê-lo como sujeito e com potencial para superar suas limitações. As concepções sustentadoras, os métodos e as técnicas, os êxitos e as dificuldades das ações desenvolvidas no âmbito da comunidade educativa, em relação aos educandos, devem ser, de forma sistemática, compartilhados com os demais atores que se articulam para a responsabilização do adolescente autor de ato infracional. A família de cada um deles deve ser parte ativa no processo socioeducativo. Precisam ser identificados, conhecidos e convocados a contribuir como processo educativo.

As bases organizacionais devem se orientar por dois princípios: a incompletude institucional e a incompletude profissional. O manual do educador, contém as orientações básicas para seu trabalho, em termos éticos, organizacionais e pedagógicos. Os socioeducadores passam por um treinamento. E devem implantar e manter um trabalho de educação permanente, com jornadas pedagógicas, reuniões formativas, treinamentos dentro e fora da unidade, autodidatismo e estudos de casos, pontuando fatores decisivos e positivos na evolução dos mesmos, registrando e confeccionando relatórios circunstanciados a partir de avaliações bimestrais. Assistindo e acompanhando os jovens.

A administração do CIAGO fica subordinada ao pedagógico como critério de ação e decisão. A capacitação e a atualização continuada sobre a temática Criança e Adolescentes

devem ser fomentadas em todas as esferas de governo e pelos três Poderes, em especial às equipes dos programas de atendimento socioeducativo, de órgãos responsáveis pelas políticas públicas e sociais que tenham interface com o SINASE: Conjunto ordenado de princípios, regras e critérios, de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro, administrativo, que envolve desde o processo de apuração de ato infracional até a execução de medida socioeducativa. Em sistema nacional, incluindo os sistemas estaduais, distrital e municipais, bem como todas as políticas, planos, programas específicos de atenção a esse público. Sistema de Garantia de Direitos; Sistema Educacional, SUS, Sistema de Justiça e Segurança Pública, SUAS, incluindo atividades de esporte, cultura e lazer.

O CIAGO procura trabalhar o aspecto da resiliência que é de suma importância, pois está relacionada com a amplitude, a profundidade e a abertura do campo perceptual de cada pessoa, que se estrutura em três eixos básicos: da relação consigo mesmo; da relação com a sua circunstância e da relação com o tempo. Como se vê o resiliente é uma pessoa que desenvolveu a habilidade de manejar a seu favor. O adolescente resiliente equilibra sua percepção do mundo circundante. Esse enfoque balanceado da realidade é que lhe permite visualizar as coisas sob ângulos e perspectivas distintas, o que não é possível quando se está preso a um esquema único de leitura das situações vividas. A quebra de paradigmas e a participação protagonista do jovem deve ser convocada no ato criador de uma ação educativa, em todas as etapas de sua evolução. Isso é o construtivismo. A ação socioeducativa organizar-se-á em torno de três eixos básicos: à docência, as práticas e vivências e a presença educativa.

A função do Centro Socioeducativo é transformar a medida socioeducativa imposta pela Justiça em uma ação socioeducativa dirigida ao adolescente. A medida socioeducativa é uma decisão, o programa socioeducativo a ser desenvolvido com o adolescente é uma ação. As práticas devem ser multidisciplinares e interdisciplinares. A primeira circunstância do adolescente é a sua família, a segunda, escola e trabalho e a terceira, a vida social. A socioeducação tem como objetivo central a mudança da forma de o educando relacionar-se. O PIA, é um instrumento pedagógico fundamental para garantir a equidade no processo socioeducativo, com observações nas transformações evolutivas do socioeducando, regulando, conferindo o sistema e subsidiando. As Unidades de Internação existem para abrigar os adolescentes infratores e, para a promoção de estudos, atividades pedagógicas e planejamento de soluções direcionadas ao atendimento de adolescentes, respeitando todas as normas e diretrizes trazidas pela CF e pelo ECA, bem como elaborar, desenvolver e conduzir programas de atendimento integral, e que, assim, possam, de alguma forma, reeducá-los. Cada Unidade deve comportar, no máximo, 40 internos, conforme a Resolução de nº 46 de 29 de

outubro de 1996. Contudo a realidade na Unidade CIAGO, é outra, possui muito mais internos do que o limite permitido. A predominância dos internos é de negros, do sexo masculino, nascidos no DF, na faixa etária de 15 a 18 anos, famílias com fragilidades na sua estrutura e de baixa renda, sentenciados por ato infracional análogo ao roubo. A construção expressamente realizada para abrigar menores em conflito com a lei, é de fato, uma grande prisão. Seus muros altíssimos, sem janelas à altura da visão. Foram planejadas celas, com camas de cimento, e altas grades de ferro como entreabertas para o pátio. São seis celas por módulo e por pátio, uma televisão antiga, onde desfrutam de poucos e curtos momentos nas suas horas de ócio. Deste pátio se abre ainda uma saleta que serve de refeitório com mesas e bancos de cimento, com grades, de onde são servidos os pratos de comida, afrontando evidentemente aquilo que as normas constitucionais e infraconstitucionais buscam para a reintegração do menor infrator na sociedade. Os maus tratos e as torturas, rebeliões, mortes e revoltas, devido às más condições. A viabilidade do jovem sair totalmente recuperado e pronto para a sua reintegração na sociedade é mínima. A realidade mostra o inverso daquilo que deveria ocorrer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

OLIVEIRA, Marta Kohl. Teorias Psicogenéticas em Discussão, 20ª, RJ, Summus, 1992.

AZEVEDO, M.L.N. (Org): Políticas Públicas e Educação: debates contemporâneos. Maringá: Eduem, 2008.

OITA, F. M. G. C. Adolescente em conflito com a lei: violência, punição ou educação? Educação popular n. 6. Disponível em: <http://www.anped.org.br/25/posteres/filomenagon%E7alvesmoitap06.rtf>>.

OLIVEIRA, C. B. Natureza jurídica da medida socioeducativa de internação/SINASE. 2003. Monografia (Bacharelado em Direito) – Faculdades Integradas Antônio Eufrásio de Toledo, Presidente Prudente, 2002.

SARAIVA, J. B. C. Medidas socioeducativas e o adolescente infrator. Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.mp.rs.gov.br/infancia/doutrina/id168.htm>>.

ESTUDO HISTÓRICO DOS PROJETOS HABITACIONAIS NA CIDADE DE UBERLÂNDIA: O CASO DO PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO “TCHAU ALUGUEL”

Raphaella Karla Portes Beserra¹
Carmem Lúcia Costa²

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo analisar as políticas públicas de habitação desenvolvidas a partir da Política Nacional de Habitação, criada pelo Ministério das Cidades no ano de 2004 e o Plano Municipal de Habitação “Tchau Aluguel” em 2005, ambos em Uberlândia (MG). Para tal, buscamos na pesquisa documental o histórico de como se deram as políticas habitacionais no Brasil, bem como os resultados da implementação dos programas já descritos além de seus dispositivos legais. Destaca-se ainda que este artigo foi embasado na teoria desenvolvida por Marx, Soares, Singer, Rodrigues e Bolaffi. Como conclusão, pode-se afirmar que a moradia digna é fundamental para o pleno desenvolvimento humano, e que as políticas habitacionais contribuem para a melhoria da condição de vida dos trabalhadores urbanos, porém, a alta gama de contradições mostra como o modo de produção capitalista se reproduz até mesmo nas políticas públicas de moradia, denunciando assim os limites da social democracia para com esta temática.

Palavras-chaves: Desenvolvimento Urbano; Política Nacional de Habitação; Plano Municipal de Habitação de Uberlândia.

Introdução

O espaço urbano é *lócus* do estabelecimento das mais diversas relações sociais – sejam elas: políticas, econômicas e culturais – ,ocorrendo tanto em macro escala, pensando no Estado, como na microescala, configurando o lugar e o cotidiano como seu espaço. Essa diversidade torna a análise do espaço complexa, porém há a necessidade de partir do pressuposto que todas as relações se fundamentam no modo de produção capitalista.

A construção do urbano perpassa por diferentes agentes, não se reduzindo aos que tem por objetivo facilitar a reprodução do capital, os detentores dos meios de produção; os promotores imobiliários; os proprietários fundiários; os grupos sociais excluídos; e o Estado. Assim, pode-se afirmar que todos, diariamente, disputam o mesmo espaço.

Ao analisar a cidade, é importante levar em conta que esta é produto de uma construção humana ao longo da história e que se acumula com o passar das gerações revelando diferentes possibilidades de uso e ocupação. A apropriação do espaço se dá

¹ Mestranda em Geografia pela Universidade Federal de Goiás - Regional Catalão, Dialogus – Estudos Interdisciplinares em Gênero, Cultura e Trabalho. Contato: raphaella.udi@gmail.com

² Universidade Federal de Goiás - Regional Catalão, Unidade Acadêmica Especial – Instituto de Geografia, Dialogus – Estudos Interdisciplinares em Gênero, Cultura e Trabalho. Contato: clcgeo@gmail.com

justamente nas possibilidades de transformações, produzindo neste caso além do urbano, o lugar que desenvolve no plano da vida cotidiana.

Historicamente, é possível observar que no século XX diversas famílias migraram do campo para cidade em busca de melhores condições de vida, acreditando na promessa de conseguirem empregos que lhes oferecessem melhores remunerações como mostra Soares (1988). Porém, a realidade encontrada era outra, faltavam empregos, os salários eram baixos e as políticas públicas com o intuito de atender essa população eram praticamente inexistentes. Sendo assim, os locais onde era possível que a população de baixa renda residisse possuía condições insalubres, o que precarizava ainda mais a vida dos sujeitos trabalhadores.

Na cidade de Uberlândia não foi diferente. Com o número de indústrias em crescimento, a economia municipal já se destacava na década de 1920. Essas circunstâncias atraíram muitas pessoas para a cidade, porém esta já apresentava situações denominadas insalutíferas (SOARES, 1988), ou seja, não apresentava condições para o pleno desenvolvimento.

O jornal “A Tribuna” noticiava em 1920 como a falta de moradias para a classe trabalhadora já era um problema, ou seja, o déficit habitacional é uma antiga demanda que vem se arrastando ao longo dos anos (SOARES, 1988), para ser exato, de décadas ou até séculos. As primeiras políticas públicas de habitação que abrangeram todo o território nacional ocorreram no período da ditadura militar (1964-1985) com a criação do Banco Nacional da Habitação (BNH) em 1964 (BOLAFFI, 1982), ou seja, mais de 40 anos após as primeiras notícias na imprensa uberlandense.

Tendo em vista esta demanda histórica por moradia, e que esta é um espaço essencial para a reprodução social de cada sujeito, pode-se afirmar que Estado tem um papel chave no que se refere à esta temática, pois é de sua responsabilidade o desenvolvimento de políticas públicas em resposta as pressões exercidas pelos movimentos sociais. O motivo para tais pressões, se dá pelo entendimento epistemológico do que vem a ser “moradia” no modo de produção capitalista: uma mercadoria com valor de uso e de troca capaz de servir ao capital especulativo, existindo inclusive metodologias capazes de precifica-lo, como o método dos preços hedônicos (CAMARGO, 2018, p.46).

Nesse sentido, que buscaremos neste artigo analisar o papel do Estado através das políticas públicas, tanto no âmbito nacional como no municipal, destacando-se o estudo de caso do município de Uberlândia, objeto específico do trabalho aqui descrito. Para isso, foram pesquisados diagnósticos, dados públicos e outros instrumentos capazes de contribuir nesta

pesquisa bibliográfica de revisão teórico-jurídica, com destaque para o Plano Nacional e Municipal de habitação.

Esse texto faz parte da pesquisa realizada no Programa de Pós – Graduação em Geografia, da Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão, intitulada “Mulheres e Política de Moradias Populares: o caso do Residencial Campo Alegre – Módulo Ecológico, no setor sul da cidade de Uberlândia, Minas Gerais”, e que tem entre os seus objetivos fazer um resgate histórico das políticas habitacionais na cidade de Uberlândia bem como o seu impacto no espaço urbano.

1 Desenvolvimento

A cidade no modo de produção capitalista se constitui por um “conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si” (CORRÊA, 1989, p.7). Os diversos usos estão inseridos e se organizam no espaço em função de mecanismos os quais tem como intuito a reprodução do capital. A dinâmica no espaço urbano, que podemos entender como a organização espacial da cidade, é de maneira concomitante articulada e fragmentada, uma vez que, cada parte desse todo se organiza estabelecendo relações entre si.

Os diversos usos do espaço urbano propiciam uma disputa entre os agentes – detentores dos meios de produção; os promotores imobiliários; proprietários fundiários; os grupos sociais excluídos; e o Estado –, o que faz com as transformações do solo urbano sejam processos complexos e dinâmicos, visto que, mesmo com toda a fragmentação estes continua articulados. Essa disputa se organiza a partir da lógica do modo de produção capitalista que tem como princípio a propriedade privada (MARX, 1980).

Sob o modo de produção capitalista ocorre uma crise habitacional, de ordem estrutural (SOARES 1988), uma vez que o capital entende a habitação com uma mercadoria, ou seja, para uma sociedade que se divide em classes, na qual a classe hegemônica atua a partir de uma lógica que limita o acesso a quem pode pagar por esse bem de consumo.

Nessa perspectiva, a produção do espaço da cidade no modo produção capitalista, se dá de modo desigual e segrega as camadas populares, criando favelas, por exemplo, que além de distante dos centros comerciais e financeiros possuem condições insalubres de moradia.

2 Metodologia

Entendemos que a metodologia é o caminho a ser desenvolvido ao longo da pesquisa, nessa perspectiva, serão utilizadas diversas ferramentas a fim de compreender o nosso objeto de estudo, e analisá-lo de modo que possamos compreendê-lo cientificamente. Para isso, esta seção se divide em duas etapas:

A pesquisa documental tem o objetivo de fazer um resgate histórico das políticas de habitação por parte do poder público, tanto em abrangência nacional como municipal. Buscaremos, para isso, nos documentos oficiais da União e da Prefeitura Municipal de Uberlândia (PMU) estas informações, realizando assim uma reconstituição das políticas habitacionais criadas no país e no município de modo a compreender as relações entre ambas e como estas refletem no presente. No caso específico do local de estudo, a documento base será o Plano Municipal de Habitação (PMH) denominado “Tchau Aluguel”.

Inicialmente, será realizado o levantamento teórico-conceitual da temática em questão, de modo a compreender o papel das políticas públicas de habitação, visando compreender como estas se desdobram na área de pesquisa. Para tal, serão analisados os dispositivos legais e os desdobramos no espaço urbano local. Os conceitos teóricos que balizam esta seção são da autoria de Marx, Soares, Singer, Rodrigues e Bolaffi.

3 Resultados e Discussões

É fundamental buscar na história a primeira iniciativa de implantar uma política de habitação de abrangência nacional, ocorrida com a criação do Banco Nacional da Habitação (BNH) e do Sistema Nacional da Habitação pela Lei Nº 4.380 de 21 de Agosto de 1964, que não conseguiu atingir os propósitos da sua constituição que era promover a construção e a aquisição da casa própria especialmente para as classes de menor renda (BOLAFFI, 1982). Um dos motivos para que a efetivação desta política não ocorresse foi que o BNH “terceirizava” as suas atribuições para a iniciativa privada, cabendo a esta, arrecadar e transferir os recursos financeiros necessários (BOLAFFI, 1982).

Essa transferência de responsabilidade acabou por agravar o problema habitacional (ao invés de resolvê-lo como era o seu objetivo inicial) uma vez que todas as deliberações ficavam a mercê de interesses do mercado (BOLAFFI, 1982). Por não conseguir atingir os seus objetivos, em 1986, o BNH foi extinto e as suas funções foram alocadas para a Caixa Econômica Federal (vinculada ao Ministério da Fazenda). Já a área de habitação, foi anexada ao Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (BRASIL, 2004).

No período do regime militar, difundiu-se a ideologia de que a casa própria representava um sonho de consumo, segurança e estabilidade, sendo que essas condições eram favoráveis à reprodução social da família. O país passava por uma profunda crise econômica, essa conjuntura colocava a aquisição de uma moradia como prioridade, principalmente para a classe trabalhadora como forma de eliminar a despesa do aluguel

(BOLAFFI, 1982). Porém, uma das maiores críticas atribuída a atuação do BNH é não ter conseguido atender justamente a parcela da população mais necessitada (BOLAFFI, 1982).

A atuação do BNH na cidade de Uberlândia teve início no final da década de 1960, e deve ser compreendida sob diversos aspectos, pois ocorreu de diferentes formas, uma vez que existiam diferentes tipos de financiamentos e agentes do mercado, dividindo-se em popular, econômico e médio, representado respectivamente pela Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais (COHAB-MG), Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais (INOCCOP-MG) e o Sistema Brasileiro de Poupança e Crédito (SBPE) (SOARES, 1988).

Na década de 1970, em função do crescimento acelerado da cidade de Uberlândia houve um aumento significativo na construção dos conjuntos habitacionais pelo BNH. O boom no número de moradias fez com que houvesse um aumento da renda da terra, e conseqüentemente elevou o custo da edificação de novas moradias, que foram construídas em localizações privilegiadas, essa situação é mais um exemplo de como a política do BNH não contemplou a classe trabalhadora (SOARES, 1988).

O Conjunto Liberdade foi o único erguido na cidade de Uberlândia que tinha como objetivo alcançar a classe trabalhadora. A obra foi executada pela Cooperativa Cruzeiro do Sul³ em convênio com a Caixa Econômica Federal de Minas Gerais, e construiu 749 unidades habitacionais. Esse projeto fazia parte de um programa experimental que tinha como intuito deslocar a população de baixa renda, na perspectiva de erradicar as favelas (SOARES, 1988), ou seja, uma política higienista que tinha como real propósito esconder a população pobre. A política mais uma vez fracassou, pois a população trabalhadora não possuía uma renda que garantisse a manutenção da sua permanência no conjunto, levando a expulsão, do que inicialmente era o público alvo do conjunto (SOARES, 1988).

A escolha dos locais onde eram construídos os conjuntos habitacionais em Uberlândia foram muito marcantes dado que a maioria se situava a mais de 10 quilômetros de distância do centro da cidade. O isolamento do trabalhador em bolsões de pobreza, que possuíam uma infraestrutura mínima – água, energia e saneamento básico -, precarizava ainda mais a vida desses sujeitos – principalmente com as distâncias a serem percorridas diariamente entre a moradia e o trabalho - e coibia o direito do acesso à cidade. Além disso, a cada novo conjunto, o arranjo espacial se modificava, reservando um vasto número de lotes para a especulação imobiliária (SOARES, 1988).

Esse período histórico, mesmo apresentando políticas de moradia insuficientes, deixou

³ Orientada pelo Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais (INOCCOP-MG).

heranças significativas, principalmente na forma como são executadas as políticas habitacionais, exemplo disso é a reprodução de modelos de condomínios horizontais nas periferias urbanas, isolando, precarizando e privando a classe trabalhadora do direito à cidade, em uma lógica perversa que, na prática, criou (e segue criando) bolsões de pobreza.

A contradição das políticas habitacionais se dá por conta de ao pensar uma “solução” para questão habitacional da classe trabalhadora, que de fato existe, e no caso da cidade de Uberlândia se apresenta desde meados de 1924, quando cidade (na época conhecida como Uberabinha) já se destacava na economia nacional, tendo como principal atividade a produção das charqueadas que abastecia o Rio de Janeiro, São Paulo e Nordeste e outras regiões do estado de Minas Gerais. Os operários dessas indústrias moravam próximo ao frigorífero Omega, e viviam em condições insalubres – é importante salientar que eram contratados apenas na época de alta na produção que ia de janeiro a julho, e passavam o restante do ano desempregados (SOARES, 1988).

O setor industrial foi se expandindo com a instalação de empresas ligadas ao setor agrícola, que, com o intuito de facilitar o escoamento da produção para a estação ferroviária local, se instalaram nas saídas da cidade. A Cia Industrial do Triângulo Mineiro foi o empreendimento que mais cresceu economicamente, ofertando emprego e, até mesmo, um conjunto habitacional para os seus funcionários (SOARES, 1988).

Com o crescimento do setor industrial uberlandense, a busca por melhores empregos atraiu muitas pessoas para a cidade já nesta época. Ao se depararem com outra realidade – a da dificuldade em encontrar trabalho graças a um grande contingente de exército de reserva (MARX, 1989), as famílias acabavam se instalando em locais precários, uma vez que não possuíam renda nem mesmo para o pagamento de alugueis. Assim, já nesta época (década de 1920), Uberlândia já apresentava déficit habitacional, que inclusive foi tema de matérias do jornal “A Tribuna” que citava o fato da classe operária não ter habitação própria (SOARES, 1988).

Em 1920, a Companhia Mogiana, as Charqueadas, e a fábrica de tecidos Cia Industrial do Triângulo Mineiro construíram casas para serem alugadas a seus trabalhadores. A habitação nesse caso não era uma tentativa de resolver o problema de moradia dos operários, mas de ter controle sobre a força de trabalho (SOARES, 1988).

A expansão da malha urbana em função da atividade industrial fez com um novo agente da produção do espaço entrasse em ação, os agentes imobiliários que atuavam principalmente em torno da especulação financeira. Essa situação fez com que o processo de déficit habitacional fosse se agravando ao longo dos anos.

Uma vez que o capital entende a habitação como uma mercadoria, ele passa a possuir valor de troca. Para Marx:

O produto, de propriedade privada, é um valor de uso, fios, calçados etc. Mas, embora calçados sejam úteis á marcha da sociedade e nosso capitalista seja um decidido progressista, não fabrica sapatos por paixão aos sapatos. Na produção de mercadorias, nosso capitalista não é movido por puro amor aos valores. Produz valores - de - uso apenas por serem e enquanto forem substrato material, detentores de valor-de-troca (MARX, 1980 p. 210-211).

Ou seja: uma sociedade que se divide em classes onde a classe hegemônica atua para limitar o acesso a quem pode pagar por um determinado bem de consumo, faz com que as moradias passem a ser fatores de choque social, sendo necessário, assim, políticas públicas de habitação não só para a classe trabalhadora viver, mas para conter possíveis revoltas populares por conta desta situação, exemplo parecido com o feito pelo presidente Getúlio Vargas na ditadura do Estado Novo com relação a promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) como forma de impedir a disseminação dos ideias comunistas, então em voga, entre a classe operária.

É importante ressaltar que, o Banco Nacional da Habitação foi extinto em 1986, os funcionários e as funções foi absorvidas pela recém-criada Caixa Econômica Federal. A partir desse momento, a política habitacional possui um vácuo, uma vez que foi descentralizada em vários órgãos do governo federal (MEDEIROS, 2010).

De maneira similar, com vistas a mediar essa “crise” habitacional e garantir bônus político, em 2003, ao assumir a presidência, Luiz Inácio Lula da Silva, criou o Ministério das Cidades, o qual tinha em sua estrutura interna uma secretaria específica para tratar da habitação.

Os diversos estudos realizados pelo Ministério das Cidades, a partir dos dados do Censo Demográfico do ano 2000 e da Pesquisa de Informações Municipais de 2001 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostraram que o déficit habitacional na área urbana correspondia a cerca de 5,5 milhões de moradias (BRASIL, 2004).

A partir desse diagnóstico foi proposto a Política Nacional de Habitação (PNH), que estava em sincronia com a Constituição Federal (CF), que trata a habitação como direito fundamental de cada cidadão no artigo 6º, e com o Estatuto das Cidades que estabelece a função social da propriedade. Dentre os objetivos da PNH, daremos destaque para a provisão da habitação, uma vez que o oferecimento de moradia digna para a população de baixa renda era o principal intuito desta política (BRASIL, 2004).

Em 2005, em continuidade a esta visão e como forma de dar prosseguimento a PNH, cria-se o Sistema Nacional da Habitação de Interesse Social (SNHIS) e institui-se o Fundo

Nacional da Habitação de Interesse Social (FNHIS), através da lei Nº 11.124, de 16 de Junho de 2005. A principal meta do SNHIS era criar mecanismos para que as populações de baixa renda tivessem acesso a moradia digna por meio de programas de investimentos e subsídios.

Um dos princípios do SNHIS, é que a moradia passasse a ser tratada como um direito, algo incluído no artigo 6º da Constituição pela Emenda Constitucional 026 em 14/02/2000, e como um mecanismo potencializador de inclusão social, visto que o não acesso a esta, excluía milhares de brasileiros de viver em condições salubres, ou seja, de não possuir plenas condições para o seu desenvolvimento humano e social.

No âmbito municipal, e em consonância com a política nacional então em voga, a Prefeitura Municipal de Uberlândia criou a Lei Nº 9080 de 25 de Outubro de 2005, que institui o Plano Municipal de Habitação "Tchau Aluguel" (PMH) e dá outras providências. Este tinha como objetivo facilitar o acesso do povo a melhores condições habitacionais (UBERLÂNDIA, 2005).

O plano tinha como público alvo, principalmente, famílias com renda de até três salários mínimos ⁴, residentes em Uberlândia a pelo menos três anos, e que não tivessem imóveis registrados em seu nome – comprovado pela apresentação de certidão negativa de propriedade de imóveis (UBERLÂNDIA, 2005). A execução desta política se deu, em especial, através de convênios entre entidades públicas como a Caixa Econômica Federal, privadas, ou na forma de mutirões para autoconstruções (UBERLÂNDIA, 2005).

De forma tímida, a execução se iniciou de forma oficial com a edificação e entrega de 183 casas (Tabela 1) no ano de 2008.

Tabela 1. Moradias construídas e entregues pelo Programa Tchau Aluguel em 2008

Programa	Bairro/Local	Tipologia	Unidades
Tchau Aluguel	Campo Alegre	Casas	158
Tchau Aluguel	Distrito de Tapuirama	Casas	25
Total			183

Fonte: Banco de Dados Integrado da Prefeitura Municipal de Uberlândia (BDI, 2009)

A lei que institui o PMH, foi promulgada em outubro de 2005, portanto, três anos antes das entregas das primeiras unidades. É importante ressaltar que o Banco de Dados Integrados da PMU não coloca se o financiamento é de ordem local e/ou federal, deixando um vazio acerca desta questão.

O auge do PMH se deu no ano de 2010 quando, na prática, em um único conjunto habitacional foram entregues 1.361 moradias, sendo 1.136 unidades habitacionais no bairro Jardim Célia (Tabela 2). Ainda em 2010, foram entregues mais 225 unidades, com destaque

⁴ Na época que a Lei foi sancionada, no ano de 2005, o salário mínimo era de R\$300,00 (Trezentos Reais).

para os 176 apartamentos construídos no Bairro São Jorge.⁵

Tabela 2. Moradias construídas e entregues pelo Programa Tchau Aluguel em 2010

Programa	Bairro/Local	Tipologia	Unidades
Tchau Aluguel	São Jorge	Apartamento	176
Tchau Aluguel	Jardim Célia	Casas	1.136
Tchau Aluguel	Jardim Europa	Casas	10
Tchau Aluguel	Campo Alegre	Casas	39
Total			1361

Fonte: Banco de Dados Integrado da Prefeitura Municipal de Uberlândia (BDI, 2011)

Em uma última leva foram entregues 106 unidades habitacionais em 2011 (Tabela 3). Destaca-se aqui um declínio considerável em relação ao ano anterior, que possivelmente se dá por conta do lançamento, em 2009 do programa habitacional de abrangência nacional “Minha Casa Minha Vida”, fazendo com que as iniciativas municipais se estagnassem.

Tabela 3. Moradias construídas e entregues pelo Programa Tchau Aluguel em 2011

Programa	Bairro/Local	Tipologia	Unidades
Tchau Aluguel	Jardim Veneza	Casas	18
Tchau Aluguel	Distrito de Tapuirama	Casas	51
Tchau Aluguel	Maravilha	Casas	37
Total			106

Fonte: Banco de Dados Integrado da Prefeitura Municipal de Uberlândia (BDI, 2012)

Nesse sentido, pode-se perceber como ambos os planos, bem como as suas respectivas execuções, assemelham-se ao modelo desenvolvido pelo BNH, já que as construções foram financiadas por um banco - entendendo que o capital especulativo atuou por essa via no processo -, assim como a construtoras que foram contratadas para realizar as obras dos conjuntos habitacionais.

A localidade onde foram construídos os conjuntos habitacionais reproduz a mesma lógica utilizada pelo BNH, uma vez que todos são em locais distantes do centro da cidade – muitas vezes no limite da malha urbana -, ou seja, criam-se bolsões de pobreza, isolam os trabalhadores, e limitam o acesso a cidade – a distância muitas vezes cerceia o operário de se deslocar para um espaço de lazer, por exemplo. Essa opção feita na escolha dos locais fomenta também a especulação imobiliária, que, aliás, deveria ser combatida como propõem o Estatuto das Cidades, e também o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) em seus princípios:

Art. 4º A estruturação, a organização e a atuação do SNHIS devem observar:

I – os seguintes princípios:

- a) compatibilidade e integração das políticas habitacionais federal, estadual, do Distrito Federal e municipal, bem como das demais políticas setoriais de desenvolvimento urbano, ambientais e de inclusão social;
- b) moradia digna como direito e vetor de inclusão social;

⁵ Observamos que esse foi o único bairro que recebeu o conjunto habitacional de forma vertical.

- c) democratização, descentralização, controle social e transparência dos procedimentos decisórios;
- d) **função social da propriedade urbana visando a garantir atuação direcionada a coibir a especulação imobiliária e permitir o acesso à terra urbana e ao pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade** (grifo nosso);

A especulação imobiliária é um processo onde o valor do solo urbano está associado não ao seu uso, mas ao valor que pode conferir ao seu proprietário. No modo de produção capitalista quem regula o uso do solo é o mercado, nesse caso a “mercadoria” possui um valor de uso – que é o valor para ter acesso – e o de troca (MARX, 1980; SINGER, 1982).

A potencialização desse processo especulativo ocorre justamente quando ao invés de utilizar as propriedades que não estão cumprindo a sua função social na malha urbana, os chamados vazios urbanos (BRITO, 2017), se faz opção por propriedades que estão fora da concentração da cidade para alocar as moradias advindas de programas habitacionais.

Ao ignorar os vazios urbanos, que poderiam ser aproveitados para construção dos conjuntos habitacionais, nota-se que tanto o governo federal como o municipal estão descumprindo a função social da propriedade, e, por consequência, o Estatuto das Cidades (Lei Nº 0.257, de 10 de julho de 2001):

Art. 39. A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor, assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas, respeitadas as diretrizes previstas no art. 2º desta Lei.

Apesar de se apresentar como um instrumento inovador por regulamentar legalmente a função social da propriedade no espaço urbano, e também colocar a luz os conflitos cotidianos que ocorrem na cidade fruto da lógica organizacional da sociedade no modo de produção capitalista (RODRIGUES, 2004), o Estatuto das Cidades é por vezes deixado de lado pela própria administração pública.

O Estatuto das Cidades, apesar de não garantir o direito do acesso à cidade, é um instrumento fundamental na luta para que este direito seja de fato efetivado (RODRIGUES, 2004). Porém, ao analisar a execução do PMH de Uberlândia, é possível observar que esse instrumento foi ignorado em sua execução, reproduzindo práticas que o Estatuto visa coibir. Ao criar novas áreas urbanizadas, os “vazios” se tornam locais onde a especulação imobiliária é fomentada.

A regulação do uso do solo urbano se dá através do mecanismo do mercado, principalmente em torno da especulação gerada pelos agentes imobiliários (SINGER, 1982), e os investimentos (ou não) do Estado corroboram para o aumento (ou baixa) da renda da terra.

Nesse sentido, sua intervenção, mesmo conflitante, é necessária para a contenção do mercado especulativo imobiliário.

Assim, pode-se afirmar que existem inúmeras contradições nas políticas públicas de habitação de Uberlândia, pois essa não está ligada a questão social, mas a questão meramente econômica. O que deveria ser o intuito principal, como a garantia efetiva do acesso da população trabalhadora a uma moradia digna, acaba sendo apropriado pelo capital financeiro, que se organiza e reproduz indefinidamente sua lógica meramente mercadológica. Portanto, o que deveria ser tratado como um direito, conforme colocado pela Constituição Federal, na prática é tratado como um bem de consumo, um produto ou uma mercadoria!

Considerações finais

É inegável que houveram avanços na implementação das políticas públicas de habitação ao longo do governo Lula (2003-2010) e a sincronia entre a união e os municípios é um exemplo desse avanço. Sem dúvida, mesmo com todos os percalços, uma parcela significativa da população trabalhadora, que é quem mais necessita dessas políticas, foi alcançada.

Entretanto, existem inúmeros problemas a serem corrigidos, como a escolha dos locais onde são construídos os conjuntos habitacionais que acabam por fomentar a agiotagem pelos agentes imobiliários. Isso ocorre mesmo em um contexto onde existem instrumentos como o Estatuto das Cidades, que é um dispositivo legal, que oferece formas de coibir e/ou, no mínimo, minimizar esse tipo de ação especulativa. Falta, entretanto, fiscalização e vontade política para isso, sendo fundamental medidas legislativas efetivamente capazes de garantir não só o direito a cidade e a função social da propriedade, mas, principalmente, o combate à especulação imobiliária como forma de combate às desigualdades habitacionais.

Assim, em Uberlândia/MG, pode-se afirmar que ao longo dos séculos XX e XXI houve a reprodução do modelo de política habitacional excludente da ditadura militar (COHAB), demonstrando, na prática, como os programas de moradia, dentro do modelo econômico social democrata, servem apenas para maquiagem o verdadeiro problema, que é a errônea visão da propriedade como um bem de consumo, e não como um direito social ao alcance de todos.

Referências

BOLAFFI, G. Habitação e Urbanismo: o problema e o falso problema. In: MARICATO, E. (Org.). **A produção capitalista da Casa (e da cidade) no Brasil Industrial**. 2 ed. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1982, p.37-70.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Cadernos MCidades**: Política nacional de habitação. Brasília: Ministério das Cidades, 2004.

BRASIL. Lei nº 11.124, de 16 de Junho de 2005. **Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111124.htm> Acesso em 15 de julho de 2018.

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. **Estatuto da Cidade e Legislação Correlata**. 2. ed., atual. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2002. 80 p.

BRITO, P. S. **Função social da propriedade, vazios urbanos e desdobramentos na política de habitação de interesse social no município de Feira Santana**. 2017. 111f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial) - Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2017.

CAMARGO, P. L. T. **Valor ambiental da cachoeira da Serrinha, Mariana-MG**. 1ºed. Curitiba: Appris, 2018. 129p

CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 2004

MARX, K. **Crítica da Economia Política**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1980.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Tradução Reginaldo Sant'Anna. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. Livro 1, v. 1 e 2.

MEDEIROS, S. R. F. Q. BNH: outras perspectivas. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS CONTRA A POBREZA E A DESIGUALDADE, I, 2010, Natal. **Anais...** Natal : UFRN, 2010. P. 1-15.

SINGER, P. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: MARICATO, E. (Org.). **A produção capitalista da Casa (e da cidade) no Brasil Industrial**. 2 ed. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1982, p.21-36.

RODRIGUES, A. M. Estatuto da Cidade: função social da cidade e da propriedade. Alguns aspectos sobre população urbana e espaço. **Cadernos Metrôpole**, n.12, p.9-25, 2004.

SOARES, B. R. **Habitação e produção do espaço em Uberlândia**. 1988. 225 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

UBERLÂNDIA. Lei nº 9080, de 25 de outubro de 2005. **Dispõe sobre o Plano Municipal de Habitação "Tchau Aluguel" e dá outras providências**. Disponível em <<https://leismunicipais.com.br/a/mg/u/uberlandia/lei-ordinaria/2005/908/9080/lei-ordinaria-n-9080-2005-dispoe-sobre-o-plano-municipal-de-habitacao-tchau-aluguel-e-da-outras-providencias>> Acesso em 10 de julho de 2018.

IMPACTOS AMBIENTAIS NO RIO SIRINHAÉM: UM ESTUDO DE CASO NO TRECHO DA ZONA DA MATA SUL DE PERNAMBUCO

ANALYSIS OF THE ENVIRONMENTAL IMPACTS OF THE SIRINHAÉM RIVER IN THE AREA OF THE MATA SUL DE PERNAMBUCO

Jonas Freitas de Jesus*
Glauce Dias dos Santos**
Rildo Aparecido Costa***

640

* Programa de Pós-Graduação em Geografia, Mestrando, Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão

**Departamento de Ciências Geográficas, Graduanda no Curso de Geografia Bacharelado
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

*** Departamento de Geografia, Professor Titular, Universidade Federal de Uberlândia

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo um estudo de caso dos impactos ambientais existentes no Rio Sirinhaém abrangendo os municípios localizados na Zona da Mata sul de Pernambuco. Estes com intensa atividade canavieira e um crescimento urbano desordenado, desenvolveram ao longo dos anos graves problemas ambientais e de infraestrutura urbana, que apesar de estar inserido numa Área de Proteção Ambiental, sofre grandes impactos negativos comprometendo o equilíbrio socioambiental com isso, buscou pontuar os problemas e possíveis ações mitigadoras.

Palavras-Chaves: Rio Sirinhaém, Mata Sul, Impactos Ambientais.

ABSTRACT

The present work has as objective a case study of the environmental impacts existing in the Sirinhaém River covering the municipalities located in the Zone da Mata south of Pernambuco. These with intense sugarcane activity and disorderly urban growth have developed over the years severe environmental problems and urban infrastructure, which despite being inserted in an Environmental Protection Area, suffers great negative impacts compromising the socio-environmental balance. With this, it sought to score the problems and possible mitigating actions.(ja coloquei no tradutor)

Keywords: River Sirinhaém, Mata south, environmental impact.

1. INTRODUÇÃO

A água é um elemento primordial para a existência de vida no Planeta Terra, e que devemos preservar para as gerações futuras. No entanto o aumento populacional e as mais diversas atividades econômicas fazem com que a sua demanda aumente desenfreadamente para atender as suas necessidades. E foi pensando nisso que as autoridades entraram em

discussão para proporcionar um ambiente ecologicamente equilibrado para que todos possam ter uma boa qualidade de vida. De acordo com a Carta Europeia da Água:

A água é um patrimônio comum, cujo valor deve ser reconhecido por todos; cada um tem o dever de economizar e de utilizá-la com cuidado e a gestão dos recursos hídricos deve inserir-se no âmbito da bacia hidrográfica natural e não das fronteiras administrativas política (GRAZIERA, 2006).

Mesmo sendo a substância mais abundante na superfície terrestre, sua distribuição se apresenta de forma heterogênea, tendo uma maior concentração nos mares e oceanos, uma parte concentra-se no estado sólido, nas geleiras e apenas uma pequena quantidade de água doce encontra-se no estado líquido, este presente nos rios, lagos e lençóis freáticos estão disponíveis para o consumo da humanidade.

São nos rios que além de serem um agente transportador de sedimentos, também são os reservatórios que apresentam grandes quantidades de águas potáveis, mas que ao longo do crescimento urbano tornam-se impactados pela atividade antrópica. Segundo a ONU, 2010 são o direito:

O crescimento das cidades em todo o mundo e o aumento populacional nesses centros urbanos requer maior atenção quanto aos recursos naturais que as cidades possuem, uma vez que a demanda por eles tende a crescer cada vez mais. A poluição é um fator que causa impactos negativos sobre esses recursos naturais, poluição atmosférica; do solo; sonora e dos recursos hídricos são preocupações presentes em todo o mundo (ONU, 2010).

E devido ao seu mais variado uso como, por exemplo, hidrelétricas, indústrias, consumo doméstico, agricultura e pecuária, se fazem importante um manejo adequado para a utilização dos recursos hídricos existente no planeta e em especial no Brasil, pois este é o maior detentor de água doce do mundo, sendo a Região Norte maior detentora de toda água doce. E apesar de possuir uma rica rede hidrográfica a sua distribuição é irregular.

Um dos problemas para o agravamento da falta de água são os desmatamentos nas nascentes, poluição dos cursos hídricos muitas vezes ocasionados por um deficitário serviço de saneamento e atividades agrícolas com despejos de agrotóxicos na rede hidrográfica.

Alguns países já apresentam conflitos pela escassez d'água, e em vista de um futuro preocupante que já caracteriza-se por um marco conflituoso do século XXI, autoridades estão em comum acordo para encontrar soluções que amenizem essa deficiência hídrica, para isso uma das alternativas em diversos lugares é o processo de desassinalização das águas oceânicas, uma técnica bem recente mas de altos custos financeiro se torna a única alternativa em diversos lugares, como por exemplo a ilha de Fernando de Noronha – PE.

Em Pernambuco, segundo dados do último censo conta com uma população de aproximadamente 8.796.448 de habitantes, cerca de 89.62 hab/ km² (IBGE,2010) tendo a sua maior concentração populacional na Região Metropolitana do Recife e Zona da Mata, e destaca-se dos outros estados da Região Nordeste por sua elevada taxa de urbanização.

Infelizmente o estado além de se destacar pelo alto grau de industrialização da Região Nordeste, também se destaca por apresentar a situação mais crítica do país em disponibilidade hídrica. Nas regiões do Agreste e semiárido devido ao baixo volume pluviométrico a disponibilidade de água nos rios é comprometida, tornando-os intermitentes, já nas regiões mais úmidas os regimes pluviais garantem a perenidade dos rios que proporcionam o abastecimento da RMR, que nos últimos anos vem aumentando significativamente a demanda hídrica.

Tendo em vista o estado de alerta em que se encontra o estado de Pernambuco em relação a questão hídrica, este trabalho tem como objetivo analisar os impactos ambientais ocorrentes no Rio Sirinhaém no percurso da Zona da Mata Sul do Estado, onde nesta região destaca-se uma intensa atividade canavieira que teve por início no Brasil Colônia , mas perdura até hoje, tornando-se a principal atividade econômica para os municípios que ali estão inseridos onde Segundo Freyre (1985 apud Quintas, 2007)

Há quatro séculos que o massapê do Nordeste puxa para dentro de si as pontas de cana, os pés dos homens, as patas dos bois, as rodas vagarosas dos carros, as raízes das mangueiras e das jaqueiras, os alicerces das casas e das igrejas, deixando -se penetrar como nenhuma outra terrados trópicos pela civilização agrária dos portugueses.

Esse tipo de atividade agrícola só pode ser desenvolvida devido as condições edafoclimáticas da região que favorecem o plantio da cana-de açúcar , esta antes denominada de ouro branco após a exploração do pau-brasil, tornou-se a principal fonte de riqueza da metrópole, Portugal,e concebendo um alto poder de concentração econômica e domínios territoriais , tendo como áreas predominantes para o cultivo o litoral e a zona da mata da capitania de Pernambuco que nos tempos áureos de colonização fora a que mais se destacou pela alta produção desse bem de consumo tão apreciado pelos europeus, que após alguns anos passará a ser cultivado nas Antilhas, desfavorecendo assim a até então prospera capitania de Pernambuco .

Porém junto com esse desenvolvimento econômico, vieram também grandes modificações na paisagem local, onde a mata atlântica antes preservada e dominante na localidade, foi desmatada e consumida pelo fogo, posteriormente cedia espaço para o canavial (Figura 1).



Figura 2-Solo exposto após a queima da cana-de-açúcar ao longo do percurso da Mata Sul-PE. **Fonte:** A autora,2018.

Toda essa mudança que além de provocar modificações paisagísticas, também interferiram na dinâmica hídrica dos rios que fora elemento primordial para o desenvolvimento econômico da região canavieira, principalmente nos municípios que têm seus domínios territoriais banhados pelo Rio Sirinhaém que ao longo de sua existência sofre com os impactos negativos da atividade do setor sucroalcooleiro como o despejo de vinhoto, produto resultante do processo de destilação do melão da cana é despejado de forma irregular no rio e a alta concentração de agrotóxicos comprometendo a fauna, a flora e o solo.

Outro fator agravante para a qualidade das águas é um crescimento urbano não planejado nos municípios da mata sul e os das demais regiões como o município de Barra de Guabiraba, localizado no Agreste central (Figura 2), com um sistema de esgotamento sanitário deficitário que descarta no rio os dejetos provenientes dos municípios existente ao longo do percurso, além dos riscos ambientais em que a população se encontra, devido a ocupação irregular das margens do rio que nos períodos com maior índice pluviométrico, ocasiona enchentes, deixando desassistido milhares de pessoas sem moradias e com alto risco de contrair doenças devido as suas águas poluídas.



Figura 3- Ocupações irregulares as margens do Rio Sirinhaém e despejo de esgoto no perímetro urbano do Município de Barra de Guabiraba. **Fonte:** A Autora, 2018.

A Bacia Hidrográfica do Sirinhaém está inserida numa Área de Proteção Ambiental intitulada de APA de Sirinhaém, localizada no município de Sirinhaém e Rio Formoso, é integrada a APA de Guadalupe, estendendo-se nos municípios de Sirinhaém, Rio Formoso, Tamandaré e Barreiros, apresentam intensas atividades pesqueiras e graves indícios de conflitos socioambientais.

As águas do Sirinhaém além de servirem como fonte de renda para as comunidades ribeirinhas locais, também é responsável por abastecer a Região Metropolitana do Recife-RMR e, em janeiro de 2017 o Governo do Estado autorizou as obras para a transposição do Rio Sirinhaém, suas águas irão abastecer os sistemas de Brejão e abastecerá o Município de Bezerros e região agreste beneficiando cerca de 50 mil pessoas que sofre com a crise hídrica (G1,2017).

Entretanto como se trata de uma obra emergencial para abastecer o município de Bezerros durante o período de seca, os estudos relativos aos impactos ocasionados por este tipo de ação não foram realizados na sua totalidade, onde apenas foram visados a vazão disponível para atender as necessidades emergenciais.

O município de Sirinhaém, que recebe o nome do Rio, acarreta o acúmulo dos impactos gerados nos municípios que localizam-se desde a montante, este é uma das cidades mais afetadas pelo mau gerenciamento hídrico e fiscalização das leis ambientais vigentes.

MATERIAL E MÉTODOS

O estudo foi realizado no trecho da Zona da Mata Sul de Pernambuco, onde está inserida parte da Bacia Hidrográfica do Rio Sirinhaém, esta, abrangendo os municípios de Água Preta, Amaraji, Escada, Cortês, Gameleira, Joaquim Nabuco, Primavera, Ribeirão, Rio Formoso, Sirinhaém e Tamandaré. O Rio Sirinhaém possui cerca de 2.090,64 km² de extensão, cerca de 2,13% da área do Estado, visualizar (Figura 3).

Desses municípios 2 estão inseridos totalmente na bacia (Cortês e Ribeirão), 7 possuem sua sede na bacia (Amaraji, Barra de Guabiraba, Camocim de São Félix, Gameleira, Joaquim Nabuco, Sairé e Sirinhaém) e os 10 restantes se encontram parcialmente inseridos (Água Preta, Bezerros, Bonito, Escada, Gravatá, Primavera, São Joaquim do Monte, Tamandaré Ipojuca e Rio Formoso), (APAC,2018).

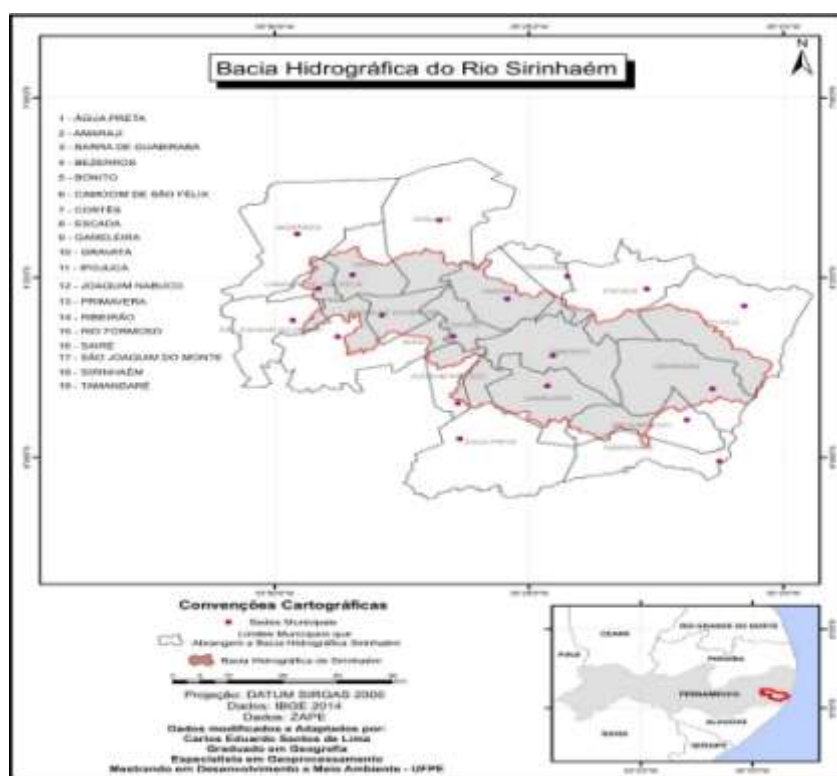


Figura 4- Localização da Bacia Hidrográfica do Rio Sirinhaém. **Fonte:** Carlos Eduardo Santos de Lima (2018).

Para a concretização da pesquisa foram realizadas observações durante as visitas municipais no período de fevereiro a março de 2018, além do levantamento bibliográfico por meio de artigos, sites que abordam o tema, teses e dissertações.

2. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Rio Sirinhaém tem sua nascente no município de Camocim de São Félix, localizado na região do Agreste Central, percorre pela mata sul até desaguar suas águas dentro do

perímetro do município de Sirinhaém. Durante as visitas municipais pôde-se verificar que os problemas socioambientais são semelhantes em todos os municípios visitados, pois como já citado, todos possuem a atividade canavieira como a principal base econômica para a geração de empregos.

No entanto não é só esta atividade econômica a principal causa dos impactos ambientais existentes, uma deficitária gestão ambiental e infraestrutura, contribuem para que os impactos sejam bem acentuados, compondo os agravantes para que este quadro seja semelhante em todos os municípios visitados, falta de um plano de gerenciamento hídrico que atenda os interesses dos envolvidos também é precário, assim todos os aspectos físicos e biológicos referentes a Bacia estão comprometidos, acarretando maiores danos as comunidades que residem as margens do rio e ou da população que reside no centro da cidade, tendo em vista que todas sofrem com as alterações ocorridas no corpo hídrico de forma direta ou indiretamente.

Diante disso nos últimos anos está havendo uma manifestação popular para a criação do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Sirinhaém, que por seu intermédio, será possível um melhor gerenciamento de suas águas e dos seus rios tributários que também sofrem com os impactos negativos de um manejo hídrico precário que acomete todos os municípios dos rios metropolitanos do estado de Pernambuco que apesar de enfrentar diversos problemas estruturais, ainda conseguem promover melhorias para os municípios que os compõem, através de obras estruturais que visam uma melhoria das águas e conseqüentemente da saúde pública, evitando assim algumas doenças ocasionadas pela má qualidade da água.

Assim os interesses das comunidades pesqueiras, quilombolas, vilas, e dos grandes empresários como as usinas de cana-de-açúcar, empresas agropecuárias, pequenos e grandes agricultores, pecuaristas e as hidrelétricas atuantes nos municípios em questão, poderão ser discutidos e trabalhados de maneira mais viável para todos os envolvidos.

Tendo em vista que a importância desse objeto, é de extrema importância para todos, pois assim será garantido o direito de uso das águas e garantia de preservação da biota existente.

3. CONCLUSÃO

O descaso com os rios brasileiros é algo que abrange todos os municípios do País, isto não acomete apenas uma região específica ou apenas um estado. Isto ocorre devido a uma

grande extensão territorial, a falta de planejamento municipal e um gerenciamento hídrico deficitário, onde compromete a qualidade das águas e a saúde pública da população.

A situação não difere na Região da Zona da Mata Pernambucana, onde localiza-se o rio Sirinhaém que é um dos rios metropolitanos mais importantes do estado de Pernambuco e o único rio da litorâneo sem a constituição de um Comitê de Gerenciamento Hídrico. Com isso um levantamento a respeito da importância do mesmo, assim como os impactos ocasionado a este ao longo dos anos, agravado pelo crescimento econômico e urbano, despertou o interesse da pesquisa, pois a partir de uma análise dos possíveis impactos ambientais provenientes a ascensão econômica , podemos verificar quais os danos sofridos por este corpo hídrico durante os anos de intensa atividade econômica e aumento populacional , ocasionando um desequilíbrio intensificado com o passar dos anos e, quais as consequências para a sociedade que deste usufrui de suas águas para as inúmeras atividades.

A partir dessas observações, buscou-se meios de exigir um posicionamento dos órgãos responsáveis pelos gerenciamentos dos recursos hídricos do Estado de Pernambuco, além de exigir das autoridades de órgão competentes no setor de meio ambiente medidas mais incisivas para que as providências cabíveis possam ser tomadas, em busca de um desenvolvimento sustentável, sendo este compreendido por haver um crescimento econômico com melhorias na qualidade de vida e equilíbrio ambiental. Todavia, essas cobranças por ações para a melhoria da qualidade da água do rio, não se detém apenas as comunidades que ribeirinhas, nem os agricultores, o que chamou a atenção foi que esta ação também partiu do poder público municipal, tendo em vista que as medidas cabíveis para uma melhoria hídrica ,não é de responsabilidade apenas de um município, mas de todos que estejam inseridos na área de interesse e que em conjunto deverão buscar soluções para os problemas enfrentados afim de que ambos possam obter melhoria.

4. AGRADECIMENTOS

Agradeço aos alunos do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA pela disponibilidade e atenção para desenvolver junto comigo este trabalho tão importante, e ao Grupo de Pesquisa SERGEO que nos forneceu o software para a produção do mapa apresentado na pesquisa.

5. REFERÊNCIAS

G1.Governo Autoriza transposição do Rio Sirinhaém. Disponível em<<http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/vida->

urbana/2017/01/14/interna_vidaurbana,684354/governo-autoriza-transposicao-das-aguas-do-rio-sirinhaem.shtml> Acessado em 10 de Dez.de 2018 às 15:30min.

IBAMA. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Lauda Biológico para a Área de Determinação de Influência do Estuário do Rio Sirinhaém**<<https://pt.slideshare.net/vfalcao/sirinhaempdf3>> Acessado em 12 de março 2018 às 16:30min.

PERNAMBUCO. **Atlas de Bacias Hidrográficas.**

<http://www.srhe.pe.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=323:mapas-das-bacias-hidrograficas&catid=42:documentos&Itemid=75> Acessado em 12 de março 2018 às 22:30min.

PERNAMBUCO. **LEI Nº 12.984, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2005.** Disponível em:<http://www.apac.pe.gov.br/legislacao/lei_das_aguas_n_12984_de_30_de_dezembro_de_2005.pdf> Acessado em 12 de março 2018 às 20:30min.

SILVA, L. C. M; SILVEIRA, P.C. B. **Conflitos Socioambientais no Litoral Sul de PE: a Resex. Sirinhaém Ipojuca** <

http://www.costeiros.ufba.br/Semin%C3%A1rio/Eixo%205/SILVA,L.C.M.da,%20SILVEIRA,P.C.B_Conflitos%20Socioambientais%20no%20Litoral%20Sul%20de%20PE-%20a%20Resex%20Sirinha%C3%A9m-.pdf> Acessado em 10 de março de 2018 às 10:00min.

QUINTAS. Fátima (Org). **A civilização do açúcar.** Recife: Sebrae, Fundação Gilberto Freyre p.73,2007.

BRASIL. MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. **Diagnóstico do Município de Sirinhaém.** Disponível em:

<http://rigeo.cprm.gov.br/xmlui/bitstream/handle/doc/16836/Rel_Sirinh%C3%A9m.pdf?sequence=1> Acesso em 10 Dez. 2018 às 15:00min

ANÁLISE DA CATEGORIA PAISAGEM NA OBRA LITERÁRIA SERTÃO SEM FIM DE W. BARIANI ORTENCIO

Jonas Freitas de Jesus*
Glauce Dias dos Santos**
Rildo Aparecido Costa***

*Programa de Pós-Graduação em Geografia, Mestrando, Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão

**Departamento de Ciências Geográficas, Graduanda no Curso de Geografia Bacharelado Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

***Departamento de Geografia, Professor Titular, Universidade Federal de Uberlândia

649

RESUMO

O presente artigo faz uma análise da categoria paisagem em obras consagrada da literatura brasileira. A obra Sertão Sem Fim escrito por Waldomiro Bariani Ortencio, tendo sua primeira publicação em 1965, essa obra tem cenários e descrições por vezes bastante diferentes dos dias atuais, demonstrando uma cultura, costumes e paisagens da população naquela época. Levando em conta a percepção da paisagem e suas características, além de utilizá-la como uma categoria da geografia para análise, será realizado então esse desdobramento na obra.

Palavras-chave: Paisagem; Sertão Sem Fim; Análise; Categoria.

ABSTRACT

The present article makes a description of the landscape in consecrated works of Brazilian literature. The work Sertão Sem Fim, written by Waldomiro Bariani Ortencio, has its first edition in 1965, great work has scenarios and descriptions by varied calories of the present day, showing a culture, costumes and landscapes of the population covered season. Taking into account the perception of the landscape and its characteristics, in addition to using the same category of geography for analysis, will then be carried out this unfolding in the work.

Palavras clave: Landscape; Sertão sem fim; Analyze; Category.

INTRODUÇÃO

Muitas vezes a paisagem é definida de um jeito simples e direto, basicamente dita que é tudo aquilo que se consegue ver, porém sabe-se que o conceito de paisagem vai muito além disso e levam-se em conta outros fatores. Conforme Guerra (2006) faz uma explicitação, a manifestação e os fenômenos espaciais são considerados, além de ter uma base em orientações teórico-metodológicas das várias escolas da geografia, tendo o desenvolvimento do conceito de paisagem e a sua utilização construída de maneiras diferentes, dentro do seu próprio tempo.

Inicialmente passando pela escola alemã, onde o conceito de paisagem é introduzido como categoria, porém de uma forma estática e positivista, onde se

focalizam os fatores geográficos agrupados em unidades espaciais, a partir de um trabalho com base na cartografia geomorfológica. Quando é mencionado a escola francesa, essa questão já muda para uma forma mais dinâmica, considerando as características das regiões, componentes da natureza e atividades humanas. Schier (2003) faz esse resgate da categoria de paisagem quando escreve que,

[...] o conceito de paisagem foi originalmente ligado ao positivismo, na escola alemã, numa forma mais estática, onde se focalizam os fatores geográficos agrupados em unidades espaciais e, numa forma mais dinâmica, na geografia francesa, onde o caráter processual é mais importante. Ambas tratam a paisagem como uma face material do mundo, onde se imprimam atividades humanas. (Schier, 2003, p. 80)

Sendo assim, é natural pensar que a categoria de paisagem ainda sofresse com várias influências, desde a antiga união soviética, que se comparada as demais é uma escola fechada, traz Dokoutchaev, em 1912, com uma nova abordagem com relação aos elementos da natureza, definindo o Complexo Natural Territorial (CNT), na qual inclui os processos físicos, químicos e bióticos, colocando a vegetação como diferenciadora nas tipologias das unidades de paisagem e o solo como produto da interação entre o relevo, clima e a vegetação. Em uma outra ponta a escola Anglo-americana, trata a paisagem de uma forma analisada sob a perspectiva da evolução do relevo, e teve como destaque trabalhos de Grove Karl (1880) e de William Morris Davis (1899).

Em um contexto mais atual, Bertrand (1971) conceitua paisagem como sendo uma determinada porção do espaço, resultado de uma combinação dinâmica, mas instável, que é composta de elementos físicos, biológicos e antrópicos no qual reagem dialeticamente, uns sobre os outros, e fazem a paisagem indissociável, sendo um único conjunto que está em constante evolução. O que cabe por complementar em parte a produção da paisagem criada pelo homem, quando Schier (2008) entende que:

“Tradicionalmente, os geógrafos diferenciam entre a paisagem natural e a paisagem cultural. A paisagem natural refere-se aos elementos combinados de terrenos, vegetação, solo, rios e lagos, enquanto a paisagem cultural, humanizada, inclui todas as modificações feitas pelo homem, como nos espaços urbanos e rurais. De modo geral, o estudo da paisagem exige um enfoque, do qual se pretende fazer uma avaliação definindo o conjunto dos elementos envolvidos, a escala a ser considerada e a temporalidade da paisagem. Enfim, trata-se da apresentação do objeto em seu contexto geográfico e histórico, levando em conta a configuração social e os processos naturais e humanos.” (Schier, 2008, p. 80)

E através desses tipos de paisagens citados, chegamos nos fatores perceptivos da paisagem, sendo eles: ponto de vista do observador (referencial), condições biológicas do observador, condições psicológicas, aspectos culturais (experiência de vida) e a escala. Tudo isso faz com que o observador tenha uma visão/observação do “objeto”,

para então ter uma reação/cognição, posteriormente assimilar, obtendo sua percepção e a partir disso realizar uma descrição do que se está observando, no caso uma paisagem, paisagem-vivida.

Mesmo assim, não é necessariamente estar presente ou utilizar os olhos para que se possa fazer uma descrição da paisagem, por isso será realizado uma análise da categoria paisagem em *O Cortiço e Sertão sem Fim*. Não será desconsiderado em momento algum o conceito de paisagem, porém neste caso, também será utilizado um pouco do imaginário para poder ser realizado, o que não compromete essa categoria que vem sendo discutida ao longo de tanto tempo e que até mesmo nos dias atuais tem várias definições trabalhadas por diversos autores.

Indo um pouco mais além, envolvendo aspectos objetivos e subjetivos de onde se é vivido, cristalizando então em suas respectivas imagens as estruturas das dimensões espaço-tempo onde a realidade é formada pelo real e imaginário, imprimindo marcas entre a racionalidade e a afetividade, originando complexos sistemas simbólicos. Isso acaba por levar a dois termos bastante utilizado por Tuan (2012), que seria a existência de um sentimento topofílico “ou” topofóbico, com base em suas análises sobre exemplos de sociedades pré-letradas, extraídos dentre os casos clássicos da literatura antropológica das décadas de quarenta e cinquenta. Portanto esses dois termos citados, acaba por dar um sentimento na percepção e sensação que o ambiente possa suscitar no indivíduo, tanto como uma agradabilidade e sentimento de pertencimento (topofilia) ou aversão (topofobia).

Na obra *Sertão Sem Fim*, há uma descrição do sertão de uma forma bastante regionalista com um ambiente árido, possuindo uma temporalidade própria e ilimitado espacialmente. Nota-se isso ao longo da leitura da obra em seus onze contos e uma novela, onde se nota um encanto por parte dos personagens trazendo em alguns momentos a questão do pertencimento. Pois naquela paisagem entra o espaço vivido do sertanejo, que aqui não é retratado como popularmente conhecido como matuto. Retrata-se também a honra da família em alguns contos, em outros os assédios que as mulheres casadas sofrem, críticas a religião e a força da amizade em certos momentos. Todos esses contos é uma descrição não só da paisagem em si, mas também dos elementos que fazem parte dela, que são as pessoas e suas problemáticas vivenciadas a cada dia.

METODOLOGIA

Para realizar a análise da obra literária, foi utilizada a metodologia focada em pesquisa bibliográfica de modo qualitativo, através do método dedutivo. Embasada em diversos autores que tratam o conceito de paisagem de uma forma ampla e as vezes muito subjetiva, através da empiria. Sendo assim por vezes não alcançado totalmente a ideia passada pelo autor da descrição da paisagem em sua obra, em um lugar sertanejo pois a experiência de vida dele da uma outra forma de olhar e descrever.

ANÁLISE DA PAISAGEM EM SERTÃO SEM FIM

No primeiro conto da obra, “Paciência de Goiano”, há uma descrição rápida e um pouco subjetiva, pois fala explicitamente da história que passa no cerrado, em contrapartida de alguns elementos únicos desse bioma. Exemplificando o pequi, um fruto típico do cerrado, além do rio Paranaíba que corta a região comumente citado já no fim do conto e da depressão onde está situada a fazenda do São Inácio para aproveitar a mina d’água que ali se encontra. O autor faz uma descrição da paisagem de uma forma singela sob os aspectos físicos da região, no caso a paisagem natural, trazendo também alguns elementos da paisagem cultural de acordo com Schier (2008), como a utilização da panela de barro por d^a Romualda.

Indo ao próximo conto, quem tem o título de “A mulher do Elpídio”, a descrição da paisagem é muito implícita e se dá através de signos para compreendê-la. Referindo então a dança catira, que é um elemento cultural do interior do Brasil. Além do assédio que as mulheres sofrem, independente se são casadas ou não, que ocorre em todo Brasil, esse caso também pode ser colocado como signo.

Terceiro conto escrito por W. Bariani Ortencio é “Os Pereiras”, e de início a descrição é realizada sob um aspecto físico da fazenda que se encontra no cerrado. Com uma sede que possui uma área de cinquenta alqueires, que possui dentro e em seu entorno alguns elementos típicos da região, como um grande brejo, capões de pindaíba, veredas com buritizal. Também se discorre sobre a casa grande, que por ventura tem o nome que se dava na época da escravatura, demonstrando então o signo de um patriarquismo enraizado na cultura brasileira. Sob o aspecto visto pelo narrador, nota-se que o assoalho é pesado e constituído de jacarandá; janelas e portas com tábuas de cedro; portais e batentes de aroeira.

O que se pôde identificar no próximo conto, foi a referência a Serrinha, Goiânia e um pé de jatobá, descrição de uma paisagem ou percepção de signos não me ficou claro, apenas no imaginário, porém relacionado a um cenário de duas pessoas tentando

fazer negócio porém tentando tirar proveito um do outro, acabando por não ser concluído. Talvez por minha falta de conhecimento sobre o cerrado não consegui encontrar mais elementos.

Uma das paisagens trabalhada no conto “O Patuá”, é de um córrego onde se encontra um barranco alto que fica em cima da rasoura e que por sua vez possui um buraco debaixo do barranco. Izidoro como personagem principal entende muito de garimpo, entre várias coisas, está realizando uma caça e aparentemente tem conhecimento da região onde se encontra e por isso nessa ocasião está caçando com um amigo e um cachorro.

“Cabeça de Quimbanda” tem uma descrição de uma paisagem um tanto quanto pitoresca vivenciada pelo sacristão imaginada como dissimulada. Um terreiro arrumado, organizado para dançar, com chão cimentado possuindo um altar, cachaça, charuto, campainha, giz, suco de ervas. No seu entorno pequenas capelas contendo galinhas, fumo, vinho, charuto, cachaça. Essa descrição aparentemente possui uma topofobia por parte do sacristão, até mesmo por ele ser católico, pois aquela paisagem possui signos e significados fazendo alusão a uma religião contrária a dele. Que é uma religião afro descendente que carrega vários elementos particulares não aceita pela outra, mesmo que faça um sincretismo religioso.

Uma descrição realizada e interessante no conto “O Noivado do Coronel”, é o seu surgimento montado a cavalo em um morro, sendo comparado até mesmo um lord britânico marchando contra o sol. Com botas amarelas encaixado apenas a meio estribo, trajando roupa amarela, caqui; camisa branca, colarinho arrumado sem gravata e um chapéu cinza com abas largas. Esse cenário é interessante pelo fato de o coronel ter uma vestimenta um pouco melhor e estar arrumado ser comparado a um lorde, percebe-se então a simplicidade dos cidadãos presentes neste conto, já que nesse caso específico não é da vivência deles.

Já no primeiro parágrafo escrito por W. Bariani em “O Menino, O Cão e ... o Espanhol”, a uma paisagem da chácara onde vive o espanhol. Que se localiza tangente a cidade, essa pequena e subdesenvolvida as margens da estrada de ferro no centro-oeste do país. A chácara descrita como um enorme quintal de um quarteirão quadrado, possuía duas dezenas de pés de tangerinas Poncã, além disso vários pés de jabuticaba, sendo essas suas principais fontes de renda. Em segundo plano vinham as laranjeiras, atas, cajus, cajás-manga, mangueiras entre outros. É uma descrição bem singela de uma chácara, porém por ter um valor agregado pelas frutas, era muito cobiçado.

Nos últimos contos o autor parte muito da mesma perspectiva dos outros, realizando descrições da paisagem utilizando a topofilia e topofobia, o imaginário que é subjetivo e o espaço vivido pelos personagens trazendo assim uma sensação de pertencimento ao lugar. Colocando signos e significados bem particulares da cultura e região local onde os contos são trabalhados, que é típico de paisagens culturais. Desde descrições de fazenda e características físicas como rios e depressões, até mesmo terminologias como petíticau, obela, entre outros.

CONCLUSÕES

Como foi dito anteriormente, a descrição de paisagem é algo muito subjetivo e que levar em considerações vários aspectos do observador, neste caso o leitor. O que o torna mais difícil é pela questão de termos que utilizar o imaginário para tentar compreender a paisagem disposta, algo que na maioria das vezes não estamos acostumados a fazer, ainda mais quando são narrações em épocas e cenários diferentes, com diversos costumes e em parte não vivida pelo leitor ou observador.

Paisagem como categoria geográfica se encaixa muito bem no espaço como suas outras categorias, mas essa em questão é muito relativo quando a descrição vem do outro, então a partir dessa premissa uma paisagem nunca é igual e nunca será a mesma para outra pessoa, até mesmo pela razão do espaço ser dinâmico. Fica ainda mais difícil quando se tenta descrever algo por um recorte da paisagem, se na paisagem não se consegue ver ela por completo devido as nossas limitações, no recorte fica mais complexo pois por vezes não se sabe em que contexto está inserido. Isto se aplica tanto no caso das interpretações de determinados grupos sociais, dos quais cada um se exprime em atividades específicas, formas culturais diferentes e linguagens diferenciadas, como para abordagens e interpretações entre a paisagem física ou a cultural.

Então quanto maior for a experiência do leitor observador, mais se terá detalhes sobre a paisagem, claro que a escala é de extrema importância, tanto a escala geográfica quanto a cartográfica, pois é a partir dela que será notado elementos muitas vezes fundamentais para uma boa descrição. Assim, toma-se então que o olhar a partir de uma determinada abordagem constrói um filtro que ressalta o que essa abordagem propõe, e a paisagem, seja física ou cultural, exige uma filtragem mais ampla que, algumas vezes, foge até mesmo das questões geográficas mais clássicas, necessitando uma filtragem

científica, cultural, filosófica, política, entre outras, mostrando um caráter multidisciplinar no seu estudo.

De forma geral e um pouco direta, hoje é possível perceber a existência conceitual de várias paisagens, em forma de região, território, lugar, etc. Discutir essa pluralidade conceitual e cognitiva é, no âmbito da geografia, sem dúvida um grande desafio que ainda deve ser trabalhado assiduamente.

REFERÊNCIAS

ABREU, Mauricio de Almeida. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. Ed. 4, Rio de Janeiro: IPP, 2016.

BERTRAND, G. Paisagem e geografia física global: um esboço metodológico. **Revista IGEOG/USP**, São Paulo: USP, n. 13, 1971. Caderno de ciências da terra.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Esoaço Tempo na Metr pole**: a fragmenta o da vida cotidiana. São Paulo: Contexto, 2001.

CAVALCANTI, Agostinho; VIADANA, Adler Guilherme. **Organiza o do espaço e análise da paisagem**. Rio Claro: UNESP, 2007.

CHAUI, Marilena. **Convite   Filosofia**. São Paulo:  tica, 2000.

CLAVAL, P. **A geografia cultural**. Florianópolis: UFSC, 1999.

CORRÊA, R. L. Espaço, um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, I.E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R.L. (Org.) **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

COSGROVE, D. E. **Social formation and symbolic landscape**. Madison: the University of Winsconsin Press, 1995.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa**. Secretária de educa o a distância. Ed. 1, Porto Alegre: UFRGS, 2009.

GUERRA, Ant nio José Teixeira; MARÇAL, Mônica dos Santos. **Geomorfologia Ambiental**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

MOREIRA, Ruy. **O Que   Geografia?** Rio de Janeiro: ed. Brasiliense, 1982.

OLIVEIRA, Christian Dennys Monteiro de; PONTUSCHKA, N dia Nacib. Representando e refazendo uma prática de estágio no ensino de geografia. In: VESENTINI, José Willian (Org.). **Geografia e ensino: textos críticos**. 9. ed. Campinas/SP: Papyrus, 1989.

ORTENCIO, Waldomiro Bariani. **Sertão Sem Fim**. Ed. 1, Rio de Janeiro: Livraria São José, 1965.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço habitado, fundamentos Teórico e metodológico da geografia**. Hucitec. São Paulo 1988.

SCHIER, Raul Alfredo. Trajetórias do conceito de paisagem na geografia. **Revista RA'EGA**, Curitiba, n. 7, p. 79-85, 2003. Editora UFPR.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente, (Tradução de Livia de Oliveira) Londrina: Eduel, 2012.

A QUESTÃO DA ÁGUA NO ORIENTE MÉDIO: O CASO DE ISRAEL E PALESTINA

Jonas Freitas de Jesus*
Glauce Dias dos Santos**
Rildo Aparecido Costa***

* Programa de Pós-Graduação em Geografia, Mestrando, Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão

**Departamento de Ciências Geográficas, Graduanda no Curso de Geografia Bacharelado Universidade Federal de Pernambuco, Brasil.

***Departamento de Geografia, Professor Titular, Universidade Federal de Uberlândia

657

INTRODUÇÃO

A água é um recurso essencial para a vida e sua manutenção, ao longo da história esse recurso é um fator de conflitos para a população humana, de disputa, poder e de interesse entre tribos ou grupos e entre Estados. A água é um direito fundamental, inalienável e universal de todo ser humano, entretanto quando acontece sua capitalização, sua privatização e lhe é agregado um valor econômico, torna-se uma mercadoria. Em 2010, a ONU, anuncia uma resolução que trata a água e o saneamento como um direito humano, porém na prática cada país toma uma posição com relação a esse recurso, alguns países consideram como mercadoria e outros entendem que é uma mercadoria.

A disponibilidade de água varia de uma região para outra por aspectos climáticos e também políticos. Existem algumas regiões que passam por problemas maiores de escassez de água, o oriente médio é uma delas, tendo uma disponibilidade hídrica catastróficamente baixa, região na qual este artigo irá se debruçar, especificamente sobre o caso dos conflitos por água entre Israel e Palestina.

Israel e Palestina apresentam historicamente conflitos territoriais, desde a implementação do Estado de Israel na região. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, a ONU propõe a divisão da Palestina em dois Estados: um Estado árabe e outro Estado judeu, contudo os árabes rejeitaram essa proposta. Em 1948, é assinada a proclamação que cria o Estado de Israel, com isso os ingleses se retiram e, imediatamente, os países árabes se revoltam contra o novo Estado.

A distribuição da água e o domínio de muitas fontes estão sob responsabilidade de Israel. O suprimento de água é dividido entre israelenses e palestinos, entretanto a distribuição entre eles é altamente injusta. Ainda em relação ao primeiro, explora cerca de 80% dos

recursos naturais de água e os palestinos os 20% restantes. Quanto ao rio Jordão, os palestinos não possuem qualquer acesso ficando restrito aos israelenses.

Fica como objetivo analisar os conflitos ocasionados pela disputa do controle das redes hídricas entre Israel e Palestina e sua questão territorial. Fazendo uma discussão da água quanto um direito e quanto mercadoria, buscando compreender como se estabelece o controle de Israel sob as fontes e cursos de água subjugando o uso desse recurso que também é direito dos palestinos.

Este artigo tem como embasamento teórico livros e sites descritos nas referências bibliográficas, facilitando a compreensão sobre o assunto abordado de uma forma qualitativa. Tais referências foram cruzadas para se obter uma maior veracidade, objetividade e coerência na análise dos conflitos entre Israel e Palestina motivados pela escassez de água.

UMA ANÁLISE SOBRE TERRITÓRIO

F. Ratzel, considerado um dos grandes precursores da geografia moderna e da questão do território de uma forma sistemática, tem seus fundamentos analíticos geográficos na metodologia e filosofia positivista: observação, descrição, comparação e classificação, compreendendo a Antropogeografia como uma ciência comparada. A partir disso naturaliza o povo e o Estado e sua unidade, sendo o solo o elemento fundamental do Estado e sua unidade, condicionando junto com outros fatores, o crescimento espacial dos Estados.

Destarte Ratzel tenta fazer uma tentativa no avanço da abordagem do homem ligado ao solo/ambiente, sinalizando para além da geopolítica através de elementos da cultura, religião e da economia, comércio, contudo em virtude de sua proposta teórico-metodológica, não consegue apreender coerentemente estas três dimensões ao tratar do território. Ele não consegue superar a visão naturalista de território, herdada de ciências como a biologia, entre outras. Apesar do esforço em produzir uma geografia das relações e de trabalhar a relação entre diferentes ciências.

Em meados do século XX, Gottmann (1973), continuando com sua argumentação de suas obras, afirma que a noção de organização política é central na definição do conceito de território. Com isso a importância dos conceitos de soberania e Estado, como instituição em que há autoridade, delimitação no exercício da soberania e que mantém relações externas. Definindo então os significados do território ligados ao progresso tecnológico, ao incremento da mobilidade populacional e à soberania no contexto do direito internacional. Assim o conceito de território não pode ser classificado como físico ou fenômeno inanimado, mas como uma área onde há um elemento de centralidade, que pode ser uma autoridade exercendo soberania sobre as pessoas ou o uso de um lugar.

Contudo em outro viés, principalmente na década de 1970, Raffestin, um dos estudiosos que têm marcado a geografia brasileira, se referenciado a geografia humana, também destaca o caráter político do território, todavia com uma conotação distinta de seus predecessores, por mais que tenha como referência Henri Lefebvre, afirmando que o território é um espaço modificado pelo trabalho e revela relações de poder.

O território é objetivado por relações sociais, de poder e dominação, o que implica a estagnação da territorialidade, ou territorialidades, no espaço, a começar das diferentes atividades. Ainda de acordo com Raffestin (1981), fundamentam-se na construção e articulação entre as dimensões socioeconômicos do território, delimitando campos de ações, de poder, nas práticas espaciais que constituem o território.

“[...] um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. (...) o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder [...]” (RAFFESTIN, 1993, p.144).

Outrossim, Raffestin defini poder como combinação de energia e informação, podendo a energia se tornar em informação. Doravante, Saquet traz uma abordagem do território em uma linha simbólica-cultural, histórica, multiescalar, na relação economia-política-cultura-natureza, dentro da relação territorialização-desterritorialização-reterritorialização, (i) material, relacional, ideário, uno e múltiplo.

“Por essa abordagem e concepção (i) material, uma dimensão fundamental e quase negligenciada em estudos territoriais ou tratada comumente como base física, é a natureza exterior ao homem. Assim merece atenção sem a pretensão, evidente, de esgotar a temática. Nos processos territoriais, as dimensões da E-P-C-N estão sempre presentes, de uma forma ou outra. Talvez, possamos avançar a partir do exposto, sobretudo a partir da possibilidade de se considerar, na natureza do território, a natureza.” (Saquet, 2007, p.172).

Com essa análise nota-se a relação intrínseca do poder que está ligado ao território, seu domínio, que direciona-se de todo modo ao espaço, independente das atividades exercidas no lugar e suas articulações socioeconômicas e socioespacial.

Pode-se afirmar ainda sobre o território, que ele é abrangente sob os aspectos econômicos, sociais e culturais, que está em constante mutação e construção no espaço geográfico. O território similarmente é tratado como político-administrativo (poder e fronteira) articulado à uma organização. Nele se apresentam grupos por interesses, afinidades ou conveniências, que é correlata ao Estado e esse não participa da configuração da territorialidade de tais grupos. Santos (1986) faz referência ao território da seguinte maneira:

“O território usado e a expressão desenvolvimento se dá pelas formas de conteúdo que são difundidas. O território usado se torna impregnado dessas formas-conteúdo que reproduzem as lógicas desiguais de acumulação de

recursos para os usos presentes e futuros do território.” (SANTOS, 1986, p.14)

Como salienta Milton Santos, o planejamento territorial executado tanto pelo Estado, foi e é um grande instrumento de implementação das formas-conteúdo ligadas a racionalidade que possibilita a reprodução capitalista-acumulação, competitividade e desigualdades socioespaciais. Destarte, os lugares vão se caracterizando pelas densidades e usos que abrigam, isso cria o embate da desigualdade de usos do território.

Contudo o território pode ser considerado como delimitado, construído e desconstruído por relações de poder que envolvem uma gama muito grande de atores que territorializam suas ações com o passar do tempo. Sem embargo, a delimitação pode não ocorrer de maneira precisa, podendo ser irregular e mutável, bem como podendo acontecer uma diversificação das relações sociais num jogo de poder cada vez mais complexo.

É relevante compreendermos, exclusivamente levando em conta que o território é apenas uma área delimitada e constituída pelas relações de poder do Estado, conforme se entende na geografia, estaríamos desconsiderando diferentes formas de focalizar o seu uso, as quais não suprimem a sua compreensão, mas a torna mais complexa por envolver uma análise que leva em consideração muitos atores e muitas relações sociais.

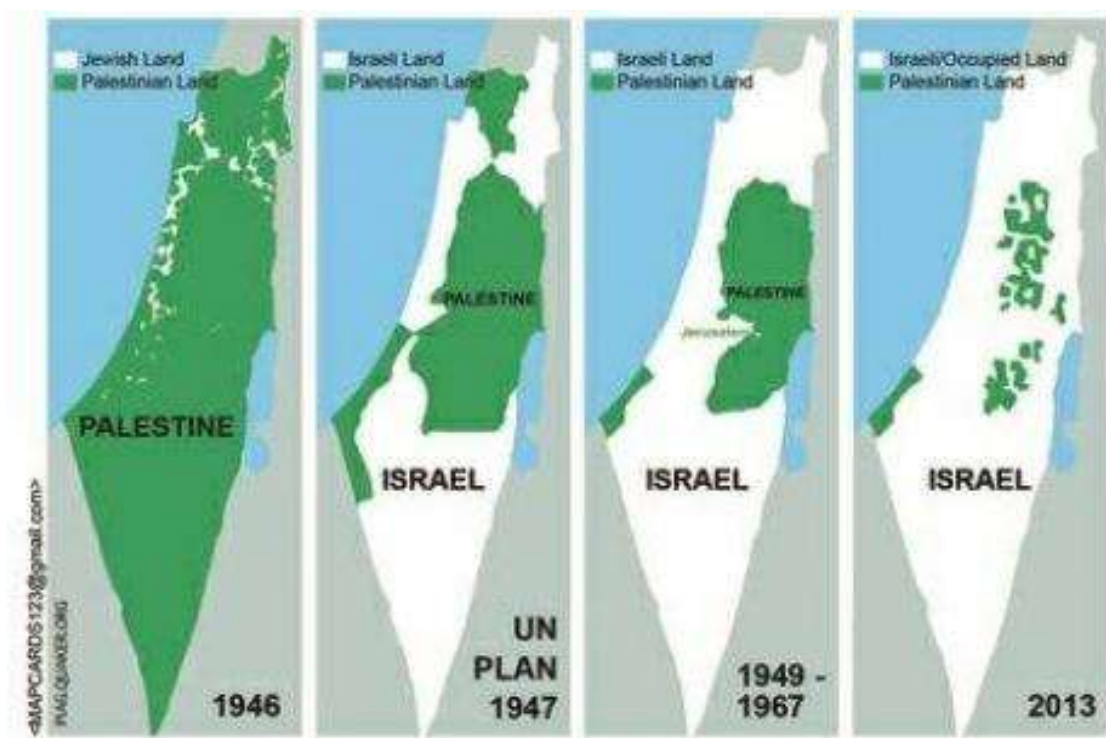
ISRAEL E PALESTINA

A região Palestina localiza-se sobre a Bacia do Rio Jordão, uma fonte regional de água doce, essa Bacia conta com o Rio Jordão, com o Lago Tibérias, historicamente conhecido como Mar da Galiléia, e seus afluentes mais intensos, os rios Yarmouk e Jabbok, ambos vindos do leste e com curso dentre diversos Estados vizinhos, tendo como delimitação a foz do Rio Jordão no Mar Morto, ao extremo sul da Região.

Geograficamente, a bacia do Rio Jordão, tem a escassez de água como característica, sendo causada por diversos fatores e afetando, direta e seriamente, Israel, a Cisjordânia e a Faixa de Gaza. Contudo Israel ainda possui uma área de 2,250 km² de área irrigada, 1,78 km³ de recursos hídricos renováveis (água consumível). A maior precipitação da região, 1.000 milímetros, ocorre somente em uma pequena área ao norte. As partes leste e sul da região apresentam características de terras semiáridas e áridas, recebendo apenas 50 a 250 milímetros de chuva por ano. Estima-se que a quantidade total de água renovável disponível na região seja de 2.4 bilhões de metros cúbicos por ano, ao passo que a utilização de água, em média, chega a 3 bilhões de metros cúbicos. O déficit resultante é suprido extraíndo-se água, sem capacidade de reposição, do lençol freático e de outras formações geológicas (Vicentim, 2017).

O principal aquífero do território, o Aquífero Montanhoso, constitui a principal fonte de água potável da região. Com sua nascente em terras palestinas, na Cisjordânia, cobre a área central do território Árabe e corre pelo chamado corredor Israelense. Sua exploração intensiva tem início com os assentamentos judeus entre os anos de 1920 e 1930, mas potencializa-se entre 1948 e 1967 e após a Guerra dos Seis Dias, que tem como resultado o aumento considerável do estado de Israel: foram conquistadas áreas do Egito, Faixa de Gaza, Península de Sinai, região da Jordânia, a Cisjordânia, o setor oriental de Jerusalém, partes pertencentes à Síria e às Colônias de Golan, colocando a região quase totalmente sob a ocupação Israelense, como demonstrado na figura 1. Dessa maneira, sua exploração tornou-se também um dos principais pontos de discórdia entre estes dois povos.

FIGURA 1 – Evolução do território de Israel



FONTE: Esquerda.net

Em meados da década de 1970, a exploração na região norte e leste deste aquífero chega drasticamente ao seu limite, basicamente com problemas de absorção e salinização, isso em um território de 20.770 km² atualmente. Vicentim (2017) afirma que a qualidade da água sofre alterações perceptíveis à utilização humana, conforme palavras declaradas pelo Ministro do Meio-Ambiente Israelense durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento que aconteceu no Rio de Janeiro em 1992, “A rápida infiltração de água salina no Aquífero (...) constituiu um grande perigo”, contribuindo então para o

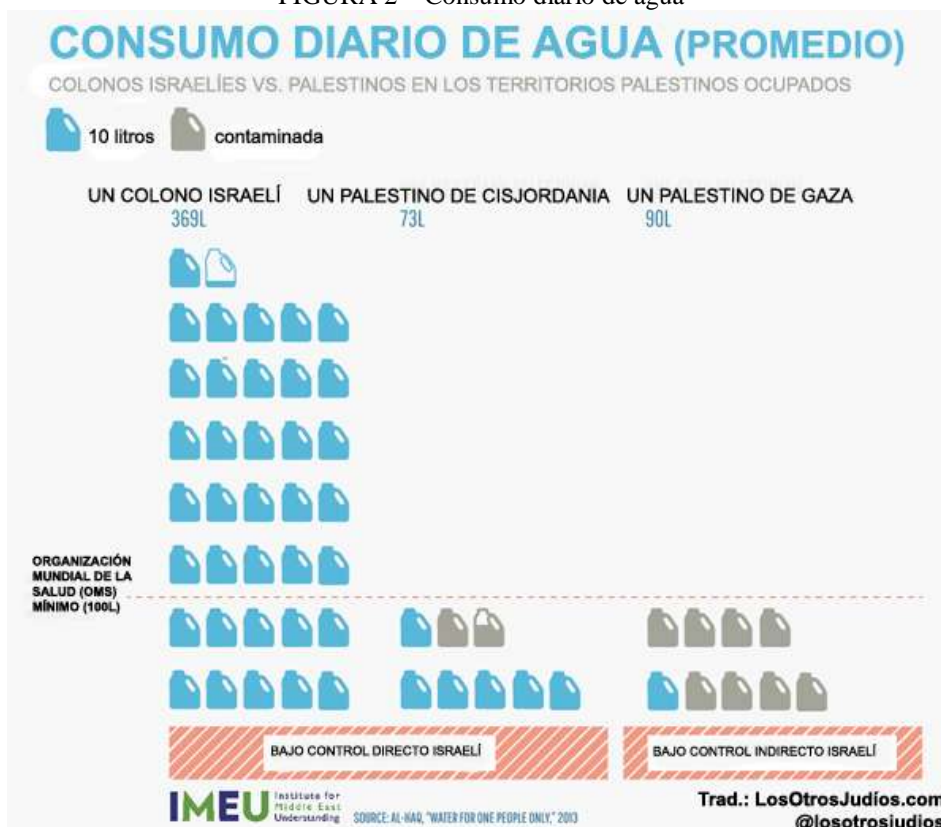
aumentando do nível da tensão na região. Excetuando, ainda há outra fonte de água, o Aquífero Costeiro, de onde derivam somente 15% da água utilizada na região.

Israel então começa a utilizar ações geoestratégicas israelenses que destinam-se a obter territórios que possuem acesso à água ou facilitam o seu acesso, como a própria agregação da Cisjordânia, aumentando sua área de contato com o rio Jordão. Então com a construção de um muro em 2002 que acabou por proporcionar o controle do Aquífero Basin por parte dos israelenses, importante ferramenta de fornecimento local, entre outras iniciativas (ECHEVENGUÁ, 2011).

A anexação das Colinas de Golan, com o objetivo do controle dos afluentes do rio Jordão, também é parte da estratégia israelense visando o controle dos suprimentos de água locais (ECHEVENGUÁ, 2009). No entanto, os conflitos por Golan são relacionados à República Árabe da Síria, e não à Autoridade Nacional. Além disso, sua situação tornou-se mais delicada em função dos conflitos internos que a Síria enfrenta desde 2011.

A disparidade de consumo entre israelitas e palestinos são muito altos como pode-se observar na figura 2. O desvio das fontes de água da população palestina para assentamentos e plantações israelenses tornam ainda mais iníquo a situação, ficando ainda pior quando percebe-se que existe uma proibição de Israel sobre a Palestina de perfurar poços sem permissão, tendo apenas autorização de retirar águas de poços pouco profundos, o que acarreta contaminações.

FIGURA 2 – Consumo diário de água



FONTE: Losotrosjudios

Cogita-se que 95% da água na Faixa de Gaza não é adequada para o consumo humano, pois Israel destruiu o serviço público de água durante a operação Plomo fundido. Sendo que a água do aquífero de Gaza é salobra devido a retirada excessiva e poluída devido a esgotos cloacais.

Por consequência da escassez de água, já foi registrado pelo menos 18 embates no território de Israel, mesmo que o acordo de paz de Oslo de 1993 estipula-se que os palestinos deveriam ter mais controle da água e acesso a recursos hídricos. Contudo até os dias atuais, muitas regiões da Palestina não tem qualquer tipo de infraestrutura para com relação a água.

CONCLUSÃO

A água é recurso natural e essencial a todos, contudo torna-se um fator de conflito quando um Estado situado a montante e dominador desse recurso, começa a prejudicar um povo que está a jusante. Doravante, são poucos os casos que não necessitam de regras para uma estabilidade, porém nesse caso as regras se aplicam apenas aos palestinos como medida de controle imposta por Israel.

Com uma influência ainda maior no conflito, a escassez de água acentua drasticamente a tensão árabe-israelense. E uma gestão conjunta de consumo igualitário são apenas palavras de Israel no que concerne a negociação e mídia, que nunca passou a refletir na prática.

O conflito árabe-israelense só vai ter fim quando forem criadas regras claras, concisas e objetivas para averiguar e punir a violação dos direitos dos povos e nações à sua soberania sobre seus recursos e riquezas naturais, o que certamente colocaria Israel no banco dos réus pela tentativa de genocídio contra o povo palestino. O reconhecimento pretendido pela ANP junto à ONU abre caminho e passa a oferecer os recursos políticos necessários para tanto.

Conclui-se então que qualquer acordo de cessar fogo ou um acordo de paz envolvendo o conflito árabe-israelense deve passar pela questão geográfica e hidrográfica, com o intuito de eliminar uma das causas pelas quais o conflito perdura até os dias atuais. Tendo a água como ator de destaque em meio ao conflito, qualquer resolução que for desejável adotar deve-se levar em conta, bem como os meios para alcançá-la, caso contrário, os conflitos perdurarão até se resolver tal questão.

REFERÊNCIAS

BERTOLLI, E. Falta de recursos naturais deu lugar à tecnologia em Israel. **Folha**. 2013

CARLOS, A. F. (Org.). **Ensaio de geografia contemporânea** – Milton Santos: obra revisitada. SP: Hucitec, 1996.

CARVALHO, T. L. de. A disponibilidade dos recursos hídricos no contexto do conflito entre Palestina e Israel. **Conjuntura Internacional**. PUC Minas, 2013.

ECHEVENGUÁ, A. **A água como guerra**. In: Observatório Eco, 10 de setembro de 2011. Disponível

ECHEVENGUÁ, A. **A água (que ninguém vê) na guerra**. In: Carta Maior, 11 de janeiro de 2009

Filho, A. G. Y. **Conflito E Cooperação Na Bacia do Prata Em Relação Aos Cursos D'Água Internacionais (De 1966 A 1992)**. Puc-SP. São Paulo. 2005

GALEANO, E. **Já pouca Palestina resta**. Pouco a pouco, Israel está a apagá-la do mapa. Esquerda.net. 2014

GOTTMANN J., **La politique des États et leur Géographie**, Paris, Armand Colin, 1952.

GOTTMANN J., **The significance of territory**, Charlottesville, University Press of Virginia, 1973.

HAESBAERT R., **Des-territorialização e identidade**: a rede “gaúcha” no Nordeste, Niterói, Rio de Janeiro, EdUFF, 1997.

HAESBAERT R., **O mito da desterritorialização**, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1994

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005 (2001).

NINOMIYA, M. A Guerra pela Água e o conflito árabe-israelense. **Política Internacional**. 2004

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RATZEL, F., **Geografia do homem** (Antropogeografia). In: MORAES, A. C., Ratzel, São Paulo, Ática, 1990.

SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método, **Boletim Paulista de geografia**, nº 54, 1977.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

SANTOS, M. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979. SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hucitec, 1982.

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, M. **Território globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, M. **A natureza do espaço** – Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 2000.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. SP: Expressão Popular, 2007.

SOUZA, M. J. L. de. O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento. In CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

The Environment in Israel. National Report to the United Nations Conference on Environment and Development.

VICENTIM, A. Os Direitos Fundamentais e os recursos hídricos em Israel e no território Palestino. Uma chance à cooperação. **Âmbito Jurídico**. 2017.

PRECARIZAÇÃO HUMANA, A OUTRA FASE DA FINANCEIRIZAÇÃO ECONÔMICA

Tamara Naiz da Silva¹
Doutoranda da UFG

Resumo

Este artigo é fruto da pesquisa oriunda das minhas pesquisas de mestrado em História na Universidade Federal de Goiás, sob orientação do prof. Dr. David Maciel, cujo resultado foi a dissertação "Financeirização econômica e mercado de trabalho no Brasil". Se pretende aqui apresentar um perfil, do processo de revalorização autônoma do capital que permeou o mundo nas últimas três décadas do século XX, processo que ficou categorizado como financeirização econômica. Enquanto movimento tal processo pretendia a consolidação de um novo padrão de acumulação, em detrimento do padrão anterior fordista e da sociedade salarial, constituídos no pós-segunda guerra. A partir dos estudos realizados, mostraremos que é possível atinar que o processo exacerbado de financeirização da economia capitalista no mundo contemporâneo se deu assegurado num contínuo processo de fragilização do trabalho, evidenciado pelo crescente desemprego e pela progressiva precarização das condições de emprego e de remuneração.

Palavras-chave: Economia, Brasil, financeirização.

Resumen

Este artículo es fruto de la investigación oriunda de mis investigaciones de maestría en Historia en la Universidad Federal de Goiás, bajo orientación del prof. Dr. David Maciel, cuyo resultado fue la disertación "Financiera económica y mercado de trabajo en Brasil". Se pretende aquí presentar un perfil, del proceso de revalorización autónoma del capital que permeó al mundo en las últimas tres décadas del siglo XX, proceso que quedó categorizado como financierización económica. En cuanto movimiento tal proceso pretendía la consolidación de un nuevo patrón de acumulación, en detrimento del patrón anterior fordista y de la sociedad salarial, constituidos en la posguerra guerra. A partir de los estudios realizados, mostraremos que es posible atinar que el proceso exacerbado de financierización de la economía capitalista en el mundo contemporáneo se dio asegurado en un continuo proceso de fragilización del trabajo, evidenciado por el creciente desempleo y por la progresiva precarización de las condiciones de empleo y de remuneración.

Palabras clave: Economía, Brasil, financierización

Introdução

O presente artigo pretende apresentar um perfil, mesmo que não conclusivo, do processo de revalorização autônoma do capital que permeou o mundo nas últimas três décadas do século XX, processo que ficou categorizado como financeirização econômica. Enquanto movimento tal processo pretendia a consolidação de um novo padrão de

¹ Doutoranda e mestre em História pela Universidade Federal de Goiás. Este artigo traz parte dos estudos, análises e resultados que obtidos na pesquisa da dissertação de mestrado, realizada no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás, sob a orientação do professor Dr. David Maciel. Trabalho ao IX Colóquio Internacional Marx e Engels. Bolsista CAPES.

acumulação, em detrimento do padrão anterior fordista e da sociedade salarial, constituídos no pós-segunda guerra. Partimos da constatação de que o desenvolvimento do sistema capitalista se manteve sempre ligado a significativas modificações na organização e na regulação das relações produtivas, de modo geral, tendo como referência básica as mudanças no mercado e nas relações de trabalho. A partir dessa constatação e de uma contextualização histórica é possível apreender que a partir da década de 1970 as complicações encontradas pelo progresso capitalista foram enfrentadas com desvalorização progressiva do trabalho, desestruturando as dimensões que haviam caracterizado o regime de regulação do pós-guerra. A partir dos estudos realizados, mostraremos que é possível atinar que o processo exacerbado de financeirização da economia capitalista no mundo contemporâneo se deu assegurado num contínuo processo de fragilização do trabalho, evidenciado pelo crescente desemprego e pela progressiva precarização das condições de emprego e de remuneração.

O capital fictício: uma teoria sobre a genealogia da financeirização.

Grandes expoentes da sociologia e da economia (Como Marx, Engels, Rousseau, Keynes, Weber) já destacaram reconhecidamente que o potencial de crescimento capitalista se revela num aumento da desigualdade social. Isso, pela necessidade privatista desse sistema e pelo modo que se organiza o processo produtivo como um todo.

Na tentativa de demonstrar esse movimento geral do capital na atualidade e sua busca constante pela valorização a qualquer custo, partiremos da hipótese que no capitalismo contemporâneo, a financeirização se tornou *o padrão sistêmico de riqueza*², originado nos anos 1960-1970, a partir dos Estados Unidos, e que se difundiu mundialmente nas últimas décadas, provocando grandes instabilidades em todo o mundo.

Para José Carlos de Souza Braga, em seu artigo *Financeirização global: o padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo*, sua manifestação mais aparente está na crescente e repetida defasagem entre os valores dos papéis representativos da riqueza – moedas conversíveis internacionalmente e ativos financeiros em geral – e os valores dos bens,

² Essa hipótese é um desenvolvimento analítico e empírico de José Carlos de Souza Braga, apresentada originalmente em Braga (1985: 374-375): “A valorização e a concorrência operam sob a dominância da lógica financeira (...) não se trata mais de que os capitais se utilizem da intermediação financeira para um processo de produção que é o meio de valorização (...) buscam valorizar-se simultaneamente através do processo de renda (vinculado diretamente à produção) e do processo de capitalização (...) formam (...) a partir de suas “microestratégias” de valorização do capital próprio, uma macroestrutura financeira. E Braga (Braga, 1997, p.195) “A dominância financeira – a financeirização – expressão geral das formas contemporâneas de definir, gerir e realizar riqueza no capitalismo.” (Braga, 1997, p.195)

serviços e bases técnico produtivas em que se fundam a reprodução da vida em sociedade. (Braga, 1997, p.196)

Esse movimento revela um padrão *sistêmico*, pois a financeirização está constituída por elementos essenciais da própria organização capitalista, envolvidos de modo a ordenar uma dinâmica estrutural de acordo com os princípios da lógica financeira geral. Nesta perspectiva, ela não é decorrente apenas da “práxis de seguimentos ou setores” (capital bancário, rentistas tradicionais), mas, de modo oposto, “tem marcado as estratégias de todos os agentes privados relevantes, condicionando a operação das finanças e dispêndios públicos, modificando a dinâmica macroeconômica”. Desse modo, está entranhada ao sistema tal como ele está atualmente configurado. (Braga, 1997, p.196)

Esta suposta ligação intrínseca do capital financeiro ao capital como um todo na atualidade, faz parecer, equivocadamente que são ambos a mesma coisa. Como se, o avanço do capital financeiro rumo a especulação fossem um caminho natural para sua revalorização. A alguns faz crer que se trata de uma dimensão autônoma do capital, capaz de propiciar uma enorme valorização, independente de suas ligações com a produção. Mas, de certo, adverte Carcanholo:

Trata-se, é certo, de uma manifestação da aparência e de certa maneira é ilusória. Naverdade, é e não é, ao mesmo tempo, ilusória. E essa é a graça do capital especulativo. Ele parece capaz de gerar seu próprio rendimento, mas não passa de um parasita. Há, aí, uma curiosa dialética: o que não é, aparece sendo. O que é, tem a capacidade de aparecer a todos nós como se não fosse. Para entender essa dialética, só apelando para os conceitos de capital fictício e de lucros fictícios, que por certo são e não são fictícios ao mesmo tempo. E isso não é nem brincadeira, nem jogo de palavras: é a dialética do real. (CARCANHOLO, 2010, p.7-8)

Compreendendo a assertiva de Carcanholo de que o capital fictício não contribui para a produção do excedente produtivo, ao contrario, ele cobra remuneração, torna-se útil aqui, para nosso intuito de explicar a ascensão da financeirização enquanto padrão *sistêmico* no mundo contemporâneo e seus desdobramentos para o mundo do trabalho, voltar as explicações sobre sua originalidade, aqui encontrada na teoria do capital fictício de Marx.

Marx entendia o capitalismo como um modo de produção datado historicamente. Dessa forma, um modo específico de produção com forças produtivas e relações sociais de produção próprias. Dedicou-se a procurar entender como esse modo de produção se define, suas características elementares, leis de movimento, condições de funcionamento e seus limites de desenvolvimento.

Para desvendar tais traços característicos desse modo de produção específico (ou de outros) compreendeu que era preciso observar como os homens organizam (em cada época) a *produção social de sua existência*.

No capitalismo isso se dá por meio de um processo generalizado de compra e venda de mercadorias. Nesse modo específico (capitalista) tem primeira importância a relação social desvendada por Marx como *valor*, essa relação se traduz na como objetivização do trabalho abstrato e, a partir do valor tem-se o *mais-valor*, efeito da exploração do trabalho de uma classe pela outra³. (MOLLO, 2011, p.477)

Cabe destacar que, em sua obra, Marx chama atenção para o fato de que o processo de determinação dos valores é um processo social que independe dos sujeitos individuais e que se impõe sobre eles de forma dominante no capitalismo, por isso mesmo é um processo de alta complexidade⁴. Desse modo, para Marx, o valor não está estampado, definido *a priori*, pelo contrário, “o valor transforma cada produto do trabalho num hieróglifo social” (Marx 1996, p. 200), por ser uma “criação social”. Nesse sentido, produção e circulação são circuitos integrantes de um mesmo processo social, por isso igualmente importante para a determinação do valor.

Marx observa que nesse processo, “em que a regra só se pode impor através de média que se realiza, irresistivelmente, através da irregularidade aparente” (Marx 1971, p. 115), surge a “a possibilidade de divergência quantitativa entre preço e magnitude do valor, ou do afastamento do preço da magnitude de valor” que pode “esconder uma contradição qualitativa, de modo que o preço deixa de ser expressão do valor”. É dessa possível autonomia entre preço e valor, que surge a possibilidade de que “coisas sem valor tenham preço”, assim, a possibilidade de existência do capital fictício.

O lucro é um objetivo declarado do capitalismo, o regime vive sob pressão (da concorrência - que define a forma de andamento do crescimento no capitalismo, pelo aumento da produtividade) Marx lança olhar sobre isso quando observa que a concorrência obriga aos capitalistas as “leis imanentes do modo capitalista de produção como leis coercitivas externas” exigindo destes a “expandir continuamente seu capital, para conservá-lo e só pode expandi-lo por meio da acumulação progressiva” (Marx 1971, p. 688).

Mollo observa que no contexto capitalista o crédito tende a se desenvolver muito, já que ele potencializa a acumulação de capital, ampliando o ritmo e a escala da produção, ao antecipar a compra da força de trabalho e dos meios de produção sem esperar a realização da

³ Esses são dois momentos importantes de caracterização do capitalismo na concepção de Marx, igualmente importantes e ligados, como veremos, um ao outro.

⁴ As condições sociais que determinam o valor estão na produção (nível de desenvolvimento da técnica, divisão social do trabalho, etc) e na circulação, pois “as condições médias só podem aparecer, de fato, na circulação, quando as mercadorias se apresentam e se contrapõem umas às outras”. (Marx apud MOLLO, 2011, p.480; MARX)

mais-valia, sua transformação em lucro ao final de cada ciclo, para fazer tal ampliação. (2011, p.481-82).

É essa necessidade do capital de obtenção de lucro máximo, e de se acumular para tanto, que conduz a que, de um lado, todo dinheiro vadio seja aproveitado no capitalismo, fluindo para os caixas dos bancos, e de outro, que os bancos o reconduzam ao processo de acumulação via empréstimos. Desenvolve-se, nesse processo, a especialização de alguns capitalistas no comércio de dinheiro, dando origem ao que Marx chamou capitalistas financeiros e capital financeiro. (MOLLO, 2011, p.482).

Não entraremos aqui nos pormenores da discussão acima levantada por Mollo, dessa forma será considerado para nosso trabalho que o capital emprestado pelos bancos é o capital de empréstimo portador de juros, como apresentou Marx em seu livro 3, e obtém sua remuneração da mais-valia produzida na produção⁵ onde o empréstimo é empregado. Ao capitalista que empresta cabe o juro, ao que toma emprestado cabe o lucro de empresário, os dois recebendo partes da mesma mais-valia gerada no processo produtivo que o crédito potencializou. (MARX, 1974)

Por outro lado, além de potencializar a acumulação de capital o crédito leva também ao aparecimento e ao desenvolvimento do que Marx chamou capital fictício. Que ocorre quando o uso do capital-dinheiro de empréstimo produtor de juros acha-se generalizado, todo dinheiro recebido de forma regular é associado a um capital via processo de capitalização. Isso acontece mesmo que o capital não tenha sido empregado na compra de força de trabalho, única maneira pela qual poderia gerar um mais valor de onde tirar tais rendimentos. Daí o caráter fictício dele, ou a impossibilidade de ser associado a capital efetivamente na concepção de Marx.

Partindo dessa análise Marx vai distinguir o capital de empréstimo portador de juros do capital fictício. Sendo que o primeiro tem como valor de uso “o de funcionar como capital” (Marx 1974, p. 392) e, “na qualidade de capital potencial, de meio de produzir lucro, torna-se mercadoria, mas mercadoria de gênero peculiar” e “está prenhe de mais-valia” (Marx 1974, p. 396), porque o “empréstimo do dinheiro como capital – a cessão condicionada à restituição após determinado prazo – supõe que o dinheiro seja realmente aplicado como capital volte efetivamente ao ponto de partida” (p. 404), e “o capital produtor de juros só se sustém como tal na medida em que o dinheiro emprestado se converte efetivamente em

⁵ Somente na produção é possível se obter a mais-valia, isto porque o valor de uso da força de trabalho humana é gerar valor de troca. Ressalta-se que, a capacidade humana de trabalho produz excedente sobre a produção necessária à sua reprodução em muitos modos de produção, como observou Marx, mas só no capitalismo ela vira mercadoria. Pois, nesse sistema há a necessidade geral de comprar para viver, e de vender para comprar e onde não é possível produzir para vender sem meios de produção cujo acesso é negado pela propriedade privada dos mesmos, assim, só nessa sociedade surge esse tipo especial de mercadoria.

capital, produzindo um excedente de que o juro é fração” (p. 439). Já o capital fictício é diferente, pois ele “primeiro se converte a renda monetária em juro, e com o juro se acha então o capital de onde provém” (Marx 1974, p. 534). Isto é, a avaliação do capital perde relação com o processo de produção real, de geração de mais-valia⁶.

Aqui adotaremos a perspectiva de que, o capital financeiro, visto como o capital que se especializa no comércio de dinheiro, envolve tanto o capital de crédito produtor de juros quanto o capital fictício, que não retorna à produção real para se valorizar. Compreendendo que a perda de relação decorre do fato de os valores das ações dependerem de expectativas de dividendos capitalizados e de lucros provenientes da mera venda a preços maiores das ações, sem relação direta com a produção real, ou seja, puramente especulativos⁷.

De forma resumida, Marx, ainda ao analisar a forma valor, evidencia que só na média é possível conceber tal noção, pois ela é determinada socialmente. Ao analisar a forma preço, ele destaca as possibilidades de divergências entre preços e valores antes ainda de tratar da transformação de valores em preços de produção. Ao analisar a circulação simples de mercadorias, chama atenção para a possibilidade de crise aberta pelo uso de dinheiro separando compras e vendas. Essa possibilidade, segundo Marx, é ampliada com o crédito, porque se amplia justamente essa autonomia da circulação relativamente à produção, uma vez que é possível comprar sem ter vendido e realizado o lucro, vender penhorando rendas futuras ainda não garantidas. Com o capital fictício essa autonomia se amplia ainda mais, o que o coloca sempre na base da crise financeira, conforme foi empiricamente evidenciado no mundo a partir 2008, mais que isso, por sua incapacidade de gerar riqueza não haverá capital fictício sem exploração do trabalho humano, pois só este é capaz de gerar mais-valor (MARX, 1974; MOLLO, 2011; BRAGA, 1997).

Financeirização econômica e desigualdade social

A partir de meados da década de 1970, as complicações encontradas pelo progresso capitalista, foram enfrentadas com desvalorização progressiva do trabalho, desestruturando as dimensões que haviam caracterizado o regime de regulação do após-guerra.

As alterações na produção, possibilitadas pelas inovações técnicas e organizacionais, foram progressivamente corroendo a densidade do contrato de trabalho por tempo

⁶ Marx dá como exemplos os títulos da dívida pública, “porque a soma emprestada ao Estado não apenas não existe mais”, mas “não se destinava a ser despendida, empregada como capital, e só investida como tal teria podia transformar-se em valor que se mantém” (Marx 1974, p. 535).

⁷ Como observou Marx, são duplicações ou multiplicações do mesmo capital, e não voltam à produção, estimulando-a, perdendo, por isso, o lastro em valor-trabalho.

indeterminado, instabilizando o trabalho assalariado. Ao mesmo tempo terceirização e a polivalência, praticas sob a navalha da ameaça recorrente do progresso técnico sobre a condição de emprego, deram às empresas um poder importante de gestão da mobilidade do trabalho segundo seus interesses. Na perspectiva dos trabalhadores, passou a ser fundamental defender a simples situação de emprego, perdendo espaço as demandas relativas às condições de trabalho (DEDECCA, 2010; BRAGA, 1997; KREIN, 2001).

Essa fragmentação do contrato e das relações de trabalho, acompanhada da desvalorização real dos salários, passou a rumar de modo progressivamente defasado em relação à produtividade, que ascendia. Movimento reforçado pela inovação organizacional de descentralização da atividade produtiva, que permitiu às empresas realizarem a produção em países onde o trabalho manual é caracterizado pelos baixos salários.

Com a maior abertura financeira e produtiva das economias, as empresas passaram a cobrar que os Governos regulamentassem um padrão mais flexível de regulação do contrato e das relações de trabalho, ou seja, que desregulassem, de modo que elas tivessem condições mais favoráveis de enfrentar a suposta concorrência desleal das economias marcadas pelos baixos salários, a qual era por elas alimentada com base no processo de descentralização produtiva.

É importante compreender que essa desvalorização da sociedade salarial trouxe as severas implicações nas mudanças do regime de regulação e nas consequências para a evolução da situação de desigualdade social e econômica no capitalismo desenvolvido.

Desse modo, podemos depreender que a desestruturação da sociedade salarial, ao enfraquecer o regime de regulação, possibilitou a redefinição das políticas e dos mecanismos de distribuição do excedente produtivo. Isso trouxe insegurança para os diversos setores da sociedade, que procuraram recompor os seus interesses financeiros. No interior da organização social, a razão financeira foi ganhando espaço, em detrimento da produtiva, processo esse reforçado pela desvalorização do trabalho na sociedade capitalista contemporânea.

Como consequência desse movimento de desvalorização do trabalho houve um recuo dos salários tanto na renda das famílias quanto no produto nacional. De modo progressivo os salários foram perdendo importância no processo de formação da renda, em sentido diametralmente oposto, uma cesta diversificada de produtos financeiros foi ganhando espaço.

É perceptível o contraste entre o modelo que se pretendeu superar a partir da década de 1970 e o novo que se erigiu sobre o signo da financeirização. Enquanto o primeiro, alicerçado na construção da sociedade salarial do pós-guerra possibilitou um movimento de

mobilidade social que deu densidade e dominância a um padrão de vida próprio dos estratos intermediários, o segundo mostra-se comprometido com o estabelecimento de uma disposição social mais polarizada e desigual.

Considerações: Financeirização e trabalho: uma relação de embate

Com esse estudo se pretendeu mostrar como a tendência de financeirização econômica se nutriu da depreciação do trabalho, pois exigiu queda de sua participação tanto na repartição primária do excedente produtivo quanto na repartição secundária via política pública.

Como bem observou Marx ao analisar o capital fictício, é fundamental compreender a relação entre financeirização e trabalho, saber que a primeira em tempo algum poderia ter sido firmada com intensidade ocorrida se a desvalorização do segundo não tivesse se firmado como parte do processo de reorganização capitalista da década de 1970 até os dias atuais.

Desse modo, percebemos que financeirização e desigualdade são partes um mesmo conjunto, que não permite, como bem observou Dedecca, que correções na rota do desenvolvimento capitalista sejam possíveis “sem que um novo arranjo entre elas”, ou melhor, sem que um novo regime de regulação econômica e social seja estabelecido (2010, p.14).

A história mostra que este processo não pode ser tido como um fato novo do progresso do sistema capitalista⁸. Contudo no movimento recente de desvalorização do trabalho, podemos notar que, infelizmente, a regressão na distribuição do excedente foi cancelada pelas instituições do Estado, as mudanças no regime de regulação foram validadas por estas instituições. Todavia, mesmo que pareça preocupante que estas instituições tenham contribuído para a consolidação da desvalorização do trabalho e de financeirização da riqueza, é relevante que, por isso mesmo, percebamos que a renovação dessas instituições é uma via principal para que uma nova fase de desenvolvimento regulado e com combate a desigualdade seja estabelecida.

Em resumo: só com a revalorização do trabalho, com o reestabelecimento da sociedade salarial é possível levar a consecução um projeto de desenvolvimento que realize com menor desigualdade social. O debate sobre isto, no entanto, deve ir além do mero enquadramento à órbita financeiro e a regulação pública que aqui foi proposto.

Referencias:

⁸ Lembremos que a crise de 1930 colocou um desafio equivalente para a sociedade da época e, como agora, em condições institucionais desfavoráveis para seu enfrentamento. A tendência de financeirização dos anos 1920 também havia sido acompanhada de um movimento de desequilíbrio progressivo na distribuição do excedente produtivo, garantido em geral pela violência contra os trabalhadores exercida pelas instituições dos Estados.

BRAGA, José Carlos de Souza. Financeirização global – o padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo. In: TAVARES, Maria da Conceição e FIORI, José Luis (org). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997, p. 195-242.

CARCANHOLO, Reinaldo de A. Interpretações sobre o capitalismo atual. In: *Revista Antítese Marxismo e Cultura Socialista*, nº 8, Maio. Goiânia: Ed. Kelps / CEPEC, 2010, p.7-28.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: Uma crônica do salário*. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2010.

CHESNAIS, François. *A mundialização do Capital*. São Paulo: Ed. Xamã, 1996.

KREIN, José Dari. *O aprofundamento da flexibilização das relações de trabalho no Brasil nos anos 1990*. São Paulo: Unicamp, 2001. (Dissertação de Mestrado).

MARX, Karl. *O Capital. Livro 1: O processo de produção do capital*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996. (Coleção Os Economistas).

MARX, Karl. *O Capital. Livro 3: O processo global de produção capitalista*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1974.

MACIEL, David. *De Sarney a Collor: Reformas políticas, democratização e crise (1985-1990)*. São Paulo: Ed. Alameda / Goiânia: Ed. Funape, 2012.

MATTOSO, Jorge; POCHMANN, Marcio. Mudanças estruturais e o trabalho no Brasil nos anos 1990. *Revista economia e sociedade*: Unicamp, nº10, 1998. pp 213-243.

MOLLO, Maria de Lourdes. Capital Fictício, Autonomia Produção – Circulação e Crises: Precedentes teóricos para o Entendimento da Crise Atual. *Revista Economia*, Set/Dez 2011, p.475-493.

SILVA, Tamara Naiz. Financeirização econômica e mercado de trabalho no Brasil. Goiânia: UFG, 2013. (Dissertação de Mestrado)

TAVARES, Maria da Conceição; MELIN, Luiz Eduardo. Pós-escrito 1997: a reafirmação da hegemonia norte-americana. In: TAVARES, Maria da Conceição e FIORI, José Luis (org). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997, p.55-86.

EXPLORAÇÃO DE DIAMANTES VERSUS DIVERSIFICAÇÃO ECONÔMICA: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO DO CENÁRIO DE BOTSWANA NA ÁFRICA

Débora Nascimento Sousa¹
Thales Prado Fontes²
Raphael Silva Tomaz³
Raphaella Karla Portes Beserra⁴
Odelfa Rosa⁵

Departamento Mineração, Instituto Federal Goiano – Unidade Catalão¹
Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Goiás – Unidade Catalão²
Departamento Mineração, Instituto Federal Goiano – Unidade Catalão³
Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Goiás – Unidade Catalão⁴
Departamento de Geografia, Universidade Federal de Goiás – Unidade Catalão⁵

675

Resumo

O Botswana é uma conjuntura histórica crítica, que tem uma democracia estável desde que ganhou sua independência em 1966 e forte crescimento econômico nas últimas décadas. No entanto, as receitas nas quais o país depende da extração do diamante provavelmente diminuirão em um futuro próximo. Este estudo objetivou estudar e investigar empiricamente as relações dinâmicas entre o rendimento da mineração, o consumo do governo e crescimento econômico em Botswana e considerar as opções do Botswana a este respeito. A vantagem comparativa do Botswana para o previsível futuro está incorporado na dotação mineral e de metal base. À medida que a produção de diamantes diminui, a produção de carvão pode ser adicionado à extração de recursos na carteira. A satisfação da demanda por diversificação econômica de exportação apresenta desafios consideráveis para os decisores políticos. As rendas de diamantes existentes devem ser investidas com mais eficiência em capital humano e físico para garantir um futuro econômico mais sustentável.

Palavras-chave: Botswana; Crescimento econômico; dependência de recursos não renováveis.

Abstract

Botswana is a critical historical juncture, which has had a stable democracy since gaining its independence in 1966 and strong economic growth in the last decades. However, the revenues on which the country depends on the extraction of the diamond are likely to decline in the near future. This study aimed to study and empirically investigate the dynamic relationships between mining income, government consumption and economic growth in Botswana and to consider Botswana's options in this regard. Botswana's comparative advantage for the foreseeable future is embedded in the mineral and base metal endowment. As the production of diamonds declines, coal production can be added to the extraction of resources in the portfolio. Meeting the demand for export diversification presents considerable challenges for policy makers. Existing diamond revenues must be invested more efficiently in human and physical capital to ensure a more sustainable economic future.

Keywords: Botswana; Economic growth; dependence on non-renewable resources.

1. INTRODUÇÃO

O Botswana é um dos países mais prósperos da África Austral. Foi um protetorado britânico até 1966, ano de sua independência. Desde então, é considerado um exemplo de estabilidade política no continente africano. Logo após sua independência, uma importante descoberta mudou o destino do país, foram encontradas grandes jazidas de diamante. Atualmente é o maior produtor mundial desse valioso recurso. Assim, nos anos 1980, Botswana deixou de ser um país pobre para se tornar um país de renda média, um forte crescimento econômico nas últimas décadas. No entanto, as receitas de diamantes em que o país depende provavelmente diminuirão no futuro próximo, devido ser um recurso esgotável. A diversificação econômica é, portanto, uma preocupação política premente. Ao contrário de seus países vizinhos, o Botswana nunca se envolveu em guerras civis ou conflitos armados de grandes proporções. E não passou pela experiência traumática dos regimes racistas instaurados em tantos países africanos. Em décadas passadas, Botswana recebeu muitos refugiados de países vizinhos acometidos por regimes totalitários.

A extração de minerais implica externalidades negativas que muitas vezes prejudicam fontes alternativas de geração de receita. É pouco provável que o carvão se torne uma âncora econômica para o futuro do Botswana, dada a escassez de mercados de exportação disponíveis, sua qualidade relativamente baixa e os custos de transporte substanciais associados à sua exportação. Satisfazer a demanda pela diversificação econômica das exportações apresenta desafios consideráveis para os formuladores de políticas de Botswana. As rendas de diamantes existentes devem ser investidas com mais eficiência no capital humano e físico para garantir um futuro econômico mais sustentável.

Tabela 1 - Botswana em perspectiva comparativa, 2001-2011. Fonte: compilação do autor usando dados do Banco Mundial: Indicadores de Desenvolvimento Mundial

País	PIB per capita crescimento (% anual)	Crescimento da população (% anual)	Eficácia do governo	Qualidade de vida	Taxa de mortalidade, menores de 5 anos (por 1000)	Controle de corrupção
Botswana	3,03	6,23	0,57	0,58	52,66	0,93
Ghana	3,71	n/a	-0,053	-0,1	88,85	-0,08
South Africa	1,97	2,43	0,55	0,56	70,07	0,31
Mozambique	4,59	2,62	-0,48	-0,44	139,59	-0,49
Namibia	2,44	3,14	0,12	0,17	63,55	0,24
Zambia	2,62	4,39	-0,79	-0,51	124,28	-0,67

O Botswana tem sido aclamado como um sucesso anômalo na história africana. Ele superou todos os outros países do mundo em termos de crescimento da renda per capita de 1965 a 1998.

Para manter a trajetória e desenvolvimento do país deve renunciar à dependência de recursos esgotáveis. De preferência, seria alcançado de uma maneira que não compromete a integridade ecológica do país, visto que existem grandes atrações turísticas nas regiões selvagens.

2. REFERÊNCIAL TEÓRICO

O artigo se divide em histórico do país, trajetória institucional e funcionalidade relativa e sucesso no contexto africano. Em segundo lugar, o argumento de que a economia permanece desequilibrada, seguida por estabilidade política que também não deve ser considerado como adquirido visto que o país necessita de diversificar sua fonte econômica.

Economia política de Botswana

Explicar o por que algumas nações como Botswana se desenvolve com mais sucesso do que outros, é bastante difícil, devido as variáveis políticas. Aqueles que favorecem explicações geográficas devem notar que o Botswana tem uma carga de doença elevada. As condições econômicas iniciais do Botswana foram claramente desfavorável para o desenvolvimento. De acordo com Acemoglu *et al*, 2012 quando os britânicos em 1966, deixaram Botswana, havia apenas 12 km de estrada pavimentada. O Botswana desenvolveu-se de forma diferente devido a um número de fatores combinados. O impacto da história colonial é cada vez mais compreendido para explicar o subdesenvolvimento persistente em países africanos (Nunn, 2008). No Botswana, esse histórico impacto colonial foi minimizado por três chefes de Estado que se aproximaram, a Rainha Victoria, Cecil John Rhodes dono de uma empresa britânica da África do Sul e a sociedade missionária (Robinson and Parsons, 2006).

Em segundo lugar, instituições pré-coloniais como o kgotla foram notavelmente inclusivo. Ainda de acordo com Robinson e Parsons (2006), "A natureza integrativa do tradicional Tswana político as instituições reduziram a probabilidade de que grupos alternativos contestar agressivamente o poder do novo estado unitário "(p. 135). Isso permaneceu intacto em grande parte porque o colonialismo não distorcia instituições existentes e a maioria da população permaneceu etnicamente homogêneo. Após a independência, isso se traduziu em o estabelecimento de regras formais que permitiram a propriedade privada direitos e colocou restrições ao poder executivo. Isso não ocorreu por

acidente estrutural, nem foi uma garantia teleológica. Líderes como Seretse Khama e Quett Masire - no país os dois primeiros presidentes desempenharam um papel crucial.

Em terceiro lugar, na independência, era do interesse político em reforçar os direitos de propriedade, explicam Robinson e Parsons (2006), "por causa de seu controle sobre a economia, teve uma participação de interesse em instituições que os ajudariam a ganhar dinheiro " (pág. 121). No entanto, em meados da década de 1970, a renda dos diamantes excedeu a renda da pecuária ", então era preciso ter em conta porque isso não induziu a elite política a mudar sua estratégia e expropriar as receitas de diamantes "(Acemoglu *et al.*, 2001, p.104).

No entanto, o tipo de saque de grande escala pós-independência de cofres estatais que prevalecem em outros países ricos em recursos parece ter sido amplamente evitado no Botswana. Em quarto lugar, um crescente consenso na literatura sobre "recursos curiosos" demonstra que a qualidade institucional antes da descoberta A riqueza de minerais ou petróleo é um fator determinante em saber se uma dotação de recursos naturais do país produzirá desenvolvimento benefício ou não (Mehlum *et al.*, 2006).

Ambiente de investimento no Botswana

Botswana criou um ambiente razoavelmente aceitável para o investimento do setor privado no setor mineral. O governo permitiu que uma economia mista flutuasse e ofereceu um regime liberal de controle cambial, que tem permitido a repatriação relativamente gratuita de dividendos e lucros e liberdade praticamente irrestrita para importar bens e Serviços. Botswana tem sido pragmático e mantido altos níveis de reservas cambiais.

O governo de Botswana continua a incentivar ativamente o setor privado desenvolvimento através de um sistema fiscal atraente e estabilidade macroeconômica. O governo encoraja ativamente o desenvolvimento do setor privado, através de vários incentivos ao investimento. A infra-estrutura geral no país está bem desenvolvido comparado com os outros países do continente africano. No entanto, a distância à costa às vezes dificulta os negócios, já que o país está sem acesso para o mar.

Uma revisão das políticas de desenvolvimento mineral do Botswana

Botswana tem desfrutado de um rápido desenvolvimento econômico e social, desde que a mineração de diamantes começou no início da década de 1970. Apesar de seu crescimento econômico fenomenal, o país não viu um positivo em cascata em termos de

criação e expansão das indústrias associadas à mineração. Houve pouco de diversificação da mineração. O país precisa diversificar a economia e afastar-se da dependência de diamantes.

De acordo Mining Journal, 1999 com a Lei (Lei das Minas e Minerais, 1976), embora razoavelmente moderno, tinha características que exigiam revisão para fornecer leis e políticas favoráveis aos investidores e para reduzir a burocracia, Essas características referem-se principalmente ao seguinte termos:

- (1) A exclusão da discricção ministerial a favor de procedimentos mais transparentes para adquirir e transferir propriedades mineiras;
- (2) A revisão do regime de tributação;
- (3) A inclusão de políticas ambientais;
- (4) A facilidade de transição de uma licença de prospecção para um licença de mineração, dependente do trabalho necessário cronograma.
- (5) A introdução de uma licença de retenção

O governo fez uma série de revisões à sua códigos de investimento para atrair investimentos estrangeiros para o país. Uma nova Lei (Lei das Minas e Minerais, 1999) que refere a políticas alteradas de desenvolvimento e disposição mineral em Botswana foi promulgado em 1999 após extenso conselho. O governo abordou aspectos de posse de propriedade e discricção ministerial que não eram favoráveis aos investidores na legislação anterior. A principal modificação da nova legislação em relação a Lei das Minas e Minerais de 1976 é a desburocratização do processo de concessão de lavra e incentivo ao investimento.

Obrigações ambientais

O governo espera que o setor de mineração realize sua atividades de forma ambientalmente responsável. Contudo, Botswana não tem abrangente ambiente legislação de proteção, exceto por um breve esboço nas Minas e Minerals (1999), que está faltando em detalhes. De outros A legislação com alguma relevância para a mineração é a Lei da Poluição (Lei de Prevenção da Poluição Atmosférica, 1971), Lei de Máquinas (Lei de Obras e Máquinas de Pedreiras de Minas do Botswana, 1978).

O país precisa adotar uma explicação abrangente referente a proteção ambiental que abrange todos envolvidos, incluindo as grandes empresas que exploram o subsolo, (Latin America-Trade and Investment Opportunities, 2000). Além disso, o A Lei de Prevenção da Poluição Atmosférica está desactualizada e precisa revisando. De acordo com uma pesquisa

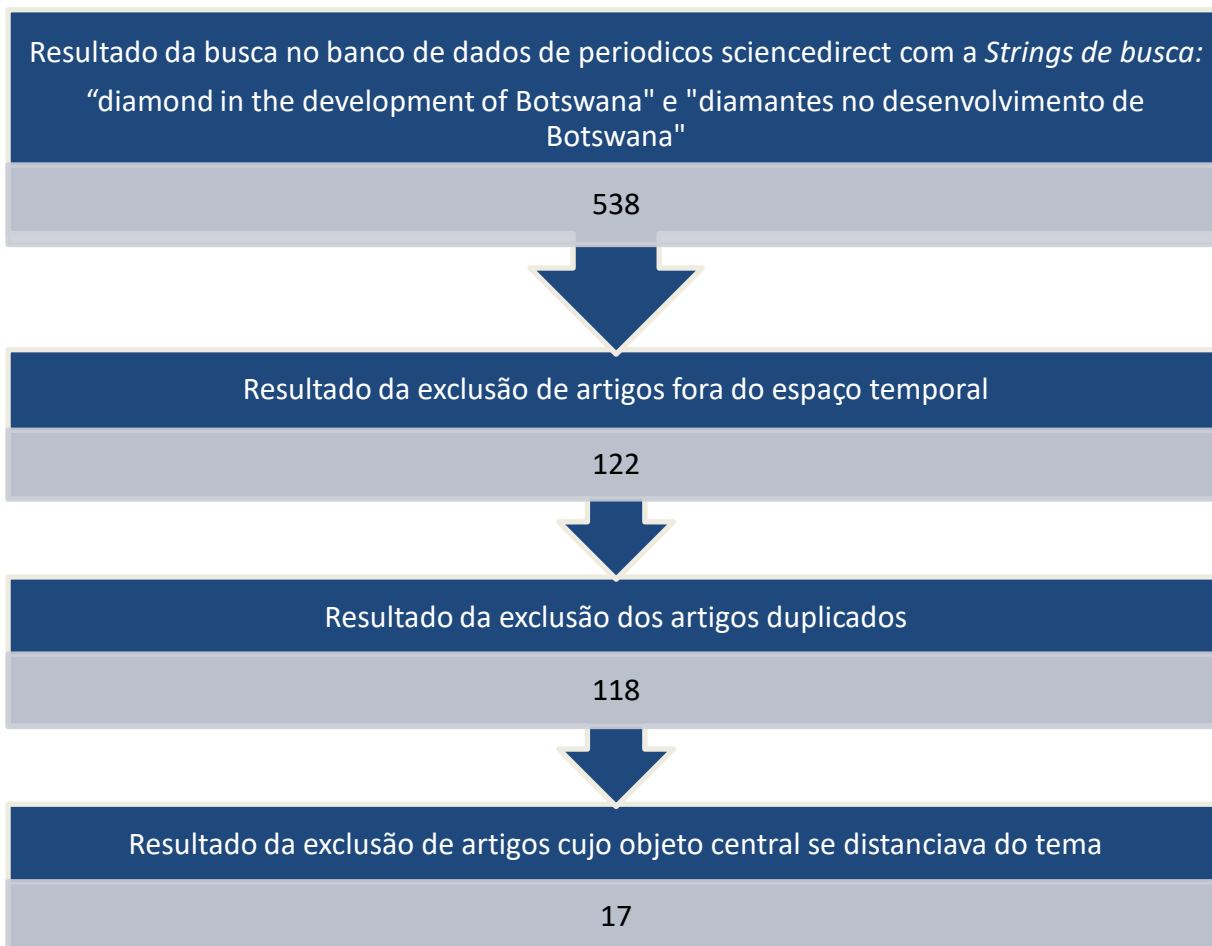
recente, as empresas de mineração preferir avaliar de antemão, razoabilidade, praticidade e o custo de cumprir os requisitos ambientais antes investido (Matshediso, 2002).

3. METODOLOGIA

O artigo consiste em uma pesquisa bibliográfica, adotou-se coleta de artigos disponíveis na base de dados *Science direct* e *SciELO*, as palavras-chaves utilizadas foram na língua inglesa e portuguesa de forma isolada, como exemplo: “Influence of diamond exploration in the development of Botswana” e Influência da exploração de diamantes no desenvolvimento de Botswana respectivamente, com limite de data de 2000 à 2017.

A coleta foi realizada no mês de agosto e setembro de 2017. Realizou-se a busca no banco de dados de periódicos SciELO com a Strings de busca: “Influence of diamond exploration in the development of Botswana” e Influência da exploração de diamantes no desenvolvimento de Botswana, encontrou-se 34 artigos, após exclusão de artigos fora do espaço temporal resultou-se em 18 artigos, excluiu-se 2 artigos duplicados, por fim excluiu-se os artigos cujo objeto central se distanciava do tema e resultou em 4 artigos. Na base de dados *Science direct* encontrou-se mais artigos, conforme mostrado na figura 2.

Figura 2: Pesquisa bibliográfica



4. CONCLUSÕES

O Botswana é uma conjuntura histórica crítica. Tem gostado de ser uma democracia estável e forte crescimento econômico desde 1966. As instituições políticas são relativamente avançadas e inclusivas, em grande parte explica que tenha escapado dos piores componentes da "maldição dos recursos". Receitas de diamantes, nas quais o país dependeram, provavelmente diminuirão no futuro próximo.

Embora essas receitas atualmente constituem apenas um terço do governo receitas, a indústria do diamante está inextricavelmente ligada a outras indústrias, tanto a montante como a jusante, que fornecem a receita restante. Os diamantes também representam a vasta maioria das exportações do Botswana. Alguns analistas argumentam que as rendas do diamante não foram alocadas de forma eficiente. Assim, apesar de um estábulo da democracia e economia em crescimento, o retorno dos investimentos em capital humano e físico tem sido insuficiente para garantir a criação de indústrias alternativas aos diamantes. Outros argumentam que isso é atribuível a um caso menor. No entanto, como a discussão sobre essa questão mostrou, a falta de exportação e diversificação é provavelmente atribuível a outros fatores.

De qualquer forma a maior diversificação das exportações é uma política urgente para Botswana, que deve permanecer politicamente e economicamente estável. As opções do Botswana são relativamente limitadas. Não possuindo uma população grande e bem educada, e a desigualdade é alta. Além disso, sua principal vantagem comparativa permanece no setor de recursos naturais. Com abundância de carvão e potencial depósitos de minério de ferro, a mineração provavelmente permanecerá o alicerce do economia do país para o futuro previsível, turismo, fundado em preservação intocada da região selvagem, contribui significativamente para o PIB mas também enfrenta limitações inerentes em termos de expansão. A mineração de carvão enfrenta um conjunto substancial de desafios e restrições domésticas.

5. AGRADECIMENTO

Os autores agradecem o apoio financeiro do Instituto Federal Goiano e das agências brasileiras CNPq, CAPES, FAPEG e FUNAPE. Além disso, gostaríamos de agradecer ao apoio da Universidade Federal de Goiás.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Acemoglu, D., Aghion, P., Bursztyn, L., Hemous, D., 2012. The environment and directed technical change. *Am. Econ. Rev.* 102, pp. 131–166.

Acemoglu, D., Johnson, S.H., Robinson, J.A., 2001. An African success story: Botswana. *SSRN Electron. J.* doi:<http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2907912001>.

Acemoglu, D., Robinson, J., 2000. Political losers as a barrier to economic development. *Am. Econ. Rev.* 90, 126–130. *African Energy*, 2015.

Brunnschweiler, C.N., Bulte, E.H., 2009. Natural resources and violent conflict: resource abundance, dependence, and the onset of civil wars. *Oxf. Econ. Pap.* 61, pp. 651–674.

Cook, A., Sarkin, J., 2010. Is Botswana the miracle of Africa? Democracy, the rule of law, and human rights versus economic development. *Transnatl. Law Contemp. Probl.* 19, 453–489.

Davis, G.A., 1995. Learning to love the Dutch disease: evidence from the mineral economies. *World Dev.* 23, pp. 1765–1779.

Dikgang, J., Muchapondwa, E., 2014. The economic valuation of nature-based tourism in the South African Kgalagadi area and implications for the Khomani San bushmen community. *J. Environ. Econ. Policy* 3, pp. 306–322.

Fichani, K., 2003. Modeling The International Competitiveness of Botswana's Coal. West Virginia University.

Robinson, J.A., Parsons, Q.N., 2006. State formation and governance in Botswana. *J. Afr. Econ.* 15, pp.100–140.

Good, K., 1999a. The state and extreme poverty in Botswana: the San and destitutes. *J. Mod. Afr. Stud.* 37, pp.185–205.

Good, K., 1999b. Enduring elite democracy in Botswana. *Democratization* 6, pp.50–66.

Nunn, N., 2008. The long-term effects of Africa's slave trades. *Q. J. Econ.* 123, pp. 139–176.

Matshediso, I.B. Strategy for Mining Development in the SADC Region. PhD Thesis. 2002

Mehlum, H., Moene, K., Torvik, R., 2006. Cursed by resources or institutions. *World Econ.* pp. 1117–1131.

Mining Journal. Botswana. Improving Competitiveness: Promoting Diversification. Supplement. Mining Journal, London, December 1999.

AS FACES DA ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL EM COMPANHIAS ABERTAS DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS

Ana Clara Matias Brasileiro

Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais

Resumo: A reestruturação produtiva iniciada na década de 1970 promove, desde então, profundas modificações nos padrões de acumulação capitalista. Esse novo modelo, chamado por Harvey (1992) de acumulação flexível, funda-se na flexibilidade em relação aos processos laborais, mercados de trabalho, produtos e padrões de consumo e exige dos trabalhadores que sejam ágeis, abertos a mudanças de curto prazo, dispostos a assumir riscos constantemente (sem saber quais valerão a pena) e cada vez menos dependentes da lei e de procedimentos formais (SENNETT, 1998). Em 1995, com a redefinição da educação como um dos serviços a serem internacionalizados, no escopo do *General Agreement* da Organização Mundial do Comércio e da posterior promulgação do decreto nº 2.207/1997, que introduziu no ordenamento jurídico nacional a possibilidade exploração de atividades educacionais com finalidade lucrativa, a educação no Brasil foi, definitivamente, absorvida pelo mercado total, sob cuja égide tanto seres humanos, quanto símbolos e coisas são comensuráveis e mobilizáveis em uma competição que se tornou global (SUPIOT, 2010). Tais eventos culminam na abertura de capital, em 2007, de três companhias que operam no setor dos chamados serviços educacionais. Atualmente, cinco são as companhias abertas que operam nesse setor no Brasil. Esta pesquisa objetiva verificar como o regime de acumulação flexível se dá nas companhias educacionais de capital aberto que operam no Ensino Superior em Belo Horizonte. Para tanto, realizaram-se entrevistas com professores ligados a tais instituições, revisão bibliográfica e análise de dados documentais. Concluiu-se que as companhias pesquisadas efetivem esse modelo de acumulação com ações que flexibilizam desde a matriz curricular e os contratos de trabalho firmados, até seu objeto de atuação, com práticas como o parcelamento estudantil privado, em que a própria faculdade financia a dívida estudantil de seus alunos.

Palavras-chave: Acumulação Flexível; Educação Privada; Companhias Educacionais; Financeirização do Capital.

NOVOS RUMOS PARA O CURSO DE DIREITO: A INCLUSÃO DE VISÕES SURGIDAS EM OUTRAS CENTRALIDADES COMO CAMINHO NA CONSTRUÇÃO DE UM DIREITO REALMENTE DEMOCRÁTICO

André Luís Vieira Elói ¹

O curso de Direito possibilita uma vasta formação humanista e técnica frente aos enormes desafios colocados pela efetiva concretização do Estado Democrático de Direito para todos os destinatários do ordenamento jurídico. Para tanto, se faz necessária a provocação de estudantes e pesquisadores para discussões em torno das condições gerais educacionais, do contexto econômico, político, ambiental, bem como dos direitos humanos das diversas regiões do Brasil e suas populações. Faz-se necessário repensar o curso de direito e suas metodologias para que os estudantes egressos deste curso se tornem multiplicadores de conhecimentos essenciais para a construção de um Estado Democrático. É preciso pensar o curso voltado para a realização dos princípios democráticos, procurando configurar uma proposta pedagógica ao enfrentar as grandes questões sociais contemporâneas, entre elas os direitos sociais, a reforma agrária, a proteção e preservação do meio ambiente, a defesa do patrimônio cultural, as minorias sociais, os direitos da criança e do adolescente, os direitos humanos, a discriminação racial e as condições de acesso à justiça de segmentos sociais excluídos. É preciso incluir grupos socialmente vulneráveis na academia, para que eles possam participar da construção do Direito e do Estado, assim possibilitando um funcionamento menos excludente do Estado. Devemos proporcionar e aos estudantes uma percepção investigativa e crítica do seu aprendizado, instigando-o a construir seu aprendizado junto a sua comunidade de origem, para que sua vivência local seja utilizada na solução de problemas.

Palavras-Chaves: Direito; Educação; Monismo Jurídico; Biopolítica.

¹ Diretor e professor da Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Diamantina e professor da Faculdade Arquidiocesana de Curvelo. Advogado. Doutorando e Mestre em Teoria do Direito no Programa de Pós Graduação em Direito da PUC Minas. Especialista em Direito Processual pelo Instituto de Educação Continuada da PUC Minas. E-mail: eloi.andreluis@gmail.com.

VIOÊNCIA OBSTÉTRICA E A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

Caroline Mesquita Antunes¹

Universidade Federal de Minas Gerais

Resumo: Tem-se por escopo analisar a violência contra mulher, com o enfoque na violência obstétrica e suas diversas manifestações no período parturial, bem como o amparo legal para cada caso. A relevância do trabalho justifica-se pela reiteração dessa prática na sociedade brasileira e por não ser muito debatida, seja pela ausência de norma própria sobre o tema ou pela cultura da população, que deposita demasiada confiança nas condutas dos profissionais de saúde e, em razão disso, pressupõe que as intervenções da equipe médicas são sempre legítimas e adequadas. Diante disso e da precariedade do nosso sistema de saúde, denunciado internacionalmente por casos de violência obstétrica, tendo havido, inclusive, a condenação do Brasil pela ONU, pretende-se demonstrar a violação aos direitos humanos e desmistificar o assunto em busca de uma resposta legislativa, a qual já foi encontrada por vários países sul-americanos. Pois que a hipótese que levantamos é a de que as inúmeras leis acerca de direitos e garantias fundamentais da pessoa humana, notadamente as que dizem respeito à violência contra a mulher, ainda estão a quem dos países vizinhos e não abarcam a questão como deveriam. Este texto está dividido em três partes: na primeira é apresentada a Igualdade de gêneros e a maneira como isso reflete na violência contra a mulher, na segunda vê-se alguns aspectos conceituais relativos ao tema e, na terceira, é abordada sua fase atual na Legislação Brasileira e em outros países.

Palavras-chave: violência obstétrica, legislação brasileira.

¹ Mestranda em Direito na Universidade Federal de Minas Gerais e aluna do Curso de Doutorado em Direito da Universidade de Buenos Aires . E-mail: carolmesquita2@hotmail.com

POVOS INDÍGENAS DO BRASIL E O RECONHECIMENTO DE SEUS DIREITOS TERRITORIAIS EM PLANO INTERNACIONAL

Juliana Adono da Silva
Fernando Antônio de Carvalho Dantas

Os povos indígenas do Brasil estão inseridos em um contexto nacional onde há evidente omissão e morosidade por parte do Poder Executivo no que concerne aos procedimentos demarcatórios de suas terras, o que se comprova mediante dados disponibilizados pelo Cimi. Além da Constituição Federal, que traz em seu art. 231 o reconhecimento dos direitos territoriais indígenas, o Brasil é signatário da Convenção n. 169 da OIT, que protege e garante tais direitos em plano internacional. Diante disso, o artigo busca trazer elementos gerais sobre o reconhecimento de tais direitos no contexto internacional. Com base nos dados apresentados, é possível identificar a presença da violência simbólica por parte do Poder Executivo, em relação às homologações das TIs demarcadas, tal problema será trabalhado a partir da contribuição teórica de Pierre Bourdieu. A pesquisa é bibliográfica, com raciocínio hipotético-dedutivo, resultado de leitura de artigos científicos, obras literárias e legislações.

MODERNIDADE, TEORIA CRÍTICA E PENSAMENTO DECOLONIAL: ALTERNATIVAS AO DESENVOLVIMENTO

Mariana Ferreira Bicalho
Programa de Pós-Graduação em Direito PUC Minas - Bolsista CAPES

Mateus de Moura Ferreira
Programa de Pós-Graduação em Direito PUC Minas

687

Resumo: Este trabalho tem como objetivo compreender o caráter nocivo que a ideia de desenvolvimento e do rompimento do homem com a natureza representa à democracia, em especial na América Latina, segundo a teoria crítica decolonial. Para tanto, serão examinadas as teorias e as práticas jurídico-políticas latino-americanas dos últimos anos. Esta investigação irá estruturar-se da seguinte maneira: apresentação de alguns temas gerais acerca da modernidade e da teoria decolonial (colonialidade do poder, do saber e do ser); considerações acerca da ideologia do progresso e do rompimento do ser humano com a natureza na modernidade; análise do caráter nocivo que estas ideologias representam à democracia latino-americana; e, ainda, exame crítico da relação entre a ideologia do progresso e a atuação dos últimos governos progressistas na América Latina, em especial o fomento de atividades extrativistas como garantia de desenvolvimento econômico e social. Em seguida, será apresentado o conceito revolucionário do Bem-Viver e do novo Constitucionalismo Latino Americano como um conjunto de reações ao caráter nocivo das ideologias modernas dominantes e, sobretudo, como alternativa ao desenvolvimento. Conclui-se que o conceito do Bem-Viver e do novo Constitucionalismo Latino Americano rompe com a linearidade histórica e com o caráter uniformizador da ideologia do desenvolvimento, o que resulta em uma maior autodeterminação das comunidades e, portanto, na ampliação da democracia.

Palavras-chave: Decolonialidade; Novo Constitucionalismo Latino Americano; Bem-Viver.

LAICIDADE SELETIVA BRASILEIRA: A INTERFERÊNCIA ESTATAL NA LIBERDADE RELIGIOSA

Thiago Dias Silva¹
Faculdade de Direito Milton Campos

RESUMO: O presente trabalho visa analisar a dicotomia existente nas relações entre direito, religião e política na esfera pública brasileira. À despeito de, em determinados casos, como os de preconceito, discriminação e interferência estatal, defender-se incisivamente a liberdade religiosa, com base na sagrada laicidade do Estado brasileiro, em outros, os mesmos defensores da retro liberdade definem comportamentos, tidos por si como “adequados”, e restringem os ditos “inadequados”, justificados em razões essencialmente religiosas. Isto é, estes que defendem a liberdade religiosa, o fazem para si mesmos, eis que só é válida a liberdade de suas próprias religiões. Por meio de pesquisa exploratória das recentes discussões no Congresso Nacional envolvendo a temática da liberdade religiosa e assuntos polêmicos defendidos pela bancada evangélica, como por exemplo a proibição do aborto, e partir da metodologia dedutiva será possível verificar a conveniência existente nas argumentações fundadas na liberdade religiosa e a seletividade da laicidade brasileiro. Tais fatos serão explicados com base na teoria de Justiça, proposta por Alasdair MacIntyre (1991), demonstrando-se não apenas a fragilidade da argumentação hegemonicamente religiosa, mas também a inexistência de imparcialidade valorativa e argumentação sem interesses e conveniências. Por fim, serão defendidos o Estado laico e o complexo de princípios da liberdade religiosa, caracterizada pelas liberdades de consciência, de crer (e de não crer) e de culto e pelos direitos à organização religiosa e ao respeito religioso, assente à teoria da ação comunicativa (Habermas), privilegiando-se o diálogo e o discurso, com igualdade de condições de participação, em detrimento do agir estratégico, com o fito de se obter o consenso habermasiano.

PALAVRAS-CHAVE: Laicidade; Estado laico; Direito e Religião; Poder Legislativo.

¹ Mestrando em Direito nas Relações Econômicas e Sociais (Faculdade de Direito Milton Campos).

OS ATAQUES À AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA E À LIBERDADE DE CÁTEDRA COMO PRÁTICA MODERNA DE COLONILIDADE.

Thiago Filipe Martins Bicalho
Programa de Pós-Graduação em Direito PUC Minas

Resumo: Este trabalho visa analisar a ofensiva conservadora contra a autonomia universitária e a liberdade de cátedra no ensino superior como um mecanismo de dominação e padronização da modernidade. A tentativa de limitar a liberdade de ensinar é materializada em projetos de lei como o “escola sem partido”, que interfere não apenas nos ensinos básico e médio, mas também no superior, ou na investida de um Ministro da Educação para intimidar professores e alunos de um curso que seria ministrado em uma universidade pública. Apesar da possível compreensão desses fatos a partir de uma análise sobre o atual contexto político do Brasil, a tentativa de limitar o que é ensinado, pesquisado, discutido, é parte de um processo bem mais antigo. Há séculos que o controle epistemológico é empregado na modernidade como forma de dominação contra as periferias coloniais, o Sul global. A ciência estabelecida na modernidade é a do homem, branco, proprietário, heteronormativo, machista, europeu, e toda tentativa de superação a este modelo colonial foi ou será agredido por aqueles que detém o status quo, também no âmbito do saber. Quando a Universidade se torna um espaço de mudança efetiva, de promoção da diversidade, do pensamento crítico, da superação de uma educação padronizadora, promovendo políticas públicas de inclusão, as estruturas da modernidade e da colonialidade são afetadas e, como resposta, os ataques à liberdade de cátedra, ao próprio ensino público, são intensificados a fim de que haja a desmobilização de qualquer vetor de transformação social.

Palavras-chave: Liberdade de Cátedra; Colonialidade; Modernidade; Epistemologia.

EL DERECHO AL LIBRE DESARROLLO DE LA PERSONALIDAD Y EL USO LÚDICO DE CANNABIS SATIVA

Alex Cabello Ayzama

Universidad Federal de Uberlandia

690

Resumen: El libre desarrollo de la personalidad es un derecho fundamental que deriva del derecho a la dignidad pero que se ve condicionada por el ordenamiento jurídico interno de cada país, limitando la consecución de vida que para sí tiene la persona, como ente autónomo. Pero entonces, ¿Hasta qué punto el derecho puede penalizar una decisión personal? En el presente trabajo, vamos a abordar la temática ligado al consumo de cannabis sativa, entendiendo que en cuestión el derecho fundamental permite en la *prima facie* que las personas mayores de edad, en la esfera de autonomía personal puedan decidir el tipo de actividades recreativas o lúdicas que desean realizar sin la amenaza de ser procesados penalmente. Este tema se justifica ante la urgencia de modificar las políticas de drogas que permita garantizar el ejercicio pleno de los derechos humanos de todas las personas.

Palabras Claves: Cannabis, uso lúdico, libre desarrollo, política de drogas.

Abstract: The free development of the personality is a fundamental right that derives of the right to the dignity but that sees conditioned by the internal juridical arranging of each country, limiting the achievement of life that for yes has the person, like autonomous body. But then, Until which point the right can penalise a personal decision? Andn the present work, go to accost the thematic tied to the consumption of cannabis sativa, understanding that in question the fundamental right allows in *the prima facie* that the main people of age, in the sphere of personal autonomy can decide the type of recreational activities or lúdicas that wish to make without the threat to be processed penalmente. This subject justifies in front of the urgency to modify the politics of drugs that phermitage guarantee the full exercise of the human rights of all the people.

Keywords: Cannabis, playful use, free, development, drug policy.

Introducción

Para abordar el tema del libre desarrollo de la personalidad, debemos repasar por los instrumentos internacionales en materia de derechos humanos y posteriormente por el constitucionalismo como doctrina, muchas veces no se les puede encontrar de manera textual en los textos constitucionales, por lo que se trata de un derecho implícito sustentando generalmente en los valores de la dignidad y la libertad.

En este trabajo además de tratar el tema del libre desarrollo de la personalidad, vamos a relacionarlo al consumo de cannabis sativa, una discusión latente en Latinoamérica, que incrementó su ritmo después de la legalización del consumo en Uruguay y el precedente judicial en México a través de un amparo constitucional que se ganó al Estado. Estos hechos, esencialmente han abierto un camino que debemos dirigir hacia la construcción de una nueva política criminal¹ basada en el principio de proporcionalidad y el ejercicio pleno de los derechos humanos de las personas sin la intervención de terceros o del propio Estado. Esencialmente porque a esta altura de la historia comprendemos que la política de represión y de prohibición instaurada después de la segunda guerra mundial no han rendido los frutos que la Organización de Naciones Unidas esperaba, los índices de consumo de sustancias controladas han incrementado casi al mismo nivel que la aparición de grupos de crimen organizado que cada vez expanden su brazo de violencia a cobrar víctimas inocentes

En tal razón debe entenderse que no se trata solo de hablar del consumo libre de sustancias controladas como la cannabis sativa, sino del ejercicio pleno de estos derechos consagrados, sea textual o implícitamente, en el hecho de eliminar el paternalismo del Estado que trata de imponer un estilo de vida a los ciudadanos.

Cannabis sativa y el fracaso de las políticas de prohibición y represión

En los últimos cinco años, uno de los temas más discutidos en foros públicos, académicos y medios de comunicación estuvo relacionado con una planta, conocida popularmente como marihuana, aunque científicamente su nombre es cannabis sativa. Desde el momento en el que Uruguay² (URUGUAY, 2013) legalizó el uso médico y lúdico de la marihuana, varios países latinoamericanos llevaron a la discusión aquella política asumida por el Estado Uruguayo, que, de acuerdo a su análisis, se trataba de una política en respuesta al fracaso de la política represiva y prohibicionista impulsada después de la Convención Única de Estupefacientes de 1961 (O.N.U., 1961)

La presencia del cannabis sativa en la humanidad data desde aproximadamente 10.000 años a.C. momento donde los habitantes de la antigua China trabajaban en base al cáñamo

¹ Cuando hablamos sobre una política criminal, debemos entender que nos referimos al conjunto de estrategias, tácticas y medios para obtener el control óptimo del crimen. Esta es la actividad estatal que aplica esos recursos para lograr el control del crimen en una comunidad determinada. (ROXIN, 1995) Pero, para que una política criminal pueda arrojar los resultados óptimos que se espera, debe existir previamente un Derecho Penal adecuado, para que la política criminal trabaje de acuerdo a lo planteado por el primero.

² El Art. 35 de la mencionada Convención, describe precisamente que las partes que suscriben este documento, deben asegurar una coordinación preventiva y represiva contra el tráfico ilícito, otorgando la recomendación de designar un equipo propio, especializado para tal tarea. Años después, Latinoamérica conocería a la denominada DEA.

para la fabricación de ropa, embarcaciones, instrumentos de caza, etc. A pesar de tener beneficios terapéuticos conocidos de forma empírica por la costumbre de diferentes culturas, la Organización Mundial de la Salud (OMS) declaró en dos informes solicitados por Secretaria General de la Organización de Naciones Unidas (ONU) que después de examinar los datos disponibles [...] no se había demostrado la necesidad de usar esta planta y se recomienda la prohibición o restricciones de uso, catalogándola como sustancia peligrosa para la sociedad (O.M.S., 1961)

Este y otros fundamentos poco científicos³, fueron válidos para que la política de represión y prohibición fueran instauradas en gran parte de los Estados del mundo, teniendo incluso consecuencias de vulneraciones a derechos fundamentales de las personas, uno de ellos es precisamente el derecho al libre desarrollo de la personalidad, condicionada por el ordenamiento jurídico interno de cada Estado.

Cuando los Estados Unidos implementó la ley seca en 1920, tenía la intención de frenar la producción de alcohol porque se había convertido en un verdadero problema en la sociedad americana, pero al dar un paso atrás trece años más tarde, debió darse cuenta que una política de represión y de prohibición tiene efectos colaterales muy fuertes, si bien puede mantener momentáneamente la idea simbólica de “seguridad”, la realidad es muy distinta, prueba de aquello es el crimen organizado que se fortaleció en aquella época y que hasta ahora es difícil poder controlarla.

Con las sustancias como el cannabis sativa sucedió lo mismo, las drogas son una tragedia para los toxicómanos, pero la criminalización de su uso fue desastrosa para la sociedad (FRIEDMAN, 2000), eso se aplica metódicamente en el surgimiento de los grupos de crimen organizado que se disputaron el control del mercado de sustancias controladas, que funciona de la manera más práctica posible; la prohibición de una sustancia provoca el incremento del valor y la pelea por el control de los territorios donde puedan ofertar sus productos, eso se resume en organizaciones criminales, pero eso no termina ahí, la prohibición deriva también en el hecho a razón del valor elevado de una sustancia, las personas incursionan o fabrican otras sustancias buscando el mismo o un mejor efecto que la primera droga y todo ese ciclo tiende a expandirse rápidamente.

³ Utilizo el término *poco científicos*, debido a que, para esa misma época, mientras en los Estados Unidos se redactaba este documento, en Israel, el científico Raphael Mechoulam realizaba importantes descubrimientos sobre el compuesto de la planta y los efectos terapéuticos en algunas enfermedades poco estudiadas en la época. Además, que a pesar que la Convención Única de 1961 establecía los mecanismos para eliminar algunas sustancias contempladas en las listas de prohibición, la OMS mantuvo su posición por varias décadas.

Cuando la discusión sobre la legalización del cannabis sativa en Latinoamérica empezó a tomar forma, los mandatarios de los países concordaron en un pensamiento colectivo: la lucha contra las drogas ha fracasado, primero fue Uruguay (LA NACION, 2013), posteriormente Colombia (EL PAÍS.CO, 2012) y México (O.N.U. BOLETÍN, 2016), en el caso de Colombia, además de recoger la experiencia jurídica de Uruguay, preparó una fundamentación científica para el uso medicinal y se comprendió que el tema de drogas no implica un problema de seguridad ciudadana, sino que se trata de un problema de salud pública, toda vez que se está hablando mayormente de dependientes de sustancias controladas. Así también, en el mismo ciclo de tiempo indicado, diversos estudios científicos fueron invalidando los mitos que se manejaban hace más de veinte años, como por ejemplo que la marihuana es adictiva – o al menos más que el alcohol o el tabaco – o que sirve como enlace al consumo de otras drogas.

El libre desarrollo de la personalidad

Uno de los primeros documentos jurídicos que usó el término de libre desarrollo de la personalidad fue la Constitución Federal de Alemania de 1949, el mismo que insertaba en su Art. 2 que toda persona tiene derecho al libre desarrollo de su personalidad siempre que no viole los derechos de otra ni atente contra el orden constitucional o la ley moral (ALEMANIA, 1949).

En gran parte de los textos constitucionales de Latinoamérica, el libre desarrollo a la personalidad no se encuentra de manera textual, por lo que se trata de un derecho implícito que descansa sobre el valor de la libertad y de la dignidad, pero que esencialmente ha de ser entendida como aquella capacidad que tiene toda persona de proyectarse por sí mismo en la vida que pretende desarrollar en la sociedad, decidiendo de forma libre y sin intervención de terceras personas tampoco del propio Estado. La conceptualización puede resultar un poco limitante, pero de manera implícita el que mejor puede definirlo es la Constitución Política del Estado Plurinacional de Bolivia, que dentro su art. 14 reza: En el ejercicio de los derechos, nadie será obligado a hacer lo que la Constitución y las leyes no manden, ni a privarse de lo que éstas no prohíban (BOLIVIA, 2009), así ha garantizado el derecho al libre desarrollo de la personalidad con base al principio de libertad y de dignidad.

Si bien es cierto que una de las funciones del Estado es el proteger la vida y la integridad de la persona, debemos entender que alrededor de las funciones u obligaciones del Estado que permite interferir en la vida de la persona para garantizar la vida y la integridad, existe otra pequeña esfera regulada a través de los derechos fundamentales que limita la intervención del Estado en la vida privada de las personas.

Así, en términos generales puede decirse que los derechos fundamentales tienen la función de “atrincherar” esos bienes contra medidas estatales o actuaciones de terceras personas que puedan afectar la autonomía personal” (NINO, 1989, p.223). En este orden de ideas, el libre desarrollo de la personalidad es una expresión técnica que se traduce en el rechazo al paternalismo del Estado que trata de limitar la libertad individual de las personas en base a modelos de vida adoptados de forma unilateral, bajo ninguna razón el Estado puede imponer ideas de vida propias que los ciudadanos deben adoptar, es precisamente en el valor de la libertad que se fundamenta el hecho de que las personas apelando a su madurez tienen la libertad de elegir la vida que desean desarrollar.

Limitando de manera progresiva, dentro de toda esa libertad individual de elegir la vida que pretenden desarrollar, se encuentra el derecho a decidir y practicar la actividad recreativa que la persona decida, que puede tratarse de actividades deportivas o de consumir sustancias con fines de ocio, así podemos encontrar a personas que para ejercer tal derecho prefieren practicar determinada actividad deportiva y otros que prefieren reunirse para consumir bebidas alcohólicas o tabaco como acto recreativa.

Entonces se debe efectuar un sistema de ponderación sobre el derecho que analizamos porque puede verse contrapuesto con otros derechos que son obligación del Estado garantizarlos, como el de la salud, por ejemplo. Porque si bien es cierto que la cannabis sativa se encuentra prohibida bajo la premisa de proteger a las personas de sus efectos adversos como parte del derecho a la salud constitucionalmente protegido, la prohibición del consumo de cannabis sativa no persigue ese mismo fin, esencialmente porque si se tratase de proteger a las personas de los efectos adversos de sustancias peligrosas, terminaríamos prohibiendo las bebidas alcohólicas que producen cáncer (MONIQUE et al., 1986), el tabaco que genera enfermedades respiratorias (RUIZ et al., 2004) o el consumo de azúcar que provoca obesidad y diabetes (BLANCO, 2002).

En la posibilidad de la colisión de estos derechos, con auxilio de otras ciencias, podemos determinar si la medida de una norma interna es suficientemente idónea al limitar un derecho a la persona. Como habíamos indicado líneas arriba, desde los instrumentos internacionales hasta las normativas internas de cada país, utilizan la prohibición como una medida de protección y de garantía del derecho a la salud, si bien es cierto que de manera empírica tenemos conocimiento que la cannabis sativa es una droga que produce diversos efectos en el organismo de la persona, es menester analizar bajo un sistema de ponderación el nivel de daño que provoca en relación a otras sustancias permitidas como el alcohol o el tabaco. En la actualidad, existen diversos estudios que coinciden al indicar que la prohibición

no disuade el consumo de sustancias controladas, sino que puede llegar a tener un efecto criminógeno (PERDERSEN; SKARDHAMAR. 2010), de la misma manera otro estudio científico concluye indicando que el consumo de cannabis sativa es precedida por otras drogas que son legales, tales como el alcohol⁴ o el tabaco (CALAFAT, 2000), por lo que no precisamente el consumo de cannabis sativa sirve como un puente de conexión a otras drogas sean estas legales o ilegales. El daño provocado por esta sustancia, llega a tener un efecto similar e incluso reducido a diferencia con el alcohol (BALLOTA; BERGERON; HUGHES, 2008). En el caso de delitos cometidos bajo la influencia de alguna sustancia controlada, podemos evidenciar que de acuerdo a un estudio realizado, la mayor parte de los delitos de orden público, son cometidos bajo la influencia de alcohol (ROOM, 2008). En el mismo sentido de cosas, el daño producido hacia la sociedad de acuerdo a su impacto es mayor en relevancia con el alcohol y el tabaco que con la cannabis, en las que al igual que el anterior estudio, encabeza con daños de orden público (DE BENITO, 2010).

Tomando en cuenta además la jurisprudencia de los Estados Unidos Mexicanos, declarado en la Sentencia del expediente 237/2014, que al realizar una ponderación similar sobre los derechos de las personas, indica:

De la misma manera, los estudios coinciden en que es incierta la relación entre la marihuana y las alteraciones psicóticas o mentales en los consumidores, con excepción de los consumidores que son susceptibles de sufrir padecimientos mentales. No obstante, deben advertirse los daños psicológicos que genera la marihuana cuando su consumo inicia en la adolescencia. Diversos estudios explican que existe mayor probabilidad de sufrir esquizofrenia y depresión en la edad adulta, cuando el consumo excesivo de marihuana inicia en edades tempranas. (MÉXICO; SUPREMA CORTE DE LA NACIÓN, 2014)

En tal sentido y de lo precedentemente revisado, podemos concluir indicando que si efectivamente la cannabis sativa como sustancia controlada produce ciertos efectos en el organismo de la persona como lo han demostrado los propios estudios científicos, no es menos cierto que aplicando un sistema de ponderación, estos daños son mínimos en relación con otras drogas que adquirieron su estatus de legalidad, en el mismo sentido, al realizar el análisis de los estudios, se ha comprobado que los efectos dentro la sociedad como la dependencia o el inicio de consumo de cannabis sativa, no está ligada a la sustancia como tal, sino que intervienen varios factores sociales, por lo que significa un mayor peligro para la sociedad ni para la persona siempre y cuando sea mayor de edad.

Conclusiones

⁴ Pero además este estudio, establece una relación de consumo, que sí bien existe cierto grado de dependencia a la sustancia, no existe un estudio que determine de forma exacta la razón de la dependencia, que puede deberse a varios factores sociales.

En este orden de ideas, podemos concluir esencialmente que al realizar el presente trabajo, se pudo identificar que la cannabis sativa, como planta natural y de uso por parte del hombre estuvo presente en la humanidad hace más de 10.000 años a.C. por lo que fue avanzando conforme a la evolución de la sociedad, siendo utilizada primero de forma industrial y posteriormente como medicina y relajante natural.

No fue sino hasta la conformación de la O.N.U. que la política de prohibición y de represión tomó mayor fuerza, a través de los informes de la O.M.S. que había indicado como conclusión de informes, que el uso de cannabis sativa en la medicina no era necesario y que se trataba de una sustancia peligrosa para la sociedad. Ese es el punto de inicio a la campaña de erradicación de la cannabis sativa y otras sustancias, lo cual no pudo desarrollarse de acuerdo al plan estratégico asumido por la O.N.U. toda vez que esa lucha contra la cannabis sativa derivó en la profundización de la crisis con las organizaciones criminales, la internacionalización del crimen y la vulneración de derechos humanos.

Paralelamente a eso, en los últimos diez años, varios mandatarios de Estado en Latinoamérica, han coincidido en la idea de que la lucha contra las drogas había fracasado y que era el momento oportuno de poder plantear nuevas estrategias, entre las cuales se encuentra de despenalización de algunas sustancias que ya van siendo consideradas como menos peligrosas y hasta de beneficio médico para la sociedad.

A pesar de haber estado siempre presente el derecho al libre desarrollo de la personalidad, entendemos que se encuentra de manera implícita en la mayor parte de los textos constitucionales, lo que pudo haber dificultado su identificación, no es sino hasta los últimos diez años que este concepto llega a tomar más fuerza, como un medio de defensa de la persona que busca eliminar la barra de paternidad que pretende asumir el Estado sobre la persona al tratar de imponer ideas sobre lo que está bueno y lo que está malo para la persona, invadiendo la esfera privada.

Es importante indicar que a pesar que el Estado tiene la obligación de garantizar la integridad de las personas, son estas quienes en su autonomía de persona deciden de manera libre el estilo de vida que pretenden desarrollar en la sociedad, teniendo la libertad de decidir la carrera profesional que pretenden realizar, el tipo de vida que quieren construir y las actividades recreativas o de ocio que les permita sentirse cómodo, encontrando el límite cuando el ejercicio de estos derechos llegue a afectar la esfera personal de terceros.

De manera más específica, en el derecho a las actividades recreativas, existen personas que deciden reunirse para compartir distintas actividades, como el simple intercambio de ideas, el consumo de bebidas alcohólicas o el consumo de ciertas sustancias que les permite la

relajación. En este último grupo, se encuentran las personas que deciden consumir cannabis sativa porque encuentran en esta planta su actividad recreativa que les permite estar en un estado de recreación.

En este punto, hemos podido identificar lo que podría ser una colisión de los derechos, que el Estado está en la obligación de garantizar; como el derecho a la salud, pero también en las que asume el papel de respeto y límite que se encuentra en los derechos fundamentales como el libre desarrollo de la personalidad, entonces convenimos que es necesario realizar una ponderación de la idoneidad. Vale decir, que este sistema de ponderación aplicando el principio de proporcionalidad, realizará un análisis – apoyado en otras ciencias – para determinar lo que es dañino para la persona.

En tal sentido y con auxilio de otras ciencias, hemos podido analizar el daño que puede provocar el consumo de cannabis sativa no solo en la dimensión de la salud, sino también en el daño y/o afectación que puede producir dentro de la sociedad. En ese orden de ideas, de acuerdo a los estudios científicos analizados, se ha podido determinar que el uso de cannabis sativa produce un daño a las personas que la consumen y que puede contraer efectos colaterales, pero también es cierto que aquellos daños con mínimos en relación con otras sustancias que adquirieron sus estatus de legalidad tales como el alcohol y el tabaco. Solo por nombrar algunos, se ha revisado estudios donde indican que la mayoría de los accidentes de tránsito son ocasionados por personas en estado de ebriedad.

Entonces, como resultado del ejercicio de ponderación tenemos una planta que puede o no ser consumida por las personas mayores de edad y que eso dependerá de su libertad de decisión, entendiendo ellos los riesgos a los que puede enfrentarse, pero debemos enfatizar que no se trata de minimizar el daño que puede ocasionar la cannabis sativa en el consumidor mayor de edad, sino, que debemos entender que en el marco de los derechos humanos, la decisión sobre su uso sólo le corresponde tomarla a cada individuo en el estricto ámbito de la autonomía individual protegido por el derecho al libre desarrollo de la personalidad, y que mientras esa decisión no afecta a terceros, el Estado no solo debe respetarla, sino garantizar su ejercicio pleno.

REFERENCIAS

ALEMANIA. Ley fundamental de la República Federal de Alemania de 1949. Deutscher Bundestag. 7 oct. 2010. Traducido por: Dr. Ricardo García Macho. Dr. Karl-Peter Sommermann. Disponible en: <<https://goo.gl/m2PcSt>>. Acceso en 21 jun.2018.

BALLOTTA, Danilo; BERGERON, Henri; HUGHES, Brendan. **EMCDDA**. A Cannabis Reader: Global Issues and Local Experiences, Perspectives on Cannabis Controversies,

Treatment and Regulation in Europe; Lisboa. p. 107. 2008. (Traducción nuestra) Disponible en: <<https://goo.gl/BLoqXy>>. Acceso en: 20 jun. 2018.

BOLIVIA. Constitución Política del Estado Plurinacional de Bolivia, Sucre de 7 de feb 2009. 1° ed. Vicepresidencia del Estado Plurinacional de Bolivia, 2010.

BLANCO, Jorge. Consumir azúcar com moderación. **Revista Cubana Aliment Nutr.** p. 142. 2002. Disponible en: <<https://goo.gl/HmBkhL>>. Acceso: 21 jun. 2018.

CALAFAT, A.. Consumo y consumidores de cannabis en la vida recreativa. **Adicciones**, [S.l.], v. 12, p. 197-230, jun. 2000. ISSN 0214-4840. Disponible en: <<https://goo.gl/JeJhZ5>>. Fecha de acceso: 21 jun. 2018.

CENTRO DE INFORMACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS México, Cuba y República Dominicana. Boletín ONU, discurso del Presidente Enrique Peña Nieto en la UNGASS 2016. Disponible en: <<https://goo.gl/wi9h7Z>>. Acceso en 21 jun.2018.

COLOMBIA el modelo de la lucha contra las drogas prácticamente fracasó: Presidente Santos. El País.co, Cali, 6 dic. 2012. Disponible en: <<https://goo.gl/guUd5t>>. Acceso en 22 jun.2018.

FRIEDMAN, Milton. Citado| por GAFO, Fernández Javier. **10 palavras-chave em bioética**.3ª. ed. São Paulo: Paulinas, 2000, p. 268 (traducción nuestra).

DE BENITO, Benito. El alcohol causa más estragos en la sociedad que las drogas ilegales. **El País**, 2 nov. 2010. Disponible en: <<https://goo.gl/bdAio2>>. Acceso: 21 jun. 2018.

MÉXICO. Suprema Corte de Justicia de la Nación. Expediente 237/2014. Recurso de Amparo a procedimiento administrativo ley general de salud, artículos 235, último párrafo, 237, 245, fracción i, 247, último párrafo, y 248 (lineamientos que establecen las condiciones de uso permitido de sustancias estupefacientes, así como su clasificación, para consumo) el quejoso aduce violación a los artículos 2, 3, 4, 19, 25, 29, 73 fracciones xvi y xxi y 133 constitucionales BMPM/MAS/JVGA.

MONIQUE G. Lê; LAWRENCE H: MOULTON; HILL, Catherine; KRAMAR, Andrew. Consumption of Dairy Produce and Alcohol in a Case-Control Study of Breast Cancer, JNCI: **Journal of the National Cancer Institute**, Volume 77, Issue 3, 1 September 1986, Pages 633–636, <https://doi.org/10.1093/jnci/77.3.633>.

NINO, Carlos. **Ética y Derechos Humanos**. Un ensayo de fundamentación. 2ª. ed. Buenos Aires: Astrea, 1989, p. 223.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS. Convención única de 1961 sobre estupefacientes. Disponible en: <<https://goo.gl/j24guL>>. Acceso en: 20 jun. 2018.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD. Comité de expertos en drogas toxicomanígenas 1961 **11° informe**. Disponible en: <<https://goo.gl/2MMJnL>>. Acceso en: 20 jun. 2018.

PEDERSEN, Willy; SKARDHAMAR, Torbjorn, Cannabis and Crime: Findings From a Longitudinal Study, **Addiction. Society for the Study of Addiction**, vol. 105, núm. 1, 2010, p. 116

ROOM, Robin. The public health significance of cannabis in the spectrum of psychoactive substances. **EMCDDA**. Lisboa. p. 150. 2008. (Traducción nuestra) Disponible en: <<https://goo.gl/BLoqXy>>. Acceso en: 20 jun. 2018.

RUIZ, Martín A; GÓMEZ & RODRÍGUEZ I; RUBIO, C.; REVERT, C; HARDISSON, A. Efectos tóxicos del tabaco. **Revista de Toxicología** no. 21, p. 64-71, 2004.

URUGUAY se lanza a liberar la marihuana para golpear al narco; producción y venta estarán en manos del Estado, algo inédito en el mundo. **La Nación**, Puerto Rico, 9 dic. 2013. Disponible en: <<https://goo.gl/HbR5Kd>>. Acceso en 22 jun.2018.

URUGUAY. Ley n. 19.172, de 20 de diciembre de 2013. Dispone el control y regulación del Estado de la importación, producción, adquisición, almacenamiento, comercialización y distribución de la marihuana. **Poder Legislativo**, Montevideo, 20 dic. 2003. Disponible en: <<https://goo.gl/VVzfWS>> Acceso en: 20 jun.2018.

A INVISIBILIZAÇÃO DAS CRIANÇAS EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL E O DIREITO FUNDAMENTAL À CONVIVÊNCIA FAMILIAR

Camila Barbosa de Paiva
Universidade Federal de Uberlândia

Resumo: Crianças e Adolescentes em acolhimento institucional permanecem apartadas da sociedade, à espera de uma família, por longos anos, longe dos olhos dos pretendentes a adoção. Segundo o Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas (CNCA), mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), há no Brasil aproximadamente 47.909 crianças acolhidas. Este número torna-se ainda mais espantoso quando se acessa o Cadastro Nacional de Adoção (CNA), no relatório de crianças cadastradas, que revela que apenas 8.243 deles estão em condições de serem adotados. Entre as paredes das instituições de acolhimento, parte da população infanto-juvenil brasileira cresce segregada da sociedade, invisível a esta, com prejuízos a diversos aspectos do seu desenvolvimento. Este trabalho visa apontar algumas das causas para tais números e buscar, nos projetos de leis e práticas do dia-a-dia do Judiciário e de ONGs, as possíveis soluções para o abrigo e a invisibilidade das crianças com foco na adoção como uma delas.

Palavras-chave: Criança e Adolescente; acolhimento institucional; invisibilidade; direito fundamental à convivência familiar

Abstract: Children and adolescents in institutional care remain separated from society, waiting for a family, for long years, away from the eyes of adoption suitors. According to the National Registry (CNCA), maintained by the National Justice Council (CNJ), there are approximately 47,459 children in orphanages in Brazil. This number is even more astonishing when accessed the National Register of Adoption (CNA) in the report of registered children, which reveals that only 8,243 of them are in a position to be adopted. Within the walls of the host institutions, part of the Brazilian children grows segregated from society, invisible, with damages to various aspects of development. This paper aims to point out some of the causes for such numbers and to seek, in the projects of laws and daily practices of the Judiciary and NGOs, possible solutions for the shelter and invisibility of children focused on adoption as one of them.

Keywords: Children and adolescents; institutional care; invisibility; fundamental right to family life

Introdução

O modo como o ordenamento jurídico brasileiro lida com as crianças e os adolescentes mais vulnerabilizados é problemático. Pegando o recorte daquelas que vivem em acolhimento institucional, é possível elencar uma série de transtornos e prejuízos gerados pela forma com que o Estado trata aqueles que estão sob seu cuidado em uma fase tão importante da vida de um ser humano. Neste sentido, postura estatal não condiz com a evolução dos direitos ocorrida na legislação referente a Crianças e Adolescentes, seja nacional ou internacional.

O desenvolvimento de crianças e adolescentes que crescem em instituições de acolhimento, seja emocional, psicológico ou social, é prejudicado. Mesmo que o local seja

muito bem administrado, aqueles que neles vivem por muito tempo não tem como prosperar. A essencialidade de um ambiente familiar para o crescimento saudável é destacado em estudos e reafirmado pela legislação infanto-juvenil. O direito fundamental à convivência familiar e comunitária é garantido, reconhecida tal importância da família.

Todavia, mesmo diante deste cenário, existem no Brasil quase 48.000 crianças acolhidas, de acordo com o Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas (CNCA), mantido pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça), sendo que apenas pouco menos de 9.000 destas estão aptas a serem adotadas, conforme dados do relatório de crianças cadastradas do Cadastro Nacional da Adoção (CNA). Percebe-se que o número de crianças acolhidas é mais de cinco vezes maior que o de crianças disponíveis

Assim, considerando-se: (i) a grande número de crianças em acolhimento institucional conforme o CNCA; (ii) que menos de um quinto das crianças acolhidas estão cadastradas no CNA; (iii) o volumoso número de pretendentes a adoção também cadastrados, indaga-se: como dar visibilidade à população infantojuvenil que vive em acolhimento institucional e promover o seu direito fundamental à convivência familiar?

Entende-se que, para tanto, os esforços das várias figuras que atuam no processo de adoção devem convergir para a colocação das crianças em famílias substitutas. Juízes, Promotores, Defensores Públicos, Assistentes Sociais, Psicólogos, bem como toda a estrutura e, também, as ações de Organizações Não-Governamentais (ONGs) devem unir esforços para que deixem de ser invisíveis as crianças abrigadas. Isso significa mostrar quem e como elas são para que possam se aproximar aqueles que desejam um novo membro em seu lar, ou seja, os postulantes a adoção.

O objetivo geral deste estudo, portanto, é a investigação acerca da melhor forma para dar visibilidade àqueles em acolhimento institucional de modo a levar à concretização do direito fundamental à convivência familiar. E, para concretizá-lo, invocam-se dispositivos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e da Constituição da República Federativa do Brasil que destinam especial e integral proteção à criança. Analisam-se os dispositivos acerca do acolhimento institucional e da adoção também constantes do ECA, bem como o que estes mencionam sobre família e a inserção dos acolhidos em uma. E enumeram-se alguns projetos que existem no território nacional que conseguem promover maior concretização de tais direitos.

Assim, a partir de pesquisa bibliográfica consubstanciada na literatura jurídica, bem como documental, a partir da legislação vigente, revogada e projetos de lei, além de sítios na internet de instituições que trabalham com a promoção do Direito Fundamental à Convivência

Familiar. Parte-se do método dedutivo, com a generalidade das leis acerca da proteção integral da criança e dos seus direitos para aplicar à discussão acerca da situação das crianças em acolhimento institucional.

O Direito Fundamental à Convivência Familiar será abordado, junto ao essencial papel da família, no primeiro tópico deste trabalho. Em seguida, para a devida contextualização e explicação do acolhimento institucional, faz-se necessária uma rápida digressão histórica, para se entender como surgiu este *modus operandi* do Estado de segregar da comunidade as crianças e adolescentes órfãos ou abandonados. Isto será feito no segundo tópico, que trará as origens da prática e algumas de suas consequências. Já no terceiro, elaborar-se-ão algumas possíveis soluções para os prejuízos abordados no ponto anterior. No quarto, abordaremos, como uma conclusão, linhas gerais do andamento da pesquisa.

O Papel da Família e o Direito Fundamental à Convivência Familiar

A “cara” da família moderna é outra (WAMBIER, 1993 apud DIAS, 2001, p. 42). A sua principal função se tornou o suporte emocional de seu membro, ante a maior intensidade e flexibilidade dos laços afetivos (DIAS, 2011, p. 42).

A transição da família como unidade econômica para uma compreensão solidária e afetiva, tendente a promover o desenvolvimento da personalidade de seus membros, traz consigo a afirmação de uma nova feição, agora fundada na ética e na solidariedade. E esse novo balizamento evidencia um espaço privilegiado para que seres humanos se complementem e se completem (FARIAS; ROSENVALD, 2010, p. 27)

O novo modelo que vigora no Brasil adquiriu conteúdo axiológico e se funda em alguns conceitos basilares, tais como repersonalização, afetividade, pluralidade e eudemonismo, tornando-se a família um instrumento para o desenvolvimento da personalidade de seus membros, junto ao crescimento da própria sociedade (DIAS, 2011, p. 43). É, também, âmbito provedor de afeto e segurança dos sujeitos, como meio para viabilizar a formação e a socialização destes, além da satisfação de suas necessidades primárias, como a alimentar. (MALUF, 2010, P. 58).

Trata-se do ambiente onde ocorre a maior parte dos aprendizados iniciais de um ser humano e que direciona a preparação do sujeito para o ingresso na vida social, pois que, além da educação, transmite usos, costumes, crenças, hábitos e, portanto, possibilita o desenvolvimento da personalidade do indivíduo que a ela pertence (DÍES PICAZZO; GULLÓN, 2006 apud MALUF, 2010, P. 58). É “o ponto de referência do indivíduo na sociedade” que dificilmente pode ser substituído por qualquer meio de convivência em

sociedade (TEPEDINO, 1999 apud FARIAS; ROSENVALD, 2010, p. 29), é o “refúgio” das garantias fundamentais, um verdadeiro “ninho”, com mutabilidade inexorável e inúmeras formas de demonstrar o amor. (FARIAS; ROSENVALD, 2010, p. 28-29).

O processo familiar e de sociabilização infantil (que ocorre nas primeiras fases de seu desenvolvimento e se complexifica ao longo da vida), é realizado e compartilhado por dois ou mais adultos, pois as crianças necessitam confirmar os conceitos que foram transmitidos, auxiliando-as na internalização daquilo que lhe está sendo ensinado. [...] A criança necessita de uma figura afetiva estável, onde esta desempenha o papel de mediador da construção da sua identidade. Seu processo de identificação será conturbado, se neste contexto familiar que a recebe não for continente e protetor. (KEPPE apud ROSA; ROSA, 2013, p. 209)

A família, amplamente reconhecida em seus formatos, “é o elemento natural e fundamental da sociedade e tem direito à proteção desta e do Estado”, nos termos da Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), em seu artigo 16, que deixou a liberdade de escolha de sua modalidade, haja vista que o que tem importância são os laços afetivos contínuos e a sua estrutura garantidora da dignidade dos indivíduos que a compõem (ROSA; ROSA, 2018, p. 242-243).

É neste sentido da importância da família que o Direito Fundamental à Convivência Familiar surgiu e passou a ser garantido pelo ordenamento jurídico brasileiro. A Constituição da República, em seu art. 227, destina a proteção às crianças e adolescentes, e consagra o princípio da prioridade absoluta, bem como o direito à convivência familiar, assegurando a convivência familiar como direito fundamental. Este mesmo direito é garantido também pelo artigo 4º do ECA, e, também, pelo artigo 19. Este preconiza acerca do direito da criança e do adolescente à criação e educação “no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral”. É o direito, portanto, que “engloba a convivência familiar ampla, para que o menor alcance em sua plenitude um desenvolvimento sadio e completo” (ANDRIGHI, 2010 apud CUNHA, 2015, p. 226).

A família de que os sujeitos aqui tratados são merecedores é aquela que representa um ambiente de afeto posto em exercício, uma seara de cuidado, com vistas ao atendimento dos seus interesses. O Direito Fundamental à Convivência Familiar é realizado pela vida em sua família original, ou pela colocação em família substituta, por meio da guarda, tutela ou adoção. (BITTENCOURT, 2018, p. 494).

O Acolhimento Institucional: de onde vem e a que leva

Segundo Rodrigo Pereira da Cunha (2015, p. 48), o acolhimento institucional é uma medida prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, de caráter provisório e excepcional,

como modo de transição familiar ou, ante a inviabilidade desta, para inserção em família substituta. O autor, ao definir tal expressão, deixa claro que se trata de uma medida que implica na privação da liberdade, nos termos do artigo 101, parágrafo único, do ECA. Trata-se de medida protetiva cujo objetivo é “zelar pela integridade física e emocional de crianças e adolescentes que tiveram seus direitos ou deveres descumpridos ou violados” e deixa claro, ainda, que tal expressão apenas substituiu a antes contida na legislação, “abrigo”, sem qualquer mudança substancial (CUNHA, 2015, p. 48).

O costume de “encarcerar” crianças sem pais ou que foram afastadas de suas famílias em instituições públicas, como os antigamente denominados orfanatos ou semelhantes, é antigo. Tratava-se, inicialmente, de uma ideia sanitarista. Segundo Cláudia Fonseca (2006, p. 21), o que ela chama de “medidas coercitivas de enclausuramento” tiveram início no século XVIII, quando órfãos, além de mendigos e prostitutas, com vistas ao saneamento das ruas, eram obrigados a sair destas.

Ao tratar da história do instituto em questão, Jadir Cirqueira de Souza (2015, p. 429), destacando que, por mais de quatro séculos, o Brasil adotou a institucionalização, postura que o autor caracteriza como nefasta. Os maiores alvos sempre foram crianças de famílias pobres que moravam em bairros carentes e periferias, que destes eram retirados (RIZZINI, 1997 apud SOUZA, 2015)

Esta colocação de crianças à parte da sociedade, em orfanatos, abrigos e outras instituições semelhantes, aconteciam para uma pseudoproteção da infância e juventude, acabando por se tornar uma prática tradicional e secular (SOUZA, 2015).

Durante o século XX, especialmente com os dois Códigos de Menores que vigoraram entre 1927 a 1979 e até 1990, embora com avanços consideráveis, manteve-se a prática higienista de recolher os menores e interná-los, forçadamente, a partir de decisões administrativas dos Juizados de Menores que se notabilizaram pela forte repressão menorista (...). (SOUZA, 2015, p. 429).

A partir de 1988, o tratamento dado à população infantojuvenil se altera bruscamente, ao menos na legislação, com a promulgação da Constituição Federal e a posterior a entrada em vigor do ECA. Crianças e Adolescentes passaram a ter o status constitucional de sujeitos de direitos, conforme a doutrina da proteção integral, explícita no artigo 227 da Constituição e no artigo 1º do Estatuto (OLIVEIRA, 2016, p. 325).

Aconteceu, portanto, uma paradigmática quebra neste momento com o abandono da virão menorista que os objetificava, porquanto passou a lhes ser garantida a titularidade de direitos fundamentais; a substituição pela nova doutrina modificou a atuação do sistema, ante

a necessidade de sua efetivação prática, tanto jurídica quanto administrativamente. (SOUZA, 2015, p. 430).

Portanto, observa-se que o acolhimento institucional não surgiu com boas intenções voltadas a crianças e adolescentes que necessitassem de amparo do Estado. O interesse das crianças e adolescentes não eram atendidos pela pseudoproteção trazida por orfanatos e outros tipos de instituições. Afinal, esta parcela da população possui um histórico caracterizado por abandono, violência e repressão estatal; estudos mostram que a possibilidade de afirmação “que as crianças e os adolescentes, ao longo dos anos, sempre foram as primeiras vítimas da omissão estatal, da família e da própria sociedade” (SOUZA, 2008, p. 74).

Com a virada trazida no tratamento das crianças negligenciadas, todavia, não houve, de modo geral, qualquer alteração no tratamento das crianças institucionalizadas. Existem atualmente 47.909 crianças acolhidas no Brasil, segundo dados do Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas mantido pelo CNJ¹. Destas, apenas 8.869 estão disponíveis para serem adotadas, conforme informações disponíveis no Cadastro Nacional de Adoção, mantido pelo mesmo órgão.² Nestes cadastros, há uma relação quase estritamente fenotípica, conforme idade, sexo, raça, saúde e presença de irmãos ou não (ALMEIDA, 2016, p. 63).

Considerando tamanha importância da família, fica evidenciada a perda que sofrem aqueles que crescem fora do seio familiar. Tem seu desenvolvimento moral, social, psicológico, emocional, A prolongada institucionalização gera imensuráveis malefícios sociais e psicológicos (SOUZA, 2015, p. 431). Muito pior do que a escassez material, a consequência mais calamitosa está no plano afetivo, são danos que não se pode ver, mas que destroem a estrutura, deixam sem orientação e tornam os menores mais infelizes e inseguros (KREUS, 2012 apud BITTENCOURT, 2018, p. 495).

Milhares estão em abrigos à espera de uma família, sem que ninguém tenha acesso a eles. Tornam-se invisíveis. Não são tratados como sujeitos de direitos. Como não dão voto, não têm voz nem vez. Os procedimentos legais e o descomprometimento dos agentes públicos transforma esta espera infundável. Assim, quando são disponibilizados à adoção, já se tornaram “inadotáveis”.³

Um conceito de invisibilidade pode ser retirado da obra de Oscar Vilhena Vieira (2008, p. 196) que define, entre outras opções, como “o sofrimento humano de certos segmentos da sociedade que não causa uma reação moral ou política por parte dos mais privilegiados e não desperta uma resposta adequada por parte dos agentes públicos”. Dessa

¹ Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/cnca/publico/>>. Acesso em 21 jun. 2018.

² Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/cnanovo/pages/publico/index.jsf>>. Acesso em 21 jun. 2018.

³ Na justificativa do Projeto de Lei do Senado (PLS) n°. 394 de 2017. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7235783&disposition=inline>>. Acesso em 18 jun. 2018

forma, as crianças e adolescentes que tem longas estadias em instituições de acolhimento estão invisibilizadas pois, abandonadas nos abrigos pelo Estado, e pela família quando as tem, não despertam por parte deste e sequer do restante da comunidade qualquer ação que possa vir a modificar a sua situação extremamente prejudicial.

Pode-se adicionar, ainda, que crianças e adolescentes acolhidos são conhecidos apenas pelos números revelados pelos Cadastros. Aquelas pessoas de carne e osso não são conhecidas, ante a alegação de proteção de sua imagem (BITTENCOURT, 2018, p. 495).

Possíveis Soluções

Diante da demonstrada evolução do modo como se encara a infância e a juventude, torna-se importante dar a elas instrumentos para exigirem seus direitos e, mais ainda, meios de acesso a tanto. Às crianças segregadas em acolhimento institucional, ainda mais vulneráveis, deve ser dado o seu status de sujeitos de direito para que possam exigir ativamente os seus direitos fundamentais. E, considerando-se que são seres em desenvolvimento, este lhes deve ser assegurado, o que apenas pode ocorrer plenamente com a garantia do primordial direito à convivência familiar.

O posicionamento acima é reafirmado por Silvana do Monte Moreira⁴, que atribui a culpa dos milhares de crianças que vivem em instituições ao Poder Judiciário. A advogada traz como problema o não cumprimento da prioridade absoluta conferida à criança ao adolescente e ao jovem pelo artigo 227 da Constituição Federal, bem como do ECA. Ao citar o Provimento n°. 36 do CNJ para instalação de Varas especializadas, relata tentativas para que o Estatuto fosse cumprido, o que não ocorre. Assim, ressalta também a demora dos processos judiciais, como o de destituição do poder familiar, que dura por até seis anos, enquanto a legislação prevê o prazo máximo de cento e vinte dias.

O citado provimento não foi a primeira tentativa do CNJ de consertar a tragédia da espera por um lar. Temos como exemplo a Resolução n°. 54 de 2008, que implantou o CNA, seguida pela Resolução n°. 93 de 2009 que a alterou, assim como a Resolução n°. 190 de 2014. Em 2010, a Lei de Adoção se apresentava como mais um esforço, desta vez do Poder Legislativo. Todavia, não rendeu os frutos desejados. Estes passos são duramente criticados por Maria Berenice Dias.

Todas as tentativas feitas pelo legislador e pelo próprio Conselho Nacional de Justiça, em vez de facilitar, só tem conseguido retardar o procedimento da adoção. A chamada Lei da Adoção, que deformou o Estatuto da Criança e do Adolescente, excluiu o instituto da adoção de incapazes do âmbito do Código Civil. No entanto, não previu um procedimento para a adoção, o qual se encontra espalhado entre os

⁴ Até quando esse drama? In *Revista IBDFAM: Crianças Invisíveis*. Belo Horizonte, p. 8, fev./mar. 2017.

capítulos que tratam da adoção, da colocação em família substituta e da habilitação. Reiteradas vezes a adoção é considerada medida excepcional, sendo dada preferência à família natural ou extensa (DIAS, 2015, p. 358-359).

Este fator também é muito criticado pelo IBDFAM, o Instituto Brasileiro de Direito de Família. Responsável por grandes mudanças no tratamento de tal ramo do Direito, o Instituto lançou no mês de outubro de 2017, no XI Congresso Brasileiro de Direito das Famílias e Sucessões: Famílias, Afeto e Democracia, o Projeto Crianças Invisíveis. Este tem como ponto de partida o anteprojeto de Lei do Estatuto da Adoção, PLS (Projeto de Lei do Senado) nº. 394 de 2017, que visa retirar a Adoção de dentro do ECA e criar, do zero, um novo norte para o tratamento da temática.

A apresentação deste Projeto de Lei se deu como um contraponto ao PL 5850 de 2016, que, na explicação da ementa, consta que “agiliza procedimentos relacionados à destituição de poder familiar e à adoção de crianças e adolescentes”⁵, bem como ao Anteprojeto apresentado pelo Ministério da Justiça. E, em sua justificação, o Projeto de Lei do Estatuto da Adoção, apresentado pelo Senador Randolfe Rodrigues, se propõe a sanar os déficits da atual legislação, corrigido o lapso temporal que se demora para uma adoção, promovendo a valorização da família substituta, entre outros aspectos. O que se pretende é diminuir a crueldade atual do sistema, possibilitando, sobretudo, a visibilidade das crianças em acolhimento institucional, com um maior contato entre estas e os pretendentes à adoção, a fim de se modificar os padrões eleitos no CNA.

Importante destacar, que o sistema de adoção no Brasil é cruel com crianças e os adolescentes. (...) quando são disponibilizados à adoção, já se tornaram “inadotáveis”. De outro lado há uma legião de famílias e de pessoas que anseiam em adotá-los, chegam a esperar 10 anos pelo filho que nunca chega. Ou seja, para dizer o mínimo, é um sistema perverso! Todos fazem de conta que não veem essa violência de é perpetrada contra só quer ter um pai ou uma mãe que os chame de filhos, que lhe deem um lar. A culpa é sempre atribuída aos adotantes, sob a alegação de que a maioria pretende adotar uma criança de até três anos de idade, quando a grande maioria das crianças institucionalizadas já passou dessa faixa etária ou são adolescentes. Também cerca de um quarto deles pertencem a grupos de irmãos ou tem alguma deficiência física ou psíquica. Ora, todos idealizam os filhos que querem ter. E como os pretendentes não têm oportunidade de conhecer, visitar, e nem mesmo fazer algum trabalho voluntário nos abrigos onde eles se encontram, não têm a oportunidade de alterar o perfil preferencial que haviam eleito.⁶

Ambos os projetos de Lei acima citados são bem diferentes entre si. Enquanto um pretende alterar o Estatuto da Criança e do Adolescente, diminuindo prazos, por exemplo, do estágio de convivência, o outro propõe retirar o tema da adoção de dentro do ECA, criando

⁵ Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2092189>>. Acesso em 15 jun. 2018.

⁶ Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7235783&disposition=inline>>. Acesso em 15 jun. 2018.

um Estatuto próprio. Assim, o tema persiste repleto de controvérsias, que se pretende analisar neste trabalho, com vistas a se concluir qual seria a melhor solução para se diminuir o número de crianças em acolhimento institucional. Ante as mais de 47 mil crianças residentes em abrigos e clara negligência estatal, faz-se necessária a intervenção imediata, ante os princípios da prioridade absoluta, do melhor interesse do menor.

Sempre que os direitos da criança e do adolescente forem violados ou mesmo estiverem sob ameaça de violação, faz-se necessária, aí sim, a pronta intervenção estatal, assegurando que essa pessoa em desenvolvimento venha a ter a possibilidade concreta de construir a sua personalidade pelas suas próprias escolhas, com a garantia de sua liberdade positiva. (FACHIN, 2012. p.164)

Por todo o Brasil, projetos mostram-se exemplos de promoção do direito fundamental à convivência familiar e extinguem a invisibilidade das crianças. A visão moderna de segregação dos órfãos mostrou-se inadequada e infrutífera, assim como os apegos à consanguinidade, que atrasam os processos de destituição do poder familiar e insistem em colocar menores em famílias que não os desejam.

Daí a percepção de LUIZ EDSON FACHIN, asseverando que a adoção passou a oportunizar ao adotado “a plena inserção em um ambiente familiar saudável ao seu desenvolvimento”. (FARIAS; ROSENVALD, 2010, p. 912-913)

Para se efetivar o direito à convivência familiar, os esforços das várias figuras que atuam no processo de adoção devem convergir para a colocação das crianças em famílias substitutas. Juízes, Promotores, Defensores Públicos, Assistentes Sociais, Psicólogos, bem como toda a estrutura e, também, as ações não-governamentais devem unir esforços para que deixem de ser invisíveis as crianças abrigadas. Isso significa mostrar quem e como elas são para que possam se aproximar aqueles que desejam um novo membro em seu lar.

Projetos por todo o Brasil já viabilizam esta visibilidade, como a ‘Busca Ativa’, que procura pais para os menores, e não o contrário. Neste sentido, a Associação Nacional de Grupos de Apoio a Adoção (ANGAAD), que conta com mais de 130 grupos, recebe do poder Judiciário o perfil daqueles para os quais não se encontrou pretendentes cadastrados e realiza-se a procura por meio do contato mais direto com os pretendentes a pais os resultados para grupos de irmãos e menores enfermos tem sido significativo.⁷ O Tribunal de Justiça do estado do Pernambuco promove o “Projeto Família”, que faz o levantamento e divulga até mesmo com fotos as crianças sem pretendentes para que sejam colocadas em famílias substitutas.⁸

A viabilização do conhecimento dos membros da comunidade, cadastrados no CNA, acerca dos menores acolhidos tem se mostrado ser a solução viável para o grande número de

⁷ Disponível em: <<http://www.angaad.org.br/quem-somos/>>. Acesso em 15 jun. 2018.

⁸ Disponível em: <<http://www.tjpe.jus.br/web/infancia-e-juventude/projetos/ceja/familia-um-direito-de-toda-crianca-e-adolescente>>. Acesso em 15 jun. 2018.

crianças e adolescentes que aguardam por um lar durante anos. Todavia, não apenas o contato indireto se mostra viável, mas, também, a promoção encontros, abrindo as portas dos abrigos. Isso se daria de forma controlada, por meio de inscrição dos habilitados no CNA, em parceria com os grupos de apoio e em de confraternizações, para que encontros aconteçam e afetos sejam despertados, como bem sugeriu Maria Berenice Dias, durante o XI Congresso de Direito das Famílias, ocorrido em Belo Horizonte entre os dias 25 e 27 de outubro de 2017.

Por todo o Brasil, projetos mostram-se exemplos de promoção do direito fundamental à convivência familiar e extinguem a invisibilidade das crianças. A visão moderna de segregação dos órfãos mostrou-se inadequada e infrutífera, assim como os apegos à consanguinidade, que atrasam os processos de destituição do poder familiar e insistem em colocar menores em famílias que não os desejam.

Notas Conclusivas

Diante do modo em que se opera o acolhimento institucional, é possível verificar uma extrema injustiça acontecendo por todo o Brasil: trata-se medida restritiva de liberdade direcionada a crianças e adolescentes que tiveram seus direitos lesados (por violências e abusos sofridos ou abandono) ou que perderam seus pais e/ou quaisquer referências familiares. Ficam presas em abrigos sem nunca ter cometido quaisquer crimes, são encarceradas na medida em que são vítimas de parentes ou das circunstâncias da vida.

Crescendo entre as paredes dos abrigos, as crianças acolhidas se vêem isoladas da sociedade, sem um referencial fixo de afeto, entre funcionários que vêm e vão das instituições. Assim, seu cuidado é responsabilidade de mãos provisórias, que partem, tornando o abandono ainda mais frequente em suas vidas. E à medida que crescem, é difícil encontrar uma outra família que possa querê-las. Afinal, a adoção tem como objetivo, quase sempre, uma criança idealizada e a colocação na família extensa pode não ser uma opção.

Esta pesquisa ainda se encontra em curso. Iniciada recentemente, já se deparou com inúmeras iniciativas, como as citadas no ponto anterior, que promovem o reconhecimento, a visibilidade e a felicidade da efetiva busca e o encontro de uma família para os pequenos seres humanos em crescimento que por algum motivo tiveram de mudar a referência de “lar” que tinham, ou que nunca tiveram. E, com o decorrer dos estudos, busca chegar a conclusões acerca das melhores e possíveis soluções para o problema da invisibilização das crianças em acolhimento institucional e como pode ser garantido a elas o direito fundamental à convivência familiar.

Referências

Até quando esse drama? In **Revista IBDFAM: Crianças Invisíveis**. Belo Horizonte, p. 8, fev./mar. 2017.

ALMEIDA, Juvencio. Estatísticas do Cadastro Nacional de Adoção no Brasil: uma análise crítica. **Revista IBDFAM: famílias e sucessões**, Belo Horizonte, v.18, p. 43-66, nov./dez.. 2016.

BITTENCOURT, Sávio. A Preservação da Imagem da Criança Institucionalizada e o Direito à Visibilidade. In: CORDEIRO, Carlos José. GOMES, Josiane Araújo. **Temas Contemporâneos de Direito das Famílias**. v. 3. São Paulo: Editora Pilares, 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 20 jun. 2018.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/18069.htm>. Acesso em 20 jun. 2018.

CUNHA, Rodrigo Pereira da. **Dicionário de Direito de Famílias e Sucessões**: ilustrado. São Paulo: Saraiva, 2015.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 8 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

FACHIN, Luiz Edson. Famílias: entre o público e o privado. Congresso Brasileiro de Direito de Família. 8., 2011, Belo Horizonte, MG. **Anais...** Belo Horizonte: IBDFAM, 2012. p. 158-169.

FARIAS, Cristiano Chaves. ROSENVALD, Nelson. **Direito das Famílias**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2010.

FONSECA, Cláudia. **Caminhos da Adoção**. São Paulo: Cortez, 2006.

MALUF, Adriana Caldas do Rego Freitas Dabus. **Novas Modalidades de Família na Pós-Modernidade**. 2010. 347 f. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

OLIVEIRA, Euclides. Alienação Parental e as Nuances da Parentalidade – Guarda e Convivência Familiar. In: CUNHA, Rodrigo Pereira da. (Org.). **Tratado de Direito das Famílias**. 2. ed. Belo Horizonte: IBDFAM, 2016.

ROSA, Luiz Carlos Goiabeira. ROSA, Fernanda da Silva Vieira. Considerações Jurídico-Psicológicas Sobre a Relatividade dos Modelos de Guarda. In: CORDEIRO, Carlos José. GOMES, Josiane Araújo. **Temas Contemporâneos de Direito das Famílias**. v. 1. São Paulo: Editora Pilares, 2013.

ROSA, Luiz Carlos Goiabeira. ROSA, Fernanda da Silva Vieira. A Condição Jurídica dos “Filhos de Criação”. In: CORDEIRO, Carlos José. GOMES, Josiane Araújo. **Temas Contemporâneos de Direito das Famílias**. v. 3. São Paulo: Editora Pilares, 2018.

SOUZA, Jadir Cirqueira de. Novos Paradigmas do Acolhimento Institucional e os Órfãos de Pais Vivos. In: CORDEIRO, Carlos José. GOMES, Josiane Araújo. **Temas Contemporâneos de Direito das Famílias**. v. 2. São Paulo: Editora Pilares, 2015.

VIEIRA, Oscar Vilhena. A Desigualdade e a Subversão do Estado de Direito. **Revista Internacional de Direito e Cidadania**, n.1, p. 185-201, junho/2008.

INSTRUMENTO DA AEIS E A REURB, ANÁLISE COMPARATIVA

Eduardo A. Manjarrés Trelles
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Resumo: Grande celeuma adveio com a edição da Lei Federal nº 13.645/2017 (derivada da Medida Provisória nº 759, de 2016), que trata da regularização fundiária urbana e estabelece um novo marco histórico no âmbito da legislação Urbanística. O presente artigo trata de realizar uma análise comparativa entre o instrumento da REURB-S (regularização fundiária aplicável aos núcleos urbanos informais), criado através da Lei Federal nº 13.465/2017, e o instrumento da ZEIS (ou AEIS) que são as Zonas de Especial Interesse Social, incluída expressamente no conjunto de institutos jurídicos e políticos na Lei nº 10.257 /2001 e posteriormente definida na Lei 11.977/09. Normas fundamentais para o Direito Urbanístico, elas são confrontadas na perspectiva da política urbana perante os assentamentos informais. A análise de cada uma das subdivisões analíticas visou à ampliação da compreensão individual de cada norma, e dos desafios criados por um processo de ocupação do solo impregnado de contradições e desigualdades.

Palavras-chave: Legislação Urbanística; Áreas de Especial Interesse; Direito à Cidade; Urbanismo.

Keyword: Urban Legislation; Special Interest Areas; Right to the City; Urbanism.

Introdução.

A ciência do Urbanismo é recente e está intimamente relacionada à cidade industrial e seus inúmeros e complexos problemas que se misturam à irresistível atração pela cidade. Há divergências sobre a origem dessa terminologia. Enquanto Choai (1997) seguindo Gaston Bardet, um teórico pioneiro do estudo do urbanismo a atribui a publicações datadas de 1910 na França, Benévolo (1999) vê surgir nos trabalhos do engenheiro Idelfonso Cerdá, quando este publica em 1867 sua obra, *A Teoria Geral da Urbanização*. De qualquer forma, se constitui em uma ciência que trata de questões intrinsecamente relacionadas à concentração das atividades humanas e à ocupação concentrada no território.

Inegável, entretanto, é o aspecto multidisciplinar que o termo *urbano* suscita e sua recente entrada no ramo das ciências, tendo o direito como um ramificação indispensável face ao âmbito público que ele congrega. Por este motivo irá Hely Lopes Meirelles definir a urbanização como conjunto de medidas estatais destinadas a organizar os espaços habitáveis, de modo a proporcionar melhores condições de vida ao homem na comunidade (MEIRELLES, 2003, p.15).

Esta expressão ganha relevância por meio do capítulo II da Constituição Federal, a política urbana. Ainda assim, a possibilidade de atuação dos municípios, agentes diretos dessa política, só viriam a ganhar contornos práticos com os instrumentos disponibilizados mais de uma década depois, com o advento do Estatuto da Cidade. Assim, podemos afirmar que alguns marcos legais abriram novas possibilidades de intervenção estatal na propriedade privada, criando novos significados à cidade. O último deles adveio com o novo marco legal da Regularização Fundiária.

Dentre o grande número de instrumentos trazidos pelas leis essencialmente urbanas forma escolhidos dois de vital relevância, a REURB e as ZEIS. Ambos implicam, de algum modo, no reconhecimento dos direitos oriundos dos assentamentos informais, objetivo deste trabalho.

Em que pese o fato de que o instrumento da AEIS já tem sido utilizado anteriormente em diversos municípios na década de sessenta (ROLNIK, SANTORO, 2004), sendo reconhecidamente um marco no Direito Urbanístico e nas políticas de inclusão e funcionalidade da propriedade privada. Somente em 2009 a lei 11.977 traz a definição desse instrumento e diversos outros focados mais especificamente na Regularização Fundiária. Os aspectos abordados neste artigo não abarcam todas as inovações jurídicas dos instrumentos sob análise, mas algumas de suas proposições centrais, capazes de embasar a correlação proposta entre a RURB-S e a AEIS.

Algumas inovações da Lei 13.465 de 11 de julho de 2017.

A Lei 13465/17 revogou quase inteiramente a Lei 11.977/09. Entre as partes mais relevantes revogadas se encontra o CAPÍTULO III, que trata da DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE ASSENTAMENTOS URBANOS, não obstante, grande parte de seu escopo foi reeditado no novo instituto legal.

Um instrumento relevante para as políticas públicas, a demarcação urbanística, contemplado no Estatuto da Cidade e detalhado no art. 56 da Lei 11.977/09, impunha-se como obrigatório e integrava necessariamente o município e os cartórios de registro de títulos e documentos. A demarcação Urbanística foi definida na lei 11.977/09 como: procedimento administrativo pelo qual o poder público, no âmbito da regularização fundiária de interesse social, demarca imóvel de domínio público ou privado, definindo seus limites, área, localização e confrontantes, com a finalidade de identificar seus ocupantes e qualificar a

natureza e o tempo das respectivas posses (art. 47, III) Tal procedimento, entre outros méritos, garantia maior objetividade e clareza quanto às áreas e beneficiários atingidos.

O novo instrumento legal de 2017 amplia a responsabilidade dos municípios no âmbito da demarcação urbanística, mas, por outro lado, retira sua obrigatoriedade. A demarcação urbanística encontra-se detalhada na sua Seção II, art. 19.

Por outro lado, a Lei 13.465/17 impõe a exigência do projeto urbanístico, conteúdo extremamente complexo e amplo, envolvendo diversos temas. Dentre os elementos que compõe o projeto de regularização fundiária (art.36) cujo escopo incorpora os aspectos ambientais, urbanísticos e de segurança (defesa civil) entre seus elementos de composição.

O § 1º do artigo encimado detalha ainda a infraestrutura mínima, sendo esta aquela que envolve os aspectos de água, esgotamento, drenagem, rede elétrica e equipamentos urbanos. No § 4º faculta ao município estabelecer o detalhamento do referido plano. Enfatiza-se que este detalhamento é fundamental para avaliar o escopo e viabilidade da proposta, que deve ser garantida de alguma forma, haja vista que a lei permite (art. 35, §2º) que a REURB seja implantada por etapas. A aprovação de projetos que não estejam comprometidos com sua consecução pode gerar obras inacabadas ou mal executadas.

Nessa linha, a nova lei manteve o Plano de Regularização Fundiária conferindo-lhe um aspecto mais técnico e objetivo. Isto se demonstra pela exigência de Anotações de responsabilidade técnica (ART) ou registro de responsabilidade técnica (RRT), além de trabalhos planialtimétricos, estudos técnicos e cronograma físico e financeiro que estarão atrelados aos termos de compromisso assinado pelos responsáveis. Esse compromisso, portanto, contribui com a mitigação dos problemas referidos quanto à obras inacabadas de infraestrutura, por exemplo. A Lei anterior (11.977/09) conferia aos municípios a definição dos requisitos, agora ela está expressa e se torna obrigatória para todos no âmbito da REURB.

O Plano de Regularização citado e detalhado na Seção II, art. 35, revela conteúdos que inegavelmente demandarão despesas significativas. Entre os instrumentos citados estão:

levantamento planialtimétrico e cadastral, com georreferenciamento, , planta do perímetro do núcleo urbano informal com demonstração das matrículas , estudo preliminar das desconformidades e da situação jurídica, urbanística e ambiental; projeto urbanístico; - memoriais descritivos; proposta de soluções para questões ambientais, urbanísticas e estudo técnico para situação de risco, quando for o caso.

Observa-se que diversos itens obrigarão, em qualquer caso, os interessados a dispendere recursos. Recursos adicionais poderão ser exigíveis nas situações em que se revelem necessárias obras de mitigação de riscos, sejam ambientais ou outros. Havendo a

aplicação da REURB em áreas públicas não recaem ônus sobre os beneficiários que se enquadram REURB-S. Por outro lado, no caso da REURB-E existirá posterior cobrança aos seus beneficiários com equiparação do direito real de uso pelo valor de mercado (art. 33,III).

Para algumas situações a nova lei prevê instrumentos facilitadores, como o consórcio imobiliário (definido no art. 46 do Estatuto das Cidades), quando o proprietário transfere ao poder público seu imóvel e recebe, após as obras, unidades como contrapartida. O benefício em se tratando da REURB-S ocorre na gratuidade que recai sobre os dispêndios necessários, previstos no art. 37 da referida lei 13.465/17. Para financiar essa gratuidade será formado um fundo pelos Estados e o DF que poderão receber recursos do FHIS, art. 73. De qualquer forma, em face da REURB-S, destinada, portanto à população de baixa renda, a mobilização de recursos recairá sobre o município. Conforme demonstram estudos de Smolka (2003), a urbanização de favelas demanda alto custo de investimento por habitação com resultados econômicos limitados e resultados sociais nem sempre transformadores. Ainda assim, são montantes elevados não disponíveis para a grande parte dos municípios, inclusive os de grande porte (SMOLKA, 2003).

Uma das benesses expressamente atribuídas à REURB, diferentemente das AEIS, cuja garantia quanto à segurança da posse é compreendida indiretamente, (FERNANDES, 2010, ROMEIRO, 2010, ROLNIK e SANTORO, 2014) está aos ocupantes dos núcleos urbanos informais situados em áreas públicas a serem regularizadas a permanência em suas respectivas unidades imobiliárias, preservando-se as situações de fato já existentes, até o eventual arquivamento definitivo do procedimento. (art. 31, §8º).

Um dos instrumentos mais contundentes quanto a regularização da propriedade no âmbito da REURB é a legitimação fundiária. O art. 11 assim define esse instrumento:

Art. 11...
VII - legitimação fundiária: mecanismo de reconhecimento da aquisição originária do direito real de propriedade sobre unidade imobiliária objeto da Reurb;

Tal dispositivo implica em atribuir a um instrumento capacidades que extrapolam àquelas expressamente elencadas em nossa CF para a usucapião, as quais estabelecem um prazo de cinco anos para aquisição do direito original de propriedade. Impõe-se assim, apesar da aparente afronta constitucional, uma eficácia maior à sua aplicação. Este instrumento é restrito, de acordo com o art. 23, §1º à REURB-S. A Lei 11977, art. 47, IV criou, por seu turno, a Legitimação da Posse cuja função era conferir título de reconhecimento de posse de imóvel objeto de demarcação urbanística, com a identificação do ocupante e do tempo e natureza da posse, instrumento de efetivação prévio ao usucapião. O documento “Carta ao

Brasil: MP 759/2016 – A desconstrução da Regularização Fundiária no Brasil”, lançado em 08/02/17 por mais de 90 entidades, afirma ser o instrumento da Legitimação Fundiária “um verdadeiro presente de Natal para os falsos loteadores das terras urbanas, desmatadores e grileiros de terras públicas na área rural”.

É relevante assinalar que, a semelhança da AEIS, existe a possibilidade de aplicá-la aos conjuntos habitacionais. No entanto, esse instrumento foca apenas na sua regularização perante o registro de imóveis, desconsiderando a exigência do habite-se o que por sua vez interfere na autonomia municipal.

Um ajuste pragmático foi a nova redação dada ao art. 10º da Lei 10.257/01, que previa a aplicação da usucapião coletiva para áreas urbanas de mais de 250m². A nova redação considera a relação entre o conjunto de beneficiários e a área total, repartindo entre cada um deles, independentemente da área ocupada de fato, uma fração ideal igualitária. No entanto, se por um lado estimula a distribuição equitativa entre os que recebem o benefício, por outro podem gerar conflitos internos além da possível ampliação da área requerida para que se enquadre no limite estipulado.

Alguns, porém, entendem que a lei 31.465/17 procura promover proposições que beneficiam essencialmente grupos de renda elevada, em contraposição à baixa renda, aliás, outro termo com margens variadas de abrangência (CORREIA, 2017, p. 177).

Os fatores citados têm provocado reações de vários grupos sociais e representantes de classe como o IAB.¹

O apanhado geral desenvolvido anteriormente acerca de alguns aspectos da lei nº 13.465/17 foi necessário para apresentar brevemente a nova lei da regularização fundiária. A AEIS, por ser um instrumento presente à várias décadas e consolidado em diferentes planos diretores merece apenas alguns destaques.

Um das especificidades mais relevantes deste instrumento é a capacidade de tratar trechos da cidade que por suas características próprias ou por exigências de planos, projetos ou programas específicos, requeiram tratamento peculiar para sua urbanificação.” (SILVA, 2000, pág 319). Ao incorporarem condicionamentos urbanísticos que se sobrepõem ao zoneamento da cidade e ao propiciar as ações de Regularização Fundiária, a AEIS mostra ter um papel regulador essencial quanto às funções sociais da propriedade.

Definição

¹ <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=367981>

O primeiro aspecto tratado brevemente agora diz respeito à definição que a lei dá aos instrumentos em destaque.

O Estatuto da Cidade não traz uma definição da AEIS, ela viria somente com o advento da lei 11.977/09 (art. 47, V), transladada posteriormente para a nova Lei da Regularização Fundiária:

Art. 18... § 1º...parcela de área urbana instituída pelo plano diretor ou definida por outra lei municipal, destinada preponderantemente à população de baixa renda e sujeita a regras específicas de parcelamento, uso e ocupação do solo.

Dallari entende a ZEIS como áreas onde as *circunstâncias de fato autorizam ou determinam um tratamento diferenciado, mais simples, menos elitista dos índices urbanísticos de maneira a assegurar o direito à moradia* (DALLARI, 2010, p.82). Prossegue o doutrinador com observações que têm sérias implicações na atualidade. A AEIS não deve ser entendida como um instrumento criador de privilégios para os menos favorecidos, nem de aceitar piores condições de salubridade ou segurança, mas conferir os critérios de razoabilidade contemplando objetivos e valores constitucionais (ibdem. p,82).

Para Rolnik e Santoro (2014) a AEIS é um dos principais instrumentos de política fundiária adotado pelos municípios brasileiros voltado para a implantação de programas e projetos habitacionais.

Entre as inovações da REURB está o uso do termo Núcleo Urbano Informal, mais amplo que o termo assentamentos informais conforme aplicado no âmbito da AEIS, como se apontará mais adiante.

A REURB possui uma definição mais ampla e por isso redundante em um maior leque de implicações jurídicas. De qualquer forma, o primeiro aspecto em pauta nos apresenta a primeira dificuldade encontrada em termo da produção de comparações. De fato, à primeira vista a REURB e a ZEIS não são passíveis de confrontação direta, posto que aquele é mais concreto e este é mais instrumental, ainda que se inclua no rol de normas que permitem aplicação objetiva das decisões jurídicas (DALLARI, 2010, p. 73). As próximas interligações demonstrarão aspectos de similaridade que conduzem à uma reflexão sobre um melhor entendimento de ambos instrumentos urbanísticos.

Origens

A REURB enquanto instrumento urbanístico específico se origina da Medida Provisória (MPV) 759, de 22/12/2016, posteriormente consolidada Projeto de Lei de

Conversão (PLV) 12/2017 e finalmente promulgada na lei 13.465/17. Houve pequenas alterações entre a medida provisória e a lei definitiva como claramente discorrido Victor Carvalho Pinto (2018), a exemplo da instituição do fundo estadual que poderão receber recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) para cobrir as custas cartoriais ao invés de um fundo federal a ser instituído pelo Conselho Nacional de Justiça, mas a essência da REURB foi mantida.

A primeira estranheza observada neste histórico sucinto é a urgência e a expedita promulgação de um tema complexo e de grande impacto nacional. Não se encontraram justificativas plausíveis para tanto. Soma-se a isso a ausência de membros do Conselho das Cidades na participação do Projeto.

A AEIS possui um lastro de desenvolvimento mais extenso. As primeiras ZEIS são decorrentes de experiências na inserção dos assentamentos informais na década de 80 no tecido das cidades, com destaque para Recife em Pernambuco e Belo Horizonte em Minas Gerais. Essas áreas foram incorporadas aos planos reguladores e ao zoneamento oficial para receberem parâmetros urbanísticos específicos (ROLNIK e SANTORO, 2014)

A ZEIS é iniciada, a nível Federal, com a Lei de Parcelamento 6799/79, posteriormente agregada ao Estatuto da Cidade, contudo, a sua regulamentação apenas veio a ocorrer em 2009, com a promulgação da Medida Provisória nº 459/09, convertida na Lei nº 11.977/09.

Objetivos:

O art. 10 da lei 13.465/17 expõe os objetivos da Reurb (tanto a Reurb-S quanto a Reurb-E), quais sejam:

- Identificar os núcleos urbanos e garantir os serviços públicos,
- criar melhorias das as condições urbanísticas e ambientais
- ampliar o acesso a terra com garantias a seus ocupantes.

Entendem-se estas duas últimas condições como as principais pertinentes a REURB, estando o restante dos incisos voltados para ações complementares ou delas decorrentes, como: a integração social, resolução de conflitos, moradia digna, efetivação da função social da cidade e da propriedade, eficiência da ocupação do solo e concessão de direito real de uso.

Cabe destacar dois dos objetivos elencados no art. 10. O pertencente ao inciso X, que trata de prevenir e desestimular a formação de novos núcleos urbanos informais e o XII, que

inclui franquear a participação dos interessados nas etapas do processo de regularização fundiária.

Contrariamente ao descrito existe na Reurb um estímulo concreto à formação de novos núcleos urbanos irregulares já que legalizações em sentido amplo e irrestrito de ocupações irregulares e mais, anistias e remissões, em geral, fomentam a informalidade futura.

Os temas atrelados a ocupações irregulares e anistias a invasores se encontra na Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) 4901, 4902, 4903 e 4937 face à Lei 12.651/2012 (novo código florestal brasileiro, de relatoria do Ministro Luis Fux. Para o ministro: “A lei confere verdadeira anistia condicional a esses infratores, em total desconformidade com o mandamento constitucional”. Complementa o ministro: “Ao perdoar infrações administrativas e crimes ambientais pretéritos, o Código Florestal sinalizou uma despreocupação do Estado para com o direito ambiental”²

Mais diretamente relacionada à lei em análise, Paulino (2017, p.391) afirma como uma das características da lei, a “*premiação aos grandes invasores de terras públicas*”.

Esta temática está posta haja vista que o art. 10 que expõe os objetivos da REURB de maneira conjunta, havendo, entretanto situações distintas entre os stakeholders pertencentes a REURB-E e REURB-S. Exemplo marcante é retirado do estudo de Tadeu Almeida de Oliveira, consultor do DF que demonstrou ser maior a ocupação das áreas públicas por uma população de altíssima renda de parte da região lindeira do lago Paranoá do que as áreas conformadas por três das principais invasões de baixa renda do Distrito Federal, Estrutural, Sol Nascente e Pôr do Sol, que não chegam a ocupar 1.500 hectares (OLIVEIRA, 2015).

O objetivo da ZEIS continua válido e compreendido por meio do disposto no art. 42A, sendo este a previsão de áreas para habitação de interesse social. Este objetivo sucinto se desdobra em diversas possibilidades, com especial relevância no estabelecimento das tipologias de AEIS em cada plano diretor de cada município.

Verificaremos que os objetivos voltados para a Reurb-S: identificar os núcleos urbanos (de baixa renda, no caso da Reurb-S), alcançar melhores condições urbanísticas e ambientais e finalmente ampliar o acesso à terra urbana; cabem coerentemente com os objetivos da AEIS. Constatamos nesta etapa da análise comparativa que a riqueza do direito urbanístico está, entre outras coisas, de um conjunto de normas sinergicamente voltadas para um ordenamento maior do âmbito urbanístico. (DALLARI, p. 56).

² (<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=361342&tip=UN>) acessado em 01/2018.

Objeto

Os objetos da Reurb-S são os núcleos urbanos informais de baixa renda. Ora, a definição de núcleo urbano se encontra no art.11, I da Lei 13.465/17, in verbis:

Art. 11, ... I ...assentamento humano, com uso e características urbanas, constituído por unidades imobiliárias de área inferior à fração mínima de parcelamento prevista na **Lei nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972** (Cria o Sistema Nacional de Cadastro Rural, e dá outras providências), independentemente da propriedade do solo, ainda que situado em área qualificada ou inscrita como rural; (g.n)

Cabe destacar que, com base na Lei nº 5.868/72, o INCRA SP³, traçou as dimensões dos módulos nas diversas zonas por ele delimitadas, sendo a menor dimensão de 2ha (vinte mil metros quadrados), portanto, aplicável à um escopo muito superior às dimensões das ocupações particulares per capita dos assentamentos informais dos núcleos urbanos das grandes metrópoles.

Especificamente para aplicação da Reurb, a lei estabelece a seguinte definição para o módulo urbano informal no art.11, II:

Art. 11...II...aquele clandestino, irregular ou no qual não foi possível realizar, por qualquer modo, a titulação de seus ocupantes, ainda que atendida a legislação vigente à época de sua implantação ou regularização;

A amplitude da lei face aos assentamentos informais é verificado ao englobar a falta de regularização *por qualquer modo, ainda que atendida a legislação vigente à época de implantação*. Esta última condição não está presente nas definições dos assentamentos irregulares como as encontramos no Estatuto da Cidade ou na Lei 11.977, omitindo inclusive, a necessária e premente condição de destinação à moradia como se observava no art. 46, VI antes de sua revogação.

A quem se destina?

Resta claro a amplitude pretendida pela Reurb, contemplando desde as classes menos favorecidas até as de alta renda. Ao tratar especificamente da Reurb-S a lei estabelece que esta se destina a núcleos urbanos informais ocupados predominantemente por população de baixa renda, assim declarados em ato do Poder Executivo Municipal, (art. 13, I da lei 13465/17). Similarmente, a lei 11.977/09 explicitamente aplica o instrumento da ZEIS para a população de baixa renda sem clara definição de qual faixa de renda isto a situaria.

³(<http://www.amiranet.com.br/artigo/imovel-rural-conceitos-de-modulo-fiscal-modulo-rural-modulo-de-exploracao-indefinida-e-fracao-minima-de-parcelamento-83>), acessado em 15/01/2018

O conceito de baixa renda é escorregadio em ambos institutos e isso se expande em outras partes do ordenamento jurídico. Tal condição é exemplificada com a decisão, em 18 de abr de 2013 o Plenário do Supremo Tribunal Federal confirmou a inconstitucionalidade do parágrafo 3º do artigo 20 da Lei Orgânica da Assistência Social (Lei 8.742/1993) na Reclamação (RCL) 4374 em 18 de abril de 2013, no mesmo sentido do entendimento já firmado pelo Plenário em decisão anterior, quando a Corte julgou inconstitucionais os dois dispositivos ao analisar os Recursos Extraordinários (REs) 567985 e 580963, ambos com repercussão geral, por considerar que o critério de ¼ do salário mínimo está defasado para caracterizar a situação de miserabilidade. No voto vencedor do relator Gilmar Mendes explica que ao longo dos últimos anos houve uma “proliferação de leis que estabeleceram critérios mais elásticos para a concessão de outros benefícios assistenciais”.⁴

Optando por um espectro mais abrangente, O Plano Diretor Carioca direciona a AEIS para as faixas de renda familiar abaixo de 6 salários mínimos, art. 70, II da Lei Municipal 111/11. Atualizado, trata-se de uma renda, considerando o salário mínimo do estado (2017, já que até a presente data ele ainda não foi atualizado), de R\$1.190,20 x 6= R\$ 7.141,20.

Em tese, as futuras normas produzidas pelos legisladores municipais deveriam mais objetividade aos beneficiários dos programas, conforme se infere, entre outros, do art. 30 da lei 13.465/17, a partir de dados controlados pelo poder local.

Limitações Temporais.

Reafirma-se o fato de estarmos, no presente trabalho, focando sempre que possível no âmbito das áreas urbanas e não no âmbito, por exemplo, da regularização fundiária rural ou da Amazônia Legal. Isso posto, a limitação mais relevante da REURB é a limitação temporal no uso da legitimação fundiária, sendo aplicado apenas para os núcleos urbanos informais comprovadamente existentes, na forma desta Lei, até 22 de dezembro de 2016.

O art. 13. §3º da Lei 13.465/17 limita os benefícios das isenções (de custas e emolumentos) previstas no §1º, I e II, também para os conjuntos habitacionais e condomínios de interesse social existentes até 22 de dezembro de 2016.

A mesma data limita a CUEM (concessão de uso especial para fins de moradia) nos termos da MP 2220/01, art. 1º e 2º. Esta MP sofreu alteração no seu art. 9º para conceder autorização de uso àquele que, possuiu como seu, por cinco anos, ininterruptamente e sem

⁴ (<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=236354>), acessado em 13/01/2018

oposição, até duzentos e cinquenta metros quadrados de imóvel público situado em área com características e finalidade urbanas para fins comerciais.

A data mencionada também limita a possibilidade de venda dos imóveis pertencentes à União ocupados irregularmente. Para pessoas físicas de baixa renda que ocupem área da União até 22 de dezembro de 2016, de acordo com o art. 86, poderão requerer diretamente ao oficial de registro de imóveis, mediante apresentação da Certidão de Autorização de Transferência (CAT) expedida pela SPU, a transferência gratuita da propriedade do imóvel, desde que preencham os requisitos previstos no § 5º do art. 31 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, quais sejam, possuir renda familiar mensal não superior a 5 (cinco) salários mínimos; e não ser proprietária de outro imóvel urbano ou rural.

Por fim, no contexto da celeuma causada pela alteração de regras na venda de áreas públicas, o art. 98 confere a faculdade à União, Estados, Municípios e o Distrito Federal de venda direta aos ocupantes de suas áreas públicas objeto da Reurb-E, dispensados os procedimentos exigidos pela Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993 para as ocupações **anteriores** à referida data.

A AEIS não está constricta temporalmente. É claro que novos limites podem ser propostos em leis ulteriores, contemplando isenções, remissões e outras benesses para irregularidades cometidas como já foi mencionado. Neste sentido, a AEIS não se limita a ações curativas, mas abarca medidas preventivas ao possibilitar a reserva de áreas para futura ocupação pela população de baixa renda com fim de moradia.

Fernandes (2010) elucida a questão ao propor os dois universos de ações, curativo e preventivo, lembrando que os programas de regularização de assentamentos são caros, complexos e lentos. Faltam políticas públicas preventivas, existe uma continuidade na fragmentação e ineficiência. Por esse motivo o doutrinador insiste na atuação por meio das duas vertentes: políticas preventivas articulando a questão fundiária com a urbana, e Das políticas curativas de regularização das situações de assentamentos informais já consolidados.

Lembra ainda Lúcia Leitão (2006, p. 319) que uma favela pode surgir da noite para o dia e o planejador municipal necessidade instrumentos ágeis para lidar com os possíveis impactos a exemplo das declarações de AEIS. Esta agilidade certamente pode resultar em algumas dificuldades conforme indica Trelles(2016).

Impacto sobre o zoneamento e outras diretrizes urbanísticas

Cabe recordar Hely Lopes Meirelles (1998, p. 416) para quem o Zoneamento Urbano consiste na repartição da cidade e das áreas urbanizáveis segundo a sua precípua destinação de uso e ocupação do solo. Adiciona Silva (2010) entre as funções do zoneamento as características arquitetônicas, representadas, por exemplo, pelas zonas de proteção histórica.

Cabe ao zoneamento funcionar como um plano urbanístico especial destinado a implantar as diretrizes previstas no Plano Diretor (Idem).

Tão importante quanto às definições do zoneamento, ou de outros instrumentos urbanísticos posteriormente descritos, estão aqueles que descrevem o que não devem ser esses instrumentos (ROLNIK, SANTORO, 2014):

- Formas de excluir atividades indesejáveis transferindo-as aos municípios contíguos.
- Método de segregação racial, social e econômico.
- Satisfação de poderes econômicos ou instrumentos eminentemente capitalistas.

A Lei nº 13.465/2017, art. 13 § 4º estipula que, na Reurb, os Municípios e o Distrito Federal poderão admitir o uso misto de atividades como forma de promover a integração social e a geração de emprego e renda no núcleo urbano informal regularizado.

O dispositivo propicia, portanto, a geração de riquezas advinda das paisagem e atividades presentes de fato nos assentamentos de baixa renda onde a interação se dá de forma espontânea.

De maneira mais direta, o art. 11 §1º ordena que, para fins da Reurb, os Municípios poderão dispensar as exigências relativas ao percentual e às dimensões de áreas destinadas ao uso público ou ao tamanho dos lotes regularizados, assim como a **outros parâmetros urbanísticos e edifícios. (g.n.)**

Quanto às AEIS, José Afonso (2010) pondera os motivos para se estabelecer as zonas de interesse urbanístico especial, quais sejam, as características próprias ou as decorrentes das exigências de planos, projetos ou programas específicos (Ibdem, p. 357). Depreende-se que tanto a Reurb-S quanto as AEIS abarcam as peculiaridades citadas conformando-se de acordo com essas exigências, contudo, suas especificidades visam abarcar principalmente as condições de carências na qualidade habitacional.

A exigência de zonas especiais não se limita àquelas relacionadas às populações carentes, mas atendem à todas particularidades locais e se submetem a planos gerais. Silva cita, complementarmente às ZEIS, as Zonas de especial interesse turístico e as zonas de

especial interesse urbanístico (O Plano Diretor do município do Rio abarca ainda as zonas de especial interesse, Cultural, Ambiental, Agrícola e funcional).

Conclusão

Verificamos no presente estudo que há diversos pontos de contato entre os instrumentos da Reurb-S e a AEIS. Aquela é formalmente mais abrangente no que se refere aos instrumentos e objetivos condensados na lei 13.645/17. A AEIS, na interpretação estrita da lei, é uma área que se submete à legislação específica, desse modo seu âmbito de legalidade se amplia podendo abarcar novas funções que superam as limitações edilícias presentes em determinada região.

Ambas se inter-relacionam em diferentes aspectos e essa diferença possui papel relevante no tipo de aplicação prevista. A REURB mostrou-se um instrumento capaz de superar as possibilidades fornecidas pela AEIS quando do tratamento de núcleos urbanos consolidados. A REURB, amplamente detalhada na Lei, coloca em cheque a continuidade de uso da AEIS no sentido curativo, por exemplo, em áreas subutilizadas, porém, o sentido preventivo desta deve ser um novo caminho a ser estudado e explorado por políticas capazes de impor um planejamento a longo prazo.

Bibliografia

BENEVOLO, Leonardo. **História da cidade**. 3ª. São Paulo: Editora Perspectiva, 1999.

BRASIL, Governo Federal. **Lei no 10.257**, de 10 de julho de 2001. **Estatuto da Cidade**, 2001.

BRASIL. **Lei Federal nº 11.977**, de 7 de julho de 2009. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida–PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei no 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nos 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória no 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. 2009.

BRASIL, Governo Federal, **Lei nº 13.465**, DE 11 DE JULHO DE 2017, 2017.

CHOAY, Françoise. **O Urbanismo**. 4ª Edição. São Paulo: Editora Perspectiva SA. 1997.

CORREIA, Arícia Fernandes. **Direito Da Regularização Fundiária Urbana e Autonomia Municipal: A Conversão da Medida Provisória n 759/2016 Na Lei Federal n. 13.465/2017 E As Titulações Da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro No Primeiro Quadrimestre De 2017/Right Of Urban Land Re. Geo UERJ**, n. 31, p. 177-218, 2017.

CARVALHO PINTO, José. **Mitos e verdades sobre a nova Lei da Regularização Fundiária Urbana**, disponível em: <https://caosplanejado.com/mitos-e-verdades-sobre-a-nova-lei-da-regularizacao-fundiaria-urbana/>, acessado em 12/01/2018

DALLARI, Adilson Abreu. **Estatuto da cidade:(comentários à Lei Federal 10.257/2001)**. São Paulo: Sociedade Brasileira de Direito Público, 2010.

FERREIRA, Regina Fátima Cordeiro Fonseca. **Movimentos de moradia, autogestão e política habitacional no Brasil**: do acesso à moradia ao direito à cidade. Observatório das Metrópoles, Rio de Janeiro, p. 2, 2012.

LEITÃO, Lúcia. **Remendo novo em pano velho**: breves considerações sobre os limites dos planos diretores. In ALFONSIN, Betânia; FERNANDES, Edésio. **Direito urbanístico: estudos brasileiros e internacionais**. Belo Horizonte: Del Rey, p. 280-283, 2006.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Municipal Brasileiro**. atual. por Célia Marisa Prendes e Márcio Schneider Reis. São Paulo: Malheiros, 2003.

MOREIRA, Mariana. **A história do estatuto da Cidade** (art. 1o). In: DALLARI, Dalmo de Abreu, FERRAZ, Sérgio (Coords.). **Estatuto da Cidade** (comentários à Lei Federal 10.257/2001). São Paulo: Malheiros, 2002.

OLIVEIRA, Tadeu Almeida de. **Questões relativas à ocupação da Orla do Lago Paranoá de Brasília**, Brasília : Câmara Legislativa do Distrito Federal, Assessoria Legislativa
Palavras-chave: Uso do solo, Brasília (DF),2015.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **A liquidação das terras públicas no Brasil**: Contextos, pretextos e passivos territoriais em face da lei 13.465/2017. Boletim Goiano de Geografia, v. 37, n. 3, p. 391-408, 2017.

ROLNIK, R., SANTORO, P. F. **Zonas Especiais de Interés Social (ZEIS)** em ciudades brasileñas: Trayectoria de implementación de um instrumento de política de suelo. Lincoln Institute of Land Policy, 2014

ROMEIRO, Paulo Somlanyi et al. **Zonas Especiais de Interesse Social**: materialização de um novo paradigma no tratamento de assentamentos informais ocupados por população de baixa renda. 2010. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado)–Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

SILVA, José Afonso da. **Direito urbanístico brasileiro**. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros Editores, 2000.

SMOLKA, Martim O..**Regularização da Ocupação do Solo Urbano**: O problema que é parte da solução, a solução que é parte do problema. In:ALFONSIN, Betânia; FERNANDES, Edésio. **A lei e a ilegalidade na produção do espaço urbano**. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

RECONHECIMENTO, REDISTRIBUIÇÃO E INVISIBILIDADE NA ANÁLISE DA SITUAÇÃO DOS INDÍGENAS DESALDEADOS DO TRIÂNGULO MINEIRO

José Renato Venâncio Resende
Universidade Federal de Uberlândia

Resumo: o presente estudo analisa a discriminação feita entre indígenas aldeados e desaldeados no âmbito da Resolução Conjunta 03/2012 CNJ/CNPM. A escolha desse tema justifica-se por sua relevância, haja vista as crescentes reivindicações dos desaldeados e o evidente descaso das instâncias políticas em relação a eles. A hipótese é que a diferenciação entre aldeados e desaldeados é, *per se*, caso de desigualdade formal, que, por não reconhecer a existência destes últimos, segundo Nancy Fraser, e promover sua invisibilidade, conforme Oscar Vilhena, gera também desigualdade material. Já o objetivo geral é demonstrar a necessidade da reformulação da legislação voltada para os povos indígenas, enquanto os objetivos específicos são relacionar o problema apresentado com as teorias dos pensadores suprarreferidos. Por fim, o método utilizado é o hipotético-dedutivo.

Palavras-Chave: índios desaldeados. Triângulo Mineiro. Reconhecimento e redistribuição. Invisibilidade e demonização.

Resumen: el presente estudio analiza la discriminación hecha entre los indígenas “aldeados”(que nacieron o que viven en los pueblos) y los “desaldeados” (que supuestamente fueron integrados a la sociedad), en el ámbito de la Resolución 03/2012 CNJ/CNMP. La elección de este tema se justifica por su importancia, debido a las crecientes reclamaciones de los “desaldeados” y la clara negligencia de los poderes públicos en relación a ellos. La hipótesis es que la distinción entre unos y otros es caso de desigualdad formal que, por no reconocer la existencia de los “desaldeados”, según Nancy Fraser, y promover su invisibilidad, que genera también desigualdad material, como dice Oscar Vilhena. El objetivo general es demostrar la necesidad de reformulación de la legislación orientada hacia los pueblos indígenas, mientras los objetivos específicos son relacionar el problema presentado con las teorías de los dichos pensadores. Al cabo, el método utilizado es el hipotético-dedutivo.

Palabras-Clave: índios “desaldeados”. Triângulo Mineiro. Reconocimiento y redistribución. Invisibilidad y demonización.

1 INTRODUÇÃO

Pelo longo processo de colonização que o Brasil sofreu e que afetou de diversas formas as muitas etnias indígenas que nele viviam ou vivem, vislumbra-se uma diferenciação feita - a princípio pela própria sociedade civil, mas, agora, no âmbito legal - entre o índio aldeado e o desaldeado, respectivamente, aquele que, sendo de origem étnica indígena, nasceu ou cresceu numa aldeia e aquele outro que nasceu fora de aldeias ou delas se retirou no decurso de sua vida. Sobre esse assunto, o principal é ter em mente que a identidade indígena não é um *status* atrelado à localização geográfica em que o indivíduo se encontra, mas um

conjunto de vários elementos que incluem a cultura, a língua, a história pessoal e coletiva, a religião, e, claro, os traços genéticos.

Em Minas Gerais, mais especificamente no Triângulo Mineiro, essa discriminação remonta ao processo de colonização que tal região sofreu, a partir da chegada dos portugueses, tendo perdurado, no entanto, durante vários séculos.

Sobre o assunto, insta esclarecer que o Triângulo - região de terras férteis compreendidas entre os rios Grande e Paranaíba - era originariamente habitado pelos índios denominados Kayapós. Contudo, a confusão terminológica já começa pelo nome que lhes era atribuído pelos não índios, uma vez que a palavra “kayapó” não se trata, na verdade, de um etnônimo, mas de um termo que significa “como macacos” para se referir à estrutura física desses grupos, bem como a seu comportamento bravo.

O que ocorre é que os Kayapós eram descritos pelos bandeirantes e geralistas de então como violentos guerreiros. Contudo, tal descrição, assim como o nome que lhes foi dado, também serve muito bem à visão negativa desses grupos, sempre retratados como inimigos traiçoeiros e cruéis, de natureza selvagem, razão pela qual deveriam ser combatidos e exterminados, como explica o antropólogo Marcel Mano (2015, p. 514).

Desse modo, desde o ano de 1727, quando o capitão Antônio Pires de Campos recebeu da Coroa Portuguesa a incumbência de organizar uma tropa responsável por exterminar os índios ditos Kayapós, estes eram descritos como bárbaros rivais, os quais deveriam ser liquidados a qualquer custo. Posteriormente, como apresenta o professor Mano, há diversos textos que retratam os Kayapós como:

[...] tão excessivos, e lamentáveis (...) matando e roubando aos viajantes que vão, e vem, e aos roceyros insultandoos em suas próprias cazas, queymando-lhes citios, e os payoys em que tem recollido os seus fructos matandolhes também os seos escravos, cavallos, porcos, e mais criações havendose com tão bárbara crueldade, que nem as crianças perdoam, nem dão quartel a pessoa alguma. (Documentos interessantes... apud MANO, 2015, p. 518)

O que se pretende afirmar é que, desde os primeiros contatos entre indígenas e não índios, tomando-se como paradigma o simbólico caso do Triângulo Mineiro, têm-se várias inverdades disseminadas por estes últimos que contribuíram, de diversas formas, para a opressão causada aos povos Kayapós. O desconhecimento e a não compreensão se, num primeiro momento, reforçaram a visão negativa desses grupos, mais atualmente resultou na propagação da falsa crença de que não há mais índios na região, ou, em havendo, são todos iguais. Além do que há o grave problema da preservação da ideia de que índios são “bárbaros e cruéis”, o que os impede de se integrarem à sociedade.

Por exemplo, um grande desafio enfrentado atualmente diz respeito à situação dos índios desaldeados, que representam a totalidade daqueles que se encontram no Triângulo Mineiro, haja vista que as aldeias que se encontravam nessa região não subsistiram. Em que pese as afirmações de que os desaldeados não são, de fato, índios, ou ainda que representam uma parcela ínfima da população, tem-se que:

De acordo com censo IBGE de 2010 em todo o território nacional temos uma população indígena urbana de 315.180 indivíduos, e rural de 502.783. No estado de Minas Gerais, de acordo com esse mesmo censo, a população indígena urbana é maior que a população indígena rural (em números absolutos, a rural é de 11.269 e a urbana é de 19.843, portanto uma diferença de 8.574; ou em termos percentuais, a urbana é 23,92% maior que a rural (vide anexos 1 e 2). Na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba a história desses grupos urbanos, ainda pouco conhecida, deverá mostrar, no mínimo, que as temporalidades indígenas são um misto de permanências e mudanças, de transformações e reproduções, de interesses pragmáticos e signos culturais, de choques e intersecções culturais. É o peso dessa história e o enfoque crítico às ideias de extinção e aculturação que os indígenas "desaldeados", urbanos, congregados em torno do MInA (Movimento dos Indígenas não Aldeados do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba), da Fundação Andaiá (Associação de Desenvolvimento e Intercâmbio Cultural Indígena da Região de Araxá), e mesmo aqueles isolados e aleijados de qualquer representação, devem nos mostrar. (MANO, 2018)

Como pode comprovar-se pelos dados acima apresentados, a cultura indígena, assim como qualquer outra cultura viva, é dinâmica e sujeita, portanto, a transformações constantes no decurso do tempo. O direito que essa pluralidade de grupos tem de ser tratada com igual consideração e respeito às suas particularidades não quer dizer o congelamento de sua cultura, como com a exigência de que eles permaneçam, *ad aeternum*, vivendo em aldeias afastadas dos centros urbanos. Seus movimentos e transformações, como a migração significativa de aldeias para cidades - o que, para a lei, transforma os indígenas de aldeados em integrados (para nós, em desaldeados) - devem ser, igualmente, objeto de respeito.

Contudo, embora os números que se referem aos desaldeados sejam expressivos, as condições de vida a que eles estão submetidos ainda são precárias de diversas formas. Isto porque, por serem considerados "integrados" - com os vínculos com suas comunidades e cultura de origem desfeitos e pacificamente incorporados à sociedade, ou seja, "aculturados" - o Estado dispensa-lhes tratamento discriminatório, no sentido de lhes negar direitos garantidos aos aldeados.

Sobre isso, tem-se, como exemplo, a questão do reconhecimento do nome e da etnia indígena nos documentos oficiais de identificação. Até 2012, um indígena - aldeado ou não - caso quisesse ter seu nome reconhecido, deveria ajuizar ação judicial, nos termos da Lei 6.015/1973, o que demandava um moroso trâmite judicial que poderia resultar ou não no atendimento do pedido. Entretanto, em 2012, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o

Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) editaram uma resolução, a Resolução Conjunta CNJ/CNMP nº 03/2012, que facilitava a inclusão do nome e etnias indígenas.

No caso, tal resolução permite que, no assento do nascimento do indígena, ou seja, em sua certidão de nascimento, possa constar o nome indígena do registrando, de livre escolha, bem como sua etnia como sobrenome e a aldeia de origem dele e de seus pais. Entretanto, caso o indígena já tenha sido registrado anteriormente, o que é o caso, ressalta-se, da grande maioria dos desaldeados, ele deve solicitar a retificação por via judicial, com base na mesma Lei 6.015/1977. Ou seja, para o desaldeado, na prática, pouco mudou. Da mesma forma que antes, caso ele queira ter seu nome e etnia reconhecidos oficialmente, deverá enfrentar um processo judicial provavelmente demasiado moroso, devido, entre outros motivos, à quantidade de documentos exigidos.

Como exemplo, tem-se o icônico caso da Maria Virginita de Oliveira, a Cacique Poti, que, em 2012 (antes da edição da referida resolução), ajuizou ação, por intermédio do Escritório de Assessoria Jurídica Popular (Esajup) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) no intuito de retificar seu registro civil. Já no início do processo, fundado tão somente na Lei 6.015/77, recebeu as primeiras denegatórias. Depois, com o advento da Resolução 03/2012, passou-se a usá-la como argumento. Ainda assim, no curso de cinco anos, a Cacique veio a óbito sem ter logrado êxito em seu processo.

No intuito de se modificar tal situação, realizou-se uma audiência pública, no dia 26 de março de 2018, na UFU, pelo Ministério Público Federal e pelo Esajup, como desdobramento do projeto “Índios do Triângulo”,

com o objetivo de identificar os reflexos da Resolução Conjunta nº 03, de 18/04/2012 - CNJ/CNMP, que dispôs sobre o assento de nascimento de indígena no Registro Civil das Pessoas Naturais, estatuinto regras sobre o assento de nascimento de índios, especialmente sobre o direito de fazer constar no registro a etnia e aldeia do registrando, bem como discutir as dificuldades de indígenas desaldeados em efetivar o registro autorizado na mencionada resolução, e ainda traçar possibilidades de modificações em seu conteúdo [...] (Procedimento n. 1.22.026.000177/2017-51)

Dessa audiência, resultou o Pedido de Providências 0002797-46.2018.2.00.0000, feito pelo MPF ao Conselho Nacional de Justiça, a fim de modificar a resolução que trata da alteração do registro civil dos indígenas, e que, atualmente, encontra-se em trâmite na Comissão de Acesso à Justiça e à Cidadania do CNJ.

O que se acredita é que a falta de preocupação da legislação e da atividade estatal, como um todo, em tratar com igual consideração e respeito os povos indígenas é parte de um grande problema de não reconhecimento oficial, que perpassa por questões de desigualdade formal e material. Tal discrimen leva a uma situação de invisibilidade e de demonização

desses grupos, o que reforça, num ciclo vicioso, as condições de desigualdade e caracteriza um estado de grande injustiça e de violação de direitos, conforme será analisado em seguida.

2 O NÃO RECONHECIMENTO DOS DESALDEADOS

O trabalho de Nancy Fraser, no que concerne às reflexões acerca do reconhecimento e da redistribuição ganharam grande notoriedade nas últimas décadas. A filósofa estadunidense vislumbra uma falsa antítese interposta entre essas duas bandeiras levantadas pelos movimentos mais progressistas, quais sejam, a de reconhecer a multiplicidade de *status* social e a de redistribuir bens com vistas a alcançar a igualdade social.

Para Fraser, reconhecimento e redistribuição são duas faces do mesmo prisma da justiça, ambas importantes e que não podem ser reduzidas uma à outra:

Sustento que os aspectos emancipatórios das duas problemáticas precisam ser integrados em um modelo abrangente e singular. A tarefa, em parte, é elaborar um conceito amplo de justiça que consiga acomodar tanto as reivindicações defensáveis de igualdade social quanto as reivindicações defensáveis de reconhecimento da diferença. (FRASER, 2007, p. 103)

Reconhecimento diz respeito à valorização da pluralidade sociocultural de grupos, especialmente os de minorias (não necessariamente quantitativamente falando), que foram e são historicamente preteridas, como mulheres e não heterossexuais. Importante ressaltar que a autora rejeita a tese muito popular entre os pensadores do tema quanto ao reconhecimento de *identidades*, o que significa, para ela, uma desqualificação das peculiaridades dos membros do grupo a ser reconhecido, bem como das disputas por poder que ocorrem em seu âmbito interno. Defende, pois, o reconhecimento de *status* social, corrente cujo escopo é vencer a subordinação – e não valorizar a identidade do grupo – com fins a fazer do indivíduo até então subordinado um parceiro integral, com possibilidades de interatuar em condições de igualdade (FRASER, 2007, 109).

Por sua vez, a redistribuição faz parte do campo de atuação da justiça distributiva, a qual remonta a Aristóteles (2006, p. 109), e pensa em critérios justos a serem utilizados quanto à distribuição de recursos. Nesse sentido, a distribuição de recursos deve ser realizada de modo a garantir a independência e a voz dos indivíduos.

Dessa forma, o núcleo de sua concepção de justiça é a noção de paridade de participação, ou seja, todos os sujeitos adultos devem participar da vida comunitária como *pares*, em igualdade de condições, interagindo entre si sempre como parceiros. Para tanto, há as duas condições já mencionadas, uma objetiva, que é a distribuição justa de recursos, e outra

intersubjetiva, que exige que os padrões de valoração cultural da sociedade expressem igual consideração e respeito por todos os seus membros (FRASER, 2007, p. 119).

O problema surge quando, primeiramente, há diversos grupos que necessitam, não apenas do reconhecimento de seu *status*, mas também da distribuição de recursos, para que alcancem a paridade de participação - definida por Fraser como um requisito da justiça - e que por eles reivindicam. Da mesma forma, é problemático quando alguns teóricos subordinam o reconhecimento à redistribuição, ou o contrário, por acreditarem, por exemplo, que uma distribuição adequada de bens asseguraria o devido respeito à pluralidade cultural. No caso ora tratado, o pensamento de Nancy Fraser mostra-se deveras pertinente, ao lançar uma luz que permite a melhor compreensão da questão indígena nacional.

Como já mencionado, a Resolução Conjunta 03/2012, editada pelo Conselho Nacional de Justiça e pelo Conselho Nacional do Ministério Público, ao contemplar a experiência positiva dos registradores civis em mutirões de registro de grupos aldeados e por entender a necessidade de regulamentação do assento de nascimento de indígenas, segundo os “considerandos” do documento, visou a facilitar o registro civil dos índios bem como sua retificação. Para tanto, contudo, tal norma criou uma discriminação legal entre o que ela chama de não integrados e integrados.

No âmbito da Resolução, assim, há duas categorias diversas de indígenas. Primeiramente, aquele que nasceu numa aldeia e que, ao ser registrado, pode ter lançado, a seu pedido, seu nome indígena, o nome de sua etnia como sobrenome e o nome da aldeia onde nasceu e onde seus pais nasceram. Para esses, só em caso de dúvida do oficial registrador, pode-se solicitar a apresentação do Registro Administrativo de Nascimento do Indígena (Rani) ou a presença de um representante da Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

A segunda categoria é aquela referente ao indivíduo que a Resolução considera já integrado à sociedade, por não ter nascido ou não viver em aldeias. Quanto a esses, corresponde, em sua grande maioria, a situação prevista pelo artigo 3º da Resolução, que dispõe acerca do indígena já registrado, que poderá solicitar, na forma do artigo 57, da Lei 6.015/79, pela via judicial, a retificação do seu assento de nascimento, para inclusão de seu nome indígena, nome da etnia e da aldeia de origem, do indivíduo e de seus pais.

Ocorre que, a Resolução 03/2012, ao remeter à Lei 6.015/79 e exigir processo judicial para a retificação do registro civil, restringe a efetivação do direito à personalidade, ao restringir o direito ao nome. Isto porque, a princípio, o trâmite de um processo judicial com fins a retificar a certidão de nascimento não é, por si só, garantia dessa retificação, uma vez que o juiz pode entender em sentido contrário ao pleiteado. Depois, tem-se que, ainda que a

Resolução garanta o benefício da justiça gratuita ao demandante, nos termos da Lei 1.060/50 e embora o acesso à Justiça seja garantido a todos, constitucionalmente, não é o que acontece de fato.

Sobre essa disparidade entre o princípio do *nemine licet ignorare jus* e a vida real, na qual numerosos grupos ignoram os direitos e deveres que o Estado lhes prescreve, interessante invocar o pensamento de Carlos Cárcova, que entende o fenômeno do desconhecimento e da não compreensão verdadeiros entraves para a democracia. Em suas palavras:

Grandes contingentes sociais padecem de uma situação de preterição, de pobreza ou de atraso que produz marginalidade e anomia. Isso implica, entre outras coisas, que a mensagem da ordem jurídica estatal não chega – materialmente – à periferia da estrutura social. Consideramos esse tipo de fenômeno como uma das fontes do “desconhecimento”. (CÁRCOVA, 1998, p. 15).

Desse modo, para o jurista argentino, o que é mais frequente nos amplos setores da sociedade, inclusive nos mais instruídos, é uma ideia difusa no que diz respeito ao direito e um entendimento lacunoso acerca da lógica de seus mecanismos. Nessa linha, deve-se ter em mente que a compreensão de muitos indígenas no concernente ao funcionamento das instâncias judiciais não é melhor do que a vaticinada por Cárcova, pois, por sua cultura, muitos deles mantiveram-se alheios à formação “jurídica” do indivíduo comum. Há que se levar em conta, ainda, que pelo processo sócio-histórico por que passaram, muitos desses indígenas também têm uma situação financeira precária, o que lhes impede, por exemplo, de arcar com os honorários de um advogado.

Como ilustração, além da questão suprarreferida da Cacique Poti, que morreu sem lograr êxito na tentativa de ter seu registro civil retificado, tem-se o caso de Maria de Lourdes Lima Soares, que sucedeu Poti na liderança dos desaldeados do Triângulo Mineiro. Em depoimento prestado do projeto Índios do Triângulo “Kaun Poti”¹, Soares relata sua trajetória de fome e humilhação na cidade de Missão Velha, Ceará, onde seus avós, indígenas, foram desalojados de sua aldeia de origem e sua mãe foi vendida a latifundiários para a quitação de dívidas. Posteriormente, Soares migrou para Uberlândia, onde veio a se tornar cacique e líder dos indígenas desaldeados da região. Entretanto, ao procurar o Esajup (que presta serviços jurídicos gratuitos, vale ressaltar) a fim de corrigir seus documentos e incluir seu nome e etnia indígenas, encontrou obstáculos legais até então intransponíveis.

Soares, por não ter nascido numa aldeia indígena, não foi registrada como tal, nem tinha o Rani, documento que “atesta” a identidade indígena. Por isso, tampouco poderia

1 Depoimento prestado em 16 de setembro de 2017 ao projeto Índios do Triângulo “Kaunt Poti” do Escritório de Assessoria Jurídica Popular da Universidade Federal de Uberlândia.

modificar extrajudicialmente seu registro civil. Ao intentar fazê-lo judicialmente, a princípio, o juízo da Justiça Federal onde a ação foi ajuizada teve sua competência declinada. Já na Justiça Estadual, não há, por enquanto, expectativa de sucesso.

Seu caso é muito representativo, primeiramente, da inefetividade da Resolução 03/2012 quanto ao tratamento da situação dos desaldeados. Por outro lado, também ilustra muito bem a relação com as teorias do reconhecimento e da redistribuição.

Em relação à redistribuição, é patente que as condições socioeconômicas dos desaldeados estão aquém do desejável, ou ao menos estão bem longe de garantir que eles tenham recursos materiais suficientes que assegurem sua “paridade de participação”, entendida como condição de justiça por Nancy Fraser. Nesse sentido, o termo “integrados” utilizado pela Resolução para se referir aos desaldeados não poderia se mostrar mais inadequado, haja vista que se trata de descendentes de pessoas (ou elas mesmas) desalojadas de suas aldeias de origem e que, comumente, residem em periferias ou áreas irregulares, como é o caso de Soares, que vive há décadas no bairro dom Almir, em Uberlândia, que surgiu em 1991 como um assentamento urbano irregular (RAMIRES, 2001, p. 79).

Já no que diz respeito ao reconhecimento, também se evidenciam as várias carências sofridas pelos desaldeados. Ao que parece, na esteira do pensamento de Fraser, a Resolução 03/2012 ao buscar promover o reconhecimento dos indígenas brasileiras, procede por meio do modelo padrão da identidade, o qual impõe aos indivíduos uma pressão moral com o escopo de submetê-los à cultura do grupo.

De acordo com a crítica de Fraser, a adoção do modelo de identidade tem como resultado:

[...] a imposição de uma identidade de grupo singular e drasticamente simplificada que nega a complexidade das vidas dos indivíduos, a multiplicidade de suas identificações e as interseções de suas várias afiliações. Além disso, o modelo reifica a cultura. Ignorando as interações transculturais, ele trata as culturas como profundamente definidas, separadas e não interativas, como se fosse óbvio onde uma termina e a outra começa. Como resultado, ele tende a promover o separatismo e a enclausurar os grupos ao invés de fomentar interações entre eles. Ademais, ao negar a heterogeneidade interna, o modelo de identidade obscurece as disputas, dentro dos grupos sociais, por autoridade para representá-los, assim como por poder. (FRASER, 2007, p. 107).

Em muitos sentidos, a explicação de Fraser parece se direcionar fatalmente à situação dos indígenas no Brasil face à legislação que sobre eles dispõe. Seja em relação aos muitos diplomas legais que imperam sobre a condição dos índios ou mais especificamente sobre a Resolução 03/2012, é como se o Estado quisesse englobar esses sujeitos todos “num mesmo baliaio”, sem levar em consideração a multiplicidade de diferença entre eles.

A priori, tem-se que “índios” já é um termo bastante genérico e impreciso para se referir a centenas de nações, cada uma com sua história. Além disso, a equiparação de aldeados e desaldeados é outro equívoco a que a legislação pátria incorre, não considerando, mais uma vez, as distinções fulcrais entre uns e outros. Mais ainda, a única distinção que a Lei parece fazer é ao considerar os desaldeados como “integrados” e, portanto, em situação de vantagem, o que, como demonstrado, não corresponde à realidade.

3 DESIGUALDADE, DISTRIBUIÇÃO E INVISIBILIDADE

Na esteira da teoria da redistribuição, entende-se que a desigualdade social extrema e permanente gera sérios problemas além dos que traz em si mesma, por exemplo, ao atentar contra a estabilidade do Estado de Direito. Essa é a tese defendida por Oscar Vilhena Vieira em “A Desigualdade e a Subversão do Estado de Direito”. Para o autor, *in verbis*:

Embora direitos iguais sejam reconhecidos nos livros, como uma medida simbólica para obter cooperação, os governos não se sentem compelidos a respeitar as obrigações correlatas a esses direitos iguais, nos mesmos termos para todos os membros da sociedade. A partir do momento em que os custos para exigir a implementação dos direitos através do Estado de Direito são desproporcionalmente maiores para alguns membros da sociedade do que para outros, ele se torna um bem parcial, favorecendo essencialmente aqueles que possuem poder e recursos para conseguir vantagens com isso. (VIEIRA, 2007).

A princípio, como já comentado acerca do fenômeno do desconhecimento e da não compreensão do Direito, o qual impede o pleno acesso à Justiça, acredita-se que a desigualdade social é um elemento que contribui para esse alheamento entre a norma jurídica e o sujeito a quem ela se dirige. Vieira (2007) afirma, por exemplo, que a desigualdade “mitiga a compreensão e o conhecimento de conceitos jurídicos básicos”, além de subverter a incidência das leis.

O desconhecimento e a não compreensão do Direito, no caso dos indígenas, ganha maior concretude quando se os inclui no âmbito da Resolução 03/2012 que, ao exigir ação judicial para proceder a retificação do registro civil do índio já registrado – na prática, o desaldeado – acaba por afastá-lo do acesso à Justiça. Entretanto, o problema referente aos grupos indígenas ganha maior relevo na teoria de Vieira ao se pensar no elemento da invisibilidade.

É que, para o autor brasileiro, a grande disparidade socioeconômica, que resulta de níveis extremos e persistentes de desigualdade, tem como consequência a invisibilidade dos sujeitos submetidos a graves condições de pobreza. Desse modo, o sofrimento humano e a violência de que os setores mais pobres da sociedade são vítimas continuamente não geram

reação política e jurídica por parte do Estado que gere uma mudança social efetiva com vistas a fazer cessar tais violações.

No panorama nacional, tem-se, por exemplo, que no período compreendido entre os anos de 2003 e 2016, 891 indígenas foram assassinados no Brasil, de acordo com dados do Conselho Indigenista Missionário, noticiados pela Agência Brasil (RICHARD, 2016). Já segundo dados da Secretaria Especial de Saúde Indígena, do Ministério da Saúde, a taxa de suicídios de indígenas é três vezes maior do que a média nacional então não índios. Enquanto há 5,7 casos de autoextermínio a cada 100 mil habitantes, entre indígenas esse número sobe para 15,2. Livia Vitenti, da dita secretaria, acredita que essas estatísticas tenham estreita relação com problemas fundiários e territoriais (MARIZ, 2017).

Na seara regional dos desaldeados, a questão da invisibilidade parece ficar ainda mais abrangente e cruel. Ao menos desde o começo do século XX, cronistas e dados oficiais insistem em afirmar que não subsistem remanescentes indígenas na região do Triângulo Mineiro e do Alto Paranaíba.²Tais declarações, entretanto, servem à cobiça do agronegócio, para o qual é interessante que, se não há índios, as terras por eles ocupadas estão vagas e, portanto, disponíveis. Mais atualmente, a alegação de inexistência indígena também justifica a omissão estatal quanto às necessidades desse grupo.

Dessa forma, a promoção da invisibilidade da comunidade indígena na região do Triângulo, faz parte de um emaranhado de interesses históricos de setores mais privilegiados da sociedade, a quem Vieira chama de “imunes”, que estão “acima da lei”, às expensas do polo oposto, ou seja, esses invisíveis. É a manutenção dessa “tríade danosa” que Vieira (2007) identifica como extremamente prejudicial ao Estado de Direito: “a invisibilidade daqueles submetidos à pobreza extrema, a demonização daqueles que desafiam o sistema e a imunidade dos privilegiados, minando a imparcialidade da lei”.

In casu, invisíveis são também os indígenas do Triângulo e arredores. Tornados invisíveis, ressalta-se, como primeiro passo de uma extensa e duradoura estratégia de dominação e colonização. Depois desalojados de suas terras de origem e expulsos para as periferias dos centros urbanos. Nesse momento, passam a ser vistos como “integrados” e, portanto, pelo menos para o Estado, como não índios ou como uma categoria indígena merecedora de menos atenção. Para o professor Mano:

2 Segundo dados do texto “Os Índios na História: o Triângulo Mineiro como encruzilhada cultural e as relações do seu passado com o seu presente indígena”, parecer antropológico elaborado pelo professor Marcel Mano para o projeto Índios do Triângulo “Kaun Poti”.

Invisíveis nos discursos oficiais, essa parcela da população indígena é produto de um longo processo histórico. Ele resulta não apenas das relações intertribais que se desenham desde o período pré-colonial, como também das relações intertribais e interétnicas que se promoveram pelas sucessivas políticas indigenistas. Embora acionadas em períodos diferentes da história do Brasil, em comum essas políticas promoveram o deslocamento forçado ou “desterritorialização” indígena, que culminariam na emergência desses índios “urbanos”. (MANO, 2018).

Entende-se, portanto, que não há como se falar na realidade sociocultural dos desaldeados do Triângulo, e talvez do Brasil inteiro, sem relacionar as questões atinentes ao reconhecimento de seu *status* social aos problemas na distribuição de recursos. Foi justamente devido ao *status* desses indígenas que os colonizadores promoveram uma distribuição de bens (sobretudo de terras) extremamente injusta, que desabrigou os primeiros. Frisa-se, ademais, que a terra para o índio não é uma questão de propriedade privada, mas um ambiente comunitário, de convívio social, de cultivo do alimento e de relação com a natureza.

Além disso, presos a esse ciclo vicioso, hodiernamente, a carência de recursos sofrida pelos grupos indígenas e a desigualdade material que os assola contribuem para o não reconhecimento de seu *status* social, o que gera a invisibilidade descrita por Vieira. A invisibilidade, por sua vez, leva à demonização desses mesmos grupos, que têm sua imagem humana desconstruída e passam a ser vistos como inimigos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Resolução Conjunta 03/2012 do CNJ/CNMP se trata de uma norma estatal que buscou promover o reconhecimento dos grupos indígenas brasileiro. Contudo, ela o fez por meio do que Nancy Fraser chama de modelo padrão de identidade, ao desconsiderar as diferenças e disputas de poder intragrupos. A normativa, e, por ela, o próprio Estado, encara as comunidades indígenas como uma massa homogênea e não leva em conta a multiplicidade de carências e reivindicações que há entre seus membros.

É o que ocorre, por exemplo, quando a Resolução distingue entre os aldeados e os desaldeados, possibilitando, aos primeiros, que conste em seus documentos oficiais seu nome indígena, bem como o nome de sua etnia e aldeia de origem e que isso seja feito de forma extrajudicial. Aos segundo, entretanto, exige-se a via judicial, que, como já visto em casos concretos supramencionados, não garante que se vá alcançar os resultados almejados.

No momento em que um desaldeado encontra severas dificuldades (ou verdadeiras impossibilidades) de ter seu nome indígena reconhecido em seu registro civil, a ele são negados vários aspectos da cidadania. Por um lado, porque o desaldeado, por não ter o documento emitido pela Funai que “comprova sua identidade”, o Rani, necessita que suas origens étnicas constem em seu assento, para, por exemplo, ter acesso às cotas de

vestibulares. Por outro, pois o Estado, ao negar a “oficialização” da procedência indígena do desaldeado nega-lhe seu reconhecimento. Ao fazê-lo, de acordo com a teoria de Fraser, impede-se que esse sujeito participe da sociedade em paridade com os demais membros, uma vez que um importante aspecto de seu ser é ignorado, ou seja, não é reconhecido.

Pendência diversa, mas relacionada a da falta de reconhecimento, diz respeito à distribuição de recursos. Os desaldeados do Triângulo, de acordo com os estudos antropológicos realizados pelo professor Marcel Mano, são, em sua maioria, ou os próprios Kayapós, originários dessa região, que foram desalojados de suas aldeias de origem graças aos interesses fundiários de setores da sociedade local, ou migraram de outras regiões de país depois de eles mesmos ou seus antepassados também terem sido desterritorializados, como é o caso de Maria de Lourdes Lima Soares, já apresentado. São vítimas, portanto, de um processo injusto de redistribuição de recursos, que privou-os de suas terras e bens originários, para enriquecer aquela parcela populacional que Oscar Vilhena Vieira classifica como “imunes”.

É por isso que grupos como o dos desaldeados do Triângulo Mineiro são considerados invisíveis segundo o pensamento de Vieira, uma vez que seu sofrimento e suas necessidades, sociais ou culturais, não são objeto de reação por parte de políticas públicas. Não são, a bem da verdade, sequer devidamente enxergados. A manutenção dessa invisibilidade faz parte do que o teórico brasileiro chama de subversão do Estado do Direito, por considerar que a grave desigualdade social que leva à invisibilidade (e à demonização desses mesmos grupos e à imunidade dos que estão no extremo oposto) ocasiona a erosão de sua integridade.

Faz-se necessária, portanto, a promoção de políticas de reconhecimento que prezem o modelo de *status* social proposto por Fraser – e não o de identidade até então utilizado – de modo a garantir a emancipação de membros de grupos subordinados, de modo a permitir a eles a paridade de participação na vida em sociedade. É somente esse modelo, acredita-se, que levará em consideração as peculiaridades dos desaldeados. Do mesmo modo, é imperativo que se tomem medidas de redistribuição adequadas, a fim de se suprir a carências de recursos de que os desaldeados são vítimas, que lhes impede de ter pleno acesso à justiça, por exemplo, e que contribui para sua condição de invisíveis.

Acredita-se, por fim, por todo o exposto, que o impedimento do acesso ao nome no caso dos desaldeados simboliza, na verdade, uma grande barreira que inviabiliza a efetivação de vários outros direitos e da justiça, como um todo. Isto porque, sem reconhecimento e sem distribuição e com a conjuntura de invisibilidade que acomete os desaldeados, não há como se falar em justiça, nem, talvez, em Estado de Direito.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Tradução: Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2006.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça; Conselho Nacional do Ministério Público. Resolução Conjunta número 3, de 19 de abril de 2012. **Diário da Justiça Eletrônico**, Brasília, 26 out 2012. Dispõe sobre o assento de nascimento de indígena no Registro Civil das Pessoas Naturais. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=238>> Acesso em 16 jun 2018.

BRASIL. **Lei 6.015/1979**. Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6015compilada.htm> Acesso em: 15 jun 2018.

BRASIL. Tribunal Regional Federal (1. Região). **Procedimento Comum 1002065-27.2017.4.01.3803**. Autor: Maria de Lourdes Lima Soares. Réu: União Federal. Uberlândia, 22 de novembro de 2017.

CÁRCOVA, Carlos María. **A opacidade do direito**. São Paulo: Ltr, 1998.

FERREIRA FILHO, Aurelino José; PEDROSO, Leonardo Batista. Famílias Indígenas Não Aldeadas Urbanas no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. In: **Em Extensão**. V. 9, n. 2, p. 36-41. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/view/20528/10953>> Acesso em 19 jun 2018.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era pós-socialista. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 14/15, p. 1-382, 2006. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/viewFile/50109/54229>> Acesso em: 17 jun 2018.

FRASER, Nancy. Reconhecimento sem ética? In: **Lua Nova**, São Paulo, 70: 101-138. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n70/a06n70.pdf>> Acesso em: 17 jun 2018.

MANO, Marcel. **Índios e negros nos sertões das minas: Contatos e identidades**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752015000200511&lng=pt&tlng=pt> Acesso em: 16 jun 2018.

MANO, Marcel. **Os Índios na História: o Triângulo Mineiro como encruzilhada cultural e as relações do seu passado com o seu presente indígena**. Parecer antropológico efetuado a requerimento do Projeto Índios do Triângulo “Kaun Poti”.

MARIZ, Renata. Taxa de suicídio entre indígenas é três vezes maior que a média nacional. In: **O Globo**. Publicado em: 21 set 2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/saude/taxa-de-suicidio-entre-indigenas-tres-vezes-maior-que-media-nacional-21850401>> Acesso em: 19 jun 2018.

RAMIRES, Júlio César de Lima; SANTOS, Márcia Andréia. Exclusão social em Uberlândia: algumas reflexões a partir do bairro Dom Almir e seu entorno. In: **Caminhos de Geografia** 2(4), jun/ 2001. Disponível em:

<<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/viewFile/15284/8584>> Acesso em: 18 jun 2018.

RESENDE, José Renato. Desaldeados comemoram Dia do Índio em Uberlândia (MG). In: **Brasil de Fato**. Publicado em: 27 abr 2018. Disponível em:

<<https://www.brasildefato.com.br/2018/04/27/desaldeados-comemoram-dia-do-indio-em-uberlandia-mg>> Acesso em: 18 jun 2018.

RICHARD, Ivan. Cimi: em treze anos, 891 indígenas foram assassinados no país. In: **Agência Brasil**. Publicado em: 15 set 2016. Disponível em: <<http://agenciabrasil.etc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-09/Cimi-em-treze-anos-891-indigenas-foram-assassinados-no-pais>> Acesso em 18 jun 2018.

VIEIRA, Oscar Vilhena. A desigualdade e a subversão do Estado de Direito. **Sur Revista Internacional de Direitos Humanos**. 2007, vol.4, n.6, pp.28-51. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-64452007000100003&lng=en&nrm=iso&tlng=pt> Acesso em: 18 jun 2018.

EDUCACION, LAICIDAD Y CATOLISISMO EN COLOMBIA

Luis Carlos Álvarez Rosero
Universidade Federal de Uberlândia

RESUMEN

Este artículo muestra como se ha venido desarrollando la mixtura entre el estado Colombiano con la religión católica a través de los últimos años, siempre unida al partido político de los gobiernos conservadores, así mismo muestra como los gobiernos liberales hacen su lucha por la consolidación de un estado laico que fue logrado en la constitución vigente de 1991 quitándole facultades del poder a la iglesia. De la misma forma se muestra como se ha realizado la constante lucha por los cambios en la educación, al considerar que esta es la principal fuente para que la iglesia mantenga su poder. Se define la “laicidad” y se determina cuando podemos considerar que un estado es laico.

PALABRAS CLAVE: Laicidad, educación, iglesia católica, Colombia.

ABSTRACT

This article shows how the mixture between the Colombian state and the Catholic religion has been developing over the last few years, always linked to the political party of the conservative governments, likewise shows how the liberal governments make their struggle for the consolidation of a secular state that was achieved in the current constitution of 1991 removing powers of power to the church. In the same way it shows how the constant struggle for changes in education has taken place, considering that this is the main source for the church to maintain its power. Likewise, "secularity" is defined and it is determined when we can consider that a state is secular.

Desde décadas atrás la iglesia católica ha venido influyendo en la administración del estado Colombiano siempre conservando un amplio grado de protagonismo en las decisiones tanto políticas como administrativas del estado; lo que nos lleva afirmar que siempre se ha estado desarrollando en todos los campos como económico, político, administrativo y educativo del país.

Podemos afirmar que sus orígenes se los atribuimos a Roma donde tiene su imperio de poder en cabeza del Papa, desde donde ha buscado a través de la historia expandirse con el nombre de catolicismo siempre con el fin de construir una humanidad basada en una buena creencia, conforme a los principios que de ella se imparten, esto ha llevado a que la iglesia siempre ha estado constantemente influyendo dentro de estos dos milenios de existencia en la ciencia, cultura, arte y a además se le ha atribuido ser la mayor proveedora de educación y servicios médicos al mundo. (ARIAS, 2000).

En cuanto a Colombia este catolicismo que se ha mantenido de forma predominante en donde la mayoría de la población a lo largo de la historia ha sido católica, así lo establece la revista semana en donde afirma que Colombia es el Sexto país con más católicos en el mundo con 38 millones de católicos, cuando la población no superaba los cuarenta y cinco millones

de personas (REVISTA SEMANA, 2013). Es por ello importante decir que no solo se ha hecho sentir con su presencia, sino que además trayendo una gran influencia a lo largo de su historia a pesar de los esfuerzos de contraposición por parte de grupos sociales tendientes a obstaculizar el flujo de la iglesia católica propendiendo más que todo el desarrollo de la modernidad y la laicidad.

Es muy importante establecer que la laicidad ha tenido su auge a mediados del siglo XIX gracias a sucesos Europeos que han logrado en busca de la evolución y modernidad en países de Europa, trayendo como consecuencia que países latinoamericanos se interesen por estos nuevos ideales haciendo una distinción y separación de lo que por un lado es la iglesia y lo que es estado.

Por ello es importante indicar que Colombia dentro de esta época histórica en cuanto a la administración del país contó con dos partidos políticos, unos que se les denominó “liberales” porque se encontraban con ideales innovadores tendientes al cambio de lo tradicional y “conservadores” quienes eran aquellos que conservaban el poder siempre promovidos por un protagonismo mayor por parte del catolicismo; (LOZANO, 2015) consecuencia de ello la participación de la iglesia en diversos asuntos sociales, lo que más se logró evidenciar con la nueva legitimidad es la coyuntura clero- partido conservador manteniendo siempre el poder de gobernar en sus manos, lo cual contrajo que se tardara algunos años para que nuevamente volviera a resucitar las iniciativas del liberalismo encaminadas a determinar la consolidación de un estado laico, haciendo así que se produjeran una serie de sentimientos por aquellos aferrados a lo tradicionalista y religioso.

Estas reformas liberalitas tuvieron su origen gracias al impulso del entonces presidente Alfonso López Pumarejo en los gobiernos (1934-1938-1942-1945) sin embargo fue con mucha limitación a razón que los liberales fueron derrotados en las urnas por el poder de la iglesia que continuaba siendo aberrante, llevando nuevamente los conservadores a la recuperación del poder, tanto así, que en el año de 1946, nuevamente el clero logro imponerse con todo su vigor y llevo a cambiar los ideales que los liberales habían impuesto tenido en sus manos el poder de administrar el país. Además los comienzos de la guerra fría y el crecimiento del protestantismo en Colombia le facilito a la iglesia tomar fuerza para fortalecer más su discurso, aumentar las condenas para todo aquel que quiera cuestiona la religión católica y el clero, con la razón de que estaría en contra del querer de la sociedad (ARIAS; 2000)

Nos trasladamos al año de 1886 en que el estado se consolido como Republica de Colombia, en la que radicaba el poder en el conservatismo cuya constitución establecía que:

la educación pública será organizada y dirigida en concordancia con la religión católica cuya constitución se dirigió un capítulo para regular la relación estado-iglesia en su Título IV. De las relaciones entre la Iglesia y el Estado. (CONSTITUCION COLOMBIANA, 1986) además se proclamó la constitución invocando el nombre de Dios como fuente de toda autoridad, permaneciendo el poder permeado por la religión católica hasta la promulgación de la constitución de 1991 en donde se da un volcó a como se venía desarrollando y buscando dejar a un lado la iglesia en procura de una consolidación individualista de estado, marcando su poder como un solo eje de gobernanza, a razón de esto, la nueva carta política establece en su artículo 18 que ningún residente colombiano será incomodado por sus creencias en lo cual indica lo siguiente,

Nadie será molestado por razón de sus convicciones o creencias ni compelido a revelarlas ni obligado a actuar contra su conciencia. Y en artículo siguiente se establece que se garantiza la libertad de cultos. Toda persona tiene derecho a profesar libremente su religión y a difundirla en forma individual o colectiva. Todas las confesiones religiosas e iglesias son igualmente libres ante la ley. (CONSTITUCION COLOMBIANA, 1991)

Significando que toda persona tiene libre derecho a la libertad de cultos, siendo una persona libre de escoger su religión y profesarla.

Con base al tema a desarrollar es muy importante también hacer unas observaciones en lo referente al problema de laicidad; para lo cual primero es importante resaltar que la nueva constitución contraria las viejas creencias que se venían cultivando con normatividad pasada basadas en el conservatismo y se pasa al liberalismo dando origen a un estado laico, más sin embargo es claro establecerse si con el hecho de establecer que el estado colombiano jurídicamente es laico, si hay una ejecución material en la realidad o es simplemente un ideal como muchos ideales de estado al que se busca llegar; antes de preocuparnos es importante esclarecer los puntos y como consecuencia de ello resalta la importancia de determinar que cuando hablamos de laicidad a que nos estamos refiriendo.

Una vez se logre resolver el interrogante se vería en la obligación de especificar qué tan delimitada esta la separación entre lo religioso y lo civil, siendo necesario para ello traer a colación los investigadores franceses que se han interesado en el tema de la laicidad que viene siendo algo más que una fuerte lucha entre el estado y la religiones en su búsqueda del control de la sociedad la laicidad no es la simple neutralidad del Estado y de la escuela, sino el compromiso que éstos asumen para asegurar y garantizar el ejercicio de todas nuestras libertades. La laicidad tampoco se resume en la separación que corta toda relación entre Estado e iglesia, antes que todo, es una manera de administrar la diversidad e implica una sociedad fundada en la cohabitación de las culturas. (ARIAS, 2000).

Si nos centramos en el caso de Colombia es difícil determinar el termino, aunque podríamos decir que la laicidad es la separación entre poderes iglesia-estado, más sin embargo diríamos que es la teoría, porque en la hora de la practica en la sociedad colombiana no se ha logrado una separación palpable, a pesar de contar con una constitución que así lo establece, lo que nos ha llevado a hacernos el interrogante de porque el catolicismo ha logrado mantenerse a pesar de los ataques de los partidos en procura de crear un estado laico.

Con el fin de ilustrar esta problemática vamos a volver a retomar las reformas realizadas por el presidente Alfonso López Pumarejo durante el tiempo de poder liberal en donde es notoria una lucha estado-iglesia en busca de regir en la vida de la sociedad colombiana. Aun si establecemos que la obra revolucionaria de López se mantuvo con un carácter limitado fue por primera vez una contraposición al poder de la iglesia cuya justificación parte en motivo que en su gobierno intento llevar al pueblo colombiano al nuevo modernismo social, llevándolo a un crecimiento industrial, al crecimiento de la esfera urbana con desarrollo tanto al proletariado y mediana clase, el nuevo papel que asume la mujer, da aparición a unos nuevos movimientos políticos que influenciados por los nuevos ideales revolucionarios de otros lugares del planeta, buscaban una postura diferente por parte del estado; en otras palabras, las reformas de López, anotaban el deseo de establecer unas reglas que tengan como fin suplir las necesidades de la época, inspiradas en modelos europeos y de Norteamérica; Al considerar que el modernismo necesitaba de un replanteamiento en la organización llevando a la separación entre estado-iglesia católica, con ello buscando separar el poder temporal del espiritual. (ARIAS; 2000)

De acuerdo con lo establecido por el régimen constitucional de aquel entonces, cuestiones como la educación, el registro civil, el matrimonio, que en todo Estado moderno debían regirse por una legislación civil, seguían gravitando bajo la órbita del clero. Por lo que López quiso, redefinir la separación de poderes a través de unas modificaciones sobre el rol que debería regir la iglesia en la sociedad, para lo cual propuso la libertad de conciencia y de cultos, el matrimonio civil, el divorcio vincular, la abolición del nombre de Dios de la constitución, la supresión de los beneficios fiscales del clero, así mismo solicito que vuelva al estado el control del registro civil y de los cementerios (TURRIAGO, 2017)

En cuanto a lo referente a la educación fue uno de los aspectos que más preocupo llevando a una reforma en busca de fortalecer la intervención del estado en materia educativa y así mismo procuro la libertad de enseñanza, siempre en busca de la educación laica, obligatoria y gratuita. Para lo cual realizo la reforma de 1936 en la cual se logró una autonomía y separación del Estado frente a la iglesia católica lo que llevaba a la satisfacción a

López de colocarle fin al “país clerical” más sin embargo duro poco y no obtuvo el alcance esperado puesto que en 1946 cuando los conservadores tomaron el poder la iglesia volvió a intervenir para lo cual se podría determinar como el resurgimiento del catolicismo (ARIAS; 2000).

Por otra parte es importante centrarnos en cuanto a la educación a cargo de quien estaría, si tenemos una intervención de la iglesia, cuando el partido conservador protegía la influencia de la iglesia y el partido liberal ya había tenido enfrentamientos con el clero; pero igual a pesar de todo antecedente llevo a la iglesia imponerse y hacer que la educación pública se dirigiera conforme a las creencias y moral de la religión católica incorporando en la enseñanza las creencias divinas para que el hombre pueda alcanzar sus fines naturales, así mismo impulsar el respeto sobre los textos sagrados, entender y asumir la moralidad católica, haciendo que los dirigentes de la iglesia deberían ilustrar en todos los campos profesionales siempre basados en los principios y creencias de la moralidad cristiana impuesta por el catolicísimo, así como también los docentes de los centros educativos tenían que tener una espiritualidad católica y estaban obligados a enseñarla a sus estudiantes, principalmente aquellos que estuvieran alejados de esta parte espiritual. (ARIAS 2000)

Así es como lo establece Ricardo Áreas quien es tomado como base para ilustrar el presente artículo quien también trae en referencia la jerarquía eclesiástica, que retomó ampliamente los postulados establecidos por Pío XI en su encíclica de 1929, en la que, como su título lo indica explícitamente, se formulan los derechos divinos de la Iglesia como institución docente, inculcando además a los padres de familia que él o cumplimiento trae como resultado serios pecados (ENCICLICA DIVINI ILLIUS MAGISTERI).

Todo lo anterior hacia que Colombia había llevado todo su poder civil a la dependencia de lo religioso llevando a tener implicaciones de suma importancia en el orden social, mirado desde una perspectiva realista podemos decir que la educación es el medio privilegiado para mantener una sociedad ligada a lo religioso, haciendo entender que todas las ideas del liberalismo como la escuela laica, obligatoria y gratuita fueron tachadas de ser verdaderos atentados contra los derechos naturales de la iglesia y la moral católica, además generarían una desestabilidad social entre otros aspectos. Así como también podemos determinar que una reforma educativa no significa un cambio al sistema tradicional, porque dicha reforma consistía en la democratización de la religión, porque no permitiría una educación para todos por los costos que no todas las personas se encontrarían en situación de pagar, por lo que se estableció una escuela obligatoria y gratuita, y además los estudios de educación superior se los enfoco en preparar profesionales de acuerdo a las necesidades de la

época y los campos requeridos dentro del entorno social en busca de mano de obra especializada.

De otra manera también se buscó darle un desarrollo crítico racional, basado en ideas modernas de pensamiento occidental, cuya principal característica para poderlo lograr fue establecer una educación “laica” en donde no haya una intervención religiosa, siendo el estado en quien radique la elaboración y el control de los programas de estudio; se trataba de un nuevo modelo, opuesto al que se venía desarrollando por los conservadores y la iglesia bajo su imperio; mas sin embargo, esto resultaba impactante debido a factores como la trascendencia histórica, la importancia de la iglesia en la educación pero no se trataba de ir en contra del clero, sino lo que se buscaba era ofrecer una alternativa diferente a la impartida por la iglesia, claro ejemplo de lo anterior que la iglesia durante el periodo de la “república liberal” fundo universidades católicas como los jesuitas, reabrieron la Universidad Javeriana en Bogotá en 1931, tan sólo un año después del retorno de los liberales al poder, cuando el tema de la educación empezaba a generar álgidos debates; en septiembre de 1936, un mes después de entrar en vigencia la reforma constitucional, fue fundada la Pontificia Universidad Bolivariana de Medellín por el arzobispado de esa ciudad, Tiberio de J. Salazar. La necesidad de fundar universidades católicas hacía parte de una ofensiva lanzada por el clero para contrarrestar los efectos de la política educativa del gobierno, como lo expresan abiertamente los estatutos de la Pontificia de Medellín”.

A pesar de la reforma educativa sus alcances se vieron limitados, razón a la falta de recursos del estado, así como la dudosa calidad del personal docente de los programas de colegios oficiales lo que hacía que la mayor parte de estudiantes se encuentren vinculados a colegios religiosos privados, aun cuando había una regulación expresa que indicaba que la educación era obligatoria, gratuita y laica.

LA LAICIDAD

Alude a una condición de “laico” en la separación de estado e iglesia, mas sin embargo siempre es objeto de debate, porque por una parte es considerada por algunos como una separación entre estado e iglesia con armonía en cada uno de ellos, para otros consiste en que no exista influencia religiosa en la vida social de los conciudadanos. Cuando nos permitimos traer a colación las ideas de Bovero para definir laicidad y laicismo encontramos dos enfoques:

Primero es aquella que defiende que no puede haber distinción de termino, a razón que afirman que no puede haber una neutralidad en el punto de vista que se excluya los religioso

de la vida social y publica al considerarlo como parte de cómo se constituye el vivir de una persona, de ahí que la palabra “laicismo” considerada como la influencia religiosa en la vida pública. Muchas veces esta laicidad puede ser considerada como la posibilidad de ayudas estatales en las organizaciones religiosas dentro de un país.

En una segunda postura puede ser entendida como la neutralidad del estado en cuanto de materia de religión se trata y se considera que “laicidad” y “laicismo” son sinónimos o que son muy similares, porque cuando nos referimos al primero se refiere al carácter laico y el segundo es lo favorable a lo laico, incluso el papa hablo al respecto cuando manifestó

En un discurso pronunciado el 23 de marzo de 1958 en el que argumentó cómo pertenece a la tradición católica la idea de una «sana laicidad», entendida como «el esfuerzo continuo para tener separados y al mismo tiempo unidos los dos Poderes» (político y religioso), en el respeto que merece la distinción entre Dios y el César (CEC, 1953)

De igual forma el actual Papa Francisco en su visita a Rio de Janeiro sorprendió al defender el estado laico: La convivencia pacífica entre las diferentes religiones se ve beneficiada por la laicidad del Estado, que, sin asumir como propia ninguna posición confesional, respeta y valora la presencia del factor religioso en la sociedad. (ORDAZ, 2013) Lo importante de este tema es que cuando queremos hablar de las jerarquías eclesiales, por una parte nos debemos preguntar por el sentido y el alcance con el compromiso de la iglesia en relación a los problemas socio-políticos que afectan al país; y por otra parte debemos determinar si los cambios sociales y la nueva actitud del clero pueden contribuir al desarrollo de la laicidad. Para dar respuesta a nuestro primer interrogante traigo a colación a Ricardo Áreas quien dice que

se observan grandes cambios en el interior de la jerarquía eclesial, como lo demuestra el espacio cada vez más amplio que ocupan, dentro de sus preocupaciones, temas como los derechos humanos, la fragilidad de nuestro sistema democrático, la búsqueda de soluciones políticas (Áreas, 2000).

Es importante establecer que no solo es suficiente con la separación de poderes, porque el problema no radica en la participación de la iglesia católica en asuntos fuera del campo religioso, es más, podemos decir que las iglesias aparte de seguir su ideología religiosa desempeñan un papel muy importante en procura de una sociedad más justa, unida, tolerante y sobre todo democrática, igualitaria, etc. Por eso indico que la laicidad no es incompatible ni está en contra de las religiones ni instituciones que representen la religión, por el contrario lo que busca es una colaboración armoniosa entre estado e iglesia en una búsqueda de solución de conflictos.

Siguiendo las posturas de investigadores franceses, la laicidad, más que una doctrina puede llegarse a definir como una especie de metodología o una herramienta que facilita el debate permanente entre todos los individuos sin imponer restricciones, porque abole las diferencias entre sectores superiores e inferiores. De acuerdo a estos investigadores la laicidad representa el “ideal” modesto pero exigente en la que la sociedad no puede de alguna manera

convertir sus exigencias en leyes y tampoco nadie puede ser excluido por sus convicciones, es así como

Poulat insiste sobremanera en la construcción de un espacio público en el que debe primar la libertad de conciencia, máxima expresión del carácter revolucionario de la laicidad. Por supuesto, no se trata de sustituir el régimen confesional por la verdad de cada individuo, “sino por una laicidad pública opuesta a todo monopolio, otorgando un espacio a quienes no se identifican con ella. En eso consiste precisamente la solución laica, en el acceso a una sociedad abierta de la que nadie puede ser excluido”. (ARIAS, 2000).

La laicidad es un problema que enmarca todo el campo social no solo a unos pocos sino de forma generalizada, por lo tanto para su solución requiere de una reflexión de participación general, es por ello que la podemos identificar como una democracia que no se puede reducir a una persona que sea elegida por el pueblo, ni un pueblo representado por sus elegidos, es un concurso de ideales complementarios y opuestos; es por ello que no podemos definirla, sino es más bien el resultado de los desafíos de cada época.

¿Qué es un Estado laico?

Tener un estado laico es fundar una cultura que es sobre lo que es común a todas las personas, los intereses de todos, porque de alguna forma excluye la denominación fundada en el credo impuesto a la sociedad por parte de algunos. Se puede decir que el clero consiste en establecer de alguna forma un poder de manera temporal, con una denominación pública bajo la dimensión colectiva de la religión. La laicidad recae sobre dos principios esenciales: en la libertad radical de conciencia y la equidad de los ciudadanos desde todo punto de vista, jurídica, política, simbólica y espiritual, porque la república laica es de todos, excepto de los creyentes y ateos por lo cual hace que pase ser neutral. La laicidad va más allá de las diversas opciones espirituales, siempre enfocándose en que la humanidad es una sola y fue así antes de diferenciarse en creencias.

Por otra parte debemos recalcar que un estado sea laico no significa que este vacío de valores pues existen principios y buenas conductas ajenas a una creencia religiosa que se fundan en unos derechos más universales que no impide las diferencias, sino que hacen que exista una convivencia solidaria entre los hombres capaces de convivir por si solos y no arraigados a una creencia. No podemos reducir un estado laico en un mero cuadro constituido jurídicamente, lo que se ha de promover es la libertad de conciencia.

Cuando partimos de la idea de participación y libertad con la cual todo individuo cuenta es con el fin de madurar y fortalecer esa unidad social, que va encajar en el campo pluralista y diversidad social; es también importar que este individuo debe contar con las

herramientas necesarias para poder participar de forma activa en el campo público, es por ello que surge la importancia de la educación como un pilar inquebrantable para lograr dicho objetivo, Baubérot nos dice que la enseñanza laica está encaminada a forjar ciudadanos a través de una ética cívica fundada en la tolerancia, en la libertad y en la deliberancia de esta manera, todo ciudadano estará debidamente preparado para debatir sobre los asuntos más delicados de la sociedad, en un intercambio incesante de los más diversos puntos de vista (BAUBÉROT, 2005).

La educación es un derecho fundamental para todos los niños, niñas, adolescentes, personas adultas, mas hoy en la realidad actual no solo es un derecho sino que se ha venido convirtiendo en un deber, no porque se encuentre positividad como una norma de poder coercitivo sino porque la sociedad misma hace que las oportunidades de empleo, sostenibilidad y desarrollo se vean disminuidas o fortalecidas a través del grado de estudios que una persona pudiera llegar a tener, porque entendemos la preparación de una persona para afrontar la vida como bien lo decía Jhon en una de sus frases “La educación no es preparación para la vida; la educación es la vida en sí misma” (Jhon Dewey).

Actualidad Colombiana

Colombia ha venido desarrollando a lo largo de la historia en busca de propender la libertad y la igualdad, más cuando de la religión se trata es importante echar una mirada al pasado para darse cuenta que la creencia católica siempre ha estado enraizada como fuente de obligatoriedad para todos los conciudadanos del territorio, es importante anotar que en Colombia a pesar que es un país laico, porque así lo establece su carta magna, existen diversidad de centros educativos que forman parte de la iglesia católica, destacando que quienes asisten son menores que tienen como objetivo primordial la superación y el aprendizaje; dentro de este contexto cabe preguntarse a cargo de quien se encuentra la educación en este país, para ello pasamos a traer a texto el ARTICULO 67. La educación es un derecho de la persona y un servicio público que tiene una función social; con ella se busca el acceso al conocimiento, a la ciencia, a la técnica, y a los demás bienes y valores de la cultura. En el cual indica que esta es un servicio público que está a cargo del estado, tanto de prestar el servicio como garantizarlo por parte de las instituciones privadas, siendo además obligatorio el estudio de la constitución y la ley siendo así como lo indica el artículo 41 de la carta madre: En todas las instituciones de educación, oficiales o privadas, serán obligatorios el estudio de la Constitución y la Instrucción Cívica. Así mismo se fomentarán prácticas democráticas para el aprendizaje de los principios y valores de la participación ciudadana. El

Estado divulgará la Constitución” de la misma manera el artículo 45.” El adolescente tiene derecho a la protección y a la formación integral. El Estado y la sociedad garantizan la participación activa de los jóvenes en los organismos públicos y privados que tengan a cargo la protección, educación y progreso de la juventud (CONSTITUCION NNACIONAL, 1991).

A pesar del fortalecimiento de la jurisprudencia de la corte constitucional, en busca de la consolidación de un estado laico, no ha logrado desligarse de forma completa de la religión de la iglesia católica, bien sea por falta de fuerza de voluntad de la institución, idiosincrasia o por las fuentes opresoras sociales, sin contar que por más de dos siglos de tradicionalismo abrazan las nuevas generaciones, así como también el miedo por parte de mandatarios y dirigentes políticos quienes quieren mantener su poder, siendo elegidos por el pueblo democrático temen a su rechazo al optar una postura diferente; Colombia cuenta entre sus dirigentes con personas que aún no se convencen del paso más allá de las creencias religiosas y es ahí donde evidenciamos como por ejemplo el caso del Procurados Alejandro Ordoñez en alianza con algunos sectores cristianos y el arribismo en el último año han constituido un freno al proceso de laicidad. Ordóñez en junio de 2017 dijo:

Es que Colombia no es un Estado laico. Colombia es un Estado aconfesional. No tiene religión el Estado. Sin embargo, sí es teísta.” “Este intento de establecer una dicotomía entre los términos laico y aconfesional ignora que la confesionalidad es una característica del Estado laico. Los activistas clericales pretenden que la categoría “estado confesional” signifique un estado con libertad de cultos, pero con favorecimiento hacia una religión o religiones mayoritarias. (RODRIGUEZ, 2017).

Es por ello que en las escuelas públicas es donde hay más alto grado de irrespeto por la laicidad, porque tienen una gran influencia de la doctrina religiosa, porque donde la asistencia a ritos es casi obligatoria que si bien cuenta con amparo constitucional la no comparecencia, se ve repercutida por quienes están a cargo de calificar a estos estudiantes o genera un grado de reproche o exclusión de compañeros, así como también se da la creación de actividades en busca de favorecimiento al catolicismo.

Ahora bien si el estado el encargado de garantizar el derecho a la educación, y siendo un mandato constitucional la laicidad para las personas desarrollen su libre escogencia de religión, como bien sabemos, aún en la actualidad Colombia no es ajeno al igual que algunos de los países más desarrollados es así como lo establece al indicar Áreas que países como lo es Inglaterra donde la Corona es la cabeza de la iglesia anglicana así mismo Rusia, la Iglesia ortodoxa es la iglesia oficial. Finalmente, encontramos que la mayoría de los países musulmanes actuales son teocracias, en las que el islam es la ley del Estado. Paradójicamente, la independencia de Iglesia y Estado fue un fenómeno de los países llamados "católicos" y representó un progreso respecto a los demás. (AREAS, 2000)

La iglesia católica en Colombia siempre ha estado ejerciendo control cuando de la educación se trata, porque existen muchos personajes públicos e incluso gobernantes que se rigen con actitud de valores religiosos, tanto es así, que ha sido la barrera en cuanto a legislaciones, aunque no se conoce que tan acertada su postura siempre se ha opuesto a ciertos derechos como lo es el aborto y eutanasia, entre otros. Es por ello importante de la educación sin inclinación religiosa, no por estar en contra de las creencias, sino por el contrario para buscar una nueva perspectiva de la realidad social, porque si se continua con un poder eclesiástico sobre la educación lo que hace que se continúe con supersticiones, con limitación con respecto a nuevas ideas, porque no comprendemos el alcance al encontrarnos enmarcados en un mismo sentido, en una misma creencia, estamos libres pero sometidos, seríamos libres sin tal vez llevar nuestra mente a mirar más allá de donde nos encontramos y de lo que hay; no es estar en contra de una creencia es de ser libre de aprender para así después ser libre de elegir, se busca libertad para aprender a escoger, siendo esa misma libertad de dejar el catolicismo a un lado cuando de enseñanza se trata, no nos hace ajenos de que esa misma libertad de apartarse, sea la misma libertad que más adelante obligue a retornar al pasado por convicción propia.

Para concluir quiero recalcar que Colombia siempre ha estado en una constante lucha de independencia entre estado y religión, que si bien se ha logrado liberar en ciertos aspectos aún existe un vínculo importante en lo referente a la religión al existir centros educativos, universidades, colegios entre otros pertenecientes al catolicismo, en donde si bien existe un amparo constitucional no existe una materialización de aplicación de este derecho y deber constitucional; por otra parte remarcar la importancia de buscar una educación libre de catolicismo, no por la religión católica, sino por la libertad en la educación, porque desde 1991 aunque la carta magna colombiana lo establece no ha sido real la libertad de cultos, la educación continua siendo permeada por el catolicismo.

BIBLIOGRAFIA:

Estado Laico y Catolicismo Integral en Colombia. La reforma religiosa de López Pumarejo. Ricardo Arias, disponible en: <https://revistas.uniandes.edu.co/doi/pdf/10.7440/histcrit19.2000.05>. Acceso 16 de junio de 2018.

Revista Semana, Libertad de Cultos y Laicismo en Colombia, Carlos Arboleda Mora, disponible en: <https://www.semana.com/opinion/articulo/libertad-cultos-laicismo-colombia/66026-3>. Acceso 16 de junio de 2018.

Constitución Política de Colombia, 1886, acceso 18 de junio de 2018.

Constitución Política de Colombia, 1991 acceso 18 de junio de 2018.

Laicismo Org. EAN BAUBÉRO, 2005 disponible en: <https://laicismo.org/2005/01/laicismo-en-francia/> acceso el 20 de junio de 2018.

Estado de Laicidad en Colombia, Rodríguez Vargas, 2017 disponible en: <https://www.voltairenet.org/IMG/pdf/InformeLaicidad2010-2017.pdf> acceso el 21 de junio de 2018.

LIMITAÇÕES EPISTÊMICAS DO CAMPO JURÍDICO: O MUNDO DISTÓPICO DA OBRA 1984 DE GEORGE ORWELL E A MONOCULTURA DA MENTE

Milena Moraes Lima

Mestrado (em andamento) em Direito Empresarial e Cidadania no Centro Universitário Curitiba – UNICURITIBA

José Edmilson de Souza-Lima

Pesquisador e Docente no Mestrado em Direito Empresarial e Cidadania no Centro Universitário Curitiba – UNICURITIBA e no Programa de Pós Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento – MADE/UFPR

Sandra Mara Maciel-Lima

Pesquisadora e Docente no Mestrado em Direito Empresarial e Cidadania no Centro Universitário Curitiba – UNICURITIBA

752

Resumo: A obra 1984 apresenta um mundo distópico dominado por um governo totalitário, marcado pela intervenção e regulamentação estatal. Para assegurar essa dominação, o Estado proíbe diversas condutas humanas, dentre elas o pensar, criminalizado como ‘pensamento-crime’. Assim, aquele que pensar diferente das diretrizes estabelecidas é severamente penalizado. Em outro contexto, qual seja a colonização epistêmica europeia, o colonizador impôs diversas limitações ao desenvolvimento dos saberes locais dos povos colonizados. Dentro dessa dominação há a hegemonia da episteme europeia, resultando na subalternização dos saberes locais. Por meio da pesquisa bibliográfica, este estudo objetiva realizar uma comparação entre o ‘pensamento-crime’ e a limitação epistêmica imposta pela colonização. Foram encontradas semelhanças entre o ‘pensamento-crime’ e a hegemonia da episteme europeia. Comparando a ficção de 1984 e a monocultura da mente, concluir-se-á pela necessidade de abertura do processo de produção do conhecimento jurídico para os saberes preteridos pela episteme europeia, em especial aqueles locais.

Palavras-chave: Epistemologia; Direito; Monocultura do conhecimento; Pensamento-crime; Pensamento decolonial.

Abstract: The book 1984 presents a dystopic world dominated by a totalitarian government, marked by the state intervention and regulation. To assure this domination, the state prohibits many human behaviors, including the thinking, criminalized as “thoughtcrime”. Consequently, anyone who thinks differently is severely punished. In another context, which is the European epistemological colonization, the colonizer imposed many limitations to the development of the colonies knowledge. In this domination there is a hegemony of the European epistemology, resulting on the subalternation of the local knowledge. Through the bibliographic research, this study aims to compare the “thoughtcrime” and the epistemological limits imposed through the colonization. It was founded similarities between the concepts. Comparing the fiction of 1984 and the monoculture of the mind, it was concluded that is necessary to open the production of legal knowledge to the different types of knowledge that are ignored by the European episteme, especially the local ones.

Key-words: Epistemology; Law; Monoculture of knowledge; Thoughtcrime; Decolonial thought.

Introdução

Na obra 1984, George Orwell cria um mundo distópico dominado por um Estado totalitário, no qual inexitem as mínimas liberdades individuais. O autor descreve que esse governo autoritário buscava silenciar todo e qualquer possível questionamento por parte dos cidadãos, impondo um projeto que tolhia a capacidade crítica, inventiva e relacional dos indivíduos.

Aparentemente longe da distopia do livro 1984, ocorreu ao longo da modernidade a colonização epistemológica de vários povos, sendo que, conforme será explorado mais à frente, seus efeitos se perpetuam até a atualidade.

Ao realizar a comparação entre a ficção literária e os desafios epistêmicos verificados na atualidade, especialmente dentro do campo jurídico, foi possível verificar algumas semelhanças entre o delito de pensamento-crime, apresentado no livro, e os conceitos de monocultura da mente e monocultura do conhecimento.

Diante disso, o presente estudo objetiva se aprofundar nessa análise comparativa e, mediante a constatação de efetivas semelhanças entre os dois conceitos, problematizar os possíveis reflexos dessa limitação epistêmica no campo jurídico.

Para concretizar o objetivo ora proposto foi adotada a metodologia da pesquisa bibliográfica, por meio da qual os dados que serão apresentados foram coletados. Inicialmente, será apresentado um breve resumo sobre a obra 1984, com a conceituação do que o autor chamou de pensamento-crime. Após, será abordada a colonização epistêmica, o conceito de monocultura da mente e monocultura do conhecimento, bem como algumas limitações do campo jurídico dentro desse viés epistemológico.

Por fim, realizar-se-á a comparação e a correlação entre o pensamento-crime e a monocultura da mente, apontando-se os desafios a serem enfrentados dentro do campo jurídico e as possíveis soluções que podem romper com a colonização epistemológica.

Considerando que a discrepância entre o direito positivado e o direito experienciado na realidade social está diretamente relacionada com as limitações epistêmicas do campo jurídico, o debate epistemológico no âmbito acadêmico se revela fundamental, de modo que a proposta apresentada se mostra justificada.

O mundo distópico de 1984

O livro 1984 foi escrito por Eric Arthur Blair, sob o pseudônimo de George Orwell, e trata-se de uma ficção que objetiva realizar severas críticas ao stalinismo. A obra é classificada como uma distopia, a qual, segundo Booker (*apud* TAVARES, 2013, p. 22) “ao focar nas críticas à sociedade em ambientes esteticamente “distantes”, as ficções distópicas

oferecem uma perspectiva nova sobre problemas sociais e práticas políticas que poderiam passar despercebidas ou serem consideradas naturais e inevitáveis.”

O livro narra uma sociedade futura, completamente dominada por um governo totalitário representado por um único partido e fortemente marcada pelo culto da personalidade do ditador, o “Grande Irmão”. O partido estruturava-se por meio de um aparato repressivo, composto pela forte vigília dos cidadãos, assassinatos de indivíduos que se opunham ao governo, proibição do pensamento livre, forte desestímulo às relações interpessoais e ainda pelo projeto de construção de uma nova língua.

O Estado também alterava a história do passado, retirando da memória coletiva a possibilidade de existência de outra forma de organização social, sendo que “(...) a questão do controle ideológico é uma das muitas questões centrais de 1984 e serve como metáfora e sátira de todo e qualquer regime totalitário que extingue as liberdades do indivíduo” (TAVARES, 2013, p. 26).

Propagavam-se também os ideais de que “guerra é paz”, “liberdade é escravidão”, “ignorância é força” (ORWELL, 2009, p. 32). Essas medidas tornavam os sujeitos extremamente solitários e lhes retirava qualquer capacidade crítica do que ocorria na sociedade, sendo fortemente propagada a ideia de que o “Grande Irmão” zelava por eles e que, portanto, não havia necessidade de que pensassem, agissem, se relacionassem ou até mesmo manifestassem seus sentimentos. “Com exceção dos poucos centímetros que cada um possuía dentro do crânio, ninguém tinha nada de seu” (ORWELL, 2009, p. 32).

O personagem principal da narrativa se chama Winston e a história gira em torno da tentativa deste indivíduo em se rebelar dentro dessa sociedade totalitária. A obra se divide em três partes e inicialmente são relatadas as características dessa sociedade e o cotidiano de Winston. Já na parte inicial, o autor relata os questionamentos e as reflexões que o personagem possuía sobre aquele Estado e que, em virtude da criminalização do pensamento e da perseguição dos que se opunham ao governo, ele escrevia de maneira escondida em um diário:

Voltou para a mesa, molhou a pena da caneta e escreveu:
Ao futuro ou ao passado, a um tempo em que o pensamento seja livre, em que os homens sejam diferentes uns dos outros, em que não vivam sós (...) Ele já estava morto, refletiu. Parecia-lhe que só agora, quando começava a ser capaz de formular seus pensamentos, dera o passo decisivo. As consequências de toda ação estão contidas na própria ação. Escreveu: O pensamento-crime não acarreta a morte: o pensamento-crime é a morte.” (ORWELL, 2009, p. 33)

Por meio dessas transcrições em seu diário, Winston manifestava secretamente os seus questionamentos e a sua revolta contra as limitações impostas pelo Partido, sendo que naquele

espaço de papel ele conseguia ter um mínimo de liberdade para expressar os seus pensamentos divergentes.

Na segunda parte da obra há o ápice da revolta do personagem principal, quando este passa a se relacionar amorosamente com outra personagem, Julia. Entretanto, esse tipo de relação era fortemente proibido dentro daquela sociedade:

A intenção do Partido não era apenas impedir que homens e mulheres desenvolvessem laços de lealdade que eventualmente pudessem escapar de seu controle. O objetivo verdadeiro e não declarado era eliminar todo prazer do ato sexual. O inimigo era menos o amor que o erotismo, tanto dentro como fora do matrimônio. Todos os casamentos entre membros do Partido tinham de ser aprovados por uma comissão especialmente nomeada para esse fim, e – conquanto o princípio jamais fosse exposto com clareza – a permissão era sempre recusada quando havia sinais de atração física entre o homem e a mulher em questão. O único propósito reconhecido no casamento era gerar filhos para servir ao Partido. A relação sexual devia ser encarada como uma operaçãozinha ligeiramente repulsiva, uma espécie de lavagem intestinal. (ORWELL, 2009, p. 70)

Como se vê, outra ferramenta utilizada pelo Partido para a repressão do pensamento livre era a eliminação do prazer propiciado pelo ato sexual e pelos relacionamentos amorosos. Winston, no entanto, transgredir esse regramento e, conforme vai se relacionando com Julia, os seus pensamentos divergentes vão crescendo e tomando força.

A última parte do livro narra o momento em que Winston e Julia são descobertos e acabam sendo presos, torturados e acusados de cometer diversos delitos, dentre eles o pensamento-crime. Em virtude das violências cometidas, Winston acaba cedendo às imposições ideológicas do governo do “Grande Irmão”.

Após ser torturado, Winston prefere não demonstrar o ódio que sentia pelo Partido e pelo Big Brother, e o personagem termina declarando seu amor pelo Partido, aceitando a convenção social e oprimindo seu espírito pretensamente revolucionário, que acabaria o condenando a tortura. (TAVARES, 2013, p. 23)

Logo, apesar de manter em seu íntimo os pensamentos divergentes e revolucionários que possuía, o personagem declara seu amor ao Partido, como modo de cessar as violências contra ele cometidas.

Conforme foi exposto anteriormente, o presente estudo tem seu enfoque direcionado ao conceito de pensamento-crime trazido na obra. Deste modo, passamos então a explorar mais profundamente essa forma de delito.

O pensamento livre era uma das maiores proibições na sociedade descrita por Orwell, sendo que existia até mesmo uma polícia do pensamento, a qual se utilizava da violência para reprimir e punir aqueles que se atrevessem a cometer tal delito.

Com esse processo de apagamento da pluralidade do pensar, apenas uma filosofia passou a existir e esta automaticamente era a ideologia oficial que dominava o

governo do grande irmão, essa filosofia era chamada de Ingsoc. O cidadão do partido não poderia saber coisa alguma a respeito dos fundamentos das outras filosofias existentes, porém aprendia a repudiá-las e entende-las como falsas. (SANTOS, 2011, p. 82)

Por meio dessa repressão, o Partido assegurava que a sua ideologia seria a única existente na mente dos indivíduos. Assim, as pessoas que cometiam o pensamento-crime eram retiradas de suas casas durante a noite e depois disso elas simplesmente desapareciam, sendo que o seu histórico era completamente apagado e todos então agiam naturalmente como se elas nunca tivessem existido. Aqueles que cometiam este crime estavam condenados a se tornarem “impessoas”.

Nesse sentido, é narrado que um camarada¹ de Winston fora preso e penalizado por ter cometido o pensamento-crime, sendo que então ele “deixara de existir; aliás, nunca existira” (ORWELL, 2009, p. 150).

Outra imposição que objetivava reprimir a liberdade de pensamento era a criação de uma nova língua, a “novafala”, a qual teria o número de termos reduzido a cada nova edição.

Você não vê que a verdadeira finalidade da novafala é estreitar o âmbito do pensamento? No fim teremos tornado o pensamento-crime literalmente impossível, já que não haverá palavras para expressá-lo. Todo conceito de que pudermos necessitar será expresso por apenas uma palavra, com significado rigidamente definido, e todos os seus significados subsidiários serão eliminados e esquecidos. (ORWELL, 2009, p. 57)

Desta forma, pautado pela ideia fortemente propagada de que “ignorância é força”, o Partido pretendia impossibilitar a própria construção e manifestação de pensamentos que não se enquadrassem nos seus ideais, impedindo a materialização do pensamento-crime.

Portanto, o projeto implantado nessa sociedade pretendia limitar totalmente a capacidade dos sujeitos de exercer o pensamento livre, de modo que estes construíssem e perpetuassem os saberes de uma única forma, ou seja, aquela permitida pelo governo e que dava a ele legitimidade e poder. Qualquer sujeito que ousasse pensar fora dos limites impostos estava inevitavelmente condenado a sofrer severas penalizações e até mesmo a “deixar de existir”, sendo relegado ao esquecimento.

E, conforme será abordado adiante, este projeto de repressão ao pensamento livre possui semelhanças com as limitações impostas pela hegemonia da episteme eurocêntrica, em especial no campo jurídico.

¹ “Era seu amigo Syme, que trabalhava no Departamento de Pesquisas. Talvez o termo não fosse exatamente “amigo”. Agora ninguém mais tinha amigos, só camaradas: mas a companhia de alguns camaradas era mais prazerosa que a de outros.” (ORWELL, 2009, p. 53)

A colonização epistemológica e o campo jurídico

O marco teórico adotado no presente estudo é o do pensamento decolonial, compreendido como aquele que tensiona os limites verificados na episteme eurocêntrica, a qual se auto declara como universal e propaga-se de forma hegemônica. Dentro dessa concepção, a colonialidade é compreendida como um fenômeno que se perpetua na atualidade por meio do campo epistêmico, buscando chamar a atenção “sobre as continuidades históricas entre os tempos coloniais e o tempo presente e também assinalar que as relações coloniais de poder estão atravessadas pela dimensão epistêmica.” (COLAÇO, 2012, p. 123)

A proposta decolonial, portanto, objetiva produzir o conhecimento a partir das margens e dos saberes periféricos, que são aqueles que reconhecem o local de onde são enunciados e se relacionam com as particularidades do seu entorno, sem qualquer pretensão de serem universais. Estes saberes, contudo, não estão compreendidos dentro do discurso epistemológico hegemônico e são exatamente a base da crítica decolonial.

Portanto, “as reflexões epistemológicas percebem-se na possibilidade de tensionar os conceitos já instituídos, tanto no intuito de testá-los, teoricamente, quanto de apontar os limites que possam causar a criação do espaço entre sua validade e sua eficácia social. (KOSOP; SOUZA-LIMA, 2017, p. 200)

Ao se observar a episteme hegemônica, depreende-se que ela é eurocêntrica e fundada na ideia de separação entre a mente e o mundo, entre o pesquisador e o objeto de estudo. Partindo da ideia de um ponto zero do conhecimento, “o pensador europeu se proclamou como o detentor de um saber universal que representaria a verdade, sendo que os “outros” detinham saberes “locais”; desta forma se constitui o eurocentrismo.” (COLAÇO, 2012, p. 20)

Assim, o conhecimento produzido pela episteme eurocêntrica é pretensamente neutro, descontextualizado, objetivo e universal, motivo pelo qual se apresenta como a única forma de produzir o “verdadeiro” conhecimento.

Durante os últimos 500 anos (pelo menos) apenas uma forma de conhecer o mundo, a epistemologia ocidental, postulou-se como válida, quer dizer a única capaz de propiciar conhecimentos verdadeiros sobre o direito, a natureza, a economia, a sociedade, a moral e a felicidade das pessoas. Todas as demais formas de conhecer o mundo foram relegadas ao âmbito da *doxa*, como se fossem o passado da ciência moderna, e consideradas, inclusive, como um obstáculo epistemológico para alcançar a certeza do conhecimento. (COLAÇO, 2012, p. 16)

Nessa visão eurocêntrica, as formas alternativas de construção do conhecimento são consideradas locais e impuras, de modo que não são científicas e, portanto, não produzem conhecimento válido.

Entretanto, ao contrário do que é propagado pelo discurso hegemônico, é perfeitamente possível situar o local de enunciação do saber eurocêntrico e as particularidades do sujeito que o produz (o branco, europeu, colonizador e capitalista). Deste modo, ao situar o discurso de neutralidade e universalidade, uma outra face nos é apresentada, revelando a clara intenção de produzir uma episteme que perpetuasse o poder por meio de conhecimentos que legitimam o objetivo colonizatório europeu de controle econômico e social do mundo.

Para respaldar a apropriação territorial e econômica das colônias, o discurso colonizatório propagou a ideia de que qualquer episteme fora dos contornos eurocêntricos é ilegítima, devendo ser extinta e condenada ao esquecimento, ao passado “primitivo” da civilização. O papel do colonizador, então, é conduzir esses povos ao desenvolvimento da episteme universal máxima, qual seja a eurocêntrica.

Portanto, este saber e essa forma de conhecer o mundo se propagam de forma hegemônica, como sendo a única via possível a ser seguida por todos os povos, resultando na subalternização dos saberes locais que não se enquadram no ideal de um “ponto zero” da produção do conhecimento.

Dentro dessa perspectiva crítica sobre o discurso colonizatório que impõe uma episteme hegemônica, a autora Vandava Shiva elaborou um conceito que resume essa compreensão, denominando-o como monocultura da mente:

Desse modo, o saber científico dominante cria uma monocultura mental ao fazer desaparecer o espaço para alternativas locais, de forma muito semelhante a das monoculturas de variedades de plantas importadas, que leva à substituição e destruição da diversidade local. (SHIVA, 2003, p. 25)

Deste modo, são “cultivadas” unicamente as epistemes eurocêntricas, em detrimento da diversidade de saberes locais. Assim, o local dá lugar ao “universal”, sem que seja permitida a coexistência de formas diferentes de se produzir o conhecimento. Em verdade, o discurso “universal” se legitima exatamente pela erradicação da variedade de discursos locais.

Não existem alternativas à episteme eurocêntrica, ela se afirma como a única possível e legítima, e todas as outras epistemes que tentem afirmar a sua existência e legitimidade serão condenadas ao esquecimento, erradicação, a serem apagadas do imaginário social. Os saberes locais, então, não são cultivados e desaparecem, simplesmente porque sequer são vistos ou considerados como existentes dentro da visão eurocêntrica de conhecimento.

Essa compreensão epistemológica hegemônica, no que diz respeito ao campo jurídico, acabou por afastá-lo da realidade social em que ele será aplicado, uma vez que o conhecimento jurídico é produzido somente de acordo com a realidade europeia. Ademais, essa base epistêmica conduz o direito como um campo de monocultura do conhecimento (SOUZA-LIMA, 2014, p. 20), porquanto constrói o saber jurídico a partir de uma visão fragmentada e completamente distante dos demais campos disciplinares.

Entretanto, ao aplicar essa episteme pretensamente universal na realidade periférica, ou seja, qualquer realidade que não a europeia, ela se mostra insuficiente, uma vez que não abarca a diversidade cultural, social, ambiental e econômica existente nas colônias.

Outrossim, apesar de não serem compreendidos como válidos dentro da visão hegemônica, os saberes periféricos continuam a existir dentro dessas sociedades e reivindicam cada vez mais o reconhecimento da sua existência e validade no âmbito local, tensionando os limites dessa episteme fechada e “única”, centrada na realidade europeia.

Há outros direitos, outras formas de pensar o direito baseadas em outras histórias e experiências e não apenas nos modelos epistêmicos jurídicos ocidentais. Estas formas de conhecimento não almejam a universalidade, mas se reconhecem enquanto locais. É claro, que quando falamos em “local”, não queremos dizer que os saberes são separados e não se comunicam entre si. Pelo contrário, o local é sempre “interlocal”, porém nunca epistemicamente universal. (COLAÇO, 2012, p. 23)

Nos limites dessa monocultura do conhecimento jurídico, é possível encontrar os saberes locais, nos quais é possível cultivar outras formas de conceber e compreender o direito que dialogam entre si, e, assim, melhor se adequam à realidade social.

Apesar das diferentes culturas e formas de produção de conhecimento que existem no contexto social não encontrarem respaldo no direito estatal, a prática forense exige cada vez mais uma resposta jurídica aos tensionamentos experienciados nos limites verificados entre a episteme hegemônica e a periférica. Não cabe mais o ocultamento e a invisibilidade normativa da diversidade local.

Nesse sentido, é possível identificar o sucesso de algumas reivindicações pelo reconhecimento normativo da existência e da garantia de direitos para grupos sociais até então subalternizados e excluídos da visão eurocêntrica (os índios, o negro, a mulher, o deficiente etc.). À guisa de exemplo, é possível extrair do ordenamento jurídico brasileiro o reconhecimento expresso de direitos e a estipulação de algumas ações afirmativas em favor destes grupos no artigo 5º, inciso I (igualdade entre homens e mulheres); artigo 231 (reconhecimento dos povos indígenas e de seus direitos), ambos da Constituição Federal; e nas recentes Leis 12.990/2014 (estabelece cotas raciais em concursos públicos federais) e

13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), que nada mais são do que frutos das lutas desses grupos pela ocupação de um espaço onde até então eles não eram reconhecidos.

Constata-se, portanto, que a episteme eurocêntrica se mostra insuficiente e incompatível com a realidade fática e social que permeia o campo jurídico, sendo que atribuir invisibilidade aos conhecimentos periféricos não é mais compatível com os anseios sociais. Assim, a sociedade caminha em direção ao reconhecimento de que o ordenamento jurídico não é “universal” e absoluto, mas que, em verdade, apresenta diversos tensionamentos e fissuras que podem ser utilizados na busca pela adequação e construção de um saber jurídico compatível com a realidade plural que o cerca.

Uma vez apontados os limites da imposição de uma única episteme no campo jurídico, passamos à comparação entre a monocultura da mente e o pensamento-crime.

A monocultura da mente e o pensamento-crime

Ao realizar uma comparação entre o conceito do pensamento-crime e a monocultura do pensamento, é possível encontrar diversos pontos semelhantes. O primeiro a ser abordado é o fim semelhante de ambas, qual seja o de impor limitações à forma de pensar.

O pensamento-crime e a monocultura do pensamento objetivam limitar o conhecimento válido como sendo somente aquele produzido pelo agente que exerce o poder, o Estado ou o colonizador. Desta maneira, condenam as outras formas de pensar ao esquecimento, à repressão, à invisibilidade, à inexistência, sendo que o único caminho possível para elas é o da sua erradicação.

Nesse sentido, assim como um sujeito “deixa de existir” quando comete o pensamento-crime dentro da realidade distópica de 1984 (ORWELL, 2009, p. 150), no projeto epistemológico eurocêntrico o tipo de homem que não se adequa aos ideais propagados por ela é destinado a desaparecer, ficando de fora daquilo que se considera como progresso, moderno (MORENO, 2005, p. 192).

Os dois conceitos também se assemelham no modo pelo qual afirmam a sua legitimidade e asseguram a sua hegemonia, ou seja, por meio da repressão e a violência. Nesse sentido, verifica-se que no processo de afirmação da hegemonia da episteme eurocêntrica:

Em primeiro lugar, expropriaram as populações colonizadas –entre seus descobrimentos culturais– aqueles que resultavam mais aptos para o desenvolvimento do capitalismo e em benefício do centro europeu. Em segundo lugar, reprimiram tanto como puderam, ou seja, em variáveis medidas de acordo com os casos, as formas de produção de conhecimento dos colonizados, seus

padrões de produção de sentidos, seu universo simbólico, seus padrões de expressão e de objetivação da subjetividade. (QUIJANO, 2005, p. 232)

Deste modo, assim como cometer o pensamento-crime é a própria morte, a monocultura do pensamento é a negação da existência, a justificação da invalidação e do extermínio das epistemes periféricas.

Outro ponto a ser destacado, é que no universo de 1984 o partido propaga os seus ideais atrelados ao discurso de que o Grande Irmão, ao impor essas limitações, está zelando pelos sujeitos que compõem aquela sociedade. De modo similar, a colonização epistêmica funda-se no ideal de que o colonizador europeu, ao negar a legitimidade e a validade das epistemes periféricas, está em uma missão civilizatória, levando as culturas “inferiores” ao desenvolvimento epistêmico máximo que, dentro da visão eurocêntrica, é a própria episteme europeia, tida como universal.

Esta dominação produz vítimas (de muitas e variadas maneiras), violência que é interpretada como um ato inevitável, e com o sentido quase-ritual de sacrifício; o herói civilizador reveste a suas próprias vítimas da condição de serem holocaustos de um sacrifício salvador (o índio colonizado, o escravo africano, a mulher, a destruição ecológica, etcetera). (DUSSEL, 2005, p. 60)

Paradoxalmente, os “benefícios” que resultam desse desenvolvimento levado pelo herói civilizador são o extermínio de povos indígenas, a escravidão de povos africanos, a subalternização da mulher, a exploração e destruição do meio ambiente etc.

Assim, para concretizarem as missões “civilizatória” e de “zelo”, os dois projetos se revestem de violência, da limitação da liberdade e do tolhimento da diversidade humana de formas de criar, questionar, sentir, produzir e viver. Portanto, os conceitos se assemelham na medida em que objetivam eliminar outras formas de pensar por meio da violência e da negação da existência, se revestindo, contudo, da ideia de que estão promovendo aquilo que seria o melhor para aquela sociedade.

Conclusão

Apesar da crítica distópica de George Orwell se destinar especialmente ao stalinismo, é possível verificar que alguns pontos abordados pelo autor, em especial o conceito do delito de pensamento-crime, se assemelham com a hegemonia da episteme europeia. Tomando por base essas semelhanças, é possível formular alguns apontamentos quanto às limitações do campo jurídico.

Como resultado da limitação imposta pela episteme europeia, o direito se separou da realidade que o cerca, propagando-se a ideia de que ele só pode ser estudado e compreendido de forma isolada. Contudo, essa concepção fragmentada do direito se mostra insuficiente, uma vez que a ciência jurídica é uma produção social, diretamente relacionada com os aspectos culturais, políticos, morais e ainda com as relações de poder existentes na sociedade.

Deste modo, ao deixar o direito dentro das barreiras impostas pela episteme europeia, ele não consegue atender às demandas verificadas na realidade plural que o circunscreve. Ao trazer o enfoque para a realidade, em especial aquela verificada nas sociedades que foram colonizadas, tensionam-se os limites dessa episteme hegemônica.

Portanto, ao invés da monocultura da mente e do conhecimento, que tolhe as diversidades culturais e sociais, deve-se buscar a policultura do conhecimento, na qual sejam cultivados o diálogo com outras disciplinas e formas de conhecer o mundo, bem como sejam reconhecidos os saberes locais.

Do mesmo modo que o pensamento-crime é uma violação à capacidade humana de pensar e se expressar dentro da sociedade, a monocultura do conhecimento é uma violação à diversidade epistêmica que é inerente das organizações sociais, o que acaba por enfraquecer os campos do conhecimento.

Assim como a pretensão revolucionária de Winston se concretizava por meio da necessidade de expressão de outras formas de pensamento, propõe-se, a partir da perspectiva decolonial, que o rompimento com a ideia de uma única base epistêmica para o direito é possível por meio da manifestação, do diálogo, do reconhecimento e da legitimação das outras formas de conhecimento que existem na sociedade. Consequentemente, em contraponto à frágil visão fragmentada, “o conhecimento híbrido derivado de práticas interdisciplinares, em lugar de estremecer as bases dos campos monocultores, tende a fortalecê-los” (SOUZA-LIMA, 2014, p. 19).

Foi possível concluir, portanto, que a imposição de uma única forma de pensar e produzir o conhecimento perpetua as relações de poder e, dentro da perspectiva das relações colonizatórias, reproduz o projeto de subordinação do colonizado ao colonizador na construção do conhecimento. Deste modo, o verdadeiro rompimento com o processo colonizatório implica também em ampliar as possibilidades epistemológicas para além do saber construído em uma base eurocêntrica.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em: 08 jun. 2018.

_____, Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014. Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 9 de junho de 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112990.htm> Acesso em: 10 jun. 2018.

_____, Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Estatuto da Pessoa com Deficiência **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 6 de julho de 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm> Acesso em: 10 jun. 2018.

COLAÇO, Thais Luzia. **Novas perspectivas para a antropologia jurídica na América Latina: o direito e o pensamento decolonial**. Florianópolis, SC: Fundação Boiteux, 2012. (Pensando o Direito no Século XXI)

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 55-70. Disponível em <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/lander/pt/lander.html>>. Acesso em 09 jun. 2018.

KOSOP, Roberto José Covaia; SOUZA-LIMA, José Edmilson de. Sustentabilidade e decolonialidade: bases fundantes de um estado plurinacional. **Revista Direito UFMS**, Campo Grande, v. 3, n. 2, p. 195-215, jul-dez, 2017.

MORENO, Alejandro. Superar a exclusão, conquistar a equidade: reformas, políticas e capacidades no âmbito social. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 187-202. Disponível em <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/lander/pt/lander.html>>. Acesso em 09 jun. 2018.

ORWELL, George. **1984**. Tradução de Alexandre Hubner e Heloisa Jahn. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2009.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 227-278. Disponível em <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/lander/pt/lander.html>>. Acesso em 09 jun. 2018.

SANTOS, Rodrigo Fernando Assis dos. **O conceito de língua/linguagem em 1984 de Orwell**. 2011. 193 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/13548>>. Acesso em 09 jun. 2018.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente**: perspectivas da Biodiversidade e da Biotecnologia. Tradução de Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo, SP: Gaia, 2003.

SOUZA-LIMA, J. E. Conhecimento ambiental: indagações sobre o novo campo. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 29, p. 7-24, abr. 2014. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/made/article/view/32242/22434>> Acesso em: 14 jun. 2018.

TAVARES, Débora Reis. **A revolta contra o totalitarismo em 1984 de George Orwell, a formação do herói degradado**. 2013. 139 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos e Literários em Inglês) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em < <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/13548>>. Acesso em 09 jun. 2018.

A CONSTRUÇÃO DE UM OBJETO CIENTÍFICO: DA *PATOLOGIZAÇÃO DO FRACASSO ESCOLAR* À *CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO DE DESEJO*

Beatriz Guimarães da Mata
Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Este trabalho tem como objetivo a apresentação do processo de construção do objeto científico de um projeto de pesquisa desenvolvido no mestrado em Educação do PPGÉ da PUC-Goiás, cujo título é *Infância e psicanálise no filme onde fica a casa do meu amigo? : a constituição do sujeito de desejo*. Inicialmente o objeto de pesquisa era “patologização do fracasso escolar”. O intuito era se chegar aos efeitos dessa patologização na Rede Municipal de Educação de Goiânia, a partir de uma leitura psicanalítica a respeito da “falha” no processo de ensino/aprendizagem. Porém, com o passar dos dois primeiros semestres do mestrado, meu objeto se deslocou para “a constituição do sujeito de desejo”, pois penso que seja fundamental compreender, à miúdo, a concepção do sujeito ser de desejo da Psicanálise; como ela se configurou, de Freud à Lacan, e qual o lugar da infância na constituição desse sujeito. Portanto, da intensão de uma análise psicanalítica de uma realidade concreta, cheguei à necessidade de um estudo bibliográfico para um aprofundamento da psicanálise e sua relação com a educação. A referida construção do objeto científico é efeito de um amadurecimento teórico-metodológico promovido pelas disciplinas do programa, e mais especificamente pela disciplina *Tópicos em Psicologia: infância, cinema e cultura* (PUC/GO); pela participação no projeto de pesquisa *Arte, psicanálise e educação: procedimentos estéticos no cinema e as vicissitudes da infância* (UFG, PUC/GO, UEG e UNB) e no *Entraste* (grupo de estudos, pesquisa e extensão dos fundamentos litorais entre linguagem, psicanálise e educação/ UFG)

Palavras-chave: construção do objeto científico, psicanálise, infância, constituição do sujeito.

A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO FEMININA PELAS ARTES: EXPERIÊNCIA E SUBJETIVAÇÃO NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

Fernanda Conceição Costa Frazão
Doutoranda em Educação na Universidade Federal do Paraná

Esta proposta trata da história da educação feminina a partir das trajetórias da poeta Gilka Machado (1893-1980), e da sua filha, a dançarina Eros Volusia (1914-2004). O período mais intenso da produção artística delas foi a primeira metade do século XX. Gilka publicou seu primeiro livro em 1915, e continuou a fazê-lo ao longo das próximas décadas, tendo também participação no movimento pelo sufrágio no Brasil. Eros, que dançava desde a infância, iniciou sua carreira no início de 1930, atuando nos palcos, no ensino da dança, com participações no cinema e pesquisas sobre ritmos brasileiros. De atuações e produções intensas, as artistas são chamadas a esta investigação como interlocutoras, partindo das suas experiências artísticas femininas. Gilka produziu versos de contestação sobre o lugar feminino, reclamando os limites de uma sociedade patriarcal, mas também contemplou as sensações em sua escrita, lançando mão do que foi chamado poesia erótica, uma forma de resistência à representação feminina dada como lugar de passividade. Também criou Eros, e nela teve seus versos em dança. Indo além da técnica aprendida na Escola de Balé do Teatro Municipal (RJ), Eros pesquisou e produziu em sua dança o Bailado Nacional, incorporando elementos da cultura nacional às suas performances. A relação com a história da educação feminina está na produção de discursos pela arte, usada como margem e aqui analisada em uma perspectiva foucaultiana da ordem do discurso. Em outros espaços como a política, as ciências, a religião cristã, as mulheres não estavam autorizado. Pelas suas trajetórias artísticas busca-se compreender aspectos como a normalização feminina às demandas institucionais que regiam a sociedade, e principalmente dar luz às experiências femininas que buscaram subjetivar-se pela transgressão às normas e silenciamentos impostos ao feminino.

Palavras-chave: História da Educação Feminina; Gilka Machado; Eros Volusia.

A PARTICIPAÇÃO DOS CONSELHEIROS NO MUNICÍPIO DE MACAU/RN: O FUNDEB E O CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL

Gilmar Barbosa Guedes
Doutor em Educação - PPGEd
Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN

Javaerton de Souza Aquino
Mestrando em Educação - PPGEd
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN

Luan Presley Mendonça Santiago
Mestrando em Educação - PPGEd
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN

Walter Pinheiro Barbosa Junior
Doutor em Educação - PPGEd
Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN

Resumo: Esta pesquisa está sendo desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-graduação em Educação, da linha de pesquisa Educação, Políticas e Práxis Educativas. A presente pesquisa discute o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, com foco na participação dos conselheiros do município de Macau/RN. Nesse sentido, assumimos o Materialismo Histórico e Dialético como método de pesquisa que realizamos e, nos orientamos pela seguinte questão: Os conselheiros participam ativamente no controle e acampamento dos recursos oriundos do FUNDEB, conforme orienta os documentos regulatórios? Para responder a esta pergunta, tomamos os conselheiros como base empírica e, dialogamos com Gohn (2001), Monlevade (2007), Pinto (2007), Valle (2001), Daves (2008) e analisamos a Lei 11. 494/2007, que dispõe das atribuições dos conselheiros do FUNDEB. Os dados foram construídos a partir das entrevistas estruturadas e análise documental. Desse modo, a pesquisa nos revela um controle social mínimo e ineficaz diante das verdadeiras atribuições dos conselheiros, haja vista que as reuniões são raras e os membros que compõem o colegiado pouco participam do processo de monitoramento. Portanto, chegamos a seguinte síntese: para se exercer o controle social é necessário que os conselheiros tenham participação efetiva e emancipada dos interesses do governo local, garantindo assim, a aplicação correta dos recursos financeiros destinados à educação, fazendo valer o papel da democracia participativa em busca de melhor qualidade da educação.

Palavras-chave: Conselho do FUNDEB; Conselheiros; Participação.

ÉTICA DA DIFERENÇA E INCLUSÃO ESCOLAR: UM EXAME CRÍTICO A PARTIR DE MICHEL FOUCAULT

Jonas Rangel de Almeida. UNESP/Marília
Doutorado em Educação
jradavisao@yahoo.com.br

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo discutir a possibilidade da criação de um novo olhar sobre o reconhecimento e a inclusão escolar. Especificamente, problematiza, junto às novas figuras de reconhecimento e de inclusão, a recorrência de um *déficit* histórico na formação do sujeito a partir da análise dos discursos verdadeiros proposta por Foucault. Para elucidar o problema a ser investigado elegem-se como campo de interlocução duas imagens contemporâneas do discurso de reconhecimento: a primeira, elaborada no interior do projeto de uma teoria crítica da sociedade, expressa na obra de Axel Honneth, no qual a gramática dos conflitos morais da modernidade é perspectivada como busca por reconhecimento intersubjetivo; e, a segunda, pressuposta na filosofia política de Martha Nussbaum, que entende a exigência de reconhecimento nas sociedades liberais, subsumida a adesão de novos sujeitos – excluídos da ordem institucional - ao pacto social. Averigua-se, por um lado, como os discursos de reconhecimento – e seus *modos de veridicção* – tornam-se matrizes inteligíveis para políticas de inclusão, conseguindo ou não abranger processos singulares de *diferenciação ética* dos novos atores, sujeitados às racionalidades neoliberalismo de governo das diferenças. Por outro, mobiliza-se concomitantemente a noção de cuidado de si e a prática do *dizer-verdadeiro* com vistas a redefinir a questão do reconhecimento em direção a produção de processos singulares de *diferenciação ética* no interior do jogo democrático, fazendo aparecer novas vozes dissonantes e corajosas – parresistas – em meio à multiplicidade político-cultural.

Palavras-chave: Reconhecimento. Inclusão escolar. História crítica da subjetividade. Diferenciação ética. Artes de governo. Cuidado de si.

A DIDÁTICA ENTRE DISCIPLINA ESCOLAR E FORMAÇÃO ACADÊMICA: UMA ANÁLISE DO CAMPO DE SUA HISTÓRIA NAS REVISTAS *EDUCAÇÃO* (1927-1961) E *DIDÁTICA* (1964-1975)

Karina Cássia Oliveira Reis. UNESP/ Marília-SP
Doutoranda em Educação
e-mail: profkarinareis@yahoo.com.br

O objetivo desta pesquisa é analisar a possibilidade de perspectivas do campo da Didática e como se constituiu os seus discursos a partir de dois periódicos: *Educação* (1927-1961) e *Didática* (1964- 1975). Isto é, o campo (BOUDIEU, 1984; 2009; 2017) da Didática entre 1927 e 1975, a partir desses dois periódicos, se constituiu de que forma? Quem foram os interlocutores/ colaboradores que fomentaram este campo e, em certa parte, constituíram. Qual o papel da Didática na formação dos educadores. De um lado, intenta-se mostrar que os colaboradores das revistas *Educação* eram oriundos dos diversos níveis escolares, e, de outro que com a criação dos Programas de Pós-Graduação, a revista que foi inaugurada nesse período intitulada *Didática*, apesar de surgir como periódico que almejava ampla participação dos professores de todas as camadas, privilegiou docentes que exerciam o magistério no ensino superior. Diante disso, pretende-se demonstrar o escalonamento de diferentes tradições pedagógicas no interior da trama discursiva desses periódicos educacionais selecionados à pesquisa e que constituíram o campo de uma Didática. A hipótese preliminar e norteadora ampara-se na constatação do predomínio da *tradição acadêmica* da Didática que culminou em um processo de academização crescente que dissocia a práxis docente e procura encerrar o pensar a prática de ensino aos programas de Pós-Graduação. Portanto, diante de uma exclusão sistemática de toda uma camada de professores do ensino primário e secundário da produção científica periódica, considera-se indispensável discutir nesse espaço os meandros do desenvolvimento de sua história, suas artes de fazer (CERTEAU, 2014; 2017), representações intelectuais e conceptualização do processo educativo. Assim, espera-se contribuir, simultaneamente, para uma história das disciplinas escolares no Brasil e à elaboração de uma concepção crítica de formação de professores.

Palavras-chave: Educação. Revistas *Educação* (1927-1961) / *Didática* (1964-1975). Academização. História das disciplinas escolares. *Campo* de formação de professores.

POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL PARA EDUCAÇÃO SUPERIOR: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS

Michelle Karoline Pereira da Silva¹
André Rodrigues Guimarães²

Resumo: O Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), criado em 2008, visa apoiar estudantes com baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior no Brasil. Dentre as ações desenvolvidas têm-se assistência: à moradia estudantil; à alimentação; à saúde; à cultura, dentre outras. Percebe-se que o PNAES, mesmo ao ser tornado Decreto em 2010, não prevê assistência para alunas e alunos de programas de pós-graduação sejam estes da modalidade lato ou stricto sensu. Destarte, o estudo objetiva identificar as produções acadêmicas sobre a política de assistência para discentes da educação superior brasileira, especificamente da pós-graduação. Nesse interim, o problema de pesquisa consiste em investigar o que revelam as produções acadêmicas sobre a temática política de assistência estudantil, especificamente para alunas e alunos da pós-graduação? Trata-se de pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa. Os resultados revelam que a produção acadêmica nacional sobre política de assistência estudantil para a pós-graduação se constitui em um campo de estudo ainda em fase de consolidação haja vista que esta matéria é relativamente recente na agenda de políticas públicas brasileira. Logo, há a necessidade de pesquisas que se voltem a essa temática que se apresenta como relevante no âmbito da academia, bem como para efetivação de direitos das pós-graduandas e pós-graduandos. Vale destacar que os impactos negativos sofridos pela assistência estudantil são parte de um cenário de acirramento das desigualdades sociais agravados pela crise estrutural do sistema capitalista e impõem à luta por direitos e políticas públicas sociais. Nesse cenário de luta por garantia e efetivação de direitos de estudantes da pós-graduação que se destaca o papel da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG) e as Associações de Pós-Graduandos (APGs).

Palavras-chave: Política de Assistência Estudantil; Pós-graduandas; Pós-graduandos; Educação Superior.

¹ Mestranda em Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amapá (PPGED/UNIFAP). Especialista em Política Educacional (UNIFAP). E-mail: michellesilvam12@gmail.com.

² Doutor em Educação (UFPA). Professor de Política e Legislação Educacional da UNIFAP. E-mail: andre@unifap.br.

TECNOLOGIAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO

Priscilla Mendes Fernandes

IFTM – Instituto Federal do Triângulo Mineiro (Campus Uberlândia Centro)

Nesta comunicação, apresenta-se um trabalho que fora desenvolvido para mostrar a importância da utilização das tecnologias digitais na educação e o impacto positivo que pode haver em sala de aula. Partiu-se de experiências vividas durante a atuação no subprojeto de Língua Inglesa do PIBID da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), nos períodos de 2012 a 2014. Foram observados vários fatores importantes relacionados às metodologias e abordagens usadas pelos bolsistas do projeto em sala de aula, com os alunos de uma escola pública da cidade de Uberlândia/MG. Foram ministradas oficinas, onde os bolsistas trabalharam o mesmo conteúdo da Língua Inglesa em cada turma, alterando apenas o plano de aula, visto que, em sua maior parte, ministraram aulas no modelo tradicional (quadro, giz, lápis e papel). Dessa forma, foi observado que em cada aula os alunos tinham reações diferentes, já que cada oficina contava com a metodologia distinta de cada bolsista. Foi decidido por duas bolsistas que pesquisavam juntas, usar apresentações em Power Point para trabalhar com os alunos, além de alguns outros recursos digitais, como a ferramenta online “Make Beliefs Comix” e atividades com música, sobre o conteúdo aplicado; os alunos responderam positivamente à forma que as oficinas eram conduzidas. Em certa aula, houve problemas nos computadores e, assim, a aula do dia precisou ser o segundo plano, para emergências, sem uso de tecnologias. Nesse momento, foi percebido o desinteresse dos alunos pela aula “comum”. Reação totalmente contrária àquela das aulas em que eram utilizados recursos tecnológicos. A partir dessa reação, defende-se que esses alunos podem ser considerados Nativos Digitais, como nos termos de Prensky (2001), pois apresentam características marcantes de quem está inserido no contexto digital. Nota-se, assim, que nossos alunos mudaram e não se encaixam no antigo sistema educacional: o tradicional.

Palavras-chave: tecnologia, tecnologias digitais, educação, nativos digitais.

EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO ESCOLAR: UMA ANÁLISE EM ESCOLAS MUNICIPAIS DE JABOATÃO DOS GUARARAPES – PE

SILVA, J. D. F.¹; SILVA, A. F. P.¹; HENZ, R. R. G. R.¹

¹Universidade de Pernambuco - UPE

A Educação inclusiva representa o caminho para uma sociedade mais igualitária, visto que, é o processo de inclusão dos portadores de necessidades especiais ou de distúrbios de aprendizagem na rede regular de ensino. Em se tratando da busca de uma sociedade inclusiva, faz-se necessário que a inserção dos alunos com deficiência tragam possibilidades de modo que convivam, compartilhem, interajam com outras crianças, além de desfrutarem de seus direitos. O objetivo do presente artigo foi analisar a importância da inclusão de alunos com algum tipo de deficiência na educação regular e o posicionamento dos profissionais envolvidos em unidades de ensino do município de Jaboatão dos Guararapes-PE. Metodologicamente, optou-se por um estudo de abordagem qualitativa, do tipo descritivo-analítica, a partir de observações e diálogos com os professores e gestores. Observou-se que, a maioria dos professores e gestores acredita no sucesso da inclusão, além de terem o mesmo conceito sobre educação inclusiva, que é “valorizar as diversidades, possibilitando o desenvolvimento desses alunos no contexto escolar e na sociedade”, porém também acreditam que a inclusão necessita de mais suporte do governo, sendo necessário um trabalho multidisciplinar. Os professores, também, sentem falta de um professor auxiliar para os alunos especiais, além de ficar constatada a falta de interesse dos profissionais envolvidos em capacitações e busca por novas informações, uma vez que há a desvalorização do profissional. Conclui-se que é possível observar incongruências entre as políticas públicas de inclusão e a prática educacional, uma vez que são algumas das ferramentas necessárias para atingir o apoio especializado previsto em lei, para que a educação seja, de fato, inclusiva.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Inclusiva, Políticas Públicas, Prática Educacional.

CURSOS DE *LATO SENSU*: ANÁLISE DO PERFIL DOS ALUNOS DA PÓS-GRADUAÇÃO NO RECIFE – PE

Tássia Cristina da Silva^{1,2 e 3}

¹ Bacharela em Ciências Biológicas. Especialização em Ciências Biológicas com ênfase em Perícia e Auditoria Ambiental. Email: cstassiabio@gmail.com.

² Universidade Federal Rural de Pernambuco- UFRPE

³ Faculdade Frassinetti do Recife - FAFIRE

A crescente busca por continuação na formação após a graduação permitiu um crescente número na oferta e estudantes de cursos *lato sensu*, como as especializações e as residências multiprofissionais. Por falta de regulamentação, o setor carece de informações para compreensão desses estudantes. Nesse sentido, o presente estudo teve objetivo de caracterizar o perfil destes estudantes na cidade do Recife. O levantamento foi realizado através do questionário online, o qual permitiu o acesso ao perfil de 30 estudantes que cursam especializações nas áreas de Educação Ambiental, Gestão Ambiental, Perícia e Auditoria Ambiental, Controle e Qualidade de Alimentos e em Residência Multiprofissional. Os pós-graduandos foram caracterizados a partir de variáveis quantitativas e qualitativas como cor da pele, modalidade e área da graduação, mercado de trabalho, idade, sexo, entre outros. Constatou-se que as idades variam entre 25 e 56 anos, e maioria dos estudantes são do sexo feminino. 35,7% auto se declararam pardos e brancos, 14,3% negros e não foram observados indígenas ou orientais. Entre eles, 57,1% realizaram ou estão realizando outra pós-graduação. Quando questionados sobre atividade remunerada, 21 estudantes possuem atividade laboral com remuneração, sendo 44% bolsistas de pós-graduação *stricto sensu*, 33,3% funcionários públicos e 22,7% autônomos. Nenhum dos participantes informaram algum tipo deficiência visual, auditiva, motora e mental ou intelectual. Consoante com esses dados, há necessidade da ampliação do estudos para levantamento do perfil de estudantes da pós-graduação a fim de se levantar necessidades para formulação de políticas públicas que visem a permanência desses estudantes em seus cursos e o aumento da qualidade dos mesmo. Além disso, é preciso diagnosticar a relação entre os alunos, entre estes e seus professores e orientadores, avaliação dos motivos de escolha pela pós-graduação e as expectativas para com o mercado detrabalho.

POLÍTICA DE PERMANÊNCIA E FORMAÇÃO DOCENTE: A IMPLEMENTAÇÃO DO PIBID NA UFRN

Ana Paula de Araújo Tavares
Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Maria Goretti Cabral Barbalho
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Resumo:

O presente trabalho analisa o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID, criado pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento do Ensino Superior – CAPES, enquanto um programa de valorização da formação docente, por fomentar a iniciação à docência aos alunos dos cursos de licenciaturas, contribuindo com a permanência, com o aperfeiçoamento da formação docente em nível superior e com a melhoria da qualidade da educação pública brasileira. Procura-se evidenciar a configuração do PIBID na UFRN em seus cursos de licenciaturas, nos anos de 2009 a 2016, período de implementação efetiva do Programa na universidade. Para a realização deste trabalho foi necessária a análise do Decreto nº 7.219/2010 que cria o PIBID, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº 9.394/96 e dos Planos de Gestão da UFRN do período correspondente. A pesquisa sobre o PIBID como política decorreu de estudos na Linha de Pesquisa Educação, Políticas e Práxis Educativas e na construção da Dissertação de Mestrado.

Palavras-chave: Ensino Superior; Política de Permanência; Formação Docente.

PERMANENCE POLICY AND TEACHER TRAINING: THE IMPLEMENTATION OF PIBID IN UFRN

Abstract:

The present study analyzes the Institutional Program of Initiatives for Teaching - PIBID, created by the Coordination for the Improvement of Higher Education Foundation - CAPES, as a program for the valorization of teacher education, by encouraging the initiation of teaching for undergraduate students, contributing to the permanence, to the improvement of the teacher training in the Higher Education and to the improvement of the quality of the Brazilian public education. The configuration of the PIBID in the UFRN in its undergraduate courses is evidenced, in the years of 2009 to 2016, period of effective implementation of the Program in the university. For this work, it was necessary to analyze the Decree No. 7,219 / 2010 that creates the PIBID, the Law of Directives and Bases of National Education - LDB nº 9.394 / 96 and of the Management Plans of UFRN of the corresponding period. The research on PIBID as a policy came from studies in the Education, Educational Policies and Praxis Line of Research and in the construction of the Master Dissertation.

Keywords: Higher Education; Policy of Permanence; Teacher Training.

Introdução

Em um contexto de inúmeras mudanças na sociedade nas últimas décadas, ocasionadas pelo processo de globalização, pelo desenvolvimento das tecnologias da comunicação e da informação, surge a necessidade de uma demanda profissional mais

qualificada e a exigência de uma formação de alto nível realizada preferencialmente em cursos superiores. Sendo assim, o debate sobre as políticas de assistência estudantil para os graduandos no ensino superior no Brasil tem se intensificado, sobretudo nos cursos de licenciaturas, onde há uma grande concentração de alunos oriundos da rede pública. Isso porque, os alunos que não possuíram uma boa base escolar, acabam por ingressar nos cursos menos concorridos nas instituições de ensino superior público. Ademais, a temática da formação dos professores nos cursos de licenciaturas, que inclui o incentivo e a valorização da profissão, tem sido um grande desafio para as políticas educacionais no Brasil.

O problema da formação de professores no Brasil tem despertado o interesse de pesquisadores e está na agenda política nacional, tendo em vista a falta de professores capacitados para o exercício da profissão acompanhado pela grande evasão nos cursos de licenciatura, tendo em vista a grande desvalorização dos profissionais da educação. De acordo com Maués e Camargo (2014), os objetivos de atrair os alunos para a atuação no magistério não são atingidos devido à falta de cumprimento das políticas de formação de professores em sua totalidade.

Uma pesquisa de Gatti e Nunes (2009) investigou as propostas curriculares de cursos de licenciatura no Brasil e constatou que o foco dos cursos está centrado no modelo professor-aluno, com o predomínio da teoria e de disciplinas voltadas à formação genérica referentes à formação para a prática docente. Sendo assim, esse reconhecimento de que a formação nos cursos de licenciatura deixa a desejar no que respeito aos conhecimentos e às habilidades que são necessários para enfrentar os desafios da carreira docente, e as novas exigências impostas na sociedade referentes ao trabalho dos professores na contemporaneidade, colocam em xeque a ação da universidade durante a formação dos futuros docentes. Isso porque, a relação entre teoria e prática se faz quase ausente no currículo, indicando, assim, uma formação mais abstrata e desarticulada do contexto real de atuação do professor. As práticas educativas nas salas de aula em âmbito escolar são o centro do trabalho escolar e do professor, as quais não são abordadas de forma adequada na formação inicial.

A discussão acerca da formação docente gira em torno de sua prática enquanto um profissional que deverá formar um cidadão crítico, reflexivo e ativo na solução dos problemas na sociedade em que está inserido. Sendo assim, é ressaltada a importância de que o foco do processo de ensino seja o aluno, objetivando o estímulo de suas competências. O Parecer CNE/CP 9/2001, de 8 de maio de 2001, com as Diretrizes

Curriculares Nacionais para a Formação dos Professores da Educação Básica, foi aprovado diante do despreparo dos professores em sua formação de uma maneira geral, com metodologias de ensino tradicionais e a ausência de práticas que contemplassem o desenvolvimento e a vivência dos alunos, que tem relação direta com algumas características específicas dos mesmos. Dentre as prioridades da prática docente, foram elencadas:

- orientar e mediar o ensino para a aprendizagem dos alunos;
- comprometer-se com o sucesso da aprendizagem dos alunos;
- assumir e saber lidar com a diversidade existente entre os alunos;
- incentivar atividades de enriquecimento cultural;
- desenvolver práticas investigativas;
- elaborar e executar projetos para desenvolver conteúdos curriculares;
- utilizar novas metodologias, estratégias e materiais de apoio;
- desenvolver hábitos de colaboração e trabalho em equipe. (BRASIL, 2001).

Na tentativa de solucionar esses problemas, o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID se caracteriza como um importante Programa de permanência para os graduandos das licenciaturas, uma vez que possibilita que o aluno, ainda nos primeiros períodos do curso, possa estar inserido na rotina das escolas, participando ativamente no processo de ensino-aprendizagem e na solução dos problemas enfrentados em sala de aula. O Programa objetiva ainda contribuir para a melhoria de qualidade da educação básica pública brasileira.

Discussões

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) foi criado pela Coordenação de Apoio e Pessoal de Nível Superior (CAPES), por meio do edital MEC/CAPES/FNDE, de 12 de dezembro de 2007, até então enquanto um Programa piloto, em fase de testes. Seu principal objetivo é o de diminuir a distância que existe entre a Educação Básica e as Instituições de Ensino Superior. Sendo assim, aliar teoria e prática, promovendo a valorização do magistério, focando nos graduandos dos cursos de licenciatura, partindo da premissa de que, por meio do programa, sejam estimulados a permanecerem nos cursos. O Programa surgiu com a primeira chamada de projetos do Edital da CAPES publicado no dia 12 de dezembro de 2007, limitando-se às universidades federais e priorizando os projetos das áreas de Biologia, Matemática, Química e Física, em consequência da escassez de professores dessas disciplinas. Foram 44 projetos de instituições de ensino superior selecionados nessa primeira chamada. Objetivando o preparo do Programa para a função de fomentar a iniciação à docência aos graduandos das licenciaturas para atuarem na educação básica da rede pública, essa

primeira chamada contou com uma ação entre o Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Superior – SESu; a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE.

O PIBID foi oficializado como política pública no ano de 2010, por meio do Decreto 7.219, e foi criado com o objetivo de fomentar a iniciação à docência para os alunos dos cursos de licenciatura por meio de projetos realizados nas escolas públicas de ensino fundamental e médio. Criado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, o PIBID é vinculado à Diretoria de Educação Básica – DEB, a partir do momento em que foi atribuída à CAPES a função induzir e fomentar a formação inicial e continuada de profissionais da educação básica e ainda estimular a valorização do magistério em todos os níveis e modalidades de ensino, diante de um exitoso trabalho há 60 anos na pós-graduação. Isso porque, há uma carência no que diz respeito à formação de professores, inicial e/ou continuada na perspectiva da práxis.

No que diz respeito à formação de professores, há de se operar uma mudança da epistemologia da prática para a epistemologia da práxis, pois a práxis é um movimento operacionalizado simultaneamente pela ação e reflexão, isto é, a práxis é uma ação final que traz, no seu interior, inseparabilidade entre teoria e prática. (GHEDIN, 2005, p. 133)

O Ministério da Educação - MEC assumiu um papel voltado para a formação de docentes da educação básica, por concebê-la como um processo contínuo, que começa na formação inicial e prossegue ao longo da vida profissional. Dessa forma, monta um grande aparato institucional de formação docente, orientado pela perspectiva de instituição de um sistema nacional de educação. Objetivando colaborar com o que está previsto na legislação, o Ministério de Educação (MEC), delegou à CAPES o apoio e a indução de ações voltadas à formação de professores por meio da criação da Diretoria da Educação Básica - DEB, responsável por essas articulações. O PIBID é o terceiro dos três programas que são voltados à formação inicial do professor da educação básica incentivado pela DEB/CAPES.

O Programa propõe atender ao Plano de Metas e Compromisso Todos Pela Educação, previsto no Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE e sua equipe é formada pelo Coordenador Institucional, por um Coordenador de área de gestão de processos educacionais, Coordenadores das Áreas, Supervisores (nas escolas da rede pública conveniada) e bolsistas de Graduação, os quais são beneficiados com bolsas

remuneradas. As bolsas remuneradas têm valores diferenciados para cada tipo de bolsa, que são pagas pela Capes por meio de crédito bancário:

Valores das bolsas remuneradas por modalidade:

Equipe – Função	Remuneração
Iniciação à docência	R\$ 400,00
Supervisão	R\$ 765,00
Coordenação de área	R\$ 1.400,00
Coordenação de área de gestão de processos educacionais	R\$ 1.400,00
Coordenação Institucional	R\$ 1.500,00

Fonte: CAPES/PIBID

O Portal da CAPES define como a iniciação à docência os alunos das diversas licenciaturas das áreas abrangidas pelos subprojetos, com bolsa remunerada de 400 reais. A Supervisão são os professores das escolas públicas, que recebem os subprojetos do Programa, e que supervisionam no mínimo cinco e no máximo dez bolsistas de licenciaturas, com a bolsa de 765 reais. A Coordenação de Área fica por conta dos professores das licenciaturas da IES que coordenam os subprojetos, recebendo o valor de 1.400 reais. A Coordenação de Área de Gestão de Processos Educacionais recebe o mesmo valor de 1.400reais e é composta por um professor da licenciatura que auxilia na gestão do projeto na IES. Por fim, temos a Coordenação Institucional, que se trata do professor da licenciatura que coordena o Programa PIBID na IES, com a bolsa remunerada de 1.500, a de maior valor.

De modo a garantir os bons resultados educacionais, os coordenadores de área – docentes das licenciaturas - e os supervisores - docentes das escolas públicas, orientam os discentes bolsistas. O Programa é entendido como um programa de permanência por conceder auxílio financeiro a estudantes que participam de pesquisas científicas e metodológicas desde os primeiros períodos dos cursos de graduação, objetivando estimulá-los a produzir conhecimento, se interessar pelos estudos e, conseqüentemente, prosseguir no curso até a sua conclusão. Dessa forma, os alunos se veem motivados a prosseguir na carreira do magistério por poder participar ativamente do processo de ensino-aprendizagem, contribuindo com a permanência nos cursos de licenciaturas, além de enriquecer a formação e de contribuir com a educação básica pública brasileira. O recebimento das bolsas também é fundamental, porque permite que esses alunos

possam custear as suas necessidades diárias e deslocamentos entre a universidade e as escolas em que estão atuando.

Resultados

O Brasil está em 5º lugar no ranking dos maiores países em território do mundo, o que denuncia a grande disparidade socioeconômica existente de uma região para outra, refletindo diretamente em âmbito educacional. O acesso ao ensino superior ainda é baixo, contemplando apenas a minoria da população. As orientações dos organismos internacionais, Banco Mundial e a Unesco, passam a influenciar as diretrizes para a educação superior brasileira, com o entendimento de que as instituições de ensino superior atendam a um maior número do público excluído socialmente, por meio de novas estratégias e propostas.

Na realidade local, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN, ao delinear o seu Plano de Ação 2003-2007, identificou a necessidade da implantação de ações que ampliassem o acesso dos alunos oriundos da rede pública nos cursos oferecidos por ela, dentro do seu Programa de Expansão e Qualificação do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, reforçada pela Pró-Reitoria de Graduação - PROGRAD, que também estabelece a democratização do ensino como uma de suas metas, a fim de possibilitar a permanência bem sucedida dos alunos na instituição. Tais ações e intervenções são extremamente necessárias pelo fato de o ensino superior público ser composto predominantemente por alunos oriundos da rede privada, que desfrutaram de uma educação básica e ensino médio de qualidades, invertendo os papéis, uma vez que o aluno da escola pública preenche as matrículas das universidades privadas e dos cursos menos concorridos das instituições públicas, reflexo de uma política de descompromisso e de pouca intervenção do Estado em reduzir as desigualdades sociais existentes. Dessa forma, tão importante quanto ampliar o acesso, é implantar e manter ações que possibilitem a permanência desses alunos socialmente excluídos na universidade.

Em outubro de 2007, ao aderir ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, instituído por meio do Decreto nº 6.096/2007, a UFRN passa a criar novas possibilidades de formação do aluno, implementando um programa de reformulação e atualização curricular no seu Plano de Ação de 2007-2011, objetivando a criação de novos cursos e ampliação do espaço físico, para agregar o ensino às atividades de pesquisa e extensão, elevar a

qualidade da graduação, reduzir as taxas de retenção e evasão, e institucionalizar políticas de melhoria da educação básica. No que diz respeito às políticas de permanência, o REUNI objetivou a ampliação e a melhoria de bolsas de monitoria, inovação tecnológica, extensão, iniciação científica, e de apoio ao estudante carente. Especificamente, em seu Artigo 2º e inciso V é explicitada a exigência da “ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil. (BRASIL, 2007). Na proposta de reestruturação da UFRN em âmbito REUNI, há uma preocupação com a reestruturação na formação de professores no curso de Pedagogia e a melhoria da qualidade da educação básica, diante do desinteresse pela carreira docente e desvalorização do magistério, acarretando em reprovações e evasões, também por dificuldades financeiras dos alunos em frequentar as aulas.

Dessa forma, também houve um aumento das bolsas de iniciação à docência, em todas as licenciaturas, como é o caso do PIBID.

1. Quadro com número de bolsistas

Ano	Alunos	Supervisores	Coordenadores	Total
2009	80	8	8	96
2010	204	22	14	240
2011	282	30	14	326
2012	420	46	23	489
2013	420	46	23	489
2014	809	107	47	963
2015	807	102	56	965
2016	702	102	48	852

Fonte: PIBID/UFRN

No quadro 2, explicitaremos a variação do crescimento das bolsas com relação a um ano para outro, divididos também pelas categorias: alunos, supervisores e coordenadores:

2. Quadro com o aumento % anual dos tipos de bolsas

Ano	Alunos	Supervisores	Coordenadores	Total
2010	155%	175%	75%	150%
2011	38%	36%	0	36%
2012	49%	53%	64%	50%
2013	0%	0%	0%	0%

2014	93%	133%	104%	97%
2015	0%	-5%	19,15%	0%
2016	13%	0%	14,29%	-11,72%

Fonte: PIBID/UFRN

As instituições de ensino superior que tiverem interesse em participar do PIBID, deverão estar atentas aos editais de seleção publicados no portal do Programa e encaminhar os seus projetos de iniciação à docência para a CAPES. Essas instituições podem ser públicas ou privadas que ofereçam esses cursos de licenciatura, sem a obrigatoriedade que possuam fins lucrativos. Os bolsistas serão selecionados por meio de etapas de seleção nas próprias instituições, realizadas pelos coordenadores do Programa nas universidades. Os bolsistas são selecionados por meio de uma análise socioeconômica e entrevistas com os mesmos.

As escolas são selecionadas para receber os projetos do PIBID por meio do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, desde os que estão abaixo da média, aos que possuem um bom trabalho pedagógico, para que os bolsistas do projeto, docentes em formação, entrem em confronto com as distintas realidades, sendo mediados por um supervisor que faça parte do membro escolar. “O supervisor tem como primeira meta facilitar o desenvolvimento do professor, mas, ao fazê-lo (ao ajudar a ensinar), também o supervisor se desenvolve porque, tal como o professor, aprende ensinando” (AMARAL, 1997, p. 92).

O quadro 3 nos mostra o número de escolas que recebem esses projetos no município de Natal/RN:

3. Quadro com o número de escolas

ANO	NÚMERO DE ESCOLAS
2009	8
2010	14
2011	23
2012	30
2013	38
2014	60
2015	54
2016	60

Fonte: PIBID/UFRN

O Programa atua nas redes de ensino estaduais e municipais da Educação Básica na Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio (modalidade normal) e EJA (Educação de Jovens e Adultos), na qual é habilitada a atuação dos licenciados no espaço escolar. As instituições de ensino superior poderão participar do PIBID se atenderem aos critérios previstos nos arts. 19 e 20 da LDB nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. A Lei veio a alterar o seu texto e incluiu o PIBID na Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013, no seu Art. 62, §4 e §5:

§ 4º A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios adotarão mecanismos facilitadores de acesso e permanência em cursos de formação de docentes em nível superior para atuar na educação básica pública.

§ 5º A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios incentivarão a formação de profissionais do magistério para atuar na educação básica pública mediante programa institucional de bolsa de iniciação à docência a estudantes matriculados em cursos de licenciatura, de graduação plena, nas instituições de educação superior.” (BRASIL, 1996)

Tavares (2015) ressalta a importância de estratégias de avaliação no que diz respeito a qualidade do Programa e atuação da equipe:

[...] é importante destacar que há um longo caminho a percorrer, visando à criação de instrumentos de avaliação e acompanhamento, bem como a melhoria dos mecanismos de gestão administrativa e pedagógica do Programa, garantindo que os alunos se envolvam nas atividades com equidade e excelência. (TAVARES, 2015, p. 72).

O Programa objetiva impactar positivamente na formação profissional docente, favorecendo um olhar e um compromisso dos estudantes com o ensino na escola básica. Todavia, embora a formação docente seja um aspecto protagonista no que diz respeito ao sucesso educacional, as condições de trabalho oferecidas aos professores e a infraestrutura da instituição em que atuam também exercem seus papéis determinantes nesse processo. Os problemas que acarretam na permanência ou não do aluno nos cursos estão relacionados a diversos fatores, não só de ordem econômica, como também pedagógica e psicológica.

A alteração realizada pela Lei representa a importância do Programa enquanto política pública no país, partindo da concepção de que a educação de qualidade se faz com profissionais capacitados e valorizados, contribuindo com a qualidade de vida humana e social, na formulação de cidadãos críticos e reflexivos. O financiamento das bolsas contribui para a diminuição da evasão dos alunos na graduação, ao mesmo tempo em que valoriza a profissão docente, por meio da dinâmica dos projetos que desenvolve nas escolas da rede pública.

O Fórum Nacional dos Coordenadores Institucionais do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Forpibid), por meio de um novo comunicado oficial, se manifestou contra os cortes das bolsas PIBID em todo o país. O término previsto para o fim de fevereiro de 2018 resultaria, contudo, na extinção de 70 mil bolsas e de contratos de parceria com mais de 5 mil escolas. Isso porque, por decisão da CAPES/MEC, as bolsas do PIBID e PIBID Diversidade não seriam mais prorrogadas. Estudantes das mais diversas universidades estariam sendo comunicados sobre o término de suas bolsas e sendo chamados a assumirem a posição de “colaboradores voluntários” sem o recebimento das bolsas e sem mesmo ajuda financeira para a locomoção até as escolas lócus dos estágios. Todavia, no que se refere aos licenciandos, foi divulgada uma lista com o resultado final de distribuição de cotas de bolsa no dia 13/06/2018 no portal do PIBID, por meio do Edital CAPES 07/2018. Das 768 cotas solicitadas pela UFRN, apenas 529 cotas foram aprovadas.

Diversas manifestações, de diversos tipos, foram realizadas nas mais variadas cidades do país. Entidades se posicionaram por meio de cartas, chamadas de “Carta em defesa do PIBID”, a qual foi assinada por mais de 100.000 pessoas. Muitas mobilizações nas redes sociais foram realizadas por membros das equipes que fazem parte do Programa: bolsistas, professores supervisores e professores coordenadores. Diante de tamanha mobilização, o movimento conseguiu suspender o Ofício Circular nº 2/2016-CGV/ DEB/Capes, que determinava o desligamento de mais de 45.000 estudantes do Programa, além de definir a instituição de uma comissão composta por parlamentares, reitores, MEC, Capes e Fórum Nacional dos Coordenadores Institucionais do Pibid (Forpibid), com o intuito de definir as novas condições de funcionamento do Programa.

Considerações finais

As discussões e pesquisas em torno do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência-PIBID nos mostra o quanto ele tem se constituído como um importante programa para a formação do professor e a permanência do estudante de graduação da UFRN, tendo auxiliado na redução da retenção e evasão do aluno, tanto por questões financeiras, mas sobretudo, academicamente, no que diz respeito à valorização e reafirmação da prática docente. O PIBID vem realizando nas escolas ações que focalizam a prática para além da alfabetização, utilizando a perspectiva do letramento e a inclusão social. A integração entre a educação básica e educação superior

permite uma troca de experiências significativas entre os envolvidos nesse processo, bolsistas e professores, mediados por um professor supervisor.

O Programa visa possibilitar uma formação mais sólida, através do confronto da teoria com a prática, formando o docente com um pensamento crítico e reflexivo, com participação ativa na solução dos problemas nas escolas em que atuam. Como ponto negativo, podemos explicitar a limitação na quantidade das bolsas, o que se caracteriza como um tamanho prejuízo para os licenciandos, tanto no que diz respeito às bolsas remuneradas, quanto em relação à inserção no cotidiano escolar, enriquecedor para sua formação, além dos prejuízos à rede pública, por não ser possível que todas as escolas sejam contempladas com os projetos do Programa.

Podemos concluir que as partes envolvidas contribuem uma com a outra: a iniciação à docência com a formação do aluno e o aluno com a melhoria da educação nesses níveis de ensino. Sendo assim, é importante ressaltar o valor que é atribuído ao Programa por tamanha riqueza e desafios proporcionados àquele profissional que atuará em sala de aula e enfrentará diversos desafios na educação básica, sobretudo, na rede pública de ensino.

Referências

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

_____. Presidência da República. **Decreto nº 7.219, de 24 de junho de 2010**. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7219.htm> Acesso em: maio de 2018.

AMARAL, M.J. **O papel do supervisor no desenvolvimento do professor reflexivo**. In: Nóvoa, A. (coord.). Os professores e sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 1997.

GHEDIN, Evandro. Professor reflexivo: da alienação da técnica à autonomia da crítica. In: PIMENTA, Selam Garrido; GHEDIN, Evandro (orgs). **Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MAUÉS, Olgaíses Cabral;CAMARGO, Arlete Maria Monte de. A expansão do ensino superior, políticas de formação docente e atratividade da carreira. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, v.8, n. 1, p.77-91, 2014. Disponível em:<http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/viewFile/1013/315>. Acesso em: 24 jul. 2014.

PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA. **PIBID-UFRN**. Disponível em: <<http://www.pibid.ufrn.br/portal/>>. Acesso em: abr. 2018.

TAVARES, Andrezza Maria Batista do Nascimento. O PIBID enquanto programa de incentivo à licenciatura na oferta de educação superior do IFRN. In: ; CASTRO, A. M. D. A.; BARBALHO, M. G. C. (Org.). **Políticas de Expansão da Educação superior: dimensões, cenários e perspectivas**. – Natal, RN: EDUFRN, 2015.

UFRN. **Planos de Ação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte**. (2003-2007/2007-2011/2012). Disponível em: <<http://www.sistemas.ufrn.br/portal/PT/documento/4056332#.VsHW5PkrKM8>> Acesso em: maio de 2018.

GESTÃO PÚBLICA DEMOCRÁTICA E GERENCIAL: O CONSELHO ESCOLAR COMO MECANISMO DE DEMOCRATIZAÇÃO

Ana Paula de Souza Cunha
Mestranda PPGEd/UFRN
Prof. Dr. Gilmar Barbosa Guedes
Prof. Dr. PPGEd/UFRN

Resumo:

O trabalho discute as consequências de implementação, concomitante, da *Gestão Escolar Democrática*, instituída pela Constituição Federal de 1988, e da *Nova Gestão Pública (NPG)*, adotada pela reforma do Estado no Governo Fernando Henrique Cardoso (1995/2002). Objetiva compreender os reflexos desses modelos de gestão no funcionamento do conselho escolar (CE), nos idos do século XXI, no que diz respeito à consecução dos processos político-administrativo e pedagógico na escola pública. O que tem prevalecido a gestão democrático-participativa com a democratização do poder decisório ou a *performance* neoliberal da eficiência e eficácia por meio de resultados. A diretriz teórico-metodológica funda-se em Pateman (1996); Abrúcio (2007); Ball (2011); Guedes & Barbalho (2016); Paro (2016); Oliveira (1999) e Castro (2007). Concluímos que a gestão da escola pública capitalista é multifacetada e contraditória, ora as ações do CE assumem características de gestão gerencial, outras da gestão escolar democrática, sendo a baliza os níveis de participação política da comunidade.

Palavras-chaves: NPG; Gestão Democrática; Participação; Conselho Escolar.

Abstract:

The paper discusses the consequences of the concurrent implementation of Democratic School Management, established by the Federal Constitution of 1988, and the New Public Management (NPM), adopted by the government reform of Fernando Henrique Cardoso (1995/2002). It aims to understand the reflexes of these management models in the functioning of the school council (EC), in the years of the 21st century, regarding the achievement of the political-administrative and pedagogical processes in the public school. What has prevailed the democratic-participatory management with the democratization of decision-making power or the neoliberal performance of efficiency and effectiveness through results. The theoretical-methodological guideline is based on Pateman (1992); Ball (2011); Guedes & Barbalho (2016); Paro (2016); Oliveira (1999) e Castro (2007). We conclude that the management of the capitalist public school is multifaceted and contradictory, or that the actions of the EC assumes characteristics of the managerial administration, others of the democratic school management, in which the goals are the levels community political participation.

Keywords: NPM; Democratic management; Participation; school council

Introdução

O trabalho discute as consequências de implementação, concomitante, da Gestão Escolar Democrática, instituída pela Constituição Federal de 1988, e da Nova Gestão Pública (NPG), adotada pela reforma do Estado no Governo Fernando Henrique Cardoso (1995/2002). Objetiva compreender os reflexos desses modelos de gestão no funcionamento do conselho escolar (CE), nos idos do século XXI. A diretriz teórico-metodológica funda-se em Pateman (1992); Abrúcio (2007); Ball (2011); Guedes & Barbalho (2016); Paro (2016) e Castro (2007).

A temática da Gestão Pública tem raízes na ideologia nacional-desenvolvimentista que objetivava a modernização da administração pública dos governos nos países subdesenvolvidos. Na conjuntura capitalista internacional a acentuação da crise do pensamento liberal clássico-patrimonialista ocorre nos idos dos anos trinta do século XX, repercutindo na consolidação das teses de desenvolvimentismo econômico e social impulsionado por meio da intervenção do Estado Burocrático de matiz Weberiana.

No Brasil, as diretivas legais e as práticas administrativo-financeiras de reestruturação burocrática do Estado, implementadas no primeiro período do Governo do Presidente Getúlio Vargas (1930-1945), é a expressão pragmática inicial de adesão a essa pauta desenvolvimentista que passou a impelir o processo de industrialização no País na terceira década do século passado.

Seguindo essa diretriz desenvolvimentista instrumentalizada por meio da intervenção do estado capitalista burocrático, por praticamente quatro décadas do século XX, os Estados Nacionais serviram de esteio para a promoção de políticas públicas de desenvolvimento econômico e social, partindo dessa diretiva põem-se em evidência uma série de planos de reconstrução nacional fundados em uma nova base econômico-científica e técnica – taylorista-fordista – que alavanca a corrida pela modernização do Estado competitivo burguês.

Porém, na década de setenta desse mesmo século consolida-se uma nova crise de superacumulação do capital, momento no qual a ideologia político-econômica neoliberal, apontada pelos economistas e políticos conservadores como a solução para crise, busca modernizar o Estado, diminuindo, assim, a máquina estatal por meio da privatização e terceirização do oferecimento dos bens e serviços geridos pelos governos, por essa lógica:

O tipo de Estado que começava a se esfacelar em meio à crise dos anos 70 tinha três dimensões (econômica, social e administrativa), todas interligadas.

A primeira dimensão era a keynesiana, caracterizada pela ativa intervenção estatal

na economia, procurando garantir o pleno emprego e atuar em setores considerados estratégicos para o desenvolvimento nacional — telecomunicações e petróleo, por exemplo. O Welfare State correspondia à dimensão social do modelo. Adotado em maior ou menor grau nos países desenvolvidos, o Estado de bem-estar tinha como objetivo primordial a produção de políticas públicas na área

social (educação, saúde, previdência social, habitação etc.) para garantir o suprimento das necessidades básicas da população. Por fim, havia a dimensão relativa

ao funcionamento interno do Estado, o chamado modelo burocrático weberiano, ao qual cabia o papel de manter a impessoalidade, a neutralidade e a racionalidade do aparato governamental (ABRÚCIO, 2007 p. 6).

Logo, esse modelo de Estado descrito por Abrúcio (2007), passa a ser substituído pela ascensão das políticas neoliberais que encontram endosso nas exigências dos Organismos Multilaterais Mundiais – Banco Mundial (BM), Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), dentre outros –, entidades que passam a defender reformas econômicas, políticas e sociais (educativas), reformas que redundam na formulação e reformulação de diversos marcos regulatórios no campo das políticas educacionais. A exemplo das alterações propostas no documento da Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtien na Tailândia em 1990.

O objetivo dessa Conferência foi propor metas com vistas à melhoria da qualidade e a elevação dos indicadores de atendimento da Educação Básica. Jomtien foi um marco político e histórico mundial que serviu para desencadear as discussões no que diz respeito aos encaminhamentos das reformas para o campo da educação, inclusive, nos países da América Latina. A Conferência Mundial de Educação para Todos (1990) teve como objetivo principal encaminhar as reformas estatais no campo educacional. Com vistas, ao atendimento das necessidades de aprendizagem das crianças e dos jovens nos países mais populosos e subdesenvolvidos do mundo.

No que diz respeito a reforma da gestão estatal do campo educacional, as diretrizes de Jomtien advogam a necessidade de privatizar, de descentralizar a gestão e de terceirizar os sistemas públicos de ensino a luz da compreensão ideológica e econômica neoliberal que se espalhava por diversos governos mundiais entre as décadas

de 1980-90. De forma concomitante, o fenômeno da globalização financeira do capital, passou a exigir a abertura das nações ao fluxo internacional de capital volátil como pretensa saída para a crise e o atraso econômico dos países dependentes. É possível apreender que esta maximização global do capital financeiro provocou o enfraquecimento do Estado Nacional.

Por terem incorporado essas diretrizes da reforma do estado, os governos brasileiros da década de 1990, notadamente, aquele capitaneado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), praticamente tornou-se consignatário das diretrizes oriundas do *Consenso de Washington*, realizado em 1989. Esse Encontro foi organizado e financiado pelos organismos multilaterais mundiais que naquele momento orientavam o processo da reforma do Estado nos países subdesenvolvidos que estavam açoitados pela crise econômica e financeira oriunda da elevada dívida externa dessas nações. Nesse contexto, seguindo as orientações gerenciais do Consenso (austeridade fiscal; controle inflacionário; privatização, terceirização e descentralização das políticas estatais, dentre outros encaminhamentos), o FMI e o BM, chancelados pela UNESCO, passaram a conceder empréstimos por meio de condicionalidades que financiavam as políticas públicas da área social, inclusive, a educacional, nos países ditos periféricos.

Na conjuntura política nacional, já no final da década de 1980, é promulgada a Constituição Federal de 1988 (CF-88), que institui o princípio da *gestão democrática da escola pública*, em atendimento as reivindicações da sociedade civil estruturada no processo de redemocratização institucional ocorrido com o fim do regime civil-militar instaurado em 1964, esses grupos sociais organizados (sindicatos, partidos políticos e entidades classistas), pleiteavam a ampliação e a garantia dos direitos políticos e sociais. A gestão democrática foi assumida como bandeira de luta em uma época marcada por crises e instabilidade econômica, em que grande parcela da população não tinha acesso à educação.

Dessa forma a luta dos movimentos sociais garante a institucionalização do princípio da gestão democrática, fundamento que remete para necessidade de instrumentalização da participação coletiva, que, embora restrita, potencialmente, cria a possibilidade de legalização da eleição de diretores nas escolas públicas e a criação dos conselhos escolares como espaço de deliberação coletiva. Resgata-se a existência desses conselhos com o objetivo de garantir os direitos sociais, desvencilhando-os de estruturas de poder de gestão centralizadas, que muitas vezes impedem a instauração de canais de

participação entre a população e o Estado, ou seja, entre a sociedade civil e seus representantes eleitos.

Em momento posterior, na segunda metade dos anos 1990, no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), inicia-se a reforma do Estado por meio da criação do Ministério da Administração e da Reforma do Estado (MARE), órgão que numa diretriz gerencial, em sentido oposto ao princípio da gestão democrática definido na CF-88, transfere a responsabilidade pela gestão pública, até mesmo dos sistemas escolares públicos, para os indivíduos situados nos lócus finais da administração pública educacional, a escola. Partindo dessa conformação contraditória de gestão democrática, no item a seguir, delinearemos no pormenor esses modelos de gestão gerencial e democrática.

A Reforma do Estado Brasileiro e a Gestão Educacional: o novo modelo gerencial

O processo de mudança econômica (modelo flexível-toyista) e política (neoliberalismo) do capitalismo nas últimas décadas do século XX acarreta profundas alterações nas concepções que norteiam as ações do Estado, logo, passa-se a questionar o controle rígido da administração burocrática¹, gestão vista como de cariz ineficiente e ineficaz. Assim, propõe-se o modelo gerencial de administração pública com foco no cumprimento eficiente de metas e controles nos resultados. O Estado deixa de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social pela via da produção de bens e serviços, para fortalecer-se na função de promotor e regulador desse desenvolvimento (BRASIL, 1995).

Partindo dessa condição, OLIVEIRA (1999, p. 69), afirma que: “As reformas educacionais dos anos noventa trazem como referência a preocupação com a equidade social e a educação para todos. É necessário, no entanto, indagar como essa noção foi historicamente desenvolvida, culminando na tentativa de construir um consenso na relação educação e economia”.

No panorama da relação entre economia e educação a descentralização configura uma estratégia fundamental de um plano nacional, normas e definições repassadas para os municípios que privilegia a desregulamentação estatal e o advento do mercado. A

¹ Surge na segunda metade do século XIX, na época do Estado liberal, como forma de combater a corrupção e o nepotismo patrimonialista. Constituem princípios orientadores do seu desenvolvimento a profissionalização, a ideia de carreira, a hierarquia funcional, a impessoalidade, o formalismo, em síntese, o poder racional-legal. (BRASIL, 1995).

centralidade da administração escolar era imprescindível para a organização de sistemas de ensino em acordo com as demandas de mercado (OLIVEIRA, 1999).

A assunção desses mecanismos de regulação e controle dos gastos públicos também implicaram na criação de estratégias de descentralização das políticas públicas estatais. Dessa maneira, a Reforma nos anos 1990 restringe a atuação do Estado à formulação, à regulação e à avaliação descentralizada de políticas públicas, partindo dessa lógica, as leis e as normas passam a ser instituídas e executadas pelos entes federados: Municípios, Estados e União. Portanto, Castro (2007), assevera que,

A reforma gerencial caracteriza-se pela busca da eficiência, pela redução e pelo controle dos gastos e serviços públicos, bem como pela demanda de melhor qualidade e pela descentralização administrativa, concedendo-se assim, maior autonomia às agências e departamentos. Exige-se dos gerentes habilidades e criatividade para encontrar novas soluções, sobretudo para aumentar a eficiência, utilizando para tanto, entre outras estratégias, a avaliação de desempenho (CASTRO, 2007, p. 124).

No cerne do novo modelo de Gestão Gerencial está a descentralização que implica numa reorganização política dos entes federados: União, Estados e municípios em decorrência da transferência da responsabilidade dos Estados para os Municípios para administrar, gerir recursos e manter a oferta educacional em nível do Ensino Fundamental, pelo fato de que,

Nesse contexto, as reformas educacionais implementadas na década de noventa, tanto nos países desenvolvidos quanto em desenvolvimento, evidenciaram a necessidade de modernizar a gestão educacional, quer no âmbito dos ministérios e das secretarias, quer no âmbito das escolas consideradas ineficientes e burocráticas (CASTRO, 2007 p. 16).

No sentido de equacionar essa dita burocratização, a política de descentralização configura um campo de tensões e desafios no que se refere aos mecanismos de colaboração e cooperação entre os municípios, estados e União. Desse modo, a descentralização é estruturada como estratégia de redimensionamento do papel do Estado, em relação às suas obrigações sociais. Ele introduz, na sua atuação a lógica do resultado, inspirada na gerência empresarial, conforme vem configurando na gestão pública no Brasil. Diante dessa compreensão, Castro (2007) pondera que,

No campo da educação, desde os sistemas centrais até à escola, passam a ser adotadas diretrizes gerenciais na condução dos serviços educacionais. As influências fazem-se presentes na gestão escolar, entre outros, por meios da descentralização; na instituição dos colegiados; e na participação da comunidade escolar nos processos de decisão da escola (CASTRO, 2007, p. 131).

Essa concepção gerencial da Nova Gestão Pública (NPG), discutida por Castro (2007), consolida-se na década de noventa do século XX, buscando implementar no aparato administrativo do Estado processos de controle, responsabilização, competitividade, avaliação de resultados, dentre outros aspectos característicos desse modelo de gestão. A NPG adotada como diretriz fundante pela Reforma do Estado, realizada no Governo Fernando Henrique Cardoso (1995/2002), que tem como foco o controle dos processos administrativo-financeiros e a responsabilização da comunidade usuária da política pública pelos resultados obtidos, esse coletivo precisa prestar contas dos efeitos finais, inclusive, no que diz respeito as ações desenvolvidas pelo Estado quando do processo de reestruturação administrativa implementada no campo da gestão educacional pública. Sobre esse fato Ball e Gewirtz (2011, p. 199) ressaltam que: “[...] o discurso do novo gerencialismo na educação enfatiza os propósitos instrumentais de escolarização – aumentando padrões e desempenhos conforme mensurados pela avaliação de resultados, nível de frequência e destino dos egressos – e está frequentemente articulado a um vocabulário da empresa, excelência, qualidade e eficiência”.

Essa diretriz gerencial apontada por Castro (2007) encontra condições de ser instrumentalizada na Constituição Federal de 1988 (CF-88) que institui artigos que induzem a implantação da gestão descentralizada por meio da municipalização da educação pública, essa Carta Magna reconhece os entes federativos estadual e municipal enquanto instâncias administrativas fulcrais. Conforme o art. 211 da referida Carta, a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino (BRASIL, 1988).

Considerando o artigo supracitado, cabe ao município enquanto instância político-jurídica estatal autônoma oferecer os níveis (Educação Infantil e Ensino Fundamental) e as modalidades educacionais (EJA e Educação Especial) a sua população residente, no entanto, deve seguir as orientações dos demais entes federados (União e estados) no que se refere aos aspectos legais e administrativos da gestão, do controle e da fiscalização dos gastos públicos.

Tentando implementar essa mesmo formato de gestão descentralizada, a Lei 9.394/96 – Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/96) – prevê a revisão das responsabilidades dos sistemas de ensino (Federal, estaduais e municipais) que passam a ser redesenhados no intuito de promover os princípios da autonomia e da participação

coletiva nas instituições escolares públicas, a partir do processo de implantação da unidade executora de recursos, do conselho escolar e do projeto político-pedagógico. Nesse sentido, observamos que os princípios legais previstos na CF/88 e na LBD/96 advogam a premência de melhorar a qualidade da educação pública por meio da implementação da gestão escolar democrática e descentralizada, mas é preciso refletir, inclusive, sobre as condições de acesso e permanência na escola pública que ainda não aforam resolvidas na plenitude.

No panorama da relação entre economia e educação a descentralização configura uma estratégia fundamental de um plano nacional, normas e definições repassadas para os municípios que privilegia a desregulamentação estatal e o advento do mercado. A centralidade da administração escolar era imprescindível para a organização de sistemas de ensino em acordo com as demandas de mercado.

Essa reorganização político-administrativa dos entes federados: União, estados e municípios, em decorrência da transferência de responsabilidades do primeiro para os estados e municípios, e cujo objetivo é que o ente estadual ou municipal se encarregue de suprir, administrar e gerir os recursos no intuito de manter a oferta educacional nos níveis da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, como também, das modalidades previstas na LDB/96.

Essa obrigatoriedade legal e compulsória de oferecer os níveis e modalidades escolares de forma, independente e incondicional, tem gerado uma situação insustentável para as administrações locais, havendo uma sobrecarga de atribuições financeiras e administrativas para os entes federados situados na escala intermediária da hierarquia do Estado nacional (estados e municípios). Portanto, essa descentralização de matiz neoliberal-gerencial gera uma condição em que: “[...] tanto o unionismo quando o profissionalismo burocrático são vistos como fatores que contribuem para as “falhas” dos sistemas de serviço públicos planejados e como grandes obstáculos para o desenvolvimento de mercados sociais “efetivos” (BALL, 2011, p. 26, grifos do autor).

Portanto, a luz dessa lógica de descentralização gerencial do Estado, este passa a ser regulador da economia e da sociedade, e sua ênfase político-social muda. A partir desse estágio ocorre a mudança do modelo de Estado Social para o de Estado Regulador, essa instituição desvincula-se do foco no controle dos processos para centrar-se no controle dos resultados. Como efeito dessa mudança o controle rígido da administração burocrática passa a significar uma condição que atesta a ineficiência produtiva do Estado e, em consequência, ganha espaço o modelo gerencial de

administração pública, cujo foco é o cumprimento eficiente e eficaz das metas e o controle dos resultados, Castro (2007, p. 124) entende que,

A reforma gerencial caracteriza-se pela busca da eficiência, pela redução e pelo controle dos gastos e serviços públicos, bem como pela demanda de melhor qualidade e pela descentralização administrativa, concedendo-se assim, maior autonomia às agências e departamentos. Egixe-se dos gerentes habilidades e criatividade para encontrar novas soluções, sobretudo para aumentar a eficiência, utilizando para tanto (entre outras estratégias, a avaliação de desempenho.

794

Seguindo a compreensão de Castro (2007), da mesma forma Abrúcio (1997, p. 15) afirma que: “O ponto central do modelo gerencial puro é a busca da eficiência. Para tanto, parte do pressuposto de que é preciso modificar as engrenagens do modelo weberiano²”. Porquanto, essa política de descentralização da gestão pública defendida pelos implementadores da Reforma do Estado brasileiro como um mecanismo de *performance* gerencial, e, contraditoriamente, instaurada na legislação nacional (CF-88 e LDB/96) numa diretriz que propõe a democratização da gestão escolar pública, logo, por essa ambiguidade, constitui-se num cenário que tem se configurado num campo de tensões e desafios no que se refere aos mecanismos de colaboração e cooperação entre os municípios, os estados e a União.

Desse modo, a descentralização é instaurada como uma estratégia de redução do papel do Estado em relação às suas obrigações sociais de atendimento educacional a classe trabalhadora, como também, pode representar uma possibilidade de democratização do poder de decisão no âmbito da escola pública nacional. Essa sistemática de descentralização poderá contribuir para acentuar a mercantilização da educação pública ou propiciar eficiência, eficácia e efetividade social ao direito à educação oferecido a população pelo Estado, em uma dimensão que busca a consolidação da gestão democrática da educação pública, conforme discutiremos no próximo item, notadamente, no que diz respeito ao processo de implantação dos Conselhos Escolares.

Gestão democrática: O papel do Conselho Escolar

² Costa (2017, p. 161) assevera que: “Para Max Weber, burocracia é focalizada como uma ordenação de poder, fundamentada em regulamentos previamente estabelecidos, fruto de um processo de racionalização da sociedade moderna, com a finalidade de assegurar a eficiência das práticas e a legitimidade das decisões”.

A reforma implementada no Estado resultou em mudança em diversos setores da administração pública e em diferentes níveis federativos, no que diz respeito ao campo das políticas educacionais esse movimento resultou na reestruturação dos currículos e da avaliação institucional, na ampliação e regulação do financiamento público e descentralização/ democratização da gestão, essa última dimensão, apontada como a mola propulsora para a melhoria da qualidade da educação e o desenvolvimento dos países.

Esse movimento sinaliza que o processo de democratização da gestão escolar insere-se em contextos das relações de poder complexas e deterministas, pois, “Uma sociedade autoritária, com tradição autoritária, com organização autoritária, e não por acaso, articulada com interesses autoritários de uma minoria, orienta-se na direção oposto á da democracia” (PARO, 2016, p. 26).

Paro (2016, p. 30) assinala que o sistema educacional público brasileiro apresenta vestígios de um modelo de gestão educacional homogêneo e verticalizado, em que: “[...] A escola pública, como acontece em geral com as instituições numa sociedade autoritária, é organizada com vistas a relações verticais, de mando e submissão, em detrimento das relações horizontais, de cooperação e solidariedade entre as pessoas.

Logo, diante desse contexto escolar autoritário e adverso, o surgimento dos conselhos no Brasil, está associada a luta por direitos sociais que passou a fazer parte da pauta dos movimentos sociais organizados (sindicatos, partidos políticos, entidades profissionais, dentre outros) que começam a reivindicar espaço de participação e deliberação coletiva, notadamente, a partir dos anos 1980, no bojo do processo de redemocratização política oriunda do fim do regime civil-militar de 1964. Nesse contexto de mudanças na administração pública esses movimentos sociais passaram a influenciar os diversos setores da sociedade civil, dentre eles, os educadores públicos que assumiram expressiva centralidade no âmbito socioeconômico e político nacional naquele momento. Educadores que vão orientar a reestruturação na gestão educacional, em dados momentos seguindo o receituário gerencial/neoliberal ou de democratização de poder de decisão na administração pública.

Quando nos referimos a democratização da gestão escolar pública, como proposta na CF-88 e na LDB/96, enfatizamos que ela não se configura como uma ruptura total com o modelo de gestão burocrático-patrimonialista anterior, na verdade ocorre uma mudança gradual que assume uma feição própria multifacetada

(democrática e gerencial), ainda assim, esse modelo ambíguo é considerado um avanço notável para a instauração da cultura democrático-participativa na escola pública. Por estar na base societária de criação da cultura da gestão democrática a escola deve aprimorar o aprendizado da comunidade educativa, estimulando práticas democráticas e igualitárias que poderão resultar na democratização das relações de poder em toda a sociedade.

O campo de lutas pela gestão do tipo democrática representa, também, um esforço coletivo para reivindicar a ampliação do acesso de todos os indivíduos sociais a uma escolarização ampla e de qualidade. Portanto, a materialização das políticas de gestão democrática supõe a participação da comunidade nos processos de decisão sobre os rumos administrativos, pedagógicos e financeiros da escola pública, que precisam buscar, de forma permanente, uma formulação democrática, com a consecução coletiva de metas, objetivos, estratégias e procedimentos comuns. A esse respeito Paro (2016) afirma que:

Se estamos interessados na participação da comunidade na escola, é preciso levar em conta a dimensão em que o modo de pensar e agir das pessoas que aí atuam facilita/incentiva ou dificulta /impede a participação dos usuários. Para isso, é importante que se considere tanto a visão da escola a respeito da comunidade quanto sua postura diante da própria participação popular (PARO, p. 59).

Logo, no intuito de concretizar essa concepção de gestão democrática devemos considerar o Conselho Escolar como um instrumento de materialização desse princípio, inclusive, para sermos condizentes com uma realidade social, potencialmente, democrática que vivemos na contemporaneidade histórica nacional. Paro (2009, p. 2) afirma que: “De todos os mecanismos de ação coletiva na escola, o mais acionado e o que mais suscitou polêmicas e expectativas nas últimas décadas foi o conselho da escola”. Por isso é preciso refletir que o Conselho Escolar é o colegiado máximo que incorpora a diretriz da gestão democrática no âmbito da escola pública, principalmente, no que diz respeito a tentativa de garantir uma **participação emancipadora** por meio da deliberação popular coletiva do poder de decisão quanto a gestão do aparato estatal, isso em consonância com o modelo político educacional que Freire (1987) tanto advoga. Nesse sentido, inclusive o Ministério da Educação, reafirma necessidade de:

Promover a participação da comunidade na gestão das escolas, universalizando, em dois anos, a instituição de Conselhos Escolares ou órgãos equivalentes. Dessa forma, cabe ao diretor da escola ou quaisquer representantes dos seguimentos das comunidades escolares e locais a

iniciativa de criação dos Conselhos Escolares, convocando todos para organizar as eleições dos colegiados (BRASIL, 2004, p. 42).

Assim, o Conselho Escolar não pode ser visto como uma mera etapa burocrática presente na dinâmica gestora da escola. A eleição dos representantes do Conselho Escolar precisa assegurar os princípios de participação democrática e popular nas instituições de ensino públicas, passando a ser uma atitude de extrema responsabilidade coletiva, isso porque, de forma potencial, revela a oportunidade de modificar uma participação política homologatória e passiva da comunidade escolar. É preciso integrar o CE num planejamento ativo e participativo no referente ao delineamento das ações políticas, administrativas e pedagógicas da escola, pois assim, a comunidade desempenhará um papel fundamental no processo de democratização da escola pública e os próprios conselheiros passarão a ser sujeito reais, ativos, responsáveis e livres.

A comunidade escolar deve refletir de forma proativa sobre as ações a serem desenvolvidas por esse colegiado, em especial, por já estar ciente de que a atuação do CE gera a democratização da escola pública. Como parte constituinte da sociedade, a escola pode contribuir para estimar o aprendizado de práticas democráticas e igualitárias e menos excludentes. Ao tratar da necessidade de desenvolver a participação popular em colegiados na sociedade capitalista, recorreremos a Pateman (1992) quando a autora afirma que: [...] Os conselhos constituem o principal meio através do qual a participação pode se efetuar, mas o sócio do escalão mais baixo na hierarquia funcional aparece sub – representado nesses conselhos e a finalidade de sua participação revela-se mais um potencial do que uma realidade [...] (PATEMAN, 1992, p. 106).

É preciso verificar que os conselhos escolares nem sempre foram tratados como espaços de deliberação coletiva e de participação popular ampla. Conforme Paro (2016, p. 30) assinala na sociedade capitalista sempre existiram vestígios de um modelo de gestão educacional homogênea e verticalizada, pois: “[...] A escola pública, como acontece em geral com as instituições numa sociedade autoritária, é organizada com vistas a relações verticais, de mando e submissão, em detrimento das relações horizontais, de cooperação e solidariedade entre as pessoas”. Portanto, por essa condição autoritária da sociedade capitalista, os CE devem tornar-se num espaço de participação da comunidade nas ações desenvolvidas pela gestão escolar pública, porquanto, a atuação efetiva desse conselho deverá mediar as relações de poder entre o Estado e a escola.

Dessa maneira, é necessário estabelecer uma relação dialógica horizontal entre as diretrizes nacionais referentes as políticas educacionais e a comunidade escolar e local representadas nos conselhos escolares. A garantia do pluralismo de ideias, da participação coletiva e da autonomia constituem princípios basilares na atuação do Conselho Escolar, isso porque esse colegiado assume um papel relevante na viabilização do diálogo entre o Estado e os segmentos que formam o universo escolar, pois, dessa forma, juntos poderão construir um processo pautado numa educação mais democrática e participativa.

A comunidade precisa se sentir responsável pela escola, esse sentimento de pertença viabilizará a participação e a autonomia nas decisões desses sujeitos sociais, isso precisa ocorrer para que a escola se torne mais democrática, contudo, a viabilização dessa condição caracteriza-se como um desafio na operacionalização das políticas públicas de educação. Compreender essa perspectiva inclusiva dos sujeitos educativos implica pensar na gestão escolar como um espaço de possibilidade para realização do planejamento participativo, que por sua vez, é uma metodologia de projetar a escola pública que desempenha um papel fundamental para o processo de democratização desta.

A maneira como se materializam as ações do Conselho na escola dizem muito sobre como os próprios conselheiros concebem a função social que a instituição exerce ou deve exercer. O conselho escolar que se almeja construir insere-se dentro de uma estrutura organizativa que poderá ser democrática, fazendo jus, assim, a realidade de todos os envolvidos no processo educativo na escola pública. Portanto, se o alicerce do CE é a participação efetiva de toda a comunidade escolar, faz-se, portanto, necessário um diálogo consciente que se torne o meio de materializar ações efetivamente democráticas na escola pública.

Considerações Finais

Este artigo discutiu criticamente o modelo de administração gerencial proposto pela Reforma do Estado brasileiro na década de noventa do século XX e a concepção de gestão democrática instituída pela Constituição Federal de 1988, para isso, analisou os impactos na organização da gestão escolar pública contemporânea. Por meio dos resultados auferidos nesse estudo podemos afirmar que as reformas educacionais na década de 1990, notadamente, nos países da América Latina foram fundadas numa

prática econômico-política neoliberal que pautou-se na diminuição do aparato administrativo do Estado e pela incorporação do modelo de *performance* gerencial as práticas de administração pública educacional, impactando negativamente no atendimento a garantia do direito a educação pública de qualidade para as classe trabalhadora pelo Estado nacional. Notadamente, as reforma nas políticas educacionais resultaram num projeto de modernização capitalista, que no campo da gestão pública educacional ficou atrelado ao processo de mudanças tecnológicas da comunicação e da informação, e aos avanços da globalização financeirizada do capital.

Portanto, o processo de descentralização da gestão educacional ficou focado nas diretrizes propugnadas pela Reforma do Estado implantada no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, basicamente atuando no que diz respeito a redefinição das prioridades estatais no plano econômico-financeiro e de focalização das políticas sociais, com ajustes estruturais que optaram pela privatização e a terceirização dos serviços públicos, inclusive, aqueles concernentes a área educacional. Por essa perspectiva o Conselho Escolar assume, prioritariamente, a função de um colegiado que auxilia a implantação das práticas gerenciais de gestão presentes na escola, e partir deste ponto passa a boicotar os princípios e as ações que buscam efetivamente democratizar o poder de deliberar sobre a gestão no âmbito da escola pública, conforme, preconizado na Constituição Federal de 1988.

Diante desses encaminhamentos negativos verificados no início da trajetória rumo a democratização da escola pública, é importante ressaltar que a função do Conselho Escolar é ampla, pois implica em reunir a comunidade irmanada num objetivo comum, em construir ideias coletivas como: estimular a consciência dos sujeitos coletivos para lutarem em prol da mudança de sua realidade desigual nos campos econômico e social. E, ainda mais, incitar para a construção de uma consciência crítica, que passa a ser uma atitude de muito responsabilidade para o educador, face as práticas autocráticas que persistem nas relações capitalistas marcadas pela desigualdade (econômica, social e cultural), situação que se constitui numa barreira patente para o acesso democrático ao conhecimento problematizado a partir da realidade vivenciada, em especial, pela classe que vive do trabalho.

Referências:

ABRUCIO, Fernando Luiz. **O impacto do modelo gerencial na administração pública:** um breve estudo sobre a experiência internacional recente. Brasília, DF: Cadernos ENAP, n. 10, 1997.

BRASIL. Casa Civil da Presidência República. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília/DF, 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao_compilado.htm>. Acesso em: 11 fev. 2017.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei nº 9.394/96 de 20.12.1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília/DF, 2017. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 11 fev. 2017.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos **A Reforma do Estado dos anos 90:** lógica e mecanismos de controle Brasília,DF: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997. 58 p. (Cadernos MARE da reforma do estado; v. 1).

CASTRO, Alda Maria de Araújo. *Gerencialismo e Educação:* estratégias de controle e regulação. In: CABRAL NETO, Antônio (Org.). **Pontos e contrapontos da política educacional:** uma leitura contextualizada de iniciativas governamentais. Brasília, DF: Líber Livro Editora, 2007.

COSTA, Neusa Meirelles. Max weber e a busca do sentido das ações sociais. In AZEVEDO, Eduardo Alves; CAMACHO, Adilson Rodrigues (Orgs.). **Introdução às ciências sociais.** São Paulo: Évora, 2017.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*, 17. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

GUEDES, Gilmar B.; BARBALHO, Maria Goretti Cabral. *Planejamento educacional e gestão democrática:* dimensões política e instrumental no PAR. **RBP**AE, v. 32, n. 1, p. 131-149, jan./abr. 2016.

OLIVEIRA, Dalila; DUARTE, Marisa. *Política e trabalho na escola: administração dos sistemas de ensino públicos de educação básica-* Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

OLIVEIRA, Dalila (Org). *Gestão democrática da Educação: desafios contemporâneos-* Petrópolis. RJ: Vozes, 1997.

PARO, Vitor Henrique. *Gestão democrática da educação pública – 4. Ed. – São Paulo:* Cortez, 2016

PATEMAN, Carole. **Participação e Teoria democrática.** Tradução de Luiz Paulo Rouanet. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

STEPHEN, Ball; Jefferson, MAINARDES (Org.). **Políticas educacionais:** questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2011.

CONFLITOS NAS UNIVERSIDADES. UMA REFLEXÃO SOBRE AS RELAÇÕES SOCIAIS NO INTERIOR DAS COMUNIDADES UNIVERSITÁRIAS, À PARTIR DOS REGISTROS NA ESFERA PÚBLICA, NO CONTEXTO DE ADOÇÃO DAS AÇÕES AFIRMATIVAS

Marcelo Barbosa Santos*

Resumo: Este artigo é fruto de estudos sobre a implementação das ações afirmativas nas instituições de ensino superior públicas brasileiras. Para este texto foram analisados conflitos nas universidades públicas envolvendo estudantes cotistas após adoção das ações afirmativas como política social em educação. Os conflitos foram sistematizados considerando: 1) conflitos entre estudantes (cotistas e universalistas), 2) estudantes cotistas e docentes e 3) estudantes cotistas e administração universitária. O estudo tem como referências teóricas, a formulação de *habitus*, seu desdobramento em *habitus* precário, chegando à sugestão de *habitus* precário educacional. Essa tarefa pressupõe rigorosa revisão bibliográfica no campo das ciências sociais, com destaque para os estudos em sociologia, educação, serviço social e história. Como fontes de pesquisa são utilizadas, tanto os registros de conflitos em publicações acadêmicas: teses, dissertações, livros e artigos, como aqueles feitos na esfera pública: jornais, revistas, páginas eletrônicas e redes sociais.

Palavras-chave: conflito; ação afirmativa; universidade; educação.

Abstract: This article is the result of studies on the implementation of affirmative actions in Brazilian public higher education institutions. For this text, we analyzed conflicts in public universities involving student quotaters after adoption of affirmative actions as social policy in education. Conflicts were systematized considering: 1) conflicts between students (quotaholders and universalists), 2) quota students and teachers, and 3) quota students and university administration. The study has as theoretical references, the formulation of *habitus*, its unfolding in precarious *habitus*, reaching the suggestion of precarious educational *habitus*. This task presupposes rigorous bibliographical revision in the field of social sciences, with emphasis on studies in sociology, education, social service and history. As sources of research are used, both the records of conflicts in academic publications: theses, dissertations, books and articles, such as those made in the public sphere: newspapers, magazines, electronic pages and social networks.

Keywords: conflict; affirmative action; university; education.

Introdução e apresentação do tema

Em 2018, a iniciativa pioneira de adoção das ações afirmativas na Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ (vestibular de 2002) completa 15 anos. De lá pra cá, houve mudanças significantes no acesso e na permanência aos meios universitários.

* Marcelo Barbosa Santos é servidor TAE na UFF, graduado (Licenciado e bacharel) em História – UFF, mestre em Educação – UERJ e doutorando em Políticas Sociais – UFF. Email: uff.marcelo.rj@gmail.com

Conforme indicam os dados, podemos afirmar que a adoção das ações afirmativas nas universidades foi determinante para que o acesso da população negra ao ensino superior se alterasse positivamente no Brasil. De acordo com a projeção divulgada pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR em 2015, ingressaram 150 mil estudantes negros em todas as instituições federais de ensino superior (UOL EDUCAÇÃO, 27/08/2015). Contudo, mesmo considerando todos os avanços de inclusão recentes, a universidade brasileira ainda é composta majoritariamente por estudantes brancos. Fato esse, evidenciado na última pesquisa divulgada em março de 2017 pelo Ministério da Educação - MEC, através do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira Legislação e Documentos - Inep. No relatório, que tem foco na graduação, os universitários brancos são 59,9%, os pardos 30,1%, negros 7,7%, amarelos 1,7% e indígenas 0,6%. (O GLOBO, 08/03/2017).

Como frisamos acima, no que cabe ao acesso às universidades, houve reconhecido aumento de ingressantes negros após a adoção das ações afirmativas, no entanto, no que diz respeito à permanência desses estudantes, ainda faz-se necessário outros estudos. São poucos os relatórios públicos elaborados pelas universidades que revelam a situação da permanência dos cotistas. Quando existem dados, os respectivos relatórios e análises ficam focados principalmente, na questão do desempenho acadêmico: comparando notas e na quantidade de formandos por curso. São prévias de avaliações de resultados (FL & CASTANHAR, 2002) onde são priorizados modelos econométricos, descartando-se os aspectos relacionais da implementação da política pública. Dessa forma, eles não revelam nada ou quase nada sobre o cotidiano dos cotistas no interior das instituições.

Este artigo tem como objetivo desenvolver análise sobre os relatos de conflitos registrados na esfera pública envolvendo os estudantes cotistas e o resto da comunidade universitária, após a adoção das ações afirmativas nas instituições de ensino superior públicas entre 2006 e 2018.

Metodologia

Este artigo é fruto de estudos sobre a implementação das ações afirmativas no Brasil que, em parte, será aproveitado para pesquisa da Tese de Doutorado em Política Social na Universidade Federal Fluminense - UFF. Para este texto foram analisados conflitos nas universidades envolvendo estudantes cotistas após adoção das ações

afirmativas como política social em educação. Essa tarefa pressupõe rigorosa revisão bibliográfica no campo das ciências sociais, incluindo nesse rol os estudos em educação, serviço social e história. Como referência teórica será utilizado desde a formulação de *habitus* de Bourdieu, *habitus* precário de Jesse Souza, chegando à sugestão da noção de *habitus* precário educacional. Para tanto, estão sinalizadas como fontes, tanto os registros de conflitos em publicações acadêmicas: teses, dissertações, livros e artigos, como aqueles feitos na esfera pública¹ (HABERMAS, 2003): jornais, revistas, páginas eletrônicas e redes sociais - documentos de domínio público ‘não-arquivado’ (CELLARD, 2010).

Conflito social

Quando mencionamos a expressão conflito nos vem de imediato à ideia de briga, luta, choque, confronto, combate, agressão, disputa e discussão. De acordo com o Bobbio, Matteucci e Pasquino no Dicionário de Política, conflito seria uma forma de interação entre indivíduos, grupos, organizações e coletividades que implica choques para o acesso e a distribuição de recursos escassos. Estes recursos, prevalentemente são identificados no poder, na riqueza e no prestígio (Ibid, 1992, p. 225).

Dentre as contribuições da sociologia sobre conflito e que vai ser base teórica para o desenvolvimento deste estudo, destacamos as reflexões de Pierre Bourdieu. Para o sociólogo francês, os conflitos configuram uma dimensão permanente das práticas sociais. Esses conflitos compõem o efeito da estruturação do “espaço social” por meio das relações entre diferentes classes sociais e frações de classe (BOURDIEU, 1996).

Para dar conta dessa dinâmica proposta por Bourdieu é determinante nos apropriarmos da noção de *habitus*, que tem a ambição de questionar à antinomia indivíduo/sociedade dentro da sociologia, visto que, aborda as relações sociais tendo como perspectiva de análise a capacidade de uma determinada estrutura social ser incorporada pelos agentes por meio de disposições para sentir, pensar e agir. De outra forma, podemos afirmar que, a elaboração de *habitus* é desenvolvida a partir da necessidade empírica de dar conta das relações de afinidade entre o comportamento dos agentes, estruturas e condicionamentos sociais.

¹ Esfera pública configura uma dimensão do social que age como mediadora entre o Estado e a sociedade, na qual o público se organiza num ambiente de liberdade de expressão, de reunião e de associação, como portador da opinião pública, ou seja, atua como uma força da sociedade civil em direção aos governos com a perspectiva de pressioná-los de acordo com seus interesses (HABERMAS, 2003).

A concepção de *habitus* de Bourdieu se articula de forma direta com duas outras noções fundamentais em seu esquema teórico: a categoria de campo e de capital (econômico, social e cultural). Juntas, essas formulações compõem o quadro explicativo que nos ajuda a utilizar teoricamente a construção de conflito desenvolvida pelo sociólogo francês.

Campo para Bourdieu (2004) é utilizado para designar nichos da ação dos agentes nos quais se desenvolvem as lutas pela detenção do poder simbólico, que produz e confirma significados. É um espaço de embates onde os agentes visam manter ou alcançar determinadas posições. Essas posições são atingidas pela disputa de capitais valorizados, por sua especificidade, de acordo com as conjunturas de cada campo.

Reflexão e análise sobre os casos de conflitos nas instituições de ensino superior.

Ressaltamos que os casos de conflitos analisados ocorreram no período entre os anos de 2006 e 2018 em universidades brasileiras que possuem algum tipo de ação afirmativa para acesso aos seus cursos. É importante registrar que, não foi intenção do autor resgatar todos os conflitos ocorridos no interior das universidades durante o período acima, nem desenvolver uma investigação de base empírica para a confecção deste artigo. Resgatamos aqui, somente aqueles casos que alcançamos através da pesquisa para posterior processo de análise. Certamente, ocorreram mais conflitos do que aqueles que tivemos acesso através da publicação e debates na esfera pública.

A priori, destacamos que os conflitos analisados são enquadrados pelo autor como de perfil étnico-racial e classe. Sobre isso, cabe informar que, o conceito de raça (raça social) é tratado como sócio-histórico e não biológico (WAGLEY apud MEDEIROS, 2004), a etnia vinculada à noção sociológica de cultura e a classe referenciada teoricamente na literatura marxiana.

É fato que com a adoção das ações afirmativas, o arco de cores dos estudantes das universidades, em especial nas públicas, se ampliou. Nos seus corredores, como era de se esperar, reconhecidamente, a diversidade tem sido mais contemplada. Contudo, como estamos tratando de seres humanos, e em especial de cidadãos que representam parcelas de população historicamente excluídas do ensino superior no Brasil, seria inusitado, senão surpreendente que, essa nova etapa se realizasse de forma, “ordeira”, “pacífica”, “enquadrada”, sem conflitos.

Os estudantes cotistas trazem junto de si novos estilos de vida, culturas, vivências, trajetórias, gostos, gírias, olhares, visões de mundo. São maneiras diferentes

de se vestir, de pensar, de andar, de rir, de chegar, de sair, de reivindicar, de organizar, de reclamar. Levam isso tudo para um campo social que não foi preparado e pensado para eles. Para análise desse processo, utilizaremos os conceitos de *habitus*, campo social e capital (econômico, social e cultural) de Bourdieu.

Em conformidade com Bourdieu, nesta análise a universidade terá o tratamento teórico de campo, ou seja, de forma mais precisa, identificamos o *campus* universitário como principal espaço dos embates simbólicos. É nesse lugar que ficam salas de aula, bibliotecas, refeitórios, restaurantes, banheiros, quadras de esportes, livrarias, diretórios acadêmicos, alojamentos, espaços livres para convívio, salas de departamentos, coordenações e secretarias de cursos, etc. É no *campus* universitário que os estudantes (cotista ou universalista) passam boa parte da sua vida acadêmica, onde se movimentam e se relacionam e, portanto, a principal arena dos conflitos.

Reconhecendo o valor da utilização do conceito de *habitus* para análise das sociedades contemporâneas, mas ao mesmo tempo, buscando um maior ajustamento às realidades da sociedade brasileira, o sociólogo Jesse Souza (2006) cria a categoria de *habitus* precário, uma espécie de subdivisão do *habitus* bourdiano. A motivação de Souza com esse novo conceito seria o de desenvolver instrumento de análise que considerasse um dos fenômenos brasileiros que, insiste em perdurar, desde o início do nosso processo de modernização: a naturalização da desigualdade.

O *habitus* precário seria uma categoria para dar conta do processo de internalização relacionado aos indivíduos em condições precarizadas, no que diz respeito às formas de reconhecimento social desiguais, incluindo aí a percepção de dignidade. Pode também se referir, tanto a segmentos da classe trabalhadora que não conseguem ser incorporadas às novas demandas do mercado de trabalho, como também aos setores mais populares no Brasil. Essas últimas camadas marginalizadas, chamadas por Souza (2000) de ralé, são formadas por indivíduos inadaptados a um novo contexto histórico de flexibilização do trabalho e de globalização. O *habitus* precarizado impõe uma internalização onde a inadaptação ao mundo moderno europeizado, baseado numa ideologia do desempenho, é tida como “fracasso pessoal”. Enfim, a partir do crivo ideológico de “desempenho” o indivíduo pode ser reconhecido socialmente como portador de sucesso ou de fracasso pessoal.

Uma parcela da população, assim, é vista como uma categoria sub-humana, abaixo da parcela portadora de distinção social. Visão internalizada, não é intencional. Esta é uma dimensão objetiva, subliminar, implícita e não transparente. [...] Assim, o Habitus

precário é um fenômeno de massas, constituindo uma verdadeira “ralé estrutural” formada por grupos sociais precarizados, caracterizados como subprodutores e subcidadãos (SOUZA, 2006, p. 184).

Aprofundando teoricamente a subdivisão de Souza à noção de *habitus* de Bourdieu, sugerimos a inclusão da expressão “educacional” à elaboração de Souza, ou seja, a nossa indicação seria de *habitus* precário educacional.

A intenção é de possuímos uma categoria mais direcionada para o campo da educação para se referir ao processo de internalização relacionados aos estudantes oriundos das classes trabalhadoras, que precisam ingressar no mercado de trabalho cedo para ajudar complementando a renda de sua família ou para sua própria subsistência. Uma categoria endereçada àqueles que residem na periferia das grandes metrópoles, distante da instituição escolar onde se encontram matriculados; àqueles que são dependes das refeições ofertadas nas escolas para se alimentar; àqueles desprovidos do capital cultural (curso de línguas, viagens, acesso aos livros, museus, teatros e cinema); àqueles herdeiros dos traumas de exclusão de seus ancestrais escravos; àqueles que geralmente são os primeiros de suas famílias a acessarem ao nível superior; àqueles que têm muitas dificuldades financeiras para adquirir os materiais de cunho didático para dar prosseguimento ao curso; àqueles que se veem com poucas e “inadequadas” roupas para frequentarem as aulas e serem reconhecidos com o mesmo status dos outros estudantes; àqueles que chegam cansados à sala de aula e geralmente aparentando em suas faces o desgaste do dia trabalhado; àqueles que torcem para que a maioria das disciplinas seja ofertada a noite e assim o ajuste com o horário de trabalho seja mais facilitado; àqueles que se auto-identificam como pretos ou pardos e não se veem diante de seus pares de cor tanto no corpo discente como no docente; àqueles que o sotaque denuncia a sua origem de nascimento; e várias outras características que podem ser associadas a experiências de vida precarizada e possibilitem a vocação de “fracassado” a priori na sociedade brasileira.

Para facilitar o processo de análise sistematizamos os casos de conflitos em três segmentos: a) conflitos entre os estudantes (cotistas e universalistas), b) conflitos dos estudantes cotistas com os docentes e c) conflitos dos estudantes cotistas com a administração universitária.

a) Conflitos entre estudantes (cotistas e universalistas).

Seguiremos com uma perspectiva de análise mais aprofundada dos conflitos selecionados no que diz respeito àqueles ocorridos entre os estudantes (cotistas e universalistas). Nesses casos, as manifestações são dirigidas aos estudantes cotistas sempre os classificando como indesejáveis ao convívio universitário e não possuidores de capital cultural para partilharem aqueles espaços.

As declarações ofensivas de caráter racista são feitas através de pichações nos banheiros do campus: “Tirem os pretos da Unicamp” no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas (UOL NOTÍCIAS, 06/04/2016), mensagens em redes sociais e correio eletrônico, "Volta pra Bahia, macaco cotista", dirigidas ao estudante de engenharia da Universidade Federal do Ceará - UFC (O POVO, 30/11/2015) e até mesmo pessoalmente, como foi o caso registrado na Universidade Federal de Roraima - UFRR, onde o grupo de quatro alunos indígenas sofreu preconceitos por parte de colegas que zombaram de seus costumes características físicas. “Um dos alunos, que sofreu com o ato, Edson Freitas, relatou que ele e os amigos foram humilhados. ‘Eles se retiraram da mesa e disseram que não se misturariam com índios’” (FOLHA WEB, 09/01/2016). Contudo o caso que mais me ressaltou os olhos do ponto de vista simbólico foi o verificado no campus da cidade de Botucatu da Universidade Estadual Paulista - UNESP, onde alunos veteranos de medicina promoveram trote nos calouros com roupas semelhantes às da seita Ku Klux Klan. A UNESP aderiu ao sistema de cotas raciais em 2010 (VEJA SP, 30/03/2015).

b) Conflitos entre estudantes e docentes

Em referência aos conflitos entre estudantes cotistas e docentes, os registros ganham outra dimensão, visto que, os docentes além de serem responsáveis pelo processo didático de construção do conhecimento, são servidores públicos, ou seja, submetidos às normas e procedimentos éticos de seus respectivos estatutos.

Nos casos destacados para a análise, as manifestações de racismo e preconceito proferidas pelos docentes dirigidas aos cotistas ou aos negros, de uma forma em geral, são verificadas de variadas formas: denúncia de “perseguições” a estudante no Instituto de Artes e Comunicação Social – IACS/UFF (O GLOBO, 09/09/2013); declarações racistas de professores nas redes sociais como, “Para ninguém achar que não gosto de uma afrodescendente. Nega gostosaaaa. Uh!!! Foi mal” no Instituto Federal Fluminense IFF - Campos dos Goytacazes (GELEDÉS, 22/03/2016) e “odeio pretos e pardos...” na Instituto Federal São Paulo - IFSP (GELEDÉS, 13/03/2018). São falas em

sala de aula como as denunciadas pelos alunos da Universidade Federal de Goiás - UFG:

Ele começou a expor um aluno de engenharia. Ele não disse o nome, mas começou a falar que o estudante não sabia tabuada, que tinha chegado na universidade sem os conhecimentos básicos de matemática e ele estendeu isso a todos os outros alunos cotistas. O professor disse, ainda, que o rendimento dos alunos na universidade está ruim por conta das cotas raciais. Nunca me senti tão diminuído por conta da minha cor, por conta da minha raça”, relatou o estudante (G1 GLOBO, 18/04/2016).

Em casos como os ocorridos na Universidade de Brasília - UNB com o mesmo professor em duas oportunidades:

Na primeira aula do ano, quando fazia referência aos programas de assistência às famílias negras nos Estados Unidos, Kramer falou sobre o fracasso dessas ações. Concluindo um raciocínio, ele disse: ‘Não basta só dar dinheiro para a crioulada’ (G1 GLOBO, 15/09/2006).

Dois dias depois do primeiro fato, aconteceu novamente,

Dias depois, Kramer participava de uma banca de avaliação de candidatos a professor do Instituto de Ciência Política. Referindo-se a dois autores clássicos, Maquiavel e Hobbes, uma candidata dizia que “são mal compreendidos, apesar de suas passagens negras” [...] “negras, não...sombrias... temos de ter cuidado...a crioulada tá de olho” (Ibid, 2006).

Outro caso de declarações racistas em sala de aula com denúncias dos estudantes vem do Rio de Janeiro,

Um professor de engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) foi denunciado por alunos do curso após ter feito um relato racista durante uma aula de Redes de Computadores I no dia 10 de Março. Segundo estudantes, o professor afirmou que se deve reconhecer um ladrão na rua por meio da cor da pele: “se você tem um sistema de segurança onde só passa gente branca, quando passa um preto o sistema apita” (G1 GLOBO, 18/04/2017).

Ainda com registros de falas racistas em sala de aula temos o ocorrido na Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, onde, de acordo com os estudantes presentes durante o episódio, o professor do Deptº de Economia Manoel Luiz Malaguti teria se manifestado da seguinte forma,

Ele disse que os negros e pobres não tinham acesso à cultura, deixando claro que eles não atingiram o nível cultural dos brancos. Em seguida afirmou: ‘Estudantes cotistas diminuem a qualidade da universidade. Eu detestaria ser atendido por um médico ou advogado negro’”, relatou uma aluna de 19 anos (G1 GLOBO, 04/11/2014).

Em ambientes que não a sala de aula, mas ainda dentro do *campus*, também temos denúncias feitas por estudantes a respeito de falas preconceituosas por parte dos docentes. O que confirma a coerência neste estudo no tratamento do *campus* universitário como campo de disputas, na perspectiva de Bourdieu. É o caso da UFF, em que o professor é acusado de machismo e racismo por alunas em ato grevista na entrada da reitoria: “vai se f**** você também, sua piranhazinha” ... “Depois de uma discussão, o professor teria se voltado para ela e dito: ‘não vou te dar meu nome porque você não é policial, sua preta’, em tom debochado”. (G1 GLOBO, 25/07/2015).

Ainda sobre a UFF, em matéria intitulada “Embate perigoso. O crescimento da intolerância no meio acadêmico põe em risco a vida dos próprios estudantes” publicada em agosto de 2016 no jornal O Fluminense, são colhidos vários depoimentos dos estudantes do curso de História onde são reveladas situações vivenciadas de intolerância:

A intolerância no meio acadêmico eu vejo nos espaço do dia a dia na universidade, muitas vezes, está mascarada ou em uma afirmação racista que o professor ou aluno faz na aula, tipo a questão da miscigenação pacífica, muito discutida no Brasil. [...] Uma piada racista ou uma piada misógina por conta da naturalização desse tipo de coisa acaba soando como natural de que todo negro é ladrão, todo negro é malandro [...] Nasceram alguns movimentos que têm uma perspectiva muito preconceituosa e autoritária que vem crescendo dentro da UFF (REVISTA O FLU In O FLUMINENSE, 2016).

Não é por acaso que nos arredores do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia - UFF está a pichação “Centauru racista”, conforme fotografia² anexo.

Outro caso onde os cotistas são diretamente agredidos ocorre em Campinas, onde o professor da área médica da Unicamp se posiciona em entrevista ao jornal local, Correio Popular, à respeito das cotas:

‘Trocar cérebro por nádegas’, indicando que o ‘nível da produtividade’ (SIC) da universidade tende a cair com as cotas. [...] Estou cantando e dançando para esses indivíduos que não têm currículo, tem discurso do blá, blá, blá, são laborfóbicos. [...] A universidade é para a elite cultural do Brasil, não para vagabundo’, afirmou ao jornal Correio Popular (FORUM, 02/06/2017).

Finalizando esse segmento, destacamos o caso ocorrido no estado do Acre, onde processo administrativo foi aberto contra o professor da Universidade Federal do Acre - UFAC que se fantasiou de “Negão do WhatsApp”. Em entrevista à imprensa local na manhã de quinta-feira (21), o reitor da Ufac, Minoru kimpara, afirmou que a

² Fotografia feita pelo autor

universidade é contra a prática do racismo e que o professor terá garantido o direito ao contraditório (FOLHA DO ACRE, 21/12/2017).

c) conflitos dos estudantes cotistas com a administração universitária.

Estamos chamando de conflitos dos estudantes cotistas com a administração universitária àqueles em que não têm nos sujeitos a fonte da manifestação do preconceito, mas sim, nas instituições.

Nesse contexto, os conflitos têm se refletido principalmente a respeito das possíveis fraudes na implementação institucional da política de cotas ou de sua modificação sem o devido processo de debate democrático com a comunidade universitária.

Os casos de fraudes no acesso à universidade estariam ocorrendo na UFF, onde as denúncias são protagonizadas pelo Coletivo de Estudantes Negrxs da UFF - CENUFF em parceria com Coletivo Nacional de Estudantes Negrxs da Medicina. Para os militantes, parte das cotas reservadas para negros está sendo ocupada por estudantes brancos que se autodeclararam negros, com conivência da instituição (CENUFF, 12/04/2016). O constrangimento ganhou dimensões ao ponto da reitoria se pronunciar através de documento institucional, dando a sua versão dos fatos. (PROGRAD, 26/03/2017).

Caso semelhante tem sido denunciado na Universidade Federal Fluminense - UFPE, onde estudantes negros se queixam de que brancos ingressaram na universidade usando vagas reservadas no sistema de cotas (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 20/02/2018). Também na Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, que, após denúncias protagonizadas por estudantes e movimento social negro, implanta sistema para avaliar fraudes no seu processo de ingresso por meio de cotas raciais (G1 GLOBO, 23/02/2018).

Com destaque, trazemos o episódio sucedido na Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, onde depois várias denúncias sobre sua implementação do sistema de cotas e verificação de suas procedências, altera seu processo de identificação dos candidatos. Sem detrimento das iniciativas contra as fraudes, tal mudança é interpretada como retrocesso pelos estudantes cotistas e movimento social negro que em contraposição promoveram ocupação da reitoria da universidade (SUL 21, 08/02/2018).

Apontamentos gerais e considerações finais

Dos quinze casos selecionados para análise neste artigo, todos chegaram à tona em função de alguma denúncia dos estudantes, algumas formalizadas somente nas devidas universidades, outras foram além, chegando ao judiciário. Com destaque para dois casos que desdobraram em pedidos de exoneração de docentes: Prof^o Kramer – UNB, convertido à *posteriori* em punição administrativa (O GLOBO, 05/07/2007) e Prof^o Malaguti – UFES, ainda em juízo com decisão liminar pela reintegração à universidade (G1 GLOBO, 16/12/2016).

A análise breve dos casos demonstra que houve avanços em relação aos desdobramentos dos conflitos. Que as tensões raciais que sempre existiram e contavam com uma rede corporativa de proteção, atualmente, não são mais silenciadas, facilmente, dentro das estruturas universitárias em processos longínquos, em que nunca se sabe como terminam.

Pelos registros, podemos constatar que em todos os casos houve reação dos estudantes cotistas às manifestações de discriminação nas universidades, contudo, eles não foram os únicos agentes dessas denúncias. Os relatos indicam que os estudantes cotistas encontram em outros colegas solidariedade e parceria na luta contra o preconceito nas suas respectivas instituições.

Outra constatação é que a maioria dos casos de conflitos nas universidades tem chegado à opinião pública via publicação nos principais meios de comunicação e que, de alguma forma, tem sido útil no combate à discriminação proporcionando que as instituições tomem as medidas cabíveis em cada caso.

Com os relatos fica explícito que o *campus* universitário é o espaço social dos conflitos, ou seja, é o campo, na perspectiva de Bourdieu (2004), onde acontecem os embates de diferentes posições sociais, referenciados nos variados calibres de capital global. É no *campus* universitário que as representações e as tomadas de posição são realizadas. É nesse espaço social que ocorrem tanto as lutas para conservá-lo como para transformá-lo.

Ainda nos apontamentos gerais é fundamental registrar que, da totalidade dos conflitos analisados para este artigo, observamos que em sua grande maioria se deram envolvendo estudantes cotistas negros, ou seja, não foi observada pelo pesquisador uma quantidade significativa de conflitos envolvendo estudantes cotistas indígenas.

Nos conflitos entre estudantes (cotistas e universalistas) e com os docentes, os registros nos sugerem que os sujeitos emissores de manifestações discriminatórias partilham da mesma visão de mundo em relação aos estudantes cotistas. A referência no

que chamamos de *habitus* precário educacional fica evidente quando vociferam seus preconceitos contra aqueles que adentram as “suas” salas de aula ou dividem espaços nas bibliotecas em função das ações afirmativas. Demonstram vislumbrar que esses “novos” estudantes não deveriam estar onde estão, são tidos como “coisas” fora do lugar.

Pelo lado dos estudantes cotistas cabem, para além das tarefas acadêmicas, se esforçarem para que não incorporem esse *habitus* reservado pra eles. O fracasso como destino. Uma luta mista de resiliência e autoestima atrelada a muita determinação é tida como fio condutor para se desviar dos surtos psicológicos, emocionais ou físicos, e ainda ter bom desempenho nos respectivos cursos. Estudar numa universidade que ainda se mantém confinada racialmente, mesmos considerando os últimos avanços com as cotas é uma luta.

No que diz respeito aos conflitos com a administração, podemos afirmar que podem ser analisados a partir de duas dimensões. A primeira a partir das teses do racismo institucional, visto que, as denúncias se projetam contra a administração universitária. A hipótese de leitura nesse caso é de que as instituições universitárias brasileiras por terem um histórico de confinamento racial forte (CARVALHO, 2005-2006) estariam resistindo aos novos tempos, não implementando a política de ações afirmativas como foi aprovada nos devidos fóruns. Seriam formas de ruírem por dentro a política pública. A segunda dimensão deve ter como foco a resistência protagonizada pela militância negra universitária. Casos como na UFF e em outras instituições, as organizações negras constroem redes de denúncia para identificar aqueles estudantes que ingressaram “indevidamente” por meio de fraudes do sistema. Dessa forma, entendem estar exigindo o cumprimento correto da política pública.

Ao iniciar este artigo, buscamos fazer no primeiro momento um levantamento atualizado, o estado da arte, da produção acadêmica sobre os conflitos nas universidades no pós-cotas. Imaginávamos que teríamos uma abundância de material para utilizarmos como referência, considerando a repercussão que a aprovação da política de cotas surtiu no Brasil. Surpreendentemente, observamos que, ainda são muito poucos os trabalhos focados nesse tema. Nesse sentido, registramos a necessidade da academia se debruçar com mais afinco nas pesquisas que abordem os conflitos nas universidades.

A confecção deste artigo nos levou a compartilhar da sugestão de Carvalho (2006) de que é fundamental etnografar todos esses incidentes e casos de racismo ocorridos nas universidades para a criação de um banco de dados consistente que

possibilitem avaliar evoluções, dimensões, intensidades e repercussões: se mudarão de perfil, se explodirão em conflitos de grandes proporções, ou se declinarão com o tempo como consequência do aprofundamento e da provável generalização do sistema.

Entre as poucas conclusões que podemos antecipar deste primeiro estudo é de que as universidades públicas brasileiras não estão prontas para receber e garantir com a plenitude de direitos os estudantes oriundos da política de cotas. E mais especificamente no que diz respeito aos docentes, é indispensável que as instituições promovam um profundo processo de capacitação. Os professores universitários são peças-chave para promoção do convívio acadêmico, caso se negligencie essa função todo processo de aprendizagem fica comprometido.

Referências bibliográficas

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; e PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política, vol. 1* – Edunb, 4 ed. Brasília – DF, 1992.

BOURDIEU, P. *Razões práticas. Sobre a teoria da ação*. Papirus Editora. Campinas - SP, 1996.

_____. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: UNESP, 2004.

CARVALHO, José Jorge de. *Inclusão étnica e racial no Brasil: a questão das cotas no ensino superior*. Ed. Attar, SP, 2006.

_____. *O confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro*. In Revista USP Nº 68, Racismo I, São Paulo. 2005-2006.

CELLARD, A. Análise documental. IN Poupart, Jetal. *A pesquisa qualitativa. Enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis, Vozes, 2010.

CENUFF. Coletivo de Estudantes Negrxs da UFF. Fraude nas cotas? Facebook. 12/04/2016. Disponível em <https://www.facebook.com/26497_5437015811/photos/a.265241456989209.1073741827.264975437015811/564993567013995/?type=3&theater>. Acessado em 26/03/2018.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. 20/02/2018. Disponível em http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/vida-urbana/2018/02/20/interna_vidaurbana,742196/uso-indevido-do-sistema-de-cotas-gera-polemica-na-ufpe.shtml>. Acessado em 02/03/2018.

FL & CASTANHAR, JC. *Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos*. VII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Lisboa, Portugal, 8-11 Oct. 2002.

FOLHA WEB. 09/01/2016. Disponível em <http://www.folhabv.com.br/noticia/Indigenas-sofrem-preconceito-na-UFRR/12925#.WN-h-L3PcjM.twitter>. Acessado em 10/03/2017.

FOLHA DO ACRE. 21/12/2017. Disponível em <https://folhadoacre.com.br/cotidiano/ufac-abre-processo-administrativo-contra-professor-que-se-fantasiou-de-negao-whatsapp/>. Acessado em 12/01/2018.

FORUM. Revista Forum. 02/06/2017. Disponível em <https://www.revistaforum.com.br/medico-da-unicamp-exala-preconceito-apos-aprovacao-de-cotas-trocar-cerebro-por-nadegas/>. Acessado em 16/02/2018.

G1 GLOBO. Disponível em <http://g1.globo.com/espírito-santo/educacao/noticia/2016/02/professor-demitido-apos-denuncia-de-racismo-vai-voltar-dar-aulas-na-ufes.html>. Acessado em 18/03/2017.

_____. 15/09/2006. Disponível em <http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,AA1274461-5598,00-NB+VIVE+INEDITA+SITUACAO+DE+PATRULHA+RACISTA.html>. Acessado em 14/01/2017.

_____. 04/11/2014. Disponível em <http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2014/11/alunos-da-ufes-denunciam-professor-por-preconceito-em-sala-de-aula.html>. Acessado em 18/05/2017.

_____. 25/07/2015. Disponível em <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/07/estudantes-da-uff-acusam-professor-de-machismo-e-racismo.html>. Acessado em 19/03/2017.

_____. 23/02/2018. Disponível em <http://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/mgtv-2edicao/videos/t/edicoes/v/ufjf-implanta-sistema-para-avaliar-alunos-que-ingressam-por-meio-de-cotas-raciais/6528102/>. Acessado em 26/03/2018.

_____. 18/04/2016. Disponível em <http://g1.globo.com/goias/noticia/2016/04/alunos-acusam-professor-da-ufg-de-racismo-e-o-vaiam-apos-aula-video.html>. Acessado em 20/03/2017.

_____. 18/04/2017. Disponível em <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/alunos-denunciam-professor-da-ufjf-por-racismo.ghtml>. Acessado em 18/04/2017.

GELEDÉS – Instituto da Mulher Negra. 22/03/2016. Disponível em <http://www.geledes.org.br/foto-de-professor-com-chope-escuro-gera-polemica-e-mp-e-acionado-no-rj/#gs.fqj7hHw>. Acessado em 20/03/2017.

_____. 13/03/2018. Disponível em <https://www.geledes.org.br/manifestacao-no-ifsp-pede-demissao-do-professor-que-proferiu-declaracoes-racistas/>. Acessado em 20/03/2018.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. RJ: Tempo Brasileiro, 2003.

MEDEIROS, Carlos Alberto. *Na Lei e na Raça. Legislação e Relações Raciais, Brasil-Estados Unidos*. Ed. Lamparina, Rio de Janeiro, 2004.

O GLOBO. Jornal O Globo. 09/09/2013. Disponível em <<http://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/aluna-da-uff-acusa-professora-de-discriminacao-por-aplicar-prova-com-texto-sobre-racismo-9882452>>. Acessado em 19/03/2017.

_____. 05/07/2007. Disponível em <<https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/unb-condena-professor-acusado-de-racismo-4177673>>. Acessado em 18/03/2017.

_____. 08/03/2017. Disponível em <<https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/universitarios-brasileiros-sao-brancos-moram-com-os-pais-estudam-pouco-21028017>>. Acessado em 20/03/2017.

O POVO. Jornal O Povo. 30/11/2015. Disponível em <<https://www20.opovo.com.br/app/fortaleza/2015/11/30/noticiafortaleza,3540920/estudante-denuncia-caso-de-racismo-na-universidade-federal-do-ceara.shtml>>. Acessado em 18/03/2017.

PROGRAD UFF. Nota da Prograd. Facebook. 26/03/2017. Disponível em <<https://www.facebook.com/183189301729528/photos/a.183197638395361.40137.183189301729528/1288614257853688/?type=3&theater>>. Acessado em 26/03/2018.

REVISTA O FLU, In O FLUMINENSE. *Embate perigoso. O crescimento da intolerância no meio acadêmico põe em risco a vida dos próprios estudantes*. Niterói, 14/08/2016. Disponível em <<http://www.ofluminense.com.br/pt-br/revista/embate-perigoso>>. Acessado em 10/03/2017.

SANTOS, Marcelo Barbosa. *Mérito e racismo: “tudo junto e misturado”*. (Dissertação de mestrado). UERJ/FFP, São Gonçalo/RJ, 2011.

SOUZA, Jessé. *A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2000.

_____. *A Construção Social da Subcidadania: Para uma Sociologia Política da Modernidade Periférica*. BH: Ed. da UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2006.

SUL 21. 8/02/2018. Disponível em <https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/geral/2018/03/movimento-negro-da-ufrgs-ocupa-reitoria-contradestruicao-de-politica-de-cotas/>>. Acessado em 10/02/2018.

UOL NOTÍCIAS. Disponível em <<https://educacao.uol.com.br/noticias/2016/04/06/universidade-tem-nova-pichacao-racista-tirem-os-pretos-da-unicamp.htm>>. Acessado em 18/03/2017.

UOL EDUCAÇÃO. 27/08/2015. Disponível em <<https://educacao.uol.com.br/noticias/2015/08/27/em-3-anos-150-mil-negros-entram-no-ensino-superior-pela-lei-de-cotas.htm>>. Acessado em 17/04/2017.

VEJA SP. 30/03/2015. Disponível em <<https://vejasp.abril.com.br/cidades/veteranos-da-unesp-festa-trote-ku-klux-klan/>>. Acessado em 18/12/2017.

A PROJEÇÃO DO BOM PROFESSOR DE PORTUGUÊS NO DISCURSO DISCENTE

Davidson dos Santos
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Thais Fernandes Sampaio
Universidade Federal de Juiz de Fora

817

RESUMO:

O presente trabalho é um recorte da pesquisa de mestrado, cujo objetivo foi o compreender alguns aspectos do processo formativo do licenciando em Letras, a partir da análise das projeções do perfil do *bom* professor de Português construído por estudantes de letras. Filiamos-nos à metodologia de base qualitativa (FLICK, 2009; CHIZZOTI, 2010). Os dados foram gerados através de 4 grupos focais (BARBOUR, 2009), compostos por alunos do curso de Letras da UFJF. Para análise nos baseamos nos pressupostos da Linguística Cognitiva (LAKOFF, 1987; FILLMORE 1995). A caracterização do bom professor de português ancorado sob três esquemas imagéticos: o que ele deve ser, o que deve ter e o que ele deve fazer, as quais realçam, principalmente, ações relativas à sua metodologia de ensino. Assim, discutimos a importância de pensarmos modelos de formação de profissionais críticos (NÓVOA, 1995, 2009; TARDIFF, 2005; GATTI, 2010).

Palavras-chave: Formação de Professor; identidade profissional; professor de português; categorização da experiência.

ABSTRACT:

The present work is a cut of the masters research, whose objective was to understand some aspects of the formation process in Letters, from the analysis of the projections of the profile of the *good* teacher of Portuguese built by students of letters. We are based on qualitative methodology (FLICK, 2009; CHIZZOTI, 2010). The data were generated through 4 focus groups (BARBOUR, 2009), composed by students of the UFJF Literature course. For analysis we rely on the assumptions of Cognitive Linguistics (LAKOFF, 1987; FILLMORE, 1995). The characterization of the good Portuguese teacher anchored under three imaging schemes: *what he should be, what he should have and what he should do*, which mainly emphasize actions related to his teaching methodology. Thus, we discuss the importance of thinking about training models of critical professionals (NÓVOA, 1995, 2009; TARDIFF, 2005; GATTI, 2010).

Key words: Teacher's formation; Professional Identity; Portuguese teacher; categorization of experience.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Ao assumir a premissa de que não há caminho possível para o desenvolvimento de um país que não perpassa a educação, consideremos, nesta pesquisa, o papel do professor como agente formador em proeminência. Como consequência, pensar o trabalho efetivo desse profissional, bem como sua formação, seja ela inicial ou continuada, torna-se uma questão prioritária. Esse destaque já foi apontado pelo movimento Todos pela Educação¹ em 2010, o qual elencou a formação do professor como uma das cinco frentes de políticas públicas nas quais os esforços deveriam ser concentrados, por entender o impacto que o papel do professor tem no processo de ensino e aprendizagem (ABRUCIO, 2016).

Aliás, ao tratarmos especificamente do professor de português, surgem ainda diferentes questões que tocam à sua prática docente e à sua formação: seja pela *crise na sala de aula* (BERNARDO, 2011) ou pelas diferentes alterações nos currículos que apontam para novas diretrizes e metodologias de ensino, reformulados principalmente com os avanços das ciências linguísticas (ANTUNES, 2003). De fato, com o advento dos Parâmetros Curriculares Nacionais (doravante PCNs), de 1998, foi proposta uma grande alteração no trabalho com a língua materna, a qual demanda dos professores um sólido conhecimento sobre tópicos como *gêneros textuais* (BAKHTIN, 1992), *letramento* (KLEIMAN, 1995), *análise e reflexão linguística* (GERALDI, 1996).

Além disso, os PCNs, ao apontarem para uma formação cidadã, direcionam o olhar dos educadores para um ensino plural, dinâmico e reflexivo, revelando uma preocupação não somente com questões conteudistas, mas também de cunho ético, político e social. Nada obstante, no atual contexto sócio-político histórico em que nos encontramos, o qual pode ser caracterizado como “modernidade líquida” (BAUMAN, 2001), parece haver uma demanda por novos saberes em relação ao que é, de fato, importante ser construído pelos profissionais das licenciaturas.

Assim, nesse contexto, coube-nos perguntar se os cursos de licenciatura em Letras estão logrando formar profissionais que saibam desenvolver práticas de ensino inovadoras e coerentes com as discussões teóricas empreendidas durante sua formação. Neste ponto, parece-nos importante outra indagação: a *prática* oferecida nos cursos de licenciatura responde às demandas da prática docente contemporânea?

1 Todos pela Educação (TPE) caracteriza-se como movimento da sociedade brasileira que tem como missão contribuir para que o país assegure a todas as crianças e jovens o direito a Educação Básica de qualidade

Para responder a essa questão, é preciso pensar em estudos científicos que se debrucem sobre o universo da formação docente e busquem, juntos com os agentes que ali formam aquela esfera comunicativa, possíveis resoluções. Nesse sentido, apresentamos nesse artigo os achados de nossa pesquisa de mestrado, a qual objetivou compreender alguns aspectos do processo formativo do licenciando em Letras, a partir da análise das projeções do perfil do *bom* professor de Português construído por estudantes de letras. Nela, ancoramo-nos em um escopo teórico-metodológico que nos permita melhor compreender a problemática. Optamos, assim, por buscar no paradigma qualitativo interpretativista dos estudos da linguagem alternativas metodológicas de base qualitativa (FLICK, 2009; CHIZZOTI, 2010) de cunho interpretativista para a compreensão nossa questão. Assumimos também os pressupostos da Linguística Aplicada (MOITA LOPES, 2006). Os dados de análise deste trabalho foram gerados através de 4 grupos focais (BARBOUR, 2009), compostos por alunos do curso de Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora, nos quais foram discutidos três tópicos.

Nesse artigo, focamos sobre o primeiro, qual seja, o que é ser um bom(a) professor (a) de português? Para análise nos baseamos nos pressupostos da Linguística Sociocognitiva (LAKOFF, 1987), a qual discute a relação entre categorização, linguagem e experiência do sujeito na construção do significado. Para entender a relação da categorização realizada pelos discentes, assumimos a perspectiva de formação profissional de Nóvoa (1995), que aponta para a importância de uma formação construída “dentro da profissão”.

Com intuito de melhor compreender os caminhos percorridos por essa pesquisa, apresentamos, primeiramente, os aspectos a noção de categoria e experiência advindas da linguística cognitiva. Depois, apresentamos a perspectiva de formação profissional de António Nóvoa, para quem a formação do professor não deve ter um caráter apenas pautado no conhecimento, mas que também ser focada em outros aspectos, quais sejam: o entendimento da cultura profissional, o tato pedagógico, o trabalho em equipe e o compromisso social da profissão (NÓVOA, 1995). Em seguida, apresentamos os aspectos metodológicos que guiaram essa pesquisa, os grupos focais (BARBOUR, 2009). Após, apresentamos as diferentes projeções do bom professor de português e discutimos as implicações dela em relação a perspectiva de formação que adotamos. Por fim, trazemos nossas reflexões finais, apontando perspectivas para futuros estudos no que concerne a repensar a formação do professor de português.

A linguística cognitiva: linguagem, categoria e experiência

O gerativismo chomskiano, da década de 1950, impulsiona os estudos da linguagem no sentido de trazer para o debate o papel da cognição no processo de construção do sentido. Ao discutir a linguagem como inata ao ser, isto é, um sistema regulado por princípios e parâmetros depositado nos cérebros de cada indivíduo. Tais princípios, para essa perspectiva, restringem as possibilidades estruturais das línguas. Segundo Chomsky, temos uma disposição, uma capacidade inata para produzir linguagem, a qual denominou-se Gramática Universal. Para os gerativistas, essa gramática interna é o que permite com que um falante exposto a determinada língua produza sentenças gramaticais.

Outro postulado importante desse teórico é o princípio da modularidade. A mente, na perspectiva em questão, é composta por módulos, os quais correspondem a determinada estrutura de conhecimento. Nesse interim, haveria, para os gerativistas, partes específicas do cérebro que executariam determinada função, como, por exemplo, o raciocínio matemático seria realizado por um módulo, enquanto a habilidade artística seria realizada por outro módulo. O módulo da linguagem seria, então, essa faculdade inata, como dissemos anteriormente, chamada de GU.

É interessante notar que os módulos funcionariam de modo independente e autônomo, ou seja, não há, nessa visão teórica, uma conexão entre nenhum aspecto da cognição humana. Nesse sentido, a linguagem também é vista de forma compartimentada e não relacionada: os diferentes níveis da língua (do fonológico ou sintático) são vistos como módulos distintos e independentes. Dizendo de outra maneira, quando construímos enunciados, estamos apenas prioritariamente o nível sintático, o qual pouco tem a ver com questões relativas aos significados por eles vinculados.

De base racionalista, o gerativismo entende a linguagem como lógico. A centralidade da sintaxe aqui demonstra sua preocupação em descrever os processos mecânicos de regras formais da língua, os quais, para eles, poderia permitir a compreensão do funcionamento da linguagem na mente.

É se posicionando contrariamente a essa tradição que surge uma nova tendência nos estudos da linguagem, a qual, hoje, denominamos como linguística cognitiva. Essa nova perspectiva apresentava uma crítica forte ao gerativismo principalmente no que tange a questão da modularidade da língua. Para os sociocognitivistas, a linguagem não

é um componente autônomo da mente, a língua não pode ser explicada apenas por mecanismos formais autossuficientes e não há necessidade de se distinguir conhecimento linguístico do não-linguístico. Além disso, os linguistas que se filiam a essa corrente colocam a experiência como fator de extrema relevância no processo de construção e organização do mundo. Nesse aspecto, Salomão (2001) discute a linguagem:

como operadora da conceptualização socialmente localizada através da atuação de um sujeito cognitivo, em situação comunicativa real, que produz significados como construções mentais, a serem sancionadas no fluxo interativo. Em outras palavras, a hipótese-guia é que o sinal linguístico (em concomitância com outros sinais) guie o processo de significação diretamente no contexto de uso (SALOMÃO, 2001, p. 64)

Como bem argumenta Salomão, a significação está ancorada no contexto no qual o sujeito cognitivo age. Esse pensamento quebra com um paradigma anterior para o qual a linguagem assumia papel de autonomia em relação ao sujeito e ao mundo social. É nesse sentido, a linguística sociocognitiva empreende esforços na relação, sujeito mente e significação. Um dos principais autores é Charles Fillmore, o qual se propôs em diferentes trabalhos discutir como se dá os processos de construção do significado. Nesse sentido, fazendo um contraponto entre Semântica da verdade (T-Semantics) e Semântica do Entendimento (U-Semantics), Fillmore (1985) critica a primeira abordagem no que tange a ideia de composicionalidade, haja vista que o significado, para o autor, é relativizado a cenas, ou seja, *frames*.

Para o linguista, a *U-Semantics* é composicional porque sua operação depende do conhecimento de significado de itens lexicais individuais, unidades frásicas e construções gramaticais, mas também não-composicional devido ao fato de que a construção do significado não é puramente guiada por operações simbólicas do tipo “*bottom to top*” (FILLMORE, 1985). Em Fillmore, a ideia de categorização é básica na experiência humana, é natural, ou seja, categorizamos pensamentos, falas, o modo de andar, etc. No mesmo sentido, discute Lakoff (1987), para quem o entendimento de como nós categorizamos é central, para compreender como nós pensamos e como nós funcionamos, isto é, como nos fazemos humanos, nas palavras de Marcuschi (2007), como se dá a organização do mobiliário do mundo. Nesse sentido, o Lakoff defende que o processo de categorização não é visto como um grupo de coisas que, para estarem no mesmo agrupamento, tem de ter todas as características comuns - a ideia da lógica do se

e somente se. Diferentemente dessa lógica aristotélica, o autor, baseando-se nos estudos da psicologia experimental (ROSH, 1973; 1975 apud LAKOFF, 1987), defende a ideia da teoria dos protótipos, ou seja, há elementos que são mais centrais no conjunto do que outros.

Se tomamos como exemplo a categoria ave, pássaros como o bem-te -vi assumiriam a posição central do grupo, enquanto o pinguim estaria alocado em um lugar mais radial da categoria, estaria mais a periferia do grupo. De acordo com o autor, são nossas experiências físicas e sociais com o mundo que nos permitem organizar nosso pensamento; e isso se dá a partir de esquemas imagéticos e categorias de nível básico. O primeiro conceito se relaciona com a nossa percepção física do mundo: como correr, falar, cantar e etc; é por eles que estruturamos nosso pensamento.

Esses esquemas podem ser representados na linguagem de várias formas. A exemplo disso, temos o esquema de que o corpo é um contêiner, no qual podemos depositar algo: a mente, por ser parte do corpo seria esse espaço no qual coisas podem ser colocadas e retiradas. Para ilustrar a questão temos expressões como “aquilo que o professor disse não entra na minha cabeça”. Já as categorias de nível básico se relacionam com a concepção gestáltica que temos do mundo e que, para o autor, são divididas por classes: objetos sociais (família, igreja, escola, professor), objetos naturais (gato, árvore, rio), propriedades (fino, grosso, gordo), (LAKOFF, 1987).

A estruturação da linguagem, assim, se dará em nossos discursos a partir do que o autor chama de domínios locais e estáveis. Os primeiros são concebidos como estruturas instanciadas no processo de interação e surgem ancorados nos domínios estáveis (LAKOFF, 1987). Já os domínios estáveis, hoje, são chamados frames, e são eles que permitem a lembrança, a memória, pois mantém uma estrutura prototípica, a qual permite reconhecê-lo, reproduzi-lo e transformá-lo. Eles permitem reconhecer que determinado gênero é uma aula e não um show de stand up, que determinada figura parece-se mais a um professor do que outro. O frame aparece, assim, como uma ferramenta para a descrição e explicação do significado lexical e gramatical da língua (FILLMORE, 1985), de maneira que o entendimento do seu conceito: pressupõe uma estrutura particular de entendimento sobre instituições culturais, crenças sobre o mundo, experiências compartilhadas, padrões ou modos familiares de ver as coisas (FILLMORE, 1985, p.231).

A ideia de Fillmore nos ajuda a compreender que no processo de significação estão ancoradas questões de cunho sociocultural. Nesse sentido, a visão experientialista

de Lakoff (1987) é de grande relevância, haja vista que, como argumenta Feltes, “é através da categorização que a experiência humana se faz significativa para o indivíduo” (FELTES, 1992, p.51). A ideia de experiência, na proposta de Lakoff (1987, p. 266), é compreendida como a totalidade da experiência humana e tudo o que desempenha um papel nela – a natureza dos nossos corpos, nossas capacidades geneticamente herdadas, nosso modo de funcionamento físico no mundo, nossa organização social, etc. (LAKOFF, 1987, p. 266). É nesse sentido que a noção de categoria se torna importante nesse trabalho, uma vez que os alunos se utilizam das experiências pelas quais vivenciaram para projetar, através do levantamento das propriedades relacionadas à categoria bom professor, aos frames e aos esquemas imagéticos, diferentes perfis de um bom professor de português.

A formação do professor: uma perspectiva crítico-reflexiva

Ao considerar a abordagem linguística que nos servirá de base para refletir sobre a linguagem, buscaremos discutir, sob um viés crítico, a formação do professor, assumindo para o presente trabalho as ideias trazidas por Nóvoa (1995, a. b), que discute uma formação que estimule uma perspectiva crítico-reflexiva e seja capaz de fornecer a esse grupo profissional ferramentas de desenvolvimento de um pensamento autônomo, propiciando-os, assim, dinâmicas de auto-formação participada (NÓVOA, 1995 a). Em outras palavras, acreditamos que o conhecimento teórico não é o ponto chave da formação do professor, mas sim um dos elementos do processo formativo, que envolve, entre outras coisas, o reconhecimento da pessoa professor, como argumenta o autor:

O processo identitário passa também pela capacidade de exercermos com autonomia a nossa atividade, pelo sentimento de que controlamos o nosso trabalho. A maneira como cada um de nós ensina está diretamente dependente daquilo que somos como pessoa quando exercemos o ensino. (NÓVOA, 1995 b, p. 17).

Assim, ao chamar atenção para as relações que estão imbricadas no sujeito na construção do ser profissional professor, Nóvoa (idem) aponta que o conhecimento do sujeito é importante em seu processo formativo e identitário, o que dialoga diretamente com as discussões trazidas pelos diferentes empreendimentos teóricos que descrevemos acima.

Para o educador a formação profissional deve despertar autonomia do sujeito e, portanto, precisa considerar a personalidade do professor, a qual está imbricada à forma com que o sujeito dará aula, isto é, o professor ensina aquilo que ele é. Nesse aspecto, qualquer mudança depende intimamente de um processo de reflexão sobre a prática (Nóvoa, 1995 a, p.16). A construção da identidade profissional, assim, passa de ser pensada sobre o prisma de habilidades e competência e passar a ser compreendida em torno de disposição:

Reconheço que o conceito de disposição levanta algumas dificuldades. Limito-me a assinalar, brevemente, as razões por que a ele recorro em vez de competências. Durante muito tempo, procuraram-se os atributos ou as características que definiam o “bom professor”. Esta abordagem conduziu, já na segunda metade do século XX, à consolidação de uma trilogia que teve grande sucesso: saber (conhecimentos), saber-fazer (capacidades), saber-ser (atitudes). Nos anos 90 foi-se impondo um outro conceito, competências, que assumiu um papel importante na reflexão teórico e, sobretudo, nas reformas educativas. Todavia, apesar de inúmeras reelaborações, nunca conseguiu libertar-se das suas origens comportamentalistas e de leituras de cariz técnico e instrumental. Não espanta, por isso, que se tenha adaptado tão bem às políticas da “qualificação dos recursos humanos”, da “empregabilidade” e da “formação ao longo da vida”, adquirindo uma grande visibilidade nos textos das organizações internacionais, em particular da União Europeia. Ao sugerir um novo conceito, disposição, pretendo romper com um debate sobre as competências que me parece saturado. Adopto um conceito mais “líquido” e menos “sólido”, que pretende olhar preferencialmente para a ligação entre as dimensões pessoais e profissionais na produção identitária dos professores. Coloco, assim, a tónica numa (pre)disposição que não é natural mas construída, na definição pública de uma posição com forte sentido cultural, numa profissionalidade docente que não pode deixar de se construir no interior de uma personalidade do professor (NÓVOA, 2009, p. 20)

O conceito do teórico nos parece mais coerente para discutir os processos de construção da identidade profissional do professor na contemporaneidade, haja vista que, em sua perspectiva, não nascemos professores, mas sim tornamo-nos. Isso coloca em destaque aspectos da nossa experiência como sujeitos antes, durante e depois do processo de formação. Nóvoa, assim, discute que a formação deve abarcar cinco dispositivos: o conhecimento, a cultura profissional, o tato pedagógico, o trabalho em equipe e o compromisso social.

A proposta do educador, a nosso ver, amplia a percepção de formação, de modo que além de colocar o professor no centro do processo de formação, relaciona a sua formação não somente ao trabalho realizado em sala de aula, mas sim a todo o universo educacional do qual o professor é agente. Acreditamos que o arcabouço teórico delineado acima poderá contribuir não só com nosso olhar sobre a questão central deste trabalho, qual seja o entendimento discente sobre a relação entre a sua identidade e sua futura prática profissional, mas também a compreensão de como essas perspectivas

podem estar relacionadas à uma visão socialmente construída sobre o que é ser professor.

Caminhos metodológicos: conhecendo os processos de geração dos dados

Tendo em vista seu caráter transdisciplinar (KLEIMAN, 2001), propomos uma análise qualitativa dos dados (FLICK, 2009), entendida como um conjunto de práticas materiais e interpretativas que permitem dar visibilidade ao mundo a partir de um cenário natural, isto é, é uma tentativa de estudar e/ou interpretar determinados fenômenos no sentido de buscar compreender como as pessoas conferem seus significados (DENZIN & LINCOLN, 2006). Como discute Flick (2009), a pesquisa qualitativa trará o texto como material empírico a partir do qual diferentes perspectivas emergirão na construção social da realidade em estudo. Sendo assim, esse tipo de pesquisa tende a ser direcionada de acordo com o processo de investigação que se propõe fazer.

Por este motivo, optamos pelo trabalho com grupos focais (doravante GF) (BARBOUR, 2009), por acreditar ser a técnica que melhor atenda às demandas de nossa pesquisa, isto é, colhemos os dados através de entrevistas realizadas com 4 GF, uma vez que tal procedimento nos levou a compreender de forma mais profunda as visões e representações que emergiram das projeções da categoria “bom professor de português” realizadas por estudantes de Letras.

O critério utilizado para a participação na pesquisa foi a escolha pela habilitação em Letras Português. Assim, para que pudéssemos fazer um panorama geral do curso, optamos por contemplar os estudantes do início e final do curso. O primeiro GF foi formado por 4 estudantes do primeiro período de Letras diurno. O segundo por 4 estudantes do segundo período noturno. Já o terceiro grupo foi formado pela mesma quantidade de estudantes, porém do sétimo período diurno. Por fim, o último GF, também com 4 estudantes do decimo período noturno. Ao total, 16 participantes colaboram com essa pesquisa, todos estudantes da Faculdade de Letras da Universidade de Juiz de Fora.

Cada grupo teve um encontro com o pesquisador, o que ocorreu na faculdade de letras e, embora tenhamos discutido três tópicos acerca de questões relativas à construção da identidade profissional do professor de português, nosso olhar analítico nesse artigo se debruçará sobre as respostas dos alunos ao tópico: o que é ser um bom

professor de português. Cada encontro durou cerca de uma hora e meia, gerando cerca de 5 horas de áudio, os quais foram transcritos segundo as convenções discutidas por Marchuschi (1986).

É necessário, no entanto, informar que não discutimos os dados levando em conta aspectos como gênero, origem e outras. Sabemos que tais variáveis podem influenciar nas projeções dos sujeitos. Entretanto, focalizamos sobre a categoria do bom professor, levando em conta justamente a heterogeneidade de sujeitos que compõem o curso. Mais que isso, vale frisar a importância do trabalho com o discurso discente, haja vista que essa voz é, muitas vezes, silenciada no processo de construção do seu próprio processo de formação.

As projeções do bom professor de português: um olhar sobre a formação docente

Para iniciarmos nossa reflexão, consideramos a questão guia de discussão nos grupos focais, qual seja “o que é ser um bom professor de português?”, qual tinha por objetivo levantar uma caracterização geral do profissional em questão, para tentar compreender quais aspectos são mais proeminentes nessa categoria. É sabido que verbo *ser* cumpre diferentes funções, porém ao acionarmos essa unidade lexical, no contexto em questão, acreditamos que esse *ser* algo acionaria determinados atributos, predicativos referentes a esse profissional “idealizado”. Entretanto, *ser* algo não é algo fixo, homogêneo, haja vista que as identidades são fluídas e complexas.

Nesse aspecto, pareceu-nos interessante trazer à discussão que, para os grupos analisados, percebemos que as respostas dadas ao tópico” seguiam três estruturas preferenciais, quais sejam: i) *ser X*, ii), *ter X*, iii) *fazer X*. Isso, a nosso ver, direciona nosso olhar para a construção de um perfil profissional centrado em 3 esquemas imagéticos distintos: o que ele deve *ser*, o que ele deve *ter*, o que ele deve *fazer*. Embora a estrutura de pergunta estivesse ancorada no verbo *ser*, o esquema *fazer* foi o mais realçado pelos estudantes, indicando-nos que, nas projeções realizadas da categoria de um “bom professor de português”, os aspectos relativos às ações e atitudes se mostram mais relevantes. Isso sugere-nos que os atributos da categoria em questão vislumbram a prática profissional.

Para melhor compreensão, parece-nos relevante apresentar um quadro com a síntese das respostas dos alunos a questão:

BOM PROFESSOR DE PORTUGUÊS			
	É	TEM	FAZ
1º período	<ul style="list-style-type: none"> Exigente Bom leitor 	<ul style="list-style-type: none"> Boa didática/ a característica didática Domínio da língua (não só de gramática, mas da redação e literatura) Paciência Espírito crítico (pra mostrar 'pra gente' porque algo está escrito errado) 	<ul style="list-style-type: none"> Fazer o aluno fazer e refazer (redações) Estimular o aluno a reescrever (redações) Levar os alunos à biblioteca (indicar livros) Passar paixão pro aluno (sobre aquilo que ele está fazendo) Mostrar como a área da letras dialoga com as outras

BOM PROFESSOR DE PORTUGUÊS			
	É	TEM	FAZ
2º período	<ul style="list-style-type: none"> acessível 	<ul style="list-style-type: none"> boa didática/método de ensino diferente noção da realidade social 	<ul style="list-style-type: none"> habilitar (adaptar) o discurso para cada 'tipo' de aluno cativar o aluno mostrar que a língua não é uma coisa estática mostrar (ao aluno) que se pode gostar da disciplina

BOM PROFESSOR DE PORTUGUÊS			
	É	TEM	FAZ
7º período	<ul style="list-style-type: none"> bom leitor ser imparcial 	<ul style="list-style-type: none"> consciência (que precisa ensinar língua e literatura) conhecimento da realidade bom conhecimento de vários gêneros textuais planejamento 	<ul style="list-style-type: none"> deixar o aluno ser protagonista fazer as aulas em conjunto com os alunos conhecer o aluno dar texto sobre questões sociais; dar voz ao aluno não ofender ninguém tentar a multidisciplinaridade

BOM PROFESSOR DE PORTUGUÊS			
	É	TEM	FAZ
10º período	<ul style="list-style-type: none"> mediador (e não transmissor do conhecimento) motivador inovador 	<ul style="list-style-type: none"> didática domínio do conhecimento 	<ul style="list-style-type: none"> motivar o aluno a aprender se adaptar ao dia a dia do aluno; se adaptar à escola, à gestão, à comunidade levar conteúdos que não sejam chatos muito mais que dar aula** improvisar**

Como podemos observar nas tabelas acima, o esquema imagético *fazer* é o mais acionado quando se trata da construção do perfil. Esse achado parece fazer um contraponto interessante com as discussões de Gatti (2010) acerca da construção dos cursos de Letras, uma vez que, segundo a educadora, suas análises dos currículos destas licenciaturas brasileiras direcionam para um modelo de formação centrado na aquisição de conhecimentos teóricos:

Os cursos de licenciatura em Letras apresentam 51,4% de sua carga horária em disciplinas relativas aos conhecimentos disciplinares da área, com predominância de Linguística, e apenas 11% das horasdisciplinas são dedicadas à formação para a docência (GATTI, 2010, p. 1373).

A discussão presente em Gatti valida uma questão: se por um lado o cursos têm focalizado o aspecto teórico, por outro lado, a demanda dos alunos parece reforçar a necessidade por práticas. Nesse aspecto, compreendemos que ao enfatizar práticas didáticas (*estimular o aluno reescrever, fazer as aulas em conjunto com os alunos, levar conteúdos que não sejam chatos*) reforçam que o bom profissional para os grupos analisados se relaciona com a didática, com os aspectos que tocam ao tato pedagógico do professor. Dizendo de outra maneira, enfatiza-se no discurso discente a relação do profissional com sua realidade de trabalho mais imediata, qual seja, a sala de aula. Destacamos também que a relevância dada ao caráter performativo da profissão, em detrimento do *ter* e *ser*, pode ser compreendida como uma característica da sociedade contemporânea, a qual é marcada pelo excesso de informação (disponíveis a um clique) e por sua liquidez (BAUMAN, 2011).

Outro ponto de destaque em nossa análise é pouca ênfase dada a aspectos específicos do trabalho com a língua portuguesa. Embora reconheçam itens relativos ao professor de português (*domínio da língua, dar textos sobre questões sociais, fazer o aluno fazer e refazer -redações*) parece-nos que, um bom profissional, focalizar em aspectos metodológicos, principalmente àqueles relativos a relação professor e aluno é vista como mais importante para este profissional. Nesse sentido, acreditamos que o pouco aparecimento conhecimentos específicos necessários ao trabalho em específico do professor de português se dá, em partes, pela falta de articulação entre teoria e prática nos cursos de formação. A esse respeito discute Oliveira (2010):

Os professores de português geralmente demonstram pouco interesse por questões teóricas. Geralmente, isso é reflexo da maneira como muitos professores de letras, dos quais os professores de português foram alunos,

abordam teorias linguísticas e literárias: sem a menor articulação dessas teorias com a prática pedagógica (OLIVEIRA, 2010, p. 15).

No mesmo sentido que Oliveira, Lima (2014), ao analisar os discurso dos discentes também do curso de Letras da UFJF, constata que, para os estudantes, há uma lacuna entre teoria e prática, que, a nosso ver, impossibilita o aluno fazer as relações entre um aspecto formativo e sua futura prática profissional. Garcia Reis (2017), ao analisar o Projeto Político Pedagógico do curso também percebe que:

o propósito discursivo presente de modo explícito no PPCLetras (2014), embora de extrema importância, não é suficiente para a consolidação de um processo formativo no qual os estudantes possam aprimorar seus conhecimentos linguísticos, de falantes e analistas da língua, e adquirir 122 outros saberes que os levarão (i) a práticas discursivas mais autônomas e especializadas e (ii) ao planejamento e realização de aulas de língua com vistas à ampliação das capacidades linguísticas de seus alunos. (GARCIA-REIS, 2017, p. 257)

As análises da pesquisadora sugerem, assim, que o curso não oferece subsídios para o aprimoramento e ampliação de saberes, os quais permitam ao profissional ser autônomo em sua prática. Em síntese, a caracterização do *bom* professor de português é, senão, uma projeção dos aspectos que parecem estar ausentes na formação do licenciando em Letras. Nesse aspecto, discute um dos participantes do grupo focal, ao falar sobre os saberes de um bom profissional:

Pra mim essa questão da transp/ transposição didática é a mais importante, nesse sentido, assim, de olhar para nossas disciplinas. Porque, assim, se a gente for parar olhar para nossas disciplinas e, de alguma forma, eu tava falando isso hoje de manhã, igual a gente uma disciplina de Pragmática, se a gente conseguisse de alguma forma associar isso com o nosso ensino,... seria muito interessante. Porque Pragmática, por exemplo, é uma matéria muito legal, mas que fica só na parte teórica. Então como a gente pode fazer um trabalho pragmático, por exemplo, com os alunos? Como a gente pode ensinar eles a se adaptarem as várias situações de discurso por exemplo é um trabalho muito interessante. A Semântica a mesma coisa, um eixo MUITO grande, é só teoria. Como a gente pode adaptar a Semântica que a gente aprende aqui pra... vida real dos alunos? E assim nas outras matérias que forem possíveis, por exemplo,... aqui na Letras que eu falo porque é muito, MUITO importante, mas isso fica a cargo da gente magicamente conseguir fazer essa transposição didática. Óbvio, eu aprendi Pragmática, meu deus, como eu posso fazer um trabalho legal com os alunos pra transpor isso?

Trecho retirado de (SANTOS, 2018)

A fala da participante reforça a importância entre a articulação entre teoria e prática, embora parta da não existência dessa ponte no curso de formação, como vimos apontando. Nesse sentido, a partir da análise do perfil do *bom* professor de português, percebemos ser importante apresentar aos discentes possibilidades reais de novas abordagens que vêm dado certo nas salas de aula. Isto é: urge colocar em prática novas propostas de formação, as quais sejam capaz de formar profissionais mais preparados para lidar com os desafios da contemporaneidade.

Considerações Finais

Ancorados nas discussões sobre categorização da Linguística Cognitiva, buscamos nesse artigo compreender aspectos do processo formativo do Curso de Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora a partir da projeção do perfil do *bom* professor de português, construído por alunos do curso em grupos focais.

Como resultado da nossa análise, constatamos que os alunos projetam o perfil de um bom profissional ancorado em três esquemas imagéticos, quais sejam: o que ele

deve ser, o que ele deve ter e o que ele deve fazer, sendo este último aspecto o mais realçado. Nesse sentido, discutimos essa caracterização profissional, destacando as relações que esse perfil tem com achados de outros pesquisadores como Gatti (2010), Lima (2014) e Garcia-Reis (2017), os quais apontam para uma ausência de relações entre teoria e prática nas licenciaturas em Letras.

Por fim, apontamos a necessidade de pensarmos modelos de formação como o discutido por Nóvoa (2009), os quais os professores assumam uma posição de destaque na sua própria formação e haja mais práticas de formação, nas quais a investigação incida sobre a ação docente e o trabalho escolar.

Referências Bibliográficas

ABRUCIO, Fernando Luiz. Formação de professores no Brasil: diagnóstico, agenda de políticas e estratégias para mudança. São Paulo: Moderna, 2016.

ANTUNES, Irandé. Aula de Português: encontro e interação. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

BAKHTIN, M. (1992). Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes.

BARBOUR, Rosaline. Grupos focais. Porto Alegre: Artmed, 2009. Tradução de Marcelo Figueiredo Duarte.

BAUMAN, Zygmunt. Modernidade Líquida. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BERNARDO, F.C. Vida Escolar – o mapa da crise sob a perspectiva discente. 2011. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2011.

CHIZZOTTI, A. Pesquisa em Ciências Humanas e sociais. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005

DENZIN, N. K & LINCOLN, Y. S. A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K & LINCOLN, Y. S. (org.) O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2006.

FELTES, H. P. M. A semântica cognitiva prototípica de Geroge Lakoff. Letras de Hoje: Porto Alegre, v 27, n°3, 1992.

FILLMORE, C. Semântica de frames. Cadernos de Tradução, Porto Alegre, n. 25, juldez, 2009.

_____.Frames and the semantics of understanding. In.: Quaderni di Semantica. Vol. VI, nº 2, Dezembro de 1985.

FLICK, Uwe. Desenho de pesquisa qualitativa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GATTI, B. A. Formação de professores no Brasil: características e problemas. Educação & Sociedade. Campinas, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, out./dez. 2010.

GERALDI, J. W. Portos de Passagem. São Paulo, Martins Fontes, 1991.

KLEIMAN, A .B. Os Significados do Letramento .Campinas: Mercado de Letras, 1995.

LAKOFF, G. Women, fire, and dangerous things: what categories reveal about the mind. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.

LIMA, F. A perspectiva discente sobre a formação profissional em Letras UFJF - construindo um diálogo interteórico a partir da análise semântica do discurso. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014.

MOITA LOPES, L. Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar. São Paulo: Parábola, 2006.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Análise da Conversação. São Paulo: Editora Ática, 1986.

NÓVOA, António. O passado e o Presente dos professores. In: Profissão Professor. Porto: Porto Editora, 1995a. 156 NÓVOA, António. Professores e as Histórias da sua Vida. In: Vidas de Professores. Porto: Porto Editora, 1995b. NÓVOA, António. Professores: imagens do futuro presente. Lisboa: Educa, 2009.

OLIVEIRA, M. B. F. de. Revisitando a formação de professores de língua materna: teoria, prática e construção de identidades. Linguagem em (Dis)curso. Tubarão, v. 6, n. 1, p. 101-117, jan./abr. 2010.

REIS, Andreia Rezende Garcia. Práticas de linguagem na formação dos professores de Língua Portuguesa: uma perspectiva de análise do Projeto Pedagógico do curso de Letras. Veredas: revista de estudos lingüísticos. Juiz de Fora, v 3 - n 1 - 246 – 260 - PPG, 2017.

EDUCAÇÃO EM PRISÕES: “NÃO É PRIVILÉGIO, É DIREITO”! O FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO NO CÁRCERE POR MEIO DA LEGISLAÇÃO.

Diana Helena Alves Muniz
Universidade Federal do Pará

Resumo.

O objetivo desta pesquisa é fazer uma abordagem sobre a legislação que garante educação para os indivíduos em situação de privação de liberdade. Como recurso metodológico foi feita uma exposição e análise das leis a nível internacional e a nível nacional, que contribuíram para a oferta da educação nas prisões brasileiras em vários níveis de ensino. Abrindo as discussões sobre a legislação que garante a educação no cárcere é imprescindível abordarmos a temática dos direitos humanos. Ao longo da história muitas tragédias foram cometidas por causa do desrespeito aos direitos do homem. Em 1948 com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, passamos a ter um referencial universal na garantia destes direitos. A presente declaração passou a ser adotada por muitas nações e por meio da educação seu objetivo é promover o respeito aos direitos e a liberdade do homem.

Palavras chaves: Educação. Prisões. Direitos Humanos.

Abstract.

The aim of this research is to make an approach to legislation that guarantees education for individuals in situations of deprivation of liberty. As a methodological resource, exposure and analysis of laws at the international and national levels was made, contributing to the provision of education in Brazilian prisons at various levels of education. Opening the discussions on the legislation that guarantees education in prison is essential to address the issue of human rights. Throughout history many tragedies have been committed because of disrespect for human rights. In 1948 with the Universal Declaration of Human Rights, we have a universal reference in guaranteeing these rights. The present declaration has been adopted by many nations and through education its goal is to promote respect for human rights and freedom.

Keywords: Education. Prisons. Human rights.

A presença da educação formal nas prisões ainda causa espanto e surpresa nas pessoas. Esse espanto é compreensível diante da visão deturpada que a sociedade tem da função do sistema penitenciário. A função de punir e castigar ainda predomina. Para muitos, criminosos precisam sofrer, e qualquer ação que não represente este pensar, causa estranhamento e muitas vezes, revolta.

Mas é importante ressaltar que este indivíduo privado de liberdade, retornará a sociedade. É esperado que ele estivesse ressocializado, ou seja, preparado para seu

convívio na sociedade. E para que isto seja possível, é preciso auxiliá-lo no seu retorno. É preciso oferecer ao preso oportunidades. Portanto, ressocialização não coaduna com punição.

Diante dos pensamentos preconceituosos a educação no cárcere é compreendida por muitos como privilégio e não como um direito. Diante do exposto, o objetivo do presente capítulo é reafirmar que legalmente a educação é um direito essencial e indispensável à todos os indivíduos, incluindo os privados de liberdade.

Antes de iniciara as discussões sobre a legislação que consolida e fortalece a educação no cárcere, faz-se necessário caracterizar de forma sucinta o sistema penitenciário brasileiro, com foco especial na questão educacional. As considerações serão com base nos dados presentes no levantamento nacional de Informações Penitenciárias. (INFOPEN).

Segundo o levantamento de dados do Infopen, de Junho de 2014, a população prisional é composta por 607,731 pessoas encarceradas. A superlotação nas prisões brasileiras é acentuada, uma vez que são apenas 377 mil vagas no sistema penitenciário brasileiro, havendo um déficit de 231.062 vagas.

Estados Unidos, China e Rússia possuem respectivamente as maiores populações de encarcerados do mundo. O Brasil ocupa quarta posição, destacando entre os países que possuem uma das maiores populações de presos do planeta. Outro agravante, nos dados do Infopen, é que o Brasil também se destaca como um país que possui altas taxas de aprisionamento, ou seja, além das prisões já estarem superlotadas, o país ainda continua de forma acelerada, enviando mais encarcerados para os presídios.

Em relação à faixa etária, a maioria da população prisional é composta por jovens (56 %), que em sua maioria são negros (67%) e que possuem um nível de escolaridade muito baixo, pois a maioria não completou o ensino fundamental (53%). Portanto, o sistema penitenciário brasileiro em sua maioria é composto por homens e mulheres jovens, negros e com baixo nível de instrução.

As informações sobre da população prisional do estado do Pará, segundo os dados da Superintendência do Sistema Penitenciário do Pará (Susipe), possui algumas semelhanças com as informações a nível nacional. A população de presos do Pará ocupa a 9ª posição no cenário nacional, com uma população de 12.984 presos e o sistema penitenciário paraense é composto por 42 unidades prisionais.

Em relação a escolaridade, 57% dos encarcerados possui o ensino fundamental incompleto, segundo os dados do IBGE, a maioria dos encarcerados declaram-se pardos e mais de 50% da população é composta por jovens entre 18 e 29 anos.

Em relação a oferta da educação formal, segundo os dados da Susipe a mesma está presente em 33 unidades prisionais através da modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Nas prisões da região metropolitana de Belém e no interior do estado, em parceria com a Secretaria de Educação (SEDUC), e com as Secretarias Municipais de Educação, as atividades educacionais são efetivadas nas unidades prisionais.

Ainda segundo os dados da Susipe, do total de 12.894 presos, 1.886 presos estudam, sendo 1.195 presentes na educação formal, e o restante são aqueles que desenvolvem atividades na educação não formal e nos cursos profissionalizantes. A porcentagem de unidades prisionais com salas de aulas é de 66% com destaque para as mulheres nas atividades educacionais, uma vez que de um total de 748 mulheres encarceradas, 416 estão estudando.

Abrindo as discussões sobre a legislação que garante a educação no cárcere é imprescindível abordarmos a temática dos direitos humanos. Ao longo da história muitas tragédias foram cometidas por causa do desrespeito aos direitos do homem. Em 1948 com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, passamos a ter um referencial universal na garantia destes direitos. A presente declaração passou a ser adotada por muitas nações e por meio da educação seu objetivo é promover o respeito aos direitos e a liberdade do homem. (PIOVESAN, 2009).

Os direitos humanos devem contemplar a todos os seres humanos, sem estabelecer qualquer tipo de critério para efetiva-lo. O direito a educação se enquadra nos direitos sociais, e assim devem contemplar as pessoas em situação de privação de liberdade. O direito a educação aos apenados é fundamental uma vez que o acesso à educação garante aos presos o acesso a outros direitos.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, da qual o Brasil é signatário, faz referência à importância da educação aos indivíduos:

“Toda a pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental. O ensino elementar é obrigatório. O ensino técnico e profissional deve ser generalizado; o acesso aos estudos superiores deve estar aberto a todos em plena igualdade, em função do seu mérito. A educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais...” (Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948, artigo 26º).

Portanto com referência neste documento universal, apesar de que, no mesmo, não se faz referência direta a presença da educação nas prisões, o direito aos mesmos se estende, uma vez que segundo o texto do documento, “toda pessoa tem direito a educação”.

Além da Declaração Universal dos direitos do Homem, existem outros dois documentos muito importantes que juntamente com a referida declaração, compõem a Carta Internacional dos Direitos Humanos. Os dois documentos citados são: O Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (PIDCP) e o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos Sociais e Culturais (PIDESC). (PIOVESAN, 2009).

O Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (PIDCP), aprovado em 1966, faz referência direta ao tratamento que se deve dispensar os indivíduos privados de liberdade:

1. Todos os indivíduos privados da sua liberdade devem ser tratados com humanidade e com respeito da dignidade inerente à pessoa humana.
3. O regime penitenciário comportará tratamento dos reclusos cujo fim essencial é a sua emenda e a sua recuperação social... (Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, 1966, artigo 10.).

Tratar os encarcerados com “humanidade e respeito”, em uma sociedade alimentada por preconceitos, não é uma tarefa fácil. É um desafio. Uma tarefa árdua. Nota-se que no documento há referência a ressocialização dos encarcerados. O objetivo do sistema penitenciário deve ter como foco a “recuperação social”, do indivíduo. Reforçando a ideia do texto citado acima, os homens encarcerados estão privados de liberdade, mas não devem ser tratados com desumanidade e nem de forma desrespeitosa. Garantir educação aos apenados é uma forma de tratá-los com humanidade.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos e o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, são garantias legais universais que contribuem a nível mundial para o tratamento do indivíduo privado de liberdade. A nível nacional, temos a Lei de Execução Penal de nº 7.210, de 11 de Julho de 1984.

A Lei de Execução Penal representou um avanço significativo na legislação brasileira que orienta sobre como deve ser a gestão dos presídios, em relação aos apenados. No capítulo II, seção V da referida lei, trata-se exclusivamente da assistência educacional:

- Art. 17. A assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado.
- Art. 19. O ensino profissional será ministrado em nível de iniciação ou de aperfeiçoamento técnico.

Parágrafo único. A mulher condenada terá ensino profissional adequado à sua condição. (Lei de Execução penal, 1984, capítulo II, seção V, artigos 17 e 19).

Com base na Lei de Execução Penal, juridicamente, a educação no cárcere se consolida como um “direito” e não como um “privilégio” para os apenados. Esta educação engloba o ensino formal, e a formação profissional dos presos. Um ponto que merece destaque na lei é a orientação de que cada unidade penal deverá possuir uma biblioteca. Orientação acertada, uma vez que o tempo para os indivíduos presos é muito ocioso.

Como ainda orienta o texto da Lei de Execução Penal, a formação profissional do homem encarcerado deve ser oferecida ao mesmo, uma vez que a maioria dos apenados adentra o cárcere sem formação profissional ou qualificação para o trabalho. Portanto, oferecer essa formação ainda no cárcere contribuirá de forma positiva para a sua reintegração a sociedade, pois se preparado para o mercado e trabalho, suas chances de reincidência ao crime tornam-se menores.

Passaram-se trinta e dois anos da existência da Lei de Execução Penal, e mesmo que a educação nos espaços prisionais ainda não tenha alcançado o patamar esperado, muitos avanços na legislação educacional foram alcançados ao longo das últimas três décadas.

Um avanço importante na legislação educacional se deu na constituição de 1934, quando à educação foi reservado um capítulo próprio e de forma inédita o termo “a educação é direito de todos”, foi expresso no artigo 149 da constituição federal, já que na constituição anterior, a de 1891 não foi reservado a educação o devido valor. (BITAR, 2014). Assim se expressa o texto constitucional em relação à educação:

“A educação é direito de todos e deve ser ministrada, pela família e pelos Poderes Públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no País, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da Nação, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana”. (Constituição Federal, 1934, capítulo II, artigo 149)

É compreensível que em nossa primeira constituição, de 1824, houvesse omissão em relação ao direito de educação a “todos”, uma vez que a escravidão era uma prática aceitável pelo estado brasileiro, que já perdurava a mais de dois séculos, e aos escravos não era estendido nenhum direito, mas viviam a margem deles, sendo tratados com preconceito e racismo pela sociedade da época.

A referida constituição, também representou um avanço na garantia da educação como “direitos de todos”, incluindo assim, aos indivíduos privados de liberdade, apesar de não tê-los citados diretamente.

Dentro da abordagem do direito a educação aos indivíduos, é importante considerar o texto da Constituição Federal de 1988:

“A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (Constituição Federal, 1988, artigo 205).

Refletindo sobre os objetivos acima e pensando em sua aplicação ao sistema prisional, percebe-se a necessidade que as pessoas privadas de liberdade têm em serem contempladas, uma vez que o direito a educação é universal. Importante ressaltar que os privados de liberdade, não alcançaram o referido “desenvolvimento pleno”, possivelmente não exerceram a referida “cidadania” e nem tiveram qualificação profissional antes adentrarem o cárcere.

A referida constituição, também representou um avanço na garantia da educação como “direitos de todos”, incluindo assim, aos indivíduos privados de liberdade, apesar de não tê-los citados diretamente.

Um ponto que merece destaque na constituição de 1988 é o artigo 206, item II, quando afirma que o ensino deverá ter como princípio: “Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber”. Levar educação ao cárcere é indispensável, pois as pessoas presas possuem dificuldades e limitações quanto a sua mobilidade, mas em relação à aquisição de conhecimentos não há de haver privações. Seu pensamento é livre.

A garantia dos diversos direitos aos privados de liberdade é essencial. A garantia da educação na prisão enquanto direito social, representa um avanço significativo dentro da ideia do “desenvolvimento pleno da pessoa”, exposto na constituição, visto que é comum na sociedade a ideia de que os criminosos não devem ter qualquer tipo de direitos ou garantias. Ao contrário, entendem que os mesmos devem sofrer todo o tipo de exclusões. E a visão de que os presos devem ser tratados da pior forma possível é amplamente defendida nos programas sensacionalistas na mídia em geral.

A maior parte da população carcerária foi excluída de alguma forma dos processos educativos antes de ingressarem na prisão. De forma paradoxal, privados de

liberdade, com a oferta da educação no cárcere, poderão resgatar ou retomar seus estudos.

Ao problematizar sobre garantia de direitos no Brasil, é importante citar o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) de 2006, o qual tem como referência o Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos (PMEDH) de 2005, do qual também o Brasil é signatário.

Promover a Educação em Direitos Humanos é fundamental em um país marcado por desigualdades onde a grande maioria da população está a margem dos direitos que deveriam ser oferecidos a ela. Quando pensamos nos indivíduos privados de liberdade e a garantia de direitos, a realidade é ainda mais complexa.

Na maioria dos textos que tratam da educação, há uma associação da mesma a prática da cidadania. E de fato eles são indissociáveis. Desta forma, o exercício da cidadania está atrelado a oferta de direitos indispensáveis a sobrevivência do cidadão. Um destes direitos é o direito a educação, pois a partir da mesma, muitos outros direitos serão possíveis conquistar. (Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, 2007).

Outro documento que merece ser destacado dentro do universo de leis que garantem a educação no cárcere é o documento denominado de, As Regras Mínimas para o Tratamento de Reclusos, sendo validado pelo Primeiro Congresso das Nações Unidas sobre a Prevenção do Crime e o Tratamento dos Delinquentes, realizado em Genebra em 1955.

Com base no documento citado acima, em 1994, o Brasil estabelece as Regras Mínimas para o Tratamento do Preso no Brasil. Estas regras contemplam vários aspectos referentes ao tratamento dos encarcerados, tendo separado um capítulo para a assistência educacional. O documento possui semelhanças com o modelo de referência das nações unidas de 1955.

Assim se expressa o texto sobre a oferta da educação aos encarcerados no Brasil:

Art. 38. A assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso.

Art. 39. O ensino profissional será ministrado em nível de iniciação e de aperfeiçoamento técnico.

Art. 40. A instrução primária será obrigatoriamente ofertada a todos os presos que não a possuam.

Parágrafo Único – Cursos de alfabetização serão obrigatórios para os analfabetos.

Art. 41. Os estabelecimentos prisionais contarão com biblioteca organizada com livros de conteúdo informativo, educativo e recreativo, adequados à formação cultural, profissional e espiritual do preso.

Art. 42. Deverá ser permitido ao preso participar de curso por correspondência, rádio ou televisão, sem prejuízo da disciplina e da

segurança do estabelecimento. (Regras Mínimas para o Tratamento do Preso no Brasil, resolução nº 14, de 11 de Novembro de 1994).

As orientações sobre a assistência educacional aos presos garantem a eles não só instrução, mas que também seja ofertado aos mesmos, formação profissional, pois ao retonarem a sociedade deverá estar preparado para os desafios do mercado de trabalho. Percebe-se aqui a semelhança com o texto da Constituição Federal de 1988, que também faz referência a oferta de formação profissional aos indivíduos.

O texto das Regras Mínimas para o Tratamento do Preso no Brasil foi pontual quando se refere à oferta da alfabetização e da instrução primária, tornando a oferta destas modalidades obrigatórias haja vista que a população de analfabetos nas prisões brasileiras é acentuado.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, também é um referencial da legislação educacional que contribuiu para reafirmar a educação carcerária, ainda que não tenha citado exclusivamente os indivíduos privados de liberdade.

Segundo o texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Seção V, Art. 37º, “A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”.

Esta é a realidade dentro das prisões brasileiras, ou seja, a população carcerária é marcada pelo analfabetismo e por um índice elevado de jovens e adultos que não alcançaram efetivação dos estudos ao adentrarem as prisões. Portanto a Educação de Jovens e Adultos é a modalidade de ensino que melhor se adéqua aos espaços prisionais, por possibilitar aos indivíduos encarcerados a efetivação dos estudos durante o tempo que estiverem em cumprimento de suas penas.

A educação de jovens e adultos nos espaços prisionais se fortalece em 2005 com a elaboração do Projeto Educando para a Liberdade, cujo objetivo era consolidar uma política nacional para a oferta da educação nas prisões brasileiras. A elaboração do projeto se deu com a participação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), Ministério da Educação (MEC), Departamento Penitenciário Nacional (Depen), Ministério da Justiça (MJ), UNESCO e com o apoio do governo do Japão. (UNESCO, OEI, AECID, 2009).

Inicialmente o Projeto Educando para Liberdade foi implementado em seis estados: Ceará, Paraíba, Goiás, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Tocantins. No ano de 2006 o mesmo foi implantado em mais seis estados: Acre, Maranhão, Pará,

Pernambuco, Espírito Santo, e Mato grosso do Sul. Muitas atividades foram pensadas no primeiro momento de implantação do projeto como, seminários regionais, nacionais, oficinas e encontros, com o objetivo de trazer visibilidade a nível nacional para o mesmo.

A importância deste projeto para o fortalecimento da educação em prisões foi fundamental principalmente para garantir a educação como um direito aos indivíduos privados de liberdade. É neste momento que se inicia as discussões para a elaboração de um Plano Nacional de Educação de Jovens e Adultos nas Prisões. Diante da relevância deste projeto, assim se expressa Carlos José Pinheiro Teixeira, coordenador de Apoio ao Ensino do Departamento Penitenciário Nacional:

“O Projeto Educando para a Liberdade nasce como a primeira estratégia para a definição, implantação e avaliação de uma política pública de educação nas prisões.... O fundamento do projeto sempre foi o reconhecimento de que o homem privado de liberdade é sujeito de direito, e como tal precisa ser contemplado com as políticas educação...” (TEIXEIRA, 2010, pg. 15).

As legislações sejam a nível nacional ou internacional que tratam da garantia de direitos aos encarcerados, entre eles o direito a educação, que é a abordagem deste capítulo, pretende evidenciar que o indivíduo encarcerado é privado de liberdade, mas não dos direitos essenciais necessários a sua sobrevivência.

O Projeto Educando para a Liberdade, garante à oferta a escolarização aos apenados em todos os níveis de ensino e garante melhor ordenação das questões pedagógicas nos espaços das prisões no Brasil. Além da proposta de oferta de educação no cárcere este projeto trouxe um grande diferencial que foi a remissão da pena por estudo (a cada 12h de estudo, equivale a um dia de remissão), a qual antes era garantida apenas pelo trabalho.

O Projeto Educando para a Liberdade agregou mais importância e valor na educação de jovens e adultos nas prisões. A partir deste projeto outras ações educativas extremamente relevantes para o desenvolvimento da educação no cárcere foram implantadas no sistema penitenciário nacional. A implantação do Programa Brasil Alfabetizado do Ministério da Educação, a oferta do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), e a aplicação do Exame Nacional de Certificação de Educação de Jovens e Adultos (ENCCEJA), são exemplos destas ações significativas.(TEIXEIRA, 2010).

Além da possibilidade de conclusão dos níveis de ensino, fundamental e médio, o indivíduo privado de liberdade, também tem a possibilidade de ingresso no ensino superior por meio do programa Universidade para Todos, do Ministério da Educação.

A trajetória do indivíduo privado de liberdade, apesar de parecer contraditório, diante da realidade do sistema penitenciário brasileiro, pode ser muito positiva, se nesse trajeto houver o encontro do mesmo com a Educação. É revolucionário se pensar que um indivíduo privado de liberdade, pode adentrar a prisão, analfabeto, e optando por estudar, pode sair do cárcere com o ensino superior.

O Projeto Educando para a Liberdade, abriu caminho para o advento de outras determinações que contribuiriam para o fortalecimento da educação prisional. A proposta da construção das Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais, surgiu durante a elaboração do projeto.

As Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade foram fundamentais para consolidar a educação em prisões, uma vez que representam uma referência para todos os que atuam na área pedagógica nas prisões a nível nacional. Algumas orientações das Diretrizes Nacionais merecem ser destacadas, como por exemplo, a possibilidade de alguns internos estarem colaborando com o desenvolvimento das atividades educacionais, na função de monitores educacionais.

Assim se expressa o texto das Diretrizes Nacionais: “A pessoa privada de liberdade ou internada, desde que possua perfil adequado e receba preparação especial, poderá atuar em apoio ao profissional da educação, auxiliando-o no processo educativo e não em sua substituição”. (Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais. 2010. Art. 11)

Outro ponto presente nas Diretrizes Nacionais, que merece ser destacado é referente ao calendário das atividades educacionais no cárcere. A orientação das Diretrizes é que os estabelecimentos penais “sigam um calendário unificado”. Considerando que ocorrem muitos casos de transferências de internos entre as casas penais, é importante manter um calendário comum, para que a continuidade dos estudos seja possível a todos os estudantes privados de liberdade.

Em relação à educação superior, as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade se expressa da seguinte forma:

“Devem ser garantidas condições de acesso e permanência na Educação Superior (graduação e pós-graduação), a partir da participação em exames de estudantes que demandam esse nível de ensino, respeitada as normas

vigentes...”. (Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais. 2010. Art. 12).

A oferta da educação superior ao indivíduo privado de liberdade representa de fato um grande avanço para eles, uma vez que após os mesmos concluírem o ensino médio, poderão dar continuidade nos estudos, a caminho do ensino superior. Apesar do avanço na garantia deste direito aos presos, deve-se considerar que nem todos tem possibilidade de cursar a academia, pois este direito de sair da casa penal para a universidade, por meio de escolta policial, é garantido aos presos em regime semiaberto.

Os presos do regime fechado não têm esta concessão, o que o impede de cursar o ensino superior, mesmo que este seja aprovado nos processos seletivos de ingresso ao ensino superior. Por que dar a eles a possibilidades de ingressarem nesta modalidade de ensino, se não haverá condições legais para que eles possam ser conduzidos às universidades?

Mas segundo as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade, “devem ser garantidas condições de acesso e permanência na Educação Superior...”. Portanto, seria importante se criar novos mecanismos da “permanência” destes indivíduos no ensino superior. Se os presos não podem sair para cursar a graduação, por que então as universidades não adentram os cárceres para garantir a eles a sua formação superior?

Existe um projeto inovador recentemente implantado nas unidades prisionais, que veio para fortalecer ainda mais a educação nestes espaços. É o projeto remissão de pena por meio da leitura. Para garantir a remissão, é necessário que o apenado conclua a leitura de um livro no prazo de 30 dias e em seguida elabore uma resenha. Se a resenha for aprovada, o estudante terá quatro dias a menos na sua pena. (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA)

O acompanhamento das atividades de leitura das obras se dá por meio de um grupo de educadores que orientam os estudantes na leitura, interpretação e construção das resenhas críticas com o objetivo de fortalecer o hábito da leitura aos homens presos.

O projeto de remissão de pena por leitura representa mais um ganho para o sistema penitenciário brasileiro no universo educacional. O homem privado de liberdade é privado de “liberdade”, mas não privado de acesso ao conhecimento e a informação.

Por meio da leitura existe a possibilidade do indivíduo preso adquirir mais informação e conhecimento. Por meio da leitura o indivíduo preso “ocupa” seu tempo,

na maioria das vezes, “ocioso”. Por meio da prática da leitura e aperfeiçoando seu intelecto, o indivíduo preso prepara seu retorno ao convívio em sociedade.

Finalizando as discussões sobre a legislação que garante a educação no cárcere aos indivíduos privados de liberdade, como direito e não como privilégio, façamos algumas considerações sobre o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional, PEESP de 2011.

Entre as diretrizes do Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional, consideremos o que afirma a primeira diretriz do PEESP: “promoção da reintegração social da pessoa em privação de liberdade por meio da educação”. Que grande responsabilidade e desafio recaem sobre a educação prisional, a da “reintegração social”, do homem encarcerado. Mas um fato é inquestionável: de que a educação pode sim, contribuir positivamente para a ressocialização do indivíduo privado de liberdade.

Para que a educação cumpra com sua missão de contribuir para a reintegração do homem encarcerado é imprescindível o apoio dos órgãos competentes. Assim se expressa o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional, sobre o papel do Ministério da Educação:

"I - equipar e aparelhar os espaços destinados às atividades educacionais nos estabelecimentos penais;
II - promover a distribuição de livros didáticos e a composição de acervos de bibliotecas nos estabelecimentos penais." (Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional. Art. 6º, 2011)

Para que a atividades educacionais desenvolvidas nas prisões sejam de qualidade e contribuam para as relações de ensino-aprendizagem, é preciso ter mecanismos favoráveis para tal, uma vez que muitas unidades prisionais possuem salas de aulas sem as mínimas condições de realizarem atividades pedagógicas.

É louvável se pensar em educação em um espaço atípico que é a prisão. A educação em prisões representa um avanço significativo no processo de resgate da dignidade dos apenados e seu preparo para retornar a sociedade, mas transformações ainda são urgentes e necessárias para que seja desconstruída a ideia de que a educação em prisões é um “privilégio” aos homens encarcerados. A educação aos apenados é um direito, um direito essencial e indispensável a sua reintegração social.

Referências.

__ BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. Diário Oficial da União, Brasília, 13 jul. 1984.

__ CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL: promulgada em 5 de outubro de 1988. 21ª ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 1999.

__ Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948.

__ Educando para a liberdade: trajetória, debates e proposições de um projeto para a educação nas prisões brasileiras. – Brasília: UNESCO, Governo Japonês, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, 2006.

__ INFORMAÇÕES PENITENCIÁRIAS, INFOPEN - JUNHO DE 2014. DEPEN, Departamento Penitenciário Nacional.

__ MEC, SECADI. Diretrizes Nacionais para a oferta de Educação para Jovens e Adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais. Brasília, Brasil, 2010.

__ Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional. Art. 6º, 2011)

__ Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos / Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007.

__ Regras Mínimas para o Tratamento do Preso no Brasil. Brasília: Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, 1995.

BITAR, Carla Bianca. Educação e direitos humanos no Brasil. São Paulo: Saraiva, 2004.

Educação em prisões na América Latina: direito, liberdade e cidadania. Brasília: UNESCO, OEI, AECID, 2009.

PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos e o direito constitucional. São Paulo: Saraiva, 2009

TEIXEIRA, Carlos J. P. O projeto educando para a liberdade e a política de educação nas prisões. In: Craidy, C. M (Org.). Educação em prisões: direito e desafio. Porto Alegre: Ed da UFRGS, 2010.

MECANISMOS LEGAIS DE "PRIVATIZAÇÃO" NO ÂMBITO EDUCACIONAL BRASILEIRO: A EMERGÊNCIA DAS PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS

Gregory Luis Rolim Rosa¹
Universidade Federal do Paraná

Kelly Letícia da Silva Sakata²
Universidade Estadual do Centro-Oeste

847

Resumo: O presente texto tem por objetivo discutir a abertura, em termos legais e históricos, das Parcerias público-privadas – PPP no âmbito educacional brasileiro. Para tanto, apresenta discussões históricas a partir da década de 1990, com as propostas do Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado, até o golpe parlamentar, jurídico, midiático, desencadeado no Brasil, em 2016. Indica ainda, as leis que emergiram para normatizar as PPP e com base nos dados disponíveis no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, traz alguns apontamentos realizados nas pesquisas sobre o tema nos Programas de Pós-Graduação em Educação das IES públicas do estado do Paraná. Ao final concluí que a estratégia das PPP que emergiram após a publicização posta nas propostas da década de 1990, não possuem o intuito de conciliação de interesses entre o público e o privado, ou a intenção de sanar a crise do capital. Esta estratégia desobriga o Estado quanto à realização das políticas sociais ao mesmo tempo em que trabalha em prol dos interesses dos agentes privados, ou seja, em favor do capital.

Palavras-chave: Política Educacional; Parceria Público-Privada; Pesquisa na Pós-Graduação.

Abstract: The present text aims to discuss the opening, in legal and historical terms, of Public-Private Partnerships - PPP in the Brazilian educational area. To that end, it presents historical discussions beginning in the 1990s with the proposals of the Master Plan for the Reform of the State Apparatus, until the parliamentary, legal, mediatic coup, unleashed in Brazil in 2016. It also indicates the laws that emerged for to standardize the PPPs and based on the data available in the Catalog of Thesis and Dissertations of CAPES, brings some notes made in the researches on the subject in the Postgraduate Programs in Education of Public Universities of the State of Paraná. It concluded that, the strategy of PPPs that emerged after the publicity put forward in the proposals of the 1990s, do not have the intention of conciliation of interests between the public and the private, or the intention to repair the capital crisis. This strategy relieves the State of the realization of social policies while at the same time working for the interests of private agents, that is, in favor of capitalism.

Keywords: Educational Policy; Public-Private Partnership; Research in the Graduate.

Introdução

¹ Mestrando em Educação – Linha de Pesquisa em Políticas Educacionais

² Mestranda em Educação – Linha de Pesquisa em Políticas Educacionais, História e Organização da Educação

A discussão a respeito das parcerias público-privadas – PPP remetem à problematizações acerca da redefinição do papel do Estado, posto após a década de 1990 no Brasil, e a emergência do terceiro setor como forma de *minimizar* a crise posta pelo capitalismo neoliberal. No presente estudo partimos destas problematizações para discutir a abertura, em termos legais e históricos, das PPP no âmbito educacional brasileiro tendo como pressuposto epistemológico o materialismo histórico e dialético, pautado nos escritos de Antônio Gramsci³.

Entendemos que a classe burguesa para se manter como classe hegemônica comumente utiliza os aparelhos repressivos e aparelhos de convencimento⁴. Porém, neste novo cenário ela desenvolveu espaços de dominação realizados na sociedade civil via Fundações privadas e Associações sem fins lucrativos-FASFIL. Com finalidades relacionadas, principalmente ao assistencialismo, estes agentes privados por meio de discursos carregados de *filantropia e justiça social* disseminam a ideologia da classe dominante, formando uma determinada vontade coletiva.

O presente texto, para além de discutir as questões históricas que fizeram emergir as PPP posta no primeiro tópico, traz um levantamento das leis que abriram brechas para a normatização das parcerias entre o setor público e o privado ficando perceptível que ambos caminham juntos, tendo como facilitador a legislação. Assim, o ordenamento jurídico torna-se permissivo quanto às PPP.

A partir de dados disponíveis no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, discute-se no terceiro tópico como as PPP vêm sendo abordadas e analisadas no campo da pesquisa. Ao final concluí que a estratégia das PPP não possui o intuito de conciliação de interesses entre o público e o privado, pois, as PPP representam a classe burguesa, emergindo a desobrigação do Estado quanto à realização das políticas sociais. Neste sentido as PPP trabalham em prol do capital, ou seja, da classe pertencente à elite dominante.

A década de 1990 e a abertura das PPP no âmbito educacional

³ Antônio Gramsci nasceu em 23 de janeiro de 1891 em Ales e faleceu em 37 de abril de 1937, foi o fundador do partido comunista da Itália sendo um dos grandes teóricos da linha marxista. Disponível em: <<http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv79.htm>>. Acesso em 18 jun. 2018. Devido às limitações de tempo e de compreensão, visto a extensão e as dificuldades de interpretação de sua obra, Cadernos do cárcere volume 3, escrita pelo autor durante sua prisão foi a principal fonte utilizada durante a pesquisa.

⁴ Aparelho repressivo entendido como o *ordenamento estatal militar* e aparelho de convencimento entendido como o *movimento posto pela sociedade civil* por meio da mídia, igreja, entre outras instituições.

As PPP emergem como resultados de um projeto de sociabilidade neoliberal da chamada Terceira Via que desde o final dos anos 1990 “[...] vem sendo o principal discurso político-ideológico a referendar a práxis hegemônica das elites dominantes e dirigentes do capitalismo global” (GROPPO; MARTINS, 2008, p. 216).

O seu principal propagador foi o sociólogo britânico Anthony Giddens⁵. Este projeto segundo Neves (2005, p. 15), nega o conflito de classes indicando até uma inexistência desta divisão nas sociedades atuais. Ele fomenta o discurso sob os princípios da *democracia formal*, como alternância de líderes no poder, conciliação de interesses postos pelos grupos sociais, participação da população nas questões políticas, auto-organização, trabalho voluntário e ideologia de *responsabilidade social das empresas*. Neste sentido, omite-se a relação entre exploração e explorados e, conseqüentemente, a luta de classes. Assim, a terceira via é uma estratégia que visa a regulação das contradições entre o poder público e o privado para a manutenção do capital.

Portanto, esta estratégia de PPP não é uma realidade posta somente no Estado brasileiro. Este projeto é a materialização de uma pedagogia hegemônica internacional com o movimento chamado Educação para Todos - EPT⁶. Neste movimento a classe dominante se organiza por meio de aparelhos privados, o qual faz a captação de intelectuais orgânicos com o intuito de expansão do capital. O intuito destes aparelhos é o da formação de capital humano, o qual exige competências necessárias para o mercado de trabalho. Este movimento é realizado sob o discurso da colaboração e da solidariedade, em que não se discute as condições sociais e econômicas de implementação das políticas públicas. Neste sentido, as PPP seriam a *salvação para o insucesso* escolar.

No Brasil a abertura para as PPP bem como a redefinição do papel do Estado, emergiu no primeiro mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso - FHC (1995 a 1998) por medidas de regulação. Para tanto, criou-se o Ministério da Administração e reforma do Estado – MARE, que gerou o documento: *O Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado* (1995).

⁵ Nascido em 18 de janeiro de 1938, Anthony Giddens é membro do King’s College e foi professor de Sociologia da Universidade de Cambridge. Foi diretor da London School of Economics and Political Science entre 1997 e 2003. Disponível em: <<http://editoraunesp.com.br/blog/giddens-e-sua-contribuicao-para-a-sociologia>>. Acesso em 08 de jan. 2018.

⁶ Para maiores esclarecimentos consultar: Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem Jomtien, 1990. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>>. Acesso em: 11 de jun. 2018.

Dentro desta lógica a descentralização proposta pelo Estado indica uma mudança de administração burocrática para uma administração gerencial apontado no documento citado (Brasil, 1995). O qual discorre a *necessidade de mudança* visto que as reformas administrativas desenvolvidas anteriormente contribuíram para a criação e centralização de órgãos que foram se tornando obsoletos. O documento ressalta o papel da descentralização como estratégia e indicação legal,

Visando maior racionalização no uso de recursos, a Constituição de 1988 assegurou como princípio administrativo a descentralização da execução dos serviços sociais e de infra-estrutura, bem como dos recursos orçamentários para os estados e municípios. Conseqüentemente, estes últimos aumentaram sua participação na repartição da carga tributária. Entretanto, os avanços no sentido de conceder maior autonomia na execução de serviços e de favorecer as unidades subnacionais caminham lentamente, menos por falta de definição legal do problema, e mais pela crença arraigada na cultura política brasileira de que cabe à União promover diretamente o desenvolvimento social do país. (BRASIL, 1995, p. 26).

Entendemos que esta descentralização por meio dos ajustes da reforma, fomentou à desobrigação do Estado quanto às políticas públicas, principalmente as educacionais, e o seu trabalho em favor do capital, pois, o mesmo se ajustou as regras de mercado. A publicização indicada por Bresser (1998, p. 70) seria um programa que prevê “[...] a transformação desses serviços em "organizações sociais" - uma entidade pública de direito privado que celebra um contrato de gestão com o Estado e assim é financiada parcial ou mesmo totalmente pelo orçamento público”. Neste sentido, a publicização posta pelo documento fomentou as PPP.

Este projeto não se restringiu ao âmbito educacional, o mesmo foi um projeto societário global que ainda está em curso, e que pode ser verificado pela continuidade entre os governos de FHC (1995-2002) e o de Luiz Inácio Lula da Silva - Lula (2003-2010). A continuidade, principalmente entre as alianças que se formaram, foi posta antes mesmo da candidatura de Lula, por meio da Carta aos brasileiros⁷.

Entendemos que as indicações de parcerias emitidas na década de 1990 se inclinavam para as questões financeiras de cunho mercadológico economicista, e em 2006 com o Todos pela educação - TPE⁸, desdobramento do EPT, as questões ideológicas ganham destaque. Podemos perceber este fato por meio da dissertação *Movimento Todos Pela Educação: um projeto de nação para a educação brasileira*, em que a autora destaca que:

⁷ Disponível em: <http://www.iisg.nl/collections/carta_ao_povo_brasileiro.pdf>. Acesso em: 10 de jun. 2018.

⁸ Disponível em: <<https://www.todospelaeducacao.org.br/>>. Acesso em: 11 de jun. 2018.

[...] a participação simultânea em instituições de natureza tão diversa confere ao TPE capilaridade, legitimação, e uma circulação e compartilhamento de suas ideias e ideais, como a defesa da filantropia, voluntariado, responsabilidade social empresarial, colaboração e corresponsabilidade, tanto junto às instâncias decisórias no interior do aparelho do Estado, como no conjunto da sociedade, contribuindo, dessa forma, para a criação e consolidação de consensos (MARTINS, 2013, p. 43).

A autora ressalta, ainda, que tais características de desvinculação do empresariado, principalmente por intermédio midiático, fazem com que haja um *consenso* social e uma aderência as suas propostas, pois, a indicação é de uma representatividade de *todos*. Neste sentido, para Gramsci (1999, p. 449), “Conseguir convencer que “o mundo caminha” numa certa direção significa, apenas e tão-somente, conseguir convencer sobre a inelutabilidade da própria ação e obter o consenso passivo para sua explicitação”.

Indicamos que este projeto societário é promovido por um *segmento* social, o grupo da elite empresarial, portanto o TPE responde aos seus interesses. O mesmo fere, inclusive, os princípios da democracia burguesa⁹, visto que não há participação dos educadores em seu desenvolvimento. O TPE, reorganiza a “[...] educação pública em torno de um projeto único em que pactuariam (a partir de consensos) os governos, os diferentes setores da sociedade e os empresários, sempre sob a liderança destes” (MARTINS, 2013, p. 60). Sobre esta questão pontuamos que para Gramsci a tarefa educativa e formativa do Estado é

[...] sempre o de criar novos e mais elevados tipos de civilização, de adequar a “civilização” e a moralidade das mais amplas massas populares às necessidades do contínuo desenvolvimento do aparelho econômico de produção e, portanto, de elaborar também fisicamente tipos novos de humanidade (GRAMSCI, 2016, p. 23).

Atualmente com o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff do Partido dos trabalhadores – PT (2011-2016) e a posse de Michel Temer do Partido do movimento democrático brasileiro – PMDB (2016 - atual) a correlação de forças¹⁰ modificou-se. O projeto societário neoliberal e reacionário ganhou força e o resultado

⁹ Para Décio Saes (1987) a democracia se difere ao longo da história e é vinculada ao tipo de Estado vigente, sendo nomeada como democracias pré-burguesas, (democracia antiga e democracia medieval), democracia burguesa e democracia socialista. Sendo a democracia burguesa a forma de Estado em que a classe social exploradora (capitalistas) logra, por predominar invariavelmente no Parlamento, formalmente aberto a todas as classes sociais, repartir com a burocracia de Estado a capacidade de definir e implementar a política de Estado. Também é, correlatamente, o regime político no qual a competição partidária com vistas à conquista do controle do Parlamento existe, mas é dominada invariavelmente pelos partidos políticos objetivamente comprometidos com a conservação do capitalismo.

¹⁰ Entre o projeto societário global representado pela elite dominante (empresários) e o projeto de sociedade emancipatório de origem proletária.

foi retrocessos de toda natureza¹¹. Nesta situação as PPP alavancaram sendo entendida pelo setor empresarial como um *nicho econômico*.

Assim, sinalizamos que o “[...] conceito de público estatal e público não estatal abriu novas perspectivas para o empresariado: a gestão por concessão. Desta forma, aquela divisão fundamental entre o público e privado ficou matizada” (FREITAS, 2012, p. 386). Após esta discussão inicial, emerge a questão: Como o aparato jurídico brasileiro aborda as PPP no âmbito educacional? Esta é a proposta de discussão do próximo tópico.

Leis que normatizam as PPP: avanços ou retrocessos?

Analisamos nessa seção, como as PPP estão materializadas nos documentos legais que sustentam a educação brasileira, devido à extensão do aparato jurídico no âmbito educacional, nos detemos na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei 9.394/96.

A Constituição traz nos seus Artigos 205, 206, 209 e 213 as possibilidades de relação entre o público e o privado no ensino. O Artigo 205, ao estabelecer “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família” aponta a colaboração da sociedade na garantia desse direito, dando abertura à iniciativa privada também explícita no Artigo 206, o qual aponta a possibilidade de “coexistência de instituições públicas e privadas de ensino”.

O Artigo 209, evidencia a livre iniciativa privada no ensino, ficando sujeita ao “cumprimento das normas gerais da educação nacional e a autorização e avaliação de qualidade pelo poder público” Ainda, no Artigo 213, a partir da Emenda Constitucional nº 85/2015, é possível evidenciar a destinação de apoio financeiro à instituição comunitárias, confessionais ou filantrópicas. (BRASIL, 1988).

Ainda sobre a Constituição Federal, é importante destacar a Emenda Constitucional nº 59/2009. A partir desta emenda, além da alteração na forma de destinação de recursos para a educação pública, passa a ser obrigatória além de gratuita, a educação dos quatro aos dezessete anos. Entretanto, como aponta Cossetin (2017, p. 307),

Há uma subalternização do segmento creche, por sua não obrigatoriedade. Demonstra-se uma dicotomia no atendimento à criança pequena,

¹¹ Como exemplos: a reforma trabalhista Lei nº 13.467/2017; a Emenda Constitucional nº 95 que congela os gastos públicos durante vinte anos; a Lei nº 13.415/2017 sobre a reforma do ensino médio; e o Programa Escola sem Partido.

permanecendo uma estratégia que favorece e converge com as políticas que podem indicar para as parcerias público-privadas, também pelo fato de manter-se o repasse de recursos públicos às instituições filantrópicas, ONGs, institutos etc. por meio de convênios com organizações sociais e outras estratégias e arranjos.

É importante destacar que o Estado não detém a titularidade ou prerrogativa exclusiva sob os serviços de saúde, de educação, de previdência social e assistência social. Ou seja, de acordo com a Constituição, não pertence ao Estado a exclusividade na prestação de oferta dos serviços elencados, possibilitando aos entes privados a livre exploração destes serviços. (PAIVA, 2016; BRASIL, 1988).

Desta forma, muitos serviços antes de responsabilidade e desempenhadas pelo Estado, inclusive a educação, são repassadas e realizadas pela iniciativa privada, ou seja, o Estado passa de prestador e executor de serviços públicos à fiscalizador e regulador, sendo o parceiro privado responsável pela execução desses serviços.

A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 9.394/96, acompanha a Constituição Federal de 1988, enfatizando em seus artigos 7, 19 e 20, a existência de instituições públicas e privadas para a garantia da oferta da educação. Em seu Artigo 77, a LDB estabelece que “os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas”. (BRASIL, 1996). A LDB ratifica o exposto na Constituição Federal, confirmando o repasse de dinheiro público para instituições privadas que visem lucro ou não, e evidencia segundo Cossetin (2017, p. 121), “a possibilidade de atuação do terceiro setor na educação pública, seja por meio das ONGs, das Fundações, Institutos, entre outros, que são autorizadas a receber financiamento público para atuar diretamente na educação pública”.

A legislação no Governo FHC possibilitou o avanço do ideário neoliberal no Brasil e a implementação de políticas que facilitassem as parcerias público-privadas a partir do contexto da década de 1990. Com base na Constituição Federal e na LDB, leis como a Lei nº 9.790/99 admitiram a possibilidade de organizações sociais realizarem parcerias com o poder público na promoção gratuita da educação. Nos governos seguintes (Luis Inácio Lula da Silva 2002-2010 e Dilma Vana Rousseff 2010-2016), os quais, mesmo avançando em políticas sociais, evidencia-se a influência do empresariado processo de formulação de políticas para a educação que tem continuidade reforçam o estabelecimento de parcerias e sua legalidade. (DEL PIETRO, 2011; COSSETIN, 2017).

O processo de concessão dos serviços públicos presente na legislação brasileira e até então observado nas Leis nº 8.987/95 e Lei nº 9.074/95, é substituído pela Lei 11.079/04, a qual atualiza a forma de delegação da execução de serviços públicos a particulares por meio de concessões patrocinada ou administrativa, parcerias público-privadas, e as formas de convênio, contrato ou parceria. (DI PIETRO, 2011; BRASIL, 2004).

Sancionada em 30 de dezembro de 2004 pelo então Presidente Luis Inácio Lula da Silva, a Lei 11.079/04, institui normas gerais para licitação e contratação de PPP, no âmbito da Administração Pública Federal, ampliando as possibilidades de concessões e parceria estabelecidos em dispositivos legais anteriores. De acordo com o seu Artigo 1º “se aplica aos órgãos da Administração Pública direta, aos fundos especiais, às autarquias, às fundações públicas, às empresas públicas, às sociedades de economia mista” (BRASIL, 2004).

Enfatizamos nos governos em destaque, a proximidade do empresariado na gestão do Governo Federal e sua influência na abertura legal para as PPP. Como destaque, a criação da Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade (CGDC) responsável pela definição/formulação de políticas públicas e criada pela Presidenta Dilma no ano de 2011, tendo como presidente Jorge Gerdau Johannpeter executivo da Gerdau, principal produtora de aço no Brasil e presidente do Movimento Todos Pela Educação. (SANDRI, 2016).

A CGDC facilita o estreitamento das parcerias como também influencia na alteração das legislações sobre o tema. A primeira alteração é vista na redefinição regras para o estabelecimento de termos de parcerias com as Organizações da Sociedade Civil, por meio da Lei nº 13.019¹² de 31 de julho de 2014, substituindo a Lei nº 9.790¹³, que foi editada no período em que FHC era Presidente. Essa nova Lei, a 13.019, é alvo de modificações no ano de 2015 por meio da Lei nº 13.204¹⁴ de 14 de dezembro de 2015,

¹² Acrescenta a possibilidade de atuação na: VI - a valorização da diversidade cultural e da educação para a cidadania ativa; Inclui a possibilidade, no artigo 30, de que a [...] administração pública poderá dispensar a realização do chamamento público: II nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem pública, para firmar parceria com organização da sociedade civil que desenvolvam atividades de natureza continuada nas áreas de assistência social, saúde ou educação que prestem atendimento direto ao público e que tenham certificação de entidade beneficente de assistência social (BRASIL, 2014, s/p);

¹³ Admite a participação de organizações sociais na: III – promoção gratuita da educação, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei (BRASIL, 1999, s/p).

¹⁴ Mantém o artigo 30 e emenda: I - no caso de urgência decorrente de paralisação ou iminência de paralisação de atividades de relevante interesse público, pelo prazo de até cento e oitenta dias; II - nos casos de guerra, calamidade pública, grave perturbação da ordem pública ou ameaça à paz social; VI no caso de atividades voltadas ou vinculadas a serviços de educação, saúde e assistência social, desde que

ambas promulgadas no período em que Dilma Rousseff era Presidenta do Brasil. (SANDRI, 2016).

Ao longo do processo de reestruturação do aparato legal, o Estado procurou eximir-se do seu papel, facilitando a entrada e participação do empresariado na elaboração, efetivação e promoção de políticas públicas. Como aponta Cossetin (2017, p. 171), “a lei, a n.º 13.204, flexibiliza de forma clara a possibilidade das parcerias, estabelecendo até mesmo a possibilidade da dispensa de chamamento público. Dá-se um passo importante na simplificação das exigências para a formação das parcerias, também, no que se refere à educação”.

Ainda, é perceptível que na educação, o público e o privado andam lado a lado, tendo como facilitador a legislação a qual viabiliza essa relação. Percebemos, ainda que de forma breve, que a legislação brasileira não veta a relação entre os setores público e privado, ao contrário, há considerável permissividade por parte do ordenamento jurídico. Não há antagonismo ou ilegalidade evidente, o que se questiona e deve ser pauta de análise é o entrelaçamento entre o público e o privado em relação ao financiamento e destinação de recursos da educação pública ao setor privado.

Sobre estas questões, na próxima seção procuramos contextualizar, a partir das produções dos Programas de Pós-Graduação da IES públicas do Estado do Paraná, como as pesquisas tem evidenciado e analisado a parceria público privada na educação brasileira.

As PPP como foco de pesquisa nos PPGES da IES públicas paranaenses

Com a finalidade de evidenciar como a temática das PPP vem sendo abordadas e analisadas no campo da pesquisa, tomamos como recorte o contexto da Pós-Graduação em Educação do Estado do Paraná. De acordo com os dados disponibilizados pela Plataforma Sucupira, o Estado do Paraná conta com 11 Programas de Pós-Graduação em Educação, sendo 8¹⁵ ofertados por IES públicas e 3¹⁶ em IES privadas.

executadas por organizações da sociedade civil previamente credenciadas pelo órgão gestor da respectiva política;

Art. 84C - Os benefícios previstos no art. 84-B serão conferidos às organizações da sociedade civil que apresentem entre seus objetivos sociais pelo menos uma das seguintes finalidades: III - promoção da educação (BRASIL, 2015, s/p,);

¹⁵ Universidade Estadual de Londrina; Universidade Estadual de Maringá; Universidade Estadual de Ponta Grossa; Universidade Estadual do Centro-Oeste; Universidade Estadual do Oeste do Paraná e; Universidade Federal do Paraná;

¹⁶ Centro Universitário Internacional (UNINTER); Pontifícia Universidade Católica do Paraná e; Universidade Tuiuti do Paraná;

Considerando os dados da Plataforma Sucupira como filtros de pesquisa, recorreremos ao Banco de Teses e Dissertações da CAPES, buscando pesquisas alinhadas ao tema e que analisam as parcerias público-privadas na educação brasileira. A busca no Banco da CAPES, resultou em 50 trabalhos que abordam o termo “parceria público-privada”, entretanto, após a análise e leitura das pesquisas, apenas 10 trabalhos, 5 teses (PAIVA, 2016; TURMENA, 2016; COSSETIN, 2017; CORRÊA, 2016; SANDRI, 2016); e 5 dissertações (MORGADO, 2011; FARIAS, 2015; TURMENA, 2009; PERES, 2009; RODRIGUES, 2016) realizam a análise das PPP, enquanto os demais apenas citam a ocorrência na gestão educacional nos contextos de análise.

A partir da amostra, podemos inferir que as pesquisas sobre a temática ainda são recentes no contexto dos Programas de Pós-Graduação nas IES públicas do PR. Ainda, analisando o contexto de espaço e tempo, nota-se que as pesquisas foram elaboradas no período dos Governos “Lula” e “Dilma”, período de maior aproximação entre os setores público e privado, de flexibilização da participação do empresariado nas políticas públicas para a educação. Podemos evidenciar essa constatação ao observarmos as o foco de pesquisa abordados nos trabalhos acima apresentados.

As pesquisas se orientam pela explicitação da influência das PPP na educação brasileira em seus diferentes níveis. Paiva (2016), conceitua o público não estatal e sua implicação no campo educacional brasileiro, evidencia que a partir da década de 1990, sob a influência do Banco Mundial, dá-se início o processo a transferência para a sociedade civil de atividades prestadas pelo setor público, promovendo a expansão do setor privado filantrópico e empresarial na educação brasileira.

Corrêa (2016), tem como foco a análise da gestão educacional nos municípios brasileiros evidenciando a influência do setor privado nas ações das secretarias municipais de ensino. Em sua análise, a autora evidencia a forte presença do setor privado na gestão educacional dos municípios, influenciando na elaboração de normas, na orientação para a utilização de recursos e ainda com o papel de fiscalizador sob a permissividade legal.

Dois pesquisas procuram situar as PPP no âmbito da Educação Infantil. Morgado (2011), ao analisar os Programas Primeira Infância Melhor (PIM) e Fundo do Milênio para a Primeira Infância, constata que a vertente neoliberal incorporada por organizações como UNESCO e UNICEF, norteia e propõe políticas e programas focalizados e descentralizados como efetivação das políticas públicas sociais, alterando

o foco de investimentos da área social, consentindo às organizações e entidade privadas a atuação na elaboração de sociais e programas para a Educação Infantil.

Cossetin (2017), delimita a consolidação da atuação do empresariado brasileiro na definição e implementação de políticas públicas para a educação básica, em especial, na Educação Infantil. Discute como o empresariado, por meio de organizações, em especial, o movimento Todos Pela Educação – TPE - e seus parceiros, têm-se constituído como articuladores para a consolidação das parcerias público-privadas, concluindo que as propostas apresentadas são provenientes de uma classe social que possui afiliação não com os frequentadores da escola pública, mas, com os interesses daqueles que procuram a manutenção e reprodução do capital sob influência dos organismos internacionais.

Sandri (2016), analisa a relação público-privado no contexto do Ensino Médio. Investiga o convênio de participação entre o Instituto Unibanco e a educação pública por meio dos programas Programa Ensino Médio Inovador e o Projeto Jovem de Futuro. De acordo a análise, por meio da PPP, o Instituto Unibanco intenciona a política e a escola pública para intensificar a cultura do empresariado brasileiro como consensual, sob a perspectiva privada, de formação humana e de gestão escolar a fim de disseminar na escola pública um processo educacional meritocrático e excludente.

Farias (2015), ao analisar o projeto de formação profissional construído pela Confederação Nacional da Indústria - CNI, através do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI em confluência com Plano Nacional de Qualificação - PNQ instituído em 2003 e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC criado em 2011. A análise resulta da comprovação de que a formação profissional no Brasil atende ao projeto de educação burguesa, expressando em políticas públicas para a educação, as quais subordinam a classe trabalhadora.

Turmena (2009; 2016), tem como foco a análise da PPP no âmbito do ensino superior. Investiga em sua dissertação (TURMENA, 2009), a expansão do ensino superior no Sudoeste do Estado do Paraná evidenciando o Estado como financiador do acesso ao nível de ensino em parceria com setor privado. Já em sua tese, (TURMENA, 2016), o autor aponta o processo de triangulação entre as esferas público federal, público estadual e privado e a influência da Igreja Católica na implantação do Instituto Federal do Paraná Campus Palmas, o qual viabilizou o projeto de interesses particulares.

Ainda nesse âmbito outras duas pesquisas evidenciam e analisam as PPP no contexto do ensino superior brasileiro. Peres (2009), contextualiza as relações entre o

público e o privado no ensino superior a partir das reformas implementadas a partir da segunda metade do século XX, que levaram à ampliação da rede privada principalmente durante o Regime Militar (1964-1984) e no Governo FHC (1995-2002). Dentre os resultados, o autor aponta que a relação PPP no ensino superior brasileiro elevou o percentual de instituições privadas, fortalecendo o caráter privatizante do ensino superior no Brasil. No mesmo sentido Rodrigues (2016), aponta que as políticas de acesso ao ensino superior por meio dos Programas PROUNI e FIES, atendem aos princípios neoliberais impostas por organismos internacionais e, ainda que formuladas pelo Estado, repassam à iniciativa privada a responsabilidade de criação de vagas nesse nível de ensino, excluindo à classe trabalhadora o acesso às universidades e deteriorando o sistema público de ensino.

A partir da apresentação das análises realizadas pelos autores, é perceptível que a pesquisa sobre as PPP no contexto dos PPGES paranaenses segue o desenvolvimento desta política no âmbito da educação brasileira, sendo ainda recente. Entretanto, o levantamento demonstra a variedade de análises, abarcado os diferentes níveis de ensino, o que evidencia que as políticas originárias de PPP são variadas e buscam cooptar o maior espaço possível no contexto educacional, influenciando na elaboração, organização, gestão e fiscalização das políticas públicas para a educação.

Considerações Finais

Nos limites de um artigo científico e partindo da nossa concepção epistemológica, consideramos que as PPP não possuem o intuito de conciliação de interesses entre o público e o privado. O interesse para tais parcerias consiste em uma estratégia em que desobriga o aparelho Estado quanto à realização de políticas sociais educacionais. Para além, entendemos que as PPP são consideradas um nicho econômico e ideológico em que a classe dominante utiliza como estratégia para a expansão do capital.

Assim, os agentes privados se organizam por meio de Organizações não governamentais, para agirem no âmbito escolar e desenvolver uma formação voltada para o capital humano, o qual exige competências necessárias para o mercado de trabalho. No seio social propagam o discurso da colaboração e da solidariedade. O resultado é a falta de debate entorno das questões sociais e econômicas de implementação das políticas educacionais, omitindo a luta de classes e diminuindo, na escola, a perspectiva de formação humana, crítica e integral a qual somos defensores.

A análise da legislação permite compreender que esta flexibiliza a relação entre os setores público e privado, fortalecendo a existência das PPP. Por meio desta relação, observa-se que, o que define a jurisdição, a competência do público e do privado, não é o Estado ou a entidade privada, mas a espécie de prestação de serviço desenvolvida. Ou seja, “quando a atividade é de prerrogativa exclusiva do Estado estaremos no campo público. Em se tratando de exploração de atividade econômica predomina a esfera privada”. E ainda, “não há impedimento para que, em circunstâncias especiais, o Estado explore atividade dos particulares, bem como a iniciativa privada assuma algumas tarefas do Estado, desde que exista autorização nesse sentido”. (PAIVA, 2016, p. 122).

Assim, nosso levantamento evidencia que as políticas originárias das PPP são variadas e buscam aumentar seu território no contexto educacional, influenciando todos os âmbitos das políticas públicas educacionais. Apesar do cenário reacionário, como educadores, esperamos que o nosso movimento de estudo fomente discussões a respeito da *privatização* que está ocorrendo no âmbito educacional por meio das PPP.

Referências

BRASIL. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Aprovado pela Câmara da Reforma do Estado em 21 de setembro de 1995. Brasília, Presidência da República, 1995. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/documents/mare/planodiretor/planodiretor.pdf>>. Acesso em 01 de jan. 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 out. 1988.

BRASIL. Lei n. 11.079, de 30 de dezembro de 2004. Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 31 dez. 2004.

BRASIL. **Lei Nº 13.019 de 31 de julho de 2014**. Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113019.htm.>. Acesso em: 15 jun. 2018.

BRASIL. **Lei Nº 13.204 de 14 de dezembro de 2015**. Altera a Lei no 13.019, de 31 de julho de 2014. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113204.htm> Acesso em: 15 jun. 2018.

BRASIL. **Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9790.htm>. Acesso em: 15 jun. 2018.

BRASIL. Emenda Constitucional n.º 59 de 11 de novembro de 2009. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 12 nov. 2009. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm>. Acesso em: 15 jun. 2018.

BRASIL. Emenda Constitucional n.º 85, de 27 de fevereiro de 2015. **Dário Oficial da União**. Brasília, DF, 3 mar. 2015. Disponível: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/2015/emendaconstitucional-85-26-fevereiro-2015-780176-publicacaooriginal-146182-pl.html>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

BRESSER, L. C. Reforma do Estado nos anos 90: lógica e mecanismos de controle. Brasília: MARE, **Cadernos MARE**, n. 1, 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n45/a04n45.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

CORRÊA, G. C. **A gestão educacional dos municípios brasileiros: a marca do privado**. 2016. 422 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

COSSETIN, M. **As Políticas Educacionais no Brasil e o Movimento Todos Pela Educação: parcerias público-privadas e as intencionalidades para a educação infantil**. 2017. 337 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2017.

DI PIETRO, M. S. Z. **Parcerias na administração pública: concessão, permissão, franquia, terceirização, parceria público privada e outras formas**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

FARIAS, C. G. M. de. **O projeto de formação profissional da confederação nacional da indústria e as políticas públicas de educação profissional: confluências entre público e privado na educação brasileira nos anos 2000**. 2015. 168 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

FREITAS, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 119, p. 379-404, abr./jun. 2012. Disponível em: <http://www.cdn.ueg.br/arquivos/desenvolvimento_curricular_134/conteudoN/2673/Texto_-_REFORM>. Acesso em: 10 jun. 2017.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere Volume 3**. Maquiavel Notas sobre o Estado e a Política. 7. ed. Edição Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere Volume 1**. Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. Edição Carlos Nelson Coutinho. Volume 1, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GROPPO, L. A.; MARTINS, M. F. Terceira Via e apolíticas educacionais: um novo mantra para a educação. **Revista Brasileira de Pesquisa e Administração da Educação – RBPAE**. v.24, n.2, p. 215-233, mai./ago. 2008. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/19251/11174>>. Acesso em: 05 jan. 2018.

MARTINS, E. M. **Movimento todos pela educação: um projeto de nação para a educação brasileira**. 2013. 184 f. Dissertação (mestrado em Educação) – Programa de

Pós – Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

MORGADO, S. P. **A Parceria Público-Privado na Educação Infantil**: os programas PIM e Fundo do Milênio para a Primeira Infância. 2011. 162 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2011.

NEVES, L.M.W. (Org.). **A nova pedagogia da hegemonia**: estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005.

PAIVA, R. T. de. **O público não estatal na educação brasileira: uma política para a expansão da iniciativa privada**. 2016. 192 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. 2016.

PERES, C. A. **O público e o privado no ensino superior brasileiro**: do regime militar (1964 1984) ao Governo FHC (1995 2002). 2009. 253 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Estado e Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2009.

PERONI, V. M. V; OLIVEIRA, R. T. C. de; FERNANDES, M. D. E. Estado e Terceiro Setor: as novas regulações entre o público e o privado na gestão da educação básica brasileira. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 30, n. 108, p. 761-778, out. 2009.

PERONI, V.; ADRIÃO, T. A relação público/privado e a gestão da educação em tempos de redefinição do papel do Estado. In: ADRIÃO, T.; PERONI, V. **Público e privado na educação: novos elementos para o debate**. São Paulo, Xamã, 2008. p. 111-127.

RODRIGUES, F. O. **As políticas para a Educação Superior nos governos Lula e Dilma**: uma análise do Prouni e Fies. 2016. 98 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2016.

SAES, D. **Democracia**. São Paulo: Ática, 1987.

SANDRI, S. **A relação público-privado no contexto do ensino médio brasileiro**: em disputa a formação dos jovens e a gestão da escola pública. 2016. 252 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

TURMENA, L. **O público, o privado e o Estado sob a lógica do capital**: a expansão do ensino superior no sudoeste do Paraná. 2009. 149 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2009

TURMENA, L. **Redes e meandros da relação entre o público e o privado no processo de federalização” do Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná – UNICS**: a arte de cair em pé. 2016. 296 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2016.

GEOMETRIA, ARTE E CULTURA AFRICANA

Janaina Aparecida de Oliveira
Pós-graduação em Ensino de Ciências e Matemática – UFU

Amanda Couto da Costa
Faculdade de Matemática – UFU

Resumo: Este trabalho reflete a experiência realizada com alunos do 9º ano do Ensino Fundamental de uma escola da rede Municipal de Uberlândia. A proposta partiu das necessidades observadas pela professora sobre o ensino e a aprendizagem dos conceitos da geometria. Com base na proposta, foi trabalhado áreas de figuras planas, simetria e unidades de medida. Pautando-se na Lei 10.639/03 foi proposto aos alunos um estudo sobre a cultura africana. A partir daí, foi desenvolvida uma proposta desafiadora aos alunos, pintar o muro da escola com o tema África utilizando a geometria estudada. Como inspiração de arte foi apresentado aos estudantes os povos Ndebele e Zimbabw, e o cubismo sintético pelas obras de Pablo Picasso. Analisando a atividade, os objetivos propostos foram alcançados, e através das manifestações de aprendizagem e satisfação exteriorizadas pelos estudantes considera-se ainda que o trabalho foi objeto de apreciação para todos na escola.

Palavras-chave: Geometria; Cultura Africana; Arte Ndebele; Cubismo; Ensino Fundamental.

Abstract: This work reflects the experience with students of the 9th grade of Elementary School of a school in the Municipal network of Uberlândia. The proposal was based on the needs observed by the teacher on the teaching and learning of the concepts of geometry. Based on the proposal, areas of plane figures, symmetry and units of measurement were worked. Drawing on Law 10.639 / 03, students were offered a study on African culture. From there, a challenging proposal was developed for the students, painting the school wall with the theme Africa using the studied geometry. As inspiration for art the students were introduced to the Ndebele and Zimbabwe peoples, and the synthetic Cubism by the works of Pablo Picasso. Analyzing the activity, the proposed objectives were reached, and through the manifestations of learning and satisfaction expressed by the students, it is still considered that the work was appreciated for all in the school.

Keywords: Geometry; African Culture; Art Ndebele; Cubism; Elementary School

Introdução

Em relação as legislações da educação brasileira, no ano de 2003, foi promulgada a lei 10.639/03 que determina o ensino da cultura africana em todas as disciplinas durante o ano letivo.

Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-brasileira. O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a

contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira. ” (Art.26, lei 10.639/03).

A justificativa para a existência dessa lei é devido a humilhação sofrida pelos africanos desde os primórdios da colonização e até os dias de hoje. Desde que os portugueses tiraram os negros de sua terra natal e os trouxeram como prisioneiros para o Brasil, ficou claro que eles os desprezavam como seres humanos, assim como não respeitavam suas tradições culturais.

Na visão de uma sociedade que legitima a superioridade cultural europeia, o negro surge, apenas, como um objeto utilitário, sua bagagem cultural é esquecida e, quando manifestada, é tida como inferior, imprópria e desprezada. O método utilizado para conseguir a efetiva dominação é menosprezar e extrair traços da cultura do dominado para, então, impor a sua, por isso a desvalorização e a proibição da manifestação da cultura dos africanos no início da colonização brasileira. (Souza 2016)

Durante anos, o negro foi massacrado, e quando tentava reagir a essas injustiças era visto como criminoso, a sociedade brasileira em sua maioria ainda é racista, preconceituosa e discriminadora. A Lei 10 639/03 foi criada para que as escolas trabalhassem a História e a Cultura Afro-brasileira para que haja mudanças na sociedade, e as pessoas passem a valorizar e respeitar a diversidade.

O que podemos perceber, é que mesmo com a instituição dessa lei, ainda assim, a cultura africana é pouco trabalhada nas escolas, principalmente pelos professores de matemática.

O empecilho encontrado por alguns docentes é muitas vezes a falta de preparo e em alguns casos pela falta de interesse de alguns em trabalhar com essa questão. De fato, trabalhar com esse tema é um grande desafio pois exige do professor uma busca dele em assumir um papel de pesquisador, para que assim ele consiga fazer relações coerentes entre a Matemática e os elementos da cultura africana. Como Souza (2016) afirma:

Outro fator que merece atenção e ressaltado por Cunha (2004) é a respeito da incapacidade de alguns professores em trabalhar com a diversidade cultural dos alunos, e que não tiveram formação acadêmica necessária que permitisse essa importante competência. Logo, é imperceptível, para esse professor, a necessidade de organizar material e conteúdos que atendam às necessidades dos alunos afrodescendentes.

É importante, que durante todo ano letivo sejam desenvolvidas atividades que mostram a influência das diversas culturas, integrando-as com os conteúdos

matemáticos, mostrando assim sua contribuição para com a história da humanidade. É imprescindível que seja refletido com os alunos a questão do respeito entre os indivíduos independente das diferenças que possuem, de forma a desmistificar muitos preconceitos em relação a muitos povos criados desde a antiguidade.

O encontro intercultural gera conflitos que só poderão ser resolvidos a partir de uma ética que resulta do indivíduo conhecer se e conhecer a sua cultura e respeitar a cultura do outro. O respeito virá com o conhecimento. De outra maneira, o comportamento revelará arrogância, superioridade e prepotência, o que resulta, inevitavelmente, em confronto e violência.” (D' AMBRÓSIO, 2011, p.44)

Diante do exposto, o objetivo central desse artigo é o relato de uma experiência de ensino, a qual venha possibilitar a compreensão sobre como relacionar a matemática, em especial a geometria, com a cultura africana como forma de incentivo aos docentes na melhoria de suas práticas pedagógicas em relação a esse assunto.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) destacam a importância da geometria, como um ramo da matemática que também serve de instrumento para outras áreas do conhecimento:

O aluno desenvolve um tipo especial de pensamento que lhe permite compreender, descrever e representar, de forma organizada, o mundo em que vive. [...] O trabalho com noções geométricas contribui para a aprendizagem de números e medidas, pois estimula a criança a observar, perceber semelhanças e diferenças, identificar regularidades e viceversa. Além disso, se esse trabalho for feito a partir da exploração dos objetos do mundo físico, de obras de arte, pinturas, desenhos, esculturas e artesanato, ele permitirá ao aluno estabelecer conexões entre a Matemática e outras áreas do conhecimento (BRASIL, 1997, p. 39).

Dependendo de como são trabalhados os conceitos geométricos existem muitas possibilidades para que o aluno explore, represente, construa, discuta, investigue, perceba, descubra e descreva propriedades, o que é fundamental no processo de ensino e de aprendizagem da matemática. Assim, a geometria pode contribuir para o desenvolvimento da capacidade de abstrair e generalizar.

A experiência foi realizada na tentativa de unificar o estudo de alguns conceitos geométricos, mostrar as contribuições da cultura africana em movimentos artísticos como o cubismo, analisar os conceitos matemáticos utilizados pelos africanos em suas pinturas e na sua cultura em geral, desmistificar a visão de que os africanos não são capazes de utilizar a matemática em suas atividades do cotidiano, promover a conscientização dos alunos sobre os males causados pelo racismo e salientar as grandes influências da cultura africana nos costumes do povo brasileiro.

Como produto final, foi feita a pintura dos muros da escola, inspirados nas tribos africanas mostradas a eles em sala de aula.

Referencial Teórico

Desde os primórdios da humanidade, o ser humano sempre esteve em contato com as necessidades ocasionadas em meio a situações do seu cotidiano.

“Indivíduos e povos têm, ao longo de suas existências e ao longo da história, criado e desenvolvido técnicas de reflexão, de observação, e habilidades (artes, técnicas, techné, ticas) para explicar, entender, conhecer, aprender para saber e fazer como resposta a necessidades de sobrevivência e de transcendência (matema), em ambientes naturais, sociais e culturais (etnos) os mais diversos.”(AMBRÓSIO,pg.6)

Percebe-se que a Matemática foi um dos instrumentos que possibilitou a resolução de vários problemas encontrados pelos povos de diversas culturas.

No contexto educacional no mundo atual, no que se diz a respeito à Matemática, percebe-se que nas escolas é dado ênfase a matemática clássica, ou seja, a conhecimentos baseados a um determinada avanço da humanidade. É dado destaque, ao conhecimento matemático dedutivo e formalístico como dos povos da Grécia, por exemplo, e muitas vezes não sendo relatado aos alunos as contribuições matemáticas de povos como os africanos, indianos e de outros, porque esses desenvolveram uma matemática mais empírica, que não era registrada de forma rigorosa.

A História da Matemática, que se firmou como uma ciência somente no século passado, tem como grande preocupação o rigor da identificação de fontes que permitem identificar as etapas desse avanço. Isso afeta não só a história da matemática nas nações e populações periféricas, mas igualmente causa distorções na visão de prioridades científicas das nações dominantes. (AMBRÓSIO,pg.4)

Isso ocorre porque a história da matemática, foi registrada para as várias gerações, pelos países “dominantes” que detinham o poder comercial, econômico e político de cada época, deixando de lado muitos “apontamentos” matemáticos encontrados nas diversas manifestações culturais de outros povos, tentando assim promover uma “padronização” para a matemática e conseqüentemente para a cultura. Em relação a esse aspecto, D’Ambrósio pondera que:

Falar dessa Matemática em ambientes culturais diversificados, sobretudo em se tratando de nativos ou afro-americanos ou outros não europeus, de trabalhadores oprimidos e de classes marginalizadas, além de trazer a lembrança do conquistador, do escravista, enfim do dominador, também se refere a uma forma de conhecimento que foi construído por ele, dominador, e da qual ele se serviu e se serve para exercer seu domínio. (pg. 10)

Toda essa questão, mostrou, que é preciso ser feito um trabalho no ambiente escolar, em relação entre a matemática e o contexto cultural da sociedade, dando não somente enfoque aos conhecimentos abordados nos livros didáticos.

Dentre as várias tendências matemáticas surgidas ao longo do tempo, será abordado o movimento chamado Etnomatemática. Segundo D'Ambrósio, um dos precursores, explica que a etnomatemática é "... a arte ou técnica de explicar, de entender, de desenvolver a matemática, dentro de um contexto cultural próprio".

A invenção do termo "Etnomatemática" tem com precursores Ubiratan de Ambrósio que enfatizou em conferências e escritos recentes, a influência dos fatores socioculturais no ensino e aprendizagem de Matemática. A Etnomatemática faz confluência entre a Matemática e a antropologia cultural. Em um nível, é o que poderíamos chamar de "Matemática e o Meio Ambiente" ou "Matemática e a comunidade. (AMBRÓSIO,pg.137)

As finalidades da etnomatemática é possibilitar a aproximação da Matemática e a cultura produzida por diversos povos em sala de aula, e proporcionar o trabalho com questões históricas sobre o "massacre" da cultura dos povos oprimidos pelos colonizadores, resgatando assim a identidade de muitas culturas.

A Etnomatemática busca resgatar as histórias do presente e do passado, procurando entender a Matemática como uma construção dos grupos envolvidos, dando importância aos saberes que foram silenciados no decorrer da história, sendo dominados por saberes ditos hegemônicos e que foram legitimados pela sociedade.(GODOY ,2011,pg.68)

Outro movimento surgido com influências na etnomatemática, foi a matemática crítica, que teve como precursor Ole Skovsmose. O enfoque dessa proposta é que a matemática escolar também possa contribuir para discussões sociais, colaborando assim na formação de uma educação mais democrática, igualitária e justa.

Para ele a ideia geral da educação crítica, é interpretar o currículo e a educação como uma estrutura normativa; e se a conceituação do ponto de vista sociológico, das estruturas normativas curriculares mais importantes deve ser efetuada na prática, então a educação crítica tem de ser explicitamente integrada nas ciências exatas e na Educação Matemática.(GODOY ,2011,pg.155)

A relação entre a Educação Matemática e a Democracia, segundo Skovsmose é feita a partir de duas considerações importantes.

A primeira se diz respeito, ao "argumento social da democratização", que tem o objetivo de:

Identificar um assunto relevante na educação (matemática) por meios de reflexões sobre possibilidades para a construção e o aperfeiçoamento de instituições democráticas e capacidades democráticas na sociedade, melhorando o conteúdo da educação. (SKOVSMOSE, 2001, p.39)

A segunda questão, analisa o processo educacional “entre os muros da educação”, enquanto paralelamente o argumento social analisa “fora dos muros da educação, ou seja, mostra o quanto a educação na realidade se desenvolve totalmente ao contrário daquilo que é proposto nas diretrizes curriculares. É importante que seja trabalhado com os alunos a criticidade do pensar, da matemática envolvida nas situações em sala de aula para que possam promover a análise de questões ligadas a democracia.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) na Matemática, são sugeridas várias orientações de como se trabalhar a matemática e as questões sociais. A proposta é trabalhar com a História da Matemática, bem como os estudos da Etnomatemática, de forma a explicitar a dinâmica da produção desse conhecimento, histórica e socialmente. Em relação ao tema Pluralidade Cultural, o PCN orienta a trabalhar com esses assuntos, aproximando o saber da escola com o saber cultural nos quais os alunos estão inseridos.

No PCN relacionado a pluralidade cultural, é abordado sobre o conhecimento e à valorização de características étnicas e culturais dos diferentes grupos sociais que convivem no território nacional, às desigualdades socioeconômicas e à crítica às relações sociais discriminatórias e excludentes que permeiam a sociedade brasileira. Em relação a cultura africana, o PCN mostra os conhecimentos históricos e geográficos que podem ser explorados em relação a África:

O estudo histórico do continente africano compreende enorme complexidade de temas do período pré-colonial, como arqueologia; grupos humanos; civilizações antigas do Sudão, do sul e do norte da África; o Egito como processo de civilização africana a partir das migrações internas. Essa complexidade milenar é de extrema relevância como fator de informação e de formação voltada para a valorização dos descendentes daqueles povos. Significa resgatar a história mais ampla, na qual os processos de mercantilização da escravidão foram um momento que não pode ser amplificado a ponto que se perca a rica construção histórica da África. O conhecimento desse processo pode significar o dimensionamento correto do absurdo, do ponto de vista ético, da escravidão, de sua mercantilização e das repercussões que os povos africanos enfrentam por isso.

O Cubismo e as pinturas africanas

O Cubismo foi um movimento artístico e cultural do século XX. Essa tendência teve por parte de alguns pintores grande influência em relação a cultura africana. Picasso foi um desses pintores e escultores bastante influenciado. Seu interesse pela arte africana pode ser visto em uma de suas pinturas mais famosas, o quadro: “Les Femmes d’Alger (O Jovem)”.
Demoiselles de Avignon”.



Figura 1- Pintura Les Demoiselles d' Avignon.
Fonte pessoal.

Nesta obra, temos tanto referências às máscaras, como às esculturas africanas. O rosto da mulher que se situa na extrema esquerda é um “rosto-máscara”, e os rostos retalhados das duas mulheres à esquerda são referências muito claras às esculturas africanas. Alguns autores também assinalam que existem referências às convenções faciais das esculturas ibéricas nas duas mulheres que ocupam o centro da tela, mas, por ora, isto não vem ao caso.⁷ O importante para a questão que nos interessa é que, por aquela época, Picasso já começara a reunir uma grande coleção de esculturas negras, e o mesmo interesse surgiria também nos outros artistas, que logo comporiam o círculo cubista. (BARROS, 2011, pg.73)

O cubismo pode ser dividido em duas fases: o cubismo sintético e o analítico.

O cubismo analítico (1909) caracterizado pela desestruturação da obra em todos os seus elementos. Decompondo a obra em partes, o artista registra todos os seus elementos em planos sucessivos e superpostos, procurando a visão total da figura, examinando-a em todos os ângulos no mesmo instante, através da fragmentação dela. Essa fragmentação dos seres foi tão grande, que se tornou impossível o reconhecimento de qualquer figura nas pinturas cubistas. A cor se reduz aos tons de castanho, cinza e bege.

O Cubismo sintético (1911) foi um movimento que reagiu à excessiva fragmentação dos objetos e à destruição de sua estrutura. Basicamente, essa tendência procurou tornar as figuras novamente reconhecíveis. Também é chamado de Colagem porque introduz letras, palavras, números, pedaços de madeira, vidro, metal e até objetos inteiros nas pinturas. Essa inovação pode ser explicada pela intenção dos artistas em criar efeitos plásticos e de ultrapassar os limites das sensações visuais que a pintura sugere, despertando também no observador as sensações táteis.

Em relação as pinturas nos muros, na África do Sul, em Botshabelo, na parte sul do país, existe uma aldeia chamada Ndebeles. O lugar é muito conhecido pelo trabalho com miçangas coloridas. Mas as cores inspiram muito mais do que a produção de

acessórios com miçangas. Os moradores se vestem com tons vibrantes e existe a cultura de colorir as fachadas das casas com formas e cores que seguem um padrão característico da aldeia.

É uma tradição que vai além da estética das fachadas: Na verdade, toda padronagem nas “lâ umuzi” (conjunto fechado de habitações) vem de uma antiga tradição, passada de geração em geração pelas mulheres da aldeia.

As pinturas são feitas somente pelas mulheres, que são reconhecidas como especialistas na decoração dos muros no local. Além de fazer parte do visual da aldeia, uma casa com a fachada colorida indica que ali há uma mãe, esposa ou irmã, que cuida da tradição e é responsável por manter viva uma cultura antiga.



Figura 2 - Pintura das casas africanas.
Fonte: Guia Viajar Melhor



Figura 3 - Mulheres da aldeia.
Fonte: Guia Viajar Melhor.

Inspirados no cubismo e nas pinturas africanas dos muros que utilizam figuras geométricas é que os alunos desenvolveram seu trabalho no muro da escola.

Metodologia

As aulas se subdividiram em 3 momentos:

- 1º) Ministração da aula : Exposição sobre a cultura africana, a área de figuras planas e o cubismo.
- 2º) Pintura dos muros da escola.
- 3º) Roda de conversa com os alunos.

1ª Parte – Apresentamos aos alunos imagens de trabalhos realizados pelos africanos como tapetes, tecidos e objetos artesanais, através de slides. Em relação as imagens, foi perguntado quais figuras eles identificavam no tapete.



Figura 4 - Imagem de um tapete confeccionado por africanos.
Fonte pessoal.

Segundo os alunos, haviam círculos, triângulos e quadrados. Eles puderam perceber a utilização de formas geométricas e de cores bastante vivas e coloridas. Os questionamentos deram início à revisão e aprofundamento das áreas de algumas figuras planas.

Depois dos diálogos em relação a esse tema foram revisadas algumas fórmulas. A primeira, foi em relação ao quadrado. Mas antes disso, foi definido o conceito de quadrado, da seguinte maneira: “Quadrado é um quadrilátero que possui 2 pares de lados paralelos, 4 ângulos retos, 4 lados congruentes. “E então foi perguntado:

“O que é um quadrilátero? O que significa os lados serem congruentes?”

Os alunos responderam que um quadrilátero era uma figura com 4 lados. Em relação à segunda pergunta, eles tiveram mais dificuldade, mas com direcionamentos, compreenderam que os lados serem congruentes significa terem a mesma medida. ” Após isso foi lembrado que a área do quadrado é calculada da seguinte maneira:

$$A = L^2, \text{ sendo } L \text{ o lado do quadrado.}$$

Da mesma maneira, foi definido o conceito de retângulo como sendo um quadrilátero que possui 2 pares de lados paralelos e 4 ângulos internos retos e que sua área era calculada por:

$$A = b * h,$$

sendo b a base e h a altura. Com isso, foi perguntado aos alunos o que é altura e qual a diferença entre o quadrado e o retângulo. Os alunos tiveram dificuldade de responder o

que era altura. Um dos alunos respondeu que a altura do retângulo era todo segmento que se traça de um lado até outro. Foi questionado aos alunos se essa afirmação estava correta. Eles chegaram à conclusão que para ser altura não poderia traçar um segmento de qualquer forma, teria que necessariamente formar um ângulo de 90 graus, ou seja, ser perpendicular. Em relação a 2ª pergunta, os alunos responderam que o quadrado possuía todos os lados iguais, um retângulo não, e umas das alunas complementou dizendo: “Um quadrado é um retângulo, mas um retângulo não pode ser considerado um quadrado, pela definição”. Uma afirmação bastante coerente e muito importante feita pela aluna!!!

Em seguida, foi explorado o conceito de triângulo. Definiu-se que um triângulo era um polígono de 3 lados, e feito a seguinte indagação: “O que são polígonos?”

Eles não lembravam o que era e foi esclarecido que polígonos são figuras fechadas por segmentos de retas e são caracterizados por: ângulos, diagonais e lados. Os alunos não sabiam o que era diagonal. Foi clarificado que a diagonal é formada pela ligação de 2 vértices, não sendo os lados do triângulo. Apesar dos alunos saberem a fórmula para a área de um triângulo qualquer foi feita a dedução rápida para uma maior compreensão.



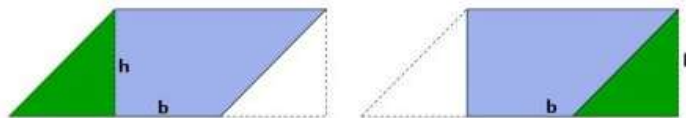
$$\text{Área do triângulo} = \frac{\text{Área do retângulo}}{2} \Rightarrow \text{Área do triângulo} = \frac{b \cdot h}{2}$$

Em relação ao círculo, foi mostrado que é o conjunto de pontos cuja distância ao centro é igual a um dado valor, ao qual chamamos raio. Foi indagado a diferença entre a palavra círculo e circunferência. Os alunos responderam que circunferência corresponde a contorno, já o círculo representa a figura preenchida. A dedução dessa fórmula já havia sido feita em alguns meses atrás, então foi apenas lembrada a atividade feita por eles.

OBS: Nas referências, será citado o artigo que faz o relato da atividade dos alunos em relação a área do círculo.

Em relação ao paralelogramo, foi apresentado como sendo um quadrilátero, que apresenta dois pares de lados paralelos. Eles não sabiam área do paralelogramo. Foi mostrado como se fazia para chegar numa fórmula que calculasse a área do mesmo.

$$\text{Área do paralelogramo} = \text{Área do retângulo} = b * h$$

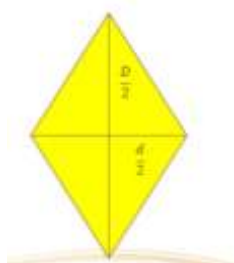


Os alunos acharam muito interessante esse raciocínio feito, e perceberam que para achar a área de figuras desconhecidas precisamos decompor de forma a “montar” figuras com áreas conhecidas.

Em relação ao losango, foi definido como um quadrilátero regular que possui pelo menos um par de lados paralelos. Os alunos também não sabiam a fórmula para o cálculo dessa figura, então feito o seguinte raciocínio:

$$\begin{aligned} \text{Área do paralelogramo} &= 2 * \text{Área do trapézio} \\ \text{Área do trapézio} &= \frac{\text{Área do paralelogramo}}{2} \\ \text{Área do trapézio} &= \frac{(B + b) * h}{2} \end{aligned}$$

O losango, foi interpretado como sendo um quadrilátero que possui 2 pares de lados paralelos, e seus 4 lados possuem a mesma medida. Foi perguntado, qual a diferença entre o quadrado e o losango. Os alunos perceberam que a diferença estava nos ângulos internos pois do losango não eram retos. A fórmula foi mostrada da seguinte maneira:



$$\text{Área do losango} = 4 * \text{Área do triângulo}$$

$$\text{Área do losango} = \frac{4 * (\text{Base} * \text{Altura})}{2}$$

$$\text{Área do losango} = 4 * \frac{\frac{d * D}{2}}{2} = \frac{d * D}{2}$$

Em relação ao triângulo equilátero não ia ser abordada a dedução da fórmula, porém os alunos não compreendiam o porquê era de tal maneira, e queriam saber como fazia para se chegar nesse resultado. Foi deixado alguns minutos para eles próprios tentarem fazer, porém ninguém conseguiu. Então foi explicado a construção do raciocínio, utilizando Pitágoras.

Após esse momento, os alunos puderam contemplar as pinturas realizadas nas casas pelas mulheres da aldeia africana Ndebele já mencionada e apresentadas neste artigo.



Figura 5 - Imagem das casas africanas pintadas utilizando formas geométricas. Fonte: Site Curionaltas.

Os alunos ficaram impressionados com a simetria das figuras, e ainda mais por ser relatado que as medidas não eram feitas através de réguas, mas com outros recursos utilizados pelas mulheres. Esse momento foi importante para fomentarmos discussões sobre a influência da cultura africana no nosso cotidiano, a presença da mulher no contexto e o racismo. Ainda foi mostrado cubismo com algumas pinturas de Pablo Picasso e como esse movimento artístico foi inspirado pela cultura africana. Ao final das aulas, foi feita uma proposta que era de pintar o muro da escola baseado nas pinturas africanas ou inspirado no cubismo. Os alunos ficaram surpreendidos no primeiro momento, já pensando nos desafios que poderiam enfrentar, porém, empolgados com a atividade.

2ª Parte - Foi proposto aos alunos que se dividissem em grupos e em uma folha sulfite fizessem um desenho que pintariam no muro. Foi orientado que usassem sua criatividade evitando não fazerem cópias de algo já existente. A figura abaixo ilustra um dos esboços feito por um grupo de alunos.



**Figura 6 - Um dos esboços feitos por um dos grupos.
Fonte pessoal.**

Para que pudessem transpor os desenhos para o muro, os alunos utilizaram giz colorido. Os alunos sugeriram que utilizariam os tijolos à vista, como unidade de medida para as figuras geométricas que deveriam desenhar e ainda poderia ser na simetria; além do cálculo das áreas de cada figura que iriam desenhar. Os materiais utilizados para as pinturas foram: pinceis, uma lata de tinta branca, bisnagas de várias cores, jornais, e vasilhas de margarina. Antes de pintar, era necessário preparar as tintas de acordo com as cores que cada grupo propôs em seu projeto. Nesse momento foi abordado uma outra situação envolvendo a matemática. Era preciso que na tinta branca misturasse 20 por cento de água. Então foi questionado aos alunos como poderia se fazer isso. Após algumas discussões, uma das alunas disse, que 20 por cento cabia 5 vezes dentro de 100 por cento. Se usassem a vasilha de margarina como unidade de medida, para colocar a tinta então bastava encher 4 vezes a latinha de margarina e 1 vez a de água e assim conseguiria numa vasilha maior misturar essa quantidade. Essa proposta agradou muito os alunos.

A dedicação dos alunos no desenvolvimento dessa atividade ficou explícita, assim como a motivação e o trabalho em equipe. Após a finalização, essas pinturas dos alunos foram expostas para a comunidade no dia da consciência negra, que durante a apresentação do projeto os próprios alunos relataram as dificuldades e sua satisfação. Porém apesar de todos os desafios, disseram que foi uma experiência marcante na qual aprenderam a matemática e ainda aplicaram de um modo prático.



Figura 7 - Algumas pinturas feitas pelos grupos. Fonte pessoal.



Figura 8 - Outras pinturas dos grupos. Fonte pessoal.

3ª Parte – Foi aberto um debate com algumas perguntas feitas pelas professoras: Por que vocês acham que teve a necessidade de criar uma lei para garantir que fosse trabalhado nas escolas a cultura africana? O que é para vocês o racismo? Qual a origem desse preconceito? Você acha que esta discussão do racismo se limita apenas aos negros e a universidade e não a escola?

Os alunos puderam refletir sobre as questões e colocarem suas opiniões a respeito do assunto. Segundo eles, a lei foi criada por causa de uma necessidade. Os negros foram tirados das terras deles para serem utilizados como escravos nas colônias, então eu acho que foi criada para lembrar dessa história. Que o preconceito surgiu porque os brancos se acham superiores aos negros e que a questão do racismo, a criança por exemplo pode aprender dentro de casa vendo a atitudes dos pais de preconceito contra os negros.

Para finalizar o trabalho, os alunos responderam um questionário com relação ao assunto, perguntando sobre o que eles acharam da experiência sobre a cultura africana e a geometria, se contribuiu para o aprendizado, se o diálogo em sala de aula fez você compreender em relação ao tratamento aos negros e em relação atitudes como o racismo e outras questões. Algumas respostas:

15. Sobre as áreas das figuras que eu não me recordava. Sobre como são coloridas e que ache alegre e como sua cultura é bela.

- Que o racismo sempre esteve presente na história do ser humano, que nesta sociedade ainda é muito racista e isso está longe de acabar se não houver mudança de pensamento das pessoas, pois o diferente é bom e é ele que nos faz especiais.

“Que o racismo sempre esteve presente na história do ser humano, que nossa sociedade é muito racista e isso está longe de acabar se não houver mudanças de pensamento das pessoas, pois o diferente é bom e é ele que nos faz especiais.”

876

Considerações Finais

Percebe-se que essa experiência possibilitou a compreensão da importância de propor situações que permitam que o aluno participe do processo do saber, compreenda que a Matemática é uma ferramenta de grande utilidade em todas áreas da vida, até mesmo nas atividades artísticas. A atividade realizada teve resultados positivos pois os alunos além de produzirem algo, adquiriram habilidades em relação a pintura que podem ser utilizados para a vida inteira, puderam aprender a geometria de forma artística e aplicada.

Além disso, eles puderam compreender acerca da importância do respeito as diferenças, e das influências que cultura africana tem na sociedade brasileira.

Portanto, vemos que a construção de uma prática pedagógica que conduza a um ensino de qualidade é uma questão de grandes responsabilidades e desafios, mas apesar das dificuldades, é preciso seguir em frente, pois a educação é sem dúvida um dos meios de condução para o avanço da a sociedade. É preciso que os alunos aprendam não só a matemática, mas também sejam cidadãos críticos e conscientes que respeitem as diversas culturas e principalmente cada pessoa independente de suas diferenças.

Referências Bibliográficas

AMBRÓSIO. Ubiratan De; **O programa etnomatemática: história, metodologia e pedagogia.**

GODOY, Elenilton Viera; **Currículo, cultura e educação matemática: Uma aproximação possível?**2011.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: matemática / Secretaria de Educação Fundamental.** – Brasília: MEC/SEF, 1997.

BARROS, José D'Assunção; **As influências da arte africana na arte moderna**,2011.

SOUZA, Andréia Cristina Fidélis de; **Jogos africanos e o currículo da matemática: uma questão de ensino**,2016.

COSTA, Amanda Couto; OLIVEIRA, Janaina Aparecida de; **Investigação Matemática sobre a Área do Círculo**, 2017.

CURIONALTAS. **As Fabulosas Casas Pintadas dos Ndebeles**. Disponível em: <<http://www.curionautas.com.br/2014/09/as-fabulosas-casas-pintadas-dos-ndebeles.html>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

SKOVSMOSE, O. **Educação Matemática Crítica: a questão da democracia**. 2. ed. Tradução de Abgail Lins e Jussara de Loiola Araújo. Campinas, SP: Editora Papirus, 2001.

O ENSINO DE MATEMÁTICA POR MEIO DA UTILIZAÇÃO DE JOGOS DE ORIGEM AFRICANA

Jeferson Junio Batista Silva
Universidade Federal de Uberlândia (UFU/MG)

Resumo: Esse trabalho tem por objetivo relatar as experiências de um mestrando e professor de matemática com um projeto de pesquisa para o ensino e aprendizagem de matemática por meio da utilização de jogos de origem africana. A proposta baseia-se no cumprimento à lei nº 10.639/03 que inclui e torna obrigatório o estudo da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" no currículo oficial da rede de ensino. Nesse artigo é relatada uma das atividades desenvolvidas no projeto, no qual participaram alunos do sétimo ano do ensino fundamental de uma escola pública da rede estadual de Uberlândia, Minas Gerais. A pesquisa realizada culminou com o desenvolvimento da "1ª Semana de promoção da cultura africana por meio de jogos matemáticos" e da publicação do livro "A matemática encontrada nos jogos africanos e suas histórias" na escola em questão pelos próprios estudantes participantes da pesquisa.

Palavras-chave: Lei 10.639/03; Jogos africanos; Iniciação Científica; Etnomatemática.

Abstract: This paper aims to report on the experiences of a master's and mathematics teacher with a research project for the teaching and learning of mathematics through the use of games of African origin. The proposal is based on compliance with law n. 10.639/03, which includes and makes it compulsory to study the theme "History and Afro-Brazilian Culture" in the official curriculum of the teaching network. This article reports one of the activities developed in the project, in which seventh-year primary school students from a public school of the Uberlandia state network, Minas Gerais, participated. The research culminated in the development of the "1st Week of Promotion of African Culture through Mathematical Games" and the publication of "The Mathematics Found in African Games and Their Stories" at the school in question by the students participating in the research.

Keywords: Law 10.639/03; African Games; Scientific research; Ethnomathematics.

Introdução

A matemática é tão antiga quanto à própria civilização humana. Algumas pesquisas mostram que já na pré-história os homens tinham a necessidade de realizar cálculos (IFRAH, 2005) e que, muito provavelmente tenha sido o continente africano o primeiro a abraçar esse avanço da sociedade humana (WILLIAMS, 2008). Evidências como ossos talhados, sendo o mais antigo com cerca de 37000 anos de idade (conhecido como osso de Lebombo), foram encontrados na região das montanhas Lebombo, situadas entre a África do Sul e Suazilândia (a oeste de Moçambique), mostrando dessa forma que já na pré-história os homens tinham a necessidade de realizar cálculos (WILLIAMS, 2008).

Contudo, infelizmente, a colonização europeia fez com que parte do conhecimento produzido no continente africano fosse desprezado ou sequer mencionado como existente (GERDES, 1991). Segundo Souza (2016):

Na visão de uma sociedade que legitima a superioridade cultural europeia, o negro surge, apenas, como um objeto utilitário, sua bagagem cultural é esquecida e, quando manifestada, é tida como inferior, imprópria e desprezada. O método utilizado para conseguir a efetiva dominação é menosprezar e extrair traços da cultura do dominado para, então, impor a sua, por isso a desvalorização e a proibição da manifestação da cultura dos africanos no início da colonização brasileira. (p. 12)

Dessa forma, com o objetivo de romper com o preconceito e opressão trazida pela cultura europeia frente à história e cultura africana, foi instituída a lei nº 10.639/03 de janeiro de 2003 estabelece a obrigatoriedade da "História e Cultura Afro-Brasileira" como parte do currículo oficial da rede de ensino brasileira. Essa lei altera a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional – lei nº 9.394/96) que dita como deve se organizar a educação brasileira.

Assim considera-se que a presente legislação permite que o ensino e aprendizagem da cultura africana e indígena estejam presentes no currículo escolar nas diversas áreas do conhecimento. Contudo, a obrigatoriedade ainda não proporciona que esse conteúdo seja de fato aplicado. Segundo um levantamento¹ realizado com 25 professores de matemática mediante um questionário, cerca de 80% não tiveram contato algum com a cultura africana no campo educacional. Além disso, nessa mesma pesquisa constatou-se que 24% dos docentes entrevistados não consideram importante trabalhar com a História e Cultura Africana no processo de ensino-aprendizagem da Matemática. Esses números assombrosos são justificados pela maioria dessas pessoas como sendo uma falha na sua formação acadêmica, falta de material didático adequado ou ainda pela falta de exigência dessa temática na área de matemática.

Destarte apresenta-se esse projeto de pesquisa que foi originado por meio da proposta da disciplina de Oficina de Práticas Pedagógicas (OPP) do curso de Licenciatura em Matemática da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e uma escola da rede estadual de ensino de Uberlândia onde foi desenvolvida a atividade aqui relatada. O projeto foi organizado e orientado pelo autor desse texto, que é docente na escola em questão, em parceria com professores dos 7^{os} anos, do Tempo Integral e do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Sendo observadas que são escassas as

¹ Levantamento realizado entre os dias 10 de outubro e 10 de novembro de 2017 pelo próprio autor por meio de um formulário online produzido com o Google Docs.

propostas de trabalho relacionando a cultura afro-brasileira ao ensino de matemática, trazemos a ideia de uma semana de ações e atividades utilizando jogos e materiais que trabalhem matemática promovendo dessa forma a valorização da cultura africana. Nesse trabalho apresentamos apenas uma das atividades desenvolvidas no projeto.

Metodologia

Num primeiro momento foi realizada uma vasta pesquisa bibliográfica pelo autor desse trabalho em livros didáticos, planos de aulas e, também, nos documentos oficiais que abordam essa temática. De acordo com o Currículo Básico Comum (CBC) do estado de Minas Gerais:

As metodologias utilizadas devem priorizar um papel ativo do aluno, estimulando a leitura de textos matemáticos, os estudos dirigidos, o trabalho em grupo e os recursos didáticos de caráter lúdico como jogos, exposições, murais de problemas e curiosidades matemáticas e, quando disponíveis, recursos computacionais para uso em geometria dinâmica e experimentos de cálculo. (SEE/MG, p.15, 2006)

Com o intuito de desenvolver as atividades planejadas que abrangessem todos esses aspectos citados, relacionando os conhecimentos matemáticos e o estudo da história e cultura africana, foi iniciado o trabalho com os alunos de uma das turmas de sétimo ano da escola citada no início desse trabalho (turma na qual o autor desse trabalho atua como professor de matemática). Contudo, nem todos ali presentes estavam de fato interessados em desenvolver pesquisas, mesmo que no horário de aula, comprometendo o andamento do trabalho.

Por esse motivo, foram convidados os alunos de ambas as turmas de 7º ano existentes na escola que se interessavam em participar do grupo de pesquisa sobre o ensino e aprendizagem de matemática e da história e cultura africana por meio dos jogos de tabuleiro africanos. Inicialmente 14 estudantes participaram do projeto que foi desenvolvido em reuniões semanais no período vespertino de setembro a novembro de 2017, sob a orientação do autor desse texto.

Entretanto, com o decorrer do tempo alguns estudantes deixaram de participar, por diversos motivos como a ida até a escola no horário contraturno, a mudança de rotina da casa, por exemplo. Isso fez com que o projeto terminasse com apenas 7 participantes. Esses estudantes serão citados nesse trabalho por meio de pseudônimos de origem africana, escolhidos pelos estudantes de acordo com o significado que os representava.

Desenvolvimento

A primeira fase da pesquisa baseou-se no levantamento, pelos próprios alunos, de vários nomes de jogos africanos com potenciais para o desenvolvimento de matemática. Nessa pesquisa foram encontrados oito jogos que são eles: Yoté, Mancala, Marabara ou Unlabalala, Tsoro Yematatu, Shisima, Borboleta, Zamma Dhmet e Kharbaga. Por motivos de tempo hábil para o desenvolvimento da pesquisa, foi pedido aos estudantes que selecionassem apenas seis, sendo eliminados os jogos Zamma Dhmet e Marabara pela escassez de material acerca dos mesmos.

Na segunda fase foi realizada uma pesquisa específica sobre cada um dos jogos selecionados. Essa pesquisa foi registrada por meio de um texto expositivo com palavras dos próprios estudantes que foram orientados pelo autor desse trabalho quanto à estrutura, ortografia e escrita, evitando plágio e moldando ao formato de um trabalho científico. O objetivo dessa prática foi introduzir a escrita de textos em formato acadêmicos já no ensino fundamental, motivando os estudantes a desenvolverem materiais de trabalho com mais qualidade.

Os textos produzidos pelos alunos foram revisados por professores de língua portuguesa e, posteriormente, organizados no formato de um livro (SILVA, 2017) que foi divulgado e publicado à comunidade escolar durante as comemorações do Dia da Consciência Negra que ocorreu no dia 18 de novembro de 2017, um sábado letivo aberto ao público.

Figura 1: Capa do livro produzido pelos estudantes do grupo de pesquisa



Fonte: Arquivo do autor.

A escrita do livro “A matemática encontrada nos jogos africanos e suas histórias” (SILVA, 2017) pelos alunos do grupo de pesquisa contribuiu imensamente com sua formação. Isso porque, ainda na Educação Básica, tiveram o contato com um

ambiente de pesquisa, realizando debates e discussões assertivas acerca do preconceito que os africanos e afrodescendentes ainda sofrem, além de produzirem conhecimento matemático por meio da pesquisa com relação aos jogos. Como pode ser observado na fala da aluna *Lubaya*²: “As pessoas comprando nosso livrinho, fez com que nós ficássemos mais empolgados. Imagina, nós no sétimo ano produzindo um livro!”.

A imagem que compõe a capa do livro é uma releitura em mosaico, confeccionado pelos próprios estudantes da obra “Yanagá” (“Ela e eu”) do artista plástico angolano Fabrício Dom. Como podemos observar nas figuras abaixo.

Figura 2: Confeção do mosaico pelos estudantes (acima). Comparação entre a obra original de Fabrício Dom e a releitura produzida pelos estudantes (abaixo).



Fonte: Africarte³/Arquivo do autor.

Além disso, os estudantes do grupo de pesquisa realizaram a confecção dos tabuleiros dos jogos Borboleta, Kharbaga e Shisima, buscando suas histórias e a relação desses materiais com a matemática acadêmica, registrando posteriormente no livro desenvolvido. Abaixo encontram-se os tabuleiros confeccionados pelos estudantes e as relações encontradas pelos mesmos.

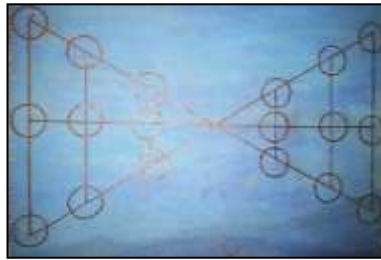
O jogo Borboleta foi confeccionado pelo estudante *Badawi*⁴. Quando questionado sobre a matemática que pode ser encontrada nesse material o aluno se baseia principalmente nas formas geométricas utilizadas na confecção do tabuleiro. Segundo o estudante, na construção desse tabuleiro utiliza-se uma base retangular e traçam-se as diagonais do mesmo. Em seguida, medindo as distâncias, traçam-se segmentos de reta, paralelos ao lado menor do retângulo, obtendo assim o tabuleiro do jogo, conforme mostrado na imagem abaixo.

Figura 3: Tabuleiro do jogo Borboleta confeccionado pelo estudante *Badawi*.

² Nome fictício escolhido por uma aluna do grupo de pesquisa. “Lubaya” é um nome da língua *Suarili* proveniente do Quênia, que significa “Leoa jovem”.

³ Disponível em: <https://africarte.files.wordpress.com/2011/09/img_2903.jpg>. Acesso em: 05 dez. 2017.

⁴ Nome fictício escolhido por um aluno do grupo de pesquisa. “Badawi” é um nome da língua *Suarili* proveniente do Quênia, que significa “nômade pequenino”.



Fonte: Arquivos do autor.

O jogo Kharbaga foi confeccionado pela estudante *Akilah*⁵. O tabuleiro foi construído em papelão com as escritas em pincel. Para isso a estudante desenhou 16 quadrados, traçando as diagonais em cada um.

Figura 4: Tabuleiro do jogo Kharbaga confeccionado pela estudante *Akilah*.

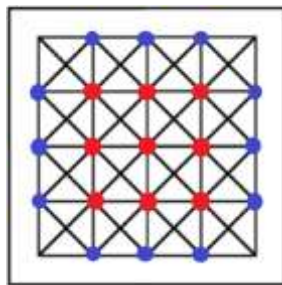


Fonte: Arquivos do autor.

Em seguida, contou-se os vértices para saber quantas peças seriam necessárias. Para isso, verificou-se que cada quadrado isolado possuía 5 vértices (quatro do quadrado e um do encontro das diagonais), logo seriam 80 vértices no total ($16 \times 5 = 80$). Contudo ao unir os quadrados percebeu-se que alguns vértices eram contados 2 vezes (vértices azuis) e outros eram contados 4 vezes (vértices vermelhos), conforme mostrado na figura 8. Assim o número de vértices é dado por: $80 - (9 \times 3) - (12 \times 1) = 41$. Onde (9×3) e (12×1) representam a quantidade de vértices contados a mais.

Figura 5 – Representação da contagem dos vértices do jogo Kharbaga.

⁵ Nome fictício escolhido por uma aluna do grupo de pesquisa. “Akilah” é um nome da língua Suarili proveniente do Quênia, que significa “Inteligente, aquela que tem razões”.

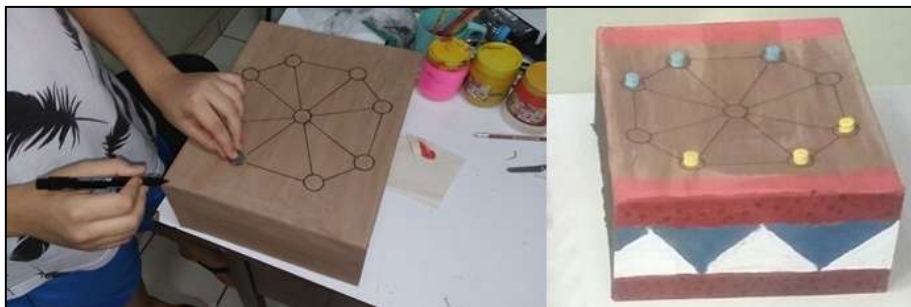


Fonte: Elaborado pelo autor.

Já o jogo Shisima foi confeccionado pelo estudante *Zaki*⁶, tendo como base uma caixa de sapatos de papelão. Para construção desse tabuleiro o estudante utilizou uma base quadrada (obtida pelo corte de uma folha sulfite de lado 21 cm), cortando os triângulos que continham os vértices do quadrado, obtendo dessa forma um octógono. Verificou-se que o mesmo não era regular, visto que as medidas dos lados não eram todas iguais. Optou-se por realizar a construção dessa maneira já que o estudante ainda estava desenvolvendo no ensino regular os conceitos de ângulos, além de não possuir a ferramenta de compasso ou transferidor. A decoração do tabuleiro partiu da criatividade do estudante que pintou mosaicos em torno do tabuleiro.

884

Figura 6: Tabuleiro do jogo Shisima confeccionado pelo estudante *Zaki*.



Fonte: Arquivos do autor.

Todos os materiais confeccionados pelos estudantes foram expostos na mostra do “Dia da Consciência Negra” ocorrido na escola no dia 18 de novembro de 2017.

A “1ª Semana de promoção da cultura africana por meio de jogos matemáticos”

A fim de desenvolver um trabalho que promovesse o reconhecimento da história e cultura africana em cumprimento à lei nº 10.639/03, além da busca pelo rompimento do preconceito ainda existente em nossa sociedade, foi proposto o desenvolvimento da “1ª Semana de promoção da cultura africana por meio de jogos matemáticos” que

⁶ Nome fictício escolhido por um aluno do grupo de pesquisa. “Zaki” é um nome da língua Suarili proveniente do Quênia, que significa “virtuoso”.

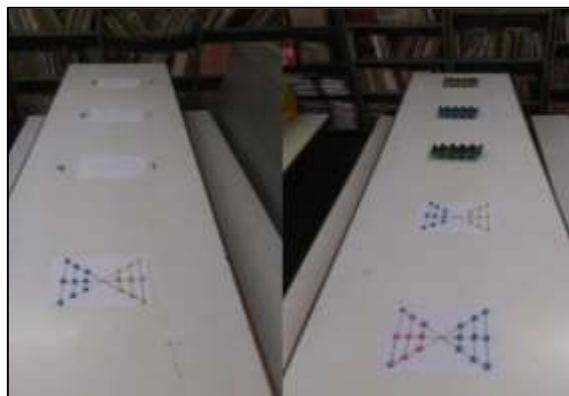
contou com o desenvolvimento de gincanas e oficinas, além de um evento aberto à comunidade no sábado letivo que findou a semana.

As gincanas foram realizadas na própria escola no horário matutino durante as aulas de matemática de modo que as aulas das demais disciplinas não fossem prejudicadas já que se tratava do fim de um bimestre. Inicialmente os estudantes foram convidados a participar das gincanas por meio de uma exposição do projeto pelo professor coordenador. Os estudantes interessados deviam inscrever suas equipes com três componentes cada, sendo que a cada etapa um destes competiria um dos jogos: Mancala, Shisima ou Borboleta. Os jogos citados foram escolhidos devido suas regras mais simples e pelo caráter que as competições são mais rápidas, otimizando o tempo disponível para realização da gincana.

A gincana foi realizada na biblioteca da escola utilizando os tabuleiros de Mancala confeccionados pelos estudantes do AEE e tabuleiros de Borboleta e Shisima impressos em folha sulfite. Num primeiro momento eram explicadas as regras dos jogos, enfatizando sua origem africana e que os mesmos não são jogos matemáticos, mas sim jogos de tabuleiros onde é possível visualizar situações matemáticas. Dessa forma, eram convidados os estudantes que tivessem interesse em participar das oficinas que seriam realizadas no contraturno (período vespertino) abordando o caráter matemático desses jogos.

Na primeira fase estavam inscritas 20 equipes, ou seja, um total de 60 alunos. As competições aconteceram ao longo da semana entre turmas e, posteriormente entre equipes em caráter eliminatório, ou seja, a cada rodada a equipe perdedora era excluída da competição. Dessa forma chegou-se à final com um total de quatro equipes que disputaram a premiação.

Figura 7 – Disposição dos tabuleiros dos jogos na biblioteca.



Fonte: Arquivos do autor.

Percebeu-se o grande envolvimento dos estudantes em jogar e o incentivo que esse material deu aos mesmos que rompiam os limites impostos pelos anos de ensino e verificavam que o raciocínio e estratégias podiam ser obtidos tanto por estudantes do 6º ano quanto por estudantes do 9º ano.

Figura 8 – Alunos competindo na gincana.



Fonte: Arquivos do autor.

No período vespertino, durante a semana de realização do projeto com a cultura africana, foram desenvolvidas oficinas com os jogos africanas buscando trabalhar a matemática encontrada nos mesmos. Os participantes foram alunos do 6º ao 9º ano que demonstraram interesse em participar, levando uma autorização para os responsáveis já que as oficinas seriam realizadas fora do horário de aula.

A princípio eram esperados poucos alunos já que tem-se muita resistência por parte dos estudantes em desenvolver trabalhos com a matemática, ainda mais se as mesmas são fora do horário da aula e sem nenhuma cobrança ou valor de nota para a disciplina. Contudo, surpreendentemente cerca de 30 alunos compareceram no horário combinado, mostrando dessa forma o impacto positivo que o projeto teve sobre os estudantes.

O primeiro dia baseou-se essencialmente na exposição da motivação para execução do projeto e na realização de uma dinâmica que mostrasse o preconceito existente em todos, muitas vezes trazido da época da escravidão e persistente até hoje. Acredita-se que só é possível combater algo que é desfavorável se reconhecermos que isso de fato existe, da mesma forma o racismo e o preconceito quanto aos negros e africanos só pode ser de fato abolido se nos reconhecermos preconceituosos e buscarmos dessa maneira mudar nossos conceitos e visões acerca disso.

A dinâmica foi elaborada pelo próprio professor e consistia na análise e observação das seguintes situações:

Situação 1: *Um homem branco chega a um restaurante movimentado, aproxima-se de uma mesa próxima, conversa com as pessoas da mesa, pega algo da mão destes e se retira.*

Situação 2: *Um homem negro chega a um restaurante movimentado, mancando, aproxima-se de uma mesa próxima, conversa com as pessoas da mesa. Uma delas levanta, pega algo e lhe entrega. O homem pega o que parece ser um banco e se senta na mesa ao lado.*

As situações foram ilustradas pelo professor e pelos alunos participantes do grupo de pesquisa. Após a encenação foi perguntado aos demais estudantes o que acreditavam se tratar tais situações. Segundo a maioria deles a primeira situação tratava-se de um homem que era um garçom ou então que estava pedindo informações, já na segunda situação se tratava de um mendigo que pediu comida e as pessoas pagaram para ele comer.

Sendo realizadas as considerações dos estudantes, o professor revelou qual a verdadeira história de cada situação. Na primeira, o homem chega até os clientes da mesa ao lado dizendo que perdeu sua carteira e que já havia dito ao dono que pagaria depois a conta, mas que ainda assim não tinha dinheiro para pegar um táxi para ir embora. As pessoas benevolentes lhe deram algum dinheiro e o homem pôde ir embora. Na segunda situação, um homem chega mancando até a mesa mais próxima da entrada e pede se as pessoas poderiam lhe conceder um assento, pois o mesmo havia tropeçado e torcido o pé na entrada. As pessoas então lhe buscam um banco e este senta-se à mesa ao lado, agradecendo em seguida.

Dessa forma, os estudantes ficaram espantados com a disparidade das suas respostas junto à situação real, percebendo o preconceito que está intrínseco nas relações de todos. Foi dito que situações como essas acontecem diariamente e muitas pessoas são pré-julgadas devido a sua cor de pele sendo necessário mudar nossas posições frente a essas relações. Foram abordados sobre outros tipos de preconceitos existentes com relação à história e cultura africana, como por exemplo, a religião e rituais como a macumba.

Ainda no primeiro encontro foi desenvolvida uma oficina com o jogo *Mancala*. Para isso foram utilizados os tabuleiros confeccionados pelos estudantes do AEE e explicada a origem e principais regras do mesmo. Os estudantes se mostraram muito interessados e compartilhavam estratégias entre as duplas.

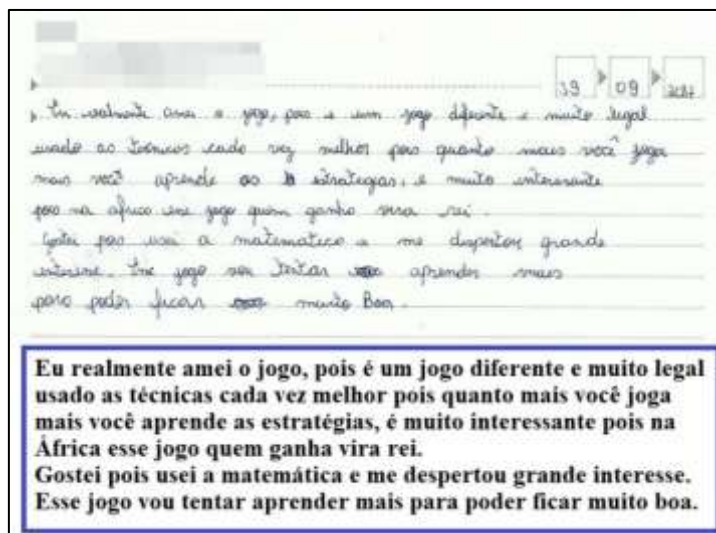
Figura 9 – Alunos jogando *Mancala*.



Fonte: Arquivos do autor.

Durante a atividade os estudantes solicitavam a presença do professor de modo a entender melhor as estratégias. Muitos jogavam com outros mais experientes de modo que conseguissem aprimorar suas táticas de jogo e desse modo pudessem vencer. O caráter matemático do jogo era abordado ao longo da atividade, abordando questões quanto ao número de peças e contagem das casas do tabuleiro, por exemplo. Ao final do encontro foi pedido que os estudantes registrassem suas considerações sobre o jogo, estratégias identificadas, principais dificuldades e o que mais gostaram. Na figura 10 podemos ver um desses registros.

Figura 10 – Registros dos estudantes sobre o jogo *Mancala*.



Fonte: Arquivos do autor.

No segundo dia de oficina foi abordado um pouco das estratégias e matemática dos jogos Borboleta e Shisima. Para esse trabalho utilizou-se tabuleiros impressos dos jogos. Nesse dia a atividade foi desenvolvida na quadra de esportes, já que a mesma não estava sendo utilizada.

Figura 11 – Alunos jogando Borboleta e Shisima.



Fonte: Arquivos do autor.

Enquanto os estudantes jogavam, uma professora de educação física desenvolvia uma atividade com os alunos do 5º ano, utilizando o desenho de um “jogo da velha” escrito no chão. Isso fez com que o professor, autor desse trabalho, tivesse a ideia de desenhar o tabuleiro do jogo Shisima no centro da quadra, utilizando a circunferência como base para o octógono que compõe o tabuleiro. Os estudantes participantes da oficina auxiliaram no desenho fazendo circunferências onde as peças estariam localizadas.

Para jogar esse Shisima “gigante” os estudantes formaram dois grupos em que a cada jogada um componente do grupo corria até o tabuleiro e movimentava a peça correspondente á sua equipe. No início, alguns estudantes não quiseram participar da proposta, mas vendo o envolvimento dos colegas mudaram de posição, pedindo para jogar na próxima rodada.

Figura 12 – Estudantes jogando o Shisima “gigante”.



Fonte: Arquivos do autor.

Depois de realizada essa dinâmica, os estudantes foram orientados a registrar as considerações sobre o encontro, dizendo se gostaram ou não da atividade e colocando algumas ideias para os próximos encontros, conforme mostrado na figura.

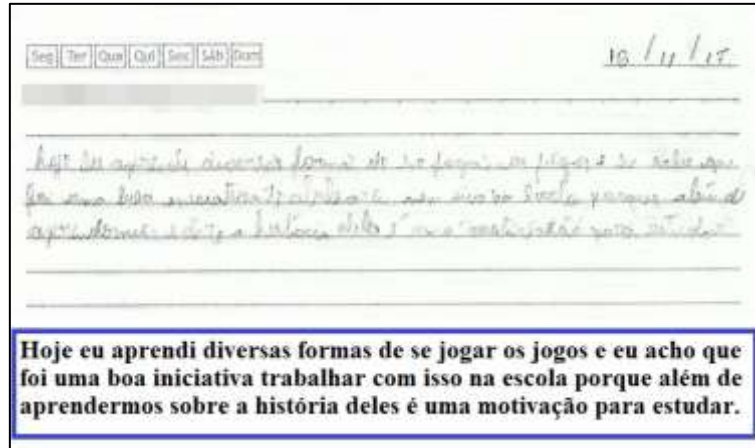
Figura 13 – Registro de uma estudante sobre o segundo encontro.

Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Dom
11						
<p>Eu achei legal e divertido pois todos jogaram os jogos fornecidos na aula e foi muito engraçado ver os alunos entrando em pânico durante os jogos e aprenderam um pouco mais de forma divertida e engraçada.</p>						

Fonte: Arquivos do autor.

O terceiro e último encontro serviu para abordar um pouco sobre os jogos Yoté, Kharbaga e Tsoro Yematatu, dizendo sobre sua origem, história e a matemática encontrada no jogo. Como o tempo nesse dia era escasso, devido a uma avaliação que os alunos do Tempo Integral tinham que fazer, o encontro foi curto, servindo apenas para finalização das atividades.

Figura 14 – Registro de uma estudante sobre o terceiro encontro.



Fonte: Arquivos do autor.

No dia 18 de novembro de 2017, um sábado letivo, aconteceu na escola a comemoração do Dia da Consciência Negra, no qual foram expostos os trabalhos dos estudantes da escola, dentre eles o livro confeccionado pelos estudantes do grupo de pesquisa, e a final da Gincana dos jogos africanos.

Na final as equipes competiram utilizando tabuleiros “gigantes” que foram confeccionados previamente pelos estudantes utilizando os conhecimentos das oficinas. Conforme observamos na figura 15. Sendo realizadas as competições as três equipes melhores colocadas foram premiadas, encerrando o projeto.

Figura 18 – Tabuleiros “gigantes” dos jogos Shisima, Borboleta e *Mancala*.



Fonte: Arquivos do autor.

Considerações Finais

Esse trabalho mostra a diversidade de trabalhos que podem ser desenvolvidos abordando a temática da história e cultura africana no conteúdo de matemática. O grupo de pesquisa apresenta as potencialidades de uma proposta na qual é desenvolvida a

capacidade de registro e pesquisa de estudantes do ensino fundamental, que passam a ter um contato direto com trabalhos no formato acadêmico, podendo dessa forma desenvolver sua escrita e criticismo. Essa proposta também permite que os estudantes debatam entre si e junto com o professor os problemas (inclusive matemáticos) encontrados no desenvolvimento de atividades com o material, aprimorando seu raciocínio e pensamento matemático-crítico.

Por meio desse trabalho, percebeu-se que os jogos de tabuleiros africanos, juntamente com suas raízes históricas e culturais viabilizam o ambiente de trabalho com esses alunos, bem como com os demais, levando-os a ingressar de fato na realidade desses povos e a matematizar como estes fazem. A princípio as regras e determinações do jogo pareceram ser empecilhos a alguns estudantes, mas a vontade de ganhar o jogo e poder se sentir como um “rei” ou “rainha” de tribo, fez com que esses estudantes se superassem a cada dia, realizando cada vez pensamentos mais elaborados.

Além do avanço em termos conteudistas, foi possível notar um grande envolvimento dos estudantes e das relações interpessoais. Isso fez com que o desempenho e concentração de todos os estudantes participantes do projeto aumentassem durante as aulas.

Quanto ao professor o projeto permite que o mesmo acompanhe as atividades com um olhar diferenciado, tomando novas posturas frente ao processo de ensino e aprendizagem, dando um maior valor às atitudes dos estudantes e buscando intervir o mínimo possível, agindo dessa forma como moderador do trabalho.

Tem-se que a matemática é uma ciência dinâmica e que pode se moldar às diferentes realidades da sociedade, dessa forma, é papel do professor buscar que essas áreas, às vezes ditas tão distantes, se integrem buscando um aprendizado completo e variado.

Referências

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **LDB, Lei de diretrizes e bases da educação nacional**: Edição atualizada até março de 2017. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

_____. **Lei nº 10.639**, de 9 de Janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 10 jun. 2018.

GERDES, P. **On the History of Mathematics in Africa South of the Sahara.** In: African Mathematical Union. Versão ligeiramente adaptada de um artigo apresentado por Paulus Gerdes no Terceiro Congresso Pan-Africano de Matemáticos, Nairobi, 20-28 de agosto de 1991. Este artigo faz parte do estudo "Pesquisa recente sobre a história da matemática em África: uma visão geral" por A.Djebbar e P.Gerdes. Disponível em: <http://www.math.buffalo.edu/mad/AMU/amu_chma_09.html>. Acesso em: 10 jun. 2018.

IFRAH, G. **Os Números: A História de uma Grande Invenção.** Editora Globo. 5ª ed. 1992.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS. **Conteúdo Básico Comum – Matemática.** SEE/MG: 2006. Educação Básica - Ensinos Fundamental e Médio.

SILVA, J. J. B. (org.). **A matemática encontrada nos jogos africanos e suas histórias.** Escola Estadual Angelino Pavan (EEAP). Uberlândia: EEAP, 2017.

SOUZA, A. C. F. de. **Jogos Africanos e o currículo da matemática: Uma questão de Ensino.** Dissertação (mestrado). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas. São José do Rio Preto, 2016.

WILLIAMS, S.W. **Mathematicians of the African Diaspora.** (em inglês) The Mathematics Department of The State University of New York at Buffalo. (2008) Disponível em: <<http://www.math.buffalo.edu/mad/Ancient-Africa/lebombo.html>>. Acesso em: 17 out. 2017.

A LITERATURA COMO FORMA DE PENSAR A MICRO-HISTÓRIA EM SALA DE AULA

João Pedro Pereira Rocha¹

Universidade Federal de Goiás, UFG, Regional Catalão

894

Resumo: O presente texto tem o objetivo de apresentar algumas reflexões entorno da perspectiva que entende a micro-história como campo de reflexões para professores de história quando do processo de ensino aprendizagem. Para tanto, elege-se a literatura como fonte para construção das análises e com intuito de pontuar algumas questões entendidas como pertinentes para o ensino da História e para os desafios que se colocam para a comunidade escolar e a sociedade em geral. Optando por esse curso metodológico, as reflexões estarão debruçadas sobre a obra “O Cortiço” do escritor brasileiro Aluísio Tancredo Gonçalves de Azevedo.

Palavras-chave: Ensino de História; Micro-História; Literatura

Abstract: The present text has the objective of presenting some reflections around the perspective that understands microhistory as a field of reflections for teachers of history when teaching teaching process. In order to do so, the literature is chosen as the source for the construction of the analyzes and with the aim of punctuating some issues considered relevant for the teaching of History and for the challenges that are posed for the school community and society in general. Opting for this methodological course, the reflections will be focused on the work "The Cortiço" of the Brazilian writer Aluísio Tancredo Gonçalves de Azevedo.

Key words: History teaching; Micro-History; Literature

Introdução

O Ensino de História pode ser entendido como campo de pesquisa estabelecido, sobretudo mediante o elevado grau de produção de materiais científicos diversos e que tratam de pensar a atuação do conhecimento histórico no espaço escolar. Revistas conceituadas no meio acadêmico, eventos nacionais e internacionais, são alguns dos veículos responsáveis pela produção e disseminação de reflexões em torno da História ensinada. Essas reflexões constroem espaços pelos quais é possível pensar a prática docente em relação à historiografia. Nesse sentido é ponto comum, em perspectiva de discussão, o pensar/repensar do espaço da historiografia quando da construção de planejamento por professores da Educação Básica.

¹ Bolsista na Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG). Orientador (a): Dra. Regma Maria dos Santos

O texto que apresentamos aqui é fruto de pesquisa que se encontra em desenvolvimento junto ao Programa de Pós-Graduação em História, Nível Mestrado Profissional, da Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão. A pesquisa em questão pensa fazer uma análise de obras do escritor brasileiro Aluísio Tancredo Gonçalves de Azevedo (1857-1913) como forma de pensar as concepções de racismo e cidadania no contexto da sala de aula. Assim, apresentamos uma discussão acerca de um ponto que surgiu em meio ao desenvolvimento da pesquisa e que neste instante manifesta-se pelo objetivo de discutir a presença da “micro-história” na Educação Básica e tendo a literatura como fonte de reflexão, mais precisamente o romance do autor indicado, intitulado, “O Cortiço”.

O curso metodológico, e visando atender o objetivo deste trabalho, encontra-se em dois momentos. Procuramos construir uma discussão em torno da aproximação entre história, literatura e ensino, evocando alguns autores/pensadores que discutem a relação entre esses três aspectos que entendemos ser fundamentais para o andamento da pesquisa e a compreensão das ideias levantadas pelo texto. Em seguida construímos uma reflexão que aponta a importância de corrente historiográfica entendida por “micro-história” para a historiografia e para a prática no ensino da História, destacando o espaço dos conceitos, a exemplo da cidadania.

História, Literatura e Ensino de História

No século XX a historiografia passou por mudanças significativas, alterando as concepções de tempo e de fonte históricas, bem como o modo como os historiadores dialogavam com o passado. Já nas primeiras décadas (1920-1960) os Annales trataram de combater a história-narrativa em favor da história problema e estrutural. A crítica a uma História imóvel, factual, homogênea. Com a história-problema “(...) o historiador dos Annales reconhece a indeterminação de seu objeto, atemporalidade, e não pretende mais contar o que de fato aconteceu.” (REIS, 2012, p. 105). Assim as raízes historiografias de fins do século XIX são modificadas e os campos de possibilidades se ampliaram na medida em que as críticas apontaram novas formas de observar o passado. No espaço dessas mudanças as fontes documentais são ampliadas e ganham novas leituras, assim, a literatura aparece no horizonte de pesquisadores como um caminho frutífero para interpretações históricas.

No âmbito das metodologias de trabalho, e em relação ao trabalho de pesquisa histórica que recorre à literatura como caminho de possibilidades, pesquisadores tem

buscado apontar os ganhos para o conhecimento histórico. Joan Pagès Blanch (2013) chama atenção para as projeções advindas da micro-história social, material e das mentalidade que a fonte literária permite. Para Antonio Candido (2006), a impressão do escrito prefigura um olhar investigativo de mundo, e no qual autor e obra irradiam estética e crítica. Roger Chartier (1999) chama atenção para possibilidade de aproximação com o texto, sem, contudo, criar balizas invariantes e universais de análises. Assim, a literatura apresenta-se como caminho fecundo em possibilidades para que historiadores, segundo critérios específicos, façam usos diversos desse tipo de fonte.

Nesse contexto, de método que aponta para o acontecimento, a relação entre história e literatura esteve em observação vigilante por historiadores que criticavam a ficção. O rompimento da dicotomia entre História da Literatura foi possível a partir da configuração da Nova História Cultural e esteve personificada em nomes como Michel de Certeau. Em “História e psicanálise: entre ciência e ficção” Certeau esforça-se em construir caminhos que, entre outras, aproxima história e literatura, chamando atenção para o trabalho com o documento, assim: “com o aparato da crítica dos documentos, o erudito retira o erro das ‘fábulas’: ao diagnosticar o que é falso ele ganha terreno em relação a estas” (CERTEAU, 2012, p. 45). O pesquisador também chama atenção para o teor do discurso uma vez que: “ao vislumbrar a relação do discurso com quem o produz [...] é possível considerar a historiografia como uma mistura de ciência e ficção, ou como um lugar que se reintroduz o tempo.” (CERTEAU, 2012, p. 48). Reflexões como estas foram significativas para trabalhos que apontam a importância da práxis histórica pautada na literatura como possibilidade para o conhecimento histórico erigido nos diversos espaços.

Em se tratando dos espaços de atuação do conhecimento histórico, o espaço escolar configura-se como um desses lugares em que a práxis profissional deve estar configurada a partir de determinada ótica historiográfica. Tendo a história, como bem afirma Jörn Rüsen (2007, p. 86), um papel fundamental na orientação dos sujeitos para a vida em sociedade, essas orientações passam pelo caminho das metodologias. Assim, professores de história podem recorrer a reflexões e as constantes atualizações que chegam à historiografia, como forma de aprimorar seu campo de atuação, sobremaneira no que tange as metodologias de ensino aprendizagem.

Destinada ao espaço escolar, a literatura significa importante veículo no estudo do passado. A justificativa está representada na fala de Sandra Jatahy Pesavento: “Ela [a literatura] dá a ver sensibilidades, perfis, valores”. Ainda segundo a autora, a literatura

permite um contato com o clima de uma época, ela fala de expectativas pessoais, o que guiava os olhares em determinado período (PESAVENTO, 2014, p. 82). Nesse contexto, Selva Guimarães Fonseca (2003) e Circe Bittencourt (2011) apontam ganhos para o ensino de história quando autores/obras são observados como sujeitos/objetos de seus tempos, com impressões de mundo que correspondem a épocas e outras variações. Esses dados representam ferramentas que auxiliam interpretações históricas em sala de aula. Segundo Bittencourt:

Para a História, esse referencial [a relação dialógica] torna possível analisar textos literários como documentos de época, cujos autores (os criadores das obras) pertencem a determinado contexto histórico e são portadores de uma cultura expostas em suas criações seguidores de determinada corrente artística e representantes de seu tempo. (BITTENCOURT, 2011, p.342)

Em sintonia com essa perspectiva, acerca da relação História e Literatura, a historiadora Selva Guimarães Fonseca (2003) aponta para o fato de a Literatura assinalar para planos que não se concretizaram, possibilidades que não vingaram. Os ganhos à historiografia estaria no sentido de apontar uma História pautada em possibilidades, uma vez que, nos “diversos níveis e graus de ensino é possível desenvolver trabalhos interdisciplinares de história e literatura adequados ao universo da criança e adolescentes sobre diversos temas e problemas” (FONSECA, 2003, p. 166). Com isso, e no rol das possibilidades interdisciplinares, encontram circunscritos ao professor de história caminhos de abordagens críticas de determinados conteúdos apontando para múltiplas formas de atuação do homem no tempo e no espaço.

Observando o fato de ensinar ser uma ação histórica, ensinar a aprender história pode ser um ato que encontra na literatura documento fundamental ao incentivar a leitura, a imaginação e a construção crítica de sujeito em relação ao mundo. Se a literatura favorece um ensino de história pautado em temas e problemas, sobretudo aqueles que dizem respeito ao universo discente, ela corrobora no enfrentamento de problemáticas da sociedade brasileira. Nesse contexto, o de levar em consideração questões pertinentes a realidade social, é possível chamar atenção para um ponto que destacamos aqui como central em nosso estudo: a perspectiva historiográfica que orienta a práxis docente.

O tratamento dado ao conhecimento histórico em sala de aula é responsável pelo modo como a historiografia é assimilada, ou não, e em graus variados no ambiente escolar. Observando o papel da disciplina história no processo de formação dos

estudantes, é possível indicar que essa ação em muito depende do modo como é construído o diálogo e a aproximação entre o momento escolar (a práxis docente) e o conhecimento produzido pelas academias. Essa aproximação pode ser conflituosa e fazer perpetuar uma histórica distância entre Academia e Escola, mas também pode ser harmônica, fazendo chegar à sala de aula a diversidade das reflexões históricas construídas pelas diversas vertentes historiográficas. Assim, o professor de história pode, em seu critério de escolha, recorrer a perspectivas científicas do conhecimento histórico que podem auxiliar na (re) construção de um conhecimento que entre outras, dê conta de responder as demandas construídas pela sociedade.

Literatura, ensino da História e historiografia: a micro-história e a prática docente

Em se tratando da prática docente em sala de aula algumas variáveis podem ser utilizadas para construção de debates e reflexões em torno do modo como opera o processo de ensino aprendizagem. No caso particular da disciplina história analisar a perspectiva historiográfica serve para balizar o modo como o conhecimento histórico venha ser processado na Educação Básica, mas também, e caso isso aconteça, permite uma aproximação maior das inovações implantadas pela ciência histórica. Essa discussão torna-se ainda mais oportuna quando percebemos a presença de determinadas linguagens em sala de aula e os objetivos e resultados esperados de tal processo.

A apresentação de determinado conhecimento histórico em sala de aula é fator determinante na (re) construção da visão que os diversos sujeitos (estudantes, pais) obtêm acerca da história. É nesse sentido que os olhares podem, ou não, caminharem em sintonia com uma perspectiva tradicional (positivista) da história, associando-a a datas e nome de heróis, ou a conjunturas políticas simplistas. Essa visão de história herdada do século XIX ocupa o imaginário de muitos sujeitos quando chamados a falar sobre o passado, e é assunto relevante e preocupante para propostas que pensam o ensino de história sob perspectivas historiográficas atuais. A pesquisadora Selva Guimarães Fonseca chama atenção para essa questão:

no que concerne à difusão, o peso da tradicional historiografia e a concepção de história de pais, alunos e muitos professores – identificada, muitas vezes, apenas com grandes feitos dos heróis – dificultam a incorporação de novos campos temáticos, de novos problemas e fontes, como postulam as novas concepções historiográficas. Uma única história pode se impor (FONSECA, 2003, p. 46)

Assim, e como aponta a pesquisadora, a concepção historiográfica ocupa espaço significativo no modo como a História ganha forma e é assimilada no meio escolar. É na esteira dessa questão, e a partir de alguns questionamentos que centralizaremos esse nosso segundo momento e em diálogo com o objetivo em questão. Qual (ais) perspectiva (s) historiográfica (s) pode (m) ser utilizada (s) em sala de aula? Qual (ais) a (s) justificativa (s)? Sobre qual (ais) circunstância (s)? Quais as implicações de tal possibilidade para a disciplina história? Como fora adiantado, nossa reflexão sobre essas indagações serão construídas a partir da eleição da literatura como fonte de análise, mais especificamente o romance “O Cortiço”.

Michel de Certeau, em *A escrita da História*, trata de apontar os caminhos da construção do conhecimento historiográficos, da historiografia em seus aspectos de saber científico, calcada em métodos próprios. Para Certeau esses métodos dialogam com um espaço social e que configura o perfil da pesquisa historiográfica (CERTEAU, 1982, p. 65). Essa é uma questão centralizadora para pensarmos a prática da pesquisa em história e por consequência, e também, e o ensino da mesma uma vez que dirá sobre as escolhas que os sujeitos pesquisadores fazem em relação a determinado tema ou problema de investigação. São essas escolhas que modelam as perspectivas e possibilidades de inserção de determinadas escolas ou linhas de pensamento historiográfico e que podem em certa medida aproxima os espaços de produção e circulação de conhecimento histórico.

A presença de algum pensamento historiográfico em sala de aula está determinada, sobretudo, mas não apenas, pela temática que se pretende trabalhar em sala de aula. Nesse sentido é importante frisar a, mesmo que reduzida, liberdade que o professor de história tem ao construir seu planejamento de trabalho. Chamamos atenção para essa questão devido ao fato de que a proposta que aqui apresentamos propor uma reflexão que pensa a prática docente e para tanto, e de modo a não cairmos em divagações puramente imaginadas, levaremos em consideração alguns pontos presentes nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM).

Uma vez tomado como referência é interessante observarmos uma citação presente nos PCNs e assinala para a identificação que o documento traz em relação a pesquisa história e por consequência sobre o fazer histórico:

A pesquisa histórica esforça-se atualmente por situar as articulações entre a micro e a macro-história, buscando nas singularidades dos acontecimentos as generalizações necessárias para a compreensão do processo histórico. Na

articulação do singular e do geral recuperam-se as formas diversas de registro e ações humanas tanto nos espaços considerados tradicionalmente os de poder, como o do Estado e das instituições oficiais, quanto nos espaços privados das fábricas e oficinas, das casas e das ruas, das festas e sublevações, das guerras entre as nações e dos conflitos diários para a sobrevivência, das mentalidades em suas permanências de valores e crenças e das transformações advindas com a modernidade da vida urbana em seu aparato tecnológico. (BRASIL, 1999, p. 300)

O entendimento acerca da pesquisa histórica, presente no texto, aponta para uma linha de raciocínio que pensa a ciência história como sendo possível a partir de um olhar que alinha as múltiplas experiências no espaço. As perspectivas da macro e a micro-história são apontados como caminhos sobre os quais a investigação pode debruçar-se no sentido do que seria a totalidade das experiências humanas no tempo. Pode-se perceber que esse posicionamento aproxima-se das últimas “reformas” percebidas em fins do século XX pela historiografia ocidental. Aspectos da vida coletiva como festas, a vida urbana as mudanças pressentidas nas ditas mentalidade, são alguns dos aspectos que corroboraram para novos postulados historiográficos. Essas questões, sendo colocadas por um documento que tem em sua base a orientação de práticas didático-pedagógicas, aponta para um caminho que pensa o ensino da História em sintonia com a historiografia mais recente, o que, na prática significa entre outras coisas, romper com o tradicionalismo na disciplina história. Essa postura interessa para pensarmos o primeiro questionamento levantado, sobre qual perspectiva historiográfica utilizar em sala de aula. Nesse contexto, tratamos de nos deter sobre a micro-história como subcampo de investigação científica para pensarmos sua aproximação com o ensino de história a partir de uma dada fonte, a literatura.

A historiografia de cunho tradicional tem como característica primária o desaparecimento de determinados sujeitos de suas narrativas. A escola positivista é quase sempre lembrada por eliminar de seus discursos os diversos sujeitos que compõem as tramas históricas, reduzindo ou centralizando suas preocupações a grandes figuras políticas e/ou militares. As consequências dessa questão para uma “imagem da História” é a de um quadro em que poucos são os merecedores de registro. Essa assertiva, já desde a Escola dos Annales, nos anos 1930, vem sendo refutada por investigações que apontam para necessidade de ampliar os horizontes da pesquisa histórica. Nesse sentido, a micro-história somou esforço no sentido de observar experiências múltiplas no tempo-espaço. Para Giovanni Levi “O princípio unificador de toda pesquisa micro-histórica é a crenças em que a observação microscópica revelará

fatores previamente não observados.” (LEVI, 1992, p. 139), assim, a pesquisa nesse sentido inovaria com uma técnica mais acurada, em busca de detalhes que as investigações anteriores não foram capazes de alcançar.

Estando a reflexão historiográfica localizada no espaço escolar devemos pensar a presença e justificativa da micro-história nas instituições de ensino em que o conhecimento histórico circula. Para tanto retornamos aos textos dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e das Orientações. Em meio uma discussão acerca das competências esperadas por meio do ensino da História, o documento das Oreintações faz o seguinte referência a qual que se espera do estudante:

Construir o conhecimento sobre si mesmo e sobre o outro por meio do reconhecimento de diferenças e semelhanças, e mudanças e permanências nas variadas formas de relações entre as pessoas e os grupos sociais, nos círculos próximos de sua convivência e em épocas e lugares distantes. O aluno começa a situar suas próprias experiências, seus valores e suas práticas cotidianas em relação às problemáticas mais amplas e abrangentes vivenciadas pelos grupos contemporâneos e pelos grupos que viveram em épocas passadas, reconhecendo-se, simultaneamente como sujeito de sua história pessoal e participante da história do seu tempo. (BRASIL, 2001, p. 75)

A preocupação do texto está circunscrita na perspectiva de uma proposta de ensino aprendizagem por meio da qual o estudante possa identificar valores de oposições que são inerentes ao trajeto histórico das sociedades, sem, contudo, eleger superiores e inferiores. Soma-se a essa questão a possibilidade de uma identificação pessoal, na qual o estudante possa construir sentidos de experiências entre si e os sujeitos do passado.

O espaço escolar pensado como lugar em que teoria e prática devem estar próximas e envolvidas em discursos e atividades diversas é correto afirmar que uma postura docente referida na micro-história apresenta possibilidades reais de contribuir com o aspecto da criação, no estudante, de uma consciência sobre as experiências de povos contemporâneos e passados a ele. Para a historiografia uma investigação no âmbito da micro-história caminha no sentido de um olhar sobre o social e sobre pontos elencados como necessários de uma investigação profunda, sem se desprender de um contexto maior que age e molda aquilo eu até então seria um “detalhe”. Giovanni Levi faz uma descrição interessante sobre a micro-história na pesquisa histórica.

A abordagem micro-histórica dedica-se ao problema de como obtemos acesso ao conhecimento do passado, através de vários indícios, sinais e sintomas.

Esse é um procedimento que toma o particular como seu ponto de partida (um particular que com frequência é altamente específico e individual, e seria impossível descrever como um caso típico) e prossegue, identificando seu significado à luz de seu próprio contexto específico. (LEVI, 1992, p. 154)

Diálogo profícuo e bastante relevante para a historiografia fora construído por Carlo Ginzburg (2007) em “O fio e os Rastros: verdadeiro, falso e fictício” trata entre outras coisas desses indícios e sinais apontados por Levi. Ambos os pensadores se refugiam no aspecto micro da investigação histórica. A medida microscópica é o agente pelo qual as interpretações dos acontecimentos enxergam em detalhes até então não rastreado, indícios decisivos no desenvolvimento de determinado fato.

Essa categoria de investigação (micro) pensada para a campo da historiografia rendeu, entre outros trabalhos expressivos, como *O Queijo e os Vermes* (2006) de Carlo Ginzburg que, ao investigar documentos inquisitoriais acabou por revelar o modo como a prática e a circularidade da leitura agiram no pensamento popular medieval. Em seu estudo Ginzburg trata de fazer uma análise minuciosa acerca do cotidiano e do pensamento de um camponês de modo a construir uma narrativa sobre a história a partir de um aspecto pouco representado pela literatura de até então: a leitura e sua vinculação com as camadas populares. A dimensão do micro análise aparece então como um caminho que pode converter a pesquisa histórica a resultados inesperados, ou com pouca aproximação às hipóteses levantadas. Essa questão diz muito para a construção e reflexão acerca das possibilidades para a investigação histórica nos diversos espaços de circulação de conhecimento histórico, a exemplo do espaço escolar. Nesse ponto faz-se necessária a seguinte interrogativa: como essa questão pode ser pensada para o contexto da sala de aula? Para refletirmos sobre essa indagação lançamos uso de uma análise que elege a literatura como fonte de discussão, mais especificamente o romance de Aluísio de Azevedo, “O Cortiço”.

“O Cortiço” teve sua primeira impressão no ano de 1890, sendo responsável por estabelecer o escritor Aluísio de Azevedo com um dos grandes nomes da literatura nacional. O romance em questão pode até ser entendida como a maior obra escrita pelo escritor, ou ao menos uma das mais conhecidas, tendo escrito outros romances como “O Mulato” e “Casa de Pensão”. Seu autor, Aluísio Tancredo Gonçalves de Azevedo (1857-1913) é reconhecido, entre outras, por ter inserido os primeiro traços da perspectiva naturalista construída pela literatura europeia francesa no século XVIII/XIX

na literatura nacional, rompendo com a escola romântica e fundando o movimento literário naturalista no Brasil.

Em uma narrativa crítica sobre a sociedade da então Capital Federal, na época, Aluísio de Azevedo representa a vida cotidiana de sujeitos simples, personagens que em meio a uma trama fictícia deixa perceber modos de vidas que são conduzidos ou influenciados pelo meio social. É esse estilo, e que corrobora com a perspectiva naturalista de o homem ser fruto do meio, que faz do personagem central da trama, não o homem, mas o meio, o cortiço. Seguindo o perfil naturalista na construção da obra, o autor Aluísio de Azevedo procurou tratar os personagens de forma que fosse possível ao leitor identificar um contexto complexo e que o ajudariam a compreender comportamentos, pensamentos, relacionamentos e intrigas identificados como “naturais” a serem humanos postos em determinadas condições. O que prescreve a narrativa literária em “O Cortiço” é o detalhamento das condições postas e impostas aos serem humanos, ou a um grupo de excluído do jogo dos direitos mínimos ao desenvolvimento social saudável. No curso dos detalhes, o autor caminha pela psicologia dos personagens, pelas histórias individuais e coletivas, pelo meio urbano e suas problemáticas históricas. Assim, o meio age no comportamento dos indivíduos, mas não o faz na sua totalidade, faz por meio dos detalhes que cada personagem dentro de sua personalidade e especificidades inatas absolverá. São esses detalhes que merecem atenção quando do trato com a perspectiva micro histórica em sala de aula.

Em texto dos PCNs para o Ensino Médio o documento chama atenção para o papel do professor de história frente à ação que identifica e seleciona conteúdos que serão fundamentais na formação dos estudantes, sobretudo na perspectiva da cidadania. O texto observa “A compreensão de cidadania em uma perspectiva histórica, como resultado de lutas, confrontos e negociações, e constituída por intermédio de conquistas sociais de direitos, pode servir como referência para a organização dos conteúdos da disciplina histórica. (BRASIL, p. 24), algo que deve ser colocado em reflexão pelos professores de história, podendo ser feito a partir da ficção presente em “O Cortiço”. Queremos chamar atenção para esse fato desembocar em uma perspectiva de ensino que parte da questão temática e não do livro didático ou outro suporte. Nesse contexto, poderão ser pensadas estratégias que podem, por exemplo, partir de questões colocadas pelo presente para pensar a época que o romance “O Cortiço” foi produzido.

Partir de uma proposta que pensa o viés temático nas análises e reflexões construídas em torno do ensino aprendizagem em história chama atenção para um dado

importante em relação ao aspecto da fonte em questão: o romance ser um produto de época. Assim, ressaltamos a presença do romance-documento em sala de aula, e com isso, chamamos atenção para a necessidade do diálogo com outras expressões artísticas ou não, e que deixaram vestígios sobre a trajetória pela qual passou a cidadania no Brasil. Circe Bittencourt (2011, p. 326) ao apontar os ganhos para o ensino de história com a inserção do documento em sala de aula aponta para necessidade de saber conduzir ações de modo a problematizar o documento em sala de aula e em sintonia com os objetivos construídos pela comunidade escolar.

Diante da emergência e da importância da cidadania, e dos elementos que lhe fazem referência, para a sociedade brasileira cabe ressaltar o espaço do romance “O Cortiço” em meio aos objetivos pensados para o ensino da História. Maria Auxiliadora Schmidt (1999) identifica o conceito como sendo fundamental para construção de sentidos e orientação no tempo, algo que se pensado para o ambiente escolar, aproxima-se das perspectivas de compreensão e crítica do passado (SCHMID, 1999, p. 149-150). A pesquisadora também chama atenção para a necessidade de sublinhar, em sala de aula, o caráter histórico dos conceitos, situando-os nas esferas das mudanças, permanências e rupturas que são tão inerentes aos processos de transformação que passam as sociedades. Esse pensamento poderá ser pensado a partir dos usos da obra “O Cortiço” nas aulas de história quando a abordagem procura centralizar o modo de desenvolvimento da cidadania no Brasil do contexto da obra, o século XIX.

Na tentativa de aproximar a crítica social e que chega pelos detalhes da obra, o professor poderá fazer uso de um fragmento sobre o qual pode surgir uma série de questões reflexivas, e que podem estar em diálogo com o universo de vivência do estudante. Postura frente a problemáticas, fundamentalmente, sociais permitiu a Aluísio Azevedo estabelecer-se como importante escritor com a publicação de “O Cortiço”. O cenário é a capital, Rio de Janeiro, o Império em seus últimos anos apresenta-se na diversidade de personagens: trabalhadores simples, imigrantes, negros, prostitutas, homossexuais, mas o personagem principal da obra é o conjunto de casebres que formam um cenário de degradação humana, o cortiço.

Eram cinco horas da manhã e o cortiço acordava, abrindo, não os olhos, mas uma infinidade de portas e janelas alinhadas. [...] As portas das latrinas não descansavam, era um abrir e fechar de cada instante, um entrar e sair sem tréguas. Não se demoravam lá dentro e vinham ainda amarrando as calças ou as saias; as crianças não se davam ao trabalho de lá ir, despachavam-se ali mesmo, no capinzal dos fundos, por detrás da estalagem ou no recanto das hortas. [...] Sentia-se naquela fermentação sanguínea, naquela gula viçosa de plantas rasteiras que mergulhavam os pés vigorosos na lama preta e nutriente

da vida, o prazer animal de existir, a triunfante satisfação de respirar sobre a terra. (AZEVEDO, 2011, p. 38-39)

O cenário envolve tramas, desejos, intrigas, conflitos e sentimentos que caracterizaram, na ficção, o cotidiano das zonas marginais da capital federal. O cotidiano do povo, das classes desfavorecidas que é representado nas linhas de Aluísio Azevedo. Assim, a pesquisa buscará aproximar-se de uma concepção de cidadania na qual, ela, enquanto construção histórica representa a configuração política e social de pessoas simples, comuns, e que podem facilmente serem marginalizados do processo de ensino aprendizagem em história tendo em vista práticas de ensino ainda tradicional e as limitações de materiais didáticos.

Ao falar sobre o papel do ensino de história e suas implicações em torno da construção da cidadania no Brasil a pesquisadora Selva Guimarães Fonseca (2003) demonstra o modo como uma abordagem da história sem as devidas observações impedem que certos olhares sobre a história e sobre os sujeitos e suas ações no tempo sejam ultrapassados. Seria, pois a perpetuação de um modelo tradicional, excludente, uma história para poucos, sem sentido e significado real para uma clientela marcada pela diversidade (2003, p. 90). No sentido de romper com essa perspectiva de observação das experiências históricas a micro-história parece como caminho de possibilidades fecundas, uma vez que não apenas identificam excluídos e marginalizados, mas vai além, em dimensões profundas da existência humana e identifica seus medos, tristezas, anseios, alegrias e frustrações. Esses, que são elementos do comportamento humanos, são gerados na relação social estabelecida e podem oferecer aos envolvidos com a análise do conhecimento histórico a oportunidade de perceber a complexidade das experiências históricas, uma vez que elas dizem sobre a complexidade do homem e de sua estadia em sociedade.

Considerações Finais

O contexto da sala de aula no século XXI apresenta para a Educação uma série de desafios, muitos com raízes profundas na sociedade, uma vez que é a escola uma extensão da sociedade. Esses desafios quase sempre estão associados a problemáticas sobre as quais a instituição escolar deve estar atenta. Nesse sentido, há um papel fundamental das disciplinas escolares no jogo da criação de estratégias que representem instrumentos pelos quais os estudantes se identifiquem como agentes sociais e

históricos. Nesse contexto, pensar importância de refletirmos sobre um determinado posicionamento historiográfico é de suma importância uma vez que ele que determina entre outras, o(s) objetivo(s) de uma aula.

Como fora possível assinalar, a presença da historiografia na prática docente representa um ganho fundamental para o conhecimento histórico. Por um lado, na medida em que professores se aproximam das escolas de pensamento histórico, e as implicações adjacentes à questão, começam a perceber a necessidade de romper com um modelo hegemônico e ainda presente em sala de aula, falamos do ensino dito “tradicional”. Ao desprender esforços para pensar a historiografia o professor de história pode fazer uso da “micro-história” e de elementos que lhe são inerentes, a exemplo da escala de investigação. A investigação dirá sobre o olhar de cada professor e, caso opte por esse caminho, encontrará fonte fecunda em “O Cortiço” para, entre outras questões, discutir a presença da cidadania na sociedade brasileira e toda uma série de questões que permeiam o amplo significado do termo, mas que na obra diz mais vivamente a respeito da negação dos direitos. Essa discussão poderá ser contemplada a partir, e não apenas, dos aspectos psicológicos presente nos personagens e o modo como eles impactam na ficção. Enfim, para o ensino da História, olhar os personagens de “O Cortiço” sobre as lentes da “micro-história”, é um exercício que oferece aos sujeitos envolvidos com o ensino aprendizagem a possibilidade de perceber a complexa forma pela qual as relações sociais constituem-se, ao tempo que obedecem uma multiplicidade de fatores que habitam no meio ao qual o sujeito está inserido. Cabe, em sala de aula, desvendar os graus de influências possíveis, ontem e hoje.

Referências Bibliográficas

AZEVEDO, Aluísio. **O Cortiço**. 28^o Ed. São Paulo: FTD, 1995.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM). Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/CienciasHumanas.pdf>>. Acesso em: 20 de dez. 2017>.

BITTENCOURT, C. M. Usos didáticos de documentos. In: BITTENCOURT, C. M. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 4^a Ed. São Paulo: Cortez, 2011, p. 325-338.

BLANCH, Joan Pagès. As fontes literária no ensino de história. **OPISIS**, Catalão, v. 13, n. 1, p. 33-42, jan./jun. 2013.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**. 9ª Ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2006.

CERTEAU, Michel de. **História e psicanálise, entre ciência e ficção**. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira, 2ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

_____. A operação historiográfica. In: CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Tradução: Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 56-108.

GUIMARÃES, Selva. **Didática e prática de ensino de história**. Campinas, SP: Papiros, 2003.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os Rastros: verdadeiro, falso e fictício**. Trad. Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. **O Queijo e os Vermes** O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido peça Inquisição. Tradução Maria Betânia Amoroso; tradução dos poemas Jose Paulo Pacs. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKER, Peter (org.) **A Escrita a história: novas perspectivas**. Tradução: Magda Lopes. - São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992, p. 133-161.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Correntes, campos temáticos e fontes: uma aventura da História. In: **História & História Cultura**. 3ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014, p. 69-98.

REIS, José Carlos. A história-problema e estrutural dos Annales: a ruptura entre tempo e narrativa histórica. In: REIS, José Carlos. **Teoria & história: tempo histórico, história do pensamento histórico ocidental e pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012, p. 105-108.

RÜSEN, Jörn. Didática: Funções do Saber Histórico. In: RÜSEN, Jörn. **História Viva: Teoria da História III – formas e funções do conhecimento histórico**. Trad. Estevão Rezende Martins. Brasília: Ed. da UnB, 2007, p. 85-133.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. Construindo conceitos no ensino de história: "a captura lógica" da realidade social. **Hist. Ensino**, Londrina, v. 5, p. 147-163, ou!. 1999.

OS ELEMENTOS QUÍMICOS DO COTIDIANO: UMA PERSPECTIVA INCLUSIVA PARA O ENSINO DE CIÊNCIAS

Juliana Lopes de Almeida

Denise Marques Moraes

Universidade Federal de Uberlândia – UFU

Prof^a Dra. Renata Carmo Oliveira

Universidade Federal de Uberlândia – UFU

908

RESUMO

A evolução da sociedade nos coloca hoje em um momento importante para decidirmos como vamos estabelecer a inclusão. Podemos analisar esse tema por diversas óticas. A escola e o ensino são importantes espaços para o desenvolvimento das possibilidades de inclusão. Neste sentido, a formação de professores necessita de uma grande discussão sobre esse aspecto social. Este trabalho surge no espaço tempo de da disciplina Tópicos de Ensino de Ciências – Ênfase em Inclusão, oferecida pelo Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências e Matemática – Mestrado Profissional da Universidade Federal de Uberlândia. Após discussões, rodas de conversas com pesquisadores em Educação Inclusiva, do resgate dos desafios enfrentados pelos professores na Educação Básica e visitas a espaços não formais foi proposto que elaborássemos um trabalho com o destaque para a inclusão, considerando as nossas realidades em sala de aula. Definimos pela criação de uma sequência didática para o estudo da tabela periódica que atenda as diversas modalidades de ensino e as diferentes formas de aprender. Os desafios para atender as deficiências, tanto físicas quanto mentais no contexto escolar são muito grandes, como o despreparo dos docentes, o espaço físico inadequado, ausência de material didático adequado e a questão do preconceito. Nosso objetivo foi ensinar elementos químicos de maneira a estimular o uso dos sentidos e o trabalho participativo dos estudantes. Este trabalho nos revelou a necessidade de um estudo mais amplo de nosso público alvo inicial, estudantes da Educação de Jovens e Adultos, das condições oferecidas pelo tempo e espaço na escola, das nossas percepções sobre a inclusão versus nossa formação inicial e sobre critérios que podem efetivar nossa metodologia como inclusiva. Neste processo de nossa formação docente, fica clara a necessidade de buscarmos e defendermos a Universidade como um tempo espaço de qualidade para discutir e promover a inclusão.

Palavras – chave: Ensino de Ciências; Educação de Jovens e Adultos; Educação Inclusiva.

ABSTRACT

The evolution of society today puts us at an important moment to decide how we will establish inclusion. We can analyze this theme from several perspectives. School and education are important spaces for the development of inclusion possibilities. In this sense, teacher education needs a great discussion about this social aspect. This work appears in the time space of the subject of Science Teaching - Emphasis in Inclusion, offered by the Graduate Program in Science and Mathematics Teaching - Professional Master's Degree of the Federal University of Uberlândia. After discussions, discussions

with researchers in Inclusive Education, the rescue of the challenges faced by teachers in Basic Education and visits to non-formal spaces, it was proposed that we elaborate a paper highlighting inclusion, considering our realities in the classroom. We define by creating a didactic sequence for the study of the periodic table that attends to the different modalities of teaching and the different ways of learning. The challenges to attend to the deficiencies, both physical and mental in the school context are very great, such as the lack of preparation of teachers, inadequate physical space, lack of adequate didactic material and the issue of prejudice. Our objective was to teach chemical elements in order to stimulate the use of the senses and the participatory work of the students. This work has revealed to us the need for a broader study of our initial target audience, youth and adult education students, the conditions offered by time and space in school, our perceptions about inclusion versus our initial training, and about criteria that can our methodology as inclusive. In this process of our teacher training, it is clear the need to seek and defend the University as a quality time space to discuss and promote inclusion.

Keywords: Science Teaching; Youth and Adult Education; Inclusive education.

1. Introdução

O processo de ensino-aprendizagem, para atender a diversidade, é cercado de desafios, seja por causa das transformações que vêm ocorrendo no ensino aprendizagem dos conteúdos, caracterizados por mudanças curriculares e metodológicas, à docência da Educação Básica mostra-se como uma temática bastante importante. Neste contexto o trabalho apresenta um relato de experiência de duas professoras da educação básica, mestrandas da Universidade Federal de Uberlândia - Mestrado Profissional em Ciências e Matemática. O relato de experiência aborda aspectos dos obstáculos encontrados pelas professoras ao desenvolver uma sequência didática nas disciplinas de Química e Ciências Biológicas que atendam alunos cegos e de baixa visão.

Quando consideramos as necessidades ou deficiências especiais cognitivas e motoras que efetivamente comprometem tal processo, nos deparamos com algumas questões como a inadequação dos espaços de ensino, a ausência de material didático adequado ou mesmo adaptado às condições específicas dos sujeitos envolvidos no processo, e principalmente com questão do preconceito.

Mello (2000) afirma que uma das principais falhas está na formação inicial dos professores uma vez que o conhecimento do conteúdo está focado no ensino de crianças e jovens, e não nas diversas situações de aprendizagem que o futuro professor irá conviver, visto que uma sala é bastante heterogênea, no entanto elas não propiciam a articulação desse conteúdo com a transposição didática de forma contextualizada e interdisciplinar; em ambos os casos, a "prática de ensino" também é abstrata, pois é

desvinculada do processo de apropriação da aprendizagem das disciplinas a serem ministradas.

Porém estudos recentes sobre a atuação do professor em classes inclusivas apontam que o sucesso de sua intervenção depende da implementação de amplas mudanças nas suas práticas pedagógicas (O'DONOGHUE; CHALMERS, 2000), quais sejam: a adoção de novos conceitos e estratégias, como a educação cooperativa (O'CONNOR; JENKINS, 1996); a adaptação ou (re)construção de currículos; o uso de novas técnicas e recursos específicos para essa clientela; o estabelecimento de novas formas de avaliação; o estímulo à participação de pais e da comunidade nessa nova realidade social e educacional (MANTOAN, 1997; MRECH, 1998; PIRES; PIRES, 1998; WESTWOOD, 1997). Além disso, depende, de atitudes positivas frente à inclusão de crianças com necessidades especiais no ensino regular (AVRAMIDIS; BAYLISS; BURDEN, 2000). Contudo cabe lembrar que muitas dessas sugestões já estavam presentes na literatura educacional antes do surgimento da orientação inclusiva, mas que, em alguns casos, foram (re)direcionadas a partir dos princípios da inclusão. O professor então deve buscar enquanto pesquisador ação e reflexões na sua prática buscando desenvolver o aprimoramento pessoal e profissional.

O grande desafio em nossa realidade que enfrentamos é a falta de disposição de planejarmos a disciplina junto com os colegas de trabalho. Durinézio (2014) e colaboradores evidenciam que quando trabalhamos a disciplina neste contexto, ela torna-se penosa aos alunos e de difícil compreensão, e nos revela ainda que, aulas práticas e interdisciplinares torna a disciplina agradável quando passa a ser percebida como fator prolífero para a vida cotidiana.

A educação em especial brasileira já vem sendo discutida desde o período imperial, em meados de 1854, e passou por três momentos: segregação, integração e inclusão. Este último é entendido no contexto escolar como uma “proposta educativa que pretende consubstanciar a simultaneidade do tempo e do espaço pedagógico para todas as crianças, por forma a concretizar os ideais da educação pública obrigatória: qualidade, eficiência, igualdade e equidade” (SANCHES, 2007).

Na escola temos condições que consideramos básicas para a inclusão de estudantes deficientes, sendo elas estrutura física, formação do professor e a metodologia desenvolvida.

Para nossa proposta nos atemos às questões relacionadas à necessidade de metodologias e recursos didáticos que auxiliam o processo ensino-aprendizagem de estudantes cegos.

Em se tratando de deficientes visuais, os recursos didáticos podem ser obtidos por diferentes formas sendo que uma delas é a seleção que corresponde à utilização do recurso pelos alunos de visão normal, mas que também podem ser aproveitados para os alunos cegos tais como se apresentam (OLIVEIRA; et al, 2013).

2. Os desafios para o Ensino de Cegos

2.1.A deficiência visual

Os conteúdos escolares privilegiam a visualização em todas as áreas de conhecimento, de um universo permeado de símbolos gráficos, imagens, letras e números.

Assim, há necessidade de novas estratégias pedagógicas de criar, reinventar e descobrir atividades pedagógicas que atendam todos e cada um de acordo com suas necessidades (BRASIL, 2007, p. 13).

De acordo com a Lei n. 7853, de 24 de Outubro de 1989, que dispõe sobre a Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, define deficiência visual da seguinte forma, “cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica, os casos nas quais a somatória do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60, ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores.

A Organização Mundial da Saúde (Resolução SE nº 246/86) define e classifica o portador de visão subnormal com Acuidade visual de 0,05 a 0,3, em ambos os olhos, e o portador de cegueira à pessoa com acuidade visual inferior a 0,05 em ambos os olhos, após máxima correção.

Já, em relação ao processo educativo, a pessoa com cegueira é posicionada com ausência total de visão até a perda da projeção de luz. O processo de aprendizagem será através da integração dos sentidos: tátil cenestésico - auditivo, olfativo, gustativo, utilizando o Sistema Braille como meio principal de leitura e escrita. Torna-se, nesse contexto, imprescindível levar em conta a percepção e cognição do indivíduo, uma vez

que a pessoa com deficiência visual detém uma dialética específica dos sentidos para interagir com o mundo. (BRASIL, 2000)

A predominância de recursos visuais desmotiva e tira o foco dos alunos deficientes físicos, por isso a variedade, a adequação e a qualidade dos recursos disponíveis possibilitam o acesso ao conhecimento, à comunicação e à aprendizagem significativa (BRASIL, 2007, p, 26).

Mesmo que assegurado no artigo 59 do Capítulo V da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB), que traz que “os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais, currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades além de professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns” (BRASIL, 1996).

Contudo estudantes deficientes ou não enfrentam grandes dificuldades de aprendizagem, Sant’ Ana 2005 em seu estudo verifica que entre as principais encontradas estão as mesmas existentes em qualquer escola pública brasileira, a saber: formação insuficiente dos professores, baixos salários, falta de apoio pedagógico, infraestrutura e condições de trabalho precárias. Resultados de pesquisas similares foram encontrados por Damião (2000); Dias; et al (1998); Castro (2002) e Jusevicius (2002). Entre as ineficiências mencionadas pelos autores destacamos algumas: a formação específica e continuada dos educadores, a orientação na prática cotidiana, o apoio familiar e técnico, a redução do número de alunos nas classes e alterações nas condições estruturais das escolas. E essa situação torna-se mais complexa quando tratamos do ensino de ciências como um todo, principalmente o de química, já que, tradicionalmente, o ensino de química conta com a visão por se basear em observação de fenômenos e reações químicas.

As maiores dificuldades no ensino da Química residem nos seguintes fatores: Encontrar maneiras e meios de criar e estimular interesse na disciplina. Conseguir eficiente comunicação de informação de outra forma, sem ser através da comunicação visual. Os livros de texto são a solução parcial mais comum. Contudo, nem todos os livros editados se encontram feitos em Braille. Os livros, próprios para estes alunos, parecem ser menos atrativos que os outros que têm fotografias estimulantes, cores diagramas e, além disso, um livro para um estudante normovisual pode corresponder a vários volumes de Braille para um estudante cego (Gonçalves, 1995).

2.2. Educação Inclusiva no Ensino de Ciências

Quando consideramos as pesquisas relacionadas com atividades, metodologias ou mesmo recursos para a inclusão de cegos, achamos consideravelmente bons conteúdos em Física e Biologia, e especificamente no ensino de Química, Pires, Raposo e Mól (2007) relembram baseados em diversos pesquisadores, que a Química deve ser fundamentada por três diferentes níveis de abordagem: o fenomenológico ou macroscópico, o teórico ou microscópico e o representacional. A maioria dos livros didáticos de Química trazem muitas imagens, tabelas e gráficos (abordagem representacional), não atendendo efetivamente os alunos com cegueira ou baixa visão. Destacamos aqui algumas experiências de vários autores, sobre a importância do professor elaborar materiais didáticos adequados para a sua prática que atendam diferentes alunos em específico para alunos cegos e de baixa visão.

Oliveira e colaboradores (2008) recomendaram a adaptação e descrição de um livro didático de Química para ser utilizado com alunos cegos e com baixa visão de escolas estaduais do Distrito Federal, após posterior entrevista com os alunos não-videntes, que utilizando esse livro adaptado, foi possível proporcionar o melhor atendimento das necessidades de aprendizagens e possibilitou um maior acesso dos alunos não-videntes e videntes aos conteúdos químicos, notaram ainda que a adaptação de um recurso metodológico simples, como um livro didático, proporciona aos professores uma maior segurança para ensinar a alunos com cegueira ou baixa visão.

Reforçando a ideia Oliveira e seus colaboradores (2008) atentam à necessidade de utilizar recursos didáticos como facilitador da aprendizagem e uma forma dos alunos com deficiência serem inseridos na sociedade de forma igualitária. Os autores produziram duas tabelas periódicas utilizando materiais alternativos acessíveis e de baixo custo, sendo sua escrita - símbolo do elemento, número atômico e número de massa - editada manualmente empregando-se um reglete e um punção. As tabelas foram confeccionadas em relevo para que os alunos explorassem os sentidos do tato e da audição. Os recursos didáticos foram trabalhados separadamente com alunos com cegueira e baixa visão. O material de apoio serviu de estímulo para demais professores, que começaram a produzir seus próprios recursos didáticos. Por conseguinte, os recursos didáticos diferenciados têm por finalidade inserir os alunos com deficiência na mesma comunidade em que vivem os outros alunos estreitando as interações entre os mesmos.

Retondo e Silva (2008) recordam que o assunto mais urgente a ser tratado sobre a ótica da Educação Inclusiva é a formação de educadores capacitados para atender a

clientela de alunos com deficiência, atentos a essa questão os estágios supervisionados passaram a ser mais criteriosos em relação a educação inclusiva, e notaram que apesar de diagnosticarem uma boa infraestrutura nas instituições que observaram durante os estágios, os licenciandos alegaram que eles não estavam possuindo uma formação adequada. Nos estágios posteriores a proposta foi modificada: os licenciandos deveriam propor metodologias, produzir materiais e aplicá-los nas instituições.

Com relação aos materiais produzidos, adequados para alunos com cegueira e baixa visão, surgiram várias ideias inovadoras e interessantes, que vão desde caixas aromáticas, que trabalham a questão dos aromatizantes em alimentos, até uma tabela periódica digital, os universitários acreditaram ser de grande valia para desmistificar certos pré-conceitos que os assombavam, e perceber que o incluir pode ser uma tarefa bem mais prazerosa do que se pensa.

Raposo e Mól (2010) concordam ao investigar sobre a ressignificação da construção do conhecimento científico e a heterogeneidade do processo de aprendizagem discutidas na conjuntura do projeto “Desenvolvimento de estratégias para o Ensino de Química a alunos com deficiência visual”, na Universidade de Brasília os autores chegaram à conclusão que os recursos elaborados são ótimos subsídios para todos aprenderem com qualidade, independentemente de suas características individuais perceberam também que o foco do trabalho de alunos com cegueira e baixa visão deve estar na aprendizagem como processo diverso que entrelaça sentidos e significados, buscando permanentemente ensino e aprendizagem mútua entre os membros do processo cognitivo.

Considerando tudo isso, elaboramos um conjunto de atividades, ou sequência didática, para o ensino dos elementos químicos da tabela periódica, na tentativa de atender mais efetivamente a diversidade de formas de ensinar e aprender. Para alcançarmos tal objetivo, os critérios apresentados por Cerqueira e Ferreira (2000) serão considerados nas etapas da elaboração da tabela. Buscaremos atenção nas adaptações para estudantes cegos e com baixa visão.

3. Justificativa

Como mencionado anteriormente, o ensino para cegos é cercado de dificuldades, que vão desde aquelas diretamente ligadas a formação dos professores até questões ligadas ao espaço e condições didáticas. Considerando tais problemas e tendo em vista

que, tradicionalmente, o ensino de química, como os demais ligados a ciência, é explorado priorizando a visão, haja vista ser pautado em observações de fenômenos e reações químicas e abordagens expositivas de imagens ou animações, nos propomos a desenvolver uma sequência de atividades e recursos que possam explorar outro sentido e assim, possibilitar deficientes visuais e aos demais alunos, uma forma mais efetiva de aprendizagem.

Escolhemos a Tabela periódica pelo potencial da mesma em auxiliar o professor e os alunos de explorarem o conhecimento sobre os elementos químicos e sua utilização ou ocorrência em materiais de nosso cotidiano. Nossa proposta busca planejar uma sequência didática interdisciplinar, sob a ótica duas disciplinas de modo que se completem para otimizar e aprimorar o trabalho docente com recursos didáticos que alcancem todos. Neste contexto acreditamos que alcançaremos um ensino e aprendizado mais inclusivo.

4. Objetivos

Como forma de avançarmos em nossas reflexões e estudos acerca da inclusão escolar, nos propusemos a desenvolver um plano de atividades de ensino utilizando o conteúdo de Química. Como tantos outros conhecimentos, este é tradicionalmente ensinado de maneira a contar principalmente com a visão e audição dos estudantes, nas aulas expositivas e/ou experimentais e/ou demonstrativas.

Nesse sentido, nosso objetivo centra-se na elaboração de uma sequência didática que nos permita enquanto professoras e aos estudantes, explorarem outros sentidos diferentes da visão e audição nas aulas de Ciências, enfatizando desta forma uma perspectiva inclusiva. Busca-se, ainda, apresentar os desafios enfrentados pelas professoras para elaboração desta sequência didática, seus anseios, dificuldades e questionamentos do que seria de fato planejar aulas num contexto educacional inclusivo.

5. Trajetória Metodológica

Para compreendermos como se perpetua o processo metodológico de elaboração desta sequência, há de se levar em consideração que: “No âmbito social, estabelecem-se modelos de comportamentos e ações aceitas na coletividade. O sujeito aceito socialmente é aquele que possui condições de empregabilidade, disposição para o

trabalho, sendo, portanto, sujeito com potencial para se tornar um consumidor” (SILVA, L. C. da, 2012, p.17).

Este caminho influencia também sobremaneira o âmbito educacional, pois “aqueles que não conseguem por diferentes razões se enquadrarem nesta realidade continuam à margem da sociedade, experimentando a exclusão educacional e social, materializada na perda de sua identidade e subjetividade como cidadão” (SILVA, L. C. da, 2012, p.17).

Nosso intuito baseia-se no princípio inclusivo centrado na equidade, tanto dos direitos quanto do acesso às diferentes oportunidades, pois não se trata de todos aprenderem o mesmo conteúdo no mesmo ritmo, mas que cada indivíduo consiga se sobressair com relação às suas próprias habilidades e competências.

Portanto, nota-se a:

[...] necessidade de se formar uma geração que dê conta das demandas de uma sociedade do conhecimento, cujo perfil é delineado pelas diferenças. Nossa intenção, diante desse quadro situacional, é recriar a escola para que seja a porta de entrada das novas gerações para o mundo plural em que já estamos vivendo (MANTOAN; M., T., E., 2011, p. 59-60).

Para a construção da sequência foi necessário delimitar uma certa lógica condizente com as premissas acima citadas.

Logo, os passos considerados foram estabelecidos aleatoriamente, diante as nuances percebidas pelas professoras em processo de formação continuada. Tais passos foram:

- Definir o que significa o termo Educação Inclusiva;
- Compreender as características de um processo inclusivo;
- Conhecer o perfil dos estudantes com relação ao seu processo de ensino e aprendizagem;
- Escolher um tema pertencente ao conteúdo de Química (no caso, o tema escolhido foi Tabela Periódica);
- Priorizar uma deficiência (preferencialmente que coexista na prática);
- Verificar se o tema pode ser considerado como potencialmente inclusivo para a deficiência escolhida.

Sendo assim, partimos da concepção de Fiscarelli (2007), ao dizer que ao elaborarmos e ou construir o uso de material didático em sala de aula, torna o processo

de ensino aprendizagem mais concreto, menos verbalístico, mais eficaz, e bons resultados na aprendizagem de nossos alunos.

Acreditamos que ao construir o material didático nas nossas aulas ajudará o estudante a interagir com os colegas, possibilitando aos mesmos explorar elementos químicos inseridos na realidade que os cercam, e ao mesmo tempo contribuindo nas trocas de experiências dos seus saberes populares e os saberes científicos adquiridos na dinâmica da sala de aula.

6. Resultados e discussão

De maneira geral, as maiores dificuldades enfrentadas para planejamento da proposta didática eram no sentido de visualizarmos se efetivamente cada estratégia utilizada estava de fato sendo adequada para uma realidade inclusiva e isto se deve ao fato de uma falha também nossa, enquanto professores, do pouco contato com o tema ou desconhecimento do que seja de fato a Educação Inclusiva, e mais precisamente, quais os requisitos para um recurso didático ser considerado adequado inclusivamente.

Para o planejamento da sequência didática, tivemos o obstáculo tempo que está sempre constante na fala de professores, “ele não nos deixa fazer nada” ... porém este empecilho logo foi amenizado com o uso das tecnologias, essa facilidade que encurta a distância e potencializa o nosso tempo.

A maioria dos professores tem uma visão funcional do ensino e tudo o que ameaça romper o esquema de trabalho prático que aprenderam a aplicar em suas salas de aula é inicialmente rejeitado. Também reconhecemos que inovações educacionais como a inclusão abalam a identidade profissional e o lugar conquistado pelos professores em uma dada estrutura ou sistema de ensino, atentando contra a experiência, os conhecimentos e o esforço que fizeram para adquiri-los (MANTOAN, M. T. E.; 2003, p. 41).

Os contratempos que existiram nesta proposta de trabalho foram vários, o que mais nos assustou foi ao observarmos a nossa predisposição, que talvez não teríamos para elaborar esse recurso se não fosse através da formação continuada, que nos propiciou romper barreiras e buscarmos um olhar diferenciado para inclusão. Com a formação continuada houve a possibilidade de reflexões e mudanças nas nossas práticas docentes onde tivemos várias perguntas que puderam nos nortear e levar ao nosso objetivo que é promover para o estudante contato com diferentes e simultâneas formas

de percepção qualitativa e quantitativa, de manuseio, observação, confronto, dúvida e de construção conceitual.

No caso de uma formação inicial e continuada direcionada à inclusão escolar, estamos diante de uma proposta de trabalho que não se encaixa em uma especialização, extensão ou atualização de conhecimentos pedagógicos. Ensinar, na perspectiva inclusiva, significa ressignificar o papel do professor, da escola, da educação e de práticas pedagógicas que são usuais no contexto excludente do nosso ensino, em todos os seus níveis. Como já nos referimos anteriormente, a inclusão escolar não cabe em um paradigma tradicional de educação e, assim sendo, uma preparação do professor nessa direção requer um design diferente das propostas de profissionalização existentes e de uma formação em serviço que também muda, porque as escolas não serão mais as mesmas, se abraçarem esse novo projeto educacional (MANTOAN, M. T. E.; 2003, p. 43).

Nesta sequência didática, podemos verificar que existem vários instrumentos e ferramentas fundamentais que possibilita esses alunos aprenderem, porém primeiro passo deve partir do professor, que pode começar na mudança de seus planejamentos, e na formação continuada. Percebemos também que ganhamos confiança e empoderamento para lidarmos com a inclusão, visto que aprendemos ao realizar pesquisas e que a mudanças atitudinais mereceram destaques ao desenvolvermos uma sequência didática.

No questionamento da própria prática, nas comparações, na análise das circunstâncias e dos fatos que provocam perturbações e/ou respondem pelo sucesso escolar, os professores vão definindo, pouco a pouco, as suas “teorias pedagógicas”. A intenção é que os professores sejam capazes de explicar o que antes só sabiam reproduzir a partir do que aprendiam em cursos, oficinas, palestras, exclusivamente. A proposta incentiva os professores a interagirem regularmente com seus colegas, a estudarem juntos e a que estejam abertos a colaborar, com seus pares, na busca dos caminhos pedagógicos da inclusão (MANTOAN, M. T. E.; 2003, p. 44).

Outro ponto a ser mencionado seria com relação ao espaço escolar. O ambiente escolar como um todo precisa necessariamente se adequar para a recepção de todos os alunos, e majoritariamente precisa ser acessível para atender também aos alunos com necessidades educacionais especiais.

É muito importante lembrar que o termo acessibilidade diz respeito não apenas à eliminação de barreiras arquitetônicas, mas também ao acesso à rede de informações, de comunicação, equipamentos e programas adequados. (BRASIL, 2006, p.26)

Todo e qualquer aluno precisa se sentir antes de mais nada acolhido, seguro ao frequentar a escola. E um ambiente acolhedor, que propicie momentos prazerosos, pode corroborar para um processo de ensino e aprendizagem potencialmente inclusivo.

A escola e sala de aula devem ser um espaço inclusivo, acolhedor, um ambiente estimulante que reforça os pontos fortes, reconhece as dificuldades e se adapta às peculiaridades de cada aluno. (BRASIL, 2005, p.15)

Neste sentido, é importante nos atentarmos para: organização da sala de aula desconfigurada daquela padronização em fileiras, objetos de aprendizagens que potencializam também os demais sentidos diferentes da visão, e atenção a um discurso inclusivo do professor ao explicar o conteúdo científico, não desmerecendo os demais conhecimentos prévios de cada aluno e buscando a contextualização com a realidade regional de uma turma heterogênea.

Com relação à escolha do tema Tabela Periódica, trabalhar -se- a conjuntamente com a questão textual (simbologia e aplicação no cotidiano) e imagens ilustrativas (recortes de jornais e ou revistas, ou imagens criadas computadorizadas). Contudo, destaca-se a importância da adaptação destes recursos, tanto textuais quanto ilustrativos. Pires, Raposo e Mol (2007) sugerem, com relação a adaptação de textos, que “para alunos com baixa visão, os textos foram (sejam, grifo nosso) impressos utilizando-se fonte arial tamanho 18 em negrito” mas independe do tipo ou tamanho de letra; esta “deve facilitar a leitura de alunos com baixa visão” (PIRES; RAPOSO; MOL, 2007).

No caso de um aluno com deficiência visual, “os textos devem ser transcritos para o braille, utilizando-se todas as técnicas para produção dos textos em braille” (BRASIL, 2002a).

Sobre adaptação de imagens, Pires, Raposo e Mol (2007) nos remete a uma intermediação entre tradução ou análise de um objetivo do contexto de uma imagem, seguido da transposição dos sinais em braille.

Uma das dificuldades seria na adaptação do material instrucional, todavia verifica-se que: “O conjunto constituído pelo material didático utilizado e pelo discernimento do assunto feito pelo professor durante a aula resultou em uma melhor aprendizagem por parte dos alunos deficientes visuais” (OLIVEIRA; et al, 2008).

Uma possibilidade de rompermos tais dificuldades seria nos atermos aos critérios propostos por Cerqueira e Ferreira (2000) a seguir:

Tamanho: os materiais devem ser confeccionados ou selecionados em tamanho adequado às condições dos alunos. **Significação Tátil:** o material precisa possuir um relevo perceptível e, tanto quanto possível, constituir-se de diferentes texturas para melhor destacar as partes componentes. **Aceitação:** o material não deve provocar rejeição ao manuseio, fato que ocorre com os que ferem ou irritam a pele, provocando reações de desagrado. **Estimulação Visual:** o material deve ter cores fortes e contrastantes para melhor estimular a visão funcional do aluno deficiente visual. **Fidelidade:** o material deve ter sua representação tão exata quanto possível do modelo original. **Facilidade de Manuseio:** os materiais devem ser simples e de manuseio fácil, proporcionando ao aluno uma prática utilização. **Resistência:** os recursos didáticos devem ser confeccionados com materiais que não se estraguem com facilidade, considerando o frequente manuseio pelos alunos. **Segurança:** os materiais não devem oferecer perigo para os educandos (CERQUEIRA; FERREIRA, 2000).

Desta forma, não obtivemos grandes problemas com relação a delinear e encontrar sugestões e ideias para o tema elementos químicos e tabela periódica, mas sim em conhecer as especificidades da cegueira no aprendizado e a promover a mudança da prática docente que partiriam de nós.

7. Considerações

A evolução da sociedade nos coloca hoje em um momento importante para decidirmos como vamos estabelecer a inclusão. Podemos analisar esse tema por diversas óticas. A escola e o ensino são importantes espaços para o desenvolvimento das possibilidades de inclusão. Neste sentido, a formação de professores necessita de uma grande discussão sobre esse aspecto social. Os desafios para atender as deficiências, tanto físicas quanto mentais no contexto escolar são muito grandes, como o despreparo dos docentes, o espaço físico inadequado, ausência de material didático adequado e a questão do preconceito.

O objetivo de planejar uma sequência didática sobre elementos químicos de maneira que encontrássemos caminhos e modos de como elaborar de forma mais abrangente, acessível e compreensível que atendam alunos cegos e de baixa visão de forma a obter uma aprendizagem significativa.

Este trabalho nos revelou a necessidade de um estudo mais amplo de nosso público alvo inicial, estudantes da Educação de Jovens e Adultos, das condições

oferecidas pelo tempo e espaço na escola, das nossas percepções sobre a inclusão versus nossa formação inicial e sobre critérios que podem efetivar nossa metodologia como inclusiva. Neste processo de nossa formação docente, fica clara a necessidade de buscarmos e defendermos a Universidade como um tempo espaço de qualidade para discutir e promover a inclusão.

8. Referências

AVRAMIDIS, E.; BAYLISS, P.; BURDEN, R. Student teacher's attitudes towards the inclusion of children with special education needs in the ordinary school. **Teaching and Teacher Education**. 2000.

BRASIL, Ministério da Educação - Secretaria de Educação Especial. **A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: deficiência física**. Brasília - DF, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação - Secretaria de Educação a Distância. **Deficiência Visual**. Brasília - DF, 2000, 40p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/deficienciavisual.pdf> Acesso em: maio/2018.

BRASIL. Ministério da Educação - Secretaria de Educação Especial. **Formação Continuada a Distância de Professores para o Atendimento Educacional Especializado**. Brasília - DF, 2007, 57p. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_dv.pdf. Acesso em abril/2018.

BRASIL, Ministério da Educação - Secretaria de Educação Especial. **Normas técnicas para a produção de textos em Braille**, Brasília – DF, 2002^a, 73p. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/textosbraile.pdf> Acesso em: junho/2018.

BRASIL, Ministério da Educação - Secretaria de Educação Especial. **Saberes e Práticas da inclusão: Introdução**. Brasília – DF, 2005.

CASTRO, A. M. **A prática pedagógica dos professores de ciências e a inclusão do aluno com deficiência visual na escola pública**. Dissertação de Mestrado Não-Publicada, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo. 2002.

CERQUEIRA, J.B.; FERREIRA, E. de M. B. **Recursos didáticos na Educação Especial**.

Disponível em:http://www.ibe.gov.br/images/conteudo/revistas/benjamin_constant/2000/educacao-15_abril/Nossos_Meios_RBC_RevAbr2000_ARTIGO3.pdf Acesso em abril/2018.

DAMIÃO, C. R. **Educação Especial: visão de professores e psicólogos**. Dissertação de Mestrado Não Publicada, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas. 2000.

DIAS, T.; SPONCHIADO, M.; HIROTA, O., CAMARGO, M.; ALMEIDA, V. Integração escolar: a criança com deficiência em uma escola municipal de educação infantil de Ribeirão Preto. **Integração**, v.10, n.20, p. 11-17. 1998.

DURINÉZIO, R. D.; BARROSO, G. Das enzimas à análise sensorial: relato de aula prática interdisciplinar. **Seção: Inovações educacionais**. São Paulo, v.12, n. 02, p. 56 – 70, agosto-dezembro/2014.

FISCARELLI, R. B. O. Material didático e prática docente. **Revista Ibero Americana em Estudos de Educação**. v. 2, n.1, p. 01-09, 2007.

JUSEVICIUS, V. C. **Inclusão escolar e alunos com necessidades educacionais especiais**: fala de professores. Dissertação de Mestrado Não-Publicada, Programa de Pós Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas. 2002.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar**: Como fazer? In: MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar**: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003. 93p.

_____. **Inclusão escolar de deficientes mentais**: que formação para professores? In: M. T. Mantoan (Org.), **A integração de pessoas com deficiência**: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon, 1997. p. 119-127.

MELLO, G. N. de. **Formação inicial de professores para a educação básica** – Uma revisão radical. (documento principal) versão preliminar para discussão interna. Mimeo. Outubro/Novembro de 2000.

MRECH, L. M. O que é educação inclusiva? **Integração**, v. 10. n. 20, p. 37-40. 1998.

O'CONNOR, R. E.; JENKINS, J. R. Cooperative learning as an inclusion strategy: A closer look. **Exceptionality**, v. 6. n. 1, p. 29- 51. 1996.

O'DONOGHUE, T. A.; CHALMERS, R. How teachers manage their work in inclusive classrooms. **Teaching and Teacher Education**, n.16, p. 889-904. 2000.

OLIVEIRA, C. A. F.; et al. Elaboração de tabelas periódicas para a facilitação da aprendizagem de Química para alunos deficientes visuais. In: **Anais do XIV Encontro Nacional de Ensino de Química**, Curitiba: 2008.

OLIVEIRA, J. S. de; et al. Ensino de química inclusivo: Tabela periódica adaptada a deficientes visuais. **Experiências em Ensino de Ciências**. v. 8, n 2. 2013. Disponível em: http://if.ufmt.br/eenci/artigos/Artigo_ID208/v8_n2_a2013.pdfAcesso em: abr./2018.

PIRES, J.; PIRES, G. N. A integração escolar de crianças portadoras de necessidades especiais na classe regular: implicações legais e compromisso social. **Integração**, v.10. n. 20. p. 23-26. 1998.

PIRES, R. F. M.; RAPOSO, P. N.; MÓL, G. S. Adaptação de um livro didático de Química para alunos com deficiência visual. In: **Anais do VI Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências**, Florianópolis: 2007.

RAPOSO, P. N.; MÓL, G. S. A diversidade para aprender Conceitos Científicos: a ressignificação do Ensino de Ciências a partir do trabalho pedagógico com alunos cegos. In: SANTOS, W. L.; MALDANER, O. A. (org) **Ensino de Química em Foco**. Ed.Uniujú: 2010, p. 287-312

RETONDO, C. G.; SILVA, G. M. S. Resignificando a Formação de Professores de Química para a Educação Especial e Inclusiva: Uma História de Parcerias. **Química Nova na Escola**, n. 30, p. 27-33, novembro. 2008.

SANCHES, M. F. **Educação Regular Educação Especial: Uma História e separação**. Edições Afrontamento, 2007.

SILVA, L. C. da. **A educação superior e o discurso da inclusão**: conceitos, utopias, lutas sociais, realidade. In: SILVA, L. C. da.; DECHICHI, C.; SOUZA, V. A. de. (org.) **Inclusão Educacional, do discurso à realidade**: construções e potencialidades nos diferentes contextos educacionais. v. 2. Uberlândia: EDUFU, 2012. 274 p.

WESTWOOD, P. **Commonsense methods for children with special needs**: strategies for the regular classroom. London: Routledge, 1997.

ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO: CONTRIBUIÇÕES DO PIBID NO CONTEXTO DE UMA ESCOLA DE ENSINO INTEGRAL DO ESTADO DE SÃO PAULO¹

Laura del Pilar Jiménez Sánchez²

Universidade Estadual Paulista

924

Resumo: A pesquisa buscou abordar algumas questões relativas ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – Pibid, em uma escola incluída no Programa de Ensino Integral do Estado de São Paulo. Buscaram-se as relações que podem ser estabelecidas entre essa proposta no ensino público e a ideologia neoliberal, a procura da possível influência que o setor privado vem exercendo na elaboração e implementação do Ensino Integral no Brasil. A coleta de dados foi por meio de questionários, atribuindo um papel central para estudantes e professores da escola, pois a grande maioria dos trabalhos encontrados se voltaram para o processo de formação inicial de professores. O trabalho constatou a contribuição do Programa, aproximando estudantes de uma educação de fato íntegra, e permitindo uma ação reflexiva para docentes, assim como possibilitou apontar elementos para a valorização de programas de formação docente, como o Pibid, que trabalha em parceria com as escolas.

Palavras chave: Pibid; ensino integral; neoliberalismo; parceria público- privada.

Resumen: La investigación abordó algunas cuestiones con relación al Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – Pibid, en un colegio incluido en el Programa de Enseñanza Integral del Estado de São Paulo. Se buscaron las relaciones que pueden ser establecidas entre esa proposición en la educación pública y la ideología neoliberal, en busca de una posible influencia que el sector privado ejerce en la elaboración e implementación de la Enseñanza Integral en Brasil. La recolección de datos fue por intermedio de cuestionarios, atribuyendo un papel central a estudiantes y profesores del colegio, pues la gran mayoría de los trabajos encontrados tenían como foco el proceso de formación inicial de profesores. El trabajo constató la contribución del Programa, aproximando estudiantes de una educación de hecho integral, y permitiendo una acción reflexiva para docentes, así como permitió encontrar elementos para la valorización de programas de formación docente, como el Pibid, que trabaja junto a los colegios.

Palabras clave: Pibid; enseñanza integral; neoliberalismo; asociación público privado.

Introdução

O seguinte artigo buscou abordar algumas questões relativas ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – Pibid, uma iniciativa que em sua

¹ O presente artigo é resultado da pesquisa desenvolvida como Trabalho de Conclusão de Curso, para obtenção do título de Licenciada e Bacharela em Ciências Biológicas na Universidade Estadual Paulista.

² Mestranda em Educação, linha de pesquisa Educação Ambiental; graduada em Ciências Biológicas na Universidade Estadual Paulista e bolsista do Pibid de 2014 a 2018.

origem visa contribuir para com a formação inicial de professores nas Instituições de Ensino Superior. A pesquisa estudou a inserção do Programa a partir dos objetivos, organização e atividades desenvolvidas pelos subprojetos atuantes na escola no ano de 2016.

Além do Programa, a motivação para a pesquisa surgiu da observação da dinâmica da Escola de Ensino Integral em comparação às outras escolas de ensino regular da rede pública. Nesse sentido, procurou-se elucidar algumas características e diferenciais desse modelo, partindo das raízes da proposta no Brasil, na busca por uma melhor compreensão da relação Pibid/escola. Assim mesmo, partiu-se de uma contextualização histórica da ideologia dominante nos dias atuais (neoliberalismo), e de seus princípios no âmbito da educação, a procura de possíveis influências para a proposta de Ensino Integral do Estado de São Paulo.

Como forma de entender a inserção do projeto do ponto de vista da escola, dados foram coletados por meio de relatórios anuais dos subprojetos, assim como de questionários para estudantes e docentes (alguns em cargos de coordenação/administração), tratando tanto da proposta de Ensino Integral (com base nas diretrizes oficiais), quanto da ação do Pibid.

De forma geral, buscou-se atribuir um papel central para estudantes e docentes da escola, devido a que a grande maioria dos trabalhos encontrados na busca bibliográfica davam foco para a formação de docentes na universidade, atribuindo papel secundário para a visão que a escola tem sobre o Pibid (e conseqüentemente sobre a Universidade).

Educação em tempos de Neoliberalismo

Primeiramente é importante entender o contexto ideológico hegemônico da atualidade. Fazendo um breve resgate histórico, Santana (2009) afirma que na segunda metade do século XVIII surgiu o Liberalismo Econômico, sendo uma ideologia para legitimar as práticas da Revolução Industrial Burguesa, em busca do estabelecimento de uma filosofia que abarcasse toda a sociedade europeia daquela época. Esses ideais encontraram amplo suporte no Parlamento Inglês que se opunha à grande maioria das medidas adotadas pelo monarca. Em contraponto ao Absolutismo veio a *liberdade individual*, tida como natural do ser humano, cujo resultado seriam os direitos civis, sendo a preservação da propriedade um dos pontos importantes (SANTANA, 2009).

Com base nessas ideias, e a partir da Revolução Francesa, fundou-se o Novo Estado Burguês, cujo dever central era o de proteger tais direitos.

A partir da metade do século XIX começou a crescer a tensão entre dois tipos de liberalismo: os reformistas sociais, e os defensores da liberdade individual como fim absoluto (LAVAL; DARDOT, 2016). Esse cenário se intensificou por conta das problemáticas internas dos estados, em um cenário que necessitou a intervenção governamental por conta das novas forças internacionais e dos conflitos de classe que ameaçavam a propriedade privada. Novas problemáticas sociais, econômicas e políticas foram surgindo com a mudança nas relações capitalistas. O liberalismo, como ideologia que justifica e racionaliza o capitalismo servindo para sua sustentação, atravessou por uma crise entre 1880 e 1930, na qual teve que ser reestruturada para conseguir sustentar a sociedade capitalista, abrindo espaço para a denominada *ideologia neoliberal*. Segundo Santana (2007), todas as teorias de economia política fazem alguma referência à educação, mesmo que de uma forma não explícita. Sendo assim, na sociedade capitalista, a lógica das leis que regem o desenvolvimento do capital, por meio da estratégia de privatização, tendem a alcançar o ensino, por ser entendida como uma forma de recomposição e manutenção do capitalismo (SANTANA, 2007).

Para Marrach (1996), o liberalismo garantiu o direito à educação como parte dos direitos civis, já o neoliberalismo (que tem como modelo hegemônico os Estados Unidos), enfatiza os direitos do/da consumidor/a acima das liberdades públicas e democráticas. Para a autora, essa ideologia basicamente busca a qualidade total e a modernização da escola, adequando o ensino à competitividade do mercado internacional, a busca por incorporar técnicas e linguagens da informática e da comunicação, além da valorização do conhecimento de matemática e ciência, e a abertura para privatizações. Também busca fazer da escola um mercado para os produtos, o que seria coerente com a ideia de fazê-la funcionar com formato parecido ao mercado. Assim, apesar de haver uma condenação por parte dos neoliberais sobre a participação direta do Estado no financiamento da educação³, na realidade acabam

³ Santana (2009), afirma que do ponto de vista econômico burguês, o ensino privado é regra, ou primeira opção. Nesse sentido, Chaves (2009) argumenta que na visão liberal, direitos sociais na verdade não são direitos reais, exemplificando com a educação, acredita que as pessoas, por meio de impostos, são obrigadas, com o uso da força (se não pagam impostos, são punidas pelo Estado), a pagar a educação de outras pessoas, que deveriam poder pagar por si mesmas, por meio do trabalho. Em outras palavras, considera injusto que sejam obrigadas, com impostos, a pagar a manutenção das escolas públicas, assim como do sistema público de saúde, entre outros (CHAVES, 2009).

aproveitando as instituições do mesmo para divulgação de seus produtos didáticos no mercado escolar (MARRACH, 1996).

É fundamental ressaltar um ponto central dentro da sociedade capitalista atual, que é muito estimulada pela escola e é a base de todo tipo de avaliações de desempenho quantitativo: a meritocracia. Segundo Barbosa (1996), a política de avaliar pessoas e seu desempenho foi proposta por Frederick Winslow Taylor, que deu foco à produtividade como forma de avaliação dos resultados do trabalho, para saber em quais áreas e quem precisava de treinamento específico para aumentar seu rendimento. Valle e Ruschel (2009), afirmam que a meritocracia⁴, premissa baseada nos esforços pessoais (mas não nos privilégios sociais herdados), é uma dimensão social importante para justificar a posição e seleção das elites e se faz presente nas políticas educacionais brasileiras.

Silva e Souza (2009) trazem alguns apontamentos sobre as visões do setor empresarial sobre a educação no Brasil; nos discursos apresentados, percebe-se que encontram a necessidade de interferir no setor educativo, em parte por interesse na qualificação da força de trabalho para a competição do mercado, argumentando uma “falta de eficiência” dos modelos públicos aos olhos dos setor empresarial bem-sucedido em suas práticas mercadológicas. Um exemplo pode ser o caso da proposta de Ensino integral, feita por grupos empresariais e amplamente aceita como política pública, que será detalhada a seguir.

A escola de Ensino Integral no estado de São Paulo

A proposta teve como principal referência o Modelo de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral do Estado de Pernambuco, desenvolvido pelo “Instituto de Corresponsabilidade pela Educação” (ICE), criado em 2003 por um grupo de empresários/as, responsável pela concepção do programa e aprovado com a lei 9637, em 1998. Por sua vez, este modelo teve como referência as escolas *charter* implementadas nos Estados Unidos, que tem a proposta de tempo integral e parcerias público-privadas para serem concretizadas (BATISTA, 2015).

A proposta do ICE baseia-se em seu começo em um financiamento integral por parte do setor privado, por meio de um acordo com o Governo para implementação do Programa, e está sendo implementado de forma gradual nos 26 estados e no Distrito

⁴ Para André (2013), quando se fala de meritocracia no ambiente escolar é importante abordar o conceito de “fabricação da excelência escolar”, de Philippe Perrenoud, que trata da hierarquização criada entre estudantes (bom versus mau aluno), de acordo com sua aproximação à norma estabelecida.

Federal, estimando atingir mais de mil escolas até 2020. No Estado de São Paulo, a partir dos artigos 34 e 87 da LDB, a Secretaria de Educação iniciou em 2006, o Projeto Escola de Tempo Integral. Devido a uma série de fatores, a maioria dessas escolas voltaram a ter o ensino regular, e houve uma reformulação da proposta, surgindo assim em 2012 o Programa Ensino Integral, com o modelo atual, mas em número menor de instituições.

Segundo as Diretrizes do Programa de Ensino Integral do Estado de São Paulo;

[...] o Programa Ensino Integral tem como aspectos: 1) jornada integral de alunos, com currículo integralizado, matriz flexível e diversificada; 2) escola alinhada com a realidade do jovem, preparando os alunos para realizar seu Projeto de Vida e ser protagonista de sua formação; 3) infraestrutura com salas temáticas, sala de leitura, laboratórios de ciências e de informática e; 4) professores e demais educadores em Regime de Dedicção Plena e Integral à unidade escolar (SÃO PAULO, 2011).

A proposta pedagógica das Diretrizes aborda a premissa do protagonismo juvenil⁵, muito trabalhada no cotidiano escolar por meio do trabalho com líderes de turma que se reúnem com a equipe de docentes coordenadoras/es (SÃO PAULO, 2011).

Para apoiar as/os estudantes a atingir suas metas há uma série de avaliações diagnósticas, sendo duas fixas (no começo e no final do ano) que caso demonstrem que as/os mesmas/os não atingiram o nível de conhecimentos determinados que se espera para sua série/idade, são encaminhadas/os para o nivelamento. Assim mesmo, o modelo pedagógico prevê uma disciplina denominada “Projeto de Vida”, que engloba opções pessoais e profissionais das/dos estudantes, de acordo com suas aspirações para a vida adulta, e tem como objetivo a construção de um projeto de vida propriamente dito, com aulas que podem ser sobre elaboração e gestão de projetos, preparação para exames de ingresso em instituições de ensino, ou introdução ao mundo do trabalho. Segundo o Programa, as áreas de Leitura, de Língua Portuguesa e Matemática ajudam as/os estudantes a obter um adequado desempenho acadêmico, que é tido como fundamental para alcançar seu Projeto de Vida (SÃO PAULO, 2011).

Segundo as diretrizes, toda a equipe escolar deve se organizar em torno do trabalho de Nivelamento, que se baseia nos relatórios dos resultados apresentados na Avaliação de Entrada. Deve então elaborar-se um Plano de Ação do Nivelamento, havendo um acompanhamento contínuo para saber se está sendo executado de acordo

⁵ O protagonismo juvenil tem como referencial teórico nas Diretrizes oficiais textos desenvolvidos pela Fundação Odebrecht, um conglomerado empresarial bem-sucedido e conhecido mais recentemente por estar envolvido em escândalos de corrupção em associação com obras públicas em vários países da América do Sul.

com os objetivos, metas e prazos planejados. Esse acompanhamento gera dados que se transformam em indicadores de tendências e de resultados.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, artigo 26, prevê uma Parte Diversificada no currículo, na qual se baseia a concepção das Disciplinas Eletivas dentro da proposta de Ensino Integral. Com base nos projetos de vida das/dos estudantes, grupos de no mínimo duas/dois professoras/es propõem disciplinas com perspectiva interdisciplinar, para aprofundar conhecimentos do currículo escolar, e os resultados são compartilhados na culminância.

Outro ponto importante dentro da proposta de Ensino Integral é a valorização dos espaços de laboratório. Para tal, tem espaços diferenciados das escolas públicas com ensino regular, devido a um maior investimento, que garante os espaços físicos e os materiais diversos.

A proposta da forma de gestão da escola visa, a partir dos resultados dos indicadores já citados anteriormente, junto com os resultados de provas como Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP), criar estratégias de monitoramento e de formulação de planos de formação continuada. Tem como base o modelo TGE - Tecnologia de Gestão Educacional, uma proposta do ICE de Recife, que, segundo o documento do instituto, se resume à arte de integrar tecnologias específicas e educar pessoas. A TGE busca alinhar o planejamento, a prática docente e os resultados por meio de instrumentos de gestão, que são: Plano de Ação, o Programa de Ação, o Guia de Aprendizagem, a Agenda Bimestral e a Agenda do Profissional, bem como, o Plano de Gestão Quadrienal e a Proposta Pedagógica.

O plano de Ação deve ajustar-se sempre ao modelo conhecido como “Ciclo de Deming”, o PDCA (“Plan”, planejar para atingir metas; “Do”, executar o plano de ação; “Check”, checar ou verificar os resultados; e “Action”, corrigir ou agir de forma corretiva, visando atingir um determinado padrão). Este modelo de gestão é muito conhecido no setor administrativo, sendo usado em empresas como a Toyota no sistema de negócio da sua cadeia de abastecimento (JUSTA et al., 2009). No final do ano todos os processos, avaliações, acompanhamentos, planos e projetos devem gerar relatórios, sendo condição fundamental para a fase de ajuste do ciclo PDCA, que deve servir como base para o próximo ano letivo.

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID)

Criado em 2007 pelo Ministério da Educação, por edital da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), é uma iniciativa para a formação inicial de professores nas Instituições de Ensino Superior.

Os grupos contam com professoras/es coordenadoras/es, que são docentes da Universidade; professoras/es supervisoras/es, que são as/os professoras/es que trabalham nas escolas ao mesmo tempo em que participam dos espaços de construção do projeto; e bolsistas e estudantes voluntárias/os, que são alunas/os regularmente matriculadas/os nos cursos de licenciatura. O Pibid proporciona um espaço diferenciado de troca entre estudantes em etapa de formação inicial, e professoras/es em etapa de formação continuada, abrindo uma via de mão dupla que aproxima as/os futuras/os professoras/es da realidade da escola, e enriquece o dia a dia das/dos professoras/es que já se encontram inseridas/os no ambiente escolar. Essas oportunidades de troca de experiências regulares, acompanhadas por leituras e debates sobre pedagogia, didática, cotidiano escolar, política educacional, entre outros, geram espaços de formação que as disciplinas regulares de estágio docente na graduação não oferecem.

A parceria do projeto com as escolas é marcante para o desenvolvimento de atividades diversificadas, já que há uma abertura maior e uma conversa mais ampla, graças a participação ativa de docentes da escola como bolsistas Pibid, abrindo um caminho de diálogo direto e regular com outros docentes, coordenação e direção das escolas.

No câmpus da Unesp Rio Claro atuavam sete grupos PIBID, mas para o presente trabalho, três subprojetos entram na análise: PIBID Biologia, Geografia e Matemática, que atuaram na escola no ano de 2016. De modo geral, organizavam-se por meio de reuniões regulares para programar e construir as atividades coletivamente, sendo que cada subprojeto tinha especificidades e diferenças nas atividades e intervenções na escola.

No estudo desenvolvido por Gatti, et al. (2014) com base em produções acadêmicas sobre o Pibid e questionários respondidos por bolsistas, docentes e coordenadoras/es das escolas, evidenciou-se inúmeras contribuições tanto para os cursos de licenciatura, licenciandas/os bolsistas, docentes supervisores, coordenadoras/es, escolas, estudantes, assim como para as relações entre universidades e escolas.

Metodologia

O tipo de pesquisa foi o estudo de caso, que, segundo André (2013),

[...] no contexto das abordagens qualitativas, o estudo de caso ressurge na pesquisa educacional com um sentido mais abrangente: o de focalizar um fenômeno particular, levando em conta seu contexto e suas múltiplas dimensões. Valoriza-se o aspecto unitário, mas ressalta-se a necessidade da análise situada e em profundidade. (ANDRÉ, 2013).

No contexto do trabalho, pressupõe um estudo de caso devido a que se desenvolveu na única escola de Ensino Integral com Ensino Fundamental ciclo II da cidade de Rio Claro, e que teve a inserção de três subprojetos de diferentes áreas por mais de um ano seguido.

Inicialmente foi feita uma revisão bibliográfica dos trabalhos já desenvolvidos sobre o PIBID, considerando o foco principal das pesquisas (formação inicial, continuada, ou contexto escolar).

Já que dois subprojetos encerraram suas atividades com a escola após 2016, parte da coleta de dados foi feita por meio de um levantamento dos registros das atividades indicadas como as mais significativas pelos subprojetos. Este levantamento prévio foi feito contatando diretamente os grupos Pibid. Os registros analisados foram os relatórios anuais, buscando saber mais sobre as práticas pedagógicas e as atividades desenvolvidas durante o ano.

O outro procedimento foi a entrega de questionários⁶ aos/as estudantes e professores/as que conheceram e/ou participaram das atividades desenvolvidas pelo Pibid. Foram entregues questionários para dez docentes, dos quais três estavam em cargos administrativos; e quinze estudantes entre 8º e 9º ano, verificando-se que todas/os tivessem participado de alguma atividade organizada pelo Pibid.

Para fazer um paralelo entre a percepção das/dos participantes dos subprojetos e a comunidade escolar, compararam-se quais foram as atividades indicadas como mais significativas por cada Pibid, com as indicadas por docentes e estudantes nos questionários. Também foram feitas observações dos espaços e materiais disponíveis na escola.

A análise de dados foi feita por triangulação (DUARTE, 2009), comparando-se as respostas, com base em elementos significativos que foram apontados e que estavam associados aos objetivos da pesquisa e ao referencial teórico.

Resultados

O levantamento bibliográfico feito em bancos de dados de produções acadêmicas trouxe muitos trabalhos sobre o PIBID. A grande maioria era sobre estudos

⁶ Para a íntegra dos questionários ver Sánchez (2017).

de caso específicos, mas não foram encontrados trabalhos que tivessem uma perspectiva voltada para as percepções das escolas sobre o projeto, somente para as contribuições do PIBID para a formação inicial de professores.

Observando o ambiente físico da escola, percebe-se que há uma boa disponibilidade de recursos didáticos (data show e lousas digitais em todas as salas, netbooks, internet, microscópios, lupas, telescópio e diversas vidrarias de laboratório), assim como ambientes diferenciados e em ótimo estado (laboratório de ciências, sala de leitura). Nos murais da escola foram observados uma série de gráficos atualizados e divulgados a cada mês, contendo informações quantitativas sobre os comparecimentos às reuniões de pais, transferências, entradas e saídas, uso da sala de leitura, entre outros. Também fazia parte dos murais um quadro com estudantes destacados e gráficos de rendimento escolar de cada sala em algumas disciplinas.

Foram recolhidos cinco, dos dez questionários entregues para docentes. Quando questionados se consideram que o PIBID contribuiu para uma educação integral, todos responderam positivamente, com duas respostas citando que as atividades contribuíram para o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, e uma das respostas atentando para a formação de cidadãos críticos. Perguntando se a atual Escola de Ensino Integral permite, de fato, uma educação integral, todas as respostas foram positivas. Três dessas respostas complementaram dizendo que acontece na medida do possível, por conta de algumas dificuldades, seja por ser um modelo novo ou por conta da educação escolar ser insuficiente para desenvolver a questão “humana” nos estudantes.

A próxima pergunta era sobre o que consideram o maior diferencial da organização da escola. Duas respostas citaram o protagonismo juvenil; uma a parte diversificada e a tutoria; uma o foco no Projeto de Vida; e uma, a oportunidade de conhecer mais profundamente os estudantes para além do quesito acadêmico. Com base em uma das premissas do Ensino Integral, perguntou-se se consideram que o Pibid desenvolveu atividades que permitissem a formação de jovens autônomos, solidários e competentes, e todas as respostas foram positivas. Duas justificativas foram sobre as atividades que propiciam trabalhos em grupo. Três citaram que incentiva o protagonismo juvenil. Outra resposta considera que essas ações se davam por meio de reflexões sobre si mesmos e como atuar junto ao próximo.

Também pediu-se para citar as atividades desenvolvidas pelo Pibid que consideram relacionadas a uma formação integral, ao que quatro mencionaram a Semana da Consciência e Cultura Negra do Pibid Geografia; dois citaram atividades

dinâmicas do Pibid Biologia (intervenções nas aulas e uso de materiais didáticos), um especificando a atividade de montagem do corpo humano; e dois citaram a participação em eventos da escola (festa junina), auxílio em aulas de orientação de estudos e atividades diferenciadas do Pibid Matemática (Gincana, caça ao tesouro).

Relativo aos questionários respondidos pelas/os estudantes foram entregues quinze, mas foram respondidos somente sete. Primeiramente, foram questionadas/os sobre o que entendem por educação integral. Duas respostas consideraram, resumidamente, como um ensino diferenciado. Quatro citaram as matérias diferenciadas e três o tempo integral. Duas apontaram como tendo por objetivo que os estudantes atinjam um alto nível, como na seguinte resposta: *“é um tipo de ensino diferenciado onde o aluno é levado ao seu limite, assim alcançando altos níveis, já que fica o dia inteiro na escola”* (Resposta de estudante).

Outra pergunta era sobre o que entendem por projeto de vida. Três respostas citaram o mercado de trabalho, duas uma profissão, um cita a questão social e pessoal. Duas mencionam a faculdade e duas a escola nos próximos anos. Para um estudante é atingir uma meta, para outro um sonho. A seguir questionou-se o que significa, para elas/eles, “estudante protagonista”. Cinco citaram a autonomia; três a competência; três a solidariedade; dois apontam que é um estudante com atitude; dois citam o respeito; um a habilidade interpessoal; um a responsabilidade e um a produtividade.

A próxima pergunta era se a escola lhes permitia se formarem como jovens autônomos, solidários e competentes, e por que. Todas/os responderam afirmativamente. Três estudantes acreditam que seja por causa da autonomia, e dois deles relatam que isso se deve ao fato que a formação é responsabilidade deles. Duas respostas são mais generalistas, apontando que isso é devido à aplicação desses conceitos na prática. Uma resposta cita que é graças ao protagonismo juvenil, e uma ao trabalho socioemocional. A próxima questão pedia para considerar se as atividades do Pibid ajudaram as/os alunas/os a desenvolver algum dos aspectos mencionados na questão anterior, ao que todas foram afirmativas. Quatro citaram o projeto de vida, um deles associando com o vestibular; três citaram a autonomia; dois o protagonismo; dois citaram a solidariedade fazendo referência às atividades em grupo; e um citou a competência.

Por último, pediu-se para responderem se consideram que o Pibid desenvolveu atividades que ajudassem na sua formação integral. Todas/os responderam afirmativamente, com exceção de um questionário que tinha a resposta em branco. Dois

estudantes citaram a Semana de Consciência e Cultura Negra do Pibid Geografia; um a montagem do corpo humano do Pibid Biologia; um apontou que foi o fato de tirarem as dúvidas nas matérias; um citou o trabalho em grupo; e um não justificou.

Buscando uma atividade considerada como mais significativa pelos subprojetos, acompanhou-se uma reunião do Pibid Matemática, e estabeleceram-se diálogos com estudantes bolsistas do Pibid Geografia. Também houve conversas com coordenadoras/es de cada projeto, visando entender o que os grupos consideraram de mais significativo para o ano de 2016. Percebeu-se que cada equipe tem uma forma de trabalho e de organização diferente, com focos diferentes dentro da escola.

Analisando os relatórios, foi identificada uma grande diversidade de estratégias pedagógicas nos três subprojetos (jogos, apresentações culturais, oficinas, montagem de materiais diversos, uso de tecnologias, gincanas, feiras, entre outros). Notou-se que nenhum projeto tinha como foco métodos avaliativos tradicionais, ou as avaliações de desempenho em si. Assim mesmo, a grande maioria das atividades desenvolvidas visaram à interação e colaboração das/dos estudantes por meio de atividades em grupo, assim como o uso de diversos espaços e materiais da escola. Os três subprojetos tinham espaços de estudo, discussão e formação sobre a prática docente, sempre procurando formas inovadoras de trabalho, assim como a busca por levar conteúdos diferentes que tivessem sentido para os estudantes ou que pudessem motivá-los.

A fim de comparar as percepções de docentes, estudantes da escola e grupos Pibid, pediu-se para citarem as atividades desenvolvidas que mais marcaram. Para o Pibid Geografia foi a Semana da Consciência e Cultura Negra; já para o subprojeto da Matemática foram as aulas e acompanhamentos regulares da disciplina; já para o grupo da Biologia foram as Oficinas.

Discussão

Segundo Santana (2009), a escola sofre as determinações sociais, políticas, culturais e econômicas, e é por isso que apresenta os mesmos elementos da ideologia dominante, que nos dias de hoje é o neoliberalismo. Tendo em mente algumas características dessa ideologia podemos perceber familiaridades com algumas das Diretrizes de Ensino Integral. Uma das características centrais é que basicamente a proposta tem o diferencial e foco no *modelo de gestão*, com multiplicidade de planos e indicadores quantitativos para medir o rendimento visando nivelar os estudantes com relação ao que se espera para cada série. No discurso neoliberal a educação deixa de ser

parte do campo social e político para fazer parte do mercado e funcionar à sua semelhança (MARRACH, 1996), não sendo mera coincidência que essa proposta seja a mesma usada por grandes indústrias como a Toyota. Por outro lado, o objetivo dos trabalhos dos grupos Pibid parece buscar o desenvolvimento das/dos estudantes da escola de uma perspectiva que gere motivação para estudar, assim como compreender de forma significativa os conteúdos para aplicar em situações cotidianas.

Os pressupostos que regem os atuais sistemas educativos ainda deixam algumas brechas, uma vez que pode ver-se algo de liberdade acadêmica (MARRACH, 1996), principalmente no ensino superior (espaço de formação do Pibid). Nesse sentido, os subprojetos buscaram abordar questões sociais e da realidade das/dos estudantes, abrindo possibilidades para desenvolver o senso crítico das/dos mesmas/os, podendo incentivar sua participação em espaços de toma de decisões nas mais diversas áreas, assim como possibilitar mais espaços de reflexão no cotidiano escolar.

Um outro ponto de partida para a análise é um dos princípios mais citados pelas/os estudantes: a autonomia. Em várias respostas foi a mais citada pelas/os alunas/os, seja para falar do projeto de vida ou do protagonismo juvenil (bases da proposta do Ensino Integral e do Projeto Pedagógico da escola). Para entender um pouco sobre o que pode ser essa autonomia, pode-se associar à resposta que três estudantes deram, na qual afirmaram que a formação é responsabilidade delas/es. Trazendo a definição de Becker (1999), sobre pedagogia não diretiva, associada à lógica do mercado neoliberal, já citados anteriormente, pode inferir-se que essa autonomia tem um viés de responsabilidade sob as/aos estudantes. Portanto, caso fracassem, a responsabilidade é delas/es, podendo gerar um sentimento psicológico de frustração e fracasso. Nesse sentido podemos também citar a questão das avaliações de desempenho e, portanto, da meritocracia. As avaliações regulares visando parâmetros quantitativos como evidenciados pelos gráficos de desempenho, tendem a ser como apontado anteriormente por Barbosa (1996), (ver em que áreas, quem precisa de mais “treinamento”), além de entrarem nesse quesito as provas do Estado, como SARESP, que pouco indicam sobre qualidade real da educação⁷. Em contrapartida, analisando os relatórios dos subprojetos, diversas atividades são feitas como forma de avaliar indiretamente as/os estudantes, sem o foco no desempenho dos mesmos ou na avaliação

⁷ Para ampliar o debate sobre testes padronizados e qualidade da educação, ver: DE REZENDE PINTO, J. M. **Dinheiro traz felicidade? A relação entre insumos e qualidade na educação**. Education Policy Analysis Archives/Archivos Analíticos de Políticas Educativas, v. 22, 2014.

como finalidade, mas sim no trajeto de participação e envolvimento nas atividades. Na grande maioria das vezes estas avaliações serviram para nortear as próximas intervenções e para analisar as próprias atividades.

Atentando à questão da competitividade, vendo as respostas das/dos estudantes, percebe-se que para eles é uma questão importante. Analisando as respostas, citam o vestibular e o mercado de trabalho como parte das percepções de projeto de vida. Pensando no contexto social atual capitalista, e nos princípios liberais já citados neste trabalho, a competitividade rege a grande maioria das relações sociais, seja para encontrar um bom emprego, seja para conseguir entrar numa instituição de ensino superior. Tudo isso atrelado à meritocracia. Pode-se pensar que a proposta de projeto de vida associa-se à premissa de liberdade individual, de escolha do indivíduo, porém como já foi citado, parte de uma necessidade social, como trabalho e universidade. Contudo, nas atividades desenvolvidas pelo PIBID, notou-se em algumas respostas dos estudantes que foi importante o trabalho em grupo, segundo os próprios estudantes, que ajudou a desenvolver o princípio da solidariedade, valor pouco desenvolvido na sociedade atual.

Durante as observações do cotidiano escolar, percebeu-se que a grande maioria dos materiais do laboratório ficam guardados, e uma das professoras de ciências manifestou não saber usar alguns desses materiais ou não ter como desenvolver atividades com os mesmos por questões de tempo ou complexidade de uso. O Pibid Biologia desenvolveu atividades no laboratório usando diversos materiais com as turmas, tanto em aulas regulares, quanto nas oficinas, incentivando estudantes a gostarem de ciências.

Um ponto muito interessante foi que as atividades apontadas como mais significativas pelos subprojetos, foram as mesmas citadas nos questionários, principalmente a Semana da Consciência e Cultura Negra do Pibid Geografia que foi a mais marcante para docentes e estudantes. Isto evidencia uma visão consonante do Pibid com docentes e estudantes da escola.

Considerações Finais

Segundo Bezerra (2008), o termo parceria público-privada implica na capacidade de intervenção do setor privado junto à administração pública, consequência da assunção de responsabilidades que até então eram do setor público. Assim, podemos citar como exemplo a proposta de Ensino Integral, que tem influência da ideologia

neoliberal em aspectos de sua administração e visão do papel da escola na sociedade atual.

Em meio a esse contexto, o Pibid, se mostra como uma possibilidade de intervenção no contexto escolar que se propõe a pensar além da parte administrativa. Assim, pode ser visto como um espaço que contribui para a efetivação de uma educação integral, do ponto de vista da formação em diferentes esferas do ser humano.

Nesse sentido, é importante atentar-se para as possíveis consequências que a inserção do setor privado no poder público possa gerar, e os valores que estão sendo disseminados nesse contexto (como a competitividade, e o individualismo, ainda nos primeiros momentos da educação). Ao mesmo tempo, faz-se necessário valorizar políticas públicas como o Pibid, que são diferenciais para a formação de professores e para as escolas, diminuindo o distanciamento entre as universidades e a comunidade como um todo, por meio da escola.

Referências

ANDRÉ, M. **Avaliação escolar: além da meritocracia e do fracasso**. Cadernos de Pesquisa, n. 99, p. 16-20, 2013.

ANDRÉ, M. O que é um estudo de caso qualitativo em educação? **Revista da FAEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 22, n. 40, p. 95-103, jul./dez. 2013.

BARBOSA, L. Meritocracia à brasileira: o que é desempenho no Brasil?. **Revista do Serviço Público**, v. 47, n. 3, p. 58, 1996.

BATISTA, L. de O. **Escola de tempo integral: uma análise do processo de implantação na Escola Estadual Carolina Augusta Seraphim**. Trabalho de Conclusão de Curso (licenciatura - Ciências Biológicas). Instituto de Biociências de Rio Claro, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2015.

BEZERRA, E. **Parceria público-privada nos municípios de Brotas e Pirassununga: estratégias para a oferta do ensino?** Dissertação (Mestrado) – Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista, 2008.

CHAVES, E. O. C. O liberalismo na política, economia e sociedade e suas implicações para a educação: uma defesa. **Liberalismo e educação em debate**. Campinas: Autores Associados, Histedbr, 2007.

DUARTE, T. A possibilidade da investigação a 3: reflexões sobre triangulação (metodológica). **CIES e-Working Paper** n. 60. Lisboa/Portugal: CIES, 2009.

GATTI, B.; ANDRÉ, M. E. D.; GIMENES, N. A. S.; FERRAGUT, L. **Um estudo avaliativo do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid)**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/SEP, 2014.

Instituto de Corresponsabilidade pela Educação: <http://icebrasil.org.br/>

JUSTA, M. A. O.; BARREIROS, N.R. Técnicas de gestão do Sistema Toyota de Produção. **Revista Gestão Industrial, Universidade Tecnológica Federal do Paraná**, v. 05, n. 01, p. 01-17, 2009.

LAVAL, C.; DARDOT, P. **A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo, SP: Editora Boitempo, 2016.

PERES, R. S.; SANTOS, M. A. Considerações gerais e orientações práticas acerca do emprego de estudos de caso na pesquisa científica em Psicologia. **Interações**, n. 20, p. 109-126, jul./dez. 2005.

SANCHEZ, L. D. P. J. **O PIBID na comunidade escolar: estudo das contribuições do Programa para uma Escola de Ensino Integral do Estado de São Paulo**. Trabalho de Conclusão de Curso (licenciatura e bacharelado - Ciências Biológicas). Instituto de Biociências de Rio Claro, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2017.

SANTANA, P. E. **Do liberalismo clássico ao liberalismo pedagógico contemporâneo: uma análise do fundamento histórico e seu alcance educacional**. VII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas: História, sociedade e educação no Brasil. Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario8/_files/BJMVf kXi.pdf>.

SANTANA, L. C., O liberalismo clássico e a valorização do ensino privado. **Liberalismo e educação em debate**. Campinas: Autores Associados; HISTEDBR, 2007.

SÃO PAULO, **Diretrizes do programa de Ensino Integral do Estado de São Paulo**. Secretaria de Educação. 2011.

SILVA, M. V.; SOUZA, S. A. de. Educação e responsabilidade empresarial: “novas” modalidades de atuação da esfera privada na oferta educacional. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 108, p. 779-798, Out. 2009.

VALLE, I. R.; RUSCHEL, E. A meritocracia na política educacional brasileira (1930-2000). **Rev. Portuguesa de Educação**. Braga, v. 22, n. 1, p. 179- 206, 2009.

ANÁLISE DE CONTEÚDO SOBRE A APLICAÇÃO DOS TEMAS TRANSVERSAIS EM ESCOLAS DE SÃO MATEUS-ES

Lougan Lagass-Pereira
Universidade de São Paulo

Gustavo Machado Prado
Universidade Federal do Espírito Santo

Érica Duarte Silva
Universidade Federal do Espírito Santo

939

Resumo: Os temas transversais correspondem a questões urgentes e presentes no cotidiano, são voltados para a compreensão e construção da realidade social, devendo ser incorporados nas disciplinas já existentes. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) trazem a relação desses temas que são: Ética, Saúde, Meio Ambiente, Orientação Sexual, Pluralidade Cultural e Trabalho e Consumo. Devido a seu enfoque na formação do cidadão crítico e importância social, o presente trabalho objetivou investigar a aplicação dos Temas transversais em duas escolas de São Mateus-ES. Foram feitas entrevistas com professores do ensino fundamental de duas escolas e as respostas foram submetidas a análise de conteúdo. Foi possível identificar que todos os temas transversais são trabalhados, utilizando-se diversas metodologias. Concluímos que os temas transversais vêm sendo trabalhados em sala de aula, mas percebemos a necessidade de formação continuada para melhor preparar os professores que, muitas vezes carecem de um conhecimento mais aprofundado em áreas específicas abordadas.

Palavras chave: Currículo; Educação; Interdisciplinaridade; Multidisciplinaridade.

Abstract: The transversal themes correspond to urgent issues and are present in everyday life, are aimed at understanding and building social reality, and should be incorporated into existing disciplines. The National Curricular Parameters (PCNs) bring the relation of these themes that are: Ethics, Health, Environment, Sexual Orientation, Cultural Plurality and Work and Consumption. Due to its focus on the formation of the critical citizen and social importance, the present work aimed to investigate the application of the transversal Themes in two schools of São Mateus-ES. Interviews were conducted with elementary school teachers from two schools and responses were submitted to content analysis. It was possible to identify that all the transversal themes are worked out, using several methodologies. We conclude that transversal themes are being worked in the classroom, but we realize the need for continuous training to better prepare teachers who often lack a deeper knowledge in specific areas addressed.

Keywords: Curriculum; Education; Interdisciplinarity; Multidisciplinarity.

INTRODUÇÃO

Os temas transversais abordam questões importantes, urgentes e presentes no cotidiano, são voltados para a compreensão e construção da realidade social e devem ser aplicados de forma transversal nas disciplinas já existentes (BRASIL, 1997a). Se pensarmos a educação em eixos, as disciplinas são eixos que não se comunicam,

enquanto os temas transversais possibilitam o estabelecimento de elos, que perpassam por todas as disciplinas e acabam por conectá-las.

Dessa conexão vêm os conceitos de pluridisciplinaridade, multidisciplinaridade e interdisciplinaridade. Segundo Menezes e Santos (2001a) a pluridisciplinaridade é a superposição de disciplinas cujo objeto é correlato, enquanto a interdisciplinaridade, segundo Menezes e Santos (2001b), é a articulação interativa entre diversas disciplinas, com relações dialogadas entre seus conteúdos e métodos. Assim, podemos dizer que, na interdisciplinaridade, o professor trabalha em conjunto, com planejamento e organização para abordar um mesmo assunto. Nesse trabalho iremos considerar, assim como Bicalho e Oliveira (2011), o mesmo conceito de pluridisciplinaridade para multidisciplinaridade.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) trazem a relação dos temas transversais que são: Ética, Saúde, Meio Ambiente, Orientação Sexual, Pluralidade Cultural e Trabalho e Consumo (BRASIL, 1997a, 1998). Devido às discussões acadêmicas ocorridas de 1998 até 2016, optaremos no presente trabalho pela substituição do termo "Orientação Sexual" por "Diversidade de Gênero e Sexualidade". A pluralidade cultural, nos dias atuais, também já se encontra subdividida em "Relações étnico-raciais indígena e afro-brasileira" (BRASIL, 2013). Para estar em consonância com as demandas atuais da sociedade, é necessário debater questões que interferem diretamente na vida dos alunos. Por esse motivo, as temáticas sociais vêm sendo discutidas e incorporadas aos currículos, sendo ligadas às Ciências Naturais e Sociais ou construindo novas áreas, sendo que as propostas mais atuais indicam a necessidade de tais temas serem apresentados de forma transversal, devido a sua complexidade e de forma a não limitá-las a uma área específica. A importância de tais assuntos para o desenvolvimento amplo do aluno e para a sua formação como cidadão é reafirmada nos PCNs, que apresentam claramente a necessidade de problematizar e analisá-los, trazendo-os para o currículo numa perspectiva transversal de abordagem (BRASIL, 1997b).

Estudos sobre o ensino dos temas transversais são escassos não só para o município de São Mateus, mas também para todo o estado do Espírito Santo. Assim, procurando elucidar se e como ocorre a abordagem de tais temas em sala de aula, o presente trabalho visou caracterizar as ações inter e/ou pluridisciplinares em duas escolas de ensino básico aplicando a técnica de análise de conteúdo para entender a visão e atuação dos professores em relação à questão apresentada.

METODOLOGIA

Local de estudo

O trabalho foi conduzido em duas escolas públicas da cidade de São Mateus-ES, sendo uma da rede estadual e uma da rede municipal que trabalha com a proposta pedagógica da educação do campo. Por questões de ética o nome das escolas e dos professores entrevistados não será divulgado.

941

Fundamentação teórico-metodológica

A pesquisa realizada teve uma abordagem qualitativa, estudando os professores em suas ações individuais e de grupo, analisando os dados de forma a entender a realidade do processo educacional (MARTINS, 2004). Nesse caso, os dados são apresentados, de forma descritiva, as características de um grupo Gil (2008).

Coleta de dados

A coleta foi realizada por meio da aplicação de uma entrevista aberta para professores do ensino fundamental (6º ao 9º ano), seguindo um roteiro onde o pesquisador fazia uma pergunta e o entrevistado tinha ampla liberdade de resposta. A entrevista foi conduzida de forma dialogada e participativa, sendo que o pesquisador explicava o objetivo da pergunta e até mesmo fazia a pergunta de forma diferente ou outra pergunta, com o intuito de obter uma resposta mais detalhada sobre o tema em questão. Essa necessidade se deveu a comportamentos que foram apresentados por Malinowski sobre a observação participante:

Malinowski percebeu que existe um problema metodológico de pesquisa relacionado à forma como certas questões são salientes no pensamento cotidiano dos membros de uma sociedade, enquanto outras não são. Há coisas em nossa existência social sobre a qual não falamos, e isso se dá por várias razões. Uma delas é o fato de que internalizamos algumas formas de comportamento na infância e seguimos repetindo-as no convívio social, de forma habitual, sem colocar atenção em tais comportamentos. Outra é que aprendemos a evitar falar - e mesmo pensar - a respeito de certos temas, como questões ligadas aos tabus, mesmo que eventos de alguma forma relacionados a tais tabus sejam frequentes. (Malinowski, 1984 apud Taddei e Gamboggi, 2011).

As perguntas feitas foram as seguintes:

1. Quais temas transversais são trabalhados por você em sala de aula?
2. Como são trabalhados tais temas? Quais as atividades realizadas para trabalhar tais temas?

3. Qual a importância dos temas transversais trabalhados em sua disciplina?
4. Qual o motivo de os demais temas transversais não serem trabalhados?
5. O senhor(a) sente desconforto ao trabalhar algum tema transversal?
6. O senhor(a) sente despreparo ao trabalhar algum tema transversal?
7. Qual a impressão dos estudantes em relação a trabalharem os temas transversais?
8. Como é trabalhar os temas transversais na escola?

Foram entrevistados 18 professores, sendo nove de cada escola. Os professores foram enumerados de "A" a "S", conforme apresentado na Tabela 1, que traz a relação de professores entrevistados, em qual escola atua e qual disciplina ministra.

Tabela 1 - Relação dos professores entrevistados, disciplina que ministra e escola onde atua.

Professor	Disciplina que ministra	Escola estadual	Escola do campo
A	Matemática	X	
B	Matemática	X	
C	Matemática		X
D	Matemática		X
E	Português	X	
F	Português e Inglês		X
G	Inglês	X	
H	Geografia	X	
I	Geografia		X
J	História e Ensino Religioso	X	
L	História	X	
M	História		X
N	Ciência	X	
O	Ciência		X
P	Educação física	X	
Q	Educação física		X
R	Zootecnia e Agricultura		X
S	Zootecnia e Agricultura		X

Todas as entrevistas foram gravadas e depois decodificadas através da análise de conteúdo, que se trata de um conjunto de técnicas de análise das comunicações que permite partir de uma visão quantitativa e analisar a frequência de determinados termos (BARDIN, 1977).

Para as análises, foi levado em consideração somente o que foi declarado de forma explícita pelo entrevistado. Foram montados sete quadros que demonstram a frequência dos termos utilizados pelos professores em resposta às perguntas.

Aspectos éticos da pesquisa

Os(as) professores(as) que aceitaram participar da pesquisa responderam previamente a um termo de consentimento livre e esclarecido, bem como as diretoras de cada escola também assinaram um termo autorizando a coleta dos dados nas respectivas escolas.

943

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Dos temas transversais trabalhados

Observou-se que todos os temas são trabalhados nas duas escolas. As disciplinas de Matemática, Geografia e História, de forma geral, são as que mais abordam os temas transversais, enquanto a disciplina de Inglês é a que menos aborda. Além disso, de modo geral o tema Diversidade de gênero e Trabalho e consumo são os menos abordados, enquanto Meio ambiente e Pluralidade cultural são os mais abordados, conforme pode ser observado no Quadro 1, que traz a relação dos temas trabalhados por cada disciplina em cada uma das escolas estudadas e a porcentagem geral dos temas trabalhados por disciplina e por todas as disciplinas.

Quadro 1. Relação dos temas transversais aplicados em cada disciplina das escolas entrevistadas e porcentagem da abordagem dos temas. "C" significa que o tema transversal é trabalhado na escola do campo, "E" na escola estadual e "EC" em ambas as escolas. O número absoluto é apresentado entre parênteses, abaixo da porcentagem.

Disciplinas	Temas transversais							Geral
	Ética	Saúde	Meio Ambiente	Diversidade de Gênero	Sexualidade	Pluralidade Cultural	Trabalho e Consumo	
Matemática	EC	E	EC	E	EC	EC	EC	100% (7)
Português	C		C		C	C		57% (4)
Geografia	EC	EC	EC	E	EC	EC	EC	100% (7)
História	EC	EC	EC	C	EC	EC	EC	100% (7)
Ciências	E	E	EC	EC	EC		C	85% (7)
Inglês		E			E	E		43% (3)

Educação Física	EC	EC	EC			E		57% (4)
Ensino Religioso			E	E	E	E		57% (4)
Zootecnia e Agricultura	C	C	C			C	C	71% (5)
Geral	77% (7)	77% (7)	89% (8)	55% (5)	77% (7)	89% (8)	55% (5)	

A disciplina Geografia, com exceção para diversidade de gênero para a escola do campo, foi a que abordou todos os temas transversais.

A disciplina História também aborda todos os temas transversais, com exceção de diversidade de gênero na escola estadual.

A disciplina Matemática da escola estadual abordou todos os temas.

Apenas nas disciplinas Português, da escola estadual, e Inglês, da escola do campo, não é trabalhado nenhum tema transversal. Porém, as professoras entendem a necessidade de se trabalhar os temas, mas que devido à necessidade de cumprirem o currículo, dizem não ter tempo e que em outra disciplina os temas seriam melhores trabalhados.

Em relação à abordagem, ambas as escolas apresentaram resultado semelhante em questão de porcentagem de temas trabalhados, conforme pode ser observado no Quadro 2, que traz a porcentagem de temas abordados em cada disciplina. A disciplina História, da escola do campo, Geografia, na escola estadual, e Matemática, na escola estadual, foram as que mais trabalharam os temas transversais.

Quadro 2. Porcentagem dos temas transversais abordados em cada disciplina em cada escola. Entre parênteses, após a porcentagem, está o número absoluto de temas trabalhados na disciplina. A porcentagem geral leva em consideração as 56 possibilidades do tema ser abordado (8 disciplinas em cada escola X 7 temas).

Disciplina	Escola do campo	Escola estadual
Matemática	71% (5)	100% (7)
Português	57% (4)	0% (0)
Geografia	85% (6)	100% (7)
História	100% (7)	85% (6)
Ciências	71% (5)	57% (4)
Inglês	0% (0)	43% (3)
Educação Física	43% (3)	57% (4)
Ensino Religioso		57% (4)
Zootecnia e Agricultura	71% (5)	
Geral	60% (34)	64% (36)

Das metodologias e formas

Várias foram as metodologias apresentadas pelos professores para trabalhar os temas transversais, demonstrando, assim, que eles podem ser trabalhados de formas diferenciadas e não repetitivas, trabalhando assim, diferentes habilidades dos alunos. O Quadro 3 traz a relação das metodologias utilizadas em cada disciplina para trabalhar os temas transversais. Só foram levados em consideração a metodologia que o professor apresentou de forma explícita na entrevista e em qual tema a mesma é utilizada.

945

Quadro 3. Relação das metodologias para trabalhar os temas transversais aplicados em cada disciplina das escolas entrevistadas, onde "C" significa escola do campo, "E" escola estadual e "EC" ambas as escolas. As disciplinas são indicadas pela sua inicial, sendo Matemática (M), Português (P), Geografia (G), História (H), Ciências (C), Inglês (I), Educação Física (EF) Ensino Religioso (ER), Zootecnia e Agricultura (ZA). Logo M-EC significa que a metodologia foi aplicada pela disciplina de matemática em ambas as escolas. Entre parênteses o número de grupos de metodologias utilizadas para abordar o tema.

Metodologia	Temas transversais						
	Ética (9)	Saúde (10)	Meio Ambiente (10)	Diversidade de Gênero (6)	Sexualidade (7)	Pluralidade Cultural (7)	Trabalho e Consumo (8)
Conversas e perguntas	M-EC G-EC	G-E	G-E		G-EC		M-E
Correlacionar o tema com o conteúdo da matéria	P-C G-E C-E	M-E I-E EF-C	M-EC P-C G-E ZA-C	M-E	M-EC P-C G-E I-E	M-C P-C G-E I-E; ZA-C	M-C G-E ZA-C
Conversas individuais				M-E G-E	M-E		
Atitudes em sala de aula	G-C ZA-C					M-E	
Monitorias						M-E	
Atividade multidisciplinar		G-C	M-C G-C				M-C
Palestras com convidados	M-C	H-C	H-C ZA-C		H-C ER-E		
Apresentação de vídeos, revistas, jornais	M-C EF-C	G-E I-E EF-C			I-E	I-E	G-E
Seminários e outros trabalhos	G-E H-C EF-E ER-E	C-E EF-EC ZA-C	C-EC EF-E ER-E ZA-C	C-E	C-E ER-F	P-C H-C EF-E	
Projetos de pesquisa	EF-C	ZA-C	G-E; C-C ZA-C				
Produção artística	H-C	EF-C	G-C	H-C		G-E H-C	
Aula de campo			G-E; H-C C-C; ZA-C				
Aula expositiva	EF-EC	G-C; C-E EF-E	G-C; H-C C-C; EF-E	G-E ER-E		I-E EF-E ER-E	G-E H-C

Projetos da escola				C-EC	C-EC		ER-E
Estágio							C-C
Trabalhos práticos		ZA-C	C-C EF-C				ZA-C

A professora de história da escola estadual, não apresentou nenhuma metodologia específica para trabalhar determinado tema, sendo que a mesma faz um paralelo de como está o tema atualmente e como era no passado e costuma tocar de forma superficial durante as aulas de história.

16 grupos de metodologias foram identificados, sendo eles:

- Conversas e perguntas sobre o tema, caso em que os professores conversam de modo mais informal com os alunos.
- Correlacionar o tema com o conteúdo da matéria, numa proposta em que os professores trabalham os temas transversais juntamente com o conteúdo da disciplina.
- Conversas individuais sobre o tema, onde o professor conversa individualmente com cada aluno.
- Atitudes em sala de aula reforçando os preceitos do tema, de maneira que o professor age de forma ética e respeitando as diversidades, estimulando também que os alunos o façam.
- Monitorias de alunos para alunos, onde os alunos com mais facilidade em determinado assunto, ajudam os alunos com mais dificuldade.
- Atividade multidisciplinar, atividades envolvendo duas ou mais disciplinas.
- Palestras com convidados, palestras ministradas por moradores locais ou outros profissionais.
- Apresentação de vídeos, revistas, jornais e outros documentos, conteúdo trabalhado mediante a apresentação e discussão de outras fontes de informações que não são o livro didático.
- Seminários e outros trabalhos, apresentação de seminários e confecção de trabalhos de pesquisa por parte dos alunos.
- Projetos de pesquisa, , projetos de pesquisa envolvendo a realidade do aluno, onde o aluno precisa entrevistar moradores ou identificar aspectos do local onde mora.

- Produção artística (Teatro, desenhos e vídeos), onde os alunos fazem produções de vídeos, peças teatrais, desenhos, pinturas, curta e longa metragens, etc.
- Aula de campo, onde os alunos são levados para fora da sala de aula para observarem a natureza e são debatidos temas pertinentes ao local onde estão, principalmente observando problemas do local.
- Aula expositiva, onde o tema transversal é abordado em forma de aula, sem que se faça necessariamente uma conexão com conteúdos da disciplina.
- Projetos da escola, projetos desenvolvidos em conjunto por toda a escola.
- Estágio, onde os alunos escolhem um profissional e acompanham o seu dia a dia no trabalho.
- Trabalhos práticos, onde o aluno ou grupo de alunos produzem algo além da pesquisa.

Aulas expositivas, trabalhos e trabalhar o tema vinculado a disciplina, foram as metodologias mais empregadas, enquanto a monitoria e o estágio foram as menos utilizadas. Saúde e meio ambiente foram o temas que contaram com mais grupos de metodologias, enquanto diversidade de gênero foi a que menos teve metodologias.

Foi observado que nas duas escolas estudadas os temas transversais são trabalhados das três maneiras, que podem ser classificadas conforme sugerido por Araújo (1997): vinculada, onde o professor trabalha o tema transversal junto da conteúdo que está trabalhando, sem fazer distinção entre os mesmos; desvinculada, onde o professor separa um tempo para trabalhar o tema transversal separadamente do seu conteúdo; e interdisciplinarmente, onde existe a união de disciplinas para se trabalhar os temas transversais. É importante ainda dizer que existem projetos pluridisciplinares na escola onde diversas disciplinas abordam um mesmo tema transversal, mas cada um na sua perspectiva e com sua metodologia sem ter ligação entre as demais disciplinas, apenas o tema abordado é correlacionado, trabalhando o mesmo tema de pontos de vista diferente.

Da importância

Os professores entendem a importância de se trabalhar os temas transversais. Diferentes pontos de vista são declarados pelos professores, conforme pode-se observar no Quadro 4.

Quadro 4. Relação da importância dada aos temas transversais na visão de cada disciplina das escolas entrevistadas, onde "C" significa escola do campo, "E" escola estadual e "EC" ambas as escolas. Entre parênteses o número de vezes que a categoria de importância foi citada. Matemática (Mat), Português (Por), Geografia (Geo), História (His), Ciências (Cie), Inglês (Ing), Educação Física (Ed. F), Ensino Religioso (E. Rel), Zootecnia e Agricultura (Zoo).

Importância	Disciplinas								
	Mat	Por	Geo	His	Cie	Ing	Ed. F	E. Rel	Zoo
Mudar a forma de pensar (4)	EC				C				C
Ser ético (3)	EC		C						
Trazer interesse a disciplina (3)	E	C		E					
Melhorar a formação além do que o livro traz (6)	C	C		C		E	C	E	
Formação do cidadão (8)		EC	EC		E		EC		C
Ser crítico (5)		C	E		E		C	E	
Resolver problemas locais (2)					C				C

As razões da importância de se trabalhar os temas foram, portanto, categorizadas em sete razões. A formação do cidadão foi a mais citada, demonstrando que, para a maioria dos professores, a contextualização com o meio em que vivem e conscientização de como ser cidadão é um dos aspectos mais importantes na abordagem transversal, conforme apontado pelos PCNs (BRASIL, 1997a, 1998). Em seguida, outro entendimento evidente dos professores é que os temas transversais tornam a disciplina mais atrativa, de forma a contextualizar os conteúdos e dar um significado mais pessoal ao tema ministrado, nesse aspecto Mayer (2004) afirma que o ensino deverá partir do contexto social e cultural dos alunos e de suas vivências.

Da não aplicação de todos os temas

Em geral os temas não trabalhados são os que os professores acreditam que seus colegas, de outras disciplinas, irão abordar ou os que consideram não se encaixar na sua disciplina. Sete motivos foram identificados, conforme pode ser observado no Quadro 5.

Quadro 5. Relação dos motivos apontados pelo(a) professor(a) para não trabalhar alguns temas transversais em sua disciplina, onde "C" significa escola do campo, "E" escola estadual e "EC" ambas as escolas. Matemática (Mat), Português (Por), Geografia (Geo), História (His), Ciências (Cie), Inglês (Ing), Educação Física (Ed. F), Ensino Religioso (E. Rel), Zootecnia e Agricultura (Zoo).

Motivo	Disciplinas								
	Mat	Por	Geo	His	Cie	Ing	Ed. F	E. Rel	Zoo
Trabalha todos os temas	E		EC	C					
O tema não pode ser contextualizado com a disciplina	C								

Outra disciplina já trabalha	C								
Outra disciplina tem mais afinidade com o tema		E						E	C
Plano de estudo não contempla o tema		C					C		
Sente desconforto				E	EC				
Falta de tempo						EC	E		

Alguns professores não vêem necessidade de trabalhar os temas transversais, pois acreditam que um professor de alguma disciplina afim irá trabalhar melhor o tema, o que já foi apontado por Macedo (1998), quando diz que alguns temas transversais têm mais afinidades com certas áreas. Porém, o mesmo autor afirma que todos os temas podem ser trabalhados em todas as disciplinas.

Do desconforto e preparo

Existe desconforto e falta de preparo por parte de alguns professores, conforme pode ser observado no Quadro 6.

Quadro 6. Relação da sensação de desconforto e preparo apresentada pelo(a) professor(a) ao trabalhar os temas transversais em cada disciplina das escolas entrevistadas, onde "C" significa escola do campo, "E" escola estadual e "EC" ambas as escolas. Matemática (Mat), Português (Por), Geografia (Geo), História (His), Ciências (Cie), Inglês (Ing), Educação Física (Ed. F), Ensino Religioso (E. Rel), Zootecnia e Agricultura (Zoo).

Preparo/ Desconforto	Disciplinas								
	Mat	Por	Geo	His	Cie	Ing	Ed. F	E. Rel	Zoo
Despreparo em algum tema							E		
Despreparo com o tema sexualidade				E					
Despreparo com o tema diversidade de gênero			EC	E					
Despreparo com o tema saúde		C				C			
Sinto despreparo com os temas que não trabalho	EC								C
Me sinto preparado	EC	E		C	EC	E	C	E	
Desconforto com saúde (Padrão de beleza)							C		
Desconforto com sexualidade							E		
Desconforto com diversidade de gênero				EC			E		
Desconforto com diversidade cultural (religiosidade)				C					

A maioria dos professores se declarou preparado e não declarou desconforto para abordar os temas transversais. O tema para o qual maior despreparo foi declarado foi diversidade de gênero, com relato de 3 professores se sentindo despreparados, bem como também foi o tema sobre o qual os professores mais declararam desconforto.

Da impressão dos alunos

Em relação a impressão dos alunos, conforme relatado pelos professores, a maioria gosta dos temas transversais, porém existem alguns que não demonstram interesse. A metodologia aplicada foi identificada como parte crucial para os alunos se interessarem, conforme pode ser observado no Quadro 7.

Quadro 7. Relação da impressão dos alunos conforme apontado pelos(as) professores(as), sobre trabalhar os temas transversais em cada disciplina das escolas entrevistadas, onde "C" significa escola do campo, "E" escola estadual e "EC" ambas as escolas. Matemática (Mat), Português (Por), Geografia (Geo), História (His), Ciências (Cie), Inglês (Ing), Educação Física (Ed. F), Ensino Religioso (E. Rel), Zootecnia e Agricultura (Zoo).

Impressão dos alunos	Disciplinas								
	Mat	Por	Geo	His	Cie	Ing	Ed. F	E. Rel	Zoo
Mudança de comportamento	E		E	C	EC		E	E	C
Aceitação dos temas	C				EC		C	E	C
Mudança de comportamento temporária	C						C		
Aceitação do tema dependendo da metodologia	C		C	C		E			
Desperta interesse nos temas polêmicos e/ou que fuja do contexto escolar		EC	E	EC			E		
Aceitação sem mudança de comportamento			C						

Quanto mais contextualizados os temas transversais, mais atrativos eles se tornam. Além do estímulo pela contextualização, o interesse se dá quando a abordagem do tema é feita de uma maneira diferente da tradicional, uma abordagem pedagógica diferenciada utilizando os temas transversais atrai os alunos e estimula mais sua atenção.

Em relação ao aprendizado, a maioria relata que os alunos aprendem e mudam sua atitude, mas perceberam que é necessário um trabalho constante em relação ao ensino e discussão sobre os temas transversais em sala de aula.

De como é trabalhar os temas transversais na escola

Nove categorias foram identificadas sobre a visão de como é trabalhar os temas transversais. Percebe-se que, de forma geral, na escola do campo existe um incentivo e até mesmo uma distribuição de temas para se trabalhar, mas que, por outro lado, na escola estadual não existe esse incentivo e os professores trabalham da forma que quiserem e se quiserem abordar algum tema. As opiniões foram divergentes em relação a oferecer ou não formação continuada sobre temas transversais, mas percebe-se a necessidade de ampliação dos treinamentos e a divulgação dos mesmos, conforme pode ser observado no Quadro 7.

Quadro 7. Relação apontada pelas(os) professoras(es) de como é trabalhar os temas transversais em cada disciplina nas escolas entrevistadas, onde "C" significa escola do campo, "E" escola estadual e "EC" ambas as escolas. Matemática (Mat), Português (Por), Geografia (Geo), História (His), Ciências (Cie), Inglês (Ing), Educação Física (Ed. F), Ensino Religioso (E. Rel), Zootecnia e Agricultura (Zoo).

Como é trabalhar	Disciplinas								
	Mat	Por	Geo	His	Cie	Ing	Ed. F	E. Rel	Zoo
Não tem incentivo	E	E	E	E	E	E	E		
Tem incentivo	C	C	C	C	C		C	E	C
Falta formação Do professor na graduação	C								
Escola oferece treinamento								E	
Escola não oferece treinamento				E			E		
Escola elabora projetos sobre os temas		E			E			E	
Estimulante ou desestimulante, de acordo com o comportamento do aluno		C	C		C	C			
Professor trabalha como e se quiser	E	E	E	E	E	E	E	E	E
Professor tem uma relação de temas a trabalhar	C	C	C	C	C		C	C	C

CONSIDERAÇÕES FINAIS

- Todos os temas transversais são trabalhados em ambas as escolas analisadas.
- Dentre os principais motivos apontados pelas(os) docentes para não trabalharem algum tema estão: o mesmo não se encaixa na disciplina; crença de que outra disciplina trabalharia melhor o tema.
- Diversas metodologias são utilizadas pelos professores para trabalhar os temas, sendo aulas expositivas, projetos inter e multidisciplinares, pesquisa, atividades contextualizadas com a utilização de elementos de algum tema transversal, leitura e interpretação de texto, etc. Quanto a forma de aplicação, os temas

transversais podem ser vinculados ou não ao conteúdo curricular proposto da disciplina e de maneira multi e interdisciplinar.

- O presente trabalho demonstrou que é possível trabalhar muitos dos temas transversais nas diferentes disciplinas e, além disso, traz diversas possibilidades apontadas pelos/as docentes para trabalhar tais temas.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, U. F. DE. Apresentação à edição Brasileira. In: BUSQUETS, M. D. et al. (Eds.). **Temas transversais em educação: bases para a formação integral**. [s.l.] Editora Ática, 1997.

BICALHO, L. M.; OLIVEIRA, M. Aspectos conceituais da multidisciplinaridade e da interdisciplinaridade e a pesquisa em ciência da informação. **Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 16, n. 32, p. 1–26, 2011.

BRASIL. **Parâmetros curriculares Nacionais: apresentação dos temas transversais**. Brasília: MEC/SEF, 1997a.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais** Brasília: EC/SEF:SE Fundamental, 1997b. v. 1

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI: Ministério da Educação, 2013.

BRASIL, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Parâmetros curriculares nacionais : terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: temas transversais**. Brasília: MEC/SEF, 1998. v. 1

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2008. v. 1.

MARTINS, H. H. T. DE S. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**, v. 30, n. 2, p. 289–300, 2004.

MAYER, R. E. Should There Be a Three-Strikes Rule Against Pure Discovery Learning? The case for guided methods of instruction. **American Psychologist**, v. 59, n. 1, p. 14–19, 2004.

MENEZES, E. T. DE; SANTOS, T. H. DOS. **Verbete pluridisciplinaridade. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil. São Paulo: Midiamix, 2001a**. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/pluridisciplinaridade>>. Acesso em: 7 dez. 2016a.

MENEZES, E. T. DE; SANTOS, T. H. DOS. **Verbete interdisciplinaridade. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil. São Paulo: Midiamix, 2001b**. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/interdisciplinaridade>>. Acesso em: 7 dez. 2016b.

TADDEI, R.; GAMBOGGI, A. L. Etnografia , meio ambiente e comunicação ambiental. **Caderno pedagógico**, v. 8, n. 2, p. 9–28, 2011.

PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, UMA AVALIAÇÃO NA VOZ DAS CRIANÇAS.

Luciana de Melo Soriano Kopsch
Mestranda no Programa de Pós Graduação em Educação – PPGE

Resumo: A Alimentação Escolar configura-se como um direito de todos os educandos, garantido na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação sendo, portanto, dever do Estado. O Programa Nacional de Alimentação Escolar tem uma abrangência significativa, porém é necessário avaliar além de seu alcance a qualidade do recurso que é garantido, em parte com recursos desse. Nesse sentido, o presente artigo busca fazer uma análise da qualidade na garantia desse direito à luz daqueles que são os beneficiários dessa política, os alunos. Trata-se de uma pesquisa realizada em uma escola municipal na cidade de Curitiba/PR, que foi desenvolvida para avaliar a aceitação pelos alunos da alimentação escolar e a qualidade do alimento ofertado, através de contrato terceirizado e subsidiado através do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Que apontou necessidades de algumas melhorias na oferta de determinados alimentos e a necessidade da participação dos alunos no processo de avaliação da alimentação escolar.

Palavras-chave: Direito à educação; Alimentação Escolar; Cidadania.

SCHOOL SUPPLY PROGRAM, A VOICE EVALUATION OF CHILDREN.

ABSTRACT

The School Feeding is a right of all students, guaranteed in the Federal Constitution and the Law of Guidelines and Bases of Education and, therefore, the duty of the State. The National School Feeding Program has a significant scope, but it is necessary to evaluate beyond its reach the quality of the resource that is guaranteed, in part with resources of this. In this sense, the present article seeks to make an analysis of the quality in guaranteeing this right in the light of those who are the beneficiaries of this policy, the students. This research was carried out at a municipal school in the city of Curitiba / PR, which was developed to evaluate the students' acceptance of school feeding and the quality of the food offered, through an outsourced contract and subsidized through the National School Feeding Program. It pointed out needs for some improvements in the supply of certain foods and the need for student participation in the evaluation process of school feeding.

Key Words: Right to education; School Feeding; Citizenship.

Introdução

A política de alimentação escolar no Brasil teve vários contornos até se consolidar um direito educacional, aliado a necessidade nutricional das crianças, ao acesso e a permanência na escola, principalmente das populações mais carentes. Hoje abrangendo desde a educação infantil, ensino fundamental até o ensino médio, as redes de ensino federal, estadual e municipal mantêm o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) de forma autônoma

nos processos de execução, sendo que algumas optaram pelo modelo terceirizado, que é o modelo adotado pela rede mantenedora da escola que foi alvo dessa pesquisa.

Muitas questões permearam a delimitação do problema da pesquisa, mas a mais significativa foi em relação a opinião dos alunos, acerca da alimentação ofertada. Durante o processo de investigação foi constatado que não havia uma metodologia de avaliação da alimentação escolar que considerava a opinião dos alunos, mantida pelo município ou pela empresa contratada para prestação do serviço. Através das abordagens que precederam a pesquisa foi constatado que os alunos tinham opiniões diversas, alguns apreciavam muito a alimentação que recebiam na escola, outros nem tanto, muitos nunca haviam experimentado, em todas as turmas um número significativo traziam de casa seu próprio alimento todos os dias e com frequência retornava das salas uma quantidade relevante de determinadas opções de alimento, que são inseridos nos cardápios, elaborados por nutricionistas responsáveis pelo gerenciamento da alimentação escolar no município.

Partindo dessa necessidade de escuta aos alunos foi desenvolvido este estudo, que se propôs a dar voz a esses atores, que muitas vezes não são envolvidos nos processos de avaliação da alimentação escolar nas unidades educacionais. Também elencar as possíveis causas da recusa de alguns alunos de comerem na escola e das frequentes sobras de determinados alimentos.

Alimentação Escolar, um Direito.

Alimentação escolar no Brasil passou a ser discutida muito antes de se tornar política pública, o Instituto de Nutrição já apontava a necessidade nos anos 40, mas devido à escassez de recursos do Governo Federal, apenas na década de 50 foi elaborado um plano nacional de alimentação e nutrição, de âmbito nacional e de responsabilidade pública. A alimentação escolar está presente nas escolas das redes públicas de ensino desde 1955 através do Decreto nº 37.106¹, que instituiu uma Campanha de Merenda Escolar, onde era incentivado a criação das cantinas escolares, com assistência técnica e financeira por parte do poder público, que já apontava a necessidade de uma alimentação com valor nutritivo, prevendo o financiamento através de convênios internacionais, como o Fundo Internacional de Socorro à Infância (Fisi), que veio depois a chamar-se Unicef, que realizava a distribuição de leite em pó, através de campanhas de nutrição materno-infantil. Em 1965 o nome da campanha recebeu um adendo, passando a chamar-se Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE), através do

¹Revogada, posteriormente a alimentação escolar foi regulamentada pela Lei 11.947 de 16/06/2009.

decreto nº 56.886², quando o Brasil passou a receber ajuda financeira mais abrangente de programas internacionais, voltados ao atendimento de populações carentes, especialmente crianças em idade escolar, com destaque: Alimentos para a Paz da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (Usaid), Programa de Alimentos para o Desenvolvimento, Programa Mundial de Alimentos (PMA), da Organização da Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO/ONU).

O modelo do Programa Nacional de Alimentação Escolar com financiamento do ente federativo através do Ministério da Educação passou a desenhar-se em 1976, quando este gerenciava a Campanha Nacional de Alimentação Escolar, que fazia parte do II Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (Pronan), somente em 1979 recebeu o nome conhecido atualmente Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Mas foi com a promulgação da Constituição de 1988, que a alimentação escolar no Brasil passou a ser um direito dos alunos e um dever do Estado, nas esferas federal, estadual e municipal, mediante diversos elementos correlatos, não só a alimentação escolar, dentre os quais cita-se: “atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde” (BRASIL, 1988, art, 208, VII).

A execução do programa passou por várias fases, até 1993 a execução era feita de forma centralizada pelo órgão gerenciador o Ministério da Educação, ao qual cabia a elaboração de cardápios, o processo licitatório de aquisição dos gêneros alimentícios, o controle da qualidade e a distribuição dos alimentos em todo o território nacional. Considerando a dificuldade desse processo pela abrangência territorial, em 1994 através da Lei nº 8.913³, foi instituída a descentralização do programa, através da celebração de convênios com os municípios e envolvimento das Secretarias de Educação dos estados e do Distrito Federal, aos quais passou a ser de competência o atendimento da alimentação escolar dos alunos dessas redes de ensino. Somente em 1998 através de Medida Provisória nº 1.784 o gerenciamento da descentralização de recursos passou a ser feito pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), com repasses de forma automática e sem a necessidade de convênios, visualizando a agilidade do processo.

No ano 2001 através de nova Medida Provisória, a nº 2.178, o programa obteve mais avanços, como a obrigatoriedade do investimento de 70% dos recursos transferidos pelo

² Idem 1

³ Citada como referência do contexto histórico, lei revogada por Medida Provisória nº 2178-36 de 24/08/2001, posteriormente pela Lei 11.947 de 16/06/2009.

governo federal destinados exclusivamente para produtos básicos, considerando hábitos alimentares regionais, a agricultura local e o incentivo da produção movimentando a economia do município. Em 2009 foi sancionada a Lei nº 11.947, quando o programa nacional de alimentação escolar (PNAE) foi estendido a toda rede pública de educação básica, incluindo alunos participantes do Programa Mais Educação do governo federal e a educação de jovens e adultos (EJA), garantido que no mínimo 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) sejam destinados à aquisição de produtos da agricultura familiar local. No artigo 11 da lei 11.947 foi regulamentada a necessidade de um nutricionista como responsável técnico pelo programa de alimentação escolar local, bem como quadro técnico na busca da qualificação da oferta na elaboração dos cardápios. E no artigo 18 foi instituído o conselho de alimentação escolar (CAE), nas esferas estadual e municipal, órgão responsável pelo monitoramento do programa, de caráter fiscalizador, permanente, deliberativo e de assessoramento, com representantes das entidades civis organizadas, dos trabalhadores da educação, dos discentes, dos pais de alunos e representantes do poder Executivo.

Outro aspecto importante da lei 11.947 do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é a avaliação e os instrumentos utilizados, previstos no artigo 17, inciso II: promover estudos e pesquisas que permitam avaliar as ações voltadas para a alimentação escolar, desenvolvidas no âmbito das respectivas escolas; assim essa pesquisa foi proposta no intuito de ouvir os alunos sobre a alimentação escolar, a qualidade e aceitabilidade da oferta. Inserir os alunos nesse processo avaliativo é possível e necessário, criar espaços de discussão e reflexão do direito à uma alimentação escolar adequada, torna-se relevante, visto que são para os alunos que o alimento é destinado, além de propiciar a valorização de princípios como: cidadania e gestão democrática dos processos educativos.

A Educação Básica é direito universal e alicerce indispensável para a capacidade de exercer em plenitude o direito à cidadania. É tempo, o espaço e o contexto em que o sujeito aprende a constituir e reconstruir a sua identidade, em meio a transformações corporais, afetivo-emocionais, socioemocionais, cognitivas e socioculturais, respeitando e valorizando as diferenças. Liberdade e pluralidade tornam-se, portanto, exigências do projeto educacional. (MEC, SEB, DICEI 2013, p.17)

Propiciar esse exercício de cidadania, colocando a criança como sujeito de direitos, trazendo para prática as concepções teóricas de aprendizagem significativa é essencial nos processos educativos. Segundo Zabala (1998) a aprendizagem significativa não pode levar em consideração só o cognitivo, pois o processo educativo não pode ficar reduzido a propostas uniformizadoras que considera apenas os conhecimentos acadêmicos, mas deve considerar

conhecimentos prévios, esquemas de comparação e novas experiências que aproximem o papel ativo e protagonista do aluno e do igualmente papel ativo do educador. Pensar a escola como esse lugar de pensamento crítico e reflexivo permite possibilidades maiores de interação do sujeito com seu meio, um conhecimento não só de conteúdo acadêmico, mas de exercício da cidadania.

Cidadania, uma Lição Possível.

Pensar a educação de forma a incutir apenas a sistematização de conhecimentos curriculares não atende por vezes as demandas sociais que chegam nas escolas frente a cidadania e igualdade, principalmente nas áreas mais carentes das cidades, as periferias. BOURDIEU; PASSERON (2013) evidenciam que o sistema de ensino muitas vezes colabora para que essas desigualdades se perpetuem no meio escolar, onde os indivíduos acabam por reproduzir e se acomodar aos sistemas de dominância, impostos e herdados, o que muitas vezes é reforçado nas instituições de ensino. Nesse sentido a inserção dos indivíduos na avaliação da alimentação escolar, vem romper com esse sistema condicionante, onde o serviço público pode ser entendido como um serviço precário.

Considerando essa possibilidade da ação ativa dos indivíduos frente ao meio, estudos que considerem a opinião dos estudantes acerca da alimentação escolar proporciona essa oportunidade, de uma ação prática, rompendo paradigmas socialmente adquiridos, sofrendo mutações positivas na oportunidade de opinarem e fazerem suas escolhas.

As avaliações das políticas educacionais, em geral, partem de relatórios e avaliações feitas por profissionais envolvidos na gestão, implementação e monitoramento, mas ouvir os alunos é prática necessária e possível. O FNDE tem incentivado a avaliação da alimentação escolar sob a luz dos sujeitos, o que esse trabalho se propôs a fazer.

Segundo a Resolução CD/FNDE nº 26/2013, no artigo 17, a Entidade Executora aplicará teste de aceitabilidade aos alunos sempre que introduzir no cardápio alimento novo ou quaisquer outras alterações inovadoras, no que diz respeito ao preparo, ou para avaliar a aceitação dos cardápios praticados frequentemente. (CECANE UFRGS, 2017, p.8)

Entende-se que ouvir os alunos nesse processo de avaliação do serviço oferecido é fundamental, pois as crianças têm plenas condições de avaliar aquilo que estão recebendo, nesse caso específico comendo. Com certeza se faz necessária uma mediação e orientação do saber elaborado, dos métodos para uma boa avaliação, mas esse direito às vezes subentendido deve fazer parte de um trabalho pedagógico desafiador, que eduque os alunos para exercer cidadania, pensamento crítico. Segundo Freire (1997) a escola precisa aliar conteúdos

curriculares com práticas significativas, intervir no meio social, na realidade do educando, utilizando de sua vivência para promover o conhecimento e a cidadania.

Romper com a prática educativa da mera transmissão de conteúdo é urgente, promover, oportunizar formas de desenvolvimento de indivíduos pesquisadores, indagadores, inquietos, deixando de lado a quietude ora estabelecida nos espaços escolares, na rotina do dia a dia, na pressa das obrigações curriculares e na contemplação, às vezes absurda da realidade, sem considerar a importância do senso crítico, que pode e deve transformar realidades postas e impostas. Proporcionar aos alunos a oportunidade de acrescentar a este mundo social e significativo, requalifica o trabalho pedagógico.

O estudante passa de passivo a agente atuante, pesquisador, que estuda e analisa tempos e saberes, que pratica uma reflexão crítica frente à prática, que ressignifica e amplia seu próprio conhecimento. Porque bem se sabe que se condenam ainda alunos, como tábulas rasas, eles têm muito a contribuir, a elaborar, a participar ativamente do processo de aprendizagem desenvolvido na escola. Respeitando suas vivências, suas carências, suas potencialidades e servindo de meio para o desenvolvimento de suas capacidades, não só cognitivas, mas de cidadania, de seres incompletos sim, pois todos são, partindo do princípio de que somos seres inacabados, mas acreditando que é totalmente possível e necessária à liberdade criativa, pensante e atuante.

A curiosidade como inquietação indagadora, como inclinação ao desvelamento de algo, como pergunta verbalizada ou não, como procura de esclarecimento, como sinal de atenção que sugere alerta faz parte integrante do fenômeno vital. Não haveria criatividade sem a curiosidade que nos move e que nos põe pacientemente impacientes diante do mundo que não fizemos, acrescentando e ele algo que fazemos. (FREIRE, 1997, p 35)

Colocar o estudante inserido nos processos de discussão e levantamento de opinião é crucial, tanto para desenvolvimento pedagógico/ curricular como para atuar socialmente de forma investigativa, analítica e transformadora.

Diante disso é fundamental considerar a opinião e análise dos alunos num processo de pesquisa de satisfação, nesse caso acerca do lanche oferecido nas unidades educacionais. Bem como participação ativa desses atores na avaliação dos processos de implementação dos programas de alimentação escolar, seja na avaliação, monitoramento e opinião sobre os cardápios, como também pesquisadores acerca da alimentação saudável, seus benefícios e a promoção da saúde obtida também através do consumo de alimentos com valor nutritivo e adequado.

O direito à educação garantido na CF 1988, assegura também o direito a uma alimentação escolar de qualidade, dentro dos padrões estabelecidos no Programa de Alimentação Escolar (PNAE) e não deve ser encarado como um “favor pedagógico”, necessita de monitoramento, no uso adequado dos recursos, visando a aceitação da alimentação oferecida, evitando o desperdício de alimentos e inserindo os alunos nessa avaliação.

Alimentação Escolar e a Qualidade.

Tanto a Constituição Federal de 1988 como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), lei nº 9394/1996, assegura o direito de acesso e permanência numa escola de qualidade: “Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; [...] IX - garantia de padrão de qualidade; [...]”. E qualidade no sentido amplo, que não se resume na relação ensino-aprendizagem, currículo, formação dos profissionais, mas perpassa por condições estruturais, de recursos materiais e humanos. Nesse sentido há que se considerar também uma alimentação com qualidade, tanto de insumos, como de preparo, distribuição, com quantidades adequadas às necessidades nutricionais, principalmente das populações em vulnerabilidade social, minimizando as desigualdades sociais e por assim dizer nesse caso, as nutricionais.

Após a descentralização dos recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar na década de 90, alguns gestores municipais optaram pela terceirização da operacionalização do serviço de alimentação, o que ocorreu no município de Curitiba, que é a entidade mantenedora da escola objeto dessa pesquisa. Algumas questões sobre a qualidade com relação ao preparo, conservação e distribuição dos alimentos são regularmente discutidas, passam por monitoramento tanto do conselho de alimentação escolar (CAE), como do departamento responsável pela alimentação escolar da prefeitura, dos profissionais da escola e da própria empresa prestadora do serviço.

Ao introduzir essa pesquisa sobre a qualidade da alimentação ofertada nessa escola alvo desse estudo, foi feito levantamento através de entrevistas com os alunos, com os professores e com o funcionário contratado da prestadora do serviço, responsável pela distribuição do alimento nas turmas, referente as sobras de alimentos, informação que não passa por monitoramento de quantidades das sobras com medida de pesagem, apenas através de suposições pelo volume observado que retorna à empresa, a qual recolhe os alimentos

(restos e sobras)⁴ no fim de cada período escolar. Durante o processo de investigação a empresa contratada para o armazenamento dos alimentos que são adquiridos e enviados pela Prefeitura Municipal de Curitiba, responsável também pelo preparo e a distribuição da alimentação escolar nas unidades de ensino, foi visitada e questionada em relação as sobras de alimentos e informou na ocasião, não ter um programa social de destino, que todo o alimento que retorna vai para produção de ração animal. Justificando esse fim em razão da legislação vigente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), através da resolução RDC 216/2004, que criminaliza eventuais dolos ocasionados às pessoas que por ventura sofrerem intoxicação alimentar por doação de alimentos e diante do risco de responder criminalmente, algumas empresas optam em destinar também as sobras pra produção de ração animal.

A fome ainda é uma problema mundial, conforme levantamento de organizações de monitoramento e risco social. E o desperdício, as sobras de alimentos torna-se um problema que merece atenção por parte de seus agentes, tanto de âmbito privado, como público, pois a fome requer urgência de soluções sustentáveis e de amplo alcance.

Em 2013, a fome afetava 39,1 milhões de latino-americanos e caribenhos (6,3% da população regional). Em 2015, esse número subiu para 40,1 milhões (6,3%) e, em 2016, alcançou 42,5 milhões, ou 6,6% da população regional. Na América do Sul, a fome passou de 5% em 2015 para 5,6% em 2016, o que representa a maior parte do aumento da fome na região. (ONUBR 2017)⁵

Existem vários projetos de lei que visam regulamentar as doações, na tentativa de evitar tanto desperdício de alimentos, um desses projetos já tramita há quase 20 anos, PL 4747/1998⁶, ementa:

Dispõe que a pessoa natural ou jurídica que doar alimentos, industrializados ou não, preparados ou não, a pessoas carentes, diretamente, ou por intermédio de entidades, associações ou fundações, sem fins lucrativos, é isenta de responsabilidade civil ou penal, resultante de dano ou morte ocasionados ao beneficiário, pelo consumo do bem doado, desde que não se caracterize dolo ou negligência. Projeto chamado de "Bom Samaritano".

Cabe também as entidades executoras do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) a preocupação e a educação dos agentes implementadores, no sentido de amenizar as sobras, colaborando com a sustentabilidade, a redução de resíduos e de poluição ambiental. Adotar medidas mais assertivas nas unidades de ensino, promovendo educação alimentar e

⁴ Segundo a logística da empresa contratada, entende-se sobras os alimentos que não foram consumidos e restos os que foram consumidos parcialmente.

⁵ Baseado no relatório original: El estado de la seguridad alimentaria y la nutricion en el mundo. FAO/ONU. ROMA 2017.

⁶ Autor: Senado Federal - Lúcio Alcântara - PSDB/CE

sustentável, incentivando o consumo consciente dos alimentos e primando pela qualidade e quantidades adequadas, evitando o desperdício e colaborando na otimização do alimento. Como dizer que há qualidade quando alguém tão próximo passa fome? Esse problema merece atenção especial, disposição estrutural e humana na busca de soluções educativas e de ganho social. Gestores responsáveis pelos processos de avaliação da qualidade da alimentação escolar necessitam discutir essas questões tão relevantes, para prática da cidadania e da responsabilidade social.

Análise dos Resultados.

A escola pesquisada oferta educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental, possuía na época dessa pesquisa (setembro de 2017) 342 alunos matriculados, sendo que no turno da manhã 152 e no turno da tarde 190. Escola localizada num bairro da área urbana na periferia da cidade de Curitiba, considerada uma escola de porte pequeno, com 6 turmas no período da manhã e 7 turmas no período da tarde. Possui uma sala de recursos multifuncional e uma de aprendizagem.

Foram evidenciados resultados díspares em comparação aos dois turnos de funcionamento, comprovando a necessidade da avaliação do programa do ponto de vista dos educandos, pois se há diferenças de opiniões na mesma escola, o que dirá em unidades distintas. Houve também grande interesse dos alunos em participar da pesquisa e opinarem sobre a alimentação ofertada, pesquisa que repercutiu nas famílias através dos relatos recebidos afirmando maior interesse dos filhos na alimentação escolar durante e após a realização desta pesquisa, inclusive alguns que não demonstravam nenhum interesse em comer na escola e desde então passaram a experimentar o alimento. Mesmo sem um trabalho no âmbito da educação nutricional, os alunos foram estimulados a comerem o lanche, pois para opinarem foi necessário no mínimo provar, conforme trabalho de divulgação feito previamente nas turmas.

A pesquisa foi realizada através do método sensorial afetivo, com escala hedônica (facial, mista e verbal), com uso de cartela lúdica, conforme orientação do Manual para Aplicação dos Testes de Aceitabilidade no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) do Ministério da Educação e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Seguindo as seguintes referências:

 SIM	 NÃO	 POUCO
--	--	---

Números reais de participação após a tabulação do dados:

	Manhã	Tarde	Total
ALUNOS MATRICULADOS	152	190	342
PARTICIPARAM DA PESQUISA	138	162	300
FALTARAM NO DIA DA PESQUISA	14	28	42
PESQUISAS INVÁLIDAS	14	26	40
PESQUISAS VÁLIDAS	124	136	260

Resultados percentuais gerais da Escola:

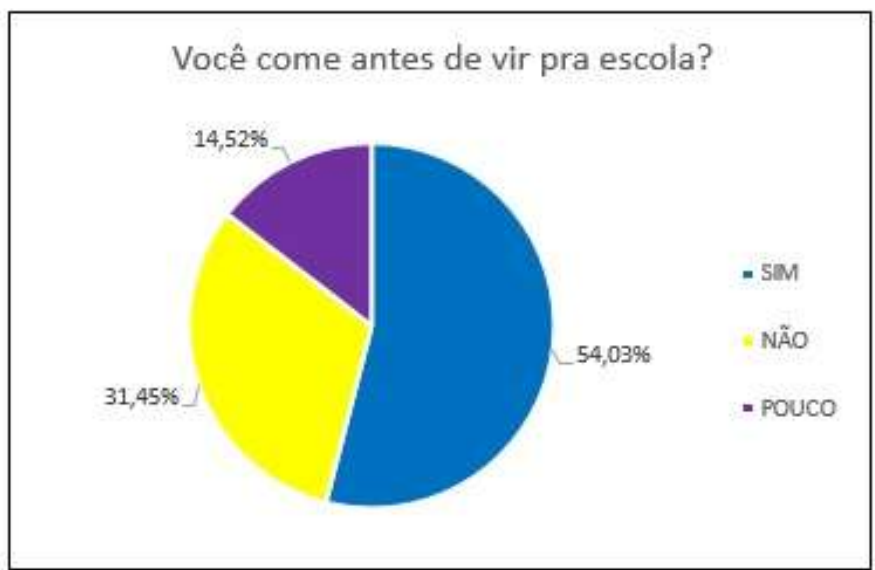
		SIM	NÃO	POUCO
1	Você gosta do lanche da escola?	42,69%	7,69%	49,62%
2	Você come todos os dias o lanche da escola?	15,77%	33,85%	50,38%
3	Você traz o seu próprio lanche pra escola?	28,47%	36,15%	35,38%
4	Você come antes de vir pra escola?	73,85%	16,92%	9,23%
5	O cheiro do lanche é bom?	54,62%	16,92%	28,46%
6	Só de olhar o lanche parece ser gostoso?	36,15%	16,54%	47,31%
7	Você gosta das frutas do lanche?	57,31%	17,69%	25%
8	Você gosta do pudim?	31,54%	51,92%	16,54%
9	Você gosta da vitamina/ leite com aroma?	27,31%	59,23%	13,46%
10	Você gosta do risoto/ arroz?	33,09%	50,39%	16,52%

Fonte tabelas: própria da pesquisa.

- Foi evidenciado um número pequeno de alunos que não gostam da alimentação escolar, o maior número disse gostar pouco, em contrapartida um número baixo de estudantes que comem o lanche todos os dias;
- Mais de 60% dos alunos trazem seu próprio lanche periodicamente;
- Apenas 16,54% dos alunos não apreciam o cheiro do lanche;
- Mais de 80% disseram gostar de certa forma da aparência da alimentação;

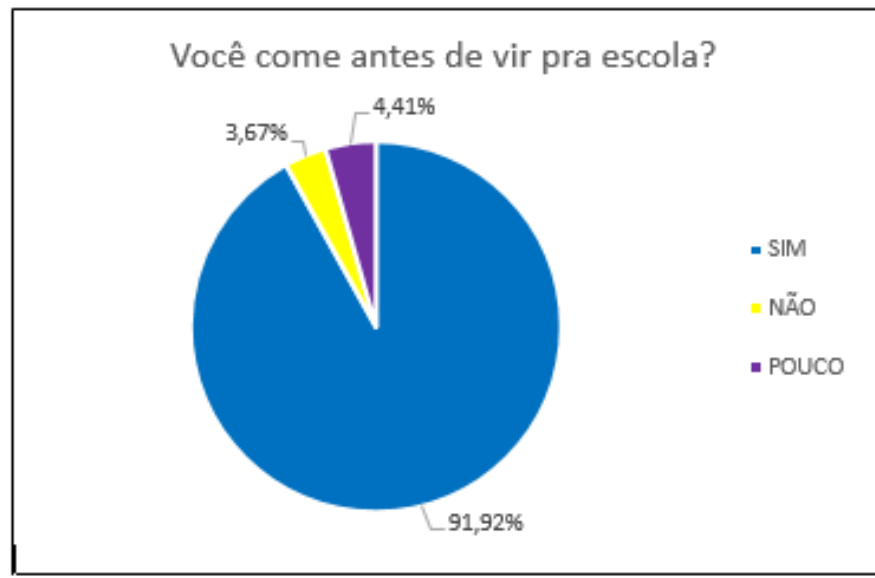
Na comparação dos dois turnos um dado relevante chamou à atenção referente a alimentação que fazem em casa antes de vir para escola:

Gráfico 1:



Fonte: turno da manhã pesquisa própria

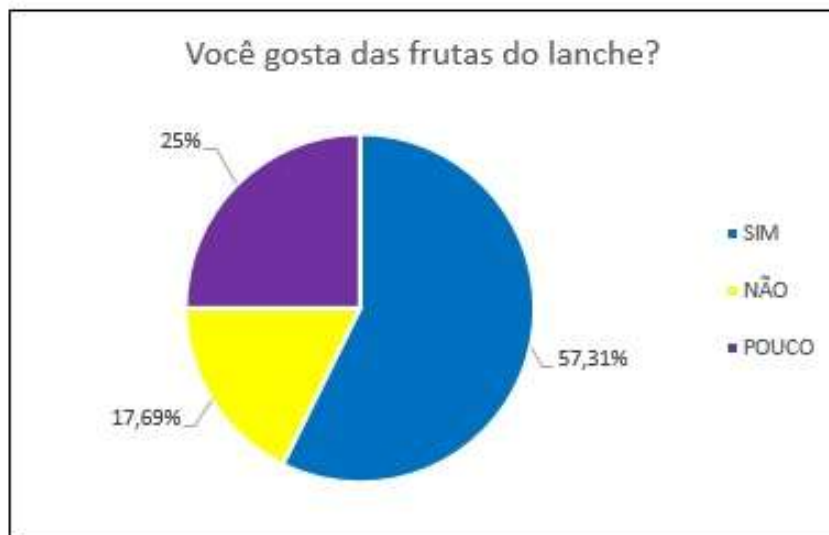
Gráfico 2:



Fonte: turno da tarde – pesquisa própria

- 68,55% dos alunos do turno da manhã disseram se alimentar com certa frequência antes de virem para escola, já no turno da tarde esse número subiu para 96,33%, uma diferença significativa de 27,78% de alunos do turno da manhã, que provavelmente apresentam carência nutricional durante o período de aula;
- Outro dado interessante evidenciado foi a preferência pelas frutas, apenas 17,69% dos alunos disseram não gostar;

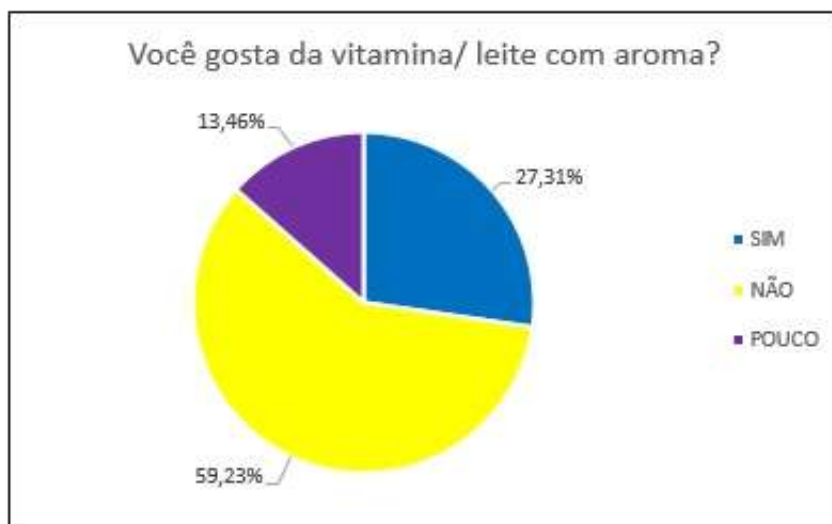
Gráfico 3:



Fonte: geral da escola – pesquisa própria.

- Foi também comprovada a hipótese levantada através de pesquisa verbal de que os alimentos mais recusados pelos alunos desta escola são: pudim, risoto/ arroz e com destaque para vitamina/ leite com aroma;

Gráfico 4:



Fonte: geral da escola – pesquisa própria.

Ficou demonstrado nos resultados gerais que os alunos dessa escola gostam sim, do lanche, mas como contraponto um número significativo não come o lanche oferecido na escola e muitos trazem seu próprio lanche de casa, dados esses que reforçam a necessidade de um trabalho mais próximo entre a gestão do programa, a empresa terceirizada e a escola. Conforme orientações do Manual para Aplicação de testes de Aceitabilidade na execução do programa de alimentação escolar estão previstas essas aproximações dos gestores e executores junto aos alunos.

A aceitação de um alimento pelos alunos é um importante fator para determinar a qualidade do serviço prestado pelas escolas em relação ao fornecimento da alimentação escolar. Além disso, evita o desperdício de recursos públicos na compra de gêneros alimentícios rejeitados. (CECANE UFRGS, 2017, p. 5)

Nesse manual de orientação de avaliação em sua 2ª edição publicada em 2017, há orientações práticas e possíveis de aplicação na escola, com as crianças, com testes que avaliam a aceitação e a qualidade da alimentação ofertada, mas para isso é necessário recursos materiais e humanos para tal, haja visto que algumas redes de porte grande e que possuem muitas unidades educacionais já demandam considerável investimento no serviço de alimentação escolar, e em muitos casos não reconhecem a importância desse trabalho de avaliação da aceitação e qualidade do alimento na voz dos alunos. Muitas mantêm relatórios de supervisão do serviço, como é o caso do modelo adotado pelo município de Curitiba, preenchido por um profissional dentro da escola, mas que não mantém uma prática de ouvir os alunos, como no caso da escola observada, muitas vezes por desconhecimento da importância desses atores ou por não possuir protocolos para isso.

Uma Lição Saudável.

Promover educação cidadã à população que usufrui dos serviços públicos, na conscientização de que o que é público necessita de qualidade no atendimento, também sobre a destinação e monitoramento dos recursos é fundamental no exercício da cidadania, que deve ser ensinado nas escolas.

É necessário romper com o paradigma de olhar a alimentação escolar apenas do ponto de vista do profissional adulto e contemplar a opinião dos alunos. No desenvolvimento dessa pesquisa os alunos foram protagonistas na interlocução de suas impressões e vivências em relação a alimentação escolar, houve envolvimento colaborativo no processo de avaliação do objeto desse estudo evidenciando ser possível envolvê-los de forma ativa, romper com a passividade que muitas vezes lhes é imposta pelo sistema educativo, reafirmando que os

processos educativos que perpassam pela ação concreta dos alunos, contribuem para autonomia desses atores e na elaboração do pensamento crítico.

Partindo dessa pesquisa inicial e caminhando para uma discussão mais ampla da implementação, execução e financiamento do programa de alimentação escolar e seus atores, há bastante a ser confrontado e evidenciado frente a terceirização, os custos e a melhor aplicação dos recursos, com monitoramento da qualidade do alimento ofertado nas unidades de ensino das redes públicas no Brasil.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**, Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao> Acesso em 09 de set. de 2017.

_____. **Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/19394.htm>

Acesso em 12 de jun. 2018.

_____. **Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11947.htm> Acesso em 06 de mai. 2018.

_____. **Projeto de lei 4747 de 13 de agosto de 1998**. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=21109>> Acesso em 14 de novembro de 2017.

BORDIEU P.; PASSERON JC. **A reprodução**. Elementos para uma teoria do sistema de ensino. Petrópolis: Vozes, 2013.

CECANE UFRGS. **Manual para aplicação dos TESTES DE ACEITABILIDADE** no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Ed 2. Brasília, p 5; 8, 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MEC, SEB, DICEI. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília: 2013.

ONU BR. **Nações Unidas no Brasil**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/fao-ve-alta-da-fome-na-america-latina-e-no-caribe-425-milhoes-estao-subnutridos/>> Acesso em 16 de set. de 2017.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998

A VIABILIDADE DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL PARA O ENSINO DE HISTÓRIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Smile de Souza Golobovante
Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica PPEB/UFPA

Elias de Nazaré Moraes
Programa de Pós-Graduação em Filosofia PPGFIL/UFPA

Resumo: O patrimônio é um tema em voga na contemporaneidade. A importância no Ensino de história da educação patrimonial e no processo educacional, é no sentido de estimuladora de práticas para preservação e valorização do patrimônio cultural, artístico e histórico. E a prática da educação patrimonial se faz necessária no currículo escolar, durante toda a educação básica, pois o aluno/sociedade conseguirá assim, auxiliar na construção de uma sociedade mais participativa, no que se refere às questões patrimoniais da sua cidade, bem como entender que também é um agente produtor da história. Por isso, a educação patrimonial colabora na formação não só dos alunos, mas dos professores, fazendo com que se tornem sujeitos conscientes e atentos nas questões ligadas ao meio onde vivem. O presente artigo objetiva debater a relação entre o ensino de história, a educação patrimonial e a formação continuada do professor de história no âmbito da educação básica, tal reflexão se faz necessária devido ao dinamismo da sociedade atual e conseqüentemente dos atores sociais, os alunos, em seu estágio informacional. O avanço e dinâmica tecnológica e a transformação social estão ligadas à penetrabilidade da informação por toda a estrutura social, daí que o grau de desenvolvimento das sociedades, atualmente no modo de desenvolvimento informacional, tem no número de computadores por habitante um indicador fundamental, fato que nos levar a refletir numa sociedade de hoje a informação circula numa velocidade muito grande, fato que no campo da história pode ocasionar uma pulverização do saber histórico e até um retrocesso à história rankeana, caracterizada na pesquisa histórica como o uso prioritário de fontes primárias, uma ênfase na história narrativa e por um comprometimento em mostrar o passado tal como realmente foi.

Palavras-chave: Ensino de História – Educação Patrimonial – Formação Continuada

Abstract: Heritage is a theme in vogue in contemporary. The importance in the teaching of historical heritage education and in the educational process, is in the sense of stimulating practices for preservation and appreciation of cultural, artistic and historical patrimony. And the practice of patrimonial education is necessary in the school curriculum, throughout the basic education, because the student/society will thus be able to help in the construction of a more participatory society, with regard to the property issues of its city As well as understand that it is also a producer agent of history. Therefore, the patrimonial education collaborates in the training not only of the students, but of the teachers, making them become conscious and attentive subjects in the issues connected in the environment where they live. This article aims to discuss the relationship between history teaching, patrimonial education and the continuing formation of the history teacher in the scope of basic education, such reflection is necessary due to the dynamism of the current society and consequently Of the social actors, the students, in their informational internship. Technological advancement and dynamics and social transformation are linked to the penetration of information throughout the social structure, hence the degree of development of societies, currently in the mode of knowledgeable

development, has in the number of Computers per inhabitant A key indicator, fact that leads us to reflect in a society of today the information circulates at a very large speed, fact that in the field of history can cause a pulverization of historical knowledge and even a throwback to Rankeana history, characterized in historical research as the priority use of primary sources, a emphasis in narrative history and a commitment to show the past as it really was.

O presente artigo objetiva debater a relação entre o ensino de história, a educação patrimonial e a formação continuada do professor de história no âmbito da educação básica, tal reflexão se faz necessária devido ao dinamismo da sociedade atual e conseqüentemente dos atores sociais, os alunos, em seu estágio informacional. O avanço e dinâmica tecnológica e a transformação social estão ligadas à penetrabilidade da informação por toda a estrutura social, daí que o grau de desenvolvimento das sociedades, atualmente no modo de desenvolvimento informacional, tem no número de computadores por habitante um indicador fundamental, fato que nos levar a refletir numa sociedade de hoje a informação circula numa velocidade muito grande, fato que no campo da história pode ocasionar uma pulverização do saber histórico e até um retrocesso à história rankeana, caracterizada na pesquisa histórica como o uso prioritário de fontes primárias, uma ênfase na história narrativa e por um comprometimento em mostrar o passado tal como realmente foi.

A educação vem sendo uma preocupação de muitos intelectuais e por diversos setores da sociedade brasileira nos últimos anos, fato esse comprovado pelo debate entorno de diversas propostas tais como: Reforma do ensino médio, Escola sem partido e nova BNCC. A referência nessa busca de compreensão tomada nesse estudo, foi Paulo Freire que dentre diversos aspectos peculiares de sua vasta obra, propõe que Educação é “uma forma de intervenção no mundo” (FREIRE, 1996), tal afirmativa é importante para compreender ao longo da história como a educação foi tomada por regimes dos mais diversos arcaicos ideológicos com o intuito de enraizar valores políticos e ideológicos.

Espera-se que ao longo do ensino fundamental os alunos gradativamente possam ampliar a compreensão de sua realidade, especialmente confrontando-a e relacionando-a com outras realidades históricas, e, assim, possam fazer suas escolhas e estabelecer critérios para orientar suas ações. Já no ensino Médio estabelece-se as áreas do conhecimento, no caso Ciências Humanas e suas tecnologias, onde está ancorada a História. Então, o ensino de História no Ensino Médio, objetiva compreender os elementos cognitivos, afetivos, sociais e culturais que constituem a identidade própria e a dos outros, ou seja, contribuir para a construção da identidade pessoal e social dos educandos. Os conhecimentos de História são fundamentais para a construção da identidade coletiva a partir de um passado que os grupos sociais compartilham na memória socialmente construída. Além de requerer uma postura ética

do educador que analisa o contexto inserido e responde aos desafios no ensinar, é responsável pelo dinamismo capaz de superar as desigualdades em busca de uma sociedade mais justa e democrática, despertando aptidões, aperfeiçoando habilidades e mantendo a vontade por novas experiências, por isso a educação patrimonial se converte em um importante instrumento de fortalecimento da cidadania por meio da mobilização da consciência histórica.

A convicção defendida a partir daqui é que o processo de ensino-aprendizagem em História é uma interface entre o instrutivo e o educativo que tem como propósito essencial contribuir para a formação integral do cidadão. O instrutivo é o processo de contribuir na formação de indivíduos habilidosos que diante de situações problemas do cotidiano, sejam capazes de enfrentar e de buscar soluções para resolvê-las. Já o viés educativo se objetiva com os valores e sentimentos que identificam o homem como ser social, compreendendo assim o desenvolvimento de convicções, saberes e fazeres que conduzindo a uma posição transformadora, promova as ações coletivas, a solidariedade e o viver em comunidade.

Nesse sentido, o professor de história precisa ser consciente e despertar consciências para a realidade que circundante. Por isso, compreende-se que o ensino de história deve pretender a cidadania crítica e atuante, como defende Circe Bittencourt:

[...] A História deve contribuir para a formação do indivíduo comum, que enfrenta um cotidiano contraditório, de violência, desemprego, greves, congestionamentos, que recebe informações simultâneas de acontecimentos internacionais, que deve escolher seus representantes para ocupar os vários cargos da política institucionalizada. Este indivíduo que vive o presente deve, pelo ensino da História, ter condições de refletir sobre estes acontecimentos, localiza-los em um tempo conjuntural e estrutural, estabelecer relações entre os diversos fatos de ordem política, econômica e cultural [...]. Temos que o ensino de História deve contribuir para libertar o indivíduo do tempo presente e da imobilidade diante dos acontecimentos, para que possa entender que cidadania não se constitui em direitos concedidos pelo poder instituído, mas tem sido obtida em lutas e em diversas dimensões. (BITTENCOURT, 2008, p.20)

Se compreendermos o Ensino de História e especificamente a Aula (de História) como espaço de compartilhamento de experiências individuais e coletivas, de relação dos sujeitos com os diferentes saberes envolvidos na produção do saber escolar, amplia-se o entendimento da aula de história colocando-a no debate da Didática da História. Para Rüsen (2015) um dos princípios da Didática da História diz respeito às orientações e discussões sobre as condições, finalidades e objetivos do Ensino História. É necessário que professores alunos busquem a renovação dos conteúdos, a construção de problematizações, apreensão de várias histórias lidas a partir de distintos sujeitos, histórias silenciadas e também condições, finalidades e objetivos do Ensino de História no que se refere aos métodos e atividades de Ensino da História na aula.

Em sentido *lato*, um Ensino de História não pode prescindir da interdisciplinaridade e de uma aproximação com outras áreas para que assim permita ouvir as vozes diversas e populares com o objetivo de permitir melhor compreensão das civilizações e das *mentalidades*, estabelece-se dessa forma a indispensabilidade da educação patrimonial como prática pedagógica que vise à conexão entre as vozes construtoras do patrimônio cultural e dos itinerários históricos realizados pelos homens. Então sendo a educação um processo cotidiano: de crescimento na consciência crítica que precisa resultar num homem pensante, interventor no mundo, engajado, capaz de transformá-lo através da reflexão constante, do pensamento crítico, criativo e da ação transformadora do sujeito, por tudo isso, a educação constitui-se uma atividade condicionada histórica e socialmente. Por isso, a consciência histórica é um aspecto fundamental a ser trabalhado na Escola e no Ensino de História, pois a consciência histórica tem uma função prática de dar identidade aos sujeitos e fornecer à realidade vivida uma dimensão temporal, uma orientação que pode guiar a ação, intencionalmente, por meio da mediação da memória história (RÜSEN, 2015).

A Escola Básica atualmente desempenha diversos e novos papéis na sociedade, pois com o avanço das mídias, surgem novas tecnologias que contribuem para que ocorram mudanças também na educação. A comunicação entre professor e aluno vem se tornando muito mais dinâmica nos últimos anos por isso, para uma educação de qualidade, é indispensável a formação continuada, sobretudo no sentido da educação patrimonial, pois entende-se que o professor tem um papel fundamental, afinal, é o responsável segundo os PCN's, por criar mecanismos de amadurecimento de atitude e pensamento críticos dos alunos. Por isso, o professor de história precisa também estar preparado para os novos e grandes desafios que a educação exige na atual geração, que por sua vez nunca esteve tão em contato com novas tecnologias e fontes de acesso à informação.

O professor tem deixado de ser um mero transmissor de conhecimentos para ser mais um orientador, um mediador, um tutor, um estimulador de todos os processos que levam os alunos à construir seus conceitos, valores, atitudes e habilidades que lhes permitam crescer como pessoas, como cidadãos e futuros trabalhadores, desempenhando uma influência verdadeiramente construtiva. É indispensável analisar na atualidade, questões relevantes sobre os diferentes usos da informação de natureza histórica, presentes hoje na sociedade por meios de redes sociais, revistas, jornais, tv's, questões pertinentes que merecem especial atenção uma vez que permeiam a realidade dos alunos, por isso precisam ser compreendidas.

A Educação Patrimonial na Educação Básica, estabelece-se como um processo educativo, permanente e extensivo, centrado no patrimônio cultural, seja ele material ou

imaterial, sendo as experiências e o contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus aspectos, sentidos e significados, um caminho a ser percorrido na busca de conduzir os alunos a um processo ativo de conhecimento, de apropriação e de valorização de sua herança cultural; instruindo-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural, reconhecimento, valorização e preservação.

Nesse sentido a Educação Patrimonial, como prática educativa se encontra com o pensamento de freireano, no sentido que Freire defende a formação do indivíduo como um ser pensante e atuante na sociedade em que vive; e uma Educação que aspira a mudança e transformação de valores, de maneira a colaborarem com o desenvolvimento dos indivíduos e da sociedade em geral, vivenciando isso com os alunos, criam-se assim condições para o desenvolvimento do ambiente social inserido (FREIRE, 1996). Nesse sentido a educação patrimonial além de uma ferramenta indispensável para o Ensino de História, precisa ser valorizada e tanto quanto estudada, pois seu aprofundamento teórico resultará em revigoração dessa prática educativa no cotidiano escolar. Para tanto, é necessário investir numa educação democrática voltada à reflexão, comunicação, motivação e experiência. Através da problematização do homem-mundo ou do homem em suas relações com o mundo e com os homens, torna-se possível que estes aprofundem sua tomada de consciência da realidade na qual e com a qual estão inseridos (FREIRE, 1996: 27). Nesse sentido a concepção freireana de educação deságua na educação patrimonial, sendo este o espaço da educação democrática defendida por Freire, pois, como define a publicação “Educação Patrimonial: Histórico, conceitos e processos”, do IPHAN:

Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera ainda que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio Cultural. (IPHAN, 2014)

Considerando que a educação patrimonial necessita da experiência e do contato direto do aluno com o patrimônio cultural no sentido da aquisição de valores e comportamentos que permitam seu reconhecimento, valorização e preservação, faz-se necessário à escola redimensionar o seu pensar, reformulando suas ações pela compreensão do que a comunidade

escolar e sociedade esperam dela enquanto função social e socializante. Para isso é fundamental refletir sobre o papel do professor na sociedade dentro de toda regulamentação do sistema de educação, segundo o art. 32 ou 35 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Abre-se uma grande problemática, que reside no que necessariamente requer um educador, e especificamente de História? A partir de Freire que seja um profundo conhecedor do próprio homem e da sociedade em seu itinerário histórico, que com capacidade crítica, condutor e sistematizador do processo de aprendizagem: é aquele que estabelece uma relação dialógica com o educando, exercitando-o na arte do raciocínio crítico, na observação apurada dos fatos e na organização e correção do pensamento. Tem consciência de que ensinar é muito mais do que transmitir conhecimento, levando o aluno a pensar de modo reflexivo e criticamente a respeito do conteúdo aprendido (FREIRE, 1983: 81).

Não se pode compreender que ensinar História é transferir conhecimento e informações históricas, ou que ensinar a partir da Educação Patrimonial é levar alunos a museus e centros históricos, pois ensinar, no viés da Educação Patrimonial significa criar as possibilidades para a produção e construção de consciências diversas que desaguem em valorização e preservação dos saberes e das memórias históricas, de mentalidades.

A educação patrimonial oferece contribuições para ampliar a prática docente no Ensino de História, com suas diferentes matrizes de referências identitárias, destacando os vínculos entre história e memória para o processo de ensino e aprendizagem e enfatizando a conjunção entre pesquisa e ensino ao nível da educação básica. Neste caso, esta será vista como incentivadora de ações para conservação, preservação e valorização dos bens culturais. Uma vez que a causa da degradação e a desvalorização do patrimônio cultural é, entre outros motivos, a falta de práticas educativas. Por isso, Patrimônio Histórico e Cultural constituído por bens materiais e imateriais são impregnados de um valor simbólico, para a comunidade representa a memória que foi valorizada e materializada ao longo do tempo.

O patrimônio permite que a sociedade civil, os educadores e os órgãos públicos na contemporaneidade possam desenvolver ações adequadas que fortaleçam a identificação, a valorização e a preservação da memória dos lugares e os lugares de memória, dentro desta nova perspectiva histórica, uma verdadeira educação patrimonial. Para tanto devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens (LE GOFF, 2003: 471). É preciso, pois, uma postura dos professores de história para lidarem com esses conceitos em suas práticas pedagógicas, pois não existirá um Ensino de História pleno e eficiente sem a prática da Educação Patrimonial.

Apanhado os conceitos forjados em Rüsen, no Ensino de História, a construção da consciência histórica exige conteúdos que permitam o desenvolvimento de uma argumentação histórica crítica, na medida em que o contato com patrimônio busca a mobilização, não de todo um passado, ou de uma narração universal, oficial e nacional-patriótica, mas de experiências específicas do passado relacionadas a vivência do aluno, que a partir do seu presente e experiências possa romper e desvelar a linearidade das narrativas históricas patrimoniais oficiais.

O educador precisa ter a clareza que não existe ensino sem aprendizagem. Educar é um processo dialógico, um intercâmbio constante. Nessa relação, professor e aluno trocam experiências constantemente. Sendo assim, devem assumir seus papéis conscientemente. Para o educador, no processo de ensino-aprendizagem é preciso reconhecer o outro em toda sua complexidade, em suas esferas biológicas, sociais, culturais, afetivas, linguísticas, entre outras. E a história um conhecimento “que se pode mobilizar para dar inteligibilidade e justificação ao tempo presente (CAIMI, 2015)

Por isso, o processo ensino-aprendizagem em história deve ser compreendido como uma política cultural, isto é, como um empreendimento que deve considerar com seriedade as relações étnicas, de classe, gênero e poder na produção e legitimação do significado e experiência, considerando a argumentação de Marc Bloch, a história deve ocupar-se em estudar também o tempo presente, já que para o autor a História é a “Ciência dos homens no tempo” (BLOCH, 2001, p.55).

Concebe-se assim que o conhecimento histórico é uma construção social do presente, assim torna-se necessário examinar a constelação de interesses econômicos, políticos e sociais que as diferentes formas de conhecer, inclusive no material didático, podem refletir. Já que estudar o passado é uma necessidade dos tempos atuais, que privilegia muito o efêmero das novidades do presente em detrimento do passado. Então estabelece a Educação Patrimonial como viés indispensável do Ensino de História, sobretudo porque para Eric Hobsbawm, conhecer a história de um povo, de uma nação, significa a construção e afirmação de uma identidade histórica e cultural (HOBSBAWM, 1995 p.13).

Para que o processo de ensino-aprendizagem em história possa colaborar para gerar possibilidades de emancipação, apesar das influências sócio-político-econômicas, em sua ação inclusive nos pequenos atos que ocorrem na sala de aula, ainda que não sejam conscientes, é necessário que os professores compreendam a razão de ser dos problemas que enfrentam dentro e fora da sala de aula e assumam um papel de sujeito na organização do processo educativo. Ao concluir essa delimitação sobre meu trabalho de conclusão, é imperativo

entender a Ensino de História e a Educação Patrimonial no campo da Didática da História tanto no que se refere a ordem teórica de condições, finalidades e objetivos do Ensino de História, quanto de ordem prática no que se refere a métodos e atividades de Ensino.

Por fim, se faz necessário salientar sobre a formação continuada do professor de história no viés da educação patrimonial. Pois é, necessário que o docente esteja em constante processo de formação, buscando sempre se qualificar, pois com uma formação continuada, ele poderá aprofundar-se academicamente e como cidadão; e ter a capacidade de refletir sobre sua prática pedagógica, sobre sua docência, já que é através de uma reflexão crítica sobre suas práticas que irá tornar-se um profissional capaz de se adaptar as diversas e rápidas mudanças na educação, enfrentando assim as dificuldades encontradas na realidade da sala de aula.

A Formação Continuada dos Professores de História no viés da educação patrimonial e o consequente aperfeiçoamento acadêmico e profissional são necessidades, tanto quanto, responsabilidades do docente, no entanto, não é tarefa fácil haja vista a realidade da educação básica no Brasil, principalmente no que se refere ao setor público. O cotidiano profissional é muito adverso, no que se refere: Longas jornadas de trabalho que chegam a 240 horas de atividade em sala de aula; precarização constante das condições de trabalho; perdas salariais; e falta incentivo à produção acadêmica. Esses fatores dificultam a tão necessária da formação continuada.

Duas experiências são importantes para além de ilustrar, mas com o intuito de exercitar essa interface entre Ensino de História e a Educação Patrimonial. As experiências foram realizadas em maio de 2018, com os alunos da Escola de Ensino Fundamental e Médio Disneylândia localizada no Conjunto Maguari em Belém. A primeira experiência foi realizada com os alunos do 1º e do 3º Ano do Ensino Médio e o intuito era debater no âmbito da educação patrimonial a relação do homem amazonida com as águas na área portuária de Belém, no perímetro do Porto de Belém até o Ver-o-peso, a ideia era perceber as mais diversas formas de apropriação do espaço debatendo usos, interesses, características que vão se formando ao longo do tempo. A outra experiência era um exercício de alteridade com os alunos do 2º ano do Ensino Médio da mesma escola que foram levados na Catedral Anglicana de Belém para perceber no âmbito da educação patrimonial a reforma protestante a partir do olhar dos anglicanos.

Para as duas experiências de educação patrimonial foram passados questionários abertos que resgatavam a memória da visita e os questionava sobre a importância da atividade e a importância da conservação e apropriação dos espaços patrimoniais. Os alunos conseguiram perceber diversos valores no a se constar: histórico, cognitivo, artístico,

economico. Foi possível perceber por meio das respostas dos alunos que os valores não existem em si mesmos e não são acabados, do contrário são dinâmicos e estão num constante construir e reconstruir no devir da história.

É fundamental compreender o patrimônio como um tema em voga na contemporaneidade. A importância no Ensino de história, da educação patrimonial e no processo educacional, é no sentido de estimuladora de práticas para preservação e valorização do patrimônio cultural, artístico e histórico. E a prática da educação patrimonial se faz necessária no currículo escolar, durante toda a educação básica, pois o aluno/sociedade conseguirá assim, auxiliar na construção de uma sociedade mais participativa, no que se refere às questões patrimoniais da sua cidade, bem como entender que também é um agente produtor da história. Por isso, a educação patrimonial colabora na formação não só dos alunos, mas dos professores, fazendo com que se tornem sujeitos conscientes e atentos nas questões ligadas ao meio onde vivem.

BIBLIOGRAFIA

- BITTENCOURT, Circe (Org.). O saber histórico na sala de aula. São Paulo: Contexto, 2008.
- BLOCH, Marc. Apologia da história: ou o ofício de historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001
- FREIRE, Paulo. Educação como prática de liberdade. 24.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- FREIRE, Paulo. Educação e mudança. 7.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- FREIRE, Paulo. Extensão e comunicação? 10.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia. Saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 17.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- HOBBSAWM, Eric. Sobre história. São Paulo: Companhia das letras, 1998
- LE GOFF, Jacques. História e memória. Tradução de Bernardo Leitão. 5º Ed. Campinas: Editora da UNICAMP. 2003.
- HOBBSAWM, Eric. O sentido do passado. In Sobre História. São Paulo: Companhia das Letras, 2007
- CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade/Ed.UNESP, 2001
- JOHN, Nara Marlei. Identificação, valorização e preservação do patrimônio histórico e cultural. Disponível em: <http://www.eeh2012.anpuh-rs.org.br/resources/anais/18/1343687593_ARQUIVO_TextoparaIncluirnosanais eletronicosdoXI Encontro Estadual de História.pdf> Acesso em 30/03/17.

IPHAN. Educação Patrimonial. Histórico, conceitos e processos. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao_Patrimonial.pdf> Acesso em 30/03/17

ALTHUSSER, Louis. Aparelhos Ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos do Estado. Rio de Janeiro: Edição Graal, 1985.

BOMENY, Helena M. B. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce. REPENSANDO o Estado Novo. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

FORQUIN, Jean-Claude. Escola e Cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

GEERTZ, C. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro, LTC, 1989.

GROSSI, Esther Pillar.(org). Por que ainda há quem não aprende. Petrópolis: Vozes, 2003

HORTA, José Silvério Baía. O hino, o sermão e a ordem do dia; regime autoritário e a educação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

HOSBAWN, Eric e RANGER, Terence. A Invenção das Tradições. – Tradução de Celina Cavalcante – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

LARAIA, Roque de B. Cultura de conceito Antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed.,1986.

LE GOFF. História e memória. Campinas, Editora UNICAMP, 2002.

LOMBARDI, José Claudinei. Marxismo e história da educação: algumas reflexões sobre a historiografia educacional brasileira recente. Campinas: UNICAMP, 1993 (Tese de Doutorado).

_____. Historiografia Educacional Brasileira e os Fundamentos Teórico Metodológicos da História. In: LOMBARDI, José Claudinei (Org.) Pesquisa em educação: história, filosofia e temas transversais. 2ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, n.10, dez. 1993.

RIBEIRO, Joyce Otânia Seixas. A tradução das tradições em práticas curriculares no Colégio Paes de Carvalho. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2013.

SAVIANI, D.. Instituições Escolares: conceito, história, historiografia e práticas. Cadernos de História da Educação (UFU), v. 4, 2005.

DIÁRIOS DE BIOLOGIA: AVENTURAS NA ESCRITA COMO FORMAÇÃO CIENTÍFICA E CRIATIVA

Marco Aurélio Ferreira Martins de Oliveira
Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP

Prof^a Dr^a Maria Rosa Rodrigues Martins de Camargo
Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP

Financiamento: CAPES

977

Resumo: Esta pesquisa é desenvolvida no Laboratório Escriarte, do Grupo de Estudos e Pesquisas Linguagens Experiência e Formação, da UNESP Rio Claro. Os diários são formas de registros que resgatam fatos, ideias, sentimentos, informações, experiências, de si, do outro e de contextos. É uma prática de reflexão: o indivíduo se faz e se reflete na escrita. Proponho pensar a escrita de diários em aulas de Biologia. A Ciência engloba a compreensão de valores, conhecimentos e procedimentos: é uma linguagem construída pela humanidade para entender e explicar o mundo, e o ensino de ciências se faz importante para auxiliar essa leitura. A escrita pode ser o momento de reflexão de como a biologia está presente na vida, permitindo aos indivíduos um entendimento mais amplo de uma sociedade científica e tecnológica. Ao aventurar-se na escrita, os sujeitos se abrem a novas possibilidades: criação, inventividades, descobertas, imaginação, comumente ignoradas no ensino conteudista. Os diários, como instrumentos de interlocução contínua, podem contribuir com a formação científica e criativa de alunos e professores.

Palavras-chave: Alfabetização Científica; Narrativas de si; Ensino de Biologia

Resumen: Esta investigación es desarrollada en Laboratorio Escriarte, del Grupo de Estudios e Investigaciones Lenguajes Experiencia y Formación, de UNESP Rio Claro. Los diarios son formas de registros que rescatan hechos, ideas, sentimientos, informaciones, experiencias, de sí, del otro y de contextos. Es una práctica de reflexión: el individuo se hace y se refleja en la escritura. Propongo pensar la escritura de diarios en clases de Biología. La ciencia engloba la comprensión de valores, conocimientos y procedimientos: es un lenguaje construido por la humanidad para entender y explicar el mundo, y la enseñanza de las ciencias se hace importante para ayudar a esa lectura. La escritura puede ser el momento de reflexión de cómo la biología está presente en la vida, permitiendo a los individuos un entendimiento más amplio de una sociedad científica y tecnológica. Al aventurarse en la escritura, los sujetos se abren a nuevas posibilidades: creaciones, invenciones, descubrimientos, imaginación, comúnmente ignorados en la enseñanza tradicional. Los diarios, como instrumentos de interlocución continua, pueden contribuir con la formación científica y creativa de alumnos y profesores.

Palabras-clave: Alfabetización Científica; Narrativas de sí; Enseñanza de Biología

Introduzindo uma escrita

Escrever faz parte da realidade do ser humano no século XXI, principalmente quando nos referimos ao ambiente escola. Somos convidados ou (muitas vezes) obrigados a juntar em

um papel ou na tela de um computador letras, para formar palavras e frases que, dentro de um contexto, possuem significados. E assim como a linguagem oral, ao usar a linguagem escrita, nos posicionamos no mundo, como indivíduos que pensam, que se comunicam e que vivem.

A linguagem, tanto a escrita como a oral, representa um meio de escapar da morte, de deter uma flecha já lançada (FOUCAULT, 2009a); a diferença entre a duas é que a linguagem escrita encontrou um meio de se perpetuar através de signos, estes que são (quase) imprescindíveis para viver na sociedade atual, e a escola tem papel crucial na disseminação e na solidificação da linguagem escrita como parte fundamental da cultura humana.

A linguagem escrita, considerada uma das construções grandiosas da humanidade, tornou-se um recurso de expressão elaborado a partir do ensino escolar, sendo utilizado amplamente, em diferentes circunstâncias, também por aqueles que não frequentaram a escola ou por tantos outros que por ela passaram sem quase nada aprender. (CAMARGO e AGUIAR, 2004, p. 526).

Afinal, o que é escrever? Nós, ocidentais, escrevemos por meio da fonética das palavras, uma representação da representação, os elementos fonéticos significam o significado, enquanto os ideogramas dos orientais são a própria representação do significado, como sugere Foucault:

Escrever, para a cultura ocidental, seria inicialmente se colocar no espaço virtual da auto-representação e do redobramento: a escrita significando não a coisa, mas a palavra, a obra da linguagem não faria outra coisa a não ser avançar mais profundamente na impalpável densidade do espelho, suscitar o duplo deste duplo que é já a escrita, descobrir assim um infinito possível e impossível, perseguir incessantemente a palavra, mantê-la além da morte que a condena, e liberar o jorro de um murmúrio. (FOUCAULT, 2009, p. 49).

Se escrever é então transportar as coisas e também se transportar para outro espaço, um lugar de linguagem infinita, podemos nos questionar: O que pode então a palavra escrita quando escrevo de mim e do mundo?

Escritas de si, escritas do mundo: os diários

Quando discutimos a escrita autobiográfica, os diários têm espaço importante na constituição do espaço biográfico como um tipo de gênero discursivo (ARFUCH, 2010). Este gênero é frequentemente referido como diário íntimo, apesar de que esta palavra “íntimo” não é, necessariamente, lugar da fantasia, do erótico e da afetividade, mas sim que está escrita promete uma maior proximidade entre e profundidade do eu, de acordo com Arfuch (2010).

O tempo é uma questão sempre discutida quando falamos de diários, afinal, o seu nome sugere relatos que seguem uma cronologia diária. Os diários armazenam acontecimentos do cotidiano do seu autor, sejam estes pequenos ou grandes, e as datas,

frequentemente escritas antes dos relatos em si, são uma forma de estabelecer uma continuidade da narrativa que o autor se propõe a criar, mesmo que a escrita não seja diária (ALBERCA, 2000).

Ainda sobre o tempo, Arfuch (2010) discute que relatar não é apenas organizar os acontecimentos numa ordem, racional e sequencial, mas é também estruturar a vida e a noção de identidade, criando assim, uma correlação entre a ação de contar uma história e o caráter temporal da experiência humana. “O tempo se torna humano na medida que é articulado sobre um modo narrativo” (ARFUCH, 2010, p.112). E assim, ao diário é dado caracteres cronológicos e espaciais em que os autores e autoras estão inseridos, podendo identificar os aspectos sociais, ambientais, econômicos e políticos em que estes indivíduos vivem continuamente.

O tempo talvez seja uma das únicas regras da escrita em diários. Os autores, as autoras possuem liberdade de estilo ao compor um diário, tanto narrativa, quanto criativamente. Absolutamente tudo é permitido: bilhetes, fotografias, desenhos, recortes, e claro, escritas, que não precisam, necessariamente, seguir padrões. Hoje, pode se escrever em prosa, amanhã, um poema. Os temas encontrados nos diários são de infinitas possibilidades. “O diário cobre o imaginário de liberdade absoluta, cobiça qualquer tema, da insignificância cotidiana à iluminação filosófica, da reflexão sentimental, à paixão desatada” (ARFUCH, 2010, p. 143). Até mesmo a invenção tem espaço nos diários, já que a ficção tem espaço para as escritas diarísticas: a escrita do desejo, do sonho, do *eu* enquanto personagem.

Com uma infinidade de temas (fantasias, projetos, ideias, reflexões, frustrações, medos, sofrimentos), encaramos o diário como algo íntimo, que só cabe ao autor a escrita e a leitura e este passa a ser um importante fator para a constituição de uma identidade e de uma intimidade própria (ALBERCA, 2000).

Neste ponto, podemos pensar no *eu* e no *outro*, enquanto autores e interlocutores dos diários. Com uma infinidade de temas (fantasias, projetos, ideias, reflexões, frustrações, medos, sofrimentos), encaramos o diário como algo íntimo, que só cabe aos autores a escrita e a leitura e este passa a ser um importante fator para a constituição de uma identidade e de uma intimidade própria (ALBERCA, 2000). Ao mesmo tempo, é estabelecido que podem existir dois tipos de diários: aqueles em que o *eu* e os *eus* do escritor se constituem em suas referências mais externas, sejam estas sociais, políticas ou intelectuais, ou seja, o autor ou autora escreve em nome de seu contexto; e aqueles que são caracterizados como íntimos, pois os textos descrevem as inquietações e as certezas mais pessoais (ALBERCA, 2000, p.16).

Do ponto de vista do espaço autobiográfico, não há uma história do sujeito, e sim uma multiplicidade de relatos e de coautorias, que vão construindo uma identidade própria do eu, ao passo que também vai construindo uma identidade do outro: “eu sou tal aqui em relação a certos outros diferentes e exteriores a mim” (ARFUCH, 2010, p.129). Portanto, ao escrever sobre si, o autor ou a autora do diário escreve também sobre aqueles que vivem ao seu redor, e não só, também escreve sobre os contextos (sociais, econômicos, culturais, etc.) em que estas pessoas estão inseridas. Assim, tomaremos como base os diários do ponto de vista autobiográfico: ao falar de mim, falo também do mundo ao meu redor.

Os diários são instrumentos para a narração da vida, enquanto a própria vida acontece. Para Arfuch (2010), narrar seria o mesmo que *contar um fato*, sendo que sentido mais exterior que comunicar. Narrar sua própria experiência como forma de criar laços com o mundo exterior a si.

Ao passo que o sujeito só pode narrar a sua existência, ‘enganar’ sua solidão tendo diversos laços diversos com o mundo, não poderia pensar-se que o relato de si é um desses ardis, sempre renovados, à maneira de Scheherazade, que tentam, dia após dia, a ancoragem com o outro – e a outridade – ‘uma saída’ do isolamento que é também uma briga com a morte? (ARFUCH, 2010, p.130).

Para compartilhar a existência e a vivência de cada um, narramos nossas experiências, seja através da linguagem oral ou da escrita. Walter Benjamin exalta a importância da narrativa, fundamental na sociedade: intercambiar experiências. Todo o fato cotidiano pode se tornar uma narrativa, desde que revele uma experiência de seu narrador que, de certa forma, pode ser entendido como sabedoria, uma trama que tece o tecido da existência (BENJAMIN, 1987). Hoje, é cada vez mais raro os momentos em que podemos relatar as nossas próprias narrativas, já que as ações da experiência estão em baixa, principalmente devido à grande quantidade e a velocidade das informações que recebemos, e que chegam com todas as explicações à mostra, sem nada ainda por revelar: “Se a arte da narração é hoje rara, a difusão da informação é decisivamente responsável por esse declínio” (BENJAMIN, 1987, p. 203).

O que Benjamin escreve, durante a Segunda Guerra Mundial ainda se faz mais presente nos dias atuais: a todo momento, somos tomados por uma grande quantidade de informações: pela televisão, livros, jornais ou redes sociais. O ensino nas escolas acompanhou essa tendência, de não só encher alunos e alunas de informações, mas também de explicar (ou tentar explicar) nos mínimos detalhes de todos os processos, reações, equações, sentenças, não deixando espaço para o descobrimento, curiosidade, invenção, criatividade e a reflexão. Por isso, acreditamos que, ao inserir a prática de escritas em diários na escola, os sujeitos (sejam professores ou estudantes) teriam a oportunidade de relatar sobre suas próprias

vivências como um momento de autorreflexão de si e de seu mundo, relacionando os conhecimentos fundamentados na escola com sua própria vida.

Podemos tomar o diário não só como um gênero biográfico, mas também como um instrumento investigativo. Encontramos na literatura o termo *caderno* ou *diário de campo*: estes fazem parte da vida de pesquisadores de diversas áreas, servindo como um importante instrumento de coleta de dados. E foi no âmbito das pesquisas qualitativas que estes cadernos se destacaram por serem relatos do(a) pesquisador(a), principalmente em pesquisas que envolvem observação em campo (FRIZZO, 2010). O trabalho de campo representa um processo de construção de conhecimento no próprio local em que o fenômeno acontece e é estudado, e que, portanto, é essencial para a formação de pesquisadores e pesquisadoras, que se veem frente a desafios com seus sujeitos e/ou objetos de pesquisa (FRIZZO, 2010). Ao observar um fenômeno ou um grupo de indivíduos, se está produzindo conhecimento, pois novas informações e dados são constituídos a partir da visão do (a) pesquisador ou pesquisadora. Por isso a importância de instrumentos de registros como os diários de campo, pois como sugerem Bogdan e Bilken (1994), o pesquisador ou a pesquisadora descreve as pessoas, lugares, acontecimentos, conversas, e, em seguida, “o investigador registrará ideias, estratégias, reflexões e palpites, bem como os padrões que emergem” (p. 150). Desse modo, a subjetividade ganha espaço nos cadernos de campo: não há somente aquilo que se vê, que é palpável, mas também a experiência do/a pesquisador/a, seu pensamento, sua experiência.

Essa escrita pessoal, que extravasa o campo impessoal da pesquisa, pode ser vista no livro “Diário de Campo – a antropologia com alegoria”, de Carlos Rodrigues Brandão (1982). Como ele escreve em Campinas, no dia 21 de maio de 1982, os poemas que compõe este livro surgiram sem um plano prévio, durante as pesquisas que fazia como antropólogo e que não conseguiram um lugar em outras publicações, mas que são o diário de seu diário de campo. Interessante pensar o porquê não ganharam espaço antes, talvez pela escrita mais pessoal, mais afetiva, não tiveram lugar em publicações ditas científicas. Sobre isso, ele escreve:

[...] todas as linguagens são possíveis e a fronteira entre a ciência e a poesia pode ser grande ou pode ser nenhuma. Os gregos que a todo momento convoco para as notas dos poemas sabiam dizer uma coisa com outra. Sabiam, portanto, dizer o saber como poesia, que das tribos da Austrália às da Academia sempre foi a linguagem mais humana e, por isso mesmo, a mais fácil e a mais difícil. (BRANDÃO, 1982, p.13-14).

Embora o termo *diário de campo* seja mais utilizado no campo da pesquisa, qualitativas ou quantitativas, podemos pensar numa integração entre os termos *diário* e *diário de campo* como forma de agregar os espaços pessoais e investigativos, podendo ter a

possibilidade de relatar as vivências cotidianas, sentimentos, ideias, com um olhar analítico e investigativo. Afinal, temos como objetivo uma aproximação com uma ciência feita nas escolas, mais crítica, mais pessoal, subjetiva, mais prática enquanto saber que se produz, mais próxima da realidade.

A Biologia e a Alfabetização científica: leituras de mundo

A situação da ciência e dos cientistas, bem como a do ensino de ciências é um reflexo de fatores externos à escola, como as pressões políticas e econômicas, o que acaba tornando o ensino de ciências uma atividade complexa (KRASILCHIK, 1992). As disciplinas de ciências começam a ser desenvolvidas durante ensino fundamental, ocorrendo um desmembramento durante o ensino médio, onde acontecem as disciplinas das ciências da natureza (Química, Física e Biologia). Mesmo com mais de dez anos de ensino de ciências na educação básica, alunos e alunas conhecem muito pouco de Ciências, sobre sua história e seus diferentes métodos, o que para Chassot (1995; 2006), mostra como o ensino é (in)útil e com uma finalidade muito bem definida: o adestramento para os exames de vestibular. A situação é ainda mais delicada quando discutimos as reformas, projetos de leis e movimentos que ameaçam a autonomia dos educadores e das escolas, privando alunos e alunas do acesso a certos conhecimentos considerados “doutrinadores”, com a oferta de um ensino tecnicista e agravando ainda mais a precariedade do ensino como um todo, não só de ciências da natureza.

Contudo, há de se criar maneiras de escapar desse ensino tradicional e conteudista que o sistema escolar impõe, sobre professores e estudantes. E um dos movimentos que tem discutido o ensino de ciências de forma acrítica é o da alfabetização científica. Krasilchik escreve:

Um outro movimento relacionado à mudança dos objetivos do ensino de Ciências, em direção à formação geral para a cidadania, tem hoje papel importante no panorama internacional, denominado de "alfabetização científica". O surgimento desta linha está estreitamente relacionado à própria crise educacional e à incapacidade de a escola em dar aos alunos os elementares conhecimentos necessários a um indivíduo alfabetizado. (1992, p.6).

Embora também seja utilizado o termo “educação científica” ou “letramento científico”, entendemos que o termo “alfabetização” se adequa a esta visão de compreender o mundo a partir dos signos e dos significados. Bicudo (1999) interpreta a alfabetização como a ação de ajudar a compreender a leitura que a pessoa faz de si e do mundo, assim como a pluralidade de leituras socialmente existentes, e que abrange não só o universo da leitura e da

escrita, mas também a percepção, a interpretação, a compreensão de uma linguagem e a construção de significados sociais.

Vivemos em uma sociedade em que o meio urbano é imperante, em que a linguagem utilizada pelos saberes científicos, técnicos e artísticos dominam o mundo do comércio, do lazer, do trabalho e invade o cotidiano de todos. É preciso: compreender a lógica dessa linguagem, saber utilizá-la e articular o sentido que faz para nós, tomado em nossa dimensão social e para cada um de nós, tomando em nossa individualidade. (BICUDO, 1999, p.31).

Assim, auxiliar os sujeitos a compreender os signos e os significados utilizados pelas ciências é o objetivo da alfabetização científica. A Ciência é uma linguagem que existe para facilitar a nossa leitura sobre o mundo, e como qualquer outra linguagem, ela é construída pela humanidade, e por isso é mutável e falível (CHASSOT, 2003). Essa visão é contrastante ao cientificismo: a ciência como uma solucionadora de problemas, utilitarista, neutra, positivista e afastada do cotidiano – tendências que temos acompanhado, a grosso modo, no ensino de ciências nas escolas e na universidade.

A alfabetização científica busca, numa visão mais ampla, a emancipação crítica dos indivíduos numa sociedade baseada na ciência e na tecnologia, o que só pode acontecer se todos tiverem oportunidade de acesso ao conhecimento e, por isso, cabe também aos educadores e educadoras fazer a educação científica (CHASSOT, 2006). E para tanto, é necessário que a visão de professor informador, aquele que só transmite a informação para os estudantes (vistos como pessoas sem conhecimentos), seja superada e que o professor passe a atuar como formador. A informação hoje não está somente na sala de aula, como era antigamente: ela está disseminada na televisão, nos sites, nas redes sociais e por isso, os educadores e educadoras devem atuar como mediadores entre a informação e os alunos e alunas, além de tornar o conhecimento uma ferramenta para a facilitação de uma leitura de mundo mais adequada e crítica (CHASSOT, 2006).

O mundo adentra a escola através dos diários

A leitura do mundo precede a leitura da palavra: mas a linguagem e a realidade são dinamicamente ligadas (Paulo Freire, 1989). O sistema escolar, no entanto, nos faz pensar e agir como se a teoria e o conteúdo fossem mais importantes que a realidade, o cotidiano, quando na verdade, eles se complementam. O distanciamento entre informação e realidade, faz com que as aulas de Biologia (assim como outras disciplinas) tornem-se tão desinteressantes para estudantes (e até para educadores): excesso de informações e conteúdos, aulas expositivas, um currículo que muitas vezes não condizem com a realidade das escolas,

falta de formação continuada para professores e até mesmo a dificuldade de se imaginar conteúdos muito abstratos.

No processo de apreender as ciências e a biologia como uma linguagem para ler o mundo, é preciso, primeiramente, reconhecer que elas não estão confinadas nos laboratórios das universidades e não são feitas somente por senhores (homens) de jaleco. O ensino deve trazer para alunas e alunos uma ciência mais cotidiana, mais contextualizada na vivências, pessoais e sociais. Como diz Chassot, “uma ciência encharcada de realidade” (2006, p.74). A escrita de diários pode ser uma oportunidade de trazer o cotidiano de estudantes e professores para dentro da sala de aula, e de deixar que o mundo exterior invada a escola.

Os diários, escritos diariamente ou não, em sala de aula ou em outros espaços, se tornam pontes entre *vida real* e a escola. Ao relatar o acontecimento do dia-a-dia, alunos, alunas e educadores criam momentos para refletir sobre a própria vivência. É uma forma de reviver. Uma oportunidade de narrar, de criar, e (porque não) de inventar, de tornar a escrita não uma obrigação, mas uma aventura. “Às vezes é precisamos fazer um pouco de ficção para entender a realidade” (CHASSOT, 2006, p. 231). Relatar não só vivências reais: escrever sobre um livro que leu ou sobre um vídeo acessado pelo Youtube que assistiu: ao colocar no papel a afetação provocada pela leitura ou a aprendizagem proporcionada pelo vídeo, deixa de ser apenas informação e passa ser uma experiência. “o sujeito da experiência seria algo como um território de passagem, algo como uma superfície sensível que aquilo que acontece afeta de algum modo, produz alguns afetos, inscreve algumas marcas, deixa alguns vestígios, alguns efeitos” (LARROSA, 2002, p.19). Experimentar e se aventurar através da escrita.

A escrita de diários por alunos, alunas e professores tendo a Biologia e a Ciência como tema pode também recuperar aspectos importantes do *fazer científico*, que usualmente não são explorados durante o ensino de conteúdos, como por exemplo, as perguntas e os erros, abominados pela ciência positivista (neutra, dogmática, abstrata, solucionadora) imperante nas escolas e universidades. Trazer os diários para que se discuta o modo de produzir conhecimentos pode revelar muitos aspectos ignorados pela ciência moderno, como os saberes populares. Os saberes populares são os conhecimentos produzidos através da coletividade, transmitidos através da cultura oral, e baseados, muitas vezes, a partir do empirismo – observações de fenômenos e generalizações, sem que haja, necessariamente, a formulações de hipóteses (CHASSOT, 2006). Acabamos por marginalizar os conhecimentos que não são produzidos pela universidade: a escola “não só vira as costas para o saber popular, como também o despreza ao cortejar o saber institucionalizado” (CHASSOT, 2006, p.211). Os diários utilizados em salas de biologia poderiam contribuir com a retomada desses

saberes, como forma de reconstituir e valorizar a memória e a história de uma comunidade onde a escola está inserida, dando à escrita uma função dupla: pedagógica e política.

Ao criar as composições para os diários, os autores têm a chance de explorar algumas habilidades que o ensino tradicional não valoriza: a curiosidade e a imaginação. Foucault (2009b) compara a inteligência das pessoas como uma substância que reage quando estimuladas e que a curiosidade foi estigmatizada pela ciência moderna, uma futilidade. Sobre a curiosidade:

A palavra, no entanto, ela me agrada; ela me sugere uma coisa diferente: evoca “inquietação”; evoca responsabilidade que se assume pelo que existe e poderia existir; um sentido agudo do real mas que jamais se imobiliza diante dele; uma prontidão para achar estranho e singular o que existe à nossa volta; uma certa obstinação em nos desfazermos de nossas familiaridades e de olhar de maneira diferente as mesmas coisas; uma paixão de aprender o que se passa e aquilo que passa; uma desenvoltura, em relação às hierarquias tradicionais, entre o importante e o essencial. (FOUCAULT, 2009b, p. 319)

A imaginação, assim como a curiosidade, não é algo que possa ser ensinado, mas sim estimulado, o que pouco acontece no ensino tradicional de Biologia: o livro didático é a cartilha a ser seguida e os professores transmitem a informação, deixando pouco a ser descoberto e imaginado. As mídias audiovisuais deixam ainda menos para a imaginação. A atividade criadora da imaginação é potencializada pela riqueza e variedades de experiências que o ser humano acumula; ao mesmo tempo, a imaginação permite ao ser humano ampliar sua experiência, através da imaginação, de relatos e de experiências alheias (Vigotsky, 2009) Imaginação e a experiência caminham lado a lado e contribuem para a formação intelectual social do ser humano, o que acreditamos que podem ser potencializado através da escrita e compartilhamento de diários, individuais ou coletivos.

Experimentar a biologia do cotidiano através da escrita pode não ser uma tarefa tão fácil no início, afinal, podemos enxergar a ciência e a biologia em qualquer processo do nosso cotidiano. O professor não é mais aquele que detém o conhecimento em detrimento dos alunos: a informação está disseminada e de fácil acesso; cabe então à escola e aos educadores uma postura mais formadora diante dessa realidade contemporânea (CHASSOT, 2006). Em outras palavras: como selecionar as informações e transformar em conhecimento? Outra dificuldade que o professor pode enfrentar é a resistência que o próprio ato de escrever provoca: não estamos acostumados a formar pessoas que escrevem, seja sobre elas mesmas ou sobre suas realidades. Cabe aos educadores encontrar maneiras de introduzir os diários como parte da formação dos alunos e alunas, tendo o devido cuidado para isso não se tornar uma obrigação e mais uma forma de avaliação, quebrando a potencialidade existente na escrita.

O que fazer com os diários de Biologia produzidos? Mesmo que o tema seja a biologia e as ciências, é preciso entender que a escrita do diário é pessoal: seu autor escreve para um interlocutor outro que não si mesmo, como Alberca (2000) afirma que todos que escrevem um diário parecem estar à espera de encontrar em seu leitor um amigo ideal, alguém que os entenda e que os ajude. Assim, deve-se respeitar e entender caso o aluno ou a aluna decida não compartilhar sua escrita com a classe. Porém, caso haja a troca de experiências produzidas, é uma oportunidade única para que a educadora ou o educador trabalhe as dúvidas, as informações, as descobertas e utilize os próprios materiais produzidos como fonte de construção de conhecimento, um papel esquecido pela escola. E não só: que haja interação interpessoais entre autores, que fortaleça laços de amizades e que a escrita seja uma aventura coletiva.

Antes de encerrar o texto, cabe aqui uma pequena narrativa.

A pesquisa como aventura: um diário de campo

Uma vez, um estudante de licenciatura e bacharelado do quarto de graduação em Ciências Biológicas, iniciou uma pesquisa de iniciação científica na área da ecologia. *Um pouco tarde, não?* Todos falavam, mas o estudante tinha que terminar o curso e entregar um TCC. A pesquisa era muito interessante: estudar a diversidade de formigas em áreas de vegetação restaurada. O estudante estava empolgado, pois eu gostava muito de ir para o campo e, claro, de insetos. *Coisa de biólogo*, pensava. Enfrentou algumas dificuldades na parte das atividades de campo para as coletas, principalmente falta de um técnico para auxiliar. Problemas da universidade. No fim das contas, as coletas aconteceram graças ao suporte do pai do estudante, que o ajudou a chegar nos locais de coleta, a instalar as armadilhas e a carregar os materiais. E foi a melhor companhia que o futuro biólogo poderia ter: o pai, agricultor, que viveu a vida inteira no campo, tinha muito experiência e conhecimento, mesmo sem ter pisado nem uma vez na universidade.

Em campo, o estudante se atentou a todos os detalhes do método que estavam no projeto: transecto de 90 metros, uma armadilha a cada 10 metros, em local específico marcado pelo GPS, com todas as armadilhas identificadas. E depois de 48 horas, voltava ao local e retirava armadilha por armadilha (num total de 150), guardava o conteúdo em saquinhos também devidamente identificados. Esse material foi levado para laboratório, triado e as formigas, identificadas – mais de 10000 indivíduos, a maioria operárias. Os dados obtidos foram analisados e o estudante chegou a um resultado (que não cabe nessa narrativa). Este foi o método, exigido no projeto para que fosse aprovado pelo órgão de fomento: o projeto foi

analisado pelo orientador, pelo coorientador e pelo parecerista. Aprovado. O que não havia no item “Materiais e Métodos”, mas o estudante fez questão de manter um caderno de campo, um diário.

Nesse material adicional, foram marcados não só as identificações das armadilhas, as coordenadas geográficas dos pontos, a temperatura e o clima. O estudante relatou como eu me sentia, suas impressões sobre a área restaurada. *As árvores dessa área não estão bem cuidadas, parece que foram abandonadas sem manejo; ou então Esta área tem um clima fresco por estar perto do rio. Um bom local para um piquenique.* Anotava também as situações inusitadas, como o dia em que seu pai esqueceu os documentos do carro em casa e tiveram que voltar mais cedo pois ficaram com medo de ter alguma blitz na estrada. Ou o dia em que o GPS parou de funcionar e ficaram perdidos no meio do canavial (ah! as áreas restauradas ficavam em matriz de cana-de-açúcar). Quando o estudante encontrava com moradores da região (o que aconteceu poucas vezes), perguntava o que havia naquele terreno antes de ser cana. *Área de pastagem* ou *área de plantação de eucalipto* eram as respostas mais comuns. Contudo, o que o estudante mais gostou de relatar no seu diário de campo foram as coisas que estavam no universo da biologia, mas que escapavam do projeto: os animais ou vestígios deles que avistava. Observou gralhas, gambás, ouriços nas amoreiras, macacos-prego, coró-corós, uma infinidade de aves, de insetos e outros invertebrados. Também observou pegadas de cachorro-do-mato, de anta (próximas ao rio) e até mesmo de onça-parda. De todos esses relatos que haviam no seu diário, nada foi para o relatório final. Nada vai para a publicação.

Afinal, o que o estudante tirou de aprendizado ao escrever nesse diário de campo? A aventura da pesquisa e a aventura da escrita do caderno, que ficou surrado após todos os campos, foram bases na formulação de um jogo didático, que o estudante produziu ao final do curso de Licenciatura. A ideia de construir um jogo surgiu durante a formulação do projeto de pesquisa da iniciação científica, ou seja, muito antes do trabalho de campo. Porém, a escrita e a vivência da pesquisa de campo fizeram crescer no estudante a potência da criação e da imaginação. O jogo de tabuleiro criado, intitulado *RestaurEco*, simula uma área a ser restaurada pelos jogadores, que vão adicionando espécies animais e vegetais em sua área, de acordo com as estratégias e sorte. As regras foram criadas a partir de textos científicos sobre restauração ecológica, mas principalmente, com base no que o estudante experienciou em campo: presença de animais, as situações de manejo, as interações entre as espécies, o que viu, o que viveu, o que aprendeu na prática. A oportunidade de criar um material lúdico a partir uma experiência tida como científica, fechada, dura, fez com que o estudante pudesse

explorar um lado criativo, inventivo, que ele não sabia que havia dentro dele e que não foi me foi permitido na pesquisa formal e acadêmica.

O movimento de criação. O momento de formação como pesquisador e como ser humano. A experiência de reflexão do seu papel como biólogo e como educador. Foram motivos mais do que suficientes para que o futuro biólogo e hoje mestrando em Educação pudesse estar onde está.

O fim de uma aventura

Como se encerra um diário? Há um fim na escrita do diário? Onde e quando acaba a aventura da escrita? “Ato de escrever que se constitui, ele próprio, num dos modos de existir. Ato de escrever que se constitui em uma aventura, soberana, que brilha fora dos limites constituídos pelas marcas que definem textos literários, ou textos de analfabetos, ou textos de não analfabetos.” (CAMARGO, 2016 p. 673). Talvez as páginas de um diário acabem, mas as experiências continuam e sempre podem ser escritas em novas páginas enquanto experiências a serem vividas. As ciências e a biologia fazem parte da vida, do cotidiano, e é papel da escola e dos educadores encontrar maneiras de trazer cada vez mais a realidade para dentro da sala de aula, com a intenção de formar cidadãos e cidadãs mais críticos e preparados para transformar a sociedade. Pode parecer pouco, mas o ato de escrever uma página por vez, é possível refletir sobre nós mesmos, sobre nossa sociedade e buscar uma educação mais crítica e que valoriza o ser humano e toda sua vivência.

Referências Bibliográficas

- ALBERCA, M. La escritura invisible. Testimonios sobre el diario intimo. Madrid: Sendoa Editorial, 2000.
- ARFUCH, L. O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.
- BENJAMIN, W. O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN, W. Magia e técnica, arte e política: Ensaio sobre literatura e história da cultura. 3ª. ed. São Paulo: Brasiliense, v. I, 1987. p. 197-221.
- BICUDO, M. A. V. Alfabetização: Significados Possíveis. In: MICOTTI, M. C. D. O. Alfabetização: aspectos teóricos e práticos. Rio Claro: Instituto de Biociências, 1999. p. 149p.
- BOGDAN, R.; BIKLEN, S. Investigação qualitativa em educação. Porto: Porto Editora. Porto: Porto Editora, 1994.
- BRANDÃO, C. R. Diário de campo: a antropologia como alegoria. São Paulo: Editora Brasiliense. São Paulo : Brasiliense, 1982.

BRASIL. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 746, DE 22 DE SETEMBRO DE 2016. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, 2016. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Mpv/mpv746imprensa.htm>. Acesso em: 12 Junho 2018.

BRASIL. Projeto de Lei do Senado nº 193, de 2016. Senado Federal, 2017a. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/125666>>. Acesso em: 12 Junho 2018.

BRASIL. RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, 2017b. Disponível em: <<https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/2457/resolucao-cne-cp-n-2>>. Acesso em: 12 Junho 2018.

CAMARGO, M. R. R. M. D. Da vida à morte à vida: a linguagem é a ponte. Reflexões acerca do ato de escrever. Educação e Filosofia, v. 30, p. 669-684, jul/dez. 2016.

CAMARGO, M. R. R. M. D.; AGUIAR, C. M. Registros alternativos de saberes culturais: contribuição para a formação de professores. In: BARBOSA, R. L. L. Trajetórias e perspectivas da formação de professores. São Paulo: UNESP, 2004. p. 525-536.

CHASSOT, A. Para que(m) é útil o ensino? Canoas: Editora da Ulbra, 1995.

CHASSOT, A. Alfabetização Científica: uma possibilidade para inclusão social. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, Abril 2003. 89-100.

CHASSOT, A. Alfabetização científica: questões e desafios para a educação. 4ª. ed. Ijuí: Unijuí, 2006.

FOUCAULT, M. A linguagem ao infinito. In: FOUCAULT, M. Ditos e escritos. Estética: literatura e pintura, música e cinema. 2 ed. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, v. v. 3., 2009. p. 432p.

FOUCAULT, M. O Filósofo Mascarado. In: FOUCAULT, M. Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. Ditos & escritos II. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. p. 314-321.

FREIRE, P. A importância do ato de ler. 23ª. ed. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

FRIZZO, K. R. Diário de campo: reflexões epistemológicas e metodológicas. In: SARRIERA, J. C.; SAFORCADA, E. T.. Introdução à Psicologia Comunitária: bases teóricas e metodológicas. Porto Alegre: Sulina, 2010, v. 01. Porto Alegre: Sulina, 2010. p. 169-187.

KRASILCHIK, M. Caminhos Do Ensino De Ciências No Brasil Brasília. Em Aberto, Brasília, v. 11, p. 3-8, 1992. ISSN 55.

LARROSA, J. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, 2002. 20-28.

VYGOTSKY, L. A imaginação e a arte na infância. Lisboa: Relógio D'Águas, 2009.

A GESTÃO DEMOCRÁTICA COMO INSTRUMENTO DE DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

Maria Lívia Ferreira dos Santos¹
Universidade do Estado da Bahia
Reginaldo Oliveira Alves²
Universidade do Estado da Bahia

Resumo: A Constituição Federal de 1988 estabelece no seu artigo 206, que a forma de gestão da educação brasileira deve ser a democrática e participativa, como atesta o inciso VI do referido artigo: “gestão democrática do ensino público, na forma da lei”. Neste sentido, gestão democrática, por sua vez, envolve as atividades administrativas que lhes são inerentes, incorporando atribuições filosóficas e políticas, que dialoguem a partir da existência de uma dinâmica interativa entre ambas (LUCK, 2006). Nessa perspectiva, a gestão democrática passa a ser concebida sob à luz de reconhecer a importância da participação de todos na organização e no planejamento do trabalho educativo, uma vez que o conceito de gestão está associado ao fortalecimento da democratização no processo pedagógico e administrativo, garantindo a participação efetiva dos estudantes, funcionários, professores, equipe gestora e comunidade local nas decisões das instituições educacionais, consolidando-se um valioso e importante instrumento de defesa da educação pública.

Palavras-chave: Gestão, democracia, educação.

Abstract: The Federal Constitution of 1988, establishes in its article 206, that the management of Brazilian education must be democratic and participatory, as stated in section VI of said article: "democratic management of public education, in the form of law." In this sense, democratic management, in turn, involves the administrative activities inherent to them, incorporating philosophical and political attributions, that dialogue from the existence of an interactive dynamic between both (LUCK, 2006). From this perspective, democratic management is conceived under the light of recognizing the importance of participation of all in the organization and planning of educational work since the concept of management is associated with the strengthening of democratization in the pedagogical and administrative process, guaranteeing the effective participation of students, employees, teachers, management team and local community in the decisions of educational institutions, consolidating a valuable and important instrument of defense of public education.

Keywords: Management, democracy, education.

1. INTRODUÇÃO

Os debates que focam na gestão democrática se tornaram essenciais e urgentes após a década de 80 do século XX, devido ao processo de redemocratização do Brasil. Nessa direção, as instituições de ensino são vistas como organismos participativos, cujo seu

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens.
E-mail: m.livi.a@hotmail.com

² Mestrando do Programa de Pós - Graduação em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação.
E-mail: reginaldoalves.bahia@gmail.com

processo de organização e gestão são construídos coletivamente, possibilitando um espaço de autonomia, participação, transparência e descentralização. Assim como a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB nº 9.394/96 garantem o princípio da gestão democrática no ensino público.

Diante das transformações ocorridas nos últimos anos no Brasil, sobretudo, as que carregam marcas evidentes da execução de um plano contra as populações historicamente excluídas. Imposição dada pela elite brasileira, que jamais foi capaz de pensar em um projeto soberano de desenvolvimento para o país, têm se apresentado como fato exposto, nas permanentes aprovações de inúmeras medidas que investem diretamente contra as camadas populares, desmantelando diuturnamente direitos sociais tão caros e arduamente conquistados por meio das mobilizações sociais. Alguns exemplos recorrentes são percebidos através dos efeitos de medidas como a reforma do ensino médio, a nova Base Nacional Comum Curricular, o projeto de lei da "Escola sem Partido", bem como o corte de verbas das instituições públicas. Vale ressaltar que essas medidas não levaram em consideração o debate democrático nas instituições de ensino e representam um verdadeiro ataque a democracia, assim como agravam o desmonte da educação pública brasileira, promovidos pela ótica do Estado mínimo neoliberal.

Sobre essas mudanças, assinala Sanches (2009), que a par dessa situação, têm sido implementadas políticas educativas e curriculares que, sob a égide da melhoria do serviço público de educação, pretendem, sobretudo redimensionar o sistema educativo em função de modelos alternativos de regulação e provisão do serviço educativo. Trata-se de um conjunto de medidas e mudanças políticas associadas a propósitos e valores próprios da economia e que, "em vez de curar", têm servido, essencialmente, para renovar o controle oficial do sistema, introduzir "novas formas de incerteza e insegurança" e gerar "sentimentos de heteronomia profissional" (SANCHES, 2009, p. 128).

Pensando em formas possíveis de combate e resistência a mudanças tão destrutivas, o presente trabalho, tem parte de sua importância, na busca por formas mais adequadas socialmente, capazes de conduzir populações historicamente discriminadas a possibilidades reais de transformações que conduzam à sua emancipação humana. Alinhada a essa perspectiva, a construção do conhecimento busca seu referencial de inspiração na socialização do saber elaborado em uma construção participativa, calcada na gestão democrática.

É função das instituições de ensino, em meio a tantas outras, apresentar aos estudantes, com os instrumentos de cada curso e/ou disciplina, as possibilidades de compreensão das dimensões de sua realidade, integrando-as interdisciplinarmente, promovendo uma leitura da

complexidade dos fatos, buscando em seu objetivo fundamental a necessária superação da visão fragmentada de conhecimento, que pode viabilizar-se no currículo democrático, integrando as disciplinas para a compreensão da totalidade das relações sociais.

O trabalho proposto tem como objetivo refletir a atuação das gestões educacionais, prioritariamente na educação básica pública, na construção das suas formas de organização do currículo e do projeto político-pedagógico, propondo uma metodologia participativa e democrática, que envolva a articulação dos múltiplos atores sociais e agentes pedagógicos, a saber: educadores, discentes, funcionários e demais colaboradores da aprendizagem dentro da instituição, a comunidade ao seu entorno por meio de seus representantes eleitos democraticamente, fortalecimento dos conselhos escolares, construção coletiva do projeto político-pedagógico, movimentos sociais atuantes, consultoria de profissionais especializados, todos, engajados, em desenhar caminhos possíveis para uma atuação democrática, garantindo uma relação maior de pertencimento desses atores com o que é público, no intuito de combater o entreguismo das nossas instituições públicas educacionais, pois diante de ataques recorrentes, reafirmamos a bandeira: o que é público, não se vende!

Para o desenvolvimento da presente proposta de trabalho, a abordagem metodológica será mista (quali-quantitativa) para melhor observar e compreender suas realidades. O método proposto será o estudo de caso, pois, segundo, Ludke e André (1986 p.23-24) “[...] Ao retratar o cotidiano escolar em toda a sua riqueza, esse tipo de pesquisa oferece elementos preciosos para uma melhor compreensão do papel da escola e suas relações com outras instituições da sociedade”. Nesse sentido permitirá o estudo profundo de um ou mais objetos permitindo novas descobertas e desafios.

Serão ainda implementadas estratégias de investigação que dedicarão parte de sua atenção para busca de livros, revistas, teses, dissertações, periódicos, tanto no âmbito da Educação, quanto nas demais áreas das Ciências Sociais, investigando os estudantes, professores e os gestores da educação pública. Alguns dos métodos de pesquisa utilizados para capturar a realidade dos sujeitos serão a coleta de dados, através de questionários estruturados, entrevistas semiestruturadas aplicadas a grupos focais, que contarão com a adesão das diversas redes sociais presentes na esfera tecnológica, que inundam a realidade de toda comunidade escolar e que têm se consolidado diante das transformações trazidas pelas novas mídias, que emergem como importantes instrumentos de atuação social e política, capazes de viabilizar um sistema democrático mais participativo e conexional.

Servirá também de subsídio para reflexão, que fomentará a necessidade de pensar ações para construção de uma educação escolar crítica, considerando as características e

especificidades locais. Entendemos a gestão democrática no âmbito das redes públicas de ensino como fundamental nessa efetivação. As gestões educacionais através de seus núcleos, articuladas com as direções das escolas, professores, pais, alunos e demais membros da sociedade poderá propiciar um ambiente democrático e participativo na elaboração do projeto político-pedagógico, currículo e demais instrumentos educacionais.

2. O NEOLIBERALISMO A SERVIÇO DO DESMONTE DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

No transcorrer da história mais recente, notadamente durante o século XIX, o liberalismo econômico se espalhou para além da Europa e dos Estados Unidos, recaído também sobre países capitalistas periféricos. Seus princípios de liberdade e individualismo invadiram as estruturas socioeconômicas, políticas e culturais dos países, fazendo seus reflexos recaírem avassaladoramente na educação pública dos países pobres e emergentes. No século XXI, o modelo neoliberal, na condução do sistema econômico global, consolida-se, provocando outras ações de impactos determinantes na educação.

Mesquida (1994) infere que foi nos Estados Unidos, contudo, que as premissas essenciais do liberalismo, a liberdade e o individualismo, adentraram mais intensamente. Ainda conforme o autor é na sociedade norte-americana do último século que a liberdade, doravante a liberdade de mercado, e as ideologias individualistas alcançam sua mais proeminente expressão. Nesse sentido, a concepção de mundo "liberal" foi utilizada para justificar o expansionismo estadunidense e sua dilatada presença nos campos da vida cultural, social, política e econômica de outras nações, como o Brasil.

A ideologia neoliberal reduz o papel do Estado. Neste sentido, diminui sua capacidade de promover a defesa do indivíduo, garantindo condições de vida minimamente aceitáveis e com dignidade. A população deixa de ter direitos e passa a ser o único agente responsável por seu desenvolvimento e sucesso. Os cidadãos passam a expressar o ideário da individualidade, da racionalidade e do egoísmo, elementos basilares dos sistemas liberais.

Como afirma Bauman (2014): “[...] a recusa a participar do jogo nas novas regras globais é o crime a ser mais impiedosamente punido, crime que o poder do Estado, preso ao solo por sua própria soberania territorialmente definida, deve impedir-se de cometer e evitar a qualquer custo” (p. 231). Desse modo, o artifício de internacionalização do Estado Nacional se consolida cada vez mais e as forças das grandes empresas multi e transnacionais, configuraram disposições federativas de ordens política, social, cultural e econômica que influenciam grandemente na educação. Ao examinar os documentos das instituições

internacionais, por meio dos quais são estabelecidas as diretrizes para a educação, pode-se observar e afirmar que a educação passa a ser um instrumento político econômico.

Observou-se que o sistema educacional nacional foi influenciado por ocasião da utilização de diretrizes educacionais de ordem universal, razão pela qual a legitimidade da ação do Estado-nação foi alterada significativamente.

A liberdade defendida para a economia acontece entre os grandes monopólios, mantendo, assim, em evidência a luta entre capital e trabalho. No neoliberalismo, o Estado continua intervindo, conforme afirma Petra (1997) “a intervenção estatal não diminuiu: o que mudou na realidade, foi o tipo de direção e intervenção [...]. O livre mercado não era livre para o trabalho, e foi liberado para o capital através de decretos do governo” (Petras, 1997, p. 25-26).

Existe fundamentalmente a omissão do compromisso do estado ante as políticas públicas e sociais, ou seja, o Estado passa ter o papel de apenas regulador da economia e não de protagonista. Anderson (1995) conceitua o Neoliberalismo como um movimento ideológico, em escala verdadeiramente mundial, como o capitalismo jamais havia produzido no passado. Trata-se de um corpo de doutrina coerente, autoconsciente, militante, lucidamente decidido a transformar todo o mundo à sua imagem, em sua ambição estrutural e sua extensão internacional (ANDERSON, 1995, p. 22).

Segundo Gentili (1996), o neoliberalismo procura fazer com que seus pressupostos sejam dominantes propondo a privatização das instituições escolares, transferência do modelo de gestão empresarial para educação e uma profunda rearticulação curricular voltadas para as novas demandas do mercado. Os neoliberais argumentam que a gestão estatal é inoperante e que a intervenção do Estado limita o papel das escolas, impedindo sua dinamicidade. Nessa direção, para os neoliberais a improdutividade da escola é decorrente da crise de práticas pedagógicas dos seus profissionais, como também da questão administrativa das escolas. Com isso, os neoliberais reafirmam sua defesa na relação de produtores e consumidores, no qual a gestão escolar e professores vendem seu produto aos alunos que serão meramente consumidores, caracterizando a educação como mercadoria.

2. DEMOCRATIZAR A GESTÃO PARA EMANCIPAR OS SUJEITOS SOCIAIS

Fundamentamos nossa discussão ressaltando a noção de democracia, em que se avulta o papel das instituições como sítio da democratização do conhecimento. (ADORNO, 1995, p. 169) ilustra que a exigência de emancipação parece ser evidente nesta perspectiva. Desta forma a democracia descansa sobre a égide da formação das necessidades individuais

particulares, da mesma forma que se efetiva na promoção das eleições representativas. Para evitar um resultado irracional é preciso pressupor a aptidão e a coragem de cada um em se servir de seu próprio entendimento.

No tocante democracia, entendemos que a construção de uma sociedade em que as instituições de ensino sejam democratizadas demanda indivíduos que sejam emancipados, autônomos. O convite realizado por Adorno é importante, considerando o fato de pensarmos viver em um Estado democrático, existimos sob a guarda das decisões das minorias dominantes. Ou seja, uma falsa democracia, àquilo que chama de pseudodemocracia. Ainda conforme o autor, tal relação de expropriação se justifica da seguinte maneira:

A própria organização do mundo em que vivemos e a ideologia dominante (...) exerce uma pressão tão imensa sobre as pessoas que supera toda a educação. De um certo modo, emancipação significa o mesmo que conscientização, racionalidade⁵. Mas a realidade sempre é simultaneamente uma comprovação da realidade, e esta envolve continuamente um movimento de adaptação. A educação seria impotente e ideológica se ignorasse o objetivo de adaptação e não preparasse os homens para se orientarem no mundo. Porém ela seria igualmente questionável se ficasse nisto, produzindo nada além de well adjusted people, pessoas bem ajustadas, em consequência do que a situação existente se impõe precisamente no que tem de pior. Nestes termos, desde o início existe no conceito de educação para a consciência e para a racionalidade uma ambigüidade. Talvez não seja possível supera-la no existente, mas certamente não podemos nos desviar dela. (ADORNO, 1995, p. 143).

Atualmente alguns membros da sociedade em colapso buscam nos espaços educacionais a possibilidade de formar indivíduos com uma nova mentalidade, que vislumbrem e erijam novos caminhos capazes de conduzir à superação do sistema econômico dominante, que se utiliza do currículo como um instrumento importante na manutenção dos valores capitalistas na educação escolar. Será necessária à edificação de uma nova maneira de coordenar recursos materiais e humanos, valorizando a socialização dos conhecimentos historicamente construídos pela humanidade e uma educação de caráter transformador, pois conforme Saviani (2008), “educação é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens”.

Saviani (2008) diz ainda, que a especificidade da educação escolar se realiza na socialização do saber elaborado, sendo que para isso será necessário identificar os elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos, para que eles se tornem humanos e concomitantemente, para que realizem a descoberta de formas mais adequadas de

sobrevivência. Para atingir esse objetivo, entendemos o currículo e a construção democrática do projeto político-pedagógico como instrumentos importantes e fundamentais para realização dessa tarefa.

Segundo Paro (2008), muitos não acreditam na gestão democrática como algo possível, mas isso não significa dizer que seja irrealizável, é necessária a tomada de consciência, das condições e contradições concretas, presentes no interior da escola. Além dessa realidade crítica na escola descrita por Paro (2008) a proposta do presente trabalho aponta uma discussão para uma gestão democrática coordenada pelas gestões educacionais, visto que suas ações resultam em implicações diretas na realidade escolar, sendo um dos obstáculos desta gestão democrática a função atual do diretor, quando configura como maior autoridade no interior da escola, contexto esse mantido pelo próprio Estado:

A impotência do diretor para resolver os problemas da escola articula-se assim, com o papel de gerente que o Estado lhe reserva, contribuindo ambos esses aspectos para fortalecer os interesses dominantes com relação à educação escolar. A dimensão gerencial permite ao Estado um controle mais efetivo das múltiplas atividades que se realizam na escola, na medida em que se concentra na figura do diretor a responsabilidade última por tais atividades, fazendo-o representante dos interesses do Estado na instituição [...] desse modo, deixa de cumprir sua função transformadora de emancipação cultural das camadas dominadas da população, servindo aos interesses da conservação social (PARO, 2008, p.134 -135).

Para democratizar essa gestão os poderes do diretor devem ser distribuídos para possibilitar a divisão de tarefas e responsabilidades, pois é a partir dessa participação que todos serão envolvidos na construção dos projetos. Assim como destaco que as gestões educacionais podem concretizar seu papel de gestão democrática, na coordenação da educação nos sistemas de ensino e conseqüentemente contribuir para construção no âmbito das escolas de esferas democráticas.

Por tudo isso, o presente trabalho irá contribuir para uma reflexão/ação sobre o papel das gestões educacionais na consolidação da gestão democrática, implicando na sua relação com os demais agentes da educação nos sistemas de ensino, assim como no interior das escolas. A construção do currículo participativo e do projeto político-pedagógico poderá cumprir um compromisso providencial para a consolidação de um referencial teórico comprometido com a socialização do conhecimento historicamente produzido pela humanidade e com uma educação transformadora capaz de construir um espaço mais democrático e inclusivo, pois quando o currículo deixa de ser um receituário imposto pelo

governo e passa a ter uma grande participação democrática, conseqüentemente ele consegue ouvir vozes que nunca foram ouvidas.

3. PENSANDO EM UM PROJETO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA PARA À ESCOLA PÚBLICA

São diversos os questionamentos que apresentamos sobre o fenômeno educativo à procura de algumas respostas que nos auxiliem a resolver problemas complexos da nossa contemporaneidade, pois na era do conhecimento, como é admitida a nossa época, a educação é o principal sustentáculo da evolução das sociedades humanas e, como tal, tem um significativo papel na assistência e promoção de melhoria para a vida das pessoas, na diminuição das desigualdades e, por conseguinte, na inclusão social daqueles que se encontram às bordas dos processos de enriquecimento financeiro e distribuição de bens do nosso planeta. Duarte (2003) ao criticar as pedagogias do "Aprender a Aprender" e relacioná-las com o neoliberalismo coloca em questionamento as ilusões da sociedade do conhecimento e defende ao mesmo tempo a necessidade de socializar o conhecimento historicamente elaborado pela humanidade para a classe trabalhadora, como forma de contribuição para emancipação humana, apresentando para as gestões educacionais esse desafio.

Conforme Andrade (2001), a palavra portuguesa, gestão, em seu sentido original, vem do termo latino "gestio", que expressa à ação de dirigir, de administrar e de gerir a vida, os destinos, as capacidades das pessoas e as próprias coisas que lhes pertencem ou que delas fazem uso. Ainda de acordo o autor, uma parcela da sociedade compreende gestão como sendo funções burocráticas, destituídas de uma visão humanística, como ação voltada à orientação do planejamento, da distribuição de bens e da produção desses bens. Quando falamos em gestão é necessário compreender como ocorreu seu processo histórico, pois dessa forma entendemos a situação da administração escolar atualmente no Brasil. Na sociedade o Estado necessita do controle e regulação das suas ações, por conta disso a escola na condição de um aparelho de Estado reproduz as relações da exploração capitalista, segundo Althusser (1987):

É através da aprendizagem de alguns saberes práticos (savoir-faire) envolvidos na inculcação massiva da ideologia da classe dominante, que são em grande parte reproduzidas as relações de produção de uma formação social capitalista, isto é, as relações de explorados com exploradores e de exploradores com explorados (ALTHUSSER, 1987, p. 36).

Por consequência a administração escolar reproduz os valores desse Estado e está ligada a Teoria Geral da Administração, que conforme Hora (2002) se desenvolveu em três escolas no século XX: clássica, psicossocial e a contemporânea. A primeira tem o engenheiro norte-americano, Frederick Winslow Taylor, como o seu idealizador principal, com a criação da escola de Administração Científica, e o francês Henri Fayol, criador da Escola Clássica de administração. Na escola seguinte, a psicossocial se destacam a Administração Por Objetivos (APO), defendida por Peter Drucker, em 1954, com a célebre obra “A Prática da Administração das Empresas”. Ainda nessa escola, surgiu a Administração Estratégica, que trata de um processo interativo e contínuo, integrado ao ambiente de forma apropriada, numa manutenção da organização como um todo.

Finalmente, a terceira escola é marcada notadamente, tendo como um dos principais idealizadores o físico Fritjof Capra. Todavia, a administração escolar não está fora do contexto capitalista e sofre influências de suas ideologias e valores presentes no bojo dessa sociedade, de sorte que muitos administradores escolares confundem alunos, ora como clientes, ora como produtos e por consequência tratam a educação como mercadoria. É notória a influência destas escolas na administração escolar e nas ações das gestões educacionais, quando o gestor passa a exercer no âmbito do sistema de ensino o planejamento e controle da educação, assim como, ações do diretor no interior da escola.

A Constituição Federal de 1988, nossa Carta Magna, estabelece no seu artigo 206, que a forma de gestão da educação brasileira deve ser a democrática e participativa, como atesta o inciso VI do referido artigo: “gestão democrática do ensino público, na forma da lei”. Neste sentido, gestão democrática, por sua vez, envolve as atividades administrativas que lhes são inerentes, incorporando atribuições filosóficas e políticas, que dialoguem a partir da existência de uma dinâmica interativa entre ambas (LUCK, 2006).

Nessa perspectiva, a gestão escolar passa a ser concebida sob à luz de reconhecer a importância da participação de todos na organização e no planejamento do trabalho escolar, uma vez que o conceito de gestão está associado ao fortalecimento da democratização no processo pedagógico, garantindo a participação efetiva dos estudantes, funcionários, pais, professores, equipe gestora e comunidade local nas decisões da escola. A gestão participativa, construída coletiva e democraticamente na escola, certifica o direito de todos à educação, sustenta a escola como instituição e colabora para a superação do autoritarismo, do individualismo e das disparidades socioeconômicas, assegurando a construção da qualidade social essencial ao processo educativo. De acordo Oliveira (2012), a gestão democrática, aparece como elemento essencial do processo educativo:

A participação efetiva dos vários segmentos da comunidade escolar, pais, professores, estudantes e funcionários na organização, na construção e na avaliação dos projetos pedagógicos, na administração dos recursos da escola, enfim nos processos decisórios da escola (OLIVEIRA, 2012, p. 04).

Um dos grandes desafios da gestão democrática é vencer a entrave de afiançar o acesso e a permanência do aluno, com sucesso, bem como a qualidade dos serviços prestados por ela. Como ilustra Heloisa Luck, (2006, p. 99) “a gestão não deprecia a administração, mas supera as suas limitações de enfoque dicotomizado, simplificado e reduzido, para atender as exigências de uma realidade cada vez mais complexa e dinâmica”. Silva (2004) assegura que as pessoas podem se tornar emancipadas ou libertadas através de um processo pedagógico que permita às mesmas a conscientização do papel de controle e poder exercido pelas instituições e pelas estruturas sociais.

Partindo do juízo de que é muito complexo construir uma escola inclusiva no seio de uma sociedade que adotou a ideologia do desenvolvimento e acúmulo de riquezas, mas, onde fervem desigualdades, se aguça a precarização da juventude e multiplicam-se casos de exclusão, importa questionar até que ponto a escola, conjugando as heranças do passado com as mutações do presente e os avanços do futuro, poderá contribuir para apontar novos horizontes de atuação e possibilidades de transformação histórica. Tal emergência nos condiciona a repensar o compromisso social da escola e a pugnar para que o currículo e o projeto político-pedagógico, ali desenvolvido, se admita como um espaço coletivo de compromissos, uma incitação à participação, uma oportunidade de reflexão e uma forma de desenvolver fontes para uma verdadeira educação emancipatória, que os valores se assumam como eixos basilares de uma sociedade mais justa, mais solidária e mais democrática.

Com esses instrumentos, busca - se reforçar os dados obtidos com os questionários, pois, por meio dele é possível identificar a motivação dos entrevistados, conhecer suas satisfações e insatisfações, as percepções sobre determinadas situações, as aspirações, as expectativas, opiniões, crenças, valores etc. Portanto, a partir da pesquisa serão elaborados como principais produtos: materiais didáticos, instrumentais e documentais que objetivem a construção de uma metodologia participativa e colaborativa do currículo e do projeto político-pedagógico.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta de intervenção pensada neste artigo, considera que a educação é fundamentalmente o instrumento mais eficiente para a construção da emancipação humana.

Segundo Tonet (2005) será necessário a busca pela emancipação humana, pois ela vai além da cidadania e da emancipação política possibilitando uma sociabilidade na qual o homem seja realmente livre, reafirmando a perspectiva marxiana do abismo existente entre vida política e vida humana. Para tanto, é necessário assumir a educação escolar não mais como uma prática cúmplice do neoliberalismo econômico, mas, como uma poderosa aliada aos interesses sociais, políticos, econômicos e culturais do povo, ou seja, passa-se da concepção de sujeitos individualizados e isolados para o conceito de um sujeito social que edifica de maneira constante seu processo de emancipação durante seu percurso de vida.

Apesar da ocorrência de muitos estudos que debatam a questão da gestão democrática na educação, ainda é visível em grande parte Brasil, a ausência de um projeto curricular democrático, coordenado pelas gestões de educação escolar, capaz de construir caminhos que atendam demandas universais, assim como, as especificidades das diferentes localidades, além de suprir a carência de referenciais teóricos/metodológicos definidos e construídos coletivamente. Vale salientar a urgência pela imprescindível participação das gestões educacionais na proposição de uma construção participativa dos documentos, assim como a construção dos projetos políticos-pedagógicos, previstos na LDB e em demais documentos oficiais.

O reconhecimento das amarrações históricas entre teorias do currículo, transformações no cenário laboral, estrutura ideológica e grupos detentores do poder e da cultura dominante, constitui o primeiro pressuposto para caminharmos em direção à elaboração de propostas curriculares e a construção de instituições mais sensíveis aos apelos de emancipação das sociedades, garantindo a gestão democrática seu lugar de defesa das instituições públicas.

5. REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W. Educação e emancipação. São Paulo, Paz e Terra, 1995.

ALTHUSSER, L. Aparelhos Ideológicos de Estado. 3ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1987.

ANDERSON, P.(1995). Balanço do Neoliberalismo. In SADER, E; GENTILI, P. (Org.). Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

ANDRADE, Belisário H. C. L. Dicionário de Sinônimos da Língua Portuguesa. Ed. Elfez, [S.L.], 2001.

BAUMAN, Z. Modernidade líquida. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Ministério da Educação. Esplanada dos Ministérios. Brasília. Distrito Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 9394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: 1996.

DUARTE, Newton. Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões: quatro ensaios crítico-dialéticos em filosofia da educação. Campinas: Autores Associados, 2003.

GENTILI, Pablo. Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação. Petrópolis: Vozes, 1996

HORA, D. L. Gestão democrática da educação. 9. ed. Campinas: Papyrus, 2002.

LUCK, Heloísa. *Gestão educacional: uma questão paradigmática*. v. 1. Petrópolis: Vozes, 2006.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D.A. Pesquisa em educação, abordagens qualitativas de pesquisa e métodos de coletas de dados. In: _____. Pesquisa em educação: Abordagens qualitativas São Paulo: EPU, 1986. Caps. 2-3, p.11-44.

MESQUIDA, Peri. Hegemonia norte-americana e educação protestante no Brasil: um estudo de caso. Tradução de Celso Rodrigues Filho. Juiz de Fora: EDUFJF; São Bernardo do Campo: Editeo, 1994.

OLIVEIRA, J. F.; MORAES, K. N.; DOURADO, L. F. Gestão escolar democrática: definições, princípios e mecanismos de implementação, 2012.

PARO, V.H. Gestão democrática da escola pública. São Paulo: Ática, 2008.

PETRAS, J. (1997) Os fundamentos do neoliberalismo. In: RAMPINELLI, V. J.; OURIQUES, N. D. (Orgs.). No fio da navalha: critica das reformas neoliberais de FHC. São Paulo: Xamã, p. 15-38.

SAVIANI, Dermeval. Pedagogia histórico-crítica; primeiras aproximações 10ª ed. Campinas (SP): Autores Associados, 2008.

SILVA, T. T. da. Documentos da identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SANCHES, M. F. C. "(in)sustentável leveza" da liderança dos professores em contextos de mudança: contrastes entre idealidade e realidade. In:_____. (Org.). A escola como espaço social: leituras e olhares de professores e alunos. Porto: Porto Editora, 2009. p. 125-162.

TONET, Ivo. Revista Espaço Acadêmico, nº 44, janeiro de 2005, disponível em <http://www.espacoacademico.com.br/044/44ctonet.htm>, acesso em: 03.06.2018

COMPARAÇÃO ENTRE A REFORMA EDUCACIONAL MEXICANA (1920) E O MOVIMENTO DA ESCOLA-NOVA NO BRASIL (1934): A POSSIBILIDADE DO ENSINO DAS MULHERES - UMA APROXIMAÇÃO ENTRE A ATUAÇÃO DE GABRIELA MISTRAL E DE CECÍLIA MEIRELES.

Muriel Figueiredo da Costa

USP – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

1002

Resumo: Esta pesquisa faz parte de um trabalho de mestrado desenvolvido no Programa de pós-graduação em Integração da América Latina da USP. O presente artigo tem como objetivo estabelecer uma comparação entre a reforma educativa mexicana (1920) e o Manifesto dos pioneiros da Escola Nova no Brasil (1932), a partir de uma óptica feminista. Parte-se do fato de que estas reformas colocavam uma educação pública, gratuita e laica para todos, assim serão tomadas as participações de duas poetisas e educadoras que estiveram envolvidas em tais movimentos: Gabriela Mistral, no México e Cecília Meireles, no Brasil, de forma a observar as mudanças que a instrução traria para a condição da mulher da época em questão e conseqüentemente para a mulher atual.

Palavras-chave: Reformas educacionais, América-latina, literatura, feminismo, ensino-público.

Resumen: Esta investigación hace parte de un trabajo de maestría desarrollado en el Programa em pós-graduação em Integração da América Latina, de la USP. El presente artículo tiene como objetivo desarrollar una comparación entre la reformas educativa mejicana (1920) y el Manifesto dos Pioneiros da Escola-Nova en Brasil (1932), desde una mirada feminista. Se considera que estas reformas planteaban una enseñanza pública, gráti y laica para todos, así se analiza la participación de dos poetisas y professoras que estuvieron presentes en dichos movimientos: Gabriela Mistral, en Mejico y Cecília Meireles, em Brasil. Así, se espera observar los cambios que la instrucción trajo para las mujeres de la época de la presente investigación y para las mujeres de la actualidad.

Palabras clave: Reformas educativas, Latinoamérica, Literatura, Feminismo, Enseñanza pública.

Introdução:

No final do século XIX, tanto o Brasil quanto o México possuíam sistemas de ensino quase inacessíveis para a população mais pobre. Segundo Paschoal Lemme (2007), no artigo “O manifesto dos pioneiros da Escola Nova e suas repercussões na realidade educacional brasileira”, nesta época apenas 16% da população sabia ler. As poucas escolas públicas existentes nas cidades eram frequentadas pelos filhos das famílias de classe média, sendo a maioria das escolas para o ensino básico particulares e ligadas à entidades religiosas. Já as famílias mais abastadas economicamente, contratavam professores particulares para o ensino

de seus filhos. Geralmente esses professores eram estrangeiros e traziam um parâmetro cultural pertencente ao paradigma europeu. No âmbito rural, haviam poucas escolas, sendo o ensino destas muito precário e seus professores raramente apresentavam formação na área.

Com o processo de modernização, o fluxo de pessoas e o diálogo com a Europa, a América Latina passou a receber a influencia de diversas correntes artísticas e ideológicas como as vanguardas artísticas, o feminismo, anarquismo e socialismo. Estes movimentos rompiam com muitos dos paradigmas estabelecidos como normais durante muito tempo, consequência das mudanças sociais ocasionadas pela Revolução industrial e Primeira Guerra. Para Gloria Bonilla Vélez(2007), no artigo “La lucha de las mujeres en América Latina, feminismo, ciudadanía y derechos”; o processo de modernização trouxe rapidamente as reivindicações dos movimentos feministas para a América-Latina. O crescimento rápido da economia, a ocupação feminina nos postos de trabalho das fábricas e a migração europeia foram fatores decisivos para o desenvolvimento desse movimento. Para a autora, o anarquismo e socialismo tiveram especial importância para o fortalecimento desses ideais por mulhereslatino-americanas. Embora o socialismo estivesse mais sensível à luta da classe trabalhadora e seus direitos, o anarquismo feminista criticava as instituições como governo, família e religião, colocando um espaço libertário para que a mulher se sentisse mais à vontade para atuar fora destes círculos. Círculos nos quais durante muito tempo a mulher não pôde atuar fora deles;

Aunque el programa socialista apuntaba a lograr resultados más tangibles que el anarquismo, carecía de radicalismo feminista ardiente que había formado parte de la militancia del anarquismo. Más importante aún es que su tendencia a derivar la opresión de las mujeres primariamente del capitalismo, o a verla como mediada por las prácticas discriminatorias del estado, los socialistas no desarrollaron, como los anarquistas, una crítica radical de la familia, el machismo y al autoritarismo. Tampoco la sexualidad ocupó un lugar importante dentro del discurso feminista socialista. (VELÉZ, 2007, pg. 46)

É certo que no período da reforma educativa no México dos anos 1920 as mulheres ainda não possuíam direitos como o voto, ou seja, não eram consideradas cidadãs. No entanto, a Revolução mexicana havia trazido muitas rupturas em diversos sentidos. Segundo Cano (1996), antes mesmo que fosse instaurada a reforma educacional mexicana, alguns governantes mexicanos já faziam mudanças em relação ao ensino das mulheres, como uma forma de modernizar a nação, combatendo a igreja católica e facilitando a entrada do liberalismo econômico;

El feminismo adquirió una relevancia política que nunca antes había tenido durante el mandato de Salvador Alvarado en Yucatán (1915- 1918), gobernador y comandante militar del mencionado estado, impuesto por las fuerzas del constitucionalismo. Radical en su anticlericalismo, Alvarado se interesaba por el feminismo en tanto éste podía contribuir a combatir la influencia de la iglesia

católica en la sociedad, que constituía el mayor obstáculo para el progreso, según el pensamiento liberal. Así el gobierno de Salvador Alvarado buscó impartir una educación laica y racional a las mujeres yucatecas, en su mayoría campesinas indígenas, y favoreció la creación de empleos que permitieran a las mujeres ejercer sus responsabilidades domésticas como esposas y madres, pero que al mismo tiempo, les permitieran tener un salario propio. La incorporación de las mujeres a la modernización económica estaba contemplada en el proyecto feminista de Alvarado, no así su participación en la democracia política como ciudadanas. Lo central era lograr que las mujeres ejercieran su influencia como madres, esposas y maestras a favor del estado laico y no en beneficio del clero.(CANO, 2006, pg.349)

A partir do fragmento em destaque, é possível concluir que a reforma educacional mexicana tinha uma intenção no sentido de acelerar processos econômicos almejados. É possível interpretar que o discurso católico havia sido retirado para que o discurso do regime pudesse influenciar, sem embates com outro, a mente daquelas que seriam participantes dessa ordem. Assim, a participação das mulheres na sociedade passa a ser vista como um fator benéfico enquanto estratégia política e não por uma questão de sensibilização do patriarcado frente às reivindicações femininas. Além disso, faz-se evidente que outros elementos morais tidos como pilares durante a educação católica, seguiram representando um lugar central para a mulher, como por exemplo, a estrutura da família tradicional e casamento mesmo dentro de uma reorganização social. Para Campos (2010), em “Família e escola: um olhar histórico sobre as origens dessa relação no contexto educacional brasileiro”, tendo em vista a estrutura familiar tradicional na nossa sociedade brasileira, ela passou a ser uma importante aliada no que diz respeito às mudanças sociais que a Escola Nova pretendia trazer. Por exemplo, nas medidas de higienização e conscientização da população. Considerava-se que as crianças do primário poderiam assimilar de modo muito mais fácil as medidas de prevenção e conseqüentemente levá-las ao âmbito doméstico. Por outro lado, é possível pensar que os papéis sociais em relação à família, estivessem tão rígidos que a conscientização da independência feminina no âmbito educativo poderia ter encontrado a própria estrutura familiar como um obstáculo, ao deparar-se com pessoas cuja mentalidades não aceitavam a autonomia da mulher e sua independência na sociedade;

Com a transferência da educação familiar para a escolar, os discursos educacionais se aplicaram e progressivamente novas temáticas e políticas foram adotadas. A família perdeu a sua função de educar, mas, com as ideias de uma escola e uma pedagogia renovadas, a família reapareceu com o intuito de colaborar com a educação dos filhos. Para que realmente o lema de “instruir e civilizar” por meio da educação se efetivasse, a família não poderia ficar isolada do processo educativo. Foi por intermédio do movimento escolanovista e higienista que a aproximação da escola com a família se destacou.(CAMPOS, 2010, pg. 4)

Nesse sentido, há que considerar que estas mudanças levaram anos para que pudessem começar a acontecer, dado o processo e tempo entre os ideais lançados e a concretização deles na prática.

As reformas educacionais no Brasil e no México: educação pública, gratuita e laica - uma relação com os direitos das mulheres:

De encontro ao movimento feminista que atualmente é plural e repleto de reivindicações, atribui-se relevância ao corpo do movimento e não somente às mulheres que assumiram destaque dentro da história. Sabe-se que houveram aquelas que desempenharam papéis importantes e algumas delas são citadas neste trabalho, no entanto entende-se que além da dominação, houve um apagamento do papel da mulher na sociedade como um todo. Sendo assim, entende-se que as personalidades femininas presentes neste trabalho não são mais importantes do que todas as mulheres que resistiram à dominação patriarcal ao longo da história. Considera-se que ao tomar a sociedade como um corpo, o próprio fato de atribuir um pioneirismo e destaque à um nome de mulher pode ser considerado um mecanismo patriarcal já que sempre houve as que lutaram contra essa dominação e não são lembradas. No entanto, com o fim de observar um fenômeno de momento histórico específico, é atribuída relevância à análise das obras das poetisas aqui presentes.

Antes do manifesto da Escola Nova e da reforma educativa mexicana de 1920, a mulher tinha um papel voltado ao âmbito exclusivamente familiar. As poucas funções que as mulheres exerciam estavam relacionadas com as suas “aptidões” naturais, segundo a visão da época. Os ofícios ensinados às mulheres geralmente eram os de costureira e nos afazeres do lar. Os homens por sua vez saíam da escola básica com formação para trabalhar em diversos ofícios diferentes, além do fato de terem livre acesso ao Ensino Superior, considerando as possibilidades econômicas de acesso de cada classe. De acordo com Manoel (1988), citado por Almeida(1998), não havia interesse em instruir a mulher, para que ela seguisse confinada à servidão doméstica

Educar essas jovens significa ensinar corte e costura, pois ler e escrever pouco lhes valeriam no futuro. Isso era o que, costumeiramente, se veiculava nessas camadas sociais. Para elas bastaria a assinatura do nome e um pouco de leitura do missal, considerando-se perda de tempo que as meninas se dedicassem a aprender coisas que lhes poderiam ser prejudiciais e descuidassem do que era realmente importante, como cuidar da casa e dos filhos. As filhas de classe dominante recebiam um tipo de instrução semelhante, com o destaque de que às prendas domésticas eram acrescentadas de uma certa instrução artística, uma leve cultura literária e as normas de etiqueta essenciais para o convívio social(MANOEL;ALMEIDA, 1998, pg.36,)

O próprio ofício de professora que havia sido uma conquista para as mulheres da época, por certo tempo foi visto como uma profissão propícia para as mulheres, pois estas eram consideradas dóceis e tinham a questão da maternidade latente. Segundo Almeida, ele foi revestido de um discurso patriarcal de docilidade e paciência femininas, como uma forma de mantê-las no lugar social que o patriarcalismo almejava. Na época anterior às reformas educativas, para que uma mulher pudesse estudar no Brasil ela precisava no ato da matrícula da autorização do pai ou do marido. Nessa lógica, nem todas as mulheres podiam lecionar já que dependiam de autorização de outro homem. As mulheres que logravam ter essa autorização, para lecionar e assumir funções do ofício, precisavam comprometer-se com obrigações perante a sociedade como o celibato e não frequentar ambientes considerados impuros e com condutas consideradas fora do correto para a norma vigente.

No início do século XX, as professoras já eram maioria em comparação à quantidade de homens no ramo, apesar de haver demanda delas no mercado, seus salários eram baixos e a profissão era carregada de atributos morais como amor à profissão, sacerdócio, dever sagrado, entre outros elementos. Ainda que houvesse um interesse grande da sociedade em manter a mulher seguindo determinadas condutas sociais e presa ao âmbito familiar, se fizeram urgentes as reformas educacionais, pelas mudanças que acompanhavam a modernização e as novas tendências econômicas provenientes da Revolução Industrial. Com os movimentos feministas, as mulheres passaram a ter mais voz e denunciar aspectos antes tidos como normais. Entre as reivindicações encontrava-se o acesso à instrução e direitos iguais entre os gêneros.

As duas reformas educacionais nas nações do presente estudo tinham claras as seguintes pautas: a universalização da escola pública, a gratuidade e laicidade do ensino que seriam instituídas no Brasil com a Escola Nova e no México, com a Revolução mexicana. A Reforma educacional mexicana, teria sido idealizada por Vasconcelos do ponto de vista da política que esteve presente nas reformas da educação básica e da universidade mexicana. Segundo Skirius, em seus ideais de nação e América Latina, Vasconcelos considerava que havia uma cultura comum e aspectos compartilhados na América-latina, como a história por exemplo, possibilitando uma unidade entre as nações que diminuísse as fronteiras econômicas e problemas de cidadania local. O Brasil estaria incluído nessa ideia de América Latina concebida por Vasconcelos, sendo os Estados Unidos representante de outro modelo de nação e sistema “diferentes” da unidade pensada por ele; *Nosotros queremos la unión de los pueblos ibéricos, sin excluir a España y comprendiendo expresamente al Brasil, y tenemos que excluir a los Estados Unidos, no por odio, sino porque ellos representan otra expresión de la historia*

humana.(VASCONCELOS ; SKIRIUS, 1982, pg.4).

Para o autor, Vasconcelos queria trazer uma educação no país que diminuísse as desigualdades sociais e inspirada nos ideias da Revolução mexicana. Os esforços concentravam-se em priorizar a educação nos níveis iniciais, mesmo que a reforma tivera sido estendida até a universidade mexicana. Além disso, se faz claro um projeto latino-americano que tinha entre outros elementos uma cultura comum e unidade que possibilitaria fortalecer as nações.

Dentro das medidas adotadas na Reforma Educativa mexicana havia como meta erradicar o analfabetismo e levar a educação às camadas mais pobres como forma de que estas tivessem meios econômicos. Segundo Skirius(1982), nesta época na escola normal mexicana havia sido instaurado o ensino de educação física para as mulheres, algo disponível somente para os homens até então. Assim, a disciplina viria à tona juntamente com o momento dos ideais nacionalistas, onde o esporte seria um ambiente propício para o desenvolvimento do coletivo, de cooperação, respeito, entre outros valores. No entanto, para González (2009), no artigo “Construcción de la nación y géneros desde el cuerpo” o ensino de educação física para as mulheres ao mesmo tempo em que trazia mudanças, também poderia ter a finalidade de educar os corpos, garantindo as especificações de cada gênero. Para a autora, prevalecia o discurso de “dever ser” de cada sexo, principalmente em relação ao uso biológico do corpo que ocupava um lugar central na diferenciação e desigualdade entre os gêneros. Ressaltando os valores intrínsecos da mulher como a maternidade e a sua capacidade de alimentar a família. Esses valores eram presentes principalmente nas propagandas direcionadas às mulheres camponesas, já as propagandas direcionadas às mulheres da cidade, tinham um direcionamento mais libertário no sentido da sensualidade que acompanhava o uso dos novos trajes de educação física. Junto a isso, segundo a autora, constavam ideais de inocência presentes nos novos trajes, que trariam maior liberdade às mulheres nos seus movimentos, marcando o desenho de seus corpos. Haveria assim a definição de um ideal de beleza e feminilidade, juntamente com atributos morais.

As propagandas dessa nova tendência não se dirigiam somente às mulheres, mas também aos homens, estes recebiam cargas morais como a força e agilidade.

No ensino das cidades, também eram oferecidas formações técnica para homens e mulheres; Había cursos nocturnos para mujeres trabajadoras en costura, cocina, encuadernación, taquigrafia y mecanografía (Skirius, pg. 5). Estes cursos noturnos seriam idealizados para mulheres trabalhadoras, que desempenhavam funções diurnas como o trabalho em fábricas e cuidavam dos filhos.

O ingresso das mulheres na educação superior no México foi um longo processo que se iniciou em 1887 com a primeira médica mexicana (Galeana de Valadés). Outras poucas iriam conseguir receber a formação superior nesse período, pois haviam muitos desafios até serem aceitas na universidade e conseguir ter seus diplomas reconhecidos no mercado de trabalho.

Tanto no Brasil quanto no México, estas reformas incluíam a participação da mulher no direito ao ensino e em sua participação na sociedade, mas não pontuavam políticas específicas nesse trajeto. No Brasil, ainda que em 1881 foi instaurado um decreto Imperial que facultava à mulher a matrícula em curso superior, este era totalmente restrito. Os cursos secundários eram caros e voltados à educação masculina. Dessa maneira, no final do século XIX e início do século XX a mulher estaria excluída do ensino superior também pelo fato de que haviam poucas escolas secundárias femininas.

O Manifesto dos pioneiros da Escola Nova resultou de uma solicitação do Governo de Getúlio Vargas aos educadores reunidos na IV Conferência Nacional de Educação para que eles fornecessem as bases da política educacional da Revolução de 30. Neste sentido, havia sido instaurada a educação pública como fator base de uma nova sociedade e ao mesmo tempo unificadora. Cecília Meireles, uma das três mulheres que participaram deste manifesto, também era jornalista e escreveu para a coluna de Educação do Jornal do Rio de Janeiro, exercendo influencia em termos midiáticos sobre seu parecer educacional.

Segundo Lemme (1997), a Conferência com os educadores, realizada com o intuito de estabelecer os novos parâmetros da Escola Nova no Brasil teve sérias divergências entre seus participantes. Para o autor, constava uma ideia de educação integral do indivíduo, respeitando a personalidade de cada um mas lembrando os deveres sociais humanos. A educação não deveria priorizar nenhuma classe social e caberia ao Estado assegurar essa educação pública. Também constava no manifesto o fato de que a educação e ensino deveriam obedecer a planos e sistemas, onde os educandos poderiam ascender das escolas primárias até o ensino superior, e nunca em razão de suas condições econômicas. Os professores, por sua vez deveriam receber uma boa formação e remuneração digna para que pudessem seguir desempenhando as suas funções e seu ofício.

As reivindicações do manifesto da Escola Nova foram adotadas como as diretrizes de uma reforma educacional no Brasil. Porém, muitas destas aspirações ainda hoje não chegaram à prática. Segundo Beltrão e Alves(2009), citado por Pereira e Favaro (2013) no período chamado “Pacto Populista, de 1945 à 1964, surgiram grupos de pressão popular que pediam a democratização do ensino. Somente na LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

Nacional, de 1961, Lei nº 4.024/61, é que foi garantida equivalência de todos os cursos de grau médio, abrindo a possibilidade para as mulheres que faziam magistério disputar os vestibulares.

Com a Escola Nova, o âmbito da educação havia sido aberto para as mulheres e muitas alcançaram a instrução. No entanto, algumas autoras questionam a real transformação que estas mudanças trouxeram para a nossa realidade. De acordo com Azevedo e Ferreira (2006), os autores argumentam que estas mudanças viriam à tona para assegurar o papel da mulher dentro da estrutura familiar e conseqüentemente a sua submissão ao patriarcado. Para o autor a modernização não mudou a desigualdade entre gêneros e nem contribuiu para a emancipação da mulher em relação à dependência em diversos sentidos para com os homens: mental, emocional e econômica.

Durante muito tempo, o matrimônio representava uma espécie de servidão para a mulher pelo fato de que os códigos civis impediam que ela tivesse independia, sendo necessária a autorização prévia do marido para qualquer ação. Ao ter acesso à educação esse quadro muda e seriam necessárias outras mudanças sociais que permitam um real acesso à igualdade de direitos entre os sexos como por exemplo a igualdade dos salários, a mesma possibilidade de cargos trabalhistas que os homens, a liberdade de escolha de cada mulher sobre o seu corpo como o direito ao aborto, bem como licenças específicas levando em conta que a mulher tem o direito de ser mãe e pode exercer esta escolha sem abrir mão da sua vida social.

Aproximação entre a atuação de Gabriela Mistral e Cecília Meireles nas reformas educativas- autoras como porta-vozes de mudanças:

Frente ao panorama mencionado não é certo afirmar que as mulheres sempre estiveram em uma postura passiva, ao longo da história houveram aquelas que representaram resistências ao patriarcado e que desenvolveram pensamentos e atitudes como afrontas à dominação. No livro “História de las mujeres” en México”(2015), organizado pela Secretaría de Educación Pública mexicana, revela-se uma historiografia cujo relato é repleto de nomes de mulheres que foram guerrilheiras, empresárias, intelectuais, enfermeiras, entre outras, que participaram ativamente da sociedade, desde os tempos da colônia até a atualidade e que representam símbolos de resistência. Como é o caso da poetisa mexicana Laureana Wright de Kleinhas, (1846 – 1896), precursora de outras mulheres que vieram atuar nas reformas educativas posteriormente. Kleinhas defendia que somente seria possível romper com a

submissão feminina através da instrução escolar e da emancipação do pensamento feminino. Esta autora teria sido fundadora da revista “Violetas de Anáhuac”, juntamente com Mateana Murguía de Aveleyra (1889), periódico destinado à mulheres mexicanas. Segundo Carballido, em *Historia de las mujeres em México* (2005) a revista tinha o intento de trazer à memória doze mulheres mexicanas que haviam sido cruciais em seus feitos, entre elas Sor Juana de la Cruz. A revista tratava de temas como história do México, a imprensa mexicana, a educação de mulheres e religião. A revista fundada por estas escritoras já abordava a questão da desigualdade de salários entre os sexos, consta a seguinte citação de Murguía por Caballido; Por una dispocisión que no nos atrevemos a cualificar, los profesores disfrutaban de \$60 y las professoras solo perciben 45!, y aunque los \$60 no son tampoco suficientes para atender a los gastos de una familia...(MURGUÍA, 1887, pg.17)

Além dela, outras mulheres como Gabriela Mistral(1889-1957) e Cecília Meireles(1901-1964) participaram dos movimentos de reformas educacionais e reivindicavam um ensino para toda a população. Gabriela Mistral, foi professora, cônsul e escritora chilena. Sua obra literária é extensa, escrevendo poemas em sua maioria, mas também prosas e artigos jornalísticos. Mistral atuou na reforma educacional mexicana convidada por José de Vasconcelos. Neste contexto a autora elaborou o livro “Lecturas para mujeres”(1924), para a educação de mulheres mexicanas sobre literatura, neste Mistral manifesta a sua intenção em apresentar conhecimentos literários e da cultura em geral para as mulheres cuja obra era destinada. Além disso podemos citar o artigo “La instrucción de la mujer”(1906) publicado no jornal “La voz de Elqui: periódico radical”. Neste último a autora defende os direitos femininos por uma educação, ele foi bastante criticado em sua época, considerado antirreligioso e revolucionário;

Instruir a la mujer es hacerla digna y levantarla. Abrirle un campo más vasto de porvenir, es arrancar a la degradación muchas de sus víctimas. Es preciso que la mujer deje de ser mendiga de protección; y pueda vivir sin que tenga que sacrificar su felicidad con uno de los repugnantes matrimonios modernos; o su virtud con la venta indigna de su honra (MISTRAL, 1906)¹

Embora em “Lecturas para mujeres” a autora faça diversas menções à mulher como mãe como um dos aspectos que ela considerava mais bonitos dentro do âmbito feminino, no ultimo fragmento em destaque é possível observar que a autora manifesta a defesa de uma instrução que propiciasse à mulher escolher a sua condição e estado civil. Gabriela Mistral também foi a primeira Cônsul chilena. Cargo que lhe foi outorgado por lei e de caráter vitalício em 1932. Sua primeira designação foi em Itália, mas Mistral havia se

declarado antifacista e Mussolini tampouco aceitou uma mulher diplomata ¹. Dessa forma, Mistral precisou esperar outro momento para exercer o seu cargo.

No contexto do Brasil, Cecília Meirelles participou de forma secundária do momento de reivindicação dos direitos femininos pela instrução. Professora, poetisa e pintora brasileira esteve presente no manifesto dos pioneiros da Escola Nova juntamente com Noemi da Silveira e Armanda Álvaro Alberto, únicas mulheres presentes neste movimento, o qual defendia uma educação laica e acessível para toda a população. Neste mesmo ano (1932), a mulher obteve o direito ao voto no Brasil, sendo portanto um momento decisivo para mudanças nos direitos das mulheres na sociedade.

Apesar de que estas reformas educacionais tenham suas críticas no tocante às mulheres e a impossibilidade da transformação que todavia não ocorreu de fato, pois existem muitas desigualdades presentes em nossa sociedade e direitos por conquistar, estas reformas também trouxeram mudanças. Tanto a reforma educacional brasileira, quanto a reforma educacional mexicana apresentaram muitos avanços no sentido de abrir horizontes para as mulheres no caminho para a emancipação através do estudo, ainda que não tenham sido revolucionárias em termos de incluir a mulher nos programas de formação superior, elas proporcionaram os meios para a luta rumo à formação superior futuramente, ampliando os paradigmas da época. Mostra-se essencial a presença de autoras que defendessem a instrução da mulher e trazendo situações fora do contexto familiar, em uma época onde recém havia sido instaurado o voto feminino no Brasil (1933) e no México, as mulheres ainda sequer eram consideradas cidadãs. Ao considerar o fato de que a maior parte das publicações da imprensa eram escritas por homens, a manifestação de porta-vozes mulheres como Mistral e Meireles e seus pontos de vista como o direito à educação e a expressão artística, através da poesia, pintura, música, participação nas políticas educacionais, abriram caminhos para outras mulheres. Para Almeida, a mídia redigida por homens representava um discurso gerado por homens para as mulheres, tentando manipular os valores femininos de acordo com o que lhes era mais conveniente.

Neste sentido, é possível citar o fato de que apesar de Meireles teve grande participação no movimento da Escola Nova brasileira e apresentar uma produção artística e trabalhos como jornalista e educadora notáveis, ela foi uma mulher branca. Já Mistral declarou-se como mestiça indígena após ter contato com a questão indígena no México. Estes elementos mostram que talvez no período histórico em questão, de início da participação das mulheres em diversos âmbitos, a atenção que foi dada à algumas poucas mulheres foi dirigida à aquelas consideradas brancas. A participação e legado destas não tem menos importância,

mas é um elemento que deve ser observado já que atualmente a luta feminista é plural e se ramifica em diversos pontos: a luta das feministas negras, das feministas indígenas e assim por diante, havendo especificidades nas conquistas almejadas por cada uma destas.

Dessa maneira, a reforma educativa mexicana, bem como a Escola Nova, não possibilitou o acesso à educação superior para grande parte da população das mulheres, mas abriu horizontes para muitas que sequer viam o acesso à alfabetização e instaurou a educação laica, fator fundamental que a longo prazo possibilitaria o ímpeto de romper com pensamentos morais sobre o dever da mulher em relação à casa e a família. Essas cargas morais ainda hoje permanecem, porém, há uma discussão presente sobre ela e suas consequências em nossa sociedade. Conforme coloca Chauí (1984) em um artigo sobre o aborto e as diversas naturezas de dificuldades que as mulheres encontram-se em uma situação como essa, a autora cita o caso da carga ideológica colocada sobre as mulheres através do cristianismo e sociedade patriarcal. A culpa não é algo que se possa retirar subitamente, mas o fato de observá-la presente já é um caminho rumo à emancipação.

A presença de mulheres na literatura, política, meios midiáticos que reivindicam a igualdade de direitos, tem crescido nos últimos tempos. Porém ainda existe uma desigualdade abismal que já foi mencionada entre homens e mulheres em diversos âmbitos. Além disso, as estruturas da família, da igreja e governo teriam sido e ainda são veículos de propaganda de uma ideologia de dominação, tendo como base a força física e também fortes aliados morais dentro de interesses do patriarcado. Assim, cabe às mulheres reivindicarem seus espaços e direitos, já que é sabido que a sociedade patriarcal não irá proporcionar estes espaços sem um preço alto a pagar.

Referências bibliográficas:

ALMEIDA, J; Imagens de mulher: A imprensa educacional e feminina nas primeiras décadas do século. Estudos de pedagogia.v 191, p 31-41. Brasília. Jan. 1998. Disponível em: <<<http://rbep.inep.gov.br/index.php/rbep/article/view/1041>>> - acesso no dia 26/12/2017.

AZEVEDO, N. & FERREIRA, L; Modernizações, políticas públicas e sistema de gênero no Brasil: educação e profissionalização de gênero no Brasil: Educação e profissionalização feminina entre as décadas de 1920 e 1940. Cadernos Pagu [online]. 2006, n.27, pp 213-254.: Disponível em: <<<http://www.scielo.br/pd/%0D/cpa/n27/32143.pdf>>> - acesso no dia 25/12/2017

CAMPOS, A ; Família e escola: Um olhar histórico sobre as origens dessa relação no contexto educacional brasileiro. : Disponível em: <<<https://ufsj.edu.br/portal2->

repositorio/File/vertentes/v.%2019%20n.%202/Alexandra_Campos.pdf>> .Acesso no dia 26-12-2017.

CANO, G; Más de um siglo de feminismo em México. Sujetos e identidades, Debate feminista, vol 14, 1996. 345-360. Disponível em: <<<https://mail.google.com/mail/u/0/#inbox/1608de3711b86ae4?projector=1>>>. Acesso no dia 26-12

CHAUÍ M; Lua Nova Revista de cultura e política. vol.1 nº.1 São Paulo, junho de 1984. Acesso no dia 30/05/18. Disponível em:<<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451984000100009>>

CHAVEZ, D; La reforma educativa y la autonomía universitária (1920-1940). Programa de Cómputo para la Enseñanza: Cultura y Vida Cotidiana: 1920-1940. 2012. Disponível em: <<http://portalacademico.cch.unam.mx/materiales/prof/matdidac/sitpro/hist/mex/mex2/HMII Cultura_Vida/ReformaEducativa.pdf>> Acesso no dia 23/08/2017.

DA CUNHA, M. C.; DE SOUZA, A.V; Cecilia Meirelles e o temário da escola nova. Scielo, Cadernos de pesquisa. São Paulo, vol 41, nº 144, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742011000300011> . Acesso no dia 22/08/2017

DALLOZ. J. A. “Feminismo e gênero na prosa de Gabriela Mistral”; Dissertação (Doutorado). Universidade de São Paulo. São Paulo. 2000. [Orientadora: professora Doutora Maria Lidia E. Mehme Echevarría.]

GONZÁLEZ, M; Construcción de la nación y el género desde el cuerpo. La educación física en el México posrevolucionário. Dissertação de mestrado. Colegio de San Luis de Potosí, México. Julho 2006. Disponível em:<<<http://desacatos.ciesas.edu.mx/index.php/Desacatos/article/view/411/286>>> - acesso no dia 26/12/2017

IBARRA P, I; Sobre algunas interpretaciones feministas de la Mistral. Crítica .Cl. Santiago. Chile. 2011. Disponível em: <<<http://critica.cl/literatura/sobre-algunas-interpretaciones-feministas-de-la-mistral-2>>>: acesso dia 20/09/15

JAIVEN, A. et al; Instituto Nacional de Estudios históricos de las revoluciones en Mexico. Secretaria de la educación pública. Mexico 2015. Disponível em:<<<http://www.inehrm.gob.mx/work/models/inehrm/Resource/1484/1/images/HistMujeresMexico.pdf>>>- acesso no dia 26/12/2017.

LEMME, P; O manifesto dos pioneiros da escola nova e suas repercussões na realidade educacional brasileira. Revista Bras. Estudos de pedagogia. V65, n150, pg 255-272.Rio de Janeiro, 1997. Disponível em: <<<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/104392>>>acesso no dia 26-12> acesso no dia 25/12/2017.

MACHADO & TERUYA. O manifesto de 1932 e as repercussões na formação de professores da rede pública de ensino. UEM. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada7/_GT2%20PDF/O%20M

ANIFESTO%20DE%201932%20E%20AS%20REPERCUSS%D5ES%20NA%20FORMA%20C7%C3O%20DE.pdf >– acesso no dia 26-12-2017

MEIRELES, C; Viagem. Edição em pdf. Março de 2006. Disponível em: <<www.ebooksbrasil.org/adobeebook/viagem.pdf >> acesso no dia 05/01/2018

MISTRAL, G. Lecturas para mujeres. Destinada a la enseñanza del lenguaje. México. 1924. Disponível em: <http://www.memoriachilena.cl/archivos2/pdfs/MC0003267.pdf> acesso no dia 23/08/2017

MISTRAL,G.; La Voz de Elqui: periódico radical. Vicuña. 1906: Disponível em: <<http://www.dibam.cl/614/articles-49052_archivo_01.pdf>> Acesso no dia 26/12/2017

NAVAS, E; Lectura para mujeres de los años veinte. Sociológica ano 2015. número 44. Pg 181-198. Setembro, dezembro de 2000. Disponível em: <<http://www.revistasociologica.com.mx/pdf/4408.pdf>>. Acesso no dia 23/09/15

MUNNICH, S; “Soberbiamente transgressora”. Santiago, Chile. Editora LOM. 2005. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=6uld6t86PzsC&pg=PA15&lpg=PA15&dq=gabriela+mistral+prosa+indigenista&source=bl&ots=81ldjZsgRJ&sig=cCPqjrYFzTt8fnewjLu0RNalpWY&hl=pt-BR&sa=X&ved=0CB4Q6AEwAGoVChMIrqK49ZCGyAIVxouQCh1vUQwU#v=onepage&q=gabriela%20mistral%20prosa%20indigenista&f=false>>. Acesso no dia 20/09/15

OLIVEIRA, A; Figuras femininas na poesia de Cecília Meireles. (Unesp Assis). Disponível em: <<http://www.uesc.br/seminariomulher/anais/PDF/ANA%20MARIA%20DOMINGUES%20DE%20OLIVEIRA.pdf>> . Acesso no dia 05/08/2017.

PEREIRA, A. & FAVARO N; História da mulher no ensino superior e suas condições atuais de acesso a permanência. EDUCERE: XI Congresso Nacional de Educação. Disponível em: <<http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/26207_12709.pdf>> acesso no dia 28/12/2016

SKIRUS, J; “Vasconcelos: de la Revolución a la educación. Revista de la Universidad de México. Unam. Vol 38, num 18, México, outubro de 1982. Disponível em http://www.revistadelauniversidad.unam.mx/ojs_rum/files/journals/1/articles/11559/public/11559-16957-1-PB.pdf >> Acesso no dia 27/12/2017.

VÉLEZ, G; La lucha de las mujeres en América Latina: Feminismo, ciudadanía y derechos. Revista Palabra. Agosto 2007. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/2979331.pdf>>– acesso no dia 25-12/2017.

O PENSAMENTO COMPUTACIONAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA: POTENCIALIDADES PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

Nyara Cardoso Silva
Universidade Federal do Pará

Resumo: O conceito de Pensamento Computacional, originário de estudos em Ciência da Computação, vem sendo bastante discutido no campo da Informática na Educação desde as primeiras aplicações oriundas de universidades como UFRGS, UFRJ e UNICAMP. No final do ano de 2017, foi inserido na nova Base Nacional Comum Curricular do Ensino Fundamental, especificamente na Matemática. Este trabalho pretende analisar o conceito e seu desdobramento para a educação por meio de pesquisa bibliográfica, inferindo suas potencialidades para o Ensino Fundamental. Conclui-se que as habilidades do Pensamento Computacional não se limitam apenas ao campo da Matemática, podendo este ser explorado nas mais variadas áreas de conhecimento.

Palavras-chaves: Pensamento Computacional, Informática na Educação, TICs na Educação, Base Nacional Comum Curricular.

Abstract: The Computational Thinking concept, which originates from studies in Computer Science, has been much discussed in the field of Informatic in Education since its first applications at universities like UFRGS, UFRJ and UNICAMP. At the end of 2017 was introduced the new National Common Curriculum Base, specifically in Mathematics. This work intends to analyze the concept and it's unfolding for the education through bibliographical research, inferring its potentialities for Elementary School. It is concluded that the abilities of Computational Thinking are not limited to the field of Mathematics, which can be explored in the most varied areas of knowledge.

Key-words: Computational Thinking, Informatic in Education, TICs in Education, National Common Curricular Base.

Introdução

O termo Pensamento Computacional (PC) foi utilizado pela primeira vez por Jeannette Wing, em 2006, como sendo “uma série de ferramentas mentais que refletem a amplitude do campo da Ciência da Computação” (WING, 2006, p. 33) e trouxe grande repercussão em publicações posteriores tanto na Computação de um modo geral, como em trabalhos relacionados à Informática Educativa.

Lummertz (2016) e Stella (2016) relacionam o Pensamento Computacional ao pensamento humano. Enquanto o primeiro considera que o PC envolve uma série de estudos de “mecanismos de inteligência que podem potencializar aplicações práticas que ampliem a inteligência humana”, o segundo considera que o Pensamento Computacional compõe juntamente com o Pensamento Criativo o próprio “Pensamento Humano”.

Apesar de o termo ter sido caracterizado inicialmente como “um conjunto de habilidades”, pode-se inferir que o Pensamento Computacional ultrapassa esses limites, sendo hoje visto como uma diretriz curricular capaz de orientar a incorporação da Informática na Educação (COUTO, 2016), ou mesmo como um princípio educativo, ao considerar uma concepção de ensino direcionada para práticas libertadoras, que proporcionem mais do que apenas a reprodução, a transmissão de conhecimentos, mas que caminhe para a autoria (o “criar com as tecnologias”).

Diversos autores relacionam algumas das habilidades do Pensamento Computacional à Matemática, como Barcelos e Silveira (2012), Lummertz (2016), Chaves et al. (1983), entre outros. Baião (2016), por sua vez, por meio de uma proposta de robótica no Ensino Médio, relaciona-o ao ensino da Física. De Paula, Piva Jr e Freitas (2009) e Stella (2016) utilizam o Pensamento Computacional associado às habilidades de interpretação de textos e imagens, de criatividade e leitura de textos literários.

Há também diversos trabalhos que consideram o caráter interdisciplinar do Pensamento Computacional, mesclando atividades didáticas que exploram a interpretação de texto, resolução de problemas e expressões matemáticas, trabalho em grupo, raciocínio lógico e criatividade, como Silva et al (2017), Bezerra (2014), Raiol et al (2016).

Percebe-se a partir da literatura uma amplitude de conceitos e aplicações do Pensamento Computacional, dificultando o consenso sobre eles. Segundo Boucinha (2017), isto ocorre devido às diversas ênfases dadas à sua aplicação e compreensão, refletindo diferentes concepções de educação, de práticas docentes e do processo de ensino-aprendizagem.

O presente artigo traz um levantamento destes conceitos de Pensamento Computacional na literatura e quais habilidades estão sendo relacionadas ao Ensino Fundamental, trazendo uma breve análise sobre sua incorporação neste nível de ensino e suas potencialidades para o processo de ensino-aprendizagem dos alunos.

Pensamento Computacional: Precedentes

Mesmo antes de o termo Pensamento Computacional ter sido proposto por Wing, já havia um movimento em relação a ele em autores, como Papert (1985) e Valente (1997a; 1997b), na defesa de usos do computador na educação para além da transmissão de conhecimento e a discussão da Informática Educativa como campo de investigação e pesquisa.

Seymour Papert trouxe contribuições, com a criação da linguagem *Logo* (PAPERT, 1985) e uma nova visão sobre o construtivismo de Piaget (acrescentando a ele a noção de afetividade). Concordava com a perspectiva genética de aprendizagem, porém atribuía grande significado ao emocional das crianças em relação a determinados conhecimentos e à importância deles para as relações e esquemas que as crianças reformulam ao longo das descobertas.

Valente traz um apanhado das práticas, tecendo a história da Informática Educativa, particularmente no Brasil (influenciado por movimentos no mundo) (VALENTE, 2016) e analisa o impacto da teoria de Papert na educação básica e das experiências em ambientes acadêmicos, dentre eles a UFRGS, a UFRJ e a UNICAMP, em parcerias com escolas vinculadas a projetos pioneiros na área (VALENTE, 1997a; 1997b).

Papert (1985) via no computador um instrumento capaz de proporcionar novos processos mentais humanos e, principalmente, influenciar a forma como as pessoas vivem, pensam, interagem com o conhecimento. Deveria, dessa forma, propiciar mudanças sociais tanto na relação homem-máquina, como nas relações homem-máquina-sociedade, ou seja, o computador seria entendido a partir desta concepção como “potencializador” e não como um instrumento de reprodução.

O autor cita o exemplo das engrenagens em sua vida, às quais o mesmo teve contato precocemente por gostar muito de carros (afetividade) e que de alguma forma o fascinou a ponto de relacioná-las com elementos da matemática. A partir deste “fascínio”, era possível transformar conceitos abstratos da matemática em aspectos do funcionamento de engrenagens, criando esquemas mentais, que remetem à teoria de Piaget de assimilação e acomodação (1986).

Aos poucos comecei a formular o que ainda considero o fato fundamental sobre aprendizagem: qualquer coisa é simples se a pessoa consegue incorporá-la ao seu arsenal de modelos [...]. Aqui também eu estava desenvolvendo uma maneira de pensar semelhante à de Piaget. *A compreensão da aprendizagem deve ser genética.* Deve referir-se à gênese do conhecimento. O que um indivíduo pode aprender e como ele aprende isso depende dos modelos que têm disponíveis. Isso impõe, recursivamente, a questão de como ele aprendeu esses modelos. Assim, as “leis da aprendizagem” devem estar em como as estruturas intelectuais se desenvolvem a partir de outras e em como, nesse processo, adquirem as formas lógica e emocional. (PAPERT, 1985, p. 13, **grifo do autor**).

A partir da visão do autor em relação à Piaget, é possível notar que a afetividade é um diferencial para dar origem ao que Papert chama de “construcionismo” (derivado do construtivismo). Tal denominação apresenta a preocupação com a disseminação de aplicações da informática em processos educativos que, em sua maioria, concebiam o computador como

“máquina de ensinar” (baseada no behaviorismo de Skinner), ferramenta instrumental capaz de “automatizar” atividades de sala de aula e otimizar o tempo de execução de tarefas (PAPERT, 1985).

Tanto Papert quanto Valente consideram que o uso do computador em processos educativos deve “propiciar condições para o aluno descrever a resolução de problemas, [...] refletir sobre os resultados obtidos e depurar suas ideias” a partir da articulação de estratégias e processos mentais de perceber o problema, construindo e buscando novos esquemas mentais para alcançar possíveis soluções (VALENTE, 1999).

Da Ponte (2000) caracteriza três tipos de utilização das tecnologias no dia a dia e, certamente, a terceira assemelha-se às ideias de Papert e Valente sobre o uso do computador (ferramenta tecnológica mais enfatizada nas décadas de 80 e 90). A primeira utilização diz respeito ao Ensino Auxiliado por Computador (EAC); a segunda é a Alfabetização Informática (cujos conteúdos principais são os componentes físicos e lógicos dos computadores e de outras ferramentas digitais e seu manuseio); a terceira diz respeito ao uso das ferramentas digitais como apoio ao trabalho pedagógico.

Esta terceira utilização depende da visão que o profissional tem sobre as tecnologias, como as identifica como potencializadoras de suas práticas docentes e como percebe o processo de ensino-aprendizagem dos alunos. Diz respeito à identificação cultural com as tecnologias, à incorporação na vida, na forma de (re)pensar as relações com o mundo. Esse caminho certamente já era evidenciado por Papert e Valente e foram disseminados com a popularização das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (NTICS), incluindo-se nas discussões as suas potencialidades para a educação.

Habilidades do Pensamento Computacional

Jeannette Wing (2006) destaca oito pontos de discussão em uma seção intitulada “O que é e o que não é”, dos quais alguns configuram interessantes pontos de partida para o campo educacional, por meio da apresentação de algumas características do Pensamento Computacional.

O primeiro deles é que o termo não se refere apenas à programação de computadores, podendo englobá-la ou mesmo ultrapassá-la. Pensar em Pensamento Computacional apenas no olhar de um programador de computadores é negligenciar as demais potencialidades do mesmo (como por exemplo, a *Computação Desplugada*, o ensino de robótica educacional, o contexto interdisciplinar da informática educativa, o uso de jogos e plataformas digitais, entre outros).

Em seguida, considera-o como uma habilidade fundamental e não mecânica, pois exige constantes reformulações de ideias, abstrações e tentativas de resolução de problemas (buscas pelas melhores soluções).

Um dos fatores de extrema importância para a educação é que o Pensamento Computacional diz respeito às formas como humanos pensam, e não as máquinas. Daí a preocupação de Papert (1985) ao elaborar uma linguagem de programação (linguagem *Logo*) que proporcionasse a criatividade e a construção visual de blocos de comandos que fizessem o personagem principal (tartaruga) locomover-se na tela do computador¹.

O computador não é capaz de pensar sozinho, a menos que nós requisitemos dele alguma tarefa a ser executada. Nós temos o poder sobre ele, e não o inverso. E ele sozinho não tem o poder de ensinar pessoas; “os homens se educam entre si mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 1993 apud DE OLIVEIRA FILHO, 2010).

Outro ponto relevante é o legado que o Pensamento Computacional deixa para a humanidade. O que ficam não são os *softwares* e *hardwares*, os aparatos tecnológicos, mas sim as novas formas de organização social, novas formas de aprendizagem, de interação e comunicação. Com a popularização dos aplicativos de mensagens instantâneas, por exemplo, é possível notar a diminuição de usuários de diversas operadoras de celular que enviam *mensagens torpedo* frequentemente, mudando assim as formas de interação e comunicação. O Pensamento Computacional é a realidade do amanhã, assim como a Computação Ubíqua² é a realidade hoje (WING, 2006).

Couto (2016) ao analisar o Pensamento Computacional proposto por Wing e o proposto por Zapata-Ros (2015a; 2015b), compreendeu que apesar deste último apresentar 15 componentes como habilidades do Pensamento Computacional, apenas quatro delas eram “inéditas” em relação às presentes em Wing (2006).

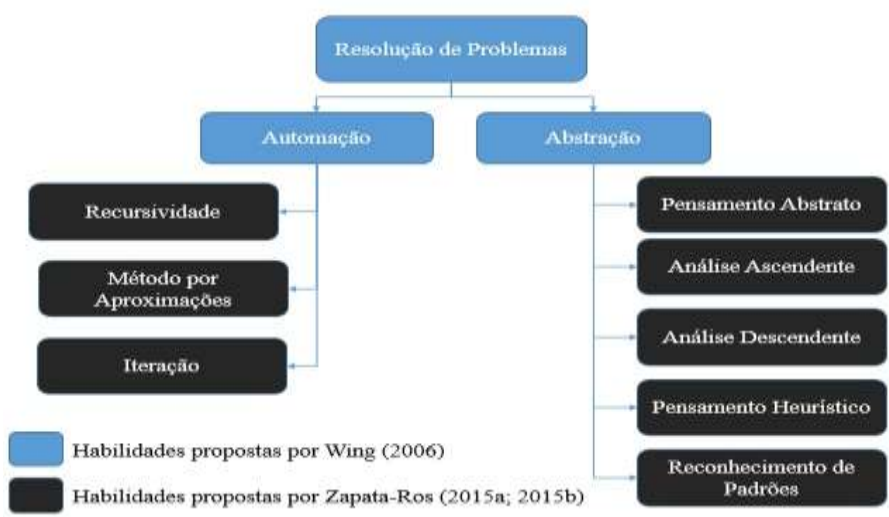
As 15 habilidades propostas foram: Análise ascendente; Análise descendente; Pensamento heurístico; Pensamento lateral ou divergente; Criatividade; Resolução de Problemas; Pensamento Abstrato; Recursividade; Iteração; Método por aproximações sucessivas; Métodos colaborativos; Reconhecimento de padrões; Synectics; Metacognição; e Cinestesia (COUTO, 2016).

¹ O objetivo principal era fazer a tartaruga se locomover e “escrever na tela” de acordo com aquilo que as crianças sugeriam pelos blocos de comando, sendo possível visualizar os possíveis erros quando a tartaruga executava “caminhos” diferentes. Foi muito associado à metodologia baseada em projetos.

² Computação Ubíqua ou Computação *Pervasiva* é um termo utilizado para caracterizar a presença de dispositivos digitais no dia a dia das pessoas, trazendo a ideia de inter-relações e “onipresença” da computação com novas pontes de interação e conectividade.

Reagrupando os componentes propostos por Zapata-Ros, 5 das 15 habilidades dizem respeito ao que Wing (2006) denomina “abstração” (Pensamento Abstrato; Análise ascendente; Análise descendente; Pensamento Heurístico; e Reconhecimento de Padrões) e 3 delas compreendem o que a autora denomina “automação” (Recursividade; Iteração; e Método por aproximações sucessivas); restando as quatro “inéditas”: Synectics (subdividida em Criatividade e Pensamento Lateral ou Divergente); Métodos Colaborativos; Metacognição; e Cinestesia (COUTO, 2016). A Figura 1 ilustra este reagrupamento, sem as últimas quatro habilidades propostas por Zapata-Ros:

Figura 5 - Reorganização das habilidades do Pensamento Computacional.



Fonte: COUTO (2016)

A partir da análise dos três autores (Wing, Zapata-Ros e Couto), é possível inferir que as habilidades do Pensamento Computacional não se direcionam para conteúdos específicos de disciplinas da Educação Básica. Porém, dizem respeito a formas de organização do pensamento; técnicas de raciocínio; percepção de problemas cotidianos; trabalho em equipe; tentativas de resolução de problemas e testes de possíveis soluções; estimulam a criatividade; conduzem ao reconhecimento de problemas semelhantes (padrões e modelos); melhoram a interpretação (de textos, de imagens, de sequências, de desafios lógicos, etc.), entre outros.

Por derivar de uma área reconhecida do campo das ciências exatas (Ciência da Computação), o Pensamento Computacional é constantemente associado a habilidades da Matemática. A própria reformulação da Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Fundamental (BRASIL, 2017) apresenta o termo quatro vezes, associados ao letramento matemático e ao conceito de “algoritmos”. Vejamos na seção seguinte algumas das contribuições apresentadas na literatura para este nível de ensino.

Contribuições para o Ensino Fundamental no ensino da Matemática

Em sua proposta inicial, Wing (2006, p. 35) relaciona habilidades do Pensamento Computacional ao "pensamento matemático", ao considerar como uma das principais habilidades a abstração, que seria a capacidade de decompor um problema em partes menores e chegar a uma resolução incremental para esses problemas, para então chegar à resolução do problema maior (WING, 2006 apud COUTO, 2016).

Consiste em identificar os pontos principais do problema observado, criando níveis de abstração de acordo com a sua complexidade (ARAÚJO; ANDRADE; SEREY, 2015), operando a partir de modelos e representações da realidade (COUTO, 2016) para compreender de forma concreta determinado problema.

A abstração relaciona-se diretamente com a Matemática, visto que auxilia em diversas percepções de fenômenos matemáticos e na busca por soluções. Barcelos e Silveira (2012), ao pesquisar sobre o Pensamento Computacional, elencaram as seguintes relações com a Matemática: **a)** leitura e interpretação dos símbolos, códigos e nomenclaturas matemáticos; **b)** estabelecimento de relações e identificação de regularidades (padrões); **c)** elaboração e interpretação de modelos explicativos e representativos matemáticos para analisar situações contextualizadas.

Outro ponto bastante relacionado à Matemática é o ensino de algoritmos, que foi incluído na Base Nacional Comum Curricular como sendo “uma sequência finita de procedimentos que permite resolver um determinado problema”, por meio da “decomposição de um procedimento complexo em suas partes mais simples” (BRASIL, 2017).

Embora os algoritmos não tenham sido elencados por Zapata-Ros (2015a, 2015b) ou por Couto (2016), ele é apresentado implicitamente por Wing (2006) em exemplos cotidianos. São o primeiro contato com a introdução às linguagens de programação em cursos de Computação e são objeto de estudo no campo da Informática na Educação, frequentemente associados ao ensino da lógica matemática.

Silva et al (2017), por meio da oficina “Desenvolvimento da Lógica nas Escolas: Introdução ao Raciocínio Lógico e ao Algoritmo” desenvolveram no ano de 2015 atividades com questões da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP) que envolviam o raciocínio lógico para introduzir o conceito de Algoritmos.

Uma das ferramentas utilizadas durante as atividades foi o jogo “Missionários e Canibais”³, cujo objetivo era atravessar três padres e três canibais em um rio por meio de uma

³ Disponível em: <<https://rachacuca.com.br/jogos/missionarios-e-canibais/>>. Acesso em 04 jun. 2018.

canoa que só suportada levar dois personagens de cada vez, sem deixar, em um dos lados do rio, menos padres do que canibais. Ao longo das atividades, trabalharam-se: interpretação de textos, trabalho em equipe, metacognição (organização do pensamento, estruturação das ideias, diversas formas de raciocínio), abstração (noção de variáveis, entendimento do funcionamento lógico do computador, entre outros).

Alguns autores utilizam *softwares* com atividades de introdução à linguagem de programação, associadas a atividades lúdicas de lógica, como Bezerra (2014); Bezerra e Dias (2012), Raiol et al (2016), Sousa et al (2015), constatando mudanças significativas na interpretação e na abstração dos alunos participantes das oficinas ministradas nas escolas. Apesar das contribuições deste tipo de aplicações do Pensamento Computacional, os métodos de avaliação apresentam foco maior em conceitos da computação e não na relação direta com a educação básica.

Contribuições para o Ensino Fundamental: outros caminhos

Como o Pensamento Computacional apresenta uma série de habilidades que estimulam as diversas formas de pensamento, resolução de problemas, processos e esquemas mentais de assimilação e acomodação, é possível apontar algumas outras contribuições para a educação e, mais precisamente, para o Ensino Fundamental, que ultrapassem o campo da Matemática.

Stella (2016), definiu o Pensamento Computacional como componente integrante do pensamento humano, juntamente com o pensamento criativo. Ao relacionar a criatividade (uma das 15 habilidades previstas por Zapata-Ros (2015a, 2015b)) ao *software Scratch*, a autora propôs uma sequência didática de criação de fábulas, tendo a fábula “O Leão e Rato” como base para que os alunos pudessem criar suas próprias histórias e explorar as funcionalidades, aplicando duas abordagens: a instrucional e a construcional.

A própria autora relata ter encontrado dificuldades em aplicar atividades com os alunos por meio da abordagem construcional, que segundo Papert (1985) envolve a criação do conhecimento por meio do computador. A abordagem instrucional apresentou premiação aos alunos que conseguissem completar os desafios e focou mais nos resultados do que nos processos de aprendizagem, enquanto que as atividades construcionistas não especificaram claramente quais os objetivos desta etapa do projeto. Isto evidencia que, por mais que as atividades tenham a intencionalidade baseada na ideia libertadora de Papert e Valente, devem ser levadas em consideração as faixas etárias das crianças, as características das turmas e dos locais onde serão realizados.

Para Wing (2006), as possibilidades do Pensamento Computacional para a biologia vão “além da habilidade de pesquisar em grandes quantidades de sequências de dados em busca de padrões”, podendo modificar a forma como os biólogos pensam. Transpondo para o Ensino Fundamental, poderiam ser propostas atividades de criação de plataformas online, alimentadas pelos próprios alunos sobre determinados conteúdos, baseados em projeto elaborado pelo professor de sala de aula (*blogs, wikis, sites criados por ferramentas simples disponíveis na internet*), mesclando atividades de pesquisa em computadores e atividades em sala de aula, por exemplo.

Possíveis habilidades poderiam ser exploradas neste exemplo: Metacognição (técnicas de estruturação e ordenação do pensamento), Método Colaborativo (trabalho em grupo, com construção coletiva), Abstração (identificar os pontos principais de uma pesquisa realizada), Criatividade (*design* do site, formas de conceituar, comparar ou utilizar termos específicos da disciplina, etc.), entre outras.

No campo da física, poder-se-iam utilizar *softwares* de simulação de comportamentos de determinados fenômenos físicos, possibilitando aos alunos “testar” suas hipóteses a partir de desafios propostos pelo professor. Para esta finalidade (criação de simulações), Couto (2016) sugere a utilização de um *software* denominado *Game Engine*.

Em disciplinas de língua estrangeira, poder-se-ia trabalhar com metodologia baseada em jogos, onde os alunos pudessem ouvir e simular conversas, com ou sem a utilização de *softwares*, trabalhando-se a ludicidade e a interação entre os colegas, que costumam ter receios em errar a pronúncia das palavras.

Poder-se-iam explicitar outros exemplos a mais sobre possibilidades de incorporar o Pensamento Computacional ao Ensino Fundamental, como trabalhar o contexto interdisciplinar em projetos que englobassem diversas disciplinas e mobilizassem a escola e os profissionais que atuam nela. Considera-se aqui mais relevante do que “criar uma disciplina” de informática nas escolas, refletir sobre a importância da Informática Educativa como campo interdisciplinar de estudo e pesquisa, capaz de promover mudanças significativas no ambiente escolar.

Considerações Finais

É possível notar através da literatura que o Pensamento Computacional é pouco conhecido no campo da educação, o que traz um importante questionamento sobre sua aplicação na nova Base Nacional Comum Curricular. Faz-se necessário ampliar as discussões dos impactos dessa incorporação, com ampla participação de todos os profissionais da

educação, para assim, definir mais solidamente quais as possíveis contribuições do Pensamento Computacional aos componentes curriculares das disciplinas, bem como articular a interdisciplinaridade dentro das escolas.

Mesmo no campo da Informática Educativa, percebe-se a falta de um consenso sobre as habilidades que o Pensamento Computacional possui, havendo muitas nomenclaturas para habilidades similares. Isto pode ocorrer tanto por concepções diferentes de educação, como por esse debate surgir com mais frequência por profissionais que não apresentam necessariamente formação para a educação básica (é mais disseminado na Computação e nas Engenharias).

Há também a necessidade de refletir sobre a popularização de jogos e plataformas computacionais que acabam por reforçar o caráter instrucional de educação, enfatizando o tempo de execução de tarefas pelos alunos, as fases, as premiações e “punições” pelos erros (perder vidas, perder estrelas, voltar ao início da fase, etc.). Esta visão deturpa a ideia de aprender com o lúdico e torna as atividades “de informática” mais uma das obrigações escolares dos alunos.

O Pensamento Computacional deve proporcionar mudanças sociais, promover a inclusão, visto que muitas das vezes, o único acesso que as crianças e os jovens têm às tecnologias é por meio das escolas. Deve possibilitar a criticidade e o pensar sobre a comercialização da educação e os interesses por detrás das aquisições de recursos tecnológicos para as escolas.

Sem a reflexão sobre estes e outros aspectos que englobam a educação, não é possível conceber o cenário educacional brasileiro como um campo de constantes disputas de interesses. Ou pior, não é possível reivindicar direitos já conquistados para a incorporação das tecnologias e do Pensamento Computacional na educação. Quanto menos a sociedade civil compreender sobre esta discussão, menos terá controle sobre as políticas públicas que implementam medidas pouco discutidas pelos profissionais da educação.

Referências

ARAÚJO, Ana Liz; ANDRADE, Wilkerson; SEREY, Dalton. Pensamento Computacional sob a visão dos profissionais da computação: uma discussão sobre conceitos e habilidades. In: Workshops do Congresso Brasileiro de Informática na Educação. 2015. p. 1454. **Anais...**

BAIÃO, E. R. **Desenvolvimento de uma metodologia para o uso do *Scratch* for *Arduino* no Ensino Médio**. 2016. 101 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, SP, 2016.

BARCELOS, T. S.; SILVEIRA, I. F. Pensamento computacional e educação matemática: Relações para o ensino de computação na educação básica. In: **XX Workshop sobre Educação em Computação, Curitiba. Anais do XXXII CSBC**. 2012.

BEZERRA, F. Bem mais que os bits da computação desplugada. In: Workshop de Informática na Educação. Dourados, MS, 2014. **Anais...**

BEZERRA, F; DIAS, K. Programação de computadores no ensino fundamental: experiências com LOGO e Scratch em escola pública. **Traços: Revista do Centro de Ciências Exatas e Tecnologia**, Belém, v. 14, n. 30, p. 9-19, dez. 2012.

BOUCINHA, R. M. **Aprendizagem do Pensamento Computacional e do raciocínio**. 2017. 151 f. Tese (Doutorado em Informática na educação) – Centro Interdisciplinar de Novas Tecnologias na Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porta Alegre, RS, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Proposta preliminar. Terceira versão revista. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2018.

CHAVES, E. O. de C.; VALENTE, J. A.; BARANAUSKAS, M. C. C.; SILVA, H. V. R. C.; RIPPER, A. V.; VILLALOBOS, A. M. P. **Projeto Educom: Proposta Original**. Memorandos do NIED, v. 1, n. 1, 1983.

COUTO, G. M. **Pensamento Computacional Educacional: ensaio sobre uma perspectiva libertadora**. 2017. 181 f. Dissertação (Mestrado em Educação: Currículo) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, 2017.

DA PONTE, J. P. **Tecnologias de informação e comunicação na formação de professores: que desafios?** Revista Iberoamericana de educación, p. 63-90, 2000.

DE PAULA, L. Q.; PIVA JR, D.; FREITAS, R. L. A Importância da leitura e da abstração do Problema no processo de formação do raciocínio lógico-abstrato em alunos de Computação. In: WORKSHOP SOBRE EDUCAÇÃO EM COMPUTAÇÃO, 17, 2009. **Anais....**

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 21. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1993. In: DE OLIVEIRA FILHO, V. H. (2010). As Novas Tecnologias e a Mediação do Processo Ensino Aprendizagem na Escola. VI Encontro de Pesquisa em Educação da UFPI, 2010.

LUMMERTZ, R. dos S. **As potencialidades do uso do software scratch para a construção da literacia digital**. 2017. 133 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática) – Universidade Luterana do Brasil, Canoas, 2016.

PAPERT, S. **LOGO: computadores e sociedade**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PIAGET, J. O Nascimento da Inteligência na Criança. Mental, v. 258, p. 259, 1986. Disponível em: <<http://dinterrondonia2010.pbworks.com/f/O+nascimento+da+intelig%C3%Aancia+na+crian%C3%A7a.pdf>>. Acesso em: 4 jun. 2018.

RAIOL, A. A., LIMA, A. C., SOUSA, B., SARGES, J., SANTOS, R., BEZERRA, F. Experiências de ensino da computação desplugada em diferentes séries da educação fundamental maior. In: XXIV Workshop sobre Educação em Computação, 2016. **Anais...**

SILVA, N. C., LIMA, A. C., DE SOUZA, N., DE SOUSA, D. F. Raciocínio Lógico nas Escolas: Uma Introdução ao Ensino de Algoritmos de Programação. In: Workshops do Congresso Brasileiro de Informática na Educação. 2017. p. 1011. **Anais...**

SOUSA, A., Silva, S., Raiol, A. A., Sarges, J., & BEZERRA, F. D. L. O universo lúdico da programação de computadores com logo no ensino fundamental. In: XXIII Workshop sobre Educação em Informática, 2015. **Anais...**

STELLA, A. L. **Utilizando o Pensamento Computacional e a Computação Criativa no ensino da linguagem de programação Scratch para alunos do ensino fundamental.** 2016. 92 f. Dissertação (Mestrado em Educação: Currículo) – Faculdade de Tecnologia, Universidade Estadual de Campinas, Limeira, SP, 2016.

VALENTE, J. A. Informática na educação: instrucionismo x construcionismo. **Manuscrito não publicado, NIED: UNICAMP, 1997a.**

VALENTE, J. A; DE ALMEIDA, F. J. **Visão analítica da informática na educação no Brasil: A questão da formação do professor.** **Revista Brasileira de Informática na Educação.** v. 1, n. 1, p. 45-60, 1997b.

VALENTE, J. A. (Org). **O computador na sociedade do conhecimento.** São Paulo: UNICAMP/NIED, 1999. 156 p.

VALENTE, J. A. Integração do pensamento computacional no currículo da Educação Básica: Diferentes estratégias usadas e questões de formação de professores e avaliação do aluno. **Revista e-Curriculum,** São Paulo, v. 14, n. 3, p. 864-897, jul./set. 2016.

WING, J. M. Computational thinking, Communications of the ACM 49(3), 33-35. 2006.

ZAPATA-ROS, M. Pensamiento computacional: Una nueva alfabetización digital. In: **RED-Revista de Educación a Distância.** 46 (4). 2015a. Disponível em: <<http://www.um.es/ead/red/46/zapata.pdf>>. Acesso em: 4 jun. 2018.

_____. ¿por qué “pensamento computacional”? (¿y xii?) cinestesia. 2015b. Disponível em: <<http://redesabiertas.blogspot.com/2015/09/por-que-pensamiento-computacional-y-xii.html>>. Acesso em: 4 jun. 2018.

SOBRE CONTRASABERES, SUBVERSÕES EPISTÊMICAS E DEMAIS RIQUEZAS DO COTIDIANO

Rodrigo Torres do Nascimento
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Daniel S. Lopes
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Átila Mourão Lima
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

1027

Resumo: Esse artigo resulta do diálogo entre pesquisas de estudantes da pós-graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, nele, queremos elucidar que a Escola subjaz outra formada por estudantes. A tradição curricular defendida pela Escola, cujos princípios e valores pedagógicos tendem a refletir uma relação de compromisso com as demandas socialmente hegemônicas de uma época, motiva saberes e práticas que ela só pode ser capaz de ignorar em seu interior. Nosso objetivo aqui é refletir junto com os sujeitos dos saberes e práticas irreconhecíveis dentro da Escola são o próprio espaço em que uma forma-escola emerge em contraste ao ambiente escolar tradicional.

Palavras Chave: Escolas; Contrasaberes; Cotidiano.

Abstract: This article results from the dialogue between researches of graduate students of the State University of Rio de Janeiro, in it, we want to elucidate that the School underlies another formed by students. The curricular tradition defended by the School, whose pedagogical principles and values tend to reflect a relation of commitment to the socially hegemonic demands of an era, motivates knowledge and practices that it can only be able to ignore in its interior. Our aim here is to reflect together with the subjects of the unrecognizable knowledge and practices within the School are the very space in which a school-form emerges in contrast to the traditional school environment.

Key words: Schools; Against Knowledge; Daily.

Quebrando radicalmente invólucros de qualidades geralmente prescritas pela escola em seus currículos tradicionais, como moralismo, sucesso escolar e linguagem normativa, entre outros, expressivo número de estudantes parecem ignorar tais valores como se percebessem o pouco sentido positivo que fazem nas suas formações, além do sofrimento que suas imposições geram. Tais imposições geralmente aplicadas por meios carregados de violência simbólica, como os discursos subliminares que os fazem sentir via de regra inferiores aos conteúdos priorizados nos currículos oficiais. Saberes, por sua vez distantes dos cotidianos dos grupos populares aos quais pertencem o alunato. Aludamos aos temas ou assuntos cujas referências e parâmetros são, sob muitos aspectos, socialmente burgueses, esteticamente elitistas e culturalmente brancos. Indiscutivelmente ainda predominantes, nos currículos oficiais que se não alcançam seus intentos formais de formação/formatação

massiva de sujeitados aos seus valores, parecem ter êxito na exclusão dos incapazes de assimilá-los, ou dos que resistem ao projeto. São os estudantes “que não querem nada¹” com qualquer processo educacional predominantemente balizado por hierarquias de saberes nas quais os seus não estão incluídos e quando muito são colocados como contra exemplos, portanto, inferiores e nocivos ao desenvolvimento da educação escolar tradicional.

Em nosso entendimento, os alunos identificados como alheios àquilo que se dedica o universo escolar tradicional manifestam não uma resistência à experiência escolar em seus compromissos emancipatórios clássicos, mas ao modo como eles foram capturados pelo o que eu chamaria de “A Escola Realmente Existente”. Assim, utilizados como mecanismo de poder, as equipes pedagógicas tradicionais consolidam dispositivos sociais de exclusão e violência comuns à sociedade em geral. Simbolicamente legitimadas por compromissos emancipatórios clássicos, seus valores e critérios pedagógicos delimitam os possíveis e impossíveis ao qual todo campo escolar está estruturado, determinando assim a experiência de socialização que confronta alunos como estranhos dentro do ambiente escolar.

Aos “estudantes que não querem nada”, nossa pesquisa exprime uma solidariedade pedagógica à forma-escolar delineada por eles. Dado que o assim chamado fracasso escolar me parecer ser o próprio fracasso da Escola, seus saberes e práticas serão observados pela pesquisa sob a hipótese de sua própria significância pedagógica. Numa palavra, à evidente diferença entre os modos de socialização ensejados pela Escola (guardada por agentes educacionais) e a forma-escolar (erguida por alunos) seguirá uma investigação acerca da dignidade pedagógica dos vínculos criados por quem não encontra sua posição no contexto dos critérios estimados como educacionalmente válidos.

Tendo em vista que os alunos são o cerne das pesquisas que resultaram neste artigo sobre as práticas pedagógicas no ambiente escolar, nos dedicamos particularmente àqueles que não coincidem com as expectativas escolares. Portanto, o aluno que não satisfaz as demandas por comportamento ou desempenho tradicionais encarna minhas hipóteses de trabalho acerca de uma “escola dentro da Escola”, por assim dizer. Nosso interesse pedagógico pode ser descrito através daquilo que importantes referências teóricas sinalizam no campo da Educação, particularmente sobre a esfera escolar: não é possível reduzir seu ambiente a um conjunto de parâmetros curriculares, divisão disciplinares, metodologias e instrumentos avaliativos. Apoiado sobre alguns aspectos da reflexão de Inês Barbosa de Oliveira (2007) acerca dos estudos do campo do currículo, inspecionamos a hipótese de que

¹ Frase dita constantemente por educadores em referências a estudantes que não tem interesse algum no que querem que ele aprenda na escola oficial.

os processos de ensino e aprendizagem não se deixam enquadrar pela aplicação de conteúdos curriculares previamente estabelecidos no interior de um ambiente estabelecido para essa finalidade. Diferindo dos debates relacionados às propostas curriculares, a noção à qual espreitamos nessa pesquisa decorre de outra dinâmica escolar.

O conhecimento se tece em redes que se tecem a partir de todas as experiências que vivemos, de todos os modos como nos inserimos no mundo à nossa volta, não tendo, portanto, nenhuma previsibilidade nem obrigatoriedade de caminho, bem como não podendo ser controlada pelos processos formais de ensino/aprendizagem. A idéia da tecitura do conhecimento em rede busca superar não só o paradigma da árvore do conhecimento, como também a própria forma como são entendidos os processos individuais e coletivos de aprendizagem — cumulativos e adquiridos — segundo o paradigma dominante. A idéia da construção do conhecimento usando a imagem da árvore pressupõe linearidade, sucessão e seqüenciamento obrigatório, do mais simples ao mais complexo, dos saberes aos quais se deve ter acesso (OLIVEIRA, 2017).

Sob essa premissa rizomática², pretendemos nos apoiar na noção de “cotidiano escolar”, indicada por Nilda Alves (2001). Distintamente referida aos estudos de Michel Certeau (1994), a ideia de “cotidiano escolar” para as finalidades da nossa pesquisa permite dar o contexto conceitual no qual nos apoiamos. À medida que sugere uma imagem da Escola que não se deixa apresentar na sua pronta e acabada formalidade, acreditamos que essa noção ajuda esclarecer de muitas maneiras o que move e constitui a atmosfera escolar. Dos antecedentes teórico-metodológicos que constituíram o uso do “cotidiano escolar” no exercício de imaginação próprio de uma pesquisa, nos importa explorar particularmente a premissa de que a observação da experiência escolar é tão mais produtiva quando associada aos sujeitos que a vivenciam e reconhecida como expressão do seu universo particular. Nesse sentido, o enfoque sobre o “cotidiano escolar” acompanhará algumas das apostas teóricas do horizonte aberto pelos Estudos Culturais³. Ao mesmo tempo em que nos dedicamos à observação da forma-escolar fundada por alunos na qualidade de sujeitos pedagógicos, assumimos que essa invenção articula tensões e relações de poder no interior da Escola, de tal modo que refletimos acerca das subjetividades configuradas no interior dessa disputa.

² Extraído do campo da Botânica, o termo “rizoma” moveu uma série de reflexões filosóficas de Gilles Deleuze e Félix Guattari. A extensão propriamente epistemológica assumida por essa noção na filosofia desses autores tem o mérito de fazer reconhecer sistemas de pensamentos indiferentes à ordem de compromisso entre posições e oposições no interior de um discurso. Assim, um modelo de reconhecimento discursivo sobre a realidade se sobrepõe à técnica de hierarquias e da predição binária.

³ Mesmo que não constituam um campo disciplinar, mas uma espécie de orientação epistemológica nas diversas áreas da pesquisa social, creio haver um enfoque básico às suas análises. Nesse caso, eu diria que a percepção política e social acerca dos processos identitários, bem como uma crítica às tendências panlogicistas (universalistas) dos discursos no campo da ciência, me serão fundamentais em toda pesquisa.



Imagem 1: Trabalho realizado durante a aula de artes Fonte: Acervo pessoal

De maneira geral, diríamos que esse entendimento articula noções próprias do *político* e do *social*. Por essa razão, refletimos acerca do ponto de vista de Boaventura de Sousa Santos (1999), uma vez que acreditamos que sua visão sobre a pós-modernidade sugere o básico do que nos parece ser o fundamental no mundo contemporâneo. Numa palavra, a centralidade da subjetividade como argumento sobre a tessitura das relações sociais em sua dimensão de dominação e emancipação tem se relevado o cerne das iniciativas de insurgência e mobilização social na contemporaneidade. As importantes transformações do “Mundo do Trabalho” desde meados dos anos de 1970 (HARVEY, 1996), sugerem o que pode ser considerado o esgotamento das formas tradicionais de identificação política e de organização social, uma vez que as estruturas de reconhecimento de classe parecem ter perdido sentido.

Uma vez que as formas de vinculação social não são mais presididas pela esfera do trabalho, dado o caráter precário das relações sociais de produção, nota-se uma crescente relevância contra-hegemônica relativamente autônoma da agenda identitária. Igualmente, o essencial da nossa associação à reflexão do autor sobre o social e o político poderia ser assim justificado:

A ideia moderna de racionalidade global da vida social e pessoal acabou por ser desintegrar numa miríade de mini-racionalidades ao serviço de uma irracionalidade global, inabalável e incontrolável. É possível reinventar as mini-racionalidades da vida de modo que elas deixem de ser partes de um todo e passem a ser totalidades presentes em múltiplas partes. É esta a lógica de uma possível pós-modernidade de resistência (SANTOS, 1999, p.102).

Ao nosso ver, a visão de Santos sobre o político e o social coincide em muitos sentidos com o modo com que nos filiamos ao argumento de Alves acerca da escola. Assumindo com Santos (1999) que nossa época é marcada por uma “Transição Societal” cuja forma expressa o esgotamento do “Projeto Cultural da Modernidade”, nos parece que as “Condições de Inteligibilidade” da crise que vivemos nos colocam em posição para dimensionar o aspecto político-social contido no interior da experiência escolar. Dado que em Alves (2001) o “Cotidiano Escolar” é conformado à base dos indivíduos que atuam no seu contexto por meio de “Práticas Coletivas”, indeterminadas pelas balizas curriculares, mas forjadas por seus atos de simbolização, é possível imaginar uma disjuntiva entre narrativas sobre a natureza da experiência pedagógica. Sustentamos sob essas chaves analíticas que (i) são múltiplas as relações entre os envolvidos no interior do cercamento pedagógico da Escola tradicional e que (ii) as formas de conexão estabelecida por eles manifesta tramas culturais contrastantes acerca do significado da educação na vida das pessoas.

Explorando nossa ideia sobre *agentes educacionais* e *sujeitos pedagógicos* no interior do cerceamento escolar para pensar a Escola como um cotidiano, cremos ser conveniente buscar orientação em algumas noções teóricas e conceituais acerca da produção social da subjetividade. Como “Rede de Subjetividades” (SANTOS, 1999), é possível imaginar a esfera escolar como um campo de socialização por meio do qual são formadas subjetividades. Dizemos então que os saberes e práticas escolares possuem um sentido pedagógico ambivalente.

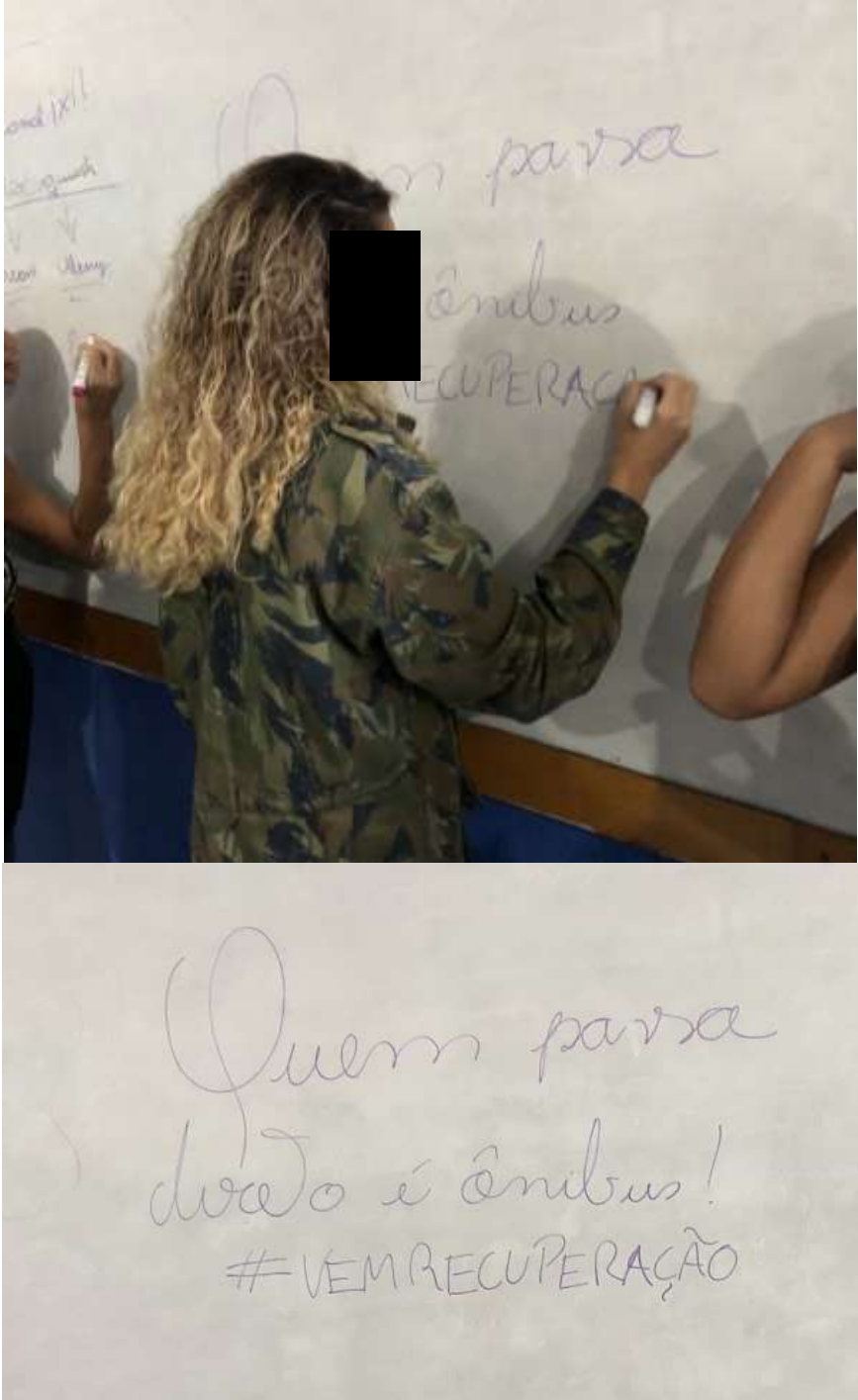


Imagem 2 e 3: Cotidiano da aula de artes Fonte: Acervo pessoal

Numa palavra, ainda que designe um universo de conhecimentos estimados como propriamente educacionais, pois espelham o patamar alcançado pela divisão moderna dos trabalhos no campo das ciências em nível de componentes curriculares, é pedagógico também porque constituem o campo social em que processos de individuação encontram seu material. A disciplina que geralmente pautam os agentes educacionais em seu contexto é um metadiscorso sobre o sentido da política (ordem) e a forma da vida social (desempenho), cuja razão não é somente formar estudantes para o ambiente escolar, mas “cidadãos críticos para a

sociedade”⁴. De tal maneira que pensamos no fluxo das relações sociais pela rotina escolar como uma máquina de produção de subjetividades, orientadas à subsunção às relações sociais em geral, mas também como um campo de invenção disruptiva sob a ordem da forma-escolar.

À essa noção crítico-tradicional da Razão Escolar, convém contrastar uma noção muito própria à Tradição Marxista, ainda que esquecida por ela. Retido os possíveis limites epistemológicos da Escola de Frankfurt, que repousam sobre seus excessos teórico-metodológicos, fazemos menção à sua existência para reativar uma imagem da emancipação social perdida para todo o marxismo. O interesse de pesquisadores como Adorno e Marcuse sobre o “Jovem Marx”⁵ lançou luzes sobre os Manuscritos econômico-filosóficos de 1844 de Marx. Cremos ser muito propício uma singular interpretação sobre os “artesãos comunistas” mencionados por Marx em nesse texto (OLIVEIRA & TUPINAMBÁ, 2017) para delinear o essencial do que me parece consistir meu argumento sobre a existência de uma “escola dentro da Escola”.

Menos que indicar uma categoria de trabalhadores no interior do clássico conflito “capital-trabalho”, segundo essa interpretação, Marx faz alusão ao “artesanato” para identificar a natureza fundamentalmente artística e autoral do comunismo. Nesse caso, menos que ser um sistema social com suas respectivas bases e finalidades políticas ou econômicas a ser concretizado no futuro (ou no presente), comunismo seria tão somente a invenção de um comum ante as relações sociais em geral. Para essa gramática do conceito, o comunismo dos artesãos de Marx é tão somente a capacidade de vinculação entre pessoas que se põem sob uma comunidade socialmente não-reconhecida por aqueles que não se engajam com ela. O investimento subjetivo que marcaria assim o comunismo não dependeria de programas de governo ou de instituições políticas de orientação prontamente ideológica, mas de certa forma de conexão social entre as pessoas que se enlaçam entre si por meio dela, tendo como finalidade a própria sociabilidade por elas próprias inventadas e sua conservação.

Quando os artesãos comunistas se unem, vale para eles, antes de mais nada, como finalidade a doutrina, propaganda, etc. Mas ao mesmo tempo eles se apropriam, dessa maneira, de uma nova carência, a carência de sociedade, e o que aparece como meio, tornou-se fim. Este movimento prático pode-se intuir nos seus mais brilhantes resultados quando se vê operários socialistas franceses reunidos. Nessas circunstâncias, fumar, beber, comer, etc. não existem mais como meios de união ou como meios que unem. A companhia, a associação, o entretenimento, que novamente têm a sociedade como fim, basta a eles; a fraternidade dos homens não é nenhuma frase, mas sim verdade para eles, e a nobreza da humanidade nos ilumina a partir dessas figuras endurecidas pelo trabalho (MARX, 2009, p.145-146).

⁴ Modo como professores com quem conversei estimam e valoram sua profissão, especialmente para terceiros.

⁵ Expressão consagrada por Louis Althusser para descrever a evolução do pensamento do filósofo alemão, que teria partido de questões essencialmente filosóficas e utópicas para alcançar, tardiamente, os problemas fundamentais à política, à economia e à ciência para pensar de maneira crítica o capitalismo.

Ao interesse pedagógico de nossa pesquisa, subjaz a noção de que os estudantes estigmatizados por seu comportamento ou desempenho convergem de maneira inventiva à condição de grupo. Dado o cercamento pedagógico e seus limites, os grupos dos “maus alunos”, afirmado e atualizado pelos princípios de disciplina, obediência, ordenação, comportamento, progresso, autocontrole, entre outros, dos agentes educacionais, serve como o contexto para um acontecimento propriamente pedagógico. Essas crianças estigmatizadas pelos adultos, então se reúnem. O vínculo de solidariedade que espontaneamente surge entre elas forma o meio pelo qual elas passam a construir técnicas à arte de criar e transformar o processo de ensino e aprendizado.

Porque a socialização arranjada pela reunião dessas crianças no ambiente escolar enseja uma rotina que tem a forma do espaço escolar, uma vez que há ensino e aprendizado, é que defendemos haver uma forma-escolar na “Escola dos Estudantes”. Menos que se tratar de um esforço de apuração de fatos, nossa intenção com esse registro é construir uma narrativa sensível à maneira como vivem esses estudantes dentro da escola. As imagens visuais são centrais nessa pesquisa em razão da relevância da Cultura Visual na Educação Contemporânea, na medida em que as visualidades envolvem todos os processos formativos, resultam do jogo entre a produção e o consumo das imagens, intercâmbio e produção do que é visto por aquele que o vê, podendo resultar na ampliação e até na dissolução da imagem.

Dado que a profusão de imagens criadas e circulantes não pode ser menosprezada na sociedade contemporânea, muito menos quando se trata de programas ideológicos armados com visualidades e seus poderes de atração e sedução, ambicionamos transformar a relação visual tradicional, já que não se trata do olhar dos professores sobre seus alunos, mas do inverso.

Oficina de criação

Compondo sua campanha

Com base em nossos questionamentos em relação à arte e à publicidade, e inspirado na Pop Art, você irá desenvolver uma campanha publicitária. O produto será a "Sopa Supimpa".

As características do produto são as seguintes:

- É cremosa.
- Já vem pronta, basta aquecer.
- Tem baixa caloria.
- Custa muito pouco.
- Vem em embalagem descartável.
- Há duas versões, macarrão com carne e frango com legumes.

No espaço reservado abaixo, crie um cartaz de divulgação. Pense qual seria o público do produto e componha o seu cartaz pensando nisso.



Você poderá desenhar a sopa com lápis de cor ou caneta hidrocor.

Agora, imagine que você é um músico que faz parte de uma produtora de jingles. Sua produtora recebeu a encomenda de uma fábrica de sopa e você, juntamente com mais quatro colegas, deverá criar um jingle para a campanha de lançamento do novo produto, a "Sopa Supimpa".

Escolham uma base instrumental e sigam o passo a passo a seguir para essa criação.

- Criem um *slogan*, que é uma pequena frase que chame a atenção de todos e seja fácil de decorar.
- Escreva abaixo o *slogan* criado por vocês:

Repete, Repete, Baile do Jacó
Bate no Carnaval molinho que
as cores são de fogos,
bata nos olmos e pira nos
morceletos.

Imagem 4: Trabalho realizado durante a aula de artes Fonte: Acervo pessoal

Apoiados na revisão bibliográfica proposta, nossa pesquisa se alia à intensa investigação e coleta de imagens, vídeos e textos publicados na internet por estudantes e intercambiados nas salas de aula no município de Belford Roxo, Baixada Fluminense. Vale

ressaltar, que a proposta de pesquisa se origina da afetação dos autores com os estudantes da educação básica e suas relevantes maneiras de fortalecer suas relações interpessoais e participação nos coletivos que atravessam, ou seja, os jovens que recusam o caminho e comportamento imposto e avançam por outras vias em busca de suas realizações existenciais. Tais jovens atravessam o planejado, transgridem o pré-formatado para possibilitar meios mais eficazes de defesa perante todo e qualquer tipo de opressão. O conceito de contrasaberes é utilizado como misto de ousadia, irreverência e inventividade diante das imposições e punições comuns a uma sociedade que ainda não consegue respeitar a existência do que lhe convém denunciar como diferente. Logo, é crucial para a compreensão desta proposta o fato de que ela não se propõe traduzir ou falar pelos jovens com os quais quer dialogar e observar, tampouco pretende categorizá-los ou reduzi-los a definições generalistas e estáveis, repetindo práticas colonizadas.

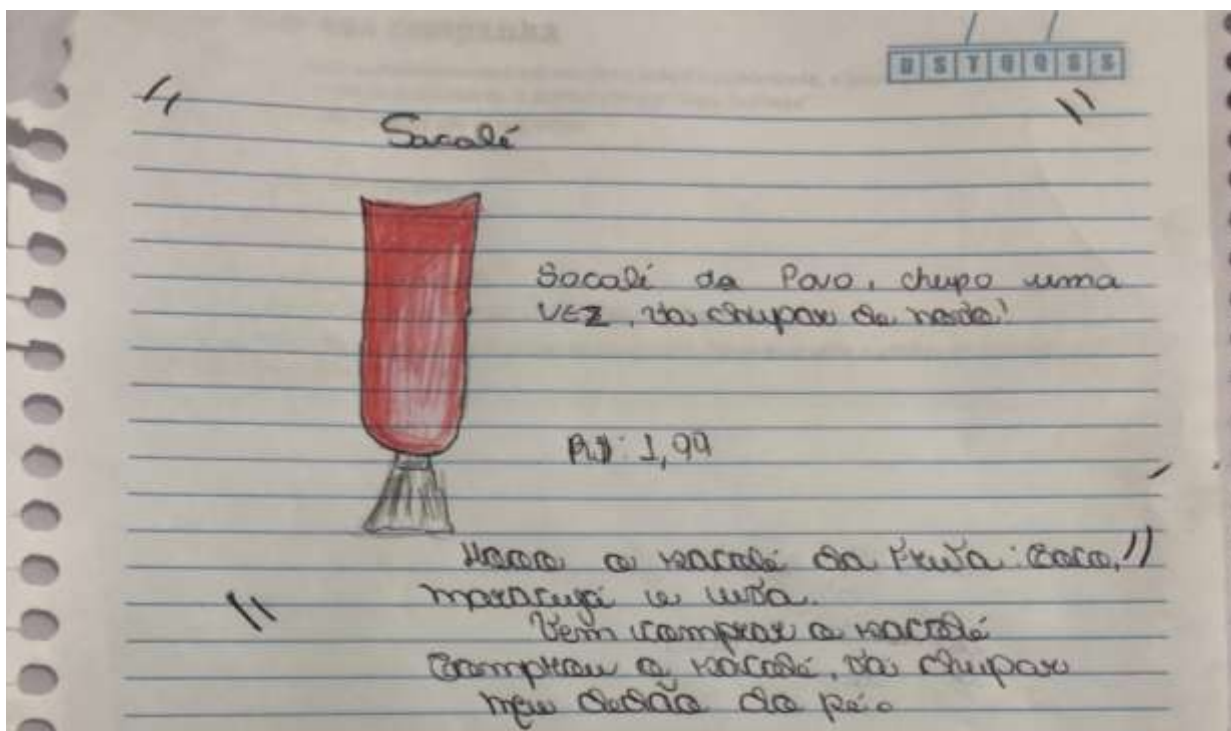


Imagem 5: Trabalho realizado durante a aula de artes Fonte: Acervo pessoal

Já se sabe há algumas décadas, ou séculos, a força do incômodo, do estranho, do anormal, etc. (FOUCAULT, 2001) na reconfiguração do que se tinha como confortável, belo, estável, adequado. Nos espaços escolares, embora habitados por intensa diferença, as regras dominantes impõem uma homogeneidade que desfavorece estrategicamente a presença do que é diferente ao programa padronizador. Pois, ao trazer um elemento aparentemente inusitado e estranho à ambiência curricular, evidencia a sua amplitude humana e de possibilidades de existências, panorama inadministrável na perspectiva do que Maffesoli denomina de

“república dos bons sentimentos” (2009). O conceito de currículos praticados (OLIVEIRA, 2003) desmonta a visão das práticas escolares que se dão pelo viés dos limites disciplinares e disciplinados e destaca a plasticidade da ação pedagógica na incontável movimentação do cotidiano, movimentação na qual tudo tem lugar, sentido e ativa participação na formação dos estudantes, mesmo o que a oficialidade escolar condena, exila e desconhece. Tudo o que na perspectiva adotada nesta pesquisa foi material valioso que mina e se adensa nas escolas clandestinas que fulguram nos cotidianos escolares.

A aventura investigativa é, em outros termos, perscrutar as escolas invisíveis ou rejeitadas à escola oficial. Para tanto, propomos pensar que cada instituição escolar é fruto das ações, discursos e entendimentos de suas populações que cotidianamente erigem escolas diferentes no mesmo espaço. Imaginamos que tais ações muitas vezes colidem em função de interesses e crenças de uma escola para a outra, contudo as cartografias dessas aproximações e afastamentos, visto que nenhuma das escolas são totalmente o que as suas mais flagrantes características apontam, podem revelar não apenas distonias, mas acordos e cumplicidades, e assim oferecem argumentos para maior equidade entre o institucional e o cotidianamente instituído. Supomos que, nos encontros entre os habitantes das escolas, redes de afetos são constituídas, abrigos identitários formulados, vocabulários criados e partilhados, códigos, experiências e procedimentos. Tudo isso com referências estéticas e existenciais às vezes opostas às referências da escola oficial, mas, que participam ativamente da formação das novas gerações.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Nilda; OLIVEIRA, Inês Barbosa de. **Pesquisa no/do cotidiano das escolas**: sobre redes de saberes. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- BONDIA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, n. 19, 2002.
- CERTEAU, Michel de. **A Invenção do cotidiano**. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.
- DIAS, Belidson. A/r/tografia como metodologia e pedagogia em artes: uma introdução. In DIAS, Belidson; IRWIN, Rita (Org). **Pesquisa Educacional Baseada em Arte: a/r/tografia**. Santa Maria: Edufsm, 2013. pp. 6-12.
- FOUCAULT, Michel. **Os anormais**. São Paulo, Martins Fontes, 2001.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2013.
- HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. 2. reimpr.rev. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural, São Paulo, Loyola, 1996.

HERNÁNDEZ, Fernando. A cultura visual como um convite à deslocalização do olhar e ao reposicionamento do sujeito. *In*: MARTINS, Raimundo; TOURINHO, Irene (Org.). **Educação da cultura visual: conceitos e contextos**. Santa Maria: Editora UFSM, 2011.

MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

_____. **A República dos Bons Sentimentos**. São Paulo: Iluminuras, 2009.

MARTINS, Raimundo; TOURINHO, Irene (Org.). **Educação da Cultura Visual: conceitos e contextos**. Santa Maria: Editora UFSM, 2011.

ONFRAY, Michel. **La puissance d'exister**. Paris: Le livre de poche, 2005.

OLIVEIRA, Inês Barbosa de. **Currículos praticados: regulação e emancipação no cotidiano escolar**. 2003. Disponível em: <<http://26reuniao.anped.org.br/trabalhos/inesbarbosadeoliveira.pdf>>. Acesso em: 07 abr. 2018.

_____. **Reflexões acerca da organização curricular e das práticas pedagógicas na EJA**. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602007000100007&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 07 abr. 2018.

OLIVEIRA, Marilda Oliveira de. **Contribuições da perspectiva metodológica "investigação baseada nas artes" e da a/r/tografia para as pesquisas em educação**. 2013. Disponível em: <http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_aprovados/gt24_trabalhos_pdfs/gt24_2792_texto.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2018.

SAFATLE, Vladimir. **O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos estudos**. - CEBRAP [online]. 2007, n.79, pp.71-94.

_____(Org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **A Crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 1999.

VICTORIO FILHO, Aldo. Pesquisar o cotidiano é criar metodologias. **Educação e sociedade**, v.28, n. 98, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n98/a06v2898.pdf>>. Acesso em: 07 abr. 2018.

WULF, Christoph. **Homo Pictor: imaginação, ritual e aprendizado mimético no mundo globalizado**. São Paulo: Hedra, 2013.

RANCIÈRE, Jacques. **O mestre ignorante: Cinco lições sobre a emancipação intelectual**. Editora Autêntica, Belo Horizonte, 2011.

NAS ESQUINAS DA EXCLUSÃO: NOTAS SOBRE NARRATIVAS ESCOLARES DE MULHERES TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DE MACAPÁ, AP

Rômulo Cambraia Ribeiro
Universidade Federal do Amapá

Alexandre Adalberto Pereira
Universidade Federal do Amapá

Antonio Carlos Sardinha
Universidade Federal do Amapá

1039

Resumo: Este artigo é resultado das discussões elaboradas a partir da monografia de especialização em Gênero e Diversidade na Escola (GDE) que desenvolvemos no âmbito da Universidade Federal do Amapá. A proposta do trabalho é apresentar os resultados da pesquisa realizada conforme a coleta e análise dos dados que se basearam na preocupação em abrir espaço para as narrativas de segregação que permeiam o discurso das pessoas travestis e transexuais. Após a análise das entrevistas, das narrativas e memórias das protagonistas deste estudo, que vivem na/da prostituição em Macapá, ficou evidente que o processo de evasão escolar e a vida noturna nas esquinas, além de estarem intimamente relacionados, são fatos que se corroboram e se justificam pela discriminação, preconceito e violência escolar, principalmente.

Palavras-chave: Narrativas; Memórias; Travestis; Transexuais; Educação.

Abstract: This article is the result of the discussions elaborated from the specialization monograph on Gender and Diversity in the School (GDE) that we developed at the Federal University of Amapá. The purpose of this paper is to present the results of the research carried out according to data collection and analysis, based on the concern to open space for segregation narratives that permeate the discourse of transvestites and transsexual people. After analyzing the interviews, the narratives and memories of the protagonists of this study, who live in the prostitution in Macapá, it was evident that the school evasion process and the nocturnal life in the corners, besides being closely related, are facts that corroborate and are justified by discrimination, prejudice and school violence, mainly.

Keywords: Narratives; Memories; Transvestites; Transsexuals; Education.

Introdução

A Educação (política pública básica e essencial para o desenvolvimento da sociedade) tem função social marcante na vida do cidadão como eixo norteador de inclusão social e de desenvolvimento pessoal e coletivo de uma nação. É contraditório pensar que a escola, espaço que deveria ser inclusivo, espaço de liberdades democráticas, é caracterizada por rupturas e contradições friccionadas por preconceitos, discriminações e muita intolerância – consequentemente, para muitos, um ambiente excludente.

Neste contexto é que percebemos o lugar que se destina para mulheres travestis e transexuais na educação formal, ou seja, fora dela, endossando as estatísticas de vidas cotidianamente marcadas pela violência, pela morte e pela humilhação que é o submundo das pessoas que se mantêm na/da prostituição. Em Macapá esta realidade é nitidamente percebida nas esquinas ao cair da noite, haja vista que algumas destas travestis e transexuais são pessoas próximas, isto é, nossas conhecidas, colegas e amigas.

Deste modo, construir estudos que elucidem a escola como produtora e mantenedora de um ensino excludente, além servir como denúncia, é uma forma de tentar reintegrar os direitos básicos que todo e qualquer ser humano possui, independente de suas diferenças. Assim, o foco deste artigo é trazer os dados de uma pesquisa qualitativa realizada com jovens mulheres travestis e transexuais, todas profissionais do sexo. Tomamos o cuidado para que as entrevistas semiestruturadas pudessem ocorrer no espaço das funções que elas desempenham até mesmo como forma de perceber e experienciar, ainda que minimamente, suas vivências. Optamos por realizar a pesquisa nos lócus de ocupação noturna das travestis e transexuais por compreendermos que

A prostituição nem sempre é caracterizada como uma atividade de exploração do corpo, como fonte de sustento. Embora ela tenha sido comumente associada ao universo das travestis e transexuais como uma experiência marginalizada, a prostituição não é somente um trabalho, mas, também, é um espaço de produção das feminilidades, de sociabilidades e de visibilidades (LONGARAY; RIBEIRO, 2016, p. 776).

Sendo assim, as esquinas das ruas se tornam lugar de socialização relevante para a construção social de identidades, pois é território usado como marcador de suas subjetividades, e que não pode ser negligenciado como um espaço de aprendizado político do ser travesti e transexual.

Através das análises fornecidas pela pesquisa, destacamos a memória sobre as experiências escolares de travestis e transexuais para observar o contexto de exclusão social a que estão submetidas. Faz-se necessário este estudo para que, a partir dele, possamos contribuir com o entendimento e ações de uma escola que, para além de respeitar a diversidade, garanta direitos humanos a todas as pessoas. Logo, a presença de travestis e transexuais na prostituição como representação da falta de opção e escolhas oriundas da ausência de escolarização é preocupante e traz a necessidade de estudos aprofundados.

Metodologia

Enquanto abordagem metodológica, optamos pela pesquisa qualitativa envolvendo e utilizando questionários como técnica de coleta dados sobre as experiências cotidianas e históricas das jovens colaboradoras deste estudo que deixaram a escola (ou que por ela foram deixadas). O questionário se tratou de um conjunto de questões sistematizadas e relacionadas ao objeto de estudo com o qual objetivamos levantar dados iniciais como forma de reconhecer e compreender as opiniões das colaboradoras.

Posteriormente realizamos entrevistas com duas travestis e uma transexual. O número de colaboradoras foi reduzido em função da dificuldade de acesso às pessoas disponíveis em participar da construção da pesquisa. procuramos resgatar a memória escolar, face às suas narrativas, e analisamos os discursos em um contexto escolar marcadamente heteronormativo e regulador. Por meio das entrevistas recolhemos informações das colaboradoras, através de uma “escuta atenta, registrando todas as informações e só intervindo discretamente para, eventualmente, estimular [as colaboradoras]” (SEVERINO, 2007, p. 125). Com as entrevistas fomos capazes, no exercício da escuta e estímulo dos depoimentos, reconstruir os acontecimentos sociais vivenciados pelas colaboradoras com o fito de compreender os processos pelos quais os processos educacionais a elas foram negados.

Resumo do referencial teórico

O debate sobre sexualidade, gênero e instituições escolares presume uma relação marcada por tensões que envolvem a concepção e a regulação dos corpos pelos discursos de poder nos espaços de educação formal. Para tanto, travar estes debates requer leituras em fontes críticas, as quais nos propiciem reflexões e autorreflexões para possíveis práticas igualmente críticas e contra-hegemônicas.

Sob esse ponto de vista, Butler (1998) nos fala sobre a relação de sexo e gênero ser construída no seio da história (que penetra as sociedades e finca significados pela cultura) nos inculcando padrões binários imutáveis – macho/fêmea, homem/mulher, masculino/feminino.

Ao abordar essas dicotomias a autora desvela, e nos alerta, formas de pensar, agir e ser, impostas por uma relação binária (homens e mulheres) que se dá por matrizes epistemológicas as quais dizem que, naturalmente, o gênero está diretamente ligado ao sexo e vice-versa, ou seja, que esta relação e significação ocorrem pela/na natureza e não pela cultura.

Assim, para a autora, o gênero se torna algo que se estabelece em um processo que não pode ser encaixado numa relação binária, pendular, não se trata de tencionar a vara de um lado ou para outro para que se alcance o ponto de equilíbrio, uma vez que a coerência interna

– que em sua gênese, busca o equilíbrio das forças¹ – ou não existe ou na melhor das hipóteses é uma ficção, pois

A univocidade do sexo, a coerência interna do gênero e a estrutura binária para o sexo e para o gênero são sempre consideradas como ficções reguladoras que consolidam e naturalizam regimes de poder convergentes de opressão masculina e heterossexista [...] o corpo não é uma superfície pronta à espera de significação, mas como um conjunto de fronteiras, individuais e sociais, politicamente significadas e mantidas (BUTLER, 2015, p. 70).

Sendo assim, depreendemos que as dimensões sociais corpo, sexo e gênero, não seguem uma relação de coerência equilibrada, não sendo superfícies neutras são carregadas de sentidos políticos interpretados de modo diferente em cada contexto histórico. Ademais convém mencionar que não seguido conformidades normativas binárias (masculino/feminino) os corpos e os gêneros podem ser experimentados de diversos modos – pois se existem algo em torno de sete bilhões de pessoas no mundo, podemos afirmar, sem grandes medos, que existem pelo menos a mesma quantidade de possibilidades corporais, sexuais e de gênero.

Conforme a autora, é conveniente destacar que, sob o signo da sexualidade, ocorre um processo de intensa repressão que ao marginalizar aquela, considerada não normativa, legitima-se a heterossexualidade, segundo Butler (2015)

A lei repressiva efetivamente produz a heterossexualidade, e atua não como código meramente negativo ou excludente, mas como sanção e mais apropriadamente, uma lei do discurso distinguindo o que é dizível do que é indizível (delimitando e constituindo o campo do indizível), o que é legítimo do que é ilegítimo (BUTLER, 2015, p.119-120).

De acordo com a autora, o mecanismo de inteligibilidade que demarca as fronteiras entre o dizível e o indizível se trata de uma matriz cultural que ao fim e ao cabo marginaliza, exclui e, em certo sentido pune, a possibilidade da diferença, pois “o impensável está plenamente dentro da cultura, mas é plenamente excluído da cultura dominante” (BUTLER, 2015, p. 139).

Nesse mesmo diapasão, depreendemos, em consonância com Foucault (1988), que apesar do aparente silêncio sobre as sexualidades ocorre, na nossa sociedade, uma verdadeira profusão de discursos que objetivam não simplesmente o castigo, a crítica ou a aceitação, mas sim, a gestão das sexualidade em razão de sua potencialização, dito de outro modo, nas palavras do autor “o sexo não se julga, apenas administra-se. Sobreleva-se ao poder público; exige procedimentos de gestão; [...] torna-se questão de política” (FOUCAULT, 1988, p. 31).

¹ Usamos a metáfora da curvatura da vara proposta por Lênin, citado por Gadotti (2004) que diz que para que o ponto de equilíbrio ocorra é necessário curvar a vara não para o seu centro, mas para o lado oposto.

Em linha com estas compreensões, Foucault (1984; 1988) apresenta a história da sexualidade a partir das civilizações greco-romanas, na tentativa de entender os processos que edificaram as concepções que estão assentadas nas sexualidades que nos moldam e nos “encaixotam”. Por este prisma, apresenta algumas práticas que eram básicas e peculiares das antigas civilizações, como os cuidados com o corpo, as relações homossexuais, as formas como essas relações eram mantidas (ou não) entre os homens, entre outras práticas, que estabelecem as relações humanas na atualidade em um contexto de vigilância através do discurso sobre o sexo. Logo, vigiar, disciplinar, docilizar e punir os corpos que não se deixam normatizar, sob o interesse do capital, são perspectivas analíticas importantes para pensar a sexualidade como dispositivo de poder nas sociedades contemporâneas.

A escola é, portanto, muitas vezes compreendida, nestas elucubrações, como instituição reprodutora dessas lógicas, apresentadas e problematizadas nas linhas anteriores, sendo que Junqueira (2012) destaca os processos de efetivação nos matizes da escolarização. O mesmo discorre sobre o conceito e a origem do termo “homofobia”, sob o recorte da educação escolar, nos explicando que a heteronormatividade² é a chave para camuflar e gerar segregações, preconceitos, humilhações, violências e evasões de alunos LGBTI³. O mesmo ocorre em Louro (2012), porém, esta autora discorre não só sobre a sexualidade, mas também sobre as relações de gênero no universo da escola. Para ela a justiça, a Igreja, as práticas educativas, a política, entre outros, são atravessadas pelos gêneros: são espaços “generificados” – produzem-se, ou “engendram-se”, a partir das relações de gênero (mas não apenas a partir dessas relações, e sim, também, das relações de classe, étnicas, entre outros) (LOURO, 2012).

Os resultados da pesquisa

Ao realizarmos um trabalho em que as narrativas funcionam como lugares de dizer, nos quais diferentes discursos encontram-se materializados, conforme Connelly e Clandinin (1995) nota-se que estes discursos não são “criados” nas/pelas narrativas, mas é inegável que, por meio delas, diferentes enunciados circulam, reconfiguram-se e legitimam-se. Nesse sentido, podemos afirmar que, por meio de formulações verbais e não verbais, as narrativas

² Normas, condutas, padrões de existência e relações sociais que se expressam pela/na heterossexualidade compulsória (JUNQUEIRA, 2012).

³ Sigla para a representação das lutas sociais de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexuais.

materializam experiências de vida das três pessoas travestis e transexuais colaboradoras da pesquisa.

Identificamos que as narrativas são pouco diferenciadas. Entre as três colaboradoras, duas não concluíram o Ensino Médio (portanto, a educação básica) por motivos de exclusão escolar. Embora soubessem que sua permanência na escola as qualificaria para vida com perspectiva de dignidade e cidadania, muitas vezes foram privadas de seu direito à educação antes mesmo de sair de casa, especialmente dentro da escola, pelas mais variadas violências. São mulheres relativamente jovens, moram com suas famílias e possuem uma relação amistosa com as mesmas. Optamos por dar-lhes nomes fictícios para que se preservasse sua integridade física, social, psicológica e moral. Mylla, 26, se identifica como transexual, pois já fez intervenções cirúrgicas em seu corpo e faz tratamento hormonal desde os 16. Pâmela, 22 e Laura, 20, se identificam como travestis e entendem tal identidade como a não realização de intervenções cirúrgicas em seus corpos para se perceberem mulher, pois apenas as roupas que usam já as identificam com o feminino. Porém, não descartam a utilização, algumas vezes, de hormônios.

Além da prostituição, elas seguem uma vida social comum a qualquer outra pessoa: momentos afetivos e festivos – tanto entre amigos como com os próprios familiares –, resolvem questões do dia a dia (como compras e pagamento de contas), entre outros. Por exemplo, Mylla esteve em São Paulo recentemente a caráter profissional, mas também a passeio; já Pâmela e Laura participaram de um evento de dança há dois meses.

Quando levadas a revisitarem suas lembranças do período escolar, por meio da entrevista semiestruturada, vários foram os relatos. Percebe-se, no entanto, um “lugar comum” em todos eles: elementos da heteronormatividade e do binarismo de gênero os quais se expressam, das formas mais sutis até as mais visíveis, em ações de rejeição e expurgo do diferente.

Mylla, por razões de preconceito e discriminação explícitos, que culminou em briga na escola, entre outras situações, desistiu dos estudos. Isto fica claro em uma de suas falas:

As meninas sempre foram as mais abusadas. Teve uma vez que uma resolveu fazer piadinhas e gracinhas com a minha cara, e com o tempo aquilo foi me dando raiva a ponto de eu não aguentar mais, e olha que sou uma pessoa super tranquila. Me afastava dela, ia por outro lado, tudo pra evitar confusão. Mas, certo dia, estávamos na fila da merenda e ela disse que só tinham duas filas: a de menino e a de menina. Que eu fizesse uma fila só pra mim, já que eu era os dois, então, peguei meu mingau (super quente) e joguei nela. Fomos chamadas pela diretora, eu expliquei toda a situação, inclusive a mãe da menina tava presente e ela acreditou no que eu disse, mas a diretora não aceitou (acho que pelo fato dela ser mulher também, sei lá) ela disse que tinha sido um abuso da minha parte, que não deveria ter feito aquilo, que eu era a errada. Então, isso contribuiu bastante pra que eu perdesse o interesse nos

estudos e decidi parar (com os estudos), tudo o que acontecia só me desmotivava (MYLLA, 2016).

Essa narrativa nos permite perceber claramente as atitudes e comportamentos que visam normatizar os corpos no espaço escolar conforme aquilo que se entende como heterossexualidade compulsória, ou seja, a heteronormatividade como padrão de organização, gestão e expressão de afetos, desejos e expressão de gênero. Tal ideia se materializa, conforme a narrativa acima, na fila da merenda (dividida em fila de meninas e fila de meninos), pela atitude da aluna que fazia questão de lembrar Mylla das inutilidades das filas para ela (além de outras provocações), uma vez que a mesma não se enquadrava em nenhuma das duas.

A transfobia⁴ está presente também no papel da diretora que, na memória resgatada pela sujeita da pesquisa, mesmo sabendo da real situação, responsabilizou a aluna por sua transexualidade como se isto fosse errado e despertasse a raiva nos colegas. A partir da narrativa compreendemos que faz parte do processo opressor, do qual destacamos a transfobia, implementar um sentimento de culpa àquele que foi vítima, dessa forma a vítima da transfobia sofre uma tripla carga de danos emocionais, primeiramente ter sido alvo da opressão, em segundo lugar por ser induzida à culpa e finalmente experimenta o medo de ser punida pelo pela violência que sofreu. Do ponto de vista da gestora escolar, Mylla era a maior culpada pela reação (preconceituosa) das pessoas ao seu redor. Subjetivamente, inversões de valores se afirmam e, equivocadamente, a vítima é culpabilizada. E quando uma situação de violência física não acontece, é o medo que estas pessoas sentem, devido todas as situações hostis envolvendo suas alteridades, que as oprime, sendo que pensam, justamente, nas inúmeras hipóteses de agressão que podem vir a sofrer no interior da escola.

Delimitam-se espaços, ambientes e lugares. Ainda que as colaboradoras soubessem que nada aconteceria com elas (saindo da sala ou permanecendo dentro da mesma), existem manifestações latentes, calcadas tanto no binarismo de gênero quanto nos paradigmas heteronormativos, que dizem quando, onde e como elas poderiam transitar. Neste aspecto, a escola se mostra como espaço de circulação “negociada” e, ao mesmo tempo, ameaçadora para as travestis e transexuais. Sem perceber, as sujeitas correspondiam às regras ao se confinarem e/ou procurarem restringir seu “trânsito” pela escola, devido aos riscos iminentes de violência de toda ordem. Tempos mais tarde, em um contexto fora do colégio, reproduzem exatamente as mesmas experiências vivenciadas (e aprendidas): circunscrevem-se em espaços

⁴ Terminologia que expressa o ódio contra travestis e transexuais.

alhores onde podem manifestar suas identidades sem restrições, como é o caso das esquinas noturnas (pista)⁵, como se estes espaços fossem os únicos em que elas pudessem transitar e afirmarem-se livremente, mesmo com ressalvas de ódio e preconceito.

Salientamos que as colaboradoras não percebem a escola como um espaço abandonado por elas, pelo contrário, percebem como espaços de onde foram obrigadas a se retirar, já que não correspondiam aos padrões estabelecidos nas instituições de ensino. Assim, viram na prostituição⁶ uma forma não só de conseguir seus próprios recursos financeiros, mas também como espaço com relativa autonomia para afirmarem suas identidades de gênero e legitimarem sua ação como sujeitas sociais em um contexto de segregação. Desta forma, fica claro, nas narrativas apresentadas, que a escola é um ambiente normatizador e propagador das questões de gênero e que retrata fortemente o comportamento social e cultural.

A não conclusão do ensino médio por elas não é algo definitivo, pois ainda desejam continuar os estudos. Das narrativas das colaboradoras desta pesquisa, é possível analisar que as pessoas que não se submetem aos padrões de feminilidades, masculinidades e orientações sexuais encarados como normais a partir da ótica dos padrões sociais dominantes, são reiteradamente expostas, no ambiente escolar, a violações de direitos, agressões físicas e verbais e discriminações de todo tipo. Ou seja, suas diferenças convertem-se em reais desigualdades.

[...] Eu chamei meus professores pra dizer pra eles que eu gostaria de ser chamada de Mylla na hora da frequência, mas nenhum deles me atendeu, eram todos resistentes, diziam que tinha sido matriculada com nome de homem e iriam me chamar pelo nome que constava na lista deles, isso era terrível! [...] Me lembro de uma vez que eu e uma amiga, também transexual, fomos vestidas com a calça da 'Gang'. Nossa! [...]. Quando chegamos lá nós fomos barradas na porta e ficamos indignadas! A diretora [...] nos chamou na sala dela, nós entramos e conversamos. Ela nos pediu pra que não fôssemos mais com aquele tipo de roupas e nós questionamos, pois, todas as outras meninas iam e só a gente não podia ir, não achamos justo [...]. Então essas coisas não foram nada legais, e assim, não só eu, mas a minha amiga também fomos desistindo de ir pro colégio [...] (MYLLA, 2016).

É um constrangimento que a gente passa com as pessoas todas te olhando, ainda mais que a gente vai maquiada, porque eu não ia com a cara limpa, já que era uma coisa que eu gostava (maquiagem, cabelo, roupa feminina) então as pessoas ficam te 'zoando', fazendo graça, e isso não é fácil [...] (PÂMELA, 2016).

Tem um preconceito muito grande ainda em Macapá, e aí o povo pensa que a gente ainda é palhaçada, que a gente tá na escola pra servir de palhaço. Eles nos veem com um olhar muito diferente devido ao preconceito, mas mesmo assim eu não deixava essas coisas me atingirem, ia pra escola pra estudar e prestava atenção somente nos estudos. Fazia de conta que não estavam mexendo comigo, pois, o que me importava era que eu tava indo pra escola e marcando presença (LAURA, 2016).

⁵ Gíria utilizada por travestis e transexuais para identificar as esquinas onde trabalham.

⁶ Não há registros, fontes ou dados oficiais sobre a prostituição de travestis e transexuais do Estado do Amapá. Percebemos que é inexistente uma organização deste recorte social, sendo que o que existe é uma articulação de travestis e transexuais no interior da Federação que reúne organizações LGBTI.

Os gestos corporais e faciais, as roupas, as maquiagens e todas as outras práticas as quais se convencionaram socialmente atribuir ao universo feminino, para as travestis e transexuais eram condutas que deveriam ser sempre limitadas e controladas na realidade escolar. Isto porque se configuravam em uma ruptura tanto das regras escolares quanto ao que se entende como “normal” dentro do binarismo de gênero e que elas subvertiam.

Percebe-se, nas falas, resistências até mesmo por parte daqueles que deveriam promover o senso de justiça e o bom senso para a superação de preconceitos, como é o caso de professores, técnicos e gestores educacionais. No que se refere à cessão de algumas vontades para que se evitasse o constrangimento das alunas travestis e transexuais, podemos ver exemplos no relato Mylla, ao pedir aos professores que lhe chamassem pelo nome feminino, e também na situação em que foi chamada por sua diretora devido às roupas que usava, e que eram comuns às alunas da escola em que estudava. Justificava-se sempre com aquilo que Foucault (1984) chamou de “contra-natureza”, isto é, desejos que não poderiam, sob hipótese alguma, ser autorizados às transexuais e travestis, já que haviam nascido biologicamente machos.

Outro aspecto evidenciado pelas colaboradoras é a concepção que as pessoas têm quanto à presença de alunas travestis e transexuais nas escolas: presenças anedotais e “humorísticas”, as quais só podem ser visibilizadas em trabalhos extraclases, datas comemorativas e afins.

De início, no ensino fundamental, era tranquilo porque eu sempre me identificava com os professores, sempre tava à frente dos projetos da escola, folclore, principalmente nesses negócios de dança que eles (professores) precisavam dessas coisas, aí o povo já não me via assim como um monstro, até porque eu acho que fui a primeira travesti do colégio, a mais ‘rasgada’ e tinha uma aproximação com a diretora, então o pessoal já tinha um certo medo de ficar me xingando, fazendo graça, olhando torto, aqueles deboches que sempre acontecem, né? Mas claro que sempre tem aqueles ‘enixirinhos’, então sempre vai ter aqueles momentos ruins por isso, mas tô aí né? (PÂMELA, 2016).

[...] Quando tinham aquelas festas e datas comemorativas como do folclore, por exemplo, era muito bom! Eu não me sentia diferente, apresentava aquelas danças e gostava muito, era muito legal porque eu me sentia no meio de todo mundo. Mas no dia a dia as coisas mudavam muito, nem sempre eram boas [...] (MYLLA, 2016).

Reiteram-se aí os aspectos da escola enquanto espaço de circulação “negociada” e a reduzida visão sobre a diversidade de gênero em detrimento ao que se entende por gêneros “oficiais” e “legítimos”. Ainda prevalece o pensamento de que tais identidades só se tornam aceitáveis quando inseridas no contexto que foge da realidade e que se estabeleça no plano da

fantasia, da piada e das representações de realidades fantásticas, o que reforça velhos preconceitos e paradigmas. É nesta conjuntura, e neste ambiente, que as pessoas entrevistadas viveram parte de suas vidas e, ao se “libertarem”, encontraram na rua uma alternativa cruel para viverem suas identidades. Vivemos em uma sociedade historicamente excludente que, a partir de padrões culturais construídos sob marcadores sociais de diferença marcada pela exclusão social, se reflete, particularmente pelos/nos processos de escolarização, em grupos específicos diferenciados pela classe social, bem como diferenciados pelas questões de gênero e orientação sexual (JUNQUEIRA, 2012).

Cada relato carrega um protagonismo de vivência precoce que poderia ser firmemente acompanhada em sua plenitude pela construção do conhecimento e emancipação social através da escola. Neste sentido, considerando o que as narrativas coletadas revelam, entendemos que os principais desafios a serem enfrentados por transexuais e travestis no espaço escolar se dão na superação dos julgamentos alheios – os quais corroboram a falta de compreensão e conhecimento, principalmente por parte dos profissionais da educação – referentes às suas identidades e a forma como elas são vivenciadas. A reprodução das práticas fundamentadas no binarismo de gênero e na heteronormatividade, neste aspecto, se mostram como os mais rígidos elementos de rejeição do diferente e que devem ser suplantados. Fica nítida esta necessidade quando lembra Mylla do período em que resolveu assumir sua identidade “trans”:

[...] Foi em 2006, na época eu fazia a quinta série, cheguei na escola e as pessoas me julgavam dizendo que aquilo não existia, que era coisa de outro mundo, que era errado e tudo mais. Foi muito difícil, a ponto da diretora me chamar na sala dela pra me dizer que eu não podia fazer aquilo, me vestir de mulher, agir como mulher, que era errado e que ela não ia permitir aquilo, pois eu havia sido matriculada como homem e não como menina. Nossa, fiquei aterrorizada quando ela me disse aquilo, me senti excluída e eu a questionei perguntando por que era errado se era como eu me sentia bem. Ela era contra só porque eu era diferente? Então essas coisas foram me deixando chateada, com raiva, me dando a vontade, um tempo, de abandonar a escola (MYLLA, 2016).

Fato que também se evidencia na memória de Pâmela:

Pra te falar a verdade, só no meu ensino médio que eu ficava meio assim de sair pra lancha no intervalo, por exemplo, porque é uma adolescência a mais, sabe? São alunos de dezoito, dezenove, vinte anos, então eu ficava com medo de sair no corredor e os outros me olharem “torto” ou até mesmo fazerem algum mal. Eu estudei o médio à noite, embora na escola fosse tranquilo, eu tinha medo que algo me acontecesse se eu saísse da sala no intervalo, era uma visão que eu tinha, entende? Era algo que eu nunca tinha passado, mas que pensava que poderia acontecer e não dava minha cara à tapa pra ver. [...] o medo é constante porque era o que eu pensava (PÂMELA, 2016).

Ainda que Pâmela tenha sido a única a concluir o ensino básico, nas memórias das colaboradoras os relatos são evidentes sobre o que escola representou em suas vidas: um espaço no qual os padrões heteronormativos e de gênero refletem a forma como a sociedade concebe as diferentes sexualidades, tolhe e pode representar perigo ao experimento e realização de ser quem realmente se é, levando, finalmente, o indivíduo à evasão escolar. Tais padrões, de tão articulados e naturalizados que estão, sobretudo, nos discursos dos atores institucionais, produzem pensamentos de adequação às normas como forma de aceitar as travestis e transexuais dentro das escolas, porém, que elas não “exagerem” em suas vontades de realizar suas experiências no que se refere aos gêneros com os quais se identificam.

As próprias identidades de gênero das entrevistadas foram entendidas e reduzidas a meros instrumentos de subordinação às regras de suas escolas que, por sua vez, não lhes garantiam o direito total de se expressarem do modo como se viam e gostariam de ser, e que ainda limitavam a circulação dessas pessoas dentro destes lugares. Expressar suas diferenças não agradava aos olhares vigilantes e precisos – que tinham a obrigação de docilizar e moldar os corpos – pelo contrário, poderia colocar em risco toda a normalidade já incutida em cada espaço da escola (e fora dela também) (JUNQUEIRA, 2012).

Os discursos diversas vezes proferidos pelos sujeitos que lidavam diretamente com as travestis e transexuais no interior das escolas (por mais que fossem colégios diferentes) são, indiscutivelmente, os mesmos e sempre corroboram a exposição, a humilhação, a violência, o preconceito e a exclusão. Logo, ao invés de se envidar esforços para que se possa garantir dignamente a presença de alunos com gêneros diferenciados na educação, o que se pratica é justamente o contrário. Assim, tem-se como consequência o afastamento e a evasão destes indivíduos os quais, sem muitas alternativas, enveredam por caminhos difíceis e estigmatizados pela sociedade; no caso desta pesquisa, a prostituição. Sobre este fato, analisam Marco Prado e Rogério Junqueira:

[...] Com suas bases emocionais fragilizadas, travestis e transexuais na escola têm que encontrar forças para lidar com o estigma e a discriminação sistemática e ostensiva. Expostas a sistemáticas experiências de chacota e humilhação e a contínuos processos de exclusão, segregação e guetização, são arrastadas por uma ‘rede de exclusão’ que vai se fortalecendo, na ausência de ações de enfrentamento ao estigma e ao preconceito, assim como de políticas públicas que contemplem suas necessidades básicas, como o direito de acesso aos estudos, à profissionalização e a bens e serviços de qualidade em saúde, habitação e segurança (PRADO; JUNQUEIRA, 2011, p. 61).

Considerações finais

Ouvir as vozes de travestis e transexuais, ao lembrarem de suas diversas experiências escolares, é uma prática crucial e que deve ser mais explorada para a ampliação e enriquecimento de debates que priorizem a inserção destes sujeitos na vida em sociedade, que começa na garantia do acesso às escolas e na permanência na educação.

Ao fazermos as análises das narrativas, dos relatos, enfim, das memórias destas pessoas, ficou claro quão impregnada está a sociedade de comportamentos que visam o controle ou a docilização dos corpos em todos os espaços (FOUCAULT, 1987), sobretudo na educação por meio de padrões heteronormativos e de gêneros entendidos como legítimos. A pesquisa revela ainda que o fim do espaço negociado, livre de consensos para o pleno ir e vir de pessoas travestis e transexuais em linha com o pensamento de rompimento da prática preconceituosa em perceber estes sujeitos como imagens puramente cômicas, no âmbito educacional, são lutas para além do que se brada como sendo “justiça social” e revelam-se como verdadeiras chaves para aceitação, não somente das colaboradoras desta pesquisa, mas de todas as pessoas com suas capacidades plurais e que ultrapassam os muros da escola.

Compreendemos que os preconceitos, e especificamente a transfobia, grassam numa sociedade profundamente hierarquizada em termos sociais, de classe, de gênero e de sexualidade. As opressões demarcam violentamente os corpos, os sujeitos e coletividades e estão presentes em diversos espaços sociais dentre os quais destacamos as escolas. Em que pese a educação poder ser um espaço da crítica e da reflexão pública de uma determinada sociedade, devemos compreender também que, ao longo da história da educação na América Latina e em especial do Brasil, os processos educacionais se pautaram por normas moralizantes estruturadas na modernidade colonial, burguesa, cristã, eurocêntrica e heterossexista, tal característica foi a responsável por deixar, desta forma, sublevar, no espaço educacional, toda uma sorte de preconceitos como a marca da ignorância de um processo educacional precário elitista, opressor e segregador em sua origem.

Cabe ainda uma ressalva, se quisermos recuperar a capacidade da educação de se tornar um local privilegiado de crítica e de inclusão é necessário levar a cabo um projeto político radical que compreenda ser necessário ter coragem para operar as transformações e incluir todos e todas que da escola foram excluídos. Para isso é importante pensar a educação a partir de outros sujeitos, notadamente uma educação popular deve ser construída a partir dos interesses dos oprimidos, dos silenciados, dos violentados e não mais daqueles que se utilizaram dela para garantir seu *status quo* na sociedade como dominantes.

Referências

- BUTLER, Judith. **Sexo & Gênero em el segundo sexo de Simone de Beauvoir**. Mora, v.4, 1998.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- CONNELLY, F. Michael; CLANDININ, D. Jean, Relatos de Experiencia e Investigación Narrativa. In LARROSA, Jorge (et.all.) **Déjame que te Cuente** – Ensayos sobre Narrativas y Educación. Barcelona: Ed. Laertes, 1995.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: a vontade do saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- FOUCAULT, Michel . **História da sexualidade 2: o uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.
- FOUCAULT, Michel . **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, Vozes, 1987.
- GADOTTI, Moacir. **Pensamento Pedagógico Brasileiro**. São Paulo, Ática, 2004.
- JUNQUEIRA, Rogério Diniz . **A pedagogia do armário: heterossexismo e vigilância de gênero no cotidiano escolar**. Educação On-Line (PUCRJ), v. 10, p. 64-83, 2012.
- LOURO, Guaciara Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 14. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração**. 5. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- PRADO, Marco Aurélio Máximo; JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Homofobia, Hierarquização e Humilhação Social**. In: VENTURI, Gustavo; BOKANY, Vilma (Org.). Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011. P. 51-72.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. – São Paulo: Cortez, 2007.

AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: REFLEXÕES SOBRE OS MODELOS DO PAIUB AO ENADE

Antonio Evaldo Oliveira¹

Pontifícia Universidade Católica de Goiás - PUC Goiás

Maria Esperança Fernandes Carneiro²

Pontifícia Universidade Católica de Goiás - PUC Goiás

1052

Resumo: Este artigo apresenta-se como um exercício intelectual que parte da pesquisa para doutoramento, com a pretensão de contextualizar historicamente, a avaliação da educação no Brasil, aborda-se desde a criação do PAIUB até os dias atuais com o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE). **Objetivo:** Analisar os elementos que compõem a regulação da Educação Superior no Brasil e a visão das coordenações dos cursos de licenciaturas tendo como referência a avaliação feita pelo SINAES/ENADE. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa estudo do tipo bibliográfico exploratório descritivo e de campo, com aplicação de instrumentos como questionários, entrevistas. **Conclusão:** Nesse sentido, o sistema de avaliação constituído no Brasil, a partir de 2004 com a implantação do SINAES, promoveu uma reforma educativa que colocou no processo avaliativo um caminho para todas as políticas de formação, de financiamento, de gestão de recursos na educação superior.

Palavras-chave: Instituições de Ensino Superior; Avaliação Institucional; Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior; Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes.

Abstract: This article presents as an intellectual exercise that starts from the research for doctorate, with the pretension of contextualizing historically, the evaluation of education in Brazil, from the creation of the PAIUB until the present day with the National Exam of Performance of the Students (ENADE). **Objective:** To analyze the elements that make up the regulation of Higher Education in Brazil and the vision of the coordination of undergraduate courses with reference to the evaluation done by SINAES/ENADE. **Methodology:** This is a research study of descriptive and field exploratory bibliographic type, with application of instruments such as questionnaires, interviews. **Conclusion:** In this sense, the evaluation system established in Brazil, starting in 2004 with the implementation of the SINAES, promoted an educational reform that placed in the evaluation process a way for all policies of training, financing, resource management in education higher.

Keywords: Institutions of Higher Education; Institutional Evaluation; National System of Evaluation of Higher Education; National Student Performance Exam.

INTRODUÇÃO

O presente artigo busca estabelecer algumas reflexões acerca do processo de avaliação da educação superior, destacando o percurso histórico de criação da avaliação em larga escala com o objetivo de compreender os conceitos e a interfaces no contexto atual.

¹ Graduado em História, Direito e Estudos Sociais. Mestre em Educação. Docente da Pontifícia Universidade Católica de Goiás e Faculdade Araguaia; aluno do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Educação, Doutorado. e-mail: antonio.evaldo@uol.com.br.

² Graduada em História, mestre em Educação, Doutora em Educação, professora do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da PUC Goiás. esperancacarneiro@outlook.com.

A questão principal é refletir sobre a elevação de uma avaliação que se vincula a implantação de uma política educacional democrática, a partir dos anos de 1990 com a criação do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB) até situar o atual Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes da Educação Superior (ENADE), constituído por meio da implantação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), no ano de 2004.

Sendo assim, as reflexões a serem elevadas neste trabalho são as de compreender atualmente, os elementos constitutivos do ENADE e seu papel principal como componente curricular obrigatório para os cursos de graduação na educação brasileira, por meio de um recorte teórico em que se resgata historicamente a introdução do processo de avaliação na educação superior.

O Campo da Avaliação da Educação Superior no Brasil a Partir de 1990: surgimento do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB) e do *Provão*

As mudanças ocorridas entre as décadas de 1980 e 1990, no cenário educacional brasileiro trouxeram significativas alterações até a atual constituição da Educação no Brasil. De fato, percebemos que a conjuntura contemporânea se sustenta, também, no projeto histórico de mudanças no contexto da educação e suas políticas não apenas no Brasil, mas em todo mundo.

Voltam-se os olhares aos países em desenvolvimento, aos países com demandas educativas baixas e, em alguns continentes, como é o caso da América Latina, ao baixo acesso à educação superior por uma determinada camada da população. Tais perspectivas, irão se confrontar com as diferentes proposições presentes nos cursos de graduação a serem ofertados nas instituições superiores e na utilização da regulação do sistema de ensino como um todo.

Autores, como: Dourado (2001; 2002; 2007), Oliveira (2001; 2007), Aguiar (1999; 2006), explicitam o cenário das alterações nas políticas educacionais no Brasil, a partir dos anos de 1990 até a contemporaneidade. E também, Cury (1997), Afonso Janela (2000; 2009), Dias Sobrinho (2003; 2011), Coêlho (2008), Gatti (2013), Ferreira; Oliveira, 2010) entre outros, enfatizam as questões pertinentes as políticas formativas e a constituição dos processos de avaliação em larga escala.

Destacamos algumas destas reformas como a da avaliação permanente, pois esta se compõe em políticas públicas que passam a verificar na verdade o desempenho dos alunos em todos os níveis com o objetivo de identificar a qualidade do ensino e das escolas. Essa

exigência defendida pelo Banco Mundial se coloca como busca pela qualidade e pelo melhor desempenho dos alunos em todos os níveis, objetivando com isso uma escola que prepare exclusivamente, por um lado, para o trabalho a partir de um discurso sobre a igualdade a favor da escolaridade, por outro lado, para a excelência³.

Observa-se, inclusive, a longevidade dos princípios fundantes da gestão que impregnaram as reformas no período. No Brasil, a Reforma do Estado inicia-se com Collor de Melo (1990-1992), recrudescer com o governo Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) e muitos dos fundamentos e resultados produzidos ainda perduraram no governo Lula (2003-2010), e perduram no governo Dilma Rousseff (2011-2016), porém com novos elementos, práticas, intenções, mas que a priori, não os abordaremos aqui mas destacamos que as

[...] reformas da educação superior, em particular, seguiram, em geral, a agenda globalmente estruturada para esse nível de ensino, apesar das especificidades na sua concretização em diferentes países. As publicações dos organismos multilaterais (Banco Mundial - BM, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE, dentre outros) desempenham importante papel na focalização de prioridades, diagnósticos e indicação de experiências bem sucedidas para as possíveis resoluções dos problemas enfrentados pelos sistemas de educação superior dos países, sobretudo os periféricos, (CATANI; OLIVEIRA; DOURADO, 2001, p. 212).

As Reformas do Ensino Superior vivenciadas no final da década de 1990 enfatizam a organização de um Sistema baseado na *flexibilidade, competitividade e avaliação*. Seguiram, portanto, a agenda globalmente estruturada para esse nível de ensino, apesar das especificidades na sua concretização em diferentes países (CATANI; OLIVEIRA; DOURADO, 2001; CURY, 1997; DOURADO, 2002).

Se o processo avaliativo das universidades brasileiras foi associado, ainda no regime militar, à ambiciosa política de pós-graduação promovida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), cujo Sistema de Avaliação pelos pares, estendeu-se às agências de fomento à pesquisa como Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). Com o retorno à democracia, paradoxalmente, começa um processo de resistência à avaliação externa, tal fato relaciona-se ao caráter punitivo que esses processos adquirem no plano internacional (BRASIL, 2004; BRASIL, 2006). Por um lado, vale ressaltar que as reformas vinham sendo

³ Esse discurso está presente em um relatório elaborado para a UNESCO junto a Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, coordenada por Jacques Delors. O referido relatório foi publicado em forma de livro no Brasil, com o título Educação: Um Tesouro a Descobrir (UNESCO, MEC, São Paulo: Cortez, 1999).

[...] implementadas, desde os anos 1980, políticas e reformas educacionais em vários países, em consonância com as orientações dos organismos multilaterais e com o processo de mundialização ou acumulação flexível do capital. As reformas da educação superior, em particular, seguiram, em geral, a agenda globalmente estruturada para esse nível de ensino, apesar das especificidades na sua concretização em diferentes países. As publicações dos organismos multilaterais (Banco Mundial - BM, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE, dentre outros) desempenham importante papel na focalização de prioridades, diagnósticos e indicação de experiências bem sucedidas para as possíveis resoluções dos problemas enfrentados pelos sistemas de educação superior dos países, sobretudo os periféricos, (DOURADO; CATANI; OLIVEIRA, 2003, p. 235)

Como reação às concepções quantitativistas é criado, em 1993, o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB), produto do trabalho da Comissão Nacional de Avaliação das Universidades Brasileiras, composta por membros de entidades representativas do setor (BRASIL, 1994). O Programa caracterizava-se como uma proposta de auto-regulação e concebia a avaliação como institucional, cujo foco era a própria instituição, a adesão era de caráter voluntário e propiciava a participação dos próprios integrantes. Previa a criação de uma Comissão de Avaliação no interior de cada Instituição, que elaboraria um projeto de auto-avaliação. Embora tendo a sua origem nas próprias Instituições de Educação Superior (IES), o Ministério da Educação (MEC) era quem financiava e realizava a avaliação dos projetos, inspirados no “Documento Básico de Avaliação das Universidades Brasileiras”.

Vale ressaltar que, todos os processos de avaliação passaram a ser atribuído ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) que se tornou uma autarquia federal em 1997, com a aprovação da Lei 9.448, de março de 1997. Com esta configuração passou a assumir a responsabilidade pelo sistema de informação e documentação e pela elaboração e implementação de projetos e sistemas de avaliação educacional juntamente com outros órgãos do Sistema Nacional do Ensino Superior: Conselho Nacional de Educação (CNE) (credenciamento), a Secretaria de Educação Superior (SESu) (PDI), a pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) (pós-graduação), o Secretaria de Educação Média, Profissional e Tecnológica (SEMPTEC) (cursos e institutos tecnológicos) e a Secretaria de Educação a Distância (SEED) (Secretaria de Educação. à Distância).

Essa forma de avaliação corresponde à concepção formativa/emancipatória, baseada na auto-regulação, na qual a participação da comunidade acadêmica é fundamental, como aconteceu de fato tanto na criação quanto na implementação da proposta. A proposta envolvia

“[...] os diversos aspectos indissociáveis das múltiplas atividades-fim e das atividades-meio necessárias à sua realização, isto é, cada uma das dimensões-ensino, produção acadêmica, extensão e gestão em suas interações, interfaces e interdisciplinaridade” (BRASIL, 1994, p. 5-6). O PAIUB chegou a ser desenvolvido por algumas universidades e, sem ser extinto formalmente, foi relegado pela adoção do Provão, em 1997 (BRASIL, 2004; DIAS SOBRINHO, 2008).

Por meio da medida provisória n. 1.018/95 e da Lei nº 9.131/1995, é criado o Exame Nacional de Cursos (ENC). O Provão, assim intitulado, foi um instrumento de avaliação privilegiado, uma vez que os outros: Avaliação das Condições de Oferta, para os cursos, e Avaliação Institucional, para as Instituições de Ensino Superior, tinham menor destaque na divulgação oficial, sendo os seus resultados utilizados para efeitos regulatórios no reconhecimento de cursos de graduação. Ou seja, “[...] o ENC é exemplo de exames gerais ou nacionais. Esses exames estão atrelados às ideias de controle, eficiência, competitividade e comparabilidade para efeitos de classificação, entre outras” (QUEIROZ, 2011, p. 40). Este Instrumento de avaliação representou um mecanismo de regulação estatal com critérios relacionados ao mercado, com estabelecimento de *rankings* que estimulavam a concorrência entre as Instituições de Ensino Superior (IES).

A Implantação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES): em que consiste pensar a avaliação em larga escala?

A avaliação é a ferramenta principal da organização e implementação das reformas educacionais. Produz mudanças nos currículos, nas metodologias de ensino, nos conceitos e práticas de formação, na gestão, nas estruturas de poder, nos modelos institucionais, nas configurações do sistema educativo, nas políticas e prioridades da pesquisa, nas noções de pertinência e responsabilidade social (DIAS SOBRINHO, 2010, p. 195).

Estudar a avaliação pressupõe, antes de tudo, esclarecer um cenário presente nas políticas educacionais assumido pelo Estado Brasileiro que configura modelos e uma pluralidade de características, e sem dúvida, conforme afirma Dias Sobrinho (2010), a avaliação torna instrumento das reformas educacionais. Ao refletir sobre a mudança no papel do Estado, podemos inferir que a partir da década de 1980 é possível notar um interesse crescente em relação à avaliação, principalmente por parte dos governos neoconservadores e neoliberais, podendo isso ser representado pela expressão “Estado avaliador”. Tal concepção está relacionada a uma figura intervencionista do Estado, ao aumento de interferência e controle por meio da avaliação sistêmica. Ainda, segundo este autor, o Estado adota modelos

da gestão particular das empresas para a gestão pública dando maior ênfase nos resultados (AFONSO, 2009).

Diferentes programas e propostas, portanto, aconteceram antes da promulgação da Constituição de 1988, no Brasil e compuseram os antecedentes da avaliação da educação superior. Destacam-se o Programa de Avaliação da Reforma Universitária (PARU), em 1983; o Relatório da Comissão de Notáveis, em 1985, e a proposta de avaliação no anteprojeto do Grupo Executivo da Reforma da Educação Superior (GERES), em 1986.

A perspectiva que prevalecia, a avaliação quantitativa e objetivista, antecipava as comissões de especialistas para a avaliação de Cursos de Graduação e a aplicação de testes padronizados aos iniciantes e concluintes que seriam procedimentos utilizados depois de 1996.

Em 1988, a Constituição Brasileira, incorpora a avaliação, pois, ao mesmo tempo em que declara a educação livre à iniciativa privada, prevê que ela está submetida ao cumprimento das normas gerais da educação nacional: “[...] a autorização e *avaliação de qualidade* pelo poder público (art. 209),” (BERTOLIN, 2004). Referimo-nos também a uma centralização do controle pedagógico e de avaliação do Sistema Educacional: Currículo (diretrizes curriculares, livro didático); Formação de Professores (programas nacionais de formação, diretrizes curriculares para os cursos superiores e Sistema Nacional de Avaliação) (ENEM, ENADE, SAEB).

Em 2003, o Ministro Cristovam Buarque, por meio de Portarias determina a criação de uma comissão com 17 integrantes entre professores pesquisadores de Universidades, representantes dos órgãos de gestão da educação - a Comissão Especial de Avaliação da Educação Superior (CEA) foi coordenada pelo Professor José Dias Sobrinho da UNICAMP. A equipe criou um documento com intuito de dialogar com toda sociedade, sobre a criação de um Sistema Nacional de Avaliação.

O documento revela um olhar mais acurado sobre o processo de avaliação a partir da criação de um sistema de avaliação e regulação e para Dias Sobrinho (2003), existe uma distinção nesse processo, uma vez que exige informações em larga escala, que são mensuráveis, comparáveis e padronizadas, e avaliação para fins educacionais, com função formativa, que fornece informações para a tomada de decisão no nível da instituição, curso, família ou indivíduo, que são específicas e contextualizadas. A primeira tende a focalizar resultados e produtos e apresenta uma tendência quantitativa; a segunda prioriza processos e dinâmicas e tende a ser de natureza qualitativa (DIAS SOBRINHO, 2003 *apud* VERHINE, 2015).

Em abril de 2004, a Lei n. 10.861 fica instituído o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), na perspectiva de inovar os processos de avaliação sistêmica desenvolvidos até então. Nesse sentido, o § 1º da referida lei apresenta como finalidades do SINAES:

[...] a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional (BRASIL, 2004, p. 1).

Ressaltamos que é importante considerar que os processos de avaliação sistêmica não têm um fim em si mesmo. A sua finalidade maior é a de oferecer informações e indicadores da realidade como suporte para processos de interpretação e comparação entre referenciais construídos idealmente como padrões de qualidade necessários. Nesse sentido, torna-se fundamental que os resultados dessas avaliações sejam apropriados de maneira conveniente.

Um amplo processo de divulgação e esclarecimento à sociedade de modo geral sobre o planejamento, os objetivos e metodologias deve ocorrer como uma estratégia cuidadosa para não expor os resultados aos riscos de uma interpretação inadequada.

O modelo de avaliação a ser desenvolvido deve, também, garantir a sua legitimidade, apresentando claramente os objetivos propostos para o programa, assim como as bases metodológicas sobre as quais se delineará. Os procedimentos de análise dos dados devem se apoiar em critérios defensáveis para a sua confiabilidade, e a sistematização dos dados deve permitir que a comunidade interessada compreenda o desempenho das variáveis analisadas e possa interpretar os resultados alcançados.

Nessa perspectiva o SINAES se contrapõe ao modelo de avaliação previsto via Provão, a rigor analisado por pesquisadores e teóricos como um exame de resultados imprecisos e limitados, o que propiciou oposições e resistências ao Sistema criado (ENC-Provão). Segundo Queiroz (2011), o formato destas avaliações permitiu uma ampliação na educação superior de “[...] seus contornos administrativos e pedagógicos para dar conta da sistemática de avaliação [...] especificamente representada pelo ENC, foi progressivamente entranhada na organização administrativo-funcional das IESs” (QUEIROZ, 2011, p. 39).

O desenho que se configura, em 2004, com a implantação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), apoiar-se-á em princípios nos quais importantes que irão definir o seu papel e, ao mesmo tempo, analisar como os mesmos serão assumidos na prática de cada instituição. Esses princípios são: responsabilidade social com a qualidade da

educação superior; reconhecimento da diversidade do sistema; respeito à identidade, à missão e à história das instituições; globalidade, isto é, compreensão de que a instituição deve ser avaliada a partir de um conjunto significativo de indicadores de qualidade, vistos em sua relação orgânica e não de forma isolada; continuidade do processo avaliativo, (BRASIL/MEC, 2004).

O SINAES envolve a participação de toda a comunidade educativa, sob a gestão do INEP, com diretrizes e instrumentos aprovados pela CONAES. Promove o processo de avaliação da qualidade das (os): - IES - autoavaliação e avaliação institucional (comissões in loco) para fins de credenciamento e credenciamento. Atribui o Conceito Institucional (CI) - Cursos de graduação - avaliação dos cursos de graduação (comissões in loco) para fins de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento. Atribui o Conceito de Curso (CC). - Estudantes - avaliação de desempenho dos estudantes - ENADE

Dentro destas três dimensões: a da avaliação institucional (interna e externa); a dos cursos de graduação e de desempenho dos estudantes vamos destacar a relevância da avaliação dos estudantes, por entendermos que a mesma esta imbricada de forma significativa no contexto de uma possível definição das propostas pedagógicas dos cursos nas instituições superiores.

O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes da Educação Superior -ENADE: concepção e princípios

Conforme já apontamos anteriormente, a partir do ano de 2004, o cenário da educação superior foi tomado pelas mudanças que ocorreram no processo de avaliação das instituições de ensino superior no Brasil, dada a implantação de um Sistema de Avaliação Nacional. Paradoxalmente, a avaliação foi alinhada a uma busca pelo Estado ampliação do ingresso de pessoas na educação superior. Um alinhamento que tem como forte bandeira a democratização e o cumprimento dos preceitos constitucionais e legais, em destaque a LDB 9394/96, em seu artigo 9º, incisos, VI, VIII e IX e no artigo 46, tratando das responsabilidades da União quanto a manter o processo de avaliação das instituições de ensino, em todos os níveis e modalidades, trançando como *eixo nodal* a legislação, que coloca no poder do Estado todo processo de avaliação e controle dos resultados de maneira uniforme, centralizadora e quantitativa.

O princípio da avaliação para os estudantes dos cursos de graduação fundamenta-se da universalização do atendimento ao maior número possível de estudantes. A avaliação deveria ser realizada por estudantes ingressantes que cumprissem de 7% a 24% da carga horária de

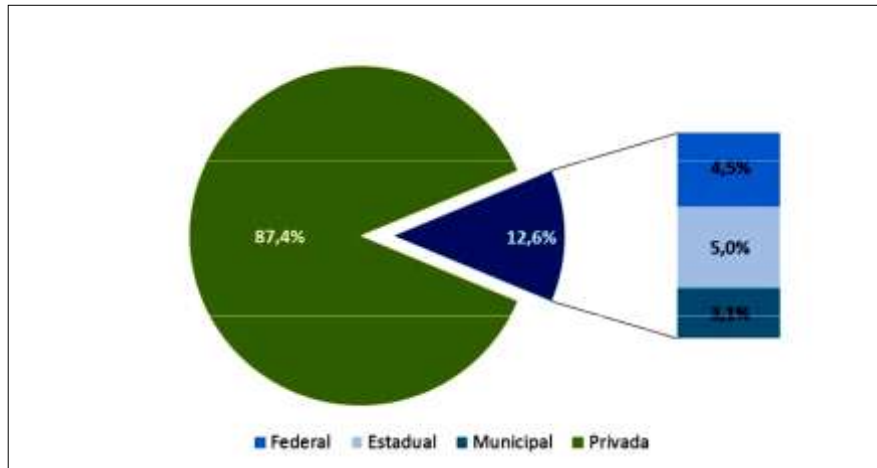
um curso de graduação e para os concluintes que já tivessem cumprido pelo menos 75%, para os cursos tecnológicos e 80% para os demais cursos. Como todo processo avaliativo, o ENADE por ser um exame cuja concepção e seus princípios pautam-se no objetivo de aferir o desempenho de estudantes e para isso, levará em conta um conjunto de habilidades e competências previstas nas Diretrizes Curriculares de cada curso e nas análises em cada ciclo avaliativo resultados das avaliações são expressos numa escala padrão de 5 níveis; os níveis 4 e 5 são considerados de alto desempenho, os níveis 1 e 2 são baixos e o nível 3 é o mínimo aceitável. A ênfase na regulação, mas principalmente no ENADE faz com se surjam visões equivocadas de qualidade da educação.

Em 2009, a seleção dos estudantes deixa de ser amostral e passa a ser censitária e essa metodologia de seleção de alunos para a realização da prova foi novamente alterada em 2011. Os dados referentes à avaliação do ENEM passaram a compor os dados dos ingressantes no ENADE, dispensando-se os alunos ingressantes da realização da prova. Todavia os concluintes continuaram a ser compulsoriamente convocados para realização da prova de conteúdos gerais e específicos da formação.

Como um dos princípios do Exame é de que os estudantes precisam “[...] compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão, ligados à realidade brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento, contribuindo assim para a avaliação dos cursos de graduação” (BRASIL, INEP, 2004, p. 9), a prova é organizada a partir da elaboração de questões que de formação geral (10) e de formação específica (40).

O Exame Nacional de Cursos (ENC, o provão), realizado no período de 1996 a 2003 com estudantes formandos de graduação, foi à primeira tentativa efetiva de se avaliar a metodologia de ensino-aprendizagem de cursos de várias áreas. Em 2004, o provão foi substituído pelo Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE). Com o desenvolvimento deste novo dispositivo de avaliação, foram criados e emitidos alguns indicadores que tem por objetivo de elaborar rankings das “melhores” IES do país, utilizando somente o elemento da avaliação realizada pelos cursos e pelos estudantes, o ENADE. Nota-se que a intenção desse exame é medir “[...] o valor agregado desempenha um papel central no delineamento dos testes e na possibilidade de melhorar a qualidade de informação fornecida por um exame dessa natureza” (VERHIME; DANTAS, 2006, p. 18). Com objetivo de demonstrar alguns dados sobre o atendimento do ENADE, aos cursos e estudantes, os quadros abaixo representam a situação da rede de educação superior brasileira até 2014 bem como a evolução de instituições e cursos avaliados desde a implantação do ENADE até 2014 (BRASIL, 2014):

Gráfico 1: Em 2014, 32.878 cursos de graduação foram ofertados em 2.368 instituições de educação superior no Brasil



Fonte: INEP - Notas Estatísticas do Censo da Educação Superior - 2014

- 12,6% das IES são públicas;
- Das IES públicas, 39,6% são estaduais, 35,9% são federais e 24,5% são municipais;
- A maioria das Universidades é pública (56,9%);
- As IES privadas são preponderantes nos centros universitários (92,5%) e nas faculdades (93,2%);
- Quase 3/5 das IES Federais são universidades e 37,4% são IFs e Cefets.
- As IES privadas têm uma participação de 74,9% (5.867.011) no total de matrículas de graduação. A rede pública, portanto, participa com 25,1% (1.961.002).
- O crescimento do número de matrículas foi 7,1% de 2013 para 2014, sendo 1,5% na rede pública e 9,2% na rede privada.
- As matrículas de graduação da rede privada alcançaram, em 2014, a maior participação percentual dos últimos anos, 74,9% do total.

Gráfico 2: Número de concluintes em cursos de graduação, por categoria administrativa - Brasil - 2003-2014

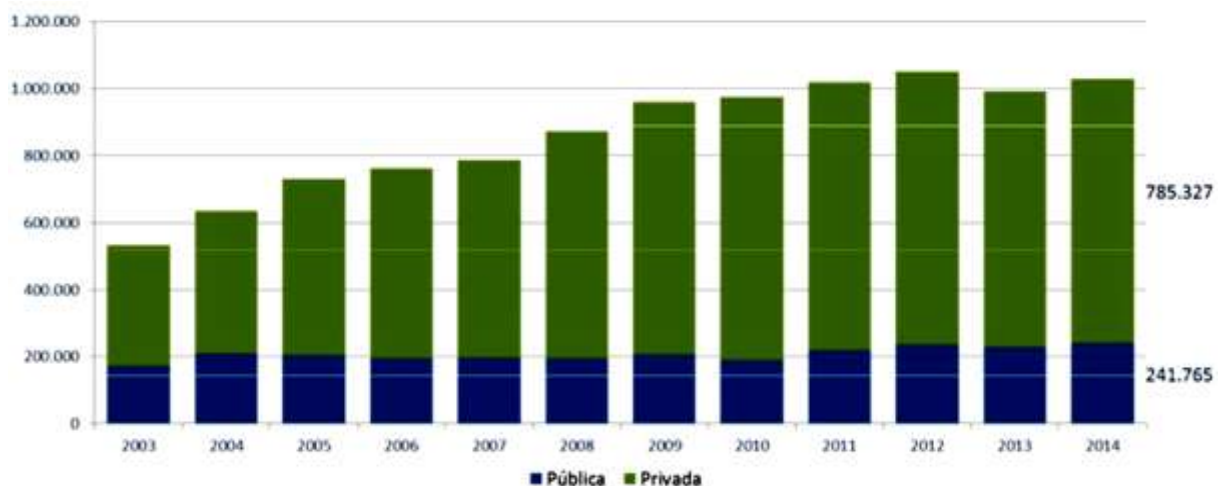
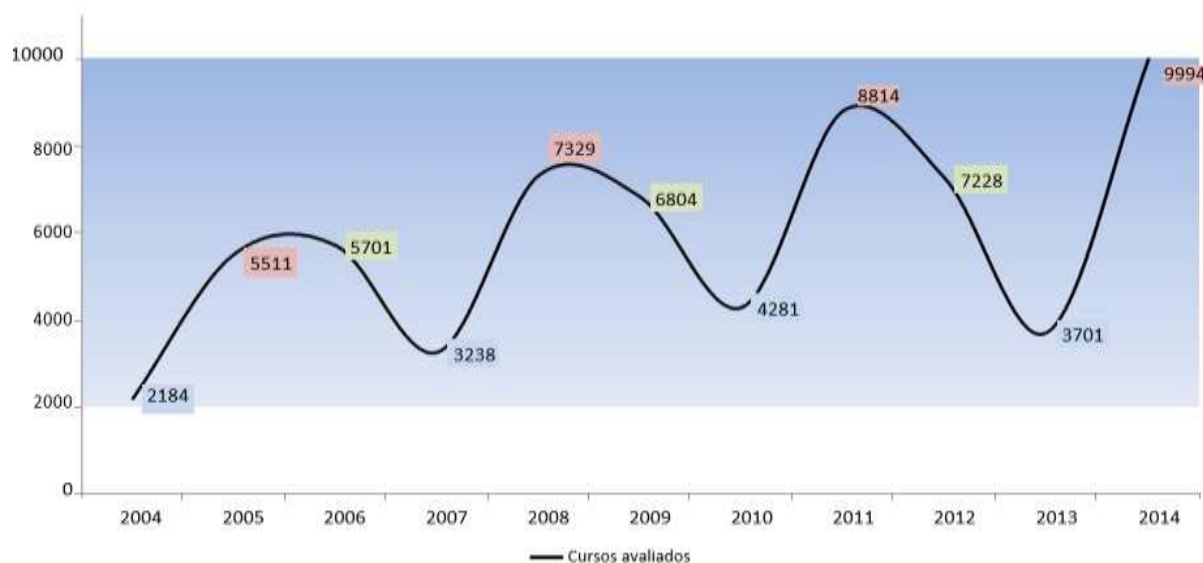


Gráfico 3: Quantidade de Cursos Avaliados no ENADE - 2004-2014



Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP -2015

Um dos objetivos das atuais políticas de Estado é o crescimento do acesso ao ensino superior. Se, constitucionalmente, todo cidadão tem direito a educação e de fato, deveria ser pública e gratuita, os dados apontam o que historicamente o Brasil acompanhou a partir dos anos de 1990, que foi o fenômeno da expansão privada do ensino. Nesse sentido, os dados de acesso a educação superior e de realização do ENADE, se evidenciam por termos maior acesso, porém em condições para conclusão mais complexas, haja vista que, as mensalidades são onerosas e muitos acabam desistindo de manter-se numa IES privada. De 5.867.011 de ingressantes nesta rede de ensino, apenas 785.327 concluíram os cursos. Esta demanda são estudantes que fariam ou fizeram provas do ENADE, de acordo com o ciclo avaliativo. Segundo Amaral (2009), a “[...] A educação é hoje considerada mais como um ingrediente indispensável para a concorrência econômica e menos como um direito social, e está se tornando cada vez mais um serviço” (AMARAL, 2009, p. 15).

É importante destacar que o ENADE, que é um exame em larga escala, não avalia a ênfase do curso, mas sim os itens que constam das diretrizes curriculares nacionais, comuns a todos os cursos e a partir dos quais os projetos são construídos. Compete ao avaliador de curso, na visita *in loco*, verificar a compatibilidade entre a ênfase, a realidade social e o perfil do profissional graduado pela IES. Além disso, a implementação de exames padronizados, pelo Estado, vem acompanhada por um conjunto de orientações para docentes e gestores com

a finalidade de alinhar as suas ações às expectativas das avaliações. Nesse sentido, o ENADE, segundo Coêlho (2008)

[...] é uma evolução se comparado com o “Provão”: avalia ingressantes e concluintes, formação geral e profissional. Contudo, desde a sua primeira edição, mantém a mesma lógica subjacente ao “Provão”: compara o desempenho das instituições e emite resultados simplificados. Comparações e resultados simplificados não são um mal em si, mas, dentro de uma lógica mercadológica, funcionam apenas como um fator de concorrência mercantil, em oposição à possível colaboração e troca de experiências visando à melhoria de qualidade (COÊLHO, 2008, p. 26).

Conseqüentemente, em primeira análise, o formato do exame e as exigências que o mesmo decorre na obtenção de resultados que levam ao ranqueamento das instituições públicas e privadas de educação superior, tendência de certa forma, uma preocupação no âmbito da gestão pedagógica das IESs, a uma inclinação dos conteúdos e das atividades formativas, para que sejam adequadas ao formato e direcionamento dos exames. Sendo assim, no formato de uma avaliação em larga escala, as instituições de ensino são vistas como prestadoras de um serviço educacional à comunidade, portanto, indicadas a prestar contas e dar a sociedade resultados favoráveis do trabalho realizado e, de forma inexorável, vão se ajustando a uma política de formação para o mercado, já que os conhecimentos por meio de uma realização de exames padronizados são delimitados em detrimento de outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ressaltamos que as demandas decorrentes dos processos de avaliação se tornaram mais evidentes a partir do início dos anos de 1990, neste país. Esse período foi marcado por demandas aos diferentes níveis e modalidades educação, em destaque a Educação Superior, com exigências em torno da qualidade, sob a ótica das políticas educacionais e da determinação dos caminhos para formação de profissionais, tudo isso, objetivando o atendimento aos novos tempos que se instalaram no país a partir desse espaço temporal.

No processo histórico, a avaliação da educação superior foi se estabelecendo junto ao processo de transformações sociais, políticas e econômicas no país e a conduta avaliativa foi se configurando para um modelo mais economicista, de ranqueamento e de exigências junto às instituições de ensino superior, que passaram a acompanhar a lógica avaliativa como um processo permanente e obrigatório, que nasce da implantação do PAIUB e, do exame PROVÃO até a chegada em 2004, do exame ENADE e este a rigor, torna-se componente

obrigatório curricular definido pela Lei 10.861, de 14 de abril de 2004, uma vez que para colar grau, a realização do exame é imprescindível.

Nesse sentido, o sistema de avaliação constituído no Brasil, a partir de 2004 com a implantação do SINAES, promoveu uma reforma educativa que colocou no processo avaliativo um caminho para todas as políticas de formação, de financiamento, de gestão de recursos na educação superior. Cria-se um processo de regulação e controle e conseqüentemente de firmar o papel do Estado como indutor e controlador de uma concorrência entre as IESs superiores, a opção de ter um exame que sistematize de forma complexa em seus cálculos, mas de forma simplificada a sociedade, reforça a ideia de que existe um projeto democrático e aberto.

Concluimos até o momento que a avaliação institucional prevista pelo SINAES, a partir de 2004, tem como principais objetivos: melhorar a qualidade da educação superior, orientar a expansão da oferta; identificar mérito e valor das instituições, áreas, cursos e programas nas dimensões de ensino, pesquisa, extensão, gestão e formação e promover a responsabilidade social das IES, respeitando a identidade institucional e a autonomia. As instituições passam por processos avaliativos internos, externos, auto-avaliativos e de desempenho dos estudantes.

Partindo desse pressuposto, como uma etapa de desenvolvimento de nossas pesquisas para o doutoramento, entendeu-se que a composição do ENADE, como um exame em larga escala pressupõe resultados por meio de indicadores dentro do sistema avaliativo que corroboram para que as instituições utilizem desse resultado para aferir o seu grau de qualidade como um serviço prestado a sociedade e ao mesmo tempo, delinea caminhos que poderiam afetar a organização pedagógica de matrizes e projetos de cursos.

Ressaltamos o quão é valioso o estudo da avaliação institucional, na medida em que percebemos a necessidade de compreender a extensão do processo de regulação, avaliação e controle, em nosso caso, na educação superior. A constituição de um exame que é fragmentado e muito valorizado, o que confronta o projeto inicial do SINAES, em que avaliação se daria num conjunto de diferentes instrumentos e atores, de programas permanentes e ações conjuntas do Ministério da Educação e demais entes federados, além de valorizar a avaliação como processo emancipatório, dinâmico, formativo e multidimensional e com isso poderia gerar a autorregulação institucional.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo Janela. **Avaliação**: regulação ou emancipação. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

AMARAL, Alberto. Avaliação e qualidade do ensino superior. As muitas racionalidades da qualidade. In: LEITE, Denise (Org.). **Avaliação participativa e qualidade**: os atores locais em foco. Trad. Mircele Dornelles. Porto Alegre: Sulina; Editora Universitária Metodista IPA, 2009. p. 11-32.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federal do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Secretaria de Ensino Superior. **Programa de avaliação institucional das universidades brasileiras (PAIUB)/MEC/SESu**. Brasília: SESu, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/96** de 20/12/1996. Brasília: MEC subsecretaria de edições Técnicas, 1996.

BRASIL. SINAES. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à efetivação**. 2. ed. ampl. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004. 155 p.

BRASIL. Documento: **Avaliação da Educação Superior no Brasil**: do *Provão* ao ENADE. Robert Evan Verhine e Lys Maria Vinhaes Dantas. Documento preparado para o Banco Mundial Gerente responsável: Alberto Rodriguez, dez. de 2005.

_____. Ministério da Educação. **Notas Estatísticas**. Brasília: Censo da Educação Superior, 2014.

CATANI, Afrânio M.; OLIVEIRA João Ferreira de; DOURADO, Luiz Fernandes. Política educacional no mundo do trabalho e reforma curricular dos cursos de graduação no Brasil. **Revista Educação e Sociedade**, ano 23, n. 75. Campinas: CEDES, 2001, p. 67-83.

COELHO, Maria Inês de M. Vinte anos de avaliação da educação básica no Brasil: aprendizagens e desafios. **Revista: Avaliação das Políticas Públicas Educacionais**. Rio de Janeiro, v. 16, n. 59, p. 229-258, abr./jun., 2008.

DIAS SOBRINHO, José **Avaliação**: políticas educacionais e reformas da educação superior. São Paulo: Cortez, 2003.

DOURADO, Luiz Fernandes. Reforma do estado e as políticas para educação superior no Brasil nos anos 90. **Educação e Sociedade**, Campinas, CEDES, n. 80, p. 235-253, 2002.

DOURADO, Luiz Fernandes; CATANI, Afrânio M.; OLIVEIRA, João Ferreira de (Orgs.). **Políticas e gestão da educação superior**: transformações recentes e debates atuais. São Paulo: Xamã, 2003.

GATTI, Bernardete Angelina. **A construção da pesquisa em educação no Brasil**. Brasília: Plano Editora, 2002. (Série: Pesquisa em Educação, v. 1).

QUEIROZ, Kelli Consuelo Almeida de Lima. **Eu avalio, tua avalias, nós nos autoavaliemos?** Uma experiência proposta pelo SINAES. Campinas, Autores Associados, 2011. Coedição da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília - UnB (Coleção Políticas de Educação).

VERHINE, Robert E. Avaliação e regulação da educação superior: uma análise a partir dos primeiros 10 anos do SINAES. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 20, n. 3, p. 603-619, nov. 2015.

VERHINE, Robert Evan; DANTAS, L. M. V.; SOARES, José Francisco. Do Provão ao ENADE: uma análise comparativa dos exames nacionais utilizados no ensino superior brasileiro. Ensaio. **Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 14, p. 291-309, 2006.

ESTUDANDO AS PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES DOCENTES SOBRE O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENA DOS PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS

Tatiane Lima de Almeida

Estudante do mestrado profissional em Culturas Africanas da Diáspora e dos Povos Indígenas da Universidade de Pernambuco – Campus Garanhuns. E-mail: tatianelima1983@hotmail.com

1067

Resumo: De acordo com a lei 11.645/08 que regulamenta o ensino da história e cultura dos povos indígenas, vem sendo vivenciada no ensino de história em escolas públicas do ensino fundamental anos finais, através das práticas pedagógicas exercidas pelos docentes no ensino de história escolar, buscando identificar as representações sobre esta temática, na qual pressupomos que ela ressalta a visão estereotipada e folclórica que professores/estudantes têm sobre o índio brasileiro. Complementando o estudo dessas práticas e representações docentes também serão analisados os livros didáticos de diferentes editoras empregados nas escolas-campos de pesquisa sobre como a temática indígena, visto que estes são importantes instrumentos da vivência do ensino de história.

Palavras-chaves: Ensino de História; Lei 11.645/2008; Práticas Pedagógica; Livro Didático.

Abstract: According to Law 11.645 / 08 that regulates the teaching of the history and culture of indigenous peoples, it has been experienced in the teaching of history in public elementary schools in the final years, through the pedagogical practices practiced by teachers in teaching school history, seeking to identify the representations on this subject, in which we assume that it emphasizes the stereotyped and folkloric vision that teachers / students have about the Brazilian Indian. Complementing the study of these practices and teacher representations will also be analyzed the textbooks of different publishers employed in schools-research fields on how the indigenous subject, since these are important instruments of the experience of teaching history.

Key-words: History teaching; Law 11.645 / 2008; Pedagogical Practices; Textbook.

INTRODUÇÃO

Atualmente a educação convive com as exigências dos currículos, das novas leis, diretrizes e propostas pedagógicas. Sabendo que a realidade do cotidiano escolar difere do que é proposto por estes documentos oficiais, é preciso pensar quais as dificuldades enfrentadas por professores no desenvolvimento destas exigências governamentais no ensino da história indígena. Mas esse questionamento deve ser realmente do professor?

As mudanças no ensino de história e as reformas políticas educacionais que ocorreram na última década e que favoreceram o desenvolvimento da educação brasileira, com a criação

da Lei 11.645/2008 que torna obrigatório no currículo do ensino fundamental e médio – público e privado – o estudo da história da cultura afro-brasileira e indígena. As problemáticas enfrentadas no ensino de história são muitas, principalmente quando se trata da pluralidade e diversidades das etnias indígenas e da pouca relação existente entre algumas comunidades escolares e esses povos.

A história indígena tratada no âmbito escolar ainda está carregada de preconceitos e estereótipos, tanto por parte dos professores quanto dos estudantes. A lei não delega apenas a responsabilidade aos professores de ensinar a História e Cultura Indígena, porém o que se percebe é que a maioria dos professores não está preparado para prestar esse serviço educacional aos estudantes do ensino fundamental, ao menos não sem uma formação densa nessa área.

Ainda hoje, a ideia de história indígena concebida em sala de aula, trata o índio de forma “folclórica” e anacrônica, isso para não dizer pejorativa, e de antigos rituais, como enfeitá-lo com cocares, penas e outros adereços, que reforçam a ideia deturpada sobre o índio brasileiro, sem problematizar tais adereços e práticas. Assim, as dificuldades de professores e demais profissionais da educação básica consistem, particularmente, em responder à questão de como caracterizar com clareza as sociedades indígenas em seus aspectos contemporâneos e historicamente construídos, ressaltando, entretanto, a singularidade de cada uma delas, sem reforçar estereótipos e preconceitos (WITTMANN, 2015, p. 23).

A partir da década de 1990, inúmeras obras de cunho didático a respeito de informações mais atualizadas e corretas a respeito das sociedades indígenas foram lançadas. Os índios representados nesses livros produzidos para as escolas brasileiras, representam o índio de forma estereotipada, reforçando uma falsa representação das populações indígenas no ensino de história.

Como objetivos nesse estudo serão discutidas as práticas e representações docentes, bem como, os conteúdos dos livros didáticos de diferentes editoras empregados nas escolas-campo-de-pesquisa sobre a como é trabalhada e proposta a temática indígena, visto que estes são importantes instrumentos da vivência do ensino de história na educação pública brasileira

A escola como espaço de superação de visões estereotipadas

Os desafios e as possibilidades do ensino da História Indígena na educação, tem como intuito possibilitar que professores e estudantes possam pensar sobre as sociedades indígenas que vivem no Brasil, e que conheçam não apenas a diversidade dos grupos aqui existentes,

mas que também se apropriem da história indígena. Pois, é notório que ambos desconhecem a rica diversidade étnica no território brasileiro.

[...] as problemáticas enfrentadas na escola, em especial nas aulas de História, quando se trata de questões relacionadas à pluralidade das etnias indígenas e à diversidade constituintes de suas experiências histórico-culturais. (LIMA, 2016, p. 100)

A escola tem o papel de superar ideias equivocadas a respeito dos povos indígenas, veiculando informações que permitam conhecer, respeitar e valorizar sua diversidade e identidades. Torna-se necessário identificar os problemas de modo a perceber onde está a lacuna que prejudica a abordagem da temática indígena no cotidiano escolar, isso deve ocorrer através da observação e análise práticas desenvolvidas em sala de aula.

A necessidade de rever a temática indígena nas escolas, é uma preocupação de vários setores da sociedade, governos, educadores e intelectuais. É imprescindível o esforço para que visões estereotipadas do “índio”, deixem de ser realidade nas escolas brasileiras, e na mentalidade dos próprios educadores. Apesar dos avanços nas pesquisas sobre o ensino de história da cultura indígena, o “índio” continua sendo visto como único e o mesmo que existia em 1500, uma espécie de entidade genérica.

Se, por um lado, a obrigatoriedade do estudo da história e cultura indígena na escola, forjada por uma lei, pode produzir certo desconforto, por outro oferece possibilidade alentadora de que um tema tão importante e necessário se faça presente no curso básico e nos currículos de formação docente, favorecendo o diálogo étnico-cultural e modos de vida próprios dos povos originários e, contribuindo, assim, para superar o silêncio e os estereótipos que, em geral, acompanham a temática indígena nos espaços escolares. (BITTENCOURT, 2012, p.14)

Por tanto, percebemos que a educação escolar é um meio de superar os preconceitos, ideias equivocadas sofridas pelos povos indígenas. Nesse sentido, torna-se necessário identificar os problemas no modo como o ensino de história trata essas comunidades. Tendo como papel importante na promoção do reconhecimento e respeito dos grupos étnico-culturais, é nessa perspectiva que a educação deve ser pensada, como sendo uma disciplina mista, que articula com maior discernimento a fora como conduz suas discussões.

Deve-se ressaltar, que a educação é responsável por promover a inclusão desses povos, e não mais ser um instrumento de dominação que durante o período colonial por exemplo; teve o papel salvacionista e civilizatório do ponto de vista do colonizador. A participação dos povos indígenas na história do Brasil trabalhada em sala de aula, vincula sempre o “índio” no passado, no processo de colonização, e fomenta uma negligência para com os indígenas historicamente construídos em suas lutas, por território, abandono de suas terras originais por pressão social e tantos outros fenômenos sociais e políticos complexos que integram essa história.

A história construída sobre a formação da sociedade brasileira sobre o olhar do colonizador, privilegiou por muito tempo os heróis, valores, patrimônios e a cultura europeia em detrimento daquilo que estava se desenvolvendo aqui, promovendo com isso um silenciamento da participação dos povos indígenas na construção da história do nosso país, isso sem mencionar todas as outras categorias inseridas também de forma genérica na categoria de comunidades tradicionais.

Esse indígena visto apenas como coadjuvantes da história dos colonizadores deve ser repensado com urgência e a história indígena reescrita e recontada. A sala de aula é sem dúvida o principal lugar para que haja essa modificação. No decorrer dos estudos historiográficos a população indígena não aparece em outros momentos, fora da colonização, mesmo quando se discute os movimentos sociais e as lutas por territórios rurais o indígena é “escondido” dentro da categoria de “militante rural”, algo que não agrega valor às discussões e limita tanto aos educadores quanto aos estudantes uma visão por assim dizer, completa dos fenômenos sociais.

Esse cenário, no entanto, vem se transformando a algum tempo na academia, ao refletir acerca do próprio conceito de cultura, que percebe a transformação social que os grupos tradicionais, dentre eles os indígenas passaram ao longo de nossa história. Ter condições de perceber essas transformações sociais é crucial, para de fato caminhar na direção de um processo de ensino aprendizagem que vise realmente o respeito e o reconhecimento das várias identidades existentes no Brasil.

“A escola é um espaço privilegiado para as várias manifestações de diferentes grupos, para onde convergem normas, valores, tradições, rebeldias, resistências e novas perspectivas, bem como dela procedem ressignificações, indignações, comportamentos e reelaborações que são possíveis graças à convivência entre as diferenças posta em jogo.” (LIMA, 2016, p. 102)

As leis 10.639/03 e a lei 11.645/08 promoveram sem dúvida um grande avanço nas últimas décadas, somando as experiências dos movimentos sociais que favoreceram o reconhecimento de direitos e identidades de povos e comunidades negligenciadas ao longo da história. No âmbito educacional, a possibilidade de reconhecer e discutir a sociodiversidade brasileira atuou como um lugar de resistência para dar suporte as manifestações sociais e fundamentar as leis que apoiam esses grupos. A obrigatoriedade do ensino da história e da cultura indígena é sem dúvida o maior marco desse processo. A implementação das leis possibilitou estudar, conhecer, compreender a temática indígena, superando assim os equívocos, preconceitos, estereótipos construídos até hoje na sociedade de todo país.

“...Lei nº 11.645 nos coloca: estabelecer um diálogo intercultural respeitoso com os povos indígenas...” (MEDEIROS, 2012, p. 61). A referida lei além de favorecer novos olhares para a História e para esses grupos, também servira para mudar antigas práticas pedagógicas preconceituosas. Em uma análise superficial, percebe-se que existem vários desafios para efetivação de que determinou a Lei, no que se refere aos conteúdos mencionados, dando ênfase aos aspectos simbólicos e representativos, como ao preparo dos professores, estes que em muitos casos não tiveram formação adequada ou capacitação para a efetivação da mesma.

“... uma análise mais profunda a respeito das informações que chegam ao público de modo geral, sobre a questão indígena e ainda faz com que possamos perceber como tem sido o papel dos educadores e do material utilizado em sala de aula no reforço de noções preconceituosas e estereotipadas.” (SOUZA; SANTOS, 2016, p. 188)

A escolha das abordagens sobre a metodologia e temática indígena utilizadas nas escolas são um grande desafio para os educadores, e que acabam por homenagear os índios no dia 19 de abril, fazendo cocar, pintando os estudantes ou através de leituras de lendas folclóricas, mas sem problematizar essas atividades o que acaba por não alterar em nada o quadro social. Trabalhar a temática apenas em datas comemorativas, resulta em reproduzir visões distorcidas e estereotipadas, deixando uma sensação de “fazer por que se manda”, mas sem haver de fato um compromisso social e de cunho educacional *sensu stricto* nessas práticas.

As autoras Souza e Santos (2016), afirmam que enquanto deixarmos uma perspectiva eurocêntrica e etnocêntrica obscurecer nosso olhar sobre a diversidade cultural brasileira, nosso material didático produzido, nossos discursos, nossas práticas pedagógicas continuarão a produzir ideologias preconceituosas de negação do outro.

Corroborando com o proposto por Souza e Santos (2016), Collet (2013, p. 8), coloca que “Cabe chamar a atenção para a importância da abordagem da tentativa indígena na sala de aula não apenas porque ela é uma questão “politicamente correta” ou porque “os índios são nossas raízes”, mas também pelo fato de que existem hoje graves situações de conflitos, discriminação e violência sofrida pelos povos indígenas.” É preciso educar as crianças e os jovens para a construção de um olhar crítico sobre a relação de desigualdades existentes entre os diversos grupos étnicos.

Na efetivação da Lei 11.645/2008 o maior desafio talvez seja a capacitação dos professores, tanto na formação inicial nas universidades, quanto nas formações continuadas. Raramente disciplinas que atendam a temática exigida pela lei são ofertadas nestes cursos e quando são falta formação naqueles que estão ministrando tais disciplinas. A experiência

prática e o contato com a realidade indígena também se faz necessária, mas é totalmente negligenciada pelas instituições formadoras.

Silva (2012, p. 220) coloca que:

“É preciso que as secretarias estaduais e municipais incluam ainda a temática indígena nos estudos, nas capacitações periódicas e na formação continuada, e a abordagem deve se dar na perspectiva da sociodiversidade historicamente existente no Brasil.” (SILVA, 2012, p. 220)

Fica evidente nas diversas pesquisas realizadas e divulgadas que a maioria dos educadores não estão preparados para trabalhar a temática indígena em sala de aula. Vale destacar que esse problema não está restrito à temática indígena, mas também a vários outros temas relacionados ao contexto contemporâneo, o que expõe a fragilidade em conduzir uma educação contextualizada e presente.

1072

A prática educativa no processo de ensino aprendizagem

A inserção e o aprimoramento do estudo da História e da Cultura indígena na educação básica são parte de um processo de reconhecimento e valorização da educação para as relações étnico-raciais. Com isso, promove-se o respeito a diversidade cultural brasileira, mostrando que a história do nosso país foi construída por diferentes grupos humanos conviventes do mesmo espaço social.

Conforme orienta as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a Educação das Relações Étnico-Raciais (2004). Essa prática pedagógica pautada por uma educação para as relações étnico-raciais propõe superar preconceitos através de ações afirmativas de Estado, apresentando outros pontos de vistas históricos e sociais, aproximando as pessoas do conhecimento sobre a formação do nosso país em uma perspectiva múltipla e diversa.

Tendo em vista que infelizmente ainda hoje em muitas escolas brasileiras a “história [é] contada a partir de um único ponto de vista: do colonizador e que ainda traz um eurocentrismo implícito nos materiais didáticos, desde a escolha dos conteúdos, até a percepção daqueles que são priorizados em detrimento de outros quase esquecidos. História essa que desde os tempos coloniais vê os não brancos como gente “incivilizada”, sem cultura, sem estado e como pagãos, que, portanto, poderia ser explorada tal e qual um animal de carga ou de curral. (CARVALHO; NOGUERA, 2013, p.18).

É importante lembrar que o ensino de história não se limita apenas a apresentar fatos no tempo e no espaço, não é somente o conteúdo proposto em sua sequência, excluindo a realidade do aluno desprezando qualquer experiência da história por ele vivida.

(BITTENCOURT, 2009, p. 192) “[...] além do desafio de saber como introduzir e encaminhar as tarefas de aprendizagem para os alunos de diferentes idades e condições culturais.” História é estudar as ações dos homens, procurando explicar as relações entre seus diferentes grupos.

Ensinar passa a ser então, a mediação de conceitos para a construção do conhecimento histórico e dar condições para que o aluno possa participar do processo do fazer, do construir e perceber a história. E que a sala de aula não é apenas um espaço onde se transmite informações, mas, trata-se de uma relação teoria e prática, ensino e pesquisa. A distância que há entre a formação acadêmica e a realidade da prática escolar, é um grande desafio atualmente no ensino, nesse aspecto no ensino de história tem sido alvo de várias pesquisas.

Para Selva Guimarães Fonseca há uma necessidade urgente por uma política-pedagógica na formação docente, formação continuada e na valorização dos docentes, para ela é necessário que o profissional em história que escolhe a docência, tenha o objetivo de reconstruir a complexidade dos saberes escolares no cotidiano da prática escolar.

No dia a dia escolar as dificuldades encontradas pelos educadores nas salas de aula, está também na prática utilizada para acompanhar as inovações tecnológicas e no processo histórico de ensino aprendizagem. A prática educativa é um campo amplo e complexo, que não existe uma receita para determinar o que é correto ou não. Mas é de extrema importância que o docente passe a se conscientizar, e assim tomar as decisões que melhor se encaixe em sua prática.

Para Tardiff (2012), a prática educativa mobiliza diversos saberes e se refere a diversos saberes, a prática busca atingir um objetivo externo. Seria a prática educativa uma arte? É o professor um artista, que tem a habilidade de esculpir seu aluno? A prática é uma ciência objetiva? Ou mesmo a prática educativa como uma interação?

É preciso pensar neste ponto, de uma perspectiva pós-estrutural no sentido de entender que aquilo que se concebe enquanto “conhecimento” acadêmico, “artístico”, “filosófico”, “mítico” e aquele que convencionamos chamar de “senso comum”, são de fato formas de perceber a realidade plenamente e todos perpassam os espaços escolares, as vivências dos educadores e educandos e dos mais diversos grupos étnicos, inclusive conversando entre si em determinados seguimentos sociais.

Supõe-se que a prática docente é uma arte, uma técnica, uma interação, que é muito mais que tudo isso. E que como professor em sua prática o objetivo seja de formar pessoas que não precisem mais de professores. Zabala (2010, p. 9) coloca que; “De fato, quer mostrar que a resolução dos problemas que a prática educativa coloca exige o uso de alguns

referencias que permitam interrogá-la, ao mesmo tempo que proporcionem os parâmetros para as decisões que devam ser tomadas”.

Sendo assim, a relação dos currículos, leis, diretrizes e propostas pedagógicas com o ensino de história não é apenas um conjunto de conhecimentos escolares a serem ensinados, aprendidos e avaliados, mas uma construção, um processo, um campo de lutas. Nesse contexto Fonseca (2007, p. 49), coloca que; “O currículo é entendido como um campo de relações e intenções sociais, políticas, econômicas e culturais, é parte constitutiva do contexto produzido e produtor de relações, de saberes e práticas escolares”.

O conjunto desses elementos orientam os docentes nas atividades escolares, mas são também objetos sociais e culturais nas práticas pedagógicas. Além disso, quando observamos as práticas educativas, no dia a dia da sala de aula, verificamos que esses elementos divergem do que é previsto. Sendo que, o governo orienta o que se deve ensinar, porém a realidade vivida pelos docentes é diferente. Para Sacristán (2000), o que importa não é o que se diz que se faz, mas, o que verdadeiramente se faz; o significado real do currículo não é o plano ordenado, sequenciado, nem que se definam as intenções, os objetivos concretos, os tópicos, as habilidades, valores, etc., que dizemos que os alunos/as aprenderão, mas a prática real que determina a experiência de aprendizagem do mesmo.

Os currículos oficiais são produtos de concepções, interpretações e escolhas de pessoas, que determinam o que deve ser ensinado. A imposição por parte dessas políticas educacionais, não respeitam a autonomia de quem realmente está diretamente ligado ao cotidiano escolar. O livro didático é uma ferramenta importantíssima no processo ensino aprendizagem, mas temos que lembrar que acima de tudo ele é um produto comercial, visando também a comercialização, se não dizer apenas a comercialização, para evitar a adoção de livros inadequados, temos enquanto professores que nos valer do processo de escolha, que atualmente acontece de forma democrática pelos professores da rede pública de ensino nacional e não esquecer que o livro é uma ferramenta e que por si só não construirá o processo de conhecimento, ele é apenas uma ponte para ambos produzirem conhecimento.

De acordo com Schimidit (2010, p. 172), “As relações do professor de história, como as de outros, com os livros didáticos articulam-se, fundamentalmente, por meio de suas concepções de educação, ensino -aprendizagem, ou seja, estão permeadas pelas concepções que ele tem de escola, bem como pelas que tem das finalidades do ensino em geral e do ensino da História em particular”.

Em seu documento a Lei 11.645/2008, diz que muitos esforços deverão ser feitos, para que os livros didáticos ofereçam descrição correta sobre a história e cultura dos povos

indígenas, porém em geral, os livros didáticos de história empregados nas escolas, na atualidade, não valorizam as questões relacionadas aos indígenas, representando os "índios" de maneira estereotipada e folclórica. Mesmo com as atuais produções acadêmicas a respeito dos indígenas, os autores de livros didáticos permanecem abordando uma visão evolucionista e eurocêntrica dos povos indígenas brasileiros.

[...] essa produção didática sobre os povos indígenas na história ensinada nas escolas tem, sobremaneira, dificultado o cumprimento da Lei nº. 11.645 de 2008, que tornou obrigatório o estudo da história da cultura afro-brasileira e indígena nos estabelecimentos escolares do país, sobretudo pela dificuldade em introduzir e desenvolver as contribuições históricas e sociais dos povos indígenas a partir de discussões sobre questões étnico-raciais sob a perspectivas e abordagens historiográficas e acadêmicas." (BEZERRA, 2017, P. 279)

É importante que os professores ao utilizar os livros didáticos no processo de aprendizagem, tenham a sensibilidade e o olhar crítico para não beber na fonte da aculturação e permanecer propagando uma visão estereotipada dos povos indígenas. Para Maria da Penha Silva o livro didático é um dos subsídios básicos mais utilizados em sala de aula, preocupa as formas de abordagem da história e culturas indígenas nos livros de História do Brasil.

Os livros didáticos de História do Brasil geralmente protagonizam sempre o europeu, como de conquistador de terras e povos que se tornaram escravos "vítimas". Não aparecendo esses grupos em conflitos, mobilização e resistência, sendo protagonista de suas histórias. De acordo, com Maria da Penha (2010, p. 44) "Que apesar das pesquisas acadêmicas afirmarem avanços significativos no olhar sobre o índio, atualmente muitos livros continuam reproduzindo as imagens de tempos passados...". Essa produção do livro didático tem dificultado a efetivação da lei 11.645/2008 nas escolas em todo território brasileiro, sobretudo no que diz respeito as dificuldades encontradas em introduzir as contribuições acadêmicas, nas discussões sobre as questões étnico-raciais dos povos indígenas.

Considerações Finais

Pela importância que tem o ensino sobre os povos indígenas brasileiros nas escolas, e considerando a distorção que existe no que é exigido e que é vivido na prática pedagógica em sala de aula. Percebe-se a necessidade urgente de formação, capacitação de professores e a produção de materiais didáticos que possibilitem a efetivação das leis que regulamenta o ensino da história e cultura indígena. É preciso transformar a escola em um ambiente mais próximo do estudante, proporcionando com que este, reflita sobre a diversidade dos povos indígenas, isso sem dúvida deve ser realizado no cotidiano escolar. E assim, desejamos

contribuir para superar a visão estereotipada acerca do “índio” brasileiro, e que a percepção da construção histórica e do indígena como parte das identidades contemporâneas se torne uma realidade na educação básica em nosso país.

Referências Bibliográficas

BEZERRA, Ricardo Lima. **O Indígena no Ensino de História: representações indígenas em uma coleção de livros didáticos para o ensino fundamental**. Educação Básica Revista, vol. 3, n.2, 2017, p. 273-290.

BITTENCOURT, C.M.F. **Ensino de História fundamentos e métodos**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BITTENCOURT, C.M.F; BERGAMASHI, Maria Aparecida. **Sem Título**. Revista História Hoje. Dezembro, vol. 1, n. 2, p. 13-19.

CARVALHO, Carlos Roberto de; NOGUERA, Renato; SALES, Sandra Regina (orgs.). **Relações Étnico-Raciais e Educação: contextos, práticas e pesquisas**. Rio de Janeiro: NAU Editora: EDUR/UFRJ, 2013.

COLETT, Célia; PALADINO, Mariana; RUSSO, Kelly. **Quebrando Preconceitos subsídios para o ensino das culturas e história dos povos indígenas**. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria Ltda. 2013.

FONSECA, Selva Guimarães, **Fazer e ensinar História**, Belo Horizonte: Dimensões, 2009.

LIMA, Maria Margarida de Andrade. Identidades, Diferenças e Diversidade: entre discursos e práticas educacionais. In: ANDRADE, Juliana Alves de; SILVA, Tarcísio Augusto Alves da; (orgs). **O ensino da temática Indígena: Subsídios didáticos para o estudo das sociodiversidade indígenas**. Recife, Edições Rascunhos, 2016. P. 99-109.

MEDEIROS, Juliana Schineider. Povos indígenas e a Lei nº. 11.645: (in)visibilidades no ensino da história do Brasil. In: BERGAMASHI, Maria Aparecida; ZEN, Maria Isabel Habckost Dalla; XAVIER; Maria Luísa Merino de Freitas, (orgs) **Povos Indígenas & Educação**. Porto Alegre: editora Mediação, 2012. P. 49-62.

SACRISTÁN, J.G; GÓMEZ, A.I.P, **Comprender e Transformar o Ensino**. Ed. Porto Alegre,: Artmed, 2000. 10

SCHMIDT, M; AUXILIADORA; CAINELLI, Marlene, **Ensinar História**. Ed. São Paulo,: Scipione, 2010.

SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luis Donizete Benzi. (orgs.). **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus**. Brasília, MEC; MARI; USP, 1995.

SILVA, Edson. **Povos indígenas: História, Culturas e o ensino a partir da Lei 11.645**. Historien – Revista História [7]. Petrolina. 2012.

SILVA, Maria da Penha. A Temática Indígena no Currículo escolar à luz da lei 11.645/2008. Card. Pesq., São Luís, v. 17, n. 2, maio/ago. 2010, p. 39-47.

SOUZA, Vânia Rocha Fialho de Paiva; SANTOS, Hosana Celi Oliveira. Antropologia Indígena – Territorialização. In: ANDRADE, Juliana Alves de; SILVA, Tarcísio Augusto Alves da; (orgs). **O ensino da temática Indígena: Subsídios didáticos para o estudo das sociodiversidade indígenas**. Recife, Edições Rascunhos, 2016. P. 181-211.

TARDIF, Maurice, **Saberes docentes e Formação Profissional**. 14. Ed. Petrópolis, Ed.: Vozes, 2012.

WITTMANN, Luisa Tombini (orga.). **Ensino (d)e História Indígena**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

ZABALA, Antoni, **A Prática Educativa: como Ensinar**, Ed.. Porto Alegre: Artmed, 2010.

EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE: MEMÓRIAS EM NARRATIVAS DE UM OFÍCIO DE CUIDADO

Thaís de Sousa Florêncio

Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Marina Maria Dias Cavalcante

Universidade Estadual do Ceará (UECE)

1078

Resumo: O presente trabalho é resultado de uma pesquisa sobre o saber e o poder popular da reza e a integralidade do cuidado na atenção primária, realizada de março a outubro de 2012 no bairro Terrenos Novos em Sobral (CE), com a finalidade de compreender como a reza como prática popular é vista pelo próprio rezador e como ele a percebe afetivamente, identificando se o ofício das rezadeiras possui vínculo ou não com a Unidade de Saúde. A investigação em questão trata-se de uma pesquisa qualitativa, com orientação descritiva, e para coleta de dados foram utilizadas entrevistas semi-estruturadas e Grupo Focal. Os sujeitos da investigação foram as rezadeiras e agentes comunitários de saúde do bairro Terrenos Novos. Autores como Freire (1987), Arroyo (1987), Luz (1996), Oliveira (1985), Corrêa (2011), Brandão (1984) contribuíram de forma significativa para a compreensão da importância do saber popular e práticas populares. Com a realização da pesquisa constatou-se que a reza para essas mulheres, é uma prática de cuidado que é realizada por puro prazer, observou-se também, que segundo as rezadeiras há uma parceria entre a Unidade Saúde e elas, porém muito fragilizada e acionada somente algumas vezes ao ano, mostrando que essa é uma situação limite da integração de práticas populares de cuidado na atenção primária.

Palavras-chave: Educação Popular; Práticas Populares; Saberes.

Abstract: The present work is the result of a research on the knowledge and popular power of prayer and the integrality of primary care care, held from March to October 2012 in the neighborhood Terrenos Novos in Sobral (CE), in order to understand as praying as a popular practice is seen by the praying own and how he perceives it affectively, identifying if the craft of the rezadeiras has a link or not with the Health Unit. The investigation in question is a qualitative research, with a descriptive orientation, and semi-structured interviews and the Focus Group were used for data collection. The subjects of the investigation were the prazeras and community health agents of the neighborhood Terrenos Novos. Authors like Freire (1987), Arroyo (1987), Luz (1996), Oliveira (1985), Corrêa (2011) and Brandão (1984) contributed significantly to the understanding of the importance of popular knowledge and popular practices. With the realization of the research it was verified that the prayer for these women is a practice of care that is performed for pure pleasure, it was also observed that according to the mothers there is a partnership between the Health Unit and them, but very fragile and triggered only a few times a year, showing that this is a limiting situation of the integration of popular care practices in primary care.

Keywords: Popular Education; Popular Practices; You know.

1. INTRODUÇÃO

Esta reflexão é parte das muitas descobertas obtidas na pesquisa realizada junto as Rezadeiras e Agentes Comunitárias e Saúde do Bairro Terrenos Novos em Sobral, no período de março a outubro de 2012, sobre o saber e o poder popular nas práticas integrativas de cuidado. Para isso, foi desenvolvida uma pesquisa na região compreendida pelo bairro Terrenos Novos nas proximidades do Centro de Saúde da Família Dr. Everton Francisco Mendes Mont'Alverne, por meio da realização de grupo focal com rezadores e entrevistas com rezadores e agentes comunitários de saúde.

O interesse por práticas integrativas de cuidado surgiu quando, em imersão por 15 dias, participei das Vivências de Estágio na Realidade do SUS (VER SUS) na cidade de Fortaleza. A vivência no VER SUS me fez pensar na dimensão da alegria e da amorosidade nos processos educativos na saúde. Diz Freire (1999, p.160): “a alegria não está apenas no encontro do achado, mas faz parte do processo da busca. E ensinar e aprender não podem dar-se fora da procura, fora da boniteza e da alegria”. Nesse sentido, propus-me, a de volta a minha cidade, deixar meu afeto me potencializar para compreender como as práticas populares do cuidado acontecem, buscando fazer o movimento dialético de desvelar o mundo, com base na ação-reflexão-ação (FREIRE, 1987)

A vivência no SUS levou a questionar-me: como o saber popular é vinculado à saúde, o que está sendo feito para que preservemos esse saber? Há parcerias entre o saber popular e erudito? Em vista de questionamento como estes acima citados, é que o objetivo deste trabalho, ao mergulhar nos saberes e práticas em educação popular e saúde na atenção primária, é compreender como a reza como prática popular é vista pelo próprio rezador e como ele a percebe afetivamente, destacando se esta prática possui vínculo ou não com a Unidade de Saúde.

Deste modo, pretendeu-se compreender como os saberes populares contribuem na atenção primária e promoção de saúde, de modo a identificar como a educação popular já vinculada a atenção básica, caminha para que os saberes populares adentrem na escola. Compreendendo assim, como as práticas populares potencializam a participação social, e as repercussões das práticas integrativas do cuidado na atenção primária e promoção de saúde. O desenvolvimento deste estudo é oportuno e relevante, visto que explicita a dimensão espiritual (popular) nas práticas de saúde e educação, mostrando como ela contribui na valorização desses saberes.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A REZA COMO PRÁTICA POPULAR E INTEGRATIVA DE CUIDADO: TRADIÇÕES E VALORES

As rezadeiras, aqui tomadas para objeto do presente estudo, diferenciam-se de outras formas religiosas, uma vez que são utilizadas comumente como instrumentos e agentes a serviço da “cura”, através de orações e preces. A maioria delas é católica, porém fazem parte do catolicismo popular, que é completamente tomado de símbolos e comportamentos criados e adaptados a partir das crenças e experiências de vida das classes menos favorecidas. Conforme definição de alguns estudiosos dessa temática, a exemplo de Oliveira (1985), As rezadeiras não se apresentam com qualidades mediúnicas e não possuem conhecimentos esotéricos.

A pesquisa se debruça sobre o saber popular e, especificamente, ao saber relacionado às práticas populares e integrativas do cuidado. Segundo Andrade (2010), neste campo de saberes e cuidados desenha-se um quadro múltiplo, em que se articula um número crescente de métodos diagnóstico-terapêuticos, filosofias orientais, práticas religiosas, em estratégias sensíveis de vivência corporal e de autoconhecimento. Para tanto, foram realizados inicialmente os estudos de autores como Arroyo (1987), Luz (1996), Oliveira (1985), Freire (2008).

As práticas do cuidado estão relacionadas ao chamado saber local. Este amplo acervo de cuidados abriga ainda recursos como terapias nutricionais, disciplinas corporais, diversas modalidades de massoterapia, práticas xamânicas e estilos de vida associados ao naturalismo e à ecologia. Nesta perspectiva é que afirma Luz (1996, p.62):

No Brasil a legitimação e institucionalização das práticas integrativas e complementares tiveram início nos anos de 1980, principalmente, após a descentralização, participação popular e crescimento da autonomia municipal, promovidos pelo Sistema Único de Saúde - SUS.

Em lugares como o bairro Terrenos Novos, em que a cultura popular encontra-se já no nome do próprio bairro (dado pelos primeiros moradores), que oficialmente chama-se bairro José Euclides, não há como não perceber conhecendo a história deste, o quanto ele é rico em saberes populares, e o quanto alguns valores e tradições ainda passam de geração para geração. Porém, o que se sabe é que, com o passar do tempo, as rezadeiras têm sido menos procuradas e, também, já não se encontram tantas rezadeiras por aí, talvez pelo fato de as unidades de saúde atualmente serem mais presentes, facilitando o acesso, ou até mesmo pelo fato de muitas já terem falecido.

Segundo Linhares (2003), as rezadeiras “erguem sua fala como testemunha de sua experiência”, e rezam para os males, além da espinhela caída, os males mais comuns curados pelas rezadeiras são o mal olhado, o vento virado (caído), cobreiro, íngua, quebranto, torção muscular (destroncado), erisipela (vermelhão na perna, resultante de uma infecção causada pela bactéria estreptococos) e mal de simioto. Na religiosidade popular, qualquer cura é obra de Deus. Dizem: “Deus cura e o médico manda a conta”. As rezadeiras dizem: “É Deus que cura, não podemos cobrar”.

Algumas Unidades de saúde vêm realizando junto as rezadeiras uma espécie de parceria onde, a rezadeira após a benzedura, dependendo da necessidade, orienta a pessoa que foi à procura de seus cuidados, à unidade de saúde, em outros casos como de crianças com diarreia a unidade de saúde mesmo fornece às rezadeiras o soro em pó, que é entregue pelos agentes comunitários de saúde que de acordo com a portaria nº648 (BRASIL, 2006), as atividades educativas individuais e coletivas, nos domicílios e na comunidade, estão entre as atribuições específicas dos agentes.

Revela-se dessa forma, a importância de caminhar no sentido da democratização paralela dos conhecimentos a partir do resgate de nossas identidades culturais incluindo as rezadeiras com seu saber, na atenção primária contribuindo com os poderes do saber científico, vinculando a saúde ao saber popular e garantindo a valorização de práticas como a reza.

Portanto, atuando junto aos problemas de saúde, entendidos aqui como o bem estar do corpo e da alma, tais práticas vão desde um benzimento a reparos físicos com imposição de plantas medicinais. As práticas do cuidado, segundo afirma Leite (2010), são relacionadas ao saber local, que vem de um conhecimento passado de geração a geração, por meio da oralidade, e lança mãos dos recursos que o ambiente circundante oferece para auxiliar nas atividades de cura. Saber este que no livro a Questão Política da Educação Popular, de Carlos Rodrigues Brandão (1984, p.8), mostra-se na fala de Ciço exemplificando como acontece este “passar” de saberes e como a educação acontece para ele:

Agora, nisso tudo tem uma educação dentro, não tem? Pode não ter um estudo. Um tipo dum estudo pode ser que não tenha. Mas se ele não sabia e ficou sabendo é porque no acontecido tinha uma lição escondida. Não é uma escola; não tem um professor assim na frente, com o nome “professor”. Não tem... Você vai juntando, vai juntando e no fim dá o saber do roceiro, que é um tudo que a gente precisa pra viver a vida conforme Deus é servido. Quem que vai chamar isso aí de uma educação? Um tipo dum ensino esparramado, coisa de sertão. Mas tem, não tem? [...] Tem um saber que é falado ali naquela hora. Não tem um estudo, mas tem um saber. O menino baixa a cabeça, daí ele escuta; aprendeu, às vezes não esquece mais nunca.
(Antônio Cícero de Sousa. Lavrador de sitio na estrada entre Andradas e Caldas)

É nesse processo, que a educação popular constituiu-se base teórica para o desenvolvimento de novas relações, “através da ênfase ao diálogo, a valorização do saber popular e a busca de inserção na dinâmica local” (VASCONCELOS, 2001) tendo a identidade cultural como base do processo educativo.

Seria um grande desperdício desta rica experiência, acumulada por milênios, a não consideração dos saberes populares relacionados aos cuidados com a saúde. Estes saberes que segundo Leite (2010), em um passado recente, pareciam estar condenados ao epistemicídio (morte dos saberes), mas que hoje, felizmente, em certos setores passaram a ter algum reconhecimento.

Deste modo, todas essas possibilidades de “cura” envolvendo agentes de saúde, líderes religiosos, segmentos comunitários e representantes da cultura e da religiosidade popular, carecem de reflexão, análise, de um olhar cuidadoso e atento por parte do toda a sociedade. É conhecendo melhor cada uma das ações em desenvolvimento que será possível a implementação de novas mudanças a serviço da melhoria da qualidade de vida e do desenvolvimento das comunidades espalhadas pelas regiões que formam o país.

3. PERCURSO METODOLÓGICO

Utilizou-se a pesquisa com abordagem qualitativa, visto que esta oferece maior apoio metodológico e que possibilita ao pesquisador compreender e analisar de forma consistente, os sujeitos nas relações estabelecidas dentro do contexto social, teve como fonte de coleta de dados o ambiente natural, não utilizando os métodos ou técnicas estatísticas.

Matos e Vieira (2001 *apud* BEZERRA, 2009, p. 10) ressaltam que:

A pesquisa qualitativa é expressa por caracterizar investigações em que, além da análise bibliográfica e por vezes documental, os pesquisadores coletam dados com pessoas, fazendo uso de diversas técnicas.

A pesquisa utilizada foi a descritiva uma vez que, segundo Gil (1991), este tipo de investigação é adequado para se descrever as características de determinada população ou fenômeno e o estabelecimento de relações entre variáveis.

Como instrumento de coletas de dados foram utilizadas entrevistas semi-estruturadas, observação direta e Grupo Focal. Os informantes foram as rezadeiras/rezadores (6) do referido bairro. Além disso, buscaram-se como sujeitos também os Agentes comunitários de Saúde (4).

A entrevista semi-estruturada proporciona ao pesquisador a possibilidade de formular outras questões no decorrer da entrevista. De acordo com Brandão (2009), a

entrevista semiestruturada é um dos principais recursos que o investigador pode utilizar como técnica de coleta de informação.

Nesta pesquisa também tivemos como instrumento de coleta de dados o Grupo Focal que consiste, segundo Iervolino e Pelicione (2001, p.116) “na interação entre os participantes e o pesquisador e a coleta de dados, a partir da discussão com foco, em tópicos específicos ou diretivos”. O grupo Focal foi realizado com o objetivo de realizarmos um diálogo com as rezadeiras sobre o papel da escola na disseminação do saber popular, especificamente o saber relacionado ao cuidado (a reza).

Quanto ao ambiente de realização, foi uma pesquisa de campo, visto que neste tipo de investigação o pesquisador põe-se em contato direto com o fenômeno a estudado.

Com efeito, afirma Bastos (2005, p.33):

A pesquisa de campo não se limita ao uso de instrumentos de coletas de dados para o atingimento dos objetivos de trabalho. A pesquisa de campo possibilita a reformulação de caminhos traçados, através das descobertas de novas pistas. Além disso, permite construir um conhecimento a partir da realidade.

A pesquisa foi realizada dentro do bairro Cidade Dr. José Euclides, conhecido popularmente como bairro Terrenos Novos, na cidade de Sobral. Esse espaço da cidade é habitado convencionalmente por aproximadamente 15.000 moradores. O bairro, que teve sua origem em meados de 1980.

Prestes (2005) relata que a comunidade foi se constituindo por pessoas comuns e anônimas que, por meio dos seus “agenciamentos cotidianos”, passaram a construir esse espaço. O autor afirma que o loteamento desse território foi se realizando de forma mista, passando a agregar ações de ocupação desordenada “ Muitos desses moradores são oriundos da Serra da Meruoca, Tianguá, e outras localidades da Região Norte do Estado do Ceará”

Por último, convém salientar que esta pesquisa respeitou a Resolução 196/96 do Conselho Nacional da Saúde que trata dos aspectos éticos da pesquisa envolvendo seres humanos, segundo a qual o pesquisador deve observar alguns critérios como: obedecer a metodologia adequada, contar com o consentimento livre e esclarecido do sujeito da pesquisa, garantir o bem-estar do sujeito da pesquisa dispondo de recursos humanos e materiais necessários, assegurar a privacidade e a confidencialidade, protegendo a imagem do sujeito, respeitar os valores culturais, sociais, morais, religiosos e éticos.

4. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DE DADOS DA PESQUISA

4.1 A APRENDIZAGEM DO OFÍCIO

“você hoje já ganhou oração nesse instante, por que o terço da misericórdia é pro mundo inteiro. ”

A partir das entrevistas realizadas com as rezadeiras/rezadores pôde-se constatar que maioria deles aprenderam a rezar sozinhos, como eles mesmo afirmam ‘’ de cabeça mesmo’’, como o exemplo de uma das rezadeiras que aprendeu a rezar, sozinha e reza há quase 20 anos.

Eu não aprendi com ninguém, eu num fiz curso com ninguém. Foi assim:[...]a minha menina teve a menina, e essa menina todo dia chorava a noite e eu não sabia rezar não, né a menina chorava todo dia de noite, a novinha, aí eu disse: minha fia nós vamo ter é fé em Deus, eu vou ali nos matos buscar ali umas folhinha e vamos rezar nela , por que eu não tenho outro apelo, eu não conheço aqui rezadeira nenhuma aí eu rezava na minha neta rezava pra dor aí rezava nela eu sei que ela dormia a noite todinha, eu sei que todo dia eu rezava nela de tarde, por que eu não sabia quem era que rezava né, aí o pessoal *cumeçava* a trazer menino pra eu rezar, eu rezava. Eu sei que os meninos que vem aqui que as mães *traiz* ela diz assim: Dona Maria eu sei que você não é santa mais a sua reza é abençoada. (Rezadeira 4)

Porém, há uma parte de rezadores que dizem ter aprendido a rezar com seus avós, como nos disse uma das rezadeiras:

Com a minha vó, ela rezava o terço mais nós pequeno, menino, aí ela rezava a reza, aí um dia eu fui experimentar pra ver se essa reza serve aí rezei no Zé aí passou a dor na cabeça dele. (Rezadeira 6)

Deste modo, é percebido como afirma Brandão (1983) que ‘’de geração em geração constroem e preservam sistemas complexos de crenças e cultos da religião e da filosofia popular’’, e esse saber que os rezadores possuem é sem dúvidas o próprio saber popular, de caráter humanístico, que promove a valorização da oralidade, um saber adquirido ainda na infância através do conhecimento que foi transmitido por seus ancestrais, e que faz parte da cultura de um povo.

4.2 REZADEIRAS: TECENDO CUIDADOS EM SAÚDE

Quando perguntado aos rezadores se existia alguma relação entre a reza e a saúde, todos responderam que sim, que havia relação entre saúde e a reza, pois segundo os rezadores a reza é a própria saúde, eles a vêem não de forma isolada, mas como uma prática que integra a saúde, como uma prática popular em saúde. Afirmam os rezadores:

A reza é a saúde. Quando tem uma criança pra morrer como eu já vi aqui , a reza é a saúde que Deus dá, é um dom que Deus dá. (Rezadeira 2)

Eles vinculam a relação entre saúde e a reza com a cura, centradas na saúde e não na doença, possibilitando maior interação e compreensão da experiência do adoecimento, que segundo os rezadores pode ser espiritual ou carnal.

Segundo Andrea Theotonio (2010) nas curas é comum as rezadeiras recorrerem aos santos de devoção oficial ou popular. Recorrer aos poderes curativos dos santos com o intuito de promover a saúde é uma herança do catolicismo difundido no Brasil durante o período colonial. Os santos representavam uma mediação entre homens e Deus. Recorro para efeito as falas de duas rezadeiras, uma que na sua reza apela aos santos e a outra que utiliza-se da devoção de um santo popular:

Nosso senhor Jesus cristo Nosso São Sebastião, Meu Senhor Santo Expedito, curando teu filho em nome do pai do filho e do espírito santo Deus que cura tirando esse februi dele em nome de Jesus ameniza essa febre esse vomito e essa diarréia que essa criança tem, pronto. A tarde você traga ele de novo. (Rezadeira 3)

Ainda segundo os rezadores, a relação existente entre a Unidade de Saúde do bairro (posto) e as rezadeiras, atualmente é um pouco fragilizada, e uma delas até afirma não ter parceria alguma, eles afirmaram que antes há alguns anos atrás essa parceria existia mais fortemente, eram comumente chamadas para encontros na AABB e na Universidade Estadual Vale do Acaraú, como afirmam as rezadeiras:

De primeiro tinha né, quando era a Maraci, a Janinha o Dr. Aldemar que era de Fortaleza né, agora não. (Rezadeira 6)
Só pra você vê eu já fui pra AABB para rezar, pra UVA, no museu [...](Rezadeira 1)

Deste modo, percebemos as situações limites e os desafios para a integração de práticas populares de cuidado na atenção primária, lembrando que essas práticas não excluem quando necessário, as ações da biomedicina, pois a articulação das práticas fomenta a integralidade da saúde enquanto princípio do SUS.

Durante o Grupo Focal, quando perguntado aos rezadores quais sugestões poderiam ser dadas para as escolas para que a relação entre elas e os saberes populares (rezadeiras) fossem fortalecidos, percebemos que as rezadeiras se disponibilizam a irem as escolas conversarem com as crianças, relatarem suas experiências e assim realizarem trocas, como elas afirmam:

As professoras poderiam incentivar, fazendo uma reunião, e que essa reunião podia ser nós com você Thais, formar uma reunião com as professoras do nosso bairro e fazer uma reunião pra propor, porque é uma grande obrigação de nós da comunidade, fazer uma reunião, por que quem é que vai saber disso que a gente ta falando aqui? Pra dizer dessa necessidade, por que quem disse que não tem grande necessidade? Né? Isso seria o ideal nós já rezadeiras fazer uma reunião com todo mundo junto (Rezadeira 2)

Em continuação ainda em diálogo no grupo focal, perguntamos: e por que isso ainda não acontece, essa reunião?

Eu acho que é uma grande falha nossa tanto nós que temos um ideal diferente pra coisa e não repassar. Nosso ideal devia ser se reunir, nós as rezadeiras uma vez por mês, ou duas, pra nós mermo se fortalecer primeiro pra ajudar né?! (Rezadeira 2)

Ao analisar a fala acima, podemos perceber o protagonismo popular presente neste bairro, marcado visivelmente pela ação ativa dos próprios moradores, explícita na história do bairro. Nessas falas percebemos que além do desejo de fortalecimento do saber popular na escola, elas também desejam fortalecer a relação que elas possuem entre si, mostrando a importância desse saber para elas, o sentido do ofício da reza em suas vidas e principalmente a vontade de fazer com que este saber não se perca.

E durante nossa conversa, uma das rezadeiras disse: “e esse nosso saber é também educação, por que nós não estudamos, mas sabemos ser educada!”, que fez surgir a pergunta: Esse saber que vocês possuem é também uma forma de conhecimento, educação...? Como respostas obtivemos:

Olhe minha fia eu vou lhe dizer, eu tenho 87 ano e vou lhe dizer nunca fui de andar fuxicando, andar com isso aquilo outro, por que eu tenho respeito pra todo mundo, e aprendi com minha mãe, por nunca fui na escola nunca fiz um “a” (Rezadeira 1)
E não sei ler não, mas minha família é boa. Por que tem gente que sabe ler, mas não é educado, pois eu não sei ler não, eu não assino nem o “ó” mas pode me butar numa parte que eu sou educada, por que eu respeito todo mundo. (Rezadeira 4)

Através das respostas, percebemos que como afirma Paulo Freire “a leitura de mundo precede a escrita”, e recorro a Carlos Rodrigues Brandão (1984), quando, Ciço nos fala:

Então vem um e pergunta assim: “O Ciço, o Antônio Ciço, seus meninos tão recebendo educação?” Eu respondo: “Homem, urna eles tão. Em casa eles tão, que a gente nunca deixa de educar um filho conforme os costumes. Mas educação de estudo, fora os dois menorzinhos, eles tão também, que eles tão na escola”

4.3 SABER POPULAR NO SABER DO POVO: PERCEPÇÕES DAS REZADEIRAS

Perguntou-se aos rezadores como eles achavam que a comunidade via seu trabalho de rezador, todos disseram que a comunidade é muito agradecida, exceto um dos rezadores que afirmou que “uns acreditam e outros não”, com efeito, sua fala:

Uns acham bom outros não acham, uns vêm outros não vêm, tem uns que não tem fé e reza né, mas tem que ter fé em Deus, quem cura é a fé. Se rezar na pessoa ser seja quem for eu to pensando que você ta com fé, pra receber aquela reza, e eu vou rezar com fé e a pessoa fica boa. (Rezadeira 2)

E ainda, os rezadores que afirmam receber muitos agradecimentos:

São muito agradecidas, vem aqui e me de dão muito agradecimento, ói minha fia[...], nunca mulher nenhuma teve *descontratempo* com os poder de Deus nessas mão. (Rezadeira 1)

Eles ficam feliz né, por que tem muita mãe que diz: Dona Maria de Jesus eu sei que a senhora não é Deus, mas minha criança ficou boazinha com a sua reza. (Rezadeira 4)

Através das falas das rezadeiras é percebido que a maioria dos usuários das rezas ainda pertencem aos chamados segmentos populares da sociedade. Mas é possível também encontrarmos representantes da chamada classe média alta utilizando-se de tais serviços ou recursos oriundos da religiosidade popular. A busca pela saúde, pela ‘cura’ da mais simples a mais profunda enfermidade, faz parte da natureza e da condição humana. As estratégias para o processo de ‘cura’ são diversas e estão em sintonia com a classe social a que pertence

Brandão em seu *Ardil da ordem: caminhos e armadilhas da educação popular* (1983), quando ele afirma “do ponto de vista da classe, eles são conhecimentos verdadeiros. São coletivamente acreditados como reais e a tradição costumeira de segui-los, mudando-os ao longo dos anos em tão pouca coisa, é a melhor prova disto”, esta afirmação ganha força nas palavras ditas pelos rezadores:

Pra mim é uma grande importância, isso tudo é um dom que Deus dá, eu não rezo com preguiça, nem tem hora pra rezar já teve gente com dor de dente, dor de barriga, num sei o quê, não tem hora pra mim rezar pela pessoa. (Rezadeira 2)
É um dom de Deus né, por que eu *mermo* uma pecadora ponho uma pessoa boa, através de Deus (Rezadeira 6)

Foi perguntado ainda aos rezadores, se alguém de suas famílias teve ou tem o interesse em praticar a reza também, todos os rezadores disseram que seus filhos não tiveram interesse em aprender a rezar, mesmo que estes (rezadores) tenham aprendido em alguns casos com seus avós ou tios. Contudo, em algumas falas foi percebido que os netos e bisnetos ao verem seus avós rezando, repetem os movimentos realizados por estas.

Da família, você sabe né esse pessoal que é mais novo, e eu já aprendi com a minha vó mãe do meu pai finada germana, eu era tão inteligente, minha fia você ta sabendo que era tão insistente ói eu vou dizer a vossuncês quando eu tava no Boqueirão mulher nenhuma vinha aqui pra maternidade não, com os poder de Deus essas mão e aquelas graças de Deus eu fazia o parto. (Rezadeira 1)

4.4 INTEGRALIDADE E CUIDADO: PERCEPÇÃO DA REZA SEGUNDO OS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE

Hoje em dia, o agente comunitário de saúde é um importante componente da equipe de Saúde da família, entendida como principal estratégia de reorientação da atenção básica. (BORNSTEIN e NOGUEIRA, 2011). Seu foco principal é a família e o território, o trabalho deve ser conduzido por uma equipe multiprofissional, da qual se espera a criação de um vínculo com a população.

Ao conversar com os agentes comunitários de saúde do bairro Terrenos Novos, foi possível compreender como eles vêem o trabalho das rezadeiras. Foi percebido que estes, por

também serem do bairro, reconhecem a importância ao trabalho realizado pelos rezadores, depositando confiança nos saberes que marcam a história do bairro.

Divinamente bem, maravilhoso. É bem proveitoso e as famílias confiam né no trabalho delas, que é uma coisa que já vem da antiguidade e é uma coisa que não se perder por que a tradição é muito grande. (ACS 4)

Quando cheguei aqui não tinha médico não, não tinha enfermeiro, não tinha nada! Abaixo de Deus a agente se valia mesmo era dos rezadores, [...]elas *tudim* são pessoas muito *importante* né. (ACS 1)

Quando perguntado aos agentes comunitários de saúde se na opinião deles a reza era uma prática de cuidado e saúde, percebemos que a maioria deles acreditam que a reza é uma prática de cuidado, e em apenas um caso foi dito que era uma prática de saúde relacionada à saúde espiritual, ou como afirma Paim (2009) “corresponde a um estado de vida, a um modo de levar a vida”.

É uma prática de cuidado, por que elas orientam (ACS 2)
Eu acho mais cultura, como cuidado. (ACS 3)
Com certeza, de saúde espiritual, no sentido espiritual. (ACS 4)

Deste modo, é possível perceber de acordo com as respostas dos agentes comunitários de saúde, que a reza é vista como algo cultural, mais vinculado ao cuidado do que a saúde. E com essa análise surge o questionamento: Cuidar não seria uma forma de atenção a saúde relacionada à prevenção? Tais práticas de cuidado se vinculam à saúde por atuarem junto aos problemas desta natureza, entendida aqui como em uma das falas acima citada, como o bem estar do corpo e da alma.

Foi perguntado aos agentes comunitários de saúde qual o tipo de relação existente entre as rezadeiras e a Unidade de Saúde, a maioria dos agentes comunitários de saúde responderam que existe uma parceria entre a Unidade de saúde, essa parceria acontece quando as rezadeiras encaminham as crianças ao “posto” ou as dão sais em pó (soro em pó) que são dados as rezadeiras e no período de quadra invernos.

Existe sim, elas vem pra cá elas levam o soro, caso pra quando as crianças forem ser rezadas elas dão o soro, elas ajudam muito a gente na hora da desidratação, da diarreia, do vento caído. (ACS 4)

O encaminhamento, elas também ficam com os sais de hidratação oral, também passam pra família. (ACS 2)

Como complemento a pergunta anterior, perguntamos aos agentes comunitários de saúde como as rezadeiras ajudam no trabalho deles, como respostas:

Elas indicam ,quando elas vêem que o caso é muito complicado elas indicam para o posto, as rezadeiras, todas as que eu conheço elas rezam, rezam 3 vez e não ta vendo muito resultado que a doença propriamente não é o caso de reza e sim de medicação ,então elas enviam para o posto.(ACS 1)

Existe sim, elas vem pra cá elas levam o soro, caso pra quando as crianças forem ser rezadas elas dão o soro, elas ajudam muito a gente na hora da desidratação, da diarreia, do vento caído(ACS 4)

Ao analisar as respostas dadas pelos agentes comunitários de saúde, percebemos que além de a parceria ser fragilizada não há nenhum projeto voltado ao resgate de práticas populares de cuidado no bairro, e que a relação existente entre a Unidade de Saúde e os rezadores é voltada a encaminhamentos e indicações de sais de hidratação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa qualitativa desenvolvida neste trabalho teve como intuito realizar uma reflexão da reza como prática integrativa de cuidado e, sobretudo entender as percepções das rezadeiras e agentes comunitários de saúde do bairro Terrenos Novos, em Sobral, sobre tal prática, compreendendo como os saberes populares contribuem na atenção primária e promoção de saúde, e identificar como a educação popular já vinculada a atenção básica, caminha para que os saberes populares adentrem na escola.

Através da pesquisa foi possível compreender as percepções das rezadeiras sobre o ofício da reza, e com isso concluir que a reza para essas mulheres, em idade de 76 a 87 anos, é uma prática de cuidado que é realizada por puro prazer, prática essa que na maioria das vezes é aprendida na infância, estreitamente ligada aos afetos mais íntimos, e é sem dúvidas, como afirma Carlos Rodrigues Brandão (1983) o próprio saber popular, humanístico, que faz parte da cultura de um povo.

Observou-se também, que segundo as rezadeiras há uma parceria entre a Unidade Saúde e as rezadeiras, porém muito fragilizada e acionada somente algumas vezes ao ano, mostrando que essa é uma situação limite da integração de práticas populares de cuidado na atenção primária. Isso no faz perceber que há uma situação emergencial de se desenvolver uma discussão ampla sobre a inclusão dessas práticas no serviço público. Com os agentes comunitários de saúde pôde-se perceber que, as rezadeiras são mais acionadas durante o período de quadra invernososa, reafirmando o que foi dito por elas sobre a fragilidade da parceria. Nesta perspectiva, a saúde precisa ser olhada dentro desse conjunto de intenções como um direito inalienável, direito que reconheça formas diversas de parcerias.

Nesse sentido, com essa pesquisa foi percebido que a articulação de saberes e práticas promovem o protagonismo popular conferindo aos sujeitos coletivos a voz e espaço para ação, a valorização de saberes, potencializam também a articulação em rede, construindo assim, diálogos entre os saberes diversos a partir de experiências.

6.REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel gonçalez. In: **A medicina e o pobre**. São Paulo: Paulinas, 1987.

BASTOS, Núbia M. Garcia. **Introdução à metodologia acadêmica**. 3 ed. Fortaleza: Nacional, 2005.

BORNSTEIN, Vera Joana, NOGUEIRA, Mariana Lima. **A educação popular na formação do agente comunitário de saúde**. Revista Saberes e Práticas: Experiência de Educação Popular em Saúde. n1 p.12, outubro 2011.

BRANDÃO, Carlos R. **A questão política da educação popular**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. **Ardil da ordem: caminhos e armadilhas da educação popular**. Campinas: Papyrus, 1983.

FREIRE, P. **SABER** – erudito/saber popular/saber de experiência. Dicionário Paulo Freire, Nilton Bueno Fischer e Vinícius Lima Lousada. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2000. (Coleção Leitura).

_____. **Extensão ou comunicação?** Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. Prefácio de Jacques Chonchol. 13ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5ª Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1991.

KOFES, Suely. **Uma trajetória, em narrativas**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2001.

LINHARES, Â. M. B. **Itinerários para uma reflexão sobre saúde no contexto da educação popular**. Fortaleza, 2007. 14 p. Mimeo

_____. **Reflexões sobre a dimensão estética: esse lugar de passeio das danças do signo**. In: OLINDA, E. M. B. (Org.). **Formação humana: liberdade e historicidade**. Fortaleza: UFC, 2003, p. 53-69.

LUZ MT. **Racionalidades médicas e terapêuticas alternativas**. Rio de Janeiro: Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro; 1996. (Série Estudos em Saúde Coletiva, p.62).

OLIVEIRA, Elda Rizzo de. **O que é Benzeção**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

PAIM, Jairnilson Silva. **O que é o SUS**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.

PRESTES. Lauro José de Albuquerque. **O Espaço Convencionado do Bairro: Habitar, Morar a cidade Dr. José Euclides I e II em Sobral** – CE. Sobral: UVA, 2005.

THEOTONIO, Andrea Carla Rodrigues. **Entre ramos de poder: rezadeiras e práticas mágicas na zona rural de Areia**. Campina Grande, 2010.

VASCONCELOS, E. M. (Org.). **A saúde nas palavras e nos gestos: reflexões da rede de educação popular e saúde**. São Paulo: HUCITEC, 2001.

UMA OFICINA DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA CONTEXTUALIZAR CONTEÚDOS PROPOSTOS NO 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Wilma Pereira Santos Faria

Orientadora: Dra. Maria Teresa Menezes Freitas

Pós-graduação em Ensino de Ciências e Matemática – UFU

Resumo: A proposta deste estudo se deu a partir da percepção da necessidade de trabalho da Matemática Financeira no ensino fundamental com uma abordagem na Educação Financeira, visando um planejamento que explore o pensamento crítico e autônomo do aluno. A compreensão de conceitos básicos de Matemática Financeira se apresenta importante para formação econômica e social do aluno, uma vez que a comunidade em que todos estão inseridos reflete um ambiente capitalista. O intuito da proposta de ensino se baseia na apresentação aos alunos dos anos finais do ensino fundamental noções básicas, porém essenciais, de finanças como juros simples e compostos, contextualizando conceitos já trabalhados. A proposta contempla práticas pedagógicas no espaço escolar e realiza uma análise sobre as contribuições desta atividade para a aprendizagem dos estudantes envolvidos. Considera-se, por fim, que um ambiente de reflexão sobre finanças é bastante significativo para a formação do aluno do ensino fundamental.

Palavras-chave: Educação Financeira; Ensino Fundamental; Oficina prática; Consumo consciente.

Abstract: The purpose of this study was the idea that work is fundamental to the elementary and complete education of the student. The basic thinking mentality of Financial Mathematics is important for the formation and social of the student, since the community at all levels is inserted reflects a capitalist environment. The purpose of teaching is based on the presentation of the students of the final years of elementary school basic notions, when they are essential, of how simple and compound interest, contextualizing concepts already included. The proposal contemplates pedagogical practices without school space and performs an analysis on didactic activities for the learning of the students involved. Finally, it is considered that an environment of sober reflection is very important for the formation of the elementary school student.

Keywords: Financial education; Elementary School; Practical workshop; Conscious consumption.

INTRODUÇÃO

A motivação para a proposta de investigação se deu a partir da observação da necessidade de aprofundamento teórico e prático dos conceitos relacionados à Matemática Financeira, uma vez que este conceito se faz presente como conteúdo necessário. Este tema tem sido citado nos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN, nos livros didáticos e no currículo em geral utilizado pelos professores na escola.

Para compreender, avaliar e decidir sobre algumas situações da vida cotidiana, como qual a melhor forma de pagar uma compra, de escolher um financiamento etc. é necessária trabalhar situações-problema sobre a Matemática Comercial e Financeira,

como calcular juros simples e compostos e dividir em partes proporcionais, pois os conteúdos necessários para resolver essas situações já estão incorporados nos blocos. (BRASIL, 1998, p.84).

Diante destas orientações a proposta da investigação relatada neste texto descreverá e analisará a experiência de uma oficina sobre Educação Financeira em uma escola pública de Uberlândia. Serão avaliadas as possibilidades e contribuições para a formação dos alunos do ensino fundamental sobre os aspectos financeiros e, ainda, a eficácia das dinâmicas de ensino adotadas para elevar o potencial crítico dos estudantes diante da realidade do mundo capitalista.

Assim, a hipótese inicial do estudo considera que os alunos do ensino fundamental pouco vivenciam situações de consumo em suas vidas. Entretanto, admite-se que pouco são as oportunidades dos alunos de refletir sobre a matemática financeira e, embora sendo capazes, não exploraram relações de compra e venda inerentes ao cidadão. Assim, inicialmente pensou-se em apresentar propostas informais de exploração do tema Matemática Financeira em sala de aula, ressaltando alguns conceitos matemáticos que envolvem as relações de compra e venda. Acredita-se assim na possibilidade de se estabelecer discussões com os alunos desta etapa de ensino sobre conceitos importantes da matemática financeira que talvez seja desconhecido, pela maioria. O intuito seria conseguir por meio de estudos matemáticos, propostas e dinâmicas de ensino, realizar interpretações de transações financeiras.

Com respaldo nas afirmações de Fiorentini e Lorenzato (2006), em que o “problema de pesquisa pode surgir de uma contradição/dificuldade percebida na prática ou nos estudos já produzidos. [...] expressa geralmente uma inquietação, uma situação dilemática ou de impasse a ser enfrentada pelo pesquisador” (p. 90) e, diante do levantamento bibliográfico realizado e das considerações descritas até aqui, surge então a questão norteadora do ensaio de pesquisa, assim delineada: Quais são os conhecimentos sobre aspectos financeiros relacionados a vida de alunos 9º ano do Ensino Fundamental? Quais são as possibilidades de aprendizagem sobre a Matemática Financeira neste período de ensino?

A partir da questão central, o objetivo do estudo se deu pela investigação e a identificação das possibilidades de ensino e de aprendizagem diante do contexto financeiro, levando em conta a realidade dos alunos. A proposta incluiu ainda a introdução de conceitos monetários usuais, como juros simples e compostos, proporção, impostos, valor real, orçamento, poupança e até mesmo investimentos, de modo a possibilitar a melhora da relação do estudante com o dinheiro, usando como referência a teoria da Educação Matemática Crítica tomando como principal fonte, o autor dinamarquês Ole Skovsmose, em seu livro *Educação Matemática Crítica: a questão da democracia*. Nesta obra, o autor defende que “A

educação tem de desempenhar um papel ativo na identificação e no combate de disparidades sociais” (SKOVSMOSE, 2001, p.32)

Sendo assim, tínhamos como hipótese que muitos alunos da escola básica acompanham, embora mantendo certa distância, os compromissos da família e as dificuldades resultantes de consumo excessivo que geram dívidas e comprometem a renda familiar e o cumprimento de obrigações financeiras.

A EDUCAÇÃO MATEMÁTICA CRÍTICA E O PAPEL DA MATEMÁTICA FINANCEIRA

A Educação Matemática Crítica - EMC surge nos anos 1980 dedicando-se aos aspectos políticos e sociais da Educação Matemática. Skovsmose (2001) sinaliza o papel que a matemática tem na formação dos indivíduos, e apresenta como esta pode ter um direcionamento crítico. Nesta perceptiva, a EMC converge para uma prática onde o aluno tem papel ativo na produção de conhecimento, onde este levanta questionamentos e é tratado como centro no processo de ensino e de aprendizagem.

Skovsmose (2000) define os cenários para investigação como sendo

aquele que convida os alunos a formularem questões e procurarem explicações. O convite é simbolizado pelo “o que acontece se... T” do professor. O aceite dos alunos ao convite é simbolizado por seus “Sim, o que acontece se... T”. Dessa forma, os alunos se envolvem no processo de exploração. O “Por que isto...?” do professor representa um desafio e os “Sim, por que isto...T” dos alunos indica que eles estão encarando o desafio e que estão procurando explicações. Quando os alunos assumem o processo de exploração e explicação, o cenário para investigação passa a constituir um novo ambiente de aprendizagem. (SKOVSMOSE, 2000, p. 06).

Considerando os cenários para investigação pode-se pensar no lugar do aluno como maior responsável por seu aprendizado. A partir dos paradigmas da sala de aula, que para Skovsmose (2000) são a relação entre os exercícios e os cenários para investigação, o autor propõe um quadro sintetizando estas relações.

Quadro 1: Ambientes de aprendizado segundo Skovsmose (2000)

	Exercícios	Cenários para Investigação
Referências à matemática pura	Ambiente (1)	Ambiente (2)
Referências à semi-realidade	Ambiente (3)	Ambiente (4)
Referências à realidade	Ambiente (5)	Ambiente (6)

Fonte: SKOVSMOSE (2000, p. 8).

Compreendendo cada aspecto do quadro proposto, os ambientes de referência a matemática pura são atividades que objetivam resolução de cálculos e de respostas acabadas,

o que ocorre na diferenciação é que os exercícios são mais diretos e sem nenhuma preocupação com o processo, diferente dos cenários para investigação. No caso da semi-realidade, as tarefas tratam de assuntos até contextualizados, entretanto, não há conexão obrigatória com o real, no ambiente (3) espera-se apenas que o aluno, a partir de uma situação artificial, determine o que se pede implicitamente. A semi-realidade vivida no ambiente (4) pode ser considerada, no caso da educação financeira, as situações hipotéticas como porcentagens de juros acima do aceitável, valores irrealistas, mas que mesmo assim, permitem análises críticas e debates no processo.

Os ambientes de aprendizados nas referências das realidades, baseando-se nos exercícios, têm por finalidade tratar de assuntos realísticos, mas que por sua vez pretendem tratá-los como meio para reprodução de algum conteúdo.

Segundo Moreira (2014), em resumo, o paradigma do exercício, proposto no Quadro 1, “é comumente associado ao termo ‘ensino tradicional’” (p. 51).

Deste modo, o Cenário para Investigação configura-se em um ambiente propício ao diálogo e debate, no qual o professor e os alunos devem estar de acordo em participar da produção deste ambiente. É interessante compreender que um Cenário para Investigação os estudantes são direcionados pelo educador a produzir e compreender significados para conceitos matemáticos a partir de atividades propostas.

Partindo da definição apresentada por Paulo Freire de literacia, Skovsmose (2007), afirma que para Freire, letramento ia além de ler e escrever, era “também como uma competência para ler e interpretar uma situação social como estando aberta à mudança. Isso significa um alargamento da noção de letramento para incluir uma competência de cidadão crítico. (p. 241). Neste sentido, Skovsmose estuda e apresenta termos advindos a literacia de Freire. Os termos apresentados por este autor são: materacia e matemácia, que são sinônimos e objetivam o intuito de ensino da matemática mais crítico, social e contextualizado. Skovsmose (2000, p. 02) admite que a materacia “não se refere apenas às habilidades matemáticas, mas também à competência de interpretar e agir numa situação social e política estruturada pela matemática”.

No âmbito de Matemática Financeira. Kistemann Jr (2011) concebe o termo Matemácia Financeiro-Econômica, definido como sendo “a habilidade de análise e reflexão com a decorrente tomada de decisão acerca de situações de consumo” (p. 97). É este contexto que o presente ensaio de pesquisa aborda, buscando sempre explorar com os alunos um olhar crítico diante das coisas, e quando este o fizer, não abafar suas considerações, como muitas

vezes são feitas pela sociedade ao julgar importuno as considerações de consumidores tão jovens.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os alunos convidados a participar da oficina eram alunos de uma turma do 9º ano do ensino fundamental, de uma escola na região norte de Uberlândia. A proposta foi apresentada ao professor da turma, que colaborou sugerindo ajustes no plano de aula de acordo com as necessidades da turma. Houve uma aula inicial abordando o conteúdo de porcentagem para garantir o conhecimento deste tema. Após adequação do planejamento da oficina a proposta foi apresentada à diretora da escola, sugerindo que os encontros acontecessem às terças e quintas-feiras, durante dois meses. A diretora concordou com a intervenção pedagógica a ser desenvolvida em encontros denominados por oficina.

A proposta da oficina com os alunos se caracterizava como um estudo sobre a Educação Financeira, com uma abordagem na Matemática Financeira. Cada encontro foi dividido em duas partes, sendo a primeira voltada para o estudo de conteúdos matemáticos que ajudam na aprendizagem sobre finanças, a partir de atividades investigativas e compreensão de conceitos relacionados. Também foram explorados temas: porcentagens, conceito de juros simples e composto e razão e proporção.

O segundo momento foi voltado para leitura e debate com os alunos, onde cada grupo de alunos receberam um material com tema específico, onde o grupo deveria ler e refletir dialogando com os colegas sobre a proposta entre si o que está sendo proposto. Em seguida, os alunos foram convidados a disporem suas carteiras em forma circular para que houvesse um debate, no qual cada grupo expunha o que havia sido lido e apresentava suas considerações. Cada encontro durou cerca de duas horas. Neste trabalho, será relatado apenas o último encontro.

Tabela 1: Disposição dos encontros da oficina

Data	Conteúdo	Temas de discussão
26/09/2017	Porcentagem	Apresentação da oficina
28/09/2017	Investigando a fórmula dos juros simples e composto	A relação entre o dinheiro e o tempo
17/10/2017	Conhecendo as definições	Uso de crédito e orçamento
19/10/2017	Razão e Proporção	Consumo planejado
24/10/2017	Termos monetários	Poupança e investimento
09/11/2017	Pondo em prática	Criando um orçamento pensando como uma família

SEXTO ENCONTRO – CONSTRUINDO UM ORÇAMENTO FAMILIAR

O último encontro, que contou com a presença de 13 alunos, iniciou com a organização dos alunos em forma de quatro grupos. Em seguida, foi apresentada a tarefa deste encontro aos alunos. Nesta tarefa os grupos deveriam comportar-se como famílias. Objetivando propor um pensamento crítico, a partir dos cenários de investigação, sugeridos por Skovsmose (2001).

Nesse sentido, entendemos que preparar cada indivíduo-consumidor para vivenciar uma cidadania crítica seja propiciar a cada um deles o cesso às regras do jogo financeiro-econômico, maior clareza nas propostas e mais visibilidade do ambiente em que ocorre o jogo das ações de consumo. Cada cidadão deve ter possibilidade de acesso às ferramentas, que regem as ações e transações econômicas, para que possa escolher que decisões deve tomar. (KISTEMANN JR., 2011, p. 97)

Cada família deveria eleger um representante da família que seria responsável por gerenciar os gastos. Em seguida, foi entregue a cada família o material de apoio deste encontro, que foi uma folha, onde o grupo deveria apresentar o nome da família, o nome dos componentes e suas funções.

A escolha do representante da família pareceu não ser uma tarefa muito fácil. O critério utilizado pela maioria dos grupos foi eleger aquele que supostamente seria mais consciente e poupador. Depois desta etapa, os alunos teriam que escolher envelopes com números de 1 a 4, e dentro destes envelopes haviam os salários de cada grupo. A regra escolhida pela professora para organizar os salários foi a seguinte: o envelope de número 1 continha a quantia de um salário mínimo e meio, no envelope de número 2 havia dois salários mínimos e meio, e assim por diante, considerando o salário mínimo do ano de 2017, de R\$ 937,00. A opção de trabalhar com salários na margem de mil até cinco mil foi planejada a partir das observações realizadas pela pesquisadora em formação durante a oficina, no momento em que os alunos contavam experiências e as vezes diziam a média do salário da família.

Figura 1: Envelopes e os respectivos salários



Fonte: a autora

Então, na tabela contida no material, os alunos deveriam assinalar qual o salário da família. Assim, a professora explicou que os representantes da família deveriam recordar de seus salários para o próximo passo.

Dando continuidade a professora/pesquisadora solicitou que cada representante de família, e só ele, deveria vir até a mesa escolher uma opção de cada item presente na descrição do material, que eram: moradia, lazer, transporte, alimentação, saúde, energia, água e tv/internet/telefone. Não se esqueçam dos seus salários e dos aprendizados dos encontros anteriores. Assim se deu um dos diálogos entre a professora/pesquisadora (PP) e os alunos (A01,...)

A05: Professora, tem que escolher todos, não pode eliminar nadinha?

A02: Minha família fica feliz só se alimentando e tendo uma casa.

PP: Engraçadinhos. Não pode, porque vamos pensar como uma família, e família tem mais gastos do que casa e comida, não é mesmo?

A05: Mas, e lazer, pra que isso, pobre não precisa.

PP: Você vai ao shopping ou em algum churrasco de família?

A05: Vou sim.

PP: Então, como não ter isso no orçamento?

A05: Ah, é verdade. Vamos lá ver se vai dar certo isso.

O material planejado para este momento contou com informações da pesquisa realizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)¹ realizada em 2008/2009 referente ao direcionamento dos gastos das famílias no Brasil. Para facilitar o planejamento, a

¹<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/saude/9050-pesquisa-de-orcamentos-familiares.html?edicao=9062&t=resultados>

professora pesquisadora (PP) utilizou uma tabela de valores convertidos, a partir do que foi apresentado na pesquisa do IBGE, para as atividades da oficina, como segue:

Tabela 2: Tabela sobre orçamento da família brasileira

Item	%*	Renda em R\$	Renda em R\$	Renda em R\$	Renda em R\$
Total	100	1405,50	2342,50	3279,50	4216,50
Moradia	30	421,56	702,75	983,85	1264,95
Transporte	22	309,14	515,35	721,49	927,63
Alimentação	20	281,04	468,50	655,90	843,30
Educação	3	42,15	70,27	98,38	126,49
Lazer	8	112,41	187,40	262,36	337,22
Saúde	3	42,15	70,27	98,38	126,49
Energia	6	84,31	140,55	196,77	252,99
Água	3	42,15	70,27	98,38	126,49
TV/net/fone	6	84,31	140,55	196,77	252,99

Fonte: a autora**

*Estes valores são uma média, considerando margens, uma vez que há diferentes direcionamentos para cada classe econômica, estas porcentagens foram consideradas para encaixar de forma fácil no orçamento de todos os grupos.

**Dados feitos de leitura sobre os dados disponibilizados pelo IBGE.

Para melhor visualização dos valores das moradias, dos transportes, do lazer e da alimentação, foram utilizadas figuras ilustrativas, as imagens abaixo mostram alguns exemplos de fichas, que também tinham a função de encher os olhos de quem iria adquirir determinado bem ou serviço. Os valores expostos variavam bastante entre os valores da tabela acima. O intuito era observar quais escolhas os alunos fariam, de modo a compreender suas prioridades.

Figura 2: Algumas fixas entregues aos alunos



Fonte: a autora

Os alunos foram orientados também a observar que algumas opções tinham apenas um exemplar. Este detalhe tinha o intuito de tornar a atividade um pouco mais real, uma vez que, no caso dos imóveis, por exemplo, se alguém alugou, perde-se o direito de alugar aquele imóvel. A mesa utilizada para exposição do material ficou disposta da seguinte forma:

Figura 3: Disposição das fixas na mesa no encontro



Fonte: a autora

Pautada nos pensamentos de Campos (2013), no qual afirma que “nossas escolhas têm consequências e, é importante que assumamos os resultados dessas escolhas, especificamente quando falamos de decisões financeiras.” (p.50), a professora cria dois tipos de fichas, azuis e vermelhas. No caso, se faltasse dinheiro para o pagamento de todas as despesas, a família receberia uma ficha vermelha, onde deveriam colocar qual foi a quantia que, de forma simbólica, ficaram devendo ao banco. No caso de valores que não foram utilizados, ou seja, o que restou do salário após pagamento das aquisições, a família receberia uma ficha azul, simbolizando um depósito em conta poupança. Aqui, não se disponibilizou a opção de investimento desta quantia, pois não havia tempo no encontro para direcionar uma reflexão sobre o assunto.

Ao analisar os gastos, a relação das famílias ficou da seguinte forma:

Tabela 3: Organização do orçamento das famílias/grupos no sexto encontro

Família 1 (Salário de R\$ 1.405,50)	Ficou devendo R\$ 374,85
Família 2 (Salário de R\$ 2.342,50)	Saldo positivo de R\$ 217,50
Família 3 (Salário de R\$ 3.279,50)	Saldo positivo de R\$ 344,00
Família 4 (Salário de R\$ 4.216,50)	Saldo positivo de R\$ 1.581,50

Fonte: a autora

Para compreender segue uma figura ilustrando as escolhas da Família 1, que se nomeou como “Bloco Lopes”.

Figura 6: Exemplo de orçamento



Fonte: folha de orçamento

Após a organização do primeiro orçamento, os alunos tiveram a opção de voltar à mesa e optar por itens diferentes, trocar, ou adicionar itens aos seus orçamentos. Nesta oportunidade, a família Bloco Lopes fez algumas trocas. A primeira troca foi o carro, os membros da família justificaram que a criança estudava no bairro, por isso ia andando e o outro membro recebia vale transporte, com isso, apenas uma pessoa necessitaria de transporte, foi então que estas escolheram a opção do transporte coletivo. A segunda alteração foi o lazer, que passou a ser um piquenique no parque com toda a família.

A última tarefa tratou da importância de poupar, de organizar o orçamento de tal forma que haja uma parcela voltada para investimentos, ou pelo menos para poupança. Os alunos receberam envelopes com situações diversas, acontecimentos que são passíveis de ocorrerem com uma família, e que demanda um direcionamento de dinheiro não esperado. Desta forma foram entregues uma situação de imprevisto para cada família de forma aleatória. Os acontecimentos encontram-se registrados no quadro abaixo.

Tabela 5: Imprevisto entregue os alunos no sexto encontro

A escola da criança está convidando os alunos para uma atividade fora da cidade, você não vai deixa-lo (a) fora dessa não é mesmo?	O carro da família deu defeito, e vocês precisam dele para se locomoverem. A saída é levar para o conserto, que vai ficar em R\$
--	--

O valor da viagem é de R\$200,00	300,00.
Você e sua família foram convidados para um casamento de amigos muito importantes, as vestimentas devem ser providenciadas. Feminino – R\$100,00 Masculino – R\$80,00 Um dos familiares já tem sua roupa, está isento do aluguel.	O patrão do chefe da família está precisando fazer um corte de funcionários, mas admira muito seu trabalho, e decide continuar com este. Entretanto, transfere para um cargo com salário um pouco menor, reduzindo em 21% seu salário. Você deve reorganizar as despesas, caso não tenha nenhuma reserva.

Fonte: a autora

Vale observar que caso tais imprevistos acontecessem com uma família na realidade, esta família precisaria ter uma reserva para direcionar para esse momento, uma vez que caso não tenha, ficará endividada. Alguns grupos haviam atentado para este detalhe em um primeiro momento de montagem do orçamento, entretanto, na segunda oportunidade de adquirir outros bens, se esqueceram e escolheram produtos e serviços que deixavam o orçamento bem justo, o que acarretou no endividamento por falta de reserva destas famílias.

Acredita-se que esta experiência é necessária no processo de aprendizagem crítica do aluno. Santos e Pessoa (2016, p.43), afirmam que nas tarefas propostas dentro da sala de aula é interessante que o professor busque sempre “propiciar aos alunos momentos de reflexão nos quais eles possam ser colocados diante de situações diversas e que discutam, nestas situações, as possibilidades a serem tomadas e as consequências advindas a partir das escolhas”. Desta forma, os alunos foram levados a pensar e criar soluções viáveis de organização para sempre terem em seus orçamentos, uma porção de reserva emergencial. Por fim, os alunos foram convidados a fazer uma reflexão mais profunda de todo o encontro, em forma de diálogo.

A10: Eu adorei todos os encontros, passei a pensar duas vezes antes de comer na rua, as vezes eu espero chegar em casa.

A18: Na minha casa, passamos a falar ainda mais sobre isso, meus pais abriram espaço para eu contar um pouco do que vimos aqui, principalmente sobre organização das contas.

PP: Que bacana gente.

A02: Professora, eu espero que mais jovens como nós possam ter esta experiência, é claro que não saímos daqui economistas, mas você nos instigou a pensar sobre o dinheiro e como estamos gastando ele.

A10: É verdade. A gente só ia pensar nisso quando começasse a trabalhar, como se não tivéssemos responsabilidades no orçamento em nossas casas.

PP: Eu fico muito feliz, e espero sim ter mais oportunidades como essa, e que vocês sejam consumidores conscientes daqui para frente.

Poucos alunos quiseram se manifestar de forma mais densa, mas a fala sintética da maioria foi sobre pontos que eles não haviam refletido ainda, como orçamento, compreensão de necessidade e desejo, e ainda, que o dinheiro não é um vilão, mas apenas precisa ser compreendido de forma correta.

CONSIDERAÇÕES

A partir das inquietações despertadas sobre os estudos da Matemática Financeira de forma crítica dentro da sala de aula foi que se deu este ensaio de pesquisa. Buscando referências que pudessem dar respaldo às suas considerações e observações que esta professora se organizou e se preparou para oferecer uma oficina na perspectiva da Educação Financeira.

Os principais resultados deste estudo sinalizam possibilidades de acrescentar à Educação Financeira, oriunda da Matemática Financeira Crítica, momentos de construção de conhecimento e enriquecimento pessoal e do grupo. A oficina propiciou aos alunos e a professora, oportunidades de reflexões e diálogos, que valorizaram as experiências pessoais e as possibilidades de aperfeiçoamento de opiniões.

Compreende-se que este tipo de proposta de ensino requer muito estudo e planejamento, mas também pode ser observado a viabilidade das tarefas veiculadas dentro da sala de aula durante o ano letivo, uma vez que as propostas de ensino contextualizam os conceitos pertinentes do currículo do 9º ano do ensino fundamental.

Entretanto, acredita-se que os objetivos almejados inicialmente foram alcançados, e a pergunta norteadora² deste estudo foi respondida, instigando constantemente os alunos e levando-os a provocações reflexivas e críticas. Os alunos apresentaram seus conhecimentos e suas possibilidades durante os encontros da oficina. A professora teve sempre o cuidado de optar por propostas que levassem os alunos a exploração, debate e postura autônoma nos procedimentos, criando Cenários para Investigação, como sugere Skovsmose (2000).

Os cadernos de registros e, as gravações em áudio, utilizados como instrumentos de produção e coleta de dados se mostraram adequados. As gravações puderam salvar os diálogos e as manifestações dos alunos durante as discussões, assim como as intervenções da

² Quais são os conhecimentos sobre aspectos financeiros relacionados a vida de alunos 9º ano do Ensino Fundamental? Quais são as possibilidades de aprendizagem sobre a Matemática Financeira neste período de ensino?

professora, além de evidenciar as vantagens da metodologia utilizada que se caracterizou como Cenários para Investigação da Educação Matemática Crítica de Skovsmose (2000, 2001, 2007, 2014).

Por fim, considera-se que este estudo apresentou uma contribuição a mais para a formação de todos os envolvidos, sendo enriquecedor para todos, desde a autora, os alunos e a escola.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CAMPOS, André Bernado. **Investigando como a educação financeira crítica pode contribuir para tomada de decisões de consumo de jovens-indivíduos-consumidores (JIC's)**. Dissertação de Mestrado Profissional em Educação Matemática (UFJF). Juiz de Fora (MG), 2013

FIorentini, Dario; Lorenzato, Sergio. **Investigação em educação matemática: percursos teóricos e metodológicos**. Campinas: São Paulo, Autores Associados, 2006.

KISTEMANN JR., Marco Aurélio. **Sobre a produção de significados e a tomada de decisão de indivíduos-consumidores**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Educação Matemática, Instituto de Geociências De Ciências Exatas, Campus de Rio Claro, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2011

SANTOS, Laís Thalita Bezerra dos. PESSOA, Cristiane Azevêdo dos Santos. **Educação financeira na perspectiva da educação matemática crítica: uma reflexão teórica à luz dos ambientes de aprendizagem de Ole Skovsmose**. BoEM, Joinville, v.4. n.7, p. 23-45, ago./dez. 2016

SKOVSMOSE, Ole. **Educação Matemática Crítica: A questão da democracia**. Tradução: Abigail Lins e Jussara de Loiola Araújo. 5ed. Campinas, SP: Papyrus, 2001.

PRÁTICAS EDUCATIVAS PARA SAÚDE DA POPULAÇÃO CATARINENSE A PARTIR DAS AÇÕES DA COMISSÃO ROCKEFELLER EM SANTA CATARINA (ANOS 1920)

Julia Vieira Tocchetto de Oliveira

Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Resumo: A partir dos anos 1910 o que ficou conhecido como Movimento Sanitarista ganha importantes repercussões, sobretudo, a partir da publicação do relato da expedição científica realizada pelos médicos Neiva e Penna nos sertões brasileiros. Nos anos 1920 a criação do Departamento Nacional de Saúde Pública evidencia os debates acerca das condições de vida do povo brasileiro e a necessidade de educa-lo para saúde. Nesta conjuntura, em fevereiro de 1919, o dr. Joaquim Davi Ferreira Lima parte para o Rio de Janeiro, enviado pelo Governador Hercílio Luz para contatar a Fundação Rockefeller afim de trazer seus serviços a Santa Catarina. Mais do que apenas diagnosticar e prescrever a cura para as pessoas que viviam nas zonas infectadas pela ancilostomíase e o paludismo, estas inspeções visavam educar a população para que, cientes dos males causados por estas moléstias, pudessem trata-las e, em especial, preveni-las. Assim, o presente trabalho tem como objetivo compreender as práticas educativas para saúde desenvolvidas em Santa Catarina durante a atuação da Comissão Rockefeller neste Estado. Deste modo, procura-se compreender como os esforços destas ações desenvolvidas pelos médicos contratados pela Fundação Rockefeller buscaram transformar os costumes das pessoas. Compreendo costumes a partir das considerações de Edward P. Thompson como: “[...] costume não como posterior a algo, mas como sui generis: ambiência, mentalité, um vocabulário completo de discurso, de legitimação e de expectativa” (THOMPSON, 1998, p. 14). Para o desenvolvimento deste trabalho analisou-se fontes históricas tais quais relatórios, legislações, correspondências e jornais em circulação na época. **Palavras-chave:** História da Educação, Práticas Educativas, Saúde.

1105

INTRODUÇÃO

A república brasileira foi instalada, sob o lema “ordem e progresso”, em um período que as fábricas se multiplicavam, o afluxo de imigrantes europeus aumentava e o crescimento nos principais centros urbanos do país era evidente. Foi nesse contexto que os governantes republicanos realizaram intervenções que tinham a pretensão de impulsionar o desenvolvimento nacional, para fazer do Brasil um país moderno, civilizado, assim como nações da Europa e os Estados Unidos. Nesse contexto saúde e educação ganham relevância como meios para transformar e formar o brasileiro que tornaria possível a realização dessa empreitada (BERTUCCI, 2007).

Assim, uma série de medidas foi tomada no sentido de reordenar as cidades de modo a transformar espaços públicos e privados em ambientes salubres, capazes de salvaguardar a saúde de seus habitantes. Cortiços e habitações coletivas, nos quais vivia grande parte da população mais pobre, considerados lugares degradantes e insalubres, nos quais toda sorte de

doenças e degenerações morais proliferavam, foram sistematicamente vasculhados, por vezes remodelados, muitas vezes demolidos, mesmo antes da virada para o século XX (cf. CHALHOUB, 1996; RAGO, 1985).

Nos primeiros anos do século XX, a ideia de regenerar o povo brasileiro através de práticas relacionadas à saúde, muitas vezes conjugadas com a educação das pessoas, ganhou diversos adeptos entre médicos, educadores, advogados, políticos e vários outros segmentos sociais. Ideia que podia ser combinada com a tese da necessidade de branquear o país (que ganhou singulares traduções no país, a partir de discussões com teses europeias sobre raça e civilização (NAXARA, 1998; SCHWARCZ, 1993), mas que enfatizava a possibilidade de reabilitação do homem nacional (LIMA; HOCHMAN, 1996)).

O Movimento Sanitarista da segunda metade dos anos 1910 foi impulsionado com a divulgação, em 1916, do relato integral da expedição científica (1912) realizada pelos doutores Arthur Neiva e Belisário Penna. Como escreveu Bertucci:

Várias expedições foram organizadas pelo governo federal, entre o final do século XIX e início do XX, com o objetivo de desbravar e possibilitar a exploração do território brasileiro. [...], Mas, para viabilizar a construção de uma ‘nação civilizada’, era imperiosa a constituição do ‘povo brasileiro’. Tema debatido desde as discussões sobre uma política imigratória para o país nos Oitocentos, a questão da formação do brasileiro, permeada por teses raciais, no período republicano foi combinada com a difusão dos feitos da medicina experimental, que apresentava a possibilidade de recuperação dos habitantes do país que eram diagnosticados como doentes, e também com a divulgação de ideias eugênicas, a partir de meados dos anos 1910 [...] Foi nesse contexto que a expedição de Neiva e Penna foi realizada e seu relatório publicado (BERTUCCI, 2011, p. 9).

Partindo do Instituto Oswaldo Cruz (Manguinhos), Rio de Janeiro, atendendo solicitação da Inspeção de Obras contra a Seca, órgão do Ministério dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas e percorrendo o chamado Brasil central, o “sertão” (Goiás de norte a sul, norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco e sul do Piauí), a expedição chefiada pelos médicos Neiva e Penna foi pioneira na denúncia da situação de miséria, ignorância e enfermidades em que viviam os habitantes destas regiões. Apesar de ter como primeiro objetivo estudar as causas e propor soluções para a questão do avanço da seca na região, as considerações dos doutores que ganharam divulgação nacional foram as sobre os habitantes da região, os sertanejos, e suas péssimas condições de vida. Nessa viagem pela região central do país os dois médicos se depararam com pessoas vivendo em condições muito precárias e insalubres e em estado de completa ignorância. Para Neiva e Penna, o homem do sertão deveria ser curado e, sobretudo, educado. Os médicos também propunham o incentivo à imigração, notadamente europeia, para essa região como forma de retirar seus moradores de seu estado de apatia, uma vez que o contato com outras culturas concorreria para ampliar sua

percepção de mundo, além disso, a possibilidade de miscigenação com o branco europeu era bem vinda. Entretanto, para os doutores a situação de abandono, miséria e doença do brasileiro não era exclusividade do Brasil central, em praticamente todo o país as pessoas padeciam desses males, era preciso agir em todo o território nacional (BERTUCCI, 2007).

A publicação em 1916 do relato da viagem de Neiva e Penna concorreu para ampliar as discussões sobre o homem brasileiro, que já pontuavam em jornais de várias partes do país, e acabariam resultando na organização da Liga Pró-Saneamento do Brasil (1918), sob o comando de Belisário Penna. Nos anos seguintes, com os acordos entre a Fundação Rockefeller e diversos Estados brasileiros (para combater endemias e formar profissional em saúde), medidas delineadas pelo governo federal (com a organização do Departamento Nacional de Saúde Pública em 1920, por exemplo) e ações de governos estaduais (em geral conjugadas com a União e iniciativas da Fundação americana), o Brasil viveu o que Hochman denominou de “era do saneamento” (HOCHMAN, 2012).

Em Santa Catarina as ressonâncias de ideias e práticas do movimento sanitaria também se fizeram sentir, sobretudo, a partir de meados da década de 1910 e primeiros anos da década de 1920 (OLIVEIRA, 2015). Nesta conjuntura, a capital catarinense passa a sediar uma série de reformas na sua urbe que tinham o intuito de saneá-la, colocando Florianópolis na marcha do progresso almejado, a começar pelo empenho governamental da efetiva implementação de redes de encanamentos de água e de esgoto, obras fundamentais para manutenção da saúde da população, que precisa ser alertada/educada sobre os inconvenientes da ingestão de água poluída e de dejetos que não eram devidamente eliminados (OLIVEIRA, 2015).

No final da década de 1910, o início das obras da Avenida do Saneamento em 1919, depois chamada Hercílio Luz (homenagem ao governador que a idealizou) foi saudado pelo jornal **República** (órgão oficial do Partido Republicano) com as seguintes palavras: “A ação da picareta está se fazendo sentir e um novo aspecto, um aspecto agradável e sadio apresenta aquelle trecho da nossa capital” (**República**, 30/10/1919, p.1). A Avenida, margeada pelo canal do rio da Bulha inaugurada oficialmente em 1922, ligava pela primeira vez a baía sul à baía norte da região. Sua construção representou, para muitos, o marco distintivo entre um passado que se desejava apagar e o futuro luminoso que se pretendia construir (ARAÚJO, 1989; MÜLLER, 2002; TEIVE, 2008; BORGHEZAN, 2014). Mas, se a Avenida do Saneamento, cujo nome emblemático repetia denominação de obras semelhantes realizadas em diferentes cidades brasileiras pelo engenheiro sanitaria Saturnino de Brito (1864-1929)

(cf. ANDRADE, 1992), era marco de uma “nova era”, a década de 1910 começou com outras significativas intervenções urbanas relacionadas à higiene/saúde de pessoas.

ATUAÇÃO DA COMISSÃO ROCKEFELLER EM SANTA CATARINA: EDUCANDO A POUPLAÇÃO PARA SAÚDE

Se combater as moléstias de caráter epidêmico e educar a população como medida preventiva para o contágio foi tarefa da Inspetoria de Higiene de Santa Catarina e regulamentada a partir das legislações de 1918, as endemias como ancilostomíase e paludismo não foram preocupação menor das autoridades sanitárias e governantes catarinenses (OLIVEIRA, 2015; ARAÚJO, 1989). Não só no Brasil Central visitado por Neiva e Penna, o homem brasileiro padecia abandonado pelo governo na mais completa miséria, ignorância e enfermidade. Santa Catarina também tinha seus sertões e neles habitantes que necessitavam da assistência do estado e, sobretudo, de uma educação sanitária capaz de retirá-los das péssimas condições de saúde as quais estavam submetidos. Com os desdobramentos dos ideais sanitaristas e diante do diagnóstico de um Brasil como um “grande hospital¹” ações em prol da saúde pública e do saneamento foram pensadas, para além dos grandes centros, para os meios rurais, afinal os sertões começavam logo ali, ao passar a avenida central². Nesta conjuntura, as décadas de 1910 e 1920 assistiram a efervescência dos debates advindos do movimento sanitarista e da implantação de políticas de saúde pública que culminaram com a criação do Departamento Nacional de Saúde Pública no ano de 1920 que buscava dar respostas as necessidades de uma centralização maior por parte do poder federal no que tange a saúde e políticas de saúde pública. Ainda no fim dos anos 1910, são celebrados acordos entre alguns Estados Brasileiros com a União e com a fundação filantrópica norte americana Rockefeller. Em Santa Catarina, o acordo firmado em parceria com a união e com a chamada Comissão Rockefeller³ aconteceu em 1919.

¹ O médico Miguel Pereira ao rebater ao pronunciamento do deputado federal Carlos Peixoto, de que se propunha a ir aos rincões mais distantes do Brasil convocar o caboclo para lutar pela sua pátria em caso de guerra, afirma no ano de 1916 em seu discurso em recepção a Aloyso Castro, diretor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, que seria impossível tendo em vista que o Brasil não passava de um “grande hospital” e estava sua gente abandonada a miséria e enferma (BATISTA, 2015).

² Questionado acerca de onde começavam os sertões, Afrânio Peixoto responde que, começavam logo depois da Avenida Rio Branco, bulevar na Capital da República, o Rio de Janeiro, indicando que não era preciso ir muito longe para se depararem com a situação de abandono e doença do homem brasileiro (HOCHMAN, 1998).

³ Sobre a Fundação Rockefeller na América Latina veja: CUETO, M. *Vision off Science and Development: The Rockefeller Foundation's Latin American Surveys of the 1920*. In: CUETO, M. *Missionaries of Science: the Rockefeller Foundation and Latin America*. Bloomington and Indanapolis: Indiana Universty Press, 1994. P. 1-22.

Em Santa Catarina a necessidade de um empreendimento que pudesse efetivar ações profiláticas, não só na capital catarinense, era constantemente ressaltada pelas autoridades. Afinal, moléstias como a ancilostomíase e o paludismo, reinantes, sobretudo, nas zonas rurais (não muito distantes da capital do Estado) levavam a população catarinense a apatia e indolência. Em seu relatório escrito em 1919, o doutor Ferreira Lima destacava a necessidade de antes de encerrar suas considerações “[...] fazer menção especial relativamente a endemia de paludismo, reinante entre nós desde os tempos mais remotos [...]” (SANTA CATARINA, 1919, p. 37). No documento enviado ao Secretário Geral, o médico resalta as desastrosas consequências causadas pelos males do paludismo, em especial, quando unidos com os malefícios do parasitismo intestinal (o que acontecia com frequência) e destaca a necessidade urgente em se firmar um acordo com o governo federal para que se pudesse iniciar uma campanha eficaz de profilaxia rural (SANTA CATARINA, 1919). Afinal, o cenário causado por estas moléstias era aterrador. Nas suas palavras:

A situação é de uma guerra em que vemos com tristeza os estragos e males todos creados pelo terrível e invisível inimigo que sem tréguas nos persegue, que nos sentimos apertar num circulo cada vez mais estreito e aterrador e a que temos a obrigação de apresentar uma resistência enérgica e decisiva numa ofensiva que, sabiamente conduzida, há de trazer sem duvida a victoria traduzida por um resultado satisfatório e completo (SANTA CATARINA, 1919, p. 37).

Acerca das doenças endêmicas, já no ano de 1916, o governador Felipe Schmidt alertava quanto ao seu perigo e as dificuldades em combatê-las:

As nossas populações do littoral são trabalhadas por endemias que as reduzem a um estado disforme de morbidez e de abatimento moral e physico, degenerando a raça, inutilizando-a para o trabalho e acabando por exteminal-as. Refiro-me a ankylostomiase e ao impaludismo [...] o meio de combatel-as é, porem, dispendioso e complexo. A alimentação, o vestuario, as habitações e o regimem da vida constituem-se a base da defensiva da hygiene individual, com as quaes somente poderão ser habitáveis as zonas infeccionadas pelo impaludismo (SANTA CATARINA, 1916, p. 28).

Santa Catarina, segundo o Governador, com seus “parcos recursos” não poderia, sem o auxílio do governo federal, levar a cabo propostas significativas de profilaxia e/ou mesmo erradicação destas doenças. Ainda assim, segundo Schmidt, urgia a necessidade de tomar uma atitude e para tanto, propunha:

[...] o empreendimento de uma propaganda de defeza sanitária realizada entre as populações mais flageladas, orientando-as nas medidas de prophylaxia, compllindo-as, mesmo coercitivamente, á observância de prescrições, constantes de um regulamento de hygiene urbana e rural (SANTA CATARINA, 1916, p. 30).

Foi nesse ano, 1916, que Felipe Schmidt anunciou os primeiros contatos com a Fundação Rockefeller que poderia viabilizar tal empreendimento. Todavia, a necessidade de

arcar com parte dos custos desse serviço adiou a realização do contrato entre o governo estadual e a Fundação que foi assinado anos depois, em 26 de julho de 1919, com o objetivo de sanear e atuar na prevenção de epidemias na ilha e litoral catarinense (ARAÚJO, 1989; MULLER, 2002; BORGHEZAN; 2014)

A Fundação Rockefeller encontra-se no cerne do que ficou conhecido como “filantropia científica”, ou seja, a destinação de recursos privados para os interesses dos setores públicos, em especial de educação e saúde (MARINHO, 2005, 2010). Criada em 1913 nos Estados Unidos da América, esta entidade tinha como objetivo reunir e centralizar as ações filantrópicas da família Rockefeller, desenvolvidas, principalmente, a partir de seu patriarca John Dawson Rockefeller, conhecido como “magnata do petróleo” (MARINHO, 2005; CUETO, 1994).

Inicialmente no sul dos Estados Unidos, a Fundação Rockefeller desenvolveu como eixo de sua atuação no mundo as missões médicas que tinham por objetivo diagnosticar, tratar e prevenir doenças de caráter endêmico, em especial nas zonas rurais. Na América Latina a Fundação Rockefeller operou principalmente no combate à febre amarela e as doenças endêmicas como paludismo e ancilostomíase. No Brasil, os acordos entre a entidade norte-americana e os Estados brasileiros começam a acontecer a partir de 1916. Segundo Cueto (1994) o Brasil atraiu a atenção da Fundação Rockefeller por, em primeiro lugar pelas ações diplomáticas entre Brasil e Estados Unidos, e em segundo lugar por ter ficado a entidade impressionada com o trabalho de combate à febre amarela encabeçada por Oswaldo Cruz no Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX. Certamente a abertura diplomática e o interesse de médicos brasileiros na medicina norte americana abriram portas para ação desta fundação em solo brasileiro.

Preocupação constante de médicos e governantes na época, foco das ações de profilaxia empreendidas pelas comissões sanitárias, a ancilostomíase, denominada em jornais e outros textos de “mal da terra” (também chamada popularmente de opilação ou amarelão) era acusada de degenerar a raça, enfraquecer o físico e o caráter do homem brasileiro, e catarinense, pois, era considerada uma das principais causas pela indolência e aversão ao trabalho de grande parte da população. E também a imprensa diária cumpriu papel nessa empreitada educacional para a saúde. Através de suas páginas os jornais não somente informavam sobre como prevenir esta doença, como associação higiene e saúde com civilidade, educação e progresso. Sobre isso, o jornal **O Município de Joinville** publicava no dia 9 de julho de 1919:

Ha certas moléstias que os povos respeitadores de si mesmos não estão tolerando mais que persistam entre elles. São as moléstias que, devido aos nossos conhecimentos actuais, podem ser facilmente exterminadas, que somente o descaso das autoridades e a ignorancia e a degradação social do povo explicam. A esta classe de moléstias a uncinaridose ou a opilação. Diferente dos da tuberculose e da variola, que penetram aos centros mais civilizados e prósperos, os parasitas immundos da uncinaridose vivem da ignorancia humana e do seu desmazelo. Elles estão dessangrando [sic] a nação brasileira [...] convertendo os homens, as mulheres e as crianças em fantasmas amarells (**O Município de Joinville**, 9/07/1919, p.1).

Cabe ressaltar que o diretor do Jornal **O Município de Joinville** era Plácido Gomes, delegado de Higiene de Joinville e médico formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Certamente, a influência deste doutor contribuiu para que matérias e anúncios acerca de saúde pública, inclusive com “conselhos” de como mantê-la, fossem publicadas neste impresso.

Quanto a este artigo, as palavras do autor (como as de outros jornalistas que escreviam para diversos jornais) concorriam para educar a população de Joinville, ao mostrar, por exemplo, o quanto a falta de higiene era decisiva para o contágio de diversas moléstias. Prática educativa cotidiana muito importante, se considerarmos o que escreveu o Governador Schmidt, no ano de 1916: “A ignorancia da maioria das populações do littoral, a aversão a todos os preceitos de hygiene tornam muito difficil a pratica de medidas salutaes de prophylaxia” (SANTA CATARINA, 1916d, p.28). Tendo como representação o Jeca Tatu, personagem de Monteiro Lobato, o homem brasileiro, e catarinense, era visto como miserável e enfermo entregue à própria sorte e sem condições básicas de higiene, e, por isso, suscetível a contrair as mais diferentes moléstias. Era preciso, e com urgência, pensavam os doutores e autoridades, tratá-lo, educá-lo e assim regenera-lo, retirando-o das condições de atraso em que se encontrava ensinando-lhe as noções de higiene, indispensáveis para manutenção de sua saúde, o que o tornaria saudável e um próspero trabalhador. Em Santa Catarina, essa missão foi delegada a Diretoria de Higiene do Estado e a recém-chegada Fundação Rockefeller.

Em fevereiro de 1919, o dr. Joaquim Davi Ferreira Lima parte para o Rio de Janeiro, enviado pelo Governador Hercílio Luz para contatar a Fundação Rockefeller afim de trazer seus serviços a Santa Catarina (SANTA CATARINA, 1920). Este processo foi amplamente divulgado pela imprensa catarinense e o jornal “**A República**” noticiou em primeira página (e com destaque) os resultados da “missão do dr. Ferreira Lima no Rio de Janeiro” (**A REPÚBLICA**, 01/03/1919) e a vinda próxima da Comissão Rockefeller para desempenhar a profilaxia rural em Santa Catarina. Em junho do mesmo ano era celebrado o contrato com esta

fundação, em parceria com a União, e seus membros recepcionados na capital pela Sociedade de Medicina de Florianópolis.

Assim, o Dr. Remígio Oliveira, Vice-diretor de Higiene do Estado de Santa Catarina, foi comissionado como médico auxiliar da Comissão Rockefeller, que chefiada pelo médico norte-americano, dr. Allan Gregg percorreu inicialmente o Estado do Paraná e meses depois chegou a Santa Catarina. Ficou a cargo do dr. Remígio Oliveira remeter a Ferreira Lima relatos das inspeções feitas em terras catarinenses de norte a sul.

Mais do que apenas diagnosticar e prescrever a cura para as pessoas que viviam nas zonas infectadas pela ancilostomíase e o paludismo, estas inspeções visavam educar a população para que, cientes dos males causados por estas moléstias, pudessem trata-las e, em especial, preveni-las. Deste modo, a comissão encarregou-se de, nas localidades onde passava, estabelecer um laboratório provisório (onde seriam feitos exames), distribuir medicação para as pessoas doentes e instruí-las, através de palestras acerca dos modos de tratar e evitar as endemias reinantes (SANTA CATARINA, 1920).

Para tanto, além das autoridades locais, os doutores da Rockefeller puderam contar com a escola, seus professores, bem como com as igrejas das regiões e com a imprensa, que noticiava as ações desenvolvidas por esta comissão.

Para Remígio Oliveira

A acção conjunta de todos os indivíduos, ou pelo menos das autoridades em comcunitancia com o professor, o padre e a imprensa, seria o ideal para um combate ao ankylostomo, que constitui um perigo para a população do Estado e especialmente do litoral (SANTA CATARINA, 1920, p. 38)

A partir de projeções, murais e figuras, os doutores realizavam suas palestras nas escolas, igrejas e/ou repartições públicas. Na cidade de Araranguá, por exemplo, Remígio Oliveira relata ter pedido ao pároco local, o padre Antônio Luiz dias que “[...] na ocasião da missa dominical, falasse ao povo sobre o serviço da comissão, considerando ele este acto como humanitário e de caridade” (SANTA CATARINA, 1920, p. 36).

Muito embora, os/as professores/as geralmente contribuíssem de bom grado a atuação da comissão, uma professora em especial, da cidade de Jaguaruna, mereceu menção na correspondência enviada pelo dr. Remígio Oliveira ao Diretor de Higiene:

Não devo calar o nome da professora D. Ida Ávila Pereira, que bem compreendendo as vantagens do serviço, se esforçou junto com seus alunos e entre as demais pessoas de sua amizade afim de que tratassem de fazer seus exames de fezes, por quanto muito possível seria que estivessem infectados com o <<Mal da Terra>> (SANTA CATARINA, 1920, p. 35)

Não bastasse tamanho empenho e comprometimento, a professora Ida Ávila Pereira, diante da descrença e da desconfiança de parte da população local, pediu aos doutores que mostrassem, a partir de seus métodos científicos, a existência real das larvas causadoras da “opilação”. O pedido da professora foi atendido de pronto, e os médicos mostraram no microscópio os vermes retirados da terra (SANTA CATARINA, 1920). Esta prática educativa, além de evidenciar a intrínseca relação entre a Diretoria de Higiene de Santa Catarina e a escola, demonstra que o saber médico científico advindo da medicina experimental estava chegando a população, mesmo nas áreas mais afastadas.

Todavia, nem sempre as ações empreendidas pela Comissão Rockefeller eram vistas com bons olhos pela população. Em 16 de novembro de 1921, o dr. Remígio Oliveira enviava correspondência ao Secretário Geral, José Arthur Boiteux informando sobre a suspensão dos serviços de distribuição de medicamentos feito pelo posto da Rockefeller situado na Capital, uma vez que a recusa em aderir ao tratamento atingiu níveis alarmantes. Segundo o médico era “[...] de se lastimar ver o elemento nacional recusar tanto a medicação como aconteceu aqui na ilha, o que não se tem dado com o elemento estrangeiro (“alemão” e “italiano”) que em Biguassu, quer em Itajahy” (SANTA CATARINA, 1921, s/p). O “elemento estrangeiro” ao qual se referia o doutor dizia respeito aos imigrantes, italianos e alemães, que fixavam residência nas colônias espalhadas pelo estado, e que, diante da ausência, se não absoluta ao menos parcial, da miscigenação racial – que acontecera com o “homem do litoral”, descendentes em grande parte de imigrantes Açorianos – eram de acordo com as teorias eugênicas em debate na época⁴, mais aptos a adquirirem bons hábitos de higiene e menos predispostos a degenerações físicas e morais. Enquanto as benéficas para o Estado catarinense advindas do labor e da produtividade do imigrante eram ressaltadas, o “homem do litoral”, retratado como indolente e apático, necessitava de medidas urgentes e enérgicas que pudessem curá-lo e, sobretudo, educa-lo para saúde (SANTA CATARINA, 1916; 1915).

A presença desta instituição nos países em que atuou tinham dois eixos: em uma primeira instância buscava diagnosticar, tratar e educar a população para saúde, evitando moléstias que pudessem propagar a “apatia” e “degeneração” das raças. Em uma segunda instância, a Fundação Rockefeller buscava modelar instituições de formação de quadros de profissionais para saúde, instituindo seus moldes de formação médica e de medicina. No

⁴ Segundo Nancy Stepan, a pioneira Sociedade Eugênica de São Paulo, fundada em 1918, dividiu a eugenia em três tipos: “positiva”, que se preocupava com uma procriação sadia; “preventiva”, que tratava da conquista dos fatores ambientais disgênicos (saneamento), e “negativa”, que visava a impedir a procriação dos que não tinham saúde” (STEPAN, 2004, p.352). Em muitos textos a divisão feita é “eugenia positiva” (incluindo ações preventivas) e “eugenia negativa”.

Brasil, no que se refere a formação médica, esta entidade encontrou na então recém fundada Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo possibilidade de instituir s padrões de uma “Rockefeller’s school” transformando-a em uma instituição modelo para o ensino médico na América Latina.

[...] a compreensão da Fundação Rockefeller como uma poderosa agência modeladora que, por meio de parcerias locais, foi capaz de introduzir e alterar práticas e procedimentos até então consagrados na Medicina e no ensino médico do País. Sua atuação, nesse campo, promoveu um forte deslocamento da tradição francesa vigente no Brasil, assentada na clínica e no diagnóstico baseado em sintomas, centrada em grande medida, na competência profissional e nas relações mais individualizadas entre médico-paciente, para o modelo norte-americano, fundamentado em procedimentos laboratoriais, mediado por uma infraestrutura sofisticada de equipamentos e análises clínicas de base quantitativa e, sobretudo, mais efetivamente intervencionista (MARINHO, 2010, p. 185)

Esta transição do modelo clínico francês ao modelo de medicina experimental norte-americano evidencia-se em Santa Catarina quando, por exemplo, a professora Ida pede aos membros da comissão Rockefeller que mostrem à população os vermes no microscópio. A microbiologia estava chegando não só aos doutores catarinenses, mas também a sua população. Se por um lado, grande parte dos médicos de Santa Catarina foram formados em instituições como a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (muitos ainda no fim do século XIX) e, portanto, com forte influência da medicina clínica advinda da Europa, por outro lado, foram se apropriando das concepções e práticas advindas da medicina experimental e usando-a como meio de promover uma educação sanitária da população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ressonâncias do chamado movimento sanitarista também se fizeram sentir em Santa Catarina. Diversos foram os meios pelos quais governantes e doutores da medicina lançaram mão para educar a população para saúde, tendo em vista o desenvolvimento de uma nação forte e de um povo sadio. Nesta conjuntura, a Fundação Rockefeller por meio de suas comissões, também em terras catarinenses, cumpre o papel de combater doenças endêmicas ao passo que também cumpria a missão de educar as pessoas em consonância com os modernos princípios de higiene.

REFERÊNCIAS

AMORA, A. M. G .A (org.) **História da saúde em Santa Catarina**: instituições e patrimônio arquitetônico (1808 – 1958). Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012.

ARAÚJO, H. R. **A invenção do litoral**: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República. Dissertação (mestrado), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: PUC-SP, 1889.

BERTUCCI, L. M. Anos 1910: educação e saúde para formar o povo brasileiro. In: DINIS, N. F.; BERTUCCI, L. M. (Org.) **Múltiplas faces do educar**: processos de aprendizagem, educação e saúde, formação docente. Curitiba: Ed. UFPR, 2007, p.115-124.

BORGHEZAN, J. L. F. **Urbanização, Saneamento e Marginalização**: uma análise da construção da Avenida Hercílio Luz 1918 – 1922. Trabalho de Conclusão de Curso, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2014.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano**: 1. As artes do fazer. 17ªed. Petrópolis: Vozes, 2011.

CERTEAU, M. de. A operação historiográfica. In: **A escrita da História**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013, p. 45 -111.

CHALHOUB, S. **Cidade febril**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CHARTIER, R. **Cultura Escrita, Literatura e História**: Conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit. Porto Alegre: ARTMED Editora, 2001.

CHARTIER, R. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 17, nº 13, 1994.

FERREIRA, L. O. FONSECA, M. R. F., EDLER, F. C. A Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro no século XIX: a organização institucional e os modelos de ensino. In: DANTES, M. A. M (org.) **Espaços de ciência no Brasil, 1800 -1930**. Rio de Janeiro: Ed. Fio Cruz, 2001 P. 59- 77.

GONÇALVES, J. A vida através das lentes da medicina científica: a atuação de Oswaldo Rodrigues Cabral em Santa Catarina. In: AMORA, A. M. G. A (org.), **História da saúde em Santa Catarina: instituições e patrimônios arquitetônicos** (1808 – 1958). Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012.

GONDRA, J. **Artes de civilizar**: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2004.

HOCHMAN, G. **A era do saneamento**: As bases da política de Saúde Pública no Brasil. São Paulo: Hucitec Editora Ltda, 2012

HOCHMAN, Gilberto. Logo ali, no final da avenida: Os sertões redefinidos pelo movimento sanitariano da Primeira República. **Hist. cienc. saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro , v. 5, supl. jul. 1998. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_isoref&pid=S010459701998000400012&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_isoref&pid=S010459701998000400012&lng=pt&tlng=pt)> acessos em 20 de agosto de 2017

MOTA, A. **Quem é bom já nasce feito**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MOTA, A. **Tropeços da medicina bandeirante**: medicina paulista entre 1892- 1920. São Paulo: Editora USP, 2005.

MARQUES, V. R. B. **A medicalização da raça: médicos, educadores e discursos eugênicos.** Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.

MÜLLER, G. R. R. **A influência do urbanismo sanitário na transformação do espaço urbano em Florianópolis.** Dissertação (Mestrado em Geografia) Departamento de Geociências, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2002

OLIVEIRA, J. V.T **Determinando preceitos, educando condutas: a higiene prescrita para e pelos grupos escolares e a sociedade catarinense. Anos 1910.** Dissertação (Mestrado em Educação), Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná. Curitiba: 2015.

RAGO, M. **Do cabaré ao lar.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

ROCHA, H. H. P. **A higienização dos costumes: educação escolar e saúde no projeto do Instituto de Hygiene de São Paulo (1918 – 1925).** Campinas: mercado das letras, 2003.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças.** São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

SANTA CATARINA. Decreto nº1082 de 5 de janeiro de 1918. **Approvando o Regulamento para o Serviço de Hygiene do Estado.** Florianópolis: [s.n], 1918.

SANTA CATARINA, **Relatório apresentado pelo Dr. Joaquim David Ferreira Lima, Inspetor de Saúde do Estado de Santa Catarina ao Exm. Sr. Gustavo Leblon Regis, Secretário Geral do Estado.** Florianópolis, [s.n.] 1913.

SANTA CATARINA, **Relatório apresentado pelo Dr. Joaquim David Ferreira Lima, Inspetor de Saúde do Estado de Santa Catarina ao Exm. Sr. Gustavo Leblon Regis, Secretário Geral do Estado.** Florianópolis: [s.n.],1914.

SANTA CATARINA, **Relatório apresentado pelo Dr. Joaquim David Ferreira Lima, Inspetor de Saúde do Estado de Santa Catarina ao Exm. Sr. Fluvio Aducci, Secretário Geral do Estado.** Florianópolis: [s.n.],1915.

SANTA CATARINA, **Relatório apresentado pelo Dr. Joaquim David Ferreira Lima, Inspetor de Saúde do Estado de Santa Catarina ao Exm. Sr. Fluvio Aducci, Secretário Geral do Estado.** Florianópolis: [s.n.],1916.

SANTA CATARINA. **Mensagem enviada ao Congresso Representativo no dia 14 de agosto de 1916 pelo Governador do Estado de Santa Catarina Felipe Schmidt.** Florianópolis: [s.n.], 1916.

SANTA CATARINA. **Mensagem enviada ao Congresso Representativo no dia 14 de agosto de 1917 pelo Governador do Estado de Santa Catarina Felipe Schmidt.** Florianópolis: [s.n.], 1917.

SANTA CATARINA, **Relatório apresentado pelo Dr. Joaquim David Ferreira Lima, Inspetor de Saúde do Estado de Santa Catarina ao Exm. Sr. José Arthur Boiteux , Secretário Geral do Estado.** Florianópolis: [s.n.],1919.

SANTA CATARINA, **Correspondência enviada pelo Dr. Remígio de Oliveira médico auxiliar da Comissão Rockefeller ao Secretário Geral, Sr. José Arthur Bouitex em 16 de novembro de 1921.** Florianópolis: [s.n.],1920.

TEIVE, Gladys Mary Ghizoni. “**Uma vez normalista, sempre normalista**”: cultura escolar e produção de um *habitus* pedagógico (Escola Normal Catarinense – 1911/1935). Florianópolis: Insular, 2008.

TEIVE, Gladys Mary Ghizoni; DALLABRIDA, Norberto. **A escola da República** – os grupos escolares e a modernização do ensino primário em Santa Catarina. Campinas/São Paulo: Mercado de Letras, 2011.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

JORNAIS DE CIRCULAÇÃO DIÁRIA:

O Dia

A República

O Município de Joinville

ALTERAÇÕES NO LICENCIAMENTO AMBIENTAL NO BRASIL: AVANÇO OU RETROCESSO?

Maximiliano Costa Magalhães
Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF

Andrez Wesley Machado
Instituto Vianna Júnior

RESUMO

O licenciamento ambiental, instituído pela Lei Federal nº6938/1981, conhecida como Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), é um importante instrumento de gestão ambiental que auxilia no controle de empreendimentos e atividades impactantes ambientalmente. É um procedimento administrativo, subdividido em três fases, resultando na emissão de até três licenças: Licença Prévia (LP), Instalação (LI) e Operação (LO). É analisado por órgãos ambientais da esfera pública vinculados ao Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), e visa garantir o desenvolvimento sustentável no país. O objetivo deste estudo é discutir a importância do licenciamento ambiental à luz das mudanças na legislação propostas pela Câmara dos Deputados. Consiste na análise da atual legislação aplicável ao licenciamento ambiental no Brasil, traçando uma correlação com o Projeto de Lei (PL) 3729/2004 previsto para ser colocado em votação, que altera o processo de licenciamento vigente. É demonstrado também no trabalho a estrutura do SISNAMA existente para o Estado de Minas Gerais e Município de Juiz de Fora-MG. Como resultados principais, foi verificado que o PL – 3729/2004 reduz drasticamente o controle ambiental sobre a construção e funcionamento de novas atividades e empreendimentos, mostrando que o processo de licenciamento ambiental tem uma importante função de monitoramento e auxílio à fiscalização e execução de medidas mitigatórias a impactos ambientais. Desta forma, este trabalho visa contribuir para a melhor discussão sobre alterações na legislação ambiental vigente, em especial para o PL em tramitação.

Palavras Chaves: Licenciamento Ambiental; Projeto de Lei.

CONFLITO TERRITORIAL NO ASSENTAMENTO CANAÃ-MS

Nagela Fernanda dos Santos; Icléia Albuquerque de Vargas
USP; UFMS

Trabalho baseado sobre o espaço de conflito de um assentamento rural localizado em Bodoquena-MS. Parte da área foi incorporada ao perímetro do Parque Nacional da Serra da Bodoquena, uma Unidade de Conservação de proteção integral criada no ano 2000. O objetivo consiste em analisar os conflitos socioambientais da unidade de conservação sobreposta ao Assentamento Canaã. A área é caracterizada pela significativa amplitude altimétrica das formas de relevo, aliadas à pequena espessura das camadas de solo constituindo grandes afloramentos rochosos. A agricultura é pouco expressiva, com criação de suínos e aves para subsistência e comercialização esporádica. O local é de paisagem cênica constituída por rios e grutas com potencial para o turismo. Embora a questão agrária tenha ação eficaz no processo de reorganização, redistribuição da terra e designação a novos usos, seu processo nem sempre segue critérios ambientais, os órgãos competentes nem sempre dialogam e também, o governo levou em consideração os interesses dos latifundiários em vender suas terras improdutivas para o estado na época. Tais decorrências podem ser constatadas em entrevista junto ao representante do órgão Agência de Desenvolvimento Agrário-Agraer, alegando que no processo de participação do parque, a agência foi pouco procurada. A metodologia utilizada foi de natureza qualitativa com a realização de entrevista estruturada para a Agraer e entrevistas não estruturadas aos moradores do Assentamento Canaã e análise de imagem cartográfica para delimitação da sobreposição das áreas. Constatou-se o indevido uso da área como projeto para o assentamento rural e o indevido uso de práticas de indenizações agrárias realizadas no país, sobretudo por latifundiários com terras devolutas que mesmo assim são indenizados. Com relação à gestão de conflitos no território, partes das áreas sobrepostas podem ser mitigadas com a abertura para visitação do Parque e a inserção da comunidade nesse processo com o apoio para o turismo comunitário.

Palavras-chave: Assentamento Canaã; Conflito; Uso e ocupação; Parque.

ANÁLISE DA APLICAÇÃO DA LEI DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO DA CIDADE DO RECIFE - LEI Nº 16.176/96

Tássia Cristina da Silva^{1,2}

¹ Universidade Federal Rural de Pernambuco- UFRPE

² Faculdade Frassinetti do Recife - FAFIRE

Resumo

O tipo de solo, relevo, clima, uso e ocupação do solo são os fatores que afetam o aporte de sedimentos, qualidade da água e na sensação térmica. A cobertura do solo tem grande importância neste aspecto. As normas que estabelecem a ordem pública para regular o uso da propriedade privada ou urbana, com o objetivo da segurança, bem-estar dos cidadãos e equilíbrio ambiental. Através do Estatuto das Cidades, com o Plano Diretor das Cidades devem regular as áreas ocupadas. Através das análises qualitativas e quantitativas, o presente estudo avaliou as plantas de situação, dos edifícios, imagens de satélites e/ou imagens in loco e os planos diretores de outros municípios, para verificação do cumprimento dos artigos 65, 66, 67 e 68 do Plano Diretor da Cidade do Recife. Constatou-se que 90% dos edifícios em três bairros situados na cidade do Recife utilizam a plantas: *Agave spp*, *Cyca spp*, *Zoysia japônica* (Gramma esmeralda), *Tabernaemontana laeta*, *Ixora coccínea* e/ou *Sansevieria spp*. Dentre os planos diretores analisados apenas o da Cidade do Recife, apresentou como parte de seu conteúdo a cobertura do solo, com vegetação. Entre os edifícios avaliados oito foram classificados como Zona de Urbanização Preferencial 2 (ZUP2), que possibilita médio potencial construtivo. E 36 foram classificados como Zona de Urbanização Preferencial 1 (ZUP1), que possibilita alto potencial construtivo. Entre os 44 edifícios, 24 não cumprem os artigos 66, 67 e 68, pois, dentro de seus terrenos não há o plantio de árvores de porte. Há a necessidade de novos estudos sobre a aplicação da lei de uso e ocupação de solo, as plantas utilizadas e o impacto que o cumprimento assim como, o descumprimento acarreta para o meio ambiente.

GEOSSISTEMA - TERRITÓRIO – PAISAGEM UMA TRÍADE METODOLÓGICA PARA ANÁLISE DO CERRADO

Angélica Silvério Freires

Universidade Federal de Goiás. Regional Catalão. Instituto de Geografia. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia. Vinculada ao NEPSA/CNPq-UFG/RC. Contato: angelicafreires@gmail.com

Idelvone Mendes Ferreira

Universidade Federal de Goiás. Regional Catalão. Professor do Instituto de Geografia. Coordenador do NEPSA/CNPq-UFG/RC. Contato: idelvoneufg@gmail.com

1121

Resumo: A Paisagem reflete as transformações e interações da relação sociedade natureza, sendo possível a partir desta Categoria apreender a dinâmica do espaço geográfico pelo método criado por Bertrand (1971), denominado de Geossistema - Território - Paisagem (GTP), escolha metodológica deste trabalho. Eficiente e interativo, conforme entradas naturalistas, socioeconômica e sociocultural, esse sistema mostra-se aplicável para análise do Cerrado, recorte temporo-espacial adotado. A abordagem perpassa pelas pesquisas teórica e documental, para a compreensão do contexto de ocupação desse importante Bioma, buscando demonstrar como se dá a intervenção antrópica, as consequências de seu uso e apropriação, e a necessidade da adoção de ações para conservação, proteção e recuperação do mesmo, haja vista a configuração atual da Paisagem de desmatamento generalizado, e predominância da agropecuária, industrialização e expansão demográfica, ocasionando impactos socioeconômicos e ambientais que ameaçam a biodiversidade, as fitofisionomias, disponibilidade hídrica, além do patrimônio histórico e cultural de suas comunidades.

Palavras-chave: Paisagem; GTP (Geossistema, Território e Paisagem); Cerrado; Impactos Socioambientais.

Resumen: El paisaje refleja las transformaciones e interacciones de la relación sociedad naturaleza, siendo posible a partir de esta categoría aprehender la dinámica del espacio geográfico por el método creado por Bertrand (1971), denominado de Geosistema - Territorio - Paisaje (GTP), elección metodológica de este trabajo. Eficiente e interactivo, conforme entradas naturalistas, socioeconómicas y socioculturales, ese sistema se muestra aplicable para el análisis del Cerrado, recorte temporo-espacial adoptado. El enfoque pasa por las investigaciones teórica y documental, para la comprensión del contexto de ocupación de ese importante Bioma, buscando demostrar cómo se da la intervención antrópica, las consecuencias de su uso y apropiación, y la necesidad de la adopción de acciones para conservación, protección y recuperación de acuerdo con la definición actual del Paisaje de deforestación generalizada, y predominancia de la agropecuaria, industrialización y expansión demográfica, ocasionando impactos socioeconómicos y ambientales que amenazan la biodiversidad, las fitofisionomías, disponibilidad hídrica, además del patrimonio histórico y cultural de sus comunidades

Palabras clave: Paisaje; GTP (Geosistema- Territorio - Paisaje); Cerrado; Impactos Socioambientales.

Introdução

A discussão da relação sociedade natureza na Ciência Geográfica reluz em meio às questões ambientais, em voga nessa recente virada de século. Incertezas quanto ao futuro ambiental do planeta Terra suscitam debates sobre o protagonismo humano e a necessidade de

se pensar e repensar as significações e o modo de apropriação socioeconômica determinista do meio.

Muito longe da dicotomia sociedade e natureza ou humano e natural, a construção epistemológica deste trabalho é galgada na visão integradora perceptiva, tendo como categoria de análise a tríade 'bertrandiana' Geossistema - Território - Paisagem (GTP). A Paisagem é o ponto chave da discussão, assentada na dinâmica socioambiental e nos arranjos espaciais, possibilitando projeções de uso, planejamento e gestão territorial, fundamentais sob o viés conservacionista do ambiente. O Território, nesse conjunto, se materializa no âmbito do limitar e cercear porções do espaço, enquanto que o Geossistema traz a unidade desejada para a abordagem sistêmica dos elementos envolvidos nos processos que envolvem distintas interações.

O Cerrado é o recorte temporo-espacial da pesquisa, dada a sua importância hidrológica, diversidade e riqueza biológica e o destaque socioeconômico na produção agrícola brasileira, para o qual se busca compreender a dinâmica atual e os fios condutores das transformações da Paisagem.

Para se chegar ao objeto proposto além da pesquisa teórica-conceitual, foi realizado levantamento de dados espaciais, econômicos, culturais, e sociais, para posterior compilação em laboratório. Espera-se com a interpretação geográfica em questão avançar na aceção da globalidade sociedade e natureza, a partir da percepção das respostas da natureza às várias formas de intervenção, com intuito de promover valorização do Bioma e conscientização para sua proteção/conservação numa perspectiva de recuperação.

Mesmo com sua importância ambiental, cultural, social e econômica o Cerrado vem sendo degradado, com a biodiversidade e potencialidades ameaçadas, fruto da exploração predatória da sociedade, gerando impactos socioambientais que trazem incertezas quanto ao futuro do Bioma e das populações que nele habitam, inclusive a humana.

Metodologia

Na construção teórica-metodológica do trabalho, inicialmente, primou-se pela discussão conceitual que envolve a categoria geográfica Paisagem, com abordagem linear temporal de seu uso em distintos momentos pela ciência geográfica, através de diversos autores, como Bertrand (1971), Monteiro (2000), Castro, Gomes e Côrrea (2008), Barbosa e Gonçalves (2014), dentre outros. Ainda, nesta etapa, houve enfoque para a abordagem

bertrandiana do Sistema GTP, utilizando-se de Bertrand e Bertrand (2007), Pissinati e Archela (2009) e Passos (2016).

Num segundo momento, foram levantados dados socioculturais, socioeconômicos e ambientais sobre o Cerrado, por meio de Ferreira (2003), Mendonça (2004), WWF (2004), Riberio e Walter (1998; 2008), dentre outros, conforme todas as entradas do Sistema GTP.

Permeada nas duas etapas da pesquisa (documental e teórica) a fase de laboratório foi utilizada rotineiramente para alcançar os objetivos propostos de entendimento das transformações da paisagem Cerrado, a fim de realizar apontamentos no que tange impactos socioambientais e necessidade de ações para conservação, preservação e recuperação desse Bioma.

Paisagem e o Sistema GTP

Na Geografia, Paisagem é uma categoria em recorrente discussão, polissêmica e transversal a várias ciências, inicialmente esteve associada a abordagens naturalistas, mas aos poucos, no transcurso do tempo, passou a incorporar as ações humanas, com desdobramentos em paisagens sistêmicas e culturais, discussão essa com aval de autores como Bertrand (1971), Tricart (1977), Schotava (1977), Monteiro (2000), dentre outros.

Nessa trajetória, experimentou diversos momentos. Conforme Castro, Gomes e Côrrea (2008), privilegiou-se, na Geografia Tradicional, por polarizar a discussão sobre o próprio objeto dessa Ciência, na Geografia Teorética-Quantitativa (da década de 1950) teve sua importância reduzida, momento que a categoria Espaço adquire posição-chave. Na década de 1970 (Geografia Crítica), todas as categorias estão assentadas no entendimento da relação sociedade espaço e trabalham concomitantes, com destaque para a década de 1980 (Geografia Humanista e Cultural) quando a Paisagem é revalorizada (BRITTO; FERREIRA, 2011).

A gênese epistemológica de Paisagem está associada às abordagens físicas da superfície terrestre, no século XIX, nas obras “*Cosmos*” do alemão Humboldt e “*Antropogeografia*”, do francês Friederich Ratzel, com destaque para Humboldt que utilizou o termo *Landschaft* ao se referir à Paisagem como categoria de análise da Geografia (SILVEIRA, 2009). Outras contribuições relevantes são de Von Richthoffen (1886) e, já no século XX, Passarge (1919-1921), sendo este o responsável por lançar uma obra só sobre paisagem, que culminou na Geografia da Paisagem. De cunho ainda naturalista, a abordagem avança com Carl Troll (1950), que acrescenta a questão ecológica, introduzindo a Ecologia da Paisagem (BARBOSA; GONÇALVES, 2014).

Na década de 1970, segundo Barbosa e Gonçalves (2014), a paisagem sistêmica aparece com intensidade, assim como a paisagem cultural. As raízes desta remetem à Sauer (1925), da escola Anglo-Saxônica, que entende a Paisagem como fruto da interação do homem/natureza, através da cultura. Já a origem daquela têm suas bases assentadas na Teoria Geral dos Sistemas, de Bertalanffy (1977), com destaque para a escola quantitativa soviética, que por meio de Schotava (1977), com a definição de Geossistema, adapta o conceito sistêmico aos estudos da superfície terrestre, considerando os fluxos de energia e a matéria orgânica na dinâmica da paisagem (BRITTO; FERREIRA, 2011).

Numa outra escola, Bertrand (1971) aborda Geossistema, inicialmente como uma unidade territorial horizontal na classificação hierárquica das unidades inferiores Geossistema, Geofácia e Geótopo, e só mais tarde, com o devido reparo epistemológico-teórico-metodológico, passa a tratá-lo como conceito ou modelo de análise da Paisagem (PASSOS, 2016). Monteiro (2000) defende, na mesma linha de Bertrand, Geossistema como concepção teórica de efetiva integração nas diferentes esferas que compõem o escopo geográfico, reconhecendo-o como modelo sistêmico de análise, assim como Cabral (2007, p. 150), que explica a importância de seu uso por se tratar de “[...] uma classe de sistema aberto, dinâmico, flexível e hierarquicamente organizado, corresponde, teoricamente, a uma paisagem nítida e bem circunscrita.”

Nesse contexto, a Paisagem, ainda segundo Cabral (2007), se destaca em meio a uma ciência compartimentada, se firmando como conceito integrador que traz identidade para a Geografia. Com esse entendimento, Passos (2016, p. 20) corrobora: “A ciência da paisagem ignora a ruptura entre geografia física e geografia humana.”. Além da unidade, destaca-se para Paisagem a característica dinamicidade, conforme a descrição de Bertrand (1971):

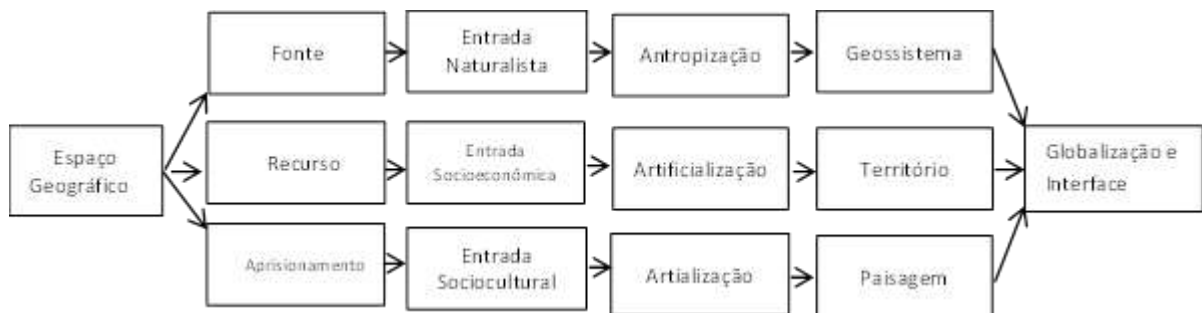
A paisagem não é a simples adição de elementos geográficos disparatados. É uma determinada porção do espaço, resultado da combinação dinâmica, portanto instável de elementos físicos, biológicos e antrópicos que, reagindo dialeticamente uns com os outros fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução (BERTRAND, 1971, p. 2).

Avançando um pouco mais na complexidade além do potencial ecológico, da exploração biológica e ação antrópica, associados aos impactos sociais e econômicos, Bertrand (1971), segundo Passos (2016), acrescenta o fator cultural para análise da Paisagem, por meio do sistema Geossistema, Território e Paisagem (GTP).

Apresentado em 1997, durante o VII Simpósio Nacional de Geografia Física Aplicada, em Curitiba (PR), de acordo com Bertrand e Bertrand (2007), o sistema refere-se a três

entradas: fonte, recurso e aprisionamento, baseadas, respectivamente, em critérios de antropização, artificialização e de artialização, conforme a figura (1) abaixo ilustrada.

Figura 1 - Sistema Geossistema, Território e Paisagem (GTP) de Bertrand.



Fonte: Bertrand e Bertrand (2007, p. 299). Org.: Freires, A. S. (2018).

No referido tripé o Geossistema, fonte, ou entrada naturalista trata-se, conforme Bertrand (1971) da combinação de fatores ecológicos como declive, clima, rocha, manto de decomposição e hidrologia das vertentes, interagindo com fatores bióticos, vegetação, solo e fauna, numa dinâmica comum: geomorfogênese, pedogênese e utilização antrópica.

Já o Território permite analisar as repercussões da organização e dos funcionamentos sociais e econômicos sobre o espaço considerado, destacando a centralidade do tempo histórico que envolve as relações, abordando recurso, gestão, redistribuição, poluição e despoluição (BERTRAND; BERTRAND, 2007).

Enquanto que a Paisagem ressurgiu a partir da entrada sociocultural. Nesse contexto, conforme Souza (2010), para Bertrand (1971) a paisagem é proporcionada por valores e representações, relacionados com identidade e sedimentação cultural do indivíduo em si e da sociedade.

Com a justificativa de Pissinati e Archela (2009), de que a tríade permite, principalmente, a detecção de problemas existentes no local pesquisado, a respectiva atribuição à ação antrópica, e o planejamento de estratégias para conter, reverter ou amenizar os impactos diagnosticados, indo ao encontro da busca atual pelo manejo sustentável dos recursos naturais, passa-se para sua aplicabilidade no recorte espacial escolhido, o Cerrado.

O Cerrado em discussão

O Cerrado é o segundo maior bioma brasileiro em extensão, já ocupou cerca de 22% do território nacional, com de 2 milhões de km², presente nos Estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Tocantins, Minas Gerais, Bahia, São Paulo, Distrito Federal,

Maranhão e Piauí, além de possuir áreas remanescentes, encravadas em outros domínios de vegetação, no estados do Pará, Roraima, Rondônia e Amapá (WWF, 2004), que, se consideradas e somadas às áreas de transição na borda da porção central contígua, chegou a ocupar 25%, da porção territorial do Brasil, antes da ocupação antrópica moderna.

Com altitude média de 650m, com clima predominante Tropical, de caráter subúmido sazonal, com duas estações distintas, uma seca e outra chuvosa, com precipitação média anual que varia entre 1200mm e 1800mm, no Cerrado, no período de maio a setembro, os índices pluviométricos mensais se reduzem bastante e a umidade relativa do ar permanece entre 10% e 30%, podendo ocorrer secas prolongadas. (BARBOSA, 2008).

De formação vegetacional diversificada, é constituído de árvores, arbustos e gramíneas, variando de campo até áreas florestadas, como melhor descreve Ribeiro e Walter (2008) ao proporem uma classificação com três formações, que se subdividem em doze tipos fitofisionômicos: Formações Florestais (Mata Ciliar, Mata de Galeria, Mata Seca e Cerradão), Savânicas ou Típicas de Cerrado, conforme Ferreira (2003), (Cerrado sentido restrito, Parque de Cerrado, Cerrado Rupestre, Palmeiral e Vereda) e Campestres (Campo Sujo, Campo Rupestre e Campo Limpo), sendo que muitos desses podem apresentar subtipos (FERREIRA, 2003).

O solo do Cerrado, segundo Reatto et al. (2008), é formado por 17 classes, conforme apresentação na figura 2, que demonstra além do tipos de solo, a porcentagem de ocorrência e a vegetação natural correspondente.

Figura 2 - Principais classes de solo no Cerrado e sua vegetação natural - 2008

Classes de solo	Ocorrência (%)	Vegetação natural correspondente (aproximação)
Latossolo Vermelho-Amarelo (LVA)	24,56	Cerradão/Cerrado Denso/Cerrado Típico/Mata Ciliar/Mata de Galeria
Latossolo Vermelho (LV)	22,10	Cerradão/Cerrado Denso/Cerrado Típico/Mata Seca
Neossolo Quartzarênico (RQ)	14,46	Cerradão/Cerrado Denso/Cerrado Ralo/Cerrado Típico
Argissolo Vermelho-Amarelo (PVA)	7,20	Cerrado Denso/Cerrado Típico
Neossolo Litólico (RL)	7,49	Campo Rupestre/Cerrado Rupestre
Argissolo Vermelho (PV)	6,46	Mata Seca/Cerradão/Cerrado Denso/Cerrado Típico
Plintossolo Háptico (FX)	5,41	Campo Sujo/Parque Cerrado/Mata de Galeria/Mata Ciliar/Campo Limpo/Campo Rupestre/Vereda/Palmeiral/Cerrado Ralo
Cambissolo (C)	3,47	Cerrado Típico/Cerrado Ralo/Cerrado Rupestre/Mata de Galeria
Plintossolo Pétrico (FF)	2,91	Parque de Cerrado/Campo Sujo/Campo Rupestre/Cerrado Ralo/Cerrado Rupestre
Gleissolo Háptico (GX)	1,41	Vereda/Palmeiral/Parque do Cerrado/Campo Limpo/Cerrado Ralo
Nitossolo Vermelho (NV)	1,43	Mata Seca
Latossolo Amarelo (LA)	2,00	Cerradão/Cerrado Denso/Cerrado Típico
Gleissolo Melânico (GM)	0,20	Vereda/Palmeiral/Cerrado Ralo/Mata de Galeria/Mata Ciliar
Chernossolo (M)	0,08	Mata Seca Decidua/Mata Seca Semidecídua
Planossolo (S)	0,27	Campo Sujo Úmido/Campo Limpo Úmido
Neossolo Flúvico (RU)	0,07	Mata de Galeria Inundável/Mata de Galeria Não-Inundável/Mata Ciliar/Vereda
Organossolo Mésico ou Háptico	0,01	Campo Limpo/Úmido/Vereda/Palmeiral

Fonte: Reatto et al. (2008). Org.: Freires, A. S.

Dessas classes, seis delas se destacam, e juntas, correspondem a mais de 90% do total da área de Cerrado: Latossolo Vermelho, Latossolo Vermelho-Amarelo, os Neossolos

Quartzarênicos, os Argissolos, os Nitossolos Vermelhos e os Cambissolos. Além dessas destaca-se algumas áreas de Organossolos nos ambientes de Vereda.

O Domínio dos Cerrados dos chapadões centrais do Brasil constituem, segundo Barbosa (2008), a cumeeira do País e do continente Sul Americano, dado que suas milhares de nascentes formam rios das bacias do Amazonas, Araguaia-Tocantins, Parnaíba, São Francisco, Paraná e Paraguai, e também pela presença de imensos aquíferos aqui encontrados, entre eles, o Aquífero Guarani.

De forma que, nesse contexto, o Cerrado se mostra fundamental para a manutenção do equilíbrio hidrológico no País, e o destruir das nascentes, rios e Veredas implica tornar inviável a sobrevivência das espécies biológicas, inclusive das populações humanas, que dependem dessas águas dentro e fora da região do Cerrado, constituindo-se numa ameaça concreta, segundo Resende, Ker e Bahia (1996), devido à atual situação de saturação e degradação desses ambientes.

O Cerrado possui riquíssima biodiversidade de espécies, com 44% de flora endêmica e elevada variedade de fauna (MENDONÇA et al, 2008). Denominado *hostpost* da biodiversidade, é um dos Biomas mais ameaçados do Mundo, segundo Sano et al (2007), pelo desmatamento para expansão da agropecuária em suas áreas. Nesse processo de degradação, principalmente pela ação da agricultura e pecuária, vem sendo fragmentado e deveras impactado. De acordo com Chaveiro e Castilho (2007) estima-se que 20% dessas espécies nativas e endêmicas já não ocorram em áreas protegidas e pelo menos 137 espécies de animais do Cerrado estão ameaçados de extinção.

Corroborando Barbosa (2008), ao afirmar que a abertura de novas áreas, resultantes de manejos antrópicos insustentáveis, vigora neste Bioma, dada sua potencialidade para a exploração, permitindo elevada produção de grãos associada ao uso intensivo de fertilizantes, agrotóxicos e pesada mecanização, utilizando-se de irrigação sem controle e monoculturas diversas, em grande escala (CABRAL, 2013).

O processo de ocupação antrópica do Cerrado, como descreve Barbosa (2008) inicia na Pré-Histórica, cerca de 11 mil anos A.P. (antes do presente), com a Tradição Itaparica, por meio da caça e da coleta e uma agricultura insipiente com a indústria lítica, e passando, em seguida, por uma sucessão de grupos culturais como Serranópolis (6 mil A.P.), Pindorama (2.400 A.P.), a Tradição Una (1.500 A.P.), a Tradição Aratu (1.100 A.P.), a Tradição Uru (900 a 800 A.P.) e a Tradição Tupi-Guarani (600 A. P.), a mais recente das populações aldeãs. Já no século XVIII, as Bandeiras alcançam a região do Cerrado em busca de mão-de-obra, ouro e pedras preciosas. Barbosa (2008) descreveu o encontro das duas culturas:

Era o caos. As roças pilhadas, as aldeias demolidas, as mulheres violentadas, as terras de cultivo invadidas, as pessoas morrendo de doenças desconhecidas. A guerra foi a solução ditada pelo desespero. A derrota, o aldeamento, a desmoralização, a extinção ou fuga, as consequências. (BARBOSA, 2008, p. 159)

Desbravado o interior do Brasil, o Cerrado é palco do contexto socioeconômico que permeia o País, pelo declínio da mineração e a volta da produção do açúcar, que marca a era Moderna de ocupação, a partir de 1930, com a modernização dos engenhos e da agricultura e a implantação de uma intrincada rede de estradas, tendo a Ferrovia chegado a Anápolis (GO) em 1946. Essa modernização, de acordo com Rabelo (1997), somado à Marcha para o Oeste do Governo Vargas, contribui para dar início ao modelo de exploração agropecuário predatório que conhecemos hoje.

No decorrer dos anos, cada modalidade de ocupação, com sua peculiaridade, interferiu na estrutura nativa do bioma Cerrado, mas a partir de 1970, tendo como base o agronegócio e a construção de Brasília (1960) e o consequente intervencionismo estatal, preencheu-se o vazio demográfico do interior do País, expandiu-se a fronteira agrícola, mas também, acentuaram e ampliaram os impactos para o Bioma.

Em uma análise mais contemporânea, segundo Matos (2014):

[...] o agronegócio vem conquistando “fatias” do território do Cerrado, com a consolidação de empresas rurais, agroindústrias, principalmente ligadas ao setor grão-carne e *traddings*, entre outras empresas ligadas ao ramo do agronegócio, modificando os usos do território, criando novas paisagens e novas formas de produção, ou seja, metamorfoseado o seu espaço tanto nas formas e conteúdos quanto nas funções, configurando-se, dessa forma, territórios do capital e para o capital (MATOS, 2014, p. 11).

Para se chegar a essa ocupação e modernização do território, promoveu-se a construção de infraestruturas que viabilizaram a circulação de pessoas, produtos e informações (MENDONÇA, 2004). Destaca-se, ainda, a inserção de grandes empreendimentos hidrelétricos, rodovias federais e estaduais, ferrovias, o fator urbano (metrópoles e cidades grandes), instalação de suntuosos complexos industriais, dentre outros.

Ferreira (2003) resume a atuação do fator socioeconômico na paisagem do Cerrado da seguinte maneira:

O Cerrado vem sendo ocupado desordenadamente, num ritmo acelerado, que parece ir muito além da capacidade de resistência e recuperação de seus subsistemas naturais e artificiais. Assim, as perspectivas para o Bioma Cerrado parecem sombrias, nada parece escapar à maior ameaça desse modelo perverso de interação homem- natureza (FERREIRA, 2003, p. 84).

Nesse contexto, como resposta da natureza, Mendonça (2004) apresenta o resultado dessa possível interação: efeitos do desmatamento, mudanças das vazões de suas ricas bacias

hidrográficas, extinção de espécies de sua fauna e flora, alteração de corredores ecológicos, diminuição da população de peixes, alteração do clima e a mudança na cultura dos povos cerradeiros.

Os Cerradeiros, populações tradicionais que vivem e se territorializaram no Bioma, segundo o MMA (2012), englobam indígenas, quilombolas, geraizeiras, ribeirinhas, babaqueiras, vazanteiras, dentre outras comunidades, são dependentes dos recursos naturais e detentoras de conhecimento tradicional da biodiversidade e do manejo sustentável.

São conhecedores, por exemplo, de espécies da flora para uso medicinal e outras tantas comestíveis, como frutos do Pequi (*Caryocar brasiliense*), Buriti (*Mauritia vinífera*), Mangaba (*Hancornia speciosa*), Cagaita (*Eugenia dysenterica*), Bacupari (*Salacia crassifolia*), Araticum (*Annona crassifolia*), e das sementes do Barú (*Dipteryx alata*), e fazem parte do patrimônio histórico e cultural brasileiro, ainda que sejam apenas sobreviventes na trama de contradições e conflitos pelo espaço da sua história.

Considerações finais

A paisagem foi fundamental para entendimento da complexa inter-relação entre as esferas natural e humana, englobando geologia, geomorfologia, hidrologia, climatologia, vegetação e aspectos socioculturais e socioeconômicos, conforme as entradas Geossistema - Território - Paisagem, escolha metodológica para análise e construção de uma visão global de natureza no trabalho.

Sob essa perspectiva sistêmica do olhar geográfico, a partir da proposta de Bertrand (1971), é possível entender o Bioma como uma teia de distintos impactos socioambientais, ligados ao seu próprio processo de ocupação histórica, principalmente na era moderna, pela agricultura, pecuária e industrialização predatórias, que refletem em grandes áreas desmatadas, ameaça à potencialidade hídrica, fragmentação de habitats, extinção de espécies da biota e lutas por terras e trabalho por muitas agremiações de populações humanas, dentre outros aspectos.

Há que se inferir que o ritmo de ocupação do Cerrado se deu em momentos e velocidades distintas, mas que em todas as fases elementos distintos da paisagem foram afetados, seja com perda do potencial biótico, ecológico ou cultural, e/ou pela usurpação de hábitos, recursos e costumes dos povos cerradeiros.

Nesse processo é inegável a preponderância do fator sociedade como agente hegemônico de organização socioespacial e, portanto, aponta-se, desde já, para a sua importância como peça chave para romper com os descompassos do uso e apropriação

experimentados até então, de forma que o curso da história no Cerrado necessita de novos rumos, urgente, para que o ecológico, o socioeconômico, e o sociocultural, possam continuar a (co)existir nessa mesma Paisagem, antes que toda a cultura e identidade seja relegada ao passado.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). Informação e documentação - citações em documentos - apresentações: NBR 10520. Rio de Janeiro, ago. 2002. 7p.

_____. Informação e documentação - **Referências** - Elaboração: NBR 6023. Rio de Janeiro: 2002. 24p.

_____. Informação e documentação - **Artigo em publicação periódica científica impressa** - Apresentação: NBR 6022. Rio de Janeiro, 2003. 5p.

BARBOSA, A. S. Ocupação indígena no sistema biogeográfico do Cerrado. In: GOMES, H. (Coord.). **Universo do Cerrado**. Goiânia: UCG, 2008. v.1, p 79 - 163.

BARBOSA, L. G; GONÇALVES, D. L. A paisagem em Geografia: diferentes escolas e abordagens. In: **Revista Geo Élisée**. UEG – Anápolis, v.3, n.2, p.92-110, jul./dez. 2014.

BERTALANFFY, L. V. **Teoria Geral dos Sistemas**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1977.

BERTRAND, G. **Paisagem e Geografia física global**: esboço metodológico. Caderno de Ciências da Terra, Instituto de Geografia da USP, n. 13, p. 1-27, 1971.

BERTRAND, G; BERTRAND, C. **Uma geografia transversal e de travessias**: o meio ambiente através dos territórios e das temporalidades. Maringá: Massoni, 2007.

BRITTO, M. C. de; FERREIRA, C. de C. M. Paisagem e as diferentes abordagens geográficas. In: **Revista de Geografia** - UFJG - PPGeo - v. 2, nº 1, p. 1-10. 2011.

CABRAL, C. de S. R. **Impactos econômicos da limitação do desmatamento no Brasil**. 2013. 132 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Ribeirão Preto. 2013.

CABRAL, L. O. Revisitando as noções de espaço, lugar, paisagem e território, sob uma perspectiva geográfica. In: **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, EDUFSC, v. 41, n. 1, p 141-155. Abril a outubro de 2007.

CASTRO, I. E.; GOMES, P. C.C.; CORRÊA, R. L. C. (Orgs.). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

CHAVEIRO, E. F.; CASTILHO, D. Cerrado: patrimônio genético, cultural e simbólico. In: **Revista Mirante**, vol. 2, n.1. Pires do Rio - GO: UEG, 2007.

FERREIRA, I. M. **O afogar das Veredas**: uma análise comparativa espacial e temporal das Veredas do Chapadão de Catalão (GO). 2003. 242 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista. Rio Claro. 2003.

MATOS, P. F. de. Fundamentos teóricos metodológicos para compreensão da modernização da agricultura no Cerrado. In: **Campo-Território**: Revista de Geografia Agrária. Edição especial do XXI ENGA-2012, p. 1-13, jun. 2014.

MENDONÇA, M. R. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano**. 2004. 458 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, SP, 2004.

MENDONÇA, R. C. et al. Flora vascular do Bioma Cerrado: checklist com 12.356 espécies. In: SANO, S. M.; ALMEIDA, S. P.; RIBEIRO, J. F. **Cerrado**: ecologia e flora. Planaltina-DF: Embrapa Cerrados, 2008. V2. 1279 p.. Planaltina-DF: Embrapa Cerrados.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). **O Bioma Cerrado**. Brasília, 2012. Disponível em: < <http://www.mma.gov.br/biomas/cerrado>>. Acesso em: 07/05/2017.

MONTEIRO, C. A. de F. **Geossistemas**: a história de uma procura. São Paulo: Contexto, 2000.

PASSARGE, S. *Die Grundlagen der Landschaftskund*. Hamburg: Friedrichsen. 3 vol. 1919-1921.

PASSOS, M. M dos. O modelo GTP (Geossistema-Território-Paisagem). Como trabalhar? In: **Revista Equador** (UFPI), Vol. 5, Nº 1, (2016). Edição Esp. 1, p. 1-179.

PISSINATI, M. C.; ARCHELA, R. S. Geossistema Território e Paisagem: método de estudo da paisagem rural sob a ótica bertrandiana. In: **Revista Geografia** - V. 18, n.1, jan./jun. 2009, Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Geociências.

RABELO, D. **A expansão da Fronteira agrícola e os movimentos sociais camponeses em Goiás: 1948-1964**. Temporis(ação), Goiás: UEG/UUCC, v.1, n.1, p. 49-64. 1997.

REATTO, A. et al. Solos do bioma Cerrado: aspectos pedológicos. In: SANO, S. M.; ALMEIDA, S. P.; RIBEIRO, J. F. (Eds.). **Cerrado**: ecologia e flora. Brasília: EMBRAPA, 2008. v. 1, p. 109-149.

REZENDE, M.; KER J. C.; BAHIA A. F. C.; Desenvolvimento Sustentado do Cerrado. Sociedade Brasileira de Ciência do Solo. In: ALVAREZ V. et al., (Eds.) **Os solos nos grandes domínios morfoclimáticos do Brasil e o desenvolvimento sustentado**. Viçosa, Sociedade Brasileira de Ciência do Solo/UFV-DPS, 1996. p.169-199.

RIBEIRO, J. F; WALTER, B. M. T. As principais fitofisionomias do Bioma Cerrado. In: SANO, S. M; ALMEIDA, S. P; RIBEIRO, J. F (Eds). **Ecologia e flora**. Brasília: EMBRAPA, 2008. V. 1, p. 152-212.

RICHTHOFFEN, F. F. Von. *Führer für Forschungsreisende*. Berlim, Robert Oppenheim.1886.

SANO, E. E. et al. **Mapeamento de cobertura vegetal do bioma Cerrado**: estratégias e resultados. Planaltina: Embrapa Cerrados, 2007 (Boletim de Pesquisa).

SAUER, C. O. 1925. **The Morphology of Landscape**. University of California Publications in Geography 2 (2):19-53.

SOTCHAVA, V. B. **O Estudo de Geossistemas**. Métodos em Questão, São Paulo, n. 16, 1977.

SOUZA, R. J. de. O sistema GTP (Geossistema-Território-Paisagem) como novo projeto geográfico para a análise da interface sociedade-natureza. **Revista Formação**, n.16, volume 2, p.89-106. 2010.

SILVEIRA, E. L. D. Paisagem: um conceito chave na geografia. In: Encontro de Geógrafos da América Latina, 2009, n. 12. **Anais...**, Montevideo, 2009.

TRICART, J. **Ecodinâmica**. Rio de Janeiro: IBGE/SUPREN, 1977.

TROLL, C. *Die geographische Landschaft und ihre Erforschun* – Studim Generale, 1950, traduzido por BRAGA, G.C. Espaço e Cultura, Nº 4, junho de 1997.

WWF BRASIL. **Mapa de Regiões Fisionômicas e uso da terra**. Goiânia: SIEG, 2004, 155 p. Disponível em: <http://www.sieg.gov.br/downloads/Unidades_Fitofisionomica.pdf>. Acesso em: 02 de agosto de 2017.

EXTREMOS DE TEMPERATURA NA CIDADE DE UBERLÂNDIA-MG

Eduardo Petrucci
Universidade Federal de Uberlândia

Resumo: O objetivo do trabalho é analisar a ocorrência de extremos de temperatura em Uberlândia-MG. Foram utilizados dados diários de temperaturas máxima, média e mínima, estação convencional de Uberlândia, código 83527. A série histórica de 1981-2015 foi decomposta em sete quinquênios, o primeiro de 1981-1985 e último de 2011-2015 e aplicado método da Curva de Permanência para todos os quinquênios e temperaturas, com valor de referência de 0,5% (máximos e mínimos). Para a temperatura média, não houve padrão de distribuição interquinquênios de extremos máximos e, das 40 ocorrências de extremos mínimos, 60% ocorreram nos três primeiros quinquênios (1981-1995), contabilizando 24 ocorrências. Na temperatura máxima, há oscilação de comportamento entre quinquênios, com maior frequência de ocorrência no sétimo quinquênio (2011-2015), no total de oito ocorrências. Para a temperatura mínima, houve aumento tanto das ocorrências de extremos, de três entre 1991 a 1995 para oito ocorrências em 2006-2010, e sete ocorrências em 2011-2015.

Palavras-chave: Temperatura; Curva de Permanência; Estatística de dados; Uberlândia-MG.

Abstract: O objetivo do trabalho é analisar a ocorrência de extremos de temperatura em Uberlândia-MG. Foram utilizados dados diários de temperaturas máxima, média e mínima, estação convencional de Uberlândia, código 83527. A série histórica de 1981-2015 foi dividida em sete quinquênios, o primeiro de 1981-1985 e último de 2011-2015 e aplicado método da Curva de Permanência para todos os quinquênios e temperaturas, com valor de referência de 0,5% (máximos e mínimos). Para a temperatura média, não houve padrão de distribuição interquinquênios de extremos máximos e, das 40 ocorrências de extremos mínimos, 60% ocorreram nos três primeiros quinquênios (1981-1995), contabilizando 24 ocorrências. Na temperatura máxima, há oscilação de comportamento entre quinquênios, com maior frequência de ocorrência no sétimo quinquênio (2011-2015), no total de oito ocorrências. Para a temperatura mínima, houve aumento tanto das ocorrências de extremos, de três entre 1991 a 1995 para oito ocorrências em 2006-2010, e sete ocorrências em 2011-2015.

Keywords: Temperature; Permanence Curve; Data statistics; Uberlândia-MG.

1. INTRODUÇÃO

O clima, um dos sistemas componentes do ambiente, exerce influência na dinâmica das sociedades. As características climáticas, atributos que representam a relação dada entre os elementos e os fatores do clima, são condicionantes ao desenvolvimento das atividades humanas. Neste sentido, a temperatura é um dos elementos climáticos (juntamente com a umidade e a pressão atmosférica) mais importantes na organização espacial das sociedades e populações e atividades relacionadas.

A distribuição das temperaturas não é homogênea no espaço e no tempo, variando espacialmente em função, principalmente, da latitude, relevo, cobertura do solo e distância

dos corpos hídricos (AYOADE, 2003). Apesar de apresentar característica de distribuição espacial heterogênea, a temperatura em latitudes baixas (próximas ao Equador) é uniforme, em comparação com regiões de média e alta latitude, pois, a duração do período de um dia é maior e pouco variante ao longo do ano, com isso, maior tempo de incidência de raios solares, resultando em maior aquecimento do ar na superfície, convergindo em elevados valores de temperaturas com baixa amplitude térmica (BARRY e CHORLEY, 1980).

A variação temporal da temperatura ocorre devido diferença de quantidade de energia recebida em determinada localidade em diferentes períodos de tempos e, pode ocorrer nas mais diferentes escalas de tempo, de ordem diária, mensal, sazonal, anual, etc (AYOADE, 2003; VAREJÃO-SILVA, 2006). Destarte, a distribuição temporal (como também espacial) das temperaturas varia em função da atuação dos fatores climáticos, a saber: latitude, altitude, maritimidade, continentalidade, vegetação, relevo, atividades humanas (MENDONÇA e DANNI-OLIVEIRA, 2007).

De maneira geral, médias mais elevadas de temperatura são verificadas durante o verão austral (dezembro, janeiro e fevereiro), devido ao ângulo de incidência dos raios solares e a duração (em horas) dos dias, que é maior que as noites, portanto, acumulam maior volume de insolação recebida. Já as médias mais baixas de temperatura ocorrem no inverno austral (maio, junho e julho), em que as condições se invertem, tendo dias mais curtos e noites mais longas.

Conhecer a distribuição espacial e temporal dos elementos climáticos em determinada região torna-se relevante, sendo que, a compreensão acerca do comportamento das variáveis climáticas contribui para o desenvolvimento dos arranjos espaciais dos territórios, identificação dos eventos extremos que pode acarretar em desastres afetando a população e as atividades envolvidas (INPE, 2009; BRASIL, 2017). Com isso, depreende-se a vulnerabilidade do homem frente às variações climáticas além da susceptibilidade à adaptação às intempéries do clima (resiliência).

Os eventos extremos podem ser caracterizados por serem naturais ao sistema ambiental, indicando excepcionalidades e podem ser estimados por meio de análises estatísticas e estão relacionados com a variabilidade climática. Entretanto, não se sabe ao certo se as mudanças climáticas estão alterando a frequência de ocorrência desses eventos. De acordo com Liebmann, Jones e Carvalho (2001), conceituar o que é um evento extremo é uma tarefa complexa, pois, devem-se levar em consideração as heterogeneidades dos espaços e dos fenômenos atmosféricos envolvidos. Entretanto, para este trabalho, será considerado evento

extremo os valores que se distanciam, tanto positivamente quanto negativamente, dos valores médios climáticos (INPE, 2009).

Com aplicação de métodos estatísticos em estudos de climatologia é possível traduzir/transformar dados brutos em informações climatológicas, de modo a substanciar pesquisas que servem de base para o planejamento do ambiente, muito importantes no processo de tomada de decisão dos gestores e administradores públicos. (LAMBERT, COOPER e PAGH, 1998). Esses métodos permitem analisar o comportamento de variáveis, tais como a temperatura, por exemplo, e estimar padrões, bem como verificar a sua variação ao longo do tempo e no espaço, constatando também a possibilidade da existência de tendências nas mudanças de comportamentos. As curvas de permanência são um importante recurso para avaliar a intercorrência de variáveis hidrológico-climáticas de uma determinada área no decorrer do tempo (VOGEL, FENNESSEY, 1994, 1995).

Curva de Permanência ou de duração, é um modelo gráfico bidimensional que tem por objetivo verificar a frequência que uma variável x (com determinado valor de referência), numa dada distribuição, permanecem iguais ou superiores a esse valor de referência. Em outras palavras, esse método se baseia nas frequências de ocorrências em que um valor estipulado possa ser igualado ou superado, ou seja, qual a porcentagem de tempo em que as variáveis permanecem iguais ou maiores à variável de referência na série histórica (TUCCI, 2004). O gráfico referente à curva de permanência relaciona os valores de referência no eixo das abscissas (eixo horizontal) com a permanência de tempo no eixo das ordenadas (eixo vertical), configurando, assim, o gráfico da Curva de Permanência (WILKS, 2006; THEBALDI, 2012).

Esse método consiste no estabelecimento de intervalos – ou classes –, de acordo com a magnitude das variáveis, associando as frequências de ocorrências em cada intervalo e acumulá-las (CRUZ; TUCCI, 2008). É um método de complemento da Função Cumulativa de Probabilidade de caráter empírico ou matemático e, é amplamente utilizado na determinação de ocorrências de vazões (hidrologia), entretanto, como a amostra de dados de Temperatura se comporta como variáveis aleatórias, pode ser aplicada a análise de permanência dos valores dos elementos climáticos. A aplicabilidade de curvas de permanência em dados climatológicos pode ser verificada nos trabalhos de Tucci (2004); Pinto (2006) Cruz e Tucci (2008); Thebaldi (2012); Queiroz, Oliveira e Pires (2016) e Maciel e Oliveira (2016).

Vogel e Fennessey (1994) e Tucci (2004) explicam que, há dois procedimentos básicos para a construção da Curva de Permanência, uma pelo método empírico e outra pelo método de ajuste à uma função matemática. A primeira, consiste no estabelecimento de

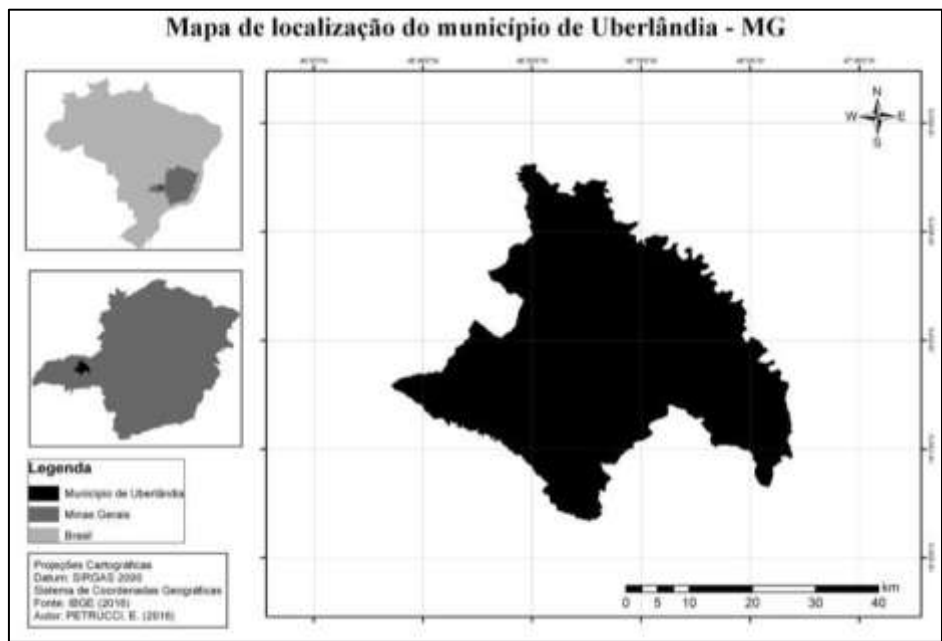
intervalos de classes, sendo que, esses intervalos são variáveis de acordo com a magnitude e a frequência de ocorrência dos valores, de modo que haja uma boa distribuição dos elementos entre os intervalos. A segunda representa a curva por meio de uma função matemática de distribuição log-normal (a quantidade de parâmetros varia em função da amostra), com isso, se há necessidade de regionalização de informações (dados) a distribuição log-normal facilitará a regionalização. Para esse trabalho, a curva de permanência foi aplicada pelo método empírico.

Cruz (2001) reforça a ideia de que a realização de uma curva de permanência para todo o período analisado não é o ideal, devendo ser realizadas em períodos menores, como mensalmente, anualmente ou sazonalmente, de modo a evidenciar com mais precisão as ocorrências de determinados fenômenos.

A partir do exposto, é objetivo analisar as variações quinquenais de temperatura máxima, média e mínima do município de Uberlândia-MG, do período de 1981 a 2015, por meio de aplicação do método da Curva de Permanência, evidenciando as ocorrências de valores extremos de temperatura, adotando 0,5 % dos valores (máximo ou mínimo) como o valor de referência para caracterização de ocorrência de evento extremo. Com isso, os valores de temperatura que ocorrem em 0,5 % do tempo são considerados extremos.

A área de estudo compreende a cidade de Uberlândia-MG (mapa 1) que está inserida na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, à sudoeste do estado de Minas Gerais. Tem como municípios limítrofes: Araguari e Tupaciguara ao Norte, Uberaba, Veríssimo e Prata ao Sul, Monte Alegre de Minas a Oeste e Indianópolis a Leste. Está localizado entre as coordenadas 18° 55' 23" Sul e 48° 17' 19" Oeste, e altitude média de 865 metros. Possui população estimada ao fim do ano de 2017, de 676.613 habitantes (IBGE, 2017) e 4.115,206 km² de área municipal. Uberlândia é a maior e mais importante cidade do Triângulo Mineiro / Alto Paranaíba, concentrando cerca de 30% da população da mesorregião.

Figura 7 - Mapa de localização de Uberlândia-MG



Fonte: IBGE (2016); Org.: PETRUCCI, E. (2017)

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Para elaboração deste trabalho, primeiramente foi construído um referencial teórico - conceitual acerca do tema estudado. A organização, tabulação dos dados, preenchimento das falhas e aplicação do método da Curva de Permanência foram feitos em planilha eletrônica do Microsoft Excel 2013. O mapa de localização foi gerado no ArcGis 10.1.

Os dados diários de temperaturas (Máxima absoluta, Média e Mínima absoluta) são provenientes do banco de dados da Estação Meteorológica de Observações de Superfície Convencional de Uberlândia, código 83527, localizada nas dependências do campus Santa Mônica, Universidade Federal de Uberlândia (UFU), coordenadas 18°55'01" de latitude S e 48°15'18" de longitude W, a uma altitude de 869 metros, sob coordenação do Laboratório de Climatologia e Recursos Hídricos (LCRH).

Foram obtidos dados diários de temperatura máxima, média e mínima, de 1981 a 2015. Entretanto, foram verificadas falhas na série de dados. Para preenchimento das falhas, foi aplicado o método da Correlação Simples, por meio do Coeficiente de Correlação de Pearson, com dados de estações convencionais próximas, das cidades de Araxá (MG), Catalão (GO) e Uberaba (MG). Os coeficientes de determinação são apresentados na tabela 1.

Tabela 1: Coeficientes de correlação (r) das temperaturas máxima, média e mínima com as estações convencionais próximas a Uberlândia-MG, de 1981 a 2015

Estações Convencionais	Araxá (MG)	Catalão (GO)	Uberaba (MG)
Temperatura máxima	r = 0,8099	r = 0,8144	r = 0,7903

Temperatura média	r = 0,8883	r = 0,9147	r = 0,8861
Temperatura mínima	r = 0,7066	r = 0,7214	r = 0,8187

Fonte: Autor (2017)

De acordo com a tabela 1, todas as estações convencionais apresentaram fortes correlações entre os dados das temperaturas. A correlação mais forte entre os dados ocorreu com a estação de Catalão para a temperatura média, com coeficiente de 0,9147. Mesmo apresentando correlação forte entre os dados de temperaturas, foram preenchidos apenas os dados de temperatura média com os dados da estação de Catalão.

Ao longo da década de 2010, principalmente nos anos de 2013 e 2014 foram verificadas inúmeras falhas nos dados diários de temperaturas máximas e mínimas absolutas. Foi aplicado o teste de correlação entre os dados da estação convencional e automática de Uberlândia, esta última, os dados foram obtidos por meio do BDMEP (Banco de Dados Meteorológicos para Ensino e Pesquisa) do INMET (Instituto Nacional de Meteorologia). Ambas as estações meteorológicas possuem a mesma coordenada de localização, pois dividem espaço dentro do Campus. Na tabela 2 são verificados os coeficientes de correlação entre as estações automática e convencional de Uberlândia-MG

Tabela 2 - Coeficientes de correlação nos dados de temperatura máxima e mínima absolutos entre as estações convencional e automática de Uberlândia-MG de 2009 a 2015

Estação	Temperatura Máxima	Temperatura Mínima
Uberlândia (MG) - Automática	r = 0,8954	r = 0,9015

Fonte: Autor (2017)

Por meio da tabela 2, são verificadas fortes correlações entre as estações convencional e automática de Uberlândia-MG, tanto para a temperatura máxima absoluta ($r = 0,8954$) quanto para a mínima absoluta ($r = 0,9015$). Com isso, foi realizado o preenchimento das falhas ocorridas a partir de 2009. Mesmo após a aplicação de procedimentos estatísticos para preenchimentos de falhas, ainda permaneceram falhados: 0,92% nos dados de temperatura média, 13,9% nos dados de temperatura mínima absoluta e 16,6% nos dados de temperatura máxima absoluta.

Para a construção da curva de permanência forem seguidos os seguintes passos:

- i) Organização dos dados diários em planilha do Microsoft Excel 2013;
- ii) Contagem do número total de elementos da amostra (n);
- iii) Cálculo da amplitude da amostra, ver equação 1:

$$A = T_{\text{máx}} - T_{\text{mín}} \quad (\text{Equação 1})$$

Onde: A: amplitude da amostra de dados; $T_{\text{máx}}$: maior valor de temperatura; $T_{\text{mín}}$: menor valor de temperatura;

iv) Cálculo do número do intervalo de classes (N), ou seja, quantas serão as subdivisões da amostra. De acordo com Sturges (1926) é calculado pela equação 2:

$$N = 1 + 3,3 * \log_n \quad (\text{Equação 2})$$

Onde: N: é o número de intervalos de classes; n: é o número de elementos da amostra.

v) Determinação da amplitude do intervalo de classe, ou seja, o tamanho de abrangência de cada intervalo, ver equação 3:

$$k = \frac{A}{N} \quad (\text{Equação 3})$$

Onde: K: é a amplitude do intervalo de classe; A: amplitude da amostra de dados; N: número de intervalos de classes.

A partir dos resultados das equações 1, 2 e 3, calculou-se ainda, os valores de frequência de ocorrência (simples e acumulada) das temperaturas referente a cada quinquênio. A divisão da série histórica em quinquênios e respectivos anos que compreende cada quinquênio são apresentados na tabela 3.

Tabela 3 – Decomposição quinquenal da série histórica de 1981 a 2015

Quinquênios	1° Q	2° Q	3° Q	4° Q	5° Q	6° Q	7° Q
Anos	1981/1985	1986/1990	1991/1995	1996/2000	2001/2005	2006/2010	2011/2015

Fonte: Autor (2017)

A determinação dos valores extremos foi calculada por meio de adaptação do método dos Percentis de Van Huijgevoort et al., (2012). A adaptação desse método consistiu em calcular o Percentil dos 0,5% dos valores máximos e mínimos para a temperatura média, 0,5% superiores de temperatura máxima e, 0,5% inferiores de temperatura mínima, em todos os quinquênios da série analisada. De acordo com Pampuch (2014) esse método possui vantagens em relação aos demais porque não há necessidade de conhecimentos específicos na área da probabilidade para sua aplicação.

As etapas para o cálculo dos Percentis são representadas pelas etapas abaixo:

a- Ordenar a série de dados em ordem crescente e calcular a posição do percentil desejado, por meio da equação 4:

$$L_p = (n - 1) * P / 100 + 1 \quad (\text{Equação 4})$$

Onde: L_p é a localização do percentil na série; n é o número de elementos da amostra; P é o percentil que queira estimar (no caso, 0,5%).

b- Após o cálculo da localização do L_p, verifica-se o maior número inteiro mais próximo, representado pela expressão L_{p i}, sendo que: L_p < L_{p i}. Após a determinação do L_{p i}, calcula-se o percentil, pela equação 5:

$$P_q = X_i + (X_{i+1} - X_i) * (L_{pi} - L_p) \quad (\text{Equação 5})$$

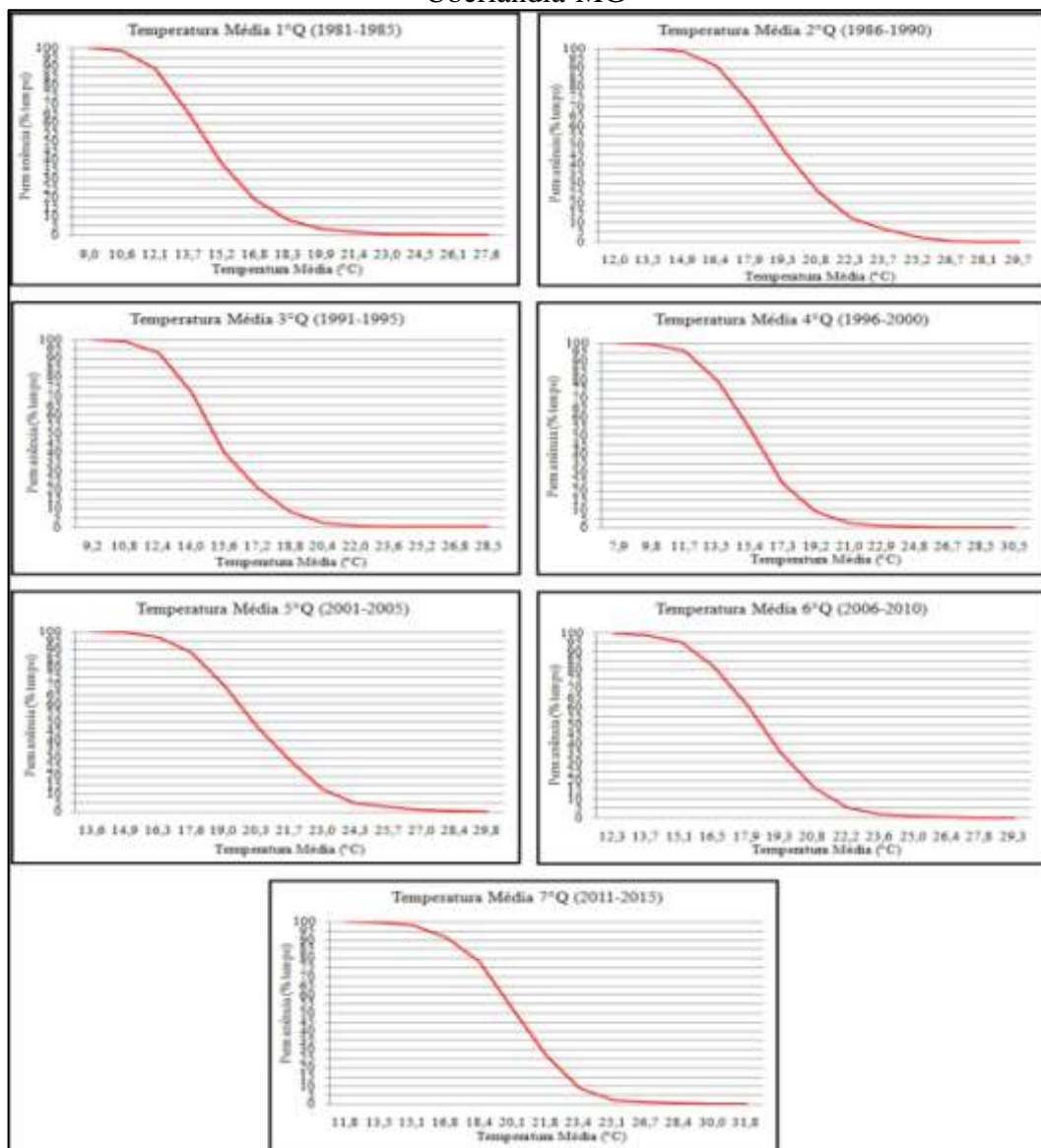
Onde: P_q é o percentil (número real $0 \leq P_q \leq 100$ e pelo menos $q\%$ das observações são menores ou iguais a P_q e pelo menos $(100 - q)\%$ das observações são maiores ou iguais a P_q); X_i é o dado na posição L_{pi} ; X_{i+1} é o dado na posição L_{pi+1} .

3. RESULTADOS

3.1. Temperatura Média

A aplicação do método da curva de permanência, de modo a verificar o comportamento dos valores registrados de temperatura média da cidade de Uberlândia-MG, para todos os sete quinquênios, é apresentada na figura 2.

Figura 8 – Curvas de Permanência dos sete quinquênios para a temperatura média de Uberlândia-MG



Fonte: Autor (2017)

De acordo com a figura 2, observa-se que as curvas de permanência para Uberlândia-MG apresentam regularidade quanto à distribuição das temperaturas médias ao longo do período dos sete quinquênios da série histórica de 1981 a 2015. O valor máximo de temperatura média ocorreu no 7ºQ (2011-2015), quando registrado 31,8°C e, o menor valor de temperatura média foi no 4ºQ (1996-2000), quando foram registrados 7,9°C. A comparação entre quinquênios, intervalos e as ocorrências de extremos máximos e mínimos de temperaturas são apresentadas nas tabelas 4 e 5, respectivamente.

Tabela 4 - Comparação entre quinquênios dos intervalos e ocorrências de extremos máximos de Temperatura Média de Uberlândia-MG

Temperatura Média - (0,5% extremos máximos)			
Quinquênio (Q)	Período	Intervalo (°C)	Ocorrências
1	1981-1985	27,0 - 27,6	6
2	1986-1990	28,8 - 29,7	1
3	1991-1995	27,6 - 28,5	7
4	1996-2000	30,1 - 30,5	2
5	2001-2005	28,8 - 29,8	5
6	2006-2010	28,4 - 29,3	6
7	2011-2015	30,9 - 31,8	2

Fonte: Autor (2017)

Pela tabela 4, nota-se a elevada variação entre os intervalos, com valores oscilando entre 27,0°C a 31,8°C, nos 1ºQ e 7ºQ, respectivamente, marcando uma amplitude de 4,8°C. Chama a atenção o intervalo do 7ºQ que apresentou os maiores valores dos limites inferiores e superiores de ocorrência de extremos da série analisada. As ocorrências de extremos máximos de temperatura média apresentaram padrão de comportamento intercalado ao longo dos quinquênios, sendo verificado o maior número de extremos máximos no 3ºQ, com sete ocorrências e, menor concentração no 2ºQ, totalizando uma ocorrência.

Tabela 5 - Comparação entre quinquênios dos intervalos e ocorrências de extremos mínimos de Temperatura Média de Uberlândia-MG

Temperatura Média - (0,5% extremos mínimos)			
Quinquênio (Q)	Período	Intervalo (°C)	Ocorrências
1	1981-1985	9,0 - 12,2	7
2	1986-1990	12,0 - 14,5	8
3	1991-1995	9,2 - 15,0	9
4	1996-2000	7,9 - 11,1	1
5	2001-2005	13,6 - 14,7	5
6	2006-2010	12,3 - 14,3	4
7	2011-2015	11,8 - 14,7	6

Fonte: Autor (2017)

A tabela 5 evidencia que, do total de 40 ocorrências de extremos mínimos de temperatura média, 24 delas estão concentradas nos três primeiros quinquênios (de 1981 a

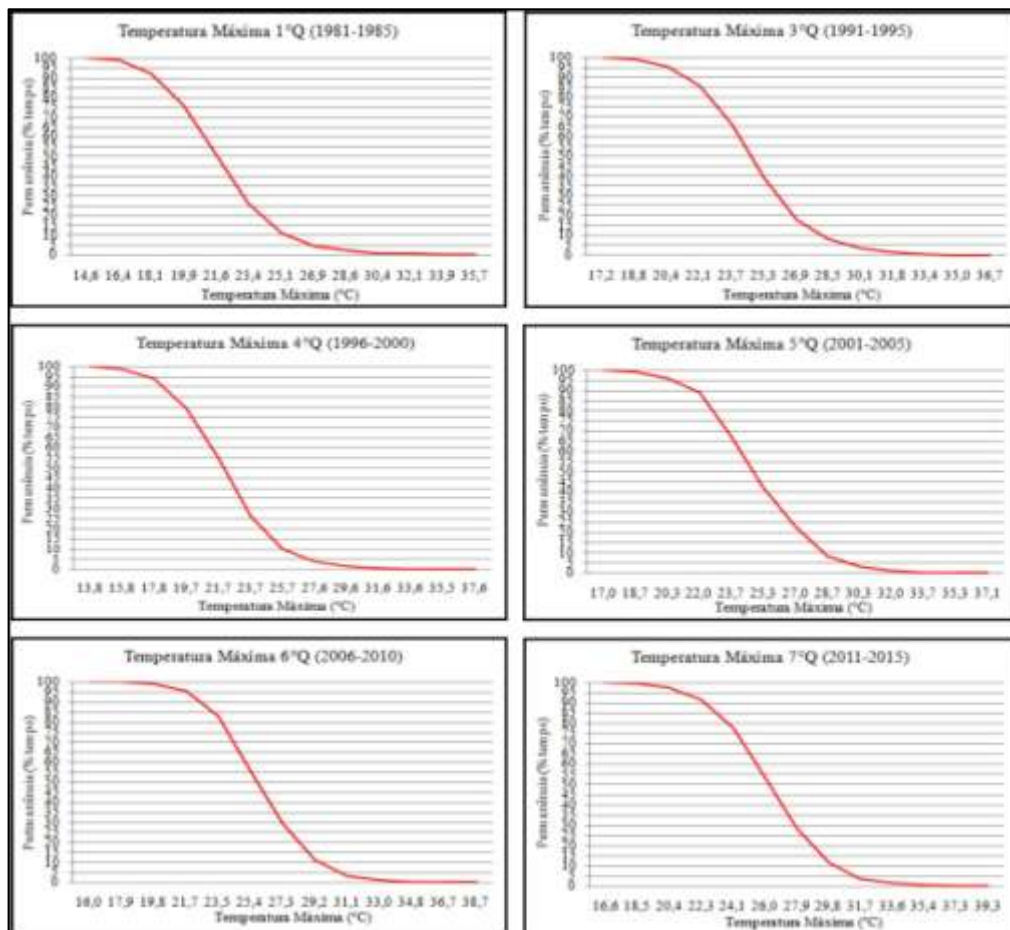
1995). Nestes há de se observar também uma maior proximidade no número de ocorrências, denotando maior homogeneidade de comportamento. Nos quinquênios 1º, 3º e 4º os limites inferiores se mantiveram abaixo dos 10°C, sendo que o intervalo com maior amplitude de valores se deu no 3ºQ, além do maior número de ocorrências de extremos, no total de nove.

Nos últimos três quinquênios, os limites inferiores e superiores dos intervalos estiveram entre 11,8°C e 14,7°C, respectivamente nesta ordem, sendo que, o 5ºQ foi o que apresentou intervalo com maiores valores, entre 13,6°C a 14,7°C. Chama a atenção o 4ºQ, além de ter os menores valores dos limites de intervalo, também a menor ocorrência de extremos, apenas uma.

3.2. Temperatura Máxima

As curvas de permanência para todos os sete quinquênios, da temperatura máxima de Uberlândia-MG são apresentadas na figura 3 e, a comparação entre quinquênios, intervalos e as ocorrências de extremos de temperatura máxima são apresentadas na tabela 6.

Figura 9 - Curvas de Permanência dos sete quinquênios para a temperatura máxima de Uberlândia-MG



Fonte: Autor (2017)

Tabela 6 - Comparação entre quinquênios dos intervalos e ocorrências de extremos de Temperatura Máxima de Uberlândia-MG

Temperatura Máxima – (0,5% extremos)			
Quinquênio (Q)	Período	Intervalo (°C)	Ocorrências
1	1981-1985	34,7 - 35,7	7
2	1986-1990	-	-
3	1991-1995	35,9 - 36,7	5
4	1996-2000	36,9 - 37,6	2
5	2001-2005	36,3 - 37,1	6
6	2006-2010	37,1 - 38,7	2
7	2011-2015	37,5 - 39,3	8

Fonte: Autor (2017)

Entre os anos de 1986 a 1990, que corresponde ao 2°Q, não há registro de dados de temperatura máxima para a cidade de Uberlândia-MG e não foi possível realizar o preenchimento de falhas pelo método da Correlação Simples.

De acordo com a figura 3, é possível verificar que os valores de temperatura máxima de Uberlândia-MG estão bem distribuídos ao longo da série histórica analisada. O pico de temperatura máxima foi de 39,3°C encontrado no 7°Q (2011-2015) e o valor mínimo de temperatura máxima foi registrado durante o 4°Q (1996-2000), com 13,8 °C.

Pela tabela 6, analisa-se que os intervalos que compreendem as ocorrências de extremos de temperatura máxima apresentaram variações interquinquenais. Do total de 30 eventos de extremos, o comportamento das ocorrências entre os quinquênios se dá de maneira intercalada, sendo que, nos quinquênios 1°, 3°, 5° e 7° ocorrem em maior quantidade os extremos (com sete, cinco, seis e oito ocorrências, respectivamente) e, nos quinquênios 4° e 6° ocorrem extremos em menor quantidade (com duas ocorrências cada).

A variação entre os limites inferiores dos intervalos foi menor do que a variação entre os limites superiores. Enquanto o 1°Q marcou 34,7°C de limite inferior, o 7°Q registrou o maior limite superior de temperatura máxima, com 39,3°C. Nos quinquênios 1°, 3°, 4° e 5°, a amplitude entre os limites inferiores e superiores são mais baixas em relação aos demais, apresentando gradiente igual ou menor que 1°C, já os quinquênios 6° e 7°, as amplitudes entre os quinquênios aumentaram, passando a ser de 1,6 e 1,8 °C. Com isso, depreende-se que nos anos posteriores, a partir do ano de 2015, são esperados cada vez mais quinquênios com amplitudes maiores entre os limites do intervalo de ocorrência dos extremos. A partir do exposto, pode-se afirmar que as ocorrências de extremos de temperatura máxima aconteceram ao longo dos primeiros cinco anos das décadas ou, em quinquênios intercalados.

3.3. Temperatura Mínima

As curvas de permanência para todos os sete quinquênios, da temperatura mínima de Uberlândia-MG são apresentadas na figura 4 e, a comparação entre quinquênios, intervalos e as ocorrências de extremos de temperatura mínima são apresentadas na tabela 7.

Por meio de análise da figura 4, é possível verificar uma elevação nos valores de temperatura mínima de Uberlândia-MG ao longo dos quinquênios. Essa relação pode ser verificada pelos intervalos de temperatura mínima (valores máximos e valores mínimos) apresentados no eixo das abscissas – por exemplo, no 1°Q (1981-1985) a temperatura mínima registrada foi de 1°C e, no 7°Q (2011-2015) o menor valor de temperatura foi de 7,1 °C – e, pelos intervalos de ocorrências dos extremos de temperatura mínima, ver tabela 7.

Figura 10 - Curvas de Permanência dos sete quinquênios para a temperatura mínima de Uberlândia-MG

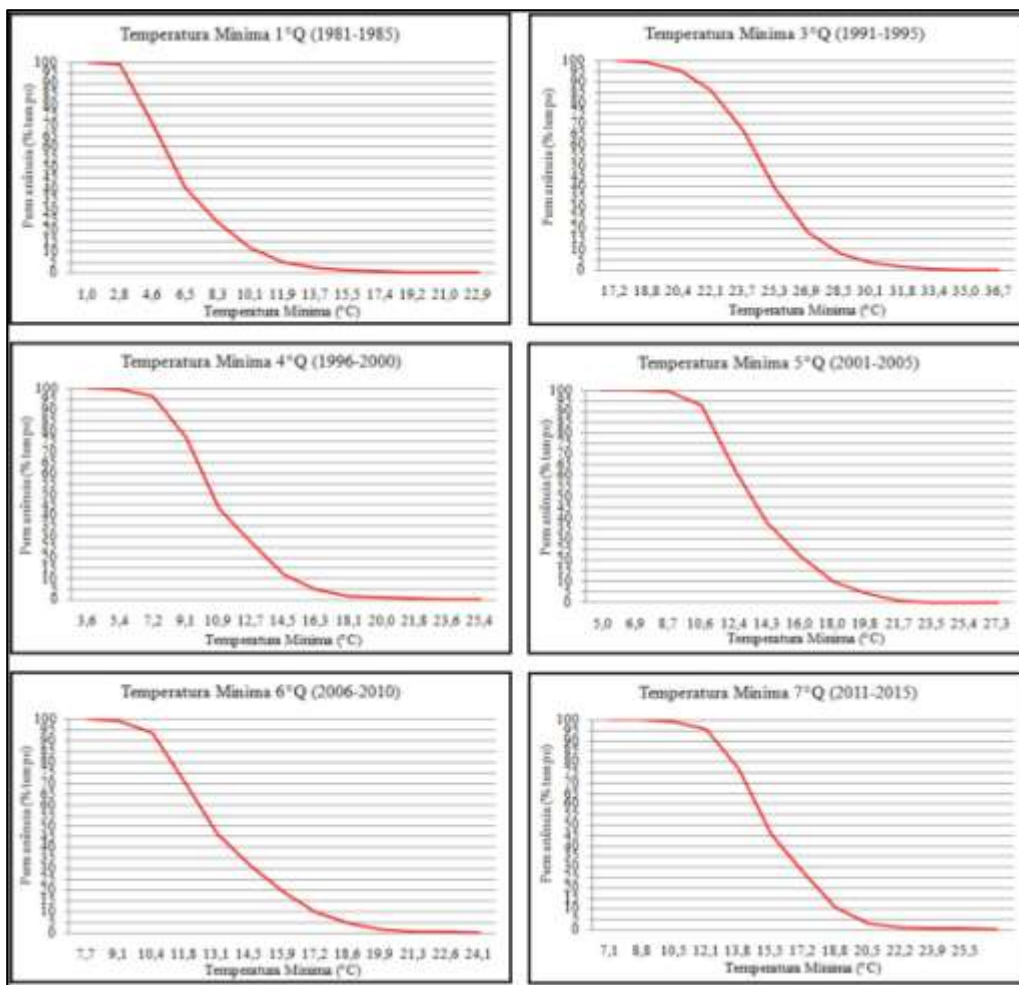


Tabela 7 - Comparação entre quinquênios dos intervalos e ocorrências de extremos de Temperatura Mínima de Uberlândia-MG

Temperatura Mínima – (0,5% extremos)			
Quinquênio (Q)	Período	Intervalo (°C)	Ocorrências
1	1981-1985	1,0 - 4,5	5
2	1986-1990	-	-
3	1991-1995	1,2 - 4,1	3
4	1996-2000	3,6 - 6,2	5
5	2001-2005	5,0 - 7,4	3
6	2006-2010	7,7 - 9,5	8
7	2011-2015	7,1 - 11,5	7

Fonte: Autor (2017)

A tabela 7 mostra que os valores dos intervalos de ocorrências dos extremos de temperatura mínima estão aumentando, com o passar dos quinquênios o limite inferior dos intervalos passou de 1°C no 1°Q para 7,1°C no 7°Q, registrando aumento de 6,1°C e, o limite superior dos intervalos elevou 7°C, passando de 4,5°C no 1°Q, para 11,5°C no 7°Q, com isso, evidenciando uma elevada variação interquinquenal.

Das 31 ocorrências de temperaturas mínimas extremas, dezesseis delas concentradas nos cinco primeiros quinquênios (de 1981 a 2005) em comparação com os dois últimos quinquênios (2006 a 2015) que acumularam 15 ocorrências. No 6°Q foi onde se registrou a

maior ocorrência de extremos no total de oito, enquanto que, nos quinquênios 3° e 5° ocorreram apenas três extremos cada. Com isso, verifica-se que há maior ocorrência de valores extremos de temperatura mínima nos últimos 10 anos da série histórica, todavia, esses valores extremos são mais elevados que nos 25 primeiros anos.

4. CONCLUSÕES

A aplicação do método da Curva de Permanência foi satisfatória e permitiu compreender o comportamento das ocorrências de extremos de temperatura na cidade de Uberlândia-MG.

Os resultados evidenciaram que extremos de temperatura, tanto extremos máximos quanto mínimos, é um fato que a população da referida cidade percebeu ao longo dos anos da série analisada. Para a temperatura média, os extremos máximos tiveram maior frequência de ocorrência nos anos 2000, além de aumento nos limites dos intervalos que caracterizam um extremo, para aos extremos mínimos de temperatura média, foi verificado comportamento semelhante e mais acentuado. Os extremos de temperatura máxima e mínima tiveram maior ocorrência no 7Q, ou seja, nos últimos anos da análise concentrou maior grande quantidade de eventos extremos, com aumento nos limites dos intervalos de ocorrência para as duas variáveis.

Ao longo dos anos, a temperatura de Uberlândia-MG esteve em constante aumento dos limites máximos e mínimos, além dos extremos de temperatura mínima se concentrar nos últimos anos, podendo ser depreendido que, com o passar dos anos, são esperadas cada vez mais extremos de mínimos com valor de temperatura mais elevada que o habitual. Ao longo da série histórica, houve aumento de 2,6°C na temperatura média, passando de 21,5°C no primeiro quinquênio (1981-1985) para 24,1°C no sétimo quinquênio (2011-2015).

Na conjuntura atual, em que muito se discute sobre Mudanças Climáticas, Aquecimento Global e/ou Efeito Estufa, e suas possíveis conseqüências que afetam diretamente a população e suas atividades relacionadas (econômicas, sociais, culturais, etc), o presente trabalho contribui significativamente para ampliar e aprofundar discussões acerca da temática, evidenciando, em dados, como é o comportamento dos extremos de temperatura em Uberlândia-MG. Destarte, muito ainda tem a ser estudado sobre o clima da cidade, quais são os processos e as dinâmicas atmosféricas que condicionam esses eventos, comportamentos extremos com diferentes (ou semelhantes) magnitudes e durações ao longo do período analisado, além de verificar se os extremos de temperatura são conseqüências das atividades

antrópicas no cenário das mudanças climáticas ou se são excepcionalidades da variabilidade natural do clima.

5. AGRADECIMENTOS

Agradecimentos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro por meio de concessão de bolsa de estudos e ao Laboratório de Climatologia e Recursos Hídricos (LCRH) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) pela disponibilização dos dados.

6. REFERÊNCIAS

AYOADE, J. O. **Introdução à climatologia para os trópicos**. 11 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, 332 p.

BARRY, R. G.; CHORLEY, R. J. **Atmósfera, tiempo y clima**. 3 ed. Barcelona: Omega, 1980, 395 p.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Integração Nacional, WWF-Brasil. **Índice de vulnerabilidade aos desastres naturais relacionados às secas no contexto da mudança do clima**. Brasília, DF: MMA, 2017. 125 p.

CRUZ, J. C. **Disponibilidade hídrica para outorga: avaliação de aspectos técnicos e conceituais**. 2001. 199 p. Tese (Doutorado em Engenharia de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental). Instituto de Pesquisas Hidráulicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

CRUZ, J. C.; TUCCI, C. E. M. Estimativa da disponibilidade hídrica através da curva de permanência. **RBRH - Revista Brasileira de Recursos Hídricos**, v. 13, n. 1. Jan-mar/2008. p. 111-124.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em dezembro/2017.

INMET - **Instituto Nacional de Meteorologia**. Disponível em: <<http://www.inmet.gov.br/portal/index.php?r=estacoes/estacoesAutomaticas>>. Acesso em novembro/2017.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS- INPE. **Boletim do Grupo de Pesquisas em Mudanças Climáticas-GPMC**- N. 8. Maio 2009. Edição Especial. Disponível em: <http://mudancasclimaticas.cptec.inpe.br/~rmclima/pdfs/newsletters/Boletim_No8_Port.pdf>. Acesso em 01/11/2017.

LAMBERT, D. M.; COOPER, M. C.; PAGH, J. D. Supply Chain Management: Implementation Issues and Research Opportunities. **The International Journal of Logistics Management**, v. 9, n. 2, p. 1-20, 1998.

LIEBMANN, B.; JONES, C.; CARVALHO, L. M. V. de. Interannual Variability of Daily Extreme Precipitation Events in the State of São Paulo, Brazil. **Journal of Climate**, v. 14, p. 208—18, 2001.

MACIEL, S. A.; OLIVEIRA, L. A. Análise do comportamento de temperaturas médias e máximas diárias, por meio de curvas de permanência, período de 1970 a 2015, da cidade de Juiz de Fora-MG. In: Simpósio Brasileiro de Climatologia Geográfica, 12, 2016, Goiânia(GO), **Anais...**, p. 70-81.

MENDONÇA, F.; DANNI-OLIVEIRA, I. M. **Climatologia**: noções básicas e climas do Brasil. São Paulo: Oficina de Textos, 2007.

PAMPUCH, L. A. **Períodos extremos secos sobre o Sudeste do Brasil e sua relação com a TSM do Atlântico Sul**. 2014. 194 f. Tese (Doutorado em Ciências Atmosféricas). Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas (IAG-USP): São Paulo, 2014.

PINTO, J. A. O.; **Avaliação de métodos para regionalização de curvas de permanência de vazões para a bacia do rio das velhas**. 2006. 219 f. Dissertação (Mestrado em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos). Escola de Engenharia: Belo Horizonte, 2006.

QUEIROZ, L. L.; OLIVEIRA, L. A.; PIRES, G. A. C. Análise das curvas de permanência das temperaturas médias e máximas da cidade de Araxá-MG, período de 1980 à 2015. In: Simpósio Brasileiro de Climatologia Geográfica, 12, 2016, Goiânia (GO), **Anais...**, p. 59-69.

STURGES, H. A. The choice of a class interval. **Journal of the American Statistical Association**. V. 21, n. 153, p. 65-66, 1926.

THEBALDI, M. S. Análise estatística da precipitação máxima diária anual da cidade de Uberaba e vazão mínima diária anual do Rio Uberaba. **Revista Agrogeoambiental**, v. 4, n. 3, dez/2012, p. 1-10.

TUCCI, C. E. M. (org). **Hidrologia: ciência e aplicação**. 3 ed. 1 reimp. Porto Alegre: Editora da UFRGS/ABRH, 2004.

VAN HUIJGEVOORT, M. H. J. et. al. A generic method for hydrological drought identification across different climate regions, **Hydrology and Earth System Sciences**, v. 16, p. 2437-2451, 2012.

VAREJÃO-SILVA, M. A. **Meteorologia e Climatologia**. Versão digital 2. Recife, Março/2006. 449 p. Disponível em: <http://www.icat.ufal.br/laboratorio/clima/data/uploads/pdf/METEOROLOGIA_E_CLIMATOLOGIA_VD2_Mar_2006.pdf>. Acesso em Abril/2018.

VOGEL, R. M., FENNESSEY, N. M. Flow duration curves: II: a review of applications e in water resources planning. **Water Resources Bulletin**, v. 31, n. 6, p. 1029-1039, 1995.

VOGEL, R. M.; FENNESSEY, N. M. Flow duration curves I: new interpretation and confidence intervals. **J. Water Resources Planning Management**, v. 120, n. 4, p. 485-504, 1994.

WILKS, D. S. **Statistical methods in the atmospheric sciences**. 2 ed. New York (NY): Academic Press, 2006.

A URBANIZAÇÃO E OS ASPECTOS AMBIENTAIS NA SUB-BACIA DO CÓRREGO VINHEDO EM UBERLÂNDIA-MG

Érica Marinho Lima¹
Prof. Dr. Cláudio Antônio Di Mauro²

Resumo: O Conflito entre o desenvolvimento urbano e o desenvolvimento ambiental se configura como uma constante que tem resultado em discussões acerca da ausência de um gerenciamento e planejamento da ocupação urbana em bacias hidrográficas urbanas. A sub-bacia do Córrego Vinhedo situa-se na Região Sul de Uberlândia-MG, uma região de intenso processo de urbanização, com a exploração dos recursos naturais e degradação ambiental sob perspectivas do sistema socioeconômico vigente. O presente estudo foi resultado de um trabalho final de graduação defendido em 2013, e teve o intuito de diagnosticar o uso e ocupação do solo urbano, pautado nos mecanismos legais existentes para recuperação e conservação dos recursos hídricos através da análise dos impactos na Área de Preservação Permanente, identificando o posicionamento da política de preservação do meio ambiente urbano pautado na aplicação das bases legais, por meio de pesquisa bibliográfica, trabalho de campo, observação de fotografias e imagens de satélite.

Palavra chave: uso e ocupação do solo urbano, degradação ambiental, legislação.

Abstract: The Conflict between urban development and environmental development is a constant that has resulted in discussions about the absence of a management and planning of urban occupation in urban watersheds. The Córrego Vinhedo sub-basin is located in the southern region of Uberlândia-MG, a region of intense urbanization, with the exploitation of natural resources and environmental degradation under the perspective of the current socio-economic system. The present study was the result of a final graduation work defended in 2013, and aimed to diagnose the use and occupation of urban land, based on existing legal mechanisms for the recovery and conservation of water resources through the analysis of impacts in the Preservation Area Permanent, identifying the positioning of the policy of preservation of the urban environment based on the application of legal bases, through bibliographic research, field work, observation of photographs and satellite images.

Keywords: use and occupation of urban land, environmental degradation, legislation.

Introdução

Um dos grandes desafios que as cidades encontram, é como conciliar a vida urbana voltada para o desenvolvimento ambiental. Porém, o crescimento da população urbana e da industrialização submete os recursos hídricos a graves pressões e compromete a capacidade de proteção ambiental das cidades. As bacias urbanas sofrem alterações e impactos das atividades antrópicas, que de maneira sinérgica, influenciam diretamente nos regimes das águas alterando as variáveis do ciclo hidrológico, exigindo a necessidade de encontrar soluções e estratégias que minimizem e revertam os efeitos desta degradação ambiental.

¹ Mestranda da Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão

² Docente da Universidade Federal de Uberlândia

O crescimento urbano gera a necessidade de ocupação do espaço, que em consequência gera principalmente a descaracterização da vegetação das bacias dentro das áreas de proteção ambiental possibilitando à redução da disponibilidade hídrica; a poluição dos sistemas hídricos em detrimento da falta de tratamento adequado de esgotamento sanitário, industrial e de resíduos sólidos, agravando assim a qualidade da água e comprometendo o abastecimento público; a ocupação de áreas de risco de inundação; a impermeabilização e deficiência dos sistemas de drenagem urbana; aceleração de processos de erosão e de assoreamento, dentre outras consequências.

Essa ocupação urbana desenfreada, sem o planejamento adequado e sem integração na gestão para a resolução desses e de vários outros problemas, ocorre devido à setorização das ações públicas. Isso se agrava diante de impasses e conflitos da legislação que designa aos municípios a responsabilidade pela implementação de uma política ambiental e o ordenamento do território, mas é de competência do Estado e à União a gestão das águas tendo as bacias hidrográficas como unidade de gestão.

Sendo assim, os municípios precisam ter uma política ambiental e o ordenamento do território que sigam a Política Nacional de Recursos Hídricos, que contemple toda a unidade da bacia como unidade básica de planejamento ambiental.

Diante da ineficiência do atual modelo de gestão urbana dos recursos hídricos, principalmente em relação as áreas urbanas, este artigo busca diagnosticar a consequência da gestão da sub-bacia do córrego Vinhedo, a fim de identificar a estrutura político-institucional e sua interface com o meio ambiente e o uso e ocupação do solo.

Através do diagnóstico, é possível planejar a implementação de processos mais democráticos que visem à preservação do meio ambiente, pautada em técnicas adequadas, diminuindo impactos e respeitando as características ambientais dentro das cidades.

Sob a hipótese que a sub-bacia do córrego Vinhedo esta sobre forte pressão da expansão urbana, o objetivo deste trabalho foi levantar pontos de fragilidade Ambiental, na perspectiva ambiental e urbana, abrindo possibilidade de gerar proposições de ações de adequações para que esse espaço esteja de acordo com a legislação vigente até o ano de 2013.

Para a realização do objetivo principal torna-se necessário a identificação das potencialidades e dos problemas da área de estudo, através interpretação de fotografias e trabalho de campo, em conjunto com análise da legislação ambiental vigente e a sua aplicabilidade na bacia em estudo.

Metodologia

A metodologia utilizada respaldou-se em pesquisa bibliográfica disponibilizados na internet, análise da legislação ambiental vigente, trabalho de campo e elaboração de mapas utilizando imagens de Satélite do Google Earth, e com o auxílio dos softwares QuantumGis e AutoCAD.

A princípio, adaptando a análise de acordo com as informações disponíveis, Mendonça (1999) desenvolveu uma proposição metodológica de Diagnóstico Ambiental que se baseou na Teoria Geral dos Sistemas, proposta originalmente por Von Bertalanfy e largamente empregada em estudos geográficos e na ciência em geral ao longo da segunda metade do século XX. Em estudos relativos a geografia física, Christofolleti (1979 e 1999, apud MENDONÇA, 1999), considerou a unidade da microbacia hidrográfica um sistema aberto que permite a análise quantitativa e qualitativa do fluxo de matéria e energia que nele se processa. No presente trabalho, a análise qualitativa tem um maior destaque devido à perspectiva proposta.

Segundo Hidalgo (1990, apud MENDONÇA, 1999), a perspectiva metodológica que visa recuperação e gestão ambiental de bacias hidrográficas, envolve também aspectos culturais, políticos e institucionais, constituindo num amplo processo de gestão e intervenção das referidas unidades espaciais.

Nesta proposição, os elementos naturais da sub-bacia foram levantados em trabalho de campo, com coleta de fotos e identificação do uso e ocupação do solo envolvendo elementos da dinâmica natural, das atividades humanas, como vegetação, edificações, etc.

O estudo da legislação vigente, relacionados com os aspectos relativos à degradação do ambiente, identificados no trabalhos de campo, ofereceu respaldo para a confecção dos mapas e das imagens ilustrativas, com a utilização do Google Earth e o auxílio e dos Software Quantum Gis e AutoCAD na constatação do uso e ocupação do solo. Por fim, com o material levantado foi possível elaborar um diagnóstico, com a possibilidade de cenários para a recuperação, planejamento e gestão da área de estudo.

Resultados e discussões

O município de Uberlândia encontra-se localizado na macroregião do Triângulo Mineiro, no Estado de Minas Gerais, é o maior centro urbano da região e uma das mais importantes cidades do estado. Ocupa uma área de 4.115,206 km² e possui uma população de

604.013 habitantes de acordo com o censo de 2010 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE).

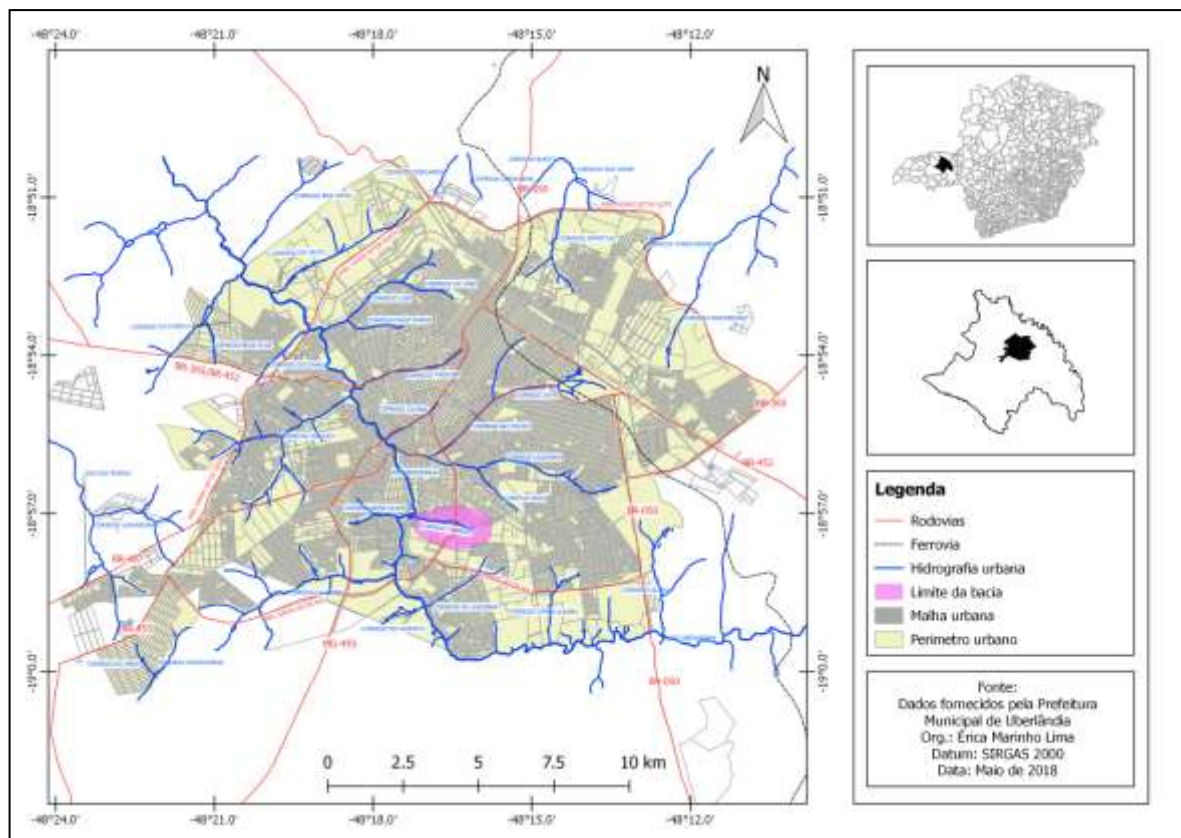
Uberlândia está localizada na região hidrográfica do Paraná, e tem como principal manancial o rio Uberabinha, afluente do rio Araguari. Em função de diversas características, inclusive o relevo, o município apresenta muitos cursos d'água, tendo como principais bacias hidrográficas: a Bacia do rio Araguari, que possui como afluentes mais importantes o rio Uberabinha (que corta a área urbana e abastece parte do município), rio das Pedras, ribeirão Beija Flor e ribeirão Bom Jardim. Na zona urbana, o rio Uberabinha tem afluentes menores, que são os córregos Cajubá, São Pedro, das Tabocas, do Óleo, Jataí, Lagoinha, Salto, Guariba, Lobo, Moji, Cavalo, Vinhedo e Buritizinho.

A sub-bacia do córrego Vinhedo, possui aproximadamente dois quilômetros de extensão, é afluente pela margem direita do rio Uberabinha, localiza-se no setor sul do perímetro urbano de Uberlândia-MG. A nascente da sub-bacia está localizada em propriedade particular da instituição de ensino superior Unetri (Centro Universitário do Triângulo) e da Lavanderia Hospitalar Icasu, situadas na Avenida Nicomedes Alves dos Santos.

A região sul de Uberlândia é um dos principais eixos de expansão da cidade devido à abundância de terrenos e áreas não ocupadas, e também, devido aos investimentos do setor público e privado. A região tem recebido investimentos públicos de infraestrutura, a exemplo de vias de acesso e circulação de veículos automotores, como o contorno Sul do Anel Viário Setor Sul, que induzem a expansão de construções efetuadas pelo setor privado, que vem implantando diversos condomínios horizontais fechados, voltados para as classes de maior poder aquisitivo, e conjuntos habitacionais com moradias voltadas aos setores populares, com recursos financeiros oriundos do setor público e do privado por meio do programa Minha Casa e Minha Vida. Outros investimentos privados na região foram a implantação do Hipermercado WalMart, da Leroy Merlin, uma rede francesa de *home centers*, do Shopping Uberlândia, e dois centros Universitário. Esses empreendimentos são considerados estratégicos na expansão e especulação imobiliária desta região da cidade.

Ainda na região sul de Uberlândia, e dentro da bacia do córrego Vinhedo, localiza-se o Parque Municipal da Gávea, que foi criado como resultado de uma contrapartida ambiental de empreendimentos imobiliários, fruto da aprovação de dois loteamentos para a implantação de condomínios fechados, destina a classe média alta, em função da estrutura e vantagens oferecidas nestes condomínios, que agrega um alto valor a esses imóveis.

Figura 1 - Localização da Bacia Hidrográfica do Córrego Vinhedo.



Na Lei Complementar nº 525, de 14 de Abril de 2011, que dispõem sobre o Zoneamento do Uso e Ocupação do Solo do Município de Uberlândia, o córrego Vinhedo está inserido na Zona de Preservação e Lazer, que compreende as faixas marginais à direita e esquerda do Rio Uberabinha, além das faixas marginais à direita e esquerda dos córregos, e também, às áreas úmidas ao longo do Rio Uberabinha. A Zona de Preservação e Lazer (ZPL), são as regiões dos fundos de vale, praças, parques, bosques e outras áreas similares de interesse público, de preservação obrigatória.

A de Zona de Preservação e Lazer compreende áreas de preservação obrigatória, como as APPs. As áreas úmidas do Córrego Vinhedo estão inseridas nessa zona, que em alguns casos podem tornar-se direcionadas para o lazer. Observa-se que uma parte da área do córrego encontra-se inserida em um Parque Municipal, no qual pretende compatibilizar a preservação, algo bastante adverso ao modelo de urbanização, adotado seguindo o desenho de parques lineares com a intenção de minimizar os impactos da ocupação econômica nas APPs.

Embasado neste contexto, a Lei Complementar nº 432 de 19 de Outubro de 2006, que aprova o Plano Diretor de Uberlândia, dispõe sobre a elaboração “*projetos de lazer e turismo, visando a interligação de parques, praças e áreas de potencialidades ambientais, com*

ciclovias e paisagismo”. No Artigo 15 considera a elaboração de projetos de parques lineares como ações para o desenvolvimento ambiental do Município.

O Parque Municipal da Gávea pode ser considerado um Parque Linear, com a função de proteger os recursos hídricos e vegetação. Porém, não possui a continuidade completa do Parque ao longo do córrego, uma vez que se tem a secção da nascente controlada pelo Centro Universitário e a lavanderia, no qual a interligação do Parque com essas áreas seria de extrema importância para a preservação integral dos recursos naturais.

A criação do Parque foi entendida como medida compensatória pelos impactos ambientais decorrentes da implantação dos loteamentos dos condomínios Gávea Park e Solares da Gávea pela Empresa Gávea Empreendimentos S/A e Realiza Construtora Ltda, com investimento de 700 mil reais na sua construção. O entorno do parque é ocupado por habitação da classe média alta, e demonstra que não tem função consistente para preservação da biodiversidade, por ser estreito e não ter comunicação com os outros parques, servindo apenas para se ter uma visão bucólica, um lugar para caminhadas, ou simplesmente para turismo de beleza cênica, evidenciando um contexto estratégico de valorização desse espaço urbano.

A vegetação característica da Área de Preservação Permanente da sub- bacia é o Cerrado, no qual as margens do Córrego dos Vinhedos verifica-se a presença da Mata de Galeria, que encontra-se ao longo do curso d’água, apresentado espécies exóticas e de formação secundária, onde é possível encontrar pastagem, e uma vasta região tomada por capim *Brachiaria* , nativa da África, impedindo o desenvolvimento de gramíneas nativas. A mata de Galeria caracteriza-se pela formação de uma vegetação perenifólia e de grande porte. (RIBEIRO; WALTER, 2012).

Na nascente do Córrego Vinhedo há presença de vereda (Figura 4), que é caracterizada pela presença da palmeira arbórea *Mauritia flexuosa* (buriti) em meio a outras espécies arbustivo-herbáceas. As veredas ocorrem em campos úmidos com solos argilosos e mal drenados, típicos de veredas que caracterizam os planaltos tabulares e suas vertentes, em depressões situadas entre Uberlândia e Uberaba (RIBEIRO; WALTER, 2012). A nascente encontra-se fora da área de preservação do Parque do Gávea, separada pela Avenida Nicomedes Alves dos Santos, caracterizada pela presença de vereda em estado de intensa degradação (Figura 3). A área está sob a responsabilidade de dois empreendimentos, porém o que se observa é que a área apenas foi cercada nas imediações da Unitri próximo a Avenida Nicomedes Alves dos Santos, mas possui livre acesso na Avenida dos Vinhedos.

Figura 2 – Foto à esquerda: Vereda na nascente do córrego vinhedo
Foto à direita: presença de vegetação de pastagem



Fonte: LIMA,2013

Na Lei Municipal nº 4421 de 05 de novembro de 1986, que dispõe sobre a política de proteção, controle e conservação do meio ambiente, e dá outras providências, com a afirmação contida no Artigo 15 que “*os recursos hídricos que abastecem o Município de Uberlândia terão garantidos seu volume e qualidade de água, devendo o Executivo Municipal estabelecer legislação específica para a sua preservação permanente*”. No Artigo 16 da Lei Municipal nº 4421 de 05 de novembro de 1986, que dispõe sobre a política de proteção, controle e conservação do meio ambiente, e dá outras providências, diz que “*as margens dos rios, dos córregos e de outros corpos d’água, recobertos ou não por vegetação, bem como as áreas de buritizais serão protegidos pelo órgão municipal competente*”. Deste modo, a legislação municipal está em concordância com a legislação federal no sentido de preservar os recursos naturais, e contempla a situação da área de buriti do Córrego em estudo. Porém é evidente a omissão das autoridades Municipais e Estaduais no cumprimento dessas exigências mediante a situação encontrada.

Existe um projeto da prefeitura, que foi criado pela Lei nº 10.066, de 15 de Dezembro de 2008, que institui o programa Buriti, que promove a recuperação de nascentes em propriedades rurais da bacia do Rio Uberabinha e Ribeirão Bom Jardim, com atenção especial para as veredas. Porém, esse projeto não contempla nascentes urbanas, deixando desprotegido a Vereda do Córrego Vinhedo, que é afluente do Rio Uberabinha. Sendo assim, o município deveria incluir tanto as nascentes rurais quanto as nascentes urbanas neste programa, promovendo a recuperação e proteção da Vereda do córrego Vinhedo.

No que diz respeito à distância obrigatória de preservação das APP, feito através da análise da imagem de satélite disponibilizada pelo Google Earth (Figura 3), observa-se que há trechos em que os 30 metros de preservação da vegetação da APP, que neste caso possui cursos d'água de até 10 metros de largura a partir do nível d'água do seu leito regular, em acordo com o Novo Código Florestal Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, não são respeitados. Um exemplo ilustrado na figura 3, é a área próxima aos muros de um dos condomínios, localizado na margem esquerda a jusante do córrego Vinhedo, no trecho posterior a área do parque, que se caracteriza pela vegetação de mata ciliar envolto de pastagens, no qual não se respeita a faixa mínima de área de preservação ambiental.

Figura 3- Área de APP degradada próximo ao muro do condomínio



Fonte: Google Earth 2015

Outro exemplo que não atendem a área de preservação segundo a legislação das APPs, é a área alagada em função de uma secção que foi feita em um trecho do córrego localizado no Parque. A vegetação de área alagada é composta pela taboa que está registrada na Figura 4, originada da remoção de material com disposição de alguns blocos de basalto para diminuir da velocidade da água. Neste caso, a assimetria do fundo do vale é demonstrada pela área alagada enquanto a outra margem direita a jusante do córrego Vinhedo é encaixado, cujo aprofundamento do talvegue foi muito grande, propiciando a existência de margens estreitas e vertentes com fortes declives.

Figura 4- Foto à esquerda: área alagada composta pela taboa

Foto à direita: sistema para o escoamento de água superficial que levam para o córrego



Fonte: LIMA,2013

Perto da Foz do córrego, há um sistema para o escoamento de água superficial que levam para calha do córrego. Aparentemente os basaltos dispostos parecem ter sido colocados, ou mesmo aflorados, e cimentados para que evitasse a erosão hídrica do local diante da força que as águas superficiais implicaram no córrego Vinhedo. É possível observar isso no trecho em que o córrego foi canalizado na Avenida Nicomedes Alves, na área do Parque, e em alguns pontos de passagem, como por exemplo próximo a taboa, provavelmente são considerados mais críticos diante da energia hídrica em épocas de grandes quantidades de chuvas (Figura 4).

O Artigo 5º da Lei Complementar nº 432 de 19 de Outubro de 2006, que aprova o Plano Diretor de Uberlândia, disciplina seu fundamento “*resguardar a função social e garantir ao cidadão o pleno exercício dos direitos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e protegido*”. Entre as Diretrizes Ambientais dispostas no Artigo 14 do Plano Diretor de Uberlândia:

“recuperar os fundos de vales, nascentes e córregos das áreas urbana e rural, com a implantar ou adequar de sistemas de dissipação nos lançamentos das águas pluviais, para possibilitar a recuperação das áreas de preservação e criação de parques lineares e unidades de conservação”; e de “garantir a proteção dos recursos hídricos e vegetais, a redução dos problemas de drenagem e a criação de áreas para lazer na concepção dos parques, áreas de preservação e unidades de conservação”.

Dentre esses princípios, vale destacar o Inciso VIII, que atenta sobre a incorporação do componente ambiental na definição dos critérios e parâmetros de uso e ocupação do solo, sobretudo para proteção de mananciais e recursos hídricos, na recuperação de áreas degradadas, tratamento de áreas públicas e expansão dos serviços de saneamento básico. Dessa forma, caberiam as áreas de preservação do córrego Vinhedo a recuperação, pois se

encontram descaracterizadas, além de revisar os critérios de uso e ocupação do solo que respeitasse o raio de 50 metros de preservação da nascente e os 30 metros das margens do córrego, as áreas que são definidas como Áreas Preservação Permanente, e que não devem ser ocupadas, aplicando de fato o que é disposto na lei para a proteção dos recursos naturais.

A Lei Orgânica de Uberlândia, de 5 de junho de 1990, no Artigo 202 que prevê assegurar a efetividade de direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e saudável, incumbe ao Poder Público Municipal:

“promover o reflorestamento, preferencialmente com espécies nativas, em áreas degradadas, objetivando, especialmente, a proteção de encostas e das margens de rios, córregos, represas e lagoas, de acordo com índices mínimos, na forma da lei.”

A situação da sub-bacia do Córrego Vinhedo está claramente em discordância com Política Nacional de Recursos Hídricos – PNRH (Lei nº 9433, de 8 de janeiro de 1997), que cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, trás em seu Artigo 32, tem como um dos seus objetivos “*planejar, regular e controlar o uso, a preservação e a recuperação dos recursos hídricos*”. Os usos das áreas próximas às nascentes do córrego Vinhedo deveriam ser controlados, e devidamente preservadas. Porém, esses critérios de preservação não são adotados, e de acordo com o PNRH, e de outros mecanismos jurídicos de proteção aos recursos naturais, deveriam sobrevir à recuperação da área, com o intuito de preservar os recursos hídricos.

É visível o impacto da cobertura vegetal no qual encontra ainda com alguns resquícios de vegetação original remanescente, sendo estas apenas algumas fragmentos isoladas de cerrado, juntamente com a presença de pastagem no entorno da área de preservação. Da sua nascente até a foz não é efetiva a preservação em vários trechos ao longo curso d’água, demonstrando que o poder público não reconhece a importância desses espaços para a conservação dos recursos hídricos, facilitando a ocupação dessas áreas.

Para o cumprimento das obrigações determinadas na legislação municipal e amparada pela legislação Federal, seria imprescindível a intervenção do Município para desenvolver ações e projetos de recuperação das áreas degradadas, recuperação do aspecto cênico, planejamento e gestão participativa da comunidade, estabilização das encostas e controle o desenvolvimento de processos erosivos, dentre outros, ocasionado a melhoria da qualidade ambiental e da qualidade de vida.

Para tal, é preciso desenvolver projetos paisagístico, de recuperação da área e de manejo vegetal de acordo com conhecimento técnicos que levem em consideração a dinâmica local, com espécies arbóreas adequadas ao ambiente em questão, em conjunto com a criação

de planos e medidas de acompanhamento do crescimento e desenvolvimento das espécies arbóreas, para que venham a desempenhar corretamente as funções especificadas em projeto.

Essas ações poderiam ser tomadas em parcerias público-privado em detrimento das propriedades privadas inseridas dentro da nascente e das vertentes do córrego Vinhedo.

O Parque poderia ser uma ferramenta estratégica de compatibilizar a preservação, com a intenção de minimizar os impactos na área de preservação permanente da sub-bacia, além de possuir também um caráter econômico na valorização do espaço urbano de seu entorno. Porém, no contexto atual, o Parque tem muitas limitações para cumprir o papel de preservação da biodiversidade, servindo muito mais para valorizar sua beleza cênica, agregando um discurso de contribuição para a recuperação e proteção do ambiente natural, mas que atente principalmente o lazer, a recreação, e se constitui na mercadoria para a venda e valorização do preço da terra.

Para o desenvolvimento da biodiversidade, seria muito importante a intercomunicação de áreas de preservação, levando em questão a circulação com condições ideais, embora a área do Parque seja pequena e estreita. A área deveria ser mais larga para facilitar a circulação dos animais, proporcionando meios de se alimentarem introduzindo condições para evitar o atropelamento na pista. Sendo assim, o parque só terá de fato a função de área de cobertura vegetal nativa preservada se houver a articulação de ações de ligações com áreas de preservação, integrando-as, por exemplo, através de corredores ecológicos.

Em relação a nascente e as vertentes do córrego Vinhedo adjacentes ao parque, que também sofrem impactos ocasionados pelo uso e ocupação urbana, caberia a recuperação das áreas degradadas e a incorporação ao perímetro do Parque Municipal do Gávea, atuando como uma medida indispensável para proporcionar a preservação integral do córrego Vinhedo.

Além disso, a região em que a sub-bacia do córrego Vinhedo, está sujeita a intensa valorização imobiliária. Verifica-se que a política urbanística de Uberlândia não há perspectiva de adensamento, com o uso de espaços vazios dotados de infra-estrutura nem sempre integradas com o restante da cidade. Ao contrário, a política urbanística amplia os limites do perímetro urbano incentivando a especulação imobiliária desta região, aumentando custos para os cidadãos, decorrente da agregação de valor especulativo.

Com a infra-estrutura adotada, há uma geração e ampliação do escoamento superficial concentrado, que ocorre em decorrência da ocupação acompanhada do crescente processo de impermeabilização da sub-bacia e do seu entorno, afetando até mesmo o canal do córrego Vinhedo, e por consequência o rio Uberabinha. Embora as margens e as vertentes a partir do

córrego tenham topografia diferenciada, não há um planejamento que considere adequadamente suas diversidades, expressando uma política de urbanização que não preserve a rede de drenagem para a proteção de águas superficiais e sub-superficiais da sub-bacia do córrego Vinhedo.

Através da imagem de 2015 do Google Earth (Figura 5), podemos observar que a área de estudo possui grandes trechos de pastagens, que sob o ponto de vista urbano são vazios destinados à especulação imobiliária. A margem direita a jusante do córrego Vinhedo aparentemente conota-se ser mais impermeabilizada que a margem esquerda, pela presença maciça de ocupação urbana por condomínios e residências, pois na margem esquerda há presença do shopping, da Unitri, dos condomínios residenciais, porém possui grande extensão de área livres sem construção. As áreas construídas, como os estacionamentos para veículos, e entre os telhados, percebe-se que a impermeabilização é elevada.

Figura 5- Imagem das proximidades do córrego Vinhedo

Fonte: Google Earth, 2015

Com isso, mesmo com áreas de pastagens, que não possuem a mesma capacidade de infiltração de água de uma área preservada, ainda há uma maior capacidade de



impermeabilização da margem esquerda da sub-bacia do córrego Vinhedo, por ainda possuir áreas permeáveis, porém sem presença de vegetação nativa.

Outro aspecto que se pode observar, e que é comum a inundação localizada devido ao estrangulamento do curso d'água por pilares de pontes, adutoras, aterros e rodovias que reduzem a seção de escoamento dos corpos d'água. Isso ocorre na Avenida Nicomedes Alves

dos Santos, pois é um trecho do córrego Vinhedo que foi canalizado em função da pavimentação da avenida, e que não suporta grandes volumes de água, alagando a pista em épocas de precipitação elevada.

As políticas urbanística de Uberlândia não seguem o Estatuto da Cidade (Lei nº 10257/2001), que prevê normas de ordem pública e interesse social para regular “o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental[...]” “compatíveis com os limites de sustentabilidade ambiental”, promovendo a “proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído”. Mesmo que o Plano Diretor de Uberlândia trate em seu conteúdo dos instrumentos oferecidos pelo Estatuto da Cidade, não há efetiva aplicação na construção dos territórios urbanos.

Todos os aspectos apresentados, mostram que mesmo que Uberlândia possua um plano diretor que institui uma política de proteção, controle e conservação do meio ambiente, que contempla várias diretrizes de restrições urbanas, de incentivos a recuperação de área degradadas e conservação dos recursos hídricos, de comprometimento de redução dos problemas de drenagem e a criação de áreas lazer na concepção dos parques, a cidade não possui de fato uma gestão e planejamento efetivos da aplicação de suas políticas. É notável que a sub-bacia do córrego Vinhedo sofre com os impactos da expansão urbana, e que o parque linear é o início de uma ação de grande valor para a conservação dos recursos naturais da bacia, porém é uma ação isolada que não possui de fato um papel de conservação integral, demonstrando que seu real motivo é a valorização do espaço urbano, e não a recuperação e conservação.

Considerações Finais

O diagnóstico do uso e ocupação do solo e da legislação gera arcabouço para a discussão e adequação do uso da terra e indica condições que remetem a alterações que levam primeiramente a conformidade ambiental para que as bacias hidrográficas e suas áreas de preservação sejam respeitadas, principalmente quando as mesmas sofrem impactos diretos do processo de urbanização. Sendo assim, observa-se a necessidade de adoção de ações que deveriam ser aplicadas.

É perceptível que há uma ineficácia de aplicação das políticas e um despreparo dos próprios municípios e do poder administrativo local, que acabam desenvolvendo e gastando recursos financeiros em função de várias ações pontuais e isoladas, sem a visão de bacia

hidrográfica, com a falta de um planejamento integrado das várias instituições que compõem o poder público municipal.

Para que exista soluções ao processo de alteração ambiental ocasionado pelo modelo atual de crescimento das cidades, é necessário que todos em ação conjunta entre o plano diretor do município e a política de gerenciamento dos recursos hídricos e sociedade civil, trabalhem juntos na recuperação, conservação e gerenciamento ambiental integrada das bacias urbanas e rurais.

Referência

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 5 de outubro de 1988. . Brasília, DF: Congresso Nacional, 1988.

_____. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília, DF, 2012.

_____. Lei nº 9433, de 8 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Brasília, DF: Congresso Nacional, 1997.

_____. Lei nº 10.257, de 10 de Julho de 2001. Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras 79 providências. Brasília, DF: Congresso Nacional, 2001.

_____. Estatuto da Cidade: Lei 10.257/2001 que estabelece diretrizes gerais da política urbana. Brasília, Câmara dos Deputados, 2001, 1a Edição.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1995. Trajetórias geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

GÁVEA EMPREENDIMENTOS S.A. **Plano/Relatório de Controle Ambiental**. Prefeitura Municipal de Uberlândia, 2006.

LIMA, E. M. **Conflitos entre urbanização e meio ambiente na sub-bacia do córrego vinhedo em Uberlândia - MG**. Trabalho Final de Graduação, Universidade Federal de Uberlândia, 2013.

MENDONÇA, Francisco de Assis. Diagnóstico e análise ambiental de microbacia hidrográfica R. RA'EGA, Curitiba, n. 3, p. 67-69, 1999.

RIBEIRO, J. F.; WALTER, B. M. T. **Tipos de vegetação do bioma Cerrado**. EMBRAPA, 2012 .Disponível em: www.agencia.cnptia.embrapa.br/Agencia16/AG01/arvore/AG01_23_911200585232.html . Acesso em: 15 jun de 2013.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades**. Disponível em: www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=317020. Acesso em: 01 de abril de

TUCCI, C.E.M; CORDEIRO, O.M. **Diretrizes estratégicas para ciência tecnologia em recursos hídricos no Brasil**. Rega 2004; 1: 21-35.

TUCCI, C. E. M. **Inundações urbanas**. Porto Alegre: ABRH/RHAMA, 2007.

UBERLANDIA. Lei Orgânica do Município de Uberlândia, de 5 de junho de 1990. Uberlândia, MG: Câmara Municipal, 1990.

_____. Lei complementar nº 245, de 30 de novembro de 2000. Dispõe sobre o Parcelamento e Zoneamento do Uso e Ocupação do Solo do Município de Uberlândia. Uberlândia, MG: Câmara Municipal, 1990.

_____. Lei complementar nº 432, de 19 de outubro de 2006. Aprova o plano diretor do Município de Uberlândia, estabelece os princípios básicos e as diretrizes para sua implantação, revoga a lei complementar nº 078 de 27 de abril de 1994 e dá outras providências. Uberlândia, MG: Câmara Municipal, 2006.

_____. Lei Complementar nº 525, de 14 de abril de 2011. Dispõe sobre o Zoneamento do uso e ocupação do solo do Município de Uberlândia e revoga a lei complementar Nº 245, de 30 de novembro de 2000 de suas alterações posteriores. Uberlândia, MG: Câmara Municipal, 2011

_____. Lei nº 4421, de 05 de novembro de 1986. Dispõe sobre a política de proteção, controle e conservação do meio ambiente, e dá outras providências. Uberlândia, MG: Câmara Municipal, 1986.

_____. LEI Nº 10.066, de 15 de Dezembro de 2008. Cria o programa Buriti, autoriza o DMAE a fazer parceria e investimentos em propriedades rurais para a proteção e recuperação de nascentes da bacia do Rio Uberabinha e do Ribeirão Bom Jardim, regulamenta o Art. 2º da Lei Estadual nº 12.503/97 e dá outras providências.

O ALTO CURSO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIBEIRÃO PIRAPITINGA: UNIDADE DE ANÁLISE DA PAISAGEM NO PLANEJAMENTO E GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS

Érica Marinho Lima

Mestranda do Curso de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão
ericamarinholima@gmail.com

Rafael de Ávila Rodrigues

Professor Doutor do Departamento de Geografia, Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão
rafael.avila.rodrigues@gmail.com

1165

RESUMO: A ocupação produtiva promove o uso inadequado do solo, causando impactos ambientais, induzindo o desmatamento e fragmentando áreas de vegetação natural, que reduz a biodiversidade, com prejuízos econômico, sociais e ambientais. Nessa perspectiva, o método geossistêmico possibilita o estudo integrado da paisagem da bacia, e auxilia a compreensão da dinâmica dos usos, identificando as aptidões e impactos ambientais, especificamente no alto curso da bacia do Ribeirão Pirapitinga, localizado no município de Catalão (GO). Sendo assim, o presente trabalho tem o objetivo de apresentar o modelo de planejamento e gestão dos recursos hídricos, como componentes ambientais, compreendidos nas relações sistêmicas, considerando as intervenções antrópicas, através de levantamento bibliográfico, com o intuito de realizar uma reflexão sobre a aplicabilidade e a importância da bacia hidrográfica como unidade de análise da paisagem para o planejamento e gestão dos recursos hídricos por meio dos conceitos mais importantes que integram a mesma.

Palavra chave: Geossistema, Bacia Hidrográfica, Paisagem.

ABSTRACT: Productive occupation promotes the inappropriate use of the soil, causing environmental impacts, inducing deforestation and fragmenting areas of natural vegetation, which reduces biodiversity, with economic, social and environmental damages. In this perspective, the geosystemic method allows the integrated study of the basin landscape, and helps to understand the dynamics of the uses, identifying the environmental aptitudes and impacts, specifically in the upper course of the Ribeirão Pirapitinga basin, located in the municipality of Catalão (GO). Therefore, the present work has the objective of presenting the model of planning and management of water resources, as environmental components, understood in the systemic relations, considering the anthropic interventions, through a bibliographical survey, with the intention to a reflection about the applicability and the importance of the river basin as a unit of landscape analysis for the planning and management of water resources through the most important concepts that integrate it.

Keyword: Geosystem, Basin, Landscape.

Introdução

A bacia hidrográfica pode ser vista como uma unidade de análise espacial integradora dos sistemas físicos e antrópicos pautada no conceito de geossistemas. A abordagem sistêmica passou a ter maior destaque no campo científico a partir da publicação da “Teoria Geral dos Sistemas” de Bertalanffy (1973), que proporcionou à análise ambiental o surgimento de uma

variada gama de concepções teóricas e metodológicas a exemplo da teoria dos geossistemas (ZACHARIAS, 2006).

Dentro da teoria geossistêmica, o conceito de paisagem de Bertrand tem o objeto de estudo da Geografia Física de forma global, no qual o geossistema possibilita o estudo integrado da paisagem através da combinação dinâmica de elementos físicos, bióticos e antrópicos, em um conjunto único e indissociável, de contínua evolução. Desta forma, a abordagem sistêmica evidencia importância de metodologias destinadas à interpretação e análise da paisagem voltada ao planejamento, compatibilizando a apropriação do espaço com a conservação dos recursos naturais.

O modelo de planejamento e gestão dos recursos hídricos é pautado no recorte espacial das bacias hidrográficas como componentes ambientais, compreendidos nas relações sistêmicas, considerando inclusive as intervenções antrópicas, é de extrema importância e podem se enquadrar como propostas de planejamentos e gestão integrados, a exemplo dos Comitês de Bacias Hidrográficas, onde são debatidas as questões regionais referentes à gestão das águas, os quais estão previstos no Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, sendo este sistema instituído pela Plano Nacional de Recursos Hídricos.

A ocupação produtiva promove o uso inadequado do solo, causando impactos ambientais, induzindo o desmatamento e fragmentando áreas de vegetação natural, que reduz a biodiversidade, com prejuízos econômico, sociais e ambientais. Nessa perspectiva, o método geossistêmico possibilita o estudo integrado da paisagem da bacia, e auxilia a compreensão da dinâmica dos usos, identificando as aptidões e impactos ambientais, especificamente no recorte espacial da bacia do rio Veríssimo, objeto de estudo do projeto de mestrado, na busca melhor planejamento e gestão dos recursos naturais para a conservação e desenvolvimento sustentável na bacia.

Através de levantamento bibliográfico a cercado assunto, o intuito do presente artigo foi de realizar uma reflexão sobre a aplicabilidade e a importância da bacia hidrográfica como unidade de análise da paisagem para o planejamento e gestão dos recursos hídricos por meio dos conceitos mais importantes que integram a mesma.

A Bacia Hidrográfica como unidade de análise da paisagem

A respeito de estudos ambientais, primeiramente é necessário considerar as diversas variáveis que exercem influência no sistema. As bases conceituais teóricas e metodológicas de análise procuram abarcar a integração nos estudos sistêmicos, na busca de uma análise

complexa, holística e integrada do espaço geográfico, com uma análise espacial dos elementos físicos e sociais, para a compreensão da relação homem-natureza.

Com isso, Tricart (1977) argumenta que o conceito de sistema é a melhor forma de analisar o meio ambiente, pois se trata de um conceito dinâmico que englobado com outros conceitos permite a integração do conhecimento.

Um sistema é um conjunto de fenômenos que se processam mediante fluxos de matéria e energia. Esses fluxos originam relações de dependência mútua entre os fenômenos. Como consequência, o sistema apresenta propriedades que lhe são inerentes e diferem da soma das propriedades dos seus componentes. Uma delas é ter dinâmica própria, específica do sistema [...] o conceito de sistema é, por natureza, de caráter dinâmico e por isso adequado a fornecer os conhecimentos básicos para uma atuação. (TRICART, 1977, p. 19)

Os Geossistemas derivam da Teoria Geral dos Sistemas, sistematizada pelo biólogo Ludwig Von Bertalanfy (1975). Há 20 ou 30 anos antes, Alexander Bogdanov já publicava trabalhos referentes ao assunto, mas foi com Bertalanfy (1975), que esse paradigma científico foi integrado nas mais diversas ciências. A Teoria parte da concepção das inter-relações entre os elementos constituintes do todo, procurando analisar interconexões entre o meio físico e o homem. (CAPRA, 2000)

Pode-se afirmar que o método geossistêmico possibilitou o estudo integrado da paisagem geográfica a partir dos elementos físico, biológico e antrópico, com intuito obter dados e fazer correlações para entender a natureza com todos os seus componentes. A concepção sobre a paisagem foi desenvolvida principalmente na União Soviética, e nos anos 60 do século XX, o russo Victor Sotchava, propôs o conceito da Teoria dos Geossistemas, utilizando a teoria sobre paisagens da Escola Russa (RODRIGUEZ e SILVA, 2002).

Assim, a análise espacial, da geografia física, articulava-se com análise funcional da ecologia biológica, no qual a paisagem era considerada como uma formação sistêmica, formada fundamentalmente pela estrutura, funcionamento, dinâmica, evolução e informação. (RODRIGUEZ e SILVA, 2002). Sotchava apresenta uma taxonomia de geossistemas em variadas escalas e espacialização territorial, denominadas de geômeros e geócoros, que por sua vez, dividem-se em três níveis taxonômicos: topológico, regional e planetário. (LOPEZ et al, 2014)

Para Bertrand, o geossistema não é distribuído em diferentes níveis de grandeza. Ele entende a classificação dos fenômenos geográficos em seis níveis taxonômicos divididos em unidades superiores, que incluem zona, domínio e região; e unidades inferiores, que incluem geossistema, geofácia e geótopo. Mesmo com a hierarquia, não se fixa a definição da

dimensão de cada unidade, no qual varia de acordo com o estudo de caso, a escala de tratamento do espaço e o tempo. Bertrand (1971) utiliza o conceito geossistema como à escala em que se situa a maior parte dos fenômenos de interferência entre os elementos da paisagem, de interesse geográfico.

Bertrand (1971) discute o conceito de paisagem sob o ponto de vista de uma Geografia Global, no qual o geossistema integra a paisagem com a combinação dinâmica dos atributos físicos (geologia, geomorfologia, hidrologia, clima, solos, etc.), bióticos ressaltando sua unidade ecológica e biológica no espaço, e as implicações da ação antrópica, em um conjunto único e indissociável, de contínua evolução. Desta maneira, a paisagem é composta por elementos concretos e abstrato, visível e invisível, que materializa as relações entre o homem e o meio numa escala temporo-espacial, expressando a organização de todos os elementos no espaço geográfico.

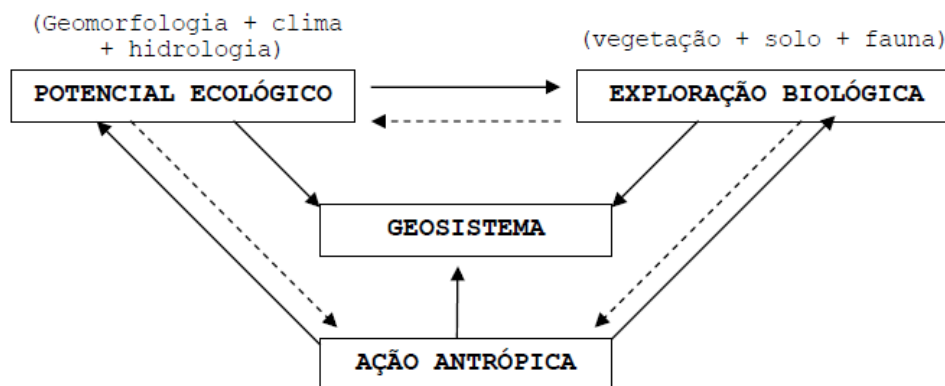


Figura 1: Definição teórica de geossistema (Bertrand, 1971, p. 11)

Nessa concepção, a partir visão da integradora dos sistemas ambientais físicos, bióticos e antrópicos, a abordagem sobre bacias hidrográficas pautada na análise geossistêmica, apresenta a água como um elemento interligador da paisagem, pois a rede de drenagem influencia na formação do relevo, na vegetação do entorno, na dinâmica do solo e na dinâmica social presente.

De acordo com Espíndola et al. (2000), o uso da bacia hidrográfica como unidade de estudo, planejamento e gerenciamento dos recursos hídricos originou-se da constatação de que os ecossistemas aquáticos são essencialmente abertos, com troca de energia e matéria entre si e com os ecossistemas terrestres, sofrendo alterações de diferentes tipos em decorrência das atividades antrópicas. Sendo assim, Guerra & Cunha (2004) veem a bacia hidrográfica como uma unidade integradora dos aspectos naturais e sociais.

A combinação dinâmica destacada por Bertrand (1971), diz respeito às trocas de energia e matéria desencadeadas entre os elementos, formando conjuntos relativamente homogêneos, destacando unidades de paisagens distintas. Estas unidades resultam da combinação local e única de todos os fatores (sistema de declive, clima, rocha, manto de composição, hidrologia das vertentes, entre outros) os quais têm uma dinâmica comum (mesma morfogênese, pedogênese e transformações antrópicas).

De acordo com Kiemstedt et al (1998, a compreensão da paisagem sob a ótica do planejamento das atividades humanas, possibilita um base teórico metodológica para elaboração de estudos e pesquisas que auxiliam na tomada de decisões. Neste sentido, três principais aspectos relacionados ao planejamento: a proteção e desenvolvimento dos recursos da flora e fauna; a proteção e desenvolvimento de recursos potenciais para oferecer amenidade; e a proteção e desenvolvimento dos recursos água, solo e clima (KIEMSTEDT et al., 1998).

As atividade econômicas, seja elas urbanas, industriais ou agrícolas, são as principais causadoras de transformações ambientais, e estão intimamente ligadas aos recursos hídricos, um fator importante para o desenvolvimento econômico e social. Bordallo (1995) afirma que a utilização da bacia hidrográfica para a gestão e planejamento de atividades e usos das potencialidades ambientais, tem como finalidade projetar, interceder, executar e manusear as melhores formas de apropriação e exploração de seus recursos naturais.

Sendo assim, a bacia hidrográfica vem como um suporte para o planejamento, com objetivo promover o uso consciente, o controle e proteção da água, através de uma formulação sistemática e devidamente integrada que expressa uma série de propósitos a serem realizados dentro de um determinado prazo, levando em consideração as limitações impostas pelos recursos disponíveis, bem como metas prioritárias (HOFFMANN, 1978 *apud* ZIBORDI, 2005).

A Bacia Hidrográfica como unidade de planejamento e gestão dos recursos hídricos

Para Nascimento e Villaça (2008), o gerenciamento da água envolve um conjunto de atividades, sendo que dentre elas está o fomento de políticas públicas. No Brasil, o reconhecimento da crescente complexidade dos problemas e gerenciamento relacionados ao uso da água aconteceu em 1976, e levou ao acordo entre o Ministério das Minas e Energia e o

governo do Estado de São Paulo para a melhoria das condições sanitárias das bacias do Alto Tietê e Cubatão. (MMA, 2007)

Várias experiências de gestão de bacias hidrográficas surgem na década de 1980 no Brasil. Em 1988, se constitui os Comitês das Bacias Sinos e Gravataí, no Estado do Rio Grande do Sul, em iniciativas pioneiras da própria comunidade das bacias hidrográficas, com o apoio do governo do Estado. A Associação Brasileira de Recursos Hídricos (ABRH) se mobiliza e produz as Cartas de Salvador em 1987, e de Foz do Iguaçu em 1989, conclamando a criação de um sistema organizado de gestão, delineando princípios básicos que deveriam ser seguidos no estabelecimento de uma Política Nacional de Recursos Hídricos. (MMA, 2007)

Em outra iniciativa pioneira da administração local, algumas cidades das bacias dos rios Piracicaba e Capivari unem-se para formar o Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba e Capivari em 1989, com o objetivo de promover a recuperação ambiental dos rios, a integração regional e o planejamento do desenvolvimento da bacia. (MMA, 2007)

Conforme Cardoso (2003), a Política Nacional de Recursos Hídricos e o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, instituídos pela Lei n. 9.433, de 1997, instituiu um importante sistema de gestão de bacias hidrográficas no Brasil, calcada nos princípios de descentralização e da participação. Definiu os Comitês de Bacias como entidades administrativas de promoção da gestão, de caráter normativo, deliberativo e jurisdicional, formado por representantes da sociedade civil, usuários das águas e do poder público.

A bacia hidrografia constitui uma unidade referencial que possui limites bem definidos, porém, na maioria dos casos, as atividades econômicas, sociais e políticas não se limitam aos divisores de água. Entretanto, a bacia passa a ser frequentemente adotada como referencial geográfico para o desenvolvimento do planejamento e gestão dos recursos naturais. (ROSS e PRETTE, 1998)

Porém, há uma série de fragilidades na incorporação da bacia como unidade de gestão. A interposição de divisões políticas administrativas entre municípios, estados e países não respeita os limites da bacia, gerando por vezes conflitos de interesses (agropecuária, abastecimento, industrial, entre outros), com choque de poderes nas disputas políticas. (CARDOSO, 2003)

Além disso, problemas como escassez de água, contaminação dos rios, construção de barragens, desperdício de água para fins de irrigação ou industrial, etc., facilmente ultrapassam os limites da bacia. Por outro lado, as identidades sociais seguem recortes próprios que não correspondem aos limites da bacia, e os comitês dão pouca importância ao

aspecto da construção simbólica no desenvolvimento da capacidade da população se reconhecer no recorte territorial da bacia. (CARDOSO, 2003)

Cardoso (2003), diz que a descentralização significa possibilidade de uma maior democratização, no qual deveria apresentar uma autonomia financeiro-administrativa dos Comitês de bacias hidrográficas que está longe de ser alcançada. Os interesses políticos dentro da estrutura dos comitês têm minado o processo participativo, criando subterfúgios que visam destruir esses espaços, com ausência de reuniões, exclusão de órgãos opositores, dentre outras atitudes que limitam ou excluem a instância participativa.

O processo político vem carregado de vícios antigos, que precisam ser revisto sob uma ótica da integração e articulação dos atores políticos, da sociedade civil e o dos usuários. Municípios, Estado e União devem se articular no fortalecimento da gestão dos recursos dos Comitês, na construção de uma autonomia política.

Mesmo com os problemas enfrentados, o importante papel de estimulador de demandas de estudos e projetos, de fomentador da percepção e da influência ambiental dos Comitês nas decisões político-administrativas e na sociedade local se faz presente, e não deixa dúvida sobre a contribuição dos diversos atores sociais na discussão e criação de políticas públicas.

Vilaça et al. (2009) afirma que a bacia hidrográfica é uma excelente unidade de gestão devido ao seu aspecto integrador, e ressalta que deve-se levar em consideração as relações dos aspectos físicos e socioeconômicos, além das possíveis sobreposições de limites políticos entre municípios ou estados, com a fundamental cooperação de órgãos, setores e autoridades em uma gestão participativa.

Porto e Porto (2008) mencionam que não há um limite geográfico que seja considerado ideal perante os agentes que participam do processo de gestão, porém o benefício em adotar delimitação para a bacia hidrográfica se encontra na intrínseca ligação física que a área tem com a hidrografia, a qual, nada mais é do que a rede de gestão.

Adotar a abordagem sistêmica e de paisagem integrada na bacia hidrográfica, como unidade de análise espacial, demonstra seu potencial enquanto entidade territorial sistêmica aplicável ao mecanismo de gestão dos recursos hídricos dos Comitês. Suas características a torna uma unidade muito bem caracterizada, permitindo a integração multidisciplinar entre diferentes sistemas de gerenciamento, estudo e atividade ambiental e, além disso, viabilizam a elaboração de propostas e efetivação de ações mais embasadas na dinâmica e funcionamento da bacia.

O Alto curso da Bacia Hidrográfica do Ribeirão do Pirapitinga

Como afluente do Rio Paranaíba, o Ribeirão Pirapitinga situa-se na porção sudeste do Estado de Goiás, e localiza-se nos municípios de Catalão, Goiandira, Cumari e Anhanguera. O alto curso está localizado no Município de Catalão, possuindo uma grande importância regional, com diversas nascentes dentro do perímetro urbano. Foi no vale do Córrego do Almoço, afluente da margem esquerda do Ribeirão Pirapitinga, que a população do Município de Catalão se desenvolveu. Ampliando-se o domínio sobre os recursos hídricos, graves problemas conhecidos atualmente tiveram início nesta época. Mendonça, em 2004, já os apresentava:

Atualmente com o grande crescimento da cidade, o Ribeirão Pirapitinga agoniza sufocado pelos detritos urbanos deixados em seu leito e por canalizações inadequadas. Diariamente são lançados em seu leito compostos de detritos orgânicos, restos de alimentos, sabões e detergentes e outros resíduos, provocando a contaminação por bactérias patogênicas (coliformes fecais) ou por substâncias orgânicas e químicas, sem se falar no escoamento de esgoto sanitário, inadvertidamente, feito em seu leito sem sofrer nenhum tratamento. (MENDONÇA *et al.*, 2004, p. 76).

O alto curso do Ribeirão Pirapitinga possui um uso intenso do solo, com significativo grau de urbanização, de forma que as ocupações predominantes na região refletem uma relação desarmônica com o manancial, desrespeitando os limites de ocupação do seu leito, acentuados pelo ineficiente planejamento urbano e inexistência de projetos de rede de drenagem, desencadeando problemas ao longo do seu curso, afetando a dinâmica da bacia como um todo.

A preservação da fauna e da flora, principalmente nas nascentes localizadas dentro do município de Catalão (GO), a fim de manter e estabilizar os mananciais não é devidamente respeitada, e em consequência ao processo de urbanização, a impermeabilização do solo, canalização do escoamento ou obstruções, desencadeia, por exemplo, o risco de comprometer a disponibilidade e a qualidade do abastecimento hídrico, trazendo prejuízos econômicos e desenvolvimento de doenças por veiculação hídrica.

Além disso, a pressão sobre os recursos hídricos, que acaba por alterar os ciclos hidrológicos, em função do crescimento da população e do grau de urbanização, interfere na drenagem, aumentando o escoamento superficial e diminuindo a capacidade de reserva de água na superfície e nos aquíferos. O aumento de sedimentos e materiais sólidos, assoreando

as sessões de drenagem e transportando poluentes agregados a estes sedimentos ao longo do curso d'água, também são evidências que afetam o manancial.

Em detrimento desses fatores, é importante atentar que as principais nascentes e parte do curso da bacia hidrográfica do Ribeirão Pirapitinga se encontram em área urbana, tornando-se alvo de preocupação diante dos problemas causados pela urbanização, contradizendo a preservação e gestão da bacia.

Com o objetivo de buscar melhor desenvolvimento econômico e social para a bacia, é necessário a partir do conhecimento de características e necessidades locais, bem como seus problemas, a busca de uma utilização racional dos recursos hídricos, contemplando os seus diversos usos no planejamento e gestão adequados. Para isso, o desenvolvimento de estudos dos Planos de Recursos Hídricos também devem priorizar áreas urbanas, considerando a sua expansão pela bacia hidrográfica à qual pertencem, bem como as bacias vizinhas.

A elaboração de estudos ambientais do alto curso da bacia hidrográfica do Ribeirão Pirapitinga, em especial na área urbana, com análise da paisagem na abordagem sistêmica, pode demonstrar que tudo o que ocorre na área da bacia hidrográfica, repercute direta e indiretamente nos seus corpos d'água, na qualidade e na quantidade da água, tornando-se uma ferramenta imprescindível na tomada de decisões para implementação e institucionalização de políticas e dos sistemas, nacionais, estaduais e municipais de gestão das águas, e na integração de saberes das comunidades.

Considerações Finais

O estudo da paisagem apresenta potencialidades no levantamento e organização de informações que contribuam para a gestão e o planejamento que demonstrem limites e aptidões visando amenizar impactos, bem como potencializar usos de exploração econômica. Dentro da abordagem geossistêmica, como o método de análise em bacias hidrográficas contribui de modo positivo, dando possibilidade de análise dos recursos naturais, tornando fundamental para o desenvolvimento de políticas públicas que visam um melhor uso e ocupação do território, em uma concepção de conjunto através da análise ambiental integrada.

Apesar dos obstáculos, a bacia hidrográfica como unidade de análise da paisagem dentro da abordagem sistêmica, é válida. Entretanto, mesmo com os problemas enfrentados, requer rearranjo, no qual a gestão participativa, o caráter integrador e articulador superem os

interesses políticos e econômicos, na contribuição de um novo paradigma de gestão e planejamento de um bem de uso comum.

Referências

ANDREOZZI, S. L. **Planejamento e Gestão de Bacias Hidrográficas: Uma Abordagem Pelos Caminhos da Sustentabilidade Sistêmica**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Geografia – UNESP. Rio Claro, UNESP, 2005.

BORDALLO, C. L. A. **A Bacia Hidrográfica como Unidade de Planejamento dos Recursos Hídricos**. Belém: NUMA/UFGA, 1995.

BERTRAND, G. **Paisagem e Geografia física global. Esboço metodológico**. Un. de São Paulo, Inst. de Geografia, Cadernos de Ciências da Terra, no. 18, 1971, pp. 1-27.

CAPRA, F. **A Teia da Vida**. Cultrix, São Paulo, 2000.

CARDOSO, L de M. **Desafios e Potencialidades dos Comitês de Bacias**. In: Ciência e Cultura – Gestão das águas – São Paulo : SBPC, n°4, out-nov-dez, 2003.

CHRISTOFOLETTI, A. **Modelagem de sistemas ambientais**. 1ª edição – São Paulo: editora Blucher, 1999.

ESPÍNDOLA, Evaldo L. G.; SILVA, João S. V.; MARINELLI, Carlos E.; ABDON, Myriam M.. **A Bacia Hidrográfica do Rio Monjolinho: uma abordagem ecossistêmica e a visão interdisciplinar**. São Carlos: Rima Editora, 2000. 188p.

FÁVERO, O. A.; NUCCI, J. C.; BIASI, M. Hemerobia nas Unidades de Paisagem da Floresta Nacional de Ipanema, Iperó/SP: Conceito e Método. In: Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, 2004, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2004, pp. 550-559.

GUERRA, Antônio José Teixeira; CUNHA, Sandra Batista da. **Geomorfologia e meio ambiente**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 372p.

INSTITUTO MAURO BORGES. **Comprometimento hídrico por pivôs centrais em Goiás**. Informe Técnico, n. 14, 2014.

KIEMSTEDT, H.; HAAREN, C. von; MÖNNECKE, M.; OTT, S. **Landscape Planning: Contents and Procedures**. Hanover University. The Federal Ministry for the Environment, Nature Conservation and Nuclear Safety, 1998.

LIMA, E. C. **Planejamento ambiental como subsídio para gestão ambiental da bacia de drenagem do açude Paulo Sarasate Varjota-Ceará**. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal Do Ceará – UFC. Fortaleza. 2012

LOPES, Luana G. N. ; SILVA, Ary G.; GOURLART, Antônio Celso O. **Novos caminhos na análise integrada da paisagem: abordagem geossistêmica**. Natureza on line. Escola Superior São Francisco de Assis. Edição out-dez. Santa Tereza/ES, 2014.

ROSS, Jurandir L. Sanches; PRETTE, Marcos Estevan Del. **Recursos hídricos e as bacias hidrográficas**: âncoras do planejamento e gestão ambiental. Revista do Departamento de Geografia. São Paulo: Geosp. n.12, p.89-121, 1998.

MENDONÇA, F. (Org.). **Impactos socioambientais**. Curitiba: Ed. UFPR, 2004.

MENDONÇA, M. R; PEDROSA, L. E. **Diagnóstico e monitoramento sócio-ambiental da cidade de Catalão e do entorno**. Catalão: UFG, 2005.

MMA. **GEO Brasil: Recursos Hídricos**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; Agência Nacional de Águas; Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, 2007.

_____. **O Bioma Cerrado**. 2014. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/biomas/cerrado>>. Acesso em: 18 de agosto de 2017

MONTEIRO, C. A. F. **Geossistemas: a história de uma procura**. São Paulo: Contexto, 2000. 127p.

PORTO, M. F. A.; PORTO, R. L. Gestão de Bacias Hidrográficas. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 22, n. 63, p. 44-60, 2008.

SOTHAVA, V. B. **O método em questão. O estudo dos geossistemas**. Universidade de São Paulo, Instituto de Geografia. São Paulo. 1977.

TRICART, J. **Ecodinâmica**. IBGE, Rio de Janeiro, 1977.

VILAÇA, M. F. et al. **Bacia hidrográfica como unidade de planejamento e gestão: o estudo de caso do ribeirão Conquista no município de Itaguara – MG**. In: XIII SIMPÓSIO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA FÍSICA APLICADA. **Anais...**, Viçosa, MG, 2009. Disponível em: <http://www.geo.ufv.br/simposio/simposio/trabalhos/trabalhos_completos/eixo3/070.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2013.

ZACHARIAS, A. A. **A representação gráfica das unidades de paisagem no zoneamento ambiental**: um estudo de caso no município de Ourinhos – SP. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, 2006.

ZIBORDI, M. S.; CARDOSO, J. L. **Análise tecnológica para gestão da agropecuária na bacia hidrográfica do Rio Mogi-Guaçu**. In: XLIII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2005, Ribeirão Preto: FEARP, PENSA, FUNDACE, 2005.

YASSUDA, E. R. **Gestão de recursos hídricos**: fundamentos e aspectos institucionais. *Rev. Adm. Púb.*, v.27, n.2, p.5-18, 1993.

AS AÇÕES PALIATIVAS DO ESTADO FRENTE AOS RESULTADOS DA REFORMA AGRÁRIA DE MERCADO EM ITIQUIRA – MT

Hemily Sued Alves Costa

José Roberto Tarifa

Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)

Resumo: A reestruturação fundiária é uma das ações estratégicas da Reforma Agrária no Brasil. Entretanto, a política voltada ao campo tem falhado, gerando disputas de interesse. Tal perspectiva pode ser apreendida na constituição e organização dos assentamentos e associações dos camponeses de Itiquira-MT. Nesse município, os assentamentos e associações passam por dificuldades para se estabelecerem e resistirem, dado que a reestruturação do campo não atingiu a função social regida pela Constituição. O que se constata em Itiquira é a formação de assentamentos e cooperativas por meio da interferência do Estado com a intenção de favorecer, pela compra da terra, proprietários que não obtinham uma renda direta da terra. Há ainda o agravante da falta de uma base produtiva, fator responsável pelas muitas evasões e fechamentos de cooperativas, bem como pela insatisfação dos pequenos produtores que continuam dependentes das ações paliativas do Estado. Desde 1980, as políticas estatais foram forjadas dentro dos moldes neoliberais, a exemplo do Modelo de Reforma Agrária de Mercado que vem encurralando os camponeses do município a medida que fomenta a agropecuária de mercado. Esse contexto resulta no estreitamento das instituições públicas responsáveis pela justiça social no campo.

1176

Palavras-chave: Reforma Agrária; Modelo de Reforma Agrária de Mercado; Itiquira-MT.

Abstract: Land restructuring is one of the strategic actions of Land Reform in Brazil. However, field policy has failed, creating disputes of interest. This perspective can be understood in the constitution and organization of settlements and associations of peasants of Itiquira-MT. In this municipality, settlements and associations have difficulties in establishing and resisting, since land restructuring did not reach the social function ruled by the Constitution. What is seen in Itiquira is the formation of settlements and cooperatives through the interference of the State with the intention of favoring, by purchasing land, landowners who did not receive a direct income from the land. There is also an aggravation of the lack of a productive base, which is responsible for the many evasions and closures of cooperatives, as well as the dissatisfaction of the small producers who remain dependent on the palliative actions of the State. Since 1980, state policies have been forged in the neoliberal molding, such as the Market Model of Land Reform, that has been cornering the peasants of Itiquira as it promotes market farming. This context results in the narrowing of public institutions responsible for social justice in the countryside.

Key-words: Land Reform; Market Model of Land Reform; Itiquira-MT

O entendimento da reforma agrária no Brasil carece compreender as ações do Estado e seus governos na elaboração das políticas públicas e a manifestação do cumprimento das mesmas na produção espacial e social. Outro fator necessário é a apreensão da realidade social dos indivíduos em cada recorte espacial, sobretudo do interior do país que vêm sendo incorporado por ações cada vez mais incisivo do capital.

Dessa forma, se apresenta neste artigo um recorte da dissertação de mestrado acerca da bacia dos ritmos na produção do espaço agrário na bacia do rio Itiquira – MT, com enfoque a formação dos assentamentos rurais do município homônimo. Onde após três décadas de ocupação da área e formação dos latifúndios voltados a produção de mercado o Estado veio ao encontro da pequena produção, porém os resultados não se apresentam positivos e muitas são as implicações na organização da produção camponesa.

Do Batismo do Latifúndio no Brasil ao Controle e Posse da Terra no Mato Grosso

Com o fim da escravidão ocorre o “Batismo do Latifúndio”, por lei os ex-escravos não poderiam ter acesso à terra, ascendendo no país latifundiários ricos, brancos e partidários que dentro desse processo enclausura os avanços de transformação social do Brasil. Assim adentrarmos a um país com uma estrutura social como expõe Stédile (2011), de leis madrinhas de latifúndios e mãe das favelas.

Rompe-se o sistema produtivo de plantation e os negros têm seu direito a terra negado, logo saem a procura novas formas de sobrevivência, semelhante ao que ocorrem aos indígenas ainda na colonização, porém este último ainda possuía uma identidade com a estrutura natural de outras porções do território, enquanto o primeiro era um estrangeiro, agora “livre” em um país de classes dominantes branca e controladora do poder do Estado:

A saída encontrada pelas elites para substituir a mão de obra escrava foi realizar uma intensa propaganda na Europa, em especial na Itália, na Alemanha e na Espanha, para atrair os camponeses pobres e excluídos pelo avanço do capitalismo industrial no final do século 19 na Europa. E, assim, com a promessa do “eldorado”. Com terra fértil e barata, a coroa atraiu para o Brasil, no período de 1875 – 1914 mais de 1,6 milhão de camponeses pobres da Europa. (STÉDILE, 2011, p.25)

O número de migrantes correspondia justamente ao número de escravos contemplados com a Lei Áurea. Esses foram se distribuindo pelo país, em sua maioria para o Sul do país, onde puderam pagar por suas terras, os demais tornaram-se mão de obra nas atividades que contemplavam os mercados internacionais, enquanto os negros livres vão se redirecionando nas ruínas e destroços do novo modelo.

Os trabalhadores migrantes passam a participar da produção do campo, com direito a parte daquilo que cultivava, ao que Stédile (2007), aponta como a primeira vertente do campesinato no Brasil. Combinado a esse campesinato, surge uma segunda vertente, pela primeira vez de um grupo legitimamente com identidade brasileira e engajada na produção interna e de subsistência sendo formado por mestiços que na procura por seu espaço de sobrevivência desbrava áreas do interior do Brasil.

A produção do espaço agrário brasileiro deixa evidente a demonstração de Oliveira (2007), sobre a coexistência de diversos grupos no campo movidos pelas exigências do capitalista, apontando como um processo combinado e contraditório. O camponês brasileiro é obrigado a adentrar aos moldes da agricultura moderna, o Estado age em persuadi-lo a quebrar com os ritmos naturais dos demais espaços do território brasileiro.

E dentro dessa dinâmica, vai se traçando diferenças regionais, porém num avanço da atividade capitalista, tendo como contraditório as múltiplas formas sociais e naturais. Coexistindo num mesmo espaço dezenas de acordos e relações econômicas e tecnológicas.

O desenvolver das múltiplas relações no campo brasileiro até a atual formação do espaço agrário brasileiro estão às influências dos latifúndios no campo político e na formulação de 'políticas públicas. Estando perceptível a constância do latifúndio e o Estado, que promovem cruelmente a expulsão de pequenos produtores, criminalizam os movimentos sociais do campo, numa eterna garantia da posse da terra pelo controle da máquina pública.

O uso da propriedade da terra enquanto meio de legitimação de poder político e garantias de privilégios que emolduram o Estado nacional se fizeram presentes em todas as instâncias da federação, dentre elas o estado do Mato Grosso, que instituiu as denominadas familiocracias, como expõe Moreno (2007), pesquisadora dessas questões de expansão territorial do estado, que em sua obra aponta "as elites agrárias mato-grossenses" como facções políticas.

A organização do estado pelos proprietários de terra, passa a ter uma configuração expressiva a partir do império, e a posse da terra garantida pela violência "recurso utilizado para a afirmação das oligarquias, que contaram também com o braço armado dos coronéis, e com uma política fundada no sistema de compromissos, própria do federalismo brasileiro" Moreno (p.44, 2007), criando ao que autora coloca como banditismo.

Porém, essas ações violentas possuíam mais de um objetivo, já que até mais da metade do século XX o Mato Grosso se mostrava como um território extenso, sendo que sua divisão veio ocorrer apenas no período de Ditadura Militar. Assim dada a grande extensão, as disputas pelo espaço se deu pelos grupos do Sul com os grupos do Norte.

Os coronéis mantinham por meios de ações paternalistas ou coercitivas influência sobre as demais instancias da comunidade do estado, garantindo a permanência dos grupos do sul e norte do estado no poder político, por meio dos votos de cabresto. Assim a força política era mantida por meios de deputados, senadores, delegados, que conseqüentemente mantinham relações como governo federal.

Após a consolidação do poder republicano Moreno (p.49,2007) expõe o modelo político do Mato Grosso sustentado num sistema de compromisso entre o governo federal com o estadual assim os governadores deveriam garantir que suas bancadas (deputados e senadores) apoiassem os mandatos

do Executivo federal, sendo reconhecidos pela Câmara Federal apoiaria as forças políticas e os interesses dominantes nos estados, utilizando, inclusive, da máquina administrativa.

Isso leva ressaltar o caráter das políticas públicas voltadas para o estado, onde de acordo Pereira (1997) se deram por “critérios e normas desconhecidas pela maioria da sociedade, direcionados para atender interesses imediatos e modificados ao sabor das conveniências dos grupos influentes por elas beneficiadas” (p.77), o que justifica as crescentes políticas públicas e investimento nos setores agrícolas e industriais, descritos por Silva (2008) que foram implantadas posteriormente no Mato Grosso, resultantes dessas relações políticas históricas.

Em termos gerais, no Mato Grosso a posse da terra sempre esteve como o poder de barganha dos oligarcas, e mesmo com o “fim dos coronéis” ainda consistiu de base para a manutenção de controle político. Já que os oligarcas, através do clientelismo, advindos da mediação promovidos pelos mesmos com sociedade civil, permaneceram na dominação e controle de cargos políticos e votos.

Realidade em Contexto: Histórico de formação dos assentamentos em Itiquira – MT.

O município de Itiquira situa-se na região sudeste do estado de Mato Grosso, com uma população entre 11.478 habitantes, onde os trabalhadores possuem renda mensal de 2,7 salários com economia baseada na agropecuária. As primeiras ocupações de terras no município iniciaram em 1997 tendo êxito, pois foram as primeiras famílias assentadas pelo Incra na área, popularmente conhecidos na área por Assentamento Santa Ana.

A outra ocupação se deu em meados de 1999 numa área de fazenda no trecho da MT 070, nas mediações do denominado Pé de Galinha, porém não atingiu o objetivo dado o proprietário alegar possuir documentações legais e falta de interesse em negociar a ocupação, levando a expulsão dessas famílias da área.

Após esses incidentes de ocupação e organização de grupos com interesse em possuir uma parcela da terra para o desenvolvimento econômico e de subsistência é que se tem as primeiras formações de associações e assentamentos com intuito de promover uma reestruturação da organização do espaço agrário da bacia do rio Itiquira. De modo que, ao finalizar dos anos de 1990 e a entrada dos anos 2000 se terá o estabelecimento do conjunto de produção familiar no interior da área, em pequenas expressões de uma “reforma agrária”, que será delimitada por diante.

A década de 2000 desponta na perspectiva agrária da área em estudo, como a década de consolidação e formação das primeiras estruturas de implantação de uma agricultura familiar. Apontando para o que Bergamasco (1996) demonstra ser uma medida estratégica de propor reforma agrária e de reestruturação fundiária da propriedade no Brasil.

Cabe considerar que embora vise atenuar as disparidades fundiárias e os conflitos derivantes dessa estrutura, o estabelecimento de assentamentos não consiste numa política de atendimento à

população rural, o que gera muitas problemáticas, como pode ser percebido na própria constituição das associações instauradas no município de Itiquira.

As associações visando o assentamento de famílias na atividade rural foi adquirindo espaço, sobretudo pelas políticas voltadas a esse setor, vindo a ter maior representatividade entre os agricultores da bacia do rio Itiquira o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Ambos iniciados na década de 1990, porém atingindo maior representatividade na área em foco, nos anos 2000, sendo políticas de financiamento e de complementação as propostas de reforma agrária no Brasil.

A formação de cinco dos seis assentamentos inseridos na área municipal de Itiquira teve investimento do Crédito Rural com suas bases pensadas ainda nas políticas voltadas ao campo dos órgãos internacionais ligados ao desenvolvimento social, porém implantado sobre essa denominação em 2003.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, também tem forte representação na renda dos agricultores que destina frutas legumes e verduras e leite sobre fiscalização da Secretaria de Agricultura de Itiquira, foto 1, para as escolas do município de Itiquira e para Rondonópolis, porém não se manifesta de forma ampla entre os associados, é concentrado entre os grupos familiares, não sendo todos contemplados por essa política.

Junto ao Crédito Rural têm-se outros programas agregados dentre eles: Luz para Todos, Água para Todos, Pronatec, Bolsa Família, Pronaf, Paa, PNHR entre outros. Destes o Pronaf e o Pnae são os mais presentes no cenário agrário em questão, o primeiro responde pela maior parte das infraestruturas encontradas nas áreas das famílias assentadas, especialmente das associações que tem sua base produtiva em laticínios, como se torna possível apreender no histórico de sustentação dessas associações, assentamentos e cooperativas.

Assentamento Santa Ana

A Associação dos pequenos produtores rurais vitória da União conhecido no município de Itiquira como Assentamento Santa Ana, esta associação é a única assentada por mediação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), embora a ocupação da área tenha se dado em meados de 1997 e reconhecido em agosto de 1998, data de sua fundação, os mesmos só vieram a se consolidar enquanto produtores no ano de 2000 quando receberam o primeiro investimento do governo federal e verba para a construção de suas moradias.

De acordo o presidente da associação a ocupação da área do atual assentamento se deu por meio de propostas de um fazendeiro com a terra hipotecada pelo Banco do Brasil, este com problemas financeiros recorreu por meio de sua procuradora promover a organização de um grupo de famílias com interesse em produzir na terra. Conseguindo 80 famílias interessadas em ocupar a área de sua

fazenda o que permitiu organizar e formar a Associação dos Pequenos Produtores Rurais Vitória da União que passaram requerer junto ao INCRA direito a terra ocupada, obtendo êxito um ano e meio após a ocupação.

Na negociação o INCRA partilhou a área da fazenda em 70 hectares para cada família, os incentivos para a produção e construção de moradias só foram liberados três anos após a consolidação do assentamento, o que levou a evasão de muitas famílias. De forma que da fase inicial permaneceram desde a ocupação da área até os dias atuais apenas 13 famílias, pois além do processo lento de concessão de créditos para subsidiar as atividades, outro fator contribuiu na evasão das famílias como a ausência de orientação e vocação do produtor com a terra.

Mas apesar dos impasses, este assentamento consiste num dos mais bem-sucedidos da área, pois desde a ocupação as famílias tinham determinado a pecuária como fonte de renda, de modo que a produção de leite consiste na renda central dos assentados. Embora tenha a pecuária leiteira como o pilar da geração de renda existe produtor que não participa da atividade optando por arrendar suas áreas de pastos ou desenvolver tarefas que não exija necessariamente um contato com a terra, como a produção de artesanatos ou atividades de costura.

Outros se dedicam a horticultura para comercialização nas feiras ou repasse para as cooperativas ou até mesmo para o atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) do município de Itiquira e Rondonópolis, por meio do cultivo de folhosas e plantação de mandioca, realizando a venda na feira municipal como também promove a venda nas residências, onde conquista sua própria clientela.

A associação em seus vinte anos entre muitas dificuldades têm obtido êxito na sua produção, no entanto muitos impasses se apresentam a esses produtores que encontram no leite sua garantia de subsistência, já que os demais produtos por eles produzidos ainda não adquiriu uma distribuição fixa. Tendo sempre muitas oscilações, perdendo muita das vezes produtos como legumes, verduras, dada a fraca atuação das cooperativas.

Assentamento Tio Elias e Chico Bortolini

Fundada em dezembro de 2002 a Associação dos Pequenos Produtores Tio Elias e Chico Bortolini, conhecida no município de Itiquira por Assentamento Tio Elias, conta com dois grupos de associação, no entanto com a intenção de atuarem em conjunto. Situado nas terras da antiga fazenda Cachoeirinha, eram terras sem registros legais de posse, de modo que por meio de relações políticas o então proprietário conseguiu transferir essas terras para interesse do estado e receber um valor pela mesma.

De modo que o Instituto de Terras do Mato Grosso (INTERMAT) realizou a compra da terra repartindo a área entre trinta famílias onde cada uma ficava com uma área de 16 hectares, sendo seis

para reserva legal. A atuação da política municipal teve grande contribuição na consolidação desta associação, pois foram por meio desses representantes que se instituíram as associações, que para tal era exigido que cada grupo atendesse alguns critérios como não ter cargos políticos, não ser funcionário público, com forte preferência para quem possuía experiência com a terra.

A demora na liberação de verbas levou a muitas desistências e abandono dos lotes se deram de forma abrupta, de modo que nos primeiros anos após a fundação os lotes já estavam tendo o terceiro proprietário. Sobretudo porque parte dos donos dos primeiros lotes aplicaram o dinheiro financiados pelo PRONAF em questões alheias a produção, como compra de casas, carros ou animais de produção inferior ao declarado na obtenção do crédito.

Um ponto que exerce forte influência nas dificuldades da associação está na própria constituição legal da área que foi estabelecida pelo denominado Aval Cruzado, onde um produtor fica de avalista do outro. Gerando um círculo de inadimplências e essas dificultam o recebimento de auxílios e veta a participação dos produtores em programas de assistência ao pequeno produtor, à dependência entre produtores acirra disputas e desestimula outros, quando o que não quita sua dívida abandona o lote.

Outra implicação no desenvolvimento econômico da associação está na própria localização do assentamento, distante das vias de escoamento o que leva muito dos comerciantes e cooperativas de outros municípios darem preferência para produtores que lhes reduzam os custos de transporte. De forma que a produção deste grupo de assentados com caráter de geração de renda é infirma, tendo uma maior expressão no fornecimento de legumes e verduras para o PNAE do município de Itiquira, e para a subsistência

As condições deste assentamento são de ausência de assistência, atualmente a prefeitura distribui sementes de hortaliças e faz a adubação da terra e cuida da estrada que dá acesso, porém é uma participação muito pequena na história do grupo, que dentre os 15 anos de instauração veio a ter essa assistência nos últimos 5 anos. O que leva a área a concentrar pouquíssimos residentes a maioria dos donos de lotes moram na cidade indo por períodos as suas propriedades, enquanto que os mais desprovidos de renda insistem na terra para produzir o básico para sua subsistência.

Atualmente, existem menos de cinco famílias da primeira composição da associação, pois muitos proprietários venderam terras para seus vizinhos, o que permitiu a incorporação de novas áreas e o aumento da propriedade de outros reduzindo a área anteriormente de 30 famílias, para a média de 17.

Assentamento Adriana

Popularmente conhecido como Assentamento Adriana a Associação dos pequenos produtores rurais grupo amigos, criada em 2004 e legalizada em 2007, assim como a anterior partiu da

iniciativa do poder público municipal que buscava fortalecer a agricultura familiar, num período em que o governo federal prometia por meio de políticas de governo reformar o campo brasileiro. A área destinada ao assentamento dessas famílias era de um antigo produtor, sendo o processo de organização realizado por uma empresa privada com contrato com o governo.

Este assentamento apresenta grandes dificuldades em todo o município, pois a inserção das 12 famílias, com lotes de 12 hectares quatro são de reserva legal, dois para reserva coletiva e para o próprio produtor seis. O estabelecimento se deu por meio do Crédito Fundiário e assim como no caso da associação anterior era necessário atender aos critérios socioeconômicos do programa. Porém com a entrada dos mesmos nos lotes não ocorreu à liberação do Pronaf para que se iniciasse uma atividade produtiva, os assentados chegaram a receber um auxílio alimento pelo período de três meses que sucederam sua instalação após esse período foi encerrado qualquer outro auxílio.

A evasão dos primeiros produtores ocorreu ainda no período inicial de entrada das famílias na área, tendo em vista as dificuldades de infraestruturas que permitissem o acesso à localidade. Pois, não havia pontes sobre os córregos que dá acesso à região do assentamento, como também não havia luz, água entre outros recursos básicos que permitisse constituir qualquer forma de continuidade do projeto inicial da associação.

Em meio às tantas dificuldades e demora da efetivação dos programas de assistência aos pequenos produtores somado a ausência de infraestrutura, tornou o desenrolar produtivo da associação vagaroso, levando os produtores a desistir de seus lotes dada a ausência de retorno financeiro necessário à sua manutenção. De modo que, são poucas as famílias do início da associação que persistiram na área, a maioria dos lotes já tiveram mais de cinco donos, todos com inadimplência com os bancos financiadores.

Atualmente a localidade não possui produtores inseridos na perspectiva comercial, os moradores em sua maioria possuem uma renda proveniente de aposentadorias, outros são funcionários públicos ou prestadores de serviços, que usam os lotes como área de lazer, alguns plantam hortaliças e tem alguma criação para atender suas necessidades, quando tem algum excedente para comercializam na feira municipal, mas no geral a área não possui o caráter inicial do seu projeto de fundação.

Assentamento PAF/ Coopsob

A Associação dos produtores rurais de Ouro Branco do Sul, conhecido no município de Itiquira como PAF, fundada em 2011, teve maior êxito que as demais, pois o projeto de sua formação se deu diferente dos demais assentamentos aqui apresentados. Trata-se de um grupo de produtores, anteriormente funcionários da Michelin, que tiveram acesso à parte da terra usada por esta empresa entre os anos de 1979 a 2009.

De acordo o presidente da Associação, quando a Michelin encerrou suas atividades a mesma demonstrou interesse em desenvolver um “projeto social”, de modo que ofereceu parte da área ao Estado que por meio do Crédito Fundiário comprou 1.100 hectares divididos entre 110 famílias. O projeto distribuía 10 hectares de terra mais uma casa, da antiga vila da empresa e uma área coletiva, e todos os funcionários contemplados passaram por uma entrevista prévia com finalidade de estabelecer a vocação com o tipo de atividade.

A entrevista, realizada por uma comissão da própria Michelin buscava analisar a intuição do candidato e sua experiência com a terra, de maneira que só podia concorrer funcionários com mais de cinco anos de empresa, e que não estivessem em cargo administrativo, dando preferência aqueles que atuavam no campo com contato direto com cultura da seringa, como a sangria, extração do látex.

Atualmente cada produtor tem em sua área uma média de 5.000 seringueiras, como essa cultura não é utiliza muito maquinário foto 3 exige maior mão-de-obra o que eleva o trabalho com a participação familiar. Algumas vezes dependendo da demanda um produtor contrata o trabalho de outro, mas, em geral, cada produtor responde a sua área, sobretudo aos cooperados da COOPSOB – Cooperativa dos Seringueiros do Ouro Branco do Sul, que desde 2012 atuam em colaboração a fim de manter-se seguros frente aos atravessadores econômicos.

A associação se mostra próspera em seus seis anos de formação, pois, contam além da área de plantação de seringueiras e a cooperativa com 87 cooperados, um trabalho na área coletiva, onde cultivam espécies folhosas, melancia, como praticam a pisciculturas, e como prevenção das possíveis quedas produtivas da seringueira, os mesmos plantam nas áreas sombreadas espécies de bananas e limão e o restante da área em que não trabalham os mesmos arredam para produtores agrícolas do entorno, não houve espaço para a evasão de nenhum produtor já que possui o diferencial de ter uma população jovem com experiência no cultivo da seringueira e trabalho com a terra, e o mercado garantido.

O neoliberalismo no campo e as ações paliativas do Estado.

A origem dos assentamentos na bacia do rio Itiquira segue como uma extensão do que já vinha ocorrendo no Brasil desde os anos 1980 após a modernização agrícola no campo brasileiro iniciada nos anos 60. Bergamasco (1996) destaca os trabalhadores assentados como uma categoria que surge das contradições introduzidas pelo capitalismo no campo que destruiu as formas de relações coletivas do camponês com o latifúndio, seja por parcerias, meações e colonatos.

Nesse contexto as primeiras manifestações efetivas de interesses de trabalhadores por acesso à terra ocorrem no município de Itiquira e se faz por acampamentos meio de oposição salientado em OLIVEIRA (1996, p.14) como “formas de lutas de quem já lutou ou de quem resolveu lutar pelo

direito da terra livre e ao trabalho liberto”, no entanto as terras ocupadas não foram terras devolutas e sim propriedades de capitalistas em dificuldades financeiras.

A formação de assentamentos em toda a área tem como essência a compra de terras de capitalistas e embora se tenha a frente da formação das associações, cooperativas e assentamentos inseridos na bacia do rio Itiquira um discurso baseado em ideais de reforma agrária, a mesma não vem a ocorrer, pois como torna evidente Filho (2009, p.248) “a reforma agrária deve proporcionar uma alteração na estrutura de propriedade da terra” o Estado tem que se incumbir da desapropriação como determina a Constituição Federal.

O que se observa na realidade em estudo é mais uma forma de estreitamento das instituições públicas responsáveis por instaurar a justiça social no campo com os capitalistas rurais. Ocorre que esses órgãos governamentais repetem suas ações negligentes, pois como expressa a pesquisa, os trabalhadores familiares assentados estão localizados em áreas de fazendas de proprietários locais que concentraram terra, mas que não tiravam renda. De modo que os agricultores familiares, dentro dessa aparente abertura econômica, estão sendo desde as primeiras ocupações, degradados em suas intenções, aspirações e participação na economia local e regional, dado o estado de abandono que os mesmos foram e estão inseridos.

Pois, como salienta BERGAMASCO (1996, p.10):

A conquista da terra não significa que seus ocupantes passem a dispor da necessária infraestrutura social (saúde, educação, transporte, moradia) e produtiva (terra férteis, assistência técnica , eletrificação, apoio, crédito comercial) que leva ao sucesso dos assentamentos, bem como de qualquer produtor rural.

Pois, no Brasil é responsável por assegurar tais condições de infraestrutura social e produtiva as instituições e organizações da sociedade garantindo a eficiência das políticas públicas de governo e de Estado, Fernandes (2015). Mas no contexto do pequeno produtor e agricultor familiar em Itiquira o que se tem são inadimplências, abandonos, troca continua de donos de lotes e por vezes perda de produtos por falta de comércio.

Toda essa condição ineficiente da pequena produção compromete a qualidade das relações e fortalecimento das associações e cooperativas dos assentados e pequenos produtores da área dado ao que Oliveira; Santos (2015) afirma ser a finalidade dessas duas modalidades de produção coletiva no Brasil, atender as demandas do Estado em função do desenvolvimento do capitalismo, e ressalta baseadas em Marx o caráter negativo dessa mediação:

A participação do Estado no fomento às cooperativas desestrutura ainda mais seus objetivos e as transforma em movimentos de caráter puramente mercadológico. Para Marx (2000), as cooperativas só têm valor enquanto forem criações autônomas dos trabalhadores e não forem protegidas nem pelos governos nem pelos burgueses. (OLIVEIRA; SANTOS, 2015, p.129)

Reside nessa mediação às dificuldades que fragilizam a pequena produção na bacia, a negligência do Estado que não cumpre com os prazos, fomentos e incentivos deixando muitos a mercê por vários meses e quando estes tentam se organizar para fortalecer sua representatividade o mesmo Estado por meio de suas instituições termina por favorecer uns em detrimentos de outros.

Somado a esses fatores, tem-se também a própria questão fundiária que envolve esses pequenos produtores e assentados. Acerca dos tamanhos das propriedades dos assentamentos de agricultura familiar em Mato Grosso, Alves (2012) afirma que há pouca diferenciação no tamanho dos lotes, embora sejam pequenas áreas a diferenças são por vezes alarmantes como ocorre entre os produtores familiares da área.

Todas essas problemáticas e insatisfações são aplacadas por ações paliativas dos órgãos municipais dos quais os assentados são dependentes na tentativa de fazer valer seus projetos de vida como determina Fernandez; Ferreira (2004). Esses mesmos autores ao discorrer sobre a formação dos assentamentos no Mato Grosso evidenciam que a qualidade dos mesmos só poderá ser conquistada por lutas políticas, e essas na bacia do rio Itiquira vêm sendo contidas de governo em governo por políticas públicas de soluções rápidas e pontuais.

Assim os assentamentos rurais que poderia ter representado a democratização do espaço agrário no município, despontou como mais um favorecimento ao modelo hegemônico do capitalismo no campo, pois se fez dentro dos moldes da política fundiária do Estado que não valoriza de fato as relações sociais da agricultura camponesa:

a agricultura camponesa ou familiar não foi protagonista do modelo do agronegócio do qual são dependentes e marginais, de modo que alguns movimentos camponeses procuram criar outro modelo de desenvolvimento a partir de suas relações sociais: do trabalho familiar, associativo ou cooperativo, da pequena escala, do desenvolvimento local, na economia solidária etc. (FERNANDES, 2015, p. 20)

Além de elevar a questão da pequena produção e familiar a um campo de embates a própria distribuição aquisição das terras trouxe custos elevados, pois como afirma Bergamasco (1996) quando se dá a compra de terras de particulares e não desapropriação, como ocorreu na bacia, para distribuição entre trabalhadores rurais se tem um maior gasto de dinheiro público.

A questão agrária que produz o espaço da área não se fez apenas por questões históricas de concentração de terras, mas também pelas políticas neoliberais que reforçam essa questão estrutural e que a mais de duas décadas forjam as políticas governamentais de distribuição de terras no Brasil.

A reforma agrária tem sido realizada predominantemente como uma política de subordinação e os resultados estão aquém das proposições dos movimentos. Isso não significa que ela não possa ser uma política emancipatória, mas, para ser, precisa dos elementos constituintes, como a participação das partes interessadas com autonomia e poder de decisão. (FERNANDES, 2015, p. 33)

A participação das partes nas decisões é ínfima e o caráter de subordinação dos assentados permanece, sobretudo pela criação de todos os assentamentos situados na área da bacia do rio Itiquira terem ocorrido posterior as medidas do Banco Mundial nas políticas públicas no campo brasileiro, implementadas nos primeiros anos de 1990 como aponta Filho (2009) na denominada MRAM – Modelo de Reforma Agrária de Mercado.

É possível perceber as influências da MRAM na área em estudo pela forma de acesso à terra que com exceção do Assentamento Santa Ana, os demais tiveram a frente das compras, regularizações e partilhas empresas privadas e muitas delas os produtores não chegaram a conhecer. Todas essas intervenções ocorreram num momento em que a reforma agrária assumia um caráter mercantil e era defendida por ruralistas como uma alternativa pacífica Filho (2009) e o acesso à terra pautava-se na lógica do mercado. Essas formas “pacíficas” de estabelecer assentamentos são apontadas por Pereira (2009) como políticas não nocivas ao mercado e ao mesmo tempo de subordinação camponesa aos grandes capitalistas e suas agroindústrias.

Referências Bibliográficas

ALVES, Janice. (In) eficiência dos assentamentos rurais em Mato Grosso. Cuiabá: Edufmat, 2012.

BERGAMASCO, Sônia Maria. O que são assentamentos rurais. São Paulo: Brasiliense, 1996.
BRASIL. IBGE. Cidades: Itiquira. 2017. Disponível em <
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/itiquira/panorama> > Acesso em 20/06/2018.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Políticas públicas e questão agrária: base para o desenvolvimento territorial camponês. **In: FILHO, E.S.R . et al, (Org).** Estado, políticas e território. 1ª ed. São Paulo: Outras Expressões , 2015.

FERNANDEZ, Antônio João Castrillon. FERREIRA, Eudson de Castro. Os impactos socioeconômicos dos assentamentos rurais em Mato Grosso. **In: Assentamentos rurais.** Org. Leonildo Servollo de Medeiros e Sérgio Leite. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

FILHO, Eraldo da Silva Ramos. De pobre sem terra a pobre com terra e sem sossego. **In: FERNANDEZ, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo; PAULILO, Maria Ignez. Lutas Camponesas Contemporâneas: condições, dilemas e conquistas.** São Paulo: Editora Unesp, 2009.

In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo, PAULINO, Maria Ignez. Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas. São Paulo: Editora Unesp, Brasília, DF. 2009

INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONOMICOS. **Bancada Ruralista:** o maior grupo de interesse no congresso nacional. Brasília, out, 2007 – ano VII – nº.12

MORENO, Gislaene. Terra e poder em Mato Grosso: política e mecanismos de burla. Cuiabá. Entrelinhas: Edufmat, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A Geografia das lutas no campo, 6ª edição. São Paulo: Contexto, 1996.

_____. Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária. São Paulo: Labur Edições, 2007.

OLIVEIRA, Renata Sibéria de. SANTOS, Josefa de Lisboa. Organização dos pequenos produtores: o cooperativismo/ associativismo no polo irrigado Petrolina/Juazeiro. **In:** FILHO. E.S.R . et al, (Org). Estado, políticas e território. 1ª ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

PEREIRA, João Márcio Mendes. Neoliberalismo e lutas camponesas no Brasil: contestações e resistência a reforma agrária de mercado do Banco Mundial durante o governo FHC.

PEREIRA, José Matias. O processo de ocupação e desenvolvimento da Amazônia: a implementação de políticas públicas e seus efeitos sobre o meio ambiente. Revista de Informação Legislativa. Brasília. Ano 34. N.134. abr/jun.1997.

SILVA, Carlos Alberto Franco da. Corporação e agronegócio da soja na Amazônia. Revista ACTA Geográfica, v. 2, n. 3, p. 29-40, jan./jun. 2008.

STÉDILE, João Pedro. A questão agrária no Brasil: o debate tradicional - 1500-1960. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011.

INSERÇÃO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS DA REFORMA AGRÁRIA EM DIFERENTES REGIÕES AGROPECUÁRIAS NO ESTADO DE GOIÁS

Marcelo Scolari Gosch^{1, 2};
Rodrigo Souza Martins Oliveira²;
Manuel Eduardo Ferreira²;
Gabriel Caymmi Vilela Ferreira²

¹ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA

² Universidade Federal de Goiás – UFG

1189

RESUMO: As principais atividades agropecuárias de Goiás são a pecuária e a produção de grãos. Esta pesquisa elegeu os agricultores familiares assentados em projetos de reforma agrária para serem as unidades de análise. O estudo teve o objetivo de evidenciar como se distribuem os assentamentos em relação às principais atividades agropecuárias de Goiás. Através de levantamentos de dados estatísticos e da produção de mapas temáticos, identificou-se as principais regiões e municípios produtores de *commodities*, pecuária de corte, e da agricultura familiar; e quantos e quais assentamentos se inserem nesses contextos. Por meio de sistema de informação geográfica (SIG) e dados do IBGEA. As análises identificaram que a maior parte dos assentamentos de Goiás se localiza fora das principais regiões produtoras de *commodities*, o que sugere que a reforma agrária em Goiás, é desenvolvida preferencialmente longe dos eixos econômicos do Estado, deslocando a luta pela terra para regiões menos desenvolvidas economicamente.

Palavras-chave: reforma agrária; Goiás; agropecuária.

THE INSERTION OF RURAL SETTLEMENTS FROM LAND REFORM IN DIFFERENT AGRICULTURAL REGIONS IN THE STATE OF GOIÁS

ABSTRACT: The main agricultural activities in Goiás are livestock and grain yield. For this paper, we have selected family farmers settled in land reform projects to be the analyses units. Our aim was to pinpoint how the rural settlements are distributed regarding the main agricultural activities developed in Goiás. Through statistical survey in Goiás and the production of thematic maps, we could diagnose the main regions and the commodities producer counties, extensive livestock, and family agriculture and verify how many and which settlements are inserted in these contexts. Therefore, we have used data (SIDRA/IBGE) and a Geographical Information System (SIG). The analysis have found that most of the settlements in Goiás are located outside the main commodities producer regions, which suggests that, in Goiás, land reform has been developed, preferably, away from the economic axes in the state, moving the struggle for land to regions which are less economically developed.

Keywords: land reform; Goiás; agriculture.

INTRODUÇÃO

O Cerrado goiano, com seus chapadões planos, solos profundos e terras com acidez típica e elevado teor de alumínio se tornou palco de uma das mais eficientes e competitivas agriculturas praticadas no mundo. Sua pauta de exportação atende vários países asiáticos e

européus, e se resume praticamente a produtos primários, como os do complexo da soja, do milho, das carnes e dos minérios, reforçando o potencial agroexportador desta região brasileira (IMB, 2013, p. 12).

A produção em larga escala, visando a exportação de *commodities*, se desenvolveu prioritariamente na região sul e sudoeste do Estado de Goiás, tendo como polo regional o município de Rio Verde. Morais (2004, p. 109) expõe que “o sudoeste goiano representa a região de cultivo intensivo em Goiás”.

Entretanto, esse modo de produção agrícola, embora hegemônico, não é uniforme e homogêneo; existem diversos outros modelos e formas de produção agrícola que se fixam e se reproduzem nos solos do Brasil central. Em distintas regiões do Estado, a economia se desenvolve em outras bases, que não a de exportação de *commodities*. As atividades predominantes são a pecuária de corte e leite e a produção de gêneros alimentícios em geral, voltadas aos mercados locais e regionais.

Exemplos dessa diversidade são as produções realizadas no município de Itapuranga e vizinhanças, notadamente com expressiva participação da agricultura familiar, orientada à “diversificação para atender as necessidades familiares e a comercialização”, como descrito por Carvalho & Bevilaqua (2011, p. 701). Outros exemplos são as atividades desenvolvidas no norte goiano e vale do Araguaia, prioritariamente de pecuária extensiva, praticadas em propriedades de todos os tamanhos, ou seja, na criação de gado de corte a pasto, geralmente sem grandes investimentos e com a ocupação de grandes áreas, podendo ser realizada tanto em grandes latifúndios quanto em pequenas áreas familiares.

Diversos atores sociais estão envolvidos na produção agropecuária, das mais variadas classes sociais e ramos de atividades. Para o presente estudo elegeu-se os agricultores familiares, assentados em projetos de reforma agrária, para serem as unidades de análise.

Em 2012, no Brasil, havia cerca de 1.200.000 famílias assentadas em 8.982 Projetos de Assentamentos, em uma área de 87.882.173 ha, de acordo com os dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 2013). No estado de Goiás, existem aproximadamente 421 Projetos de assentamentos rurais, com área de 1.079.609 hectares, os quais abrigam mais de 22.000 famílias, distribuídos em 105 municípios do Estado (Medina et al., 2016, p. 16).

A política pública de reforma agrária se justifica, segundo o INCRA (2012), pois, além de promover a alteração da estrutura fundiária brasileira, contribui para a produção de alimentos destinados à cesta básica; também gera renda para famílias assentadas, combatendo

a miséria no meio rural, promovendo a cidadania e a justiça social e contribuindo com a redução da migração campo-cidade.

As famílias que buscam os assentamentos rurais têm como principal objetivo a conquista da terra; porém, grandes desafios se estabelecem após essa conquista, dentre essas as dificuldades de produção para o autoconsumo e a garantia da segurança alimentar das famílias assentadas.

Pautado nessas questões, o presente trabalho tem o objetivo de evidenciar como se distribuem os Projetos de Assentamentos de Goiás em relação às principais atividades agropecuárias desenvolvidas no Estado.

MATERIAIS E MÉTODOS

O trabalho foi realizado através de procedimentos que incluíram revisão bibliográfica, levantamentos de dados estatísticos de Goiás e a produção de mapas temáticos, a fim de identificar as principais regiões produtoras de *commodities*, pecuária extensiva e da agricultura familiar, e a inserção dos assentamentos rurais nesses contextos.

Foram utilizados os dados do Censo Agropecuário de 2006 e PAM (Produção Agrícola Municipal) de 2012, obtidos por meio do SIDRA/IBGE (2013), para a classificação dos municípios em três grupos: com maior área de produção de soja e milho grãos e as respectivas quantidades produzidas em toneladas das duas culturas; com maior extensão de área com pastagem e quantidade do rebanho de bovinos; com maior percentual de propriedades com até 100 ha e a área em percentual que essas propriedades representam no município.

Com o auxílio do Quantum GIS (2.0.1), software de informação geográfica de código aberto, realizou-se uma análise de intersecção espacial entre os mapas dos municípios (selecionando-se os mais expressivos em cada categoria) e de assentamentos rurais. Desta forma, foi possível verificar quantos e quais assentamentos se inserem nas atividades agropecuárias de *commodities*, pecuária extensiva e da agricultura familiar.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Assentamentos Rurais em Regiões de *Commodities* Agrícolas

A identificação das principais regiões produtoras de *commodities* de Goiás, mais especificamente soja e milho em grãos, está apresentada na Figura 1. Foram estabelecidas categorias de acordo com o total de área plantada dessas culturas por município.

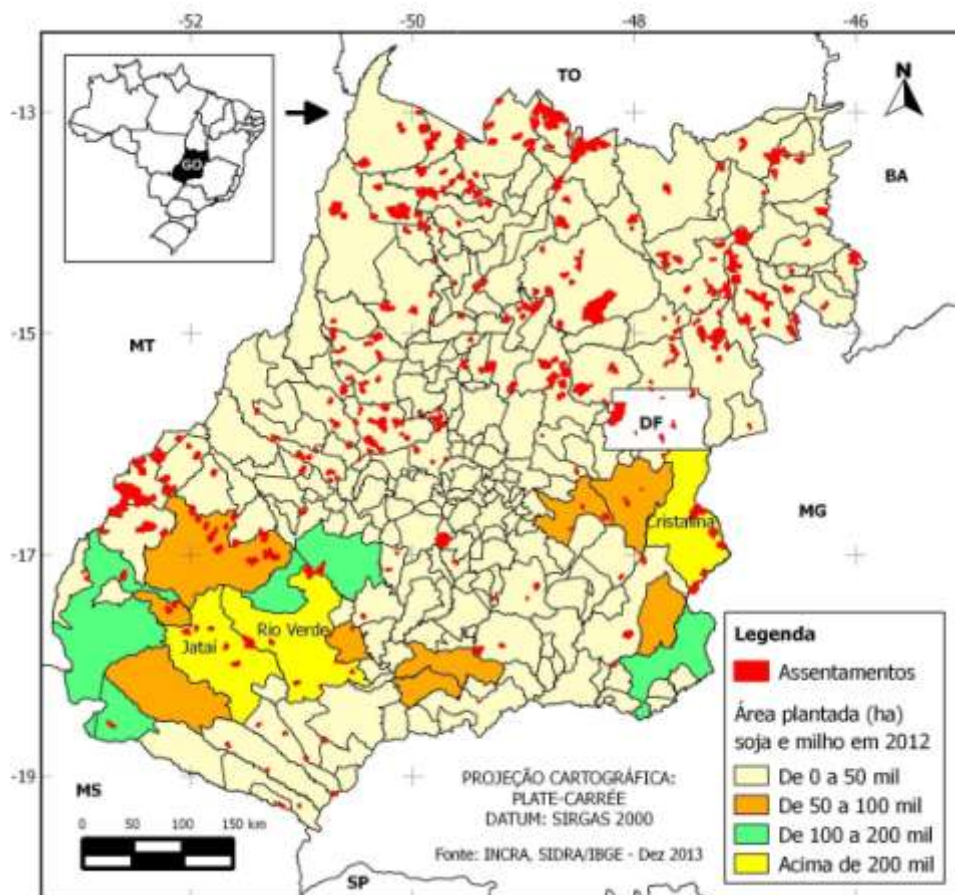


Figura 1 – Classificação dos municípios goianos em relação à área plantada de soja e milho em grãos em 2012 e a localização dos assentamentos rurais.

A Figura 1 demonstra que, em 2012, 18 municípios do Estado tiveram plantios de soja e milho em grãos acima de 50 mil hectares, sendo que, em apenas três, Rio Verde, Jataí e Cristalina, as áreas plantadas superaram os 200 mil hectares.

Outra variável analisada foi a quantidade produzida em toneladas de soja e milho em grãos por município. Fica evidente na Tabela 1 que, municípios com maiores áreas de plantio em hectares também são os maiores produtores em toneladas de grãos, reafirmando a liderança dos três municípios já citados, caracterizando-os, assim, como os três principais municípios produtores de soja e milho de Goiás.

Tabela 1 – Relação de municípios goianos mais expressivos em área plantada e quantidade produzida de soja e milho grãos em 2012..

Municípios	Área Plantada (ha) Soja e Milho Grãos	Quantidade Produzida (ton) Soja e Milho Grãos
Rio Verde	465.000	1.977.500
Jataí	419.500	2.084.100
Cristalina	268.000	1.257.600
Montividiu	186.000	857.880
Chapadão do Céu	153.899	772.620
Mineiros	134.000	637.200
Paraúna	112.000	483.000
Catalão	102.800	428.560
Ipameri	98.500	452.600
Perolândia	95.000	378.760
Caiapônia	79.500	342.000
Goiatuba	75.600	278.280
Silvânia	71.000	290.125
Luziânia	67.000	353.400
Santa Helena de Goiás	66.000	275.400
Bom Jesus de Goiás	62.800	257.960
Campo Alegre de Goiás	62.000	267.200
Serranópolis	53.600	256.872
Cabeceiras	49.000	209.400

Fonte: SIDRA/IBGE (2013)

Em alguns municípios, essa relação de área e produção não se confirma. Podemos verificar na Tabela 1 que os municípios de Silvania, Luziânia e Campo Alegre de Goiás, embora tenham áreas de plantio menores, obtiveram uma produção em toneladas superior em relação aos municípios com maior área plantada, o que sugere sistemas de produção mais eficientes.

Percebe-se também na Figura 1 que, os municípios com maior expressão na produção de soja e milho se concentram na mesorregião sul, mais especificamente na microrregião do Sudoeste Goiano.

Segundo Silva (2002, p. 168), na mesorregião sul “encontra-se agroindústrias do complexo grãos-carne com diversas unidades de transformação de derivados de leite, soja,

sorgo e milho; moinhos de trigo, fábricas de massas”. A empresa Perdigão, em Rio Verde, seria um exemplo da consolidação do agronegócio nesta região e no Estado.

A figura 1 ainda demonstra, que a grande maioria dos assentamentos rurais do Estado (cerca de 354) está fora das principais regiões produtoras de *commodities* de Goiás, se localizando essencialmente nas regiões do vale do Araguaia, centro, norte e nordeste goiano. Cinquenta assentamentos se encontram em municípios com expressiva produção de soja e milho. Apenas 23 assentamentos se localizam nos principais municípios produtores com área plantada acima de 200 mil hectares.

Verifica-se que estes 23 assentamentos rurais, listados na Tabela 2, abrigam 1.769 famílias, destacando-se Rio Verde como município com o maior número de assentamentos rurais nessa categoria.

Tabela 2 – Assentamentos inseridos nos principais municípios produtores de soja e milho grãos, com área plantada acima de 200 mil ha.

Ord.	Município	Nome do assentamento	Nº de famílias	Ano criação
1	Cristalina	Presidente Lula	109	2009
2	Cristalina	Manacá	88	2010
3	Cristalina	Vista Alegre	234	1998
4	Cristalina	Vitória	55	2006
5	Cristalina	São Marcos	70	2001
6	Cristalina	Buriti das Gamelas	110	1998
7	Cristalina	Três Barras	182	1989
8	Jataí	Rio Paraíso	176	1989
9	Jataí	Santa Rita	23	1998
10	Jataí	Rio Claro	17	2001
11	Jataí	N.S. de Guadalupe	85	2007
12	Jataí	Romulos Souza Pereira	61	2007
13	Jataí	Terra e Liberdade	162	2007
14	Jataí	Campo Belo	11	2012
15	Rio Verde	Ponte de Pedra	117	1997
16	Rio Verde	Água Bonita	21	1998
17	Rio Verde	Pontal do Buriti	105	1998

18	Rio Verde	Vaianópolis	36	1998
19	Rio Verde	Vale do Sonho	25	1999
20	Rio Verde	Rio Verdinho	27	1999
21	Rio Verde	Vale do Cedro	25	2000
22	Rio Verde	Rio Doce	14	2002
23	Rio Verde	Fortaleza II	16	2002

Fonte: INCRA (2013)

Assentamentos Rurais em Regiões de Pecuária de Corte

As principais regiões de pecuária de corte em sistema extensivo de Goiás estão caracterizadas na Figura 2. Foram estabelecidas categorias de acordo com o total de área de pastagem por município. Observa-se que os municípios com maiores áreas de pastagem se localizam nas “bordas” do Estado, especificamente no vale do Araguaia e norte goiano.

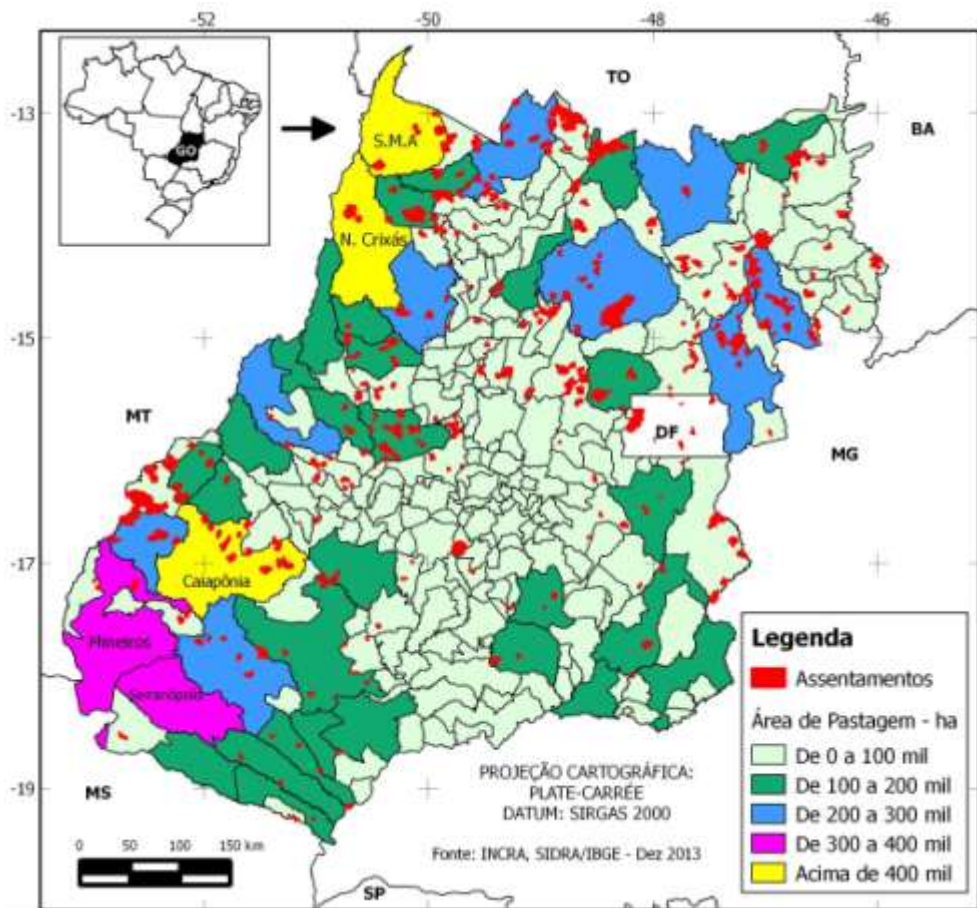


Figura 2 – Classificação dos municípios goianos em relação à área de pastagem total em 2006 e a localização dos assentamentos rurais.

Evidenciam-se 14 municípios do Estado com área de pastagem superior a 200 mil hectares. Destes, Mineiros e Serranópolis têm área superior a 300 mil ha de pastagem, enquanto Nova Crixas, São Miguel do Araguaia e Caiapônia têm área superior a 400 mil ha.

Outra variável analisada foi o número efetivo de bovinos por município. A Tabela 3 demonstra que os principais municípios com áreas de pastagem também detêm os maiores rebanhos, reafirmando a liderança de Nova Crixas, São Miguel do Araguaia e Caiapônia como os principais municípios da pecuária extensiva do Estado, com área acima de 400 mil ha de pastagem.

Da mesma forma, Moraes (2004, p. 110) expõe que “na região Noroeste do Estado, havia um considerável plantel de bovinos, apesar da inexistência de frigoríficos”. De fato, nesta região se encontram os dois municípios líderes na produção de rebanho bovino de Goiás.

A relação entre área de pastagem e número efetivo de bovinos não se confirma em todos os municípios, demonstrando a importância de se verificar o tamanho do rebanho efetivo. Na Tabela 3 verifica-se que Porangatu e Jussara, por exemplo, embora com uma menor área de pastagem em relação a Serranópolis, possuem um rebanho efetivo maior. Outro exemplo é Cavalcante, com cerca de 200 mil ha de pastagem, mas com apenas 60.770 mil cabeças de bovinos (segundo censo agropecuário de 2006).

Tabela 3 – Relação de municípios goianos mais expressivos em área de pastagem e rebanho de bovinos em 2006 (acima de 200 mil ha de pastagem).

Municípios	Área de Pastagem (ha)	Efetivo de Rebanho (Cabeças) – Bovinos
Nova Crixás	438.362	690.665
São Miguel do Araguaia	429.161	483.000
Caiapônia	408.582	415.000
Mineiros	359.095	310.000
Serranópolis	312.180	229.000
Porangatu	297.370	323.000
Jussara	278.429	388.740
Formosa	266.205	237.800
Niquelândia	260.222	250.000

Doverlândia	239.679	245.000
Jataí	233.666	323.000
Crixás	229.449	212.000
Flores de Goiás	220.498	147.400
Cavalcante	201.587	60.770

Fonte: SIDRA/IBGE (2013)

A inserção de assentamentos rurais em municípios com predominância de áreas de pastagem e detentores de grandes rebanhos bovinos, criados de maneira extensiva, parece ser mais evidente.

Dos 405 assentamentos rurais de Goiás, 110 estão localizados em municípios com mais de 200 mil hectares de área de pastagem, sendo que 22 se localizam nos municípios com mais de 400 mil hectares de área de pastagem, como se verifica na Tabela 4.

Observa-se, portanto, que os 25 assentamentos apresentados na Tabela 4 abrigam 1.500 famílias, sendo 10 destes apenas no município de Caiapônia.

Tabela 4 – Assentamentos inseridos nos municípios com área de pastagem acima de 300 mil ha em 2006.

Ord.	Município Sede	Nome do assentamento	Nº de Famílias	Ano Criação
1	São Miguel do Araguaia	Lageado	18	1997
2	São Miguel do Araguaia	São José	46	1998
3	São Miguel do Araguaia	Umuarama	121	1999
4	São Miguel do Araguaia	Campo Alegre	124	2003
5	São Miguel do Araguaia	Gustavo Martins	114	2005
6	São Miguel do Araguaia	Rio Araguaia	97	2005
7	Nova Crixas	Cantoneiras	47	1996
8	Nova Crixas	São Judas	50	1996
9	Nova Crixas	Lagoa Genipapo	42	1998
10	Nova Crixas	Florestan Fernandes	60	2005
11	Nova Crixas	St. Maria Do Crixás-Assu	86	2005
12	Nova Crixas	Tarumã	39	2012

13	Caiapônia	Lagoa Da Serra	107	1999
14	Caiapônia	Morrinhos	21	1999
15	Caiapônia	Nossa Senhora da Abadia	41	2002
16	Caiapônia	Cachoeira Bonita	64	2002
17	Caiapônia	Conquista	40	2002
18	Caiapônia	Dom Carmelo Scampa	40	2005
19	Caiapônia	Eldorado Dos Carajás	38	2007
20	Caiapônia	Keno	59	2009
21	Caiapônia	Vale da Boa Vista	44	2009
22	Caiapônia	Padre Ilgo	120	2010
23	Mineiros	Serra das Araras	45	2005
24	Mineiros	Formiguinha	20	2005
25	Mineiros	Pouso Alegre	17	2006

Fonte: INCRA (2013)

Assentamentos Rurais em Regiões de Pequenas Propriedades

A agricultura familiar de Goiás foi caracterizada através do número percentual de pequenas propriedades no município. Assim, se estabeleceu como pequena propriedade todas aquelas com área menor que 100 hectares. Não foram considerados, portanto, os módulos fiscais das diferentes regiões do Estado. Neto (2011, p. 135) evidencia que, em 2003, a média da pequena propriedade em Goiás era de 48,5 hectares, confirmando que esta medida (100 hectares) contempla grande parte das pequenas propriedades do Estado.

Por outro lado, observa-se na Figura 3 que, a proporção de pequenas propriedades se concentra prioritariamente no centro goiano, com nove dos dez municípios com mais de 90% das propriedades menores que 100 hectares.

Os municípios de Itaguari e Caldasinha têm mais de 93% de suas propriedades com área inferior a 100 hectares, como se observa na Tabela 5. Da mesma forma, as pequenas propriedades têm maior representatividade nestes municípios, correspondendo a 58,73% e 59,21%, respectivamente, da área total do município.

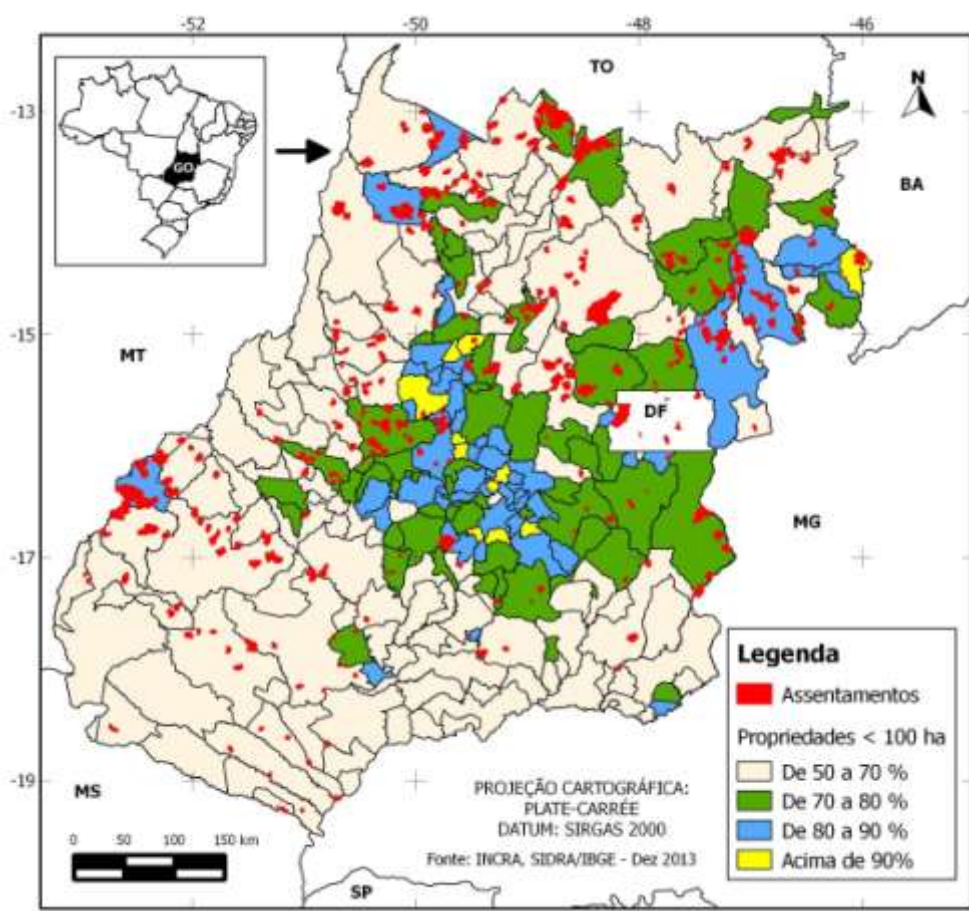


Figura 3 – Classificação dos municípios goianos em relação ao número de estabelecimentos agropecuários (%) menores que 100 ha em 2006 e a localização dos assentamentos rurais.

Os dados da Figura 3 evidenciam a alta concentração de terras em Goiás. Mesmo nos municípios com maior representação da pequena propriedade, 7% das propriedades acima de 100 hectares somam 40% da área do município. Dessa forma, as duas variáveis escolhidas parecem ter caracterizado bem onde se encontram os principais municípios com pequenas propriedades rurais.

Tabela 5 – Municípios com percentual acima de 90% de estabelecimentos agropecuários com área até 100 ha e o percentual da área que estes estabelecimentos representam no município.

Ord.	Município Sede	% estabelecimentos menores que 100 ha	% da área do município
1	Itaguari	93,82	58,73
2	Caldazinha	93,01	59,21
3	Mambaí	92,62	38,91
4	Ipiranga de Goiás	92,29	53,03
5	Aparecida de Goiânia	91,37	46,19

6	Ouro Verde de Goiás	91,3	51,01
7	Nova Veneza	91,14	50,74
8	Nova Glória	90,89	23,62
9	Itapuranga	90,54	39,29
10	Taquaral de Goiás	90	50,21

Fonte: SIDRA/IBGE (2013)

Os assentamentos rurais se inserem neste contexto, com 66 projetos, em municípios com mais de 80% das propriedades menores que 100 hectares. Destes, 32 assentamentos se localizam nos municípios de Formosa e Flores de Goiás. Os 66 assentamentos rurais citados abrigam 6.691 famílias.

1200

Tabela 6 – Assentamentos inseridos nos municípios onde mais de 90 % das propriedades são menores que 100 ha.

Ord.	Município sede	Nome do assentamento	Nº de famílias	Ano criação
1	Nova Glória	Oriente	34	1998
2	Itapuranga	Bonanza	13	2010
3	Mambaí	Cynthia Peter	41	2004
4	Mambaí	Mambaí	25	1995
5	Mambaí	Paraná	90	1995
6	Mambaí	Capim de Cheiro	28	1995

Fonte: INCRA (2013)

A Tabela 6 indica os seis projetos de assentamentos em municípios com mais de 90% das propriedades menores que 100 hectares, estando estes localizados prioritariamente no município de Mambaí extremo nordeste goiano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do presente estudo, foi possível identificar os municípios onde a ocorrência é mais expressiva nas principais atividades agropecuárias desenvolvidas em Goiás, bem como o papel/importância das pequenas propriedades e assentamentos rurais, utilizando-se dados estatísticos disponibilizados (via internet) pelo banco de dados público SIDRA/IBGE.

Ficou evidente, ao se comparar as Figuras 1, 2 e 3, que as atividades agropecuárias aqui estudadas ocupam regiões diferentes no Estado, tendo algumas sobreposições dos principais municípios em cada categoria.

As *commodities* (soja e milho em grãos) ocupam principalmente o sudoeste goiano e a região sul da microrregião “entorno de Brasília”. A pecuária se localiza nas bordas do Estado, onde os municípios com maior expressão estão no oeste de Goiás. Já as pequenas propriedades são encontradas em maior número na região central de Goiás, se deslocando para o entorno de Brasília e nordeste do Estado.

Destacam-se duas sobreposições entre as categorias estudadas. A primeira entre *commodities* e pecuária, onde os municípios de Jataí, Mineiros e Caiapônia são expressivos. A segunda sobreposição a ser ressaltada refere-se à pecuária e às pequenas propriedades com os municípios de Flores de Goiás e Formosa, comparecendo com destaque nas duas categorias. Não se verifica, no entanto, sobreposição expressiva entre as categorias de *commodities* e pequenas propriedades.

A identificação dos municípios onde existe maior ocorrência das principais atividades agropecuárias desenvolvidas em Goiás permitiu visualizar em que contexto se insere os projetos de assentamentos da reforma agrária. Assim, constatou-se que dos 421 assentamentos rurais de Goiás, 51 assentamentos se localizam em municípios com plantios de soja e milho grãos acima de 50 mil hectares, 110 assentamentos estão localizados em municípios com mais de 200 mil hectares de área de pastagem e 66 projetos em municípios com mais de 80% das propriedades menores que 100 hectares.

Dessa forma, a maior parte dos assentamentos rurais em Goiás se localiza fora das principais regiões produtoras de *commodities*, o que sugere que a reforma agrária em Goiás vem sendo desenvolvida preferencialmente longe dos eixos econômicos do Estado, deslocando a luta pela terra para regiões menos desenvolvidas economicamente. Estudos complementares são necessários para se confirmar esta tese, por meio de uma análise detalhada sobre o grau de desenvolvimento econômico e social destas famílias assentadas.

REFERÊNCIAS

Carvalho, S. P. D., & Marin, J. O. B. (2011). Agricultura familiar e agroindústria canavieira: impasses sociais. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 49(3), 681-707.

Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos - IMB. (2013). *Goiás em Dados 2012* / Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento - Goiânia: SEGPLAN 107.

Disponível em: <<http://www.imb.go.gov.br/down/godados2012.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2014.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Reforma Agrária – INCRA. (2012). Disponível em: <<http://www.incra.gov.br>>. Acesso em 28 de novembro de 2012.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Reforma Agrária – INCRA. (2013). *Números da reforma agrária*. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/numeros-da-reforma-agraria>>, Acesso em: 07 nov. 2013.

Morais, R. S. (2004). *A câmera escura: gestão territorial e as novas territorialidades do capital em Goiás*. (Dissertação de mestrado) em: Natureza e apropriação do Cerrado; Instituto de Estudos Socioambientais – UFG, Goiânia, GO.

Neto, A. T. (2011). Estrutura Fundiária do Estado de Goiás – 2003. *Boletim Goiano de Geografia - BGG*. Goiânia, v. 31, n. 2, p. 129-160.

Medina, G.; Camargo, R.; Silvestre, W.; Retratos da Agricultura Familiar em Goiás: Relevância, Sistemas de Produção e Alternativas Para Sua Consolidação. In: G. Medina (Org.). *Agricultura Familiar em Goiás: lições para o assessoramento técnico*, p. 15-39. 3. Ed. Ver. E ampl. Goiânia, Editora UFG, p. 285, (2016).

Sistema IBGE de Recuperação de Dados – SIDRA. (2013). Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 16 dez. 2013.

Silva, E. R. A. (2002). *Economia goiana no contexto nacional: 1970 – 2000*. (Dissertação de mestrado) em: Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente; Instituto e Economia – UNICAMP, Campinas, SP.

AS ENCHENTES NA CIDADE DE CATALÃO-GO: SUA LÓGICA GEOGRÁFICA E SEUS DESDOBRAMENTOS

Márcio Greik Viana

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia
Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão
professorgreik@gmail.com

Dr. Paulo Henrique Kingma Orlando

Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia
Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão
phorlando@yahoo.com.br

1203

Resumo: Este artigo discute a questão das enchentes, considerando, principalmente, as contribuições do professor Dr. Carlos E. M. Tucci e, partindo da análise geográfica da situação de Catalão-GO, como uma preocupação cada vez mais atual e urgente no contexto do planejamento e gestão urbanos de cidades médias. A discussão em torno desta temática, conforme proposta pelo autor em destaque exige, pelas diversas inter-relações de causa e efeito, que se considere, em sua análise e enfrentamento, uma abordagem sistêmica e integrada, não só no âmbito técnico, como também, no político e social. Verifica-se que o principal desdobramento decorrente do obreirismo de alguns modelos de gestão urbana tem sido as enchentes provocadas pela impermeabilização e canalização de cursos d'água presentes no perímetro urbano e demais problemas ambientais à jusante do trecho canalizado.

Palavras-Chave: água no meio urbano; enchentes; inter-relações; planejamento e gestão urbanos, abordagem sistêmica e integrada.

Resumen: En este artículo se discute la cuestión de las inundaciones, según, principalmente, las contribuciones del profesor Dr. Carlos EM Tucci y, partiendo del análisis geográfico de la situación de Catalão-GO, como una preocupación cada vez más actual y urgente en el contexto de la planificación y gestión urbana de las ciudades medias. La discusión en torno a esta temática, conforme propuesta por el autor en destaque exige, por las diversas interrelaciones de causa y efecto, que se considere, en su análisis y enfrentamiento, un abordaje sistémico e integrado, no sólo en el ámbito técnico, sino también, en el político y social. Se observa que el principal desdoblamiento resultante del obreirismo de algunos modelos de gestión urbana ha sido las inundaciones provocadas por la impermeabilización y canalización de cursos de agua presentes en el perímetro urbano y demás problemas ambientales aguas abajo del tramo canalizado.

Palabras clave: agua en el medio urbano; inundaciones; interrelaciones; planificación y gestión urbana, enfoque sistémico e integrado.

Introdução

Com o constante processo de ampliação dos espaços urbanos, fato que se dá de forma sistemática, rápida e irreversível a partir da década de 1960, os reflexos relacionados à drenagem no meio urbano passam a serem cada vez mais visíveis. A impermeabilização do solo urbano, consequência imediata da expansão horizontal das cidades, aumenta a área de captação das chuvas efetivas e promove, ano após ano, ocorrências de enchentes cada vez mais expressivas e destruidoras. Esta é a discussão que se desenvolverá no presente artigo,

tendo como suporte teórico-técnico principal as contribuições do Professor Dr. Carlos E. M. Tucci.

O Objeto de consideração e análise deste artigo é a microbacia do Ribeirão Pirapitinga que atravessa a área central da cidade de Catalão-GO – cidade da região sudeste de Goiás - que de forma recorrente e, cada vez mais crítica e abrangente, apresenta importantes ocorrências de enchentes pelo transbordamento do canal de escoamento, hoje em grande parte canalizado. Assim, a análise iniciará por um rápido debate concernente à questão da gestão hídrica urbana e avançará pela consideração da aludida enchente como resultado da impermeabilização do solo urbano de Catalão-GO, em virtude da rápida expansão da sua malha urbana – processo notório em cidades médias - e potencialmente agravado pela lógica da canalização.

Além da bibliografia pertinente, elencada para o processo de análise e reflexão do objeto de estudo apresentado neste artigo, as constantes visitas de campo possibilitaram a tomada de notas e a produção de um relatório fotográfico que subsidiaram este trabalho. Somado a isso, as conversas com os comerciantes que vivem às margens do leito do Ribeirão Pirapitinga, do mesmo modo que as demais abordagens, coadjuvaram para uma melhor compreensão da problemática.

Desenvolvimento

Antes de iniciar propriamente a análise da problemática proposta cumpre - para o bom entendimento do objeto da pesquisa – apresentar alguns elementos que identifiquem a cidade de Catalão-GO. Com uma população de 102.393 habitantes, conforme estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017) e, por sua pujança econômica caracterizada por sua produção diversificada, pelo destaque de seu PIB no cenário regional e, por suas relações intermunicipais polarizadoras, Catalão-GO se apresenta como importante cidade média do interior brasileiro.

Assim, a cidade de Catalão-GO, dado ao seu protagonismo regional - o que destaca mais do que sua característica demográfica – apresenta-se como cidade média. Neste sentido, discutir as características da gestão hídrica urbana da cidade em tela serve para pensarmos tal temática nas demais cidades que apresentam configuração congênere, já que a presente discussão busca analisar, principalmente, os erros que intensificam ou diversificam as consequências dos impactos causados pela negligência técnica e política no lidar com a

questão da impermeabilização da malha urbana e com a canalização dos cursos de água nas áreas centrais.

Amorim Filho e Rigotti (2002) corroboram a classificação da cidade em questão como uma cidade média, já que defendem – para a discussão desta temática - que apenas o critério demográfico não se mostra suficiente para tal constatação, necessitando da consideração e análise de outros elementos, dos quais podemos destacar a influência polarizadora, como exemplo. Neste quesito, para além do critério demográfico que não se mostra como exclusivo, a cidade de Catalão insere-se em um contexto regional onde exerce nítida influência polarizadora.

Ainda nesta mesma linha de análise Deus (2004, p. 89-90) já havia afirmado que:

Na nossa visão, o que define uma cidade média é sua função, seu grau de polarização, seus equipamentos de serviços e de lazer e o papel que sua estrutura urbana exerce na região recebendo e emitindo externalidades, ou seja, a cidade média nada mais é que uma cidade com uma população acima da média regional, que exerce uma influência em uma determinada sub-região, com funções que a fazem assumir o papel de polo regional na hierarquia urbana, provendo o consumo produtivo e coletivo da sub-região onde está inserida.

Assim, tomando a constatação da influência polarizadora, a partir da qual se estabelecem fluxos intensos e já bem consolidados, a cidade experimenta uma constante reformulação e ampliação de sua malha urbana. E este processo de reformular e ampliar segue, à risca, o protocolo de reprodução do capital tido como um processo onde as consequências sociais e ambientais são minimizados frente à possibilidade de transformar as causas desses passivos coletivos em lucros, logicamente elitizados.

Contudo, antes de iniciarmos nossas considerações para o desenvolvimento da temática, faz-se premente destacar que há suficiência de leis, contribuições científicas e constatações históricas que orientam para uma gestão das águas urbanas – para especificar nossa temática - de forma mais democrática e consistente. Embora, perceber-se-á que as orientações das diversas naturezas aqui citadas são desatendidas como consequência de uma lógica política e econômica que pautam as ações do poder público nas cidades médias, dado ao reflexo de valorização econômica do espaço urbano que tais ações imprimem.

Outro aspecto importante a ser destacado nestas primeiras linhas relaciona-se à excessiva fragmentação dos setores componentes da gestão urbana que, por questões políticas, apresentam dificuldades de estabelecer uma comunicação coerente e produtiva capaz de gerar diagnósticos urbanos integrados e que, de fato, expressem a realidade urbana composta e substantivada por redes e relacionamentos intensos e complexos.

Assim, partindo destas abordagens, a primeira consideração a ser apresentada concernente à gestão das águas urbanas reside no fato de que a gestão atual da infraestrutura urbana é, quase sempre, realizada de forma não articulada. Os vários planos que compõem o arcabouço da gestão e planejamento urbanos, tais como o Plano Diretor, o Plano de Resíduos Sólidos e Plano Municipal para a Gestão dos Recursos Hídricos - para ficar apenas nestes - são pensados de forma desarticulada, fragmentando uma realidade que deve ser tomada em sua totalidade e inter-relações.

Cada vez mais complexo e abrangente, tanto do ponto de vista espacial, quanto do ponto de vista demográfico, o espaço urbano demanda estudos cada vez mais elaborados e articulados para que se tenham diagnósticos mais precisos e ações mais profusas. Seja por parte do poder público – compreendendo todas as esferas e poderes possíveis - ou deste em parceria com a iniciativa privada, nas parcerias público privadas (PPPs), os estudos devem envolver o maior número possível de saberes, atores e instituições.

Neste sentido, a questão da água no meio urbano, pela importância e significância socioespacial torna-se relevante e deve, por isso, mobilizar esforços científicos, técnicos e políticos. A lógica urbana capitalista e imediatista, fundamentada na produção de loteamentos com planejamentos urbanísticos que expressam pouca preocupação ambiental e pouca atenção com relação à drenagem urbana, agravam os problemas atinentes às enchentes em bairros implantados em fundos de vale.

Segundo Tucci (2015) o crescimento e a densificação urbana, relacionada com uma gestão urbana ineficiente, promovem rebatimentos que vão além das enchentes. A proliferação de doenças de veiculação hídrica e a diminuição das áreas de recarga do lençol freático são outras consequências que merecem especial atenção. É fato, portanto, que as interações da questão hídrica com outras esferas sociais da dinâmica urbana são intensas e promovem consequências amplas.

Todo esse quadro de preocupação e agravamento, com relação à drenagem das águas no espaço urbano se intensifica a partir da década de 1960, com o início do processo de urbanização no Brasil. Um processo rápido e desastroso, já que nem sempre foi acompanhado de políticas públicas inteligentes e integradas, o que resultou, ao longo destas últimas décadas na construção de espaços urbanos cada vez mais hostis para seus principais usuários, as pessoas.

Assim, desvendando a lógica geográfica que explica a dinâmica das enchentes no meio urbano, Tucci (2005) aponta quatro alterações que incidem sobre o ciclo hidrológico, as

quais ocorrem como consequências diretas do processo de urbanização, principalmente em seu aspecto mais crítico, o da impermeabilização do solo.

Com a urbanização, a cobertura da bacia é alterada para pavimentos impermeáveis e são introduzidos condutos para escoamento pluvial, gerando as seguintes alterações no referido ciclo: 1. Redução da infiltração no solo; 2. O volume que deixa de infiltrar fica na superfície, aumentando o escoamento superficial. Além disso, como foram construídos condutos pluviais para o escoamento superficial, tornando-o mais rápido, ocorre redução do tempo de deslocamento, desta forma as vazões máximas também aumentam, antecipando seus picos no tempo; 3. Com a redução da infiltração, o aquífero tende a diminuir o nível do lençol freático por falta de alimentação (principalmente quando a área urbana é muito extensa), reduzindo o escoamento subterrâneo[...] 4. Devido a substituição da cobertura natural ocorre uma redução da evapotranspiração, já que a superfície urbana não retém água como a cobertura vegetal e não permite a evapotranspiração das folhagens e do solo. (TUCCI, 2005, p. 514).

Para Costa (2017) o ciclo hidrológico deve ser analisado a partir das especificidades de cada local. Neste sentido o problema das enchentes urbanas tem um componente climático-natural percebido pelo regime das chuvas em cada área estudada, porém seu principal fator gerador é o próprio ambiente urbano que potencializa, conforme sua expansão horizontal, a ocorrência dos eventos de enchentes. Costa (2017) lembra ainda que em outros períodos as enchentes eram menos frequentes e as médias históricas pluviométricas mantiveram-se em equilíbrio, sendo assim, o componente antrópico – provedor do ambiente urbano aqui enfatizado – surge como causador dos desequilíbrios ambientais e isenta os fenômenos ambientais naturais.

Assim, os eventos climáticos – como as precipitações pluviométricas, por exemplo - não são essencialmente carregados de potencial catastrófico ou geradores de desastres de natureza socioambiental. Não são as chuvas, no caso da dinâmica das enchentes no meio urbano, as causadoras primárias das enchentes. Quando se analisa o Plano Diretor Urbano da maioria das cidades observa-se uma clara omissão com relação à ocupação das áreas de risco de inundação, o que coloca o fator político-econômico como um dos principais fatores responsáveis pelos eventos de enchentes.

A sobreposição dos interesses econômicos sobre os interesses coletivos e a desvalorização do acúmulo de conhecimento científico sobre os impactos da expansão horizontal urbana explicam, na essência, a ocorrência dos diversos desequilíbrios socioambientais. Portanto, as ocorrências de problemas e tragédias no cenário urbano refletem os diversos modelos de expansão urbana e os interesses dos seus agentes promotores. Assim,

os conflitos de interesses que dominam e ordenam a (re)produção dos espaços ficam evidentes quando se analisa as origens e os desdobramentos das enchentes urbanas.

Santos (2010), também confirma a tese de que a intervenção humana intensifica o alcance das ocorrências hidrometeorológicas e hídricas, transformando-as em problemas sérios ao equilíbrio do ambiente urbano.

Os problemas de enchentes, inundações e alagamentos que muito atingem as populações que estão localizadas em áreas urbanas e rurais são decorrentes de fenômenos naturais de caráter hidrometeorológico ou hidrológico. Esses desastres são quase sempre deflagrados por chuvas rápidas e fortes ou intensas de longa duração. Geralmente esses tipos de fenômenos são intensificados pelas alterações provocadas pelo homem ao meio ambiente, como por exemplo, a impermeabilização do solo e as retificações dos cursos d'água decorrente das intervenções urbanas. Santos (2010, p. 29)

Ainda segundo Tucci (2015, p. 400) “O desenvolvimento urbano brasileiro tem produzido aumento significativo na frequência das inundações, na produção de sedimentos e na deterioração da qualidade da água”. Pensar formas de amenizar este tipo de ocorrência é uma questão de segurança e saúde pública, em razão de suas múltiplas implicações. Portanto, é importante ressaltar que este não é um problema ou preocupação apenas dos grandes centros urbanos, mas cidades médias como Catalão (GO), por exemplo, também sofrem os problemas relacionados à gestão das águas no espaço urbano.

E, no enfrentamento desta questão, as ações são sempre incompletas e, por negligência, imperícia ou por falta de vontade em promover uma ação realmente significativa e sistêmica, a drenagem urbana vem seguindo a lógica das intervenções estruturais e, transferindo os impactos de montante para jusante. Contudo, mesmo que tal lógica já seja por si só um grande problema, há um considerável agravamento da drenagem e escoamento hídricos, uma vez que quanto mais se busca transferir os problemas para jusante, mais força e velocidade de escoamento as águas acumuladas no fundo de vale, irão apresentar. (Tucci e Collischonn, 1998).

Isto posto, acrescenta-se que o poder de destruição à jusante do fundo de vale – uma feição fisiográfica bem presente nas cidades – é cada vez maior e capaz de alterar consideravelmente a fisionomia local pelo processo de erosão por solapamento. Esta situação fica bem representada na foto abaixo que mostra o fim do curso canalizado do Ribeirão Pirapitinga, na cidade de Catalão.



Foto 01 – Fim da canalizado do ribeirão Pirapitinga localizado ao lado do Posto Gaúcho. - Município de Catalão (GO). Autor: M. G. Viana (2017).

Este mesmo lugar é apresentado em um evento de chuva intensa que atinge a cidade de Catalão (GO), aos vinte e dois de novembro de dois mil e quatorze. Nesta ocasião a enchente provocada pelo volume de água capitada pela malha urbana impermeabilizada provoca o transbordamento do Ribeirão Pirapitinga na parte canalizada, criando uma situação de risco iminente à população local e, desdobrando-se em outros problemas ambientais à jusante.



Foto 02 – Avenida Raulina Fonseca Paschoal - último trecho canalizado do ribeirão Pirapitinga - ao lado do Posto Gaúcho. - Município de Catalão (GO). Autor: *Gustavo Vieira/Foto: reprodução* (22 de novembro de 2014). Disponível em: *Blog do Mamede*: <http://www.blogdomamede.com.br/?p=15649>

Contudo, a situação revelada pela fotografia acima pode ser minimizada ou, pelo menos, ter seu processo contínuo e certo de agravamento interrompido. Existem meios e técnicas que, se aplicados de forma coesa e integrada, podem contribuir de forma positiva para a minoração dos efeitos deletérios de enchentes desse tipo. Segundo o mesmo autor, Tucci (1997), os princípios básicos de controle das enchentes são

- (i) Estabelecer o controle da bacia hidrográfica urbana e não de pontos isolados;
- (ii) os cenários de análise devem contemplar o futuro desenvolvimento da bacia;
- (iii) deve-se procurar evitar que a ampliação da enchente devido a urbanização seja transferida para a jusante;
- (iv) o controle para as áreas ribeirinhas deve priorizar o uso de medidas não-estruturais como: zoneamento de enchentes, seguro e previsão em tempo real;
- (v) o controle deve ser estabelecido através do Plano diretor de Drenagem Urbana e administrado pelos municípios com o apoio técnico dos Estados. (Tucci, 1997. p. 9)

O professor Tucci (1999), de forma sequencial e complementando o raciocínio exposto na citação acima, deixa claro que é a total falta de um planejamento urbano coerente que produz as recorrentes enchentes e seus consideráveis prejuízos. Para o citado autor, o conhecimento técnico-científico para amenizar parte robusta dos impactos e, assim, reduzir a ocorrência de prejuízos decorrente de episódios de enchentes e inundações no meio urbano já é suficiente e encontra-se disponível a todos os governos. Contudo, o mesmo não descarta, para alguns casos mais graves, a necessidade de obras estruturantes de grande impacto ao erário público.

Assim, o planejamento urbano associado ao amplo cabedal de instrumentos de gestão existentes e, somado ao abandono consciente de técnicas de transferência ou exportação à jusante dos problemas relacionados às microbacias urbanas, constituem-se na única possibilidade de reduzir os prejuízos provocados pelas enchentes no meio urbano. Portanto, muito mais que uma urgência de revisão ou aprimoramento técnico-científico, evidencia-se uma urgência por seriedade e vontade política dos governantes. A escassez que se verifica, portanto, não é a de subsídios teóricos, mas a escassez de ações, por parte dos agentes públicos, que buscam, seriamente, por soluções reais e beneficentemente coletivas.

Em meio às ricas análises de natureza técnica, realizadas pelo autor em pauta, concernente ao gerenciamento e à gestão da drenagem urbana, evidenciam-se suas denúncias e críticas com respeito a um conjunto de necessidades sinteticamente extraídas das obras aqui analisadas, são elas: (a) necessidade de integração sistêmica das realidades analisadas e das

instituições legalmente envolvidas; (b) a necessidade de continuidade das ações de um governo para outro e, precipuamente – para coroar a lista de necessidades elencadas para mudar a situação do quadro analisado – (c) a necessidade de certa vontade política em resolver ou amenizar os problemas das águas no meio urbano.

Portanto, as enchentes do Ribeirão Pirapitinga – em seu percurso urbano – são, do ponto de vista técnico, provocadas pela intensa e contínua impermeabilização do solo, somado à canalização e retificação do curso urbano desse ribeirão. Contudo, outro fator que se deve adicionar aos dois já explicitados é o da “impermeabilização” dos canais de debate e participação nas decisões e rumos da gestão urbana, isto é, a dificuldade e impossibilidade impostas aos seguimentos organizados da sociedade, de participarem das discussões relacionadas à qualidade ambiental em Catalão-GO.

A resistência dos ocupantes dos cargos públicos temporários (Prefeitos, Secretários, Vereadores, etc.) em sucumbir às constatações históricas e científicas sobre as consequências de ações que visam privilegiar, exclusivamente, a valorização imobiliária em detrimento da qualidade e segurança ambientais é escandalosa. A comprovação para esta afirmação está implícita na canalização do perímetro antigo do Ribeirão Pirapitinga e escancarada na continuação desta obra de canalização presentemente em curso, mesmo que os registros de alagamento e enchentes já sejam suficientemente convincentes para descartar esse tipo de intervenção como opção.

Na foto abaixo verifica-se a retomada/continuação da canalização do citado ribeirão a partir do ponto que demarcava a fim da canalização antiga o que pode ser visto na fotografia 01. A retirada de plantas nativas da robusta mata ciliar antes incidente e a continuação do projeto de retificação e canalização do curso de água perpetuará a lógica de sempre, qual seja, a de trasladar o problema para sua jusante. Contudo o agravante consiste na maior velocidade de escoamento do leito canalizado e, inclusive, do ganho considerável da captação das águas o que se garantiu pela retirada da cobertura vegetal ciliar.



Foto 03 – Continuação da canalização do ribeirão Pirapitinga na Avenida Raulina Fonseca Paschoal - Município de Catalão (GO). Autor: Autor: M. G. Viana (2018).

Vê-se flagrantemente que todas as recomendações da literatura científica pertinente, que aqui se viu representada predominantemente pelas contribuições do Professor Dr. Carlos E. M. Tucci (1997, 1998, 1999, 2002, 2005 e 2015) foram desconsideradas pelos agentes e representantes do poder público. A lógica das canalizações urbanas e obras estruturantes correlatas – que enchem os olhos dos eleitores e servem, aos mais desavisados, de comprovação de suposta eficiência administrativa - impedem que intervenções urbanas mais contemporâneas e por isso, mais ambientalmente e socialmente adequadas, sejam pautadas.

Em conversas com empresários e trabalhadores das margens do Ribeirão Pirapitinga notou-se a desconfiança de alguns com relação às possíveis consequências da continuação das obras de canalização. Outra constatação foi o questionamento manifesto por alguns concernente à necessidade de audiências públicas e consultas para a proposição de alternativas e a definição daquela que poderia ser a mais adequada. Comprovou-se, assim, a necessidade de alinhar em um mesmo processo de discussão e tomada de decisões no âmbito

do planejamento urbano as contribuições científicas e os expedientes políticos de consulta pública, o que já é claramente previsto em lei.

Considerações finais

A partir, principalmente, das contribuições do Professor Dr. Carlos E. M. Tucci pode-se concluir que a resolução de parte dos problemas decorrentes da gestão problemática e ineficiente das águas no meio urbano ou dos problemas que estabelecem correlação direta à referida e vital temática, são potencializados por uma cultura política imprópria, ainda em voga e submissa aos interesses econômicos das elites instaladas em cada localidade que se considere.

Ficou claro que a prevalência dos interesses econômicos dos atores mais endinheirados frente à utopia de construir uma cidade para todos é uma marca dos nossos dias. Desta forma a constatação clara a que chegamos e que explica toda a dinamicidade presente, não apenas a da contínua expansão do espaço urbano – tal como classicamente ocorre - e por consequência deste, da ocorrência dos inúmeros problemas de ordem socioambiental, continua sendo a lógica da busca por vantagens, isto é, o predomínio dos interesses de uma elite econômica dominante sobre os direitos de toda a sociedade.

Assim, como se trata da imposição de um ideal de planejamento urbano sobre outros ideais mais democráticos, empurrar os problemas para debaixo do tapete (Mészáros , 2011) ou para jusante parece sempre ser a escolha política daqueles que enxergam o planejamento e a gestão dos espaços urbanos como algo submetido exclusivamente à lógica econômica e/ou à lógica eleitoral. Esse tipo de abordagem, já provou por diversos episódios de destruição e prejuízos ao erário público, que precisa ser, urgentemente, superado.

Esse é o diagnóstico sobre as enchentes anuais do Ribeirão Pirapitinga na cidade de Catalão-GO; tais se inserem em um contexto claro de consequências diretas de um planejamento urbano que desconsidera – por opção política e ideológica - um vasto conjunto de discussões já consolidadas sobre a coexistência num mesmo espaço urbano em expansão de processos demográficos e urbanos com a dinâmica de uma microbacia.

Assim, como trata-se de um problema, o da gestão das águas urbanas, cada vez mais presente e preocupante nas cidades médias e, por isso, um problema que precisa ser continuamente e amplamente pautado pelo poder público. Mas, tendo em vista os expedientes de cerceamento de um lado e, a necessidade de validação democrática do debate, do outro lado, firma-se como necessária a observância vigilante dos moradores – organizados ou não –

e da comunidade científica para garantir que as ações estruturantes sejam opção válida apenas quando comprovadamente forem a única solução.

REFERÊNCIAS

AMORIM FILHO, O.B; RIGOTTI, J.I.R. Os limiares demográficos na caracterização das cidades médias. In: XIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS. Anais... Ouro Preto: ABEP, 2002. p. 220-242. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/1109/1072> Acesso em: 07 de mar. 2018.

CARTA CAPITAL. 2011. **István Mészáros**: as contradições dos nossos tempos. Entrevista. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/istvan-meszaros-as-contradicoes-dos-nossos-tempos>. Acesso em: 07 de mar. 2018.

COSTA, R. **Espaços Urbanos em Risco: Eventos climáticos Extremos e Desastres**. 2017. Catalão. 4 p. Notas de Aula. Disciplina ministrada no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão.

DEUS, J. As cidades médias na nova configuração territorial brasileira. Boletim Goiano de Geografia, Goiânia, v. 24, n. 1-2, p. 81-91. Jan./Jun. 2004. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/4135/3638> Acesso em: 07 de mar. 2018.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Catalão-GO: Panorama 2017**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/catalao/panorama> Acesso em: 07 de mar. 2018.

SANTOS, F. A. A. dos. **Alagamento e inundação urbana: modelo experimental de avaliação de risco**. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – Universidade Federal do Pará, Belém.

TUCCI, C. E. M.; Associação Brasileira de Recursos Hídricos. **Modelos hidrológicos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

TUCCI, C.; COLLISCHONN, W. 1998. **Drenagem urbana e Controle de Erosão**. VI Simpósio nacional de controle da erosão. 29/3 a 01/04, 1998, Presidente Prudente, São Paulo. Disponível em: <http://rhama.com.br/blog/wp-content/uploads/2016/12/drenagem-urbana-e-controle-de-erosao.pdf> Acesso em: 07 de mar. 2018.

TUCCI, C.E.M. 1999. **Aspectos Institucionais no Controle de Inundações**. I Seminário de Recursos Hídricos do Centro Oeste. Brasília. Disponível em: <http://rhama.com.br/blog/wp-content/uploads/2016/12/aspectos-institucionais-do-controle-das-inundacoes-urbanas.pdf> Acesso em: 07 de mar. 2018.

TUCCI, C.E.M. Água no meio urbano. In: REBOUÇAS, A. C. (Org.) et al. **Águas doces no Brasil: capital ecológico, uso e conservação**. 4 edição; São Paulo. Escrituras Editora. 2015

TUCCI, C.E.M. **Gerenciamento da drenagem urbana**. RBRH – Revista Brasileira de Recursos Hídricos. Porto Alegre. V. 7. N.1. Jan/Mar 2002, p. 5-27. Disponível em: <http://rhama.com.br/blog/wp-content/uploads/2017/01/GEREN02.pdf> Acesso em: 07 de mar. 2018.

TUCCI, C.E.M. **Plano diretor de drenagem urbana**: princípios e concepção. RBRH – Revista Brasileira de Recursos Hídricos. Porto Alegre. V. 2. N.2. Jul/Dez 1997, p. 5-12

VIEIRA,G. Forte chuva assusta e causa prejuízos em Catalão. **Blog do Mamede**. Disponível em: <http://www.blogdomamede.com.br/?p=15649>. Acesso em: 07 de mar. 2018.

UM ESTUDO SOBRE A EXPANSÃO DA MALHA URBANA DO MUNICÍPIO DE CATALÃO (GO) E SUAS IMPLICAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS

Márcio Greik Viana

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia
Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão
professorgreik@gmail.com

Dr. Paulo Henrique Kingma Orlando

Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia
Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão
phorlando@yahoo.com.br

1216

Resumo: O presente artigo apresenta a pesquisa – em andamento – concernente ao processo de expansão da malha urbana de Catalão(GO) e suas implicações socioambientais. A pesquisa teve seu início em março do ano de 2017, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal de Goiás – Regional de Catalão. A intenção da pesquisa é estudar o rápido processo de expansão da malha urbana de Catalão(GO), percebendo as relações de sequência, consequência e implicância entre este processo e os diversos problemas ambientais e sociais observados. Neste sentido, mesmo estando, ainda, em andamento, foi possível perceber que parte considerável dos problemas urbanos da cidade de Catalão(GO), dentro das categorias elencadas pela presente pesquisa, são, claramente, consequência de um crescimento espacial e demográfico rápido e, sem a devida preocupação com o acúmulo de pesquisa científica e leis que devem comparecer no ambiente de planejamento e gestão urbanas.

Palavras -chave: Planejamento urbano. Cidade. Implicações socioambientais.

Resumen: El presente artículo presenta la investigación - en curso - concerniente al proceso de expansión de la red urbana de Catalão (GO) y sus implicaciones socioambientales. La investigación tuvo su inicio en marzo del año 2017, en el ámbito del Programa de Postgrado en Geografía, de la Universidad Federal de Goiás - Regional de Catalão. La intención de la investigación es estudiar el rápido proceso de expansión de la red urbana de Catalão (GO), percibiendo las relaciones de secuencia, consecuencia e implicación entre este proceso y los diversos problemas ambientales y sociales observados. En este sentido, aún estando en marcha, fue posible percibir que parte considerable de los problemas urbanos de la ciudad de Catalão (GO), dentro de las categorías enumeradas por la presente investigación, son claramente consecuencia de un crecimiento espacial y demográfico rápido y, sin la debida preocupación por la acumulación de investigación científica y leyes que deben comparecer en el ambiente de planificación y gestión urbanas.

Palabras clave: Planificación urbana. Ciudad. Implicaciones socioambientales.

1 Introdução

O espaço urbano é, por excelência, espaço em contínuo movimento de alteração. Independentemente se há ou não expansão, o espaço urbano jamais permanece o mesmo. As construções, demolições, reconstruções e ressignificações marcam o compasso do grande

enredo socioeconômico que dá vida às cidades. Ponderar, geograficamente, as dinâmicas que atuaram e as que presentemente atuam no incessante redesenho da urbe, é expediente inevitável e imprescindível ao esforço de compreensão das tramas e dos dramas vivenciados nas cidades.

A expansão urbana de Catalão (GO) – objeto de estudo desta pesquisa – é gatilho circunstancial e ensejador para uma série de processos que caracterizam os diversos e complexos cenários urbanos. Problemas, das mais diversas ordens, escalas e intensidades, podem ser repercussões diretas da forma como se deu esta expansão. Assim, identificar os principais atores, fatores e tendências atuantes e determinantes no processo de expansão de uma dada malha urbana é, condição, para se construir um diagnóstico, um prognóstico e, inclusive, intentar a prescrição de ações que venham solucionar ou amenizar os problemas detectados.

Por isso mesmo, a análise da dinâmica urbana de Catalão (GO), a partir da década de 1970, proporcionou a coleta e o tratamento de informações com alto potencial crítico-reflexivo. Estas quase seis décadas de rápido crescimento horizontal de Catalão (GO), acompanhado por um extraordinário incremento demográfico – que quase quadruplicou nesse período (Melo et al., 2007; IBGE, 2016). – promoveram intensas reconfigurações territoriais comandadas, quase sempre e de forma exclusiva, pela lógica da reprodução contínua do capital.

Visando o atendimento dos objetivos elencados, os procedimentos e técnicas da pesquisa estão sendo harmonizados conforme sugestão própria de cada etapa. O percurso metodológico compreenderá os seguintes passos: a) pesquisa teórico-bibliográfica concernente à temática expansão urbana; b) pesquisa documental com consulta a acervos digitais e físicos de órgãos públicos, para seleção e coleta de mapas, documentos oficiais e demais outros documentos relevantes e c) pesquisa de campo, de cunho etnográfico, com a finalidade de perceber as repercussões espaço-territoriais e socioambientais do processo de expansão da malha urbana de Catalão (GO), na dinâmica de vida da população.

Têm-se, percebido, que o crescimento, em certo sentido, “desordenado” e rápido da cidade de Catalão (GO), explica parte considerável dos problemas já experimentados ou claramente anunciados para um futuro bem próximo. Desta forma, essa pesquisa consiste num esforço justificável, uma vez que compreender e correlacionar problemas aparentemente pontuais, com processos históricos e lógicos, possibilita condições de rever dificuldades e

entraves nos contextos do planejamento e da gestão urbanos que devem apontar, legalmente, para uma cidade mais justa e democrática.

A dinâmica atual de uma cidade é o reflexo do acúmulo de outras tantas dinâmicas que precederam e promoveram a realidade espaço-territorial vigente. Por isso, a análise geográfica da expansão da malha urbana de Catalão (GO) deve, a partir das dinâmicas contemporâneas, considerar os arranjos que as precederam. Portanto espera-se confirmar pelo estudo em questão, que o crescimento urbano não segue uma programação ética e justa, como se fosse algo automaticamente inerente ou facilmente programável. Na verdade, o crescimento é o resultado direto de intenções e atores que, por serem históricos, podem ser identificados.

Após tais considerações o foco da pesquisa centrou-se no esforço pela compreensão da rápida expansão da malha urbana catalana, buscando, a partir do foco estipulado, distinguir os problemas que se mostram como rebatimentos diretos e indiretos deste processo de rápido crescimento horizontal da cidade. Neste intento, espera-se responder à seguinte questão principal: Como se deu a expansão da malha urbana de Catalão (GO) e quais foram suas principais consequências sociais e ambientais?

1 Desenvolvimento

O debate sobre a expansão da malha urbana muito embora reúna vasta bibliografia é, pela complexidade e dinâmica do objeto, um debate atual e de difícil superação quanto à relevância. A cada período de tempo – particularmente determinado – os agentes sociais que, conforme Corrêa (2004), atuam na construção e reconstrução contínua da cidade, promovem mudanças e ressignificações espaciais que refletem um modelo ou opções – não tão rígidas e sistemáticas - de planejamento e gestão urbanos aplicados.

Todas as mudanças, que de forma contínua e ininterrupta, vão gestando, pouco a pouco, uma nova espacialidade urbana, promovem rebatimentos socioambientais imediatos. Tais consequências são espelhamentos fidedignos da lógica apropriadora e produtora deste espaço urbano, a saber, a lógica do capitalismo. Neste sentido, Carlos (2015, p.4) afirma que

O processo de produção do espaço se submete à lógica capitalista que o tornou mercadoria, subsumindo a vida. A produção do espaço enquanto mercadoria liga-se, cada vez mais, à forma mercadoria, servindo às necessidades da acumulação, através das metamorfoses dos usos e funções dos lugares que também se reproduzem sob a lei do reproduzível, a partir de estratégias da reprodução (em cada momento da história do capitalismo). (Carlos, 2015, p.4)

Assim, a primeira dinâmica considerada na análise da expansão do espaço urbano foi a mercadológica. Todas as demais influências que atuam na construção e dinâmica do espaço urbano estão direta ou indiretamente, sistemática ou pontualmente, submissas aos ditames do mercado, incluindo o próprio Estado, apontado por Corrêa (2004) como importante interventor sobre o espaço urbano. Corrêa (2004, p. 45), ainda versando sobre os múltiplos papéis que o Estado desempenha na produção do espaço, afirma que “essa multiplicidade decorre do fato de o Estado constituir uma arena na qual diferentes interesses e conflitos se enfrentam .”

Observa-se, portanto, que pensar o espaço urbano sem considerar a natureza e dinâmicas próprias de seu planejador legal, a saber, o Estado, é debate inútil. Todavia, é preciso compreender que este planejador legal não opera com isenção ideológica ou de forma inteiramente técnica. Muito pelo contrário, o Estado capitalista, por natureza político-ideológica, quase sempre tende a acolher os interesses econômicos dos endinheirados. Carlos (2010, p. 182) dissertando sobre a utopia da gestão democrática da cidade registra que

As políticas urbanas orientam os investimentos em determinados setores e áreas da cidade, propícios a esta realização, em detrimento de “áreas carentes”, com a produção da infraestrutura necessária a esta nova acumulação. Assim, mudam-se as leis de zoneamento, de modo a permitir a expulsão de moradores das chamadas “áreas nobres”, e, como consequência, permitir o reparcelamento das terras urbanas necessárias à produção dos edifícios corporativos, por exemplo. É assim também que se mudam os gabaritos dos prédios, trazendo como consequência o adensamento de áreas inteiras da cidade, “requalificando-as” e redefinindo uma nova divisão espacial do trabalho e da residência na cidade, fundada numa orientação política que produz parcerias entre o setor público e o privado. (Carlos, 2010, p. 182)

Percebe-se, ainda, que o avanço legal preconizado no ordenamento jurídico urbanístico brasileiro, que determina a participação popular na gestão urbana tem – em razão da relação viciosa entre Estado e poder econômico – sido convertido em vasto instrumental pro forma. Neste contexto, as determinações do Estatuto da Cidade, Lei 10.257 de 10 de julho de 2001, que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição da República Federativa do Brasil (de 1988) e estabelece, dentre vários outros mecanismos democratizantes, a referida participação popular, passam a compor cenários que falseiam uma consulta direta aos moradores.

Do mesmo modo, todo esse esforço em burlar a legislação urbanística, a fim de impedir que tais dispositivos alcem os moradores dos bairros e comunidades mais pobres à condição de protagonistas, é revelador do grau de comprometimento da ampla maioria das administrações públicas municipais, país afora. A população, organizada ou não, fica à mercê de ações pontuais, reduzidas e espaçadas do poder público, que atende de forma precária e

lenta, aquelas demandas que a princípio, deveriam ser contempladas na concepção e implantação dos bairros autorizados, pelo menos, desde o começo deste século.

Duarte (2007), contribuindo sobre o debate do planejamento urbano após a aprovação do Estatuto da Cidade (2001) evidencia, ao longo de sua rica argumentação, a importância dos conselhos municipais, das conferências temáticas, das organizações não governamentais (ONGs), das associações de classes e dos indivíduos da população em geral e, etc., na construção de diretrizes para a expansão urbana e na tomada de outras decisões cujo resultado afetará toda a dinâmica social e urbana. O referido autor, versando sobre os responsáveis pela elaboração do plano diretor afirma que

É de responsabilidade de toda a sociedade que o plano diretor de sua cidade seja de boa qualidade, refletindo os anseios da população, ou seja, o que ela quer para a sua cidade. Em sua elaboração estão envolvidos técnicos, políticos, organizações da sociedade civil (como ONGs, associações de classes etc.) e toda e qualquer pessoa. Assim, uma vez que todos têm direito à participação nas audiências públicas, o sucesso da elaboração, implantação e fiscalização do plano diretor tornou-se responsabilidade de todos os cidadãos. (Duarte, 2007, p. 94).

Vê-se, portanto, que a obrigatoriedade da participação popular nos expedientes de planejamento e gestão urbanas é, em tese, ponto pacífico, mas na prática, ponto de discórdias, fraudes e constrangimentos. Todo este sistemático obstaculizar tem explicações e consequências cada vez mais claras. Do lado das explicações tem-se como principal fator o valor do solo urbano e de todos os fluxos e possibilidades de ganhos econômicos que o mesmo representa e, do lado das consequências, tem-se a clareza dos impactos negativos – e criminosos - inerentes à produção de uma cidade que não foi pensada para todos.

O esforço – até então aparentemente bem sucedido - de marginalizar toda uma sociedade das instâncias de planejamento e gestão do espaço urbano tem confirmação testemunhal, pois fica registrado neste mesmo espaço. Um espaço com uma funcionalidade socioespacial truncada, como por exemplo, um bairro periférico qualquer que apenas tardiamente recebeu algum tipo de serviço ou equipamento público, mas que ainda impõe a necessidade de longos deslocamentos à sua população - para completar o atendimento das suas necessidades básicas - é prova do alheamento e/ou alijamento desta população em tempos passados.

Neste sentido, quando discutimos a expansão da malha urbana, estamos discutindo um processo sócio-histórico contínuo e, em parte, irreversível. Por isso mesmo, mas, por ser também, um processo de dinâmica e impacto essencialmente coletivo, sua ocorrência processual deve ser marcada pela consulta e interferência constante dos cidadãos. Assim, é natural e precede ao complexo arcabouço jurídico urbanístico – razão lógica para

que algo figure em um texto legal – que a população residente em um dado lugar, participe dos expedientes que debatam e decidam as formas de ocupar, usar e expandir esse lugar.

Isto posto, depreende-se que ao analisarmos a expansão da malha urbana da cidade de Catalão(GO), foi possível perceber, considerando a já mencionada evidência testemunhal, que várias consequências negativas e conflitantes com os interesses e necessidades da parcela mais pobre da população tiveram sua gênese no embargo destes protagonistas (moradores) e, no desinteresse por parte do poder público, de zelar pela construção de uma cidade que sirva a todos. Sendo o direito à cidade um direito social da coletividade é, também, um dever estatal e, por esta esfera, um dever inalheável.

Assim, o estudo da expansão do espaço urbano permitiu compreender uma relação importante, que pode ser colocada na condição de par analítico. De um lado, ao considerar a dinâmica, cujo principal combustível são os interesses do mercado e, do outro lado as implicações socioambientais que foram sendo impressas nos espaços, em seus usos e, também, em suas contínuas dinâmicas. Temos, portanto, uma abordagem que tem revelado uma ligação entre os problemas experimentados pelos catalanos, com sua dinâmica de expansão derivada de uma lógica política e econômica impostas sobre este espaço desde os seus primeiros traçados.

A partir das considerações apontadas e tomando como postura orientadora a investigação crítica do passado urbanístico recente de Catalão, sua relação com outros espaços e, ainda, atribuindo o devido valimento às análises e leituras que os moradores fazem sobre seu próprio espaço, verificou-se que tipo de cidade foi produzida. Isso permitiu notar que, a cidade, como organismo vivo – consequente e dinâmico - sempre apresenta seus efeitos colaterais como resultados da aplicação de uma dada concepção de planejamento e gestão urbanos. Basta observar o que apontou Duarte (2007, p. 29), ao afirmar que

Afinal, o princípio básico da cidade é o de ser um organismo vivo, isso porque provoca suas próprias transformações internas, bem como pelo fato de se alterar em função das relações que têm com o exterior, em diferentes escalas. Sob este prisma, o planejamento urbano não pode pautar-se exclusivamente pelo presente que fica retratado no diagnóstico [...] (Duarte, 2007, p. 29).

Este organismo espacial e dinâmico, historicamente determinado por relações concretas de territorializações políticas, econômicas e sociais sintetizou uma cidade que, embora figure entre as economias mais fortes do Estado de Goiás, apresenta obstáculos à afirmação de uma cidadania urbana ideal. Seja pela não participação de sua população nos expedientes de planejamento e gestão urbanos, ou, como consequência deste, na conformação

de um arranjo espacial desfavorável às necessidades populacionais experimentadas, principalmente, pelos moradores dos bairros mais periféricos.

Assim, pesquisa parece evidenciar que em Catalão (GO) o Estado, em sua instância municipal, não agiu como efetivo planejador legal de seu espaço urbano. Essa despreocupação do Poder Executivo Municipal em atuar estrategicamente na gestão urbana se confirma como uma tendência histórica em todo o Brasil. Santos Jr (2011, p.295) dissertando sobre o papel do Estado na política urbana nacional aponta que

Ao mesmo tempo, **em termos institucionais**, a política urbana nunca foi assumida como uma política de Estado. Os sucessivos governos nunca tiveram um projeto estratégico para as cidades brasileiras que envolvesse, de forma articulada as intervenções no campo da regulação do solo urbano, da habitação, do saneamento ambiental, e da mobilidade e transporte público. Santos Jr (2011, p.295 – grifo nosso)

Muito embora já se tenha dispositivos legais suficientemente claros para mobilizar toda a estrutura do poder executivo municipal com respeito à política urbana, parece haver uma vontade política conflitante ao que se preconiza nestes dispositivos. Isso se constata no modelo de desenvolvimento urbano que se observa no Brasil, o que, mais uma vez, é considerado por Santos Jr (2011, p.294) que diz

Não restam dúvidas, as cidades brasileiras expressam os efeitos do modelo de desenvolvimento perverso e desigual que foi adotado pelo país nas últimas décadas, caracterizando-se por profundas desigualdades nos padrões de qualidades de vida, cidadania e inclusão social. (Santos Jr, 2011, p.294).

Mediante o exposto fica claro que o espaço urbano é o resultado de processos históricos que promoveram e, ainda, promovem mudanças específicas, isoladas e intencionadas. Fica claro também, que o poder municipal, muitas vezes comprometido com alguns grupos não atua como promotor legal e, portanto, promotor institucional da política urbana. E, conforme sustenta Corrêa (2001) o espaço urbano é modelado a partir da intenção de diversos atores econômicos, fato este que transforma o espaço urbano em espaço da desigualdade e da injustiça.

Assim, a compreensão dos processos e dinâmicas que atuaram e, em certa medida ainda atuam na definição contínua de uma espacialidade e funcionalidade urbana em Catalão (GO), é condição primeira para compreender e considerar possibilidades de correção, quando não de todos, de parte considerável das implicações socioambientais negativas destes processos. Portanto, é válido reafirmar que esta análise se faz no intuito de perceber vínculos de determinação entre dinâmicas geradoras e implicações socioambientais presentes, com a finalidade de, pela compreensão, tentar formular vias que apontem para soluções.

2 Metodologia da pesquisa

O primeiro estágio metodológico desta pesquisa foi o da pesquisa bibliográfica. A leitura inicial de autores como Harvey; Santos; Lefebvre ; Rolnik; Campos Filho; Corrêa; Duarte; Carlos e outros, proporcionou elementos para estabelecer as diretrizes gerais da pesquisa. A complementação e aproximação teórica do problema delimitado na pesquisa, a saber a expansão da malha urbana de Catalão (GO), por meio da pesquisa bibliográfica, dar-se com a leitura de Bueno; Pedrosa; Mendonça e Pedrosa.

Concomitante à pesquisa bibliográfica, a busca e análise em documentos oficiais, de informações que versam sobre o processo de expansão urbana de Catalão-GO, no âmbito da pesquisa documental, tem fornecido respostas e pistas que estão possibilitando a consolidação desta pesquisa. Neste estágio está sendo considerado o ordenamento jurídico urbanístico de Catalão, como por exemplo, o Plano Diretor de 2004 e sua versão revista de 2016; mapas e arquivos disponíveis na Secretaria Municipal de Obras Públicas, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária e, demais outros documentos de posse de outras instituições ou terceiros.

A pesquisa de campo, com o objetivo de analisar as consequências do processo de expansão da malha urbana e, buscar compreender sua magnitude e, sua clara relação com o referido processo, tem sido realizada a partir do método etnográfico. A opção pelo método de pesquisa etnográfico nasceu da sua característica direta e simples – mas sem ser simplistas - de “*escrever o que vemos*” (LAPLANTINE, 2004, p. 10). A ideia é a de registrar as impressões do próprio pesquisador e dos moradores, sobre aquilo que se desdobra à frente, como cenário urbano.

2 Discussão e resultados

Até o presente momento, a pesquisa tem demonstrado que o processo de expansão urbana de Catalão(GO) seguiu uma ordem mercantilista de transformação do espaço urbano em mercadoria. Um processo em flagrante desrespeito aos interesses sociais mais amplos e, por isso, em desconsideração total à Constituição Federal de 1988 e aos demais marcos legais reguladores do uso e da dinâmica do solo urbano, como pode-se citar o Estatuto da Cidade.

Por meio da pesquisa etnográfica foi possível perceber que inúmeros problemas urbanos são resultados diretos ou sofrem uma sistemática intensificação em razão da dinâmica

urbana presente em Catalão(GO). A existência de focos mais intensos de criminalidade e insegurança pública em alguns bairros; os problemas de trânsito na região central; os problemas de ordem ambiental, tais como as recorrentes enchentes ao longo do trecho urbano da bacia do Ribeirão Pirapitinga e, seu mau cheiro provocado nas imediações, configuram exemplos de problemas já detectados pela abordagem etnográfica.

Desta forma, como se trata de uma pesquisa, ainda, em andamento, o conjunto de implicações sociais e ambientais diretamente relacionados com a rápida expansão da malha urbana de Catalão(GO) será ainda mais ampliado. Isto fica claro quando se percebe, a cada incursão a campo, a amplitude dos problemas constatados.

Considerações finais

A presente pesquisa, ainda em curso, tem comprovado que o rápido processo de expansão da malha urbana de Catalão(GO) determinou e, ainda determina, inúmeras consequências sobre a atual dinâmica socioambiental. Inúmeros problemas, muitas vezes tidos como característicos de todo e qualquer espaço urbanizado, estão sendo revelados como consequências diretas de modelos e opções de gestão do espaço urbano.

Outra conclusão que esta pesquisa já nos permite tecer, diz respeito à possibilidade de mitigar parte dos efeitos desagradáveis deste processo de urbanização e, além das possíveis ações mitigadoras – ainda em processo de análise e crítica – vê-se possível de apontar, para as próximas ações de gestão urbana, contribuições que pautem preocupações e cuidados técnicos, legais e políticos, no sentido de construir uma cidade que seja caracterizada por um espaço e uma dinâmica capaz de beneficiar toda a população.

Ainda foi possível observar, com muita clareza, que todo o escopo de ordenamento jurídico aplicado à gestão urbana – seja da instância municipal, estadual ou federal – é, ou cumprido parcialmente, ou de todo rejeitado. Leis importantes, que deveriam resultar de um conjunto de análises técnicas, combinadas com uma sistemática consulta à população, como é o Plano Diretor, são elaboradas às pressas e transformadas e engavetadas.

A pesquisa já foi capaz de mostrar que a contribuição popular pode ser extremamente útil não apenas na compreensão dos principais problemas ou pontos de atenção, mas, inclusive, na formulação de alternativas técnicas e de políticas públicas capazes de melhorar os aspectos problemáticos que dificultam o direito à cidade, por parte, principalmente, das camadas populares mais pobres.

Enfim, o esforço, a partir da presente pesquisa em curso, de analisar a expansão da malha urbana de Catalão(GO) e, compreender as implicações sociais e ambientais deste processo tem se comprovado válido e bastante pertinente. A construção de um inventário com as possíveis reverberações oriundas da citada expansão urbana de Catalão(GO) tem se materializado em aporte técnico que servirá de referencial para a tomada de decisões de ordem técnica e política, nos esforços do poder público municipal, como principal agente planejador.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. A. Cidade brasileira: 1870-1930. In: SPOSITO, Maria Encarnação B. (Org.) **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas**. Presidente Prudente: UNESP, 2001, pp. 35-44.
- APPOLINÁRIO, F. **Dicionário de metodologia científica**: um guia para a produção do conhecimento científico. São Paulo: Atlas, 2004.
- BORBA, F. da S. (org.). **Dicionário Unesp do Português Contemporâneo**. Curitiba: Piá, 2011. 1488 p.
- BRASIL. **Estatuto da cidade**: Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001, Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, Brasília-DF, 2001. 35p.
- BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.
- BRITO, R.F. de. **A gestão das cidades e sua organização interna**: Anápolis 1993-2004. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Estudos Socio-Ambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2007.
- BUENO, E. de P. **Dinâmica demográfica e conformação sócio-espacial de Catalão**: uma análise dos níveis de desenvolvimento humano entre 1970 a 2000. Doutorado em Geografia (Tese), Universidade Estadual Paulista.
- CAMPOS FILHO, C.M. **Cidades brasileiras**: seu controle ou o caos. 4 ed. São Paulo: Studio Nobel, 2001.
- CARLOS, A. F. A. **A VIRADA ESPACIAL**. Mercator, Fortaleza, v. 14, n. 4, Número Especial, p.7-16, dez. 2015. <Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/mercator/v14nspe/1984-2201-mercator-14-04-spe-0007.pdf>> Acesso em: 10 mai. 2017.
- CARLOS, A. F. A. **Sobre a gestão democrática da cidade**: questões para o debate. GeoTextos, vol. 6, n. 1, jul. 2010. A. Carlos 179-189. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/geotextos/article/viewFile/4311/3170> Acesso em: 10 mai. 2017.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A Condição Espacial** – São Paulo: Contexto, 2011.

CARVALHO, P. F. C.; BRAGA, R. **Perspectivas de gestão ambiental em cidades médias**. Rio Claro: UNESP – IGCE – Laboratório de Planejamento Municipal – Ceplan, 2001.

CASTRO, I. E. et al (Org.). **Geografia: Conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

CHAUL, N. F. História Política de Catalão. **Ciências Humanas em Revista**, Goiânia, v. 5 n. 2, p. 41-54, jul./dez., 1994.

CHAUL, N. F. **História Política de Catalão**. Goiânia: Editora da UFG, 1994.

CHOAY, F. **O urbanismo**. São Paulo: Perspectiva, 1979. 350p.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2004.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço**: um texto para discussão. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (orgs.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2014, p. 41-51.

DUARTE, F. **Planejamento Urbano**. 20. ed. Curitiba: Ibpex, 2007. 177 p.

_____. **Temporalidades e processo de planejamento urbano: uma nova proposta de abordagem teórica**. Anais do III EBER - Encontro Brasileiro de Estudos Regionais, Belo Horizonte - MG, 20 a 22 de junho de 2004.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila. Disponível em: [http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/lapnex/arquivos/files/Apostila_-_METODOLOGIA_DA_PESQUISA\(1\).pdf](http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/lapnex/arquivos/files/Apostila_-_METODOLOGIA_DA_PESQUISA(1).pdf) Acesso em: 10 mai. 2017.

FREITAS, J. M. F. **Perspectivas do planejamento urbano contemporâneo**. Belo Horizonte: IGC-UFMG, 1996. 212p. (Dissertação, Mestrado em Geografia).

HARVEY, D. **Justiça Social e a Cidade**. São Paulo: HUCITEC, 1980.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Infográficos**: evolução populacional e pirâmide etária. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/painel/populacao.php?codmun=520510> Acesso em: 12 ago. 2017.

LEFEBVRE, H. **Lógica formal / Lógica informal**. 5 ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1991.

_____. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991. 145p.

LAPLANTINE, F. **A Descrição Etnográfica**. São Paulo: Terceira Margem, 2004.

MELO, N. A. et al. **Dinâmica populacional dos municípios e cidades de pequeno porte da microrregião de Catalão: as adversidades da segunda metade do século XXI**. Caminhos de Geografia - revista on line. Uberlândia v. 8, n. 23 Edição Especial p. 51 – 64. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/viewFile/15658/8857> Acesso em: 18 jul. 2017.

MENDONÇA, M. R. PEDROSA, L. E. **Diagnóstico e monitoramento sócio-ambiental da cidade de Catalão e do entorno**. Catalão: UFG, 2005.

PEDROSA, L. E. **A apropriação do relevo urbano e suas implicações sócio-ambientais: um estudo de caso em Catalão/GO**. Dissertação (Mestrado). Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATALÃO. **Plano diretor de Desenvolvimento sustentável Urbano e Ambiental de Catalão**, 2004.

ROLNIK, R. Plano diretor: desafio para uma gestão democrática da cidade. In: **Anais do seminário: Plano Diretor Municipal**. São Paulo: 1989. p. 216-221.

_____. Planejamento urbano nos anos 90: novas perspectivas para velhos temas. In: RIBEIRO, L. C. Q. & SANTOS Jr, O. A.(orgs.). **Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1994. p. 351-360.

SANTOS JR, O. A dos. **Cidade, cidadania e planejamento: desafios na perspectiva da reforma urbana**. 2011. Disponível em: <http://labcs.ufsc.br/files/2011/12/02.-SANTOS-JUNIOR-O.-Cidade-cidadania-e-planejamento-urbano.pdf> Acesso em: 18 jul. 2017.

SANTOS, M. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

GANHOS DE PRODUTIVIDADE E DEGRADAÇÃO DO MEIO AMBIENTE NA ECONOMIA DA SOJA NO BRASIL PARA O PERÍODO ENTRE 2003 E 2013

Mauricio Leite Nascimento
Universidade Federal da Bahia

Este trabalho busca discutir alguns aspectos econômicos relacionados a produção de soja no Brasil e as consequências para o meio ambiente em decorrência do modelo de produção adotado, cuja característica é a sua intensidade na utilização de agrotóxicos, para o período que corresponde ao boom das commodities entre 2003 e 2013. Método: pesquisa descritiva de caráter preliminar realizada em 2016 que inclui indicadores de comércio exterior, câmbio, produção, área plantada, produtividade e o consumo de agrotóxicos, em especial, o herbicida glifosato. Resultados: o estudo aponta um aumento da produção de soja puxada pela demanda internacional e um aumento expressivo no consumo de glifosato. Conclusão: o estudo dos dados aponta que o país está se especializando ainda mais em uma cultura de soja intensiva em agrotóxicos, incentivada principalmente pela demanda internacional, em particular, a China.

Palavras-chave: Soja; Glifosato; Exportação; Meio ambiente

This work seeks to discuss some economic aspects related to soybean production in Brazil and the consequences for the environment due to the adopted production model, whose characteristic is its intensity in the use of pesticides, for the period that corresponds to the commodity boom between 2003 and 2013. Method: Preliminary descriptive research carried out in 2016, which includes indicators of foreign trade, exchange, production, area planted, productivity and consumption of pesticides, especially glyphosate herbicide. Results: the study indicates an increase in soybean production driven by international demand and a significant increase in glyphosate consumption. Conclusion: the study of the data points out that the country is specializing even more in an agrochemical intensive soybean crop, stimulated mainly by international demand, particularly China.

Keywords: Soy; Glyphosate; Export; Environment

1 - AGRICULTURA MODERNA E REVOLUÇÃO VERDE

A agricultura vem se transformando ao longo dos anos e se adaptando conforme as condições naturais de produção de cada lugar somadas as intervenções realizadas pelo homem. Em um sistema capitalista, assim como se deu o desenvolvimento e expansão da indústria através da capitalização dos processos produtivos e a padronização para replicação dos mesmos, a agricultura também entrou nesse processo.

A mecanização da agricultura elevou a produtividade do trabalho, ao passo que deslocou a população rural para os grandes centros urbanos. A industrialização da agricultura não ocorreu apenas por meio da inserção de máquinas e equipamentos, mas também pela

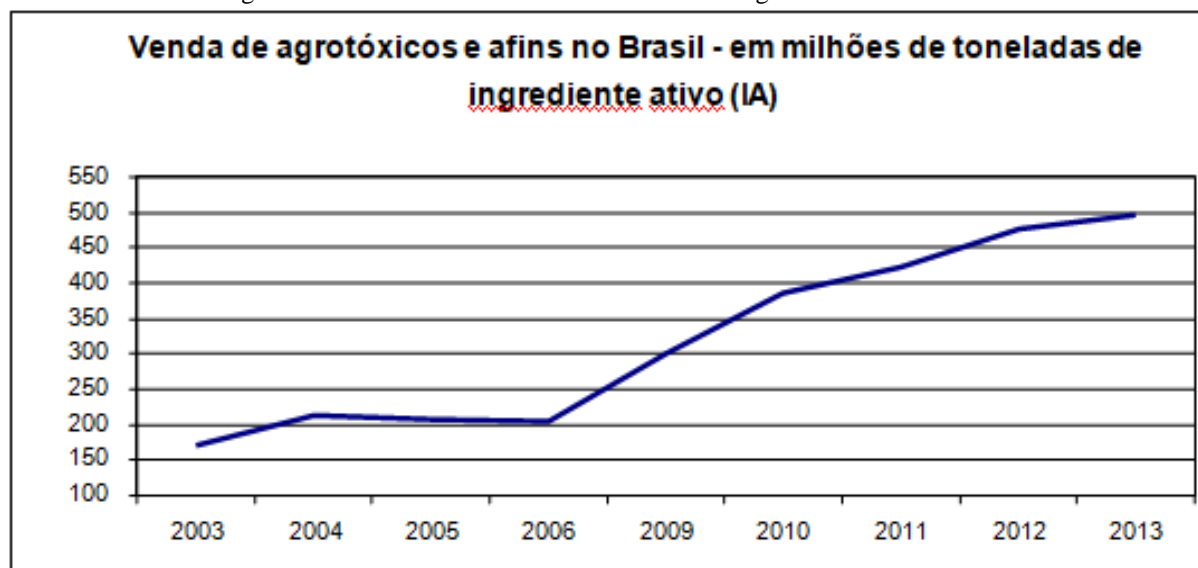
utilização de agrotóxicos e em pesquisas de desenvolvimento de sementes mais produtivas. A combinação desses fatores é chamada de Revolução Verde.

A Revolução Verde, cuja intensificação se deu a partir da década de 1960, é caracterizada pela utilização intensiva de agrotóxicos em lavouras de monocultura distribuídas por vastas extensões de terra. A configuração econômica a qual esse pacote de agricultura está inserido implica geralmente na produção de *commodities* voltadas para exportação ou para a produção de combustíveis, como é o caso da soja e da cana-de-açúcar.

A adoção da agricultura moderna gerou mudanças na estrutura produtiva do setor agrícola. Talvez a principal delas tenha sido a redução das influências das forças da natureza nos processos agrícolas, seguida pela mudança nas relações sociais de produção no campo, como aponta o professor Buttel (1995). Em seu artigo *Transiciones agroecológicas en el siglo XX: análisis preliminar*, o autor aponta para o século XX como o período de quebra de paradigmas. Primeiro, pelo desenvolvimento e expansão da agricultura moderna - especialmente em países em desenvolvimento - até o debate sobre os seus efeitos na saúde humana e o impacto ambiental resultante dessas práticas. A quebra desse paradigma o autor chamou de “ecologização” (em tradução livre do espanhol *ecologización*), quando os problemas decorrentes da adoção do pacote da Revolução Verde começam a aparecer com mais intensidade, levando ao ser humano a propor novas alternativas para o setor agrícola.

A industrialização da agricultura através da adoção do pacote da Revolução Verde trouxe vantagens para os investidores do segmento já que a redução das influências das forças da natureza era acompanhada da redução do risco do investimento, visto que as previsões de produção tornam-se mais assertivas. O Brasil adotou o pacote da agricultura moderna a partir da década de 1960, período o qual a agricultura brasileira passou a se mecanizar com maior intensidade. Além da mecanização do campo, o pacote incluía a instalação de empresas de capital estrangeiro especializadas no setor de agrotóxicos no país, cujos investimentos para a viabilização dos projetos na área eram de origem estatal. Segundo o Dossiê Abrasco publicado em 2015, o Brasil é o maior consumidor de agrotóxico do mundo.

Gráfico 1 - Venda de agrotóxicos e afins no Brasil - em toneladas de ingrediente ativo



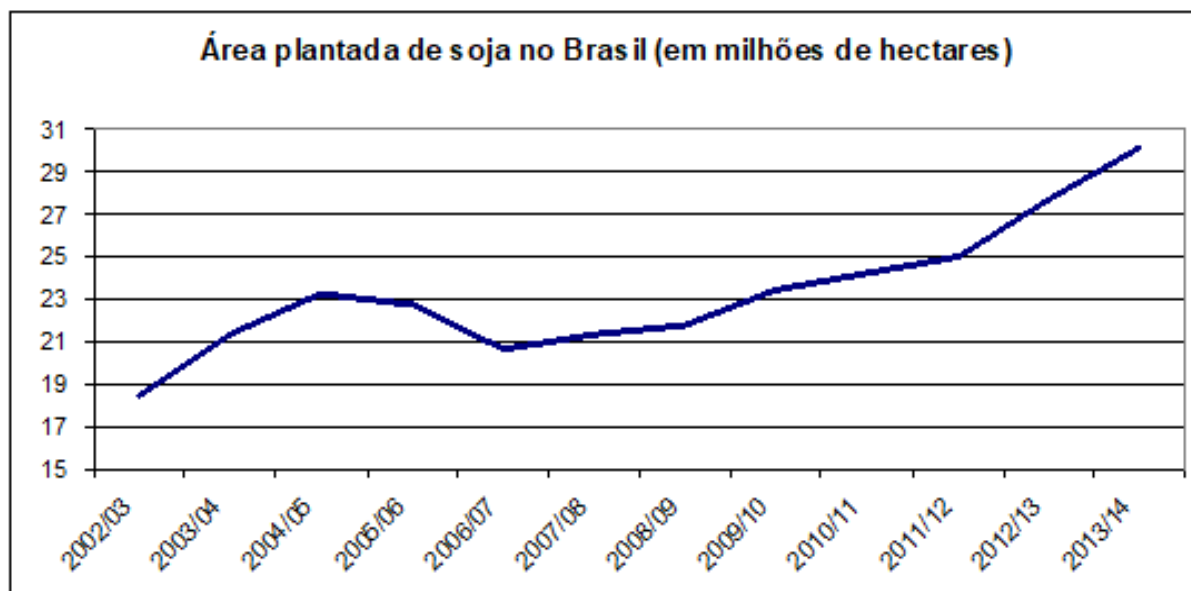
Elaboração própria. Fonte: IBAMA / Consolidação de dados fornecidos pelas empresas registrantes de produtos técnicos, agrotóxicos e afins, conforme art. 41 do Decreto nº 4.074/2002.

Os dados referentes aos anos de 2007 e 2008 não foram disponibilizados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Em 2003 o Brasil comercializou cerca de 170 milhões de toneladas de agrotóxico. A comercialização de agrotóxicos no país quase que triplicou em 2013, alcançando quase 500 milhões de toneladas.

O Relatório Abrasco aponta que as principais culturas consumidoras de agrotóxicos são a soja, cana-de-açúcar, milho e algodão, ressaltando que a expansão dessas culturas acontece em restrição ao desenvolvimento e até mesmo a retração da agricultura familiar. Só essas quatro culturas consumiram cerca de 80% dos agrotóxicos no país em 2013, como aponta o relatório.

Quanto a estrutura fundiária, observou-se no Censo Agropecuário 2006 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que a agricultura familiar corresponde a 84,4% dos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Apesar da participação expressiva na composição dos estabelecimentos registrados no país, a agricultura familiar ocupa apenas 24,3% das terras utilizadas no setor, o que corresponde a uma estrutura fundiária bastante concentrada. Os estabelecimentos não familiares, que correspondem a 15,6% do total dos cadastros, estão distribuídos ao longo dos restantes 75,7% da área ocupada no país. O relatório ainda aponta que a agricultura familiar, mesmo com maioria expressiva, concentra apenas 30% das receitas obtidas no segmento.

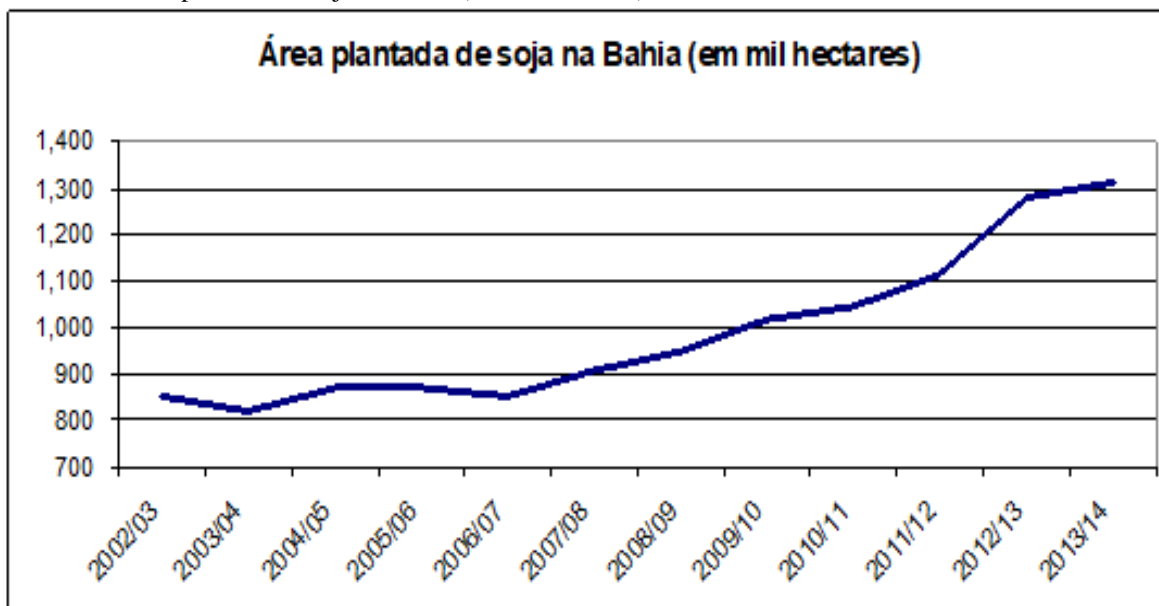
Gráfico 2 – Área plantada de soja no Brasil (em milhões de hectares)



Elaboração própria. Fonte: CONAB

O aumento expressivo da área plantada nos últimos é um dos fatores responsáveis por essa concentração de renda, sendo que tanto no Brasil quanto na Bahia a área plantada de soja tem apresentado tendências ascendentes.

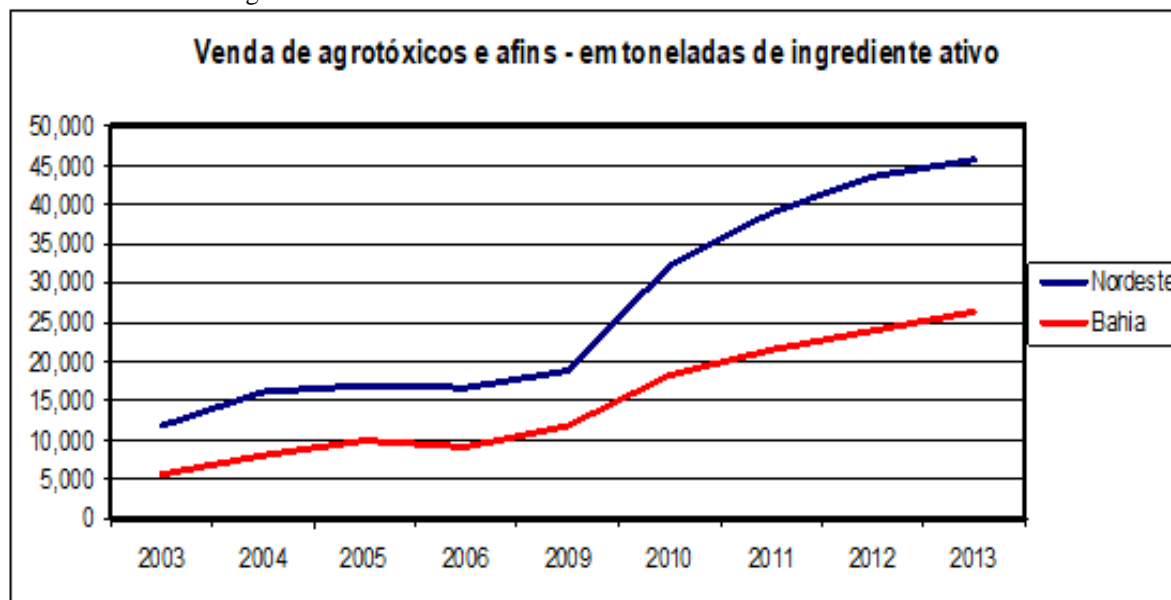
Gráfico 3 – Área plantada de soja na Bahia (em mil hectares)



Elaboração própria. Fonte: CONAB

Já na região Nordeste, a venda anual de agrotóxicos no período entre 2001 e 2003 esteve próxima de 10% das vendas nacionais, tendo o estado da Bahia como principal consumidor, sendo responsável por mais da metade do consumo de agrotóxicos na região.

Gráfico 4 – Venda de agrotóxicos e afins no Nordeste e na Bahia



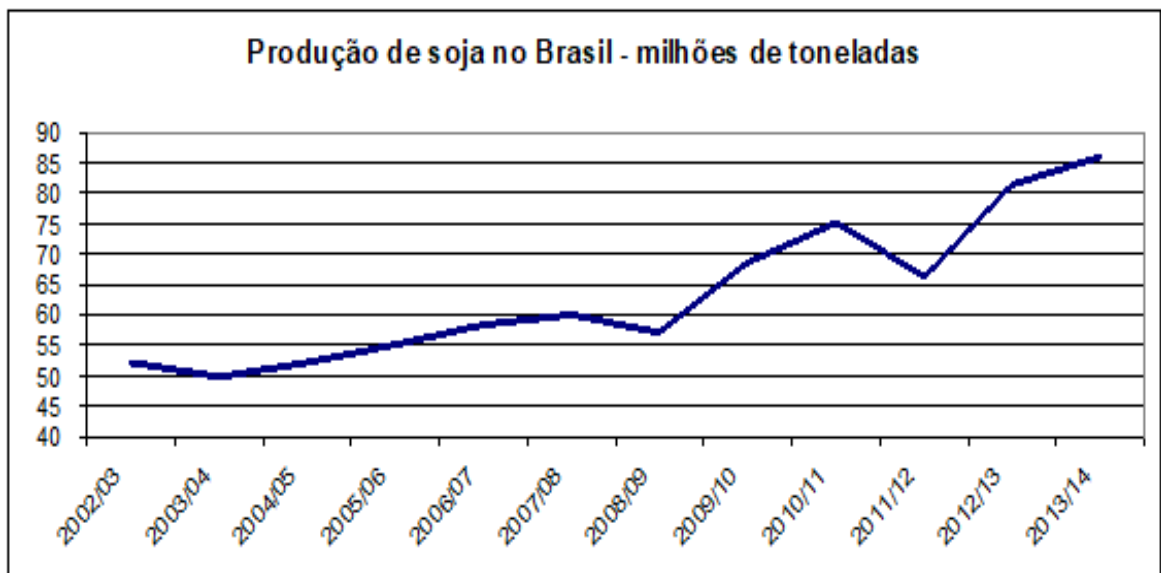
Elaboração própria. Fonte: IBAMA / Consolidação de dados fornecidos pelas empresas registrantes de produtos técnicos, agrotóxicos e afins, conforme art. 41 do Decreto nº 4.074/2002.

2 – A ECONOMIA DA SOJA

O setor da agricultura brasileira está entre um dos mais produtivos do mundo, além de possuir um papel relevante nos mercados internacionais. A produção de soja no Brasil se destaca entre as outras culturas devido ao tamanho da sua produção e, consequentemente, da sua área plantada.

Segundo os dados da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), a participação da soja na produção nacional de grãos alcançou quase 45%, seguido pela fatia de 42% da participação da produção de milho na safra de 2014. Com relação à área plantada, a cultura da soja já ultrapassa a metade de toda a área plantada do país, enquanto a área plantada de milho ocupa quase 25% do total.

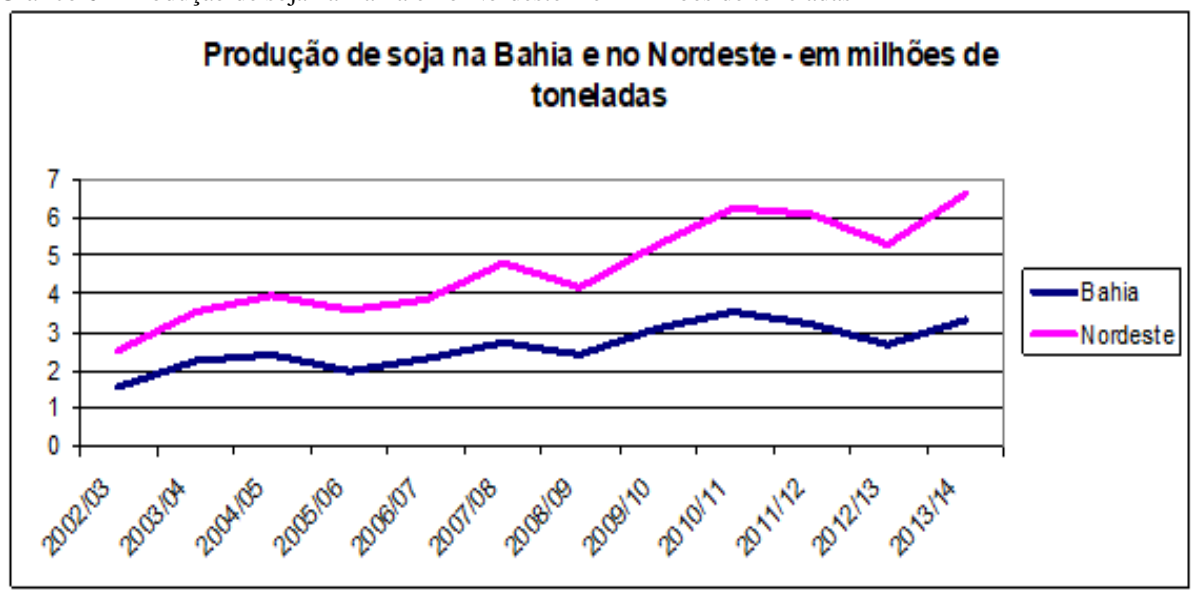
Gráfico 5 – Produção de soja no Brasil – em milhões de toneladas



Elaboração própria. Fonte: CONAB

Essa produção está distribuída ao longo das regiões brasileiras de forma concentrada. Quase metade da produção de soja advém da região Centro-Oeste. Apenas o estado do Mato Grosso responde por 30% da produção nacional do grão. Os estados de Goiás e Mato Grosso do Sul representaram um pouco mais de 17% da produção nacional em 2014. Logo após vem a região Sul, cuja produção alcançou mais de 33% da produção nacional em 2014, tendo o Paraná e o Rio Grande do Sul como os principais protagonistas.

Gráfico 6 – Produção de soja na Bahia e no Nordeste – em milhões de toneladas

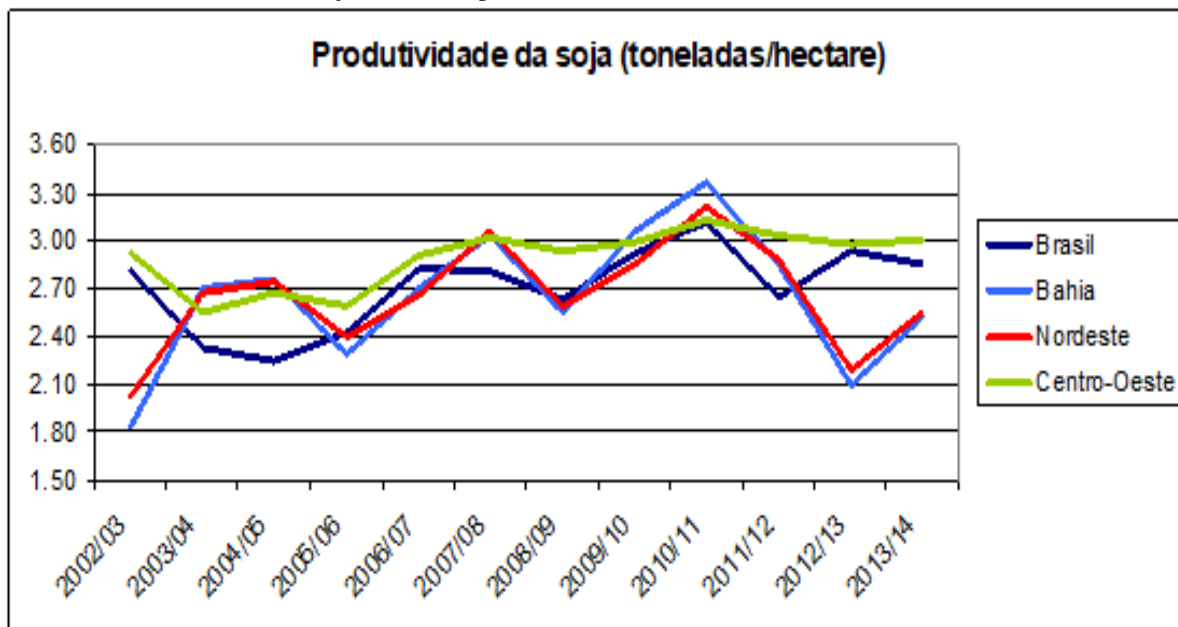


Elaboração própria. Fonte: CONAB

Já a região Nordeste fechou o ano de 2014 como a terceira maior produção de soja do país, beirando os 7% da produção nacional. A produção de soja na Bahia nos últimos

corresponde a cerca de metade da produção da região Nordeste, mantendo sua participação por volta de 50% em 2014. Depois da Bahia, estão o Maranhão e Piauí, sendo que apenas esses três estados produzem soja em larga escala na região.

Gráfico 7 – Produtividade da soja (toneladas por hectare)



Elaboração própria. Fonte: CONAB

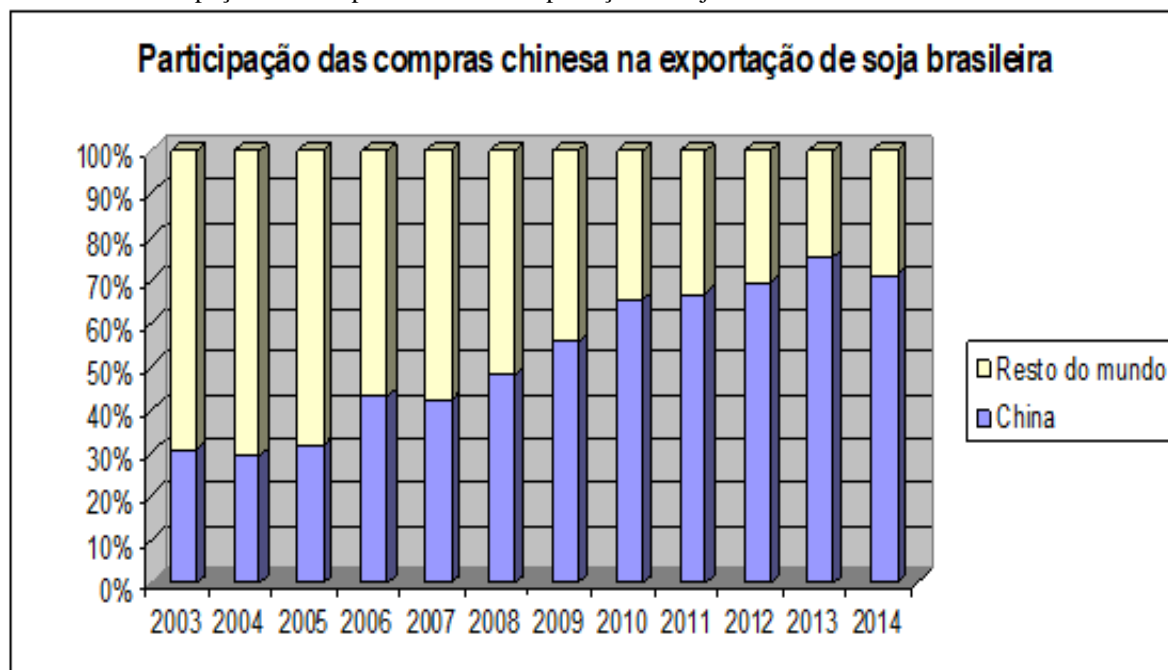
A região Centro-Oeste manteve o seu nível de produtividade acima da média nacional em praticamente todas as safras analisadas, quando quase se igualaram em 2010, sendo a Bahia o estado com a maior produtividade daquele ano.

Os maiores produtores de soja do mundo na safra 2013/14 foram os Estados Unidos, com uma produção de 91 milhões de toneladas, seguida pela produção de 86 milhões de toneladas do Brasil. A Argentina logrou uma produção de 53 milhões de toneladas, ficando em terceira maior produtora e a China em quarta, com uma produção de 12 milhões de toneladas. Esses quatro países são responsáveis por mais de 90% da produção mundial de soja segundo os dados do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA).

Ainda segundo o departamento, os Estados Unidos foram os maiores exportadores em 2014, comercializando mais de 48 milhões de toneladas além de suas fronteiras. Em segundo lugar, aparece o Brasil com um total de 46 milhões de toneladas exportadas no mesmo período. Em terceiro lugar aparece a Argentina, com um total de 8 milhões de toneladas exportadas.

No outro lado da balança, a China sai em disparada como o maior importador de soja do mundo. Segundo o USDA, só a China importou 74 milhões de toneladas do grão em 2014, seguida pela União Européia com 12 milhões de toneladas importadas. Em terceiro lugar está o México, cujas importações somaram mais de 4 milhões de toneladas.

Gráfico 8 – Participação das compras chinesa na exportação de soja brasileira

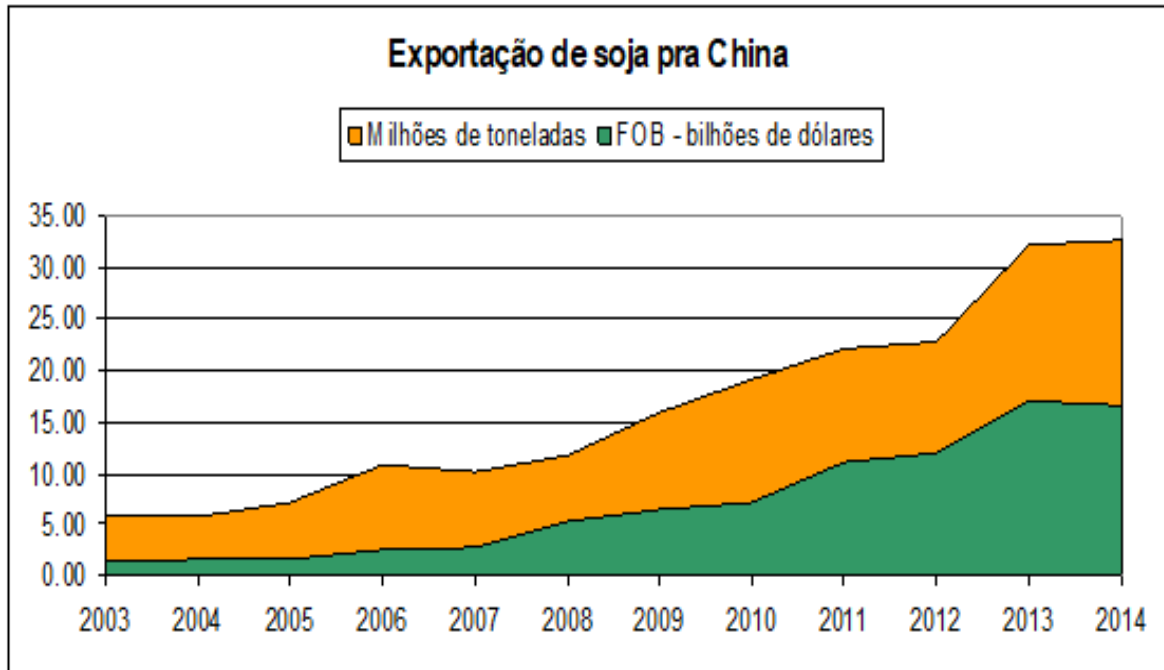


Elaboração própria. Fonte: ALICEWEB

No período analisado, a participação das compras chinesas no total das exportações brasileiras de soja cresceu de forma substancial. Em 2003 a participação das compras chinesas de soja do total exportado era de 30%. Apesar do valor expressivo, a China conseguiu abocanhar 75% das exportações de soja brasileira, encerrando o ano de 2014 na marca dos 71%.

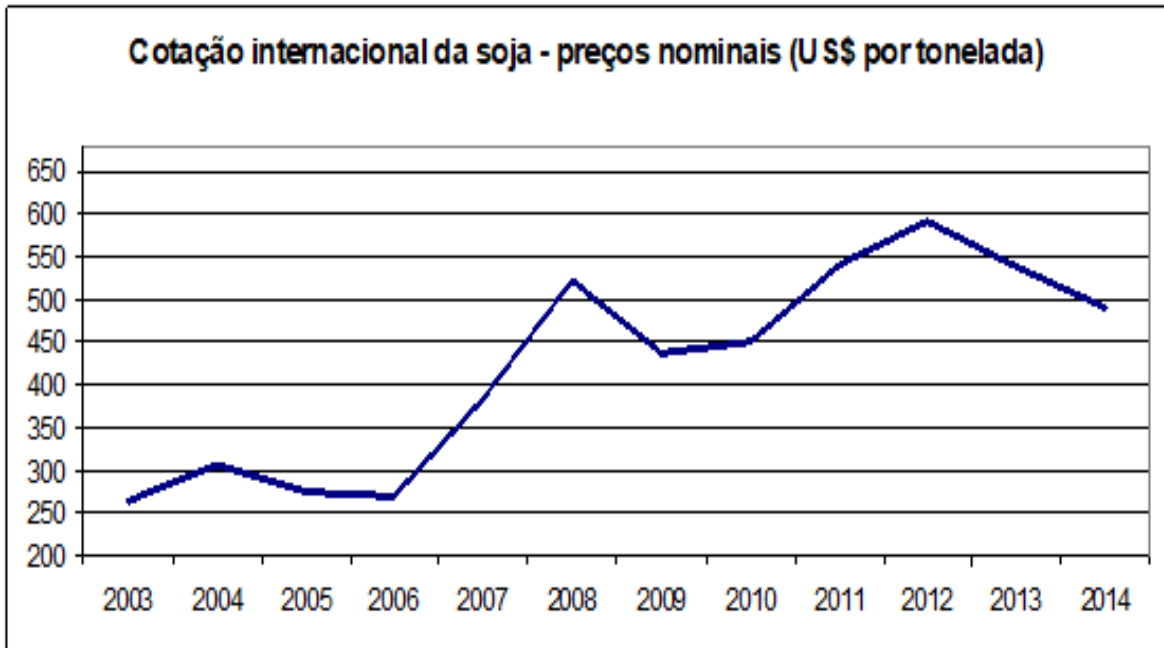
Nesse contexto, o Brasil obteve ganhos de comércio visto o aumento dos preços das *commodities* e o crescimento da demanda chinesa. O preço da soja mais do que dobrou no período analisado, sendo este fator, um grande incentivo para o crescimento da produção brasileira. No entanto, o país se especializa em um bem cuja demanda é muito mais sensível às variações do mercado.

Gráfico 9 – Exportação de soja pra China



Elaboração própria. Fonte: ALICEWEB

Gráfico 10 – Cotação internacional da soja – preços nominais (US\$ por tonelada)



Elaboração própria. Fonte: World Bank Commodity Price Data (The Pink Sheet)

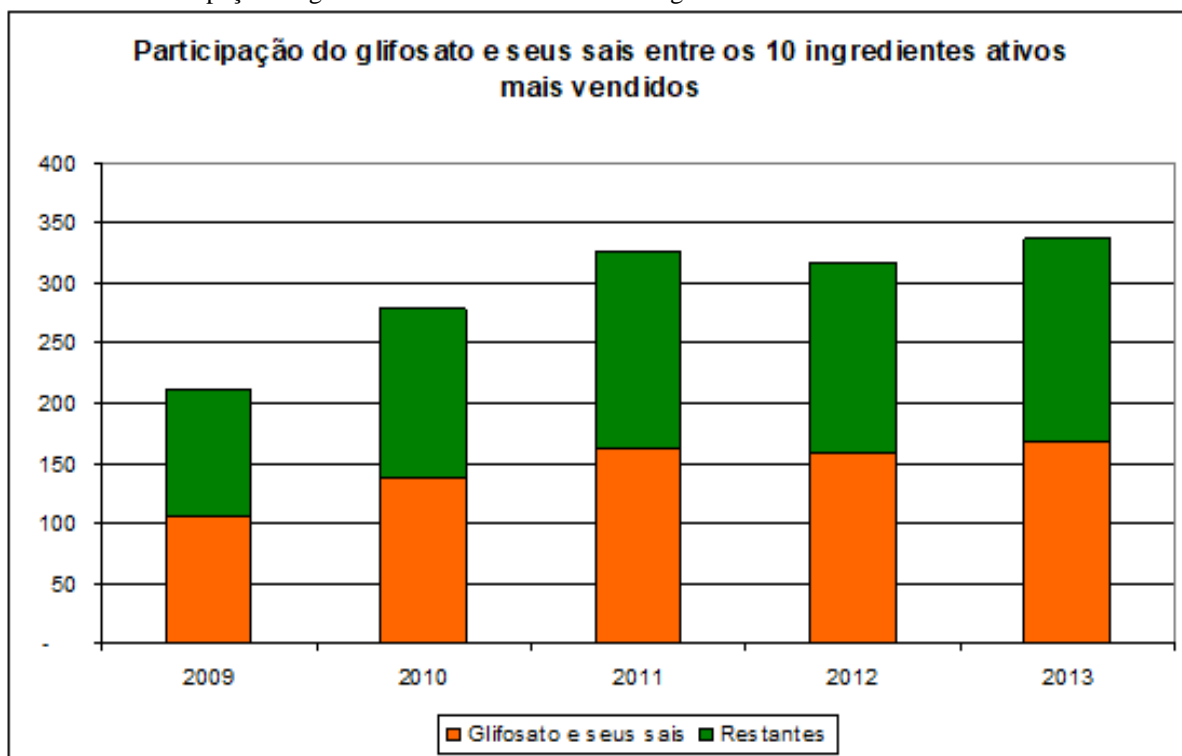
3 – TRANSGENIA E AGROQUÍMICOS

Uma das principais características da soja transgênica é a capacidade de resistir a ação de herbicidas, cuja utilização é direcionada ao combate de ervas daninhas. Carvalho (2012) aponta a utilização do herbicida glifosato na produção da soja transgênica. No entanto, visto o

aumento da área plantada, a crescente produção, e conseqüentemente o aumento no consumo desse herbicida, cujos efeitos vão desde a contaminação dos solos e dos rios, até a contaminação direta pelo produto através da ingestão de alimento contaminado.

No período analisado o consumo de agrotóxicos apresentou uma trajetória ascendente, cuja participação do glifosato e seus sais entre os 10 ingredientes ativos mais vendidos variou entre 44% e 54%, segundo os dados do IBAMA. Esses dados são reflexos diretos da expansão das lavouras transgênicas, intensivas no herbicida glifosato.

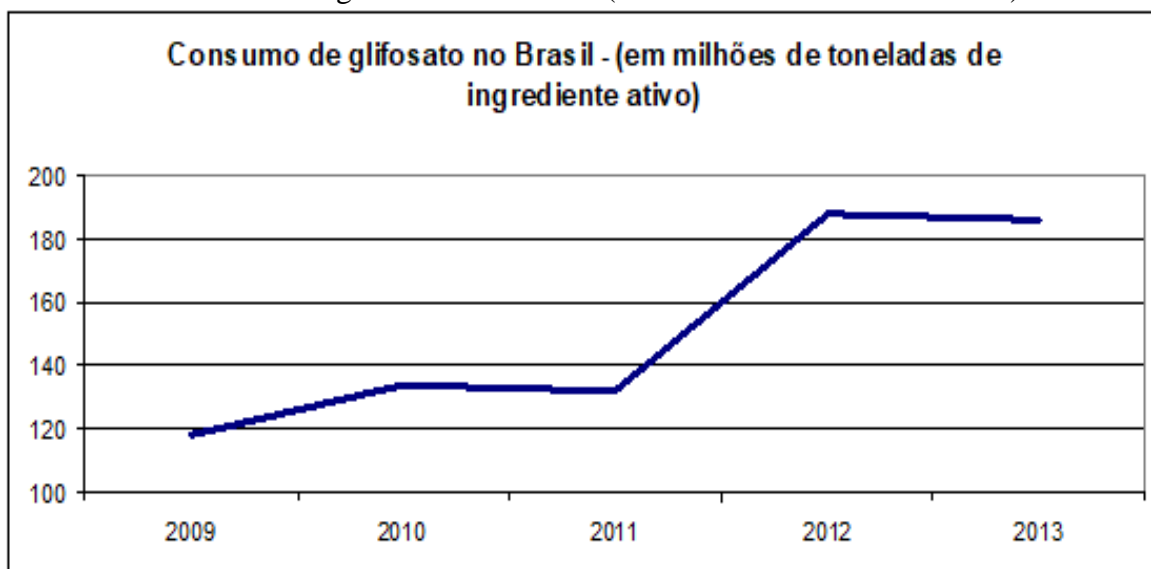
Gráfico 11 – Participação do glifosato e seus sais entre os 10 ingredientes ativos mais vendidos no Brasil.



Elaboração própria. Fonte: IBAMA 2013 / Consolidação de dados fornecidos pelas empresas registrantes de produtos técnicos, agrotóxicos e afins, conforme art. 41 do Decreto nº 4.074/2002.

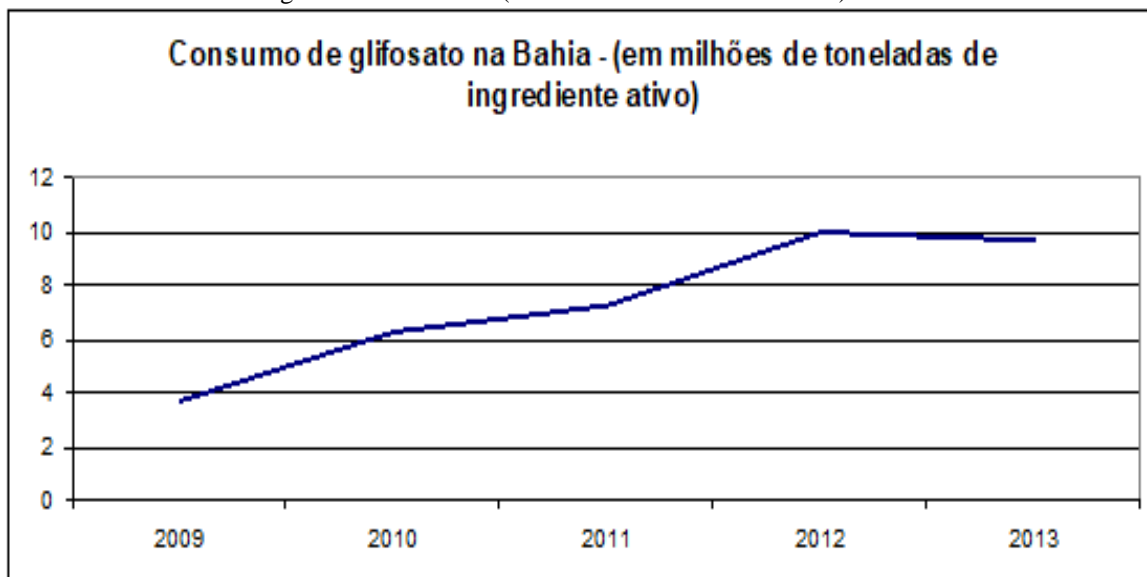
O consumo da substância glifosato no Brasil no período entre 2009 e 2013 alcançou um aumento de mais de 50%, enquanto a área plantada de soja no mesmo período apresentou um acréscimo de 30%, o que sinaliza a possibilidade do aumento da resistência ao produto, demandando mais aplicações.

Gráfico 12 – Consumo de glifosato no Brasil – (em milhões de toneladas de IA)



Elaboração própria. Fonte: IBAMA 2013 / Consolidação de dados fornecidos pelas empresas registrantes de produtos técnicos, agrotóxicos e afins, conforme art. 41 do Decreto nº 4.074/2002.

Gráfico 13 – Consumo de glifosato na Bahia – (em milhões de toneladas de IA)



Elaboração própria. Fonte: IBAMA 2013 / Consolidação de dados fornecidos pelas empresas registrantes de produtos técnicos, agrotóxicos e afins, conforme art. 41 do Decreto nº 4.074/2002.

O estado da Bahia também apresentou variações significativas quanto ao consumo do glifosato. Segundo o IBAMA, a participação do consumo de glifosato entre os demais produtos é de praticamente um terço, sendo que a tendência é de aumento devido a intensificação do uso dos insumos que compõem o pacote da agricultura moderna, o que aponta para um aumento da participação da soja transgênica no total da produção. Os herbicidas são utilizados no combate às espécies daninhas presentes nas culturas agrícolas, sendo que o grão geneticamente modificado é resistente a esse herbicida.

4 – CONCLUSÃO

As recentes transformações na agricultura alcançaram índices de produtividade superiores ao período anterior à mecanização e a introdução de agrotóxicos. Os ganhos econômicos vêm acompanhados de custos ambientais, que devido a utilização predatória da natureza, vêm aumentando a cada dia. Observou-se neste trabalho que por trás dos resultados satisfatórios na produção de soja no cenário mundial, há também a intensificação da exploração dos recursos naturais e degradação do meio ambiente.

O Dossiê Abrasco ressalta o aumento da dependência do uso de agrotóxicos na agricultura, acompanhada da contaminação dos alimentos que já chega a um terço do que é consumido pelo brasileiro; da contaminação do solo e dos lençóis freáticos além do aumento das contaminações de pessoas em decorrência do manejo ou consumo desses produtos.

A importância da agricultura familiar na segurança alimentar do país é observada no Censo Agropecuário 2006 quando analisa-se os dados da produção dos principais produtos consumidos no Brasil. A participação da agricultura familiar foi de 87% na produção de mandioca, 70% da produção de feijão, cerca de 40% da produção nos cultivos de milho, café e arroz. No entanto, quando se trata da soja, uma das principais *commodities* para exportação, a participação da agricultura familiar na produção do grão é de apenas 16%. Apenas a produção somada de soja e milho correspondem a uma fatia de 87% da produção nacional de grãos e com perspectivas de crescimento, configurando assim, uma forte concorrência com a agricultura familiar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUTTEL, F. H. (1995): “Transiciones agroecológicas en el siglo XX: análisis preliminar”. Em: Agricultura y Sociedad, nº 74, ene.mar./1995; pp. 9-37

CARVALHO, Tereza Cristina de et al. (2012) Comparação da qualidade fisiológica de sementes de soja convencional e de sua derivada transgênica. Rev. bras. sementes, 2012, vol.34, no.1, p.164-170. ISSN 0101-3122

Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde / Organização de Fernando Ferreira Carneiro, Lia Giraldo da Silva Augusto, Raquel Maria Rigotto, Karen Friedrich e André Campos Búrigo. - Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.

IBAMA 2013 / Consolidação de dados fornecidos pelas empresas registrantes de produtos técnicos, agrotóxicos e afins, conforme art. 41 do Decreto nº 4.074/2002.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário 2006. Agricultura Familiar - Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Primeiros Resultados. [acesso em 1 de junho 2015]

Link:http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar

PESQUISA QUE VIRA LEI: O PROJETO QUE PREVÊ A PROTEÇÃO DAS TURFEIRAS DA SERRA DO ESPINHAÇO MERIDIONAL NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS

1240

Thamyres Sabrina Gonçalves

Aluna de Doutorado no Programa de Pós Graduação em Produção Vegetal da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Alexandre Christófaro Silva

Professor da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Resumo: A Serra do Espinhaço transformada em 2005 em Reserva da Mundial da Biosfera possui no seu imenso patrimônio natural ecossistemas chave para geração de serviços ambientais e ecossistêmicos. Dentre estes as turfeiras, que ocorrem na porção meridional, onde se desenvolvem solos compostos praticamente só de matéria orgânica. Os Organossolos, possuem importância indispensável na manutenção dos recursos hídricos na região do Vale do Jequitinhonha mineiro, e no sequestro de global de carbono, além de ser o registro das mudanças ambientais e climáticas que ocorreram no Brasil ao longo do período quaternário por terem sido formadas a milhares de anos e os manterem preservados. A conservação de solos orgânicos é discussão prioritária na Convenção Internacional da Biodiversidade, já que a matéria orgânica do solo é o principal pilar da sustentabilidade agrícola no mundo. Ainda sim além de sabermos muito pouco sobre a dinâmica da matéria orgânica em solos tropicais temos um crescimento exponencial de degradação e impactos ambientais em solos turfosos nessa região. Contudo, apesar da importância já comprovada pelos pesquisadores, as turfeiras ainda não contam com uma proteção legal efetiva do Estado. Nesse sentido, o objetivo aqui é apresentar o projeto de lei 3.062/2015 que tramita na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, proposto a partir da realização de pesquisas de mestrado e doutorado, que levantam dados que dão justificativas e embasamento ao projeto de lei, que prevê a transformação das nascentes onde estão as turfeiras em áreas protegidas legalmente. Sobretudo ressaltar que a pesquisa científica tem função social, e pode servir de base para elaboração de políticas públicas. O referido projeto foi aprovado recentemente na comissão de constituição e justiça e passará adiante para o momento das audiências públicas, onde os resultados das pesquisas serão apresentados para a comunidade e as causas da degradação democraticamente discutidas com participação popular.

Palavras chave: Organossolos, Cadeia do Espinhaço, Conservação, Legislação.

Abstract: The Espinhaço Range, transformed in 2005 into a World Biosphere Reserve, has in its immense natural heritage key ecosystems for the generation of environmental and

ecosystem services. Among the peat lands, which occur in the southern portion, where soils organic develop, are capable of producing organic matter. The peat land are indispensable for the maintenance of water resources in the region of the Jequitinhonha Valley, and global carbon cycle, as well as the record of the environmental and climatic changes that have occurred in Brazil for thousands of years and preserving them. Soil conservation is a priority in the International Biodiversity Convention, the main pillar of agricultural sustainability in the world. Yet, in addition to knowing very little about organic matter in tropics, there is an exponential growth of environmental degradation and impacts on soils in the region. However, although has already say been by the researchers, peat lands do not have legal protection from the State. In this sense, the objective this paper is to present the bill 3.062 / 2015 that is processed in the Legislative Assembly of Minas Gerais, is a doctorate project, which presents data that give justification and support to the bill. Above all, emphasize that scientific research has social function, and serves as a basis for the elaboration of public policies. This project was approved, recently on the constitution and justice commission, will pass on to the of public hearings, where the results of the research will be presented to the community and the causes of degradation democratically discussed with popular participation.

Key words: Soils Organics, Espinhaço Range, Conservation, Legislation

Introdução

Dentre as várias riquezas naturais da Serra do Espinhaço Meridional estão os Organossolos, que ocorrem nas depressões de superfícies planas, onde o alto conteúdo de água no solo, a elevada acidez, a condição anaeróbica, o baixo pH e o efeito inibidor dos ácidos orgânicos favorecem o acúmulo de matéria orgânica e, conseqüentemente, a formação das turfeiras (Benites et al., 2007, 2003; Horák et al., 2011; Silva et al., 2008, Silva e Silva, 2016). A importância destes ecossistemas extrapola dimensões continentais, pois o sequestro de carbono, que faz parte da estratégia global de mitigação dos efeitos de mudanças climáticas no planeta, é um dos serviços ambientais que as turfeiras prestam a sociedade (Bispo et al. 2016). Portanto, a Comunidade Econômica Europeia as considerou, por meio da Instrução Diretiva de 1992, como ambientes naturais de interesse comunitário prioritário especial para conservação (DOCE, 1992).

São ecossistemas de importância singular na manutenção dos processos ambientais em toda região da SdEM, pois é das turfeiras que surgem as nascentes dos vários rios e riachos que banham a região do Vale do Jequitinhonha, seus afluentes e subafluentes. Elas atuam na regulação do fluxo hídrico das bacias hidrográficas e na estocagem de carbono no solo (Bispo et al. 2016). Estas turfeiras estocam grandes volumes de água durante períodos chuvosos, sendo esta liberada gradativamente durante os outros meses do ano (Campos et al. 2012). Em face de sua influência na composição química das águas que a permeiam, as turfeiras também protegem os mananciais superficiais, ao prevenirem a eutrofização (Maltby e Dugan, 1994). Isso é um serviço ambiental muito importante para uma região semiárida (Parron et al. 2015;

Pereira-Júnior, 2007), onde um dos maiores problemas sociais é a gestão dos recursos hídricos e a água ocupa lugar central na maioria dos conflitos ambientais vividos pelas populações locais (Ribeiro e Galizoni, 2003; Zhouri et al. 2011; Fonseca, 2016). Além disso, as turfeiras mantêm preservados os registros de mudanças ambientais de milhares de anos, podendo ser a chave para o entendimento de muito do que ainda não se sabe sobre a formação e evolução de paisagens regionais e mudanças climáticas (Horák et al. 2009; 2011; 2014; 2015; Luz et al. 2013; 2017).

Há alguns anos as turfeiras da Serra do Espinhaço Meridional – SdEM, vêm sendo estudadas pela equipe do professor Alexandre Christófaro, com o objetivo de aperfeiçoar no conhecimento disponível sobre esse ecossistema, bem como ratificar a necessidade e importância da proteção ambiental dessas áreas, inclusive legalmente (Bispo et al. 2015; Bispo et al. 2016; Campos et al. 2010; Campos et al. 2011; Campos et al. 2012; Campos et al. 2014; Campos et al. 2016; Campos et al. 2017; Freire et al. 2017; Fonseca et al. 2018; Horák-Terra et al. 2014; Horák-Terra et al. 2015; Luz et al. 2017; Mercader et al. 2014; Ribeiro, 2016; Schellekens et al. 2014; Silva et al. 2008; Silva et al. 2008; Silva et al. 2009 (a) (b); Silva et al. 2011; Silva et al. 2013 (a) (b); Silva e Silva, 2016, 2017). Além do conhecimento sobre as próprias turfeiras, essas pesquisas têm levantado relevantes informações sobre a paisagem regional e seus paleoambientes, ao longo das mudanças climáticas do período Quaternário, com apontamentos também sobre a flora paleobotânica da SdEM.

Diante da importância da preservação desses ecossistemas, embasado nas pesquisas supracitadas sobre as turfeiras da SdE, tramita na Assembleia Legislativa de Minas Gerais um projeto de lei (PL 3.062/2015) para proteger integralmente as turfeiras. Cujas propostas consistem em proibir: drenagens, aterros, desmatamentos, uso do fogo, caça, pesca, atividades agrícolas e industriais, loteamentos e outras formas de uso e ocupação do solo que possam causar impactos ambientais aos Organossolos das turfeiras (Ribeiro, 2016).

Detalhes do Projeto de Lei 3.062/2015

Institui como área de proteção ambiental os ecossistemas das turfeiras presentes na Serra do Espinhaço, no Estado.

Art. 1º – São declarados de preservação permanente e de interesse comum, nos termos dos arts. 1º, 2º e 3º, alíneas “e”, “f” e “h” da Lei Federal nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, os ecossistemas das turfeiras no Estado.

§ 1º - O disposto nesta lei aplica-se aos organossolos háplicos, podendo ser sápricos (matéria orgânica mais decomposta), hêmicos (matéria orgânica em estágio intermediário de decomposição) ou fíbricos (matéria orgânica menos decomposta), muito mal drenados, presentes nas cabeceiras de cursos de águas escuras, conhecidos como turfeiras (terras pretas), formando ecossistemas encharcados, colonizado por vegetação de campo limpo e úmido e, em menor proporção, por floresta estacional semidecidual (capões de mata). Esses ecossistemas são responsáveis pela recarga de aquíferos e pelo controle da vazão de cursos d'água e pelo sequestro de carbono do ambiente e se constituem marco cronológico de mudanças climáticas pretéritas.

§ 2º – São consideradas como reservas ecológicas as áreas de turfeiras localizadas na Serra do Espinhaço, nos limites do Estado.

§ 3º – As turfeiras serão classificadas considerando-se as seguintes características:

I – turfeiras mineralotróficas: são as que possuem contato estreito com o substrato basal inorgânico;

II – turfeiras ombrotróficas: são as que surgem a partir da acumulação de matéria orgânica que ao se elevar diminui a influência da rocha basal;

III – turfeiras de cobertor: são as que se desenvolvem diretamente sobre o substrato rochoso.

Art. 2º – São proibidas, nas turfeiras e nas áreas próximas em extensão de 500 metros, drenagem, aterros, desmatamentos, uso de fogo, caça, pesca, atividades agrícolas e industriais, loteamentos e outras formas de ocupação humana que possam causar desequilíbrios ao ecossistema.

Parágrafo único – As atividades de uso da água para dessedentação de animais e consumo doméstico, travessia, lazer e pesquisa serão permitidos se não ocasionarem alterações significativas nas condições naturais.

Art. 3º – A supressão total ou parcial de áreas protegidas por efeito desta lei somente será admitida com a prévia autorização do Poder Executivo, quando for necessária a execução de obras, planos, atividades ou projetos de utilidade pública ou interesse social.

Art. 4º – O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de cento e oitenta dias.

Art. 5º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 11 de novembro de 2015.

Justificação: A turfeira é um produto da decomposição de vegetais, que se desenvolvem e se acumulam em corpos d'água ou em ambientes saturados, sendo o estágio inicial da sequência de carbonificação. O acúmulo da massa vegetal morta ocorre em condições de excessiva umidade, baixo pH e escassez de oxigênio, passando por processos de mineralização lenta e de humificação. A matéria vegetal perde gradativamente a estrutura primária, originando produtos residuais que reagem novamente e se polimerizam (processos bio e geoquímicos), formando compostos de estruturas complexas, com o enriquecimento contínuo de carbono fixo. Dos 420 milhões de hectares de turfeiras da Terra, de 30,5 a 45,5 milhões de hectares estão nos trópicos. Sua importância no ciclo global do carbono é evidenciada por representarem 4,2 % dos solos da Terra e armazenarem 28,44% do carbono estocado nesse recurso natural. As turfeiras funcionam como reservatórios de água graças as suas características químicas e seus componentes estruturais. Cerca de 90% de seu volume corresponde a água. Na Serra do Espinhaço nascem importantes afluentes dos rios de grandes bacias hidrográficas brasileiras: Jequitinhonha, São Francisco e Doce. Cada grama de turfeira chega a armazenar 13 gramas de água.

Diante dos fatos, faz-se extremamente importante a proteção das turfeiras no Estado, a fim de que possam ser utilizadas para a formulação de políticas agrícolas, ambientais e socioeconômicas.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Meio Ambiente para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

Considerações Finais

Esse trabalho mostra que quando a ciência cumpre sua função social pode virar lei, política pública, e dar retorno à sociedade dos investimentos que são feitos na pesquisa. Pautando-se no velho entendimento de que é preciso conhecer para preservar, temos as pesquisas de pós-graduação a anos dando suporte a elaboração de políticas de conservação ambiental no Brasil. A crise ambiental perpassa pelo acesso aos recursos hídricos, manejo do solo e proteção de nascentes. O projeto de lei que pede a proteção das turfeiras se aprovado e sancionado poderá evitar intensos danos ambientais e, sobretudo sociais que possam surgir com a destruição das turfeiras.

Referências

Ab' Saber, A, N. 2003. **Os domínios de Natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 160p.

Almeida-Abreu, P. A. 1989. **Geologia das quadrículas Onça e Cuiabá Gouveia-MG – região mediana central da Serra do Espinhaço Meridional**. Dissertação de Mestrado em Geologia – Departamento de Geologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Almeida-Abreu, P. A.; Renger, F. E. 2002. **Serra do Espinhaço meridional: um orógeno de colisão do mesoproterozóico**. Revista Brasileira de Geociências. 32(1): 1-14.

Azevedo, A.A.; Machado, R.B. 2008. **Cadeia do Espinhaço: avaliação do conhecimento científico e prioridades de conservação**. Revista Megadiversidade. 41-(2): 1-276.

Benites, V. de M., Schaefer, C.E.G.R., Simas, F.N.B., Santos, H.G. 2007. **Soils associated with rock outcrops in the Brazilian mountain ranges Mantiqueira and Espinhaço**. Revista Brasileira de Botânica, 301: 569–577.

Biodiversitas. 2017. Fundação Biodiversitas. **Reserva da biosfera da Serra do Espinhaço**. Disponível em:<http://www.biodiversitas.org.br/rbse/> Acesso em 2017.

Bispo, D. F. A. 2013. **Caracterização quali-quantitativa dos recursos hídricos e da dinâmica do carbono de turfeiras das cabeceiras do rio Araçuaí**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós Graduação em Produção Vegetal da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. 146p.

Bispo, D. F. A., Silva, A. C., Christofaro, C., Silva, M. L. N., Barbosa, M. S., Silva, B. P. C., Barral, U. M. 2015. **Characterization of headwaters peats of the Rio Araçuaí, Minas Gerais State, Brazil**. Revista Brasileira de Ciência do Solo, 39(2): 475-489.

Bispo, D. F. A., Silva, A. C., Christofaro, C., Silva, M. L. N., Barbosa, M. S., Silva, B. P. C., Fabris, J. D. 2016. **Hydrology and carbon dynamics of tropical peatlands from Southeast Brazil**. Catena, 143: 18-25.

Campos, J. R. D. R. 2009. **Caracterização, mapeamento, volume de água e estoque de carbono da turfeira da Área de Proteção Ambiental Pau de Fruta, Diamantina, MG**. Dissertação do Programa de Pós Graduação em Produção Vegetal da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. 103p.

Campos, J. R. D. R., Silva, A. C., Vasconcellos, L. L., Silva, D. V., Romão, R. V., Silva, E. D. B., Graziotti, P. H. 2010. **Pedochronology and development of peat bog in the environmental protection area Pau de Fruta - Diamantina, Brazil**. Revista Brasileira de Ciência do Solo. 34(6): 1965-1975.

Campos, J. R. D., Silva, A. C., Fernandes, J. S. C., Ferreira, M. M., Silva, D. V. 2011. **Water retention in a peatland with organic matter in different decomposition stages**. Revista Brasileira de Ciência do Solo, 35(4): 1217-1227.

Campos, J.R.R.; Silva, A.C.; Vidal-Torrado, P. 2012. **Mapping, organic matter mass and water volume of a peatland in Serra do Espinhaço Meridional**. Revista Brasileira de Ciência do Solo. 36(3): 723-732.

Campos, J. R. D.; Silva, A. C., de Barros Silva, E., Vidal-Torrado, P. 2014. **Extração e quantificação de alumínio trocável em Organossolos**. Pesquisa Agropecuária Brasileira, 49(3): 207-214.

Campos, J. R. D.; Silva, A. C., Slater, L., Nanni, M. R., Vidal-Torrado, P. 2016. **Stratigraphic control and chronology of peat bog deposition in the Serra do Espinhaço Meridional, Brazil**. Catena, 143: 167-173.

Campos, J. R. D.; Silva, A. C., Nanni, M. R., dos Santos, M., Vidal-Torrado, P. 2017. **Influence of the structural framework on peat bog distribution in the tropical highlands of Minas Gerais, Brazil**. Catena, 156: 228-236.

Cardoso, D., Särkinen, T., Alexander, S., Amorim, A. M., Bittrich, V., Celis, M., Goldenberg, R. (2017). **Amazon plant diversity revealed by a taxonomically verified species list**. Proceedings of the National Academy of Sciences, 114(40), 1-6.

DOCE. 1992. **Directiva 92/43/CEE del Consejo de Conservación de Hábitats Naturales y de la Fauna y Flora Silvestres**. DOCE, 2060.

Fonseca, S.F. 2016. **Geoprocessamento aplicado à identificação, análise espacial e temporal de usos da terra em áreas adjacentes as turfeiras da Serra do Espinhaço Meridional**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós Graduação em Produção Vegetal da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. 126p.

Fonseca, S. F.; SILVA, A. C.; Senna, J. A. 2018. **Técnicas de Geoprocessamento aplicadas na Identificação de usos da terra no entorno das turfeiras da Serra do Espinhaço Meridional**. Revista Ra'e Ga Espaço Geográfico em Análise, v. 48(1): 124-139.

Freire, R. D. A.; Silva, A.C.; Rocha, W. W. ; Fernandes, J. S. C.; Farnezi, M. M. M. 2017. **Effects of peat bog humic substances and organic compounds in water retention of substrates**. Revista Brasileira de Ciência, Tecnologia e Inovação, 2: 53-62.

Giulietti, A. M.; DE Queiroz, L. P.; Wanderley, M. D. G. L.; Van Den Berg; C. A. S. S. I. O. 2005. **Biodiversidade e conservação das plantas no Brasil**. Revista Megadiversidade, 11: 52-61.

Gonçalves, T.S. 2015. **Levantamento e situação atual dos conflitos ambientais na vertente oeste da Serra do Espinhaço Meridional**. In: IV Semana da Integração: Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, 2015, Diamantina.

Gonçalves, T. S., da Silva, R. H., de Souza, S. R., Maria das Dores, M. V., Nunes, Y. R. F. 2017. **A vegetação dos afloramentos calcários na Serra do Cipó**. Revista Espinhaço 51: 19-31.

Gontijo, B. M. 2008. **Uma Geografia para a Cadeia do Espinhaço**. Revista Megadiversidade. 4(1-2): 7-14.

Graciolli, G., de Oliveira Roque, F., Farinaccio, M. A., de Souza, P. R., & Pinto, J. O. P. 2017. **Biota-MS: Montando o quebra-cabeça da biodiversidade de Mato Grosso do Sul.** Revista Iheringia, Série Zoologia, 107: 1-7.

Guerra, A.; Oliveira, E. H.; Santos, M. 2003. **Estrada real – análise crítica das políticas de exploração turística da estrada real adotadas pelo governo do estado de Minas Gerais no período de 1999 a 2003.** Monografia do curso de especialização em Turismo e Desenvolvimento Sustentável, Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, 56p.

Horák, I. 2009. **Relações pedológicas, isotópicas e palinológicas na reconstrução paleoambiental da turfeira da Área de Proteção Especial APE Pau de Fruta, Serra do Espinhaço Meridional – MG.** Dissertação de Mestrado do Programa de Pós Graduação em Solos e Nutrição de Plantas da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. 282p.

Horák, I., Vidal-Torrado, P., Silva, A.C., Pessenda, L.C.R. 2011. **Pedological and isotopic relations of a highland tropical peatland, Mountain Range of the Espinhaço Meridional Brazil.** Revista Brasileira de Ciência do Solo. 351: 41–52.

Horák-Terra, I., Cortizas, A. M., de Camargo, P. B., Silva, A. C., Vidal-Torrado, P. 2014. **Characterization of properties and main processes related to the genesis and evolution of tropical mountain mires from Serra do Espinhaço Meridional, Minas Gerais, Brazil.** Geoderma, 232: 183-197.

Horák-Terra, I., Cortizas, A. M., da Luz, C. F. P., López, P. R., Silva, A. C.; Vidal-Torrado, P. 2015. **Holocene climate change in central–eastern Brazil reconstructed using pollen and geochemical records of Pau de Fruta mire Serra do Espinhaço Meridional, Minas Gerais.** Palaeogeography, Palaeoclimatology, Palaeoecology, 437: 117-131.

Joly, C. A., Haddad, C. F., Verdade, L. M., Oliveira, M. C. D., Bolzani, V. D. S.; Berlinck, R. G. 2011. **Diagnóstico da pesquisa em biodiversidade no Brasil.** Revista USP, 89: 114-133.

King, L. C. 1957. **A geomorfologia do Brasil oriental.** Revista Brasileira de Geografia, 18(2): 147-265.

Luz, C. F. D., Maki, E. S., Horak-Terra, I., Vidal-Torrado, P., Mendonca Filho, C. V. 2013. **Pollen grain morphology of Fabaceae in the Special Protection Area SPA Pau-de-Fruta, Diamantina, Minas Gerais, Brazil.** Anais da Academia Brasileira de Ciências, 85(4): 1329-1344.

Luz, C. F. D.; Horak-Terra, I.; Silva, A.C.; Mendonca Filho, C. V.; Vidal-Torrado, P. 2017. **Pollen record of a tropical peatland Pau de Fruta from the Serra do Espinhaço Meridional, Diamantina, state of Minas Gerais – angiosperms eudicotyledons.** Revista Brasileira de Paleontologia. 20(1): 3-22.

Madeira, J. A.; Ribeiro, K. T.; Oliveira, M. J. R.; Nascimento, J. S.; Paiva, C. D. L. 2008. **Distribuição espacial do esforço de pesquisa biológica na Serra do Cipó, Minas Gerais: subsídios ao manejo das unidades de conservação da região.** Megadiversidade, 4(1-2): 255-269.

Maltby, E.; Dugan, P.J. 1994. **Wetland ecosystem protection, management, and restoration: an international perspective**. London, St. Lucie Press, 860p.

Mercader, R. C., Silva, A. C., Montes, M. L., Sives, F. R., Junior, A. P., Fabris, J. D. 2014. **Chemical fate of iron in a peatland developing in the southern Espinhaço chain, Brazil**. *Hyperfine Interactions*, 226(1-3): 509-516.

MMA – Ministério do Meio Ambiente. 2016. **Rede Brasileira de Reservas da Biosfera**. Cartilha. 15p.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Programa o homem e a biosfera - MaB**. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/natural-sciences/environment/biodiversity/mab-programme-in-brazil/> Acesso em Maio de 2017.

1248

Orgiazzi, A., Bardgett, R.D., Barrios, E., Behan-Pelletier, V., Briones, M.J.I., Chotte, J-L., De Deyn, G.B., Eggleton, P., Fierer, N., Fraser, T., Hedlund, K., Jeffery, S., Johnson, N.C., Jones, A., Kandeler, E., Kaneko, N., Lavelle, P., Lemanceau, P., Miko, L., Montanarella, L., Moreira, F.M.S., Ramirez, K.S., Scheu, S., Singh, B.K., Six, J., van der Putten, W.H., Wall, D.H. Eds.. 2016. **Global Soil Biodiversity Atlas**. European Commission, Publications Office of the European Union, Luxembourg. 176p.

Parron, L.M.; Garcia, J.R. 2015. **Serviços ambientais: conceitos, classificação, indicadores e aspectos correlatos**. In: *L.M. Parron; J.R. Garcia.; E.B. de Oliveira.; G. G. Brown.; R.B. Prado*. *Serviços Ambientais em Sistemas Agrícolas e Florestais do Bioma Mata Atlântica*. Embrapa Florestas. 374p.

Pereira, M.G; Anjos, L.H.C.; Valladares, G.S. 2005. **Organossolos: ocorrência, gênese, classificação, alterações pelo uso agrícola e manejo**. *Tópicos em Ciência do Solo*, 4: 233-276.

Pereira-Júnior, J. D. S. 2007. **Nova delimitação do semiárido brasileiro**. Centro de Documentação e Informação da Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados Federais. 25p.

Pougi, N.; Verdi, M.; Martins, E.; Loyola, R.; Martinelli, G. 2005. **Plano de ação nacional para conservação da flora ameaçada de extinção da Serra do Espinhaço Meridional**. 102p.

Primack, R. B., Miller-Rushing, A. J., Corlett, R. T., Devictor, V., Johns, D. M., Loyola, R., Pejchar, L. (2018). **Biodiversity gains? The debate on changes in local-vs global-scale species richness**. *Biological Conservation*. 219: 1-3.

Ribeiro, A. 2016. **Tesouros revelados – Pesquisa investiga potencial das turfeiras, solos orgânicos que armazenam água e carbono e não aparecem nos mapas oficiais**. *Revista Minas Faz Ciência*. 66(3): 42-44.

Ribeiro, E. M.; Galizoni, F. M. 2003. **Água, população rural e políticas de gestão: o caso do vale do Jequitinhonha, Minas Gerais**. *Ambiente e sociedade*. 11: 129-146.

Ribeiro, K. T., Nascimento, J. S., Madeira, J. A., Ribeiro, L. C. 2009. **Aferição dos limites da Mata Atlântica na Serra do Cipó, MG, Brasil, visando maior compreensão e proteção de um mosaico vegetacional fortemente ameaçado**. *Natureza e Conservação*, 7(1): 30-48.

Ribeiro, M. C., Metzger, J. P., Martensen, A. C., Ponzoni, F. J., Hirota, M. M. 2009. **The Brazilian Atlantic Forest: How much is left, and how is the remaining forest distributed? Implications for conservation.** *Biological conservation*, 142(6): 1141-1153.

Rieley, J. O., Wüst, R. A. J., Jauhiainen, J., Page, S. E., Wösten, J. H. M., Hooijer, A., Stahlhut, M. 2008. **Tropical peatlands: carbon stores, carbon gas emissions and contribution to climate change processes.** In: *Peatlands and climate change* pp. 148-181. International Peat Society.

Saadi, A. 1995. **A geomorfologia da Serra do Espinhaço em Minas Gerais e de suas margens.** *Geonomos*, 3(1): 41-75.

Santos, M. F., Serafim, H., Sano, P. T. 2011. **Fisionomia e composição da vegetação florestal na Serra do Cipó, MG, Brasil.** *Acta Botanica Brasilica*, 25(4), 793-814.

Santos, M. F., Serafim, H., Sano, P. T. 2012. **Composição e estrutura arbórea em floresta estacional semidecidual no Espinhaço Meridional Serra do Cipó, MG.** *Rodriguésia*, 63(4), 985-997.

Schellekens, J., Horák-Terra, I., Buurman, P., Silva, A. C., Vidal-Torrado, P. 2014. **Holocene vegetation and fire dynamics in central-eastern Brazil: Molecular records from the Pau de Fruta peatland.** *Organic Geochemistry*, 77: 32-42.

Silva, A. C., Vidal-Torrado, P., Martinez Cortizas, A., Rodeja, E.G. 2004. **Solos do topo da Serra São José (Minas Gerais) e suas relações com o paleoclima no sudeste do Brasil.** *Revista Brasileira de Ciência do Solo. Seção de Gênese, Morfologia e Classificação do Solo*. 28: 455-466.

Silva, A.C.; Pedreira, L.C.V.S.F.; Almeida Abreu, P.A. 2005. **Serra do Espinhaço Meridional: Paisagens e ambientes.** Belo Horizonte, O Lutador. 272p.

Silva, A. C., Horák, I., Vidal-Torrado, P., Martinez Cortizas, A., Rodrigues Racedo, J., Rocha Campos, J. R. D. 2009. **Turfeiras da Serra do Espinhaço Meridional-MG. II-Influência da drenagem na composição elementar e substâncias húmicas.** *Revista Brasileira de Ciência do Solo*, 33(5). (a)

Silva, A. C., Horák, I., Martinez Cortizas, A., Vidal-Torrado, P., Rodrigues Racedo, J., Graziotti, P. H., Ferreira, C. A. 2009. **Turfeiras da Serra do Espinhaço Meridional-MG. I-caracterização e classificação.** *Revista Brasileira de Ciência do Solo*, 33(5). (b)

Silva, A. C., Canellas, L. P., Lopes Olivares, F., Barros Dobbss, L., Oliveira Aguiar, N., Rossinol Frade, D. Â., Pereira Peres, L. E. 2011. **Promoção do crescimento radicular de plântulas de tomateiro por substâncias húmicas isoladas de turfeiras.** *Revista Brasileira de Ciência do Solo*, 35(5).

Silva, E. de B., Silva, A.C., Graziotti, P.H., Farnezi, M.M. de M., Ferreira, C.A., Costa, H.A.O., Horak, I. 2008. **Comparação de métodos para estimar a acidez potencial mediante determinação do pH SMP em organossolos da Serra do Espinhaço Meridional.** *Revista Brasileira de Ciência do Solo* 32(5): 2007–2013.

Silva, J.M.C. (Org.). 2008. **Cadeia do Espinhaço: avaliação do conhecimento científico e prioridades de conservação**. Revista Megadiversidade, 4(1-2): 1-276.

Silva, M. L. 2011. **A Dinâmica de Expansão e Retração de Cerrados e Caatingas no Período Quaternário: uma Análise Segundo a Perspectiva da Teoria dos Refúgios e Redutos Florestais**. Revista Brasileira de Geografia Física, 4(1), 57-73.

Silva, M. L.; Silva, A. C.; Silva, B. P. C.; Barral, U. M. Soares, P. G. S.; Vidal- Torrado, P. 2013. **Surface mapping, organic matter and water stocks in peatlands of the Serra do Espinhaço Meridional – Brasil**. Revista Brasileira de Ciência do Solo, 37(5): 1149-1157.

Silva, M.L; Silva, A.C. 2016. **Gênese de turfeiras e mudanças ambientais quaternárias na Serra do Espinhaço Meridional**. Revista de Geociências da Unesp. 35(3): 93-404.

Silva, M. L.; Silva, A. C. 2017. **Gênese e evolução de turfeiras nas superfícies geomórficas da Serra do Espinhaço Meridional–MG**. Revista Brasileira de Geomorfologia, 18(1): 65-79.

Silva, V. E., Christofaro Silva, A., Pereira, R. C., Barbosa de Camargo, P., Pereira Christofaro Silva, B., Morais Barral, U., Mendonça Filho, C. V. 2013. **Composição lignocelulósica e isotópica da vegetação e da matéria orgânica do solo de uma turfeira tropical. I- Composição florística, fitomassa e acúmulo de carbono**. Revista Brasileira de Ciência do Solo, 37(1): 121-133.

Souza, E.M.; Martins, M.O.Z. 2005. **A Cordilheira do Espinhaço em Minas Gerais: um levantamento bibliográfico**. Revista Geonomos, 3(1): 87-97.

Tansley, A. G. 1935. **The use and abuse of vegetational concepts and terms**. Ecology, 16(3):284-307.

Valladares, G. S. **Caracterização de organossolos, auxílio à sua classificação**. 2003. Tese de Doutorado em Ciência do Solo - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 142p.

Velloso, A.; Matos, R. 1998. **A Rede de Cidades do Vale do Jequitinhonha nos séculos XVIII e XIX**. Revista Geonomos, 6(2): 73-87.

Zhour, A., Oliveira, R.; Laschefski, K. 2010. **A supressão da vazante e o início do vazio: água e “insegurança administrada” no Vale do Jequitinhonha–MG**. Anuário Antropológico, 2: 23-53.

FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS DAS GEOCIÊNCIAS AGRÁRIAS E AMBIENTAIS

Pedro Luiz Teixeira de Camargo¹, Paulo Pereira Martins Júnior²

1. Biólogo e Doutorando do Programa de Pós-graduação em Evolução Crustal e Recursos Naturais da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Departamento de Geologia. E mail: pedro0peixe@yahoo.com.br;
2. Geólogo, Dr. em Geologia, Professor da Escola de Minas da UFOP, Departamento de Geologia, Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG). E mail: paulomartins@cetec.com / Orientador.

1251

RESUMO

Não é comum nas Ciências da Natureza o debate acerca de problemas filosóficos de definição. Em geral busca-se apenas o trabalho concreto de uma determinada pesquisa sem se preocupar ao que levou a isto ou o porquê de seu estudo. Desta forma, os conceitos de interdisciplinaridade, de rodas de conhecimento e as definições epistemológicas de termos utilizados em trabalho sobre bacias hidrográficas pouco são falados, ficando muitas vezes deixados de lado. O objetivo deste trabalho, portanto, é esse: baseado nos estudos de Martins Jr (1998, 2002, 2014 a e b) propor a criação de uma subárea de pesquisa dentro das Ciências Exatas e da Terra, para englobar, entre outros temas, também o estudo de bacias hidrográficas, as Geociências Agrárias e Ambientais e ainda explicar epistemologicamente os termos usados em estudos deste tipo através da compreensão do que vem a ser interdisciplinaridade. Pode-se concluir que as bacias hidrográficas precisam, de fato, de uma linha de pesquisa específica, mas como estudos filosóficos e teóricos dentro das Ciências Exatas e da Terra são ainda raros, em especial no campo da gnosiologia, só agora foi apresentada, de fato uma proposta real de subárea capaz de englobar esta temática, mostrando ser interessante (e importante) o incentivo a mais estudos como este aqui presente.

Palavras-chave: Ciências Exatas e da Terra; Epistemologia; Conceitos de Interdisciplinaridade; Rodas de Conhecimento.

INTERDISCIPLINARITY AND WHEELS OF KNOWLEDGE: THE IMPORTANCE OF HYDROGRAPHIC BACIES AND THEIR EPISTEMOLOGICAL FOUNDATIONS WITHIN THE AGRICULTURAL AND ENVIRONMENTAL GEOSCIENCES

ASBTRACT

The debate about philosophical problems of definition is not common in the natural sciences. In general, only the concrete studies of a particular research are sought without worrying about what led to this or the reason for its study. In this way, the concepts of interdisciplinarity, knowledge wheels and epistemological definitions of terms used in hydrographic surveys are not observed and are generally placed in the background. The objective of this study, therefore, is this: based on the studies of Martins Jr (1998, 2002, 2014 a and b) propose the creation of a subarea of research within the Exact Sciences and the Earth, to include, among other subjects, also the study of watersheds, Agrarian and Environmental Geosciences and to explain epistemologically the terms used in

studies of this type through the understanding of what is to be interdisciplinarity. We can conclude that the watersheds do indeed need a specific line of research, but as philosophical and theoretical studies within the Exact Sciences and the Earth are still rare, especially in the field of gnosiology, only a real sub-area proposal capable of encompassing this theme, showing that it is interesting (and important) to encourage further studies like this one.

Keywords: Exact and Earth Sciences; Epistemology; Concepts of Interdisciplinarity; Wheels of Knowledge.

1- INTRODUÇÃO

Não é muito comum nas Ciências da Natureza a atenção a problemas filosóficos de definição. Em geral busca-se apenas o trabalho concreto de uma determinada pesquisa sem se preocupar ao que levou a isto ou o porquê de seu estudo. Desta forma, os conceitos de interdisciplinaridade, de rodas de conhecimento e as definições epistemológicas de termos utilizados em trabalho sobre bacias hidrográficas pouco são falados, ficando muitas vezes deixados de lado. Isto leva, com alguma frequência inclusive, a uma falsa dicotomia entre Ciências Exatas X Ciências Humanas.

Uma exceção a isso são os estudos de Martins Jr (1998, 2002, 2014 a e b) e Martins Jr *et.al* (2006a), onde os autores propõe a inauguração de uma subárea de pesquisa dentro das Ciências Exatas e da Terra, para englobar, entre outros temas, também o estudo de bacias hidrográficas, as Geociências Agrárias e Ambientais.

Para Martins Jr. (1998) isso se justifica por haver pouca (quase nenhuma) reflexão acerca da integração de práticas sistêmicas dentro desta área do conhecimento. Para o autor, as Geociências possuem interseção com a Agronomia, Engenharia Florestal e Engenharia Agrícola, sendo portanto importante sua integração em uma nova subárea da Ciência.

No caso das bacias hidrográficas, é preciso pensar quais os diversos subsistemas existentes que levam a sua origem, portanto, entender quais vem a ser seus temas irreduzíveis e onde se interceptam, dentro de um conceito interdisciplinar, é fundamental para sua compreensão filosófica.

Partindo-se do pressuposto que uma análise gnosiológica tem papel chave para a articulação do conhecimento científico é que se apresenta neste artigo, a proposta de definir, epistemologicamente, os temas irreduzíveis de uma bacia hidrográfica. Antes disso, entretanto, é importante que se entenda o que levou a escolha destes temas (e não de outros), dentro de um viés interdisciplinar baseado na “Teoria das Modalidades

Cósmicas” de Dooyeweerd (1969) na “Teoria das Rodas de Correlação e Impactos” (MARTINS Jr., 2014b).

2- INTERDISCIPLINARIDADE

A definição de interdisciplinaridade, segundo o Dicionário on line “Significados” (2016), é: “um adjetivo que qualifica o que é comum a duas ou mais disciplinas ou outros ramos do conhecimento. É o processo de ligação entre as disciplinas”. Desta forma, pode-se pensar que a abordagem interdisciplinar seria uma forma epistêmica de mais amplo status tendo em vista as diversas áreas do conhecimento e suas respectivas áreas de inquirição (MARTINS Jr., 2014b).

A etimologia da palavra em questão se deu pela união da preposição latina *inter* ao substantivo *disciplinaridade*. Isolando-se cada uma destas, *inter* significa: 1. Entre; no meio de; no número de; junto de. - 2. Durante; no espaço de; dentro de. - 3. Etim. Entre (fal. de duas coisas ou pessoas) (TORRINHA, 1945). Já *disciplinaridade* vem do substantivo *disciplina* que é “o conjunto de conhecimentos científicos, artísticos, etc., que se professam em cada matéria acadêmica de um instituto escolar” (SIGNIFICADOS; 2016). Torrinha (1945), entretanto, vai além, falando de ensino, instrução, ciência, educação, ordem, sistema.

O uso deste vocábulo para elaborar currículos escolares, por exemplo, fez com que sua semântica fosse mudada, dificultando a compreensão original e reduzindo a força do significado radical da palavra. Situações como a aqui descrita, contribuem para justificar por que se busca entender o que a vem a ser de fato este conceito, pois ao longo do tempo ele perdeu muito de sua força e ideia originais.

No entanto, antes de abordar como a interdisciplinariedade entra neste trabalho, é preciso que se comente brevemente sobre os cinco principais sistemas de inquirição do conhecimento (Descartes/Locke, Leibniz, Kant, Hegel e Singer), pois estes tratam de variadas formas de se interpretar problemas e sistemas, ou seja, não existe uma ciência una e igualitária (MARTINS Jr., 2014b), mas várias formas de abordagens científicas especializadas que, somadas, vão contribuir para a construção do campo de conhecimento presente dentro das Geociências Agrárias e Ambientais objeto deste estudo, as bacias hidrográficas (MARTINS Jr, 1998).

2.1 - SISTEMAS DE INQUIRIÇÃO

O primeiro dos sistemas, proposto por Renné Descartes, tratou sobre a importância de saber que a diferença entre verdadeiro e falso para todos os homens é

igual, ou seja, variadas ideias vão decorrer da condução do pensamento nos mais diversos caminhos (NÓBREGA, 1999). Desta forma, o pensamento se ordena dos mais simples para os mais complexos, garantindo assim que a importância das experiências de cada indivíduo se torne fundamental para o avanço do processo do conhecimento.

John Locke, ao complementar o pensamento cartesiano, mostra que a junção de ideias simples e compostas é possível dentro da própria mente, buscando assim uma relação entre ambas capaz de gerar uma nova ideia. Portanto, mesmo com diversas combinações possíveis, esta ideia passa a ser nova pelo fato do indivíduo ser capaz de gerá-la, tornando-a, assim, algo original (LOCKE, 1991).

Desta forma, pode-se concluir que em ambos os pensadores, temos o racionalismo como essência, ou seja, a busca pelo conhecimento pressupondo-se a imparcialidade do cientista na busca de axiomas simples capazes de serem desenvolvidos até chegar a conclusões próprias.

Gottfried Wilhelm Leibniz, conhecido pelos estudos de cálculo diferencial e integral, desenvolveu ao longo do século XVII um pensamento filosófico diferente do cartesiano-lockiano, pois incluiu algo que estes pensadores não levavam em conta, os conceitos de esforço e vontade, duas ideias metafísicas pouco trabalhadas até então (LEIBNIZ, 1983). Ao desenvolver seus próprios conceitos, Leibniz passou a criticar abertamente Descartes, buscando, inclusive, reformular definições físicas que eram consideradas postulados pela sociedade de maneira geral.

Frequentemente nossos novos filósofos se servem da famosa regra em que Deus conserva sempre a mesma quantidade de movimento do universo. De fato isto é muito plausível e antes eu próprio a tinha como indubitável (LEIBNIZ, 1983, p.74).

Mesmo concordando com o pensamento de Descartes-Locke de que o método era fundamental, Leibniz avalia que alguns valores excluídos eram de importância extrema para a evolução do pensamento científico (PONCZEK, 2000).

Assim, o pensamento leibniziano pode ser definido como aquele capaz de tratar a realidade posta com modelos aritméticos dedutivos aptos a agrupar o maior número possível de fenômenos da natureza entre suas variáveis (LEIBNIZ, 1983).

Immanuel Kant, no século XVIII, desenvolveu estas duas ideias (já citadas) de maneira inovadora. Para ele, “o homem não pode chegar a ser homem a não ser por intermédio da educação. Ele não é mais do que aquilo que a educação faz dele” (KANT, 1996, p. 73). Desta forma apresenta um novo aspecto não tratado antes, a disciplina

educacional para dominação do próprio instinto. Ainda, segundo o próprio (KANT, 2012), esta seria a melhor forma de adquirir de fato cultura.

Pode-se deduzir, portanto, que na ideia kantiana tem-se uma proposta de ideias pluridisciplinares, pois só agora nota-se a capacidade de inclusão das mais diversas disciplinas em um mesmo objeto com múltiplas visadas, ou seja: transformar um objeto real em um formal complexo (MARTINS Jr, 2014b).

O alemão Georg Hegel, entre os séculos XVIII e XIX desenvolveu uma metodologia de estudo diferente daquelas trabalhadas anteriormente. Em relação às ideias anteriormente citadas, em especial a de Leibniz, ele passou a denominar estas de “metafísicas”, pois considerava estes métodos como algo fixo e imutável. Sua lógica, denominada dialética, passa a abordar os conceitos de maneira isolada, separada, definindo o que é sujeito e o que é objeto (LEFEBVRE, 1991).

Sobre a dialética, coloca Schaefer (1985, p.40-41):

O modo dialético de pensar não procura nos objetos de sua investigação essências eternas, fixas e independentes. Se há uma essência na realidade objetiva ou subjetiva, esta é dinâmica, contraditória, relacional, ou seja, o que for, contanto que não imutável eterna, etc., como a vê a metafísica.

A ideia hegeliana, em especial seu conceito de dialética, apresenta a importância do contraditório, do oposto, algo que de fato se dá fora do mundo das ideias, ou seja, na sociedade real. Desta forma, também este sistema pode ser considerado pluridisciplinar, pois trata de diferentes disciplinas, seja nas Ciências da Natureza, seja nas Ciências Humanas, explorando nestas as relações de contradição. Na natureza, em especial, o antagonismo é facilmente observável (MARTINS Jr, 2014b).

O filósofo australiano Peter Singer, conhecido por escrever sobre bioética e ética ambiental, define-se como um utilitarista, entretanto, diferente dos clássicos como John Stuart Mill e Jeremy Bentham. Para ele, os interesses individuais são importantes, pois estes podem ter importância ímpar nas ações a serem elaboradas ou pensadas em termos científicos por um determinado sujeito. Em resumo, Singer considera como de interesse humano “qualquer coisa que uma pessoa deseje” para si mesmo (SINGER, 2002 p. 35).

O sistema denominado singeriano, portanto, vai apresentar uma ideia nova que é a opinião do cientista. O postulado de “verdade universal a ser descoberta”, nesta proposta, acaba deixando de existir, uma vez que a percepção do pesquisador passa a ter importância. Apesar de ter condições de ser utilizado nas ciências ambientais, em geral este sistema de inquirição acaba sendo mais utilizado nas ciências humanas.

Talvez, o ponto chave aqui seja o fato do objeto ter condições reais de influenciar nos resultados que podem ser obtidos ao longo de estudos, garantindo, portanto, que estes possam dialogar com o sujeito, algo impensado nos sistemas descritos anteriormente. Outra característica importante desta ideia, é que ela pode ser usada também somente em uma parte da pesquisa, garantindo, portanto seu uso juntamente com alguma das outras propostas aqui explicadas.

Nas Geociências Agrárias e Ambientais (MARTINS Jr, 1998), assim como qualquer outro ramo das ciências da natureza, as uniões dos mais diversos sistemas de inquirição podem ser uma saída interessante para a busca de propostas de gestões ambientais realmente capazes de resolver os problemas do mundo real.

Sobre este tema, ensina Martins Jr (2014b, p.18):

Com efeito, os sistemas objetos da pesquisa, os objetivos da pesquisa e os objetivos dos resultados da pesquisa perfazem um quadro de situações que forçará o uso de um ou mais sistemas de inquirição. Assim o que se espera é que as respostas, que se querem verdadeiras, devam emergir nas diversas fases da inquirição e devam ser apresentadas seja em função de processos naturais e/ou sociais, ou ainda da interação entre esses dois grupos de processos, seja em função das estruturas e dos sistemas que estejam concernidos. Esse é um quadro perfeito para as Abordagens Interdisciplinar e Transdisciplinar.

Portanto, juntando-se diferentes concepções epistemológicas, temos como avançar na busca de abordagens inter- e trans- disciplinares capazes de auxiliar na chegada aos resultados científicos esperados. Contudo, surge aqui uma questão: Qual tipo de interdisciplinaridade se quer?

Sem dúvida, esta é uma questão delicada, pois só se podem diminuir os problemas epistemológicos de definição através do dia a dia, da prática propriamente dita. Portanto, a interdisciplinaridade total é algo buscado, mas nunca totalmente alcançado e só se é capaz de se aproximar de sua perfeição com experimentos cada vez mais práticos, menos teóricos e com a criação de modelos capazes de explicar mais facilmente sua aparente complexidade (TORRES SANTOMÉ, 1998).

3- TEORIA DAS MODALIDADES CÓSMICAS E TEORIA DAS RODAS DE CORRELAÇÕES E IMPACTOS

Na busca de um modelo interdisciplinar ideal, destaca-se Dooyeweerd, que através de sua proposta de sistemas complexos envolvendo diferentes modalidades cósmicas, apresentou uma nova ideia de organização epistemológica (DOOYEWEERD, 1969). Esta ideia orientou Martins Jr. que, em seus estudos de bacias hidrográficas

(2014b), propôs a ‘Teoria das rodas de correlação e impactos’ com diversas funções capazes de se ligarem e se retroalimentarem das mais variadas formas.

Herman Dooyeweerd (1894-1977), filósofo holandês, abordou em sua obra que é possível notar duas características importantes: diálogo e antítese (CHOI, 2000), ambas importantes quando se observa os sistemas de inquirição estudados, afinal nada é mais importante para o desenvolvimento científico que as diferenças de ideias e o espaço para este diálogo.

Este pensador apresenta diversas definições aparentemente desprezíveis, mas que ao se observar com calma, pode-se notar que são de extrema importância para este trabalho.

A primeira delas são os sistemas naturais e projetados. Para ele (1969), o primeiro seriam os seres humanos, animais ou plantas. Os segundos poderiam ser escolas ou obras, por exemplo. Outra definição importante são as entidades, que nada mais são que distinções que as pessoas são capazes de criar para esboçar limites. Estas entidades, portanto, são capazes de agir como sujeitos (originador de uma ação) ou objetos (recipiente de uma ação).

Tomando-se um exemplo da área ambiental, pode-se entender como objeto o ambiente capaz de ser construído, enquanto como sujeito os responsáveis por um determinado empreendimento ou ainda as pessoas que passaram a viver neste novo ambiente construído. Com base nesta ideia e neste exemplo, também, é possível observar como a dificuldade de buscar a tão famosa “sustentabilidade”, no campo das ideias, perpassa pela falsa dicotomia entre sujeito e objeto.

A teoria mais famosa do holandês, conhecida primeiramente como Teoria das Esferas de Soberania e posteriormente como Teoria das Modalidades Cósmicas, pode ser compreendida como uma maneira própria de funcionamento de um sistema onde cada uma destas esferas modais operam de maneira própria, mesmo se correlacionando. Destaca-se que estas possuem um significado particular, único.

Estas esferas modais são identificadas de 15 formas diferentes: numérica, espacial, cinemática, física, biótica, sensitiva, analítica, histórica, linguística, social, econômica, estética, jurídica, ética e credal (Figura 1).

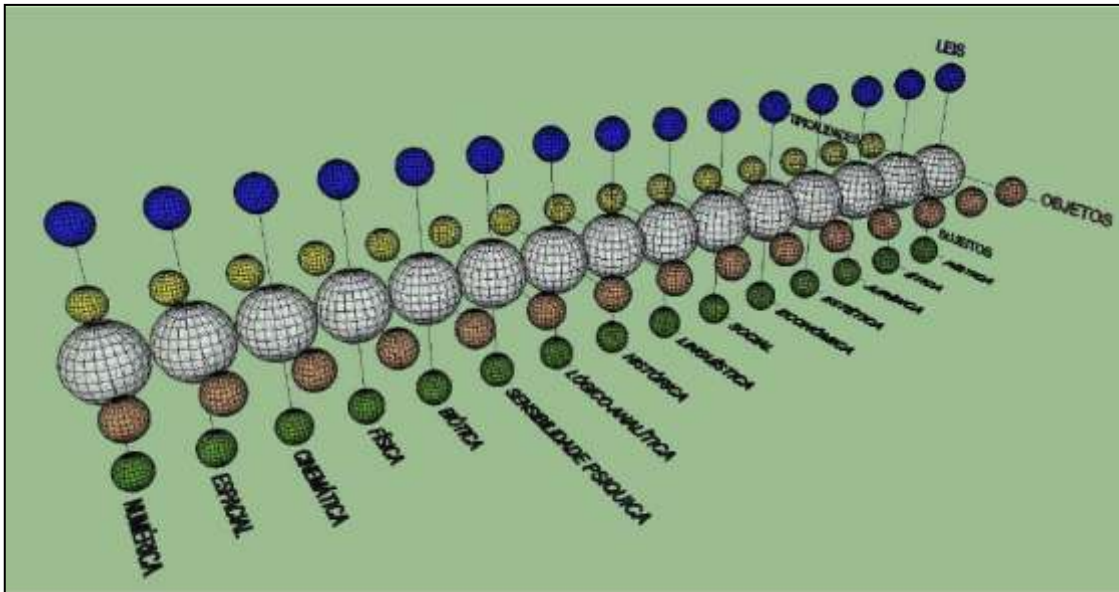


Figura 1- Representação das esferas de modalidades cósmicas de Dooyeweerd, Org. MELO, J.W. (In Martins Jr, 2014b, p. 106).

Estas esferas são geridas por leis próprias, denominadas leis modais e também leis específicas, onde cada modalidade tem uma ordem única, ímpar. Assim, obtêm-se leis do aspecto quantitativo (matemáticas), do aspecto físico (físicas e químicas), as do campo de análises (lógica), da linguística (comunicação) e assim por diante.

Pela definição do autor, cada uma destas esferas é irreduzível se comparadas umas às outras. Ou seja, o núcleo de uma modalidade não é capaz de ser elucidado com base nas definições de outras modalidades. Dooyeweerd (1969) denominou esta curiosa relação de esfera de soberania.

Baseando-se nesta ideia, uma dedução importante sobre a abordagem multimodal pode ser pensada: se qualquer uma das modalidades é ignorada durante o trabalho do sistema – planejamento para uso e ocupação do solo de uma determinada região, por exemplo – sua sustentabilidade e seu sucesso tendem a não acontecer. Podem, inclusive, além de não chegarem a uma resposta esperada, entrarem em colapso colocando todo o processo em risco.

Esta falência modal ocorre como descrita por De Raadt (1994), ou seja, por este ser um sistema contínuo, que se retroalimenta e se correlaciona. Assim, todas as rodas precisam estar em um estado de equilíbrio tal em que as forças externas que ali atuam se compensem e se destruam ao mesmo tempo (BERTHOLLET, 1803) chegando-se assim a um resultado previsto, evitando-se, portanto que ocorra uma síncope ao longo do percurso predito.

Assim, a sustentabilidade de um sistema passa a ser ameaçada cada vez que as suas esferas modais não se encontram em equilíbrio. A natureza, por exemplo, só pode ser pensada de uma maneira sustentável se, e somente se, o sujeito que a procura obtiver a compreensão de suas leis modais e buscar seu relativo equilíbrio, onde qualquer desequilíbrio das esferas pode levar a perdas ambientais, perdas estas que podem variar de simples a complexas e também irreversíveis.

Desta forma, a busca do equilíbrio (BERTHOLLET, 1803) de um ambiente natural acontecerá quando as decisões sobre este sistema obtiverem o máximo de chances de acerto e o mínimo possível de erros dentro da lógica da teoria dos Jogos (SEN, 1967). Portanto, a tomada de decisões (certa ou errada) passa a ter papel chave para a busca (ou manutenção) do equilíbrio ambiental.

Seguindo esta lógica, Martins Jr (2014b), propôs, com base nos escritos de Dooyeweerd, as Rodas de Correlações e de Impactos. Segundo este (p. 186):

Toda a concepção das Rodas de Correlações e de Impactos diz respeito a representações de relações entre conceitos de diversas ordens, ações de todas as ordens, interações institucionais, das relações que possam unir no planejamento um programa de ações bem como outros temas. As Rodas podem agregar em si mesmas: [1] as formas tecnológicas [2] os modelos e sucessos do desenvolvimento tecnológico [3] políticas as mais diversas [4] agentes econômicos [5] ecossistemas e suas partes em interação [6] processos geológicos [7] processos ecológicos [8] clima e processos climáticos [9] tecnologia de informação científica [10] unidades ambientais [11] usos da terra [12] propriedades rurais [13] métodos de gestão de bacia e formas administrativas de fazê-lo entre muitos outros aspectos que se façam necessários.

O esquema de ação, portanto, terá três características próprias:

- a- Cada roda é única, com uma definição epistemológica própria;
- b- Cada roda deve ter uma cor própria que seja capaz de mostrar a qual categoria pertence (quem tem maior proximidade com quem), assim como um tamanho próprio (da roda e da letra), capaz de demonstrar quem é mais importante para um determinado objetivo; e
- c- Todas as rodas devem possuir algum tipo de conexão entre si e com as demais, mostrando quem se relaciona com quem.

Desta forma, é possível concluir que para que as decisões a serem tomadas obtenham o mínimo possível de chance de erro, torna-se fundamental a construção de “uma arquitetura de conhecimentos complexa, que auxilie e permita construir modelos que apresentem soluções ótimas, por conseguinte a minimização de erros” (MARTINS Jr, 2014b, p. 88).

Esta arquitetura de conhecimentos, pensada como um sistema de auxílio à decisão, por exemplo, de uma bacia hidrográfica em um município (Figura 2), será de grande utilidade para a execução de sua gestão ambiental. Os temas irreduzíveis que possam estar dentro das rodas buscam atender às ideias de planejamento geo-ambiental e econômico da bacia em busca de seu próprio equilíbrio. Evidentemente que outras mais poderiam estar presentes, mas as que aqui estão presentes, correlacionadas e serão epistemologicamente definidas a seguir são as que se consideram mais relevantes tendo em vista os objetivos aqui propostos.

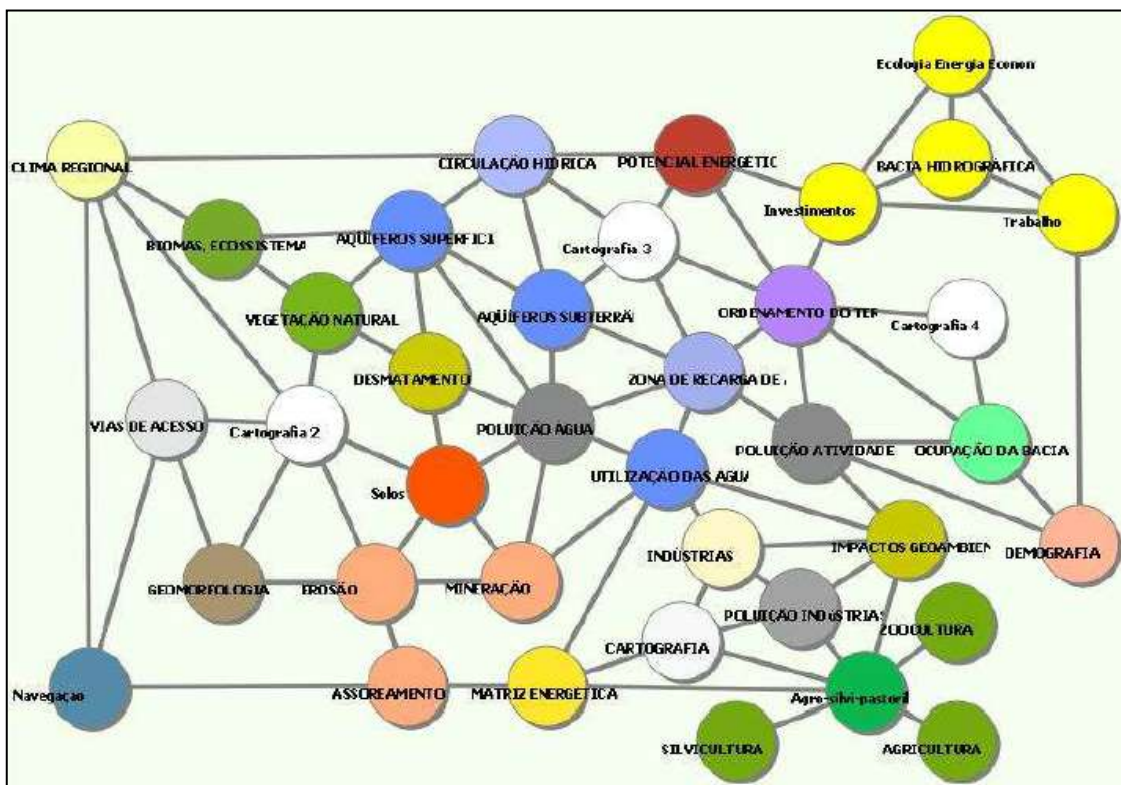


Figura 2 – As mais importantes rodas de Correlação e Impactos em uma Bacia Hidrográfica (In Martins Jr, 2014b, p. 89).

Após definir-se a importância da interdisciplinaridade, dos sistemas de inquirição, da teoria das modalidades cósmicas de Dooyeweerd (1969) e do modelo de rodas de correlação para uma bacia hidrográfica, resta agora apenas a apresentação dos temas irreduzíveis das rodas.

4- DEFINIÇÕES EPISTEMOLÓGICAS DOS TEMAS IRREDUTÍVEIS DAS RODAS DE CORRELAÇÃO EM UMA BACIA HIDROGRÁFICA

Para melhor organizar as definições aqui apresentadas, optou-se por sua organização de acordo com a ordem alfabética, como segue adiante:

Agricultura: São as variadas metodologias utilizadas na produção vegetal de uso humano, direto ou indireto. Aqui se inclui a agricultura familiar, a intensiva

(monoespecífica ou não), a consorciada, a adubada com insumos, a orgânica, a rotativa e outras quaisquer técnicas convenientes (MARTINS Jr, 2014b).

Agro-silvi-pastoril: Também chamada de agrosilvopastoril, são propostas integradas com tipos vegetacionais, pastos, plantios e demais locais onde os animais possam estar. Nesta definição, deve-se pensar que todos estes diferentes usos do solo estão em harmonia. Seu exemplo clássico, o sistema de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF), é a alternativa cada vez mais indicada para locais com potencial produtivo localizado em áreas degradadas em processo de recuperação.

Atividades de Poluição: Destruição das propriedades físicas e químicas de um determinado ecossistema. Esta destruição ou alteração das condições naturais anteriores pode se dar pelo aumento de alguma substância, como por exemplo, concentração de dióxido de carbono no ar, ou diminuição, como por exemplo, de nitrogênio no solo.

Aquíferos: Formação geológica com capacidade de armazenamento permeável de água capaz de garantir sua mobilidade hídrica.

Aquíferos Subterrâneos: Neste caso, é a formação geológica de volumes capazes de concentrar grande quantidade de água. É formada graças às águas que infiltram no solo e rochas, em especial a água da chuva.

Aquíferos Superficiais: Diferentemente dos subterrâneos, os aquíferos superficiais são aqueles em que o corpo hídrico encontra-se no extrato superior permeável.

Assoreamento: Define-se como um processo de deposição acelerado de sedimentos ao longo da calha de um rio. Estes sedimentos podem ser de origem antrópica ou natural, sendo que no primeiro caso, em geral, decorre do uso excessivo do solo pelos seres humanos.

Bacia Hidrográfica: Área espacial de que abrange todo o agrupamento de rios afluentes, que de acordo com a geomorfologia do terreno, drenam a água que vem da chuva escoando-a do local mais alto para o mais baixo. Tende a desaguar em um rio maior ou ainda no oceano.

Biomás: Conjunto de espécies vegetais e animais, originado pela junção de formações vegetacionais contíguas e capazes de serem identificados em nível regional, com características geológicas e climáticas similares capazes de gerar uma variabilidade florística e faunística próprias (IBGE, 2016).

Cartografia: Conjunto de estudos científicos capazes de dar suporte à gestão ambiental através da confecção de matrizes e cartas geográficas (MARTINS Jr, 2014a).

Clima Regional: Conjugado de variados estados do tempo capazes de se reproduzirem de maneira parecida ou idêntica na atmosfera de uma área específica ao longo de um determinado período específico, que pode ser, por exemplo, o ano solar.

Circulação Hídrica: Fenômeno de movimentação hídrica em um determinado terreno pré-definido, incluindo-se em seu cálculo ou mensuração os valores de evapotranspiração, precipitação, chuva, infiltração e escoamento superficial local.

Demografia: Parte da ciência responsável pelo estudo quantitativo das populações.

Desmatamento: Também conhecido como desflorestamento, define-se como o procedimento destrutivo de florestas e demais agrupamentos vegetacionais. Quase sempre é resultado de ações humanas desordenadas.

Ecologia: O estudo das relações entre os diferentes seres vivos, entre estes e o seu meio (biótico ou abiótico) e entre membros de uma mesma população.

Ecossistemas: União dos componentes bióticos e abióticos de um determinado local.

Energia: Pode ser definida, fisicamente, como a capacidade que um determinado corpo ou substância tem de realizar trabalho.

Economia: São as modificações e transformações que relacionam o uso racional de recursos naturais ou materiais para um determinado objetivo pré-estabelecido.

Erosão: Definida como um processo geológico, natural ou antrópico onde ocorre movimentação do material erodido por vetores de indução. Em áreas susceptíveis a erosão, aconselha-se cartografar para se decidir quais os devidos cuidados e medidas mitigadoras mais adequadas (MARTINS Jr, 2014a).

Geomorfologia: Tipo específico de cartografia geomorfológica que fornece dados capazes de contribuir nas interpretações de sustentabilidade de uso e zoneamento em áreas homogêneas de uma bacia hidrográfica (MARTINS Jr, 2014a).

Impactos Geo-ambientais: São desequilíbrios naturais oriundos, em geral, de ações antrópicas diretas ou indiretas sobre os meios biótico e abiótico, causando alterações nas geodinâmicas interna e externa ou ainda no meio ambiente. Pode ser negativo como no caso de mau uso do solo ou ainda positivas, como no caso de ações de reflorestamento ou recuperação ambiental.

Indústrias: Segundo Martins Jr. (2014a, p. 211):

Entende-se que as indústrias no nível do microeconômico devam ser consideradas uma a uma tanto para financiamentos, quanto para as exigências de projetos adequados, quanto para a absorção da necessária tecnologia e

procedimentos de controle de qualidade, que envolvam as duas normas ISO – 9000 e 14001 em seus devidos aspectos, embora se esteja tratando muitas vezes de indústrias quase caseiras. A educação quanto ao processo de industrialização deve ser parte de todos os procedimentos técnicos exigíveis para elevar a qualidade dos produtos gerados dentro da respectiva bacia hidrográfica com marca de qualidade sempre que possível. As indústrias de pequeno porte quase caseiras devem ser estimuladas a se transformarem em redes de pequenas indústrias e eventualmente de se agregarem em núcleos maiores para se obter um efeito de produção em escala sem, todavia, se vir a fechar oportunidades para os trabalhadores. Tudo isto deve ser parte de estudo macro ou microeconômico.

Investimentos: Emprego de um determinado bem ou recurso (em geral financeiro) com o objetivo futuro de retorno superior ao que foi anteriormente empregado.

Matriz Energética: São os variados tipos de energia a disposição para serem utilizados ao longo da cadeia produtiva. Pode-se pensar nesta como a quantificação energética dos recursos de uma determinada área ou região.

Mineração: Conjunto de metodologias capazes de retirar conteúdos minerais do solo ou de algum outro local que contenha depósitos ou massas minerais disponíveis para extração.

Navegação: Qualquer tipo de meio capaz de garantir mobilidade sobre as águas, podendo ser classificado como lacustre, fluvial ou marítimo.

Ocupação da Bacia Hidrográfica: Variadas formas de se usar os recursos presentes em uma bacia hidrográfica como, por exemplo, o manejo do solo ali presente ou o uso sustentável de sua Mata Ciliar.

Ordenamento de Territórios: Denominam-se as propostas de gestão de todo o ambiente natural (ou modificado). A projeção de ocupações, assim como o seu devido aproveitamento tendo em vista o uso sustentável dos recursos naturais presentes, define bem este tema.

Pedogênese: Parte da Ciência que estuda a formação, evolução e características de um determinado solo.

Permacultura: Conjunto de sistemas de plantio e produção vegetais organizados de tal forma que suas ações se deem de modo sustentável e em equilíbrio com a natureza.

Poluição da Água: Formas diversas de deteriorar o recurso hídrico disponível causando nele condições desfavoráveis para ações econômicas e sociais, assim como impedindo o uso humano direto ou indireto. Em geral sua causa é antrópica.

Poluição Industrial: Pode ser definido como aquela oriunda da indústria e capaz de levar diferentes formas de contaminação para a água, ar e solo.

Potencial Energético: Quantidade de energia que pode dispor um determinado local ou bacia hidrográfica.

Silvicultura: São os modelos de projetos sustentáveis que tenham como objetivo a produção de carvão vegetal; reflorestamento com espécies nativas ou produção industrial de madeiras, frutos e sementes (MARTINS Jr, 2014a).

Solos: São os restos pedogênicos presentes na superfície da terra. Os materiais que deram origem a este solo sofreram ações ambientais físicas e químicas ao longo de um período de tempo pré-determinado.

Tempo: Frequentemente confundido com o clima, pode ser definido na Geografia como o estado momentâneo da atmosfera.

Trabalho: Originário da mecânica clássica sendo definido como a relação entre força e deslocamento intencional.

Utilização das Águas: Diferentes maneiras de usar os recursos hídricos. Pode-se pensar, por exemplo, no seu uso para abastecimento humano, dessedentação de animais ou mesmo por banhistas.

Vegetação Natural: São as mais variadas formas vegetacionais de um local, sendo estas conservadas ou até mesmo em processos de degradação. Seu mapeamento é peça chave para o entendimento destes estados ou até mesmo como forma de verificação da pedologia local, uma vez que a variação do solo leva a alteração das espécies vegetais de um determinado local.

Vias de Acesso: São as estradas, asfaltadas ou vicinais que são capazes de levar a um determinado local pré-estabelecido.

Zona de Recarga de Aquíferos: São as áreas com maior capacidade de reabsorção hídrica em um determinado aquífero. Pode ser dos tipos: sedimentar, cárstico, superficial ou fraturado (MARTINS Jr, 2014a).

Zoo-cultura: Variadas formas de domesticação ou criação de ovinos, caprinos e bovinos bem como aves e piscicultura.

Zootecnia: Confundido frequentemente com a zoo-cultura, esta é a parte da Ciência que trabalha com formas práticas de geração de renda através do manejo de animais domésticos.

5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo dos diferentes sistemas de inquirição, assim como da teoria cosmonômica de Dooyeweerd, passa a ter uma nova compreensão quando lidas e compreendidas à luz da geociência. Por este motivo, inclusive, busca-se a compreensão

e aceite que as bacias hidrográficas precisam, de fato, de uma linha de pesquisa específica. Estas linhas, inaugurada por Martins Jr. e outros em 1998, são as Geociências Agrárias e Ambientais.

Desta forma, além de demonstrar empiricamente a importância desta subárea de pesquisa e de apresentar epistemologicamente todas as suas principais rodas de correlação no campo teórico, buscamos ainda demonstrar que a falsa dicotomia existente entre ciências da terra e humanas precisa ser quebrada, afinal de contas, somente com a interdisciplinaridade científica entre as mais diversas áreas é possível de fato obter respostas não só para as questões científicas mais imediatas, mas também para dúvidas que porventura possam surgir no futuro.

Pensamos que estudos filosóficos e teóricos dentro das Ciências Exatas e da Terra, ou mais especificamente nas Ciências da Natureza, são fundamentais para a compreensão, em especial no campo da gnosiologia, dos pressupostos que deram origem a ideia de cada trabalho. Infelizmente pesquisas como esta aqui apresentada são raras, sendo fundamental um maior incentivo a este tipo de proposta.

6- AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem ao Departamento de Geologia da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), pela aprovação do projeto de pesquisa no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Evolução Crustal e Recursos Naturais (Doutorado), assim como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal (CAPES) pelas bolsas de pesquisa dos alunos.

7- REFERÊNCIAS

BERTHOLLET, C. L. *Essai de statique chimique*. Paris: Firmin Didot Frères, 1803, Disponível em: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k86239n>. Acesso em Agosto de 2017.

CHOI, Y. J. 2000. *Dialogue and Antithesis: A Philosophical Study on the Significance of Herman Dooyeweerd's Transcendental Critique*. 449p.

DE RAADT J. D. R. 1994. *Enhancing the horizon of information systems design: information technology and cultural ecology*. (unpublished).

DICIONÁRIO ONLINE SIGNIFICADOS. Disponível em <https://www.significados.com.br/interdisciplinar/>. Acesso em Dezembro de 2016.

DOOYEWEERD, H. 1969. *A New Critique of Philosophical Thought*. 4 vols. Amsterdam. 1953 a 1958. H.J. Philadelphia. Presbyterian and Reformed Publishing Co, 598p.

- KANT, I. 1996. *Réflexions sur l'éducation*. Paris: J. Vrin, 160p.
- KANT, I. 2012. *Sobre a pedagogia*. Piracicaba: Unimep, 80p.
- LEFEBVRE, H. 1991. *Lógica formal, lógica dialética*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 301p.
- LEIBNIZ, G. W. 1983. *Discurso de Metafísica*. Os Pensadores, Abril Cultural, 237p.
- LOCKE, J. 1991. *Ensaio acerca do Entendimento Humano*. Os Pensadores. São Paulo, Ed. Nova Cultural, 214p.
- MARTINS Jr., P.P. 1998. Fundamentos Conceituais para o Desenvolvimento e a Prática das Geociências Agrárias e Ambientais. A Terra em Revista. No. 4. Outubro. p.:10-15.
- MARTINS Jr., P.P.; CARNEIRO, J.A.; ENDO, I.; VASCONCELOS, V.V.; NOVAES, L.A.D'A.; FERREIRA, E.N.; FERREIRA, O.C.; MARQUES, A.F.S.M.; BARBOSA, G.L.; NUNES, H.T.; TOLENTINO, J.A.; PEREIRA, M.A.S.; OLIVEIRA, M.A.I.; LOPES, J.S.; CARVALHO, F.E.C.; DE PAULO, R.G.F.; DA FRANCA, R.R.; DE MORAIS, M.C. 2006. Conservação de Recurso Hídrico no Âmbito da Gestão Ambiental e Agrícola de Bacia Hidrográfica. Belo Horizonte e Ouro Preto: Fundação CETEC e UFOP/EM/DEGEO. Projeto CRHA. Relatório Final. Tomo I, 247p.; Tomo II, 529p.; Tomo II, 103 p. 58 Notas Técnicas. Financiamento MCT / FINEP / Fundo Setorial CT-Hidro-2002.
- MARTINS Jr., P.P. (Editor). 2014 a. Gestão de Bacia Hidrográfica – Instrumentos o Quê e para Quê. Ouro Preto e Belo Horizonte: APOSTILA PRÉ-LIVRO. 288p.
- MARTINS JR., P. P. 2014 b. *Epistemologia Fundamental – Um Estudo Introdutório sobre a Estrutura do Conhecimento e a Aplicação Prática da Epistemologia na Pesquisa Científica*. Belo Horizonte: Apostila Pré-livro. 272p.
- NÓBREGA, T. P. 1999. *Para uma teoria da corporeidade: um diálogo com Merleau-Ponty e o pensamento complexo*. Piracicaba, SP: Tese (Doutorado em Educação), Unimep, 101p.
- PONCZEK, R. L. 2000. A polêmica entre Leibniz e os cartesianos: mv ou mv^2 ? *Caderno Catarinense de Ensino de Física*, 17(3): 336-347.
- SCHAEFER, S. 1985. *A lógica dialética: um estudo da obra filosófica de Caio Prado Júnior*. Porto Alegre: Movimento. 143p.
- SEN, A. "Isolation, Assurance and the Social Rate of Discounts", *Quarterly Journal of Economics* 90 (1967), pp. 112-24.
- SINGER, P. 2002. *Vida ética: os melhores ensaios do mais polêmico filósofo da atualidade*. Trad. De Alice Xavier. Rio de Janeiro: Ediouro, 420p.
- TORRES SANTOMÉ J. 1998. *Globalização e interdisciplinaridade*. Porto Alegre: Artes Médicas, 275p.
- TORRINHA F. 1945. *Dicionário Latino-Português*. 3ª ed. Porto: Edições Marãnus, 947p.

AVALIAÇÃO AMBIENTAL DE UM TERRITÓRIO: UMA VISÃO GERAL DAS FERRAMENTAS EXISTENTES E MÉTODOS

Thales Prado Fontes¹
Débora Nascimento Sousa²
Raphaella Karla Portes Beserra³
Diego Valentim Crescente Cara⁴
Odelfa Rosa⁵

¹ Discente no Programa de Pós Graduação em Geografia – Universidade Federal de Catalão, Catalão, GO-Brasil.

Email correspondente: thales.prado@ifgoiano.edu.br

² Docente no departamento de Mineração do Instituto Federal Goiano – Campus Avançado Catalão, Catalão, GO, Brasil.

³ Discente no Programa de Pós Graduação em Geografia – Universidade Federal de Catalão, Catalão, GO-Brasil.

⁴ Discente no Programa de Pós Graduação em Ciências Exatas e Tecnológicas - Universidade Federal de Catalão, Catalão, GO-Brasil.

⁵ Docente no departamento de Geografia – Universidade Federal de Catalão, Catalão, GO-Brasil.

1267

Resumo

A fim de reduzir o impacto ambiental, diferentes tipos de ferramentas e métodos estão disponíveis, como avaliação de riscos humanos e ambientais, a pegada ecológica, análise de fluxo de material, análise de fluxo de substância, tabela de monitoramento físico, análise de rede ecológica, emergência ou avaliação do ciclo de vida. Esta revisão propõe uma discussão sobre essas ferramentas e métodos especificamente aplicados aos territórios. Após o esclarecimento do significado do território, essas abordagens são apresentadas e analisadas com base em "recursos-chave", como formalização, modelagem de sistemas, fluxos inventariados, indicadores fornecidos e usabilidade. Esta comparação destaca os pontos fortes e fracos de cada ferramenta. Também enfatiza que a abordagem da avaliação do ciclo de vida poderia fornecer um quadro relevante para a avaliação ambiental dos territórios, pois é o único método que pode evitar a mudança de fardo entre os estágios do ciclo de vida, os impactos ambientais e os territórios

Palavras chaves: Impacto; Ambiental; Território; Monitoramento

Abstract

In order to reduce environmental impact, different types of tools and methods are available, such as human and environmental risk assessment, the ecological footprint, material flow analysis, substance flow analysis, physical monitoring table, ecological network analysis, emergency or life cycle assessment. This review proposes a discussion on these tools and methods specifically applied to the territories. After clarifying the meaning of the territory, these approaches are presented and analyzed based on "key resources", such as formalization, system modeling, inventoried flows, provided indicators and usability. This comparison highlights the strengths and weaknesses of each tool. It also emphasizes that the life cycle assessment approach could provide a relevant framework for the environmental assessment of territories as it is the only method that can avoid the shift of burden between life cycle stages, environmental impacts and territories

Keywords: Impact; Environmental; Territory; Monitoring

1. Introdução

O conceito de avaliação ambiental foi introduzido na década de 1970 para enfrentar vários desafios, ou seja, integrar o componente ambiental nos processos de tomada de decisão, fornecer análise sobre o estado do meio ambiente graças ao conhecimento mais profundo e mais formalizado e, finalmente, aumentar a conscientização dos cidadãos sobre questões ambientais (Nascimento, 2012). No que se refere à política pública, as iniciativas de avaliação ambiental foram inicialmente focadas em "projetos" e posteriormente em "planos" e "programas". Esta diretiva prevê a implementação de uma ferramenta processual chamada Avaliação Ambiental Estratégica (AAE). Deve ser aplicado em um estágio inicial no processo de tomada de decisão para planos e programas que possam ter efeitos significativos sobre o meio ambiente. Isto diz respeito particularmente aos programas relacionados com o território e ao seu ordenamento do território que são da responsabilidade das autoridades locais. O termo "território" é usado em muitas disciplinas diferentes, como geografia física, geografia político-humana, biologia ou ecologia e, portanto, tem muitos significados diferentes (Riceto e Silva, 2008). Barcellos, 1995 define um território como um sistema complexo e em evolução que associa um grupo de partes interessadas, por um lado, e o geográfico espaço que essas partes interessadas usam, desenvolvem e gerenciam. Uma vez que a escala geográfica pode variar muito, prevê uma nomenclatura partilhada que define as unidades territoriais a partir da escala das pequenas unidades de administração. Um território também pode ser visto como um "sistema aberto que troca com outros territórios (bens, materiais, energia, etc.) e com compartimentos ambientais (ar, solo, água), bem como com flora e fauna" (Claval, 1999). A avaliação ambiental de um território é complexa e ainda não formalizada, embora a diretriz sobre Avaliação Ambiental Estratégica estipule que sua aplicação é obrigatória durante a elaboração de planos e programas. Para abordar esta questão da falta de metodologia padronizada, este artigo tem como objetivo analisar as ferramentas e os métodos existentes para realizar a avaliação ambiental de um território, localizar suas fraquezas e seu potencial e ainda propor um novo quadro metodológico. O estudo baseia-se em uma revisão crítica de diferentes abordagens de avaliação ambiental (por exemplo, Avaliação de Riscos Humanos e Ambientais, Pegada Ecológica, Análise de Fluxo de Materiais, Análise de Fluxo de Substâncias, Tabela de Entrada de Invenção Física, Análise de Rede Ecológica, Energia, Emergência e Avaliação do Ciclo de Vida).

2 Referencial Teórico

A escala regional é definida como a escala espacial abaixo de uma nação, geralmente incluindo duas ou mais comunidades (Graymore et al., 2008), com fronteiras determinadas natural ou arbitrária e que abrange de dezenas a milhares de quilômetros (Haesbaert, 2006). Os métodos de avaliação podem ser aplicados às atividades de consumo (ou seja, estilos de vida dos habitantes), atividades de produção (ou atividades econômicas) ou ambas. As principais características para comparar os métodos de avaliação ambiental aplicados a um território. Propomos comparar os vários métodos de avaliação ambiental em relação a um painel de "características-chave" e seus critérios relacionados. Os cinco principais recursos utilizados para analisar os métodos são: formalização, modelagem do sistema, fluxos inventariados, indicadores fornecidos e usabilidade do método. Eles são descritos em tens abaixo. Em primeiro lugar, esses métodos não atingiram o mesmo nível de maturidade ou formalização.

Todos esses métodos fazem uma representação de um sistema, isto é, modelagem do sistema. É a base para a quantificação dos fluxos dentro do sistema e entre o sistema e a tecnologia e a ecossfera. A tecnosfera representa as tecnologias implantadas para atividades humanas, incluindo o sistema estudado. A ecossfera modela os mecanismos ambientais (Silveira, 2005). Uma modelagem correta será tão exaustiva e precisa quanto possível.

A exaustão pode ser alcançada se a modelagem estiver em conformidade com o pensamento do ciclo de vida. Uma abordagem do ciclo de vida leva em consideração os impactos a montante e a jusante ao longo de toda a cadeia, desde a extração de matérias-primas até a produção, uso, processamento de fim de vida e disposição final (do berço ao túmulo). Consequentemente, permite calcular os fluxos diretos que apenas dizem respeito ao produto em estudo e os fluxos indiretos, que explicam os fluxos que ocorreram a montante no processo de produção (Eurostat, 2001). A abordagem do ciclo de vida é essencial para evitar o deslocamento de carga entre estádios ou territórios do ciclo de vida (Motta e Aguiar, 2008). Este último ponto é crucial porque a sustentabilidade de um território depende fortemente da sustentabilidade dos outros territórios com os quais interage, direta ou indiretamente. A precisão trata da adequação entre a modelagem do sistema e os dados disponíveis. Duas estratégias principais são utilizadas por ferramentas de avaliação ambiental. Por um lado, a estratégia de cima para baixo oferece uma visão global do sistema sem fornecer detalhes sobre seus diferentes componentes. O sistema geralmente é visto como uma "caixa preta". Por outro lado, a estratégia de baixo para cima funciona em um nível desagregado. Representa sistemas detalhados, que são integrados

como subsistemas de outro sistema maior, permitindo uma análise detalhada e abrangente, que é algo que as abordagens de cima para baixo não podem fazer (Mesquita, 1995). A desvantagem de uma representação desagregada é que ele não pode integrar todos os componentes de um sistema (em particular atividades a montante) que podem levar a erros significativos, chamados "erros de truncamento", principalmente para cálculos de fluxo indireto.

A modelagem do sistema possibilita inventariar fluxos. À medida que todos começam com um inventário de fluxos, os vários métodos utilizados para avaliação ambiental caracterizam em detalhes variados o "metabolismo" de um território. Queiroz, 2007 define o "metabolismo industrial" como uma série de transformações físico-químicas que convertem as matérias-primas em produtos e resíduos e que é regulada pelo sistema econômico. Frangomeni (2005) adotou o termo "metabolismo da sociedade" que tem uma aplicação mais ampla e destacam a necessidade de definir a natureza desses fluxos, ou seja, o consumo de recursos (entradas) e as emissões de poluentes (saídas), sendo este geralmente limitado à descrição das emissões de ar, água ou solo, enquanto os resíduos são excluídos. Para discriminar melhor as ferramentas, as emissões de gases de efeito estufa são separadas de outras emissões poluentes. Quanto aos recursos, também é importante estabelecer uma distinção entre recursos não renováveis e renováveis (sem água). Devemos também prestar atenção aos recursos hídricos e ao uso da terra, uma vez que estão especificamente ligados à área em estudo. Estes fluxos inventariados são utilizados para construir indicadores. Um indicador é definido como uma variável observada que é usada para relatar uma realidade não observável. Os métodos que realizam avaliação multi-critérios e fornecem vários indicadores são preferidos, pois evitam a mudança de problema de uma categoria de impacto ambiental para outra (Motta e Aguiar, 2008). Existe uma grande variedade de indicadores de avaliação ambiental, esses efeitos estão associadas a questões ambientais. Pode-se analisar indicadores como motorista, pois os mesmos lidam com todos os níveis de produção e consumo de uma sociedade, e ainda aplicam pressão sobre o meio ambiente (emissões de poluentes ou uso de recursos), que podem modificar seu estado (por exemplo, eutrofização do meio ambiente) com possíveis impactos na saúde humana ou na qualidade do ecossistema. Esses impactos podem levar a uma resposta de nossas sociedades. Os vários métodos estudados fornecerão duas categorias principais de indicadores ambientais, ou seja, indicadores de pressão e indicadores de impacto. É necessário considerar as características regionais ou seja, características estruturais e ambientais ao realizar avaliações regionais. Quanto aos impactos, classifica-se de acordo

com sua escala geográfica (Mesquita, 1995). Existem impactos globais que afetam todo o planeta como aquecimento global, impactos regionais que lidam com a escala continental como a acidificação e impactos locais, ecotoxicidade. A fim de melhorar a precisão da avaliação dos impactos não globais, é necessária a diferenciação espacial que leva em conta a localização das emissões e as características do ambiente receptor (Santos, 1988). Dependendo da resolução espacial, dois níveis de diferenciação são propostos, o nível dependente do local correspondente aos impactos regionais e ao nível específico do site com foco nos impactos locais.

O termo viabilidade refere-se à disponibilidade dos dados necessários para a implementação da avaliação. A falta de dados pode reduzir o escopo da avaliação e aumentar a incerteza. Os indicadores podem ser agregados por meio de diferentes métodos de ponderação dentro de um único valor chamado índice (Queiroz, 2007). No entanto, outros autores vêem a agregação como um processo subjetivo baseado em hipóteses muito fortes, projetadas para fornecer resultados dentro de uma única unidade como a estimativa da pegada ecológica.

3. Metodologia para a Avaliação Ambiental de um Território

Os métodos apresentados abaixo foram aplicados em territórios. Além disso, todos esses métodos tendem a adotar uma abordagem holística, que é recomendada para realizar uma avaliação ambiental precisa de sistemas complexos, como os territórios. Entre esses métodos, certos, como avaliação de riscos humanos e ambientais, são baseados em textos regulatórios. Outras ferramentas, como a pegada ecológica, têm a vantagem de ser facilmente compreendidas pelo público em geral e, assim, viram uma forte expansão.

3.1. Avaliação do Risco Humano e Ambiental (ARHA)

Os riscos podem ser definidos como a probabilidade de efeitos nocivos para a saúde humana ou para os ecossistemas resultantes da exposição a um estressor ambiental. O objetivo final da avaliação de risco é fornecer uma ferramenta de apoio à decisão para que substâncias problemáticas possam ser identificadas, fontes adicionais de poluição podem ser caracterizadas e as medidas destinadas a mitigar elas podem ser promovidas.

A maioria dos métodos de avaliação de riscos estabelecidos a nível internacional consiste em quatro fases principais como: identificação de perigos como substâncias que podem causar efeitos adversos dependendo de diferentes níveis de exposição, avaliação do relacionamento dose-resposta como relação entre a exposição a uma substância perigosa e

a incidência sobre a saúde e o meio ambiente, estimativa da exposição como destino ambiental das substâncias e vias de exposição para populações ou ecossistemas e caracterização do risco como probabilidade de perigo ocorrência para um indivíduo em uma determinada população ou um organismo em um determinado ecossistema.

A avaliação de risco tem duas vantagens principais. Em primeiro lugar, é tradicionalmente dedicado ao nível local e leva em considerações características territoriais na avaliação da exposição de metas selecionadas. Por outro lado, mostra algumas desvantagens: trata apenas de dois tipos de impacto como a toxicidade humana e ecotoxicidade e concentra-se em apenas uma parte do problema, uma vez que nunca leva em consideração as interações de substâncias, ou apenas de forma sucinta (Raffestin, 1993). É propenso a mudar o problema de uma substância para outra ou de um impacto para outro. Uma última desvantagem está ligada à falta de compreensão pública. Delineou que, devido à complexidade dos problemas, à falta de objetividade e à existência de múltiplas incertezas, o público pode demonstrar desconfiança em relação aos resultados. Embora este seja o caso de outros métodos, esse sentimento pode ser aumentado na avaliação de risco devido ao fato de que as incertezas são mais discutidas do que em outros métodos.

3.2. A pegada ecológica

A capacidade de carga é definida como a população de uma determinada espécie que pode ser apoiada indefinidamente em um determinado habitat sem prejudicar permanentemente o ecossistema de que depende (Dias, 2005). Assim sendo expressa a área teórica dada por um único indicador ou seja, hectare global usado pelo homem para produzir os recursos biológicos que ele consome e para assimilar o desperdício que ele gera incluindo o CO₂ resultante do seu consumo de energia. A Pegada Ecológica de uma população, de uma cidade ou de uma nação é obtido somando a pegada ecológica de todos os seus habitantes (Lisboa e Barros, 2005). Também pode ser calculado a partir de dados agregados sobre o consumo e produção de uma área estudada. É amplamente utilizado no nível de nações ou cidades. Considerando a Pegada Ecológica de um território igual à sua biocapacidade, ou seja, área terrestre ecologicamente produtiva na área de estudo, considera-se equilibrado em conformidade (Jara, 2007). Quando a Pegada Ecológica é inferior à área total significa que pode exportar sua biocapacidade sob a forma de produtos ou serviços, em contrapartida se a Pegada Ecológica é superior, indica que o território terá de se transformar em comércio para atender às condições de sustentabilidade. Para simplificar a coleta de dados estatísticos sobre o consumo humano, o método da Pegada Ecológica adota uma classificação de cinco categorias: alimentação, habitação,

transporte, bens de consumo e serviços. A escolha das variáveis depende muito de cada pesquisador e as mais utilizadas estão relacionadas na quadro 1.

Quadro 1- Variáveis mais utilizadas no método da PE e suas justificativas

<i>VARIÁVEIS</i>	<i>JUSTIFICATIVAS</i>
Área Verde	“A cobertura vegetal é de fundamental importância para que haja equilíbrio entre o solo e o clima, interferindo no processo de absorção e escoamento das águas pluviais, minimizando as altas temperaturas, tendo assim, um efeito positivo no balanço microclimático”. Além disso, deve-se considerar o papel que a cobertura vegetal exerce na absorção do CO ₂ .
Área Construída	A impermeabilização do solo acarreta diversos problemas tanto relacionados ao escoamento e infiltração da água da chuva como ao conforto térmico, além de diminuir a quantidade de áreas verdes.
Combustível Fóssil	Responsável pela emissão de gases que provocam o efeito estufa, principalmente o gás carbônico. Automóveis são responsáveis por 88% do 1,5 milhão de toneladas de monóxido de carbono despejadas diariamente na atmosfera.
Resíduos	Cada 3 kg de lixo produzido equivalem a 1 kg de CO ₂ (igual quantidade de produção de CH ₄). Contudo, é subtraída do total produzido por uma localidade a quantidade de lixo reciclável.
Eletricidade	É tomado como parâmetro no Brasil, por ser abastecida de energia provinda de usinas hidroelétricas. A área alagada na represa de uma usina deixa de absorver CO ₂ , aumentando a Pegada Ecológica.
Água	O total de água utilizada para consumo humano provém de rios, açudes e poços que estavam em equilíbrio ecológico e ao ser consumida retorna ao ambiente natural poluída tornando difícil sua absorção pela natureza.
Carne Bovina	Criações de gado bovino são responsáveis pela emissão de 80 milhões de toneladas anuais de metano para atmosfera durante a ruminação. E o esterco acrescenta mais 25 milhões de toneladas. Cada molécula de metano é 23 vezes mais eficaz para aquecer a atmosfera que a do gás carbônico. No Brasil a pecuária bovina é a maior responsável pelo desmatamento e consome grande parte da produção de grãos para seu alimento.
Alimentos	Representam terras aráveis para o cultivo de alimento com baixa absorção de CO ₂ . Na agricultura são utilizados mais de 141 milhões de toneladas de pesticidas e fertilizantes no mundo para a produção de alimentos. Geração de grande quantidade de embalagens não recicláveis para seu armazenamento.
Áreas de Ocupação Ilegal	São áreas com impacto ambiental significativo ocasionado pelas ocupações ilegais incluídas em áreas de APPs. Entre elas estão as favelas, nascentes e fundos de vales ocupados e áreas urbanizadas em terrenos com declividade acima de 45%.

Países como EUA e a China são caracterizados como países devedores ecológicos, pois suas biocapacidades são menores que suas demandas, em contrapartida países como o Brasil são credores ecológicos.

4 Resultados e Discussões

A Pegada de uma cidade é diretamente proporcional a taxa de urbanização. A preservação de áreas verdes e a quantidade de lixo reciclado ocorrem de forma mais

importante nas áreas ocupadas pela população de maior renda, apontando uma relação direta entre meio ambiente e renda per capita. A Pegada Ecológica pode ser alterada de acordo com o nível de conscientização ambiental e pode ser utilizada como ferramenta de avaliação ambiental, mede o potencial de sustentabilidade em diferentes escalas espaciais. A qualidade de vida e do ambiente pode ser cálculo, contudo os cálculos também servem para auxiliar no processo de planejamento das cidades e micro-regiões em relação à integração entre meio ambiente e crescimento/ desenvolvimento econômico. O cálculo da Pegada Ecológica incorpora indicadores relevantes, determinadas por valores culturais, tecnologia e elementos econômicos de uma dada área. Contudo, como não é possível estimar a demanda para todos os bens de consumo e serviços, os cálculos se restringem apenas às categorias mais importantes.

5. Conclusão

A Pegada Ecológica, é uma metodologia ambiental que favorece atitudes positivas individuais e coletivas perante os recursos naturais da Terra, quando analisada pelo ponto de vista educativo, pois, orienta as atividades econômicas das regiões a adotarem estratégias sustentáveis para lidar com os recursos naturais, sabendo que o capital natural é limitado e, por isso, deve-se fazer seu melhor uso e aproveitamento, Visto que estima-se de forma clara e objetiva onde o planeta está sofrendo pressão, de modo que as pessoas possam interpretar e compreender a fragilidade ambiental, e mostrando a necessidade de mitigar problemas ambientais.

Apesar de possuir inúmeras vantagens, a Pegada Ecológica apresenta algumas limitações, e estas são reconhecidas pelos próprios formuladores da ideia de Pegada Ecológica, sendo uma das críticas mais recorrentes a de que esse instrumento concentra-se apenas na dimensão ecológica e avança pouco nas análises das dimensões social e econômica.

REFERÊNCIAL BIBLIOGRÁFICO

BARCELLOS, Jorge Alberto Soares. **Territórios do cotidiano: introdução a uma abordagem teórica contemporânea**. pp. 40 – 48.

CORRÊA, R. L. e ROSENDAHL, Z. (orgs.) **Manifestações da cultura no espaço**. In: Revista Geografia Cultural, Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. p.59 – 97.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

DIAS, Genebaldo Freire. **Pegada ecológica e sustentabilidade humana**. [s.l.]: Global Editora e Distribuidora Ltda, 2015.

LISBOA, Cristiane Kleba; BARROS, Mirian Vizintim Fernandes. **A pegada ecológica como instrumento de avaliação ambiental para a cidade de Londrina**. Confins. Revue franco-brésilienne de géographie / Revista franco-brasileira de geografia, n. 8, 2010. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/confins/6395>>. Acesso em: 02 jan. 2018.

LOISEAU, Eléonore; JUNQUA, Guillaume; ROUX, Philippe; et al. **Environmental assessment of a territory: An overview of existing tools and methods**. Journal of Environmental Management, v. 112, p. 213–225, 2012. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S030147971200388X>>. Acesso em: 05 jan. 2018.

HAESBAERT, R. **Concepções de território para entender a desterritorialização**. In: SANTOS, Milton et al. Território, territórios – ensaios sobre o ordenamento territorial. 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. 411 p.

MESQUITA, Zilá. **Territórios do Cotidiano uma introdução a novos olhares e experiências**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS – Ed. Universidade de Santa Cruz do Sul/UNISC, 1995. pp. 76 - 92

MOTTA, Luciana Branco da; AGUIAR, Adriana Cavalcanti de. **Novas competências profissionais em saúde e o envelhecimento populacional brasileiro: integralidade, interdisciplinaridade e intersetorialidade**. Ciência & Saúde Coletiva, v. 12, p. 363–372, 2007. Disponível em: <https://scielosp.org/scielo.php?pid=S1413-81232007000200012&script=sci_abstract&tlng=es>. Acesso em: 01 jan. 2018.

MORAES, Antonio Carlos R. **Geografia, Pequena história crítica**. São Paulo: Hucitec, 1997. 138 p.

QUEIROZ, Emanuel Fernandes de. **Melhoria de processos pelo levantamento de indicadores ambientais via software**. text, Universidade de São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/3/3140/tde-09012008-120439/>>. Acesso em: 04 jan. 2018.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993. 269 p.
RICETO, Alisson; SILVA, Vicente de Paulo da. **O território como categoria de análise da Geografia / TERRITORY AS CATEGORY OF GEOGRAPHY'S ANALYSE. Caminhos de Geografia**, v. 9, n. 28, 2009. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/15774>>. Acesso em: 04 jan. 2018.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. 5 ed. São Paulo: Hucitec, 1988. 124 p.